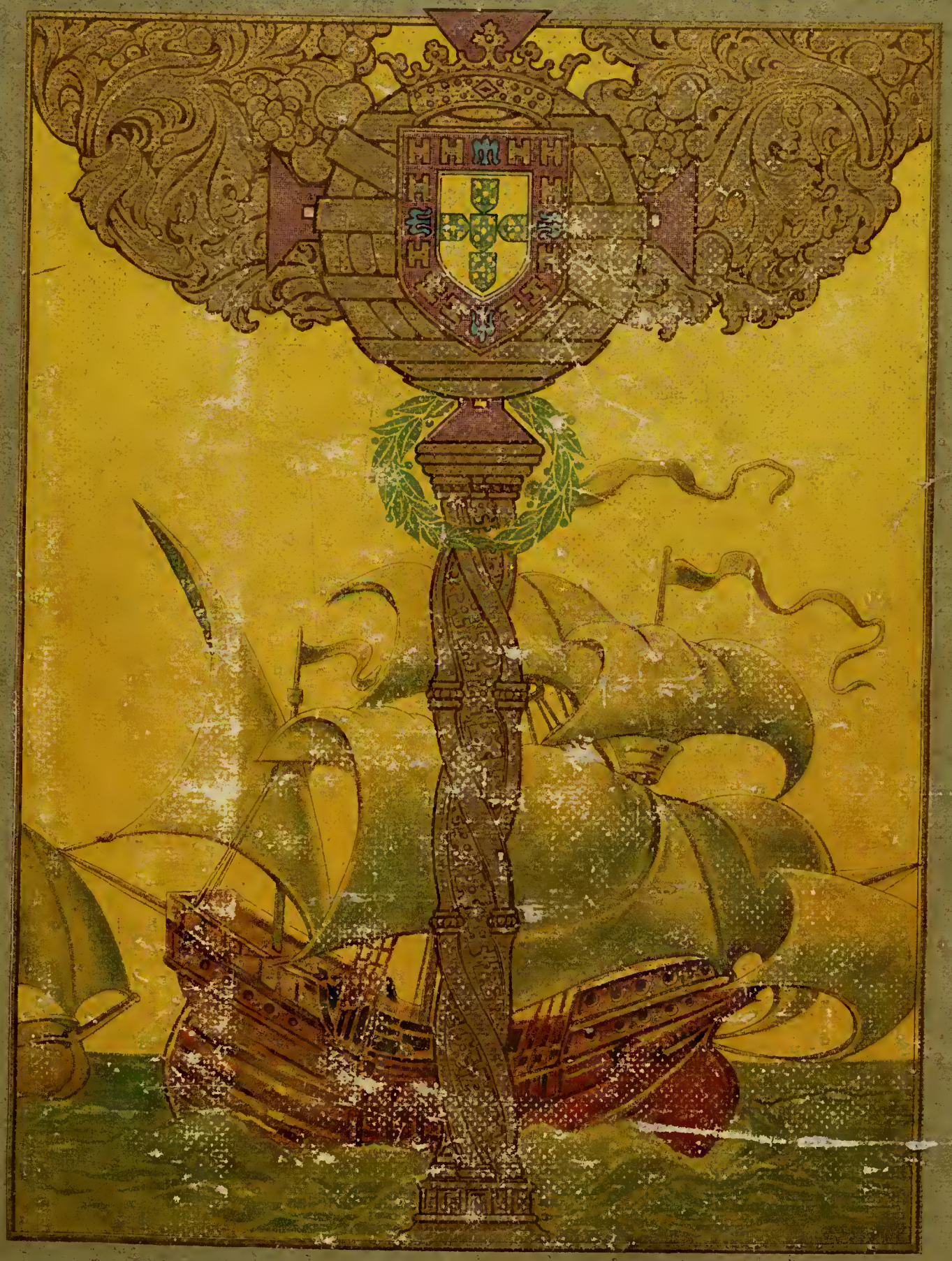
HISTÓRIA·DA·COLONIZAÇÃO PORTUGUESA·DO·BRASIL



HISTÓRIA

DA

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

HISTÓRIA

DA

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

EDIÇÃO MONUMENTAL COMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO LITERÁRIA
DE
CARLOS MALHEIRO DIAS

DIRECÇÃO CARTOGRÁFICA
DO
CONSELHEIRO ERNESTO DE VASCONCELLOS

DIRECÇÃO ARTÍSTICA
DE
ROQUE GAMEIRO

LITOGRAFIA NACIONAL
PORTO
—
MCMXXIII

A
981.021
D541
h
1921-24

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
Este volume acha-se registrado
sob o numero 9.269
do ano de 1946

PRIMEIRA PARTE

O DESCOBRIMENTO

VOLUME II

A EPOPEIA DOS LITORAIS

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
DA
LITOGRAFIA NACIONAL
PORTO

CAPÍTULO V

A EXPEDIÇÃO DE CABRAL
(1500)

PELO

DR. JAIME CORTEZÃO

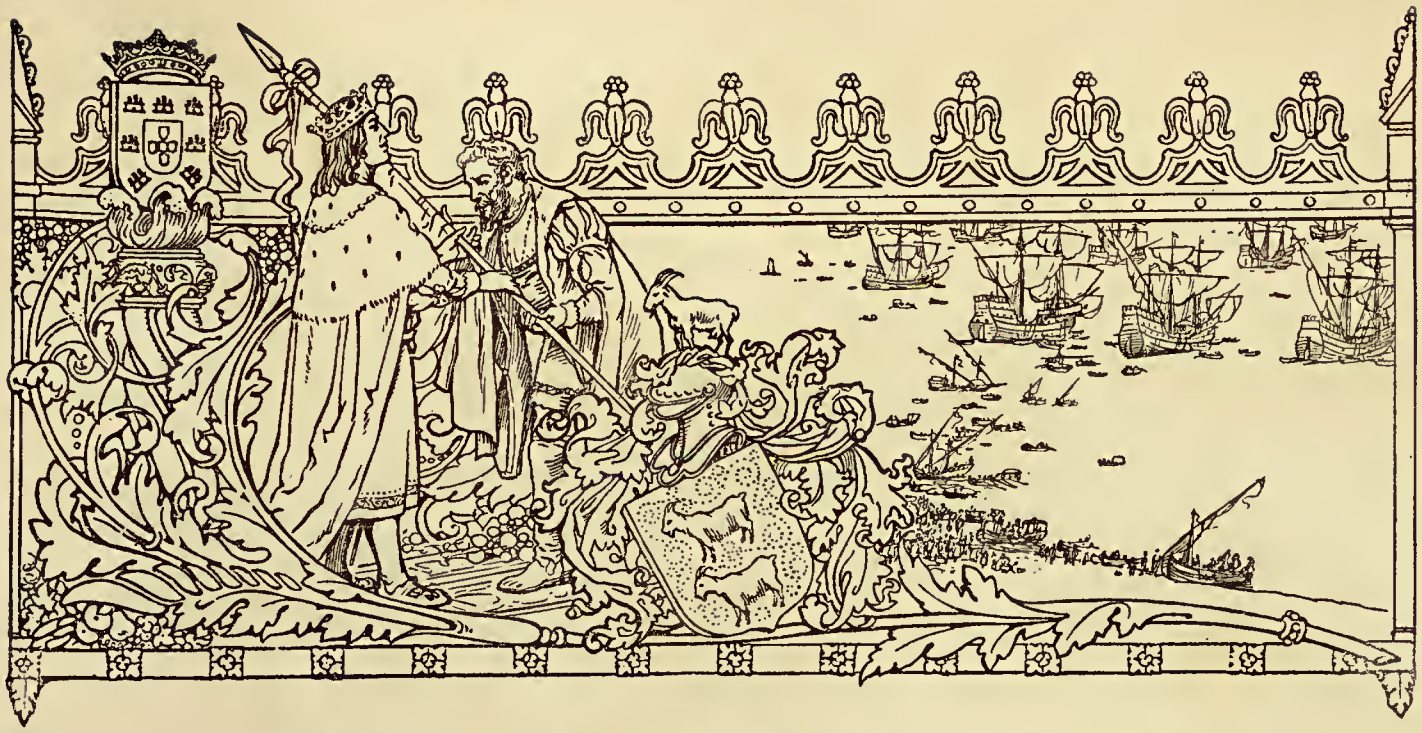
HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

VOLUME II

R. Gameiro fecit.

Lito-Nacional. Excudebat

A EPOPEIA DOS LITORAIS



A EXPEDIÇÃO DE CABRAL
(1500)

I—LISBOA NO ANO DE 1500

LISBOA, a senhora dos Mares, nesse ano de 1500, em que a armada de Cabral largava da Ribeira das Náus a caminho da Índia, mal começava a esburacar a sua velha mas resistente capa medieval. Possuia um aspecto exterior e íntimo, único na sua história. Por então ainda os melhores paços do rei e dos senhores condiziam na fábrica e na severa descomodidade com a singela polícia daquele século, a findar. Tôdas as maravilhas duma arquitectura que atingira a expressão da mais sublime idealidade, quási exclusivamente se guardavam para os templos e os cenóbios, a atestar assim um sentido da vida sinceramente religioso. O vulto e a traça da cidade não obedeciam a qualquer plano de enobrecimento externo. O burgo tumultuário conservava o ímpeto e rudeza nativos da grei que o construíra. Volvidos poucos anos, seria a Lisboa manuelina, oriental e faustosa, cujos fidalgos, abandonando a antiga cêrca e dobrando a última colina, que escondia a cidade (a de St.ª Catarina), pejavam, a exemplo do rei, de pompas e palácios a Ribeira, em direcção ao Mar.

Áquela data, D. Manuel não completara ainda cinco anos de reinado. E as primeiras novas certas da Índia, vindas pelo Gama, e que iam decidir da política e actividade nacionais, só há cinco meses que traziam em pasmo e sobressalto as gentes.

Torna-se mister esquecer de tôda esta Lisboa de hoje, vasta e disseminada por monte e vale até ao mar, com sua fria Baixa pombalina e as avenidas claras e banais, para evocar com as gravuras de Braunio (1) e de Beninc (2) o antigo burgo, curto e amuralhado. Já não se apertava apenas, como nos moiriscos tempos em que escrevia Osberno, no alto dum monte arredondado, *in cacumine*

(1) *Urbium praecipuarum totius mundi theatrum*, vol. *V*.
(2) Desenho de Simão Beninc no *ms.* 12531, tab. VII, no *British Museum*, de Londres, *Port. drawings*. A Biblioteca Nacional possui a reprodução do manuscrito. Igualmente se póde ver o desenho de Beninc em *Rainhas de Portugal*, Benevides, e *A vida de Nun'Alvares*, O. Martins.

montis rotundi (3). Alastrava-se agora por cinco outeiros e outros tantos vales (4). No mesmo rotundo monte (do Castelo), cujas barreiras eram então quási limpas de casario, a mole da Alcáçova continuava a dominar, formidável e sòsinha. Pendiam-lhe das ilhargas, caíndo sôbre a metade leste da cidade até à beira das águas, os esboroados panos das muralhas moiriscas. Ali findavam os limites da primeira Lisboa. Mas, tendo crescido e alagado as colinas vizinhas circundavam-na agora as muralhas mais amplas de D. Fernando, com as suas setenta e sete tôrres e as trinta e oito portas, vinte e duas das quais sôbre a Ribeira. Viam-se-lhę aqui e ali as espessas quadrelas, encrespadas de ameias, avançando em cada saliência os válidos cubelos, rasgando-se a tôda a volta com os arcos das portas e postigos, por cujas

A Alcáçova ou Castelo de S. Jorge, segundo o livro de Lavanha

aspérrimas ladeiras se entrava na cidade, e, pojando num ou noutro lanço, a casaria, que trepara de encôsto aos adarves cimeiros.

Todavia, comparado com a área actual, o âmbito circundado da cidade era limitadíssimo. As muralhas, que nasciam à beira do Tejo, no lugar onde hoje assenta o Arsenal do Exército, subiam por S. Vicente a leste, trepando e ondulando ao norte, pelos altos da Graça, Castelo, Santa Ana, Carmo e de S. Roque, em cujo viso extrêmo a tôrre de Álvaro Pais sobresaía, e daí vinha descendo pelo largo do Loreto e Ferregial até ao Largo do Corpo Santo, beirando depois ao sul tôda a margem do Tejo, que fóra delas se estendia na vasta e tumultuosa zona dos cais, espalmadoiros e estaleiros, coalhada de barcos e navios.

Na sua metade ocidental, entre os morros do Carmo e do Castelo, a cidade formava uma profunda depressão, mais vasta do que agora, até ao largo do Rossio; o qual entestava ao norte com a cêrca e era muito mais espaçoso. Também as cinco colinas da cidade, salvo em que eram mais despidas, não desdiziam muito o seu relêvo actual.

Nas ruas sinuosas e sem ândito, de lágea ou de ladrílho, tam estreitas que raro excediam oito

(3) *De Expugnatione Olissiponis, in Port. Mon. Hist., Scriptores,* pág. 391.

(4) Nicolas de Popielovo, fidalgo alemão, que em 1484 visitava Lisboa igualava-a na grandeza a Colónia e a Londres. Veja-se *Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII,* traduzidos por F. R. Collecion de Javies de Liske. Madrid, 1878.

palmos, já naquela época se construíam casas com três andares sôbre a lógea térrea. Parcas de janelas, muitas das quais se resguardavam com a pálpebra das rótulas, exorbitavam no travejar de sacadas e balcões, enormes, para habitação, que alpendravam e escureciam mais as ruas, impedindo o trânsito. Predominava a construção românica de pedra. Mas usava-se a madeira também, à maneira do Norte; e

Reconstituïção da fachada do convento do Carmo em Lisboa

os velhos hábitos moiriscos ressaltavam ainda na profusão de eirados, que cobriam as casas, das graciosas chaminés, e até, em muita habitação, do vermelho escuro dos adôbes.

Quem olhasse pela banda do rio ó velho burgo, divisaria sôbre o embrechado dos cunhais e empênas e a revolta toalha das assoteas e telhados, encardidos pelo mugre do tempo, os muitos coruchéus das tôrres (5), pairando com seu leveiro desgarro oriental, e, mais belos e altos entre todos,

(5) Dentro ou vizinhos da estreita cêrca havia mais de trinta igrejas e conventos. Castro, *Mapa de Portugal*, tômo III, cap. 2.

os da Alcáçova, de S. Vicente e Sé. Os monumentos, por poucos, mas grandiosos, ganhavam maior vulto e mais clara expressão. A meio, paço do rei e castelo rocaz, acrópole gentílica, tatuada do tempo e dos combates, a Alcáçova poisava sôbre o burgo, como uma corôa num escudo heráldico. Despontavam-lhe para o Céu, em flecha, as tôrres,—a da Menagem, a do Tombo, a de Ulisses, o prófugo e mítico patrono da cidade. Posta a meio pendor, entre o morro do Castelo e o Tejo, a Sé erguia a meio dum terreiro, donde naquele tempo se avistava o rio, os dois esbeltos minaretes, com três andares de duplas janelas, encimados por grimpas. Por baixo uma galilé francamente rasgada aligeirava ainda mais a frontaria, emquanto a tôrre quadrada pesava soturnamente, a meio do transepto, na fábrica restante.

VISTA DE LISBOA
Segundo uma iluminura quinhentista da crónica de D. João I, por Fernão Lopes

Sôbre o românico monumento, que nas suas grimpas e numa ou noutra ogiva de ventana sonhava as asas góticas, nem de leve tombara o orvalho dos lavores manuelinos. Era como um hipogrifo de granito escuro, quimera medieval, lembrando idades monstruosas e fastos esquecidos. Depois, para a esquerda, sôbre um morro, então chamado ainda o monte do Almirante, porque aí haviam sido as suas casas, o convento do Carmo apoiava-se, macisso e longo, aos fortes botaréus. A ábside nascia de espigões fortíssimos, que se erguiam no extrêmo do cêrro sôbre o Rossio, a pique. Lembrava um sarcófago gigânteo, assente sôbre um monte. Dir-se hia que a estátua jacente do Santo Condestabre avultara em todo o relêvo sôbre-humano do herói e poisava ao longo da arca tumular, gótica e enorme.

A meio da cidade, a Mouraria e a Alfama dos pescadores e mareantes, mais denegridas e tumultuosas, escachoavam, com ressaltos de tectos embatendo-se e sulcos fundos de ruelas, contra as abas do Castelo e da Sé. De longe em longe, entre as restantes zonas habitadas, chapadas núas de outeiro, encrespadas de fragosidades, ou peças de olival cerrado, por S. Francisco, Sant'Ana, Castelo e Graça, abriam manchas terrulentas ou azul ferrete no corpo fusco da cidade. Ramadas de vinhas e árvores fruteiras abriam toldos ou pendiam em muros quintalejos. Já então se viam fóra das muralhas

vastos edifícios junto ao Rio, e quintas suburbanas, pastagens e pomares de vale em vale (6). Pelos visos as vélas dos moínhos; nas quebradas os armentios.

Para a Outra Banda azulejavam serras na distância e estiravam-se pelas abras do rio marinhas e estaleiros.

À tarde, a fundura marítima do ocaso dilatava os Céus. Águias, contérminas àquela gente nessa idade (7), lançadas no profundo azul, marcavam-lhe com as remiges poderosas os confins altíssimos. E como o Tejo ali em frente era mais vasto nesse tempo, e um listrão áureo de areias, entre a cêrca e as águas estendido, formava praia longa, a cidade, perdida na largueza dos montes e cintada pelas quadrelas das muralhas, mais achegada e estreita parecia. Na sombra, o grande túmulo do Condestável dir-se hia suspenso e levado em triunfo, paládio da pequena tríbu errante. Viam-se as grimpas altas luzir sôbre as revessas negras dos telhados. E o burgo estremecia como hoste, tôda em armas, pronta à marcha, e que, antes de entrar às águas, saüdasse o Mar com as lanças ao alto.

POR êsse tempo os moradores de Lisboa e do arrabalde não passavam de cincoenta mil, o que está de sobejo em relação com o milhão e cem de todo o reino (8). Fôra mister para a total evocação do velho burgo reviver com êsses antigos moradores os passados costumes; repopular-lhe as abas das colinas, da Alcáçova à Ribeira, de cavaleiros, mesteirais, frades e matalotes; restituír aos primitivos íncolas a Mouraria e as Judarias; e variegar depois a multidão nativa com a mescla desultória de italianos, flamengos, franceses e alemães. Os hábitos e condições de vida davam à cidade uma fisionomia muito própria e totalmente diversa, não só da Lisboa de hoje, mas também àquela data das demais cidades da Europa.

A POPULAÇÃO E A VIDA DA CIDADE

Era a Lisboa ardente e sequiosa, de escassos chafarizes, à beira dos quais o povo e os escravos brigavam pela vez; dos açacais com seu asno e os quatro cântaros engradados, apregoando a água pelas calçadas íngremes; e das mocinhas negras, quási nuas, que a transportavam e serviam com as airosas quartas. Era a Lisboa honrada e mesteirosa dos mesteres esquecidos,—atafoneiros, regatões, gibeteiros, espareveleiros e dêsses escrivães do Pelourinho Velho, que, abancados às mesas, redigiam, ao sabor dos freguezes, cartas de amor, requerimentos, versos, discursos, epitáfios,—«coisa que em parte alguma das cidades da Europa eu vi jamais»—, diria o viajado Damião de Góis (9). Era a Lisboa polícroma dos faustosos mercadores de tôda a Europa, entre os quais predominavam os elegantes florentinos, reluzente das armas cavaleiras e negrejante de hábitos monásticos; e ainda a Lisboa dos moiros,—alvaneis, azulejadores e ceramistas, que nas tardes de festa bailava e ondulava aljubas alvas, ao som dos alaúdes e pandeiros. O marítimo burgo falazava desvairadas línguas. A veniaga cosmopolita disputava os produtos dos descobrimentos, dentre os quais àquela época avultavam o oiro da Mina e o assucar da Ilha. Era na Rua Nova, a principal artéria comercial de então encostada ao lanço meridional das muralhas, quási à beira d'água, aproximadamente no lugar, onde hoje fica a Rua dos Capelistas, que drapejavam e luziam os primores e mercancias forasteiras.

Mas Lisboa via-se e revia-se mais na Ribeira das Náus, nas Taracenas, Almazém da Mina, nos espalmadoiros e estaleiros: aí, sim, mais que em alhures inconfundível, era glória dos seus e pasmo dos alheios.

Desde que nos últimos anos o entreposto do tráfico africano passara de Lagos para ali, se

(6) Damião de Góis, *Urbis olissiponensis descriptio.* Em *Hispaniæ illustratae,* Doctorum hominium, tômo II.
(7) *Cataldus Siculus, De obitu Alphonsi principis,* in Sousa, *Historia Genealogica,* tômo VI.
(8) Costa Lobo, *Historia da sociedade em Portugal, no seculo XV,* cap. I e II.
O cálculo de 1.800.000 habitantes consignado a pág. II da Introdução no Vol. I desta obra refere-se a época mais recente, pois que abrange a éra em que foi realizado o empreendimento da colonização do Brasil.
(9) Obra citada.

criara a casa da Mina e se lançaram com destino à Índia os primeiros navios, tôda a Ribeira trabalhava, fervia, reboava com a azáfama do Mar. Já para além do extrêmo nascente das muralhas, junto às portas da Cruz, fumegavam os fornos, que cosiam o trigo para o biscoito das armadas. Mais abaixo, a seguir, negrejavam, viscosos, os cais do carvão e da madeira. Depois, ladeando o esteiro, naquele tempo ainda alagado, do Terreiro do Paço, estendia-se a uma banda a Alfândega e da outra, prolongando-se até ao Corpo Santo, estanceavam a Casa da Mina, as Taracenas, as Ferrarias, e logo as Tanoarias, contra o barrocal de S. Francisco. Sôbre o vozeio do populacho, que duma a outra banda enxameava, zoava e ensurdecia o trom dos rijos mesteirais que rebatiam as cavilhas férreas ou os arcos e aduelas para a

LISBOA NO FIM DO SÉCULO XV
Reprodução de um manuscrito de Simão Beninc

louça das náus. E por todo o longo, desde as portas do Mar (junto à casa dos Bicos) até a Cataquefarás e a Santos se construíam os navios novos ou varavam os velhos, para compor as obras vivas, limpar os limos ou queimar o gusano. Ali veríeis,— exultante e esforçosa entreprêsa de que os modernos estaleiros dão pálido vislumbre — as carcassas das náus contra os esteios arrumadas, e ora apenas erguendo o encavernado, ora ajustando as tilhas e os costados, logo alevantando os arvoredos, ou retonando e estremecendo com as derradeiras marteladas desde o cadaste ou a duneta airosa até ao beque recurvado. Pela Ribeira em fóra, à luz do sol, os remolares afusavam e tendiam os remos, os petintais carpintejavam os navios, os bragueiros entreteciam rêdes, e calafates, tanoeiros, artilhadores, cordoeiros de calabre, oficiais de cartas, mestres, pilotos e grumetes, todos borborinhavam, afanosos, com as fainas do Mar.

Também a rija têmpera dos velhos navegantes e guerreiros conservava-se impoluta. Nem os excessos da riqueza mal ganhada nem a molícia dos costumes estranhos abastardavam e pervertiam os fortes caracteres. Os homens eram fragueiros, sóbrios, esforçados e endurecidos contra as guerras do tempo e da fortuna. A religião continha-se nos limites da tolerância e piedade sincera (10).

Lisboa, como as demais cidades da nação, sentia-se agora mais que nunca na pujança das suas energias. A longa paz dum século, apenas interrompida pelos quatro anos da guerra da sucessão de Castela (1475-79), em que os portugueses quási sempre foram os invasores, permitira o desenvolvimento gradual da população, a segurança do trabalho e o aumento da riqueza pública. A vasta emprêsa educadora, preparada pelo Infante D. Henrique e continuada pelo sobrinho e pelo Príncipe Perfeito, sazonava os melhores frutos. Em Lisboa pululavam agora os navegadores e os cavaleiros, os astrónomos e matemáticos, os mestres do astrolábio e do quadrante. A melhor nobreza descendia dos companheiros do Condestável e Dom João I. O povo não desmerecia também da arraia que alevantara o Mestre. E os fastos que os mais velhos memoravam, por ouvirem dos pais, eram racontos de Aljubarrota e do postremo cêrco castelhano.

Mas esta conexão íntima entre a rudeza antiga da cidade e a plenitude e pureza da sua fôrça vai rápidamente esvanecer-se. Breve perderá êste queimor do tempo e dos trabalhos para se

(10) «O fanatismo cego, bruto e feroz veio-nos com as primeiras luzes duma falsa civilização, nos fins do século XV, e progrediu com ela por todo o XVI. Dantes a raça cristã tinha a consciência de uma grande superioridade religiosa e fazia-a valer na legislação; mas não confundia a crueldade com as distinções que nascem da diferença entre o superior e o inferior». Herculano, *Monge de Cister*, I, cap. IV. «E em verdade não conhecemos em tôda a história pátria documento mais demonstrativo da índole nacional do que a benevolência de que os judeus gosaram em Portugal até aos fins do século XV». Costa Lobo, *Historia da Sociedade Portuguesa no seculo XV*, cap. V.

ESTALEIRO DA RIBEIRA DAS NÁUS

enfeitar de galas emprestadas. Fixemos-lhe o rosto grave, que uma ansiedade funda altera já. Sim, por agora não era ainda a Lisboa opulenta e rendilhada da Conquista, do Paço da Ribeira, da Casa da Índia, da Tôrre de Belém e dos Jerónimos; mas a Lisboa épica refugida na cêrca, que olhava com amor as cicatrizes das muralhas, e cujo povo invocava, resando, o Condestabre, no morro do Almirante. Não ainda o imenso e ribeirinho caravansará, pejado pela turba dos mercadores que acorriam de tôda a Europa ao tráfico das especiarias, dos embaixadores do Oriente, dos governadores, dos capitães de fortalezas e feitores, e dos áfricos, dos levantinos, dos brasilienses, entre a chusma dos quais o Rei cavalgava e estadeava pompas, seguido dos elefantes, da onça pérsia e da rinocerota, ao reboante clangor dos atabales e trombetas. A esfera projectada pela ambição universalista, que ia desvairar os homens, mal se inscrevia sôbre os monumentos. Os fumos da Índia não haviam entontecido as almas. Lisboa blasonava apenas os pilotos da Mina, e os veteranos de Alcácer e de Arzila. Em vão procuraríeis entre os homens de armas que hão de embarcar nesta viagem o soldado da Índia, palreiro e dissoluto, que Diogo do Couto amargamente nos bosqueja, com a capa bandada de veludo, a coura e os calções do mesmo estôfo, a barba curta tosada com donaire, chapeu de canotilhos, e, na cinta apertada, a espada guarnecida de dourados. A maior parte dos cavaleiros e mareantes que vão partir são outros mui diferentes: criaram-se na escola do *Homem* e do «grande e honrado» Infante (11). Dêles os mais experimentados e maduros relembram com saüdade e contam aos moços, para proveito e exemplo, os casos, os feitos, as lições dos tempos de Lagos e de Sagres. E o destino, que tantas outras memórias escureceu e dispersou, quís, volvidos alguns séculos, restituír-nos a imagem de tais homens nas tábuas de S. Vicente,—a milagrosa aparição de espíritos e semi-deuses tutelares. Eram assim os companheiros de Pedr'Álvares. Escolhei, para os ver, o painel apoteótico do Infante. Olhai as dez figuras, ao fundo alevantadas, tam puras, tam severas, tam ungidas de piedade e fortaleza. Muitos dos mestres, dos pilotos e marujos desta armada tinham o geito igual e aquele esguardo, assenhoreados de si mesmos. Bem por certo que, entre a chusma dos que, trigosos, se aprestavam para a longa jornada, erravam então êsses titans ingénuos, envoltos no mongil e na barreta escura, ou em bragas, de gabinardo e carapuça, e nas faces, curtidas do vento e da salsugem, no olhar distante, cheio de céu e de mar alto, a iluminada seriedade, o orgulho triste dos que andam sempre ao pé da morte para glória da vida.

INFLUÊNCIA DAS PRIMEIRAS NOVAS DO ORIENTE SÔBRE A NAÇÃO E O REI

BOA ventura! «¡Boa ventura! ¡Muitos rubis, muitas esmeraldas! ¡Estais na terra da especiaria, da pedraria e da maior riqueza que há no mundo!» Assim grita o Monçaide, direito ao Gama, a touca ao vento, ao entrar na capitaina, em Calecut.

«E quando assi ho ouvirão falar, estavão todos pasmados... e davão graças a nosso senhor chorando de prazer, e Vasco da Gama ho abraçou e ho fez assentar a par de si» (12). Êsse grito de triunfo, êsse arrepio de pasmo e comoção, que arrasa de água os olhos dos marujos, trazem-no êles na alma, ao varar em Lisboa, e comunicam-no à nação inteira.

Logo ali na cidade houve touros, canas, momos, e os sinos todo o dia tangeram em sinal de alegria (13). O Rei apressa-se a comunicar a tôdas as cidades e vilas notáveis do reino a chegada do Gama, os grandes trabalhos que passou e a importância do descobrimento, encomendando-lhes muitas procissões e festas. A imagem da Índia e das suas riquezas, transmitida pelo deslumbramento dos primeiros navegantes, incendeia as imaginações. E na carta de D. Manuel para os reis de Castela, dando-lhes parte do descobrimento, a alegria triunfante do rei, e o pasmo deliciado extravasam a cada frase: «acharam e descobriram a Índia e outros reinos a ela comarcãos... acharam grandes cidades e

(11) Azurara, *Cronica da Guiné*, cap. VI.
(12) Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India*, Livro I, Cap XV
(13) Barros, *Decada I da Asia*, Livro IV, Cap. XI.

LISBOA NO FIM DO SECULO XV. — Gravura de Georgius Braun, extraída

da obra «Urbium praecipuarum totius mundi Theatrum», Vol. V.

de grandes edificios e ricos e de grande povoação, nas quaes se faz todo o trauto de especiaria e pedraria... trouveram logo... canela, cravo, gengibre, noz moscada e outros modos de especiaria... e muita pedraria fina de todas as sortes, a saber rubins e outros; e ainda acharam terras em que ha minas d'ouro...» (14).

Adivinha-se o rei revendo e sopesando as primeiras amostras da riqueza da Índia. O sonho, que a nação durante quási um século acarinhara, ia êle realizá-lo emfim. Tinha ali nas suas mãos as primícias dêsse Oriente tam longamente cobiçado. Antevia os almazens abarrotando especiarias. Ao oiro da Mina vinha juntar-se o oiro de Sofala. E contemplando as joias que o Gama lhe trouxera, por certo deliciava os olhos naquele rutilar das vivas côres, repetindo-lhe, embevecido, os nomes raros. ¡Que torrente de pedras tinha a Índia!

«Tem robis, diamantes taes
Que não tem preço ou contía,
Esmeraldas muy reaes,
Perlas de muy gram valia:
Espinellas e tem mais

Carbunclos, ametistas,
Turquesas e chrysolitas
Çafiras, olhos de gato,
Jagonças, de tudo ha tracto
E outras mais q nom sam ditas (15)».

Presume-se igualmente o assombro que as notícias da Índia, aumentadas pela fantasia dos marujos e pelo recontar de bôca em bôca, deviam ter causado no ânimo do povo. Os primeiros cronistas e historiógrafos dão-nos conta do facto.

Convém, não obstante, para se compreender inteiramente o signicado da expedição de Pedro Álvares, que se conheça mais de perto êsse estado de espírito do Rei e da nação.

O Rei, cuja idade entrava pelos trinta exactos, sôbre ter atingido a sua alta gerarquia por uma série de acasos quási incrível, o que já de si a mór parte das vezes soi marear os caracteres mais puros, era, de natural, fraco, caprichoso e duma vaidade desmedida. Do seu louco amor das pompas

(14) Eis o traslado completo da carta de D. Manuel:

«Muyto altos, muyto eixcelentes princepes, e muyto poderossos senhores. Ssabeem Vossas Altezas como tijnhamos mandado ha descobrijr quatro navios pello oceano, os quaaes agora ja passava de dous annos que eram partidos; e como o fundamento principal d esta empressa sempre fosse por nossos antepassados de serviço de Deos nosso Senhor e muy principalmente nosso, prouve lhe por sua piedade asy os encaminhar, ssegundo ho recado, que pellos mesmos descobridores, que a nos a esta cidade ora chegaram, ouvemos que acharam e descobriram a Imdia e outros regnnos a ella comarquaãos, e emtraram e navegaram o mar d ella, em que acharam gramdes cidades e de gramdes edefiçios e ricos e de gramde povaçoom; nas quaaes sse faz todo o trauto da especearya e pedrarya, que passa em naaos, que os mesmos descobridores viram e acharam, em gramde cantydade e de gramde gramdeza a Mequa, e d hy ao Cairo, homde sse espalha pello mundo; da qual trouveram logo agora estes cantidade, saber: de canella, cravo, gymgivre, noz mozcada, e outros modos de d especearya, e ajuda os lenhos e folhas d elles mesmos; e muyta pedrarya fyna de todas ssortes, saber: robijns e outros; e ajnda acharam terra, em que ha mynas d ouro; do qual e da dita especearya e pedrarya nam trouxeram logo tanta ssoma, como poderiam, por nam levarem pera ello aquella mercadarya, nem tanta, como convynha. E porque sabemos que Vossas Altezas d isto ham de receber grande prazer e contentamento, ouveemos por bem dar-lhe d isso noteficaçam; e cream Vossas Altezas que, segundo o que per estes sabemos que se pode fazer, que nam ha hy duvjda que, segundo a desposisam da gente christãa que acham, posto que tam confyrmada na fee nom seja, nem della tenha tam jnteiro conhecimento, se nam sigua e faça muyto serviço de Deos em sserem convertidos e jnteiramente confyrmados em sua santa fee, com grande eixalçamento d ella; alem de o trauto principall, de que toda a mourama d aquelas partes sse aproveitava, e que por suas mãos sse fazia, sem outras pessoas, nem linhajeens nisso entenderem, se mudar e comunicar por esta minha parte descuberta a toda christyndade, que ssera, com ajuda d elle mesmo Deos, que assy por sua piedade ho hordena, mais causa de nossas tençoes e proposytos com mais fervor se eixercitarem, por sseu serviço, na guerra dos mouros, pera que Vossas Altezas teem tanto proposyto e nos tanta devaçam. E pedymos a Vossas Altezas que por esta tam grande merce que de Nosso Senhor reçebemos lhe queiram la mandar fazer aqueles louvores, que lhe sam devidos: e em merce o recebemos. Muyto alto etc.»

(15) *Miscellanea de Garcia de Rezende, e variedades de historias, costumes, casos e cousas, que em seu tempo acontecerão.*

desfiam bastas provas as crónicas do tempo. E Damião de Góis, com as cautelas que o tempo requeria, não deixa de apontar-lhe nobremente a funesta improcedência do carácter (16).

Acrescente-se a isto um zêlo imaginoso (17) e ardente na direcção dos públicos negócios, muito mais quando lhe interessavam à ambição e ao gôsto das grandezas. Em homem, de imprevisto guindado a tal altura, e em ânimo frívolo e irrequieto, tamanha fortuna como aquela havia lògicamente de influír por maneira anormal.

Relendo e compilando o que rezam as crónicas e os documentos soltos dêsse tempo e em particular os que êle próprio chancela e inspira, aquela presunção volve-se em realidade eloqüente. Causa, em verdade, pasmo o que êle sonha e ordena ao mesmo tempo. Na mente sucedem-se e tumultuam-lhe os projectos. A sêde de domínio empolga-o até ao desvario. Um dos primeiros actos, que decide, logo após o regresso do Gama, e que lícitamente se lhe póde prender, é a trasladação, com grande pompa realizada, da Sé de Silves para a Batalha, dos restos mortais do seu antecessor, que havia mais de três anos falecera. O júbilo torna-o reconhecido. Perante a grandeza do triunfo quebra o mal rebuçado desamor.

De terra em terra, acompanhado por todos os grandes da nação e arcebispos, bispos, oitenta capelães e cantores, a cavalo e de tochas acesas, e precedido pela orquestra bárbara das trombetas, charamelas, sacabuxas e atambores, o Rei, durante longos dias, atravessa o descampado reino, na cauda do fúnebre cortejo. Às noites, no silêncio dos tristes povoados, por onde fazem alto, o fantasma do Rei havia de surgir-lhe em pensamento, com a sua altura incomparável. E na Batalha, já noite, terminada a ceremónia, ao relembrar o Homem que preparára com tamanha constância a obra grandiosa, que o cumulava agora de ventura, toma-o uma curiosidade doentia, e quási clandestinamente volta ao mosteiro e manda abrir o ataúde, para o ver. «E como assi foy posto, conta o contemporaneo Garcia de Resende, se sahiu El Rey com todos os Senhores e Prelados, e se recolheo; e tanto que foy noite já depois de cea deu El Rey boas noites e foyse com alguns ao mosteiro, e meteose dentro da capella, onde o santo Rey jazia e com o Provincial e outros Frades mandou abrir o ataude, em que o corpo estava, e vio que tinha muito pó de cal, e mandou aos Frades que com canudos de cana lha assoprassem, e êle mesmo lha alimpava e beijou-lhe as mãos e os pés muitas vezes, e achou o santo corpo inteiro com cabelos e barba... e depois que o esteve olhando, sempre com o barrete na mão, o mandou emburilhar em olanda muito fina...» (18). Era de ver-se o dramático encontro dos dois reis. Ali perto descansava o genial Infante que primeiro concebera a ideia de ganhar a Índia. Outro dos túmulos encerrava o bravo fundador da dinastia. Tudo eram príncipes e reis, que tinham alcançado a glória nas batalhas. E entre as pilastras alterosas, na calada da noite, à luz trémula das tochas, cercado pelos alvos hábitos domínicos, pálido, descoberto, arripiado pelo contacto do cadáver, o Rei vivo mais pequeno ainda se sentia diante do Rei morto. Estava ali, é certo, o matador de seu irmão e que, a êle, o quisera ainda defraudar do trono. Mas no seu íntimo, revendo a imagem torva na grandeza de outrora, calava-se o ressentimento acerbo, de novo acobardado. Aquela trágica presença por certo o excitou por longo tempo e lhe acendeu um desejo imenso de exceder-se.

E é nesses primeiros tempos, como vamos ver, depois da chegada do Gama, em pleno deslumbramento da visão do Oriente e na impaciente emulação dos seus antecessores (19), que êle concebe tôda a política imperialista, que há de marcar depois o seu reinado. Mas, como o desejo pessoal de glória o preocupa, começa a preparar um exército para invadir a África em pessoa, projecto que, pouco depois, vem a trocar pela ideia de comandar uma grande expedição contra os turcos, no Mediterrâneo. Fórma e inicia também por êsse mesmo tempo o plano grandioso da transformação da capital.

(16) Abundam através da *Cronica de D. Manuel* as mal veladas alusões às graves inferioridades do monarca. Transcreveremos aqui apenas algumas das eloqüentes frases, em que o cronista deixa transparecer o seu juízo, ao debuxar-lhe o retrato físico e moral. «... Foi sofrido, manso, e clemente, perdoava facilmente qualquer desgosto que tevesse dos que tocavam a sua fazenda, e pessoa, porque nos casos da justiça seguia a ordem dela, *posto que fosse algumas vezes com dilações, alvaras despera, huns em contrairo dos outros, o que por ser de boa condiçam, e mavioso concedia tam facilmente, que por este respeito a huns se divertia a justiça, e a outros se alongava. Foi mui prudente, de claro, e bom juizo, o que lhe causava não ser tam sugeito ao parecer dos do seu conselho, como o era a seu particular apetite,* com tudo as mais das cousas que intentou, ou per conselho, ou por seu parecer lhe sucederaõ bem.» *Cronica de D. Manuel.* Parte quarta, cap. LXXXIV. Das feições corporaes del Rei dom Emanuel, e das calidades de sua real pessoa e cousas a que era inclinado e ordem de sua casa e modo de viver.

(17) «Inventivo e excelente baram» lhe chama Duarte Pacheco, *Esmeraldo,* edição Epifânio, pág. 152.

(18) Garcia de Resende, *Tresladação do corpo de Dom João II.*

(19) Eis as palavras textuais de Góis: «... mas tudo isto aproveitava pouco pera El Rey deixar de poer em obra a vontade que tinha de imitar os Reis seus antecessores e ser-lhes companheiro na gloria que alcançaram nas conquistas das cidades, vilas, castelos...». Góis, *Cronica de D. Manuel,* cap. XLVII, *De coomo El Rey determinou de passar em Africa.*

Pelo que diz respeito à expedição de Pedro Álvares, logo arde em ambição e impaciência, pois de começo premedita substituír-se a todos os concorrentes no comércio do Oriente e, o que é mais, de maneira que, pagando menos, dê ao Samorim maiores vantagens. E, se na carta para os reis de Castela esconde cauteiosamente os seus desígnios, nas instruções para o Cabral o seu vasto sonho patenteia-se: «e apomtay com elle (o Samorim de Calecut) em alguna cousa resoada, que se aja de dar de compra e de venda, dizendo-lhe que peroo seja menos do que os outros lhe pagam, *ha de sser, prazendo a Deus, a cantidade das naus e mercadoryas tamta, que lhe rendam os seos direitos muyto mais, que agora rendem*» (20).

Êle sabe, todavia, que os preços das especiarias compradas directamente em Calecut dão margem a lucros fabulosos. O Monçaide informa minuciosamente o rei de todo o trauto. Passados dois anos, quando as náus de Cabral regressam, carregadas de mercadoria, o embaixador veneziano escreve, alarmado, de Lisboa, para a Senhoria, em carta de 27 de Julho de 1501, isto é, logo sôbre a chegada: «Hano cargá ad stiva per precio *che me temo dirlo*, e dicono comprano uno canter de canela per un ducato et meno» (21).

Depois, no ano de 1500 a 1501, entre a data da partida e a da chegada de Cabral, continúa o esfôrço prodigioso da nação anteriormente planeado.

Nesse mesmo tempo em que o Tejo golfa armada sôbre armada para as costas de quatro continentes e em que os estaleiros devem regorgitar de construções, o Rei, antevendo a missão que Lisboa está destinada a desempenhar, trata de a alargar, polir e enobrecer. Os embaixadores da Índia das maravilhas vão afluír à capital. E D. Manuel peja-se da rusticidade do seu velho burgo. Já em 1499 êle procura preencher os espaços despovoados e promove a construção de casas, desde a porta da Alfôfa, ao longo da costa do Castelo, até ao postigo de Santa Maria da Graça, concedendo aos edificadores os mesmos privilégios e isenções de que gosavam os moradores da Alcáçova e além disso os terrenos livres de todo o fôro (22). Em carta de 8 de Maio de 1500, um mês depois da partida das náus de Pedro Álvares, determina que se dê princípio à construção dum grande cais «assy pello que dello se seguirá de muyto mais nobresa da cidade, como pello melhor manejo e provimẽto destas cousas do trauto da mercadorya, q tam jeeralmente a todos toca» (23). Depois, em carta régia de 10 de Dezembro de 1500, considerando que esta cidade é a principal do reino e que muito se deve atender ao seu enobrecimento, manda derribar todos os olivais, dentro do seu recinto, quer sejam de igrejas, de mosteiros, de morgados ou de qualquer outro senhorio, e mais determina que em volta da cidade e contíguo às muralhas se abra um rossio comum da largura de dois tiros de besta onde os animais de carga se possam acomodar, para que assim não pejem e afeiem a cidade (24). Deve também ter sido por essa data que se começou a aterrar o espalmadoiro, onde mais tarde veio a ser o Terreiro do Paço. Todavia, o desejo de enobrecer Lisboa revela-se principalmente na construção, por êsse tempo iniciada, do mosteiro dos Jerónimos, e do grupo formidável de edifícios, que se compõe dos majestosos Paços da Ribeira, da Casa da Índia, dos Almazens e Taracenas de Cataquefarás (25). Na sua impaciência de habitar à beira de água em plena azáfama naval e mercantil, emquanto os novos Paços não terminam, melhora, para instalar-se nêle desde logo, o palácio de Santos-o-Velho, que adqüire por escambo a Fernão Lourenço (26). E não será aventuroso imaginar-se que mandasse igualmente nesta data, como escreve Damião de Góis, «tirar os balcões e sacadas na cidade de Lisboa, obra proveitosa e mui necessária» (27). Compreende-se assim o desvanecimento com que num documento dêsse mesmo tempo declarava: «Esta cidade, louvores a Nosso Senhor cada dia se aumenta assim em povoação como em muitas cousas do seu enobrecimento» (28).

Eis a série de factos e indícios sôbre que assenta a nossa opinião de que as novas do descobrimento lançaram D. Manuel numa extrêma e anormal agitação de espírito. Um delírio de honras e grandeza se apossa do monarca. A muito custo os do conselho conseguem reprimir-lhe o ambicioso

(20) *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 100.
(21) *Copia et sumario di una letera di sier Domenego Pixani, el cavalier, orator nostro in Spagna a la Signoria*, edição de Eugénio do Canto, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1907.
(22) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, II parte, tômo III, pág. 143.
(23) Carta da Câmara Municipal de Lisboa, livro I de El Rei D. Manuel, citada em *A Ribeira de Lisboa*, pág. 236, 237, por Júlio de Castilho.
(24) Costa Lobo, *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*, pág. 117.
(25) Góis e Júlio de Castilho, obras citadas, *passim*.
(26) J. de Castilho, obra citada, pág. 596 e 597.
(27) Góis, obra citada, parte IV, capítulo LXXXV.
(28) C. Lobo, obra citada, pág. 53.

imaginar. E até as próprias recompensas ao Gama concedidas mostram, se lhe compararmos a liberalidade magnânima ao ingrato esquecimento com que despremiou tantos dos melhores servidores, a profunda impressão que o serviço galardoado lhe causou.

Êsse acontecimento acordava também, como era natural, um nobre entusiasmo nos ânimos mais esclarecidos da nação. Duarte Pacheco, que escrevia cinco anos depois, êle sempre tam parco nas referências aos seus altos feitos e nos gabos aos navegantes e guerreiros do tempo, encarece francamente a proeza do Gama, abrindo a tal propósito uma eloqüente excepção ao seu austero laconismo. O pensamento de monopolizar o comércio, que enriquecera as cidades italianas, evocava nos cérebros cultos destinos magníficos ([29]). O problema comercial, que a Itália pusera à Europa, e cujo alcance Portugal conhecera pela estreita comunicação com Génova e Florença, ia Lisboa resolvê-lo emfim. Os florentinos, émulos de Veneza, eram os mais numerosos dos estrangeiros entre nós. Penetrava-nos pela arte, pela sciência e pela acção, o mais alto espírito do Renascimento. E com razões sobejas a ideia da cidade adriática acudia aos espíritos. ¿Veneza, empório do mar e do comércio, articulára, durante séculos, dois mundos, doirando a sua robustez itálica do esplendor bizantino? Mas Lisboa, testa dos caminhos marítimos mais vastos até então sulcados, metrópole declarada ou oculta de terras, ilhas, mundos novos, requerida pelos mercadores, espiões, alviçareiros e *condottieri* desocupados de tôda a Europa, reflectia já com mais intensidade o clarão indiano e aureolava-se do nimbo misterioso, que os mundos virgens e lendários sôbre ela projectavam. Essa consciência secreta duma missão altíssima a realizar fazia exceder as almas. Dentro das muralhas estreitas da cidade ardia agora um foco de energias infinitas, que os mesmos florentinos, genoveses e venezianos estimulavam com os racontos do apogético esplendor que os seus livres estados atingiam. Soava a hora em que a pequena grei ascendia ao zenite da carreira. Assim, em pleno ardor e plena glória, deviam ter vivido os gregos de Pericles e os toscanos de Lourenço, o *Magnifico*. Em baixo, o povo rude e mesteireiro queimava-se no mesmo entusiasmo. E, se alguns mais duvidosos ponderavam o caso incertamente, a maior parte louvava, à uma, a épica entreprêsa. João de Barros, pôsto que relatando algumas décadas depois, acende ainda uma das suas mais formosas páginas no alor épico, que a façanha do descobrimento provocára ([30]).

Dessa atmosfera de heroísmo ideal, que a nação respira, vão saír os primeiros gigantescos capitães da Índia, homens da têmpera dum Pacheco, de D. Francisco de Almeida ou de Albuquerque. E' igualmente da consciência esplêndida que a nação toma emfim das suas próprias virtudes e energias, que irá nascer, como em Atenas, ao calor da glória, após as guerras médicas, o teatro nacional. O vaqueiro, em que mestre Gil se travestira e que no dia 7 de Junho de 1502, irrompe pela câmara da Raínha na velha Alcáçova, ganhou o ousio no entusiástico levante com que o povo celebrou aquela façanha nunca vista.

Foi nesta atmosfera que a expedição do Cabral se organizou. Pelos rossios da cidade, às portas, nos mesteres, formavam-se disputas, ajuntamentos, alvoroços. Os pormenores inéditos corriam

([29]) Poderiamos citar vários passos em abôno desta asserção. Preferimos transcrever de Duarte Pacheco: «... honde de suas mãaos os Venezianos haviam ha especiaria e outras cousas com que abastaram Europa, Africa e parte d'Asia, agora nenhua cousa teem nem podem hauer; salvo este bemaventurado principe...» «... e quem bem considerar tamanhas cousas como estas, já muyta parte dos famosos feytos d'Alixandre Magno e dos Romanos ficam muito abaixo em respeito d'esta santa e grande conquista.» *Esmeraldo de situ orbis*, Duarte Pacheco, edição Epifânio da Silva, pág. 155.

([30]) «E como nos taes ajuntamentos sempre concorrem diversos pareceres em tão novos casos, leixão aquelles que perderão pae, irmão, filho, ou parente nesta viagem, cuja dor não leixava julgar a verdade do caso: toda a outra gente a hũa voz era no louvor deste descobrimento. Quando vião neste Reyno pimenta, cravo, canela, aljofre, e pedraria, que os nossos troxerão como mostra das riquezas daquella Oriêtal parte que descobrirão: lembrandolhe quão espantados os fazia algũa destas cousas, que as galés de Veneza trazião a este Reyno. As quaes praticas todas se convertião em louvores delRey, dizendo que elle era o maes bẽ afortunado Rey da Christandade: pois nos primeiros dous annos de seu reynado descobrira maior estado â coroa deste Reyno, do que era o patrimonio que com elle herdara. Cousa que Deos não concedera a nenhum principe de Hespanha, nem a seus antecessores que nisso bem trabalharão, per discurso de tantos annos: nem se achava escriptura de Gregos, Romanos, ou d'algũa outra nação, que contasse tamanho feito. Como era tres navios com obra de cento e sesenta homens quasi todos doentes de novas doenças de que muitos fallecerão, cõ a mudança de tão varios climas per que passarão, differença dos mantimentos que comião, mares perigosos que navegavão, e com fome, sede, frio, e temor que maes atormenta que todalas outras necessidades: obrar nelles tanto a virtude da constancia e precepto de seu Rey, que pospostas todas estas cousas, navegarão tres mil e tantas legoas, e contenderã com tres ou quatro Reys tão differentes em lei, costumes, e linguagem, sempre com victoria de todalas industrias e enganos da guerra que lhe fizerão. Por razão das quaes cousas, posto que muito se devesse ao esforço de tal capitão, e vassallos como elRey mandara, maes se avia de atribuir á boa fortuna deste seu Rey: porque não era em poder ou saber de homens, tão grande e tão nova cousa como elles acabarão. ElRey de todas estas praticas e louvores do caso era sabedor, porque naquelles dias não se fallava em outra cousa: que era para elle dobrado contentamento, saber quão prompta estava a vontade de seu povo pera prosiguir esta conquista.»— Barros, *Decada I*, Livro V, cap. I.

logo, de bôca em bôca. O povo apinhava-se no largo do Pelourinho Velho, em torno do Gaspar da Índia, do Monçaide e dos nobres malabares, quando, acompanhados dos fidalgos da côrte, regressavam da Alcáçova. E de roldão com os mercadores flamengos e espiões de Veneza seguia-os sob os suportais da Rua Nova, caminho da Ribeira, espiando-lhes as feições e as atitudes. Os raros pilotos e matalotes escapos da viagem, quando nos estaus da Ribeira ou baiucas da Alfama começavam o conto das maravilhas orientais, eram logo cercados pela turba e escutados com pasmo boquiaberto.

¡Como havia de ser bela então a ribeira do Tejo, desde as portas do Mar até às bandas do Restelo! Raro, em diferente país ou noutra idade puderam olhos de homem alegrar-se com tam formoso e exalçante espectáculo. Dum tôpo ao outro da tira flava de areais, construíam-se palácios, taracenas, náus e, lá ao fundo, em lanços claros, a catedral do Mar. No encavernado e tilhas dos navios, pelas cantarias alvas das empenas ou sôbre os mastaréus e estrados dos andaimes, alevantados em castelos, fervia, como bando de pássaros em balsa, o enxame dos alvaneis e petintais. Os camartelos e as enxós desciam, batucavam, refulgiam com faúlhas solares, num revaivém febril. As abas de S. Francisco, revestidas de forjas, estrondeavam, qual se os Titans, à lufa-lufa, cravassem a ferragem sôbre uma prôa gigantêsca. Vozes enrouquecidas de mestres estentores bradavam, alterosas, as vozes do comando. E uma inferneira tonitroante e erguida a espaços com a celeuma da maruja, alevantava-se, corria, empolgava a turba, como cântico bárbaro, entoado sôbre uma náu ciclópica, à hora de sarpar.

DISTRIBUÍÇÃO DOS COMANDOS. FIGURAS PRINCIPAIS DA ARMADA.

ANTES de estudarmos a organização e os objectivos da armada de Cabral, devemos averiguar quais os capitães e figuras principais, que acompanham e organizam a armada, e traçar-lhes o mais possível as origens e biografias, tanto com êsse prévio exame se esclarece aquele estudo. As fontes, (31) sendo na cronologia muito mais minuciosas que os cronistas, mostram-se em geral escassas, quanto às referências de nomes e factos individuais. Hemos, pois, que socorrer-nos do auxílio das crónicas neste particular. Dentre todos os documentos originários, o mais abundante na citação dos nomes é a carta de Caminha. Vejamos pelo que diz respeito aos capitães. Estabelece-se incontroversamente pelas fontes que eram treze os navios da armada e treze os capitães, incluíndo Pedro Álvares.

Caminha, testemunho de veracidade irrecusável, cita os nomes de sete capitães, a saber: Pedro Álvares Cabral, Sancho de Tovar, como sota-capitão (qualidade por várias das outras fontes confirmada), Simão de Miranda, Aires Gomes da Silva, Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e Vasco de Ataíde, que por altura das ilhas de Cabo Verde se perdera da armada. Nenhuma das outras fontes acrescenta a êstes algum nome. Castanheda, Barros, Góis e o *Livro das Armadas*, além daqueles sete nomes, atribuem também capitania a Diogo Dias (alguns dizem Pero), irmão de Bartolomeu Dias, a Pero de Ataíde, por alcunha o *Inferno* (segundo Barros e Góis) e a Nuno Leitão, Gaspar de Lemos, Luís Pires e Simão de Pina. Osório, por mais sucinto, refere-se apenas incidentalmente a três capitães, além de Cabral, — Sancho de Tovar, Gaspar de Lemos e Pero de Ataíde. Cita ainda o nome de Nuno Leitão, mas sem lhe atribuír aquela categoria. Apenas Gaspar Correia diverge desta voz unânime. Menciona catorze capitães para os treze navios, percebendo-se que harmoniza esta disparidade com atribuír o comando da capitania e o

(31) Sôbre a enumeração e discussão das fontes V. *Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, de Jaime Cortesão.

sub-comando da armada a Simão de Miranda, ficando a Pedro Álvares apenas o comando geral. E elimina da lista dos comandos os nomes de Aires Gomes da Silva e Pero de Ataíde, que substitui por Brás Matoso, Pedro de Figueiró e André Gonçalves, coíncidindo nos restantes. Quanto à primeira dessas divergências nem as fontes, nem o costume seguido nas demais armadas autorizam a supor que a Cabral não coubesse o comando directo dalguma das treze náus, sendo além disso êrro manifesto atribuír a Simão de Miranda o sub-comando de tôda a armada. Pelo que à segunda diz respeito, pois que da lista dos treze capitães referidos por aqueles escritores, apenas dois não aparecem mencionados como tal em Gaspar Correia, e um dêles Aires Gomes da Silva é citado na carta de Caminha, temos que o seu depoïmento apenas invalída o nome de Pero de Ataíde. Ora acontece que depois de Pedro Álvares e Sancho de Tovar, sub-comandante, é êsse precisamente o nome de capitão que as crónicas mais referem, durante todo o relato da viagem, não só por lhe ligarem várias particularidades individuais, mas em lhe atribuírem o comando do primeiro dos nossos feitos épicos na Índia e mais brilhante das missões isoladas, confiadas a um só navio durante aquela expedição. O próprio Gaspar Correia cita o seu nome nesse passo da viagem, atribuíndo-lhe primazias da glória em tal emprêsa conquistada. Acresce ainda que Pero de Ataíde volta a Portugal e de novo embarca para a Índia numa das armadas seguintes, comandando igualmente uma náu e continuando ali com maior vulto as façanhas que da primeira vez já praticara. O conjunto destas circunstâncias, dentre as quais sobreleva a continuïdade brilhante dos seus feitos e funções, confirmada noutros passos por Gaspar Correia, afasta mais uma vez a hipótese dum êrro cometido pelos quatro cronistas. Acrescentemos ainda que êste grupo de escritores, salvo uma única excepção, concorda sempre com as fontes nas atribuïções a individuos dos factos proeminentes da viagem. Uma outra incerteza poderia surgir, se algum dos nomes citados por Correia fôsse confirmado por qualquer documento de importância. Mas tal não acontece. Cremos assim não haver dúvidas de que os capitães da armada de Pedro Álvares sejam os que Castanheda, Barros e Góis nomeiam. E releve-se o nosso longo interêsse em demonstrá-lo à conta do demasiado crédito com que alguns historiógrafos têm discutido o testemunho de Correia, que não àquele que nós próprios lhe liguemos.

Além dêste, avultam entre as pessoas notáveis pelo sangue e feitos, que seguem nesta expedição, os nomes de Aires Correia e Duarte Pacheco. O primeiro vai por feitor da armada, mas leva por missão principal estabelecer a feitoria em Calecut. Quanto à missão, que o segundo, porventura, levasse, conservam todos os cronistas um singular silêncio.

Todavia a sua prática e saber excepcionais e os altos serviços prestados anteriormente não podem deixar de assinalar-lhe ali uma função muito elevada. Todos os cronistas, incluíndo Gaspar Correia, lhe referem a presença na expedição. Além disso, Castanheda e Góis, identificando-o com aquele herói, que em 1504 defende do rei de Calecut a fortaleza de Cochim, eliminam a hipótese dum êrro devido a homonimia ([32]).

O probo e fiel Castanheda vai mais longe: identifica-o novamente por uma ligação mais íntima a factos individuais ali passados. Refere com efeito êsse cronista que o Rei de Cochim, quando em Janeiro de 1504 Francisco de Albuquerque lhe deixa, em apoio contra o Samorim, Duarte Pacheco com um irrisório número de soldados, não obstante se dá por satisfeito, pelo que conhecia dêste capitão ([33]). Quere aludir sem dúvida às provas que êle dera na armada de Cabral.

Passemos agora a ver quais os títulos de nobreza, virtudes ou feitos pessoais que justifiquem a escolha dos primeiros nomes para os postos principais da armada.

([32]) «Deste ano de mil e quinhentos e tres, parecendo a el rey de Portugal... não quis mandar mais de seys naos repartidas em duas capitainas. Das primeyras foy capitão mór hum fidalgo chamado Afonso dalbuquerque, que depois governou a Índia como direy no terceyro livro. E forão seus capitães Duarte pacheco pireyra, *de que faley atras*...» Castanheda, obra citada, Livro I, cap. LV.

«Ao dia seguinte, informado el Rei de Calecut pelos Mouros, que forão com Pedro Dataíde, de quão animosamente os nossos o fizerão, mandou pedir a Pedralvarez, que lhe mandasse os que forão naquelle feito, pera se poder gabar que vira homens, que merecião ser vistos de todolos Reis, e senhores do mundo, aos quaes fez a todos merces e em especial a Duarte Pachequo Pereira, por lhe os Mouros dizerem, que nunca virão homem tão animoso nem tão esforçado, e que elle fora a causa unica de se aquella nao tomar, do qual e das façanhas que fez na India e en outras partes se dirá ao deante.» Góis, obra citada, parte I, cap. LVIII.

([33]) «E como ele sabia que a ficada era muyto perigosa por a muyto pouca gente que podia deixar não ousava de cometer a nenhum dos capitães que ficasse, e por derradeyro de a oferecer a todos, e eles a não quererem a deu a Duarte pacheco que a aceitou de boa vontade mais pera servir a Deus e a el Rey que por lhe ser proveitosa, que bem sabia quão pouca fazenda avia de ganhar em ficar na India da maneyra que sabia que avia de ficar: e sabendo el rey de Cochim como ficava ouvese por contente disso pelo que dele sabia.» Castanheda, obra citada, Livro I, Cap. LXIII.

BRASÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

II — GENEALOGIA E BIOGRAFIA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

OR se levantar a glória
Das linhagens mui honradas,
que por obras mui louvadas
de si deixaram memória
a quem lhe siga as pègadas,
suas armas decifrando,
algumas irei lembrando,
donde lhe a nobreza vem,
Por que faça quem a tem
pola suster, bem obrando.»
. . . . . .

«De purpura celestial,
sobre prata mui luzente,
a geração mui valente
que delas se diz Cabral
traz sem outro diferente.
E para que estas aponte
escrito trazem na fronte
seu esforço e lealdade
naquela grã liberdade
do castelo de Belmonte.»

Assim nos pinta João Roiz de Sá (34), em campo de prata, as duas cabras passantes de púrpura vestidas, das armas dos Cabrais, cujo maior título de glória, súmula de alto esfôrço e lealdade está na grande liberdade do castelo de Belmonte, isto é, «hùa das mayores proheminencias do Mundo, que he nam darem homenagẽ dos Castellos, que se lhes entregam», no dizer dum outro linhagista (35).

Em verdade, ainda que se lhes possam buscar origens tam remotas como a própria monarquia, a nobreza dos Cabrais firma-se por mostras de lealdade inquebrantada, durante a grave e incerta crise da independência portuguesa, no século XIV.

Assim, a legítima fidalguia de Pedro Álvares remonta até seu terceiro avô Álvaro Gil Cabral, alcaide-mór do castelo da Guarda, em tempos de D. Fernando e do Mestre de Aviz. Quando el-Rei D. João de Castela, nos tempos do Mestre, entrou em Portugal pela Guarda, logo se foram a êle, além do bispo, que já o acompanhava, vários fidalgos e escudeiros da comarca. Mas Álvaro Gil Cabral conservou o castelo pelo Mestre, mau grado as tentadoras ofertas do monarca e as reiteradas pressões por interpostos fidalgos portugueses exercidas. Daí por diante continuam os seus serviços de lealdade e quando, em 1385, se celebram em Coímbra as côrtes que levantam o Mestre de Aviz por soberano, Álvaro Gil Cabral é um dos que assinam o auto do levantamento. Um ano antes, já o Mestre, quando apenas regente e defensor do reino, lhe fizera mercê das alcaidarias dos castelos da Guarda e Belmonte, de juro e herdade para sempre, desobrigando os seus descendentes de prestarem homenagem, isto, além de outras mercês em boas terras. Sua mulher, D. Maria Eanes Loureiro era neta de D. Rui Vasques Pereira, tio do Condestável. Álvaro Gil Cabral faleceu em Coímbra em 1433 e jaz, sepultado em jazigo próprio, na Sé Velha, dessa mesma cidade.

Eis o nobre tronco da família. Nas altas fragas da Guarda e de Belmonte, em rude terra centeeira, nas abas da Estrêla e da Atalaia, já fronteiras da Espanha, nasceram as passantes cabras, vestidas com a púrpura da lealdade. Daí por diante sucedem-se os esforçados e lealissimos Cabrais.

De Álvaro Gil nasceram Luís Álvaro Cabral, que herdou a casa vinculada de seu pai com senhorios e alcaidarias, e D. Brites Álvares Cabral, mãe que foi de Gonçalo Velho, o que por mandado do Infante D. Henrique descobriu os Açôres.

(34) *De Joam rroîz de saa decrarando alguũs escudos darmas dalgũas lynhageẽs de Portuguall, que sabya donde vynham. Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, edição Gonçalves Guimarães, tômo III, pág. 208. Modificámos a ortografia para melhor entendimento.

(35) Antonio de Villasboas e Sampaio, *Nobiliarchia portugueza*, título dos Cabrais.

Luís Álvares Cabral foi escudeiro fidalgo de D. João I e vedor da casa do Infante D. Henrique, que acompanhou na tomada de Ceuta (36).

Herdou-lhe os vínculos seu filho Fernão Cabral, que continuou no cargo, junto do mesmo Infante e com êle esteve igualmente na tomada de Ceuta. «E aqui,—relata Gomes Eanes de Azurara, traçando-lhe a biografia em breve escôrço,—aveis de saber que Fernão d'Alvares Cabral adoeceu de pestenença na galee do Infante Dom Anrique, onde vinha, cujo veador era, e foi posto fóra em terra e prouve a Deus de lhe dar saude para lhe fazer adiante muito serviço; e tanto que Cepta foi tomada, e elle guarido, se foi aaquela Cidade, e esteve nella por alguns annos, e esteve nos cercos ambos, sempre como bom Fidalgo, e foi o primeiro que matou Mouros de cavallo em aquella cidade, fazendo sempre coisas dinas de muita honra e assy acabou ao diante em defendendo seu Senhor sobre o cerco de Tangere, cuja morte foi a elle muito honrosa, por acabar em serviço de Deos, e do Senhor que o criara...» (37). O mesmo Azurara lhe dedica um largo capítulo na *Chronica de Dom João I* (38).

De Fernão Álvares Cabral e de sua mulher D. Teresa de Novais de Andrade, filha de Rui Frei de Andrade, almirante de Portugal, nasceu Fernão Cabral, o pai de Pedro Álvares, e Diogo Cabral, que casou na Madeira com uma filha de João Gonçalves Zarco. Êste Fernão Cabral, fidalgo da casa de D. Afonso V, prestou ao dito Rei, segundo os dizeres duma carta da sua Chancelaria, grandes serviços não só nas partes de África, como nos reinos de Castela, onde continuamente o seguiu dispendendo grande parte da fazenda própria (39).

Sôbre ter herdado a casa de seu pai, com as mesmas alcaidarias e senhorios, Fernão Cabral exerceu durante longos anos o cargo de regedor da justiça das comarcas e correição da Beira e Riba de Côa, tarefa espinhosíssima e onde encontrou as maiores dificuldades. Um dos mais probos historiadores dos nossos tempos, que particularmente estudou a sua acção como magistrado, não regateia louvores aos seus serviços (40). Fernão Cabral, pelo casamento com D. Isabel Gouveia, herdeira de seu pai, João de Gouveia, alcaide-mór de Castelo Rodrigo, e senhor de Almendra, Valhelhas e Castelo Bom e pelas mercês sucessivas de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel e ainda porque sucedeu também no morgadio de D. Maria Gil Cabral, estendeu por tôda a Beira uma casa opulentíssima (41). Tam avantajada estatura havia, que o cognominaram o *gigante da Beira*, segundo uma velha tradição conservada em Belmonte (42). Já o coudel-mór Fernão da Silveira, numas trovas que lhe fêz, se lhe dirige:

«Myçer gualante Cabral
. . . . . .
Sois em corte feo, grande,
E no campo outro tal»

(36) Azurara, *Chronica de Dom João I*, parte I, cap. LX.
(37) *Chronica do Conde D. Pedro*, liv. I, cap. XXVIII.
(38) Cap. LX da parte I.
(39) Vide Aires de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, tômo I, documentos CXLV.
(40) «A tarefa d'este magistrado que, pelo menos durante desasete annos até 1842, exerceu o seu alto cargo nesta comarca, não era para invejar. Em todo este espaço de tempo o seu nome nos apparece, ora invocado para salvaguarda do direito, porem, em maior numero de casos, como o de um réu de desacatos á justiça. As accusações eram publicas em côrtes, assignadas e selladas pelos conselhos da Beira. Da sua defeza que havia de ser verbal, não nos ficou documento: se é que lhe era exigida, porque é notavel que em geral, nas respostas aos capitulos, rara vez o rei contradita as accusações contra qualquer funcionario; mas tambem não as dá por provadas: limita-se a resolver o caso na supposição da sua existencia. Todavia, em vista da contraposição dos testemunhos, da palpavel improcedencia de algumas imputações, da confiança que lhe foi conservada durante tam longo tempo, da benevolencia que a elle e a seus descendentes testemunharam sucessivamente D. Affonso V, D. João II e D. Manuel, não temos a menor duvida em affirmar a probidade e rectidão de Fernão Cabral, aferida pelo padrão juridico da epoca. Nem era elle dominado da cobiça. Do esbanjador Affonso V que dissipava os bens do Estado, sem conta nem discrime, este funcionario de primeira jerarquia não recebeu outras mercês mais que a conversão em hereditaria da alcaidaria vitalicia de Belmonte e o padroado da igreja de S. Sebastião em Azurara. O que elle não poude foi resolver a pendencia sobre os vinhos, que continuou a fornecer acendalhas para as malquerenças entre os cidadãos da Guarda.» Costa Lobo, *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*, pág. 231 a 232.

Costa Lobo confunde, todavia, por vezes Fernão Cabral com o pai, Fernão Álvares Cabral, assim como Sanches de Baêna na sua memória genealógica confunde Luís Álvares Cabral com o filho, o que se póde verificar em Azurara, nos capítulos citados. Costa Lobo comete ainda outras pequenas inexactidões, inúteis de referir.
(41) Vide a longa série de documentos que se lhe referem, publicada em *Frei Gonçalo Velho*, de Aires de Sá, tômo I.
(42) Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, palavra Belmonte.

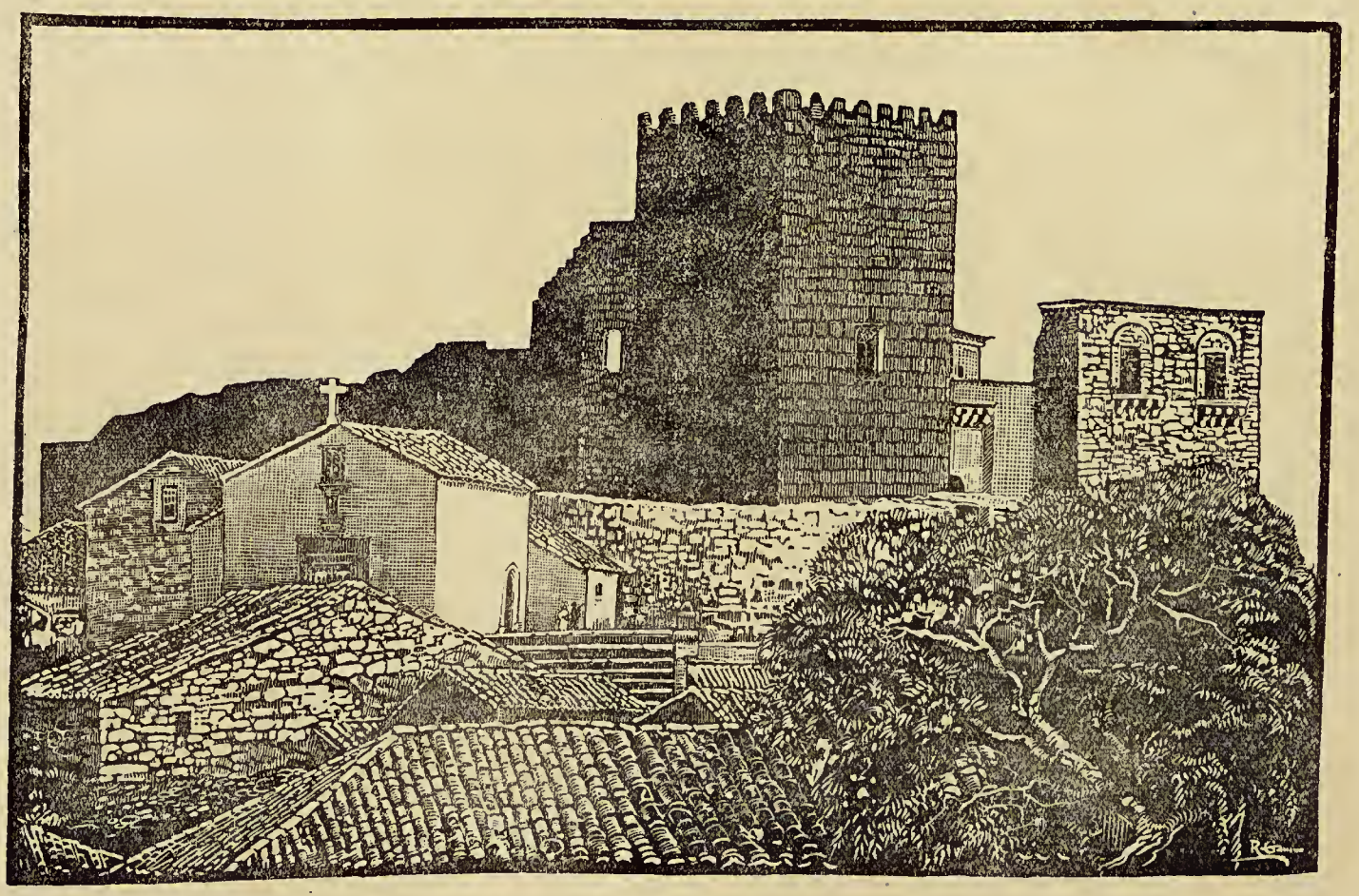
ÁRVORE GENEALÓGICA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

e de seguida acrescenta:

Um Mancias sois segundo,
Por servir damas tornado,
e dos galantes sois dado
por espelho neste mundo...

Mas logo nos remoques de que as trovas estão cheias o fidalgo troveiro insinua que nem só das damas Fernão Cabral cuidava, pois lhe chama «metedor dalvoroços antre moças de pandeiro e soalheiro» (43).

Através dos documentos, que se lhe referem, o rico e avantajado corregedor das Beiras, crestado pelas guerras de África e Castela, activo, desembaraçado, poderoso, iguala sempre com a estatura física a moral, saíndo ileso dos ataques, que em côrtes lhe endereçam, à conta da sua áspera justiça, e merecendo continuamente as mais lisongeiras, quando não respeitosas referências aos três



CASTELO DE BELMONTE

monarcas, sob cujo scetro a sua fadigosa vida decorreu. As mesmas alianças por casamento contraídas entre os seus filhos e algumas das mais poderosas famílias dessa época, maiores até em proeminência, atestam o seu poderio, abastança e bom nome.

Pedro Álvares Cabral nasceu em Belmonte, aproximadamente no ano de 1467 ou 1468. E, se no solar de seu pai aprendeu, de criança, as aguerridas e marinheiras tradições da família, breve, na côrte de D. João II, para onde entrou, como moço fidalgo, havia de arder por continuá-las, ao estudar as humanidades dêsse tempo, tam versadas em cosmografia e marinharia, e ao contacto da pleiade de navegadores e capitães que rodeavam o *Príncipe Perfeito*. Morto D. João II, D. Manuel agraciou-o com o fôro de fidalgo do seu conselho (44), oferecendo-lhe mais o hábito de Cristo e uma tença anual. Pelo

(43) *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, edição citada, tômo I, pág. 189 a 192.
(44) *Historia Genealogica da Casa Real*, tômo II das *Provas*, pág. 326.

seu casamento, sôbre ter alargado consideràvelmente (45) a fortuna já herdada (por certo diminuta por não ser o primogénito e haver mais dez irmãos), aliou-se a uma das mais ilustres e poderosas famílias dessa época. Sua mulher, D. Isabel de Castro, terceira neta dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela, era filha de D. Fernando de Noronha e de sua mulher D. Constança de Castro, irmã esta de Afonso de Albuquerque e neta do primeiro Conde de Atouguia.

¿Que feitos ou serviços prestára Pedro Álvares Cabral que lhe revelassem as altas qualidades e o impusessem na escolha para tam elevado cargo, como o que há de exercer na expedição da Índia? Se alguns praticou, dignos de menção, não os regista a história. E o único indício documental, anterior à sua nomeação, que vem quebrar êsse silêncio, consta duma carta de D. Manuel em que, a pedido de Pedro Álvares, o Rei confirma e divide em duas partes iguais a tença de 26:000 reais que D. João II concedera a êle e a João Fernandes Cabral, seu irmão primogénito. A própria concessão de D. João II aos dois, dentre os cinco filhos varões de Fernão Cabral, faz supor que êles se houvessem distinguido por serviços praticados. Mas esta nova carta, que é datada de 12 de Abril de 1497, expressamente declara, com exclusiva referência a Pedro Álvares: «E visto por nós seu requerimento ser justo, *havendo respeito a seus serviços e merecimentos, querendo-lhe fazer graça e mercê...*» (46). Ignora-se, não obstante, quais fôssem êsses serviços. Mas o uso do tempo, que fazia das praças de África a escola de guerra para os moços fidalgos, a tradição ininterrupta da família, pois desde o pai ao bisavô todos ali terçaram armas com bravura, o próprio comando duma armada em que seguem guerreiros já experimentados, tudo leva a crer que ao menos êle houvesse prestado ali também os serviços a que a carta se refere.

À falta, pois, de anteriores relatos, que nos revelem as suas virtudes e carácter, vamos aferí-los pelas provas únicas que a história nos conserva. Sem outras, que não fôsse o simples facto de lhe haverem confiado a capitania mór de tam importante expedição, êste bastava para revelar e encarecer-lhe merecimentos raros. Em D. Manuel concorriam inteligência e ambição suficientes para não entregar o comando da expedição, que ia seguir-se à de Vasco da Gama, em mãos que não fôssem provadamente hábeis e seguras.

Mas vejamos quais os traços, apuráveis das fontes sôbre a sua expedição, capazes de ajudar-nos a debuxar-lhe o retrato moral. Pedro Álvares Cabral era faustoso, amigo de grandezas e, como tal, possuidor de grande estado, para o que haviam de concorrer em grande escala os bens e educação de sua mulher. Não devia ser êste, por certo, para D. Manuel o menos recomendável dentre os seus atributos. Nas instruções, dadas pelo rei, para bom recado e direcção da expedição, o monarca mais duma vez recomenda a Pedro Álvares que dê aos príncipes do Oriente boas mostras tanto de

o+o+o+o+o+o+o+o+o+o+o+o+o

(45) Vide doc. XVII, em Sanches de Baêna, *O descobridor do Brasil, Pedro Alvares Cabral,* memória apresentada à Academia de Sciências de Lisboa.

(46) Eis o texto completo da carta, que extratamos de Aires de Sá, obra citada, tômo I, doc. CLXII: «Dom Manuell por graça de deus Rey de Portugall e dos algarves daaquem e daallê mar ê africa senñor de guince A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que *pedro alvarez de gouvea* fidalgo da nosa casa nos dise ora que ele e *joham fernandez cabrall* seu irmãao tinham delRey meu señor cuja alma deus aja de temça e cada huû anño em quanto nosa mercee fosse vinte e seis mill Reaes per sua carta de padrom que lhe deles mandara dar segundo pareceo per o trellado della que dos livros da chancelaria do têpo que aos sobreditos foy dada per o dito Senñor a dita temça foy tirada de verbo a verbo per gil fernandez escripvam da chancelaria de dom Jorje meu muito prezado e amado sobrinho que hos em seu poder tem do dito têpo e que eles perderom a propria carta do dito Senñor que da dita temça tinham e a nom podiam achar pera a ora vyrê comfirmar per nos pedymdonos por quanto a dia carta era perdida que nos prouvese mandarmos dar a cada huñ nosa carta de padrã apartada do que a cada huñ montase dos ditos $\overline{XXb}$j (26000) Reaes. saber $\overline{Xiij}$ (13000) Reaes a cada huû pera dos ditos dinheiros aver seu pagamento homde lhes provese segundo nosa hordenança. E visto per nos seu Requerymento seer justo avendo Respeito a seus serviços e merecimentos querendolhe fazer graça e mercee Teemos por bem e nos praz que ele dito *pedro alvarez de gouvea* tenha e aja de nos de tença ê cada huû anno des primeiro dia de janeiro que ora pasou deste anno presente de mill iiij^{c}IR.bij (1497) em diante em quanto nosa merçee for os ditos $\overline{Xiij}$ Reaes que a ele mõta aver da sua metade dos ditos vinte e seis mill Reaes que ambos tinham como dito he por quanto $\overline{Xiij}$ Reaes da outra metade mandamos dar outra nosa carta ao dito *Joham fernandez* pera delles apartadamente aver per ella seu pagamêto e porê mandamos aos veedores de nosa fazenda que façam Riscar dos nosos livros della os ditos $\overline{XXb}$j Reaes que ambos os sobre ditos juntamente neles tem assemtados e mandem assemtar ao dito *pedro alvarez* soomente os ditos $\overline{Xiij}$ Reaes cõ decraraçõ que som ametade dos ditos $\overline{XXb}$j Reaes que ambos tinham como dito he e que perderom o outro padram do dito Señor que delles lhe foy dado e lhes mandamos ora dar a cada hû delles mõta aver ê maneira que se em alguû têpo o outro dito podrõ parecer lhe seja Roto e nõ aja per elle duas vezes pagamento dos ditos dinheiros dos quaes $\overline{Xiij}$ Reaes elle tirara em cada huû anño de nosa fazenda carta desêbargo delles per homde lhe sejam mui bê pagos e por sua guarda e nosa lêbrança lhe mandamos dar esta nosa carta de padrom per nos asinada selada do noso selo pemdente dada em a nosa cidade de evora a Xij dias dabrill pedro lomelim a fez anño de myll iiij^{c}IR.bij (1497) annos. *Chancellaria de D. Manoel, liv. 27º, fl. 76».*

si como de armada. Mas êle, no seu desejo de grandeza, excede-as. Quando, chegado a Calecut, tivesse que avistar-se com o Samorim, esmiuçava o Rei: «ireis em terra com dez ou quinze homens, quais vos melhor parecer levardes comvosco, os outros capitães em suas naus e em vossa nau um capitão» (47). Ouçamos agora o que diz o pilôto da relação anónima: «Recebendo Pedro Álvares êste aviso aprontou-se para saír em terra e ficar ali dois ou três dias, *levando consigo trinta homens dos mais honrados, e assim se pôs pronto com todos os seus oficiais e criados, como podia convir a um Príncipe, e levou tôda a prata que havia em as náus*, das quais deixou por capitão-mór Sancho de Tovar...(48).» Nas terras de Santa Cruz, quando os dois primeiros indígenas vêm a bordo, já de noite, Pedro Álvares Cabral recebe-os, à luz das tochas, «sentado, como diz Caminha, em huma cadeira e huma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido com um colar de ouro mui grande ao pescoço» e os capitães das náus e senhores principais, sentados no chão, ao longo da alcatifa.

Retrato dos *Varões e Donas*

Preocupado em estadear as suas galas, não o faz por soberba insolente. Afável e bondoso, sempre que os indígenas vão às náus, veste-os, oferta-lhes as pequenas bugigangas com que êles se enfeitiçam, ordena que lhes ponham mesa e de comer e quando êsses primeiros se deitam no chão para dormir, dá-se ao mimo tocante de os mandar cobrir e pôr-lhes coxins sob a cabeça.

Mesmo com inimigos desleais tem rasgos de magnanimidade generosa. No próprio dia em que se avista com o Samorim, começam, de facto, as hostilidades entre os dois. Os refens de Calecut, a meio da cerimónia da troca, lançam-se ao mar para fugir. Fica apenas num dos nossos batéis um velho gentil-homem malabar, e dois dos nossos nas mãos dêles. «No dia seguinte, condoendo-se Pedro Alvares daquele velho, que havia já tres dias que não tinha comido (em obediencia aos preceitos da sua religião), o mandou pera terra, e lhe deu todas as armas, que tinhão ficado na nau, pertencentes aos que se havião lançado ao mar...» (49).

Capaz de desafrontar-se com bravura, mas prudente e escrupuloso, mais quere encher-se de razão que cevar os primeiros ímpetos da cólera. Quando, em Calecut, os mouros e os da terra assaltam e roubam a feitoria, matando Aires Correia e perto de sessenta portugueses, Pedro Álvares, raivando de

(47) *Alguns documentos da Torre do Tombo.* Alguns fragmentos de instruções a Pedro Álvares Cabral, pág. 99, tômo II, pág. 119.
(48) *Navegação de Pedro Alvares Cabral,* in *Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas.*
(49) *Navegação de Pedro Alvares,* obra citada, tômo II, pág. 113 e 114.

dôr e indignação, tem ânimo para moderar a sua e alheia impaciência e espera um dia inteiro que o Samorim lhe dê satisfações do feio caso; e só depois lhe manda combater e queimar as náus surtas no pôrto e bombardear a cidade, todo o dia (50).

Mas em si a bravura excluí tôda a bravata. A sua prudência chega por vezes ao extrêmo limite, que, transposto, se torna em cobardia. Quando a armada do rei de Calecut o segue sôbre Cochim, dando mostras claramente agressivas, Pedro Álvares, que já tem as náus quási de todo carregadas, se não foge, procura todavia, cheio de prudência, evitar o combate. Ainda que João de Barros e outros cronistas afectem o contrário, a relação do pilôto anónimo e a carta de D. Manuel não deixam a mínima dúvida sôbre o seu procedimento.

Generoso, afável e escrupuloso até com inimigos, exige, seja de quem fôr, o máximo respeito a sua honra e gerarquia. Regressado à pátria, nomeia-o D. Manuel capitão-mór da nova armada que ao Oriente envia.

Pedr'Álvares, ao conhecer o regimento de Vicente Sodré, que de sua bandeira, com cinco náus o separava, dando-se por ofendido, não aceitou o encargo. «Homem de muitos primores acerca de pontos de honra» lhe chama João de Barros neste passo (51).

Pundonoroso a tal extrêmo, não o cega a vaidade do comando. Antes se havia de sentir repêso, por condescendente em demasia, pois, contra o seu expresso voto, cedeu a instâncias de Aires Correia, em resoluções, que haviam de causar a morte a êste e o afrontoso assalto à feitoria (52).

Um documento precioso, pelo nome que o firma, as circunstâncias que o ditaram e a pessoa a quem se dirigiu, aponta e confirma plenamente êste rápido esbôço de tam nobres linhas. Referimo-nos à carta de Afonso de Albuquerque, endereçada ao Rei, instando com êle para que chame Pedro Álvares ao seu serviço, quebrando o injustificado apartamento em que há tanto o conserva. Aí se lhe refere o honrado Albuquerque em termos eloqüentes, chamando-lhe «mui bom fidalgo» por «sua bondade e cavalaria», «homem avisado», merecedor e desejador de ganhar honras, terminando por afirmar: «*é homem que eu sei certo que terá vossa alteza contentamento de sua pessoa e de todas as cousas honradas que nele ha para algumas necessidades de vosso serviço que lhe encarregardes e esforça-me Senhor, a dizer, porque vi que tem vossa Alteza tomado a experiência de sua pessoa e de seus serviços e que em todos os feitos em que ele poser as mãos, que vos ha de merecer mercê...*» (53).

Tam claras, convictas e desassombradas são estas últimas expressões e melindrosas as circunstâncias que as provocam, que atestam irrecusàvelmente a elevação e inteireza de carácter de Pedro Álvares.

No seu lugar e em iguais circunstâncias, por maneira bem diversa procediam outros dos capitães daquele tempo,—um cubiçoso e desleal Sodré, um desapiedado e insofrido Gama ou um autoritário e terrível Albuquerque.

Concorrem nêle, com a antinomia das sensibilidades mais ricas e perfeitas, um quê de forte e

(50) *Treslado da carta que el Rey nosso senhor escreveu a el rey e a Rainha de Castella seus padres da nova Imdya*, edição Eugénio do Canto. Conta neste passo Castanheda que, despejadas as náus, «ficarão nelas os cativos atados de pés e de mãos, e assi forão queimadas á vista de muyta gente da cidade que estava na praya pera lhes acodir, mas não ousarão com medo da nossa artelharia. E era espantosa cousa de ver arder dez naos todas juntas, fazerense carvões, e ouvir a grande grita dos mouros que estavão dentro, e nisto se gastou todo aquele dia.» Êste acto de espantosa crueldade está em contradição com o carácter de Pedro Álvares. Com efeito, não só nenhum outro relato o confirma como a carta de D. Manuel aos reis de Castela e Góis o desmentem, afirmando que os cativos foram distribuídos pela armada. É êste um dos poucos erros graves cometidos pelo honrado cronista.

(51) Castanheda diz apenas: «e tendo dada a capitania mór dela a Pedralvares Cabral lha tirou por alguns justos respeitos», fórmula vaga de quem receia afirmar um facto, que envolva censura para o Rei. Barros e Góis são terminantes e concordes e dêles seguimos a versão. Correia vem a ponto com uma longa história de imposições feitas pelo Gama a D. Manuel. Fundando-se na versão dêste último, Sanches de Baêna arquitecta uma luta de famílias entre Cabrais e Gamas, para nós mais que duvidosa, dada a suspeita origem em que se funda.

(52) Concordam neste facto com as fontes o minucioso relato de Castanheda e Góis.

(53) Esta carta, em que infelizmente há muitos espaços apagados pelo tempo, foi publicada nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, edição da Academia de Sciências. Trasladámo-la por inteiro aqui, dada a luz com que alumia a figura e vida de Cabral. «Senhor—Eu tenho tanta necessidade de meus parentes vos falarem por mim e Requererem minhas cousas amte vosalteza que nam sey como ouso de fazer por nimguem porem eu ey de fazer meu dever; beijarey as mãos de vosalteza rrecebermo como obra de minha obrigaçam que neste caso tenho a minha irmãa e a meus sobrinhos e a meus parentes: e por que isto digo a vosalteza he por pedir alvares meu cunhado (cognado) casado com minha sobrynha, filha de minha irmãa criada de vosalteza e da Senhora Rainha; eu fuy o que concertey e ordeney este casamento e lhe fiz dar da fazenda de minha irmãa e de meu cunhado dom fernando mais em casamento.... do que seu movell e rraiz podia abastar, e que pero.... era muy boom fidalgo e merecedor disto.... e cousa mayor, todavia se teve respeito a.... e omrra e credito que vosalteza tinha de sua pessoa e o contentamento de seus seruiços e de sua bondade e cavalarya e devemos todos por muito certa sua medramça e galardam de seus serviços e ser ele tall pessoa e asy aceito a vosalteza e encarregado por vosalteza em carregos omrrados que nos pareceo que nam podia deixar daver de vosalteza omrra e merce por sabermos que era cavaleiro homem avisado e que ha de dar em todo tempo e em todo feito bõoa rrezam de sy como vosalteza ja dele tem tomado a espiryemcia:

ingénuo, de bravo e enternecido, de grandioso e humilde, de magnanimidade aparatosa e modesta esquivança, que trazem à memória o Condestável, e, extremando-o dos demais capitães contemporâneos, o alevantam acima da moral comum da sua época.

Herdara de seu pai a estatura desmedida, como se constatou, ao destapar-lhe a sepultura. Devia trazer barba, como os grandes capitães daquele tempo, cerrada e longa. Minavam-no as quartãs; e «havia anos que tremia», informa Castanheda (54). Essa latente morbidade havia de acender-lhe com fogachos bruscos a sensibilidade já de si aguda. E, como a chama íntima dos caracteres fortes e ardentes transluz sempre na face com seu clarão peculiar, bem podemos evocar do nobre capitão o gigantesco vulto, cuidadamente vestido e adereçado, a barba pelo peito, o sobrecenho altivo, e, na face pálida e sombria de impaludado, a gravidade, a distância, a tristeza dos que não ignoram a sua perfeição (55).

¿Concluïremos por isto que a excelência do seu carácter fôsse o móbil único que determinou D. Manuel na melindrosa escolha? Não; Pedro Álvares, suposto que magnificamente escolhido para a missão que lhe era destinada, excedia em isenção e pundonor a craveira exigida pelo rei aos seus bons servidores. Essa orgulhosa inteireza de ânimo de futuro arrastá-lo-ia, de contrário, para um ostracismo, que se lhe protraíu pelo resto da vida. E, se, como tudo indica, não praticara até à data feitos que o impusessem para missão tam espinhosa, hemos de buscar em outras circunstâncias os motivos que, somados às suas nobres qualidades, decidiram o rei a nomeá-lo. Ponderemos primeiramente que logo desde o começo do seu reinado o novo monarca contrariou a política de D. João II de abatimento da nobreza. Bartolomeu Dias, que tam difícil emprêsa chefiou, era um modesto escudeiro. O *Príncipe Perfeito* temia enaltecer os orgulhosos fidalgos portugueses. Ao contrário, D. Manuel, não só volta à política de protecção à nobreza, sem as prodigalidades de D. Afonso V, como distingue nos favores os peores inimigos do seu antecessor, o que nesta própria expedição veremos. Auxilia-nos aqui a carta de Albuquerque a explicar, segundo cremos, dentro destas razões, o segrêdo da escolha. Já vimos que Cabral, pelo seu casamento, se ligara a Noronhas e Albuquerques. Escusa o nome do grande Afonso referências a encarecer-lhe os méritos. Dum dos irmãos da esposa, D. Garcia de Noronha, lembraremos que findou sua carreira gloriosa como viso-rei da Índia. Por seu lado, o irmão primogénito, João Fernandes Cabral, ligára-se do consórcio à casa dos condes de Monsanto e do marechal

agora Senhor vejo esta quebra sua amte vosalteza durar muitos dias em tempo que vosalteza se serve jeralmente dos cavaleiros e fidalgos do voso Reino e conquistas.... os quaes recebem merce Remdas co.... segumdo cada hum faz e merece por.... cognado pero alvares homem desejador.... em obras e em dito e em feito ser sempre servidor de vosalteza de sua pessoa tem que asy o temdes lamçado de voso serviço e quanto me a mim mais parece que a culpa deste feito era sua tanto mais sua de parecer e ey de crer que ele tem certo o perdam e galardam de vosalteza como viimos por espiryemcia em outras pessoas serem lhe seus erros perdoados e feita omrra e dado Remdas e merce e acceitos a vosalteza, e porque a condiçam dos portuguezes he criar nos vosalteza e nos castigar fazer merce e nos chamar e desagravar e se servir de nos e nos tirar de nosos arrufos e errados comselhos como geralmente cada dia vosalteza faz por omde tornamos logo a por nosas vidas ho cutello como noso Rey e senhor verdadeiro e cada huum so trabalha por vos merecer... devia pero alvares de ser por muitas resões e.... huum destes; e se minha pessoa e valia amte vosalteza.... de isto merecer, eu senhor vos beyjarei as mãos por ele ser chamado de vosalteza aconselhado e rreprendido e tornado em vossa graça e serviço por que he homem que eu sey certo que terá vosalteza comtemtamento de sua pesoa e de todalas cousas homrradas que nele ha pera alguùas necesydades de voso serviço que lhe emcarregardes e esforçome Senhor a dizer porque sey que ja tem vosalteza tomado a espiryemcia da sua pessoa e de seus serviços e que em todolos feitos em que ele poser as mãos que vos ha de merecer merce: beijarey as mãos de vosalteza lembrarse das al.... mem... mãa sobre mim pelo falecimento.... que a em minha companhia e ajud.... e perder o escamdalo que de mim tem.... sem tel o pero alvares apartado de voso serviço.... vosa corte e sua filha como da morte de uns filhos: acabada em Calecut a ij dias de dezembro de 1514 (por letra de Albuquerque) feytura e servidor de vosalteza—Aº *dalbuquerque*, (Subscripto) A Ell Rey noso Senhor».

(54) Obra citada, livro I, cap. XXXVIII.

(55) O retrato, com que vulgarmente se representa Pedro Álvares Cabral, é reproduzido dos *Retratos e elogios dos Varões e Donas* (Lisboa, 1817). Não mencionam os respectivos editores a origem dessa imagem. É possível, todavia, que dalguma tela ou gravura antiga o tivessem copiado, dado que isso mesmo fizeram com outros dos retratados. Seja como fôr, o retrato moral, que acabamos de bosquejar, debuxado êsse sôbre os documentos, condiz singularmente com as feições que o representam nos *Varões e Donas*. Outro suposto documento iconográfico é o busto do medalhão dos Jerónimos, que se dá como representando Pedro Álvares. Bem mereciam um estudo sério os quatro medalhões, representando bustos de navegadores, sôbre os pilares duma das alas dos Jerónimos esculpidos. Varnhagen, o mais minucioso dos autores que ao caso se referem, diz na sua *Noticia historica e descritiva do Mosteiro dos Jeronimos* (Lisboa, 1842): «Nos cinco grandes pilares fronteiros ás portas dos confissionarios veem-se tambem em linha horisontal o sol e seguidamente quatro bustos em medalhões, dos quais se diz com toda a probabilidade significarem O Oriente com os quatro herois portugueses que lá tinham ido quando aí chegava a construção; isto é, ao que parece, o Gama e seu irmão, Nicolau Coelho e Pedro Alvares Cabral. Este ultimo busto confirma a tradição, pois está de cara voltada para o lado oposto ao Sol, comemorando assim o seu afortunado descobrimento das terras ocidentais ou Brazil». Teixeira d'Aragão, em *Vasco da Gama e a Vidigueira*, referindo-se aos três primeiros, chega a dá-los como os retratos mais autênticos dos herois que representam. Ainda hoje os guardas do claustro repetem, ciceronando, a tradição. E dêles soubemos que todos os anos o director da Casa Pia, adjunta ao mosteiro, manda no dia da festa do descobrimento do Brasil engalanar de flores e palmas o suposto busto de Cabral. Que os bustos representem navegadores não é para duvidar. A autenticá-los, veste-lhes a cabeça a gorra marítima da época. E tanto quanto o permite a graciosa estilização com que o cinzel os esculpiu, póde do primeiro dos bustos afirmar-se que se assemelha ao mais conhecido dos retratos do Gama. Como a Varnhagen mui provável se nos afigura o que a tradição afirma. Pondere-se, todavia, que Fr. Jacinto de S. Miguel, escrevendo no começo do século XVIII *(Mosteiro de Belem,* manuscrito publicado por Martinho da Fonseca) não faz a mínima referência a semelhante tradição.

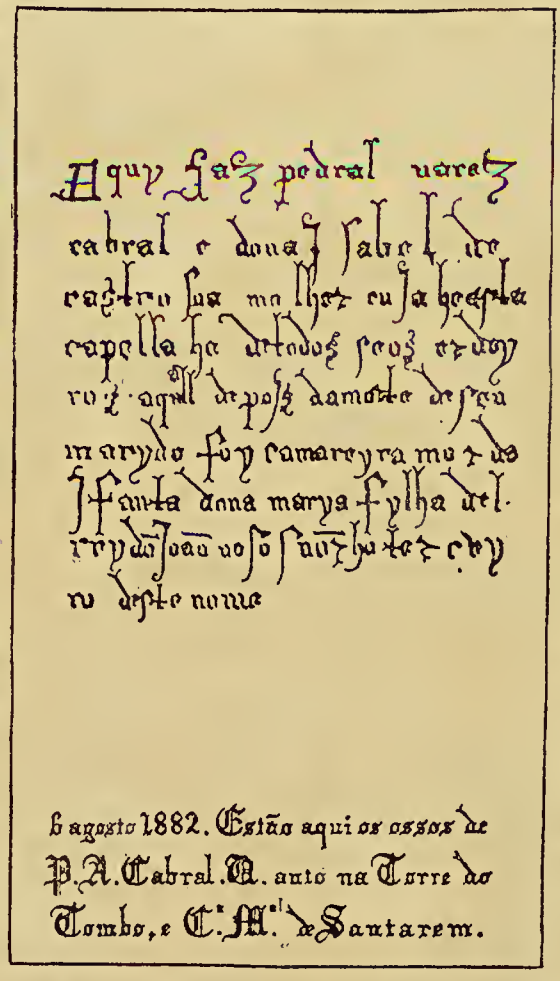
D. Fernando Coutinho, e D. Brites, sua irmã, desposava-se com D. Pedro de Noronha, filho do marquês de Vila Real, magnate de suprêma influência nesta época. Mostram estas relações, dum lado, a alta gerarquia dos Cabrais, e deixam entender, por outro, que Pedro Álvares, pela razão de ser um dos segundo génitos, mau grado os seus primores de cavaleirosa fidalguia, não emparelhava inteiramente,

Fachada da Igreja da Graça em Santarém

em prosápia e riqueza, com aquela nata de famílias nobres e opulentas. Essa desigualdade concorreu em muito para a sua nomeação. Os próceres mais altos da nação, um senhor Dom Álvaro, o Marquês, os condes de Portalegre, de Monsanto, Tarouca, Vimioso, ou os que, na casa del Rey serviam, Silvas, Menezes, Castelbrancos não comandavam até à data emprêsas tam mal seguras e longínquas. E assim

temos por certo que os próprios membros da família da esposa ou quiçá dos cunhados, Vila Real e Monsantos, induziram o rei àquela escolha, já para satisfação das nobres ambições, já para acrescentamento na honra e na fazenda do parente menos valido e alevantado.

Sabe-se que, regressado da expedição à Índia, foi nomeado capitão-mór da nova armada, que veio a partir em 1502, cargo que todavia recusou, e vimos quais os motivos que o determinaram, segundo Barros e Góis, a tal resolução. É tempo de dizermos que, contra a lenda de Gaspar Correia, a qual atribui a nomeação do Gama a imposições suas ao monarca, vexatórias por insistentes, ante as primeiras recusas de D. Manuel, conspira a carta de 10 de Janeiro de 1502, escrita um mês antes da partida da armada. Por êsse documento o rei concede ao descobridor da Índia uma renda anual de 300:000 reais, de juro e herdade, para êle e todos os descendentes; o cargo de almirante da Índia «com todalas honrras, priminencias, liberdades, poder, juridiçam, rendas foros e direytos, que com o dicto almyrantado por direyto deve aver e as tem o nosso almirante destes reynos»; a faculdade de êle e seus descendentes enviarem uma vez cada ano duzentos cruzados nas náus da Índia para se empregarem em mercadorias; o título de Dom, que estende a seus irmãos e descendentes; e mais ordena que os herdeiros de tamanhas mercês «se chamem da Gama por lembrança e memória do dito Vaasquo da Gama» (56). Acrescente-se que, segundo Barros, os duzentos cruzados de mercadorias lhe vinham a dar regularmente, no reino, um conto e oitocentos mil reais (57). Se o Gama houvesse desobrigado o Rei, com instâncias insolentes, não o premiava êle na mesma ocasião com tamanhas mercês e em carta, de que transluz a maior satisfação dos seus serviços.



Inscrição da lápide tumular de Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça em Santarém

Por outro lado, tendo o rei prometido, segundo Correia, desagravar Pedro Álvares dessa mudança de comando, com mercês generosas, deparamos, ao contrário, com remuneração assás escassa dos seus serviços. Os documentos mais antigos que até nós chegaram, referentes às mercês reais concedidas a Cabral, constam de duas cartas dirigidas ao recebedor da sisa da marcaria, ambas datadas em 4 de Abril de 1502, mandando pagar por êsse imposto 13:000 reais e outra 30:000, a Pedro Álvares «de sua tença» naquele ano. Um outro documento igual ao segundo dêstes dois nos aparece, datado em 6 de Março de 1504, referente ao ano anterior. Ainda um recibo, assinado pelo próprio Cabral, a 10 de Janeiro de 1515, menciona o pagamento de 200:000 reais de tença anual correspondentes ao ano de 1514, o que lhe foi conferido por uma carta geral (58). Infelizmente nem se conhece essa carta nem a data em que lhes foi conferida, elementos muito provàvelmente preciosos para nos esclarecerem sôbre as relações entre o rei e o seu ilustre servidor. Não se conhecem também outros documentos, que se lhe refiram, com a concessão de mercês novas. A mesma escassês no que respeita a indícios biográficos demonstra o esquecimento a que o votou o rei. Por duas cartas régias de 1509 (59) averiguamos que Pedro Álvares se retirara para Santarém, onde procura alargar as propriedades. Depois disto o seu nome só nos aparece no «Livro da Matrícula os moradores da Casa del Rey D. Manuel no primeiro quartel do ano de 1518» como cavaleiro do conselho e com a pensão mensal de 2:437 reais (60). Finalmente, por três cartas datadas em Novembro de 1520, concedendo, uma 30:000 reais de tença por ano a D. Isabel de Castro, em atenção aos muitos serviços de seu falecido marido Pedro Álvares Cabral, e as duas outras concedendo, cada 20:000 reais de tença

(56) *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 127 a 131.
(57) *Decada* I, livro V, cap. XI.
(58) Podem lêr-se estes documentos em Sanches de Baêna, obra citada.
(59) Aires de Sá, obra citada, tômo I, documentos.
(60) *Sousa. Hist. Geneal., Provas*, tômo II.

anual, a António Cabral e a Fernão Álvares Cabral, seus filhos, pelos mesmos motivos, conclui-se que o seu falecimento se deu quási com certeza nesse ano ([61]).

Comparando com as mercês concedidas ao Gama, ao depois alargadas com o título de Conde, as que o Rei outorgou a Pedro Álvares, entrando ainda mesmo em desconto com o ingrato esquecimento do monarca, demonstrado pela carta de Afonso de Albuquerque, vê-se claramente que D. Manuel não teve em grande conta os seus serviços.

Pedro Álvares foi sepultado em Santarém na igreja da Graça, que então pertencia ao convento dos gracianos, com quem a viuva em 1529 contratou o jazigo perpétuo.

Levava êle consigo a bordo, na viagem, uma imagem de Nossa Senhora da Esperança, que ainda hoje existe, como símbolo de fé humana e religiosa no êxito da sua singularíssima missão ([62]).

«Pouco fez ou baixamente avalia suas acções quem cuida que lhas podiam pagar os homens» —dizia o P.e António Vieira. Se a sua esperança visava a estreita remuneração dos seus trabalhos, o que não cremos, cruelmente se iludiu; se, ao invez, punha em longínqua mira a dilatação do nome português, bem excedidos foram os seus votos, por mais arrojados que os tivesse concebido, ao levantar do seu padrão nos areais de Vera Cruz.

III—DADOS GENEALÓGICOS E BIOGRÁFICOS SOBRE OS CAPITÃES E FIGURAS PRINCIPAIS DA ARMADA

QUAIS, agora, as razões que indicaram para os respectivos postos os outros capitães da armada? A alguns inculcavam, é patente, a sabedoria náutica e qualidades de comando, doutras vezes provadas. Estão nesse caso Bartolomeu Dias, seu irmão Diogo e Nicolau Coelho. Mas, acima dessas claras razões, a nobreza do sangue motivava a escolha dos comandos. Confirmam-no, nesta mesma expedição, Pedro Álvares Cabral e Sancho de Tovar, respectivamente capitão-mór e sota-capitão da armada, cujos nomes bem por certo àquela data apenas excediam alguns dos outros em primasias de nobreza, que não em altos feitos praticados. Essa mesma preocupação das precedências fidalgas na escolha dos comandos se infere a cada passo dos relatos das crónicas. Referem elas, por mais clara certeza, que D. Manuel consentiu aos comerciantes que armassem seus navios com que fôssem ao tracto das especiarias, com a condição de apresentar os capitães das respectivas náus, para receberem a confirmação indispensável. Essa preocupação transparece igualmente de todos os documentos que até nós chegaram, quási sempre que nêles se enumera uma lista de capitães. João de Barros, cronista palaciano, vai mais longe e declara: «Quando nomeamos algum capitão se he homem fidalgo e tão conhecido por sua nobreza e criação na casa d'el Rey, logo em falando nele a primeira vez diremos cujo filho he, sem mais tornar a repetir a seu pai: e se he homem fidalgo de muitos que ha no Reyno, destes taes não podemos dar tanta noticia porque não vierão ao lugar onde se os homens habilitão em honra e nome, que he na

([61]) Aires de Sá, obra citada, documentos.

([62]) Transcrevemos duma carta do Conde de Belmonte, D. José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara:

«Na descrição dos encargos e despesa dêstes Morgados «Belmonte» há «uma pensão» pela qual claramente se deduz que a casa e varonia de Pedro Álvares Cabral continuou, por morte de seus filhos, no ramo directo de seu sobrinho Fernão Cabral, donde procedem os actuais Cabrais, representados hoje pelo sr. D. José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, 4.o conde de Belmonte: «Francisco Cabral, 5.o sobrinho de Pedro Álvares Cabral, o Descobridor do Brasil, e herdeiro da Casa de Belmonte, por morte de seus irmãos Fernão, Luís e outros, instituíu uma capela com a pensão de um círio para alumiar quotidianamente a Imagem de Nossa Senhora da Esperança que há no Convento dos Padres Terceiros, junto de Belmonte.»

Esta imagem de Nossa Senhora da Esperança (que ainda hoje existe) acompanhou Pedro Álvares Cabral na sua viagem à Índia (e Descoberta do Brasil), o qual, na volta a Belmonte, lhe erigiu ali, em uma Quinta, uma ermida, a cuidado dos Franciscanos, ermida que ficou na posse de seu sobrinho, Fernão Cabral, Senhor de Belmonte e de seus descendentes que a aumentaram e lhe consignaram rendimentos.» Aires de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, documento DCCIII.

NICOLAU COELHO

SIMÃO DE MIRANDA

GASPAR DE LEMOS

SANCHO DE TOVAR

Segundo desenhos do Armeiro Mór e Tesouro da Nobresa, originais iluminados,
do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo

casa d'el Rey, por isso podem nos perdoar...» (63). Com efeito, ao enumerar os capitães da armada de Cabral, cuja filiação já anteriormente declarara, resa assim: «Pedralvares Cabral, capitão mór, Sancho de Toar, filho de Martim Fernãdez de Toar, Simão de Miranda filho de Diogo de Azevedo, Aires Gomez da Silva filho de Pero da Silva...» (64), de nenhum dos outros fala da ascendência paterna. Daqui podemos inferir que dentre todos os capitães estes excediam os outros nos títulos heráldicos. Os demais cronistas, como Castanheda e Góis, se não citam a filiação de nenhum dêles, contudo enumeram também a estes três em primeiro lugar. As investigações que fizemos nos nobiliários manuscritos confirmam inteiramente o que os cronistas deixam antever.

Imagem de Nossa Senhora da Esperança que acompanhou Pedro Álvares Cabral na viagem do descobrimento do Brasil.

SANCHO DE TOVAR, o substituto de Cabral, era fidalgo castelhano 1.º filho de Martim Fernandez de Tovar, o qual por ter seguido o partido de Afonso V, contra Fernando e Isabel, depois da vitória dêstes perdeu todos os bens e foi mandado degolar. Sancho assassinou o juiz que sentenciou o pai e fugiu para Portugal. O solar dos Tovares era na vila de Tovar, a 6 léguas de Burgos. Para provar as excelências da linhagem, de origem remotíssima, bastará dizer-se que entre os avoengos de Sancho se conta Fernão Sanchez de Tovar, adeantado-mór de Castela e almirante da esquadra que venceu os portugueses em Saltes, nos tempos do nosso D. Fernando e que, às primeiras arremetidas, em Aljubarrota foi ferido gravemente. Os Tovares eram das mais nobres famílias de Castela (65).

D. Manuel, que nesse tempo podia ainda alimentar a esperança duma Espanha unida sob o scetro dum filho seu, dando a Sancho de Tovar a honra daquele pôsto, se lhe levaya em conta a provada nobreza e até a tradição marinheira da família, obedecia porventura, aos motivos políticos que naquele tempo aconselhavam tanto os monarcas portugueses como os castelhanos a ostentar a gratidão pelos fidalgos, que esquecendo as razões de Pátria, legitimavam apenas a sucessão do sangue. De facto, o príncipe D.

(63) Transcrevemos aqui todo o passo do cronista, por extremamente elucidativo: «Ca ordenou el Rey pera que os homens deste Reyno cujo negocio era commercio tivessem em que poder tractar, dar-lhe licença que armassem naos pera estas partes, dellas a certos partidos e outras a frete; o qual modo de especiaria a frete ainda hoje se usa. E porque as pessoas a quem el Rey concedia esta mercê tinhão per condição de seus contractos que elles avião de appresentar os capitães das naos ou navios que armassem, os quaes el Rey confirmava: muitas vezes appresentavão pessoas mais sufficientes pera o negocio da viagem e carga que avião de fazer do que erão nobres per sangue. Fizemos aqui declaração porque se saiba *quando se acharem capitães em todo o discurso desta nossa historia que não sejam homens fidalgos, serão daqueles que os armadores das naos appresentavão, ou homens que per sua propria pessoa ainda que não tinhão muita nobreza de sangue avia nelles qualidades* pera isso e tambem por darmos noticia do modo que levamos em nomear os homens que he este. Quando nomeamos algum capitão se he homem fidalgo e tão conhecido per sua nobreza e criação na casa d'el Rey, logo em falando nelle a primeira vez dizemos cujo filho he, sem mais tornar a repetir seu pae, e se he homem fidalgo de muitos que ha no Reyno, destes taes não podemos dar tanta noticia porque não vieram ao lugar onde se os homens habilitão em honra e nome que he na casa d'el Rey, por isso podem-nos perdoar: e tambem a dizer verdade os escriptores, dos individos não podem dar conta, e quem muito procura por elles quebra o nervo da historia, parte onde está toda a força della. Todavia nesta digressão duas cousas pretendemos, notificar a todos que nossa tenção he dar a quada hum não somente o nome de suas obras: mas ainda o de seu avoengo, se ambas estas duas vierem á nossa noticia. *E a segunda que quando fizermos algum grande cathalogo de capitães (porque estes sempre hão de ser nomeados) ora sejão de naos ou navios: sempre devem entender que as pessoas maes principaes per sangue e feitos, andavão nas melhores peças d'armada.*» João de Barros, *Decada primeira da Asia*, Livro V, cap. X.

(64) *Decada primeira da Asia*, Livro V, cap. I.

(65) *Nobiliário manuscrito de Rangel de Macedo*, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Miguel, filho de D. Manuel e neto herdeiro de Fernando e Isabel, só aos 19 de Julho dêsse ano, isto é, depois da partida de Cabral, falecia em Granada (66).

Morto o príncipe, desapareciam os motivos políticos que levavam o rei a distinguir o castelhano fugitivo. Com efeito, os capitães da armada que regressam da Índia são quási todos galardoados com novos comandos ou honrosas mercês e cargos; mas de Sancho de Tovar, que ainda no regresso realizava com êxito o descobrimento de Sofala, nunca mais falam os documentos e os cronistas. O nome de Sancho de Tovar, a revelar-lhe a vida palaciana, surge uma vez trovando no *Cancioneiro Geral* de Resende (67).

SIMÃO DE MIRANDA ou Simão de Miranda de Azevedo, filho de Diogo de Azevedo, pertencia a família portuguesa muito nobre, cujas origens, ainda que mais longe possam rebuscar-se, devem, como as de Pedro Álvares Cabral, procurar-se na crise nacional do século XIV. O mais notável entre os seus primeiros ascendentes é Afonso Pires da Charneca, irmão de armas do Condestável Nuno Álvares, seu vedor, companheiro dos lances mais difíceis e um daqueles por quem êle distribui as suas terras. Afonso Pires esteve na Batalha Real e assina com os demais fidalgos fieis ao Mestre o auto do seu levantamento, nas côrtes de Coímbra. Seu filho, Martim Afonso da Charneca, arcebispo de Braga, esteve em França, como embaixador de D. João I. Simão de Miranda, seu neto, era casado com D. Joana Correia, filha de Aires Correia, o qual, como dissemos, ia também na armada por seu feitor geral e para feitor de Calecut (68). Tendo regressado da Índia, parte na armada de Jorge de Melo, em 1512, comandando uma náu e despachado para capitão de Sofala, onde vem a morrer, ao que parece em 1515 (69). O nome de Simão de Miranda aparece bastas vezes no *Cancioneiro* de Resende, trovando, a par dos melhores fidalgos, sôbre as futilidades irrisórias da côrte, como era uso do seu tempo (70).

A família, porventura, mais nobre pertencia AIRES GOMES DA SILVA, filho de Pero da Silva. Os Silvas descendem de el-Rei D. Fruela II, de Leão, tronco, que durante séculos, frondeja nalgumas das mais nobres casas de Portugal e de Castela. Desde os primeiros tempos da monarquia aparecem seus nomes cumulando altos cargos e assinalados feitos. Dom Gomes Pais da Silva foi companheiro de Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, e alcaide-mór do castelo de Santa Olaia, um dos postos mais arriscados no reinado de D. Afonso Henriques.

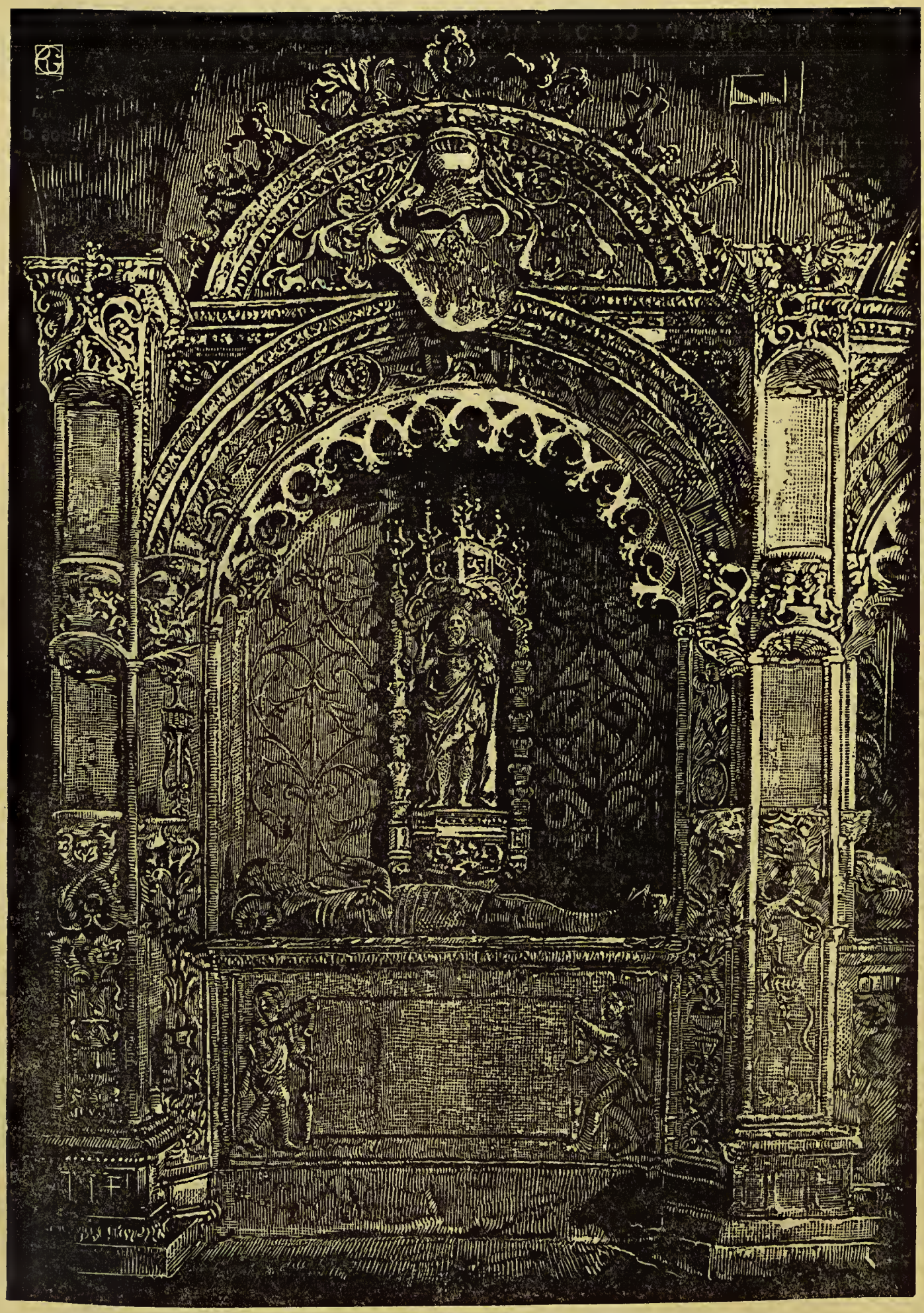
Mais tarde, em tempos de D. Fernando e D. João I, os nomes de seu bisavô e avô, respectivamente Gonçalo Gomes da Silva e João Gomes da Silva, surgem bastas vezes nas crónicas de Fernão Lopes e sempre em termos e situações honrosas. Ambos assinam o auto de levantamento do Mestre nas côrtes de Coímbra. O último foi alcaide de Montemór-o-Velho, senhor de Tentúgal, Vagos, Unhão, Buarcos, Jestoço e Sinde, capitão-mór e alferes-mór de D. João I. Entra na batalha de Aljubarrota e na tomada de Ceuta, e vai como embaixador a Castela negociar as pazes. Daí por diante, até aos tempos de D. Sebastião, os Silvas continuam a privar no paço, a ocupar cargos altíssimos e a ilustrar-se em rasgos de lealdade e valentia. A um primo e homónimo de Aires Gomes da Silva, seu contemporâneo, vemo-lo íntimo de D. João II, seu camareiro-mór, embaixador a Inglaterra e mais tarde e durante o tempo de D. Manuel ocupando o mais alto cargo na administração da Justiça, o de Regedor

(66) Damião de Góis, *Cronica de D. Manuel*, I parte, cap. XIV.
(67) Edição citada, vol. IV, pág. 78.
(68) Estes apontamentos genealógicos são transcritos do Nobiliário manuscrito de Rangel de Macedo, um dos melhores que se conhecem sôbre famílias portuguesas e existente na Biblioteca Nacional, Colecção Pombalina.
(69) Barros, *Decada* II, livro VII, cap. II.
(70) Para se averiguar do seu estro damos aqui uma dentre as melhores das suas trovas:

«*De Simão de myranda a senhora dona Briatys de Vilhana, aconselhàndo-lhe que se goarde de soberba e desprezar ninguem*

Fortuna, sortes, mau fado
sempre vem pela soberba,
ou por quem muito despreza
qualquer malaventurado.

Da soberba vem cayr
do mays alto no mays fundo.
goardesse quem neste mundo
folga mal de bem ouvir.
Quem cayr neste pecado,
non se fye em gentileza,
porque quem muytos despreza,
seu valer é desprezado»



CAPELA TUMULAR DE AIRES DA SILVA, NA IGREJA DE S. MARCOS, PRÓXIMO DE COÍMBRA

da Casa da Suplicação. Os Silvas teem pânteon no formoso convento de S. Marcos, entre Coímbra e Tentúgal. Ainda hoje os seus túmulos constituem a mais bela e variada colecção de monumentos de arte nesse género existente em Portugal. O mosteiro de S. Marcos é um dos monumentos portugueses que mais memórias épicas exala.

Outro seu primo, e em grau igual ao Regedor da Casa da Suplicação, era D. Diogo da Silva e Menezes, 1.º conde de Portalegre, aio de D. Manuel e mais tarde seu escrivão da puridade. Sabe-se pela carta de la Faitada que um dos navios da armada pertencia ao conde de Portalegre e a alguns mercadores, e que êsse foi um dos quatro sossobrados pela grande tormenta entre o Brasil e o Cabo Tormentoso. Mais se conhece pela narrativa dos cronistas que Aires Gomes da Silva comandava um dos navios naufragados. Julgamos assim provável que uma e outra fôssem a mesma náu e que Aires desempenhasse na expedição aquele honroso cargo, ao serviço e por influência do seu ilustre primo, o valido do monarca.

De Aires Gomes sabe-se apenas desde que embarcou, que durante a sua curta estada no Brasil trouxe, como Cabral e Simão de Miranda, um dos naturais da terra por pagem algum tempo, sinal de que blazonava altas fidalguias ([71]). Pouco depois morria, como dissemos, durante a tormenta que assaltou a armada, a caminho do Cabo da Boa Esperança.

Mas, sendo de família tam ilustre, que póde bem hombrear com a de Pedro Álvares Cabral, senão de mais alta gerarquia, ¿porque motivo referirá o palaciano João de Barros o seu, após o nome de Simão de Miranda? Porque êste Aires Gomes da Silva tinha quebra de bastardia na sua nobilíssima prosápia. Seu pai Pero da Silva era filho bastardo do grande João da Silva, o alferes-mór de D. João I ([72]).

NICOLAU COELHO era, na bravura e esfôrço inquebrantáveis, digno da geração ilustre, de quem o poeta João Roíz de Sá, seu contemporâneo, em sua gesta heráldica, trovava:

«Coelhos, tal perfeição
d'esforço e de opinião
sostem no que começarem,
que o coração lhes tirarem,
não lhes tira o coração» ([73]).

referindo-se, é bem de ver, àquele Pero Coelho, a quem D. Pedro, o *Crú*, mandou arrancar o coração. Em 1497, acompanha Vasco da Gama, comandando o *Bérrio* e sendo assim um dos descobridores da Índia. É êle que no regresso vem adiante anunciar a nova do descobrimento. Mal refeito dos perigos, fadigas e inclemências inúmeras da épica jornada, parte de novo, passado um escasso meio ano, na armada de Cabral. E em 1503, pouco mais dum ano volvido após o seu regresso a Portugal, ei-lo de novo a caminho da Índia, comandando a náu *Faial*, na armada de Afonso e Francisco de Albuquerque, enchendo as páginas das crónicas com as façanhas praticadas. De regresso da sua primeira viagem à Índia, D. Manuel, por carta de 24 de Fevereiro de 1500, isto é, duas semanas antes de embarcar de novo, concede-lhe 50:000 reais de tença, sendo 30:000 de juro e herdade para êle e seus sucessores e 20:000 «para enquanto fôr mercê de Sua Alteza» ([74]). Além disso concedeu-lhe que usasse por armas, em campo vermelho, um leão rompente de ouro (o leão dos Coelhos), entre duas colunas de prata, que assentam sôbre dois montes verdes e em cada uma um escudinho azul com as quinas de Portugal, e ao pé do escudo uma náu no mar: timbre meio leão de ouro, com uma das colunas na mão ([75]). Da carta de Pero Vaz de Caminha vê-se que Pedro Álvares tinha Nicolau Coelho na conta dum dos mais desembaraçados dentre os seus capitães. O mesmo Caminha, citando os nomes de capitães que rodeavam Cabral na scena da recepção dos primeiros indígenas, coloca Nicolau Coelho a seguir a Sancho de Tovar e Simão de Miranda, não se referindo então a Aires da Silva, o que prova a sua alta

([71]) «porem não trouvemos esta noute aas naaos senom iiij (4) ou b (5), saber: o capitam moor dous e Simão de Miranda hum que trazia ja por paje e Ayres Gomes, outro, asy paje» *Carta de Caminha, Alguns documentos*, pág. 109.

([72]) Colhemos os informes genealógicos do nobiliário manuscrito de Rangel de Macedo e do nobiliário igualmente manuscrito do abade de Purozelo, Biblioteca Municipal do Pôrto. Sôbre os Silvas veja-se também *O primeiro livro dos Brasões*... de Brancamp Freire.

([73]) *Cancioneiro Geral* de Resende, tômo III, pág. 211.

([74]) *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 97.

([75]) Vilas Boas, *Nobiliarquia Portuguesa*, título dos Coelhos.

batalhando. Na emprêsa infausta de Tanger, lá fulgura ainda o montante do belicoso cavaleiro. Na primeira nave em que os nautas portugueses cortam para as solidões marinhas do ocidente vai por capitão, a rôgo do Infante, o destemido frei Gonçalo Velho Cabral ([87]), que precede de sessenta e oito anos, nos mares ocidentais, o descobridor de Vera Cruz. A geração heróica dos Dias, que havia tantos anos andava no oceano, governando as galés, as caravelas e as náus sôbre as ondas encapeladas, por entre o estrondo das procelas, ali estava presente na figura do descobridor do Cabo das Tormentas e de seu irmão Diogo. Nicoláu Coelho e Pero Escolar representavam naquela assembleia de heróis a expedição gloriosa da Índia. A igreja ali tinha os freires de S. Francisco. A sciência ali se representa em Duarte Pacheco. Eis a primeira gente lusitana que pisava a terra brasileira. Aquela grei mística e belicosa mudara com os seus feitos os destinos do mundo, ampliando os horizontes onde se movia a civilização. Eram os agentes daquela espantosa energia com que a pequena nação se projectava para além das suas fronteiras marítimas. ¿Quem se não sentirá penetrado de uncção perante a imagem dêstes antepassados, dêstes cavaleiros impávidos, dêstes pilotos tisnados pelas borrascas do Atlântico, dêstes freires mártires, dêstes marinheiros temerários; daqueles avós, inflamados pelo amor de Deus e pelo amor da Pátria, que descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos, um novo céu e novas estrêlas?

A ADORAÇÃO DOS MAGOS

Quadro de Jorge Afonso (Museu de Viseu), em que se nos depara pela primeira vez na pintura quinhentista portuguesa a influência do descobrimento do Brasil com a representação de um dos reis Magos num guerreiro brasílico, comemorando a nova conquista da fé christã.

Havia dez dias que os capitães, cosmógrafos, marinheiros, frades e soldados tinham chegado das bandas da aurora, nas altas náus que ostentavam as vermelhas cruzes nos calvários das velas. Agasalharam os homens nus, folgaram e dançaram com êles, e iam partir sem violência e sem mácula, comungando puros como os cavaleiros do San Graal. A cerimónia que, naquela manhã de maio os conduzia nos batéis empavesados, Caminha nol-a descreve em têrmos que seria profanação retocar:

«*E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de Maio* ([88]), *pela manhã, sahimos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar rio acima contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E alli marcou o capitão o sitio onde haviam de fazer a cova para a fincar. E emquanto a iam abrindo, elle com todos*

([87]) Gonçalo Velho Cabral, comendador de Almourel, inicia em 1432 a navegação para oeste da costa europeia, descobrindo no ano seguinte as ilhas de Santa Maria e S. Miguel.

([88]) Em João de Barros *(Asia,* Dec. I, liv. 5.º, cap. 2.º) o texto cronológicamente errado consigna que «*passados alguns dias, emquanto o tempo não servia, e fizeram sua aguada, quando veiu a 3 de Maio, que Pedralvares se quiz partir, por dar nome áquella terra por elle novamente achada, mandou arvorar uma cruz mui grande no mais alto lugar de uma arvore...*»

nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ella estava. E com os religiosos e sacerdotes á frente cantando, fomos trazendo-a d'alli, a modo de procissão. Eram já ahi quantidade delles (tupiniquins), uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram metter debaixo della para ajudar-nos. Passámos o rio ao longo da praia; e fomos colocál-a onde havia de ficar que será obra de dous tiros de besta distante do rio ...» (89)

O tanger das charamelas e as náus empavesadas tinham atraído de longe os tupiniquins. Caminha continua a observá-los com uma terna simpatia. Eram já uns cento e cincoenta que assistiam à cerimónia, e entre êles uma só môça, nua como Eva.

Chantada a cruz (90) com as armas dos castelos e das quinas, que primeiro lhe pregaram, armou-se ao pé dela o altar, e frei Henrique celebrou a missa, cantada e oficiada pelos religiosos e sacerdotes. Infantilmente nus, os tupiniquins imitavam cada gesto dos homens brancos, ajoelhando quando os viam ajoelhar, alçando as mãos quando êles as erguiam ao Evangelho e ao levantar a Deus, sentando-se ao vê-los sentar-se. Alguns, mais irrequietos ou por enfado, e «*por o sool seer grande*», levantaram-se. Uns cincoenta ou sessenta permaneceram sossegados, assistindo ao sacrifício. O capitão-mór comungou, e com êle os dois degredados que iam ser abandonados em Vera Cruz. Acabada a missa, frei Henrique desvestiu-se e em alva prègou do Evangelho e dos apóstolos do dia, que eram São Tiago e São Filipe (91). Depois do sermão, distribuíu Nicoláu Coelho crucifixos de estanho, que lhe tinham ficado da expedição à Índia; e sentando-se frei Henrique ao pé da cruz os deu a beijar, de mãos postas, e os atou, um a um, ao pescoço dos aborígenes.

Era bem uma hora depois do meio dia. O séquito desceu da pequena colina e reembarcou nos batéis, que partiram, à fôrça de remos, para as alterosas náus.

Foi assim, com êste cerimonial e êste irrepreensível proceder em que resplandecem, a um tempo, a quinta essência do cavalheirismo e um místico ardor medieval, que os portugueses se despediram da terra edénica de Vera Cruz, integrando na história a página mais formosa dos descobrimentos, como a merecia no frontispício dos seus anais históricos uma nação fadada a tamanhos destinos.

(89) «*A distancia que o separa (o Itacumirim) do mar sendo, em média, de 25 metros e a ribeira constituida por comoros de areia, não foi necessariamente ahi que plantou Cabral a primeira cruz. Além de que falta uma das condições descritas—que media da cruz ao rio, que será obra de dois tiros de bésta.*

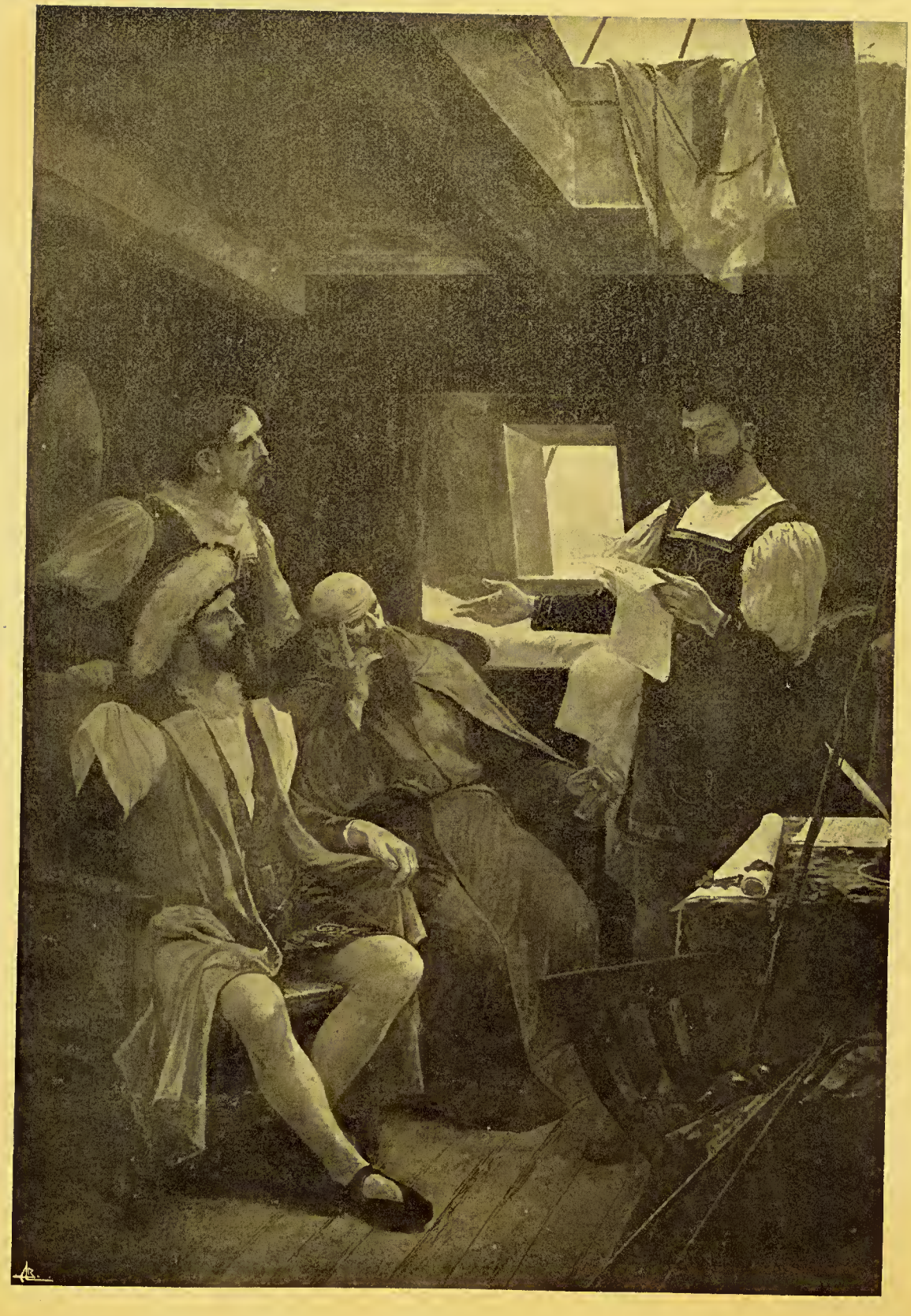
«*Subindo o rio desde a sua foz na distancia de 719 metros que elle corre ao carão da praia muda rapidamente a orientação junto de um pequeno morro coberto, hoje, de palmeiras, ficando perfeitamente visivel do mar do qual dista cento e poucos metros. Da parte plana da pequena elevação ao rio distará obra de dous tiros de bésta (45 a 50 metros).*

Esta elevação está acima do nivel do mar onze metros rodeada de jussaras e mussandós e estende-se para oeste acompanhando o rio na distancia de mais de um kilometro». Major Salvador Pires de Carvalho e Aragão, *Bahia Cabralia e Vera Cruz*, Bahia, 1899, a págs. 58 e 59.

(90) Em 1541, quando Fernando de Soto, governador de Cuba e da Flórida e antigo companheiro de Pizarro na conquista do Perú, descobriu o Mississipi, repetiu a scena histórica da Corôa Vermelha, assinalando o acontecimento com uma imensa cruz, arvorada na presença dos *Indios*.

(91) No estudo analítico tam conciso e simultâneamente tam profundo que Capistrano dedica à carta de Caminha no opúsculo *O descobrimento do Brasil pelos Portugueses* (Rio, 1900), conjectura, com verosimilhança, «*que todo o sermão devia volver sobre o que foram os Apostolos, a missão a elles confiada:* **docet omnes gentes,** *o mundo que encontraram adverso e contra elles não prevaleceu, o triumphar do Evangelho.*»

O historiador brasileiro nota o «*anhelo ardente de proselytismo*» que exala a carta de Caminha «*e acalora suas ultimas phrases*» ao exortar o soberano a que mande recolher ao redil de Cristo aquelas ovelhas inocentes, que viviam no mundo novo à lei da natureza.



Pedro Vaz de Caminha lendo a Pedro Álvares Cabral e frei Henrique de Coimbra a carta que escreveu a El-Rei D. Manuel e de que Gaspar de Lemos, comandante do navio dos mantimentos, será o portador.

(Quadro do pintor brasileiro Aurelio de Figueiredo)

6—O PROBLEMA DOS COMANDOS

O COMANDO DO NAVIO DOS MANTIMENTOS

O sábado, 2 de Maio, pela manhã, o veloz navio dos mantimentos desferia velas e partia, de regresso ao Tejo, a levar a notícia do descobrimento.

¿Quem comandava a pequena nave alvissareira?

Os depoïmentos são conformes e unânimes. Foi o navio das vitualhas (92). Mas já as dúvidas surgem àcêrca do comando (93). As cartas régias são omissas. Caminha não o designa. Na *Historia da India*, de Castanheda, pela primeira vez surge o nome do comandante. Barros, que é, na ordem cronológica, o segundo a nomeá-lo no cap. II do Livro V da Decada I da *Asia*, escreve: «*expediu hum navio, capitão Gaspar de Lemos....*» Damião de Góis repete na *Chronica de el-rei D. Manuel*: «*despachou para o reyno Gaspar de Lemos no seu navio*». Osório insiste: «*unum... nomine Gasparem Lemnium in Portugaliam remisit....*»

Esta unanimidade cessa com o testemunho de Gaspar Corrêa nas *Lendas*: «*...o Capitão-mór, por conselho de todos, d'aqui tornou a mandar ao Reyno o navio de André Gonçalves com a nova a El Rey desta nova terra que descobrira....*»

A afirmativa é tanto mais embaraçosa quanto o autor das *Lendas* inclui o navio de Gaspar de Lemos entre os que se perderam na procela, durante a viagem de Vera Cruz ao Cabo da Boa Esperança.

Cândido Mendes de Almeida, na memória lida na sessão do Instituto Histórico de 10 de Setembro de 1875 (94), pronunciou-se a favor do testemunho, tam freqüêntemente precário, de Corrêa, que nesta matéria é impossível fazer prevalecer sôbre os de Castanheda e João de Barros.

André Gonçalves, mestre que fôra com D. Vasco (95), teria sido quem levou a Lisboa o achamento de Vera Cruz.

O historiador brasileiro consolida a sua opinião com vários argumentos, à cabeça de cujo rol está o de Gaspar Corrêa trabalhar ainda no texto das *Lendas* quando já corriam impressas a

(92) **Vaz de Caminha**

...«e perguntou assim a todos (Cabral) se nos parecia ser bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza, pelo navio dos mantimentos, para a melhor mandar descobrir, e saber della mais».

Pilôto Anónimo

...«determinou Pedro Alvares fazer saber ao nosso Serenissimo Rei o descobrimento desta terra... e assim despachou um navio que vinha em nossa conserva carregado de mantimentos, além dos doze sobreditos, o qual trouxe a El Rei as cartas em que se continha tudo quanto tinhamos visto e descoberto...»

Carta de D. Manuel aos Reis Católicos

(28 de Agosto de 1501)

...«dalli me enviou (de Vera Cruz) um navio a notificar-me como a achara...»

Carta de D. Manuel ao Rei Católico

(da versão italiana de 1505)

...«desta terra o capitão fez regressar a nós aquella caravella que levava mantimentos...»

(93) **Castanheda**

...«desta terra mandou Pedro Alvares a Gaspar de Lemos na sua caravella com cartas a el-rei D. Manoel, em que dizia o que até alli tinha acontecido».

João de Barros

...«dalli expediu um navio capitão Gaspar de Lemos, com nova para El-Rey D. Manoel do que tinha descoberto, o qual navio com sua chegada deu muito prazer a El-Rey e a todo o Reyno assim per saber da boa viagem que a frota levava como pela terra que descobrira».

Damião de Góis

«Antes que Pedro Alvares partisse deste logar mandou por em terra uma Cruz de pedra como por padrão ...e despachou para o reino Gaspar de Lemos no seu navio, com novas deste descobrimento...»

Gaspar Corrêa

...«O Capitão mor por conselho de todos, daqui tornou a mandar ao Reyno o navio de André Gonçalves com a nova a El Rey desta nova terra que descobrira...»

Livro das Armadas da Índia

Gaspar de Lemos, de Santa Cruz, terra do Brazil, voltou a Portugal com a nova do descobrimento della.

(94) *Notas sobre a historia patria: Quem levou a noticia da descoberta do Brasil.*

(95) Corrêa, escrevendo muitos anos passados sôbre a viagem do Gama, naturalmente confundiu Gonçalo Nunes, criado de Vasco da Gama, que o acompanhara na armada comandando o navio dos mantimentos, com André Gonçalves. Era o navio de 200 tonéis, que D. Manuel comprara a Aires Corrêa, para que fôsse carregado de vitualhas até à aguada de S. Braz, onde o despejariam e queimariam (Liv. Cap. II, Castanheda), como adquirira também a caravela de cincoenta toneladas ao pilôto Bérrio.

Historia da India, de Fernão Lopes de Castanheda (1551), e as *Decadas* de João de Barros (1552). Conseqüêntemente, quando o historiador das *Lendas* discorda dos antecessores, com sólido fundamento deve presumir-se que o faça.

O argumento seria concludente como observa Capistrano ([96]), se o texto de Gaspar Corrêa não estivesse inçado de êrros flagrantes. Tendo partido para a Índia na juventude e havendo lá colhido das figuras secundárias das tripulações a maioria das suas notícias, o autor das *Lendas* escreve sôbre o descobrimento do Brasil com duvidosa autoridade. É assim que por duas vezes cita a data de 25 de Março, dia de Nossa Senhora, como da partida da esquadra, quando a segunda armada da Índia saíu a foz do Tejo a 9 de Março ([97]). Certamente, Castanheda, Barros, Damião de Góis e Osório também claudicam em várias passagens ([98]), mas não os surpreendemos, salvo nos detalhes, em discordância grave com Vaz de Caminha, se exceptuarmos a designação do comandante da náu desgarrada nas alturas do arquipélago de Cabo Verde, que todos à porfia asseguram ser a de Luís Pires e só Caminha assevera ter sido a de Vasco de Ataíde. O mesmo não sucede já com a versão de Gaspar Corrêa, que designa Pero de Figueiró como comandante da náu desgarrada, reduz a *cinco dias* a permanência da esquadra em Vera Cruz, e conta haver Cabral mandado ao rei «homens e mulheres e moços», o que irrefutávelmente se verifica inexacto pela leitura da carta minudenciosa de Caminha, que regista a resolução dos capitães de não enviar da terra gente alguma ao reino e menciona cada visita dos aborígenes a bordo, a saber: dois na noite de 24, à capitânia; dois na noite de 29 à náu de Sancho de Tovar; quatro na tarde de 1 de Maio, sendo dois à capitânia, um à náu de Simão de Miranda Azevedo e outro à de Aires Gomes da Silva. Se estes êrros não bastam para invalidar integralmente o depoïmento de Gaspar Corrêa, chegam para inquiná-lo de forte suspeição.

Há, todavia, na narrativa das *Lendas*, tam grande número de pormenores, que denunciam fonte informativa fidedigna no que respeita à viagem de retôrno do navio de mantimentos.

Alguns factos, atribuídos a Cabral, poderão, porventura, ser transportados para a viagem do navio de Gaspar de Lemos, no qual bem poderia ter ido como pilôto André Gonçalves ([99]). Entrevê-se na narração de Corrêa que êle está melhor informado àcêrca da expedição do emissário que sôbre os sucessos, própriamente, da armada de Cabral. Custa menos a acreditar na veracidade dessas notícias quanto elas nos aparecem, dentro da mais rigorosa lógica, como a própria justificação das resoluções de Cabral. Diz-nos o autor das *Lendas* que o Capitão-mór mandara a «*André Gonçalves que fosse correndo a costa sempre que podesse, e trabalhasse para lhe vêr o cabo, o que elle assim fez, e descobriu muito della que tinha muitos bons portos e rios, escrevendo tudo, e as sondas e signaes, com que tornou a el-rei, e houve muito prazer, e logo armou navios em que tornou a mandar André*

([96]) Capistrano de Abreu, *O Brasil no seculo XVI, I—a Armada de D. Nuno Manuel*, Rio, 1880.

([97]) «*Queste de lo anno, MV. a giorni octo de marzo se partirno del porto de Lisbona...*» **Copia de una littera del Re de Portugallo mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de India;** Roma, 1505. «... *El dicho mi capitan com trece naos partio... a nueve de Marzo...*» Carta do rei D. Manuel, em Navarrete (Colleccion de los viages., Tôm. III pág. 94 e seg.
«... *ao seguinte dia... nove do mes de março... saio Pedralvarez*»; Decada I da **Asia** de João de Barros, Liv. V. cap. II.
«... *ao outro dia pela manhaã que foram nove de Março...*»; **Historia da India** de Castanheda, Liv. I, cap. XXVIII.
«... *Solvit autem Capralis... VIII Idus Martii...*»; **De Rebus Emman,** fl. 42.
«... *Recolhidas as náos que logo derão as velas, El-Rey se metteo no seo batel, e os foy acompanhando até sahir da barra. O que foy em vinte e cinco de Março dia de Nossa Senhora, de 1500...*» **Lendas da India,** de Gaspar Corrêa, a pág. 150 da edição de 1858.
«... *em hum Domingo outo de Março daquelle anno... sahimos... a hum lugar chamado Rastello... No dia seguinte levantamos ancoras...*: Relação do «pilôto anónimo» nos **Paesi nuovamente retrovati,** de Montalbodo, vertida para português da retradução de Ramusio na **Colleção de Noticias para a Hist. e geogr. das nações ultramarinas.**
«... *Del 1500, alli 9 di Marzo mandó Sua Altezza navilii, tra grandi e picoli, numero 13...*» Relação de Lunardo de Chá Masser.

([98]) Como, por exemplo, na referência à cruz, cuja construção nos descreve Caminha, e que os cronistas dizem uns de madeira, outros de pedra. Em Barros: «*mandou arvorar huma cruz mui grande no mais alto lugar de hûa arvore*»...; em Castanheda: «*hum padrão de pedra com huma cruz*» em Damião de Góis: «*mandou poer em terra huma cruz de pedra, como por padrão*»; em Osório: «*Capralis... columnam marmoream, illis similem quam multis in locis Gama statui proecepit, collocari jussit...*»; no pilôto anónimo da relação dos *Paesi:* «*mandou fazer huma Cruz de madeira muito grande*»... E principalmente na data da cerimónia da elevação da Cruz, que diz haver sido a 3 de Maio, êrro que originou a comemoração oficial do descobrimento nesse dia.

([99]) Todavia, esta mesma conjectura carece de rectificação no texto das *Lendas*, para ser sustentada. A leitura dos trabalhos de Hümerich sôbre as expedições de Vasco da Gama e D. Francisco de Almeida já conduziu o douto Capistrano a anular o que dissera em prol da tese sedutora de Cândido Mendes no estudo dedicado à armada de D. Nuno Manuel. Corrêa é um narrador, embora literáriamente mediocre, freqüentemente empolgante, mas em muitos acontecimentos o seu testemunho aparece por completo destituído de autoridade. Como lhe permite o título do livro, muitas vezes são verdadeiras lendas o que êle narra. Corrêa atribui a André Gonçalves o posto de mestre na armada de Vasco da Gama e nenhum texto coevo dá lugar a que se lhe atribua essa comissão. Cf. Franz Hümerich, *Quellen unduntersuchungen zur ersten Indienfahrt des Vasco da Gama*, München 1897; *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesi Schen Indien*, München 1918; *Vasco da Gama und die Entedeckung des Seewegs nach Ostindien*, München, 1898.

Gonçalves a descobrir esta terra: e porque mandou experimentar o páo (100) *e acharam que fazia muito fina côr vermelha, com que logo fez contracto com mercadores que lhe compraram o páo a peso, que foram carregar este brasil, de que houve grande trato e muito proveito por ser mercadoria para muitas partes, e mórmente para Flandres, de que el-rei houve grandes proveitos, como ora parece».*

Não se encontram motivos plausíveis para duvidar de que as instruções de Cabral ao comandante do navio fôssem as que lhe atribui Gaspar Corrêa: reconhecer a costa, para o norte, no regresso a Lisboa. Só a persuasão de terra firme ou de uma ilha de grandes dimensões explica cabalmente a resolução de Cabral de enviar um emissário a Lisboa.

OS COMANDOS DA ESQUADRA SEGUNDO OS CRONISTAS

Para concluír que André Gonçalves foi, de acôrdo com Gaspar Corrêa, o comandante do navio de mantimentos, Cândido Mendes de Almeida confronta a relação dos comandos, segundo os vários cronistas. Na solução dêste intrincado problema não podemos valer-nos das três testemunhas presenceais de que nos restam textos fidedignos. Nem a carta de Caminha, nem a relação do «pilôto anónimo», transmitida por Cretico, nem mestre João se ocupam dos comandos dos navios. Restam-nos os textos de Castanheda, Barros, Góis, Corrêa, e o livro das armadas da Índia (101).

«A lista dos navios da frota de Cabral em Gaspar Corrêa é completa--observa Cândido Mendes—; não assim em Castanheda, Barros e Damião de Góis, que não indicam o nome do capitão do último dos treze vasos». (102) Há, pois, uma lacuna. ¿Como preenchê-la? Com o nome de André Gonçalves, fornecido por Gaspar Corrêa—sugere o historiador brasileiro. Encarado assim, o problema parece de solução extremamente simples. Simplicidade apenas ilusória. ¿Se foi André Gonçalves, que fim levou Gaspar de Lemos, de quem não mais se ouve falar no longo decurso da expedição, até ao regresso da armada de Cabral a Lisboa, nos meses de Junho e Julho de 1501? O texto das *Lendas* responde a esta objecção mencionando o navio de Gaspar de Lemos entre os naufragados e excluíndo o de Aires da Silva. A complicação agrava-se, quando se imagina resolvê-la. Se os navios naufragados são quatro, e se nem Castanheda, nem João de Barros, nem Damião de Góis mencionam entre êles o navio de Gaspar de Lemos, conseqüentemente o substituem por outro; e errariam duplamente, porque nos três restantes incluem o de Vasco de Ataíde: o mesmo que Caminha designa como comandante do navio desgarrado em Cabo Verde! E logo outra dúvida surge, pois que em Gaspar Corrêa a náu de Vasco de Ataíde também naufraga na tormenta, havendo pois neste ponto completo acôrdo com os textos de Castanheda, Barros e Góis.

Como questão prévia para se encontrar uma saída neste labirinto será preciso apurar o incidente da náu tresmalhada.

Se a náu de Luís Pires tivesse arribado a Lisboa, como afirmam os cronistas, e se a de Vasco de Ataíde naufragou na tormenta, seria impossível deixar de admitir o equivoco de Caminha. Mas a carta de D. Manuel aos reis de Castela esclarece tôdas as dúvidas. Por ela se sabe que à data em que o soberano escrevia—28 de Agosto de 1501 (103)—ainda não regressara a Lisboa o navio perdido nas alturas de Cabo Verde (104). Perderam-se ambos. O problema, acha-se, pois, extremamente simplificado.

(100) O navio ia «*carregado dos páos vermelhos aparados, que eram mui pesados, a que chamavam brasil por sua vermelhidão ser fina como brasa*». Lendas da Índia, Tôm. I, a pág. 151.

(101) Códice manuscrito do meado do século XVI, na posse da Academia de Sciências de Lisboa.

(102) Esta afirmação não corresponde à verdade. Castanheda, Barros e Góis citam doze capitães, além de Cabral, que comandava a capitânia, o que prefaz a conta de treze. Diz Castanheda: «*...escolheo a hũ fidalgo chamado Pedralvarez cabral, que fez capitão mór da armada que avia de mãdar a Calicut q̃ foi de dez naos 7 tres navios redõdos, cujos capitães a fora de ele foram Sãcho de toar q̃ ẏa na sua subcessam, Niculao coelho, Aires gomez da silva, Simao de miranda dazevedo, Vasco dataide, Pero dataide, Simão de pina, Nuno leytão, Bertolomeu diaz, & Diogo diaz seu irmão: que avião de ficar em çofala com hũa feitoria q̃ se avia hi de fazer: de que avia de ser feitor hũ Afonso furtado—ẏa mais por capitães hũ Gaspar de Lemos & hũ Luys pirez...*» ¿Como pôde depreender dêste claro texto o historiador brasileiro, que a relação de Castanheda era apenas de doze capitães, quando se acha incluído entre êles o capítão-mór?

João de Barros não é menos explícito: «*A qual Armada era de treze vélas, entre náos, navios, e caravelas, cujos capitães eram estes: Pedralvares Cabral Capitão-mór, Sancho de Toar, filho de Martim Fernandes de Toar, Simão de Miranda, filho de Diogo de Azevedo, Aires Gomes da Silva, filho de Pero da Silva, Vasco de Taide, e Pero de Taide d'alcunha Inferno, Nicoláo Coelho que fora com Vasco da Gama, Bartholomeu Dias o que descubrio o Cabo de Boa Esperança, e seu irmão Pero Dias, Nuno Leitão, Gaspar de Lemos, Luiz Pires, e Simão de Pina.*» Damião de Góis repete Castanheda e Barros: «*...determinou de mandar huma armada de treze velas, de que deu a Capitania a Pedralvarez Cabral, & por Sota Capitão Sancho de Thoar, os outros capitães erão Simão de Miranda, Aires Gomes da Silva, o mesmo Nicolau Coelho, Nuno Leitão, Vascuo dataide, Bartholomeu Diaz, que descobrio o cabo de Boa Sperança, Perodiaz seu irmão, Gaspar de Lemos, Luiz Pires, Simão de Pina, Pero Dataide dalcunha inferno...*»—Damião de Góis guia-se tam passivamente pelo texto de Barros, que lhe repete o êrro na troca do nome de Diogo Dias.

(103) Na versão espanhola publicada por Navarrete (Vol. III, págs. 94 e seg.) a data é 29 de Julho. Porém, a cópia coeva do original português, conservada no Arquivo de Veneza, tem a data de 28 de Agosto. Veja-se o apêndice A.

(104) «*Sendo já a este tempo* (da tormenta de 24 de Maio) *desapparecida outra nau de que até agora não houvemos noticia*».

Castanheda, Barros e Góis dizem que o naufrágio da náu de Vasco de Ataíde aconteceu na tormenta do dia 24 de Maio. Vaz de Caminha, passageiro da esquadra, diz que ela se perdeu da frota na noite de 22 para 23 de Março. O testemunho do escrivão da feitoria de Calecut não póde ser anulado pelo dos cronistas. Relativamente à arribada da náu de Luís Pires, os depoïmentos de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis, que se reduzem ao do primeiro (que só em 1551 publicou o Livro I da sua *Historia do Descobrimento e Conquista da India)*, ficam rectificados na participação régia, que dá como desaparecidas duas náus além das quatro sossobradas, a caminho da Índia, e pela carta de La Faitada de 26 de Junho de 1501 ([105]). Compondo-se a esquadra de 13 navios e tendo chegado 6 a Calecut, é indispensável incluír no número total dos desaparecidos e naufragados os navios de Vasco de Ataíde e de Luís Pires. Nenhum dêles voltara ainda a Lisboa em Agosto de 1501. É que o de Luís Pires naufragara na tempestade do Atlântico austral e o de Vasco de Ataíde perdera-se nas paragens das ilhas de Cabo Verde. O seguinte quadro reüne os dados comprovativos desta solução:

NAVIOS DA ARMADA DE CABRAL QUE ATINGIRAM A ÍNDIA

1	Capitânia	*Pedro Álvarés Cabral*
2	Sota-Capitânia	*Sancho de Tovar* (naufragado no regresso)
3	«S. Pedro»	*Pedro de Ataíde*
4	«Anunciada».	*Nuno Leitão da Cunha*
5	. . . . .	*Nicoláu Coelho*
6	. . . . .	*Simão de Miranda*

NAVIOS DA ARMADA NAUFRAGADOS OU DESGARRADOS NO CAMINHO

7	. . . . .	*Vasco de Ataíde*, perdido nas alturas de Cabo Verde
8	. . . . .	*Bartolomeu Dias* — Naufragados na tormenta de 24 de Maio
9	. . . . .	*Luís Pires* — Naufragados na tormenta de 24 de Maio
10	. . . . .	*Aires Gomes da Silva* — Naufragados na tormenta de 24 de Maio
11	. . . . .	*Simão de Pina* — Naufragados na tormenta de 24 de Maio
12	. . . . .	*Diogo Dias*, tresmalhado da armada depois da tormenta ([106])

NAVIO REGRESSADO A LISBOA DE VERA CRUZ

13	Navio dos mantimentos	*Gaspar de Lemos*

Textos comprovativos da perda do navio desgarrado nas alturas de Cabo Verde, e que Castanheda, Barros e Damião de Góis dizem ter arribado a Lisboa

Pilôto anónimo: (Relação de Cretico, publicada pela 1.ª vez em italiano nos *Paesi nuovamente retrovati;* Veneza, 1507. Traduzida pela 1.ª vez em português por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso na *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas;* Lisboa, 1812). ... «*Aos vinte e dous passámos Cabo Verde; e no dia seguinte esgarrou-se uma náo da Armada, por forma tal que não se soube mais della*» ...

La Faitada: (Copia di una letera di Zuan Francesco de la Faitada, scrita in Lisbona, a di 26 zugno 1501, drizata in Spagna, a sier Domenego Pixani, el cavalier orator nostro; le qual per sue di X luio, lá mandó in questa terra. Sanuto, Diarii, IV, coll. 66-69).
... «*a l'andata, de qui lontano 80 lige, una de queste nave dal re se perdete, che de lei non s'é saputo mai novela...*»

([105]) «*... a l'andata, de qui lontano 80 lige, una de queste nave dal re se perdete, che de lei non s'é saputo mai novela...*» Sanuto, *Diarii,* IV, coll. 66-69. Transcrevemos no apêndice B o texto integral da carta de La Faitada.

([106]) Foi ter a Magadoxo. Veja-se no Cap. VIII a análise da carta de Américo Vespúcio, datada de Cabo Verde, aos 4 de Junho de 1501, e no Cap. IX a análise do planisfério de Cantino, onde já aparece registada a viagem de Diogo Dias.

Carta de D. Manuel aos Reis Católicos (28 de Agosto de 1501).

(Publicada em língua espanhola por Navarrete, com data de 29 de Julho, no Vol. III, pág. 94 e seg., e no texto original português, segundo cópia coeva existente nos Arquivos do Estado de Veneza, no *Bolletino della Societá Geographica Italiana*, Série 3.ª, vol. III, pág. 271 e seg. Roma, 1890; e na edição fac-similada de Canto e Castro, Lisboa, 1906).

«*Sendo já a este tempo* (da tormenta de 24 de Maio) *desaparecida outra náo de que até agora não houvemos noticia...*»

Carta de D. Manuel ao Rei Católico (1505?)

(Publicada em Roma, traduzida em língua italiana, por João de Besicken, em Outubro de 1505, com o título *Copia de una littera dal Re de Portogallo, mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de India.* Tradução de Prospero Peragallo no volume das *Memorias da Commissão Portugueza do Centenario do Descobrimento da America.* Lisboa, 1892).

«*No dia 24 do dito mez* (Maio), *navegando com bom tempo para montar o dito Cabo, levantou-se de repente um violentissimo vento, de forma tal que fez ahi sossobrar quatro das ditas náos juntamente com toda a tripulação. Duas perderam-se* (107); *as outras... por cinco dias correram com o tempo, e por fim... juntando-se as seis náos, navegando ao longo da costa chegaram a Sofala*».

Esclarecida a primeira dúvida que se estabelecera pela divergência entre o texto de Caminha e o dos três cronistas, examinemos a segunda, criada artificialmente por Cândido Mendes e originada na passagem das *Lendas da India.* Antes que a publicação póstuma da obra de Gaspar Corrêa désse ensejo ao historiador brasileiro para formular a hipótese de haver sido André Gonçalves o mensageiro de Cabral e, conseqüêntemente, admitir que a relação dos comandos, consignada em Castanheda, Barros, Damião de Góis e no Livro das Armadas, andasse errada ou deficiente, êste problema histórico não existia.

Veremos que êle não passa de um problema improvisado e cada vez mais artificiosamente complicado pelas tentativas vãs de incluír André Gonçalves no rol dos comandantes da armada de Cabral. Várias soluções foram tentadas para estabelecer a lista dos comandos, conciliando as informações de Corrêa com a autoridade dos restantes textos quinhentistas.

SANCHO DE TOVAR E SIMÃO DE MIRANDA CONSIDERADOS COMO COMANDANTES DA CAPITÂNIA

A mais engenhosa destas soluções consistiu em dar à náu capitânia um comandante (Sancho de Tovar ou Simão de Miranda) atribuíndo a Cabral o comando honorário e colectivo da esquadra. Esta hipótese, não obstante esposada por historiadores de autoridade, é contrária à tradição portuguesa e aos próprios textos considerados irrefutáveis. A carta de Caminha conquanto omissa no assunto, permite estabelecer que Sancho de Tovar e Simão de Miranda comandavam cada um em sua náu. Dois tupiniquins passaram a noite de 29 no navio de Sancho de Tovar. Simão de Miranda conduziu ao seu navio, na tarde de 1 de Maio, um aborígene, que já o servia como pagem...

¿Porque Cabral não comandaria na capitânia, se Vasco da Gama, tam pouco marinheiro como êle, comandara, dois anos antes, o seu navio, assistido por um grande pilôto, e, depois dêle, João da Nova, Afonso e Francisco de Albuquerque, D. Francisco de Almeida e tantos outros, comandaram as expedições da Índia?

Colocar ao lado do capitão-mór um segundo comandante, representaria uma redução de poder, um constrangimento tanto mais insuportável quanto Cabral era um fidalgo de alta estirpe (108).

Se Duarte Pacheco e Pero Escolar acompanhavam Cabral, ¿para que um comandante fazendo sombra à sua autoridade? ¿A que título? ¿Com que funções? E não se reparou que qualquer dos designados para o comando da capitânia era um cavaleiro e não um marítimo experimentado Esta

(107) A de Diogo Dias, que foi ter ao Mar Roxo e a de Vasco de Ataíde, que anteriormente desgarrara nas alturas de Cabo Verde, e de que nunca mais houve notícia. Não podem ser outras. Somadas estas duas às quatro naufragadas e ao navio de Gaspar de Lemos regressado a Lisboa, de Vera Cruz, temos as sete velas que prefazem com as seis chegadas a Calecut o total de treze.

(108) *Pero Aluarez de Gouuea. Carta da Capitanya moõr e poderes que leuou quando foy enuyado ás Jmdias per capitam*—Dom Manuell etc fazemos saber a vos quapitaes fidalguos caualeiros escudeiros meestres e pyllotos marinheiros e companha e ofiçiaes e todas outras pesoas que hys e jnviamos na frota e armada que vay pera a Jmdia que nos pela muyta comfiamça que Temos de *pedraluarjz de guouuea* fidalguo de nosa Casa e por conheçermos delle que nysto e em toda outra coussa que lhe emcaregarmos nos saberaa muy bem seruir e nos daraa de sy muy boa comta e Recado lhe damos e emcarregamos a Capitanya moõr de toda a dita frota e armada. Porem vollo noteficamos asy e vos mamdamos a todos em geerall e a cada huũ em espiçiall que em todo o que per elle vos ffor requerjdo e da nossa parte mamdado cumpraes e facaes jmteiramente seus Requyrjmemtos e mamdados asy e tam jmteiramente e com aquela deligemcia e bom cuydado que de vos comfiamos e o faryes se per nos em pessoa vos fosse dito e mamdado por que hasy o avemos por bem e noso seruiço e aqueles que asy o fezerdes e comprirdes nos fares nysso muyto seruiço e os que o comtrario que nam esperamos nos deseruiram muyto e lhe daremos por elo aqueles castigos que por taes cassos merecerem ¶ Outrosy

circunstância bastaria para deixar sem vislumbre de justificação a sua presença na náu capitânia com atribuïções de comando.

Rio Branco foi um dos que procuraram resolver o inexistente problema distribuíndo o comando das dez náus por Sancho de Tovar, Simão de Miranda (que as *Lendas* designam como imediato), Aires Gomes da Silva, Vasco e Pedro de Ataíde, Nicoláu Coelho, Bartolomeu e Diogo Dias, Nuno Leitão da Cunha e Simão de Pina, e o comando dos navios menores, conforme Gaspar Corrêa, por Luís Pires, Gaspar de Lemos e André Gonçalves. Mas esta solução é, como as outras, defeituosa, pois que subentende a exclusão de Pedro Álvares Cabral do comando da capitânia, o que é contrário ao testemunho de Caminha quando refere que Sancho de Tovar levou a dormir na sua náu dois aborígenes e no dia seguinte os conduziu à capitânia, onde Cabral lhes mandára servir de comer.

Tôdas as diligências empregadas para deixar o comando de um navio a André Gonçalves, até hoje se malograram, lançando maior confusão nos textos históricos, improvisando novas e inuteis dificuldades de interpretação.

A RELAÇÃO DOS COMANDANTES SEGUNDO O LIVRO DAS ARMADAS

A verdade encontra-se inequívocamente em Castanheda, Barros, Damião de Góis e no *Livro das Armadas* que assim distribuem os comandos:

«Capitânia»	*Pedro Álvares Cabral*
«Sota-Capitânia»	*Sancho de Tovar*
3.º navio	*Simão de Miranda*
4.º »	*Bartolomeu Dias*
5.º »	*Vasco de Ataíde*
6.º »	*Aires Gomes da Silva*
7.º »	*Simão de Pina*
8.º »	*Nicoláu Coelho*
9.º »	*Nuno Leitão da Cunha*
10.º »	*Pedro* (aliás *Diogo*) *Dias* (109)
11.º »	*Pedro de Ataíde*
12.º »	*Luís Pires*
13.º »	*Gaspar de Lemos*

Esta relação é a única capaz de harmonisar os textos históricos de maior autoridade, deixando cabimento à hipótese de ser André Gonçalves o pilôto do navio dos mantimentos, comandado por Gaspar de Lemos, que na manhã de 2 de Maio largava do fundeadouro da Corôa Vermelha, de regresso a Lisboa, aonde ia levar a notícia do descobrimento de Vera Cruz, com instruções do capitão-mór para proceder à exploração da costa, no rumo do norte.

Quando já se perdiam no horizonte as velas do emissário, os onze navios restantes da esquadra, de velas enfunadas pelo vento, alavam rumo ao mar alto, para a manobra da montagem do cabo das Tormentas, deixando na terra que os portugueses haveriam de regar com tanto sangue e tanta lágrima,—os dois degredados que choravam (110).

---

por que as coussas de nosso seruiço sejam guardadas e ffeitas como deuem em semelhamte frota e armada e por tall que sejam castigados aqueles que alguũs mallefiçios e delitos cometerem comtra noso seruiço e em quaes quer outros cassos que acomteçer possam per esta presemte lhe damos todo nosso jmteiro poder e alçada da qual em todollos cassos ataa morte naturall vssaraa jmteiramemte e se daram ha emxucaçam seus juizos e mamdados ssem delle aver apelaçam nem agrauo/ Porem este poder e allcada se nam emtemderaa nas pessoas dos capitaes das naaos e nauyos que com elle vaao e fidalguos e outros que na dita frota e armada emviamos quamdo alguũs casos crimes cometerem per que deuam ser castiguados por que sobre estes ssoomemte se faram os proçessos de seus cassos e nos seram trazidos pera os vermos e segundo as calidades delles seram ponydos e castiguados como for justiça e em testemunho de todo mamdamos fazer esta carta per nos asinada e aseelada do nosso sello a qual em todo mamdamos que se cumpra e guarde como nela se comtem sem mjmguoamemto alguũ. Dada em a nosa cidade de lixboa a xb dias de feuereiro amtonio carneiro a fez anno de nosso Señor Jhuũ x.º de mjll e quinhentos. — *Chancelaria* de D. Manuel, liv. 13.º, fl. 10.

(109) Em Barros e Damião de Góis, o nome do irmão de Bartolomeu Dias é também Pedro. Castanheda e Corrêa escrevem Diogo. O *Livro das Armadas da India* repete o êrro de João de Barros, e não apenas êsse, como também o de considerar regressada a Lisboa a náu de Luís Pires, naufragada na tormenta do Cabo, confundindo-a com a de Vasco de Ataíde, perdida nas alturas de Cabo Verde. A legenda relativa à náu de Pedro de Ataíde é também defeituosa. Não foi no regresso da armada de Cabral que o navio de Pedro de Ataíde bateu nos baixos de S. Lazaro. Êste episódio sucedeu no regresso da armada de Francisco d'Albuquerque. O exame crítico do *Livro das Armadas da India* revela que êste códice quinhentista foi inspirado na leitura dos cronistas.

Pedro Dias fôra o companheiro de seu irmão Bartolomeu Dias e de João Infante na expedição em que pela primeira vez as naves portuguesas transpuseram o cabo da Boa Esperança. Comandava então uma das três caravelas.

(110) Em Barros: ... «*d'alguns degredados que hião n'armada leixou Pedralvarez ali dous, hum dos quaes veo depois a este reyno, e servia de lingua n'aquellas partes*»; em Damião de Góis: ... «*deixando ali dous degredados de vinte que levava...*»

A ESCALA DE VERA CRUZ CONSAGRA A CONCEPÇÃO COSMOGRÁFICA PORTUGUESA

SÓ uma análise superficial pôde despir a escala de Vera Cruz da extraordinária importância que ela assume no quadro geral dos descobrimentos. Não era, apenas, o Brasil que os portugueses tinham descoberto e integrado nos seus domínios, como o futuro palco onde realizariam, pela edificação de um dos maiores impérios da terra, o mais glorioso empreendimento da sua história, projectando para um novo continente, através dos tempos, a função civilizadora da raça, criando-lhe um novo destino no mundo.

A visita de Cabral a Vera Cruz, intercalada como episódio da viagem à Índia, representa a consagração retumbante da sciência cosmográfica portuguesa. É a prova real do engano de Colombo. Sem essa viagem ainda poderia imaginar-se que só por teimosa incredulidade ou pelo receio da travessia do mar largo, D. João II engeitara o plano de Toscanelli-Colombo-Monetário. Ali estavam, porém, os nautas portugueses nessas imaginárias *Indias occidentais*, tendo atravessado a largueza do Atlântico, a caminho das *Indias orientais*. O equívoco de Colombo não era já possível. A expedição de 1500 demonstra que o caminho pelo ocidente não conduz à Índia asiática. A suposição—aliás não admitida na narração do «pilôto anónimo» (111)—de ser Vera Cruz uma ilha, só viria fortalecer com nova prova a tese portuguesa da inviabilidade da rota pelo ocidente. Se em Portugal se partilhasse da crença colombina, a frota de Cabral procuraria contornar a ilha de Vera Cruz para atingir a Índia pelo poente. É, verdadeiramente, com esta viagem à Índia com escala pelo Brasil, que a sciência portuguesa estabelece experimentalmente a não identidade das duas massas continentais. Colombo vai à América apregoando ter atingido a Ásia. Cabral vai à Ásia tocando na América. Pela primeira vez nesta viagem extraordinária, o habitante do planeta estabelece comunicações marítimas entre os quatro continentes, indo da Europa à América, retrocedendo da América para a África, e passando da África à Ásia. Cabral, tocando em Vera Cruz, esclarece-nos as passagens sibilinas do *Esmeraldo*, confirma a existência de um novo mundo independente do mundo asiático, emenda Colombo, demonstra a veracidade das concepções a que se subordinava o programa marítimo português.

Medalhão no claustro dos Jerónimos, que se presume representar Nicoláu Coelho

Que Vera Cruz não é uma ilha (112)—embora o admita o escrivão da feitoria de Calecut—prova-o a remessa de um emissário a Lisboa com a nova do descobrimento. Não se desfaria tam depressa Cabral de um navio, mesmo de pequena tonelagem—quando já a esquadra ia desfalcada de

(111) «*... Não pudémos saber se era Ilha ou terra firme, ainda que nos inclinamos a esta ultima opinião...*»

(112) De capital importância para a fiel interpretação dos textos quinhentistas referentes ao Brasil é deixar assente que a denominação de *ilha* freqüêntemente se aplicava a vastas regiões do continente americano. Convem que isto fique estabelecido para circunscrever às suas mínimas proporções a importância do argumento que pretende opôr-se à concepção continental portuguesa da América. Ainda no processo instaurado pela reclamação de Portugal àcêrca do pau brasil descarregado em Sevilha das duas caravelas que regressaram da expedição de Solis ao Rio da Prata em Setembro de 1516, se designa o Brasil por «*las Islas que por la demarcacion de entre estes reynos e el reyno de Portugal son del dicho Serenissimo Rey de Portugal*». Cf. José Toribio Medina, *Juan Diaz de Solis* Documento LXX.

uma unidade perdida nas alturas de Cabo Verde—para anunciar o achamento de uma ilha. Não tardará que outros navios saiam a barra do Tejo para reconhecer o litoral de Vera Cruz... ¿Caravelas e náus enviadas tam longe para visitar uma ilha habitada por homens nus? ¿Quem póde acreditar em semelhante fábula, num tempo em que todos os navios eram poucos para impôr respeito aos príncipes hindus e transportar para as taracenas de Lisboa as especiarias do Oriente?

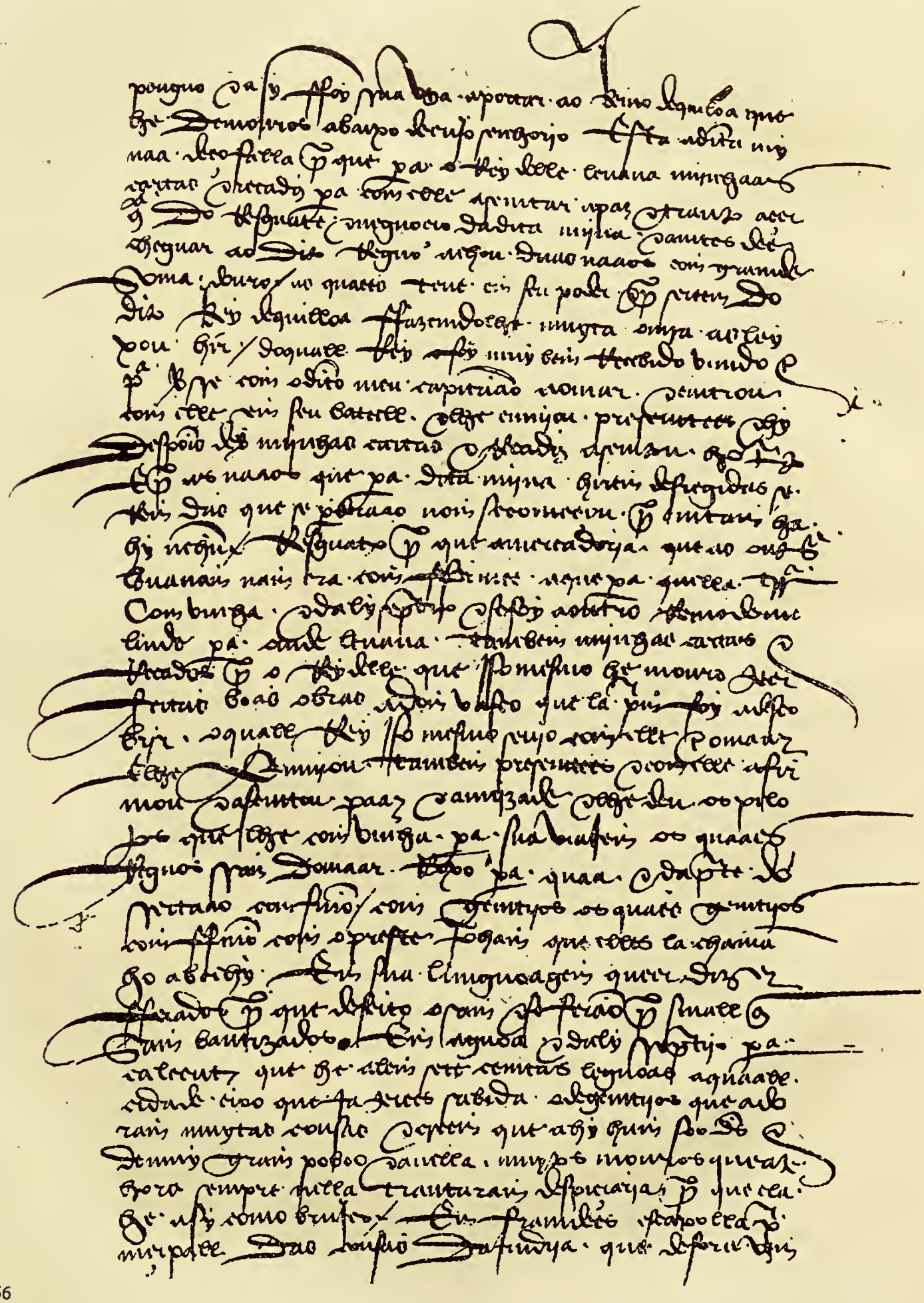
Naquele magestoso momento em que Portugal estabelecera o contacto marítimo com a civilização oriental, ¿que importância ou valor podia ter a ilha descrita por Vaz de Caminha? A expedição de 1501, narrada por Vespúcio, revela a concepção portuguesa de um continente ocidental, delineado no planisfério de Cantino. Uma mesquinha e míope visão tem impedido que até hoje a semana memorável da enseada da Corôa Vermelha fôsse integrada na história da América como a primeira e genuína revelação do continente. De facto, até essa viagem demonstrativa, as caravelas espanholas ainda navegavam para o ocidente na persuasão de chegarem a Cipango, a Cathay e ao Ganges. Cabral, tocando as terras ocidentais na proximidade dos 17º de lat. austral, e prosseguindo na rota de Vasco da Gama para a Índia, pelo oriente, acompanhado de Bartolomeu Dias, Nicoláu Coelho e Pero Escolar, demonstra irrecusávelmente que a sciência cosmográfica portuguesa já atingira sôbre o diámetro da terra, no fim do século XV, noções que corrigiam os cálculos empíricos em que se basearam as navegações do ciclo colombino. No dia 2 de Maio de 1500, a esquadra portuguesa não empreende contornar a pseudo-ilha de Vera Cruz para atingir a Índia pelo ocidente. É a obstinação sistemática no repúdio do plano de Toscanelli e Colombo, aconselhado por Monetário. Da longitude aproximada de 41º em que se encontrava a esquadra, poucos dias seriam precisos para atingir a Índia, segundo os cálculos engendrados nas narrações de Marco Polo. Entretanto, a esquadra volta pôpas à miragem e segue, de velas abertas, rumo às terras asiáticas das especiarias,—ao encontro da procela que vai dizimá-la e vitimar o descobridor do cabo das Tormentas—pela líquida e imensa estrada do Atlântico, arfando sôbre os insondáveis abismos, conduzindo para a morte, para os combates e para a glória, como sobrenaturais figuras de tragédia épica, os heróis, os monges e os marinheiros que tinham arvorado sob a cruz celeste de estrêlas uma primeira cruz fabricada com o lenho brasileiro, derrubado nas florestas de um mundo virgem.

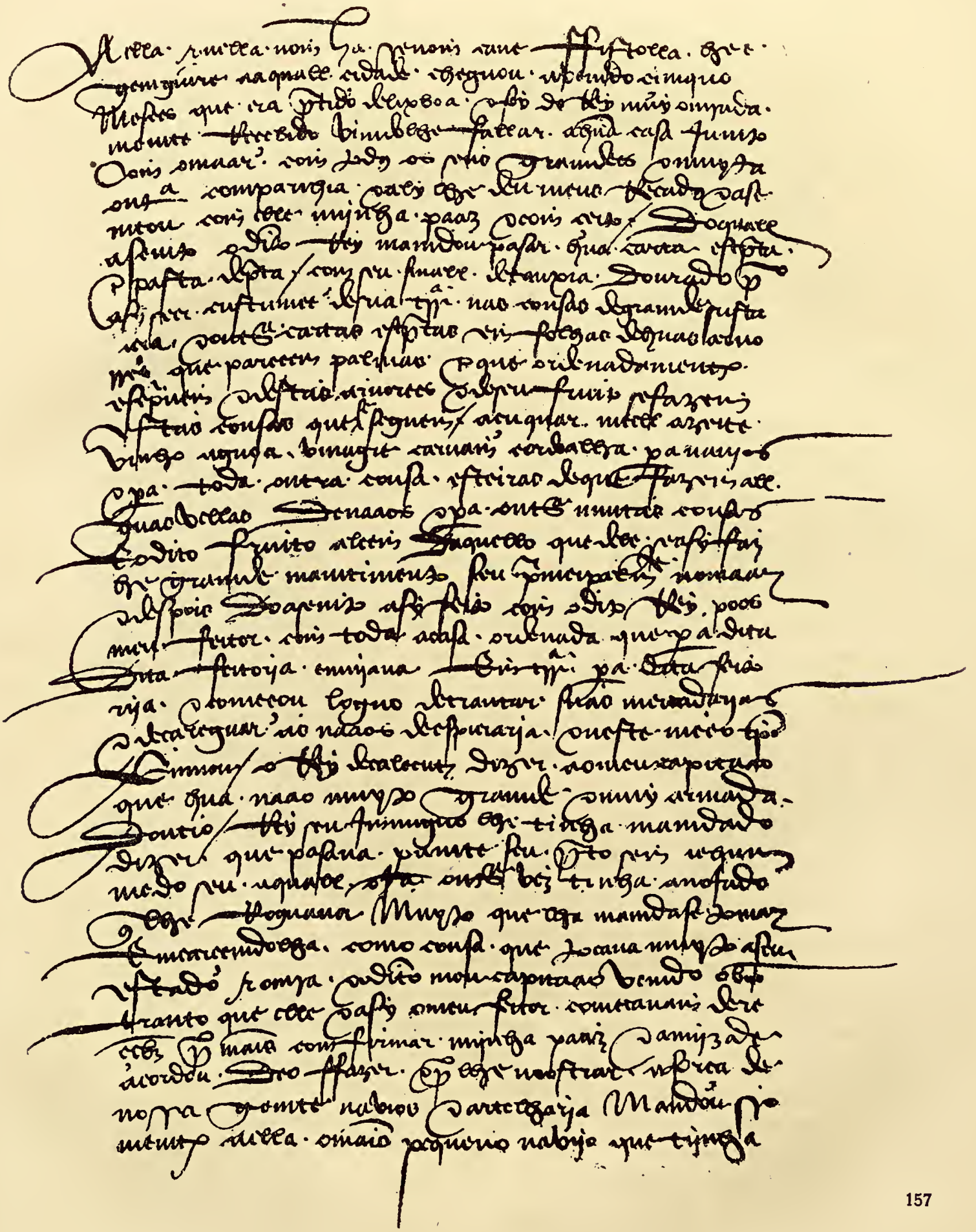
Aspecto parcial da Sala dos Veados, no palácio de Sintra (estado actual), em cujo tecto artezoado e brasonado se vê o brasão do descobridor do Brasil.

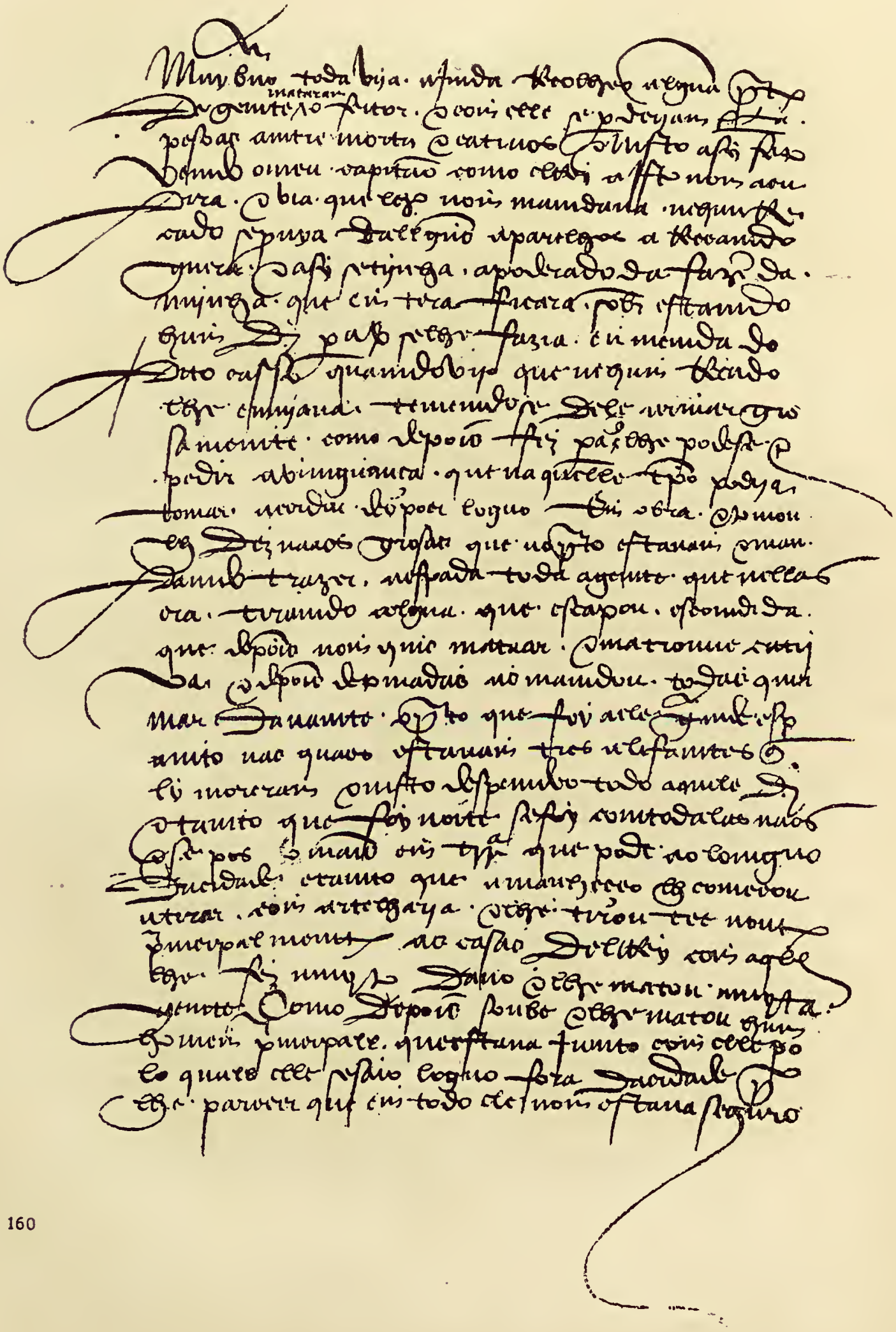
(Aguarela de Roque Gameiro)

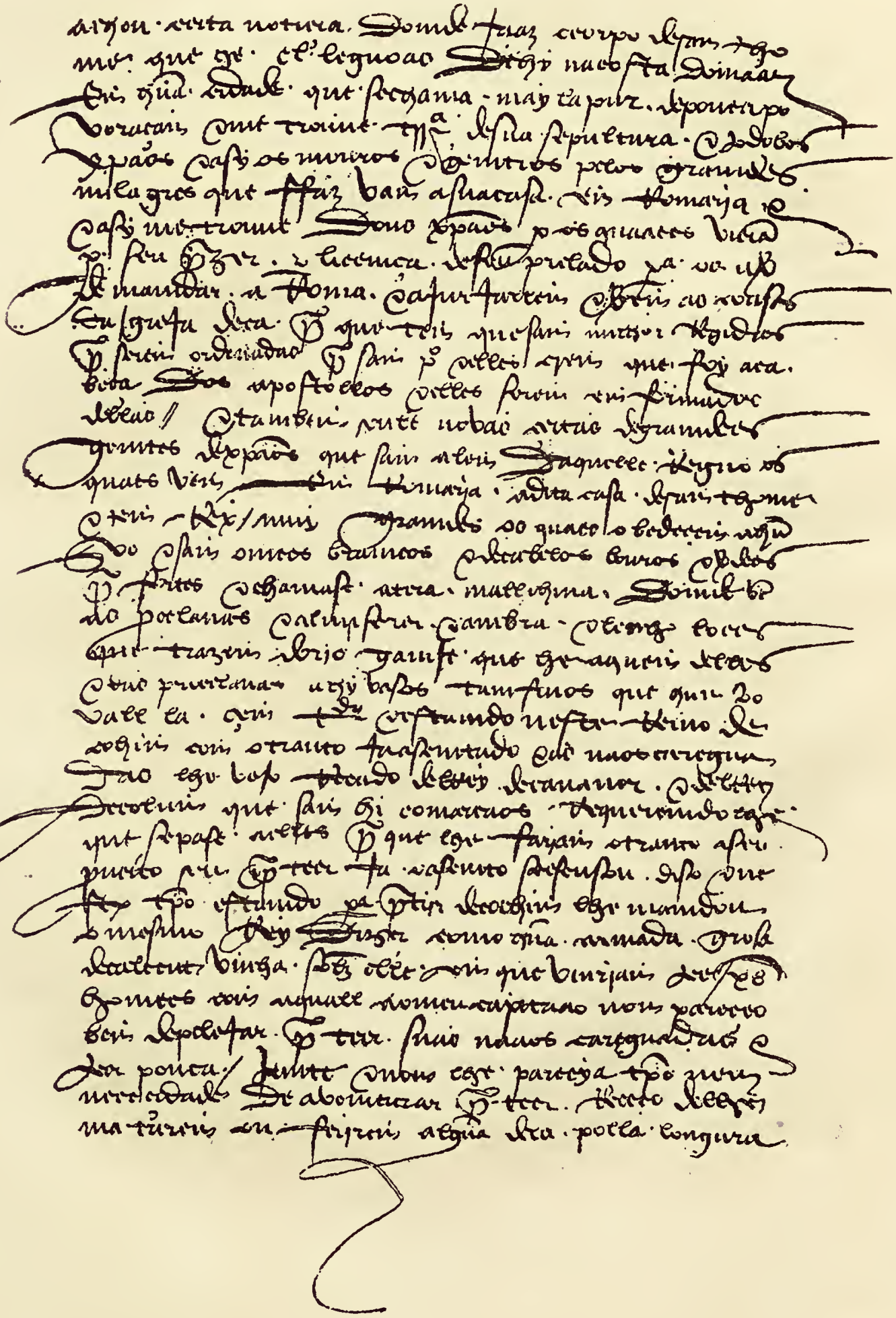
APÊNDICE A

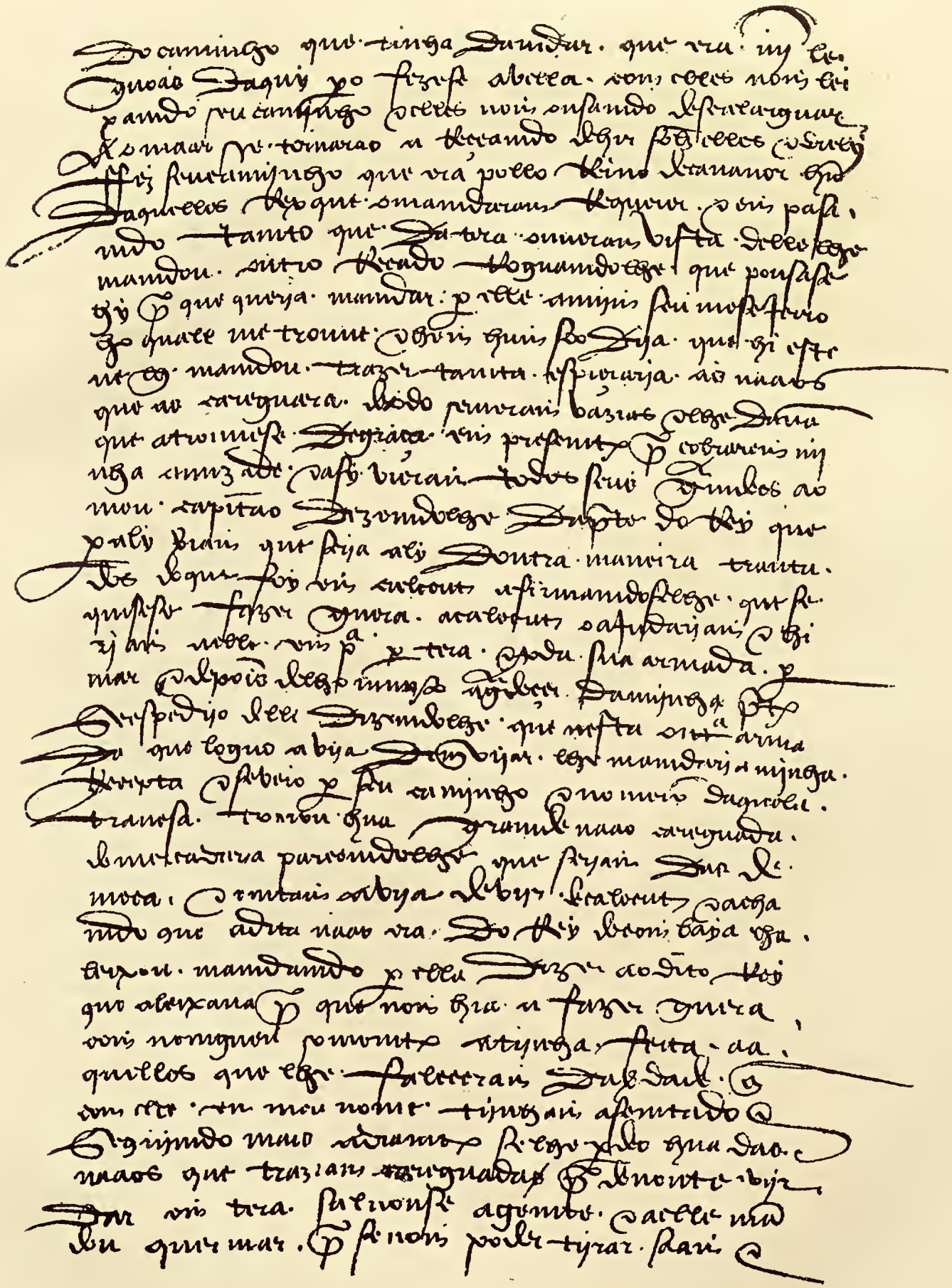
Texto português, segundo a cópia quinhentista do Arquivo do Estado de Veneza, da carta de D. Manuel aos Reis de Castela em que lhes participou o descobrimento do Brasil pela 2.ª armada da Índia e da qual se conhece geralmente a versão espanhola publicada por Navarrete.

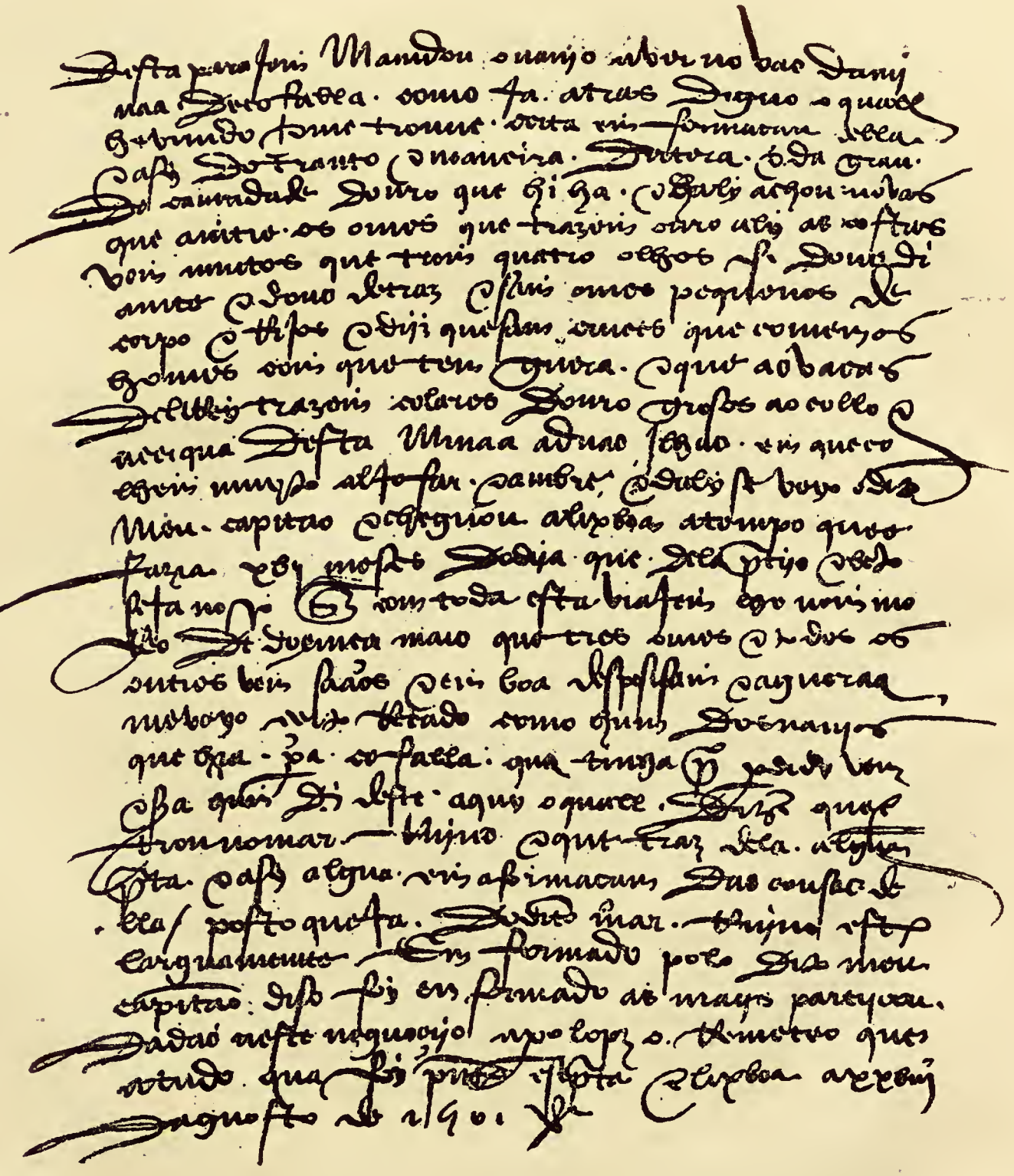












Leitura em ortografia actual da carta de D. Manuel aos Reis Católicos, segundo a cópia do Arquivo de Veneza (alterada apenas na pontuação).

Traslado da carta que El-Rei nosso senhor escreveu a El-Rei
e à Raínha de Castela seus padres da nova da Índia.

(a) Estes dias passados depois que a primeira nova da Índia chegou, não escrevi logo a Vossas Senhorias as cousas dela porque não era ainda vindo Pedro Álvares Cabral meu capitão-mór da frota que lá tinha enviado. E depois da sua chegada sobrestive nisso porque também não eram ainda vindas duas náus de sua companhia das quais uma delas tinha enviado a Sofala, que é mina de ouro que novamente se achou, não para resgatar, sòmente para haver verdadeira informação das cousas dela, porque duas náus que para isso iam, uma delas se perdeu no mar *(b)* e a outra se apartou da frota com tempo feito e não foi à dita Mina *(c)*. E depois de chegadas as ditas náus *(d)*, estando para notificar tudo a Vossas Senhorias, Pero Lopes de Padilha me disse que folgarieis de saber as novas de como as cousas dela sucederam, as quais, de como tudo sumáriamente se passou, são estas. O dito meu capitão com treze náus partiu de Lisboa a nove dias de março do ano passado e nas oitavas de páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs nome Santa Cruz, em que achou as gentes mas como na primeira inocência, mansas e pacíficas, a qual pareceu que nosso Senhor milagrosamente quís que se achasse porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corregiu suas náus e tomou água, e pelo caminho grande que tinha para andar não se deteve para se informar das cousas da dita terra, sòmente dali me enviou um navio *(e)* a notificar-me como a achara, e seguiu seu caminho pela via do Cabo da Boa Esperança. Naquele golfão, antes de chegar ao Cabo, passou grandes tormentas em que num só dia juntamente sossobraram à sua vista quatro náus *(f)* de que não escapou pessoa alguma, sendo já a êste tempo desaparecida dêle outra náu *(g)* de que até agora não tem havido notícia, e aquela em que êle ia com as outras que ficaram passaram grande perigo e assim foi sua via aportar ao Reino de Quilôa, que é de mouros, debaixo de cujo senhorio está a dita mina de Sofala, porque para o Rei dêle levava minhas cartas e recados para com êle assentar a paz e trato àcêrca do resgate e negócio da dita mina. E antes de chegar ao dito Reino achou duas náus com grande soma de ouro, as quais teve em seu poder e por serem do dito Rei de Quilôa fazendo-lhes muita honra as deixou ir, do qual Rei foi muito bem recebido, vindo em pessoa avistar-se com o dito meu capitão ao mar, e entrou com êle em seu batel e lhe enviou presentes, e aí, depois de ver minhas cartas e recados, assentou o trato. E por as náus que para a dita mina iam dirigidas serem das que se perderam, não se começou por então aí nenhum resgate porque a mercadoria que as outras levavam não era conforme à que para aquela terra convinha, e dali se partiu e se foi a outro Reino de Melinde, para onde levava também minhas cartas e recados, por o Rei dêle, que assim mesmo é mouro, ter feitas boas obras a D. Vasco, que lá primeiro foi a descobrir; o qual Rei assim mesmo se avistou com êle no mar e lhe enviou também presentes e com êle afirmou e assentou paz e amizade e lhe deu os pilotos que lhe convinha para a sua viagem; os quais reinos são do mar Roxo para cá e da parte do sertão confinam com gentios, os quais gentios confinam com o preste João, que êles chamam o abechy. Em sua linguagem quer dizer cerrados *(h)* porque de feito o são e se cerram por sinal que são baptizados em água. Dali se partiu para Calecut que é além setecentas léguas, a qual cidade creio que já tereis sabido é de gentios que adoram muitas cousas e creem que há um só Deus, e de muito grande povo; e há nela muitos mouros que até agora sempre nela trataram de especiaria, porque é assim como Bruges em Flandres, escapo *(i)* principal das cousas da Índia que de fóra vêm a ela, e nela não há senão canafístula e gengibre; à qual cidade chegou havendo cinco meses que era partido de Lisboa, e foi do Rei mui honradamente recebido, vindo-lhe falar a uma casa junto com o mar com todos os seus grandes e muita outra companhia, e ali lhe deu meus recados e assentou com êle minha paz e concêrto, do qual assento o dito Rei mandou passar uma carta escrita em pasta de prata com seu sinal de tauxia dourada, por assim ser costume de sua terra nas cousas de grande sustância, e outras cartas escritas em fôlhas de umas árvores que parecem palmas, em que ordenadamente escrevem, e destas árvores e do seu fruto se fazem estas cousas que se seguem: açúcar, mel, azeite, vinho, água, vinagre, carvão e cordoalha para navios e para tôda outra cousa, esteiras de que fazem algumas velas de náus, e para outras muitas cousas *(j)*. E o dito fruto além daquilo que dêle se assim faz é grande mantimento seu, principalmente no mar; e depois do assento assim feito com o dito Rei pôs meu feitor com tôda a casa ordenada que para a dita feitoria enviava à terra *(k)* e começou logo de tratar suas mercadorias e de carregar as náus de especiaria. Neste meio tempo enviou o Rei de Calecut dizer ao meu capitão que uma náu muito grande e mui armada de outro Rei seu inimigo lhe tinha mandado dizer que passava perante seu pôrto sem nenhum mêdo seu, a qual já outra vez o tinha enojado, e que lhe rogava muito que lha mandasse tomar, encarecendo-lha como cousa que tocava muito a seu estado e honra.

O dito meu capitão vendo o bom trato que êle e assim o meu feitor começavam de receber, por mais confirmar minha paz e amizade, acordou de o fazer, e por lhe mostrar a fôrça de nossa gente, navios e artelharia, mandou sòmente

---

(a) No texto espanhol a narrativa começa: «*Muy altos y muy excelentes y muy poderosos Principes Señores padre y madre.*» Por esta omissão voluntária e pela do fecho da carta se depreende que à cópia enviada para Veneza presidiu um critério tam sòmente informativo.
(b) Na tormenta do Cabo da Boa Esperança.
(c) A náu de Diogo Dias.
(d) As de Pedro Alvares Cabral, Nicoláu Coelho e Pedro de Ataíde.
(e) A naveta dos mantimentos, do comando de Gaspar de Lemos.
(f) Os navios de Bartolomeu Dias, Aires Gomes da Silva, Luís Pires e Simão de Pina.
(g) O navio de Vasco de Ataíde, perdido nas alturas de Cabo Verde.
(h) Não circumcisos.
(i) «*escapolla*» lêmos no documento, significando escoadouro. Na versão espanhola, publicada por Navarrete, a palavra foi lida «*Está la*», o que não faz sentido.
(j) No texto espanhol, que com rarissimas e pouco importantes alterações acompanha literalmente o texto português da cópia do arquivo de Veneza, a frase «*e pera outros muitas cousas*» aparece assim traduzida: «*é se sirven de ellas eu todo lo al que les cumple*».
(k) A leitura do documento feita expressamente para Eugénio do Canto em 1906 no arquivo da Tôrre do Tombo e publicada nesse mesmo ano revela um *lapsus calami* do copista, pois esta passagem ali aparece assim redigida literalmente, como se póde verificar no fac-simile: «*que pera dita dita feitorja enuijaua Em terra pera dita feitorija...*» A versão espanhola diz: «*que para la dicha fatoria enviaba en terra...*»

a ela o mais pequeno navio que tinha, com uma bombarda grossa, e encalçou-os dentro do pôrto de outro Rei seu vizinho e à vista dêle e de tôda sua gente a tomou e a trouxe a Calecut com 400 homens archeiros e alguma artelharia e com sete elefantes ensinados de guerra dentro nela, que lá valeriam trinta mil cruzados porque por um só dêles davam 5.000 cruzados, e com outra mercadoria de especiaria; a qual náu lhe mandou apresentar e lha deu com tudo o que nela vinha e êle a veio ver à ribeira por ser a êles mui grande espanto tam pequeno navio com tam poucos homens tomarem uma tamanha náu e com tanta gente, e a receber o recado que o dito capitão sôbre ela lhe enviava vindo com todo o seu estado e festa. E estando nesta concórdia e amizade, sendo já duas náus carregadas de especiaria, os mouros, principalmente os de Meca, que ali são estantes *(l)*, por verem o grande dano que se lhe seguia, buscavam todos os modos que podiam para pôrem discórdia entre o meu feitor e el Rei e poseram a terra em alvorôço para torvarem e porque tôdas as mercadorias estavam nas mãos dos mouros, escondiam-nas e mandavam-nas secretamente para outras partes, e sabendo isto o dito capitão enviou dizer a el Rei de Calecut, queixando-se e pedindo-lhe que cumprisse o que com êle tinha assentado, que era que dentro em 20 dias se lhe daria mercadoria de que carregasse as ditas náus e que até elas serem carregadas não daria lugar a nenhumas outras se carregassem. E el Rei lhe respondeu que tôda a mercadoria que houvesse na terra lhe mandaria logo dar e que se alguma carregasse em seu pôrto sem seus oficiais o saberem que êle lhe dava lugar e poder para que a retivesse até êle mandar os ditos seus oficiais que nisso houvesse de prover para lha entregar. E tanto que os mouros souberam acordaram com grande diligência de carregar uma náu publicamente dando ainda maior diligência em esconderem a mercadoria do que dantes faziam e isto para darem causa a que o escândalo se começasse, porque são poderosos. E a cidade é de muitas nações e de espalhada povoação e em que o Rei mal póde prover aos alvoroços do povo, e vendo meu feitor como a náu se carregava requereu ao dito capitão que a retivesse como com el-rei tinha assentado, e o dito capitão arreceando o escândalo duvidou de o fazer e o dito feitor tornou a lhe requerer que todavia a retivesse, dizendo-lhe que os principais dos mouros e assim alguns gentios lhe diziam que se a dita náu se não retinha em nenhuma maneira poderiam carregar suas náus, e segundo o que seguiu parece que o faziam a fim de darem causa ao dito escândalo. E o meu capitão depois de o duvidar muitas vezes, receando o que se seguiu, mandou dizer à gente daquela náu, pelo poder do Rei que para isso tinha, que se não partisse, e êles não o quiseram fazer, e então foi necessário de a mandar reter e mandou aos seus batéis que a metessem dentro do pôrto onde estivesse seguro de não poder partir sem seu prazer, e tanto que os mouros isto viram, como era o fim que êles desejavam naquele próprio instante vieram logo com todo o outro povo, que já dantes tinham alvoroçado, sôbre o dito feitor e casa e combaterem-no, e êle com êsses poucos que consigo tinha se defendeu por algum espaço e se saíu de casa vindo-se recolhendo ao mar, e o meu capitão, que ao presente estava doente, tanto que lhe foi dito do alvorôço que era em terra, mandou todos os seus batéis a socorrer-lhe, e posto que o mar fôsse mui bravo todavia ainda recolheu alguma parte de gente. Mataram o feitor e com êle se perderiam 50 pessoas entre mortos e cativos, e nisto assim feito vendo o meu capitão como o Rei a isto não acudira e via que lhe não mandava nenhum recado e se provia de alguns aparelhos receando guerra, e assim se tinha apoderado da fazenda minha que em terra ficara, sobrestando um dia para ver se lhe fazia emenda do dito caso, quando viu que nenhum recado lhe enviava, temendo-se de êle armar grossamente, como depois fêz, para que lhe pudesse impedir a vingança que naquele tempo podia tomar, acordou de o pôr logo em obra e tomou-lhe dez náus grossas que no pôrto estavam e mandando passar *(m)* a espada tôda a gente que nelas era, tirando alguma que escapou escondida e que depois não quís matar e ma trouxe cativa. E depois de tomadas as mandou tôdas queimar davante o pôrto, que foi a êle grande espanto, nas quais estavam três elefantes que ali morreram, e nisto despendeu todo aquele dia, e tanto que foi noite se foi com tôdas as náus e se pôs o mais em terra que pôde ao longo da cidade e tanto que amanheceu lhe começou atirar com artelharia e lhe atirou até noite principalmente às casas do rei, com a qual lhe fêz muito dano e lhe matou muita gente como depois soube, e lhe matou um homem principal que estava junto com êle, pelo qual êle se saíu logo fóra da cidade por lhe parecer que em tôda ela não estava seguro. E dali fêz vela e se foi a outro pôrto seu que se chamava Fandaran em que também lhe fêz nojo com artelheria e lhe matou gente e dali fêz vela a via do Reino de Cochim que é aquela parte donde vém a especiaria 30 léguas além de Calecut, e no caminho achou outras duas náus de Calecut que também tomou e mandou queimar, e chegando a Cochim depois de ter feito saber ao Rei o que tinha passado em Calecut foi dêle muito bem recebido e assentou com êle seu trato pela maneira que o tinha assentado em Calecut, e pôs logo meu feitor e certos homens com êle em terra, para o qual lhe deram refens dos mais honrados que me trouxesse, e lhe carregaram as náus em 16 dias, e a mercadoria lhe traziam em seus batéis e a elas com tanto maior amor e segurança que parece que nosso Senhor permitiu o escândalo de Calecut por se acertar êste outro assento, que é de muito mais proveito e segurança porque é muito melhor pôrto e de muita mais mercadoria porque quási tôda a mercadoria que vai a Calecut muita dela há naquela terra e as outras primeiro vêm ali que vão a Calecut, na qual cidade de Cochim há muitas náus e soube que dois mercadores sòmente tinham 50 náus. Naquele Reino há muitos cristãos verdadeiros da conversão de S. Tomé e os sacerdotes dêles seguem a vida dos apóstolos com muita estreiteza, não tendo de próprio senão o que lhe dão de esmolas, e guardam inteira castidade e têm igrejas em que dizem missas e consagram pão ázimo e vinho que fazem de passas sêcas com água por não poderem [ter] outro, e nas igrejas não têm imagens, senão a cruz, e todos os cristãos trazem os vestidos apostólicos, com suas barbas e cabelos sem os nunca fazerem, e ali achou certa notícia de onde jaz o corpo de S. Tomé, que é 150 léguas de ali na costa do mar, em uma cidade que se chama Maliapôr, de pouca população, e me trouxe terra de sua sepultura, e todos os cristãos e assim os mouros e gentios pelos grandes milagres que faz vão a sua casa em romaria; e assim me trouxe dois cristãos, os quais vieram por seu prazer e por licença de seu prelado para os haver de mandar a Roma e a Jerusalém e verem as cousas da Igreja de cá, porque têm que são melhor regidas por serem ordenadas por S. Pedro, e êles crêem que foi a cabeça dos apóstolos, e êles serem informados delas; e também soube novas certas

(l) residentes.
(m) Na leitura do documento feita na Tôrre do Tombo para a edição Eugénio do Canto encontra-se: «*mandando trazer a espada*». Na versão espanhola: *mandó poner à espada*».

de grandes gentes de cristãos que são além daquele Reino *(n)*, os quais vêm em romaria à dita casa de S. Tomé, e têm Reis mui grandes os quais obedecem a um só e são homens brancos e de cabelos louros e havidos por fortes, e chama-se a terra Malchina, de onde vêm as porcelanas e almiscar e ambar e lenho alóis, que trazem do rio Ganges, que é àquem dêles; e das porcelanas há vasos tam finos que um só vale lá cem cruzados. E estando neste Reino de Cochim com o trato já assentado e as náus carregadas lhe veio recado do Rei de Cananor e do Rei de Colum, que são ali comarcãos, requerendo-lhe que se passasse a êles porque lhe fariam o trato mais a seu proveito, e por ter já o assento feito se escusou de ir; e neste tempo, estando para partir de Cochim, lhe mandou o mesmo Rei dizer como uma armada grossa de Calecut vinha sobre êle, em que viriam até 15.000 homens, com a qual ao meu capitão não pareceu bem de pelejar por ter suas náus carregadas e ter pouca gente e não lhe parecia tempo nem necessidade de aventurar por ter receio de lhe matarem ou ferirem alguma delas pela longura do caminho que tinha de andar, que eram 4.000 léguas daqui. Porém, fêz-se à vela com elas não deixando seu caminho, e êles não ousando de se alargar ao mar se tornaram arreceando de ir sôbre êles, e dali fêz seu caminho que era pelo Reino de Cananor, um daqueles Reis que o mandaram requerer e em passando, tanto que da terra houveram vista dêle, lhe mandou outro recado, rogando-lhe que pousasse ali porque queria mandar por êle a mim seu mensageiro, o qual me trouxe e em um só dia que ali esteve lhe mandou trazer tanta especiaria às náus que as carregara de todo se viessem vazias e lha davam que a trouxesse de graça em presente por cobrarem minha amizade, e assim vieram todos os seus grandes ao meu capitão, dizendo-lhe da parte do Rei que por ali veriam que seria ali de outra maneira tratado do que foi em Calecut, afirmando-lhe que se quisesse fazer guerra a Calecut *(o)* o ajudariam a êle em pessoa por terra e tôda sua armada por mar, e depois de lho muito agradecer da minha parte se despediu dêle dizendo-lhe que nesta outra armada que logo havia de enviar lhe mandaria a minha resposta, e se veio por seu caminho e no meio daquela travessia tomou uma grande náu carregada de mercadoria, parecendo-lhe que seria das de Meca e então havia de vir de Calecut, e achando que a dita náu era do Rei de Cambaia a deixou, mandando por ela dizer ao dito Rei que a deixava porque não ia a fazer guerra com ninguém, sòmente a tinha feito àqueles que lhe faleceram da verdade que com êle em meu nome tinham assentado, e seguindo mais adiante se lhe perdeu uma das náus que traziam carregada *(p)* por de noite vir dar em terra. Salvou-se a gente e êle a mandou queimar por se não poder tirar san *(q)* e desta paragem mandou o navio haver novas da mina de Sofala, como já atrás digo, o qual é vindo e me trouxe certa informação dela e assim do trato e maneira da terra e da grande quantidade de ouro que aí há e ali achou novas que entre os homens que trazem ouro ali às costas vêm muitos que têm quatro olhos, a saber: dois adiante e dois detrás. São homens pequenos de corpo e rijos, e diz que são homens que comem os homens com que têm guerra, e que as vacas do Rei trazem colares de ouro grosso ao colo, e àcêrca desta mina e duas ilhas em que colhem muito aljofar e ambar; e dali se veio o dito meu capitão e chegou a Lisboa a tempo que fazia 16 *(r)* meses do dia que dela partiu e bento seja nosso Senhor com tôda esta viagem não lhe morreu de doença mais que três homens, e todos os outros vêm sãos e em boa disposição, e agora me veio certo recado como um dos navios que ia para Sofala *(s)*, que tinha por perdido, vem e será um dia dêstes aqui, o qual dizem que entrou no mar Roxo e que traz de lá alguma prata e assim alguma informação das cousas de lá, posto que já do dito mar Roxo estou largamente informado, pelo dito meu capitão disso fui informado *(t)*. As mais particularidades neste negócio a Pero Lopes as remeto que a tudo foi presente *(u)*. Escrita em Lisboa a 28 de Agosto *(v)* de 1501.

(n) «*de Cochim*», na versão espanhola.
(o) Na versão espanhola há omissão da frase intercalada entre as duas palavras Calecut, o que denuncía lapso do tradutor. O texto de Navarrete diz: «*que seria allí de otra manera tratado que fué en Calecut* [afirmando-lhe que se quisesse fazer guerra a Calecut], *que le apudaria é iria él en persona por tierra, é toda sua armada por mar...*»
(p) A náu de Sancho de Tovar.
(q) salva.
(r) Na leitura do documento publicada por Eugénio do Canto são 17. Lemos 16, como na versão espanhola, e assim deve ser, pois Cabra chegou no mês de Julho.
(s) O navio de Diogo Dias.
(t) Na versão espanhola lê-se: «*y por muchas vias fui de ello sabedor*». E', visívelmente, tradução livre do texto original.
(u) No traslado português foram omitidas as palavras de saudação, conservadas na versão espanhola: «*Muy altos y muy excelentes é muy poderosos principes señores Padre é Madre. Nuestro Señor haya vuestra vida y Real Estado en su santa guarda.*
(v) Na versão espanhola lê-se: «*Escrita en Santaren á veinte é nueve de Julio*». E' a única e importante divergência entre os dois textos, que, de resto, se reconhece serem versões de um mesmo documento original.

Publicando a versão espanhola da carta de D. Manuel, de páginas 94 a 101 dos Documentos de los viages menores *(Vol. III da* Coleccion de los viages y descubrimientos), *Navarrete antecede-a da seguinte nota*: «Existia en Zaragoza en el archivo de la antigua Diputacion de Aragon, destruido en la guerra de la independencia. Copia sacada por D. Joaquin Traggia».

Sabendo-se que D. Manuel se correspondia em português com os soberanos de Castela, o texto espanhol não póde ser uma cópia do original guardado no arquivo de Saragoça, mas uma tradução. Destruído aquele, do teor do documento só nos restaria a versão de D. Joaquin Traggia se o arquivo de Veneza não nos facultasse uma cópia coeva do texto português. ¿Esta redacção portuguesa deverá prevalecer sôbre a tradução espanhola? Não podemos pronunciar-nos com absoluta segurança por falta do documento original, mas o confronto dos dois textos conduz-nos à convicção de que a carta publicada por Navarrete é a tradução quási literal do texto português encontrado no Arquivo de Veneza. Neste, há as omissões voluntárias das frases protocolares do início e do fecho. No contexto, as duas versões portuguesa e espanhola conferem com as quási imperceptíveis diferenças de interpretação, que anotámos. Há entre as duas, porém, a divergência importantissima das datas.

Em Navarrete, a missiva real tem a data de 29 de Julho. No traslado do arquivo veneziano é datada de 28 de Agosto. Harrisse presume que o copista substituíu à data da carta real a do dia e mês em que a copiou. O engenhoso alvitre do grande historiador americano não explica convincentemente a divergência, pois que esta não se circunscreve à

substituïção da data. Na cópia portuguesa, a carta de D. Manuel aparece como tendo sido escrita em Lisboa, quando na versão espanhola é dada como escrita em Santarém. Varnhagen, fundado não sabemos em que texto, consigna em nota à sua Historia Geral *(pág. 122 da 3.ª edição) que a carta foi expedida de Sintra.*

Do exame do texto dificilmente se poderá apurar qual das duas datas é a verídica. Que Cabral chegou no mês de Julho não padece dúvidas. A carta informa que, quando chegou a Lisboa, fazia 16 meses do dia em que partira. Ao tempo em que a carta foi escrita, também já regressara Sancho de Tovar, enviado pelo capitão-mór a Sofala. ¿No mesmo mês de Julho? Talvez não, se considerarmos que Cabral navegou do Cabo a Beseguiche e de Beseguiche a Lisboa com a natural pressa de chegar, e que Sancho de Tovar teve de cumprir a sua missão em Sofala antes de poder voltar a Lisboa.

Quanto a Diogo Dias, à data em que o rei escrevia, não regressara ainda, embora da sua vinda já houvesse notícia em Lisboa.

O que é possível apurar é que a primeira nova da Índia chegou pela naveta de D. Álvaro de Bragança e dos Marchiones, na véspera da noite de S. João; que Pedro Álvares Cabral regressou nos princípios de Julho com três navios, a saber: a capitânia, o de Nicoláu Coelho e o de Pedro d'Ataíde, que Vespúcio encontrara em Beseguiche. Chegou depois Sancho de Tovar, de volta de Sofala; e mais tarde Diogo Dias, vindo do Mar Roxo.

A carta de D. Manuel faculta-nos ainda os dados essenciais para o estudo do carácter prudente, magnânimo e forte do descobridor do Brasil. Só quando periga a dignidade de Portugal êle se resolve à violência. O seu parecer é invariàvelmente o de um homem de extrêma ponderação. Foram certamente essas grandes qualidades morais que o recomendaram para a alta missão que desempenhou.

APÊNDICE B

SANUTO, diario, IV, coll. 66-69

Questa é copia di una letera di Zuan Francesco de la Faitada, scrita in Lisbona, a dì 26 zugno 1501; drizata in Spagna, a sier Domenego Pixani, el cavalier, orator nostro; la qual per sue di X luio, la mandò in questa terra.

Magnifice orator etc.

A questi zorni passati scrissi per Zuan Vesiga; poi in questo zorno havemo vostra, per la qual ne cometé, li dagamo notitia de la expedition de l'armata di questo serenisimo re. Ben che per missier Cretico sarà scrito a compimento, io voglio dar notitia a quela de la partita de questa armata, la qual partite de qui a li 17 zugno, et a li 18 fu in Lacus, terra de lo Algarius, che de qui a questa terra fanno 40 lige. Del qual loco de Lacus siamo avisati, luni passato la predita armata era ingrossata de molte nave et molta gente; e, secondo m'avisano per letere de domenica passata, del regno de Algarius montarano più di 2000 homeni, oltra quelli che de qui andorono con le nave che partino. Lo effecto che questo re manda questa armada a questo loco de' mori, é per pigliarlo; et eri, che fo lo dì de Sancto Joanne, havevano lo arsalto in terra. Questo é quanto, fin questo dì, se intende de la prefata armata. Da po' se extima andarà a suo camino, dove era deputada; che Dio li concieda vitoria! La magnificentia vostra saperà, che eri, al tardi, vene uno de li navilij, che fu in zener fino a Coloqut, el qual loco si é quello donde si aspetava le spiziarie. Et perché so, quella haverà piazer intendere le nove portano, farò notitia, como questo serenisimo re mandò a lo dito loco de Coloqut 12 nave e navilij, de li quali g'é X soi, uno del signor don Alvaro (1), in compagnia de Bortolo fiorentino (2) et Hironimo (3) et uno genoese (4), l'altro del conte de Porta Alegra (5) e de certi altri merchadanti assai. In tutto sono 12 tra nave e navilij, de li quali, a l'andata, de qui lontano 80 lige, una de queste nave del re se perdete, che de lei non s'é saputo mai novela; le altre 11, andorono a suo viagio, arivarono ad un loco, che se dimanda el Cavo de Bona Speranza. Un zorno de luio, da poi de disnar, li sopra vene grande vento, in modo, che, per quella fortuna, se perdete altre tre nave di quele del re, e lo navilio del conte di Porta Alegra; sì che non restorono se non 7, le quale andorono più avanti, tanto che arivono al Coloqut; tamen dicono, che avanti giongeseno al Coloqut, discosto da lo ditto loco lontano 100 lige, arivono in uno loco; che lo re di quel loco li feze grande honor, e il mandò refreschamenti di carne, agneli et altri presenti. Zonti poi a Coloqut, el capetanio vene a parlamento con quel re, e li feze, per nome di questo serenissimo re, presente de molte cosse, in modo che restorono grandi amici; e il capetanio se ne ritornò a la nave, e mandò el fator general, con li altri deputati officiali, che havesseno a star lì in terra, e comenzorono a contratar e far partiti de sue mercantie. In quelo tempo se atrovava, in lo dito locho de Coloqut, la frota de le nave de' mori de la Mecha, che stavano per cargar specie. A uno giorno, li mori con lo factor del re vegnirono a diferentia; dicendo l'uno, che volea cargar prima che l'altro; et li mori comenzorono a mazar di portogalesi da 25 in 30 de li principali, infra li qual fu lo factor general e scrivani, et certi frati de observantia, che lo re in la dita armata mandò. Alcuni de quelli che erano in terra, butati in mar, natorono a le nave, e deteno noticia al capetanio di la nova. El qual mandò a parecchiar tute le nave a

(1) D. Álvaro era o quarto filho de D. Fernando, duque de Bragança, e irmão do terceiro duque, degolado em Évora.
(2) Bartolomeu Marchione, rico mercador florentino, estabelecido em Lisboa.
(3) Jerónimo Sernige, florentino, estabelecido em Lisboa, a quem D. Manuel concedeu o título e privilégios de cidadão de Lisboa.
(4) António Salvago, segundo presume Peragallo *(Cenni intorno alla colonia italiana in Portugallo nei secoli XIV, XV e XVI).*
(5) O Conde de Portalegre, D. Diogo da Silva de Menezes, aio que foi de D. Manuel, casado com D. Maria de Ayala, filha de Diego de Herrera e D. Inês Peraza, herdeira de Fernan Pereza, o *rei* das Canárias.

vela, e comenzò a bombardar le nave de' mori, in modo che nè mandò in fondo circa XII nave, et occise più de 300 mori. Facto questo, comenzò a tirar le bombarde in terra, et amazò molta gente, ruinando molte case; e l'altro zorno pigliarono molti homeni de Coloqut, e li menorono a la sua nave. El capetanio stete in deliberation de ritornarse qui. Uno Judeo, che l'altro capetanio menò qui la prima volta che'l fu in Coloqut per questo re, fu mandato in questa armata, tuta via non lo lassorono mai andar a terra, comenzò a dir al capetanio che non si retornasse, ma che se andasseno più avanti 70 in 80 lige, che lui li meneria al loco proprio, donde nasceno le spiciarie, che é loco de altro re. El capetanio, visto le proposition del judeo, determinò de far quello che lui diceva, e mandò a far vela verso questo loco che costui li diceva, tanto che arivorono a questa terra, che se domanda Chuchi, dove el capetanio mandò homeni in terra a parlar a lo re de questa terra, et a quello narono quello li é stà fato in Coloqut. Questo re de questa terra é grande inimico del re di Coluqut, et inteso questo, li mandò 4 homeni, de li sui più principali, a le nave, che stesseno lì, per contro de altri 4, che lo capetanio mandò in terra; e comenzorono a far partiti, per modo che in nove zorni carichono tutte 7 le nave de spiziarie; zoè garofali, canelle, nose muschate, pevere et altre sorte specie. E da poi che le nave fonno del tutto cargate, questo re li mandò altre 14 barchaze de spiziarie, e loro le retornorono a remandar, perché non le podevano alevar; e questo re ge le mandò a dar senza denari, né altra cossa per contro. El re de Chaliqut, inteso che questa armada era andata a cargar a questo loco, perché era inimico de quel'altro re, e dubitandose che lo trafico de Caliqut non se vastasse, ordenò una grande armada, per mandar a pigliar le nave de Portogalo; in la qual armata andavano più de 15 milia homeni. El re de Chuchi, che sepe questa nova de questa sua armata, lo feze asaper al capetanío de Portogallo, fazandoli grande offerto, per salvarli quanto lui potesse; et oltra questo feceno partito, che li 4 homeni de le nave, stavano in terra, restaseno là, et li 4 altri de la terra, che stavano in le nave, vegnisseno qui con le dite nave, e cussì feceno, con grande amicitia. Uno giorno, stavano per partir le dite nave, per vegnir a suo camino, l'armata di Chaliqut aparse; et quelli de le nave deteno la vella, ché heveano bon vento, e lessorono per pope l'armata de Chaliqut, perché quele nave non vano a vela, se non con vento in pupa. In Chaliqut remase grande valuta de zoie, che za haveano comprado; tuta via se existima ne vegna qui, in queste nave del re, grande summa. La fama de la richeza di questo re é tanto grande, che, hessendo la terza parte, é una grande cossa. Da poi, come é dito, che fossemo partiti da Chuchi, luntanadi dal dito loco 200 lige, trovorono un'altra terra, chiamata Lichinocho, e lí stava uno re molto richo, el qualle mandò presenti al capetanio, et mandoli doi ambasadori, i qualli vegnano a lo re de Portogallo. Expediti da questo re, partirono al suo viazo, e se ne veneno a Zafale, che in questo loco dicono eseere grande rescato de oro e, de le 12 nave, el re ordenò che do de esse se ne andaseno a questa terra; ma quando se perdereno le 4 nave, haveano ad andar a questa terra de Zafale. Da poi se ne veneno più avanti, e uno giorno se feze grande vento, in modo che una de le sette nave fu a dar in terra, e le persone se salvorono. El capetanio mandò a brusar la dita nave con la mercantia. Gionti al Capo de Bona Speranza, el capetanio mandò a tute le altre nave, se zonzeseno insieme, et andono in compagnia 3 in 4 zorni. Da poi comandò, che questa, ch'é venuta, per esser meglior de le vele, se partisse da le altre, e venisse a dar nova de esse nave qui, a questo re de Portogalo; e cussì feze. Questo navilio, che é venuto, é lo più picolo de tuti, et é del signor Alvaro e tre altri merchadanti nominati di sopra. Lui é lo più povero de tutti li altri, lo quale porta 300 cantera de pevere et 200 de canella, nose muscade, lacha, benzui; et porta la novella de esse cosse; de modo che de tuto vien cargate. Questo discorso vi ho facto, per dar notitia a vostra magnificentia del successo de questa cossa de Coliqut. Le sopradite nove se sono havute da uno marinaro de lo navilio che é venuto, el quale navilio ancora sta in restello, et ozi s'aspeta qui. Intendendose altro, ne sareti avisato del tutto particularmente, etc.

CAPÍTULO VIII

A EXPEDIÇÃO DE 1501

POR

C. MALHEIRO DIAS

A EXPEDIÇÃO DE 1501

A NOTÍCIA DE ANTÓNIO GALVÃO

HERÓICO capitão das Molucas, afamado pela intrepidez com que pelejara à frente de cento e trinta portugueses contra a liga dos príncipes maometanos do arqüipelago, deixou no espólio, ao morrer no hospital, pobre como Camões, os cadernos manuscritos de uma obra, publicada em 1563 pelo testamenteiro Francisco de Sousa Tavares, com o longo título de **Tratado dos Descobrimentos antigos, e modernos,** *feitos até a Era de 1550, com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempos, e as suas alturas, e dos desvairados caminhos por onde a pimenta, e especiaria veyo da India ás nossas partes: obra certo muy notavel, e copiosa* (1).

Dedicando a edição da obra do «famoso capitão e invencivel heroe» a D. João, duque de Aveiro, o testamenteiro do vencedor do rei de Ternate assinála ter emprestado o manuscrito, por ordem do cardeal D. Henrique, a Damião de Góis, cronista-mór do reino, que assim conhecera o *Tratado*, como João de Barros tivera já conhecimento de uma parte da *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, de Azurara.

O piedoso e magnánimo António Galvão não foi, como Duarte Pacheco e D. João de Castro, um cosmógrafo, na rigorosa acepção erudita da palavra. Embora tendo comandado no mar, êle era, principalmente, um soldado, e, em sua qualidade de guerreiro, um dos vultos épicos das campanhas da Índia, quando decaía no crepúsculo, aceso em ouro e sangue, a glória do Oriente. Pertencia àquela geração de heróis imaculados, altivamente escrupulosos, que voltaram puros e pobres de entre os desvarios e os tesouros asiáticos. Sendo o último da sua linhagem. pois que o pai e quatro irmãos haviam trágicamente morrido em serviço da pátria e do rei, (2) o antigo capitão de Moluco obteve como prémio das

(1) Havia dois anos (1561) que fôra publicado o 8.º Livro da *Historia do Descobrimento & Conquista da India pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, cujo 1.º Livro data de 1551, os 2.º e 3.º de 1552, os 4.º e 5.º de 1553, os 6.º e 7.º de 1554. A edição da Primeira Decada da *Asia*, de João de Barros, remontava a 1552 e a da Segunda Decada a 1553. É no mesmo ano em que sái do prélo o *Tratado*, de António Galvão, que aparece a Terceira Decada da *Asia*. Só três anos depois foram publicadas as 1.ª e 2.ª partes da *Chronica do felicissimo rei D. Emanuel*, de Damião de Góis.

(2) António Galvão era filho de Duarte Galvão, secretário de D. Afonso V, conselheiro de D. João II e D. Manuel. Amigo leal de Afonso de Albuquerque, foi dos raros que se animaram a tomar a defesa calorosa da sua causa perante o soberano, quando a animosidade de D. Manuel, alimentada e excitada pelas intrigas e as invejas da côrte, começara a revelar-se contra o genial capitão. Partidário das suas grandiosas concepções políticas, Duarte Galvão incitou-o à conquista de Méca e à destruição do sepulcro de Mafoma. A imaginação de Albuquerque voava, porém, mais alto. Êle já não pertencia, como o seu amigo Duarte Galvão, à estirpe dos cavaleiros místicos. Era um guerreiro estadista, da família de Alexandre e de Cesar.

Duarte Galvão foi embaixador de D. João II e D. Manuel «*em muitas embaixadas nas côrtes dos Papas, e do emperador Fedrique, e Maximiliano seu filho, e dos Reis de França, e Inglaterra...*» (Damião de Góis, *Chronica*, Parte 3.ª, cap. LXXVII) e morreu em viagem para a Abissínia, aonde o enviara, já ancião, o rei D. Manuel. O velho embaixador embarcara na armada de Lopo Soares de Albergaria e os seus restos mortais, piedosamente recolhidos, foram depois entregues a António Galvão, seu filho, que ao tempo comandava em Cochim a náu *Santa Maria do Espinheiro*.

Segundo Castanheda, foi Duarte Galvão quem redigiu a carta em arábico e português, mandada por D. Manuel ao Samorim de Calecut pela mão de Pedro Álvares Cabral. À família dos Galvões se refere Corrêa nas *Lendas* (vol. III, págs. 267-271), assim rematando a sua biografia heróica: «*Este Simão de Sousa Galvão e Jorge Galvão*, e *Manuel Galvão, e*

façanhas, ao cabo de dezassete anos de hospital, o lençol em que o amortalharam e, da confraria da côrte, como cortesão desamparado, a esmola do enterramento.

Póde com verosimilhança conjecturar-se que para distraír-se na clausura sedentária do hospital, despido para sempre o arnês e viuva a espada, o herói se propôs a escrever êste *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*. Fôra natural que António Galvão narrasse de preferência as próprias e grandes proezas, redigisse as suas Memórias, nos falasse das cousas e pessoas da Índia. Mas as navegações constituïam a mais grandiosa emprêsa do tempo e da grei. Os guerreiros consideravam-se as sentinelas defensivas das conquistas geográficas dos nautas, seus irmãos de armas e seus acólitos. O *Apóstolo das Molucas*, filho do diplomata e letrado Duarte Galvão, convivera, no decurso de longas viagens, com os pilotos e a gente do mar. O seu *Tratado* revela a cultura considerável de um homem a quem parecem familiares as obras contemporâneas, salientemente as peninsulares, inspiradas nas navegações, como também o conhecimento de tradições orais, transmitidas pela geração formidável que devassara as solidões do Atlântico austral, de costa a costa, e dissipara as trevas que envolviam metade da esfera terrestre (3).

EPIGRAMMA.

ET gessi, & scripsi Lysiæ fera prælia gentis:
Me clarum gladius reddidit, & calamus.
Extulit ad Cælum virtus, depressit egestas:
Præmia nec factis ulla fuere meis;
Præmia virtuti seu quòd non æqua fuissent,
Seu virtus pretium quòd sibi sola foret.
Patria quos prohibet, meritos dabit Orbis honores;
Maior & à toto laus erit Orbe mihi.

ANTÓNIO GALVÃO
Segundo o retrato convencional da 2.ª edição do *Tratado*, de 1731

Na segunda parte do *Tratado*, que versa sôbre os «*Descobrimentos das Antilhas, e Indias pollos Espanhoes feitas*», António Galvão menciona uma expedição portuguesa ao Brasil, de que não se lobriga vestígio em Castanheda, João de Barros, Damião de Góis (embora êste conhecesse o manuscrito do *Tratado*), Corrêa e Osório.

A notável passagem refere que «*neste mesmo anno de 501, e mez de Mayo partirão tres navios da Ci-*

Ruy Galvão, todos erão irmãos, filhos de Duarte Galvão que faleceu na ilha de Camarão, que veo pera hir por embaixador ao Preste; assy que pay e filhos todos acabarão seus dias n'estas partes em serviço d'El Rey». António Galvão era bastardo e pelos serviços prestados no Oriente e na propaganda da fé católica recebeu o cognome de *Apóstolo das Molucas*. Os moradores de Ternate denominaram-no *Pai da pátria*. Veja-se a memória apresentada à Academia de Sciências de Lisboa por Sousa Viterbo, *Duarte Galvão e a sua familia*. Lisboa, 1905.

(3) O almirante britânico Bethune, que dirigiu a reedição moderna (Hakluyt Society, Londres, 1862) da tradução inglêsa do *Tratado*, feita em 1601 por Richard Hakluyt, considera António Galvão o fundador da geografia histórica *(the founder of historical geography)*.

dade de Lisboa por mandado del Rey D. Manoel, a descobrir a costa do Brasil, e forão a ver vista das Canarias, e dahi o Cabo Verde, tomarão refresco em Beziguiche, passada a linha da parte do Sul, forão tomar terra no Brasil em cinco graos daltura, e forão por ella até trinta e dous pouco mais ou menos, segundo sua conta, donde se tornarão no mez de Abril por haver já lá frio, e tormenta, pozerão neste descobrimento, e viagem quinze mezes, por tornarem a Lisboa na entrada de Setembro.» (4).

Esta sucinta referência, quando mesmo em nenhuns outros documentos tivera ficado memória da expedição enviada ao Novo Mundo por essa época, encontraria na cartografia coeva confirmação decisiva. O planisfério de Cantino, composto em Portugal, ostenta os irrecusáveis vestígios de mais de uma viagem realizada entre os anos de 1500 a 1502 no litoral do Brasil. O silêncio de Castanheda, Barros, Góis, Corrêa e Osório (5) tem sido interpretado, quer como ignorância, quer como propósito deliberado, conquanto ininteligível por extemporâneo, de conservar em segrêdo essas expedições. Mas tal silêncio não constitui depoïmento de prova contra os acontecimentos náuticos e geográficos testemunhados naquele mapa-mundo. A omissão é difícil de explicar, podendo dizer-se que as tentativas até hoje empreendidas pelos mais experientes e sagazes historiadores no sentido de encontrarem justificação para êsse mutismo sistemático, quebrado apenas por António Galvão, não lograram êxito apreciável.

Se António Galvão pôde desrespeitar o sigilo, ¿porque o mantiveram os grandes cronistas? E' impossível alegar como motivo justificativo de silêncio nos luminares da Crónica a importância mesquinha das viagens, porventura as de maiores e sensacionais conseqüencias, sob o aspecto geográfico de revelação do planeta, pela confirmação que trouxeram à lucidissima concepção lusitana da continentalidade das novas terras ocidentais.

A ignorância ou esquecimento da expedição memorável de 1501 é tanto mais inexplicável quanto no momento em que Castanheda, João de Barros e Damião de Góis narravam a proezas náuticas e guerreiras de Portugal, duas relações da grande viagem corriam de há muito impressas por tôda a Europa, e com o nome do autor dessas jactanciosas narrações fôra injustamente baptizado o continente novo, para cuja revelação tam proeminentemente tinham contribuïdo os navegadores e os cosmógrafos portugueses.

¿Seria êsse, precisamente, o motivo que originara, por altivo ressentimento, o mutismo dos cronistas? Mas contra essa hipotese militam fortes argumentos. O silêncio não abrange em Damião de Góis e Osório a expedição de 1503, igualmente narrada na *Lettera* a Soderini por Américo Vespúcio (6). Inadmissível é também imaginar-se que Damião de Góis, com amigos eruditos no Sacro Colégio, relacionado com as maiores celebridades do tempo, não conhecesse as cartas de Vespúcio, expedidas de Lisboa; uma das quais logo universalizada em dezenas de edições italianas, francesas, alemãs e flamengas (7). Se João de Barros se reservava para tratar dessa expedição na *Provincia de Santa Cruz*, (8) é bem possível que a omissão voluntária que dela fêz na *Asia* houvesse ocasionado as dos cronistas subseqüêntes. Tudo conduz a crer que da parte dos cronistas não houve qualquer propósito de suprimir

(4) A pág. 36 da 2.ª edição portuguesa da Oficina Ferreiriana, de Miguel Lopes Ferreira. Lisboa, 1731. A edição *princeps*, de Francisco de Sousa Tavares, saída da oficina de João da Barreira, «impressor del Rey nosso Senhor», é de 1563. Há ainda a edição inglêsa de Hakluyt (1601), reeditada com o texto original português pelo vice-almirante Bethune (1862, Hakluyt Society).

(5) Deve notar-se que nas obras de Castanheda, Barros e Corrêa, dedicadas especialmente às expedições e conquistas do Oriente, não se justificariam vastas referências ao Brasil, que também nos *Lusiadas* é mencionado apenas duas vezes. Pensamos que se tem exagerado a importância do silêncio geral que o século XVI português mantém sôbre a viagem revelada por Vespúcio. Os mesmos motivos que há para negar as viagens do florentino poderiam invocar-se para repudiar tôdas as outras omissas nos cronistas e de que ficaram irrecusáveis vestígios na cartografia.

(6) A *Lettera*, onde são narradas as quatro navegações de Vespúcio, teve menor repercussão que a *Mundus Novus* no princípio do século XVI.

(7) Todos os que conhecem a biografia de Damião de Góis e não ignoram a sua residência em Antuérpia como escrivão da feitoria comercial de Portugal na Flandres; as missões diplomáticas que desempenhou na Polónia, na Holanda, na Dinamarca e na Suécia; as relações intelectuais e de amizade que entreteve com Lutero, Melanchton, Gryneu e Munster, com Erasmo e o cardeal Jacob Saddoteto, de quem foi hóspede em Friburgo e Pádua; as suas viagens pela França, Inglaterra, Hungria e Boémia, e a residência na universitária e erudita Lovaina, onde estudava humanidades e cultivava as artes, convivendo com os mais insignes professores,—não poderão admitir que o autor da crónica de D. Manuel desconhecesse nas várias versões latinas, italianas, flamengas e francesas, as cartas de Vespúcio. Seria absurdissimo imaginar que o inspirador da *Hispaniæ adversus Munsterum defensio*, que criticara a *Cosmographia* de Munster, ignorasse as obras cosmográficas onde já apareciam insertas as cartas *Mundus Novus* e *Quatuor Navigationes*. E aceitando que êle conhecia as narrativas de Vespúcio, o seu mutismo póde significar a nenhuma importância que lhe mereciam as ampliações retóricas com que o florentino engrandecera as viagens efectuadas nas armadas mercantes portuguesas.

(8) «*E porque em a quarta Parte da escritura da nossa conquista, a qual, como no principio dissemos, se chama Sancta Cruz, e o principio della começa neste descobrimento, lá fazemos mais particular menção desta chegada de Pedralvares, e assí do sitio, e cousas da terra*». Barros, *Decada* I, Liv. V, Cap. II da *Asia*. O facto de ter sido João de Barros um dos quinhoados na repartição das donatárias brasileiras induz a supôr que devia estar abundantemente instruído sôbre as explorações do litoral de Santa Cruz.

Vespúcio da história dos descobrimentos portugueses e desligá-lo, por mesquinho e irracional nativismo dos acontecimentos a que o florentino tivesse andado associado — mas é que Vespúcio, ao contrário de Cadamosto e de tantos outros estrangeiros, fôra mero comparsa na epopeia marítima de Portugal.

Facto irrecusável é que, na segunda metade do século XVI, António Galvão refere a viagem de 1501 com tamanha precisão, que os dados essenciais, mesmo os cronológicos, correspondem aos das narrações de Vespúcio, em que parecem inspirar-se, e coïncidem também num ponto da maior importância, como referência, com a narrativa chamada do «pilôto anónimo», publicada em 1507 na colecção de Montalboddo. Esta circunstância serviria para provar que não se obliterara a memória da grande expedição de 1501, da qual é plausível que existissem sobreviventes cincoenta anos depois.

Comparado o texto sucinto de Galvão com os textos relativamente prolixos de Vespúcio, Humboldt chegou à conclusão precipitada (9) de que o autor do *Tratado* não hauriu da *Mundus Novus* ou da *Lettera* o pouco que nos refere àcêrca da expedição ao Brasil. Muito outra e mais convincente foi a opinião de Aires de Casal (10). Galvão confirma ou repete Vespúcio, como também o confirma a relação do «pilôto anónimo», quanto à presença de uma armada, em 1501, nos mares brasileiros. Os documentos cartográficos de Cantino e Canerio bastariam para revelar, embora os restantes depoïmentos faltassem, a exploração de vasta extensão da costa oriental sul-americana desde 1500 a 1504 — admitindo que o segundo dêsses mapas foi elaborado o mais tardar em 1505. Parte considerável da exploração do litoral, compreendida entre os cabos de S. Agostinho e S. Tomé (?), realizou-se até meados de 1502, conquanto no planisfério de Cantino, que saíu de Portugal para a Itália no mês de Outubro dêsse ano, não se vislumbrem vestígios concordes à narrativa da 3.ª viagem de Vespúcio. É só no mapa posterior de Canerio que um historiador poderá constatar com relativa, senão precária plausibilidade, o registo parcial da exploração litorânea, narrada arbitrária e sumáriamente na *Mundus Novus* e na *Lettera*. Todavia, o planisfério de Canerio, composto provàvelmente à vista do mesmo protótipo, já acrescentado, que serviu ao mapa-mundo de Cantino, assinala, visívelmente, os resultados de uma *série* de explorações, e não apenas a descrita na correspondência do viajante florentino.

Estas circunstâncias complicam o problema para o qual Varnhagen e seus doutos prosélitos tinham procurado a mais fácil solução, partindo de uma hipótese que o exame dos factos e dos documentos nos denuncia provadamente errónea.

A NARRAÇÃO DO PILÔTO ANÓNIMO

SELA ordem cronológica, as primeiras notícias de uma expedição portuguesa ao Brasil, empreendida no ano de 1501, encontram-se na carta de La Faitada ao embaixador Pasqualigo, de 10 de Setembro de 1502 (11) e na narração da viagem de Cabral, enviada por Giovanni Matteo Cretico, secretário do *Oratore* veneziano em Lisboa, a Trevisan (12) — que lha pedira a instâncias do analista Domenico Malipiero — e que foi publicada na colecção de Montalboddo, *Paesi nuovamente ritrouati* (Veneza 1507). Parece à primeira vista difícil identificar a armada que La Faitada diz ter regressado ao Tejo, de explorar a Terra dos Papagaios, aos 22 de Julho de 1502,

(9) *Examen Critique*, Vol. V, pág. 73 e seg.

(10) «*Como este escriptor deixou em silencio o nome do Almirante contra o costume que praticava, pois não omitte o de nenhum outro entre tantos por elle nomeados que passaram ao Novo Mundo... parece dever-se inferir que elle não teve outro documento mais que o d'Americo Vespucio, testemunha suspeita e infiel... O que mais nos persuade este sentimento he concordar identicamente a referida descripção de Galvam com o substancial da narrativa que Americo Vespucio fez desta viagem...*» Aires do Casal, *Cosmographia Brasilica*, a pág. 38 da *Introdução*.

Humboldt objectou que «*si Galvam copiait les lettres de Vespuce à Soderini ou à Medicis, pourquoi aurait il, comme le pilote de Cabral, omis le nom du navigateur florentin; pourquoi aurait il placé la limite australe des découvertes de l'expédition par les 32º de latitude Sud, quand les lettres donnent 50º ou 52º?* Neste particular, os argumentos de Humboldt são frágeis. Da própria confissão de Vespúcio, o litoral foi explorado desde os 5º até os 32º. Nessa altura, a frota despediu-se da terra, desiludida de nela encontrar metais, e meteu proas ao mar largo.

(11) A carta de Giovanni Francesco La Faitada, ou Affaitadi, (o mesmo Francesco de la Saita Cremonense, dos *Paesi*, onde foi publicada a sua outra carta de 16 de Setembro de 1502 a Piero Pasqualigo, *oratore* em Espanha), era um opulento comerciante de Cremona, oriundo de uma família enriquecida no comércio, como os Médicis, e que no século XVI foi enobrecida com o marquesado de Grumello. La Faitada veio para Lisboa à semelhança de muitos outros comerciantes da Itália, da Alemanha e da Flandres, demorando-se desde 1501 até 1505.

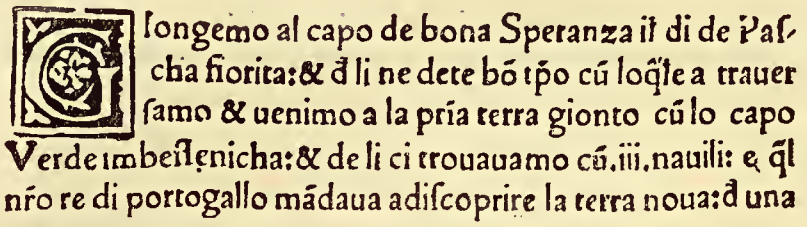
Já em 26 de Junho de 1501, La Faitada escrevera ao *oratore* veneto na Espanha, Domenico Pisani, completando as informações de Cretico sôbre a expedição de Cabral.

Nesta carta de 10 de Setembro de 1502, escrita a Piero Pasqualigo, La Faitada adverte-o de que voltaram a 22 de Julho as caravelas mandadas no ano passado a descobrir a Terra dos Papagaios «*over di Santa Croce, a di. 22. luio erano ritornate; et il capetanio referiva aver scoperto piu di. 2500. mia di costa nova, ne mai aver trovato fin de ditta costa, et dite caravele é venute carge di verzi at di cassia, ne altre specie hanno portato &...*» Sanuto, Diarii, IV, col. 485.

(12) Anteriormente, Cretico escrevera a Domenico Pisani uma carta, que êste transcreveu e transmitiu para Veneza a 27 de Julho de 1501, em que o informava do regresso da armada de Cabral e do descobrimento da Terra dos

com a expedição narrada por Vespúcio e que haveria regressado em 7 de Setembro do mesmo ano a Lisboa, mas provaremos que só deve aceitar-se com reservas a cronologia das narrações epistolares de Vespúcio.

É no capítulo XXI e último da narrativa de Cretico que se intercala a passagem referente à armada exploradora:


Gionsemo al capo de bona Speranza il dì de Pascha fiorita: & dì li ne dete bō tpo cū loq̃le a trauersamo & uenimo a la pria terra gionto cū lo capo Verde imbeſſenicha: & de li ci trouauamo cū .iii. nauili: e q̃l nro re di portogallo mādaua adiſcoprire la terra noua: d una

Trecho fac-similado da primeira publicação da relação chamada do «pilôto anónimo» nos *Paesi nuovamente retrovati* (1507).

«*Chegamos ao Cabo da Boa Esperança no dia de Pascoa florida, e ahi achámos bom tempo, com o qual proseguimos e viémos á primeira terra perto de Cabo Verde, que se chama Bezeguiche* (13), *onde achámos tres navios...*» (14).

Quando Cretico compunha ou traduzia (15) a relação da 2.ª viagem à Índia, a expedição de 1501 navegava nas solidões do Atlântico austral. Nenhuma possibilidade havia de um entendimento entre o diplomata veneziano e a tripulação da armada, que desferira velas de Lisboa no dia 10 de Maio de 1501 (16) e regressara ao Tejo no dia 22 de julho de 1502 segundo La Faitada, ou no dia 7 de Setembro do mesmo ano segundo Vespúcio.

Entre a ligeira referência da relação do «Pilôto Anónimo», editada por Montalboddo em 1507, e a passagem do *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*, de António Galvão, aparecido em 1563, já depois da morte do autor, os mais importantes documentos relacionados com esta exploração das costas orientais da América meridional viram a luz da publicidade. É através dêles que poderemos aproximadamente reconstituír a viagem da armada de 1501, corrigindo-os com o depoïmento cartográfico do planisfério de Cantino. Êsses documentos são as famosas cartas de Américo Vespúcio, que nada prova, aliás, tenham sido escritas tais quais as conhecemos, pois à semelhança da carta de Toscanelli ao cónego da Sé de Lisboa, não resta delas um só manuscrito original, conquanto outros documentos

Papagaios: «*De sopra del Capo de Bona Speranza, verso Garbin, hanno discoperto una terra nova, chiamano la terra de li Papagá, per esser li papagi longi uno brazo e piu, de vari colori, de li qual ne hanno visto doy, indichano questa terra esser terra ferma, perché correno per costa due mile mia e piú, ne mai trovono fin, habitano homeni nudi et formosi...*»

Há também débil vestígio de uma viagem ao Brasil, anterior à de Vespúcio, na carta de Alberto Cantino, escrita de Lisboa, aos 17 de Outubro de 1501. Referindo-se à terra de Santa Cruz, escreve Cantino: «*dilectevole, di bona aria et de dolcissimi fructi abondante, fugirno cinque marinari de le nave dal re, et non volseno più tornare in nave et li restarno*». Harrisse, comentando em *The Discovery of North America* esta passagem, admite que o facto se ligue a uma expedição mandada ao Brasil logo depois da chegada de Gaspar de Lemos. ¿Seria a mesma expedição a que se refere Corrêa e cujo comando atribui a André Gonçalves? Somos levados a crer que a notícia de Cantino não passa de uma deformação dos factos passados com a esquadra de Cabral. Quanto à certeza de ser Vera Cruz terra firme, proviria já das notícias trazidas pelo navio do emissário, que a 2 de Maio largou da baía Cabrália, de regresso a Portugal.

(13) Na carta atribuída a D. Manuel e publicada em Roma em 1505, vertida para o italiano, lê-se: «*et ari vorno Bezebiche con Capo Verde*». Em Barros: «*e a primeira terra que tomou foi a ilha do Cabo Verde,...*» Barros repete Castanheda, como Damião de Góis repete Barros, em absoluto acôrdo. A identificação de Bezebiche (ou Bezeguiche ou Bezenegue) com a denominação de Cabo Verde dada a um pôrto vizinho, encontra-se em Giovanni da Empoli na relação da sua viagem a Malaca na esquadra de Diogo Mendes de Vasconcelos, publicada no *Archivo Storico Italiano*, Apêndice, tôm. III, Florença, 1846. Escrevendo ao pai, a quem narra a viagem, diz Empoli: ...«*fummo... a vista del Capo Verde, chiamato Bisighicci, principio dell'Etiopia inferiore. Al quale luogo giunsi molto malato di grandissima febbre e fui di tal sorte aggravato della malattia... e navicando alla terra di Santa Croce, chiamata Brasil, sanai del tutto*»... E ainda, adiante: «*ho giá... detto che il Capo Verde, chiamato Bisichicci, é principio e capo dell'Etiopia inferiore.* Duarte Pacheco, no *Esmeraldo*, coloca a angra de Bezeguiche na Lat. de 14°20'.

Admitia-se ser Bezeguiche o pôrto da ilha Goréa, situada em 14°40'10'' de Lat. N., porém, modernamente, a sua identificação com Dakar obtém maior número de adeptos. Cabo Verde está a 14°43'5'' de Lat. N. Vespúcio localiza Cabo Verde na latitude de 14°.

(14) A armada de Cabral chegou a Lisboa, segundo a relação do *Pilôto Anónimo*, no fim de Julho de 1501. Tendo passado o Cabo da Boa Esperança na Páscoa Florida (Domingo de Ramos ou de Pentecostes) póde considerar-se averiguado o encontro em Bezeguiche com a armada que saíra de Lisboa no dia 10 de Maio.

(15) Esta narrativa de Cretico acha-se, com algumas variantes, em dois códices quinhentistas da *Marciana*, de Veneza: no códice *Viaggi* e no *Contarini*, assim descrita: «*Copia del viazo de Lisboana a Cholechut de lengua portogallese in lengua taliani. Raccolta*, Parte III, Doc. Dipl. Vol. I, pág. 47.

(16) É a data mencionada na *Lettera* de Vespúcio a Soderini, escrita em Lisboa aos 4 de Setembro de 1504. A carta anterior, *Mundus Novus*, conhecida da versão latina de *Giocondo*, diz 14 de Maio: «*quartadecima mensis mali millesimo quingentesimo primo...*» Quanto à data fornecida por Vespúcio para o regresso a Lisboa, temos razões para considerá-la inverídica. Êste ponto será estudado e debatido no cap. IX.

sem interêsse histórico, tenham sobrevivido, escritos pelo punho do agente comercial dos Médicis, improvisado cosmógrafo e navegador, que morreu investido no cargo de pilôto-mór de Espanha (17).

São quatro os textos atribuídos a Vespúcio, relacionados com a expedição de 1501:

1) Carta a Lourenço de Médicis (18), conhecida pelo título de *Mundus Novus*, trasladada para latim. Sem data.

2) Carta sem indicação impressa do destinatário, mas que pelo contexto se depreende haver sido dirigida a Pietro Soderini, gonfaloneiro de Florença. Datada de Lisboa, aos 4 de Setembro de 1504, e conhecida pela designação abreviada de *Lettera*. É a relação das quatro viagens de 1497-499-501-503. Texto italiano.

2 a) A mesma carta, com aposição de uma dedicatória ao duque Renato da Lorena, e conhecida pela denominação de *Quattuor navigationes*. Texto latino.

3) Carta a Lourenço de Médicis, datada de Cabo Verde (Bezeguiche) aos 4 de Junho de 1501, expedida pela armada de Cabral, de regresso da Índia. Considerada apócrifa por Varnhagen e Vignaud (19). Cópia encontrada por Baldelli (20) num códice do século XVI da biblioteca Ricardiana, e proveniente do florentino Pier Vaglienti, contemporâneo de Vespúcio. Texto italiano.

4) Carta a Lourenço de Médicis, sem data, Lisboa, 1502 (21). Manuscrito não original, proveniente dos arquivos Strozzi. Publicada em 1789 por Bartolozzi (22). Considerada apócrifa por Varnhagen. Texto italiano (23).

A CARTA "MUNDUS NOVUS,,

A CARTA de Vespúcio, conhecida pela denominação erudita de *Mundus Novus*, primeira na ordem da publicação, foi a que mais concorreu para a celebridade universal do navegador florentino. As edições multiplicaram-se na Itália, na França e na Alemanha. Entretanto, referindo ela uma expedição portuguesa que resolvera o mais importante dos problemas geográficos da época, não existe dessa carta celebre, *escrita em Lisboa*, uma só edição coeva portuguesa ou espanhola e inenhum dos cronistas do século XVI a cita, quer para apoiá-la, quer para refutá-la! Sendo Portugal, a êsse tempo, o centro mais activo das navegações e Lisboa uma cidade cosmopolita, freqüentada pelos mercadores e marítimos de tôda a Europa, residência de muitos comerciantes florentinos, não póde admitir-se que a carta de Vespúcio tivesse passado despercebida às estações oficiais, aos cosmógrafos, aos pilotos e aos humanistas. Todavia, não há notícia ou referência a Vespúcio e às suas atraentes narrativas nos milhares de documentos dos séculos XV e XVI, conservados nos arquivos de Portugal (24). Acontece que também não existe o manuscrito de Vespúcio, nem sequer o texto italiano, original, da sua primeira carta. As provas documentais da autenticidade falecem por completo. Igualmente não existe tradução espanhola coeva da *Mundus Novus*, muito embora Vespúcio gozasse na Espanha da notoriedade que lhe atribuía o cargo de pilôto-mór da Casa da Contratação; inem se conhece uma única referência de Vespúcio às edições das suas cartas!

Nunca tantas circumstâncias se reüniram para projectar sôbre um texto histórico as desconfianças dos historiadores. Não é para admirar que o meticuloso Santarém (25) haja tam severamente

(17) Bartolozzi encontrou no arquivo dos Médicis mais de cincoenta cartas que estabelecem a posição de Vespúcio como agente na Andaluzia, com Donato Niccolini, da casa comercial de Lorenzo e Giovanni di Pier Francesco de Médicis, a contar de 1492.

Vespúcio foi nomeado Pilôto Maior, com o salário anual de 75.000 maravedis, por carta régia de 6 de Agosto de 1508 (Navarrete, op. cit., Vol. III, pág. 299), e naturalizara-se espanhol três anos antes.

(18) Filho de Pier Francesco de Médicis, comerciante em Florença e ex-patrão de Vespúcio. Nascido em 1463 e falecido em 20 de Maio de 1503. Cf. Humboldt, *Examen Critique*, Vol. V, pág. 259 e seg. Tendo regressado Vespúcio a Lisboa em Julho ou Setembro de 1502, a carta foi necessáriamente escrita entre essa data e o mês de Maio de 1503, em que morreu o destinatário.

(19) Humboldt, Peschel, Trubenback, Uzielli consideram-na tam digna de crédito como as anteriores. Cf. K. Trubenback, *Mundus Novus*, Estrasburgo, 1903.

(20) Baldelli, *Il Milione*, Florença, 1887, Vol. I, pág. LIII-LIX.

(21) Escrita em Set. ou Out. dêsse ano, conjectura Luigi Hugues, na notícia inserta na *Raccolta Colombiana*.

(22) *Richerche istorico-critiche*. Florença, 1789. A pág. 168-180.

(23) A carta de 18 de Julho de 1500, que descreve a 2.ª viagem de Vespúcio à América (1499-1500) é igualmente suspeita de apócrifa. Foi encontrada por Bandini na *Riccardiana*, de Florença, e publicada na sua obra *Vita e lettere d'Amerigo Vespucci, Gentiluomo Florentino, raccolte ed illustrate dall'Abate Angelo Maria Bandini*, Florença, 1745.

(24) Também nenhuma obra impressa em Portugal durante o século XVI menciona Vespúcio como tendo navegado ao serviço da Corôa Portuguesa. O jesuíta Simão de Vasconcelos, na segunda metade do século XVII, é um dos primeiros a citá-lo.

(25) *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Américic Vespuce et ses voyages*. Paris, 1842.

julgado Vespúcio e relutado em aceitar como verídicos os textos a que faltam as condições paleográficas de prova. E contudo, são tantas as circumstâncias e os indícios que se congregam em favor da autenticidade, que as desconfianças legítimas suscitadas por Aires do Casal e Santarém tiveram de capitular perante a demonstração veemente de Varnhagen ([26]), consagrada no último grande estudo de H. Vignaud ([27]).

Uma expedição procedeu a reconhecimentos da costa do Brasil, entre 1501 e 1502, como consigna António Galvão, ¿É a mesma a que se refere Corrêa, nas *Lendas* ([28])? O que falta provar é que outra ou outras armadas, além da citada na *Mundus Novus*, não tenham vindo ao Brasil por êsse mesmo tempo. Admitindo que Vespúcio viajou, como parece, em uma esquadra que teria navegado nos litorais brasileiros entre 1501 e 1502, póde sustentar-se que nem desempenhou nela o papel preponderante que se atribui, nem a viagem de 1501 apresentou para os portugueses a importância extraordinária que assumiu para os povos estrangeiros—e temos para nós que estas duas circumstâncias explicam suficientemente o mutismo oficial.

O que notabiliza esta pouco substancial narração, é o haver servido para universalizar o conhecimento do novo continente. As cartas de Vespúcio podiam e deviam causar sensação entre os letrados da Italia, França, Flandres e Alemanha. A gente douta de Portugal não lhes concederia grande atenção. Vespúcio era um narrador romanesco e fantasista. As suas narrativas teriam para os sisudos portugueses uma importância medíocre. A extensão da massa continental, depois das expedições de Côrte Real ([29]), da ancoragem de Cabral na enseada da Corôa Vermelha e da viagem de retôrno de Gaspar de Lemos, era um facto averiguado.

Porém, a imensa terra de florestas, habitada por canibais nus, seria ainda por muitos anos tam falha de interêsse para a humanidade europeia, que os navegadores só procuravam saber, ávidamente, onde ela acabava, e lhe sondavam os litorais inóspitos na ansiosa pesquisa da passagem para o mar asiático.

Não precisamos de aventurar-nos a hipóteses temerárias. A prova cartográfica do conhecimento português da continentalidade da América existe, independentemente da colaboração vespuciana. A nomenclatura do planisfério de Cantino não concorda sequer com a narração de Vespúcio, pois ali não aparece o único nome geográfico assinalado na *Mundus Novus:* o cabo de S. Agostinho. ¡Aceitando, contra a evidência documental, que o resultado da viagem narrada por Vespúcio tenha de qualquer modo influído na composição do mapa de Cantino, seria exagêro admitir que no pequeno espaço que medeia entre a chegada da frota e a remessa do planisfério para Ferrara, fôsse possível a um cartógrafo delinear e pintar tam vasto e importante mapa-mundo, em que a Ásia já aparece como um continente independente da América do Sul, separado dela por um oceano desconhecido! Quando muito, haveria tempo para fazer algumas correcções e aditamentos. A influência vespuciana, contra a qual a análise do documento fornece objecções terminantes, só poderia operar-se em detalhes, circunscrita à linha litorânea entre os cabos de S. Jorge e Santa Marta: ¡precisamente dois nomes que não figuram nas relações do florentino! A concepção da continentalidade é, pois, portuguesa, independente da intervenção ou sugestão de Vespúcio, anterior ao seu regresso, anterior à divulgação da *Mundus Novus*, que conquistou para o seu autor a glória indevida de haver tido, antes de mais ninguém, a intuição genial do novo continente.

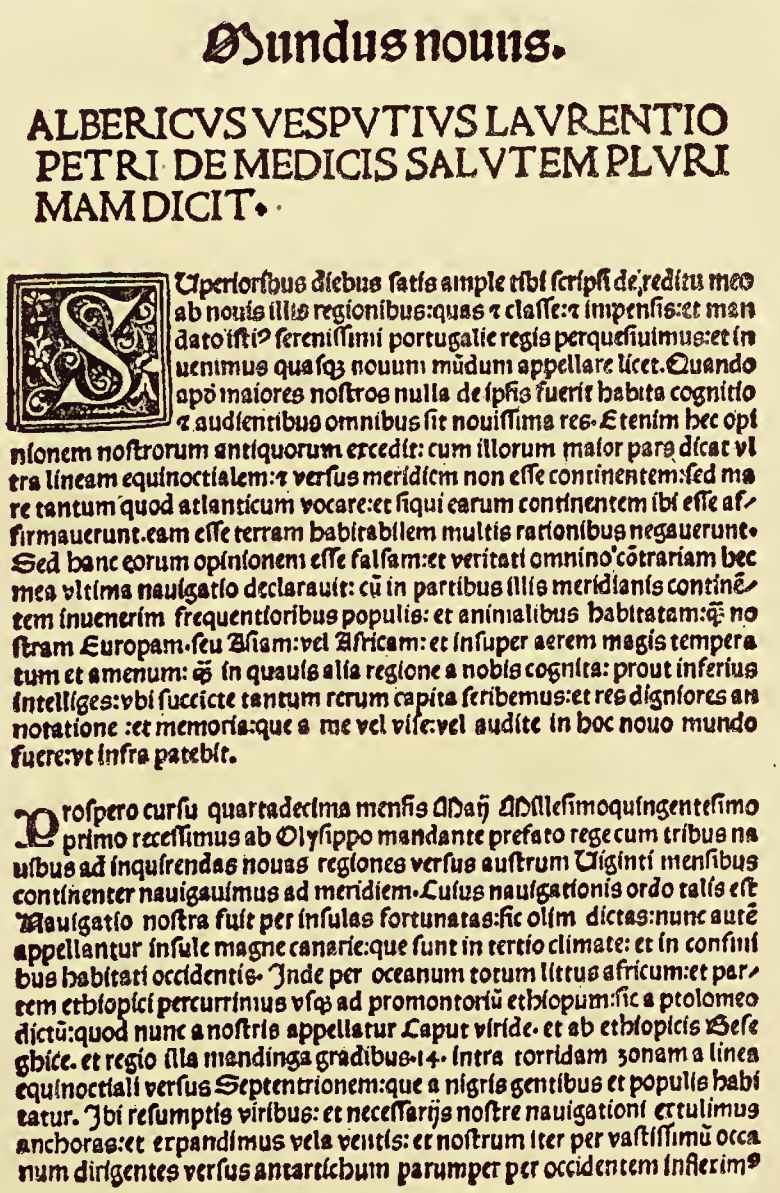
([26]) Varnhagen dedicou a Vespúcio as seguintes obras: *Vespuce et son premier voyage, ou notice d'une découverte et exploration primitive du golfe du Mexique et des côtes des Etats-Unis*, estudo primitivamente publicado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Paris*, Paris, 1858; *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, Paris, 1858; *Amerigo Vespucci, son caractère, ses écrits (même les moins authentiques), sa vie et ses navigations*, Lima, 1865; *Le premier voyage de Amerigo Vespucci définitivement expliqué dans ses détails*, Vienna d'Austria, 1869; *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin el le reste des documents et éclaircissements sur lui, avec les textes dans les mêmes langues...*, Vienna, 1869; *Ainda Amerigo Vespucci. Novos estudos e achegas especialmente em favor da interpretação dada á sua 1.ª viagem em 1498-99 ás costas do Yucatan e Golfo Mexicano*, Vienna, 1874.

([27]) *Americ Vespuce*. Paris, Ernest Leroux, editor, 1917.

([28]) «... E mandou André Gonçalves que fosse correndo a costa sempre que pudesse, e trabalhasse para lhe ver o cabo, o que elle assim fez, e descobriu muita della que tinha muito bons portos e rios, escrevendo tudo, e as sondas e signaes, com que tornou a el-rei, e houve muito prazer, e logo armou navios em que tornou a mandar André Gonçalves a descobrir esta terra». Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, tômo I, a pág. 151.

([29]) No ano de 1500, Gaspar Côrte Real partiu de Lisboa a explorar as regiões setentrionais da América. Em 1501 regressou às regiões descobertas no ano anterior, partindo de Lisboa aos 15 de Maio (*Damião de Góis*, Parte I, cap. LXVI). Estas expedições, nunca participadas por D. Manuel e de que não se ocupam Castanheda e Barros, são comunicadas para a Itália por Alberto Cantino na carta de 17 de Outubro de 1501 ao duque de Ferrara, e pelo embaixador Pasqualigo na carta de 18 de Outubro ao Senado de Veneza. Já então a tripulação da caravela regressada a 9 de Outubro da América setentrional considerava que essas terras, as Antilhas e a Terra dos Papagaios eram partes de um mesmo continente.

Américo Vespúcio teria regressado a Lisboa a 7 de Setembro de 1502, segundo afirma,—o que é incerto, senão inexacto—e repartiu para a quarta viagem (segunda ao serviço de Portugal) a 10 de Maio de 1503 ([30]). Haveria sido, pois, entre estas duas datas extrêmas que Vespúcio escreveu a carta a Lourenço de Médicis. Dessa segunda expedição voltou a 18 de Junho de 1504. Já não vivia o filho do seu antigo patrão Pier Francesco, pois Lourenço falecera a 20 de Maio de 1503. Vignaud e Berchet presumem que a primeira publicação da *Mundus Novus* data dos últimos meses de 1503 ou primeiros de 1504 ([31]) e que a edição saíu de um prélo florentino. De qualquer modo, havia mais de um ano que o duque de Ferrara estava de posse do planisfério adqüirido em Lisboa pelo seu embaixador Alberto Cantino, no qual a continentalidade da América se encontra gráficamente estabelecida. ¿Como, pois, se pretende que Vespúcio seja o autor desta concepção cosmográfica?



Mundus nouus.

ALBERICVS VESPVTIVS LAVRENTIO PETRI DE MEDICIS SALVTEM PLVRIMAM DICIT.

Superioribus diebus satis ample tibi scripsi de reditu meo ab nouis illis regionibus: quas ex classe: ex impensis: et mandato istius serenissimi portugalie regis perquesiuimus: et inuenimus quasq3 nouum mũdum appellare licet. Quando apũ maiores nostros nulla de ipsis fuerit habita cognitio ex audientibus omnibus sit nouissima res. Etenim hec opinionem nostrorum antiquorum excedit: cum illorum maior parq dicat vltra lineam equinoctialem: ex versus meridiem non esse continentem: sed mare tantum quod atlanticum vocare: et siqui earum continentem ibi esse affirmauerunt. eam esse terram habitabilem multis rationibus negauerunt. Sed hanc eorum opinionem esse falsam: et veritati omnino cõtrariam hec mea vltima nauigatio declarauit: cũ in partibus illis meridianis continẽtem inuenerim frequentioribus populis: et animalibus habitatam: q̃ nostram Europam. seu Asiam: vel Africam: et insuper aerem magis temperatum et amenum: q̃ in quauis alia regione a nobis cognita: prout inferius intelliges: vbi succicte tantum rerum capita scribemus: et res digniores annotatione: et memoria: que a me vel vise: vel audite in hoc nouo mundo fuere: vt infra patebit.

Prospero cursu quartadecima mensis Maij Millesimoquingentesimo primo recessimus ab Olysippo mandante prefato rege cum tribus nauibus ad inquirendas nouas regiones versus austrum Viginti mensibus continenter nauigauimus ad meridiem. Cuius nauigationis ordo talis est. Nauigatio nostra fuit per insulas fortunatas: sic olim dictas: nunc autẽ appellantur insule magne canarie: que sunt in tertio climate: et in confinibus habitati occidentis. Inde per oceanum totum littus africum: et partem ethiopici percurrimus vsq3 ad promontoriũ ethiopum: sic a ptolomeo dictũ: quod nunc a nostris appellatur Caput viride. et ab ethiopicis Besegbice. et regio illa mandinga gradibus 14. intra torridam zonam a linea equinoctiali versus Septentrionem: que a nigris gentibus et populis habitatur. Ibi resumptis viribus: et necessarijs nostre nauigationi ertulimus anchoras: et expandimus vela ventis: et nostrum iter per vastissimũ occanum dirigentes versus antartichum parumper per occidentem inflerim⁹

1.ª página de uma das primeiras edições latinas da *Mundus Novus* (1503-1505)

Na edição mais antiga que se conhece da *Mundus Novus* ([32]) depara-se com a indicação de que o texto latino é versão de um original italiano: *ex italica in latinam linguam*. Mas êsse texto italiano não é conhecido. As mais laboriosas pesquisas para encontrá-lo foram até hoje infrutíferas. Só conhecemos a carta pela tradução latina. Está fóra de discussão a hipótese inverosímil de haver Vespúcio escrito em latim a carta destinada a um comerciante florentino ([33]). Seria pedantesco ainda mesmo num humanista, e Vespúcio possuía uma cultura clássica rudimentar, pouco tendo lucrado com as lições do tio frei Giorgio, ou por haver esquecido nas lides do comércio o latim que o dominicano lhe ensinára.

([30]) Segundo se depreende da carta de Piero de Nefri di Giovanni Rondinelli, datada de Sevilha aos 3 de Outubro de 1502, encontrada na Biblioteca *Riccardiana*, de Florença, e encorporada por Berchet na *Raccolta Colombiana*, Vespúcio era esperado em Sevilha por êsse tempo. A carta de Rondinelli, escrita vinte e seis dias depois da chegada de Vespúcio, menciona já o arrendamento da Terra de Vera Cruz, declarando as cláusulas do arrendamento. É pouco provável que êsse contrato tenha sido negociado e fechado em tam curto lapso de tempo como o decorrente da chegada da armada em que viajou Vespúcio, de modo a permitir que Rondinelli já conhecesse em Sevilha, naquela data, as cláusulas do arrendamento, e isto é mais um argumento em favor da data de 22 de Julho, indicada por La Faitada como a do regresso da esquadra. O que não padece dúvidas é que Vespúcio continuava em relações epistolares com os comerciantes italianos de Sevilha. De outra fórma ficaria inexplicável esta passagem da carta de Rondinelli: «*Amerigho Vespucci arem qui fra pochi di, el quale é durato asai fatiche e á suto pocho profitto, che pure meritava altro che l'ordine: é re di Portoghallo arendó la terra che lui dischoperse a certi christiani nuovi...*»

([31]) *Raccolta Colombiana*, Fonti, Vol. II, pág. 123, Nota.

([32]) *Mundus Novus—Albericus Vespucius Laurentio / Petri de Medecis salutem plurimam dicit—Ex italica in latinam linguam iocundus interpres hanc epistolam vertit ut / latini omnes intelligant quam multa miranda in dico reperiantur et corum comprima / tur audacia qui celum et mares tatem scrutari: et plus sapere quam liceat sapere / volunt: quando a tanto tempore quo mundus cepit ignota sit vastitas / terre et que contineantur in ea / †* / In quarto, 4 fôlhas não numeradas, sem data e lugar de impressão.

Harrisse, no Vol. adicional da sua *Bibliotheca Americana Vetustissima* considera edição *princeps* a de Jehan Lambert, de Paris, que Fumagalli e Vignaud colocam em 5.º lugar. Esta é uma questão puramente bibliográfica, sem interêsse neste trabalho.

([33]) «*Vespuce connaissait mal sa propre langue, connaissait encore moins bien le latin*». H. Vignaud, *Americ Vespucc*, a pág. 6.

Pela primeira vez, a carta *Mundus Novus* aparece em língua italiana na colecção de viagens de Montalboddo, em 1507, mas o texto inserto nos *Paesi* foi retraduzido para italiano da versão latina de frei Giovanni del Giocondo (34), religioso erudito, natural de Verona, que cultivava as matemáticas e a arqueologia. Trasladando para língua italiana o texto latino, não conhecendo o texto original (35), Montalboddo, editor dos *Paesi*, achava-se inabilitado para recompôr fiel e integralmente a carta de Vespúcio (36).

Ignora-se como o texto original da carta foi parar às mãos de frei Giocondo. Tudo é misterioso e suspeito neste assunto. Giocondo não habitava na Itália, segundo se apurou, à data em que a tradução apareceu. Desde 1499, residia em Paris, ocupado nos trabalhos de arquitectura da ponte de *Notre Dame*. A sua presença neste processo histórico é enigmática e fortalece a opinião quási sempre sagaz de Harrisse, que assinala como 1.ª edição da *Mundus Novus* a impressa em Paris por Jehan Lambert. No Congresso dos Americanistas, realizado em Bruxelas, em 1879, chegou a discutir-se a hipótese de ter o veronês Giocondo forjado a carta *Mundus Novus* (37). Se fôra possível consolidar tal hipótese, ter-se-ia encontrado explicação cabal para a ausência do nome de Vespúcio nos documentos oficiais portugueses. Outros motivos mais plausíveis podem ser, todavia, invocados. O florentino teria figurado entre os passageiros da esquadra de 1501 no mesmo posto subalterno em que acompanhara Hojeda, ou teria embarcado num navio mercante, por conta dos comerciantes italianos de Lisboa. Os seus depoïmentos podiam também reünir informações colhidas dos tripulantes de outras e ignotas expedições, de iniciativa oficial ou particular, que deixaram nos mapas seus vestígios indeléveis. Alguns mistérios seriam elucidados com esta interpretação. Mas a falta de base para uma hipótese francamente negativista não consente a um historiador, no estado actual dos estudos históricos, dedicados aos descobrimentos iniciais da América, retomar a tese de Aires do Casal e Santarém, tanto mais que possuímos os testemunhos de Rondinelli e de Empoli àcêrca da viagem de Vespúcio ao Brasil.

Que entre 1500 e 1502 navios portugueses navegaram para a América austral é facto assente. Que num dêsses navios viajou Vespúcio, parece-nos irrecusável. Que as narrações que êle deixou dessa viagem sejam fidedignas, constitui matéria discutível. Que o texto da *Mundus Novus* seja na sua fórma latina a tradução literal de um texto italiano de Vespúcio, e não um arranjo literário composto sôbre a sua correspondência com Lourenço de Médicis, é assunto a esclarecer. Aliás, Ramusio considerava já a *Mundus Novus* como um *sumário* das duas viagens.

Perdido, sem deixar vestígio, o original de Vespúcio, ignorando-se como desapareceu dos arquivos dos Médicis e quando foi vertido para latim, a suspeição com que êste documento é encarado por alguns historiadores—cada vez mais raros, deve confessar-se,—não se desvanece, antes se legitíma com o exame crítico do contexto. O descritivo das novas terras descobertas é deplorávelmente deficiente na *Mundus Novus* em confronto com a carta exaustiva e admirável de Caminha: simples funcionário do erário, escrivão da feitoria de Calecut. Quási tudo na carta atribuída a Vespúcio é vago, impreciso, incerto. Tem-se procurado justificar certos êrros e omissões apurados no cotejo da *Mundus Novus* com a *Lettera* por singular desatenção dos copistas. ¡Entretanto, é esta carta, de tam indigente informação geográfica (38), e porventura apócrifa, que origina a celebridade de Vespúcio, que universaliza o seu nome, que lhe abre as portas da imortalidade, e é sôbre a sua autenticidade problemática, como sôbre

(34) *Speculi Orbis*, 1507, na dedicatória ao duque Renato. *Apud* D'Avezac, *Hylacomilus*, a pág. 66. *Americ Vespuce*, de Vignaud, a pág. 7.

(35) O simples facto da tradução indica suficientemente que já em 1507 não fôra possível a Montalboddo obter, para cópia autêntica, o manuscrito de Vespúcio. É inexplicável como um documento de tamanha importância tam depressa se tenha extraviado, sem deixar outro vestígio mais que uma tradução latina. Esta circunstância parece indicar que o texto publicado era um arranjo literário decalcado sôbre uma ou mais cartas de Vespúcio, dirigidas ao seu amigo e protector.

(36) Aliás, a carta *Mundus Novus*, que fêz a celebridade de Vespúcio, contém apenas de notável a proclamação da continentalidade das terras firmes do Ocidente Austral. As informações geográficas que ela encerra são tam vagas que não bastam para certificar a autenticidade da viagem. Na *Lettera* a Soderini, dois anos depois de executado o mapa de Cantino, Vespúcio é pouco mais explícito.

(37) ¿O florentino Giuliano di Bartolomeo del Giocondo, amigo de Vespúcio e estabelecido em Lisboa, teria fornecido ao seu provável parente frei Giovanni del Giocondo uma cópia da carta original? É êste mesmo Bartolomeo del Giocondo que Vespúcio menciona como tendo sido o emissário do rei D. Manuel, e que fôra a Sevilha convidá-lo para embarcar na flotilha enviada a explorar a terra de Santa Cruz.

(38) Já Aires do Casal, notando o silêncio de Vespúcio àcêrca das particularidades geográficas da viagem, observava judiciosamente: «*... o geral silencio em que, á excepção do cabo de Santo Agostinho, deixou todas aquellas coisas que os descobridores notam por principaes, e os extraordinarios enganos nos calculos das distancias, e ainda acerca das direcções da costa, fazem suspeitar que elle não foi ao Brasil*». *Corografia Brasilica*, pág. 41, Nota, da Introdução.

um alicerce solidíssimo, que a sciência histórica, desde Waldseemüller a Varnhagen e Vignaud, construíu a versão do conhecimento do Novo Mundo! (39)

A epístola *Mundus Novus*, possívelmente composta com o texto de mais de uma carta de Vespúcio, aparece em algumas das edições quinhentistas com variantes mais ou menos importantes no título. Em uma das primeiras (40), o título impresso no frontispício é: «*Mundus Novus de natura et moribus et ceteris, id generis gentis que in novo mundo opera et impensis serenissimi Portugallie Regis superioribus annis invento. Albericus* ... (etc. como nas anteriores). Êste título extrai do próprio texto da carta a mais solene reivindicação histórica: «*relativo á natureza, os costumes e outras cousas semelhantes dos habitantes do Novo Mundo descoberto por iniciativa e a expensas do serenissimo rei de Portugal...*».

Frontispício da edição alemã (Nurembérgia, 1505) da *Mundus Novus*

Também na edição de 1505, impressa em Estrasburgo por Matias Hupzuff, o alsaciano Ringman, pensionista do Ginásio de S. Deodato, que se presume tenha colaborado na *Cosmographiæ Introductio* e convivido com o cosmógrafo Waldseemüller (Ilacomylus),—o mesmo que ia baptizar com o nome de *America* o novo mundo ocidental, —compôs para a carta de Vespúcio estes novos títulos:

«*DE ORA ANTARCTICA per regem Portugallio pridem inventa.... / De terra sub cardine antarctico per regem Portugallie pridem inventa... / Albericus Vesputius Laurentio Petri de Medicis salutem plurimam dicit.*»

As várias edições alemãs ostentam no frontispício a mesma atribuïção do descobrimento do novo mundo a Portugal:

«*VON DER NEW GEFUNNDEN REGION die wol ein welt gennent mag werden, Durch den Cristenlichen künig von Portugall wunnderbarlich erfunden...*»: «da região novamente descoberta, que bem merece o nome de um mundo, encontrado miraculosamente pelo rei cristão de Portugal».

Até 1508, tôdas as edições alemãs da carta: as de Nurembérgia, de Leipzig, de Dresden e de Estrasburgo, invariávelmente atribuíam o mérito do descobrimento aos portugueses (41). ¡Isso não impede que um alemão baptize com o nome de América o novo continente; que os cronistas portugueses, sem

(39) «*Si ce n'est de Vespuce*—pregunta Vignaud—*d'où viennent, en effet, les dénominations de Cap Saint-Roch, de Saint-Augustin, de Saint-Miguel, du Rio de San-Francisco, de la Baie di Tutti-li-Santi, du port de Saint-Vicentio et autres, qu'on lit sur les cartes de Canerio, de Cantino et de Kunstmann n.º 3, qui sont de l'année 1502, et d'où elles sont passées, en partie, sur la carte de Ruysch de 1508 et en totalité sur celles des* **Terre Nove** *du Ptolomée de 1513, que l'on sait dater de 1508 au moins et provenir de sources portugaises?* O Cap. IX da presente obra responde a estas interrogações do eminente historiador, que, aliás, atribui aos citados documentos cartográficos, com excepção do Cantino, datas que não correspondem rigorosamente à verdade. Note-se, porém, desde já, a parcialidade com que o erudito Vignaud formula o seu frágil argumento: «Se não é de Vespúcio, de onde procede a nomenclatura..?» A resposta a opôr é fácil e pronta. Procede das frotas portuguesas onde Vespúcio viajou. ¿Por ventura pretenderá o ilustre historiador que foi Vespúcio e não o comandante das armadas quem tenha baptizado os cabos, as baías e os rios?

(40) A IV na relação de Vignaud, op. cit.; n.º 25, *Bibl. Americana Vetustissima*, de Harrisse; n.º 1941 do Catalogo Rothschild.

(41) Como também na edição quinhentista holandeza, impressa em Antuérpia.

discrepância, olvidem tam importante viagem, realizada a expensas do rei de Portugal; e que os modernos historiadores continuem inexplicávelmente a atribuír a Vespúcio a glória do descobrimento da América do Sul!

Duas primeiras conclusões podem extraír-se da análise do teor pouco substancial, se bem que eminentemente pitoresco, da carta *Mundus Novus*. Vespúcio confirmou *de visu* a suspeita da continentalidade da América austral, viajando numa armada portuguesa, que se destinava à exploração dos litorais de Santa Cruz. Essa expedição estava pronta a partir quando Vespúcio chegou a Lisboa (42). Partiria com Vespúcio ou sem Vespúcio. Êle não interveio, pois, nêsse grande acontecimento geográfico na qualidade de seu promotor, mas apenas como seu coadjutor secundário e ocasional.

Não sendo possível provar-se a veracidade da afirmação de Vespúcio quanto ao convite real de D. Manuel, (43) não será despropósito admitir-se que o florentino se engrandecia com falsos títulos, inventando uma fábula, e que a expedição de 1501, como a que Fernão de Loronha e os cristãos-novos armaram, dois anos depois, poderia ter sido já de iniciativa particular, inaugurando o ciclo das viagens mercantes ou mixtas. Humboldt não andou longe de admitir esta hipótese (44), contra a qual, entretanto, se opõem argumentos embaraçosos (45).

Na sua célebre colecção de viagens (46), Ramusio publicou uma versão italiana da *Mundus Novus*, que difere da dos *Paesi* (esta idêntica à da cópia manuscrita do arquivo de Ferrara) (47). Entre as alterações mais sensíveis introduzidas no texto avulta a do destinatário, pois o nome de Lourenço de Médicis é substituído pelo de Soderini (48), por confusão com a *Lettera;* e a data da partida da expedição aparece como sendo 13 de Maio, em lugar de 14 (10 na *Lettera* endereçada a Soderini) (49).

(42) «*& mipriego ch' fussi in compagnia di tre sue nave, che stavano preste p. andare a discroprire novue terre...*» Lettera a Soderini.

(43) Também na *Mundus Novus*, referindo-se às duas anteriores viagens, Vespúcio se diz mandado pelo rei de Espanha, conquanto essas expedições não tivessem carácter oficial e ainda na segunda, com Hojeda, Vespúcio não tivesse desempenhado nenhuma função saliente. Os têrmos usados na *Mundus Novus* são idênticos: «*mandato... serenissimi Portugalie Regis*»...; *mandato serenissimi Hispaniarum Regis*»... Esta similitude prova que êle foi mandado pelo rei de Portugal como o fôra pelo rei de Espanha: apenas na sua presunção vangloriosa, para se engrandecer perante o Médicis.

(44) «Des negociants florentins, sans doute amis de Vespuce, avaient pris part aux frais de l'expédition». *Examen Critique*, Vol. V, pág. 108.

(45) É Vespúcio quem declara que a expedição era de exploração e não de negócio: «*Perché andamo in nome di discoprire, e con tale commissione partimmo di Lisbona, e non di cercare alcun profitto*». Aliás, esta passagem deve ser interpretada com certa latitude, pois a função coeva de descobrir implicava sempre a de procurar a utilidade do descoberto. As navegações portuguesas não foram guiadas por um espírito místico e de aventura, mas por uma concepção económica e política sistemática.

(46) *Delle navigatione et Viaggi*, Vol. I, in-fol. pág. 140 e seg. Veneza, 1550.

(47) O texto italiano dos *Paesi* sofreu mais uma retradução para o latim em 1508, por Archangelo Madrignano, inserta no *Itinerarium Portugalensium*, considerada a origem de muitos êrros e imperfeições propagados em obras posteriores que nela se inspiraram, notòriamente o *Novus Orbis*.

(48) ...«*al Magnifico Messer Pietro Soderini Gonfalonier della Magnifica Republica de Firenze*».

(49) Vignaud, com o seu incomparável espírito de ordem e de método, organisou no seu recente trabalho sôbre Vespúcio uma *genealogia* dos textos e versões da *Mundus Novus*, que permite aos investigadores abranger a evolução bibliográfica da carta que tamanha influência exerceu na geografia e na história.

Texto italiano original de Vespúcio
(de que não existe qualquer vestígio)

Tradução latina de Giocondo
(Protótipo de várias edições latinas de 1503 a 1505)

- Versão alemã de Nurembérgia (1505)
- Idem idem de Estrasburgo (1506-8)
- Idem idem de Leipzig (1515-16)
- Versão latina do *Itinerarium* (1508) . . . . → *Novus Orbis* (1532)
- Versão francesa de Du Redoner (1516 1519).
- Idem italiana da Biblioteca de Ferrara (Manuscrito de Angelo Trevigiano, secretário da Embaixada de Veneza em Espanha) . . . . . .
- Versão alemã de Buchaner (1508) . . . . . → Versão Holandesa (1508)
- Reprodução de Varnhagen (1865).
- Reprodução da *Raccolta Colombiana* (1893).
- Idem italiana dos *Paesi* (1507).
- Reprodução de Bandini (1745).
- Idem de Canovai (1817).
- Versão italiana de Ramusio (1550-1613) . . . . . .
- Tradução francesa de Temporal (1556).
- Idem inglêsa de Leister (1853).
- Idem francesa de Chartou (1855).

A "LETTERA,, DE 4 DE SETEMBRO DE 1504

A CARTA que Vespúcio, dois anos depois da *Mundus Novus,* escreveu a Pedro Soderini, gonfaloneiro de Florença e seu antigo condiscípulo, é conhecida na bibliografia histórica pela designação de *La Lettera* (50). Como da anterior, o manuscrito original perdeu-se, faltando pois a prova documental da autenticidade, sôbre a qual poderia pronunciar-se a perícia paleográfica (51).

Datada de Lisboa, aos 14 de Setembro de 1504, no regresso da nova e acidentada expedição em que se presume tenha viajado sob o comando de Gonçalo Coelho (52), aí narra Vespúcio, respectivamente e conjuntamente, as quatro viagens de 1497, 499, 501 e 503. É a versão latina desta carta que figura na *Cosmographiæ Introductio* com o título *Quattuor Americi Vesputii Navigationes.*

Deve notar-se que (excepção da carta de 18 de Julho de 1500, quási unánimemente considerada apócrifa, como aliás podem ser, no texto impresso, tôdas as outras), Vespúcio só começou a relatar as extraordinárias viagens depois que saíu de Espanha para Portugal. É desde que embarca nas armadas portuguesas que a actividade epistolar do navegador se acentua. Êste facto concorre para confirmar a paternidade portuguesa das suas concepções geográficas relativas à América. Até 1501—residindo na Espanha desde 1492—êle é instruído na concepção espanhola implantada por Colombo. Só depois se filia na concepção portuguesa do Mundo Novo.

Vinheta inicial da 3.ª navegação na edição princeps da *Lettera*

Varnhagen formulou a hipótese, hoje victoriosa, de que a primeira edição italiana da *Lettera* a Soderini deve remontar a 1506 (53).

O texto italiano da *Lettera* mostra-se tam inçado de imperfeições *(si corrompu,* escreve Vignaud), que Humboldt chegou a supor, por só conhecer a versão latina, que a carta fôra primitivamente escrita por Vespúcio em castelhano. Para se poder aceitar como genuíno o texto das quatro navegações da *Lettera,* é indispensável começar por admitir a parca cultura humanista de Vespúcio: o que parece em desacôrdo com as suas pretenções scientíficas (54). É êle próprio, todavia, quem se desculpa para com Soderini de lhe escrever num estilo bárbaro *(barbaro stilo scripte et fuora dogni ordine di humanitá).* À data em que escrevia a carta, que tantas controvérsias havia de originar entre os historiadores, Vespúcio residia na península havia treze anos (55). Esta ausência não justificaria o esquecimento da língua materna por parte de um homem dedicado às letras, mas Vespúcio era um negociante. A incultura literária de Vespúcio é um facto que passou em julgado, conquanto não baste para invalidar a sua habilidade descritiva.

Convém notar que a intercalação de têrmos náuticos portugueses e espanhois no texto italiano se justifica e não basta para inferir-se da cultura humanista rudimentar do antigo agente dos Médicis. Dedicando-se a assuntos náuticos só depois de abandonar a Itália, foi na Espanha e em Portugal que aprendeu a nomenclatura da navegação. Não é de estranhar que desconhecesse a correspondência de muitos dêsses têrmos na língua italiana.

(50) *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuouamente trouate in quattro suoi viaggi.*

(51) Como já notámos, de nenhuma das cartas de Vespúcio se conhece o manuscrito original: exactamente como acontece com a carta de Toscanelli. Porém, os mesmos meticulosos historiadores que vêem nesta falta um argumento de suspeição contra a autenticidade da correspondência relatada por Las Casas e Fernando Colombo, não ligam igual importância ao desaparecimento de *todos* os textos originais de Vespúcio.

(52) Vespúcio nunca mencionou os nomes dos comandantes e capitães das armadas em que navegou.

(53) Varnhagen, *Americ Vespuce,* Lima, 1865, in fol. pág. 29. Kerney, *The first four Voyages of Amerigo Vespucci,* Londres, 1885, pág. 5, Nota.

(54) «*Vespuce n'était pas modeste. Il se croyait certainement plus savant qu'il ne l'était. Ses relations témoignent du fait...*» Vignaud, op. cit. pág. 300. No prefácio da edição fac-similada da *Lettera,* editada por Bernard Quaritch, as suas aptidões literárias são assim comentadas: «*Confused and ill-written we must allow it to be; for altough Vespucci had been educated by his own uncle as a fellow-pupil with Pier Soderini (the future head of the Florentine republic), he became in later days, probably trough companionship with the Spanish and Portuguese seamen, almost unfit to handle a literary pen. The «Lettera» gives ample evidence of that fact, being written in rude and ungrammatical language, jargonised by the admixture of Spanish or Portuguese words and idiom*».

(55) Viera para Sevilha quási ao findar o ano de 1491. Nascera em Março de 1451 ou 1461. Esta última data melhor se harmonisa com a sua situação de estudante em 1476, de quando existe uma carta de Américo escrita ao pai. Teria pois 30 anos quando embarcou em Lisboa na expedição de 1501; 28 anos quando acompanhou Hojeda; 26 anos por ocasião da sua primeira viagem às Índias Ocidentais, talvez na companhia de Pinzon e Solis, segundo o parecer emitido na edição Quaritch fac-similada da *Lettera.* Como é geralmente sabido, fôra Lorenzo de Pier Francesco dei Medici quem colocara Vespúcio na casa bancária de Cadiz, pouco antes da viagem de Colombo. Em 1496 vêmo-lo já negociando com Berardi por conta própria, como fornecedor de vitualhas aos armadores de navios. Foi nessa profissão que se relacionou com os navegadores e acabou por acompanhá-los.

Esta carta, de que reproduzimos em fac-simile o frontispício da edição *princeps* e de que publicamos em lugar apropriado a tradução da parte referente à viagem de 1501, é das cinco epístolas de Vespúcio a única de que se conhece o suposto teor original e aquela sôbre cuja autenticidade se declaram de acôrdo os historiadores. Entretanto, já na mais antiga edição italiana que dela se conhece, o nome do destinatário foi suprimido pelo editor Pietro Pacini di Pescia, depreendendo-se inequívocamente do texto que era endereçada e remetida por intermédio de Benvenuto Benvenuti, a Soderini, antigo camarada escolar de Vespúcio, e a êsse tempo chefe da república de Florença depois da expulsão dos Médicis.

Lettera di Amerigo veſpucci
delle iſole nuouamente
trouate in quattro
ſuoi viaggi.

Frontispício da edição princeps da *Lettera*

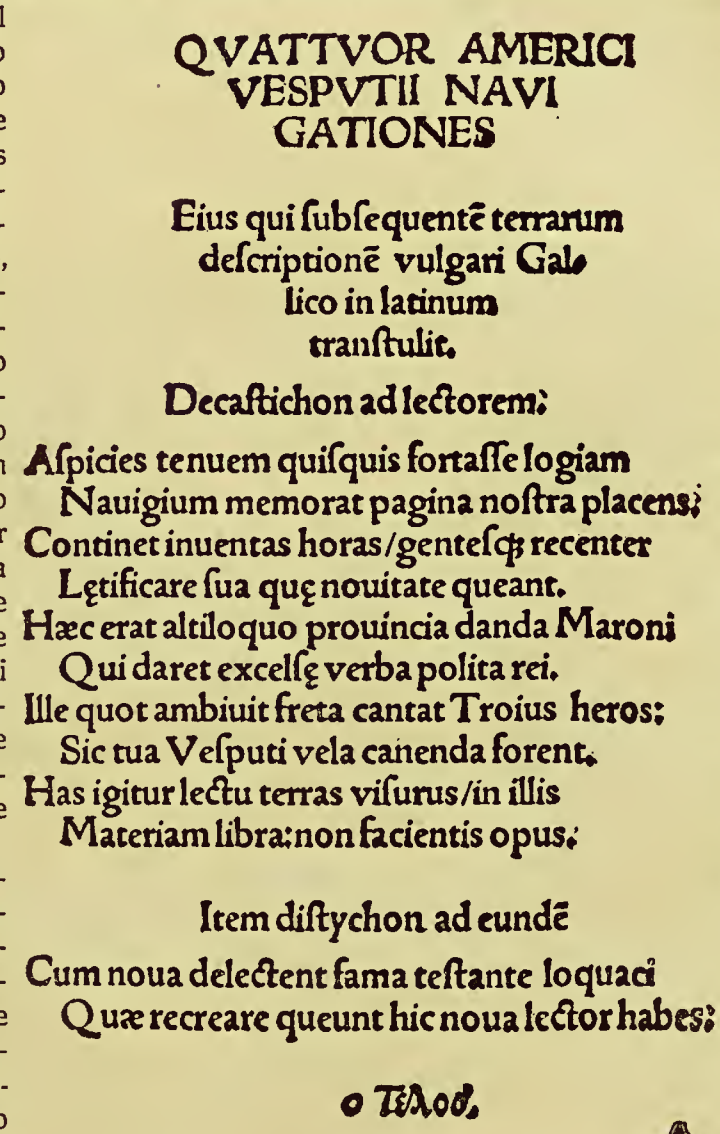
Infelizmente, a história da *Lettera* é, como a da *Mundus Novus*, bastante obscura. Do texto italiano só se conhece a edição ultrarara fac-similada por Quaritch, de que até hoje apenas se assinalam cinco exemplares: o do *British Museum*, o da Biblioteca Palatina de Florença, o que pertenceu a Varnhagen e cujo destino se ignora, e os das bibliotecas Capponi e Kalbfleisch. O texto latino, inserto na *Cosmographiæ Introductio*, é apresentado como a tradução, pelo humanista Jean Basin, de uma anterior versão francesa do texto original italiano: *Quattuor Americi Vesputii navigationes. Ejus qui subsequentem terrarum descriptionem vulgari Gallico in latinum transtulit* (56).

¿De onde provinha esta versão francesa? Até hoje foi impossível averiguar-se. Mas, como para tornar ainda mais complicado, e por ventura indecifrável, o problema vespuciano, a tradução da *Lettera* endereçada a Soderini aparece na *Cosmographiæ Introductio* dedicada por Vespúcio ao duque Renato da Lorena: *Illustrissimo Renato Hierusalem et Siciliæ regi duci Lotoringiæ ac Barinsi, Americus Vesputius humilem reverentiam et debitam recommendationem.*

Santarém, que ignorava a edição italiana da *Lettera*, extraíu da análise dêste texto latino argumentos fulminantes contra a autenticidade da carta, demonstrando que o duque Renato não fôra em momento algum da existência condiscípulo de Vespúcio; que nunca o conhecera e nunca entretivera com êle relações. A crítica histórica esclareceu o equívoco de Santarém. A *Lettera* era dirigida a Soderini, antigo condiscípulo de Vespúcio e discípulo de seu tio frei Giorgio. Foram os letrados de

(56) Entre as variantes que se notam no teor italiano e no texto latino das *Quattuor Navigationes* avulta a atribuïção ao rei de Espanha da posse da terra brasileira. O texto italiano da *Lettera*, nessa passagem, menciona apenas o *Rei*. No aditamento do tradutor se introduziu o êrro.

S. Deodato que lhe aposeram, em nome de Vespúcio, uma dedicatória ao patrono do seu instituto (57). Esta substituïção foi possível por singular circunstância. O bibliófilo e bibliógrafo inglês Quaritch baseia em fortes indícios a crença de que a impressão da *Lettera* teria sido executada entre 1505 e 1506 na oficina de Gian Stefano di Carlo di Pavia, estabelecido em Florença, e que verificadamente trabalhou até 1513 para o provável editor da *Lettera*, Pietro Pacini di Pescia, partidário acérrimo dos Médicis, que eliminou em tôdas as obras por êle editadas as dedicatórias e saudações ditirâmbicas ao gonfaloneiro, de uso nas edições contemporâneas. A intransigência sectária de Pietro Pacini, eliminando na edição o nome do poderoso destinatário, teria assim permitido aos eruditos do Ginásio de S. Deodato, por por mero cortezanismo, a substituïção do nome de Soderini pelo do duque Renato, seu patrono e rei titular da Sicília e de Jerusalém. A abreviatura de *Vostra Magnificentia* prestou-se à interpretação de Vossa Magestade.



QVATTVOR AMERICI VESPVTII NAVI GATIONES

Eius qui ſubſequentẽ terrarum deſcriptionẽ vulgari Gallico in latinum tranſtulit.

Decaſtichon ad lectorem:

Aſpicies tenuem quiſquis fortaſſe logiam
Nauigium memorat pagina noſtra placens;
Continet inuentas horas/genteſq; recenter
Lętificare ſua quę nouitate queant.
Hæc erat altiloquo prouincia danda Maroni
Qui daret excelſę verba polita rei.
Ille quot ambiuit freta cantat Troius heros:
Sic tua Veſputi vela canenda forent.
Has igitur lectu terras viſurus/in illis
Materiam libra: non facientis opus.

Item diſtychon ad eundẽ

Cum noua delectent fama teſtante loquaci
Quæ recreare queunt hic noua lector habes;

ο Τέλος.

Frontispício do texto latino da *Lettera*, inserto na *Cosmographiae Introdutio*, sob o título de *Quattuor Americi Vesputii Navigationes* em que é apresentada como tradução para latim de um texto francês *(vulgari Gallico...)*.

O historiador americano John Fiske (58) conjecturava com lógica convincente que o texto original da carta passara de Florença para França. Todavia, essa hipótese é anulada pelo depoïmento do cónego Gautier Lud, capelão e secretário do duque Renato, que afirma ter sido remetida directamente de Portugal a versão francesa das *Quattuor Navigationes*: «*Quarum etiam regionum descriptionem ex Portugallia ad te, Illustrissime rex Renat, gallico sermone, etc...* (59).

Êste *imbroglio* faria desanimar outras dedicações menos fieis e outros espíritos menos obstinados que os dos apologistas do navegador florentino. Harrisse, que aborrecia as soluções ilógicas, encarou a hipótese de ter o próprio Vespúcio mandado ao duque da Lorena a tradução francesa da carta que escrevera a Soderini. Mas a nova hipótese é inadmissível—dizemo-lo sem quebra do respeito devido à memória de tamanho vulto da erudição americana. Dirigindo-se directamente ao duque Renato, Vespúcio teria modificado as descabidas referências a Soderini. Também a cronologia, como sagazmente demonstra Vignaud, opõe-se à interpretação de Harrisse. Se dermos crédito às declarações de Lud, a narrativa das Quatro Navegações teria chegado ao poder do Príncipe pouco antes da época em que foi impressa. A edição da *Cosmographiæ Introductio* é de 1507, e já no princípio de Fevereiro de 1505 Vespúcio abandonara o serviço de Portugal, onde os mistérios da Terra lhe haviam sido revelados,

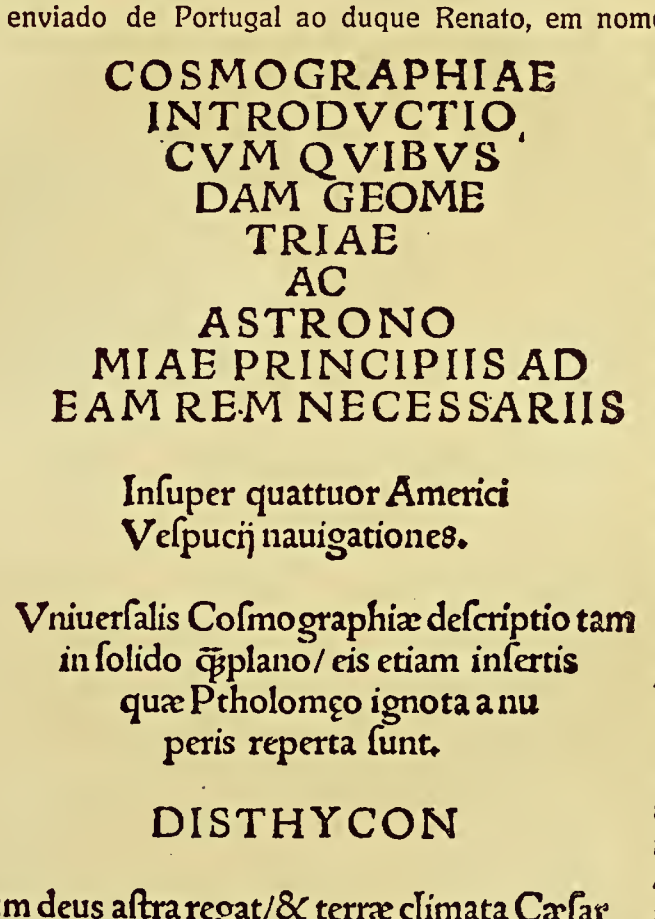
(57) O chamado Ginásio de S. Deodato, nos Vosges, contava entre os seus membros o secretário do duque Renato, os eruditos Gautrin e Nicoláu Lud; o humanista Jean Basin de Sendacour; o poeta e filólogo alsaciano Ringmann *(Philesius)*; e o cosmógrafo Waldseemüller (Hylacomylus), a quem se deve a iniciativa do nome de *América*, posto ao *Orbus Novus*. Não se trata de uma congregação académica, mas só talvez de um grupo de letrados que se dedicavam a reviver a literatura scientífica da antiguidade e faziam imprimir as suas obras na mesma oficina tipográfica. Vignaud dedica um capítulo, intitulado *Le Gymnase Vosgien*, a esta pseudo academia na sua obra sôbre Vespúcio. Segundo tôdas as aparências fôra Jean Basin que em 1503 trouxera de Paris para os seus confrades um exemplar da *Mundus Novus*. Amador de novidades bibliográficas foi talvez ainda êle quem teve a boa fortuna de obter um exemplar da edição florentina da *Lettera*, que verteu para francês e depois trasladou para latim.

(58) *The Discovery of America*, Boston, 1892.

(59) *Speculi Orbi*, cf. D'Avezac, *Martin Hylacomylus*, págs. 66 e 67.

e regressara, pobre e desiludido ([60]), a Espanha, onde a esquiva Fortuna ia sorrir-lhe, a ponto de Colombo confiar na sua influência, como se depreende da carta de recomendação que o infeliz grande homem escreveu ao filho ([61]). Dois anos depois, o antigo sócio do comerciante florentino Berardi era nomeado para o alto cargo de Pilôto-Mór da Casa de Contratação, com 75.000 maravedis de salário anual, pela carta régia de 6 de Agosto de 1508 ([62]).

¿Quem teria, pois, enviado de Portugal ao duque Renato, em nome de Vespúcio, a cópia da carta escrita a 4 de Setembro de 1504 ao gonfaloneiro de Florença? ¿Dever-se-há ligar pouco crédito às afirmações de Lud, que poderia ter, por cortezanismo, adulterado a verdade — aliás em um simples detalhe sem importância para aquela época? ¿Teria sido a cópia enviada de Sevilha e, por inadvertência ou confusão do Príncipe, considerada portuguesa aquela cidade andaluza? É pouco provável o equívoco num magnate que privava com geógrafos. Se houvermos de aceitar incondicionalmente a versão dos letrados de S. Deodato, só um amigo de Vespúcio, de posse da cópia da carta que êste escrevera a Soderini, a teria traduzido ou mandado traduzir em francês e remetido em 1506 ao Mecenas dos eruditos lorenos.


COSMOGRAPHIAE
INTRODVCTIO,
CVM QVIBVS
DAM GEOME
TRIAE
AC
ASTRONO
MIAE PRINCIPIIS AD
EAM REM NECESSARIIS

Insuper quattuor Americi
Vesputij nauigationes.

Vniuersalis Cosmographiæ descriptio tam
in solido q̄plano/ eis etiam insertis
quæ Ptholomço ignota a nu
peris reperta sunt.

DISTHYCON

Cum deus astra regat/& terræ climata Cæsar
Nec tellus/nec eis sydera maius habent.

Frontispício da *Cosmographiae Introductio*, obra que originou a glorificação de Vespúcio e onde se propõe o seu nome para o novo continente.

¡Êste encadeamento de invulgares sucessos é tanto mais inverosímil quanto o ignorado correspondente do duque Renato, rei *in partibus* de Jerusalém, haveria acrescentado ao texto da edição italiana a indicação exacta do parentesco de Américo com seu tio frei Giorgio! No texto latino da *Cosmographiæ Introductio*, versão do desconhecido texto francês, mandado de Portugal ao duque Renato, lê-se: ... «*venerabilis et religiosi fratris de S. Marco Frat. Georgii Antonii Vesputii, avunculi mei pariter...*» No texto italiano o grau de parentesco não é indicado. Literalmente, a referência é: ... «*venerabilis religioso frateli. S. Marco fra Giorgio Antonio Vespuci*»...

¿Basta êste pormenor para denunciar uma fraude? Evidentemente, não basta, mas o que parece dever concluír-se é que já a edição *princeps* de Florença não reproduz literalmente a carta (pelo menos nesta passagem) e que a origem da cópia do manuscrito de Vespúcio, que foi parar à Lorena, é antes florentina do que portuguesa. Aliás, quando vemos o duque Hercules de Este interessar-se ávidamente pelos descobrimentos e adqüirir por intermédio do seu delegado em Portugal, Alberto Cantino, o planisfério de 1502; quando conhecemos as proezas da espionagem veneziana, exercida por diplomatas ao serviço dos doges; não podemos surpreender-nos de que um agente ou amigo do duque Renato lhe tivesse

([60]) Já Rondinelli (Piero de Nefri di Giovani) na carta de 3 de Outubro de 1502, datada de Sevilha, se refere a Vespúcio em têrmos que permitem deduzir o carácter comercial da primeira viagem que empreendera na armada portuguesa: «*Amerigho Vespucci arem qui fra pochi di, el qual à durato asai fatiche e á suto pocho proffito, che pure meritava altro che l'ordine: é re di Portoghallo arendó le terre che lui dischoperse a certi Chritiani nuovi...*»

([61]) *Raccolta Colombiana, Scritti*, Vol. II, a pág. 253. É muito provável que Colombo não conhecesse o texto da *Mundus Novus* e com certeza não conhecia a *Lettera* a Soderini, só publicada nesse mesmo ano ou no seguinte, que é o do falecimento do infeliz descobridor da América. A leitura da *Mundus Novus* (cuja primeira edição datada é de 1504, embora a de Jeham Lambert pareça anterior), não deixaria de surpreender Colombo, que legitimamente se sentiria lesado na sua glória com as insidiosas pretenções do seu venturoso émulo. Estamos convencidos de que só tarde, depois de 1507, a *Mundus Novus* e as *Quattuor Navigationes* foram conhecidas por alguns eruditos da península. Vespúcio era ainda ignorado em Portugal e Espanha, fóra do meio dos mercadores italianos e armadores andaluzes, quando já a sua fama corria no estrangeiro.

([62]) Navarrete, op. cit., Vol. III, pág. 299.

obtido em Lisboa, ou mais provàvelmente em Florença, uma cópia da carta de Vespúcio, como Cretico obtivera para Trevisan a narrativa chamada do «pilôto anónimo» sôbre a viagem de Cabral.

AS CARTAS DE VESPÚCIO CONSIDERADAS APÓCRIFAS

OS textos da *Mundus Novus* e da *Lettera*, considerados unânimemente como procedentes de manuscritos autênticos de Vespúcio, não existem—já o dissemos—os documentos originais, probatórios dessa pretendida e incerta autenticidade.

O mesmo acontece com a carta de 18 de Julho de 1500 (relativa à 2.ª viagem); com a carta do Cabo Verde, de 4 de Junho de 1501; com a carta de Lisboa, de 1502.

¿Qual o critério aplicado ao reconhecimento da autenticidade das primeiras e à suspeição de apocrifia das três últimas? Com esta interrogação entramos no âmago da questão vespuciana.

Pelo que respeita à carta de 18 de Julho de 1500, encontrada nos meados do século XVIII por Bandini em um códice do século XVI, pertencente à Biblioteca do marquês de Riccardi, póde objectar-se que, na data em que foi escrita, Vespúcio realizava a 2.ª viagem, de onde só regressou a 8 de Setembro dêsse ano (segundo a *Lettera)*. Seria um forte argumento se merecesse inteira fé essa data. Tal não acontece, todavia (63). Humboldt (64), pondo de lado a questão da autenticidade do documento, admitiu a possibilidade da autoria de Vespúcio. Varnhagen, obcecado pelo propósito de demonstrar a prioridade do seu herói na concepção do Novo Mundo, examinou detidamente o manuscrito erróneamente considerado original e constatou que a letra e a assinatura não eram do seu punho e que no papel transparecia, irrefragável, a marca florentina. Estas circunstâncias extrínsecas provariam, quando muito, que se tratava de uma cópia, e não chegavam para invalidar a tese da autenticidade do texto. Foi, porém, no seu teor, na sua substância, na sua doutrina, que Varnhagen e os seus prosélitos encontraram as provas convincentes da apocrifia. Vignaud, no notável e recente trabalho que publicou sôbre Vespúcio, resume por estas palavras a tese de Varnhagen, por êle esposada *in totum:*

«Nesta carta, Vespúcio exprime-se de uma maneira que está em contradição manifesta com o que diz nas relações cuja autenticidade não é posta em dúvida. Nessas e particularmente na *Mundus Novus,* afirma audazmente que a parte meridional das terras cujos litorais reconheceu constitui um novo Mundo, um continente distinto das outras terras conhecidas, e na 4.ª das suas Quatro Navegações *(La Lettera)* declara que, em sua opinião, só poderá atingir-se as Índias Orientais contornando o continente no seu limite meridional. Esta convicção de Vespúcio, cujo fundamento os factos vieram demonstrar, era-lhe ditada pela concepção exacta que só êle então tinha da extensão e da situação do Novo Mundo: concepção sôbre a qual insiste por diversas vezes, e que constitui o verdadeiro título de glória dêste judicioso navegador. ¿Como pois admitir que, tendo chegado tanto por experiência própria como por seus estudos à convicção de que as regiões ultimamente descobertas no Ocidente formavam uma terra continental que fechava o caminho da Ásia, êle tenha podido escrever nesta carta de 18 de Julho que supunha ter acostado a uma terra asiática?»

Não nos parece que o problema tenha sido devidamente e imparcialmente posto por Varnhagen e Vignaud. Esta tese só póde defender-se, considerando-se Portugal e a sua obra marítima como inexistentes. Não só a perseverança portuguesa em procurar o caminho da Índia pelo Oriente, mesmo depois dos descobrimentos de Colombo, como as informações de Pasqualigo em carta de 18 de Outubro de 1501 ao Senado de Veneza, transferem indubitàvelmente para Portugal as honras atribuídas por Vignaud ao navegador florentino.

Vespúcio só se pronuncia pela continentalidade das terras ocidentais depois que entrou em contacto com as concepções portuguesas, depois que embarcou nas armadas de Portugal, depois que pôde observar na expedição de 1501 o prolongamento extensissimo do litoral, em direcção ao pólo antártico (65). Antes dêsse momento não há uma palavra emanada de Vespúcio que certifique a

(63) Vespúcio declara ter chegado à Antíglia, na volta dos descobrimentos, no princípio de Maio. Ali permaneceu pouco mais de dois meses e meio, saíndo em 22 de Julho de 1500 e regressando a Cadiz a 8 de Setembro. Tendo Vespúcio sido um dos companheiros do intrépido e ambicioso Hojeda, servem-nos para aferir da veracidade das suas datas os depoimentos relativos ao chefe da expedição no processo do Fiscal, e sabe-se que Hojeda chegou a Espanha aproximadamente quatro meses antes da data fixada por Vespúcio.

(64) *Examen Critique,* Vol. IV, a pág. 171-173.

(65) Mas já na carta de Domenico Pisani, Cretico, dando conta da chegada de um navio da frota de Cabral, informa que êsse navio costeara por mais de 2.000 milhas a Terra dos Papagaios, informação esta que deve atribuír-se à viagem de regresso de Gaspar de Lemos.

veracidade da tese de Varnhagen. As cartas de 1500 e de 1501 foram consideradas apócrifas tam sòmente porque nelas Vespúcio se filia na concepção colombina. É uma tese inadmissível, tratando-se de documentos referentes a diversos períodos. O que se depreende dos cotejos das opiniões exaradas nas cartas de data anterior a 1502 (à *Mundus Novus* e à *Lettera)* é que a concepção de continentalidade se originou na viagem de 1501.

Uzielli, que não deve ser suspeito de menos entusiasta de Vespúcio, e que tanto contribuíu para consolidar a sua glória, está persuadido de que Vespúcio partilhava até certa época das ilusões de Colombo. Esta opinião, aliás, é a mesma que Humboldt fortaleceu com a autoridade do seu génio. Pretendendo explicar a obstinação lúcida de Uzielli, Vignaud atribui o seu equívoco à «*fé que mantem na tradição colombina sobre a demanda do Levante pelo Poente*». O historiador acrescenta «*que a lenda em que se apoia Uzielli para sustentar essa opinião é um dos mais singulares erros a que a Historia deu credito*» (66). E, todavia, a-pesar-de excepcional erudição e de hábil dialéctica, Vignaud nunca conseguiu também desembaraçar-se, à semelhança dos iludidos que se esforça por converter, da túnica de Nessus dessa lendária... realidade. A pág. 301 da mesma obra dedicada a Vespúcio, duzentas e quarenta páginas depois de haver terminantemente considerado uma fantasia a pseudo pretenção colombina de ir à Ásia pelo Ocidente, Vignaud reconhece que «*no tempo em que a concepção colombina da extensão da Ásia Oriental até às Antilhas atraía numerosos cosmógrafos para um caminho errado... a ideia vespuciana da completa separação dos dois mundos mantinha os espirítos na boa orientação...*»

RETRATO DE AMÉRICO VESPÚCIO
segundo O. Dapper «O novo mundo desconhecido»
Amsterdam 1673

¿O que deve concluír-se destas palavras? Que a errónea concepção colombina de ir ao Oriente pelo Ocidente foi uma realidade e não uma lenda, pois que justamente o mérito que Vignaud atribui a Vespúcio é de haver reconhecido o seu êrro: quere dizer, o mérito de têl-a *engeitado* (67). Portugal já a repudiara, implícitamente, dez anos antes, recusando os serviços de Colombo. Que na sua viagem de 1499-1500, navegando sob a bandeira espanhola, na companhia de pilotos e nautas espanhois, Vespúcio partilhasse ainda da concepção espanhola da pro-

(66) Vignaud, *Americ Vespuce*, págs. 61 e 62. É no II Vol. da sua notável obra *Histoire Critique de la grande entreprise de Colomb*, que o eminente historiador americano expõe a sua tese sôbre a lenda colombina, sustentada na célebre análise da carta de Toscanelli.

(67) Podiamos multiplicar as citações de Vignaud, aparentemente contraditórias da doutrina que enuncia a pág. 62. Assim, a pág. 288 da op. cit. lê-se: «*La conception colombienne que l'Amérique entière était une continuation de l'Asie reprit faveur, quand on apprit la découverte du Yucatan et du Mexique*». A pág. 279: «*L'oeuvre de Vespuce ne périt point avec lui. Il avait été le champion d'une idée vraie, celle de la complète séparation des regions nouvelles de l'ancien Monde, alors que Colomb soutenait obstinément la these de leur identification avec les riches contrées de l'Asie orientale*». Como já se tentou explicar na *Introdução* do Vol. I desta obra, a doutrina de Vignaud é tam subtil que se presta a confusões freqüentes na interpretação dos seus próprios textos. Êle sustenta que Colombo não partiu de Palos com a esperança de chegar à Ásia pelo ocidente, mas apenas com a de atingir as terras ocidentais, as Antilias, entrevistas por um pilôto português. Quando chega às Antilias, Colombo persuade-se de que aportou aos arqüipélagos mais orientais da Ásia. Reflectindo sem parcialidade sôbre esta tese tam metafísica, chega-se à conclusão de que só saíndo de Palos com a fé cega de ir ancorar na Ásia, Colombo teria podido perseverar no seu engano. Afirmar, pelo contrário, que essa ilusão nasceu no contacto com uma humanidade bárbara, afigura-se-nos um ilogismo, a menos que se não queira transformar o visionário num embusteiro.

ximidade a que ficavam da Ásia as novas terras ocidentais, parece-nos perfeitamente defensável (68). Varnhagen descobriu indício de apocrifia precisamente na doutrina que Humboldt considerou um certificado de veracidade.

A carta de 18 de Julho, que termina com a notícia da partida da esquadra de Pedro Álvares Cabral—«*e ora nuovamente il Re di Portogallo tornó dal mare 12 navi con grandissima richezza, e l'ha mandate in quelle parte*» *(Calecut)*...—mostra-nos Vespúcio na fase ainda colombina da evolução cosmográfica. Vamos ver como, na convivência com os nautas lusitanos, Vespúcio obtém a visão da realidade, atinge a concepção lúcida do Novo Mundo.

A CARTA DE CABO VERDE

COM esta carta, datada de Cabo Verde, aos 4 de Junho de 1501, entramos própriamente no assunto do presente capítulo.

A origem desta epístola, dirigida a Lorenzo di Pier Francesco de Médicis, é congénere à do documento anterior. Provém do mesmo códice manuscrito do século XVI.

Humboldt não viu razões para deixar de reputá-la um documento autêntico; antes, pelo contrário, considerou que a sua veracidade resiste à mais minudenciosa análise. Varnhagen, por motivos idênticos aos que o haviam movido a sustentar a apocrifia da carta de 1500, impugnou a autenticidade da de 1501. Foi coerente. Entretanto, alguns dos argumentos de que ainda hoje se servem os prosélitos do eminente historiador brasileiro para condenar êste documento histórico—*que regista factos comprovadamente veridicos*—são de extrêma fragilidade por parte dos que sustentam a autenticidade de outros documentos epistolares a que faltam também os certificados manuscritos, e que têm a seu favor apenas a consagração da publicidade. Êsses argumentos reünidos por Varnhagen são, por sua ordem:

a) *O desconhecimento da fonte onde a recolheu Vaglienti*—presumívelmente a mesma onde foi colhida a *Mundus Novus*.

b) *O manuscrito, embora do século XVI, não é contemporâneo de Vespúcio*—e dêste argumento resulta ainda uma condição de superioridade da carta de Junho de 1501 sôbre as consideradas autênticas, das quais não chegou até nós, sequer, uma cópia manuscrita quinhentista.

c) A linguagem não parece de Vespúcio, «*que escrevia um italiano corrompido por expressões estrangeiras*»—e êste mesmo argumento não aliena a hipótese de ter o copista corrigido o estilo claudicante do original.

d) Finalmente, *nela se encontram, como na carta de 18 de Julho, embora em menor número, ideias que diferem das enunciadas por Vespúcio nos escritos ulteriores.*

É, exactamente, esta circunstância que imprime, quanto a nós, o maior cunho de autenticidade à carta datada de Cabo Verde. Também para Uzielli, como para K. Trubenback (69), a carta de 4 de Junho de 1501 possui as essenciais condições de autenticidade. Um falsificador teria posto de acôrdo o documento fraudulento com as ideias cosmográficas de Vespúcio enunciadas na *Mundus Novus* e na *Lettera*.

Se a carta não é de Vespúcio, ¿que outro navegador teria podido reünir tam copiosas e exactas informações sôbre a esquadra de Cabral? Bastará confrontá-la com a relação chamada do *Pilôto Anónimo* para se verificar que esta não foi a fonte em que o falsificador se instruíu. Enquanto os propugnadores da apocrifia não conseguirem encontrar uma solução verosímil para êste problema, enquanto não descobrirem o texto em que podia basear-se esta fraude magistral, e se contentarem apenas em repelir a autenticidade com o fundamento apriorístico de que Vespúcio já sabia, desde 1499, que as terras ocidentais eram um continente independente e longínquo da Ásia—os historiadores imparciais terão de alistar-se na falange de Humboldt, de Trubenback e de Uzielli, aceitando como autêntica a carta de 1501, tanto mais que não existe nenhuma carta anterior a essa data em que Vespúcio sustente as opiniões que emitiu depois de realizada a expedição portuguesa de 1501-1502, não sendo crível que houvesse demorado três anos para as proclamar.

Vespúcio principia a carta de Cabo Verde, dirigida a Lourenço de Médicis, confirmando a

(68) Ainda Giovani da Empoli, na carta a *Lionardo suo padre*, publicada no *Archivo Storico Italiano (Apêndice*, pág. 98. Florença, 1846) dá curso à hipótese de que as Antilhas do Rei de Castela e também a terra dos Côrte Reais «*si presume e giudicase e fassi sia tutta una colla terra di Malacca*...»

(69) *Mundus Novus*, Estrasburgo, Heintz, 1903, in-fol.

anterior, que lhe escrevera de Lisboa, a 8 de Maio, nas vésperas da partida ([70]) (que foi a 10 dêsse mês, segundo a *Lettera;* «mez de Maio», segundo Galvão) e recordando as notícias que então lhe mandara e também lhe havia comunicado Giocondo ([71]), de como fôra chamado de Sevilha pelo rei de Portugal para aquela viagem, que começa descrevendo. Embarcando em Lisboa no dia 13 ([72]), a esquadra tomou rumo do Sul, passando de largo à vista das Canárias, descendo ao longo da costa africana até o Cabo Verde, princípio da província de Etiópia, que *sta al meridiano dell'Isole Fortunate, e tiene di larghezza quattordici gradi della linea equinoziale* ([73]). Aí encontrou a armada dois navios da esquadra de Cabral, *ch'erano di ritorno d'alle parte d'India orientale, che sono di quelli medesimi che andarono a Calichut, ora quattordici mesi fa, che furono tredici navigli* ([74])...

A concordância destas informações com as da relação do *Pilôto Anónimo* é absoluta:

«*Chegamos ao Cabo da Boa Esperança dia de Pascoa florida, e ahi achámos bom tempo, com o qual proseguimos e viémos á primeira terra perto de Cabo Verde, que se chama Bezeguiche, onde achámos três navios que o senhor rei de Portugal mandara para descobrir a terra nova*».

Observe-se que, conforme se dizia em Espanha, por distinção com as Índias Ocidentais, Vespúcio designa Calecut como situada na Índia *Oriental.* Um português não se exprimiria assim. Para Portugal só houve sempre uma Índia: a do Oriente, quer a africana, quer a asiática.

¡Para Varnhagen, êste é o primeiro indício da apocrifia! Como para contestá-lo, logo se segue na carta condenada uma daquelas inconfundíveis e vangloriosas divagações cosmográficas, tam peculiares a Vespúcio e que ninguém saberia imitar com semelhante perfeição. Refere-se o florentino às riquezas que a esquadra transporta e às regiões por onde navegou, das quais fará menção, mas *non per via de cosmografia, perchè non fu in essa frotta Cosmografo, ne Mathematico nessuno, che fu grande error. Ma vi si diranno cosi disconfortamente, como me la contarono, salvo quello is ho alcun tanto corretto colla cosmografia di Tolomeo..!* É com esta fatuidade que êle se refere à esquadra onde tinham embarcado Duarte Pacheco, o sábio autor do *Esmeraldo;* Bartolomeu Dias, o descobridor do Cabo da Boa Esperança; Nicoláu Coelho e Pero Escolar, companheiros de Vasco da Gama; o físico-astrónomo Mestre João, que nos transmitiu o cálculo da latitude da enseada da Corôa Vermelha e as observações sôbre o *Cruzeiro do Sul* e a polar antártica... É verdade que êle não pensava escrever para a posteridade, que havia de julgá-lo, e não é menos verdade que a esquadra imponente de Cabral voltava dizimada e tresmalhada, como de uma derrota.

Um saliente êrro cronológico avulta nesta altura da narrativa: a indicação do ano de 1499 como o da partida da esquadra de Cabral. É, evidentemente, inadvertência de cópia, que não cometeria o menos hábil dos falsificadores. Poucas linhas atrás, Vespúcio assinala que a esquadra saíra de Portugal catorze meses antes: *quattordici mesi fa,* o que corresponde ao ano de 1500, embora com novo êrro de cálculo (Abril por Março). E logo recomeça a prelecção geográfica, no mesmo tom didáctico peculiar a Vespúcio, a propósito da latitude das Canárias e do processo de obter a longitude do lugar, finda a qual nos descreve sucintamente, baseado nas verídicas informações que lhe fornecem, o descobrimento do Brasil pela armada de Cabral: «*Ora torno al mio proposito: come dico questi tredici navigli sopradetti navigarono verso el mezzodi dell Isole del Cavo Verde, per il vento che i dice fra mezzodi, e libeccio. E dipoi d'aver navigato venti giornate, circa a settecento leghe (che ogni lega è quattro miglia e mezzo) posono in una terra, dove trovorono gente bianca e ignuda della medesima*

([70]) «*presto per partirmi.*»
([71]) «*nostre fiorentini di Lisbona.*»
([72]) Neste ponto surge uma discordância com a *Lettera.* Vespúcio escreve ter embarcado no dia 13 de Maio, *á tredici del'passato.* A *Lettera* diz 10 de Maio. Mas também êste texto discorda da *Mundus Novus,* em que a data da partida é 14: *quartadecima mensis maii millesimo quingentesimo primo.* Referindo-se Vespúcio ao dia em que embarcou *(...questo viaggioi nel quale m'imbarcai a Lisbona)* póde admitir-se que só no dia seguinte a armada saísse a barra. Esta interpretação conciliaria a cronologia da carta de Cabo Verde com a *Mundus Novus.* A esquadra de Cabral também só saíu do Tejo no dia seguinte ao do embarque da tripulação.

As datas da correspondência vespuciana não merecem fé. Por culpa de Vespúcio, atraiçoado pela memória, ou por culpa dos seus copistas e editores, certo é que o exame da parte cronológica das cartas revela contradições e incoerências abaladoras.

([73]) Na *Mundus Novus* lê-se: «*Inde per oceanum totum littus Africum: et partem ethiopici percurrimus usque ad promontorium ethiopicum sic a Ptolomeo dictum. quod nunc a nostris appelatur caput virid. & ab ethiopicis Besaghico. et regio illa Mandingha gradibus 14*».

([74]) Na carta de 18 de Julho do ano anterior Vespúcio escrevia *12 navi.* Agora, servido pelas informações fidedignas das próprias tripulações portuguesas, corrige o êrro anterior. Aliás, o navio de mantimentos, que prefaz os treze, nem sempre é computado no número das velas que compunham a armada; e quando escrevia no regresso da sua expedição com Hojeda já teria, presumìvelmente, voltado a Lisboa êsse navio, mandado de Vera Cruz com a notícia do descobrimento.

terra, che io discopersi per Re di Castella, salvo che é piú a levante, la quale per altra mia vi scrissi (75) *dove dicono che pigliarono ogni rinfrescamento, e di quivi partirono, e presono loro navigazione verso levante, e navigarono pel vento dello scilocco, pigliando la quarta di levante*».

Vespúcio reivindica a prioridade do descobrimento das mesmas terras a que aportou Cabral, «salvo serem mais a levante»: o que está de acôrdo com o texto da segunda viagem da *Lettera*, unânimemente considerada autêntica pelos exegetas (76). O que não póde inferir-se é que a «mesma terra» seja o Brasil. Vespúcio refere-se à terra do Ocidente de um modo geral e o que é possível deduzir das suas palavras parece-nos ser a invocação da anterior viagem ao Ocidente com Hojeda, e no decurso da qual, como vimos no Cap. III do Vol. I desta obra, êle não chegou a atravessar a linha eqüinocial. Côrte Real também descobrira naquele ano a mesma terra da América, no setentrião do outro hemisfério. É sintomática a circunstância de Vespúcio não atribuír ao acaso de uma tempestade ou à tracção das correntes, ou a um êrro de rumo, a aterragem de Cabral nas terras do Brasil. Êle dá-nos, sóbriamente, uma versão invariável da de Caminha. No alvorecer do século XVI ninguém teria coragem de admitir o inconcebível de uma esquadra portuguesa navegando ao acaso pelos mares, ao sabor dos ventos e das correntes. Essa coragem estava reservada, no século XVIII, para o padre Raynal e depois para os seus remotos e scépticos discípulos do século XX.

Após referir a tempestade do Cabo, a carta descreve a róta para a Índia, entremeando a narrativa de divagações geográficas sôbre a África, a terra de Preste João, as nascentes do Nilo (77), e intercalando no itinerário uma lição sôbre a geografia da África e da Ásia, composta com as informações colhidas de «*uno uomo degno de fede, che si chiamava Gaspare, che avea corso dal Cairo fino a una provincia che si domanda Molecca, la qual sta situata alla costa del mare Indico... Ora mi resta*—continua Vespúcio—*della costa che va dallo stretto del Mare Persico verso el mare Indico, secondo che mi racontonno, molti che funno nella detta armada; e massime il detto Guasparre, el quale sapeva di molte lingue, e il nome di molte provincie e citta. Come dico é uomo molto altentico, perché ha fatto due fiate el viaggio di Portogallo al mare Indico*».

Ora êste Gaspar de quem Vespúcio declara ter colhido as informações que sôbre a Índia transmite a Lorenzo de Médicis, não é uma personagem desconhecida, mas verídica, cuja presença na esquadra de Cabral êle não podia ter adivinhado. É o mesmo Gaspar a quem se refere Leonardo Chá Masser na sua *Relazione* (78), quando narra o *Viaggio Primo*, de Vasco da Gama: ...«*venne uno Moro con una croce in mano, per venire á nave per intendere che nave erano queste; el quale venne sopra la nave capitanio, che fu uno Gaspar, zudeo, e da poi se fece Moro; el qual viveva li in Colocut, e fu mandato per el Re de Colocut, sapendo ditto Gaspar parlare in diversi lenguagi, per intender che gente era questa, e de che nazione, e chi l'aveano menatti in quelle parti... Ritornó ditto Capitanio con el ditto Gaspar in Lisbona, del 1499... fece referir a questo ditto Gaspar a Sua Altezza, essendo lui ben prattico de quelli paesi; e de qui in Lisbona ditto Gasparo se fece cristiano: se chiamava in moresco Mamet, e se maridó in una donna portoghese nativa di questa cittá; e have provision de questo Serenissimo Re de ducati 170 de intrada all'anno per suo viver, per aver dato lui tall'informazione dell'India, essendo stato ditto Gaspar delli anni trentadue da poi che parti dal Caiaro per terra alla Mecha, e per molti altri lochi in quelle parti d'India*».

O língua Gaspar é figura integrada na história da epopeia indiana, sôbre a qual os cronistas acumulam, desde Castanheda (Liv. I, cap. XXV) e Barros (*Decada* I, Liv. IV, cap. VIII e Liv. VI, cap. II) até Osório, notícias abundantes. O mercador judeu «*da hora em que entrou em os navios assim se fez*

(75) ¿A carta de 18 de Julho de 1500?

(76) Vespúcio, ao narrar a Soderini a sua 3.ª viagem não rememora esta reivindicação de viagem anterior às mesmas paragens. Não é fácil de conceber que Vespúcio houvesse calado êsse pormenor se, realmente, tivesse reconhecido no litoral, entre S. Roque e S. Agostinho, a costa explorada com Hojeda. Côrte Real, regressando da Terra Nova, podia usar, em relação ao descobrimento de Cabral, as mesmas palavras de Vespúcio. Nesta altura, porém, do presente trabalho, estamos crentes de que já não é possível ligar crédito a quaisquer viagens espanholas ao sul da equínocial nos anos de 1499 e 1500.

(77) Vespúcio enxerta nas informações de Gaspar as reminiscências da sua cultura livresca, como na passagem em que atribui ao rio Nilo a propriedade geográfica de separar a África da Ásia. O Nilo constituía, de facto, a linha de separação dos dois continentes, segundo os geógrafos da antiguidade. Duarte Pacheco ainda o denomina *divisa* das três partes (Europa, Ásia e África), citando a opinião dos antigos cosmógrafos. *Esmeraldo*, Cap. 5.º do Livro I.

(78) Publicada no *Archivo Storico Italiano*, Apêndice do Vol. II. Florença, 1846, de pág. 13 a 48.

Pela carta de D. Manuel ao Cardial Protector, de 28 de agosto de 1499, e que acompanha a carta do monarca comunicando ao Pontífice o descobrimento da Índia, sabemos que Gaspar era judeu de origem, nascido em Alexandria, «grande mercador e lapidario, o qual avia XXX anos que trautava na India». Êste notável documento, pertencente à chamada Colecção de S. Vicente, será publicado na íntegra pelo sr. António Baião no cap. XII da presente obra.

Glorificação alegórica das viagens de Américo Vespúcio, segundo um desenho de J. Stradanus gravado por J. Galle em 1521

familiar a Vasco da Gama, que se veio com elle para este reino, onde morreu christão». D. Manuel, que tinha em grande conta os serviços relevantes por êle prestados e o conhecimento que possuía tanto dos países da Ásia meridional como de seu comércio, determinou que Gaspar acompanhasse Pedro Álvares Cabral (79).

É devéras singular que a única carta que possuímos de Vespúcio onde há referências verificávelmente certas a pessoas e cousas: aquela que mais indícios oferece de autenticidade— ¡seja incriminada de apócrifa! Todavia, êste documento oferece-nos, como nenhum outro, as possibilidades de classificar a exacta condição em que Vespúcio viajava.

O que logo, nesta carta, palpitante de sinceridade, fere a atenção, é a modesta categoria dos indivíduos com os quais Vespúcio contrái relações em Bezeguiche. É para surpreender que, viajando com posto proeminente, convidado pelo próprio rei, não se tenha aproximado dos capitães e dos pilotos, invocando apenas o testemunho de figuras secundárias, meros comparsas do empreendimento náutico. Se refere o nome de Gaspar, com dobrada razão citaria outros nomes de mais destaque, se com as personagens de primeiro plano tivesse entretido relações. Além de Gaspar, Vespúcio menciona, apenas, o seu companheiro Gherardo Verdi, irmão de Simon Verdi, de Cadiz, «*el quale viene in mia compagnia, e a voi si recomanda*». ¿Quem era êste Gherardo Verdi, que se recomenda a Lorenzo de Médicis, e que acompanha Vespúcio na armada portuguesa? ¿Um comerciante..? Havia, pois, além de Vespúcio, antigo empregado comercial dos Médicis, antigo sócio e sucessor de Berardi, um outro italiano a bordo, vindo, com êle, da Andaluzia, e por ventura engajado também pelos Marchiones. Vespúcio, embora preocupado com a cosmografia, não descura os aspectos económicos da viagem (80). Surpreende-se o comerciante renitente sob a sapiência doutoral do cosmógrafo. Veja-se esta passagem, com que Vespúcio termina o inventário das riquezas transportadas na esquadra de Cabral: «*In concrusone el Re di Portogallo, tiene nelle mani uno grandissimo traffico, e gran richezza. Iddio la prosperi. Credo che le spezierie verranno di queste parti in Alessandria, e in Italia, secondo la qualitá e pregi. Cosi va el mondo*».

Ninguém se exprimiria assim dois ou três anos depois. Estas reflexões representam na carta de 4 de Junho de 1501 como que uma chancela de autenticidade formal. São um certificado cronológico.

Contra êste conjunto de factos verídicos e de indícios convincentes, Varnhagen, vítima da mesma obcessão que embacia a lucidez de Vignaud, opõe dogmáticamente o argumento apriorístico de que Vespúcio, em 1501, não podia escrever a seguinte passagem, que bastaria para lançar sôbre o documento o estigma da falsidade: «*E io tengo speranza in questa mia navigazione rivedere, e correre gran parte del sopradetto, e discoprire molte piú...*»

Realmente, esta passagem da carta, no ponto em que aparece, depois da descrição das costas meridionais da Ásia, deixa perceber que Vespúcio esperava, naquela viagem, a elas acostar: e isso provaria uma de duas cousas: que, nas viagens anteriores, Vespúcio não concluíra ainda pela existência de um mundo novo, distante e independente da Ásia; ou que a expedição de 1501 teria, entre outros, o propósito de contornar a terra ocidental, plano que constituïria, até à viagem heróica de Fernão de Magalhães, a preocupação dos nautas (81), incluído o futuro pilôto-mór da Casa da Contratação (82).

Qualquer destas interpretações se nos afigura mais prudente do que a condenação de apocrifia sem provas e a radical exclusão da carta de Cabo Verde do rol dos documentos dignos de fé neste processo histórico. Já Humboldt evidenciara no exame a que a submeteu, que ela patenteia

(79) «*El Rey entregou ao Capitão-Mór, Gaspar da Gama, o judeu, porque sabia fallar muytas lingoas, a que El Rey deo alvará de livre e forro, e de sua comedia em terra dez crusados cada mez, muyto lhe encommendando que o servisse com Pedralvares Cabral, porque se bom serviço lhe fizesse, lhe faria muyta mercê; e porque sabia as cousas da India sempre bem aconselhasse ao capitão mór o que fizesse, porque este judeo tinha dado a El Rey muyta informação das cousas da India e mormente de Goa*». Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, pág. 149.

(80) No *Ptolomeu*, de Servet (edição de Lyon, de 1535), nas linhas acrescentadas ao texto descritivo do mapa XXVIII, reproduzido do *Ptolomeu* de 1522, editado por Frizias, esclarece-se que Vespúcio visitou a América muito depois de Colombo e lá não foi com os espanhois, mas sim com os portugueses *para fazer resgate de mercadorias*.

(81) Gomara, na *Historia General de las Indias...* (cap. 88, *El cabo de San Augustin*, e cap. 89, *El rio de la Plata)*, refere que Vespúcio foi mandado em 1501 pelo rei de Portugal a procurar uma passagem para as Molucas, e que nessa viagem foi ao cabo de Santo Agostinho, ao qual deu êste nome, descendo até 40º de Lat. S.

(82) Na carta de 18 de Julho de 1500, suspeita de apócrifa, e onde se narra a expedição identificada geralmente com a de Hojeda, Vespúcio anuncia a Lourenço de Médicis o projecto de uma nova viagem: «*Piaccia a nostro signore darmi salute, e buon viaggio, che alla volta spero trar nuove grandissime, e discoprir l'Isola Trapobana, che é infra il mar Indico, e il mar Gangetico, e dipoi intendo venire a ripatriarmi, e discansare i di della mia vecchiezza...*»

indícios de autenticidade irrecusável (83). Sôbre as restantes, possui a vantagem, que salientámos, de fornecer elementos numerosos para identificação dos acontecimentos que enumera.

Pela parte que respeita ao regresso de Cabral, o depoimento da carta de Cabo Verde assume, como se verá, uma importância transcendente e inequívoca. Humboldt atribui a uma das suas passagens mais obscuras a designação do dia da chegada a Bezeguiche do navio tresmalhado de Pedro de Ataíde (84), o que concorre para demonstrar a meticulosidade das informações numerosas e originais do documento. Por duas vezes, Vespúcio invoca a veracidade dos informes que transmite a Lourenço de Médicis, e essa cautela justifica-se pelo valor que teriam para o opulento negociante florentino as notícias sôbre os países orientais (85). Escrevendo do primeiro pôrto de escala, quando ainda estava longe daquele mundo novo e apenas recemnascido para a cultura europeia, que um cosmógrafo alemão seis anos depois baptizaria com o seu nome, Vespúcio não tinha ainda outro assunto além da astronomia em que aplicar a facúndia italiana. Contentava-se em exaltar com ênfase a magra sciência cosmográfica, puramente livresca, falando familiarmente das estrêlas e enxertando com tom doutoral as presunções de Estrabão, quanto ao curso do Nilo, nas notícias seguras (pois são as da experiência) colhidas de Gaspar.

O REGRESSO DA ESQUADRA DE CABRAL NA CARTA DE CABO VERDE

A VOLTA da armada de Cabral não foi ainda, depois da anotação de Humboldt (86), devidamente estudada. A carta de Cabo Verde, além de transmitir-nos a versão sucinta e rigorosa do descobrimento do Brasil, confirmativa da de Caminha, contribui também para esclarecer êste ponto confuso do regresso da esquadra dizimada.

Bastaria esta circunstância para valorizar sobremaneira a carta desdenhada de Vespúcio e fortificar as provas convincentes da sua autenticidade. Em Bezeguiche, diz Vespúcio, «*trovammo surto due navi del Re di Portogallo, ch'erano di ritorno d'alle parte d'India orientale*». Quási ao finalizar, acrescenta: «*La detta armata se retornó in Portogallo, e alla volta... se ne perdè una carica di molte ricchezze, che dicono che valeva centomila ducati* (refere-se à náu sossobrada de Sancho de Tovar) *e le cinque per temporali si perdenno* (as quatro afundadas na tormenta e a de Vasco de Ataíde desaparecida nas alturas de Cabo Verde). *Della capitana, del quale oggio n'è capitata una qui, come di sopra dico; credo che l'altro verranno a salvamento. Cosi a Dio paccia*».

Não será difícil demonstrar, agrupando depoimentos esparsos, que Vespúcio só poderia, com efeito, ter encontrado em 31 de Maio, no pôrto de Bezeguiche, dois navios dos treze de que se compunha a segunda esquadra da Índia, comandada por Pedro Álvares Cabral, e aos quais veio depois juntar-se um terceiro (87), a 4 de Junho.

A náu de Vasco de Ataíde perdera-se nas proximidades de Cabo Verde (88); a naveta dos mantimentos voltara ao Tejo, expedida de Vera Cruz com a notícia do descobrimento; os navios de Bartolomeu Dias, Luís Pires, Simão de Pina e Aires Gomes da Silva tinham naufragado na tormenta

(83) «*La lettre que Vespuce a écrite en relâchant au Cap Vert, 25 jours après son départ de Lisbonne, est d'une haute importance, parce que en la comparant aux notions que le roi Emmanuel de Portugal donne aux monarques espagnols sur les resultats de l'expédition de Cabral dans une lettre datée de 29 Juillet 1501, on reconnaît la candeur et la véracité du navigateur florentin*». *Examen Critique*, Vol. V, pág. 8.

(84) ....«*del quale oggi n'è capitata una nave qui...*» Porém, erróneamente, imagina ser o de Diogo Dias.

(85) «*Credete, Lorenzo, che quello che io ho scritto infino a qui è la verità.... E per maggiore chiarezza della verità si trovo presente Gherardo Verdi....*»

(86) *Examen Critique*, Vol. V, Pág. 77, Nota.

(87) Da carta de D. Manuel ao rei de Castela, conhecida através da edição italiana de João de Besicken, de 1505, consta precisamente a confirmação do depoimento verídico de Vespúcio: «*tre nave et arivorno a Bezebiche gùcto con Cabo Verde*».

(88) Na carta de D. Manuel aos Reis Católicos encontra-se a passagem, na qual pouco se têm detido os historiadores: «*semdo jaa a este tempo desapercebidos delle outra naao de que tee ora nom he avido notijcia*», e que segue imediatamente à referência ao naufrágio das quatro náus sossobradas na tormenta. Êste navio, que já então se perdera da esquadra e de cujo destino o rei ainda não tinha notícia no *fim de Julho ou Agosto de 1501*, não podia ser outro senão o tresmalhado pelas alturas do arquipélago de Cabo Verde, cujo comando o Livro das Armadas da Índia, Castanheda, Barros e Damião de Góis atribuem a Luís Pires; que Vaz de Caminha diz comandado por Vasco d'Ataíde; e que Gaspar Corrêa presume navegara sob o comando de Pedro de Figueiró.

O testemunho de D. Manuel sobrepõe-se a todos os outros. Não póde admitir-se que o rei ignorasse quais e quantos dos seus navios se perderam. Se a carta é autêntica, não há lugar para supor que a referência à misteriosa náu perdida não seja rigorosamente exacta. É certo que, por muito tempo, só se conhecia da célebre carta do rei de Portugal a versão espanhola publicada por Navarrete. E como D. Manuel não escrevia a seus sogros em espanhol, houve historiadores que suspeitaram de apócrifo o texto traduzido de um original desconhecido. Porém, o traslado português do original apareceu entre a *Miscellanea monoscritti* do Arquivo de Estado, de Veneza, (publicado por Eugénio do Canto, em *fac-simile*, acompanhado da leitura empreendida pelo arquivo da Tôrre do Tombo, e em apêndice ao capítulo VII da presente obra). Tôdas as

antes de dobrarem o Cabo; a náu de Diogo Dias extraviara-se por ocasião da tempestade. Só seis velas chegaram a Calecut (89). No regresso da Índia, a náu de duzentos toneis, do comando de Sancho de Tovar, encalhou na costa de Melinde (90) e um dos navios menores foi enviado a Sofala para desempenhar a missão que primitivamente fôra designada a Bartolomeu e a Diogo Dias (91). ¡A soberba esquadra, que devia atemorizar o Industão, achava-se reduzida a quatro velas! Dêstes quatro navios, o *S. Pedro*, de Pero d'Ataíde, tresmalhou-se da pequena frota pelas alturas do cabo das Correntes (92). Restavam a Cabral apenas três das treze náus com que descera o Tejo, de velas pandas, para o mar, um ano antes (93). Dobrado o cabo da Boa Esperança, o capitão-mór expediu o navio mais pequeno e ligeiro para Lisboa, aonde chegou na noite de S. João (94). Ficavam-lhe dois—a conta de Vespúcio—aos quais se juntou em Bezeguiche o de Pedro de Ataíde; e só mais tarde regressaram a Portugal, já depois de Cabral, a náu de Diogo Dias e a naveta mandada a Sofala com Sancho de Tovar, que prefazem a conta dos seis navios que entraram no Tejo desde 23 de Junho até Agosto de 1501. Somando a êsses seis o navio dos mantimentos, expedido de Vera Cruz, obtem-se a conta oficial dos sete navios salvos, concluíndo-se que seis se perderam (95), entre os quais forçosamente o tresmalhado em Cabo Verde, embora os testemunhos em contrário de Castanheda, Barros, Damião de Góis e do Livro das Armadas da Índia, que todos o assinalam por arribado a Lisboa, com excepção de Corrêa, melhor informado neste ponto, que dá a náu como sossobrada (96).

Esta análise da passagem da carta de Cabo Verde àcêrca do encontro em Bezeguiche vem trazer mais um argumento de prova a favor da sua autenticidade, e conseqüêntemente nos coloca ante

dúvidas cessaram com essa descoberta. A carta de D. Manuel faz fé na viagem de Cabral, como a carta de Caminha no descobrimento de Vera Cruz. Póde supôr-se sem inverosimilhança que tanto Castanheda, como Barros e Damião de Góis, escrevendo muitos anos depois, se equivocassem, mas é inadmissível encarar a mesma hipótese relativamente ao monarca e a Vaz de Caminha. Se confrontarmos as principais informações que possuímos sôbre a viagem da armada de Cabral, chegaremos não só à conclusão da veracidade rigorosa do informe de Vespúcio, como à do êrro dos cronistas quanto ao navio perdido em Cabo Verde. A carta de La Faitada a Domenico Pisani, de 26 de Junho de 1501, não deixa dúvidas sôbre a sorte da náu perdida nas alturas de Cabo Verde: «*... a l'andata, de qui lontano 80 lige, una de queste nave dal re se perdete, che de lei non s'é saputo mai novela ...*»

(89) Todos os depoïmentos são concordes neste ponto: as cartas de D. Manuel, os cronistas, a relação do pilôto anónimo, a correspondência dos delegados diplomáticos italianos. Se, pois, chegaram apenas seis navios a Calecut, a esquadra sofrera o desfalque de sete. Dêstes, quatro sossobraram na travessia do Atlântico, um regressara a Lisboa com as notícias de Vera Cruz, outro (o de Diogo Dias) tresmalhara-se da esquadra nas paragens tempestuosas do Cabo da Boa Esperança. O último para a conta dos sete é, precisamente, o navio perdido nas alturas do arqüipélago de Cabo Verde.

(90) Também não há discrepância dos cronistas sôbre êste ponto.

(91) Tôdas as fontes são igualmeute concordes neste pormenor do regresso. Depois de incendiada a náu de Sancho de Tovar, que encalhara na costa de Melinde, Cabral expediu o mesmo comandante a Sofala.

(92) ... «*depois de ser chegado a Portugal ... chegaram outros dous navios, que ainda lá leixara: hum era de Pero de Taide, que se delle apartou antes de chegar ao cabo das Correntes com um temporal que alli teve*». Barros, Decada I, Liv. V, Cap. IX. .... «*aguada de S. Braz, que he alem do Cabo de Boa Esperança, onde Pero de Taide foi ter quando com temporal, que naquella passagem deo a Pedro Alvares Cabral, se apartou delle ...*» Barros, *Decada* I, Liv. V, Cap. X.

(93) À conta (unânime nos cronistas) das 13 velas de que se compunha a esquadra fazem excepção os cartógrafos. Os mapas de Cantino e Canerio dão a armada composta de 14 navios. Estes dois depoïmentos reduzem-se a um: o de Cantino, cuja legenda é repetida no mapa de Canerio.

(94) Cretico, na carta de 27 de Junho de 1501, dá notícia de ter entrado um navio na noite de S. João: «*questa intro la sera di San Zoane*». É êste o mesmo navio a que se refere a carta de La Faitada, de 26 de Junho de 1501, transmitida à Senhoria de Veneza por Pisani, em carta de 10 de Julho, em que informa ter Cabral mandado do Cabo da Boa Esperança o mais ligeiro navio a Lisboa com as notícias. Êste navio da esquadra de Cabral era propriedade de D. Álvaro, 4.º filho do duque de Bragança, (irmão do duque executado em Évora), de Marchione, de Jerónimo Sernige, a quem D. Manuel concedia em 1511 o título e privilégios de cidadão de Lisboa, e de um dos muitos genoveses então estabelecidos na capital portuguesa. Esta parceria fretara à Corôa a naveta, que foi a primeira a chegar a Lisboa e de que dá notícia La Faitada: «*... eri, al tardi, vene uno de li navilij ... Gionti al Capo de Bona Speranza, el capitanio commandó que questo ch'è venuta, per esser meglior de le vele, se partisse de l'altre, e venisse dar nova de esse .... e lo più picolo de tutto*». A D. Álvaro se refere João de Barros (*Decada* I, Liv. V, Cap. X), quando trata da expedição de João da Nova: «*Os capitães dos outros navios eram Diogo Barbosa, criado de D. Alvaro, irmão do duque de Bragança, pelo navio ser seu ....*»

Outro navio, propriedade de particulares, fôra agregado à esquadra: «*del conte de Porta Alegra e de certi altri merchadanti*», diz La Faitada, e acrescenta que êste navio foi um dos que sossobraram na tormenta. Presumimos que fôsse o comandado por Luís Pires.

Escrevendo a Domenico Pisani participando-lhe a notícia do regresso da esquadra, Cretico diz que a naveta fôra afretada por Bartolomeu Marchione e enumera a carga que trouxera da Índia: ... «*questa nave entrata in parte è la nave et el cargo de Bartolo fiorentin, el chargo de la qual é piper cantara. 300. canella cantara. 120. lacha cantara. 60. benzuin cantara. 15*». La Faitada dá a carga como sendo de «*300 cantara de pevere e 200 de canella, nose muscade, lacha, benzui ...*»

(95) *Al presente son tornate* (os navios da esquadra da Índia) *ma di. 13. che forono, sono perse le 7*». Carta de Cretico a Domenico Pisani, de 27 de Julho de 1501. Cretico enganou-se na conta dos navios perdidos.

(96) .... «*hum pé de vento a sossobrou, que não foy vista com a grande çarração da chuiva que, sendo passada, nunqua a mais virão ....*» *Lendas da India*, Tômo I, pág. 151. Contra os testemunhos de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis, que se reduzem a um só: o de Castanheda (que publicou em 1551 o Livro I da sua *Historia do Descobrimento e Conquista da India)*, temos, como já registámos, o testemunho coevo de D. Manuel, dando como desaparecidas duas náus além das quatro sossobradas a caminho da Índia. Como a esquadra se compunha de 13 navios, e dêstes 13 chegaram 6 a Calecut e 7 a Lisboa, é indispensável incluír nos que se perderam o de Vasco d'Ataíde, que a 28 de Agosto de 1501 (data da carta de D. Manuel ao rei Católico) ainda não regressara ao Tejo.

a evidência de que Vespúcio, anteriormente a esta viagem, não atingiria ainda a noção da continentalidade das terras ocidentais e da distância que as separava da Ásia, segundo claramente se depreende de seus próprios dizeres e da esperança que alimentava de ir ver as terras orientais de onde voltavam as náus de Pedro Álvares Cabral.

A CARTA DO ARQUIVO STROZZI

A CARTA sem data, proveniente do arquivo Strozzi, e que pelo contexto se depreende ser a continuação da anterior, escrita de Cabo Verde (97), foi igualmente lançada por Varnhagen no *index* da apocrifia. Era um sistema cómodo, expedito e radical de sustentar uma tese, regeitando todos os documentos que a abalavam.

Não contendo sôbre a exploração da costa do Brasil quaisquer notícias que se sobreponham em valor às da *Lettera*, a parte mais importante dêste documento,—deixando de parte a empolada e inevitável dissertação astronómica,—consiste no quadro descritivo da natureza americana e do seu habitante, em que se parece tam singularmente com a *Mundus Novus* que se diria ter servido para a composição dêsse texto latino, de misteriosa procedência.

Desculpando-se do carácter ligeiro da carta, «*solo capita rerum delle cose*», Vespúcio promete a Lourenço de Médicis notícia mais circunstanciada da viagem, logo que o Rei lhe devolva a relação ou memória que lhe entregou (98).

Há a notar nesta carta, insuficientemente estudada, que Vespúcio não reivindica a prioridade do descobrimento do Cabo de S. Agostinho e do anterior conhecimento da «*Terra nuova, la quale trovammo esser terra ferma per molte regioni che nel precedere si diranno....*». Os têrmos em que a declaração está expressa implicam a confissão tácita de que foi nesta expedição portuguesa que Vespúcio pôde verificar indubitávelmente a continentalidade das terras austrais do Ocidente. Só por inadvertência podem interpretar-se as palavras do florentino, insertas na carta de Cabo Verde, com o sentido de um conhecimento anterior do cabo de S. Agostinho ou sequer das terras do Brasil, conhecimento que remontaria à viagem de 1499 com o denodado e aventuroso Hojeda. Essa reivindicação refere-se a terras situadas mais ao norte, expressão bastante vaga, que permite localizá-las na zona tropical do outro hemisfério, por onde ao certo navegou o fidalgo castelhano, em companhia de Juan de la Cosa e de Vespúcio.

Sem pretender ainda usurpar glórias alheias nem abranger nos méritos que se atribui o de haver antecipadamente constatado a continentalidade da América, Vespúcio menciona que em sessenta e quatro dias de navegação depois da partida de Cabo Verde (99), a expedição chegou a uma *terra nova, que achamos ser terra firme por muitas razões que posteriormente direi* (100). Se na anterior viagem com Hojeda tivesse transposto a linha eqüatorial e descido até às proximidades de 5º S, como mais tarde daria a entender, Vespúcio já haveria podido certificar-se da existência da terra firme.

É nesta carta, sensívelmente depurada na linguagem e retocada no estilo (101), que se encontra o formoso pequeno quadro da natureza brasileira, em que realça a habilidade do narrador: «*terra amenissima e com infinitos arvoredos viridentes e grandes, que nunca despem a folhagem, e que durante o anno inteiro trescalam suavissimos e aromaticos odôres e dão fructos incontaveis, muitos de gosto delicioso e salutares ao corpo... Os campos produzem muitas hervas, flôres e raizes macias e*

(97) «*L'ultima scritta a V. Magnificenza fú dalla Costa di Guinêa da un luogo, che si dice il capo verde, per la qual sapesti il principio del mio viaggio....*»

(98) É nesta carta que êle pela primeira vez se refere à narração da sua viagem, independentemente das notícias transmitidas através da correspondência com Lourenço de Médicis. Essa relação fôra por êle entregue ao rei D. Manuel. Na *Mundus Novus*, Vespúcio refere-se mais duas vezes a êsse trabalho, em que anotou o movimento das estrêlas: «*Multas alias stellas pulcherrimas cognovi, quarum motus diligenter annotavi, et pulcherrime in quodam meo libello graphice descripsi in hac mea navigatione. Hunc autem in presentiarem tenet hic Serenissimus Rex...*», declarando esperar que o Rei lh'o restitua para, nas horas de ócio, compor um tratado geográfico e cosmográfico: «*...vt si quando mihi ocium dabitur possiu amnia hec singularia atque mirabilia colligere, et vel geographie, vel cosmographie librum conscribere*». Esta carta, a de Cabo Verde (4 de Junho de 1501) e a de Cadiz (18 de Julho de 1500) não foram insertas na *Raccolta Colombiana*. Como as anteriores, foi publicada por Varnhagen *(Americo Vespucci, son caractère, ses écrits, même les moins authentiques...)* e por H. Vignaud, op. cit.

(99) 67 dias na *Mundus Novus* e na *Lettera*.

(100) Dêstes dizeres se depreende, iniludívelmente, que só nesta viagem Vespúcio reconheceu a continentalidade das terras do ocidente. Não é, pois, para surpreender que nas anteriores cartas de Cadiz e de Cabo Verde, endereçadas ao mesmo destinatário, essa concepção não apareça consignada.

(101) «*On n'y relève rien qui soit contraire aux idées exprimées par ce navigateur dans ses relations authentiques, mais on n'y retrouve pas son style. Si elle est de lui, elle a sûrement été revue et corrigée*». H. Vignaud, op. cit. pág. 66.

beneficas e tanto me maravilharam pelo perfume dos arbustos e das flores, pelo sabôr dos fructos e raizes, que eu pensava estar nas cercanias do Paraiso terrestre. Que dizer da quantidade de aves e das suas plumagens e coloridos, e do seu variado canto e da sua formosura! Não quero alongar-me sobre isto, pois duvido que me acreditem! Quem poderá enumerar as infinitas especies de animaes sylvestres, tanta copia de leões...» etc., etc. (102).

¡Vespúcio até vira leões no Brasil!

Estes arroubos entusiastas no descritivo da natureza, esta retórica italiana, irmã da de Colombo, contrastam com o realismo ingénuo ou severo e a discreta sobriedade das narrações portuguesas, nas quais tam limpidamente se reflecte a sisuda, a morigerada, a concentrada índole de um povo que ficou simples e modesto ainda mesmo no zenite da opulência e da glória.

É das narrativas epistolares de Vespúcio que passam para a cartografia quinhentista as hórridas legendas, assinalando o Brasil como o país terrificante dos devoradores de carne humana. Em Vera Cruz, no contacto com os tupiniquins, as tripulações das náus de Cabral não surpreenderam, pelo que é lícito presumir da carta exaustiva de Vaz de Caminha, os hábitos antropófagos dos habitantes da selva. Mas Vespúcio, porque se encontrou em mais favoráveis condições de lugar e de tempo para observar as populações do litoral brasileiro, descreve-nos, minuciosamente, com pormenores macabros, o instinto ferino do homem americano (103). Embora a sua visão psicológica seja consideràvelmente mais restrita do que as aptidões de narrador, e o cotejo entre os seus descritivos e os de Caminha o relegue para plano sensívelmente secundário, a verdade é que êle pôde ver sob um aspecto mais sensacional e dramático o homem do novo mundo—que já conhecia da viagem com o arrebatado Hojeda. Caminha, sem retórica, mas ungido de misticismo, pintou o tupiniquim como um inocente que urgia encorporar no rebanho de Cristo, redimindo-o pelo sacramento do baptismo. Vespúcio desenhou realisticamente o morador do paraíso, revelando o monstro alvar e crudelissimo, nutrido com a carne dos inimigos. É êle quem denuncia à cultura geográfica do século XVI a prática canibalesca do autóctone brasílico, irmão dos insulares encontrados por Colombo. Póde legitimamente considerar-se que esta revelação e a da continentalidade das terras austrais do Ocidente constituem os máximos factores da celebridade europeia conquistada por Vespúcio.

Nesta carta da colecção Strozzi, onde descreve a terra do novo mundo e o seu habitante, dois anos depois de Pedro Vaz de Caminha, Vespúcio demora-se a narrar com horripilantes minúcias a antropofagia do aborígene (104). Quando se atenta na meticulosidade descritiva de que dá provas, quer narrando na *Lettera* a scena canibalesca da primeira escala na terra de Santa Cruz, quer descrevendo a paisagem tropical, quer ainda na pintura macabra do seu habitante (105), fica-se tentado a crer que se

(102) Êste quadro é repetido com pequenas variantes na *Mundus Novus: «Regionum illarum terra valde fertilis est et amena...»* etc. Advirta-se que, de tôdas as vezes que se depara em comentadores de Vespúcio (maxime nas Notas à tradução da *Lettera*, publicada na *Colecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas)* com referências a um *Sumário* das viagens de Vespúcio, essa obra não é mais do que a tradução livre da *Mundus Novus*, que se encontra em Ramuzio: *Sommario scritto per Amerigo Vespucci*, etc. O confronto da carta, considerada apócrifa, de 1502, com o texto latino da *Mundus Novus*, dá margem à suposição de que o texto latino foi composto sôbre a referida carta, alterada para os efeitos da publicidade. Não é verosímil admitir que Vespúcio tivesse escrito com pequeno intervalo a Lourenço de Médicis duas cartas reeditando as mesmas informações. Aliás, essas repetições estavam tam pouco nos hábitos de Vespúcio que únicamente na carta de Cabo Verde referiu o encontro dos navios de Cabral em Bezeguiche. Humboldt já salientara esta circunstância, que denota uma correspondência regular, na qual os acontecimentos são narrados por ordem cronológica, sem repetições escusadas e injustificáveis. Foi pois muito possívelmente desta carta de 1502, e, porventura, de mais outra carta complementar, que se originou o texto latino da *Mundus Novus*, que não seria senão uma composição literária decalcada sôbre os originais italianos da correspondência de Vespúcio com Lourenço de Médicis.

(103) ¡Terrificamente representado no exemplar de um aborígene que se ufanava de haver devorado a carne de trezentos inimigos!

(104) Embora sendo o habitante primitivo do território que havia de chamar-se o Brasil, consideramos indevida a denominação de *brasileiras* às populações autóctones que os descobridores encontraram e que os colonizadores tiveram de combater e suplantar. O Brasil actual é uma expressão social, moral e política da civilização do grupo ariano, cujas religião, língua, lei, artes e sciências encorporou. Por maior quantidade de sangue aborígene que existisse na composição do actual povo brasileiro—e essa quantidade é pequena e em dissolução vertiginosa no contacto e fusão com outros sangues, —seria erróneo considerar as populações actuais do Brasil como as descendentes ou representantes dos povos nómadas que ocupavam no século XV as regiões litorâneas e o *hinterland*. Elas nunca teriam podido produzir a civilização que os colonizadores transplantaram da Europa para a América. O critério nativista aplicado aos povos civilizados do continente americano é anti-scientífico. Estes povos são originàriamente alheios ao solo natal, representam valores étnicos e sociais alienígenas de encorporação relativamente recente, pois que os seus mais antigos elementos remontam apenas ao século XVI.

(105) ...*«la carne que mangiano comune é carne umana... Son gente bellicosa, & infra loro molto crudeli... e gli inimici li spezzano, e se li mangiano, e quelli, che pigliano, e gli tengono per schiavi alle lor case, e se è femmina dormono con loro, e se è mastio lo maritano con le loro figliuole, e in certi tempi quando vien loro una furia diabolica, convitano i parenti, el popolo, e le si mettano d'avanti, cioé la madre con tutti, figliuoli che di lei ha ottenuti, e con certe cirimonia, a saettade gli ammazzano, e se li mangiano, e questo medesimo fanno a detti schiavi, e a figliuoli che di loro nascono e questo é certo, perchè trovammo nelle lor case la carne umana, posta al fumo, e molta; e comprammo da loro 10, criature, si maschi, come femmine, che stavano deliberati per il sagrifizio...»*

êle não registou nas cartas o aspecto variado do litoral com as suas serranias, angras, baías, ilhas, recifes, rios e estuários, no espaço imenso de vinte e sete graus, e nem sequer revelou a sua nomenclatura, é porque a viagem não abrangeu as latitudes que vangloriosamente lhe traça...

Mas Vespúcio é, antes de tudo, por educação e por hábitos arraigados, um comerciante (106). Navegador e cosmógrafo *dilettante*, o negociante transparece a cada momento sob a ênfase da cultura superficial e a prosápia ingénua da sapiência. Escrevendo a um comerciante, Vespúcio não deixaria de apreciar o valor negociável do mundo novo, que contemplara do convés de uma náu portuguesa, e fá-lo com desconsolação insopitável: «*Partimos para Lisboa sem procurar qualquer proveito, pois nella (a terra) não vimos cousa que fosse de nenhuma utilidade... Encontrámos infinito brasil e muito facil de carregar quantos navios hoje navegam no mar, e sem trabalho algum, e tambem canafistula...*» O inventário era devéras mesquinho: troncos de ibiripitanga e vagens de canafístula, silvestres tesouros vigiados pelos archeiros aterradores das selvas virgens. Nem tanto seria preciso para desacreditar perante um Médicis, um Welser ou um Fugger, a terra recemnascida para a geografia.

A impressão não podia ser mais satisfatória para os portugueses, que haviam iniciado a navegação comercial com os países orientais das especiarias e das pérolas, do marfim, das sedas, das porcelanas e das lacas, do que fôra para os potentados financeiros da Itália e da Alemanha.

Não obstante a declaração de que na terra não encontrara cousa que fôsse de utilidade, Vespúcio, como bom narrador de aventuras maravilhosas, deixa alimentar uma esperança, e nisto foi bom profeta. Terra de tam admirável disposição deveria produzir algum género ignorado de riqueza, que não fôra possível investigar tam de súbito, mal ajudado por um habitante que não tinha em nenhuma conta o ouro, a prata e as pedrarias, mas apenas prezava inocentemente a plumagem dos adornos. Depois de tanto haver desacreditado o *Paraíso terrestre*, Vespúcio volve-se em optimista e tem fé em que mandando o rei explorar a terra, não se passarão muitos anos que dela não retire grandissimo proveito. Antes de fechar a carta, como para justificar aquela inesperada reversão à esperança, o antigo agente dos Médicis adianta referirem os naturais cousas miraculosas àcêrca de ouro, outros metais e drogaria. Vespúcio confessa-se, porém, cautelosamente incrédulo como S. Tomé: «*io son di quelli di S. Tommaso*»... Quer ver para poder crer. Esta oscilação entre a fantasia e o senso prático, entre a prudência e a esperança ilimitada define o homem de negócios, que a sedução do mistério e a ambição do lucro impeliram para os mares e transformaram em navegador e cosmógrafo.

De indicações de natureza propriamente geográfica, capazes de concorrerem para traçar na esfera, além da sua posição, o recorte litorâneo do continente austral, não há vestígio na carta, muito embora Vespúcio declare que a frota ia em missão de descobrimento (107). É verdade que êle escrevia a um comerciante e não a um geógrafo. Mas todos quantos opoem êste argumento aos desiludidos comentadores da correspondência vespuciana e aos que debalde procuram os títulos que concedem a Vespúcio a honra exorbitante de revelador do Brasil, esquecem que Lourenço de Médicis tam pouco era um astrónomo, e que Vespúcio mais se entretem com os planetas e as estrêlas nas epístolas endereçadas ao comerciante de Florença do que com os portos e os rios, discorrendo de preferência sôbre as longínquas luzes estelares do firmamento do que sôbre as prosaicas realidades da terra.

É também verdade que anuncia ao Médicis uma *operetta*, que haveria de compor nas horas de ócio, quando o rei de Portugal lhe devolvesse os apontamentos ou relatório que lhe confiara. Esta carta «*è soto brevità, e solo capita rerum delle cose che in quelle parti è vedute. Lassansi molte cose, le quali sarebbero degne di memoria, per non esser prolisso, e perchè le troverete nel mio viaggio tutte al minuto*». Mas esta *operetta*, que devia perpetuar-lhe a fama além da morte—«*per lasciar di me dopo la morte qual che fama*»,—nunca viu a luz imortalizadora da publicidade.

Vespúcio voltaria a narrar mais duas vezes (de acôrdo com os seus mais autorizados comentadores) a viagem de 1501 ao Brasil: da primeira vez na carta sem data, designada por *Mundus Novus* na versão latina, e que supomos ser um arranjo literário, em que não interveio Vespúcio, e baseado

(106) É êle próprio quem confessa a Soderini: «*el motivo della venuta mia in questo regno di Spagna fu p. tractare mercantie....*»

(107) «*Perché andammo in nome di discoprire, e con tale commissione partimmo di Lisbona, e non di cercare alcun profitto, non ci impacciamo di cercare la terra, nè in essa cercare alcun profitto...*» Esta declaração parece em desacôrdo com o motivo que Vespúcio invoca na *Lettera* para ter abandonado pelos 32º de Lat. S. a exploração da costa. Essa resolução funda-se no facto de não se encontrarem na terra quaisquer jazidas de minerais.

precisamente nesta carta de 1502 do códice Strozzi ([108]); e da segunda vez na *Lettera*, datada de Lisboa aos 4 de Setembro de 1504, ao regressar da última viagem: segunda ao serviço de Portugal.

O TEXTO DA «LETTERA» A SODERINI

EIS-NOS chegados, finalmente, ao supremo documento vespuciano, sôbre cuja autenticidade estão de acôrdo os historiadores, e do qual chegou até nós o texto original impresso, da arqui-rara edição quinhentista de Florença. A leitura integral da *Lettera* escrita ao gonfaloneiro de Florença e na qual Vespúcio amplia as parcimoniosas informações geográficas da *Mundus Novus*, mostra-nos, todavia, de modo insofismável, que a contribuïção por êle trazida à geografia americana com esta nova carta, considerada a mais importante de tôdas e posterior em data aos mapas de Cantino e Canerio, está longe de corresponder ao que era lícito esperar de um *cosmógrafo* expressamente convidado por um monarca para uma expedição de descobrimento.

Nela se encontra uma só latitude verificável: ia do cabo de S. Agostinho! Quási tôda a restante informação geográfica—se assim se lhe póde chamar sem retórica,—constitui uma rêde inextricável de enigmas que ainda hoje desafiam a argúcia dos mais experimentados historiadores ([109]).

Versão portuguesa do texto da 3.ª Viagem (1501-1502) da **Lettera**

«Achando-me depois em Sevilha, repousando-me de tamanhas fadigas que sofrera nestas duas viagens, e desejoso de voltar à terra das pérolas por não estar ainda a fortuna satisfeita com meus passados trabalhos, acudiu não sei como ao pensamento do Serenissimo Rei D. Manuel de Portugal querer ocupar-me em seu serviço; e estando longe de pensar em vir a Portugal chegou um mensageiro com uma carta da sua real corôa, rogando-me que viesse a Lisboa falar com Sua Alteza, com promessas de mercês. Aconselharam-me a que não fôsse: despedi o mensageiro, respondendo que me sentia doente e que quando estivesse bom, se Sua Alteza carecesse dos meus serviços, faria quanto me ordenasse. E em vista de não ter podido convencer-me, resolveu mandar-me Julião Bartolomeu Giocondo ([110]), que residia em Lisboa, com instruções para me levar de qualquer maneira. Veio o dito Julião a Sevilha. A sua vinda e os seus rogos forçaram-me a partir, o que me levaram a mal quantos me conheciam, por saír da Espanha onde me faziam honra e o rei me tinha em justa posse, e o peor é que parti sem despedir-me de ninguém ([111]). Apresentando-me a êste Rei, mostrou grande prazer com a minha vinda e pediu-me que fôsse em companhia de três de seus navios, que estavam prontos para partir a descobrir novas terras; e como o pedido de um rei é uma ordem, tive de consentir em quanto me rogava. Partimos dêste pôrto de Lisboa três navios de conserva aos 10 de Maio de 1501, e seguimos nossa derrota direitos à ilha da Gran Canária, passando à vista dela sem nos determos. Daqui fomos costeando o litoral da África pela parte ocidental, em cuja costa fizemos uma pescaria a uma espécie de peixes chamados pargos, e aí parámos durante três dias, e de lá fomos, pela costa da Etiópia, a um pôrto chamado Besechicce ([112]) que está na zona tórrida, a quatorze graus e meio do Pólo Setentrional, e situado no primeiro clima ([113]). Aí ficámos 11 dias para fazer provisão de água e lenha, porque a minha intenção era navegar para o Sul pelo mar Atlântico. Partimos dêste pôrto da Etiópia e navegámos para Sudoeste quarta a Sul ([114]) de modo que em 67 dias fomos dar a uma terra que distava 700 léguas ([115]) do dito pôrto para o Sudoeste. Durante estes 67 dias tivemos o peor tempo que nunca ninguém experimentou, por causa das muitas chuvas, turbilhões e

([108]) Três hipóteses foram até hoje formuladas sôbre a carta de 1502, dada a conhecer em 1789 por Bartolozzi, que a encontrara entre os códices quinhentistas da colecção Strozzi:

a) Texto apócrifo, inteiramente falsificado;

b) Texto decalcado sôbre carta original, perdida, de Vespúcio, corrigida no estilo e vocabulário.

c) Cópia, apenas corrigida na fórma e expurgada dos vocábulos portugueses e espanhois, de uma carta autêntica de Vespúcio.

A primeira hipótese parece inaceitável.

Um falsificador não repetiria um assunto já tratado, sem acrescentá-lo. Não valeria a pêna forjar uma nova carta para dizer o mesmo ou menos do que já fôra dito. Aliás, essa fraude seria tanto mais inexplicável quanto não chegou a ser aproveitada na impressão. As duas seguintes hipóteses são modalidades de uma só, que admite a existência de uma carta original, de que a versão conhecida seria cópia mais ou menos fiel. Não sendo crível que Vespúcio tenha escrito ao mesmo destinatário duas cartas tam singularmente parecidas, uma nova hipótese deverá reünir-se às anteriores: a de haver servido o texto original da carta do códice Strozzi para a composição latina da *Mundus Novus*.

([109]) Para mais dificultar uma apreciação conscienciosa dos méritos de Vespúcio como geógrafo, acresce a circunstância de não ter chegado até nós nenhuma carta náutica ou portulano traçado pelo Pilôto Mór, embora fôsse inerente às suas atribuïções a confecção da carta padrão e dos roteiros para o Novo Mundo.

([110]) *Giuliano di Bartholomeu del Giocondo*, e não o filho, como aparece na tradução das *Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, da Academia Real das Sciências de Lisboa, composta sôbre o texto de Ramusio. Tômo II, pág. 141.

([111]) «... *insalutoto hospite*». Em latim no texto original italiano.

([112]) Duarte Pacheco, no *Esmeraldo*, coloca Bezeguiche a 14º 20′ de Lat. S. e assim descreve o pôrto de abrigo onde demorou onze dias a armada: «*e pera dentro do dito cabo, da banda do suest, estam trees ilheos e hum d'elles está na Boca de hua grande enseada que se chama Angra de Bezeguiche... e dentro d'esta angra podem pousar quarenta ou sincoenta navios pequenos nas sinco e seis atee oito braças em limpo, e de fôra da ilha da Palma nas quinze e dezeseis braças podem pousar quantas naaos grandes quiserem em fundo de area, e estaram mea leguoa d'esta ilha e demorar-lhe-ha ao norte e a quarta do noroeste... e haquy podem thomar auguoa e lenha e carne...*».

Humboldt, no *Examen Critique* (Vol. V, págs. 11 e seg.), dedica à posição geográfica de Bezeguiche uma Nota exaustiva.

([113]) Pela antiga divisão de climas, o Cabo Verde estava ainda incluso no 1.º clima. Pela divisão moderna, o 1.º clima termina em 8.º 30′, não ficando portanto nêle compreendido o pôrto de Bezeguiche.

([114]) Na *Mundus Novus* diz que navegou sempre ao Sul e um pouco ao poente por ser-lhe escasso o vento: ... «*versus Antarticum parumper per occidentem infleximus per ventum.*

([115]) Aliás umas 530 léguas, apenas.

tempestades que nos assaltaram, sempre com o tempo contrário, porque o forte da nossa navegação foi continuamente nas vizinhanças da linha eqüinocial, onde é inverno no mês de Julho e achamos que os dias eram iguais às noites e que a sombra caía constantemente para o Sul. Prouve a Deus mostrar-nos no dia 17 de Agosto uma terra nova. Aí surgimos a meia légua da costa, e deitámos fóra os nossos bateis para ver se a terra era habitada e de que qualidade de gente: e achámos que era habitada por gente peor que animais (116).

Mas Vossa Magnificência entenderá que a princípio não vimos ninguém, mas percebemos por muitos sinais que era povoada. Tomámos posse dela em nome do Serenissimo Rei (117). *Achámos ser uma terra muito amena, viridente e de boa aparência, e situada para além da eqüinocial 5 graus para o Sul, e isto feito regressámos para os navios. Porque tinhamos grande necessidade de água e de lenha, resolvemos voltar a terra no dia seguinte para fazer nosso provimento. Estando em terra, avistámos no cume de um monte gente que nos contemplava sem ousar descer. Estava nua e era da mesma côr e porte que a outra passada* (118). *Esforçamo-nos por que viesse à fala connosco, sem conseguirmos inspirar-lhe confiança, recusando-se êles a fiar-se em nós. Em vista da sua obstinação e porque já era tarde, voltámos aos navios, deixando em terra muitos cascavéis, espelhos e outros objectos. Logo que nos afastámos no mar, desceu do monte em procura do que lhe tinhamos deixado, ficando de tudo maravilhada. Neste dia só fizemos provisão de água. Na manhã seguinte, do convés das náus vimos que a gente da terra fazia muitos fumos, e pensando que nos chamava fomos a terra, onde vimos que se juntara muita gente, mas que se conservava a distância, acenando-nos para irmos ter com ela. Dois dos nossos cristãos tentaram-se a pedir ao nosso capitão que para isso lhes concedesse licença porque queriam correr o risco de ir até êles para verem que espécie de gente era e se possuia alguma riqueza em especiaria ou drogas, e tanto instaram que o capitão o houve por bem. Aprontaram-se com muitas fazendas de resgate e partiram com ordem de não demorarem mais de cinco dias em regressar porque mais não esperariamos por êles. Encaminharam-se para a terra e nós voltámos para os navios, onde os ficamos esperando. Quási todos os dias aparecia gente na praia, mas sem nunca querer falar-nos.*

No sétimo dia fomos a terra e achámos que tinham trazido as mulheres, e logo que desembarcámos mandaram muitas delas ao nosso encontro. Então, como viamos que não conseguiamos inspirar-lhes confiança, resolvemos mandar-lhes um dos nossos, que foi um mancebo, e para os tranquilisar entrámos nos bateis. O mancebo dirigiu-se às mulheres, que logo o rodearam mal chegado junto delas, apalpando-o e contemplando-o com espanto. Estando elas nisto, vimos descer do monte até à praia uma mulher que trazia na mão um grande pau, e chegando aonde estava o nosso cristão acercou-se-lhe pelas costas e, levantando o pau, lhe deu tamanha pancada que o estendeu morto por terra. Imediatamente as outras mulheres o arrastaram pelos pés para o monte, ao mesmo tempo que os homens se precipitavam para a praia armados de arcos, crivando-nos de setas, pondo em tal confusão a nossa gente que estava nos batéis varados

STAndomi dipoi in Sibylia / riposandomi di tanti mia trauagli / che i questi duo uiaggi haueuo passati / & con uolonta di tornare alla terra delle perle: quãdo la fortuna nõ contenta de miei trauagli / che nõ io come uenissi in pensamento a questo serenissimo Re don manouello di portogallo eluolersi seruire di me: et stando in Sibylia fuori dogni pensamento di uenire a Portogallo / miuẽne un messaggiero cõ lettera di sua real corona / che mirogaua ch io uenissi a Lisbona a parlare cõ sua alteza / promettẽdo farmi merzedes. Nõ fui aconsigliato che uenissi: expedii el messaggiero / dicendo che stauo male / & che quando stessi buono / & che sua alteza siuolesse pure seruire di me / che farei quanto mimandasse. Et uisto che non mi poteua hauere / acchordo mandare per me Giuliano di Bartholomeo del Giocondo stante qui in Lisbona / con commissione che in ogni modo mitraesse. Venne el decto Giuliano a Sibylia: per la uenuta & ruogho delquale fui forzato a uenire / che fu tenuta a male la mia uenuta da quanti miconosceuano: perche miparti di Castiglia / doue mi era facto honore / & il Re miteneua ĩ buona possessione: peggior fu / che miparti insalutato hospiterer appresentaromi inanzi a questo Re / mostro hauer piacere di mia uenuta: & mipriego ch fussi in compagnia di tre sue naue / che stauano

Primeira página da 3.ª viagem na edição princeps da *Lettera*

(116) «*Che erano peggiori ch'animali*» . . .

(117) Em acção de graças pelo encontro da terra celebrou-se missa.
Na versão latina da *Cosmographiae Introductio* erróneamente aparece a posse como tendo sido realizada em nome do rei de Castela, o que revela descuido ou ignorância do tradutor.

(118) . . . «*& del medesimo colore & factione cheerano li altri passati* . . .» Vespúcio compara-a à que vira nas viagens anteriores, nas regiões situadas ao norte, por onde navegara com Hojeda.

na areia, que ninguém acertava lançar mão das armas, devido às flechas que choviam sôbre os esquifes. Disparámos quatro tiros de bombarda, que não acertaram, e ouvindo o estrondo fugiram todos para o monte, onde já estavam as mulheres despedaçando o cristão e assando-o numa grande fogueira que tinham acendido, mostrando-nos os seus membros decepados e devorando-os, enquanto os homens nos faziam sinais, dando-nos a entender que tinham também morto e devorado os outros dois cristãos, o que muito nos afligiu, contemplando com nossos olhos a crueldade que cometiam com o morto e que para todos nós era injúria intolerável. Mais de 40 dos nossos tinham a intenção de saltar em terra e vingar morte tam cruel e aquele acto bestial e desumano, mas o capitão-mór não lho quís consentir. Êles ficaram com a satisfação de tamanha ofensa, e nós partimos de má vontade e envergonhados por culpa do nosso Capitão (119). *Partimos desta paragem e seguimos nossa navegação entre Levante e Sirôco* (120), *que assim corre a costa.*

Fizemos muitas escalas (121), *mas nunca encontravamos gente que quisesse tratar connosco, e assim navegámos tanto que vimos que a terra voltava para Sudoeste* (122), *e desde que dobrámos um Cabo, ao qual démos o nome de Cabo Santo Agostinho* (123), *começamos a navegar para o Sudoeste. Êste cabo fica a uma distância de 150 léguas* (124) *para Levante da sobredita terra onde viramos matar os cristãos. Está a 8 graus* (125) *além da Linha eqüinocial para o Sul. Continuando a navegar, um dia avistámos muitos homens na praia, que contemplavam o prodígio das nossas náus e a maneira como navegavamos. Fomos ao seu encontro, surgimos em bom ancoradouro e dirigimo-nos a terra nos bateis. Verificámos que esta gente era de melhor condição que a passada, embora custasse algum trabalho para domesticá-la. Fizemo-la nossa amiga e pudemos tratar com ela* (126). *Cinco dias permanecemos neste lugar e aqui encontrámos canafístula verde e sêca no cimo das árvores* (127). *Deliberámos trazer dêste lugar dois dêstes homens para que nos ensinassem a língua, e ofereceram-se três de livre vontade para nos acompanharem a Portugal.*

Mas como estou fatigado de tanto escrever, saiba vossa Magnificência que partimos dêste pôrto navegando sempre para Susudoeste à vista de terra, fazendo continuamente muitas escalas e falando com infinidade de gente. Andámos tanto para o sul que já estavamos para além do Trópico de Capricórnio, onde o pólo Antártico se eleva sôbre o horizonte 32 graus (128), *e já tinhamos perdido de todo a Ursa menor, estando a Maior tam baixa que só a avistavamos no extrêmo do horizonte e regulavamo-nos pelas estrêlas do outro pólo Antártico* (129), *as quais são numerosas e maiores e mais luminosas que as do nosso pólo: da maior parte das quais trouxe as figuras, principalmente das de primeira grandeza, com a declaração das órbitas que descrevem em volta do pólo, dos seus diámetros e semi-diámetros, como se poderá ver nas minhas* **Quatro Jornadas** (130). *Percorremos desta costa cêrca de 750 léguas: as 150 do Cabo de S. Agostinho* (131) *para*

(119) Se compararmos a atitude excessivamente prudente dêste comandante com o altivo pundonor e a combatividade peculiares aos portugueses que naquele tempo exerciam postos de comando, somos tentados a ver neste singular procedimento um vestígio convincente do carácter mercante da expedição. Certo é, porém, que a ingénita belicosidade portuguesa se expandia quási sòmente em contacto com povos civilizados. A conduta para com os bárbaros era de ordinário prudente, paciente e benévola.

(120) Leste e Sueste.

(121) Êste pormenor concorre para lançar insanáveis suspeitas sôbre a cronologia da carta. Surgindo no dia 17 por 5.º e aí demorando sete dias, os navios não podiam dobrar o Cabo de Sto. Agostinho no dia 28, navegando com escalas. Resta averiguar se o cabo de Sto. Agostinho, de Vespúcio, é o mesmo a que depois foi dado êsse nome. Êste assunto será versado no Cap. IX.

(122) O Cabo de Santo Agostinho está já incluído na inflexão da costa para Sudoeste.

(123) É pela primeira vez no mapa de Palestrina e no texto do *Esmeraldo* que aparece a designação de Sto. Agostinho. Na edição latina da *Cosmographiæ Introductio* surge uma variante ao texto italiano da *Lettera*. O Cabo de Santo Agostinho passa a chamar-se de S. Vicente: «*In qua cum capum unum circuivessemus cui Sancti Vicentii campi nomen indidimus* . . .» A distância a que no texto das *Quatuor Navigationes* fica situado êste cabo de S. Vicente (150 léguas do primeiro ponto de desembarque) identifica-o com o cabo de Sto. Agostinho da *Mundus Novus*. Humboldt sugere que Hilacomylus tenha substituído por S. Vicente o nome de Sto. Agostinho em memória de Vicente Pinzon! O mapa de Canerio assinala já um monte de S. Vicente nesta zona do litoral. S. Vicente era o padroeiro da cidade de Lisboa, em cujo brasão figurava o corvo da lenda vicentina.

(124) A *Mundus Novus* menciona 300 léguas. É evidentemente êrro do compilador ou tradutor.

(125) Duarte Pacheco, no *Esmeraldo*, coloca-o em 8.º 15′. O almirante Mouchez localiza-o a 8.º 20′ 45″.

(126) ...«*e commerciamos com elles*», na versão da Academia de Sciências de Lisboa.

(127) Por inadvertência, o erudito humanista M. Norbert Sumien, que trasladou para francês o texto italiano da *Lettera*, no notável trabalho de Vignaud dedicado a Vespúcio, traduziu canafístula por *roseaux tubuleux*. Esta singular interpretação obrigou-o a alterar o sentido do período.

(128) Como se vê, Vespúcio passa de 8º para 32º com o intervalo de poucas linhas, sem descrever um pôrto de escala, um aspecto do litoral, uma montanha, um cabo, uma baía, uma angra, um rio.

(129) As guardas do pólo Antártico são já representadas na carta de Mestre João, da armada de Cabral, expedida a D. Manuel de Vera Cruz pelo navio de Gaspar de Lemos.

(130) «*Come si potra vedere nelle mie 4. giornate*». Deduz-se desta passagem que, ao escrever a Soderini, em 1504, no regresso da quarta expedição, Vespúcio já compusera nova e mais ampla narrativa das suas viagens ao Novo Mundo. A primeira vez que se refere a essa obra ainda em projecto é na carta de 1502 a Lourenço de Médicis: ...«*di tutte le cose le più notabili, che in questo viaggio m'occorsere, in una mia operetta ho rascolte, perchè quando saró di riposo, in esso mi possa occupare...*». A segunda menção encontra-se em duas passagens da *Mundus Novus:*

a) ...«*multas alias stellas pulcherrimas cognovi, quarum motus diligenter annotavi, et pulcherrime in quadam meo libello graphice descripsi in hac mea navigatione. Hunc autem in presentiarum tenet hic Serenissimus Rex quem mihi restituturum spero...*».

b) ...«*in quibus annotavi miranda ab illo sublimi omnium creatore deo nostro perfecta rerum notabilium diarium feci, vt si quando mihi ocium dabitur possim omnia hec singularia atque mirabilia colligere. e vel geographie. vel cosmographie librum conscribere: vt mei recordatio apud posteros viuat...*» É a repetição, com variantes, da carta de 1502. Examinada detidamente, a obra epistolar de Vespúcio reedita sempre o mesmo tema, o que condus a crer que, realmente, a *Mundus Novus* não passa de uma composição literária decalcada sôbre a correspondência trocada com Lourenço de Médicis.

A terceira vez que Vespúcio se refere à obra projectada é na 1.ª das *Quatro Viaggi* da *Lettera*:...«*et p. che in questi quattro viaggi ho viste tante cose varie a nostri costumi, midisposi a scrivere um zibaldone, che lo chiamo le quattro giornate: nel quale ho relato la maggior parte delle cose che io viddi... el qual anchora nó ho publicato, perche sono di tanto mal ghusto delle mie cose medesime, che non tengho sapore in epse che ho scripto, ancore che molti miconfortino alpublicado*». Aqui Vespúcio alega que não publicou a sua obra por lhe ter perdido o gôsto. Logo adiante, na narração da 3.ª viagem, referindo-se aos cálculos sôbre as estrêlas do hemisfério sul, escreve que as figuras e declaração se poderão ver nas *Quatro Giornate*. Finalmente, na mesma carta, quási ao findar a narração da 4.ª viagem, depara-se-nos esta outra passagem: «...*done vide tãte cose, ch'le lascio di dire, riserbandole alle mie 4 Giornate.*

O pretexto alegado na *Mundus Novus*, de deter o rei em seu poder a obra que êle compusera, é substituído pelo desalento, para explicar o não ter ainda dado ao prélo o trabalho, a que se refere como já redigido. Se dermos crédito às declarações do sobrinho de Américo, João Vespúcio, em 1515, sôbre a situação do Cabo de Santo Agostinho (pág. 26 do tômo XVI, do *Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid*), o pilôto-mór deixara entre o espólio e o diário das viagens ao Novo Mundo... «*deste tengo escritura de su mano propria cada dia porque derrota iba e cuantas leguas hacia...*». Desaparece, pois, em face dêste depoimento, mais um dos argumentos invocados para explicar a escassez de dados geográficos das memoráveis cartas, atribuída à perda do Diário de bordo, que o rei de Portugal não restituíra a Vespúcio.

(131) Nesta passagem do texto latino das *Quattuor Navigationes*, o Cabo de S. Vicente volta a ser, como na *Lettera*, Cabo de Santo Agostinho. A distância mencionada do primeiro ancoradouro ao Cabo de Santo Agostinho é bastante menos de metade das 150 léguas de Vespúcio. Sessenta e uma a sessenta e duas, acompanhando o litoral.

o poente e as 600 para o Sudoeste: e se me propusesse a contar tudo o que vi e o que passámos, outras tantas fôlhas não bastariam. Nesta costa não encontrámos nada de que possa tirar-se proveito, salvo infinidade de árvores de tinturaria e de cássia e da que produs a mirra, e outras maravilhas da natureza que não se podem descrever (132). *E havendo já bons dez meses que viajavamos, vendo que na terra não achavamos minério algum* (133), *decidimos despedir-nos dela e metermo-nos ao mar para outra parte* (134). *Convocado o conselho, resolveu-se seguir a derrota que me parecesse acertada, e o comando da armada foi-me inteiramente confiado* (135). *Mandei que tôda a gente da frota trabalhasse no provimento de água e de lenha para seis meses, que tanto julgavam os oficiais das náus que podiamos navegar com elas. Depois de termos concluído as nossas provisões nesta terra, começámos a nossa navegação pelo vento sueste* (136) *aos 15 de Fevereiro, quando já o sol se andava acercando do eqüinócio e se voltava para o nosso hemisfério do setentrião. Navegámos tanto com êste vento que nos encontrámos em tamanha altitude que a elevação do pólo antártico sôbre o horizonte era de 52 graus, e não mais viamos as estrêlas da Ursa Menor nem da Ursa Maior. Estavamos distantes do ponto de onde tinhamos partido 500 léguas les-sueste e isto aos 3 de Abril. Neste dia começou no mar uma tormenta tam forte que nos obrigou a amainar tôdas as velas. Corriamos em árvore sêca com muito vento, que era Sul-sudoeste, com grandissimas vagas e ares muito tempestuosos: e tanta era a tormenta que tôda a armada estava com grande temor. As noites eram muito grandes, e a de sete de Abril foi de quinze horas porque o Sol estava no fim de Áries e era então inverno nestas paragens, como bem póde considerar Vossa Magnificência. Andando com esta tormenta, no dia sete de Abril houvemos vista de nova terra, da qual corremos cêrca de 20 léguas, e achámos que era tôda costa brava e não avistámos nela pôrto algum nem gente* (137). *Era tanto o frio que ninguém da frota o podia remediar nem suportá-lo: de modo que, vendo-nos em tanto perigo e tormenta que mal se enxergavam as náus umas às outras, pelo grande mar que fazia e pela grande cerração, acordámos com o capitão-mór se fisesse sinal aos navios para juntarem-se e deixassemos a terra, e sem demora tornassemos a caminho de Portugal: e foi muito bom aviso, pois se tardassemos mais aquela noite todos se perderiam, porque, desde que virámos a popa, nessa noite e dia seguinte cresceu tanto a tormenta que nos pensámos perdidos: e houvemos de fazer voto de uma peregrinação e outras práticas, como é de uso entre marinheiros em tempo tal. Corremos assim cinco dias e conseguimos aproximar-nos da linha eqüinocial debaixo de céu e sôbre mar mais temperados, e prouve a Deus salvar-nos de tamanho perigo. A derrota que seguiamos era entre a Tramontana e o vento grego* (138), *porque a nossa intenção era ir reconhecer a costa da Etiópia, da qual estavamos afastados 1300 léguas pelo mar Atlântico, e com a graça de Deus lá chegámos aos 10 de Maio e acostámos a uma terra do lado do Sul que se chama Serra Leoa, onde permanecemos 15 dias para refrescar. Daí partimos, navegando em direcção das ilhas dos Açôres, que ficam, pouco mais ou menos, à distância de 750 léguas dêste país da Serra, e chegámos a essas ilhas no mês de Julho. Aí permanecemos outros 15 dias para recreio, e partimos para Lisboa, da qual nos achavamos distantes 300 léguas para o Ocidente, e entrámos neste pôrto de Lisboa aos 7 de Setembro do ano de 1502* (139), *com boa saúde, graças a Deus, e dois navios, porque o outro o queimámos na Serra Leoa por não poder navegar mais. Gastámos nesta viagem 15 meses e 11 dias* (140), *tendo navegado sem ver a Tramontana e as Ursas Maior e Menor chamada Buzina* (141), *guiando-nos pelas estrêlas do outro Pólo. Eis tudo o que vi nesta navegação ou jornada».*

(132) Descritas, aliás, na correspondência com Lourenço de Médicis.

(133) Como tivemos ocasião de verificar, Vespúcio dá curso, embora com incredulidade, às informações dos naturais sôbre a existência de grandissima abundância de ouro. Já chamámos a atenção para o facto de Vespúcio atribuír, nesta passagem, a resolução do abandôno de exploração do litoral a não se encontrar na terra minério algum. Parece deduzirem-se desta declaração os objectivos comerciais da expedição, que no entanto são negados na carta do códice Strozzi, que lhe atribui desígnios de exploração geográfica.

(134) «*...andare a co'mettere al mare p. altra parte*», e não «hir examinar o paiz por outra parte», como se lê na versão da Academia de Lisboa, a pág. 148 do Tômo II da *Colleção de Noticias para a Historia e a Geographia das Nações Ultramarinas*. No texto latino das *Quattuor Navigationes* esta passagem aparece traduzida: ...«*ut abinde surgentes alio per mare vagaremur*»...

(135) Esta atribuïção do comando da frota surge inesperadamente na *Lettera*. Nem na carta do códice Strozzi nem na *Mundus Novus* Vespúcio declara ter assumido o comando da armada. ¿Quís êle engrandecer-se perante o conceito de Sederini? E' duvidoso que Lourenço de Médicis tivesse podido acreditar em uma esquadra navegando sob o comando do seu antigo empregado, se Vespúcio lhe houvesse notificado essa inverosímil aventura.

(136) *Scilocco* no texto italiano; *serocum ventum* no texto latino das *Quattuor Navigationes*.
O almirante Inácio da Costa Quintela, nos *Annaes da Marinha Portuguesa* (Tômo I, pág. 263), considera que há visívelmente êrro, e que o rumo deve ser S. O., por tal ser a direcção da costa. Orientou-se pelo texto traduzido erróneamente na *Collecção de Noticias*, pois que o texto italiano de Vespúcio não permite aquela interpretação. Vespúcio diz que a esquadra abandonou a costa e se engolfou no mar. ¿Para onde ia? ¿Que esperança o guiava? ¿Que misteriosas razões o levaram com a róta de sueste? Preguntas são estas para as quais debalde se procura ainda hoje resposta convincente.

(137) O almirante Quintela, calculando a distância a que Vespúcio diz achar-se da costa da Etiópia, supõe que a esquadra avistou os litorais inóspitos da Patagónia. O crédulo Varnhagen, admitindo a veracidade do cálculo da latitude, presume que a armada costeou as plagas da Geórgia Austral. Bougainville imagina que seriam as ilhas Malvinas. Navarrete conjectura que fôsse a ilha de Tristão da Cunha ou a ilhota de Diogo Álvares. Humboldt pronuncia-se pela Patagónia, para cujas agrestes paragens o vento tempestuoso teria impelido os navios. Aires do Casal adverte que um navio que desaferra do litoral do Brasil na latitude de 32º e navega sempre ao Sueste até 52º (cêrca de 900 léguas) não encontra terra alguma.

(138) Nor-nordeste: N. N. E.

(139) Capistrano, em Nota à *Historia Geral*, de Varnhagen (pág. 132 do Vol. único da edição de 1906), já inferia que os navios entraram em Lisboa, não a 7 de Setembro, mas a 22 de Julho, baseando-se na carta de La Faitada, de 10 de Setembro de 1502, ao *oratore* veneto em Espanha, Pietro Pasqualigo di Filippo, na qual lhe notifica terem regressado a 22 de Julho as caravelas mandadas no ano passado a descobrir a Terra dos Papagaios ou Santa Cruz. Esta carta foi transmitida por Pasqualigo ao Senado de Veneza em epístola de 12 de Outubro de 1502, de Saragoça. *Docomenti diplomaciti*, Berchet, Vol. I da Parte III, pág. 91 da *Raccolta Colombiana*. Cf. *Diari de Sanuto*, Vol. IV, 221 A.

(140) «*Circa di 15 mesi: & giorni II...*» Contando o tempo da viagem desde 10 de Maio até 7 de Setembro, acham-se 15 meses e 28 dias. Se a viagem tivesse durado os 15 meses e 11 dias, a chegada haveria sido a 21 de Agosto e não a 7 de Setembro. O exame cronológico da viagem conduz à persuasão de que tôdas as datas, a partir de Bezeguiche, estão falseadas. E' disto segura indicação o baptismo do Cabo de Santo Agostinho, onde a frota não podia estar no dia 28 de Agosto se na travessia do Atlântico tivesse gasto 67 dias e se o primeiro surgidouro foi por 5º de Lat. S.

(141) «*o lorsa maggiore & minore, che si dicono el corno*». Os italianos chamavam *corno* à Ursa Menor, designação a que correspondia em Portugal a denominação de Buzina. Veja-se no Cap. II do I Vol. desta obra, a pág. 49, na secção dedicada ao *Regimento da estrêla do Norte*, pelo prof. Luciano Pereira da Silva, a Nota 3. Na tradução francesa da carta (Vignaud, op. cit. pág. 360) lê-se: «*la Grande et la Petite Ourse qu'est appelée le Carno* (2)» e diz-se em nota: «(2) *Le Chariot. Le Carno est evidemment une erreur pour Carro*». Quem erra é o humanista Sumien. *Carno* está no texto por *Corno* e não por *Carro*.

SINOPSE CRONOLÓGICA E GEOGRÁFICA DA VIAGEM

Partida de Lisboa	10 de Maio *(Lettera* e *Quattuor Navigationes);* 14 de Maio *(Mundus Novus);* 13 de Maio *(Carta de Cabo Verde).*
Chegada a Bezeguiche.	31 de Maio.
Lat. 14º N. *(Lettera)*	
Lat. 14º 20′ N. *(Esmeraldo de Situ Orbis)*	demora de 11 dias.
Lat. real 14º 40′ 10″	
Partida de Bezeguiche.	11 de Junho
Travessia do Atlântico.	67 dias *(Lettera* e *Mundus Novus);* 64 dias *(Carta do códice Strozzi).*
Chegada ao 1.º fundeadouro no litoral do Brasil .	17 de Agosto *(Lettera* e *Mundus Novus).*
Lat. 5º S., a 700 léguas de Bezeguiche *(Lettera)*	
Partida do 1.º fundeadouro.	24 de Agosto.
Navegação rumo Leste e Sueste, com escalas, num percurso calculado em 150 léguas *(na Lettera)*	
Passagem pelo Cabo de Santo Agostinho	Em data não indicada na *Lettera.* Presume-se tenha sido a 28 de Agosto, dia em que a Igreja comemora Santo Agostinho.
Lat. 8º Sul *(Lettera)*	
Lat. real 8º 20′ 45″	
Chegada ao 2.º fundeadouro	Não indicada na *Lettera.*
Lat. não designada	
Da Lat. de (?) até 32º de Lat. S.	Esta imensa extensão de costa, que abrange o litoral do Brasil desde Pernambuco ao Rio Grande do Sul, calculada por Vespúcio em 750 léguas, é descrita com êste árido laconismo: «partimos dêste pôrto navegando sempre para Susudoeste à vista de terra, fazendo muitas escalas e vindo à fala com infinita gente».
Na *Mundus Novus* a viagem é prolongada até dezassete graus e meio para lá do trópico de Capricórnio, o que conduz a esquadra até 41º Lat. S.	
Última escala da frota e partida do litoral do Brasil	15 de Fevereiro de 1502.
Lat. 32º (?)	

Despojado das vestes da retórica, eis o mirrado esqueleto da carta famosa: tudo o que Américo Vespúcio revelou ao mundo da geografia do Brasil, no regresso da viagem portentosa de 1501 e que lhe valeu os entusiasmos de Varnhagen e a apologia de Vignaud.

A êste pouco se resume a contribuïção de Vespúcio para a elucidação da geografia sul-americana. Não valia a pêna encarecê-la tanto, como fizeram historiadores e geógrafos eminentes. A glória de Vespúcio provém de ter usurpado e proclamado como sua a concepção portuguesa da continentalidade da América, o que lhe mereceu figurar ao lado de Ptolomeu no mapa de Waldseemüller. Comparada à sua jactância, a discreção e a reserva portuguesas reflectem o carácter sério e modesto de um povo; e é ainda na obra fecunda e silenciosa dos antepassados dos brasileiros, nos seus portulanos e planisférios, no ignorado protótipo sôbre que se decalcaram os mapas de Cantino, Canerio e Pilestrina, que se póde, volvidos quatro séculos, encontrar os primeiros delineamentos do continente austral. De Vespúcio só conservamos a designação da latitute de um Cabo.

Êste cartógrafo sem mapas, êste cosmógrafo sem sciência, êste vanglorioso descobridor de um Mundo Novo, que confessa não saber porque o rei de Portugal o mandou chamar a Sevilha, descobriu a América do Sul como o físico mestre João descobriu Vera Cruz. As suas cartas são um

problema porventura insoluvel e inspiraram a Humboldt esta reflexão scéptica: «*Dans l'histoire de la géographie, comme ailleurs, il est prudent de ne pas vouloir tout expliquer*».

Se entrarmos na análise do texto desta 3.ª Viagem da *Lettera*, de que demos a tradução e a árida sinopse, avolumar-se-há a impressão de que não só os conhecimentos náuticos e cosmográficos de Vespúcio eram assaz diminutos, a ponto de não permitirem a crença generalizada de que desempenhou posto saliente na esquadra, como também de que a narrativa do mercador florentino não infunde confiança e não póde ser considerada descrição conscienciosa e verídica da viagem que realizou com os portugueses.

A confissão de Vespúcio quanto a ignorar ainda em Setembro de 1504 os motivos que haviam determinado D. Manuel a utilizar-se dos seus serviços, é devéras surpreendente. Se em alguma ocasião o antigo agente dos Médicis e companheiro de Hojeda se encontrou com o rei de Portugal, êste não deixaria de expôr-lhe as razões, certamente honrosas, por que o mandara chamar de Sevilha. Os historiadores explicam pelos méritos revelados e conhecimentos adqüiridos por Vespúcio nas duas anteriores viagens ao Novo Mundo, o desejo que êle atribui ao rei de Portugal de atraí-lo a seu serviço. Êsses historiadores presumem saber mais do que o próprio Vespúcio, que já depois de efectuada a 2.ª viagem ao serviço de Portugal ainda ignorava «*come venisse in pensamento a questo serenissimo re*» convidá-lo para embarcar na expedição ao Brasil.

A qualidade e nacionalidade do emissário contrariam a afirmativa de Américo. O monarca português não se serviria de um estrangeiro para convidar para o seu serviço o então ainda obscuro Vespúcio. Aos delegados diplomáticos acreditados em Espanha encarregaria da missão, sem contar que em Sevilha, onde tinham estado exilados os Braganças com os seus apaniguados, não faltaria a D. Manuel quem se desempenhasse da incumbência.

Se o arquivo da casa comercial dos Marchiones tivesse sido preservado da destruïção do tempo, como o dos Fugger, lá encontraríamos, talvez, a solução dêste enigma. O florentino Giocondo deve ter falado ao florentino Vespúcio em nome dos florentinos Marchiones...

Na esquadra de Cabral figurava já um navio de que era armador Bartolomeu Marchione, de parceria com outros—entre êles D. Álvaro de Bragança e Jerónimo Sernige. Na frota de João da Nova, alcaide-mór de Lisboa, neste mesmo ano de 1501, Marchione mandou à Índia uma náu de sua propriedade sob o comando de um florentino. Tudo parece indicar que nesta pequena frota mandada a Santa Cruz, e que precedeu o contracto com Fernão de Loronha, figurou também um navio dos opulentos armadores florentinos.

É prudente admitir que Américo iludiu, nesta passagem retórica da famosa carta, o magnificente Soderini, amigo de Machiavelo e gonfaloneiro de Florença, e há quatro séculos ilude os historiadores. Logo no seu início, como se depreende das cartas de La Faitada de 26 de Junho de 1501 e de 26 de Setembro de 1502, as navegações para a Índia assumiram um carácter mercantil e nelas intervieram com navios, capitais e pessoal os armadores, banqueiros e comerciantes, tanto nacionais como estrangeiros.

Vespúcio conseguiu passar por herói, favorecido pelo ambiente épico em que os cronistas envolveram a grande aventura comercial do Oriente.

A RÓTA DE LISBOA A BEZEGUICHE

AQUELA outra passagem em que Vespúcio nos descreve a viagem de Lisboa a Bezeguiche, resume rigorosamente o roteiro, já consagrado pela prática dos pilotos portugueses dos fins do século XV e princípios do século XVI. A mesma derrota—com a mesma escala na Angra dos Ruivos para pescaria,—encontramos pormenorisadamente descrita no Cap. IV do Quarto Livro do *Esmeraldo*, em que Duarte Pacheco trata «*do caminho & naveguaçam que as naaos que ouverem de ir pera a India devem fazer*».

Mas em Duarte Pacheco deparamos com a vera linguagem de um cosmógrafo e nauta experiente, para quem são familiares as distâncias, as latitudes e os rumos. ¡Que diferença entre as informações técnicas do cosmógrafo e a algaravia de Américo! Confrontem-se a descrição abreviada do diletante e a linguagem minuciosa do scientista:

... «*Partindo ha frota da excelente cidade de Lisboa donde nos Duarte Pacheco autor fomos natural & honde se costumam fazer as armadas para se navegar ha Indiana regiam devem fazer ho caminho de susuduest duzentas legoas em fim das quaes serom em vinte & oito graaos de ladeza do circolo da equinocial contra ho pollo artico honde som achadas as sete Ilhas das canarias; & ira ter*

Figura de Américo Vespúcio que, no grande mapa-mundi de Waldseemüller, de 1507 (em que aparece pela primeira vez o nome *América*) faz face à figura de Ptolomeu, reproduzida do mesmo mapa no Vol. I desta obra, pág. 46.

na ponta donde a da Ilha de forte ventura junto com ha qual com huma leguoa de terra & muito menos podem seguramente passar & daly devem hir ao sul & a quarta do suest & com quarenta & cinco leguoas de caminho hacharom angra dos Ruyvos na Terra daleem os signaees da qual temos já escrito nos vinte & tres capitolos do primeiro livro & esta angra tem em sima por conhecensa tres montes darea & tambem se aparta em ladeza da linha equinocial contra ho pollo artico vinte & cinco graaos & ha tres leguoas desta angra em mar hacharom cincoenta brasas fundo darea & aly podem fazer grande pescaria pera mantimento da jente das naaos & deste luguar correrom ha costa em busca do cabo verde como se adiante dira.

Item; partindo da angra dos Ruyvos tres leguoas em mar pelo suduoest & a quarta do sul noventa leguoas correrom toda a costa sem tocar em terra & por este caminho indo as ditas noventa leguoas serom tanto avante como ho cabo branco de que já fallamos no fim do derradeiro Item dos vinte & tres capitulos do primeiro livro & quem por esta via for sera em mar do dito cabo branco desasete atee desoyto leguoas & sendo verdadeiramente neste luguar lhe demorara o dito cabo em leste & estarom em vinte graaos & vinte minutos em ladeza da linha equinocial contra ho pollo artico sem errarem cousa alguma. Por que estes som os proprios graaos & minutos que se este cabo branco da dita equinocial haparta na dita ladeza & qualquer piloto que a tal naao mandar deve muito fazer que esta altura & graaos tome certo por que por elles sabera a verdade & escusara de cahir em erro.

Item; qualquer naao que for tanto avante como ho cabo branco no luguar & Roota que dito he daly deve fazer ho caminho ao sul & a quarta do suest cento & vinte legouoas e yram dar na ponta do cabo verde o qual esta em quatorze graaos & vinte minutos em ladeza da mesma equinocial contra ho pollo artico & aleem de se conheser já esta ladeza & graaos se conheserá pella pintura & signaes que som escritos nos vinte & oyto capitolos do primeiro livro & poderom sorgir & thomar augua & lenha na angra de beseguiche segundo nos ditos capitulos & pintura faz mensam».

A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO

DEPOIS de Bezeguiche, à narrativa falta cada vez mais a precisão descritiva. Refere Vespúcio que era sua intenção navegar para o Sul pelo mar Atlântico. Pelo modo ambíguo por que se exprime, Américo deixa supor que tinha na armada um posto dirigente ou consultivo. ¿Para onde pretendia navegar, seguindo para o Sul, se interpretarmos no sentido rigorosamente literal esta passagem da carta? A terem os navios apontado as proas francamente ao Sul, não acostariam ao Novo Mundo.

A navegação tomou o rumo sensívelmente de sudoeste quarta do sul. É vulgar nos escritos da época que a denominação Sul *(Ostro)* abranja os vários rumos do quadrante convergentes ao Pólo Antártico. Por certo, um cosmógrafo ou pilôto não se exprimiriam desta maneira para designar uma navegação para sudoeste, mas não deve exigir-se de um navegador improvisado a sapiência de um Duarte Pacheco ou a precisão técnica de um João de Lisboa.

Na carta do códice Strozzi a travessia do Atlântico é assim descrita: «*Partimono da detto capo verde... per mettersi in golfo del mare Oceano, per cercar nuove terre, e tanto navigammo per il vento tra libeccio che in 64 di arrivamo a una terra nuova*».

O texto latino da *Mundus Novus* é uma ampliação retórica desta sóbria passagem: «... *expandimus vela ventis et nostrum iter per vastissimum oceanum dirigentes versus Antarticum parumper per occidentem infleximus per ventum, qui vulturnus dicitur et a die quo recessimus a dicto promontorio duum mensium et trium dierum spacio naviganimus antequam vlla terra nobis appareret*».

As duas cartas: a da colecção Strozzi e a *Mundus Novus*, dão para a travessia o mesmo número de dias. Os dois meses e três dias da segunda, contando os 31 do mês de Julho, são os mesmos 64 da primeira. Porém, a *Lettera* (texto impresso) menciona 67. ¿Êrro do compositor? Admitamos... A discordância na indicação do rumo é menos possível de indulgente explicação. A *Lettera* diz que, a partir de Bezeguiche, os navios navegaram para Sudoeste quarta a Sul. Na *Mundus Novus* e na carta do códice Strozzi a derrota é Sudoeste: «*versus Antarticum parumper per occidentem infleximus per ventum*»...

Na medição das singraduras o êrro é considerável. As 700 léguas que a *Lettera* calcula para distância entre Bezeguiche e o Brasil são umas escassas 530 léguas.

O modo como se exprime Vespúcio, quando declara doutoralmente que nas vizinhanças da

linha eqüinocial é inverno no mês de Junho, não concorre para impô-lo ao respeito sequer dos profanos como autoridade em cosmografia. No equador, onde os dias são teóricamente iguais às noites, não há verão nem inverno. Se era inverno no mês de Junho, é porque a esquadra ultrapassara a linha. Ora, para acostar por 5º de Lat. S. na América, tendo partido de Bezeguiche, na África, por cêrca de 14º de Lat. N., é intuitivo que o forte da navegação não foi na vizinhança da linha eqüinocial.

A TERRA NOVA

NO dia 17 de Agosto prouve a Deus mostrar aos nautas uma terra nova. Para ver se a terra era habitada lançaram ao mar os esquifes... Se fôra certo que na viagem anterior Vespúcio tivesse navegado naquelas paragens, êle saberia que a terra era habitada, e nem ela seria *nova* para êle.

Mais tarde, o sobrinho de Vespúcio pretenderá que seu tio foi duas vezes ao Cabo de S.to Agostinho. Mas se Vespúcio tivesse reconhecido no litoral anterior a êste Cabo terras já avistadas na viagem que fizera com Hojeda em 1499-1500—e já se demonstrou no capítulo IV que tal não podia ter sucedido,—indubitávelmente teria registado na *Lettera* e na *Mundus Novus* essa circunstância, pois não era seu costume deixar a fama por mãos alheias. *Terra nova* não é uma terra onde já se esteve e a *Mundus Novus* constitui objecção terminante à casuística engenhosa dos apologistas incondicionais de Vespúcio: «... *placuit Altissimo nobis coram mostrare continentem et novas regiones ignotum que mundum*»...

¿Em que ponto da costa brasileira ficava êste primeiro surgidouro? Humboldt calculou que, a ser exacta a latitude designada por Vespúcio, o primeiro ancoradouro da frota ficaria a umas oito léguas a oeste dos recifes de S. Roque. Cândido Mendes de Almeida, na Memória sôbre o bacharel de Cananéa, localiza-o nos limites dos actuais Estados da Parahyba e do Rio Grande do Norte, entre as baías Formosa e da Traição. Aceitando como verídica a latitude fornecida, êsse fundeadouro seria nas proximidades do Cabo de S. Roque (5º 7′ S.) e pretendeu-se atribuír a paternidade desta denominação à frota de 1501. Graves objecções se opoem à hipótese de Varnhagen, aceite pela maioria dos historiadores.

As distâncias não conferem. Entre a arribada inicial e S.to Agostinho não há mais de umas 90 léguas e Vespúcio conta 150. S. Roque, em latitude pouco superior a 5º, é festejado a 16 de Agosto e Vespúcio designa o dia 17 como o da chegada ao ancoradouro, na latitude de 5º, onde o *Esmeraldo* regista Santa Maria da Arrábida. No mapa de Cantino os indícios de uma viagem de exploração do litoral começam no Cabo de S. Jorge (supostamente 1.ª denominação do Cabo de S.to Agostinho). No de Canerio, um Cabo nas mesmas paragens aparece baptizado com o nome de Santa Cruz. Não há vestígio da nomenclatura de Vespúcio nos dois primeiros documentos cartográficos conhecidos do século XVI.

A tríplice nomenclatura do hipotético Cabo de S.to Agostinho assinala três viagens, pelo menos, entre 1500 e 1505. A 1.ª poderia ser a de retôrno de Gaspar de Lemos; a 2.ª refere-se à frota de João da Nova; a 3.ª à mencionada por La Faitada na carta a Pasqualigo, como tendo entrado no Tejo a 22 de Julho de 1502, de volta da Terra dos Papagaios (142) e que identificamos com a de Vespúcio. Entretanto, já no mapa de Canerio figura o Cabo de S. Roque, na latitude aproximadamente de 5º S., que precede, como extrêmo setentrional da costa explorada, os pontos denominados S.ta Maria de Gracia (da Graça), monte de S. Vicente e S.ta Maria da Arrábida.

No *Esmeraldo*, o nome de S. Roque é dado a uma angra situada por 3º 3′ de Lat. S., e a latitude de 5º é atribuída a S.ta Maria da Arrábida.

Por muito tempo se imaginou que os planisférios de Cantino e Canerio constituíam a contraprova das asserções de Vespúcio. O exame mais atento dos documentos mostra-nos, porém, que o mapa

(142) Infelizmente, não é conhecida a carta de La Faitada senão pelo resumo que dela comunicou para Veneza o embaixador Pasqualigo. A comunicação de Pasqualigo está assim sumariada no Diário de Sanuto: .... «*per un'altra letera, pur di 12 [Octubrio], scrive esso orator aver auto letere di Lisbona, di Zuan Francesco Ascaitato, cremonese, di X septembrio. Avisa, le 4 nave, si aspectava de India, non erano zonte, e mexi 18 partino; e le caravele, mandate l'anno passà a scoprir la terra di Papagà o ver di Santa †, a dì 22 luio erano ritornate; e il capetanio referiva di aver scoperto più di 2500 mia di costa nova, né mai aver trovato fin de ditta costa. Et dite charavelle é venute carge di verzi et di cassia, né altre specie hanno portato* etc....» ¿Que outras preciosas informações transmitiria a carta, capazes de esclarecer os enígmas que hoje desafiam a sagacidade dos historiadores?

Na *Lettera*, Vespúcio diz ter navegado 150 léguas desde o 1.º até ao 2.º fundeadouro, e mais 750 léguas à última escala no litoral do Brasil. Dando à légua as 4 milhas romanas habituais, temos que Vespúcio teria percorrido 3.600 milhas de costa, ou sejam mais 1.100 das declaradas pelo capitão da armada a La Faitada.

de Canerio regista o resultado de várias explorações, tanto eventuais como propositais, do litoral, desde Cabral e Gaspar de Lemos até outras armadas posteriores àquela em que viajou Vespúcio em 1501. No primeiro lustro do século XVI houve uma seqüência de navegações oficiais e comerciais que revelaram a costa do Brasil desde os 3º 3′ até os 24º, aproximadamente, de latitude S. Na carta de 1505 ao rei de Castela, conhecida da versão italiana impressa em Roma, D. Manuel dá como regressado ao reino um dos degredados abandonados por Cabral em Vera Cruz. ¿Qual a frota que o reconduziu? Vespúcio não indica a escala de Pôrto Seguro em nenhuma das suas duas viagens ao Brasil, e esta circunstância autorizaria a pensar que uma outra armada, voltando à baía Cabrália, lá recolheu o hóspede dos tupiniquins.

VESPÚCIO DESCOBRIDOR DA AMÉRICA — Composição alegórica de Stradanus (1580)

Perante o laconismo exasperador de Vespúcio torna-se impossível identificar de modo concludente o Cabo a que êle chamou de S.to Agostinho. ¿Seria o Cabo Branco, a 7º 12′ de Lat. S.? Esta hipótese concorreria para explicar como a esquadra, partindo no dia 24 do primeiro ancoradouro, pôde passar, fazendo escalas, à vista do referido Cabo no dia 28, pois é impossível atribuír-lhe velocidade capaz de vencer em quatro dias a distância entre 5º e 8º 20′. Ou a armada não se demorou sete dias na escala anterior ou gastou menos de 67 dias na travessia do Atlântico. O tempo consignado na carta da colecção Strozzi (64 dias) melhor se harmoniza com o facto cronológico da passagem pelo Cabo de S.to Agostinho em 28 de Agosto.

¡Quão longe estamos da clara precisão de Caminha e do pilôto anónimo ao enfrentarmos os textos contraditórios, tendenciosos ou deplorávelmente deficientes do mercador florentino, engrandecido com os títulos exorbitantes de cosmógrafo emérito e de descobridor do Brasil!

A distância que na *Lettera* é calculada em 150 léguas, entre o primeiro fundeadouro e o Cabo de S.to Agostinho, aparece na *Mundus Novus* como sendo de 300. Se fôsse verdade, a primeira terra a que acostara a armada teria sido a costa do Pará, a pouco mais de 1º de Lat. S.

Aires do Casal, ajudado pelos conhecimentos que possuía do litoral brasileiro, analisou esta passagem com a argúcia habitual. Nos meses em que a armada navegou, arrastando as correntes para o Noroeste, seria impossível arribarem à costa oriental os navios que, desaferrando de Cabo Verde, navegassem sempre ao Sudoeste quarta do Sul, andando o Sol ao Norte da Eqüinocial. As correntes levariam os navios para a costa do Norte e isso mesmo, presume Aires do Casal, é o que aconteceu à

armada, se arribaram a 150 léguas do Cabo de S.to Agostinho. Só assim a costa lhe correria a Lessueste na maior parte do percurso, mas estaria errada a latitude, pois na mencionada distância a costa devia ser a do Ceará, a 3º e um terço: aproximadamente a registada no *Esmeraldo* para a Angra de S. Roque. Esta concordância parece demonstrar que as condições consideradas por Aires do Casal se deram com outra armada, se não mesmo com esta em que Vespúcio diz ter viajado.

Do segundo pôrto de escala, de onde os navios seguiram depois sempre pelo susudoeste, à vista de terra, só nos dá Vespúcio a indicação vaga de naquelas paragens haver canafístula em abundância e ser a gente mais tratável.

¿Que ponto da costa foi êste em que surgiu a esquadra? Cândido Mendes procurou deduzir a sua situação geográfica das sucintas referências de Vespúcio. A canafístula cresce e floresce com pujança nas regiões banhadas pelo rio S. Francisco e suas imediações, no território de Sergipe e de Alagôas. Habitando os Tupinambás, tribu menos feroz que os Cahetés, o território de Sergipe, deveria ser já em terras dêste Estado o desembarque... A dificuldade da abordagem nas margens do S. Francisco e a circunstância de não se referir Vespúcio a curso fluvial tam imponente, induziram o historiador a conjecturar que o segundo desembarque se efectuou nas cercanias da foz do actual Vasabarris, que na cartografia quinhentista é denominado Canafístula ou Cassia.

A contar dêsse hipotético pôrto de escala, a carta nada mais nos informa sôbre o litoral do Novo Mundo. ¡Eis-nos, de súbito, em 32º de Lat. S.!

Se o mapa de Canerio registasse apenas os resultados desta viagem de 1501-1502 ao Brasil (o que visívelmente se não dá pela falta de seqüência cronológica da nomenclatura), teria sido no *Rio de Cananor* a última escala da esquadra. Realmente, nas proximidades do actual porto de Cananéa dão-se as condições de visão celeste da narrativa de Vespúcio. A Ursa Menor desapareceu e a Ursa Maior avista-se pouco acima da linha do horizonte visual. Cândido Mendes de Almeida ([143]) examina esta passagem da carta de Vespúcio e reconhece dificuldades em identificar *Cananor* com *Cananéa* pela falta de coíncidência das coordenadas geográficas. O P.e Hafkemeyer, no estudo sôbre *As principaes representações cartographicas da costa brasileira nos primeiros tres lustros depois da sua descoberta,* adverte judiciosamente que, fazendo a correcção devida das latitudes no mapa de Canerio, se encontra a posição de *Cananéa,* correspondente ao local em que Vespúcio diz ter já perdido de vista a Ursa Menor (que em 1501 desaparecia por 16º 85′ de Lat. S.) e avistar no extrêmo do horizonte a Ursa Maior, que ainda se contemplava acima das águas em 25º 53′. A interpretação desta passagem da carta de Vespúcio tem sido estudada desde Humboldt, no *Examen Critique,* até aos nossos dias. A correcção a que se refere o P.e Hafkemeyer é resultante do desvio da eqüinocial, que Canerio avançou demasiado para o Norte. Ela persuade à identificação da actual Cananéa com a quinhentista Cananor, mas não resolve o problema apresentado na carta de Vespúcio. A não ser que a cronologia da carta continue errada, o nome de Cananéa não podia ser imposto por esta armada, atendendo a que o dia da leitura da parte do evangelho de S. Mateus dedicada à Senhora de Cananéa recaíu no ano de 1502 a 17 de Fevereiro: dois dias depois da esquadra se meter ao mar ([144]). O P.e Hafkemeyer sugere que o nome de Cananor representa uma sugestão indiana. Todavia as informações da Índia que possuía a tripulação da frota de 1501 provinham apenas dos navios de Cabral encontrados em Bezeguiche, e que depois do bombardeamento vingador de Calecut tinham demandado o pôrto hospitaleiro de Cananor.

Cananéa está a 25º35′ S., pouco além do trópico de Capricórnio, e Vespúcio designa para a última escala 32º. Um êrro de cálculo de 6º não póde admitir-se com pilotos portugueses dessa época. Mas se considerarmos que Vespúcio só nos descreve a natureza inter-tropical e que o seu descritivo não se adapta às regiões mais meridionais do Brasil, é intuitivo concluír-se que de modo algum ultrapassou o 26º de Lat. S. No cap. IX dedicado ao exame do planisfério de Cantino, êste problema será minuciosamente esclarecido.

Desta última escala, com Vespúcio já investido no comando, a aventurosa frota abandona a terra, onde só há folhagens e flores, e investe com o Atlântico. ¿Para onde ia? ¿Que esperança a guiava? ¿Que ignotas razões a levavam com a róta de Sueste? Preguntas são estas para as quais debalde se procura resposta convincente. O historiador chileno, Toríbio Medina, assim comenta a enigmática informação da *Lettera* no seu recente e monumental trabalho sôbre Fernão de Magalhães: «*Sin que se*

([143]) Na segunda das suas *Notas para a Historia Patria,* lida em sessão de 7 de Julho de 1876 no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, com os títulos: *Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa?*

([144]) *Raccolta Colombiana,* Parte V, Vol. II, pág. 123.

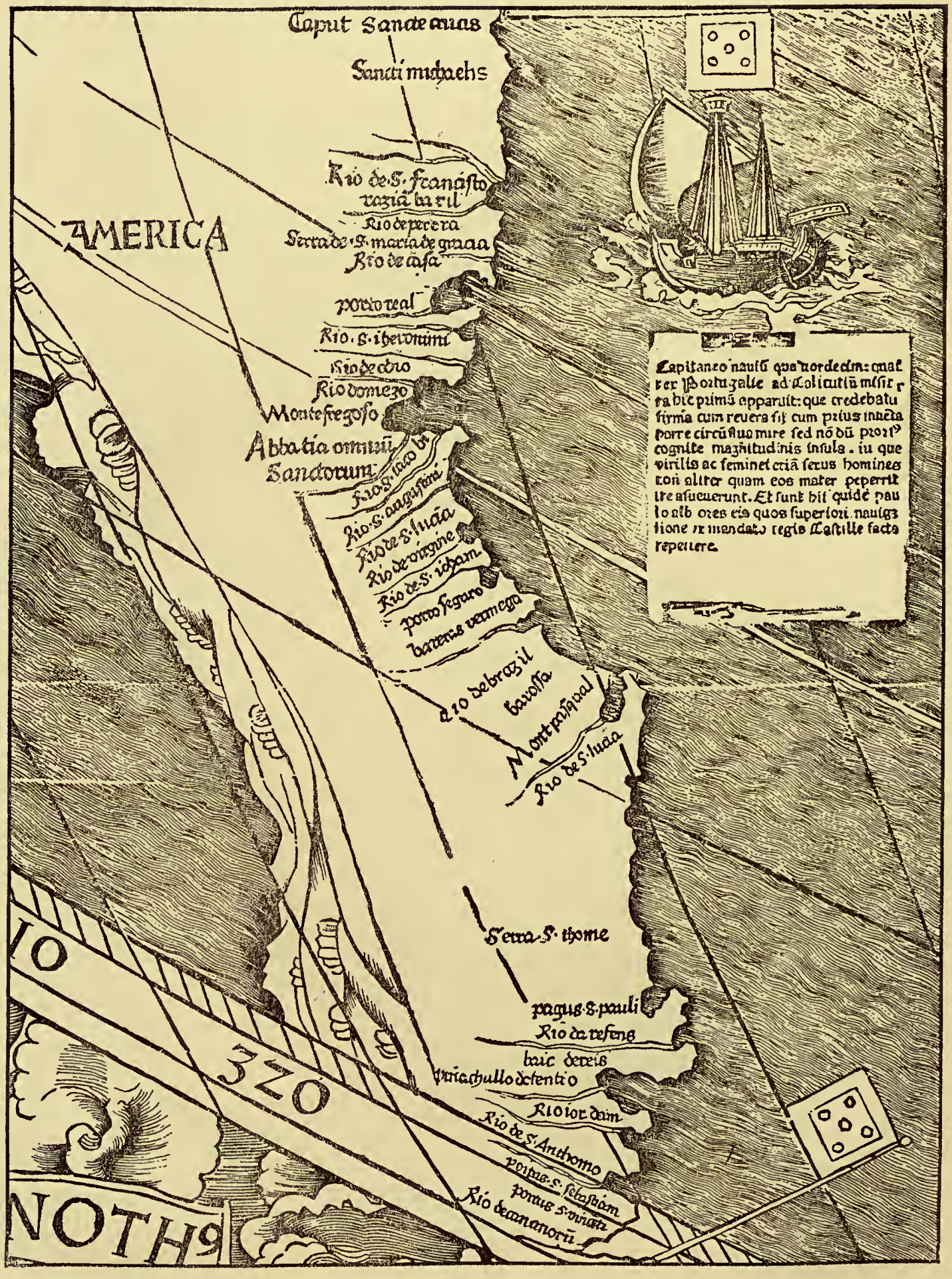
tenga el menor antecedente acerca del móvil que guiara al jefe de la esquadrilla, se habria ésta hecho a alto mar en direccion al sud-este.....» (a pág. XLIII de *El Descubrimiento del Océano Pacifico, Fernando de Magallannes.* Santiago, 1920). Humboldt, examinando esta passagem controversa, que traduz, «*nous partimes vers le sud-est*», assim justifica a sua autorizada interpretação: «*Comminciamo nostra navigazione per el vento silocco*» ou «*per serocum ventum*» *n'est pas très exacte. On a confondu le vent avec le* «*rombo di vento*» (145).

Luigi Hughes, na monografia sôbre Vespúcio, inserta na *Raccolta Colombina* (Parte V, vol. II), interpreta semelhantemente a Humboldt o texto da *Lettera:* «*per procedere di là in alto mare nella direzione generale di sud-est*».

Se pudessemos admitir sem scepticismo que Vespúcio levou a armada até os 52º de Lat. S teriamos de deplorar que, devido à incompetência do improvisado comandante, os portugueses deixassem talvez de descobrir em 1502 a passagem para o Pacífico. Se a navegação tivesse prosseguido ao longo do litoral, a inclinação progressiva da terra para ocidente faria crer, por analogia com a costa africana, a aproximação do finisterra do novo continente.

O exagêro manifesto desta latitude tem a confirmá-lo a referência ao desaparecimento das duas Ursas. Pelo que respeita à Menor, a esquadra perdera-a completamente de vista antes de atingir 17º de Lat. S. Quanto à Maior, já por 32º parte da constelação havia desaparecido. Southey, na *History of Brazil,* admite que a armada portuguesa em que viajava Vespúcio tenha atingido os 52º. Como judiciosamente adverte Toríbio Medina no seu recente trabalho sôbre Fernão de Magalhães (op. cit. a pág. XLIII, Nota), uma simples observação basta para acabar de destruír a pouca confiança que inspira a pretenção de Vespúcio: o silêncio que sôbre êste particular guardaram os escritores portugueses e espanhois. As menções que se encontram nas legendas cartográficas a essa longínqua latitude originam-se tôdas na *Lettera.* António de Brito declarava em 1523 que os navios de Portugal não haviam explorado o litoral além do Rio da Prata: «*até este rio tem descoberto hos navios de Vossa Alteza*» *(Alguns documentos da Tôrre do Tombo,* a pág. 464). No mapa de Cantino (1502) o litoral prolonga-se até o 28º de Lat. S., aproximadamente, mas o recorte da costa é visívelmente convencional depois do Cabo de Santa Marta (¿S. Tomé? ¿Cabo Frio?). No de Nicoláu Canerio (¿1505?) a linha litorânea prolonga-se mais uns 10º ao Sul de Santa Marta, tendo como último limite o Rio Cananor. No planisfério da *Cosmographiae Introductio* (1507), a costa ultrapassa os 40º sem denominação alguma além de Cananor, vendo-se que houve o propósito de conciliar o mapa com o texto da *Lettera.* O continente é rematado a cêrca de 50º de Lat. S. com uma configuração por acaso aproximada da realidade. No Ptolomeu de 1508, a legenda do rio Cananor é acrescentada com esta nota visívelmente inspirada em Vespúcio: «*Naute lusitani partem hanc terre huius observaruunt et usque ad elevationem Poli Antartici 50 gradum pervenerunt, nomdum tamen ad eius finem austrium.* O monge italiano Marco Benenventano, comentando esta legenda, acrescenta que a terra de Santa Cruz se prolonga até os 37º de Lat. S., se bem que alguns nautas digam ter navegado até os 50º, parte essa que êle não achava descrita.... No globo denominado de Lenox (¿1510?) a costa vai até os 40º, como no mapa de Leonardo de Vinci, em que o continente aparece separado de outras terras austrais por grande extensão de mar, medindo aproximadamente 30º. Finalmente, no globo de Schöner, construído na parte relativa à América austral com as informações deduzidas da narrativa de um tripulante alemão da flotilha portuguesa que em 1514 explorou o estuário do Prata, a nomenclatura da costa oriental da América do Sul é bastante parca. O litoral prolonga-se até a uns 48º, seguindo-se um estreito que o separa da imensa ilha que ostenta a legenda *Brasilie Regio.* Na *Lucullentissima quaedam terrae totius descripcio,* publicada em 1515 e destinada a descrever o seu globo terrestre, Johannes Schöner transcreve passagens da *Newen Zeytung ausz Presillg Landt,* em cujo descritivo parece fóra de dúvida ter-se inspirado. Quanto ao mapa português publicado no atlas de Kunstmann e que se presume datar de 1517, é nêle que

(145) *Examen Critique,* Vol. V, pág. 20.



A nomenclatura do litoral brasileiro; reproduzida em iguais dimensões do mapa-mundi de Waldseemüller, de 1507, onde pela primeira vez aparece o nome de AMÉRICA dado à parte austral do continente. (*The oldeste map with the name America of the Year 1507 . . . . by M. Waldseemüller*, edited by Prof. Fischer and Prof. Wieser).

surge pela primeira vez nos documentos cartográficos chegados até nós o Cabo de Santa Maria na bôca do estuário do Prata (146).

O exagêro de Vespúcio tem a sua prova concludente na lista das latitudes do *Esmeraldo*. A latitude mais meridional que ali se encontra é a da ilha de Santo Amaro, em 28º 30'.

A América e a Ásia do globo de Johannes Schöner. Reprodução simplificada e reduzida.

(146) Segundo Gaspar Corrêa, *Lendas*, II, 628, o cabo de Santa Maria foi descoberto em 1514 por João de Lisboa. Seria êle então o grande pilôto da esquadrilha de dois navios, armados por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, que descobrira e explorara nesse ano o Rio da Prata.

AIRES DO CASAL, na Introdução à *Corographia Brasilica* (onde inaugurou com penetração admirável a análise dos textos de Vespúcio, opondo à suposta veracidade dessas narrações argumentos tam sagazes que muitos dêles ainda hoje desafiam a dialéctica dos intérpretes ortodoxos dos documentos vespucianos), é o primeiro dos modernos historiadores que examinaram o problema dos comandos. Sem se pronunciar convictamente, pois para tanto lhe faltavam os textos decisivos em que apoiar-se, Aires do Casal conjectura que o comandante da esquadra de 1501 deva ter sido Gonçalo Coelho: idoso cavaleiro, que já D. João II encarregara de grandes missões.

QUEM COMANDOU A ESQUADRA DE 1501?

Não ignorava o douto Aires do Casal a passagem de Damião de Góis na Parte 1.ª, Cap. LXV, da *Chronica de D. Manoel*—repetida por Osório no *De Rebus Emmanuelis*,—na qual o cronista-mór refere com oficial autoridade que no ano de 1503 o rei mandara Gonçalo Coelho com seis velas à Terra de Santa Cruz, de onde o capitão da armada regressara com dois navios ao reino, por terem sossobrado os quatro restantes. ¿Quais os motivos que induziram o erudito eclesiástico a repudiar o testemunho de Damião de Góis, considerando a Gonçalo Coelho como capitão da frota de 1501 e atribuíndo a Cristóvão Jacques a capitania da armada de 1503?

Tais motivos não são suficientemente explicados pelo historiador-geógrafo, mas a singular coïncidência da data da partida do Tejo (10 de Maio) e de serem também 2 os navios que regressaram a Lisboa de explorar a costa de Santa Cruz, em 1502, acrescida da desconfiança com que o autor da *Corographia Brasilica* encarava as narrativas do florentino, terá contribuído para essa conclusão imprevista.

Será necessário percorrer as notícias anteriormente publicadas sôbre a expedição enigmática de 1501, confundida freqüentemente com a de 1503 ou quaisquer outras dos mesmos ou de outros anos próximos, para nos orientarmos àcêrca da associação de ideias que guiaram a inteligência prescrutadora de Aires do Casal.

Nem Vespúcio, nem Cretico na relação do pilôto anónimo, nem Galvão no *Tratado*, nomeiam o comandante da misteriosa armada: o primeiro por sistema de não revelar os nomes dos seus capitães; o segundo, talvez por não considerá-lo de suficiente importância; o terceiro, por ignorá-lo, pois se cingia à referência omissa de Vespúcio.

Na carta de 10 de Setembro de 1502 ao embaixador Pasqualigo, em que lhe participa a chegada a 22 de Julho dos navios que voltavam da Terra dos Papagaios, La Faitada não menciona também o nome do capitão,—pelo menos no fragmento que dela se conhece. Essas primeiras expedições ao Brasil não deixaram vestígios fidedignos fóra da cartografia. Da pretenção de fazer concordar os documentos cartográficos dos primeiros anos do século XVI com as narrativas de Vespúcio, se originaram grandes êrros perturbadores. Foi essa preocupação de justapôr a fantasia à realidade que arbitrou ao mapa de Canerio a data de 1502, conquanto não exista outra convincente razão para essa conjectura senão a geral credulidade de que o cálamo do cartógrafo consignou nesse mapa a derrota da armada em que viajou o sapiente Vespúcio—e já evidenciámos que a narrativa do florentino é por tal modo insuficiente e fantasista que não parece possível tirar conclusões seguras do seu exame imparcial.

Os documentos cartográficos revelam uma série de expedições oficiais e particulares ao Brasil realisadas no primeiro lustro do século XVI, de difícil destrinça, e que serão examinadas no Cap. IX desta obra com resultados inéditos. A preocupação de reduzir essa série de expedições às duas únicas descritas por Vespúcio, quando nas iniciais explorações do litoral intervieram, pelo menos, Gaspar de Lemos na viagem de regresso de Vera Cruz; João da Nova na ida para a Índia, comandando a 3.ª armada (1501), e Fernão de Loronha, descobridor da ilha Quaresma, determinou a confusão em que se encontra actualmente o problema e que o presente trabalho se esforçará por esclarecer, denunciando êrros que grangearam títulos de factos apurados e oferecendo à crítica histórica novas e mais verosímeis conjecturas, suscitadas pela análise dos monumentos cartográficos, mais dignos de fé que as narrativas do florentino.

Parece-nos evidente que Vespúcio embarcou na armada de 1501 na mesma qualidade em que embarcara na armada de Hojeda ([147]) e possívelmente a convite dos mercadores seus compatriotas, que o chamaram de Sevilha. A carência quási total de referências, quer nos textos impressos, quer nos

([147]) «*Hoy está probado concluyentemente que no se debe a Vespucci ni el descubrimiento de um peñón del continente que lleva injustamente su nombre. Nunca figuró como jefe; y en lo que la expedición La Cosa e Ojeda se refiere, no es mencionado su nombre por dos testigos que tomaron parte en ella, cuando sabemos hasta los de los mozos o criados, que llevó el capitán de la flota*». Segundo de Ispizúa, *Las Vascos en América*, vol. IV, pág. 148.

manuscritos, ao ciclo de viagens iniciais, tornou possível o ascendente de Vespúcio nesta página obscura dos descobrimentos do litoral da América do Sul.

De Aires do Casal não eram ignorados nenhuns dos textos impressos em que há referências às primeiras expedições, desde Gabriel Soares de Sousa *(Tratado descriptivo do Brasil)* até Frei Gaspar da Madre de Deus *(Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente)*. O primeiro historiador do Brasil, Pero de Magalhães Gandavo, nada nos diz de útil àcêrca dêstes primeiros navegadores dos litorais brasileiros. Perdidos até hoje os manuscritos da *Provincia de Santa Cruz*, de João de Barros; da *America Portuguesa*, de Manuel de Faria; do *Roteiro da Costa do Brasil*, de Diogo de Castro; sumidos os relatórios dos capitães das armadas; desconhecido o destino que levaram as pesadas arcas atochadas de documentos, que correu terem sido transportadas da Tôrre do Tombo para Castela no reinado de Filipe II,—Vespúcio reina, solitário e glorioso, nos domínios dêste período histórico.

Gabriel Soares de Sousa, em 1587, parece desconhecer a expedição de 1501, ou confunde-a com a de 1503. É êle o mais antigo dos depoentes neste processo, depois de Damião de Góis. Aires do Casal prestou-lhe, por isso mesmo, especial atenção. Ora, o autor do *Tratado descriptivo*, citando a expedição de Gonçalo Coelho, diz que ela foi composta de três navios ([148]): precisamente o número de velas da flotilha de 1501. Dêste facto deduz Aires do Casal que Gonçalo foi, realmente, o seu comandante ([149]). Esta sanção abrange a versão de Gabriel Soares sôbre a segunda expedição, que o *Tratado* informa haver sido capitaneada por Cristóvão Jacques, o qual só anos depois navegou nos mares americanos.

Pedro de Mariz, nos *Dialogos de Varia Historia*, consigna apenas a armada de seis navios, sob o comando de Gonçalo Coelho, no que está de acôrdo com Damião de Góis.

Jaboatão, no *Novo Orbe Serafico*, e o padre Simão de Vasconcelos, na *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* ([150]), entregaram discricionáriamente a Vespúcio a vara do comando da expedição de 1501 e reconheceram em Gonçalo Coelho o capitão da armada trágica de 1503—mas invertem os itinerários, atribuíndo à segunda frota exploração mais extensa que à de 1501: versão que melhor se ajusta à prova cartográfica do planisfério de Cantino.

Foi d'Avezac o primeiro historiador que lançou a candidatura de D. Nuno Manuel ao comando da expedição de 1501 ([151]). ¿Porque D. Nuno Manuel? O filho de D. João, Bispo da Guarda, e de Justa Rodrigues, irmão de leite do rei D. Manuel e irmão consanguíneo de D. João Manuel, camareiro-mór do soberano, exercia na côrte os altos cargos de guarda-mór e almotacé-mór. Uma personagem desta proeminência não comandaria uma expedição sem que a memória dela ficasse celebrada, nem se atreveria a petulância de Vespúcio a referir-se ao valido do monarca, se fôra êle o seu comandante, em têrmos que pudessem parecer de menos respeito. Com D. Nuno Manuel no comando, a scena canibalesca de 24 de Agosto teria sido provávelmente vingada. Só o imperfeito conhecimento dos homens e da época explica a indicação do irmão colaço do soberano para comandante de expedição em que tam pouco podia luzir um cavaleiro daquela gerarquia, quando não faltavam outros palcos, na África e na Ásia, onde a nobreza melhor pudesse ornar os nobiliários com novas proezas.

D. Nuno Manuel cooperou na epopeia marítima armando navios por sua conta, como D. Álvaro de Bragança, Fernão de Loronha, o conde de Pôrto Alegre (D. Diogo da Silva de Menezes) e Fernão Lourenço, feitor da Casa da Mina, «*hum dos magnificos homẽs daquelle tempo*» no dizer de Damião de Góis, e cuja opulência se infere de ter sido êle o edificador dos paços de Santos o velho,

o···o···o···o···o···o···o···o

([148]) «*A estas partes foi depois mandado por S. A. Gonçalo Coelho com tres caravellas de armada, para que descobrisse esta costa, com as quaes andou por ella muitos meses buscando-lhe os portos e rios, em muitos dos quaes entrou, e assentou marcos dos quaes para este descobrimento levara; no que passou grandes trabalhos pela pouca experiencia e informação que se até então tinha de como a costa corria, e do curso dos ventos com que se navegava...*» Cap. I do *Roteiro Geral*, a pág. 4 da 2.ª edição de 1879 do *Tratado Descriptivo do Brasil* (1587).

([149]) «*Sendo Gonçalo Coelho o Almirante da primeira esquadra espedida a continuar o Descobrimento de Pedralvez; e indubitavel que a primeira Armada, que sahiu de Lisboa com este intuito, foi a de tres caravellas em quinhentos e um, segue-se ter elle sido o seu Commandante, e não o das seis, que sahiram em quinhentos e tres*». **Corografia Brasilica.** Introdução, a pág. 44, nota.

([150]) *Novo Orbe Serafico Brasilico*, ou *Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*, por frei António de Santa Maria Jaboatão, Estância II, pág. 6 da 2.ª edição de 1858. Rio de Janeiro.

Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, pelo padre Simão de Vasconcelos. Introdução do Livro Primeiro, pág. 14 e seg. da 2.ª edição de 1867. Rio de Janeiro.

([151]) *Considerations sur l'histoire géographique du Brésil*, a págs. 17, 81, 174 e seg.

que D. Manuel lhe adquiriu. Mas de nenhum dêstes, à excepção, talvez, de Fernão de Loronha, consta que tenha navegado, a exemplo do que fizera Gaspar Côrte-Real e seu irmão Miguel, heróis e vítimas da exploração da América setentrional.

O único documento que autorisou Varnhagen ([152]), na esteira de d'Avezac, a apresentar D. Nuno Manuel como comandante da armada de 1501, foi a carta do embaixador de D. João III, Álvaro Mendes de Vasconcelos, datada de 14 de Dezembro de 1531 e escrita de Medina del Campo, em que o diplomata evoca o descobrimento do Rio da Prata por uma frota de D. Nuno Manuel: possívelmente a que, em 1514, levando por pilôto a João de Lisboa, descobriu o Cabo de Santa Maria e entrou no estuário do Prata, antes do português João Dias de Solis.

Cândido Mendes, acreditando-se em Gaspar Corrêa, aventou que o capitão-mór tivesse sido André Gonçalves, que as *Lendas da India* apontam como o comandante (¿ou o pilôto?) da naveta dos mantimentos, enviada de Vera Cruz a Lisboa com a nova do descobrimento. ¿Não declarava Corrêa que logo o rei armara navios e com êles expedira André Gonçalves a prosseguir no descobrimento?

A hipótese sustentada por Cândido Mendes em 1875 ([153]) foi desenvolvida em 1888 por Capistrano de Abreu com novos argumentos e pelo mesmo historiador repudiada em 1918 num dos eruditos comentários apensos à edição crítica da *Historia do Brasil* de frei Vicente do Salvador ([154]), e Vespúcio continuou, como a esfinge, a desafiar a argúcia dos transeuntes da História.

Às soluções dêste problema se vão abrir novas perspectivas no exame crítico do mapa de Cantino, que reduzirá Vespúcio às suas devidas proporções, apresentando-o como provável contratado dos Marchiones, seus compatriotas; viajando em 1501 num navio que possívelmente seria propriedade dos opulentos armadores florentinos, que nesse mesmo ano mandaram à Índia um navio encorporado à flotilha de João da Nova, alcaide-mór de Lisboa.

ANÁLISE que empreendemos dos documentos epistolares atribuídos a Vespúcio, subordinada a um critério que nos parece obedecer mais imparcial e rigorosamente à verdade histórica, e que será desenvolvida no capítulo IX, destitui o navegador florentino da eminência em que o colocaram Varnhagen e os prosélitos da sua doutrina, restabelecendo em parte o anterior conceito em que, durante dois séculos, Américo Vespúcio, foi tido pelos cronistas e historiadores de Espanha ([155]). CONCLUSÃO

A Vespúcio não póde ser atribuída a glória da prioridade na concepção do novo continente. Quando muito, êle foi o arauto dessa concepção portuguesa, cuja prioridade se encontra sólidamente estabelecida em documentos epistolares e cartográficos.

Tam pouco póde atribuír-se a Vespúcio a revelação geográfica do Brasil, de que as suas cartas nos fornecem apenas, pelo que respeita à mais importante das suas viagens, a latitude de um Cabo e um

([152]) *Nouvelles Recherches*, pág. 8 e seg. *Historia Geral do Brasil* a pág. 128 da 3.ª edição.
Anteriormente, Varnhagen manifestara-se por Fernão de Loronha, nome que só agora ressurge na história do Brasil como candidato à glória de haver comandado a expedição de 1501. Associado aos cristãos-novos, encorporador, como se diria hoje, da sociedade fundada para explorar o comércio de Santa Cruz, émulo e sócio dos Marchiones, vêmol-o armar navios nas expedições do Brasil e da Índia, deixando o nome perpetuado na ilha de que foi o donatário.

([153]) *Notas sobre a historia patria. Quem levou a noticia da descoberta do Brasil?* Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Vol. 39, parte II, pág. 5 e seg.

([154]) «Segundo Gaspar Corrêa, nas *Lendas da India*, a notícia do descobrimento do Brasil foi levada ao reino por André Gonçalves, mestre do navio de Vasco da Gama; mas o mestre do *S. Gabriel* foi Gonçalo Álvares, e contra o testemunho de Gaspar Corrêa, Huemmerich contem argumentos a que não resistem a Memória de Candido Mendes como o opúsculo do autor sôbre a armada de D. Nuno Manoel». Cf. Franz Hümmerich, *Quellen und Untersüchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach der portugiesichen Indien*, 1505/6, a pág. 95.

([155]) O historiador espanhol Segundo de Ispizúa fundando-se em documentos inéditos publicados pela casa de Alba (*Autógrafos de Cristobal Colón y papeles de America*), sustenta com copiosos argumentos que o texto das 2.ª e 3.ª Navegações de Vespúcio são um tecido de falsidades, e que, não só êle desdobrou em duas a viagem de 1499 com Hojeda, como a adulterou por completo para se arrogar a prioridade sôbre Colombo do descobrimento da terra firme. Segundo os depoimentos de dois dos tripulantes da flotilha de Hojeda, um Juan Velasquez, de Sevilha, e o cirurgião Alonso, ouvidos em Santo Domingo (Haïti) num inquérito ordenado por Colombo, partira Hojeda de Cadiz aos 18 de Maio de 1499, costeando a África, aportando a diversas ilhas das Canárias, da última das quais, a Gomara, fizera vela com dois navios para o Novo Mundo. Estas declarações parecem provar que a carta de Vespúcio, de 18 de Julho de 1500, considerada apócrifa, é a relação da única viagem que Vespúcio fêz em navios espanhois. Esta investigação do historiador espanhol abre novos horizontes à crítica da correspondência vespuciana. Veja-se a obra citada na nota 147, *Los Vascos en America*, Vol. IV, Cap. VIII.

quadro exíguo da natureza tropical, que pouco difere dos panoramas americanos descortinados no outro hemisfério pelos nautas espanhois do ciclo colombino. O que fica do renome de Vespúcio é a sua glória fortuita de padroeiro de um continente que devera antes chamar-se Colombia, e o talento de um narrador pitoresco, antepassado de Fernão Mendes Pinto, a quem cabe o mérito de haver inaugurado em fórma epistolar o género literário das narrativas de viagens.

A sua cultura não passa de um resumo da cosmografia ao alcance de todos os nautas do seu tempo, e a que êle imprimiu com fantasia italiana e pretenção ambiciosa uma compostura simultâneamente romanesca e doutoral. Êle soube dramatizar as viagens que realizou, compôr uma Odisseia, e pela complacência imprevista de uma caprichosa Fortuna, ingressou na galeria dos heróis e imiscuiu-se na dos sábios reveladores da esfera, a par de Colombo, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães, lado a lado com Toscanelli, Zacuto, Duarte Pacheco e Pedro Nunes.

Atentando na vida e feitos de Vespúcio poderia concluír-se que a sua glória é a conseqüência de duas amizadas: a do antigo patrão Lourenço de Médicis e a do antigo condiscípulo Soderini. Corresponder-se com um Médicis era ter o caminho aberto para a celebridade.

Se tivesse narrado as remotas viagens a um amigo obscuro, ninguém provávelmente se ocuparia hoje de Vespúcio. As suas cartas não teriam sido conhecidas fóra de um pequeno círculo. O tempo as haveria desbotado, disperso e destruído. Lourenço de Médicis era, porém, o chefe de uma das casas bancárias e comerciais mais opulentas e relacionadas da Europa, parente de príncipes e de pontífices. Vespúcio teve o que hoje se chama *uma boa imprensa*. Eis o segrêdo da sua celebridade. ¿Quantos aventureiros e sonhadores de igual categoria não teriam viajado heróicamente como êle, nas esquadras reveladoras dos novos mundos? Mas êsses anónimos heróis não conheciam um Médicis a quem narrar com ênfase as aventuras. Negociante pouco afortunado, Vespúcio foi o mais feliz dos argonautas ([156]). Um medíocre cosmógrafo alemão teve a fantasia de baptizar com o seu nome um continente a que estava reservada uma função proeminente nos destinos da humanidade A sua loquacidade, contrastando com a bisonha discreção portuguesa, emocionou a Europa. Um destino benévolo reservou-lhe os benefícios de alheias ações. Vespúcio foi o usufrutuário das glórias de Hojeda e dos capitães portugueses cujos nomes teve a prudência de calar. Na verdade, êle não descobriu cousa nenhuma. Os outros descobriram para êle. Pelo que respeita ao Brasil, quaisquer tentativas para erigir Vespúcio perante a posteridade em herói primevo dos seus anais terão de deter-se perante os obstáculos intransponíveis de documentos e de factos incontraditáveis. Quis-se atribuír a Vespúcio a descoberta do pau brasil, origem do actual nome da grande nação sul-americana, mas não só o pau brasil já fôra encontrado e largamente explorado na América central pelas navegações do ciclo colombino, como a própria esquadra de Cabral, a dar crédito a Gaspar Corrêa, embarcara toros de ibirapitanga e o navio de Gaspar de Lemos dêles trouxera um carregamento para Lisboa Pretendeu-se transferir de Caminha para Vespúcio a prioridade do descritivo da terra brasileira, mas a cronologia constitui óbice irredutível a essa pretenção insólita, sem levar em linha de conta que as narrativas posteriores do florentino descoram no confronto com a do escrivão da feitoria de Calecut, que até hoje não teve quem o excedesse na magistral, definitiva descrição do aborígene de Vera Cruz. A revelação do Brasil por Vespúcio não passa de uma fábula. Tendo viajado em 1501 numa armada portuguesa, que teria explorado desde o 5º até o 32º de Lat. S., quer dizer, desde o cabo de S. Roque, no Estado do Rio Grande do Norte, até ao Rio Grande do Sul, Vespúcio só divulgou do Brasil a posição geográfica do Cabo de S.to Agostinho (que incertamente se póde identificar com o actual Cabo do mesmo nome), a existência da canafístula e a do antropófago da América Austral, irmão do canibal encontrado por Colombo nas Caraïbas. Sem dúvida, Vespúcio teria podido concorrer com notável contribuïção para a revelação da geografia da América Austral, se realizou a imensa viagem de que nos dá notícia sucinta ([157]). Mas não póde garantir-se que tenha percorrido o litoral brasileiro desde o cabo de

([156]) Para Sir Clémente R. Markham *(The letters of Amerigo Vespucci.* Londres. Hakluyt Society, 1894), Vespúcio é um ignorante, ciumento e rancoroso, que se atribuía o mérito alheio, que não ocupou nenhuma situação ao serviço da corôa de Portugal, que não foi cosmógrafo nem navegador, mas um simples comerciante, fornecedor de víveres às esquadras. Por singular coïncidência, três dos homens que ligaram os nomes aos descobrimentos, começaram a sua vida no comércio. Behaim só em 1484 deixou o seu emprêgo na Flandres para vir para Portugal; Vespúcio foi empregado dos Médicis e depois sócio de Berardi, em Sevilha; Colombo navegou o Mediterrâneo em navios de comércio até reünir-se em Lisboa com seu irmão Bartolomeu, o cartógrafo.

([157]) «*Nous ne connaissons les voyages de Vespuce, que par lui-même... voyages que Vespuce dit avoir fait...*» Vignaud, op. cit. a pág. 3 da Introdução.

S. Roque às dunas do Rio Grande do Sul. Esta exploração, até à actual Cananéa, no estado de S. Paulo, deixou vestígios irrecusáveis no mapa de Canerio, mas a falta de nomenclatura de que se ressentem as cartas de Vespúcio não permite identificar com aquela viagem a da armada em que embarcou o florentino. Quanto ao mapa de Cantino, êle regista uma viagem que não ultrapassou as paragens do Cabo Frio ou mesmo do Cabo de S. Tomé ([158]), como se evidenciará no capítulo seguinte.

Certamente, os vestígios cartográficos de mais de uma viagem portuguesa aos litorais do Brasil na época mencionada por Vespúcio, acompanhados de outros indícios, subvertem a tese negativista de Aires do Casal e Santarém e fortalecem a probabilidade da presença do antigo agente dos Médicis na frota de 1501. Com a única excepção da 1.ª viagem de 1497 à América Central—cuja veracidade é insustentável — Vespúcio possívelmente embarcou em três armadas, que exploraram as costas do Novo Mundo, em 1499, 1501 e 1503. Vespúcio póde ter exagerado a importância das explorações e ampliado o itinerário das armadas, mas o tema das suas narrativas parece verídico. Nunca devemos perder de vista que dos textos vespucianos não existem os manuscritos originais e que as versões impressas provávelmente são resumos ou acomodações literárias.

Quem analisou o teor da carta de Bezeguiche, repleta de informações, e a comparou com as deficientes narrativas da *Mundus Novus* e da *Lettera*, não poderá ter deixado de sentir como Vespúcio é diferente quando descreve o que viu e quando a sua imaginação procura suprir o espectáculo da realidade. O texto da terceira viagem da *Lettera* é minucioso e intensamente pitoresco até ao registo da terceira escala localizada ao sul do cabo de Santo Agostinho, em ponto incerto do litoral. Até êsse momento, a carta tem um carácter de sinceridade empolgante. Vespúcio anota os menores episódios, como o da pesca dos pargos nos três dias de calmaria em que a armada esteve parada no litoral africano. Sabemos o dia em que a frota passou a Grande Canária, os dias em que chegou a Bezeguiche, e em que dali partiu, o tempo gasto na travessia do Atlântico. A parte consagrada à primeira escala ostenta pormenores de miniatura, como também a scena da morte trágica do grumete. Mas logo a narrativa acelera-se, adqüire o aspecto confuso, vago, insincero, peculiar aos que descrevem o que não viram. Fica-se tentado a acreditar que a frota de 1501 não navegou além do Vasa-Barris ou rio de Cássia, não atingiu sequer a Baía de Todos os Santos, por tal fórma a narrativa aparece scindida.

Não obstante e quando mesmo tivessemos argumentos mais positivos para fortalecimento desta hipótese, ela não afectaria a realidade de outras, anteriores, simultâneas e posteriores expedições que deixaram seus rastros na cartografia coeva e que levaram a exploração do litoral brasileiro até às proximidades de 28º de Lat. S.

Que Vespúcio tenha viajado no ano de 1501 numa flotilha portuguesa que se dirigiu ao Brasil, é facto que póde considerar-se definitivamente comprovado. A sua própria correspondência fornece-nos quanto a isso testemunhos numerosos, como evidenciámos. Alguns outros podem ainda ser invocados. Giovanni di Leonardo da Empoli, pertencente a uma família de comerciantes e banqueiros toscanos, que foi agente dos Marchiones e faleceu em Cantão ao serviço de Portugal, escrevia numa carta datada de 16 de Setembro de 1504, referindo-se ao Brasil: «*La terre della Vera Crocie, é si nomata, altra volta dischoperta per Amerigho Vespucci, nella quale si fa buona somma di chassi et di verzino*...» ([159]). Empoli era florentino como Vespúcio. Na sua qualidade de empregado dos Marchiones, grandes armadores e negociantes estabelecidos em Lisboa, devia conhecer seguramente o seu compatriota e ter notícia das suas viagens. Embora o não possamos estabelecer de modo decisivo, suspeitamos que na frota em que viajou Vespúcio em 1501 havia pelo menos um navio dos Marchiones, como na armada de 1500, e que a rôgo dêstes e não do rei foi Giocondo a Sevilha convidá-lo para a

([158]) Já o P.e J. B. Hafkemeyer reconhecera que a viagem ao longo da costa do Brasil, assinalada no mapa de Cantino desde o cabo de S. Jorge a Santa Marta, deveria ter sido feita entre a de Cabral e a primeira de Américo Vespúcio ao serviço de Portugal «*e seria obra de particulares, pois nem sombra della apparece nos documentos officiaes*». O rio Brasil, inscrito no mapa, ao sul de Pôrto Seguro, parece indigitar, segundo o mesmo autor, o carácter mercantil da emprêsa. Capistrano localizava, em 1900, no prefácio da edição da *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*, o Cabo de Santa Marta no actual estado de Santa Catarina. Inclinámo-nos de preferência a crer que seja o Cabo de S. Tomé ou o Cabo Frio.

([159]) *Navigazione Sincrone*, Parte III, Vol. II, de Berchet, na *Raccolta Colombiana*, pág. 187. Humboldt, *Examen Critique*, Vol. V, pág. 139. Sôbre Leonardo de Empoli ver no apêndice III (1846) do *Archivio Storico Italiano*, o estudo de Canestrini, *Intorno alle relazioni commerciali dei Fiorentini coi Portoghesi*.

viagem. Humboldt, a cuja autoridade nos acolhemos, teve a mesma suspeita: «*des negócians florentins, sans doute amis de Vespuce, avaient pris part aux frais de l'expedition*» (160). Já demonstrámos que Bartolomeu Marchione era associado em um dos dois navios particulares incluídos na armada de Cabral—precisamente o que chegou primeiro a Lisboa, na véspera de S. João de 1501. Um navio seu figura também, sob o comando do florentino Fernão Vinet (161), entre os da frota de João da Nova, que partiu do Tejo a 5 de Março do mesmo ano, e que não passava de uma expedição mercante (162). Ainda em 1511, Marchione é um dos armadores da náu Bretoa, mandada a Cabo Frio.

Que Vespúcio embarcou com esperanças de lucro e talvez na qualidade de comerciante na armada portuguesa e não com o posto de pilôto ou na qualidade de cosmógrafo (163), isso se depreende da carta de Rondinelli, escrita aos 3 de Outubro de 1502 (164), em que anuncía a próxima chegada de Vespúcio a Sevilha, de regresso da sua viagem ao Brasil: «*Amerigho Vespucci, arem qui fra pochi di, el quale à durato asai fatiche e à 'uto pocho profitto, che pure meritava altro che l'ordine: é re di Portoghallo arendó le terre che lui dischoperse a certi christiani nuovi...*» Se da viagem de 1501, sob a bandeira de Portugal, Vespúcio voltara com *pocho profitto*, como testemunha Rondinelli, também a fortuna lhe não sorrira na expedição anterior, com Hojeda, a-pesar do grande número de escravos que os expedicionários venderam em Cadiz (165).

Todos estes depoïmentos concorrem para testemunhar a veracidade da viagem de Vespúcio, em 1501, ao Brasil. Novos testemunhos podem invocar-se, como o de Pedro Martir (166) e dos pilotos espanhois que depuseram em Sevilha, em 1515 (167). A averiguação do facto de êle ter ido com os portugueses ao Brasil não concorre, todavia, para elucidar o itinerário da expedição, tamanha é a carência de informações de natureza geográfica, tam irreparáveis as lacunas, tam inexplicável o silêncio do narrador sôbre os grandes rios e portos diante dos quais passara a esquadra exploradora, descendo o litoral, de S. Roque para o Sul. Sendo impossível, por falta de pontos de referência, verificar a derrota, só conjecturalmente podem identificar-se com a nomenclatura de Cantino as escalas hipotéticas da frota em que ia Vespúcio, dissertando doutoralmente sôbre cosmografia e contando aos companheiros as aventuras das passadas viagens à terra das Pérolas, as caçadas aos canibais, as pelejas com os aborígenes de Pária, o regresso a Espanha com os porões abarrotados de escravos, ou descrevendo a civilização e a cultura italianas, a opulência dos Médicis, as riquezas de Génova e Veneza, os palácios feudais da natal Florença.

A geografia do Brasil não é desvendada e esclarecida nas cartas de Vespúcio. A païsagem, o clima e o habitante já tinham sido descritos na narrativa admirável de Caminha. O cabo de Santo Agostinho já aparece com o nome de S. Jorge no planisfério de Cantino, que regista Pôrto Seguro, o rio Brasil e a baía de Todos os Santos.

Se as considerarmos, porém, como meras notícias epistolares apensas aos notáveis docu-

(160) *Examen Critique*, Vol. V, pág. 108.

(161) «os capitães dos outros navios eram Diogo Barbosa, criado de D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança, pelo navio ser seu, e Francisco de Novaes, criado d'El Rey, e o outro era Fernão Vinet, Florentino de nação, polo navio em que elle hia ser de Bartholomeu Marchioni tambem Florentino, o qual era morador em Lisboa, e o mais principal em substancia de fazenda, que elle naquelle tempo tinha feito». *João de Barros*, Decada I, Liv. V, Cap. X.

(162) A carta de La Faitada, escrita de Lisboa, aos 26 de Setembro de 1502, endereçada ao «*Magnifico et generoso domino Petro Pasqualigo, oratori veneto dignissimo in Hispania*», não deixa dúvidas a êste respeito. Neste notável documento, publicado no Vol. IV, coll. 663-666 do Diário de Marino Sanuto, e todo dedicado aos sucessos da expedição de João da Nova, diz-se: «*questi merchadanti mandorono queste 4 nave*». A leitura da carta de Affaitadi revela-nos o carácter mercantil que desde o início revestiram as expedições da Índia e confirma-nos na persuasão de que Vespúcio não passava de um contratado pelos comerciantes italianos domiciliados em Lisboa. Publicada em apêndice ao cap. IX da presente obra.

(163) *Dans ce voyage, comme dans ceux qui précedent, le navigateur florentin n'a été qu'un personnage secondaire*». Era também a convicção de Humboldt. *Examen Critique*, Vol. V, a pág. 107. No Ptolomeu de Servet (Lyon, 1832), o autor, de nacionalidade espanhola, protestava contra o nome de *America* dado ao Novo Mundo, asseverando que Vespúcio só o visitou com os portugueses «*ut suas merces commutaret*».

(164) Biblioteca Ricardiana de Florença.

(165) ...«*e di tutte queste cose non traemmo quantità, perche non paravamo in luogho nessuno... Qiunti che fummo a Calio, vendemmo molti shiavi, che ce ne trovavamo. 200. di essi, e il resto fino a 232. S'eran morti nel golfo, e tratto tutto il guasto, che s'avea fatto né navili. Ch'avanzó opera di 500. ducati i quali s'ebonno a ripartire in 55. parte, che poco fu quel che toccó a ciuscuno..*» Vespúcio, carta de 18 de Julho de 1500 a Lourenço de Médicis.

(166) «*Americus Vespucius florentinus auspiciis et stipendio Portugallensium ultra lineam equinotialem adnavigavit*». Livro X da Decada II.

(167) Navarrete, II, 319 e 320.

mentos cartográficos dos primeiros anos do século XVI, as cartas de Vespúcio mostram-nos a rapidez com que os navios portugueses exploraram, a contar de 3º de Lat., grande extensão do litoral do Brasil, baptizando e registando nos portulanos os seus grandes portos e rios, transportando para o planisfério, a contar de 1502, o recorte litorâneo de vastíssima extensão da costa oriental da América do Sul (168). Tarefa gigantesca, que se diria sôbreumana se não tivessemos nos mapas a sua certidão fidedigna. Perante essa obra anónima, célere e silenciosa, que já dois anos depois do descobrimento de Vera Cruz tinha instruído suficientemente a corôa de Portugal sôbre as novas terras ocidentais para tornar possível o contrato de arrendamento do seu comércio, Vespúcio aparece-nos consideràvelmente diminuído na artificial estatura, como simples comparsa da grandiosa façanha, executada com uma celeridade só igualada pela discreção com que foi empreendida.

(168) «*As explorações no primeiro decennio incrivelmente mais rapidas que as da Africa revelaram quasi todo o continente austral americano. O reconhecimento preliminar das terras... podia dar-se por acabado*». João Ribeiro, **O primeiro povoamento do Brasil,** em *O Jornal,* de 24 de Setembro de 1921. Rio de Janeiro.

APÊNDICE

A prova documental das fraudes de Vespúcio

Em 1858, para responder às observações críticas que D'Avezac formulara, em desacôrdo com várias passagens da sua *Historia Geral*, Varnhagen escrevia o *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, tam notável pela dignidade do estilo como pela elevação da doutrina. Referindo-se a Vespúcio, o glorioso historiador brasileiro assim justifica a anterior e obstinada asserção da prioridade de Hojeda no descobrimento do litoral da América austral:

16.—*Mon argument en faveur d'une découverte du Brésil par Hojeda, je l'ai bien dit dans mon ouvrage, se fonde avant tout sur la bonne foi prêtée aux récits de Vespuce dans les deux voyages qu'il assure avoir faits pour l'Espagne. A ceux qui croient Vespuce un faussaire, qui croient faux les récits de ses quatre voyages, imprimés de son vivant, en plusieurs langues même, je n'ai rien à dire....*

21.—*En bien étudiant le récit de ce deuxième voyage de Vespuce, on le trouve parfaitement d'accord avec celui du premier voyage d'Hojeda.....*

23.—*Mais j'entends déjà objecter: le rapprochement n'est pas complet; il laisse à désirer dans les détails du commencement et de la fin du voyage. Vespuce parle d'un atterrage au Brésil, et Hojeda ne nous en dit pas mot; et en outre, la data du départ de Vespuce pour l'Europe ne s'accorde pas avec ce que nous savons du retour d'Hojeda.*

24.—*Il faut bien admettre qu'il y a entre les deux récits des divergences bien notables, en apparence....*

O grande historiador procura provar com copiosos argumentos, já analizados no cap. IV do vol. I da presente obra, que as divergências entre a deposição de Hojeda e a narrativa de Vespúcio é mais aparente do que real. Êle partia da inabalável convicção na boa fé de Vespúcio. Todos os seus argumentos decorrem dessa leal convicção. A carta de 18 de julho de 1500 constituía, porém, um argumento probatório da inveracidade da narração da segunda viagem da *Lettera;* e provada uma fraude, desmoronava-se a confiança nas restantes narrativas de Vespúcio. Varnhagen compreendeu-o e procedeu ao exame do manuscrito, do qual resultou o robustecimento da sua fé.

«*D'après nos propres examens faits assez scrupuleusement,*—escreve êle no *Post-scriptum,*—*nous n'hésitons plus à déclarer fausse cette lettre du mois de juillet 1500, atribuée à Vespuce, sur son second voyage, et dont l'authenticité avait été déjà déclarée suspecte par Napione. Il y a dans la bibliothéque Riccardiana deux exemplaires manuscrits de cette lettre; l'un dans le volume n.º 1910 de la collection de Pier Veglienti (de fol. 41 à 47), sans autre prétention que d'en être une copie ancienne, au milien d'autres copies faits à la même époque d'autres documents géographiques.... Quoique cette lettre contienne déjà dans son propre texte des phrases qui la rendaient suspecte,..... nous trouvons dans le manuscrit même les indices de sa fausseté...*»

Esta constatação permitia a Varnhagen, como ainda hoje consente a Vignaud, atribuír a Vespúcio predicados de veracidade inatacável e conseqüentemente atribuír-lhe as glórias da concepção da continentalidade da América e da exploração do litoral desde as praias mais septentrionais dos Estados-Unidos até à Patagónia.

Se, porém, viesse a provar-se que as cartas de 18 de Julho de 1500 e de 4 de Junho de 1501 possuíam condições de autenticidade, não seria mais possível conceder a Vespúcio as honras da prioridade na concepção da continentalidade, nem mesmo o respeito devido a um homem probo, pois ficaria *ipso facto* demonstrado que a 1.ª viagem de 1497, narrada na *Lettera*, é, realmente, uma fraude, como conjecturavam Las Casas e Herrera.

Até recentemente, a polémica erudita sustentada contra Vespúcio só podera apoiar-se em suspeitas e em subtilezas de análise crítica. Faltava o documento decisivo que provasse a fraude. Êsse documento, todavia, existe. É a *Pesquisa contra Ojeda sobre su primer viaje a las Indias*, instaurada na ilha de S. Domingos em 1500 e da qual restam os depoïmentos, devidamente autenticados, de duas testemunhas: Juan Velasquez e o médico Alonso.

Deve-se à Duqueza d'Alba e de Berwick a sua publicação em 1892 *(Autografos de Colón y inéditos de Indias)* e ao historiador espanhol Segundo Ispizúa o aproveitamento dêsse documento na crítica das viagens de Vespúcio, no IV volume da sua obra *Los Vascos en América*, publicado em 1918.

Foi no dia 1 de Agosto de 1498 que Colombo, na sua 3.ª viagem, descobriu as terras continentais do Novo Mundo: o mesmo ano em que Duarte Pacheco foi mandado por D. Manuel a reconhecer as terras do ocidente inclusas na zona portuguesa do meridiano da partilha. Como era alheia às cogitações de Colombo a existência de um continente independente da Ásia, o almirante parece não ter tido a nítida percepção da massa continental. Pela relação da viagem verifica-se que pôs nome de ilhas a quantas terras viu ou tocou (a). De qualquer modo, a verdade é que, dos nautas de Espanha, foi Colombo o primeiro que viu a terra firme de Pária: glória que Vespúcio quis arrebatar-lhe desdobrando em duas a viagem que realizou com Hojeda em 1499. Pelo pleito de Diego Colón ficou demonstrada a prioridade de Colombo no descobrimento da terra firme em 1498, na viagem em que êle se propôs ir verificar a afirmação de D. João II sôbre existência de terras no Austro.

Nenhum se apresentou, entre tantos navegadores chamados a depôr, a disputar a primasia ao Almirante. ¿Como é, pois, que Vespúcio, na 1.ª viagem da *Lettera*, diz que partiu de Cadiz em Maio de 1497 e que, vinte e sete dias depois de ter sarpado das Canárias, tocou a terra continental do Novo Mundo?

(a) Veja-se *La historia del viaje que el Almirante Don Cristóbal Colón hizo pela tercera vez que vino a las Indias*, em Navarrete, *Coleccion*, t. III, pág. 242-64; Las Casas, *Historia de las Indias*, liv. I, caps. CXXX-CL; *La Historia de Don Fernando Cólon, en la qual se da particular y verdadera relacion de la vida y hechos del Almirante Don Cristóbal Colón*, em Barcia, *Historiadores primitivos de Indias; Coleccion de documentos inéditos relativos a las antiguas posesiones españolas de Ultramar*. editada pela Real Academia de História de Madrid, nos tômos VII e VIII.

Escreve Las Casas: «*Decía Colón en sus cartas que era isla* (a península de Pária) *y con duda o alguna creencia que era tierra firme*». (Historia de las Indias, liv. I, CXLIV). Ainda na carta CLXVIII ao cardeal Bernardino de Carvajal, Pedro Martir supõe que Pária faz parte do continente da Índia Gangética.

O próprio Hojeda o desmente declarando no pleito ter sido êle o primeiro navegador, **depois** do Almirante, que explorou a terra firme, e que levara na sua companhia a «*Juan de la Cosa, piloto, Emérigo Vespuche e otros pilotos*».

Está averiguado que Vespúcio viajou com Hojeda, o que é actualmente admitido por todos os historiadores, e que a sua viagem se realizou posteriormente à 3.ª de Colombo.

Vejamos agora como procede Vespúcio quando narra essa viagem.

*
* *

Foi em 1745 que o abade Ângelo Maria Bandini publicou na sua *Vita e lettera di Americo Vespucci* um manuscrito da Biblioteca Ricardiana, de Florença. Era uma carta de Vespúcio, datada de 18 de Julho de 1500, que Varnhagen considerou apócrifa por conter doutrina diversa da *Mundus Novus* e da *Lettera;* por se referir a uma viagem efectuada com uma flotilha de dois navios e a segunda navegação da *Lettera* indicar três navios; porque segundo a *Lettera* a data do regresso é 8 de Setembro, o que subentende manifesta impossibilidade a uma carta datada de 18 de Julho; porque a derrota é diferente; e finalmente porque, admitida a veracidade da carta de 1500, a autoridade de Vespúcio poderia ser posta em dúvida, porquanto a 1.ª viagem seria negada por êle próprio.

Ora, os depoïmentos das duas testemunhas ouvidas na *Pesquisa contra Ojeda* demonstram que realmente êste viajou com dois navios e que regressou a Espanha antes do mês de Julho!

Êste inesperado e decisivo documento prova que o texto da 2.ª viagem da *Lettera* a Soderini é a deturpação voluntária do contexto da carta de 18 de Julho escrita a Francesco de Médicis, e que, evidentemente, as narrativas das viagens de 1497 e 1499 são duplicação e falsificação de uma só navegação: a que efectuou com Hojeda.

Las Casas já o afirmara no século XVI, declarando que Vespúcio não podia ter descoberto em 1497 o que se demonstrou juridicamente haver sido descoberto em 1498 por Colombo (b).

O historiador Ispizúa, baseado na *Pesquisa contra Ojeda,* conclui: «*supuesta la verdad de la carta de Vespucci de 1500, resulta éste un impostor, al decír de sus grandes defensores, Varnhagen y Vignaud, en la relación de sus Quatro Navegaciones, escritas en 1504. Era ya hora de que todo el mundo llegase a reconocer a Vespucci como autor de embustes*» (c).

A argumentação do historiador espanhol, escudada na revelação documental, é irresistível.

Se foi a terra de Pária a primeira província continental descoberta, e se a descobriu Colombo em 1498, como se concluíu de um inquérito em que foram ouvidas umas cento e vinte testemunhas, não podia Vespúcio ter descoberto em 1497 qualquer extensão de terra continental. Por outro lado sabemos que Vespúcio viajou com Hojeda e que, segundo os depoïmentos de dois dos seus companheiros, a viagem de Hojeda se realizou entre Maio de 1499 e Junho de 1500.

Falta demonstrar que a carta de 18 de Julho de 1500 é a narração aproximadamente verídica desta viagem, para se concluír uma de duas cousas: que Vespúcio cometeu graves fraudes e faltou deliberadamente à verdade, ou que a responsabilidade dos textos que dêle conhecemos impressos não lhe póde ser atribuída.

Esta demonstração resulta da *Pesquisa contra Ojeda,* mandada instaurar por Colombo pouco depois do arrebatado capitão ter largado de S. Domingos, de volta da sua viagem ao Novo Mundo, efectuada com a permissão do Arcebispo de Burgos e não, como diz Vespúcio, a mandado do rei.

Desavindo com Juan Velasquez e o cirurgião Alonso, Hojeda abandonou-os em S. Domingos. Estes queixaram-se ao Almirante do procedimento do seu capitão, e Colombo instaurou o competente processo. Os depoentes declararam que Hojeda partiu a 18 de Maio; que a frota se compunha de dois navios, um dos quais tomado nas Canárias; que a navegação se iniciou pela costa de Marrocos, tocando em várias das ilhas do arquipélago das Canárias, a última das quais fôra a Gomera. Confrontem-se estes dados com os da carta de 1500 e os das duas viagens da *Lettera:*

DEPOÏMENTOS DE VELASQUEZ E ALONSO	CARTA DE 18 DE JULHO DE 1500	*LETTERA* A SODERINI (1504)
Partida de Cadiz . . . . . 18 de Maio Número de navios . . . . . 2 Derrota . . . Costa d'África, Lançarote, Fuerteventura, Gran-Canária, Tenerife e Gomera.	Partida de Cadiz . . . . 18 de Maio Número de navios . . . . . 2 Derrota . . . . . Costa d'África, Canárias, Gomera.	Partida — 1.ª viagem: 20 de Maio 2.ª viagem: 16 de Maio Número de navios: 1.ª viagem 4 2.ª viagem 3 Derrota — 1.ª viagem: Gran-Canária. Derrota — 2.ª viagem: Cabo Verde, Ilha do Fogo.

Preguntados sôbre a tripulação, Velasquez e Alonso nomeiam o pilôto-mór Juan de la Cosa; os pilotos Juan Sanchez e Diego Martin; os capitães Alonso de Hojeda e D. Hernando de Guevara e, entre muitos tripulantes, o contramestre veneziano Nicola, o genovês Bota e dois marinheiros portugueses, pai e filho. Entre os pilotos não está mencionado Vespúcio. Todavia, Hojeda, depondo no pleito do Fiscal, diz que levara «Juan de la Cosa, Américo Vespúcio e outros pilotos». O historiador Ispizúa interpreta sagazmente esta passagem do depoïmento de Hojeda, em 1513. Vespúcio fôra

(b) *Historia de las Indias,* Liv. I, cap. CXL.
(c) Op. cit. a pág. 63 do vol. IV.

pilôto-mór de Espanha desde 1508 a 1512, ano da sua morte. Era assim natural que, referindo-se a êle, se exprimisse nos têrmos em que o fêz, dando-lhe o título de pilôto, muito embora não exercesse essas funções na frota de 1499, em que viajou como curioso ou para fins comerciais. Temos disso a prova indirecta no famoso pleito, pois na 5.ª pregunta do interrogatório do Fiscal não se faz referência a Vespúcio, como pilôto, mas só a Juan de la Cosa. O seu nome é apenas citado uma vez por Hojeda.

Aliás, Herrera, que escreveu no fim do século XVI, narrando no cap. I do liv. IV da primeira Década a viagem de 1499 ao Novo Mundo, diz que Vespúcio ia na frota por «*mercader y como sabio en las cosas de la cosmografia y de la mar*». Segundo Tiraboschi (*Storia della Letteratura Italiana*, Liv. I, cap. VI, § 21), Vespúcio tomou parte na viagem como passageiro interessado pecuniáriamente no armamento dos barcos. Muñoz, no prólogo (pág. 15) da sua *Historia del Nuevo Mundo* julgava severamente Vespúcio: «*en linea de hombres de mar, era inferior a casi todos los descubridores de su tiempo*».

¡A-pesar da aura que alcançara na Europa mercê das suas cartas vangloriosas, nem as cento e tantas testemunhas que depuseram no pleito de Diego Colón se referem ao cargo que exercera na frota de Hojeda, nem sequer lhe citam o nome os dois tripulantes depoentes, Velasquez e Alonso, entre trinta nomes de expedicionários!

Como vai ver-se, o notável documento do arquivo dos Duques d'Alba e de Berwick, *Pesquisa contra Ojeda*, prova ainda que Vespúcio desdobrou em duas a sua viagem de 1499.

O combate de Puerto Flechado, que Vespúcio narra como acontecido na 1.ª e inverídica viagem de 1497, sucedeu na de Hojeda, em 1499. Anteriormente às deposições de Velasquez e Alonso na *Pesquisa*, já isso se concluía pela carta do alcaide Roldan ao Almirante, publicada por Las Casas, e pelas declarações de uma testemunha no pleito, que se lembrava de ter Juan de la Cosa chegado a S.to Domingo ferido de uma flecha.

Vespúcio conta como fôra um marinheiro português quem, alentando naquele lance os perseguidos, e exortando-os:—«Filhos! Volvei o rosto ao inimigo e rezai, que Deus vos dará a vitória!»—os salvara de morte certa. Ora, sabemos pelas declarações da *Pesquisa*, que realmente havia dois portugueses, pai e filho, na expedição de Hojeda.

Conclui, legítimamente, da sua análise crítica ao documento o historiador Ispizúa: «*Amérigo Vespucci no efectuó en 1497 ningún viaje de descubrimiento continental, porque el continente del Nuevo Mundo no se descubrió hasta el 1.º de Agosto de 1498. Vespucci verificó su primer viaje en 1499, y como, ateniéndonos a la relacion dada por él, no pudo efectuar el segundo con Pinzón ni con Lepe, es falso de toda falsedad que realizase dos viajes al Océano occidental por orden del Rey de Castilla, como afirma en sus Quatro Navegaciones. Vespucci forjó un viaje imaginario. De este embuste nació que se creyera el primer descubridor del Nuevo Mundo. De este embuste nació que al Nuevo Mundo se llamara America*». (Op. cit., pág. 100).

Resumindo: as relações da 1.ª e 2.ª navegações da *Lettera* e a carta de 18 de Julho de 1500 são três versões diferentes de uma só viagem, a de 1499. Para Varnhagen, que admitia a veracidade da 1.ª viagem de 1497, a 2.ª é a de Hojeda. Por isso êle considerava absurda, impossível e contraditória a carta de 1500. Demonstrado que esta carta, reputada apócrifa, contém informações que a identificam e autenticam, fica provado, segundo se deduz lógicamente da argumentação usada pelo mais caloroso defensor de Vespúcio, que êste é culpado de fraude.

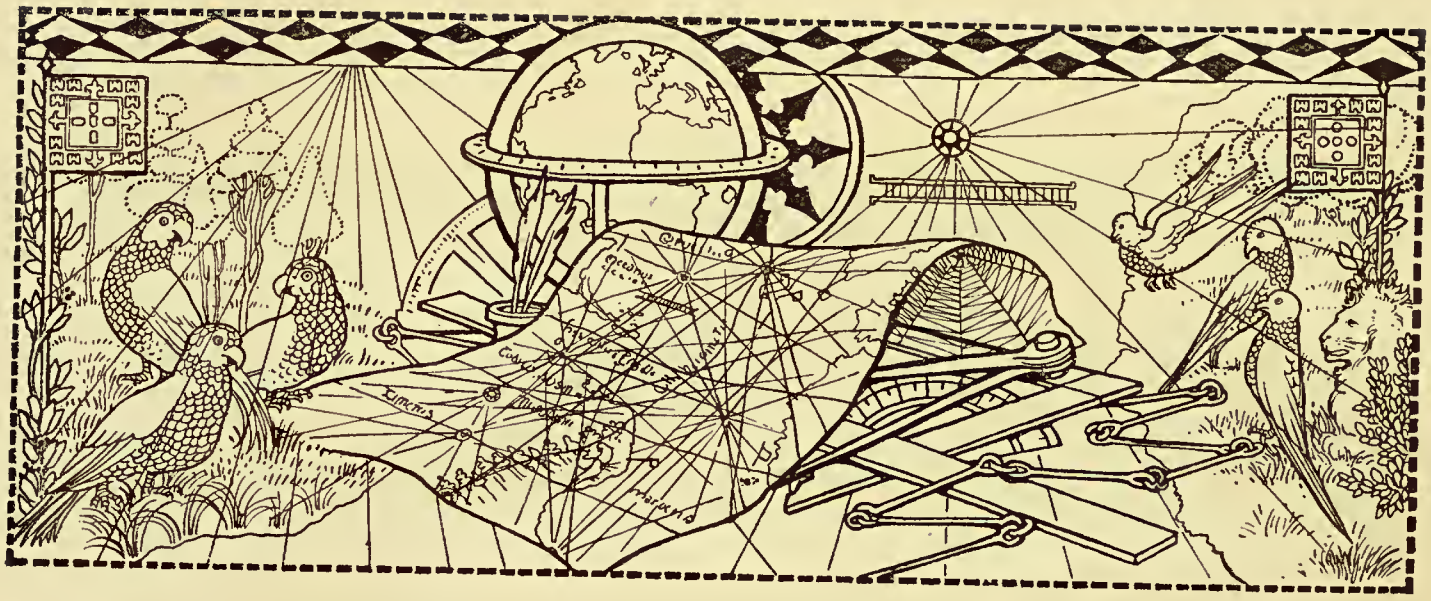
¿Essa fraude limitou-se às duas viagens com os espanhois ou abrange as duas viagens de 1501 e 1503? Completaremos no cap. X a resposta a estas interrogações.

CAPÍTULO IX

O MAIS ANTIGO MAPA DO BRASIL

PELO

PROF. DUARTE LEITE



O MAIS ANTIGO MAPA DO BRASIL

I—O PLANISFÉRIO DE CANTINO

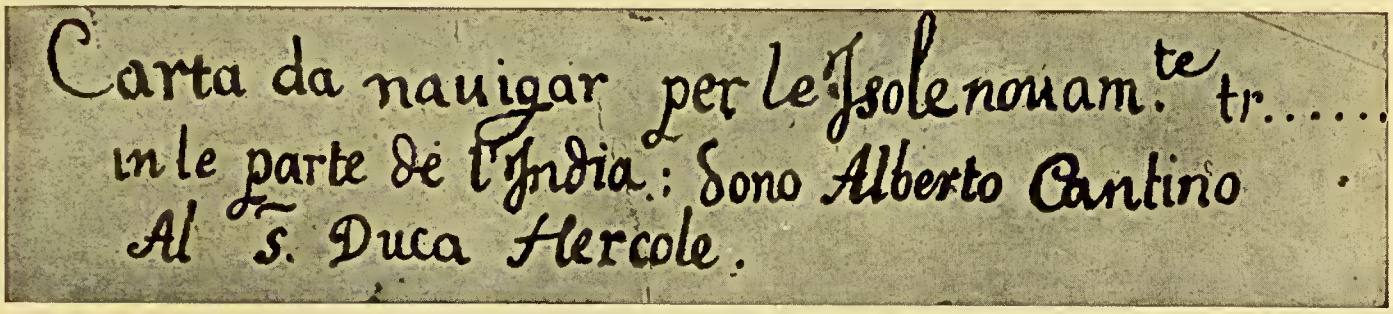
VAGUEANDO certa manhã pelas ruas de Módena o erudito Giuseppe Boni, director da Biblioteca Estense que se conserva nesta cidade, sucedeu-lhe passar pela via Farini e demorar-se alguns instantes defronte da loja do salsicheiro Giusti. Aí, como casualmente relanceasse os olhos pelo interior, escuro e pouco asseado, despertou-lhe a atenção um anteparo singular que o enfeitava, separando as trazeiras da saleta da parte onde se retalhavam os géneros. Entrou para mais de perto o mirar, e com pasmo reconheceu que estava forrado com uma grande e velha carta geográfica, desenhada em pergaminho e adornada com brilhantes imagens coloridas. Dissimulando então seu alvorôço, entrou cautelosamente em ajuste, e a trôco de quantia módica conseguiu levá-la consigo, bendizendo o acaso feliz que o trouxera à porta de Giusti e lhe permitira arredar da ignomínia dos salpicões e da marran o valioso legado de era longínqua.

UM ACHADO PRECIOSO

Chegado a casa, apressou-se a examinar atentamente a aqüisição, que em verdade excedeu sua espectativa ansiosa de antiquário. Era um antigo e precioso planisfério manuscrito, acabado com esmêro no gôsto dos portulanos do XV século, que representava todo o mundo então conhecido: os continentes por vezes lavados a verde, as ilhas a vermelho ou azul, os mares esmaltados a espaços com rosas dos ventos de côres garridas. Iluminavam-no profusamente magníficas miniaturas variegadas, figurando povoados, castelos, altos montes, florestas densas, uma fauna quási heráldica de grandes animais e aves, personagens diversas e negros dansando, tudo salpicado de bandeiras e flámulas de diversa espécie. Grandes letreiros em caracteres góticos designavam as partes notáveis, os oceanos e os paralelos principais, tirados a ouro ou a carmim; ao passo que pelas terras se espalhava copiosa nomenclatura em semigótico, ressalvada uma dúzia de denominações em escritura ordinária, que pareciam acrescentamentos. Tôdas as inscrições eram redigidas em português, menos as dos oceanos que o eram em latim, e algumas das Antilhas e regiões circunvizinhas que denunciavam seus descobridores castelhanos.

Quando liberto do rude caixilho, o bibliotecário verificou que tinham decepado o rebordo superior do pergaminho, onde o entestava um letreiro do qual escapara uma só letra. Era o único estrago sensível, pois no mais estava tam completo e perfeito quanto era lícito esperar da acção deletéria dos séculos decorridos. Boni, exultando de contentamento, rendeu graças à Providência por que Giusti, em sua inconsciência, não o tivesse destinado a cobrir o balcão e dest'arte o salvasse da mácula dos chouriços e do gume da faca do toucinho.

Faltavam, infelizmente, tanto o nome do autor como a época da confecção, mas esta podia determinar-se entre certos limites, pois estava implícita em três linhas singelas, escritas em dialecto veneziano antigo num dos cantos superiores do verso:



Carta de marear das ilhas novamente achadas nas partes da Índia: dom de Alberto Cantino ao Senhor Duque Hercules

Fácil foi ao erudito de Módena atinar com o magnate nomeado como o herói da fábula grega; era Hercules I, duque de Ferrara, cujo agente na península ibérica tinha sido Alberto Cantino. Por outro lado, o formoso trabalho já registava os descobrimentos de Côrte-Real, cuja última viagem ocorreu em 1501; datava portanto de entre êste ano e 1505, quando morreu o duque. Devia ter pertencido ao fundo da Biblioteca Estense, inaugurada por Afonso I, filho e sucessor de Hercules I. Boni quis que o inestimável documento regressasse à colecção donde plausívelmente provinha e, ao fazer a doação escrita, acompanhou-o da anotação seguinte:

Grande carta geográfica iluminada em pergaminho, de dois metros e vinte centímetros de comprido e um metro e cinco centímetros de alto. Atrás está escrito: Carta de navegar para as Ilhas novamente achadas na parte das Índias: Dom de Cantino ao Senhor Duque Hercules (Hercules I morreu no ano de 1505). Contém a terceira viagem de Cristóvão Colombo (1498). Aqui está marcada a conquista por Vasco da Gama da península de Gôa e da costa da Pescaria (1499). Aqui está marcada a Terra Nova descoberta pelo cavaleiro Côrte Real (1501). Aqui está marcada a terra de S. Cruz, descoberta pelo cavaleiro Costa Cabral (1501). Esta terra de S. Cruz foi visitada e melhor explorada (1502) por Américo Vespúcio, que lhe mudou o nome e a chamou Brasil. Póde-se pois afirmar que esta carta foi feita depois de 1501, e antes de 1503.

Gran Carta Geográfica miniata in pergamena, larga metri due e centimetri venti, alta un metro e centimetri cinque. Di sotto si trova scritto: Carta da navigare per le Isole nuovamente trovate in la parte dell'Indie: Dono Cantino al Sig. Duca Hercole (Ercole primo mori l'anno 1505). Contiene il terzo viaggio di Cristoforo Colombo (1498). Vi è notata la conquista di Vasco Gamma della penisola de Goa, e della costa di Pescheria (1499). Vi è notata la Terra Nuova scoperta dal Cav. Corte Real (1501). Vi è notata la Terra di S. Crux, scoperta dal Cav. Costa Cabral (1501). Questa terra di S. Croce fu visitata e meglio explorata (1502) da Amerigo Vespucci, che le mutó nome e la chiamó Brasile. Si puó quindi determinare che questa Carta fu fatta dopo il 1501, e prima del 1503.

Há bastantes êrros a salientar neste arrazoado. Vasco da Gama não conquistou Gôa, pois não passou do norte de Angediva quando esteve na Índia pela primeira vez, o que sucedeu em 1498 e não no ano imediato; Álvares Cabral, que não era Costa, descobriu Vera Cruz em 1500 e não em 1501. Quanto a Vespúcio, não se topa em suas obras uma única vez com a palavra Brasil, cuja paternidade é disparate atribuír-lhe; nem tampouco é de levar à sua conta a exploração das terras de S.ta Cruz, aliás começada em 1501, porquanto o fátuo florentino não passou de espectador em tôdas as suas viagens que descreveu imperfeita e mentirosamente. Mas a conclusão, conquanto exceda as premissas, é exacta, como em breve se verá; remonta a 1502 o mappa-mundi, que assim assume altíssimo valor, pois salvante o de Juan de la Cosa, datado de 1500, nenhum outro anterior existe onde estejam assinalados os maravilhosos descobrimentos portugueses e espanhois, que trasmudaram completamente o conceito medieval do globo terráqueo.

A HISTÓRIA DO PLANISFÉRIO

ALGUMA cousa se pôde apurar da curiosa história desta joia admirável que, destinada às mãos patrícias dum príncipe opulento, veio parar à fétida baiúca dum obscuro salsicheiro.

Hercules, duque de Ferrara e representante da poderosa casa d'Este que já se distinguia no século XI, era um dos vários tiranos cultos que governavam a Itália retalhada da Renascença. Ocupado principalmente em engrandecer seus domínios e guardá-los da cobiça de vizinhos, tam pouco escrupulosos quanto êle próprio, e através dos prazeres de uma vida faustosa, não descurava contudo o convívio de artistas, poetas e humanistas. Protegeu a Universidade de Ferrara, que lhe deve uma reforma e ampliação; e por seu cuidado se estabeleceram na cidade os primeiros prélos. A côrte d'Este, onde brilhava a formosura de Isabel, duqueza de Mántua, ganhou fama de sumptuosa, galante e polida, que chegou ao apogeu no tempo de Afonso I, marido feliz da decantada Lucrécia Bórgia, a amiga do douto Cardeal Bembo e protectora de Ariosto, que pagou suas virtudes conjugais e o amor às letras com ser vítima póstuma de imaginosos dramaturgos e novelistas.

Ao espírito atento do duque não podiam passar despercebidas as grandes emprêsas marítimas dos espanhois que iam procurar às regiões ignotas do Novo Mundo, falsamente havidas por orientais, o ouro, as pérolas, o pau-brasil e o algodão. O interêsse que ligava às façanhas de Colombo é patente nas instruções dadas em junho de 1494 a seu embaixador em Florença, encarregado de inqüirir do sobrinho de Paolo Toscanelli se entre os papeis deixados por êste sábio alguns havia que se referissem às ilhas novamente adqüiridas a Castela pelo almirante. Isto prova que lhe chegara aos ouvidos a notícia da correspondência (suposta ou real) de Toscanelli a respeito do caminho do Ocidente, e indica a existência de um bom informador em Espanha. A espionagem, arma favorita dos príncipes, era cultivada com proveito pelos estados italianos, cujos arquivos reservados conservam os relatos epistolares de numerosos agentes, enviados secreta ou ostensivamente à Península.

Se Hercules d'Este acompanhava diligentemente as recentes conquistas dos espanhois, bem maiores cuidados lhe deviam inspirar as arrojadas expedições portuguesas à África e Índia, que tornavam carregadas de metais nobres e pedrarias, de marfim e xarões, de especiarias e sêdas, porquanto ameaçavam arruinar o rendoso monopólio destas mercadorias, até então disfrutado pelos mercadores italianos conjugados com os islamitas. Para estar ao facto delas e no intuito de defêsa (ou quiçá de comparticipação), despachou êle em 1501 para Espanha e Portugal um emissário estipendiado, Alberto Cantino, que já anteriormente visitara aquele reino, a pretexto de comprar cavalos e mulas. Desta personagem falecem esclarecimentos biográficos (1), nem se sabe ao certo sob que capa viajou; apenas nos ficaram dêle algumas cartas que denotam um espião inteligente e activo. Qualquer que fôsse porém sua qualidade, é certo ter tido acesso junto d'el-rei D. Manuel, que o convidou a acompanhá-lo a Sintra; mais ainda, assistiu à audiência régia de 11 ou 12 de outubro de 1501, na qual o capitão duma das caravelas de Gaspar Côrte-Real deu conta da sua viagem, terminada sem a presença do chefe. A exposição feita ao duque por Cantino dos resultados dessa expedição ao álgido norte da América é a mais completa e remota que existe; se lhe juntarmos duas cartas de Pietro Pasqualigo, *oratore* ou embaixador de Veneza na côrte portuguesa, e as tam escassas indicações de Damião de Góis, teremos as únicas fontes seguras a consultar sôbre o memorável empreendimento (2). Em verdade, não são os nossos cronistas que no-lo revelam, tal o sigilo sob que ficou inicialmente soterrado; são os relatórios de duas testemunhas ocasionais que não é exagêro qualificar de espiões.

No empenho de mostrar a seu amo o alcance do descobrimento dos dois povos ibéricos, ou a expressa instância dêle, esforçou-se Cantino por obter uma carta geográfica que fielmente os reproduzisse. Então, como mais tarde ainda, era interdita em Portugal a divulgação de cartas e pomas (globos) que retratassem as novas terras. Ângelo Trevisan, secretário do *oratore* veneziano em Espanha Domenico Pisani, escrevia em 10 de agosto de 1501 ao analista Domenico Malipiero, a propósito da viagem de Álvares Cabral a Calecut (3):

... a carta desta viagem não é possível havê-la, porque o rei impôs a pêna de morte a quem a mandar para fóra.

... de carta de qual viazo non è possibile haverne, che il re ha messo pena la vita a chi la dà fora.

(1) Berchet. *Fonti italiane per la scoperta del Nuovo Mondo*, Vol. I, pág. 150, na *Raccolta Colombiana*, parte III.
(2) Berchet, op. cit., vol. I, págs. 87, 89 e 151; Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor rei D. Emanuel*, 1.ª parte, cap. LXVI.
(3) Berchet, op. cit., vol. I, pág. 47.

A penalidade anunciada afigura-se excessiva, mas é certo que ao tempo não podiam os mestres de cartas de marear fazê-las completas para qualquer freguês não autorizado. Conhece-se um

HERCULES D'ESTE
Segundo o retrato de Dosso Dossi

alvará de D. Manuel, datado de 13 de novembro de 1504, no qual é expressamente proïbida, sob pêna do perdimento de bens, a confecção de pomas, e se determina mais que *nam ouvesse mais navegação*

nas cartas de marear da Guiné que... até o rio de Manicongo (4). A medida restritiva, se valia para a África, era *à priori* extensiva às regiões indianas, ainda mais ciosamente guardadas da curiosidade dos estranhos.

O agente ferrarense teve pois de se socorrer das suas artes para conseguir em segrêdo e a pêso de dinheiro a carta almejada. Veremos de caminho que a pagou por 12 ducados de ouro, quantia elevada numa época em que qualquer escudeiro se podia manter diáriamente com poucos reais. É forçoso confessar, porém, que o cartógrafo, presumívelmente oficial, a quem Cantino se dirigiu, se pôs tam alto preço à sua traição, compensou-o largamente, entregando-lhe uma obra magnífica na qual estavam perfeitamente figurados a África e o Oriente então conhecido, e só nas terras americanas se inquinava de defeitos, em parte de origem espanhola e talvez propositais nos domínios portugueses.

No documento a seguir transcrito, em que são omitidos todos os pormenores da aqüisição excepto seu grande custo, dá o espião a entender que ela se não realizou às claras (5).

Ilustrissimo Príncipe e Excelentissimo Duque e Senhor Dom Hercules Duque de Ferrara e meu Senhor e Bemfeitor Venerado.

Il.mo Príncipe e Ex.mo Duque e meu Senhor de grande respeito, etc.

Por carta de V. Ex.ª em resposta à minha endereçada há dias fiquei sciente de quanto nela se contém, principalmente do que respeita à Carta de navegar. Respondendo humildemente a V. S. advirto que deixei a dita Carta em Génova a cargo do dito senhor Francisco Catanio, e dêle recebi vinte ducados estritos, isto é, de três libras cada um. Em verdade a dita carta custou-me em Portugal por ajuste doze ducados d'ouro em sonante. Mas apertado da necessidade e não tendo a quem recorrer fui obrigado a cobrar aquele dinheiro e fazer o que escrevi a V. S.

A carta é de tal sorte e espero que de tal modo agradará a V. E. que lhe não será molesto ter desembolsado por ela aquela quantia, pois do mais que gastar V. S., até doze ducados d'ouro que ela me custou, me fará seu devedor. Rogo a V. Ex.ª, se fôr do seu agrado, me avise do que no assunto hei de cumprir, e constantemente me tenha no número de seus fieis servidores.

Roma, dia 19 de Novembro de 1502.

Ill. e Exc. Dub. D. V.

Creado Alberto Cantino.

Illustrissimo Principe et Excellentissimo Duci et Domino Herculi Duci Ferrarie et Domino meo Benefactori Observandissime.

Ill.me Princeps et Ex.me Dux et Domine Domine mi observandissime.

Por una di V. Ex.ª in risposta d'una mia a giorni passati a quella drizate, ho inteso quanto in epsa se contiene, et maxime circa la Charta del navichare: Il che humilmente a V. S. respondendo adviso, che dicta Charta lassai in Genova a dicto messer Francesco Catanio et de lui hebbi Ducati vinte striti, cioè de libre tre ciascuno. Vero è che dicta Charta in portogallo a me de pacto facto mi costo Ducati dodice d'oro in oro. Ma astretto dal'bisogno et non havendo ove ricorrere fui sforzato a tuor dicte denari et far quanto a V. S. scrissi; la Charta è di tal sorte, et spero che in tal manera piacerá a V. Ex.ª che non gli serà molesto haver per epsa exbursato dicta quantitade, perchè di qual piu che sopraspenderà V. S., cioè de dodice che mi costò quella, mi face crear suo debitore: si che V. Ex.ª, piacendoli, mi advisi quanto cirche questo ho adoperare et continuamente fra numero de suoi fideli servitori mi tenga.

Romae, die 19 Novembris 1502.

Ill. et Ex. Dub. D. V.

Servitor Albertus Cantinus scripsi.

Esta valiosa carta, conjugada com o exame do planisfério, fornece-nos os elementos para fixar a época de sua terminação. Efectivamente êle já assinala a ilha da Ascenção, descoberta por João da Nova no correr da sua expedição à Índia iniciada em 1501, segundo rezam os nossos cronistas cuja lição teremos ocasião de corroborar. Tendo regressado êste capitão-mór em 11 ou 13 de setembro de 1502, só então foi conhecido o achado em Portugal; a obra é necessáriamente posterior a esta data, pois que a designação da ilha não é um acrescentamento. Em setembro estava pois ainda Cantino no reino, mas não tardou em ausentar-se para Itália, onde o vemos escrever ao seu amo, em Roma e pela segunda vez, aos 19 de novembro. Ora o tempo necessário para viajar de Lisboa a Génova, onde deixou o mapa em poder do ilustre patrício Francesco Catanio, acrescentado com o gasto no percurso de Génova até à cidade eterna, onde esperou pela resposta do duque à sua primeira carta, comporta sensívelmente os 19 dias decorridos de novembro. É portanto provável que Cantino abandonasse a capital portugalense nos fins de outubro, e então aceitaremos que estava ultimado o planisfério.

Hercules d'Este já o tinha recebido no Natal de 1502, e guardou-o na sua livraria, legada a seus sucessores que a enriqueceram, mas vieram a perdê-la ao cabo de 90 anos, em conseqüência das lutas políticas em que constantemente andavam empenhados. Em 1592, ao têrmo de longa e acidentada rivalidade, o papa Clemente VIII conseguiu despojar o duque Cesar d'Este dos seus estados de Ferrara, e a colecção e biblioteca Estenses foram transportadas a um palácio de Módena, onde por três séculos permaneceram em sossêgo. Em 1859, porém, a cidade foi teatro de motins políticos, eco remoto da

(4) Ramos Coelho.—*Alguns documentos do Archivo Nacional da Tôrre do Tombo ácerca das navegações e conquistas portuguezas.* Lisboa, 1892, pág. 139.

(5) Berchet, op. cit., vol. I, pág. 153.

revolução francesa de 1848; a populaça invadiu o palácio, havendo um princípio de saque. Nesta ocasião se sumiu o mapa, reaparecido anos depois no humilde mister de que o resgatou o zêlo de Giuseppe Boni, restituíndo-o a lugar honorífico.

O AUTOR DO MAPA

O PRÍNCIPE magnífico d'Este conta-se no escasso número de pessoas, fóra de Portugal, a cujos olhos atónitos foi patente, tam cedo como em 1502, a fiel imagem de conjunto dos feitos náuticos·portugueses. Rarissimos dêstes mapa-mundi, com efeito, deviam circular na Europa, por mais que estivesse excitada a curiosidade dos homens cultos e do alto comércio pelas narrativas escritas ou transmitidas de viva voz. Algum se teria escoado para Espanha, do mesmo modo que os segredos castelhanos sem grande demora transitavam para

Palácio de Hercules d'Este, em Ferrara

Lisboa; e também é possível que o *oratore* Pasqualigo imitasse Cantino, mandando um exemplar à Senhoria, conquanto ao facto tire probabilidades o silêncio dos arquivos venezianos. D. Manuel punha côbro à avidez dos outros estados, desejosos de utilizar em seu proveito o esfôrço alheio, e promulgava severas leis restritivas do negócio de cartas e pomas onde estivessem delineadas suas recentes conquistas. Assim sucedeu que Juan de la Cosa, o melhor cartógrafo de Espanha, se bem que soubesse da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-99), ignorava totalmente em 1500 seus resultados geográficos e a nomenclatura trazida. O seu famoso planisfério, concluído antes de outubro dêste ano, estaciona quanto à África nos achados de Bartolomeu Dias (1488), e a partir do *rio do Infante*, no

extrêmo sul do continente, só traz na costa oriental nomes mouros ou indígenas; todavia a derrota do almirante é figurada por uma série de caravelas e acaba com a legenda inscrita muito a leste de Calecut, erróneamente representado no que o autor imagina ser a Índia: *Tierra descubierta por el Rey don Manuel Rey de Portugal.* Mas a tentativa régia de açambarcamento das cartas resultou fruste, como o atestam o mapa-mundi de Nicolo Canerio (1505?) e vários outros da mesma época, para não falar dos germânicos gravados de Ruysch (1508) e Waldseemüller (1507, 1513 e 1516); o segrêdo não tardou em transpirar, tantos eram os que porfiavam em devassá-lo.

A cartografia portuguesa já tinha honrosas tradições ao desabrochar o século XVI. Duarte Pacheco refere, d'acôrdo com os nossos cronistas, que o infante D. Henrique mandara vir a Portugal mestre Jacome de Maiorca, perito em cartas de marear, *ho qual as ensinou a fazer áquelles de que os que em nosso tempo viuem, aprenderam* (6). Esta dupla geração de artistas, ocupados em traçar as

Palácio Ducal de Módena para onde, no fim do século XVI, o Papa Clemente VIII transferiu a biblioteca dos Duques de Ferrara

cartas de pilotagem imprescindíveis à navegação africana, devia naturalmente abalançar-se a construír planisférios e pomas (7). Infelizmente, a produção da escola cartográfica portuguesa está completamente perdida, resultado para que muito concorreu a política de mistério até tarde dominante na côrte de Lisboa.

Foram italianos (depois seguidos por catalães) os primeiros europeus a servir-se de portulanos

(6) *Esmeraldo de situ orbis*, edição de 1905, de Epifânio Dias, pág. 98.
(7) Pero da Covilhã, despachado em 1487 por D. João II para as Índias e terras do Preste João, levou consigo uma carta de marear *tirada de mapamundi*, construída pelos cosmógrafos D. Diogo Ortiz e Mestre Moisés (P.e Francisco Alvarez, *Verdadeira ynformaçam das terras de Preste João*, Lisboa, 1883, pág. 128).

e planisférios, e quási todos os existentes que se atribuem ao periodo decorrente entre 1502 e 1507 são desta proveniência. D'aí concluíram os críticos que o autor desconhecido da carta de Cantino nascera sob o céu de Itália. Harrisse, para quem são da mesma mão o desenho das terras e os nomes e legendas, inclina-se a que o trabalho é d'algum hábil genovês ou veneziano estabelecido em Lisboa; parece, pois, que as inscrições revelam claramente origem italiana (8). Ora não há tal; a asserção do douto americano prova apenas que êle desconhecia tanto o português como o italiano. Tôda a toponimia, bem como as legendas, são redigidas em português vernáculo, tal como usavam correntemente pessoas de mediana instrução, e é inteiramente inacreditável que um estrangeiro as copiasse com tamanha perfeição, reproduzindo fielmente vícios de linguagem e ortográficos e não lhe juntando nenhuns outros de sua lavra. As denominações da América castelhana, é certo, são postas ora em português, ora em espanhol, do mesmo modo que as de Espanha; mas as da Itália não estão tôdas em italiano, como deveriam se o artista o fôsse. Nalgumas legendas, pouquíssimas, a linguagem descamba para o espanhol, e êste facto denuncía que o autor o praticava, ou se demorara em Castela. Em compensação a dúzia de inscrições em cursivo, evidentes adições posteriores à confecção, trái a intervenção de um italiano.

A-pesar dêste conjunto indicar concludentemente genuína procedência portuguesa, Stevenson, que nos deu uma boa reprodução fotográfica do mapa, e Denucé, que nunca o viu, insistem na italiana; e análogamente opinam V. Bellio e Derby d'Orville, aos olhos dos quais a paternidade pertence, não se sabe porque bulas, ao genovês Nicolo Canerio, autor de outra grande cópia planisférica posterior de poucos anos (9). Estes críticos obedecem automáticamente à tendência universal da repetição, aí onde há o encosto de uma autoridade; mas o fenómeno é tanto mais de surpreender nos dois primeiros quanto êles não desconhecem a importância da cartografia lusitana e a sua poderosa influência na de outros países, inclusivamente na italiana.

Êste mapa não parece uma construção original, feita expressamente para Cantino, mas cópia de um ou mais protótipos, dos quais os que continham a África e Índia tinham, sem dúvida alguma, carácter oficial. Isto se deduz de sua grande perfeição nestas partes do velho continente, que só podiam atingir então os documentos oficialmente arquivados, e de vários êrros nas legendas e nomes, dos quais se infere uma transcrição. Êle tem sôbre os seus congéneres manuscritos uma rara superioridade: é que não foi acrescentado depois de entregue ao duque de Ferrara, e representa com pureza o estado de conhecimentos geográficos portugueses ao tempo. Antes de chegar a seu destino houve contudo um colaborador eventual, cuja caligrafia corrente lhe veio dar um dos seus maiores merecimentos.

AS MEDIDAS DIMENSIONAIS

ANTES de passar em revista o planisfério de Cantino, importa averiguar qual o método de representação e as medidas nêle adoptadas.

Para Harrisse, que primeiro o analizou com minúcia e lhe reproduziu a parte do Novo Mundo, a esplêndida peça não é mais do que uma carta plana, projectada no sistema da rosa dos ventos, segundo o antigo processo emprestado aos portugueses por catalães e genoveses. Os paralelos terrestres são representados por uma série de rectas paralelas e eqüidistantes; os meridianos por outras rectas igualmente espaçadas, perpendiculares às primeiras. É uma representação convencional, acrescenta o douto crítico, destituída de propriedades geométricas susceptíveis de construções rigorosas. Há ausência de medidas itinerárias, a-pesar-de várias escalas com 12 divisões cada uma, cujas dimensões relativas não são dadas; todavia é quási certo que a divisão corresponde a 1º de longitude no paralelo 45º. O grau de latitude deve computar-se em 16 2/3 léguas náuticas portuguesas, usadas no princípio do século XVI (10).

¡Tantas afirmações, tantos êrros! Não percebemos mesmo como o insigne americanista, embora ao tempo só conhecesse a parte americana do mapa, formou dêle conceito tam errado que vai ao ponto de enxergar uma quadrícula de paralelos e meridianos da qual se não vislumbram vestígios. Os únicos paralelos assinalados, efectivamente, são o eqüador, os dois trópicos e o círculo ártico; e há um único

(8) *Les Corte Real et leurs voyages au Nouveau Monde*, Paris, 1883, pág. 72; *The discovery of North America*, Paris, pág. 422.

(9) Ed. Luther Stevenson, *Maps illustrating early discoveries and exploration in America* (1502-1503), New Brunswick, 1903-06; Denucé, *Les origines de la cartographie portugaise et les cartes des Reinel*, Gand, 1908, pág. 29; V. Bellio, *Notizia delle più antiche carte geographiche che si trovano in Italia*, pág. 110, no vol. II da *Raccolta Colombiana*, parte IV; Derby d'Orville, *Os mappas mais antigos do Brasil*, na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo*, vol. VII, 1902.

(10) *Les Corte Real*, pág. 74 e seguintes.

meridiano, o *marco dantre Castella e Portuguall*, que é a divisória de Tordesilhas. As raras linhas que aparecem ocasionalmente com as direcções norte-sul e leste-oeste são rumos das rosas dos ventos irregularmente espalhadas no mapa.

Os processos de representação cartográfica do globo terrestre, diga-se desde já, são todos convencionais, porque a superfície esférica não é planificável. Se a porção cuja imagem se pretende não é considerável, póde sem vício apreciável reputar-se plana, e assim se procedeu com os portulanos primitivos utilizados nas navegações do Mediterrâneo. As distâncias reais eram convertidas à escala, aos rumos constantes correspondiam linhas rectas, e a rosa dos ventos se orientava pela bússola, único guia dos marítimos incapazes de observações astronómicas. Com a ampliação da área a representar, já se tornava sensível o êrro nas distâncias de lugares afastados, e o problema se resolveu por tentativas, ajustando pelos contornos as partes correspondentes às várias rosas dos ventos traçados. Mas a dificuldade se agravava quando era propósito figurar regiões de latitudes muito divergentes, e principalmente nos planisférios que abrangiam a totalidade da terra.

O artifício adoptado pelo cartógrafo português é o mesmo da carta de marear, e póde considerar-se o da projecção cilíndrica quadrada. Neste sistema, cuja estrutura não carecemos aqui de esmiuçar, os paralelos formam uma série de rectas paralelas e os meridianos outra, perpendicular áquela; a escala das longitudes, marcada na eqüinocial, é a mesma das latitudes, contadas num meridiano qualquer. Os defeitos dêste sistema simples residem na alteração das distâncias e na deformação dos contornos das terras, tanto mais sensível quanto maior é o seu afastamento do eqüador. Com efeito, diminuíndo o circuito dos paralelos à medida que se avisinham dos pólos, onde é nulo, e estando êles figurados por segmentos de igual tamanho, a ampliação das distâncias é tanto maior quanto mais setentrionais, tornando-se infinita nos pólos, e com a agravante de se fazer sempre na direcção leste-oeste. A estes senões, que alteram completamente o aspecto das regiões circumpolares, acresce outro, importante para a navegação. Os planisférios dêste sistema não são isogónicos, isto é, não conservam os ângulos; a uma linha que no globo faz sempre o mesmo ângulo com os meridianos não corresponde nêles uma recta, que é a linha cujo ângulo é constante com os meridianos rectilíneos. A uma róta de rumo fixo não corresponde portanto uma recta; era no entanto por linhas desta natureza que os mareantes as representavam.

As cartas dos princípios do XVI século não exibiam contudo a quadrícula de meridianos e paralelos, nem as posições dos lugares se marcavam com o auxílio das longitudes, que só excepcional e imperfeitamente se mediam. Os cartógrafos de Portugal atendiam especialmente às *ladezas* (latitude) e não às *longuras* (longitude); os seus navegadores distinguiam-se dos das demais nações pela mais rigorosa avaliação daquela coordenada, determinada pelo método ainda hoje corrente das alturas solares meridianas, que êles antes d'outros praticaram (11). O conhecimento das longitudes supria-se pelo das rótas e rumos, sempre viciado pela falta de precisão da estima e das agulhas, a que acrescia a alteração das distâncias, característica do método de representação adoptado. Resultava d'aí que aos lugares eram atribuídos paralelos tam exactos quanto comportava a perfeição das latitudes observadas, mas meridianos por vezes bastante incorrectos.

Harrisse supõe que a escala das latitudes é diversa da das longitudes, sendo a segunda a redução da primeira ao paralelo de 45º. É uma fantasia a que não encontramos sombra de justificação. A escala conserva-se idêntica em tôdas as direcções; nem os cartógrafos de então se alçavam a concepções mais complicadas, tais como a que mais tarde presidiu à confecção da carta plana de Mercator.

O ilustre historiador apega-se a Varnhagen, admitindo que os portugueses em 1502 computavam o grau em 16 2/3 léguas; cita no entanto, *in fide auctoris*, o manuscrito do pilôto português André Pires, datado de 1517, no qual êle é calculado em 17,5. O que aos olhos de Varnhagen constituía em 1517 uma inovação, sabemos hoje ser coisa já velha em Portugal. O *Regimento do estrolabio e do quadrante*, dos últimos anos do século XV, mostra que os nossos nautas de então adoptavam tal dimensão para o grau, à qual aliás ficaram fieis por longo tempo, suposto Duarte Pacheco em 1505 contasse mais exactamente 18 léguas (12). Os espanhois, que a princípio avaliavam em 15, fixaram-na

(11) Joaquim Bensaúde, *Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises*, Genebra, 1917-20, anexo 3.º; *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Berne, 1912, *passim*.

(12) A pág. 23 do *Esmeraldo*. A pág. 157 diz-nos mais o autor que caminhando do Cabo Verde 600 léguas na direcção sul se chega a 19º de latitude sul; ora sendo a *ladeza* de Cabo Verde 14º 20′ N. (pág. 36), aquela distância corresponde a 33º 20′, d'onde se conclui ser o grau de 18 léguas.

ao diante em 16 2/3, seguidos por alguns cartógrafos portugueses menos versados. Em Cantino, vê-lo-hemos já, o grau tem 17,5 léguas.

As 6 escalas postas no mapa contêm não 12, mas número variável de divisões, desde 17 até 22; e o tamanho de qualquer delas é em tôdas o mesmo, abstraíndo de insignificantes diferenças resultantes da imperfeição do copista. Em tôdas as escalas as divisões estão, uma sim outra não, subdivididas em 5 partes iguais. Os portulanos e cartas italianas da época eram graduadas em milhas, sendo freqüente nas escalas a divisão de 50 milhas, repartida em 5 partes de 10 milhas cada uma e esta circunstância sugere que em Cantino a divisão valha aquela mesma extensão. Tal não acontece, porém, como se verifica pelo aferimento com os dois estalões que temos ao nosso dispôr: a latitude dos trópicos e a demarcação de Tordesilhas.

A linha de partição passava, como é sabido, 370 léguas a poente das ilhas de Cabo Verde e, suposto não estivesse fixado na convenção qual delas se tomava para origem da contagem, os portugueses escolhiam então a mais ocidental, S. Antão, na ânsia de dilatar a faixa atlântica concedida. Esta distância de 370 léguas, se a divisão estivesse por 50 milhas ou 12,5 léguas, deveria corresponder a 29,6 divisões, mas as medições feitas cuidadosamente no mapa indicam um pouco mais de 30,5; não é pois aceitável a hipótese deduzida por semelhança com cartas italianas. Esta primeira comparação conduz-nos na realidade a 12 léguas, e não 12,5 como valor da divisão da escala, o que vai ser confirmado pelo exame da situação dos paralelos do Cancer e do Capricórnio.

Harrisse mediu no mapa as distâncias lineares da eqüinocial aos trópicos e ao círculo ártico e, sabendo que a segunda é o excesso de 90° sôbre a primeira, quando convertidas ambas em ângulo, convenceu-se erradamente de que para o cartógrafo a *ladeza* dos trópicos era 24°40′, valor que jámais alguém lhe atribuíu. Esta dedução indirecta é falível, por causa das incorrecções de cópia do traçado e da irregular contracção que com o rodar dos anos experimenta o pergaminho; mais vale aceitar desde logo o número que os portugueses do tempo arbitravam àquela coordenada. O *Regimento* citado, anterior a 1502, e o cosmógrafo Duarte Pacheco em 1505 avaliam-na em 23°33′ ([13]), e só em 1537 vemos o nosso matemático Pedro Nunes computá-la mais exactamente em 23°30′ ([14]). Naquele valor ficaremos, se é que não devemos dar preferência a 24°, número redondo que mais fàcilmente se adapta aos cálculos do traçado.

A distância do eqüador ao trópico mede no mapa, em média, 35 divisões. Se a divisão vale 12,5 léguas, a distância é de 437,5, e correspondendo-lhe 23°30′, o grau terá 18,6 léguas, o que é inadmissível; se tomarmos 24° para latitude tropical, o grau excede ainda assim 18 léguas. Novamente se apura inaceitável a hipótese de graduação similar à italiana. Pelo contrário, adoptando 12 léguas para valor da divisão, a distância do trópico à eqüinocial será de 420 léguas, e supondo-a igual em ângulo a 24°, número redondo, vem o grau a ter exactamente 17,5 léguas, como calculavam os nossos marítimos. As cifras, que imaginamos escolhidas pelo autor do protótipo original, jogam perfeitamente: 35 divisões de 12 léguas, e 24° graus de 17,5 léguas. Com o valor adoptado para a divisão é todavia inconciliável sua subdivisão em 5 partes iguais, patente em tôdas as escalas, pois estas parcelas últimas seriam de 2,4 léguas, medida fraccionária inexplicável. Talvez seja a sobrevivência de um costume antigo, aliás meramente decorativo, porquanto o artista não se servia, para marcar distâncias itinerárias, das escalas desenhadas ([15]).

Pomos resolutamente de parte a lição de Harrisse, que crê ser de 16 2/3 léguas a extensão do grau. Efectivamente, com tal número a distância ângular de 23°30′ ou 24° é representada por 392 ou 400 léguas, e como ela eqüivale a 35 divisões, concluíamos para cada uma destas a dimensão abstrusa de 11,2 ou 11,4 léguas. Igualmente podemos dar como assente que a dimensão da divisão da escala não é, como quer o douto historiador, o grau de longitude no paralelo de 45°, nem semelhante graduação ocorreria a cartógrafo algum, antigo ou moderno. Nenhuma das longitudes por êle indicadas é digna de confiança, inqüinadas como vêm do vício originário de contagem; tal a da divisória de

([13]) A pág. 41 do *Esmeraldo*.

([14]) *Tratado em defensam da carta de marear*, 1537, pág. 140 do fac-simile do *Tratado da sphera* editado por J. Bensaúde em 1915, Münich.

([15]) Na carta de Pilestrina, posterior a 1504, a divisão da escala está repartida em 5, mas marcada numéricamente em 12,5 unidades; deve pois eqüivaler a 12,5 léguas ou 50 milhas. Também nela corre uma escala de latitudes, mas comparando o grau com a divisão, acha-se-lhe o tamanho inverosímil de 19,6 léguas; donde se conclui que as duas graduações não podem ter servido simultâneamente para o traçado. Provàvelmente ambas são decorativas.

Tordesilhas, que supõe a 62°30′ O de Paris, quando na realidade ela se deve localizar a 48°7′ O dêste meridiano de referência (16).

O mapa, que ao norte mal excede o círculo ártico e ao sul pouco mais se estende além do Cabo da Boa Esperança, também está incompleto no sentido transversal. Comparando o âmbito eqüatorial com a largura da faxa tropical, verifica-se que só estão representados 257° dos 360° da circunferência total do globo (17); faltam portanto 103°, mais da quarta parte. É o espaço ainda desconhecido, compreendido entre a China, àcêrca da qual já na Europa circulavam as notícias de Marco Polo e dos viajantes subseqüentes, e o Novo Mundo descoberto havia 10 anos. É o Oceano Pacífico, entrevisto em 1512 por António Abreu e Francisco Serrão (18) pelo oriente e pelo outro lado por Vasco Nuñez de Balboa em 1513, amplidão imensa que primeiro sulcou em 1520 a audácia inegualável de Fernão de Magalhães.

A escala real em que está desenhado o mapa e aquela, mais importante, em que o supunha seu autor, teem sido erradamente apreciadas pelos críticos. No estado actual do pergaminho a distância dos trópicos ao eqüador regula por 0,m208, e como o arco terrestre correspondente a 24° é de uns 2667 quilómetros, segue-se que a escala é de 1/12.820.000. Por outro lado, eqüivalendo 0,m208 sensìvelmente a 8 polegadas, quis o artista representar por êste comprimento os 24° ou 420 léguas, cada uma das quais de 240,000 polegadas; donde se infere que a escala projectada era de 1/12.600.000.

FOI na África que se estreou, prosseguindo com lentidão e perseverança, a actividade marítima dos portugueses, sob o estímulo do infante clarividente de Sagres, empenhado em atinar com o caminho para a sumptuosa Índia de mistério. Nas restingas e nos baixios insidiosos da costa negra, através das calmarias adustas dos céus tropicais ou sob o açoute dos violentos bulcões que varrem seus horizontes, aprenderam êles a acautelar-se de surprezas, a vencer obstáculos e a dominar os perigos do vasto Atlântico; aí cobraram ánimo para se aventurar, em longas e penosas derrotas, até às plagas fascinadoras do remoto Oriente. Na dura escola da experiência africana, cursada metódica e pertinazmente durante mais de meio século, se converteu êsse punhado de marinheiros, primitivamente adstritos à cabotagem, nos mais arrojados navegadores do universo, que se assenhorearam dos mares austrais e orientais com audácia e sobranceria, como se— no dizer dum capitão francês (19)—tivessem bebido pó do coração de Alexandre Magno. ÁFRICA E ÁSIA

Desde 1434, quando Gileannes dobrou o cabo Bojador, as expedições sucedem-se a curtos intervalos. Em 1442 reconheceu Nuno Tristão o cabo Branco e quatro anos depois o cabo Verde, sendo também avistada então por Lançarote e Soeiro da Costa a embocadura do rio *Çanaguá* (Senegal), onde começava a Guiné. Em 1465 Pedro de Sintra descobre e denomina a brava Serra Leôa, e João de Santarém uns seis anos mais tarde alcança S. Jorge da Mina, que na seqüência foi uma fonte d'ouro para os reis de Portugal. Abaixo do eqüador, onde Lopo Gonsalves tocou na ponta a que ficou ligado seu próprio nome, foi o rio de *Manicongo* ou Congo (Zaire) visitado em 1482 por Diogo Cão, que aí erigiu um padrão ainda hoje existente; por fim Bartolomeu Dias, ultrapassando em 1488 o temível promontório imortalizado por Camões, chega ao *rio do Infante* (Great Fish River), já na costa oriental, fechando o ciclo dos descobrimentos feitos até à morte do Príncipe Perfeito. Estavam dissipadas as lendas medonhentas que guardavam os mares ignotos, e destruída a crença no despovoamento da zona tórrida; as falsas concepções de Strabão e Ptolomeu tinham cedido completamente diante da experiência que, nas palavras expressivas de Duarte Pacheco, *he madre das cousas* e *nos faz viver sem enguano das abusões e fabulas que alguns dos antigos cosmographos escreveram hacerca da descrição da terra e do mar* (20).

Registando as façanhas portuguesas com cruzes de Cristo e com bandeiras das quinas, o litoral da África ocidental mostra-se no mapa-mundi de Cantino coberto de copiosa nomenclatura; sua configuração, que é imperfeita no de Juan de la Cosa, anterior de dois anos, está aqui representada

(16) 370 léguas na latitude 17°5′ de S. Antão eqüivalem a 387,08 no eqüador, ou 20°37′ em longitude, computando a légua em 5920 metros; juntando-lhe 27°30′, longitude da ilha referida a Paris, chega-se ao número do texto.
(17) V. Bellio supõe o mapa completo, sem justificar sua estranha opinião.
(18) Quando da primeira expedição às Molucas, da qual parece ter participado Fernão de Magalhães.
(19) Ramusio, *Delle navigazione et viaggi*, pág. 427 do vol. III da edição de 1556. Gaffarel diz, na tradução das 3 primeiras *Decadas* de Pedro Mártir, que o capitão francês era Jean Parmentier.
(20) A págs. 123 e 127 do *Esmeraldo*.

com correcção verdadeiramente surpreendente ([21]), tal o grau de esmêro atingido pelas cartas de marear. A costa oriental é desenhada com ligeiros senões, se bem que considerávelmente melhor que o grosseiro esbôço do cartógrafo biscaínho, ao qual faltavam completamente indicações de origem portuguesa. Para o traçado de Cantino tinham concorrido, com a ajuda de portulanos arábicos, apenas duas expedições no tempo de D. Manuel, a de Vasco da Gama (1497-1499) e a de Álvares Cabral (1500-1501), na qual pela primeira vez europeus completaram o périplo da África banhada por oceanos ([22]). Só agora surge o continente numa carta tal qual verdadeiramente é, desde Alexandria até às colunas de Hércules, dêste estreito até ao cabo que o seu descobridor intitulou de Boa Esperança ([23]), e d'aí até ao Sino Arábico e às portas do gólfão de Meca ou Mar Roxo.

Entre o rio do Infante e Magadoxo, ponto mais setentrional a que arribou Vasco da Gama, sucedem-se 17 denominações intervaladas com legendas e pavilhões portugueses, entre os quais *Çofala* das minas d'ouro, *Moçambique*, *Quilôa* do rei poderoso, *Zanzibar*, *Mõbaça*, *Melinde*, onde ambos os capitães-móres se muniram de pilotos mouros para Calecut. De *Magadoxo* em diante aparecem 8 ou 9 designações quási ininteligíveis na fotografia de Stevenson de que nos servimos; há a notar a ilha de *Çacotorá* e *Barborá* (?), próxima do estreito de Bab-el-Mandel onde abre o Mar Roxo. Nesta cidade está afixada a legenda *he descoberta por el-Rey de portugall.* Até lá foi, efectivamente, a náu de Diogo Dias, pertencente à frota de Cabral e desgarrada nos últimos dias de Maio de 1500 quando da terrível tormenta em que se afundaram quatro unidades e com elas seu irmão, o extremado nauta do cabo Tormentoso; foi Diogo Dias que, na era de Cristo, pela primeira vez circundou por oceanos o continente africano. A espantosa odisseia dêste navio que regressou a Portugal depois do capitão-mór, carregado de especiarias e pratas mas com seis ou sete tripulantes apenas, reduzidos a mitigar a sêde com água da chuva espremida das velas, é sumária e diversamente narrada pelos nossos cronistas, sendo Gaspar Corrêa o único a conceder-lhe a descoberta, pelo lado oriental, da ilha de *S. Lourenço* ou Madagascar ([24]). O mapa de Cantino vem tirar tôda a verosimilhança a tal pretensão. Não há dúvida de que êle assinala os feitos de Diogo Dias, pois nenhum outro europeu antes de 1502 percorreu as costas da Abissínia até Magadoxo ([25]); entretanto Madagascar está figurada muito a sul da sua verdadeira posição, sob o nome *Cormobunam*, e as ilhas Mascarenhas, a leste, são designadas por *curamorare, diva a Robi, diba mangabim*, que são evidentes indicações de origem moura *(dib*, ilha) e não de cartas de marear portuguesas ([26]).

O que os autores da antiguidade e idade média nos legaram àcêrca do Oriente, já desmentido parcialmente por Marco Polo e outros exploradores terrestres, bem como por informações directas recolhidas em Portugal (Pero da Covilhã), tinha definitivamente passado para as velharias fabulosas depois dos primeiros grandes empreendimentos marítimos até à Índia; a geografia do continente asiático ia ser refundida sôbre novas bases. Não há dúvida de que, em Cantino, as antigas tradições foram completamente abandonadas. O litoral desde a Pérsia até à China foi composto exclusivamente sôbre portulanos arábicos existentes no reino, como o fêz notar Tomaschek em estudo consciencioso ([27]); aliás só diminuta parte da Índia tinha caído sob vistas de portugueses. Não só as denominações traem tôdas proveniência mussulmana, mas aparecem freqüentes indicações de latitude em *pulgadas* desde

([21]) A comparação dos contornos da África em Cantino com os que actualmente lhe são assinados justifica estas palavras de Ravenstein *(A journal of the first voyage of Vasco da Gama*, London, 1898, pág. 208). De passagem notaremos que aí por 12º S. se encontra na costa ocidental uma *angra de Juã de Lixboa*, denominação que parece anterior à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, sendo neste caso a primeira menção do célebre pilôto.

([22]) Na terceira expedição à Índia, em 1501, o capitão-mór João da Nova chegou a Lisboa em 11 ou 13 de setembro de 1502, tarde de mais para influír nesta parte do traçado, embora a tempo de determinar outras modificações.

([23]) João de Barros assevera (*Decada* I, livro III, cap. 4) que Bartolomeu Dias lhe pôs nome Cabo Tormentoso e que a D. João II se deve o de Boa Esperança, a esperança de descobrir o caminho da Índia; porém Duarte Pacheco atribui esta denominação ao descobridor, e pelo mesmo motivo. Seguimos a segunda versão, já que Bartolomeu Dias no regresso passou pela ilha do Príncipe onde encontrou Duarte Pacheco, e lhe devia ter contado em primeira mão os resultados de sua viagem.

([24]) *Lendas da India*, Lisboa, 1858, pág. 153 do tômo I.

([25]) Se dermos crédito a Leonardo da Cá Masser, João da Nova também em 1502 aí esteve: *fu fin sopra la bocca del Mar Rosso; e da poi venne de qui sopra la Costa de Colocut* (pág. 7 da *Relazione di Lunardo da Chá Masser*, em apêndice à *Carta de el-rei D. Manuel ao rei catholico*, publicada por Prospero Peragallo nas *Memorias da Commissão portugueza* no *Centenario da descoberta da America)*. Êste cruzeiro na entrada do Mar Roxo, antes de chegar a Calecut, é perfeitamente inverosímil, nem a êle aludem os cronistas; mas ainda que o capitão-mór galego derivasse de Melinde para tam longe da sua róta, não passaria para dentro da ilha de Socotorá. Quando João da Nova tornou a Lisboa, em 11 ou 13 de setembro de 1502, a parte africana do mapa estava concluída, bem como a brasileira, onde até houve necessidade de uma emenda. Em qualquer caso, se Diogo Dias tivesse descoberto Madagascar, a ilha constaria seguramente do mapa como portuguesa.

([26]) Ravenstein, a-pesar-de conhecer a parte sul-africana de Cantino, aceita a versão de Corrêa, como se vê no mapa publicado a pág. XXXVI do volume citado, que é reproduzida a pág. XXI da Introdução ao Vol. I da presente obra.

([27]) *Die topographischen Capitel des indischen Seespiegels Mohit*, Viena, 1897, publicado em comemoração do centenário da descoberta do caminho da Índia por Vasco da Gama.

A África meridional, a ilha de Madagascar e o Mar Rôxo do Planisfério de Cantino

Socotará até ao extrêmo da China; ora êste sistema de medição d'ângulos por polegadas era invento dos árabes. Êle também deixou vestígios na nossa arte de navegar, talvez à conta dos instrumentos náuticos trazidos por Vasco da Gama e Álvares Cabral e ensaiados sem êxito ([28]).

O pendão das quinas está implantado em *angediba* e *calicut*, onde se lê uma longa legenda; ao norte desta cidade decifram-se com dificuldade na fotografia *pandarane, cananor, zelly*, e ao sul *panane, allgalor, coçim* (Cochim). A isto se reduz a nomenclatura dos lugares onde passaram os portugueses, se lhe acrescentarmos os *baixos de padua*, fronteiros a Angediva. O Indostão assume configuração triangular assás correcta; em compensação a da Indochina é erróneamente desenhada como um trilatero agudo, estirado em excesso para o sul, vendo-se ao lado a *Trapobana*, que é Sumatra. A península cochinchinense prolonga-se com a costa quási rectilínea da China, que desde o trópico até ao círculo ártico corre pelo sudoeste, pendendo em seguida para leste até à interrupção do mapa, que deixa um vazio enorme de perto da quarta parte do globo. Faltam na China as denominações de Marco Polo, guia espiritual de Colombo a que se arrimaram muitos geógrafos de épocas posteriores; falta até sua famosa *Cipango* (Japão), prova manifesta de que o cartógrafo só recorreu a portulanos mussulmanos, reputados de maior confiança.

Não se descobrem no planisfério vestígios do imaginário *Magnus Sinus* de Ptolomeu, que Denucé com incrível leviandade lhe atribui ([29]); ao sul da Índia até à *Trapobana* alarga-se o *Oceanus indicus meridionalis*, e a leste do litoral sinense o *Oceanus oriētalis*. Acima do trópico está outra inscrição: *Oceanus occideroriētalis*, palavra desusada cujo evidente significado é que êste mar banha simultâneamente o extrêmo Oriente e quaisquer terras a poente da Europa. Como, por outro lado, êle é distinto do Atlântico, designado no hemisfério boreal por *Oceanus occidentalis* e no austral por *Mare Oceanus*, concluímos que em 1502 já existia em Portugal a clara noção do Oceano Pacífico, embora só o visitassem em 1512 os portugueses com a primeira expedição às Molucas. Das ligações supostas entre o vasto pélago e o Atlântico falaremos na próxima secção.

A imagem da África e da Ásia realizada em Cantino não está deturpada por velhas concepções e fantasias; é tanto quanto possível experimental, e foi certamente extraída de documentos oficiais e de cartas orientais conservadas nos arquivos portugueses. Ela sobreleva a tôdas as que nos apresentam os planisférios executados muitos anos depois. Mais perfeita que a de Nicolas Canerio, posterior a 1504 e copiada de modêlos portugueses, é notàvelmente superior às dos mapas que Waldseemüller gravou entre 1507 e 1516.

AMÉRICA

SE o primoroso trabalho, ocultamente trazido de Lisboa pelo seu diligente emissário, permitiu a Hércules d'Este a visão admirável das ousadas incursões marítimas portuguesas no Velho Continente, não menor assombro lhe devia provocar o conspecto das regiões a poente e sudoeste da Europa, para as quais ainda há pouco se inventara a expressão adequada Novo Mundo.

No lado esquerdo do mapa (reproduzido no capítulo III desta obra) ostentavam-se os domínios insulares que aos reis católicos ganhara, desde 1492, a audácia aventureira de Colombo: a *Yssabella* (Cuba) ([30]), a *Jamayqua*, a *Espanhola* (S. Domingo ou Haiti), *Boriquem* (Pôrto Rico), a par de incontáveis ilhéus das Lucayas e pequenas Antilhas. Por lá se espraiava a orla da *tierre firme* de Pária, vista em 1498 pelo grande almirante, onde nos dois anos subseqüentes Alonso de Hojeda ([31]) e Vicente Yañez

([28]) Veja-se a carta de Mestre João a D. Manuel, inserta no capítulo VII da presente obra, acompanhada de comentários do prof. Luciano Pereira da Silva.

([29]) Op. cit., pág. 16. Denucé, que com tanta segurança descreve o mapa, certamente nunca o viu. Não é êste o único defeito importante da obra.

([30]) Êste nome, erradamente atribuído a Cuba, pertencia à *Espanhola*. A Cuba denominou Colombo *Fernandina*.

([31]) Já depois de impresso o cap. III nos veio às mãos o 4.º volume da obra de Segundo Ispizúa, *Los Vascos en América*, donde extraímos novos informes verídicos sôbre a viagem de Hojeda e La Cosa, acompanhados por Vespúcio. O autor baseia-se na *Pesquisa contra Ojeda sobre su primer viage a las Indias*, feita por Colombo na Hispaniola em 1499, e publicada pela duqueza de Alba nos *Autógrafos de Colón y papeles de América*, Madrid, 1892. Dêste inquérito se conclui irrefragàvelmente ter Vespúcio mentido por diversas vezes na narrativa da segunda viagem da *Lettera*, verificando-se ao contrário exactos vários pormenores e datas, relatados na carta a Lourenço Médicis de 18 de julho de 1500, que depois de Varnhagen por quási todos os críticos é tida como apócrifa. A verdade está pois na carta, e não na *Lettera* que os seus panegiristas consideram autêntica.

Conforme atestam as testemunhas da *Pesquisa*, a expedição desaferrou em 18 de maio de 1499, e ao único navio de que ela constava conseguiu juntar Hojeda outro no cabo Gher (África); partiram de Gomera, uma das Canárias, para

Pinzon exploraram destemidamente duas faxas litorâneas de Venezuela e das Guyanas, uma dirigida de Pária para o ocidente até *boacoya* (por *Cuquibacoa*, Goajira), outra descendo da mesma península pelo sueste até ao grande rio do mar doce (Orinoco) e *Golfo fremosso* (Essequibo ?).

Certamente de Espanha não escasseavam notícias orais e escritas dessas paragens maravilhosas, onde os conquistadores encontraram cópia de pérolas e era abundante o pau brasil. A Veneza devia ter já chegado um pergaminho em que estavam figuradas as novas possessões castelhanas, se Ângelo Trevisan pôde cumprir o que prometera a Malipiero, quando lhe anunciava, em 20 de agosto de 1501, a próxima remessa de uma carta em grande formato que Colombo lhe mandara preparar, cópia doutra da sua lavra ([32]).

Por essa ocasião era desconhecida em Itália qualquer reprodução, total ou parcial, do planisfério de Juan de la Cosa, cuja confecção datava de 1500, sendo provável que o de Cantino fôsse o primeiro a revelar em Itália o conjunto das descobertas até então realizadas no Novo Mundo. A comparação dos dois planisférios mostra entretanto divergências notáveis naquelas mesmas partes em que as indicações deviam ser tôdas de orígem castelhana. Não só nos tratos comuns a nomenclatura de La Cosa é mais abundante, mas também sensívelmente diversa e só aqui ou ali coïncidente, circunstância que deu lugar à hipótese, a nosso ver injustifcada, da colaboração de Vespúcio no trabalho português ([33]). Onde os dois mais diferem é ao norte de Cuba e ao sul da eqüinocial. No do pilôto biscaínho salta logo aos olhos a ligação por um traço contínuo de tôda a terra firme, desde a que jaz ao norte no *mar descubierta por ingles(es)* até às regiões meridionais extrêmas. A continentalidade do Novo Mundo está nítidamente definida, o que levou muitos autores, Harrisse entre outros ([34]), a aceitar que tam alta concepção já tivesse feito caminho entre espanhois ao têrmo do XV século; mas tal interpretação, que confere a La Cosa as honras da primeira afirmação escrita da ideia, está em flagrante contradição com factos sabidos, e explica-se singelamente por adições posteriores ao planisfério, como em outro lugar suficientemente demonstrámos ([35]).

No nordeste da América boreal o traçado de La Cosa, na parte que com alguma segurança se lhe póde atribuír, apenas traz uma faxa do litoral que parece ser a descoberta pelo veneziano João Caboto em 1497-98, ao serviço de Henrique VII da Inglaterra. Ela é omitida em Cantino, onde em compensação aparece um trecho bastante extenso da costa oriental dos Estados Unidos, a começar na ponta da Flórida, o qual tinha escapado à actividade de Caboto. O conhecimento em 1502 da península Floridiana, de que adiante trataremos, é uma das revelações mais surpreendentes do planisfério português, pois efectivamente estava assente que só em 1513 ela foi descoberta por Juan Ponce de Leon.

As quinas portuguesas flutuam em duas regiões banhadas pelas águas já frígidas do Atlântico setentrional, que são inteiramente desconhecidas de La Cosa. Do bordo superior do planisfério emerge à esquerda da Escandinávia um contôrno triangular, cortado pelo círculo ártico, no qual se lê a inscrição *A ponta d*, onde falta a palavra *Ásia*, como se deduz da legenda: «*Esta terra he descober per mandado do muy excelentissimo prîcepe dom manuel Rey de portugall aquall se cree ser esta a ponta*

Pária, na América. Parece que depois da excursão pelas costas de Venezuela, os navegantes chegaram a Yáquimo em 8 de setembro e não em 5, como diz a edição impressa da *Historia* de Las Casas donde nós tomamos a data; Muñoz no livro VII, inédito, da sua *Historia del Nuevo Mundo* transcreve 8 de setembro do manuscrito de Las Casas. Diz Ispizúa, sem todavia nos indicar a fonte, que Hojeda regressou a 10 de junho de 1500. Todos estes dados se conformam com a carta de Vespúcio em 1500, e contradizem a *Lettera*.

D'acôrdo com ambos estes escritos está a afirmação de que Hojeda atravessou a eqüinocial. Ispizúa sustenta-a, fundando-se no cálculo das distâncias percorridas ao longo da costa, no mapa-mundi de La Cosa e na carta de Vespúcio em 1500. Êle esquece-se de que as testemunhas depuseram que Hojeda arribou a Pária, à *tierra de Gracia* descoberta por Colombo em 1498, e conquanto estas expressões sejam um tanto vagas, é seguro que o fidalgo espanhol não andou pela costa mais de 400 léguas reais antes de chegar ao ponto verdadeiramente descoberto pelo almirante, como admitem Varnhagen e Ispizúa. O fátuo Vespúcio, tendo declarado que chegou a 4º ou 6º de latitude austral, conta-nos que depois disto a primeira terra habitada que viram estava a 10º de latitude boreal. A escamoteação de 14º a 16º, que valem mais de 400 léguas—isto é, mais do dôbro do percurso de que se gaba Hojeda antes de tocar em Pária, é suficiente para definir o valor da jactância do florentino e vem juntar-se à determinação, inábilmente forjada, da longitude por distâncias lunares do ponto da arribada. Aliás o cálculo das distâncias, mesmo supondo exactas as indicadas pelos navegadores, está muito errado em Ispizúa; e contra a invocação do mapa de La Cosa, visívelmente acrescentado e com latitudes erradissimas, subsistem os resultados da nossa análise no cap. III. A *Pesquisa contra Ojeda*, modificando alguns dados que possuíamos àcêrca da viagem, em ponto algum altera nossas conclusões, e confirma a inverdade da relação da segunda viagem na *Lettera*, que proclamáramos.

([32]) Berchet, op. cit., pág. 47. Não há vestígios de que Trevisan cumprisse a promessa.

([33]) O trabalho de La Cosa póde ver-se no cap. III. Consultem-se Harrisse, *The discovery of North America*, págs. 332-334; Vignaud, *Américic Vespuce*, Paris, 1917, pág. 132, nota 115 e pág. 194.

([34]) Op. cit., pág. 97-110.

([35]) Nas secções do cap. III, no vol. I da presente obra, intituladas: *O mapa mundi de Juan de la Cosa*, a págs. 120-126, e *A nomenclatura de Pinzon e o planisféerio de Juan de la Cosa*, a págs. 167-174.

dasia e os que a descobriram nam chegarão a terra mas vironla e nam viram senão serras muyto espessas pollo qual seguem a opinyon dos cosmofircos se cree ser a ponta dasia».

Não se deve imaginar que para os *cosmofircos* êste extrêmo da Ásia surgia do lado do ocidente; êles supunham-no, ao contrário, vindo do oriente. A Escandinávia de Cantino tem inscrito em grandes caracteres *Parte de Assia*, e não estava então compreendida na Europa; era um prolongamento do continente oriental. No mapa posterior de Canerio (1505?), copiado de protótipos portugueses, há um contôrno ligando a Escandinávia a uma península igual àquela de que nos ocupamos, embora sem a designação que a encorpora na Ásia; e é bem natural que o de Cantino mostrasse com a mesma clareza tal ligação se lhe não tivessem decepado o rebordo superior.

Os autores, atendendo à posição desta península, concordam em ver nela a Groenlândia, já reconhecida muitos anos antes pelos norüegueses e no fim do XV século novamente por portugueses. Não atinamos com os motivos porque alguns atribuem sua redescoberta a Gaspar Côrte-Real, ou pelo menos uma visita. Dêste fidalgo há notícia de tentativas de descobrimentos antes de 1500 e sabe-se que os realizou em 1500 e 1501, mas quanto consta dêles permite-nos afirmar que as terras então vistas faziam parte do continente americano, pois assim o diz expressamente Damião de Góis, sem oposição de Cantino e Pasqualigo nas três cartas a que atrás aludimos. É certo que o embaixador veneziano considera distintas as terras avistadas em 1500 e 1501, mas declara ao mesmo tempo que as supõe ligadas à terra firme. Aliás a legenda não menciona Côrte-Real como descobridor, como seria natural se o acontecimento fôsse recente; a omissão indica data mais remota.

Não passa assim com outra legenda aposta à segunda terra boreal, contígua ao *marco* de partição e duas vezes assinalada com as quinas: *Esta terra he descoberta per mandado do muy alto excellentissimo Principe dom Manuel Rey de portuguall a qual descobrio gaspar de corte Real cavalleiro na cassa do dito Rey, o quall quãdo a descobrio mandou hũ navio com certos omens e molheres que achou na dita terra e elle ficou com outro naujo e nunca mais veo e crese que he perdido e aqui ha muitos mastos.*

Harrisse deduz das cartas de Pasqualigo e Cantino, bem como das passagens de Damião de Góis e António Galvão, que as paragens por onde andou o fidalgo açoreano são as da Terra Nova, o que aliás era doutrina corrente ([36]). Não é aqui o lugar de pesar êste parecer; observaremos contudo que nem as descrições das fontes originais, nem a situação das terras no mapa, nem sua configuração jogam muito bem com êle. Esta última tem aspecto convencional, que não parece deduzido de cartas de marear da expedição e está isenta de nomes; além disto admira que o desenhador colocasse o descobrimento a oriente do *marco*, sendo certo que jaz bem a ocidente. Para o insigne crítico americano, a inexactidão explica-se suficientemente pelo propósito de reivindicar para Portugal domínios que na realidade o pacto de Tordesilhas lhe não assegurava. Talvez D. Manuel não confiasse, a princípio, em que o achado de Côrte-Real estava àquém do meridiano estipulado, pois, a-pesar-de não manter sôbre êle grande reserva ([37]), se dispensou de o comunicar aos reis católicos, seus amados padres, contrastando com o que fêz quando da África oriental, da Índia e do Brasil. Mais tarde, porém, o monarca julgou-se com o pleno direito à terra dos Bacalhaus, à qual mandou diversas expedições (João Álvares Fagundes) e onde fêz doações ([38]).

O silêncio quási absoluto dos nossos arquivos portugueses e o tom vago dos nossos cronistas não permitem localizar com segurança as novas terras, que o cartógrafo nos apresenta em posição geográficamente falsa, embora políticamente satisfatória para os interesses portugueses. Não faltam contudo embargos à tese de deslocação proposital, substituída com vantagem por êrros náuticos ou meramente cartográficos ([39]). Na projecção usada os meridianos são eqüidistantes, quando na realidade convergentes, de sorte que as distâncias medidas na direcção leste-oeste carecem de ser ampliadas na passagem para a carta; se representadas à escala, como é natural que fôssem, produz-se uma contracção e o traçado é transportado indevidamente para o oriente. Outrosim, as rótas nas cartas de marear eram

([36]) *Les Corte Real*, cap. XII.
([37]) Harrisse, op. cit., pág. 204.
([38]) Harrisse, *The discovery of North America*, livro 7.º, pág. 174; Bettencourt, *Descobrimentos, guerras e conquistas dos Portugueses*, Lisboa, 1881-82, págs. 123, 145 e seg.
([39]) V. Bellio, op. cit., pág. 159.

seguramente defeituosas, já pela incerteza da estima, prejudicada pelas correntezas oceânicas mal conhecidas, já pelas indicações da bússola, tanto menos de confiar quanto mais a ocidente da Europa e vizinha do pólo magnético. Às circunstâncias apontadas se poderia atribuír o êrro da situação da presumida Terra Nova, quando bastantes a justificá-lo, mas é prudente lançá-lo também à conta da falta de cartas de marear da viagem, da qual não tornou a caravela capitânia.

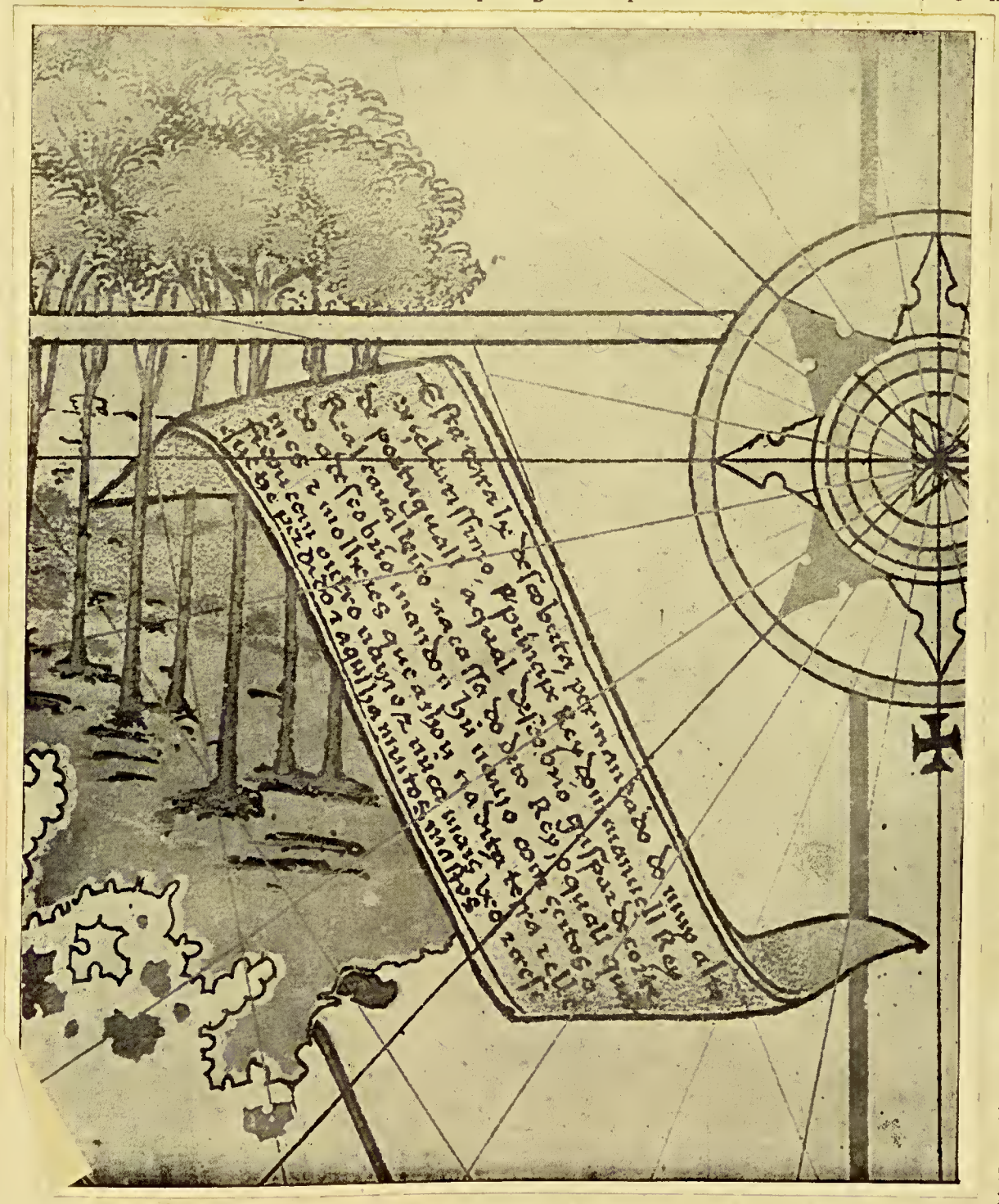
A legenda da Groenlândia no mapa de Cantino

As descobertas de Gaspar Côrte-Real, que assinalam a tentativa portuguesa para passar à Índia pelo nordeste gelado da Europa, não são as únicas nestas paragens a inscrever no activo dos portugueses. Ao mesmo tempo, senão antes, que Colombo topasse com as Antilhas parece que João Fernandes Lavrador e Pedro de Barcelos visitaram a terra sempre conhecida por Labrador, apelido ou alcunha do primeiro (40). Êste feito remoto não está consignado no planisfério de Cantino; nem tôdas as explorações dos nossos nautas constavam de documentos desta natureza, mórmente quando realizadas em regiões cuja posse foi definitivamente assinada a Castela em Tordesilhas, ou de soberania sujeita a disputa. À política de mistério, strènuamente seguida por D. João II e mantida pelo seu sucessor, juntava-se a neces-

(40) Ernesto de Canto, *Quem deu o nome á terra do Lavrador?* Não conhecemos esta obra, citada através de Brito Rebelo, nem tampouco a do dinamarquês Sophus Lassen, na qual, ocupando-se das relações entre a Dinamarca e Portugal no tempo de Afonso V, se conclui que já em 1472 ou 73 uma expedição, a comando de portugueses, visitou o nordeste da América setentrional.

sidade de ocultar as incursões em território defêso a ambições portuguesas; ambos os factores concorreram para a ignorância em que estamos, e provàvelmente ficaremos, dêsses fastos secretos das nossas aventuras marítimas.

É notório que caravelas portuguesas percorriam encobertamente o litoral castelhano da América austral (41), e não é de espantar que elas atingissem a central e boreal. Assim o dá a entender uma passagem do *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco, muitas vezes citada para demonstrar a veracidade da viagem à América, empreendida em 1498 pelo valoroso guerreiro, que era simultâneamente um dos melhores cosmógrafos do seu tempo (42). Passando em silêncio a parte do Novo Mundo em que desembarcou possívelmente por pertencer a domínios espanhois ou pelo menos de jurisdição duvidosa (43), diz-nos êle que, atravessando o oceano a poente da Europa e África, se encontra uma grande terra firme que vai contínuamente desde 70º de *ladeza* norte até 28º 30′ contra o pólo antártico, da qual *nam foy visto nem sabido o fim e o cabo.* Esta segunda coordenada corresponde ao último ponto da costa reconhecidamente portuguesa cuja situação fôra



A legenda da Terra Nova, descoberta por Gaspar Côrte-Real, no mapa de Cantino

(41) Navarrete, *Colleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, Madrid, 1825-29, tômo III, pág. 161.
(42) Facsimilada dos apógrafos de Évora e Lisboa e analizada no cap. IV do 1.º Vol. da presente obra.
(43) Diz-se geralmente que Duarte Pacheco estivera então no Brasil; todavia os seus descobrimentos não são

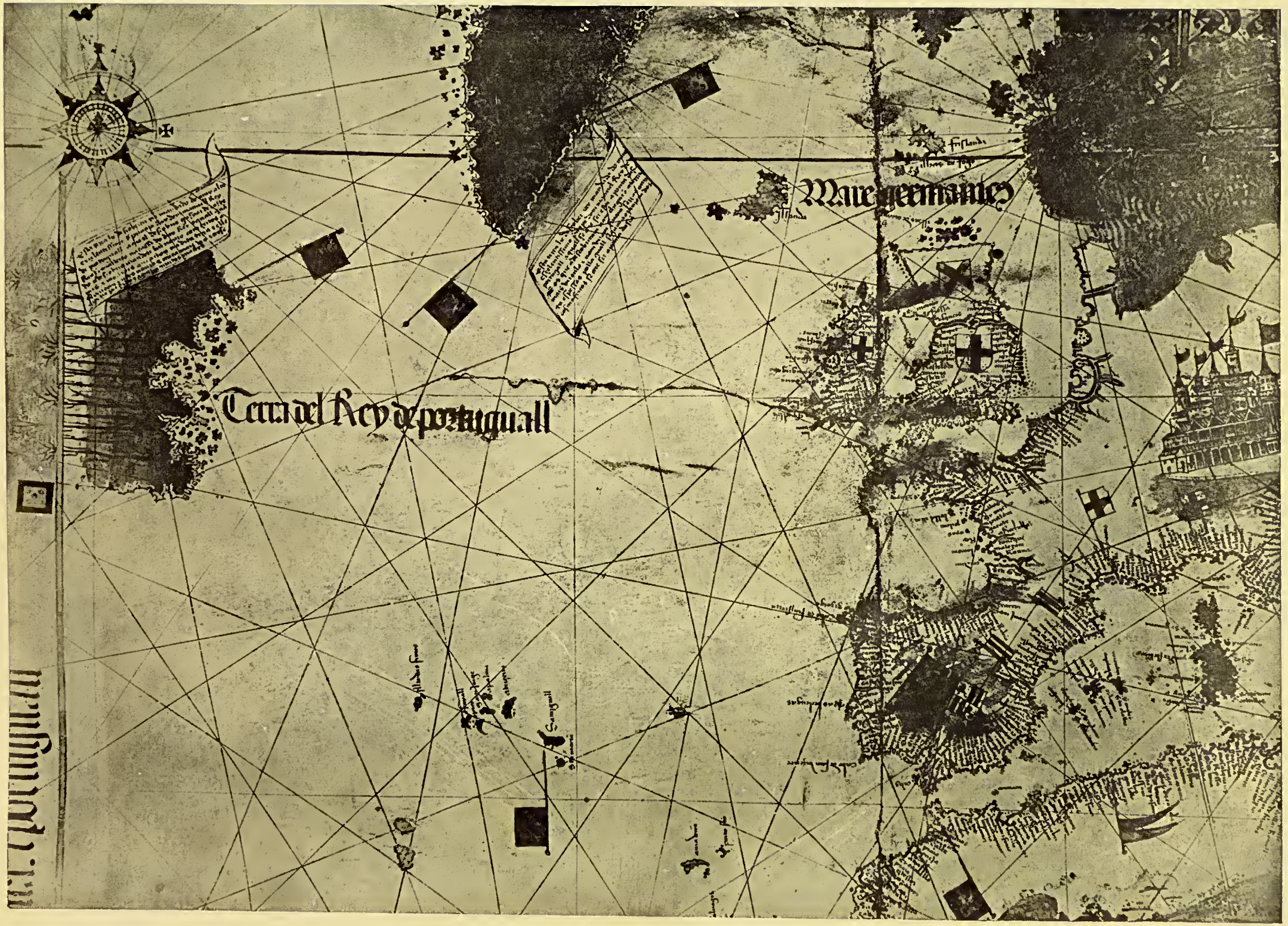
determinada pelos portugueses até 1505; efectivamente é a mais meridional das apontadas na lista de *ladezas* do Brasil mencionadas no *Esmeraldo* (44). Quanto aos 70° N, não é crível que o número fôsse escolhido a palpite; êle corresponde a uma região glacial visitada por portugueses, à qual atribuíam latitude tam elevada. É possível que houvesse sensível exagêro; póde ser que se haja de referir às viagens de Lavrador e Côrte-Real ou até àquela em que foi avistada a Groenlândia. Entretanto, por mais que as queiramos alargar para o sul, não é lícito dar-lhes um limite inferior a 30° N, onde começa a península floridiana, e como a exploração do Brasil em 1505 pouco acima subiria de 5° S, isto é, das imediações .do cotovêlo que faz a costa, havia 35° em latitude ignorados de qualquer expedição portuguesa conhecida. Êste enorme hiato podia supor-se preenchido pelos descobrimentos castelhanos, se êles bastassem a tanto, mas tal não acontecia em 1505, pois as novas trazidas por Colombo em agosto do ano anterior, relativas à sua quarta e última viagem, apenas revelaram o litoral da América central pelo sul até Honduras, deixando para mais tarde o que segue pelo Yucatan, contorna o gôlfo do México e termina na vaga região visitada pelo veneziano João Caboto em 1497 e 1498. Estas terras eram seguramente desconhecidas em Castela, mas não acontecia outro tanto em Portugal; Duarte Pacheco afirma da quarta parte do mundo, *tamgrande terra firme..... he certo que vay em cercoyto por toda a redondeza*, isto é, estende-se contínuamente do pólo árctico ao antárctico, desde 70° N até 28°30′ S, não tendo sido visto d'ambos os lados *ho fim e cabo della.* Para que o cosmógrafo consciencioso e seguro, educado na escola da experiência *que he a madre das coisas*, se pronunciasse tam categóricamente pela continentalidade, tornava-se mister mais que simples conjecturas, derivadas das poucas viagens de que resta memória.

A América setentrional, da qual não consta que espanhois tivessem visto em 1505 mais dos primeiros 16° de latitude setentrional (pondo de parte a tam problemática navegação de Vespúcio em 1497), foi provávelmente visitada a ocultas pelos nossos marítimos. O problema da Flórida, inesperadamente desenhada em 1502 no planisfério de Cantino, quando se presume ter sido descoberta onze anos mais tarde por Ponce de Leon, é susceptível de solução mais plausível que a adoptada pelos autores depois de Harrisse. Êste crítico admite que as inscrições da Flórida provêm de uma expedição castelhana clandestina, não curando de que podia ter sido conduzida sob o pavilhão português (45) .Na hipótese de Harrisse não se percebe como essa viagem, empreendida sob sigilo, continuasse a ser completamente desconhecida em Espanha durante dois lustros, ao passo que os seus resultados eram inscritos em mapas portugueses. Ponce de Leon imaginava, em 1513, ter descoberto uma região inteiramente nova a olhos europeus, e ela realmente estava ausente das cartas construídas no seu país. A grosseira carta espanhola, impressa em 1511, que acompanha alguns exemplares das *Décadas* de Pedro Mártir d'Anghiera (46), apenas traz *isla de Beimini* na parte que póde por concessão excessiva representar o lado ocidental da Flórida; ora se o navegador adoptou tal denominação, consoante escreve Las Casas, a carta traduz uma vaga indicação dos indígenas de Cuba, talvez mesmo de uma curta excursão partida da vizinha Cuba, mas não de uma exploração directa da península. De mais, se esta em 1502 já fôra navegada por castelhanos, custa a crer que nos anos próximos lá não tornassem, e desta vez sem segrêdo, que não encontraria explicação. Parece com efeito que houve nova expedição, porquanto nas *Tabula Terre Nove* da edição de Ptolomeu feita em 1513 (Estrasburgo) há nomes da Flórida ausentes em Cantino (47); ora esta carta de Waldseemüller foi elaborada sôbre informes transmitidos ao duque da Lorêna Renato II, falecido em 1508, sendo muito de crer que proviessem de Portugal. Assim, se a aventura se renovou, foi-o sempre encobertamente e continuou a ser ignorada em Espanha, ao passo que conhecida no reino vizinho.

Estes factos sugerem que a expedição, cujos resultados são memorados em Cantino, não era espanhola, mas portuguesa (48). Talvez os pilotos fôssem de Castela, pois não repugna que D. Manuel os

citados em documento algum. Isto mostra a necessidade de os ocultar, o que não é admissível se fôssem feitos no Brasil, cujas costas avançadas ao nascente estavam na esfera portuguesa. O sr. Jaime Cortesão insiste na hipótese, apoiando-se em que a lista de *ladezas* do *Esmeraldo* só traz na América as do Brasil, entre 3°,5 S. e 28°,5 S. *(A expedição de Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil,* Lisboa, 1922, pág. 155); mas o facto apenas provém de que o autor se limitou a mencionar as terras portuguesas do Novo Mundo, omitindo sistemáticamente as espanholas.

(44) A pág. 38 da edição de 1905.
(45) *Les Corte Real,* pág. 151.
(46) Reproduzida a pág. 177 do vol. I da presente obra.
(47) Encontra-se reproduzida em Bboyd Tacher, *The continent of America.*
(48) É a opinião de Carlo Errera, expressa, a pág. 279 do seu livro *L'epoca delle grandi scoperte geografiche,* Milano, 1902.



Portugal, os arquipélagos da Madeira e dos Açôres, a Groenlândia e a Terra Nova dos Côrte-Reaes no planisfério de Cantino

utilizasse em seus empreendimentos nos mares das Antilhas, contínuamente por êles perlustrados. O cartógrafo não podia ornar com as quinas a região por tal modo revelada a portugueses, já que a situava a poente das Antilhas, incluídas no hemisfério espanhol por fôrça do pacto de Tordesilhas; mas tampouco lhe impôs, facto muito para notar, os leões de Castela. A nomenclatura está redigida em espanhol aportuguesado, como nas demais possessões castelhanas.

O precioso trecho do *Esmeraldo*, revelando viagens portuguesas destinadas à América, tem além disso outra importância que não nos esqueceremos de acentuar. Pela primeira vez em escrito conhecido, embora impresso séculos depois, se assevera peremptóriamente a realidade de um vastissimo continente unido que na esfera terrestre se estende em largura superior a um quadrante, e do qual *nam foy visto nem sabido ho fim e ho cabo*. Isto data de 1505, do próprio ano em que o herói do Cambalão regressou da guerra indiana, e poder-se-ia imaginar que só então se abalançariam em Portugal à ousada afirmação, que tam alto eleva o nivel de seus cosmógrafos, adiantados em muitos anos aos colegas europeus. Há, porém, indício seguro de que já por êsse tempo ela lhes era familiar. Encontra-se na carta de Pasqualigo à Senhoria de Veneza, escrita em 18 de outubro de 1501, onde se lê o passo seguinte, relativo às descobertas de Côrte-Real neste ano e no anterior ([49]):

Acreditam estes da caravela em que a terra acima descrita é terra firme, e está ligada a outra terra que debaixo da tramontana foi descoberta o ano passado por outras caravelas desta magestade... Também crêem estar ligadas com as Antilhas que foram descobertas pelos reais de Espanha e com a terra dos papagaios, há pouco achada pelas náus dêste rei que iam para Calicut.

Credono questi di la caravella la soprascrita terra esser terra ferma, et conjungersi com altre terra, la qual l'anno passato soto la tramontana fu discoperta da l'altre caravelle di questa majestá... Etiam credeno conjungersi con le Andilie, che furono discoperte per li reali di Spagna, et con la terra dei papagá, noviter trovata per le nave di questo re che andorono in Calicut.

Harrisse, criticando a última frase, na qual Humboldt viu uma surpreendente adivinhação ([50]), contesta que ela resulte da crença firme dos portugueses na existência de um extenso continente contínuo, e apenas lhe confere o carácter de mera conjectura; no entanto seus argumentos carecem de valor ([51]). Adicionalmente, ao passo que empresta feição dubitativa à concepção portuguesa, concede-a afirmativa aos espanhois, invocando o planisfério de La Cosa, de 1500, onde há efectivamente uma linha contínua de costa do Novo Mundo, ligada de norte a sul. Ora, de princípio, se não é inverosímil a diversidade de opiniões nos dois países vizinhos, é-o inteiramente a precedência de castelhanos na ideia da continentalidade, desde que êles se não anteciparam aos portugueses na náutica, nem na astronomia, nem na cosmografia, e por outro lado não possuíam em 1500 dados próprios além dos relativos às Antilhas e a parte da costa norte da América meridional. Demais, o trabalho do pilôto vasconso está longe de constituír prova, já que seguramente sofreu retoques e adições ulteriores, uma das quais pensamos ser justamente a continuïdade do litoral americano.

Não nos resta dúvida de que, a darmos-lhe pátria definida, a continentalidade do Novo Mundo é uma concepção portuguesa, e julgamos em êrro os que a atribuem preferentemente a espanhois ou conferem a primazia a Américo Vespúcio. Vignaud, o mais ilustre dos paladinos vivos do vaidoso florentino, reivindica para êle a prioridade em afirmar que a parte austral da América é um continente distinto da Ásia, mas hesita em atribuír-lhe o pensamento mais amplo da ligação em um só todo das vastas terras atlânticas a ocidente da Europa ([52]). Com efeito, se no *Mundus Novus*, impresso em 1503 ou 1504, Vespúcio proclama claramente ter descoberto na sua terceira viagem um novo continente ao sul do eqüador, na posterior *Lettera* a Soderini não afirma que êle prossegue com as terras avistadas para cima de 16° N.

A prioridade de Vespúcio só repousa, ao parecer, em que êle foi o primeiro a servir-se da imprensa para a anunciar, pois é evidente que a ideia já muito anteriormente tinha ocorrido, quer a portugueses, quer a espanhois ([53]). *Tant qu'on n'aura pas découvert quelque document ou quelque*

([49]) Berchet, op. e vol. cit. págs. 87 e 89.
([50]) *Examen Critique*, tômo IV, pág. 263.
([51]) *Les Corte Real*, pág. 132.
([52]) *Améric Vespuce*, págs. 192 e 195.
([53]) Quando Colombo descobriu Pária em 1498, afirmou logo que era terra firme, tendo percorrido aliás pequena extensão de costa; êle estava persuadido de ter alcançado as terras no austro que lhe tinham sido anunciadas por D. João II (Las Casas), e a respeito das quais lhe escreveram os reis em 5 de setembro de 1493 (Navarrete, op. cit. tômo II, pág. 109). Alonso de Hojeda em 1499 confirmou a existência da terra firme, de que dizia com exagêro ter visitado 600 léguas, e outro tanto alegou Vicente Pinzon ter percorrido noutra parte della. Os espanhois ficaram pois convencidos da continentalidade do Novo Mundo austral, e Vespúcio, que navegou sob o comando de Hojeda, teve a fortuna de ser o primeiro a imprimir essa opinião, fortalecida com o conspecto do Brasil.

témoignage qui lui enlève la priorité de cette conception géniale, proclama Vignaud, *on ne pourra lui ravir l'honneur auquel il prétendait*. Mas tal documento existe: é o mapa de Cantino, ultimado em 1502, antes da publicação do *Mundus Novus*. Aí se vê nitidamente figurada a América do Sul continental, desde a península castelhana *boyacoa* (Cuquibacoa), por 13º ou 14º N, até terras portuguesas, hipotéticamente prolongadas até 39º S, estando ligadas as descobertas dos povos rivais por uma faxa convencional e despida de nomes, que representa litoral ainda não percorrido por navegadores europeus.

É certo que, para Vignaud, Vespúcio interveio na confecção dêste mapa, ao menos na parte da Flórida, sendo pois possível que também inspirasse a continentalidade da América austral. A hipótese da colaboração do florentino, porém, é inteiramente gratuita, e estriba-se tam sòmente na sua presença em Lisboa ao tempo da conclusão do trabalho cartográfico (54). Ela desvanece-se quando se atenta na omissão total da dilatada costa que vai do Yucatan até à Flórida, contornando o gôlfo do México. Ora Vespúcio na *Lettera* assevera tê-la percorrido em 1497 e é inverosímil que, tendo auxiliado o cartógrafo, lhe não comunicasse todos os resultados da sua viagem e se limitasse aos da Flórida, aliás coberta de rica nomenclatura, totalmente ausente no escrito italiano. A crença de Vignaud não se justifica, nem tampouco transparecem motivos abonando a de Harrisse, para quem a toponimia das terras venezuelanas descobertas por Hojeda, tal como se vê em Cantino, é devida a Vespúcio. Ela é realmente diferente da de La Cosa, pilôto de Hojeda, e foi bebida em fonte diversa; ¿mas porque concedê-la, sem mais, ao esperto mercador quando nem sequer ali é mencionada *Venecia* ou Venezuela, denominação que trái proveniência italiana e seguramente foi por êle escolhida? E, por último, se é certo que também os nomes da costa brasileira inscritos em Cantino lhe têm sido imputados, por pertencerem à sua terceira navegação, mais ao diante provaremos não ter cabimento semelhante atribuïção. A verdade é que Vespúcio não colaborou no planisfério de Ferrara, nem tampouco no do biscaínho, como pretendem seus panegiristas, desajudados de qualquer sombra de argumento válido (55).

Afirmar a existência de uma enorme terra firme no *Esmeraldo* não nos basta a formar juizo das suas dimensões totais e configuração; não sabemos como a concebiam os geógrafos portugueses em 1505, e *à fortiori* em 1502. Em Cantino desenha-se nitidamente um continente na faxa intertropical, que em sua parte mais meridional é a Vera Cruz de Álvares Cabral; mas a terra recém-ganha a D. Manuel avança inesperadamente para sueste, aí por alturas de 23º S, em vez de tomar o verdadeiro rumo do oeste. Êste alargamento excessivo para o nascente não resultou certamente de cartas de marear; é uma errónea indicação de carácter conjectural. De 39º em diante cessa o contôrno, e não sabemos se o cartógrafo, à míngua de informações, o estendèria em sua imaginação até paragens antárcticas, se antes disso o limitaria por um oceano ligado ao seu *Oceanus oriẽtalis* que banha as Índias. A segunda suposição tem visos de verdadeira, se é certo que os portugueses se ocuparam desde logo com achar a passagem para as Índias pelo sudoeste austral (56).

No hemisfério boreal apenas se veem dois tratos de terra discontínuos; tanto a Flórida como as paragens mal definidas da Côrte-Real são figuradas como partes destacadas de mais extensa terra firme, ainda inexplorada. Aqui se nos depara uma questão importante: ¿os cosmógrafos portugueses de então supunham esta terra firme continuação da Ásia, ou imaginavam-na distinta do velho continente? A dúvida é legítima, não só por ter Colombo propagado a falsa ideia de que descobrira regiões orientais, mas ainda pela aparição em mapas posteriores a 1502 de uma protuberância asiática prolongada até não longe das Antilhas. Assim passa, entre outros, no mapa gravado de Ruysch (1508), no qual se admite geralmente ter havido influência portuguesa (57), e na *Charta Marina* de Waldseemüller, que está nas mesmas condições.

(54) Vespúcio alega (falsamente) ter chegado a Lisboa dessa primeira viagem ao Brasil em 7 de setembro de 1502. Foi Harrisse, seguido por quási todos, quem defendeu a possibilidade da sua comparticipação no trabalho português.

(55) Vignaud, animado do desejo de achar provas da habilidade cartográfica de Vespúcio, só atinou com duas: uma carta em que diziam ter posto mão o florentino e outra cuja direcção lhe é atribuída. É pouco demais para o investir em cartógrafo, a-pesar-de êle ser pilôto-mór nos 4 últimos anos de sua vida.

(56) Considera-se a mais antiga referência impressa à tentativa de passar ao Oriente pelo sudoeste americano aquela que se encontra na quarta viagem (1503-1504) da *Lettera*. Há aí, de facto, uma emaranhada história de passar a Malaca, no oriente, tendo aliás a viagem sido pelo ocidente; mas a situação da cidade é muito erróneamente dada, não só quanto à latitude, mas até na posição referida a Calecut, como quer que se queira entender o texto. É possível que o florentino se tornasse eco confuso de ideias portuguesas. Vignaud (op. cit. pág. 161) confessa que Vespúcio não declara nitidamente a intenção de ir a Malaca pelo Ocidente, mas conclui com maus fundamentos que ela existia.

No trecho citado da carta *Mundus Novus* o navegante anuncia uma viagem com vento sudoeste, mas dá-lhe o rumo sueste. É provável que Vespúcio se propusesse continuar suas descobertas no Brasil. Da mesma sorte, a passagem, citada por Vignaud, de Gomara, que só conhece do florentino o que êle conta, não vale cousa alguma.

(57) Acha-se reproduzido a pág. CXXIII da Introdução no Vol. I da presente obra.

Em 1501 era voz corrente nas tripulações recém-chegadas da América do Norte que o Novo Mundo formava um extenso continente seguido desde o hemisfério boreal até o austral; no mapa de Cantino, de 1502, vemos entre a Ásia e quaisquer terras ao leste o *Oceanus Occideroriẽtalis* desde 67º N até 88º S. É pois evidente que os portugueses sabiam que a Índia, a China e a Cipango de Marco Polo não só estavam extremamente afastadas da Europa, mas também não se ligavam às terras recém-descobertas, interpostas como barreira entre a Ásia e a Europa ou África. A ligação dos velho e novo continentes apenas era possível na calote hiperbórea; efectivamente, em Cantino a costa da China sobe acima do círculo árctico, inflectindo-se depois para leste até o bordo do mapa. Como êste não está completo, faltando-lhe um fuso de mais de 90º em longitude, ignoramos como o cartógrafo imaginava o prolongamento daquela linha de litoral ([58]).

Às duas terras, Groenlândia e Terra Nova, onde são visíveis as quinas, há que juntar como português o vasto território do Brasil, que pela primeira vez, em 1502, se nos depara em carta conhecida. Comummente se acredita que já dois anos antes La Cosa o figurara em seu planisfério, indicando os resultados das viagens de Vicente Pinzon e Diogo de Lepe, quando não a de Hojeda, bem como dilatado trato da costa hipotética ao sul do cabo de S. Agostinho. É um êrro cuja propagação importa atalhar.

Noutro capítulo desta obra deixámos cabalmente demonstrado que são imaginárias as viagens de castelhanos ao Brasil antes de 1502, tendo sido o traçado do biscaínho alterado por adições posteriores. O litoral ao longo do qual corre a nomenclatura, que é lícito supor primitiva, não desce com certeza ao sul das Guyanas. A legenda aposta ao cabo descoberto por Pinzon, antes e depois do qual não há nomes inscritos e que geralmente se crê ser o cabo de S. Agostinho, foi acrescentada à obra primitiva. As únicas notícias àcêrca de Vera Cruz, que podiam ter chegado vagamente aos ouvidos de La Cosa em 1500, eram as trazidas por Gaspar de Lemos; ora no seu mapa-mundo não há vestígios de Vera Cruz, nem é natural que aí estivesse assinalada, uma vez que êle ignora os descobrimentos de Vasco da Gama, sabidos dois anos antes, cuja repercussão fôra muito maior. *A ysla descubierta por Portugal* representa provàvelmente, com grande exagêro de dimensões, a actual de Fernão de Noronha, cuja descoberta se realizou no primeiro semestre de 1502 e teria sido anunciada em Espanha nos fins dêste ano, época em que supomos feitos os acrescentamentos. Temos por seguro que La Cosa, quando terminou o seu trabalho, não fazia a menor ideia das terras situadas ao sul do Essequibo, nem *à fortiori* do Brasil, de que devemos a Cantino a mais antiga imagem cartográfica actualmente existente.

([58]) Duarte Pacheco considera a quarta parte do mundo distinta da Ásia; todavia, convencido de que o Novo Continente era distinto do Velho, supunha-os ligados nas regiões polares. É o que se depreende dos seus conceitos àcêrca da relativa pequenez dos mares.

II — SUMÁRIO DAS EXPEDIÇÕES CONHECIDAS QUE ESTIVERAM NO BRASIL ENTRE 1500 E 1502

ANTES de iniciarmos o exame do Brasil de 1502, torna-se indispensável rememorar em súmula tôdas as viagens conhecidas que a êle se empreenderam até à data.

1.ª) *1500-1501: Expedição à Índia, sob o comando de Pedro Álvares Cabral.* Tendo partido de Belém aos 9 de março de 1500 com 13 navios, dos quais perdeu um nas vizinhanças do arquipélago de Cabo Verde (59), avistou Cabral em 22 de abril a terra americana que baptizou de Vera Cruz. O ponto da arribada foi pouco ao norte do Monte Pascoal (lat. 16º53′ S), nome imposto pelo capitão-mór ainda hoje conservado; o ancoradouro definitivo foi a actual Bahia Cabrália (lat. 16º21′ S), à qual deram na ocasião a denominação Pôrto Seguro (60). Cabral alçou ferros em 2 de maio, tendo ao mesmo tempo expedido para Portugal uma caravela, ao mando de Gaspar de Lemos, afim de transmitir a D. Manuel a feliz nova do seu achado.

Pero Vaz de Caminha, em sua carta justamente famosa a D. Manuel, declara que na visita ao novo e brilhante florão da corôa portuguesa viram 20 ou 25 léguas de costa, mas não se pronuncía sôbre sua natureza continental ou insular; contudo o documento é datado *deste Porto Seguro da vossa ilha da Vera Cruz.* Poderia depreender-se, portanto, que cautelosamente o reputava insular, se a êsse tempo e ainda muito depois não fôsse costume chamar ilha à terra nova. Escrevendo ao (61) mesmo tempo a el-rei, o físico da armada Mestre João comunica-lhe ter *casy entendido* dos naturais que pisava uma ilha pertencente a um grupo de quatro; mas data simplesmente de Vera Cruz, sem indicar sua formação (62). D. Manuel em sua carta de 1501, vulgarizada por Navarrete (63), conta que *o dito meu capitão... chegou a hua terra que novamente descobryo a que pos nome santa cruz;* é certo todavia que ao escrever estas concisas palavras já estava de posse das informações de Gaspar de Lemos, o qual passara à vista de longa extensão da costa ao norte de Pôrto Seguro. Não sabemos qual o parecer de Cabral e seus capitães àcêrca da natureza do descoberto, mas é de presumir que se julgassem em presença, senão de terra firme, ao menos de uma ilha de consideráveis dimensões; aliás não teria sido desfalcada a frota à qual já se sumira um navio, e expedido Gaspar de Lemos ao monarca, a-pesar do mensageiro confirmar as fortes suspeitas que há longos anos os cosmógrafos portugueses mantinham da existência de vastas terras no austro ocidental.

Há da viagem uma relação de testemunha presencial que oferece todos os visos de veracidade. Publicada pela primeira vez em 1507, atribuíram-na a um pilôto anónimo português, tendo sido vertida

---

(59) Foi o de Vasco de Ataíde, consoante assevera Pero Vaz de Caminha na sua carta a D. Manuel. Aproveitamos a ocasião para lembrar que Castanheda diz o mesmo na 1.ª edição da sua crónica. «*E aos vinte e quatro se apartou da conserva hûa nao de que era capitão Vasco Dataide que era outro capitão da frota ainda que ho não disse, que nunca mais pareceo*». (*Historia do descobrimento e da conquista da India pelos portugueses*, Coimbra, 1551, livro 1.º, cap. XXVIII). Na edição de 1553-54 lê-se no cap. XXX do livro 1.º: «*e aos vinte e quatro se apartou della com tormenta Luiz Pires que arribou a Lisboa*». A emenda no texto primitivo contém, em tam poucas palavras, três êrros: a tormenta, o nome do capitão e o regresso a Lisboa. A carta de Caminha acusa os dois primeiros, e a carta de D. Manuel aos reis católicos em 1500 o terceiro. Da segunda edição de Castanheda copiaram provávelmente os cronistas posteriores.

(60) O Pôrto Seguro d'hoje, fundado por Pero de Campos Tourinho, está situado umas léguas ao sul, por latitude 16º30′ S. Cabral não se guiou pelo calendário na escolha de suas designações. O domingo de Páscoa fôra em 12 de abril, a sua oitava em 21; o monte Pascoal foi avistado em 22, dia consagrado a S. Sotério e S. Gaio nos calendários náuticos portugueses dos regimentos do astrolábio de Munich e de Évora (fac-similes de Munich e Génebra editados por Joaquim Bensaúde). Desde o princípio de abril até 2 de maio não há festa que se relacione com a Cruz; sòmente a 3 de maio se comemora sua Invenção (achado), mas a frota já tinha partido na véspera, deixando a denominação Vera Cruz consignada nas cartas de Pero Vaz de Caminha e Mestre João, publicadas no cap. VII desta obra. A carta de D. Manuel aos reis católicos, escrita em 1501, traz o nome de Santa Cruz (Eugénio do Canto, *Trelado da carta que el Rey nosso senhor escreveo a elrrey e a Rainha de Castella seus padrees da nova da Imdija*, Lisboa, 1906, com fac-simile). Noutra carta de 1505, atribuída a D. Manuel, se diz que o nome imposto à terra foi Santa Cruz, por ter sido erguida na praia uma cruz muito alta, o que ocorreu em 1 de maio. Capistrano de Abreu supõe que o nome foi dado no domingo da Pascoela, 26 de abril, dia da primeira missa dita no recife da Bahia Cabrália (nota K da pág. 119 da *Historia Geral do Brasil* de Varnhagen).

(61) Em varios regimentos de capitães de armadas índianas se designa o Brasil por ilha da cruz (*Cartas de Affonso d'Albuqueroue*, publicadas pela Acad. Real das Sciências de Lisboa, tômos I e III).

(62) Leia-se êste curioso documento, a pág. 105 dêste volume.

(63) *Colleccion de viages y descubrimientos que hicieron los españoles por mar desde fines del siglo XV*, Madrid, 1825 e seg., tômo III, pág. 94. O documento é datado de Santarém, aos 29 de julho; todavia a cópia portuguesa ou *trelado*, publicada de págs. 155 a 168 do presente volume, é datada de Lisboa, aos 28 de agosto, o que é certamente preferível.

de nossa língua para o dialecto veneziano (64). Falando de Vera Cruz (cujo nome aliás não cita) diz o autor ser a terra grande:

... não apuramos se ela era ilha ou terra firme, mas julgamos por sua grandeza ser terra firme, com muito bons ares.

... non intendessimo si la era isola over terra ferma, ma indichassemo per la sua grandeza sia terra ferma, la qual ha bonissimo aere.

Esta opinião, que devia estar generalizada na armada, tem o mérito de ser posterior à escala, mas não nos permite decidir com inteira segurança se Cabral levou os seus 11 navios directamente ao cabo da Boa Esperança, ou se ladeou o litoral brasileiro em extensão considerável. No segundo caso é de estranhar que *o pilôto anónimo* omitisse tam bom argumento em abôno de seu juizo, mas não o é menos que êle optasse pela continentalidade à vista das simples 25 léguas de costa. É de crer, pesadas estas circunstâncias, que os navegantes curiosos, quando largaram de Pôrto Seguro, acompanharam a terra durante algum tempo em direcção próxima do sul.

A relação citada não indica o rumo escolhido pelo capitão-mór em demanda da África austral. Na carta escrita de Cabo Verde por Américo Vespúcio a Lorenzo de Médicis, lemos que a expedição singrou por sueste-quarta-de-leste, S 56° 15′ E, informação transmitida por tripulantes de dois navios de Cabral regressados da Índia, os quais o florentino encontrou em Bezeguiche (Dakar) (65). A latitude de Pôrto Seguro fôra avaliada em 17° S pelos pilotos portugueses, e a do Cabo da Boa Esperança era-o há anos em 34° ou 34° 30′ S (66). Ignora-se a diferença de longitude entre os dois pontos calculada pela róta, mas presumimos que não andaria longe de 57°, pois assim aparece no mapa de Cantino, concluído em 1502 (67). Com estes dados, a recta que numa carta plana quadrada (como então eram as de marear) une o pôrto brasileiro ao promontório africano tem o rumo aproximado S 73° E e não S 56° 15′ E; a linha com esta última direcção corta o paralelo do Cabo 30° ao poente. Os pilotos deviam ter tomado rumo pouco afastado de leste-quarta de sueste S 78° 43′ E (68), e tanto menos afastado quanto mais ao sul de Pôrto Seguro supusermos o ponto de partida para o continente negro. Vespúcio naturalmente equivocou-se, e trocou talvez sueste-quarta de leste por leste-quarta de sueste, rumos que diferem duas quartas (22° 30′).

Contra a hipótese da róta direita ao cabo da Boa Esperança se levanta um testemunho a que não há que negar valor. Numa carta escrita em 27 de junho de 1501 por Giovanni Matteo Cretico, alusiva a esta viagem e transcrita para Veneza em 27 do mês seguinte por Domenico Pisani, *oratore* ou embaixador da república do Adriático, encontram-se as frases seguintes (69):

Acima do Cabo da Boa Esperança, do lado do sudoeste, descobriram uma terra nova, chamam-na terra dos papagaios, por serem os papagaios tamanho dum braço e mais, de várias côres, dos quais viram dois. Julgam que esta terra é terra-firme, porque correram pela costa duas mil milhas e mais, e não lhe acharam fim. Habitam-na homens nus e formosos.

da sopra del capo de Bona Speranza, verso garbin, hanno discoperto una terra nova, chiamano la terra de li Papagá, per esser li papagá longi uno brazo e più, de vari colori, de li qual hanno visto doy. indichano questa terra esser terra ferma, perchè correno per costa duo milla mia e più, nè mai trovorno fin. Habitano homeni nudi et formosi.

O emissário veneziano inspirou-se em narrativas dos tripulantes da primeira caravela de Cabral, que aportou a Lisboa em 23 de julho de 1501, e por ser mais veleira fôra na dianteira

(64) Francanzio de Montalboddo, *Paesi nouamente ritrovati et novo mondo da Alberico Vesputio florentino intitulato*, Vicenza, 1507. A versão foi vulgarizada por Ramuzio, *Delle navigazione et Viaggi*, tômo I, pág. 155; e na parte relativa ao Brasil está reproduzida no cap. VII da presente obra. Em nosso parecer é obra de alguém — e não pilôto —que ia no navio armado por D. Álvaro de Bragança, Bártolo Marchione e Jerónimo Sernige. Berchet atribui a redacção final a Giovanni Matteo Cretico, agente veneziano em Lisboa (op. cit., tômo I, pág. 43).

(65) Vignaud, *Améric Vespuce*, Paris, 1917, pág. 404. Conquanto a repute apócrifa, o autor tem-na como inspirada em documentos emanados de Vespúcio.

(66) A primeira consta de carta de Mestre João; a última de Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis*, edição de 1905, pág. 37.

(67) Devemos notar que Pôrto Seguro está colocado no mapa a oriente de sua verdadeira posição, como adiante veremos. Se estivesse certo, mais avultaria a conclusão a que chegamos no texto. A diferença real de longitude só difere em 30′ da anotada em Cantino.

(68) O arco, que une a Bahia Cabrália ao Cabo de Boa Esperança, tem o rumo inicial próximo de S 59° E; o de Vespúcio é S 56° 15′ E. À primeira vista, esta pequena discrepância dá razão ao florentino, mas cumpre notar que os pilotos operavam sempre com a carta de marear, e não conheciam as coordenadas geográficas exactas de hoje.

(69) Berchet, op. cit., tômo I, pág. 43. Julgamos exacta nossa data de comunicação de Cretico, a-pesar da carta de Pisani trazer 27 de julho, provàvelmente por equívoco, pois sendo ela mesmo de 27 de julho, não se podia referir a outra escrita naquele dia. *Os Paesi nuovamente ritrovati* concordam connosco; a carta foi escrita em 27 de junho, quatro dias depois da chegada da primeira caravela de Cabral.

de reduzida frota, pouco depois de dobrar o cabo da Boa Esperança no domingo de Pentecostes, 23 de maio ([70]). Os informes de Cretico, conquanto anteriores à relação do pilôto anónimo são bastante tardios no que respeita a Vera Cruz, pois o mensageiro Gaspar de Lemos já no ano anterior estava de volta em Lisboa; mas o italiano chegou a Portugal muito mais tarde, e não saberia disso ([71]). Dêles se póde inferir que Cabral percorrera considerável trato do litoral brasileiro, necessáriamente ao sul do ancoradouro final, e tamanho que, a dar crédito às 2000 milhas ou 500 léguas, o teria visto até ao Rio Grande do Sul. O exagêro é evidente, mas dando farto desconto à fantasia dos marítimos, ainda fica o bastante para afirmar uma razoável navegação costeira, fóra do trecho compreendido entre Pôrto Seguro e as imediações do Monte Pascoal. Devemo-nos porém lembrar de que, ao tempo, deviam estar espalhadas em Lisboa, e ampliadas de bôca em bôca, as notícias de Vera Cruz, trazidas por Gaspar de Lemos. Êste capitão navegou muitos dias à vista da costa brasileira, assegurando-se de que era terra firme; bem póde a sua viagem ser a origem do dito de Cretico, que não transmitiria assim apenas indicações dos marinheiros de Cabral. Por êste lado, não há motivo suficiente para atribuír a Cabral conhecimento do futuro Brasil muito excedente às 20 ou 25 léguas contadas por Caminha ([72]).

Os únicos nomes que nos ficaram desta primeira viagem são Vera Cruz, Pôrto Seguro e Monte Pascoal; doutros, se os houve, não ficou memória.

2.ª) *1500: Viagem de Gaspar de Lemos, voltando de Vera Cruz a Portugal.*

Dela só se sabe ao certo que começou depois de 1 de maio de 1500, sendo desconhecida a data da terminação, talvez no verão. Temos de nos contentar com meras conjecturas.

A respeito de Gaspar de Lemos escreve o sagaz P.e Aires do Casal ([73]): «*Como a costa corre ao mesmo rumo que o nosso correio necessariamente devia navegar, e ele tinha interesse (e provavelmente recommendações de Pedralvez Cabral) em saber athé que altura a terra se estendia para o Norte, nada he tão verosimil e natural, como avistala elle muitas vezes athé Cabo de S. Roque, se he que não a levou sempre á vista athé esta paragem; porque as aguas nesta mansão empurram para*

([70]) Êste barco fôra armado por D. Álvaro de Bragança, pelo negociante florentino de Lisboa Bártolo Marchioni, e por Jerónimo Sernige, acompanhado doutro, como se deduz da carta de 26 de junho de 1501, escrita pelo negociante cremonês Giovanni Francesco Affaitadi, que espionava por conta de Veneza. Nesta carta, publicada em apêndice ao capítulo VII da presente obra, diz o autor que a caravela chegou *eri al tardi*, por conseguinte a 25 de junho, se as palavras foram traçadas a 26, o que é ponto duvidoso. Cretico, na carta citada no texto, conta que o barco aportou *la sera di san Zoane;* ora a noite de S. João é a véspera do dia dêste santo, 23 de junho, precisamente quando Barros dá a chegada de Cabral.

O *pilôto anónimo* fixa a passagem final do cabo na *Pasqua florida*, que para Humboldt significa o domingo de Ramos, 4 de abril de 1501. Esta opinião, que a autoridade do sábio fêz passar em julgado, é duas vezes errónea. Naquela data foi domingo de Páscoa da Ressurreição e não de Ramos; além de que a expressão italiana póde também designar o domingo de Pentecostes ou do Espírito Santo, 23 de maio, que se chama Páscoa de rosas ou de maio, por poucas vezes deixar de caír neste mês. A carta de D. Manuel em 1505, informa que Cabral dobrou o cabo na *pasqua d'mayo;* Barros nada diz, Castanheda e Damião de Góis trazem 22 de maio, e o último acrescenta que era domingo do Espírito Santo, errando um dia. Se tivesse sido no domingo de Ramos, 28 de março, a caravela ligeira, que chegou a Lisboa em 23 de junho, teria gasto 88 dias em percorrer as 1600 léguas entre o cabo e a capital, o que corresponde ao arrastado andamento médio dumas 18 léguas diárias ou 3 milhas por hora; a nossa interpretação conduz a 32 dias e 50 léguas diárias, ou cêrca de 8 milhas por hora, que não são demais para uma embarcação veleira. Contudo é difícil explicar, nesta suposição, como Cabral pôde chegar a Bezeguiche em 4 de junho, se não falha Vespúcio na citada carta de Cabo Verde, escrita dêsse lugar no mesmo dia, pois entre Bezeguiche e o cabo a derrota orça por 900 léguas, o que exige o andamento de 75 léguas diárias, ou mais de 12 milhas por hora, excessivamente rápido para náus carregadas e deterioradas por longa navegação e combates. Verdade seja que há razões para invalidar as datas de Vespúcio.

O pormenor do regresso a Lisboa da primeira caravela foi revelado por Harrisse (op. cit., pág. 342), que o extraíu da mencionada carta de La Faitada de 26 de junho de 1501. O insigne americanista, porém, fantasia uma arribada de Cabral a Cadiz antes de chegar a Lisboa, baseando-se numa carta de Alberto Cantino, agente do duque de Ferrara. Neste documento, escrito de Cadiz em 19 de julho de 1500 (Berchet, obra e tômo citados, pág. 151, nota), diz Cantino que o rei de Portugal está em Lisboa, e que um dos seus homens chegado à cidade espanhola lhe dera notícia de cinco navios arribados a Portugal com carregamento de especiarias. Harrisse, fiado numa tradução errada da carta, dá-a como escrita em Lisboa e a informação como emanada directamente de D. Manuel, a quem fôra comunicada por um dos seus homens vindos de Cadiz. De facto, ela provinha do único navio ancorado em Lisboa antes de 19 de julho, a caravela veleira, que só contava com mais quatro companheiros, por supôr perdida a náu de Diogo Dias. A ordem da chegada dos seis navios tornados da Índia deduz-se da carta de D. Manuel de 1501 e está estudada a págs. 194 a 197 do presente volume.

([71]) A comissão de Pisani, secretariado por Cretico, começou em 12 de setembro de 1500; só depois desta data chegaram os dois a Portugal. (Berchet, obra e tômo citados, pág. 39).

([72]) Tal não é o parecer de Capistrano de Abreu, que contudo se estriba apenas em Cretico (*O descobrimento do Brasil pelos portugueses*, Rio de Janeiro, 1900, a pág. 51). O sr. Jaime Cortesão deduz da passagem citada de Pisani que tinha havido exploração da costa brasileira anterior à de Cabral (op. cit., pág. 185); mas o italiano refere-se expressamente à expedição de 1500. Se a informação tivesse outra orígem é natural que lha não ocultassem os informadores. Por outro lado, a carta de Pasqualigo que o sr. Cortesão, na esteira de Harrisse, cita em abôno da sua crença, não tem nada que ver com a expedição ao Brasil, por quanto se refere exclusivamente à de Côrte-Real, no hemisfério oposto. Houve engano do ilustre crítico americano, como se vê da passagem do seu trabalho anterior *Les Corte Real*, a pág. 140.

([73]) *Corografia Brazilica*, 1817, tômo I, pág. 36.

No Anno de 501 –

Partio João da noua alcayde pequeno pera a India a cinq.º de março por capitão mór de quatro Vellas e sendo oyto gráos avante da linha echinocial contra ho sul a sou hũa Ilha a que pós Nome. da conceyção, e há tornada pera portugal a sou a de santa ellena; e das Naos todes erão os capitães

¶ João da noua ☽
Alcayde de lixboa

¶ Françisq.º de nouaés ☽
Criado del Rey.

¶ Diogo barbosa ☽
Criado de Dom Aluaro Irmão
do Duque de bargança

¶ Fernão Vinet ☽
floremtim.

EXPEDIÇÃO DE JOÃO DA NOVA (1501) NO *LIVRO DAS ARMADAS DA INDIA*

terra. Os dois indigenas, com que chegou a Portugal, segundo Barroz, provam que elle aportou em alguma parte depois que sahio de Porto Seguro, visto não serem deste lugar».

A estas judiciosas reflexões nada há que opôr, salvo ao desembarque em Vera Cruz, que é problemático. Casal, a quem se deve a primeira publicação da carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel, leu nela que Cabral decidira em conselho dos capitães não mandar naturais do país com o mensageiro, e concluíu acertadamente que êste os apanhara no decurso da sua exploração. Mas Barros não fala, que nos conste, de indígenas enviados; só Castanheda, bem como Damião de Góis, que copía do antecessor, dizem que com Gaspar de Lemos fôra um a mandado de Cabral (74), facto muito contestável em face do asserto de Caminha.

Gaspar Correia é mais abundante em pormenores da viagem, mas substitui Gaspar de Lemos por André Gonçalves (75): «*Onde o capitão-mór, por conselho de todos, d'aqui tornou a mandar ao Reyno o navio de André Gonçalves, com a nova a El-rey desta terra que descobrira; e mandou homens e mulheres e moços, e suas redes e vestidos, e dos papagaios grandes e doutros mais pequenos. O mantimento da terra era milho, e o navio carregado de paus vermelhos aparados, que eram muy pesados, a que chamavão brasil, por sua vermelhidão ser fina como brasa. E mandou André Gonçalves que fosse correndo a costa sempre emquanto podesse e trabalhasse por lhe ver o cabo, o que elle assim fez, e descobrio muyto della, que tinha muytos bons portos e rios, escrevendo tudo e as sondas e sinaes com que tornou a El Rey e houve muyto prazer*».

Êste cronista escreveu na Índia, longe de documentos oficiais, e as suas informações, ainda quando colhidas de personagens directamente ligadas aos acontecimentos, não merecem total crédito. Está neste caso a passagem citada. Os testemunhos de maior confiança contrariam o comando de André Gonçalves, que aliás só em Correia figura no rol (bastante transtornado) dos capitães da armada de Cabral; todavia é possível que êste despachasse o navio dos mantimentos, que se presume a cargo de Gaspar de Lemos, sem lhe conservar o capitão (76). Quanto à remessa de gentio com seus apetrechos, deve errar o cronista, a julgar da carta de Caminha; e tampouco crêmos se comesse correntemente milho na terra, porquanto o escrivão de Calecut diz que o mantimento constava de inhame, sementes e frutas (77). Igualmente se nos afigura mui duvidoso o carregamento de pau brasil, de que não nos dá notícia o minucioso Caminha.

A parte final do trecho de Correia é plausível, mas não está isenta de séria objecção. Com efeito, se os expedicionários se demoraram a examinar portos, rios e cabos, deviam ter-lhes distribuído nomes, principalmente se algures poseram pé em terra; a sua nomenclatura seria considerada oficial, e como tal devia figurar nas cartas de marear e nos documentos cartográficos por elas compostos. Ora no planisfério de Cantino, o mais antigo que possuímos do Brasil, copiado em 1502 de um protótipo oficial, não há vestígios de tal nomenclatura, como teremos ocasião de ver. Tudo se passou, pois, como se Gaspar de Lemos, ansioso por cumprir lestamente sua missão e ganhar as alvíçaras da boa nova, se tivesse limitado a um ligeiro reconhecimento do litoral, não cuidando de desembarcar.

Tem-se aventado, sem fundamento, que lhe pertence o nome de S. Cruz, dado a um cabo que geralmente se crê ser o de S. Agostinho. Como os navegadores costumavam designar as novas terras pelos oragos dos dias da descoberta, é natural que o citado cabo fôsse encontrado em dia consagrado à Santa Cruz; ora no calendário náutico do *Regimento do estrolabio e do quadrante*, são mencionados três: 3 de maio, Invenção da S. Cruz; 7 de maio, Invenção do sinal da Cruz; 14 de setembro, Exalçamento da S. Cruz. O primeiro é de excluír, por imediato à partida de Gaspar de Lemos, e tampouco se deve aceitar o último, afastado como está dela mais de dezoito semanas, lapso de tempo excessivo para percorrer, mesmo com escalas, as 180 léguas de costa que separam Pôrto Seguro do cabo mais oriental do continente americano. Resta considerar 7 de maio, data admissível, já que a distância indicada se vence em 5 ou 6 dias, durante os quais a caravela dos mantimentos teria o andamento de 5 ou 6 milhas por hora. Assim se explicaria a denominação do cabo; e além disso, independentemente do

(74) Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses*, Lisboa, 1833, livro I, cap. 31, pág. 98; Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor rei D. Emanuel*, Lisboa, 1790, 1.ª parte, cap. 55, pág. 134.

(75) *Lendas da India*, Lisboa, 1858, tômo I, pág. 152.

(76) A versão de Correia, sustentada por Cândido Mendes de Almeida *(Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brasil*, XXXIX, parte 2.ª), foi combatida por diversos autores, entre os quais o professor Hümmerich, cujos argumentos parecem convincentes a Capistrano de Abreu.

(77) A relação do *pilôto anónimo* informa-nos de que os naturais usavam só pão de inhame, todavia adiante diz ser a terra abundante de milho, inhame e algodão.

calendário, ainda poderia Gaspar de Lemos comemorar o achado de Cabral com a reprodução de Santa Cruz. Há porém um facto que se nos afigura prejudicar a hipótese: é que no planisfério de Cantino aparece o cabo sob o título de S. Jorge e não de S. Cruz, como deveria acontecer se tal houvesse sido oficialmente e em primeiro lugar indicado por Gaspar de Lemos. Por outro lado, o nome aposto não pertence a êste capitão, por que S. Jorge se festeja a 23 de abril, e o princípio da viagem é posterior a 1 de maio ([78]).

2.ª *bis) 1500: Expedição de reconhecimento mandada por D. Manuel a Vera Cruz.*

Na seqüência do trecho citado a propósito de Gaspar de Lemos traz Correia estes dizeres: *e logo* (El Rey) *armou navios com que tornou a mandar André Gonçalves a descobrir esta terra, porque mandou experimentar o páo e acharam que fazia muy fina cor vermelha, com que logo fez contrato com mercadores que lhe compraram o páo a peso, que foram carregar este brasil, de que houve grande trato e muito proveito...*

Se tomarmos à letra a passagem, seriamos forçados a admitir que depois da chegada do emissário de Cabral e no mesmo ano de 1500, foram navios portugueses propositalmente a Vera Cruz a mandado de D. Manuel.

Não é impossível que a descrição da extensa e formosa costa da *terra dos papagaios* determinasse desde logo o monarca à emprêsa, mas temo-lo por improvável. Os negociantes italianos estabelecidos em Lisboa, que espionavam por conta dos seus estados, não se esqueceriam de acusar esta primeira viagem, de que não falam os documentos desta proveniência até agora desvendados. É certo que êles são todos posteriores ao segundo semestre de 1500; mas não se descobrem vestígios de tal viagem no mapa de Cantino, copiado de um protótipo oficial. Deve pois ser interpretado com largueza o *logo* do cronista, tanto mais que o *contracto com mercadores*, de que êle nos diz ter sido *logo* feito, outra coisa não é senão o arrendamento das terras de S. Cruz, celebrado em 1502 por D. Manuel com cristãos novos, ao qual nos havemos de referir, e que foi consecutivo a uma expedição enviada em 1501.

Diz Alberto Cantino, emissário do duque de Ferrara na côrte portuguesa, numa carta dirigida a seu amo em 17 de outubro de 1501 em que lhe dá conta dos recentes descobrimentos de Gaspar Côrte-Real ([79]):

O rei pôs agora em vigor uma determinação: a todos os que no seu reino cometeram delitos dignos de grandes pênas ou de morte e que êle faz prender, não os manda matar; conserva-os e a seu tempo os envia a estes lugares e ilhas descobertas, e lhes assegura que, se em qualquer ocasião tornarem a Lisboa das terras onde os deixaram, lhes perdoa o delito e faz mercê de quinhentos ducados; mas eu creio que raros tornarão, pois que em um lugar chamado Santa Cruz, por ser deleitável de bons ares e abundante de frutos dulcissimos, fugiram cinco marinheiros do navio do Rei, e não quiseram mais de lá voltar e ali ficaram.

Metteró un termine il quale hora ha posto in uso questo Re: tutti coloro quali nel suo regno commetteno cose digne di gran pena overo di morte, tutti quelli fa pigliare ne alcun ne amaza, et servandoli col tempo gli manda in questi lochi et insule ritrovate, et imponeli questo, che se mai per aclun tempo ritornarano de donde gli harano lassati per terra a Lisbona, perdonali el delicto, e fali mercede di cinque cento ducati, ma credo io che rari ve ne tornarano, benche in un loco che si chiama Santa Croce, per essere dilectevole de bona aria et de dolcissimi fructi abundante, fugirno cinque marinari dela nave del Re, et non volseno piú tornare in nave et li restarno.

Dêste período se tem pretendido deduzir a existência duma viagem realizada entre sua data, outubro de 1501, e a chegada de Gaspar de Lemos em 1500, a qual podia ser então a atribuída por Correia a André Gonçalves.

O agente de Hércules d'Este refere-se evidentemente à fuga de marinheiros em 1500, pois as armadas partidas em 1501 que tocaram em S. Cruz só voltaram depois da sua informação. Ora quanto à de Cabral diz-nos a missiva de Caminha: *Creo Senhor que com estes dois degradados que aquy ficam, ficam mais dois grometes que esta noite se sairam desta naao no esquife em terra fogidos, os quaes nom vieram mais e cremos que ficaram aquy porque de manhaã prazendo a deos faremos daquy nossa partida.* Dois degredados e dois grumetes são coisa diferente de cinco marinheiros; parece pois que o episódio contado por Cantino não se deu com Cabral, mas sim com Gaspar de Lemos, ou então

([78]) Derby d'Orville, no escrito citado na nota 10 que abunda em extravagâncias, sustenta a hipótese de Gaspar de Lemos intitular de S. Jorge o cabo porque em 23 de abril desembarcou Cabral pela primeira vez em Vera Cruz, quando a verdade é que a terra foi avistada em 22 de abril e nem Gaspar de Lemos nem Cabral desembarcaram em 23, como se conclui da carta de Caminha, em cuja circunstanciada relação não figura o nome do santo cavaleiro.

([79]) Harrisse, *Les Corte Real*, apêndice XVII, pág. 208.

na expedição que está em exame. Porém a conclusão não é segura, conforme já tinha observado Harrisse que primeiro estudou o caso. De facto, Cantino podia transmitir uma notícia transtornada e sem cunho oficial, como sucedeu diversas vezes aos agentes italianos; êle parece ignorar que o decreto régio sôbre degredados já tivera plena execução no ano anterior, pois com Cabral seguiram muitos condenados. Demais, se na noite de 30 de abril para 1 de maio, data da carta de Caminha, se evadiram dois grumetes, é possível que de 1 para 2 outros os imitassem, certos como estavam da partida da armada no dia seguinte. Não há portanto necessidade de explicar o dito do agente com outra expedição; mas supondo que a fuga dos cinco marinheiros se efectuou depois da de Cabral, ainda é admissível atribuí-la à de Gaspar de Lemos.

3.ª) *1501-1502: Expedição à Índia, sob o comando de João da Nova.*

Êste fidalgo, de estirpe galega, que se distinguira em navegações e era alcaide-mór de Lisboa, foi mandado à Índia em 1501, antes do regresso de Cabral. Levava três náus e uma caravela; esta armada pelo negociante florentino Bártolo Marchione e comandada pelo seu compatrício Fernando Vinet, e uma das náus por conta de D. Álvaro, irmão do duque de Bragança, a mando de seu escudeiro Diogo Barbosa.

A data da partida varia nas crónicas; Gaspar Correia trá-la em 1 de março; João de Barros e Damião de Góis em 5 ([80]). A *Relazione* de *Lunardo da chà Masser* fixa-a no decurso de abril; a carta de 1505, atribuída a D. Manuel, em 11 dêste mês ([81]). As numerosas incorrecções dêstes dois documentos tiram-lhes autoridade, quando em contradição com os melhores cronistas, e levam-nos a preferir estes, tanto mais que possuímos informação segura e confirmativa. Pasqualigo, embaixador de Veneza, numa carta escrita de Saragoça em 12 de outubro de 1502 ([82]), faz conciso extracto doutra de 10 de setembro, proveniente de Francesco de la Faitada, na qual êste negociante cremonês e espião

... avisa que as 4 náus esperadas da Índia não tinham arribado; partiram há dezoito meses.

... avisa, le 4 nave si aspectava de India, non erano zonte; è mexi 18 partino.

Esta era a armada de João da Nova; ora contando para traz 18 meses desde 10 de setembro, caímos em 10 de março. De acôrdo com Barros e Góis podemos estar seguros de que a partida do capitão-mór galego, cuja data é para nós importante, se realizou na primeira dezena de março. O regresso realizou-se a 11 de setembro, segundo estes dois autores. No final do citado extracto leem-se as seguintes e obscuras palavras, que não são de La Faitada, nem de Pasqualigo, mas do analista Marino Sanuto a quem se deve a redacção:

noto como é a nova de Calecut, pelo dia 13 chegaram a Lisboa as caravelas com especiarias; a qual nova está em mãos do senhor Alvise de Molin.

noto com'è la nova di Coloqut, par a di 13 zonzese a Lisbona le caravele con specie: la qual nova è in man di sier Alvise da Molin.

Caravelas aportadas a Lisboa em 1502 com especiarias provenientes de Calecut só podiam ser as de João da Nova, que assim teria tornado da sua viagem em 13 de setembro. É uma nova versão, talvez exacta, se é que os 4 navios aportaram todos no mesmo dia.

Não padece dúvida que o capitão-mór tocou em Vera Cruz. Esta terra, *a quall pareçeo que nosso Senhor milagrosamente quijs que se achasse porque he muy conveniente e necessaria a naveguaçam da Indija,* como escreve D. Manuel em 1501, tornou-se. a partir de sua descoberta, uma escala quási obrigatória para as armadas, e devia tê-lo sido para a primeira que seguiu depois do regresso de Gaspar de Lemos. Na carta de 1505, atribuída ao mesmo monarca, vêmo-lo exprimir-se análogamente, quando se refere a João da Nova: *Naquelle mesmo anno (1501), em dez do mes de Abril (?): não tendo noticia d'aquella primeira armada, mandei ás sobreditas partes outras quatro naus bem equipadas, as quaes, porque já havia noticia daquella nova terra chamada de Santa Cruz, ahi foram ter para tomar algum refresco, pois certo a dita terra é muito necessaria para essa viagem.*

Os cronistas são omissos a respeito desta escala de João da Nova, excepto Correia ([83]):

o···o···o···o···o···o···o···o

([80]) Correia, *Lendas da India,* pág. 235 do 1.º volume; Barros, *Decada I,* livro V, cap. X; Góis, *Chronica de D. Emanuel,* parte 1.ª, cap. LXIII.
([81]) Próspero Peragallo, op. cit., pág. 71 e 21.
([82]) Berchet, obra e tômo citados, pág. 91.
([83]) *Lendas da India,* pág. 235 do 1.º volume.

Pelo regimento de navegação que os pilotos levaram, fizerão seu caminho ao longo da costa do Brasil que era já toda descoberta por muytos navios que lá hião tratar, e forão de longo até o cabo de Santo Agostinho, e dahi foram atravessando para o cabo de Boa Esperança. O testemunho das *Lendas da India* é suspeito, e é inteiramente inexacto que antes de 1501 muitos navios fôssem tratar a Santa Cruz, mas subseqüentemente se verá que desta vez êle acertou. João da Nova esteve realmente em 23 de abril perto do cabo de S. Agostinho.

Os autores unânimemente concedem a êste capitão a descoberta, durante esta expedição, das ilhas da Ascensão e Santa Helena. Quanto à primeira, podemos tê-la por certa. Efectivamente, pondo de parte as navegações costeiras de Bartolomeu Dias e doutros que não se afastaram da costa africana, a Ascensão, em pleno oceano, só podia ter sido vista antes de 1501 na carreira da Índia, quer por Vasco da Gama quer por Álvares Cabral; mas o roteiro de viagem do primeiro não a menciona, e o segundo na ida deixou-a muito ao norte e na volta muito à esquerda, tendo seguido sem escalas do cabo de Boa Esperança a Bezeguiche. Foi pois achada por João da Nova em 1501, ou mais tarde por outro navegador daquela carreira. Há porém um argumento decisivo em favor do fidalgo galego: é que a ilha já figura, com o nome de *ascenssam* e latitude exacta, no planisfério de Cantino, ultimado menos de dois meses depois do seu regresso da Índia.

Barros e Góis asseveram que êle lhe pôs nome *Conceição* ([84]), mas com certeza se enganam, como o atesta claramente Cantino. A Conceição da Virgem, aliás, comemora-se em 8 de dezembro, e neste mês de 1501 não pairava João da Nova no Atlântico; estava na Índia. A Ascenção de Cristo celebra-se numa quinta-feira, 39 dias contados sôbre o domingo da Páscoa da Ressurreição, que em 1501 foi a 4 de abril e em 1502 a 27 de março. A ilha deve pois ter sido avistada em 13 de maio de 1501, na ida para a Índia, ou em 5 de maio de 1502, no regresso a Portugal. Se o foi na última data, como a armada chegou a Lisboa em 11 de setembro, gastou 129 dias no trajecto entre a capital e a Ascensão, o qual não excede 1080 léguas, fazendo-o passar pelo arquipélago de Cabo Verde. Supondo às náus o andamento bem reduzido de 18 léguas diárias (3 milhas à hora), já que vinham carregadas de especiaria e fatigadas de longa viagem entremeada de combates, bastavam 60 dias para vencer aquela distância; donde se infere que gastaram 69 dias em refrêsco nas escalas, o que é inteiramente inverosímil.

Ficamos então reduzidos à primeira data. Se, como dizem Barros e Góis, o capitão partiu em 5 de março, teria levado 70 dias a chegar à ilha em 13 de maio, o que é muito de estranhar. Seus navios, forçosamente veleiros, correriam mais de 4 milhas à hora no princípio da viagem, e concedendo-lhes velocidade comparável com a de Cabral em 1500, não podiam gastar mais de 15 dias no trajecto entre Lisboa e o arquipélago de Cabo Verde. Dando de barato 5 dias de demora nestas ilhas e outros 15 para vencer a distância à Ascensão, mais curta que a precedente, contamos o total de 35 dias utilizados na viagem, isto é, metade do lapso acima indicado. Seria pois de abandonar a hipótese da descoberta em 13 de maio, se a não viesse amparar a escala de Vera Cruz, cuja existência fica assim confirmada. Ela explica perfeitamente a diferença. João da Nova alcançou o arquipélago de Cabo Verde nas proximidades de 20 de março e Vera Cruz não longe de 20 de abril, dando cêrca de um mês para a travessia do Atlântico, como aconteceu a Cabral. É certo que em vez de arribar a Pôrto Seguro, por 17° de latitude, ficou entre 5° e 8°, nas proximidades do cabo de S. Agostinho. Isto demonstraremos mais tarde. Em seguida tomou o rumo de leste, em demanda do litoral africano, com a esperança de encontrar a armada de Cabral tornada da Índia, que em verdade dobrou o cabo a 22 de maio. A Ascensão dista 8° do eqüador e está afastada perto de 390 léguas da costa brasileira; ora em 17 dias era fácil navegá-las e encontrar a ilha em 13 de maio. A róta assim delineada trás como conseqüência que João da Nova não tocou em Pôrto Seguro, nem *à fortiori* em paragens mais meridionais, pois é inadmissível que largasse dêsse porto, a 17° de latitude, para subir à Ascensão, em 8°, retrocedendo em seguida para a costa d'África.

Quanto à pequena ilha que o destêrro e morte de Napoleão fêz saír da obscuridade, parece-nos que não póde a sua descoberta ser-lhe imputada com igual segurança, conquanto Barros e Góis sejam formais a êste respeito. Socorrendo-nos do calendário do *Regimento do estrolabio e do quadrante*, exemplar de Munich ([85]), aí topamos com *Helena raynha may* a 21 de maio; neste dia deveria pois ter

([84]) Barros, *Decada I*, livro V, cap. XI; Góis, *Chronica de D. Emanuel*, parte 1.ª, cap. LXIII.

([85]) Joaquim Bensaúde imprimiu, por conta do Govêrno português, magníficas edições fac-similares do *Regimento do estrolabio e do quadrante* (1509?), exemplar de Münich, do *Regimento* de Evora de 1518, *Tratado da espera do mundo*, *Ho regimento da declinaçam do sol*, e do *Reportorio dos tempos*, de Valentim Fernandez, de que houve uma edição em 1518.

aparecido pela vez primeira a ilha quer na ida em 1501, quer na volta durante o ano imediato.

A segunda hipótese tem escassa probabilidade. Desde 21 de maio até 11 de setembro, quando João da Nova fundeou em Lisboa, vão 113 dias; ora com a marcha vagarosa de 3 milhas por hora, bastam 78 para vencer as 1400 léguas do trajecto entre Santa Helena e a capital portuguesa, passando pelo arquipélago de Cabo Verde. O incerto Gaspar Correia menciona, êle só, uma escala final na ilha Terceira ([86]), provocada talvez por tempo tormentoso ou ventos contrários, mas assim mesmo não é fácil explicar os dias sobejos. Escolhendo ao contrário o primeiro dos dois anos arriscamo-nos a acertar. Com efeito, é bem plausível que João da Nova, tendo largado da Ascensão em 13 ou 14 de maio, em 21 do mesmo mês se encontrasse em Santa Helena (lat. 16° S), que dista umas 180 léguas da primeira e está, para mais, no seu caminho para o cabo da Boa Esperança. O achado teria assim acontecido na ida para a Índia e não no retôrno, como querem os cronistas.

Mas é possível que na armada não usassem do calendário de Münich. O de Évora, de alguns anos posterior, é mais abundante em Helenas. Dá-nos em 15 de abril *Helena virgem*, e em 22 de maio *Helena raynha;* além disto trás em 17 de agosto *Verena Emperatrix*, personagem desconhecida que supomos êrro tipográfico por *Helena imperatriz*, pois esta se celebra nos nossos dias em 18 de agosto. Iguais indicações se encontram no *Repertorio dos Tempos*, impresso por Valentim Fernandes em 1518. Há que apurar se é admissível a presença de João da Nova na ilha em abril ou agosto, pois já vimos que o era em 22 de maio. A primeira data, 15 de abril, tem de excluír-se forçosamente. A frota, que partiu de Lisboa em primeira dezena de março fêz escala por Vera Cruz, onde se achava em 23 de abril, como mostraremos mais tarde; mas independentemente disto observamos que, tendo sido a Ascensão descoberta em 13 de maio de 1501, não se explica Santa Helena em 15 de abril do mesmo ano, a não se aceitar o absurdo de um retrocesso de João da Nova. Podia contudo a ilha em questão ter sido achada em 1502. Ora, entre 15 de abril e 11 de setembro, data do regresso, correram 149 dias, mas para o percurso entre Santa Helena e Lisboa 70 dias são de sobejo, sendo incrível que fôssem consumidos 79 dias em refrêsco nas escalas possíveis.

A última data, 17 de agosto, tem mais alguns visos de aceitar-se, mas não escapa a grave contestação. Como João da Nova, indo para a Índia em 1501, tocou na aguada de S. Braz em 7 de julho, consoante se lê em Barros, segue-se que a descoberta se teria efectuado no regresso de 1502, como diz o cronista. Entre 17 de agosto e 11 (ou 13) de setembro, quando aportou a Lisboa a armada, mediam 25 (ou 27) dias, durante os quais deviam ter sido percorridas as 1250 léguas de trajecto, supondo-o directo sem desconto de algum tempo perdido em escalas de refrêsco. Isto conduz ao andamento de 50 léguas por dia, o que nos parece uma velocidade excessiva, compatível apenas com navios muito veleiros, que não tivessem suportado as canseiras de uma viagem acidentada de ano e meio. A única data aceitável para a descoberta da ilha por João da Nova é, portanto, 21 de maio de 1501 e a esta nos encostariamos, se contra ela e contra as demais não militasse uma razão de pêso; é que no mapa de Cantino, que registra a Ascensão, não aparece S. Helena.

O mapa-mundi de Juan de la Cosa (1500) traz dois grupos fantasiosos de ilhas no Atlântico, em latitudes austrais aproximadas de 2° e 15°, com as denominações *islas tibias* e *islas tausens*. O de Cantino traz a Ascensão na latitude exacta de 8°, tendo juxtapostas outras *ilhas tebas*, correspondentes ao primeiro grupo de La Cosa. Como estas realmente não existem, pois a Ascensão está isolada, vê-se que o cartógrafo português inscreveu primeiro o grupo, guiando-se por indicações antigas, e mais tarde lhes juntou outra, à qual após o nome português *ascenssam*, se é que se não serviu duma já desenhada. Faltam porém no planisfério de Cantino as *islas tausens* de La Cosa, arquipélago imaginário de que só uma ilha é real, S. Helena. A sua ausência vem pôr em dúvida a descoberta do capitão galego ([87]).

4.ª) *1501-1502: Expedição mandada a Vera Cruz sob o comando de Fernão de Loronha.*

Na carta de Pasqualigo, atraz citada a propósito da partida de João da Nova, dá o *oratore* veneziano a seguinte notícia, transmitida por La Faitada em 10 de setembro de 1502:

([86]) *Lendas*, a pág. 260.

([87]) Duarte Pacheco, em 1505, não traz Santa Helena na sua lista de ladezas mas também omite a Ascensão. A ilha dêste nome, mencionada na costa brasileira com 21° de latitude austral, é a *Ascensão pequena*, actual da Trindade, situada por 20° 30′ S e 29° 19′ O Greenwich.

...e as caravelas, mandadas no ano passado a descobrir a terra dos papagaios ou de Santa Cruz, tinham tornado em 22 de julho; e o capitão referia ter descoberto mais de 2500 milhas de costa nova, e não ter achado o fim dela. As ditas caravelas vieram carregadas de brasil e cássia (fístula), e não trouxeram outras especiarias.

...e le caravele, mandate l'anno passá a scoprir la terra di Papagà o ver di Santa Croce, a di 22 luio erano ritornate; e il capetanio referiva aver scoperto piú di 2500 mia de costa nova, ne mai aver trovato fin de ditta costa, et dite caravele è venute carge di verzi et di cassia, ne altre specie hanno portati.

Dêste trecho precioso se deduz que desde data incerta de 1501 até 22 de julho do ano seguinte sulcou o Atlântico uma frota portuguesa, comissionada para explorar regularmente a costa brasileira. Na carta de 1505 imputada a D. Manuel, a propósito dos degredados deixados em Vera Cruz por Cabral declara o monarca: *D'estes dous homens, em outra armada que directamente mandamos áquella terra, voltou um que sabia a lingua dos indigenas e nos informou de tudo.* Vimos já que muito provàvelmente nenhuma expedição portuguesa fôra a Vera Cruz em 1500, além da de Cabral, dada a ausência de qualquer indício no mapa-mundi de Cantino; donde se segue que a mencionada por D. Manuel é posterior a êste ano, e ao parecer deve coïncidir com aquela que nos ocupa. Ela é a mesma que Gaspar Correia diz comandada por André Gonçalves, a seguir a qual foi experimentado com êxito o pau brasil e feito o *contracto com mercadores.* O nome do capitão aparece sòmente neste cronista, aliás o único que nos fala de viagem directa a Vera Cruz, e por êste motivo alguns se encostam à autoridade suspeita das *Lendas da India.* Quando nos ocuparmos da ilha que no mapa de Cantino é intitulada *Quaresma,* exporemos as razões pelas quais admitimos ter sido capitão-mór desta armada Fernão de Loronha, cavaleiro da casa de el-rei D. Manuel. Ela devia compôr-se de 3 navios, porquanto seja idêntica à de Américo Vespúcio, de que trataremos no próximo número.

Se a expedição é aquela a que se referiu D. Manuel em 1505, póde depreender-se de suas palavras o carácter oficial da sua missão; contudo cuidamos não as tomar tanto à letra. Damião de Góis, tratando da de Gonçalo Coelho em 1503, di-la mandada por el-rei; todavia tudo quanto sabemos dela faz crer que foi armada por negociantes cristãos novos, em cumprimento de um contracto com a corôa.

Falando dos navios enviados à Índia, explana João de Barros ([88]): *Cá ordenou El-Rey, pera que os homens deste Reyno cujo negocio era commercio, tivessem em que poder tratar, dar-lhes licença que armassem náos pera estas partes, dellas a certos partidos e outras a frete; o qual modo de trazer a especiaria a frete ainda hoje se usa. E porque as pessoas, a que El Rey concedia esta mercê, tinham per condição de seus contratos, que elles haviam de apresentar os Capitães das náos, ou navio que armassem, os quaes El Rey confirmava, muitas vezes apresentavam pessoas mais sufficientes pera o negocio da viagem, e carga, que haviam de fazer, do que eram nobres per sangue.*

Dentro dêste critério sucedeu que na armada de Cabral iam dois navios por conta de particulares; um de D. Álvaro, irmão do duque de Bragança, associado a Bártolo Marchione, Jerónimo Sernige e a outro italiano; outro do conde de Portalegre, D. Diogo da Silva de Menezes (que fôra aio de el-rei), ligado a vários mercadores. Do mesmo modo, dos 4 navios de João da Nova só dois se podem considerar de D. Manuel; porquanto o terceiro, comandado por Diogo Barbosa, foi armado por D. Álvaro, cujo criado era, e o quarto pertencia a Bártolo Marchione, que apresentou como capitão o seu conterrâneo Fernando Vinet. Duma carta de 26 de setembro de 1502 do cremonês La Faitada ([89]) se deduz que os mercadores italianos, interessados no comércio da Índia tinham resolvido, em vez de fretar os navios e correr com tôdas as despesas, adoptar o processo de deixar estas a cargo de el-rei a trôco de metade do carregamento de espécies, para comprar as quais forneciam as somas necessárias.

Se era assim nos negócios da Índia, que constituíam monopólio da corôa, por maioria de razão devia acontecer nos da terra selvagem de Vera Cruz, onde mal luzia a esperança de encontrar matéria comerciável e metais preciosos, e se tornava bemvinda a iniciativa particular, com licença e sob auspícios régios. É portanto muito de crer que desta vez igualmente ao lado de D. Manuel

([88]) *Decada I,* livro V, cap. X.

([89]) Do Ministério da Instrução na Itália, por obsequiosa intervenção do Ministro de Portugal dr. Eusébio Leão, obtivemos cópia das duas cartas de La Faitada, de 26 de junho de 1501 e de 26 de setembro de 1502, ambas dirigidas ao *oratore* veneziano da época e publicadas, a primeira em apêndice ao cap. VII e a segunda ao presente desta obra. Da de 26 de junho consta a existência na armada de Cabral dos navios de D. Álvaro de Bragança e D. Diogo de Menezes, o primeiro dos quais trouxe a nova do regresso de mais quatro, e o segundo se perdeu no grande temporal em que morreu Bartolomeu Dias. Na de 26 de setembro vem a notícia do texto, referente ao modo de carregar as náus mercantes da Índia. Dela parece concluír-se que os quatro navios de João da Nova iam por conta de mercadores. Gaspar Correia diz que só iam duas (*Lendas da Índia,* pág. 234).

armassem mercadores, e entre êles o poderoso Marchione, por cuja conta ficaria o soldo das tripulações e o material bélico, e talvez a designação de algum capitão. Seria uma expedição de carácter mixto: oficial, porque tinha em vista explorar geográficamente as novas regiões, assegurando nelas o domínio português; e mercante, porque era seu objectivo não menos importante utilizar suas possíveis riquezas. Não foram muito consideráveis as encontradas; apenas pau brasil, matéria tintorial e cana-fístula, um medicamento.

Presumimos que nela também tomaram parte certos negociantes cristãos novos, a julgar do contracto feito com êles em seguida à viagem. Duma carta de Pietro Rondinelli, datada de Sevilha aos 3 de outubro de 1502, destacamos o seguinte ([90]):

Américo Vespúcio estará aqui dentro em poucos dias, o qual suportou bastantes fadigas e teve pouco proveito, pois merecia mais que o ordinário; e o rei de Portugal arrendou a terra que êle descobriu a certos cristãos novos, e são obrigados a mandar todos os anos 6 navios e descobrir todos os anos 300 léguas adiante, e a fazer uma fortaleza no território descoberto e mantê-la nos ditos 3 anos; e no primeiro ano nada pagam, no segundo 1/6, no terceiro 1/4, e fazem conta de trazer pau brasil e escravos, e talvez achem outra coisa de proveito.

Amerigo Vespucci arém qui fra pochi di, el quale á durato assai fatiche e a'uto pocho profitto, che pure meritava altro che l'ordine; e re di Portogallo arendó la terra che lui discoperse a certi Christiani nuovi, e sono obrighati a mandare ongni anni 6 navili a discoprire ongni anni 300 leghe avanti, e fare una forteza nel dischoperto e mantenela detti 3 anni, e'l primo anno non paghano nulla, e'l secondo el 1/6, e'l terzo el 1/4, e fanno chonto di portare verzino e schiavi e forze vi trovaranno chose d'altro profitto.

Neste arrendamento a judeus conversos fundamos a presunção de que êles não foram extranhos à expedição terminada em 22 de julho de 1502.

As informações foram talvez fornecidas a Rondinelli pelo próprio Vespúcio que, no lance de se lamentar, deu largas à sua incorrigível jactância, dando-se por descobridor de S. Cruz. Elas não podem ter sido enviadas, em face da data da carta, depois da última semana de setembro, de sorte que entre esta e a última de julho se fêz o contracto com os cristãos novos. É verdade que Vespúcio, narrando a sua terceira navegação, alega ter chegado a Lisboa em 7 de setembro, e assim só depois dêste dia poderia ter sido fechada a operação, mas vamos demonstrar já que a data está viciada.

A informação do capitão-mór transmitida por La Faitada, quanto á extensão de costa percorrida é como de costume muito exagerada; ela foi certamente inferior a 2500 milhas ou 625 léguas.

4.ª *bis) 1501-1502: Primeira viagem de Américo Vespúcio às terras de S. Cruz.*

Tem-se gasto ondas de tinta a propósito desta expedição, desde logo divulgada pelos prélos donde lhe adveio grande notoriedade; mas é forçoso confessar que a narrativa de Vespúcio, se despertou intensa curiosidade nos seus contemporâneos e ainda hoje oferece qualquer interêsse literário, sob todos os outros aspectos é de tal modo vaga, deficiente e errada que está bem longe de justificar tamanho ruido e tam vastos comentários. À conta desta viagem e doutras três, tôdas confusamente contadas e entremeadas de falsidades e fantasias, deve o Novo Mundo seu actual nome América— injustiça manifesta, pois não se póde atribuír ao vaidoso viajante a descoberta de parte alguma dela.

As obras fundamentais para o seu estudo, muitas vezes impressas, são ([91]):

a) *Mundus Novus*, carta a Lorenzo di Pier Francesco de Medicis (1.ª edição Florença, 1503?); descreve esta viagem.

b) *Lettera di Amerigo Vespucci della isola nuovamente trovate in quatro suoi viaggi*, carta a Pier Soderini (1.ª edição Florença, 1505-1506); contém a descrição das quatro viagens em 1497, 1499, 1501 e 1503.

c) *Quatuor Americi Vespucii navigationes*, tradução latina de uma versão francesa da carta anterior, que faz parte do tratado *Cosmographiæ Introductio* (1.ª edição S. Deodato, 1507), no qual é sugerido o nome América.

d) Duas cartas escritas por Vespúcio a Lorenzo de Pier Francesco de Medicis, a primeira de Cabo Verde (Bezeguiche) em 4 de junho de 1501, a segunda de Lisboa em data desconhecida de 1502; ambas são hoje reputadas apócrifas, conquanto decalcadas sôbre documentos autênticos.

Nenhum cronista português, nenhum dos numerosos documentos da época conservados nos

([90]) Berchet, op. cit., tômo II, pág. 121.
([91]) Estão transcritas no volume de Vignaud, *Améric Vespuce*. A crítica do ilustre americanista, tam apurada quando se ocupa de Colombo, revela-se frouxa com Vespúcio, que é favorecido demais.

arquivos portugueses se ocupam desta viagem de Vespúcio, ou sequer lhe mencionam o nome, sob qualquer rúbrica (92); verdade seja que nesses arquivos não ficaram vestígios das primeiras expedições mandadas ao Brasil. António Galvão, sem citar nomes, é o único a descrever sumáriamente uma de tal modo coïncidente com a do florentino, que mostra ter sido tomada duma das muitas publicações sob sua responsabilidade, provávelmente das *Quatuor navigationes* (93). Aires do Casal observa que Galvão é solícito em mencionar os comandantes das armadas portuguesas (94), sendo o seu silêncio mais um motivo para supor o relato inspirado num escrito do florentino, que cuidadosamente omite todos os nomes afim de pôr em relêvo sua personalidade.

Desde logo se levanta a questão de saber se esta expedição é ou não distinta da mencionada por La Faitada, de que tratamos no número anterior. Segundo o texto da *Lettera*, que passa por digno de mór confiança, saíu o nauta amador de Lisboa com três navios (95) em 10 de maio de 1501, e regressou à mesma cidade em 7 de setembro do ano seguinte; ora conquanto o lacónico extracto, inserto na carta de Pasqualigo, não traga a partida das caravelas nem o seu número, é explícito quanto à chegada, em 22 de julho. A divergência é tam considerável que somos levados a crer na existência de duas expedições mandadas em 1501, ao Brasil; mas para isso é necessário admitir a exactidão das datas de Vespúcio, e nós sabemos de fonte certa que êle falseou na *Lettera* as da sua segunda navegação, ocorrida em 1499 às ordens de Hojeda (96).

Por fortuna não escapou ao *oratore* veneziano um pormenor, para nós muito importante, da comunicação de La Faitada; a sua data, que é 10 de setembro, isto é, três dias depois do suposto regresso de Vespúcio. Seria surpreendente que o espião, tam cuidadoso em informar seus amos do movimento das armadas portuguesas, se limitasse a mencionar a chegada das primeiras caravelas em julho, omitindo completamente as que aportaram em 7 de setembro, nas quais vinha o seu compatriota em suposta comissão de D. Manuel. Se assim procedeu, e só fala daqueles navios, é porque foram os únicos; e já temos o bastante para invalidar a data apontada na *Lettera*.

Ao mesmo resultado convergem as palavras atrás reproduzidas de Rondinelli. Para conceber e ultimar o vultuoso negócio do arrendamento a cristãos novos, não eram suficientes os 15 dias decorridos entre 7 de setembro e a última semana do mês, em que foi feita a comunicação ao italiano, residente em Sevilha; o contracto devia pois ter sido elaborado em seguida à expedição concluída em 22 de julho. Se o regresso de Vespúcio tivesse sido em setembro, como êle alega, segue-se que anteriormente outros além de Cabral já tinham explorado a terra de S. Cruz, e seria de estranhar que o florentino se lhe referisse como seu descobridor: *la terra che lui discoperse.*

Póde ainda tentar-se a justificação de discrepância entre as duas datas de Vespúcio e La Faitada; é que o florentino chegou em setembro e o comandante se antecipou em julho. Da *Lettera* consta que os navios, três a princípio, ficaram reduzidos a dois, visto como o terceiro foi queimado na Serra Leôa, plausívelmente por roído do busano; o capitão-mór devia então tornar isoladamente, mas o espião cremonês fala em mais dum, *le caravele*. Para nós, até prova em contrário, há na *Lettera* deturpação de datas de regresso, tanto na segunda como na terceira navegação (97).

¿A quem teria sido confiado o comando da frota? Vespúcio é omisso, só se ocupando de si próprio, e nos nossos cronistas não encontramos vestígios desta viagem; mas como ela é idêntica à de La Faitada e de Correia, que lhe dá como capitão-mór André Gonçalves, seriamos tentados a encabe-

(92) Visconde de Santarém, *Recherches historiques, critiques et bibliographiques*, Paris, pág. 18.

(93) *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, Lisboa, 1731, pág. 36. Humboldt supõe ter Galvão bebido noutra fonte, argumentando com que não cita o nome de Vespúcio e limita a sua exploração a 32º de latitude, quando êle afirma ter alcançado 50º *(Examen critique*, tômo V, pág. 75). A ausência do nome provém do florentino não ser o chefe, mas apenas um narrador; as *Quatuor Navigationes* dizem que a última paragem continental visitada estava por 32º. Depois disto Vespúcio não alega ter visto terra até aí desconhecida excepto, perto de 52º, uma vaga *costa brava* de que nunca mais houve notícia, o que justifica o silêncio de Galvão. Vignaud tira da narrativa de Galvão uma prova da autenticidade da viagem (op. cit., pág. 158).

(94) *Corografia Brazilica*, tômo I, pág. 38.

(95) A fiel narrativa do *pilôto anónimo* refere que Cabral topou em Bezenegue (Bezeguiche) três navios mandados pelo rei de Portugal a descobrir na terra achada quando ia caminho de Calecut. Por outro lado, a *Lettera* confirma a passagem de Vespúcio pelo pôrto africano, e a carta de 1501 relata que aí deparou com duas náus de Cabral; ora ainda quando êste documento seja apócrifo, não se compreende a invenção do encontro e da confabulação com o língua Gaspar, cheia de pormenores verídicos que só podiam ser conhecidos dêsse modo. O encontro deu-se e pertence ao número escasso de indicações relativas à terceira viagem que se podem reputar certas.

(96) Veja-se no capítulo III desta obra a secção intitulada *A segunda navegação de Vespúcio*, e a nota 32 do presente estudo.

(97) Capistrano de Abreu supõe igualmente que Vespúcio chegou em 22 de julho e não em 7 de setembro (nota C à pág. 132 da *Historia geral do Brasil* de Varnhagen).

çá-la nesta personagem desconhecida, se doutra banda não surgissem motivos mais adiante expostos para lhe substituír Fernão de Loronha. Para Aires do Casal o comandante era Gonçalo Coelho, mas o ilustre sacerdote português confundiu a terceira e quarta navegações de Vespúcio.

Outro ponto tem dado margem a discussões. ¿Teria D. Manuel reclamado directamente o concurso do florentino, como êle vangloriosamente pretende? Segundo a versão da *Lettera*, repetida na tradução *Quatuor Navigationes*, o rei de Portugal despachou a Sevilha um mensageiro com uma carta, atraíndo-o a seu serviço e, mal contente com o resultado negativo da diligência, expediu-lhe um emissário especial florentino, com a injunção de o arrastar consigo até ao reino. No *Mundus Novus* lemos que o navegador foi a expensas e mandado de D. Manuel, e na carta do Cabo Verde diz-se que el-rei o chamara. Vespúcio insiste no convite régio, e no entanto só temos motivos de o estranhar. Tratando-se de uma exploração de terras portuguesas, apenas vistas de marítimos portugueses, e dado o estado de adiantamento de sua náutica, é incompreensível que o monarca solicitasse, e com instância, a cooperação de quem nunca por lá passára e nem sequer era pilôto, mas simplesmente um modesto mercador. Ainda se admitiria o gesto se tivesse ultrapassado a fronteira sua fama de notável cosmógrafo ou astrónomo, capaz de ofuscar os que em Portugal se alçavam a esta categoria; mas tal não sucedia, nem êle a merecia por título algum, pois as obras cuja paternidade se lhe póde imputar formigam de fantasias e disparates inesperados num bom escolar. Nenhum texto, nenhum documento oficial ou privado autoriza a afirmação, insistentemente feita na toada das frases feitas, de que Vespúcio gozava em 1501 reputação de competente em astronomia e cosmografia ([98]). Era um simples amador, e de estôfo somenos, como o demonstram os êrros de que estão cheios seus escritos. Só depois das duas viagens empreendidas ao serviço do reino vizinho lhe começou o renome em Espanha, onde a ignorância dos pilotos era tamanha que lhes aproveitou seu saber entre 1508 a 1512; só depois de ensinado por portugueses foi impresso e levado à notoriedade. Mais plausível é que o tivesse chamado seu patrício Bártolo Marchione, estabelecido prósperamente em Lisboa onde gozava o favor régio; e o interêsse material o moveria tanto quanto a ânsia de se instruír e de percorrer o Novo Mundo. Acobertando-se com o convite régio, Vespúcio desculpava-se aos olhos dos castelhanos de ter abandonado o serviço do seu país. Talvez tivesse sido apresentado a D. Manuel com os capitães da armada, consoante a prática apontada por João de Barros; talvez cobrasse soldo de el-rei, como diz o *Mundus Novus*, e não do armador do navio em que foi. Se assim passou, não tem cabimento a reflexão de Rondinelli, inspirada nas queixas do florentino: *Américo Vespúcio... suportou bastantes fadigas e teve pouco proveito, pois merecia mais que o ordinário.* A ingratidão dos reis é proverbial, e D. Manuel não se exime à acusação, mas é inadmissível que o faustoso monarca faltasse com a recompensa ajustada, que devia corresponder ao instante convite ([99]).

Vamos analizar a narrativa da *Lettera* sob o ponto de vista geográfico, procurando especialmente determinar os limites entre os quais se realizou a visita ao litoral brasileiro.

a) Depois duma excursão pela costa africana até à angra de Bezeguiche (Dacar) no cabo Verde ([100]), partiram os expedicionários para o Atlântico com o rumo de sudoeste-quarta do sul e, depois de caminhar 700 léguas através de grandes perigos e contrariedades, ao cabo de 67 dias fundearam em 17 de agosto por 5º de latitude austral, demorando-se no pôrto uma semana. Correram em seguida, no rumo lessueste, numerosas escalas ao longo da costa, e ao têrmo de 150 léguas dobraram um cabo

([98]) Vignaud, na seqüência de Humboldt, faz-se eco desta opinião gratuita (op. cit., pág. 153). O ilustre sábio germânico enumera, entre as causas prováveis do convite, o facto de Vespúcio ter feito em 1500 uma viagem ao Novo Mundo, no decurso da qual tocara no cabo de S. Agostinho. *(Examen critique*, tômo V, pág. 91). A segunda navegação em 1499 realizou-se às ordens de Hojeda e não às de Pinzon, como quer Humboldt; mas o próprio Pinzon em 1500 nem sequer atravessou a eqüinocial, conforme deixamos demonstrado no capítulo III desta obra. Vespúcio só na terceira navegação diz ter tocado naquele cabo, prova de que o não fêz em 1499; e Pinzon só mais tarde pretendeu ter por lá passado, sem conhecer a verdadeira posição de S. Agostinho revelada por Vespúcio.

([99]) Na carta de 1502, escrita de Lisboa, refere Vespúcio (e bem assim no *Mundus Novus*) ter entregado a D. Manuel um roteiro da sua viagem, cuja restituïção espera para o transmitir a Lourenço de Médicis. O roteiro original, conforme já observara Humboldt (op. cit., tômo IV, pág. 172), existia em 1515 em poder do seu sobrinho João Vespúcio. Dêste roteiro devia constar o papel proeminente desempenhado pelo florentino em conjuntura difícil, na exploração de ignotos mares austrais, em cujo decurso enriqueceu o domínio português com uma nova terra, embora inóspita! ¡Pois a-pesar disso, o rei de Portugal permaneceu insensível a tanto merecimento!

([100]) A expedição seguiu pela róta dos navios portugueses destinados à Guiné, que está descrita no *Esmeraldo* (edição de 1905, pág. 156): direito às Canárias (lat. 28º, Forte Ventura), d'aí até Angra dos Ruivos (lat. 25º) onde habitualmente se fazia pescaria (id., pág. 73), como é contado na *Lettera*, e finalmente até Angra de Bezeguiche, no cabo Verde (lat. 14º 20′), que é hoje Dacar.

que chamaram de S. Agostinho, situado a 8° de latitude, no qual a costa se inflecte para sudoeste.

A arribada, pelo visto, foi no Rio Grande do Norte, quási ao fim dêste estado. Conquanto não sejam de fiar as latitudes da *Lettera*, a descrição do trecho costeiro a seguir mostra que o local poucos graus se afastará dos 5 anunciados. A róta directa entre o Cabo Verde e o ponto da costa brasileira situada a 5° é no máximo de 530 léguas portuguesas usadas ao tempo, e o seu rumo inicial regula pelo sudoeste, dados bem diversos dos de Vespúcio, mas os pilotos da armada estavam longe de fazer cálculos na esfera e guiavam-se tam sòmente pela carta de marear. Além disto, não fizeram seu caminho direito ao lugar onde aportaram, que era desconhecido; dirigiram-se a um ponto préviamente determinado. Os de Cabral, que tinham calculado com notável precisão a *ladeza* e *longura* de Pôrto Seguro, não eram ainda tornados da Índia quando partiu de Lisboa a armada, mas nela vinha um dêles que se destacou com Gaspar de Lemos na viagem de regresso (André Gonsalves?). É possível que o comandante pretendesse acostar ao norte de Pôrto Seguro, e à primeira vista assim parece, pois arribaram 12° acima; mas julgamos mais plausível que lançassem a róta de Bezeguiche direita a êste pôrto, cujas coordenadas geográficas conheciam com segurança. O seu rumo inicial verdadeiro é S 35°30′ O, muito pouco diferente de sudoeste-quarta do sul S 33°45′ O, em que Vespúcio diz ter partido da angra africana. Ora se numa carta plana, como eram então as de marear, tirarmos com êste rumo sudoeste-quarta do sul uma linha entre Bezeguiche, cuja latitude a *Lettera* arbitra em 14°30′ N, e Pôrto Seguro, para o qual esta coordenada fôra avaliada em 17° S, o seu comprimento será de 672 léguas náuticas portuguesas, isto é, sensívelmente as 700 acusadas por Vespúcio. Note-se que os pilotos de Cabral tinham avaliado em 700, números redondos, a distância de S. Nicolau de Cabo Verde ao primeiro fundeadouro do Brasil, e que Gaspar de Lemos tinha trazido para o reino estes dados; os pilotos da nova expedição deviam contar aproximadamente com tal distância a Pôrto Seguro, se o demandassem, como supomos.

Esta concordância leva a concluir que o florentino nos transmitiu, não a distância estimada pelos pilotos, mas a que êles em Bezeguiche calculavam ter de percorrer; a derrota real, abstraíndo de desvios ocasionais, foi mais curta e o seu rumo desandou uma quarta para o poente, devido à acção combinada das correntes, ventos e tempestades. As primeiras efectivamente impelem para o oeste, na segunda parte da travessia do Atlântico, e os alíseos dominantes nela sopram do sueste; dêste quadrante vieram naturalmente os temporais de que Vespúcio faz grande alarde.

Os rumos indicados por Vespúcio não inspiram grande confiança, já pela imperfeição das bússolas, já pela variação das agulhas, a respeito da qual intercalaremos aqui uma curta digressão.

Os marítimos sabiam que as agulhas de marear não apontavam para os pólos do mundo, isto é, que o eixo magnético delas não coïncidia com a linha norte-sul. Em Portugal e ao correr da costa africana a agulha nordesteava, quere dizer, a ponta voltada para o norte inclinava-se um pouco para leste; admitia-se que êste ângulo, cujo nome é declinação magnética, era de 7°30′, dois terços da quarta, mas não era constante o desvio adoptado. Para o corrigir, isto é, para que estivesse dirigida para o pólo árctico a *frol de lis* posta no extrêmo da agulha, costumavam os construtores deslocar êste sinal tanto para oeste quanto a ponta do ferro cevado se apartava para leste. Nas agulhas assim falseadas a flor de lis apontava ao norte verdadeiro nos lugares onde a declinação magnética tinha o valor da correcção feita; mas esta grandeza variava com os lugares, e os meridianos magnéticos, linhas onde ela é constante, corriam oblíquamente aos meridianos geográficos.

Já nos fins do XV século os portugueses, cujas navegações para os Açôres eram continuadas, não podiam ignorar que a declinação aí era quási nula; as agulhas falseadas, que em Lisboa indicavam o norte verdadeiro, *noroesteavam* no arquipélago, isto é, inclinavam-se a oeste. A descoberta desta variação atribui-se todavia a Colombo, à conta dêle a acusar no diário de bordo da sua primeira viagem às Antilhas, pois o fenómeno se tornava sensível aos que navegavam muito a oeste da Europa. Sabe-se pouco das isogónicas, ou meridianos magnéticos, em 1500; as cartas magnéticas construídas longos anos depois não merecem fé. Humboldt, neste ponto concordante com os autores anteriores, fundou-se nas observações de Colombo para traçar uma linha agónica (de declinação nula) em 1500, que é geralmente aceita; ela passava a ocidente das Flores, nos Açôres, e pelas vizinhanças da ilha Margarita, na costa setentrional de Venezuela.

Êste meridiano agónico, inclinado de nordeste a sudoeste, deixava à direita as costas do Brasil, nas quais a agulha devia portanto nordestear. Dêste parecer não é, porém, João de Lisboa, célebre pilôto português que palmilhou a carreira da Índia, e o litoral brasileiro desde o Maranhão até

ao Rio da Prata. No seu breve *Tratado da agulha de marear*, composto em 1514 ([101]), diz o esforçado nauta em linguagem estropiada pelo copista: *As de saber que este meridiano vero homde as agulhas verdadeiramente fazem o polo do mundo artiquo devide a Ilha de santa maria a pomta da Ilha de sã miguel que sã na* (s) *Ilha* (s) *dos açores e devida a espera ẽ 2 partes ygoaes e pasa amtre as ylhas do cabo verde por cima da Ilha de sã viçẽte e asy pasa amtre o cabo de boa esperamça e o cabo frio. E aquy neste merediano achey sempre as agulhas fixas no pollo do mundo e como delle me saya llogo as agulhas faziã conhecimento e porque nunqua fuy ẽ parte que achase conhecimento doutro merediano nã faço decraraçã senã deste*... Esta linha agónica é um meridiano geográfico; parece pois que João de Lisboa partilhava da ideia da coïncidência dos meridianos magnéticos e geográficos, por longos anos corrente entre marítimos e cosmógrafos, da qual D. João de Castro em 1538 mostrou experimentalmente a falsidade. Como porém o pilôto português se escuda nas próprias observações, e não se limitaria às feitas nos Açôres, mas devia tê-las repetido no arquipélago de Cabo Verde, supomos que efectivamente nestas ilhas a declinação era quási nula nos primeiros 10 anos do século XVI.

Se assim passava, a não se dar o caso de uma muito irregular configuração da linha agónica, a agulha noroesteava nas costas do Brasil, pois, como observa o pilôto, *se fforẽ do merediano vero pera ho oriemte faze conhecimẽto pera ho nordeste tamto quamto vos delle afastaes, seguindo do merediano pera o oçidemte fazẽ conheçimento pera o noroeste*... Esta conclusão tira uma singular fôrça do texto da *Lettera*, onde se lê que os rumos aparentes da costa, antes do cabo que êle intitula de S. Agostinho e depois, eram lessueste e sudoeste. Os rumos verdadeiros são porém leste e susudoeste, que diferem duas quartas (22°,5) dos indicados; para que a aparência se conformasse com a realidade, seria necessário imprimir à agulha uma rotação dessa amplitude no sentido do movimento dos ponteiros dum relógio. Todavia a declinação magnética acusada é excessiva; por isso supomos que as agulhas na expedição de Vespúcio estavam falseadas, pois neste caso a declinação nordeste, de que estavam correctas, se juntava à declinação noroeste, que cabia aos lugares do Brasil. No seu *Tratado* João de Lisboa condena a prática de falsear as agulhas, de que aqui vemos o inconveniente.

Contra a opinião corrente, não julgamos o cabo de S. Agostinho, mencionado por Vespúcio, coïncidente com o actual, já que nêle não se dá a inflexão da costa anunciada. A quási identidade das latitudes atribuídas (8° S) e verdadeira (8°21′ S), é indício do contrário, pois seria singular que a primeira determinação da coordenada geográfica conduzisse a resultado tam aproximado, mau grado a perícia dos pilotos portugueses nesta espécie de operações. S. Agostinho celebra-se a 28 de agosto, e o cabo devia ter sido avistado neste dia; ora os expedicionários chegaram a 17 de agosto, demorando-se uma semana; sarparam em 24 e não tinham tempo em 4 dias de vencer, com numerosas escalas, as 70 ou 90 léguas que separam S. Agostinho do incerto ponto da arribada. O cabo, baptizado nesta expedição com o nome do bispo de Hippona, tem de ser escolhido, em vista da descrição, ao norte daquele que modernamente o ostenta; é uma das pontas situadas entre a das Pedras (7°36′ S) ou o cabo Branco (7°12′ S), onde já é lícito dizer que a costa se inflecte, e a do Calcanhar (5°9′ S), acima da qual ela toma o rumo leste-oeste.

Admitindo, como geralmente se faz, a concordância entre a hodierna e primitiva designações, é certo que a distância de 150 léguas entre o cabo e o lugar do desembarque inicial foi contada com notável exagêro, já que entre 5° e 8°21′ mediam apenas umas 90 no máximo, em navegação cingida ao litoral; e maior ainda se torna a discrepância, se o S. Agostinho de Vespúcio se tem de puxar ao norte da sua actual posição. Seria necessário remontar a 3° (princípio do estado do Maranhão) para atingir as 150 léguas, e com rumos variáveis da costa; ora a tanto se opõe formalmente a *Lettera*, que o dá sempre por lessueste.

Em resumo, do relato de Vespúcio os únicos resultados seguros a conservar são que êle aportou talvez não muito longe da ponta de Calcanhar e que, na seqüência da sua navegação para o sul, dobrou um cabo onde a costa muda de direcção, ao qual foi posto pelo comandante o nome de S. Agostinho. A esta pouquidade se reduz o extracto geográfico de tôda a narrativa da viagem, porque daqui em diante, como vamos ver, apenas há a registar uma falsa indicação de distância e latitude, e um rumo viciado de costa.

Vários autores atribuem ao florentino, que no entanto se não gaba dela, a denominação de

([101]) Brito Rebêlo, *Livro de Marinharia*, pág. 20 e seguintes.

cabo de S. Roque, imposta segundo uns na sua segunda viagem feita com Hojeda, segundo outros na terceira que ora examinamos, mas em ambos os casos sem fundamento. S. Roque celebra-se em 16 de agosto, e neste dia devia ter sido descoberto o cabo; se a terra brasileira na terceira viagem só foi avistada em 17 de agosto ([102]), não é explicável o nome. Na segunda, diz a *Lettera* que o continente foi visto em 27 de junho, por 5° de latitude, dirigindo-se depois o navegador para o norte. Ora S. Roque está a 5°29′, e a imperfeição das observações desculpa bem qualquer êrro na latitude; mas o que não se justifica é o intervalo de 51 dias entre a data da chegada e a da comemoração do santo.

b) A partir de S. Agostinho retomaram os exploradores seu caminho pelo rumo do sudoeste que nunca abandonaram até 32° de latitude, percorrendo 600 léguas e atingindo êste ponto em 15 de fevereiro de 1502. Não há a menor indicação geográfica neste extenso intervalo.

A coordenada indicada é inexacta, em face dos dados astronómicos paralelamente exarados na *Lettera*. Com efeito, aí se declara que no ponto terminal tinham perdido de vista a Ursa menor e a Ursa maior estava perto do horizonte; ora em 1501 a ocultação do primeiro asterismo começava à latitude austral 17°, estando então a estrêla do segundo mais próxima do pólo apenas a uns 9° acima do horizonte ([103]). Se tôda a Ursa maior estava à vista—e o texto não se esqueceria de mencionar a ocultação parcial, quando ela se désse—a latitude era inferior a 26°; aos 32° já desapareciam as 4 estrêlas do quadrilatero da constelação, ficando só as 3 da cauda. Daqui resulta que a posição, referida pelo florentino às Ursas, estava compreendida entre 17° e 26°, não sendo compatível com a altura do pólo afirmada. Vespúcio, a quem seus admiradores criaram injustificada reputação de astrónomo notável, errava mais de 6° na declinação das estrêlas do bem conhecido grupo estelar ([104]).

Pela latitude astronómicamente verificada há grande incerteza na situação geográfica do têrmo da exploração costeira; da extensão do trajecto acusada a partir de S. Agostinho não é lícito tampouco deduzí-la. As 600 léguas são um número de fantasia, ou pelo menos muito ampliado, consoante a prática corrente; se a tomarmos como medindo a róta dirigida ao longo da costa, vamos ter ao Uruguay, aproximadamente por 35°, quando sabemos indirectamente que a latitude não podia exceder 26°, e aliás foi erróneamente calculada em 32° apenas.

Há entretanto no relato uma circunstância que nos autoriza a uma conjectura verosímil. Diz Vespúcio que a costa conserva sempre até final o rumo sudoeste, e já vimos que o devemos corrigir da declinação das agulhas falseadas, inclinando-o para sususdoeste. Ora ao sul de S. Agostinho só podemos admitir que o litoral o mantém (de um modo grosseiro) até o cabo de S. Tomé, (22° S), ou ainda se quiserem até o cabo Frio (23° S); pois adiante êle se inflecte bruscamente, acusando uma reentrância na direcção de oeste, e depois se encurva novamente até tomar em S. Catarina a direcção sul. Esta primeira mudança de rumo tam sensível não podia escapar aos navegantes; ela era de molde a pôr ponto à excursão, já que a costa se afastava decididamente para o ocidente. Resulta daqui a presunção de que Vespúcio não deveria ter ultrapassado à latitude austral 23° no seu longo percurso, concordantemente com a indicação astronómica. No nosso estudo subseqüente do mapa de Cantino encontraremos confirmação desta inferência.

Há outro argumento seguro para contestar que a expedição chegasse tanto ao sul quanto pretende a *Lettera*. Do teor do contracto de arrendamento feito em 1502 a cristãos novos, ao qual se refere a carta atrás transcrita de Rondinelli, se conclui que naquela data o rei de Portugal supunha encontrar 900 léguas de costa nova dentro dos seus domínios assegurados pelo pacto de Tordesilhas, porquanto impunha aos arrendatários a obrigação de descobrir 300 léguas em cada um de três anos consecutivos. Isto mostra à evidência que o litoral explorado estava longe de atingir a linha de demarcação, e ainda que êle não se desviava muito a ocidente de Pôrto Seguro, pois com menos de 120 léguas, contadas no sentido leste-oeste a partir do ancoradouro de Cabral, seria invadida a esfera castelhana. Ora, se Vespúcio tivesse alcançado 32° S, aí pela actual cidade do Rio Grande do Sul, já

([102]) O *Mundus Novus* dá a arribada em 7 de agosto, depois de 67 dias de viagem, o que exige a partida de Bezeguiche em 2 de junho. Como a *Lettera* diz que se demoraram os expedicionários 11 dias neste pôrto, deveriam ter chegado em 20 de maio; tendo largado de Lisboa a 10 dêste mês, e parando três dias a pescar pargos, segue-se que gastaram no percurso até Bezeguiche apenas 7 dias, o que é perfeitamente inverosímil. A arribada à América tem de ser fixada na data da *Lettera*, 17 de agosto. Vignaud leva o desejo de atribuír a Vespúcio o nome S. Roque até ao ponto de o dar como imposto em ambas as viagens (op. cit., pág. 154, nota 112 e pág. 160).

([103]) Luciano Pereira da Silva, *Astronomia dos Lusiadas*, Coimbra, 1915, pág. 121.

([104]) Humboldt já tinha notado a falsidade do relato das *Quatuor Navigationes* (Op. cit., tômo V, pág. 18).

Açores

Demora 15 dias

Chegada 1502 7 de Setembro

Chegada em fins de Julho 1502

Chegada em (1502 - 22 de Julho) 1501 10 de Maio

Partida

Madeira

1ª de Cabo Verde

8 de Junho

Chegada em

Beseguiche

Partida em 19 de Junho 1501

Partida em 25 de Maio 1502

Serra Leôa

Chegada em 10 de Maio 1502

Chegada em 17 de Agosto 1501

(20 de Março 1502)

S. Fernando Noronha

28 de Agosto 1501

Cabo de S. Agostinho 8° S.

23° S.

(25 de Fevereiro 1502)

partida em 15 de Fevereiro 1502

32° S.

Chegada em 7 de Abril 1502

Costa brava ?

52° S

Chegada em 3 de Abril 1502

Rotas da 3.ª navegação de Vespúcio

provavel

indicada na "Lettera"

As datas entre parentheses são retificadas

se encontraria 6° e 100 léguas a poente da divisória de Tordesilhas, como o demonstrariam as cartas de marear dos pilotos, com todos os seus defeitos no traçado das rótas; e é claro que D. Manuel não podia oficialmente autorizar que continuasse a exploração portuguesa duma costa castelhana.

Na tábua de latitudes brasileiras do *Esmeraldo de situ orbis*, composta em 1505, a mais alta que traz Duarte Pacheco é 28°30′ S, da ilha de S. Amaro junto de Santos, a qual ainda hoje conserva o nome e cuja latitude oscila entre 23°30′ S e 24° S. (105) Dêste facto parece depreender-se, com segurança, que Vespúcio mentiu, vangloriando-se de ter atingido 32° S, porquanto três anos depois os portugueses acusavam como ponto último um limite inferior de latitude; mas o cosmógrafo não quis dizer que as navegações tinham parado em 28°30′ S, e apenas que esta é a mais alta compatível com a demarcação. Efectivamente, se esta linha passa 36° a poente de Lisboa, como Duarte Pacheco dá a entender na passagem do *Esmeraldo* mais freqüentemente citada, sua longitude é 45°11′ O de Greenwich, e a de S. Amaro regula por 46°10′, explicando-se a diferença pelos defeitos do traçado de tantas e tam remotas singraduras. Ora há 8° de latitude entre a ilha e o ponto da costa em 32° S, cuja longitude conta mais 6°.

Os que pretendem alargar a exploração de 1501-1502 até Cananéa (25° S) encostando-se ao mapa de Canerio traçado muito depois, entregam-se a meras conjecturas desajudadas do mais ténue fundamento. Vignaud, seguindo Varnhagen, inclina-se a que ela foi ainda mais longe e alcançou o rio da Prata; e o douto brasileiro aventa dever-se-lhe o nome do cabo de S. Maria (34°30′ S), que muito pouco precede o seu estuário. É uma hipótese perfeitamente gratuita. Estes paladinos de Vespúcio mostram-se no lance mais papistas que o papa, o qual só pretende ter alcançado o paralelo de 32°, e aliás não se esqueceria de falar no grande rio, se com êle sequer tivesse sonhado (106).

O resto da viagem não oferece outro interêsse para o nosso estudo senão o de mostrar a pouca confiança que inspira a relação da *Lettera*, e por êsse lado merece exame.

c) Abandonado o litoral americano em 15 de fevereiro, o nosso herói assume inteiramente (!) o comando da frota e inicía a derrota pelo sueste. Foi seguindo por espaço de 500 léguas e atingiu a latitude 52°, quando já eram invisíveis as duas *Ursas*. Nestas paragens, em 3 de abril, desencadeou-se uma tormenta do sudoeste, correndo os navios em árvore sêca; em 7 de abril, no inverno e com noites de 15 horas, descobriram uma costa brava, despovoada e extremamente fria. Depois de acompanhar a terra inóspita, obra de 20 léguas, decidiu Vespúcio regressar, cobrindo as 1300 léguas que o separavam da África; foi parar à Serra Leôa (10 de maio) com a róta dirigida entre norte e nordeste, depois aos Açôres (fins de julho), e finalmente a Lisboa (7 de setembro).

É perfeitamente inexplicável a navegação pelo sueste, à cata não se sabe de que; natural era que tornassem a Portugal, já que os navios estavam carregados de pau brasil e canafístula e havia bons 10 meses andavam no mar, conforme nota a *Lettera*, aliás com êrro de 20 e tantos dias. A excursão na primeira parte foi duma lentidão estranha, dado que até 3 de abril não encontraram obstáculo digno de menção, pois em 48 dias só caminharam 500 léguas, com o diminuto andamento diário de 42 milhas, que não chega a 2 por hora (107). No final foi, ao contrário, bastante rápida, pois as 1300 léguas percorridas em 34 dias conduzem à marcha diária de 153 milhas, isto é, a mais de 6 por hora.

A descrição da aventura pelo mar austral oferece flanco a graves objecções. Um percurso de 500 léguas pelo sueste, começando em 32° austrais, trá-lo-ia a perto de 42° e não de 52°; para alcançar êste paralelo seriam necessárias mais de 700. A latitude alcançada ainda é inferior a 42°, pois descontada a declinação magnética o rumo sueste roda pelo menos para sueste-quarta de leste, e a derrota se inclina análogamente. A maior distância polar das 7 estrêlas principais da *Ursa maior* é 38°15′, de sorte que, ocultando-se a constelação já acima de 39°, o fenómeno não permite verificar a exactidão dos 52° de Vespúcio. Não era inverno em 7 de abril no hemisfério austral, porque em 11 de março tinha começado o outono, do qual ainda não decorrera um mês; o solstício hiemal só viria em 13 de junho. É possível que fôsse muito intenso o frio; no entanto a linha isotérmica de abril

(105) A tábua vem a pags. 38 da edição de 1905. A grande divergência da latitude verdadeira, se não é engano de Duarte Pacheco, provém de pilotos inexpertos.

(106) Vespúcio não diz em parte alguma de seus escritos (verdadeiros ou apócrifos) ter visto, quanto mais descoberto, os dois maiores rios da América Austral, o Amazonas e o rio da Prata, mas os seus panegiristas encarregaram-se de lhe atribuír essa glória.

(107) O andamento de uma caravela, que não era considerada ligeira, regulava por 4 ou 5 milhas à hora (*Memorias da commissão portugueza* já citadas; *Os navios de Vasco da Gama*, de João Braz d'Oliveira, pág. 9; Pedro de Medina, *Arte de navegar*, 1545, fol. XXXII).

50°

acusa uns 5° centigrados à latitude 52° ([108]). A noite teórica, a 7 de abril e neste paralelo, é pouco inferior a 14 horas e não de 15; a verdadeira é ainda menor, pois é necessário contar com a duração dos crepúsculos matinal e vespertino, que a diminuem de perto de 4 horas. Aliás em nenhum ponto da terra a duração da noite verdadeira de 7 de abril de 1502 foi superior a 10,5 horas ([109]). Os dados fornecidos por Vespúcio são, portanto, um amontoado de falsidades.

Para Varnhagen a *costa brava* era insular, a Geórgia do Sul; para Bougainville, uma das Malvinas ou Falkland. Vignaud prudentemente se abstém de a identificar, seguro todavia da sua existência. Independentemente da circunstância da *Lettera* não a apresentar como ilha, é fácil de provar que ambas as hipóteses claudicam.

A Geórgia do Sul, com 54° de latitude mínima, afasta-se 450 léguas, pelo rumo S 21° O, do ponto da costa brasileira a 32°, do qual Vespúcio assevera ter partido. Êle conta ter percorrido em 48 dias umas 500 léguas pelo sueste até atingir o paralelo de 52°; depois, durante 4 dias foi acossado, em árvore sêca, por um temporal de sudoeste que o devia arrastar pelo menos 40 léguas até à *costa brava*. Já vimos que andando 500 léguas pelo sueste não alcançava mais de 42°; mas admitindo engano na distância, daremos de barato os pretensos 52°, com aquele rumo.

Tomando em seguida 40 léguas na direcção nordeste, chegamos a um ponto cuja latitude é inferior a 51°; a linha que o liga ao lugar brasileiro de 32° tem mais de 700 léguas e o rumo S 49° O. Estes dados, referentes à *costa brava*, são muito diversos dos que acima foram apontados quanto à Geórgia do Sul. A discrepância na latitude e distância ainda se explicam pela imperfeição das observações, mas o excesso de 28° no rumo vai além do permitido, pois os pilotos avaliavam perfeitamente um desvio de quarta (11° 15′); e mais ainda se agrava a discrepância se notarmos que o rumo de sueste, indicado na *Lettera*, tem de sofrer correcção de alguns graus no sentido leste, por efeito de declinação magnética.

Quanto à hipótese das Malvinas, é de rejeitar sem hesitação, já por que estão situadas ao susudoeste da costa brasileira, já porque não tem cabimento na derrota até essas linhas o ângulo recto de que êle cambou ao cabo das 500 léguas.

Esta costa brava em pleno oceano, que não é identificável com terra alguma, deve só ter existido na imaginação de Vespúcio; e outrosim reputamos fantasiosa a marcha de regresso descrito. Parece-nos que ela foi arquitectada em face de uma carta de marear, tal como então era costume fazê-las, em simples projecção quadrada. Com efeito, se a partir de 32° traçamos na carta uma recta pelo sueste até 52°, o seu comprimento será de 495 léguas de 17,5 ao grau (como o definiam ao tempo os portugueses); e assim se justificam as 500 léguas. Os 52° foram escolhidos porque com 38°, distância de Lisboa ao eqüador, somam 90°, a quarta parte da esfera terrestre que no *Mundus Novus* o nauta se gaba de ter desvendado nesta viagem. Por outro lado, êle conta-nos na *Lettera* ter partido da costa brava para a Etiópia com rumo entre norte e nordeste, julgando estar dela afastada 1300 léguas, e veio aportar à Serra Leôa, cuja latitude era arbitrada pelos portugueses em 8° N ([110]). Ora a linha dumas 1300 léguas, traçada na carta de marear entre 52° austrais e 8° boreais, tem rumo N 36° L., que está compreendido entre norte e nordeste ([111]). Mas não só a excursão oceânica, senão que até a exploração litorânea parece ter sido objecto de igual artifício. Se, de facto, traçarmos pelo sudoeste uma recta entre 8° (cabo de S. Agostinho) e 32° (têrmo da navegação costeira), o seu comprimento será de 594 léguas; e aí temos as 600 léguas da *Lettera*. Se, do ponto da arribada, por 5° de latitude, tirarmos até S. Agostinho, por 8°, uma recta de 150 léguas, acharemos para o seu rumo E 20° 30′ S., que está visívelmente compreendido entre leste e sueste, como é dito na *Lettera*. Os três trajectos de 600, 500 e 1300 léguas, senão o de 150, oferecem aspecto de não ter sido percorridos, mas simplesmente

([108]) Consulte-se a carta n.° 2931 do Almirantado Britânico, *Pacific, Atlantic and Indian Oceans, Wind chart for January, February, and March.*

([109]) Nos cálculos tomamos para declinação solar em 7 de abril o número do *Regimento do estrolabio e do quadrante*, suficientemente preciso. Humboldt observa que nessa data a noite de 15 horas se dá na latitude 72° 13′ S (op. cit., tômo V, pág. 21, nota). O ilustre sábio com certeza se referiu à noite teórica, pois a verdadeira é muito menor por causa do longo crepúsculo; mas mesmo assim seu cálculo está errado. A essa latitude o dia teórico de 9 horas corresponde à declinação solar 7° que cabe ao dia 28 de março, segundo o *Regimento* cujas indicações estão sujeitas a emenda de poucos minutos. Presumimos que Humboldt se serviu de efemérides astronómicas de seu tempo, e não atendeu à correcção gregoriana.

([110]) Duarte Pacheco, no *Esmeraldo de situ orbis*, pág. 36.

([111]) A verificação podia ser mais completa se conhecessemos a longitude atribuída por Vespúcio ao cabo de S. Agostinho, a qual é impossível de determinar à vista do seu relato.

Carta de Marear

com a róta imaginada por Vespúcio

O gráu supõe-se de 17,5 léguas portuguesas de 1500

Açôres

Lisboa

Canarias

Forte ventura

Angra dos Ruivos

Tropico de Cancer

Róta duvidosa

Ilhas do Cabo Verde

Cabo Verde

Bezeguiche

700 leg. na Lettera, numero de fantasia

Sudoeste 1/4 do Sul
Rumo calculado
a Pôrto Seguro

Róta calculada a Pôrto Seguro

672 leg.

EQUADOR

5º S.

Rumo entre
leste e sueste

150 leg. na Lettera

8º S.

Cabo de S. Agostinho

Sudoeste

Costa brasileira

594 leg.
(600 na Lettera)

1300 leg. na Lettera

Tropico do Capricornio

32º S.

Sueste

Rumo entre
norte e nordeste

495 leg.
(500 na Lettera)

Nordeste

Costa brava?

52º S.

4 dias
em arvore sêca

70º 60º 50º 40º 30º 20º 10º

0º 10º 20º 30º 40º 50º

calculados ([112]). Infelizmente a engenhosa combinação falha no seu objectivo, porque as distâncias são alteradas nas cartas planas, tanto mais quanto se afastam da eqüinocial, de sorte que os percursos indicados por Vespúcio se revelam forjados.

Da mesma sorte a escala pelos Açôres, antes de Lisboa, tem visos de inverídica. Os navegantes, cançados dum ano de mar e reduzidos a queimar uma das caravelas na Serra Leôa, comida do busano ou brama, deviam estar ansiosos por tornar à pátria, e só acossados por temporais ou fortes ventos contrários demandariam aquele arquipélago, porquanto a sua distância às Canárias regula pela de Lisboa; ora Vespúcio, que não se esquece dêles, não menciona sequer tempo travessão. Demais, tudo leva a crer que êle chegou ao têrmo de sua viagem em 22 de julho e não a 7 de setembro, como se lê na *Lettera*.

Da resenha precedente se infere que para a confecção do mapa concluído em outubro de 1502 podiam ter contribuído as seguintes expedições: 1.ª de Álvares Cabral em 1500; 2.ª de Gaspar de Lemos em 1500; 3.ª de João da Nova em 1501; 4.ª de Fernão de Loronha, iniciada em 1501 e terminada em 22 de julho de 1502, que é idêntica à terceira navegação de Vespúcio.

Posto isto, volvamos ao planisfério.

III—O BRASIL CONHECIDO ATÉ 1502

UMA particularidade que desde logo fere a atenção de quem examina o Brasil de Cantino é a existência de dois tipos de letra na toponimia: o semigótico e o cursivo. No primeiro se lê apenas *porto seguro*, com a longa legenda anexa, e *Cabo de Sam Jorge*, pontos nos quais se divisam bandeiras portuguesas. Estas inscrições limitam evidentemente o único trecho de costa cuja exploração estava assinalada no protótipo que presidiu à feitura do planisfério. Em cursivo estão os restantes dizeres: *cabo de sã jorge*, que é repetição; *Quaresma*, posto numa ilha próxima do continente, em latitude não muito superior à daquele cabo; *sam miguel; Rio de sã franco; A baia de todos sanctos; Rio do Brasil* ao lado de *porto seguro;* e finalmente *cabo de Scta Marta*.

NO MAPA DE CANTINO FORAM COPIADOS DOIS PROTÓTIPOS DIFERENTES

Vê-se que duas mãos distintas colaboraram no trabalho. O cartógrafo, a quem o emissário de Hércules I o encomendara encobertamente, entregou-lho sem os acrescentamentos em escritura ordinária, introduzidos não se sabe por quem, os quais se reportam a uma expedição ao Brasil de que não havia notícia no protótipo inicial. Harrisse e Stevenson concordam em que tal expedição é a terceira de Vespúcio ([113]), a cujo crédito lançam as denominações, visto como êle voltou a Lisboa antes de outubro de 1502 e teve vagar para confabular com Cantino, igualmente italiano. Mais recentemente Rodolfo Schuller corroborou a versão, julgando descobrir que intervieram dois cartógrafos, o segundo dos quais inspirado directamente pelo florentino ([114]).

Importa desde já acentuar, circunstância omitida por Schuller, que o segundo colaborador não se limitou a inscrever dados recolhidos de fresco. Efectivamente, também surgem nomes em cursivo

([112]) O cálculo podia ter sido feito pela tabela inserta no *Regimento do estrolabio e do quadrante*, que dá a distância percorrida nos diversos rumos por cada grau de latitude de 17,5 léguas.

([113]) O primeiro em *The discovery of North America*, a pág. 335 e seguintes; o segundo em qualquer das obras dêle já anteriormente citadas.

([114]) O *mapa português mais antigo do Brasil*, no jornal *O Imparcial*, de 27 de maio de 1894.

no arquipélago de Cabo Verde, *Sã Tiago* e *Illa du fogo;* mais ao sul *F po* (ilha de Fernando Pó) e *Illa du principe;* e pouco adiante do cabo de Boa Esperança *aguada de sã jorge,* designação que não se encontra em mais carta alguma conhecida. Está igualmente um indecifrável *japgla*, posto ao lado da ilha africana que Duarte Pacheco no *Esmeraldo* chama dos Idolos, atribuíndo-lhe a latitude de 9º N ([115]). Pois que Fernando Pó, ilha do Príncipe e aguada de S. Jorge são inteiramente estranhos à expedição de Vespúcio em 1501, e que êle jámais passou ao sul da Serra Leôa, a hipótese de sua colaboração directa se enfraquece notávelmente. Ainda é possível contudo aceitá-la, dando de barato que êle conhecesse perfeitamente a África, mas ao diante exporemos razões que permitem incluír definitivamente entre as numerosas fantasias de que anda ornada a biografia de Vespúcio a intervenção no mapa de Cantino, aliás inteiramente dispensável para explicar as denominações oriundas de sua terceira navegação.

Notaremos que não era português o indivíduo a quem devemos as inscrições em cursivo. Provam-no os êrros na *Illa du fogo* e *Illa du principe;* a palavra *san* em vez de *sam;* o *c* redundante em *scta Marta* e em *todos Sanctos,* e finalmente a troca da letra em *miquel.* Foi um italiano, quem sabe se o próprio Cantino, que transcreveu d'algures as indicações; mas não se descobre motivo para o elevar a cartógrafo. Um profissional não teria desfeado a obra com aquela grosseira escritura corrente.

Da coexistência de novos nomes africanos e brasileiros parece deduzir-se que o colaborador italiano teve à vista um protótipo mais recente, quanto ao Brasil, do que o primitivamente utilizado, e pelo menos tam completo quanto à África. O cartógrafo inscreve já resultados da viagem de João da Nova, que tornou da Índia a 11 ou 13 de setembro de 1502; no entanto ignora a de 1501 ao Brasil, terminada meses antes, em 22 de julho. Talvez se explique a singularidade pelo facto de ser o protótipo, a que se cingiu o artista, especialmente destinado a consignar os descobrimentos oficialmente feitos na carreira da Índia, aliás de bem maior interêsse para Cantino do que os de Vera Cruz, a cujo respeito só corriam as insuficientes notícias de Gaspar de Lemos e Álvares Cabral.

PÔRTO SEGURO E VERA CRUZ

A CARTA de Caminha atribui a Cabral as denominações de *Vera Cruz* e *porto seguro.* Êste último ancoradouro da armada, diante e ao sul do qual estão figurados vários recifes que em verdade existem, é a actual Bahia Cabrália, de latitude 16º21′ S; o moderno Pôrto Seguro jaz pouco ao sul. As observações d'altura solar com o astrolábio, que a êsse tempo os portugueses eram os únicos a executar regularmente, deram 17º S para a latitude da baía, como se lê na curiosa carta de Mestre João a D. Manuel; e tal é com efeito a marcada no mapa. Quanto à longitude, à míngua de informação directa, esforçamo-nos por deduzí-la do que nos diz Caminha da derrota a partir de S. Nicolau, no arquipélago de Cabo Verde.

Às 10 horas da manhã de 22 de março passaram os expedicionários à vista da ilha e da vizinha do Sal. Daí navegaram, consoante a afirmação dos pilotos a cuja testa ia o experimentado Pedro Escolar, 660 ou 670 léguas até ao ponto em que toparam, a 21 de abril, com sinais de terra próxima; em 22, às 3 da tarde, fundearam à vista do Monte Pascoal. O andamento diário aparente da armada regulou entre 23 ou 24 léguas, porquanto, descontando um ou dois dias perdidos na procura da náu desgarrada de Vasco d'Ataíde, gastaram 29 ou 28 a percorrer as 670 léguas acusadas; o andamento verdadeiro foi maior, em virtude da acção propulsora das correntes oceânicas com que não contariam naturalmente os pilotos. Segue-se que a distância estimada da ponte leste de S. Nicolau ao primeiro ancoradouro não ultrapassaria 700 léguas; a da ilha a Pôrto Seguro, situada obra de 10 léguas ao norte, devia orçar por 690 léguas. Estamos assim habilitados a traçar na carta de marear a róta aparente através do Atlântico, suposta rectilínea, e a deduzir a diferença de longitude vencida no trajecto S. Nicolau-Brasil.

Os portugueses arbitravam a S. Nicolau, com êrro pequeníssimo a latitude 16º40′ N ([116]), e a de Pôrto Seguro fôra medida em 17º S; donde se infere que os dois lugares diferiam de 33º40′ na direcção norte-sul, ou 590 léguas, aceitando que o grau contava 17,5. Isto conduz, com a róta de 690 léguas, ao rumo de S 31º14′ O, e a 358 léguas como apartamento em longitude, que representam 20º27′.

([115]) No cap. 32 do 1.º livro.

([116]) *Esmeraldo,* pág. 37. A latitude do meio da ilha difere da indicada uns 5′. Aquela que na pág. 84 é atribuída à ponta norte da ilha de S. Tiago é perfeitamente exacta.

Ora, no mapa de Cantino o excesso de longitude da baía sôbre a ilha não excede uns 9º, sendo pois a divergência superior a 11º (117).

Não há aqui sòmente imperfeição do cartógrafo ou defeito do sistema de representação adoptado, porque ainda mesmo que a extensão da derrota se tenha de diminuír a 665 léguas, ficaria

A legenda de Vera Cruz no mapa de Cantino, segundo a reprodução fotográfica de Stevenson.

reduzida a cêrca de 15º a diferença de longitude, e o vício do traçado não deixaria de ser considerável. Somos, pois, forçados a admitir que êle foi propositalmente introduzido para afirmar nítidamente a inclusão de Vera Cruz nos domínios assegurados a Portugal pelo tratado de Tordesilhas. D. Manuel, e assim mesmo o descobridor, mostrou-se desde logo convencido de que as terras novas lhe pertenciam;

(117) O excesso é realmente de uns 15º. A diferença de longitude entre Lisboa e Pôrto Seguro, que anda por 30º, é no mapa reduzida a 21º 5′. Entre Lisboa e a ponta ocidental de Santo Antão há 15º 25′ em longitude, ampliados em Cantino a 18º. Admitindo que a posição de Pôrto Seguro foi referida a Lisboa, haveria pois a reduzir no cálculo do texto 2º 35′, ainda assim insuficientes para explicar a divergência apontada.

e tinha razão. O tratado concedia-lhe 370 léguas em longitude, que êle contava da ponta mais ocidental da ilha de S.to Antão; se lhe acrescentarmos 25, distância desta à ponta leste de S. Nicolau, teremos 395, mais que o apartamento acima calculado. Quando, sob D. João III e Carlos V, se ventilou entre as duas corôas a questão acesa das Molucas, as cartas geográficas portuguesas não ofereciam segurança; as que se destinavam a uso externo eram patrióticamente falseadas. Parece que, antes disso, e tratando-se da América, já sucedia o mesmo, pois se à inexacta localização das descobertas de Côrte-Real não é lícito atribuír fraude, ela transparece na de Vera Cruz. Cantino imaginava levar a seu amo a verdadeira imagem das regiões novamente descobertas, e todavia ela já ia inquinada em favor da causa portuguesa.

Imediatamente abaixo de *porto seguro* vem a seguinte legenda na qual há uma descrição sumária e ingénua dos indígenas do Brasil: *A vera cruz ✣ chamada p nome a quall achou pedraluares cabrall fidalgo da cassa del Rey de portugall e elle a descobrio indo por capitamoor de quatorze na..os que o dito Rey mandaua a caliqut y enel caminho indo topou com esta terra* acem *a qual terra se cree ser terra firme em a qual a muyta gente de descricam andam nu os omes e molheres como suas mais os parío sam mais brancos que bacos e teem os cabellos muyto corredios foi descoberta esta dita terra em a era de quinhentos.*

Cassa, que já encontramos na legenda das terras de Côrte-Real, bem como *en el*, denotam familiaridade com o espanhol, que ainda transparece doutras legendas. A *acem*, palavra inútil, não descobrimos sentido; para Harrisse ela está riscada, mas a reprodução fotográfica de Stevenson mostra-o pouco nítidamente. O cartógrafo enganou-se dando 14 navios a Cabral. Na verdade, como as relações oficiais das armadas por vezes não mencionavam as embarcações mercantes que as acompanhavam, ocorre que houvesse igual omissão nas cartas de D. Manuel de 1501 e 1505, onde se lê que o capitão-mór levou consigo 13 unidades; mas Cretico, La Faitada e o *pilôto anónimo*, que zelosamente não se esqueceram de navio algum, concordam com o número oficial.

O CABO DE S. JORGE

O ponto mais setentrional do litoral brasileiro em que se divisam as quinas está escrito cabo de S. Jorge, em caracteres diversos. Sòmente aqui aparece esta denominação, cuja duração foi efémera, pois não consta de documento algum de qualquer espécie.

O mapa sofreu neste ponto uma emenda bem visível; há uma tira de pergaminho sobreposta desde o *marco* até *A baia de todos sanctos*, debaixo da qual corria um traçado até agora desconhecido ([118]). O artista tinha desenhado, acima de Pôrto Seguro, uma linha de costa direita no rumo nordeste até à primitiva situação do cabo, onde pôs a bandeira portuguesa; neste ponto inclinou o contôrno em ângulo obtuso, encaminhando-o ao *marco*. Mais tarde, reconhecendo a necessidade de rectificação, recuou o litoral, fazendo-o seguir a partir de *A baia de todos sanctos* com a direcção norte até S. Jorge, prolongou a haste da bandeira até alcançar terra, quebrando-a um tanto na operação, e fêz a nova ligação com o marco por meio de um denteado que representa terras inexploradas. O debuxo primitivo traduzia a noção inicial da costa brasileira, que só póde ter sido a trazida por Gaspar de Lemos; o definitivo proveio de informação doutro explorador. Vamos ver qual êle foi.

Deve o nome S. Jorge plausívelmente ter sido imposto em 23 de abril, quando se festeja o lendário cavaleiro. Se assim passou, êle não é de imputar a Gaspar de Lemos em 1500, que largou de Pôrto Seguro dez dias depois, a 2 de maio; o baptismo realizou-se em ano posterior, no decurso de uma viagem à Índia com escala por Vera Cruz, ou então noutra directamente empreendida à nova região. Só se sabe de uma das últimas que estivesse concluída em outubro de 1502, último mês compatível com sua notificação no planisfério; foi a que partiu com Vespúcio a 10 de maio de 1501, consoante a *Lettera*. Como nela se assevera que a costa americana foi definitivamente abandonada em 15 de fevereiro do ano seguinte, segue-se que o nome S. Jorge, imposto a 22 de abril, não se póde filiar nesta expedição. As datas do *Mundus Novus* ou da *Lettera*, todavia, não são muito de fiar, e deixam dúvidas àcêrca da nossa inferência, mas há uma circunstância que a vem corroborar decisivamente. É que a nomenclatura do mapa, proveniente da terceira navegação de Vespúcio, está tôda inscrita em

([118]) V. Bellio na obra citada assinala o facto. Êle escapára a Harrisse, que não examinou o mapa e apenas uma reprodução, mandada fazer em Itália e publicada na sua obra *Les Corte Real*. É a mesma que démos no cap. III da presente obra.

O cabo de S. Jorge do mapa de Cantino e a sua posição relativa ao arquipélago de Cabo Verde e do litoral africano

cursivo, e nessa caligrafia está mesmo repetido S. Jorge; a inscrição dêste cabo no semigótico primitivo do cartógrafo tem portanto diversa orígem. Ela só póde provir então de uma armada com destino ao Oriente. Ora os cronistas mencionam duas armadas indianas entre 1501 e 1502: a de João da Nova no primeiro ano, e a de Vasco da Gama no imediato; mas como o almirante tornou a Lisboa em 1503, não há lugar para a alternativa. Foi o fidalgo galego que, no caminho para Calecut, tocou em Vera Cruz para refrescar, e deixou S. Jorge como rasto da sua passagem.

A dedução precedente repousa em que o cabo foi avistado em 23 de abril, mas nem sempre a denominação se escolhia à vista do calendário; não é pois impossível que ela seja de atribuír a Gaspar de Lemos, devoto de S. Jorge. Contra esta hipótese e em abôno da primeira invocaremos o que àcêrca de João da Nova ficou dito atrás no sumário das navegações ao Brasil. Ali assentámos como certo que o capitão-mór de 1501 fêz escala por Vera Cruz e que a atingiu não longe de 20 de abril, deixando-a para descobrir a ilha da Ascensão em 13 de maio. A data de 23 de abril cabe pois dentro da estadía no continente americano e explica plenamente a orígem de S. Jorge. A exploração da costa não abrangeu grande trato, já que apenas nos legou um nome, e não póde ter ultrapassado 8° S em latitude, porque doutro modo o rumo do capitão-mór até à ilha de Ascensão estaria no quadrante norte-leste, inadmissível para quem de Vera Cruz demanda a África Meridional.

¿Mas a emenda no planisfério de Cantino em que expedição se deve filiar: na de João da Nova ou na de Vespúcio? Se déssemos inteiro crédito ao que desta nos conta a *Lettera*, teriamos de a excluír. Efectivamente, Vespúcio diz-nos que a terra corria por lessueste, desde a arribada em 5° S até ao cabo de S. Agostinho em 8° S, cambando aí para sudoeste. Em Cantino, ela desce pelo sueste até S. Jorge em 7° S, onde muda francamente para sul. Além disto a alteração do contôrno devia prosseguir além de *A baia de todos sanctos*, e não parar aí, pois o narrador dá o rumo sudoeste a tôda a costa que corre desde o cabo de S. Agostinho até o último ponto visto, cuja latitude é exagerada a 32° S. É óbvio que, se o mapa fôsse rectificado por inspiração de Vespúcio, o artista o faria até êste limite extrêmo e consoante as indicações da *Lettera*. Mas não só êle foi estranho à emenda, como não interveio na nomenclatura brasileira de Cantino, pois que falta nela o cabo de S. Agostinho, único nome citado no relato da terceira navegação. A colaboração do florentino não passa de uma atoarda de seus panegiristas, prontos em descobrir-lhe serviços a todo o propósito.

Schuller afirma que a emenda é obra de um segundo cartógrafo, autor das denominações em cursivo, oriundas da viagem de Vespúcio. É desnecessário supor a intervenção de outro artista, e inaceitável atribuír as grosseiras inscrições acrescentadas a quem com tanto cuidado colou a tira de pergaminho e nela desenhou e aguarelou a costa nova.

O italiano, que com suas adições ao trabalho português lhe veio dar valor tam considerável, já encontrou feita a correcção, e se notarmos que o cartógrafo, a quem ela se deve, desconhecendo a expedição de Vespúcio, inscreveu resultados da de João da Nova, somos levados a imputar à última o contôrno alterado. À luz desta interpretação, o pendão das quinas já tinha sido implantado no extrêmo do litoral percorrido por Gaspar de Lemos; mais tarde apôs-se-lhe o nome S. Jorge, e introduziu-se a emenda segundo indicações provenientes da expedição de João da Nova.

¿Em que ponto podemos situar S. Jorge? Não há meio de responder à pregunta mais do que com conjecturas fracamente motivadas. Se a latitude foi correctamente determinada pelos pilotos e bem marcada pelo cartógrafo, deve ser o Cabo Branco, que conta 7°12′ S, ou a ponta das Pedras, por 7°36′ S, as duas proeminências que mais avançam para leste no Atlântico.

Nos rumos do mapa de Cantino, ainda quando tivessem sido fielmente transportados das cartas de marear, não há que fiar, por causa da variação das agulhas orientadoras. Se suposermos, como a maioria dos autores, que elas nordesteavam nesta parte da América austral, o rumo acima de S. Jorge deverá inclinar-se para nornoroeste, e abaixo do cabo para susudoeste, o que nos leva a identificá-lo com qualquer das pontas acima mencionadas; mas a curvatura do litoral é nelas menos acentuada do que a apresenta o mapa. Pondo fé, ao contrário, nas afirmações de João de Lisboa quanto à linha agónica, as agulhas noroesteavam no Novo Mundo, e o rumo abaixo de S. Jorge inclina-se para susueste; seriamos tentados a ver nesta ponta a do Calcanhar, tanto mais quanto é nela máxima a inflexão do litoral. Sua latitude é 5°9′ S e a do cabo controvertido anda por 7°, diferença explicável pelos êrros inevitáveis do astrolábio e do desenhador; mas a solução torna-se pouco satisfatória em face da direcção da costa acima da ponta do Calcanhar, que na realidade regula por oeste e é figurada em noroeste, divergência inexplicável só pela variação das agulhas.

Correntemente se toma pelo cabo de S. Jorge o de S. Agostinho, havido como o ponto mais

oriental do Brasil. A opinião não merece assentimento, não só por o cabo não apresentar esta circunstância, como por mostrar grande mudança no rumo do litoral, circunstância ausente em S. Agostinho; e ainda por ser a latitude dêste 8°21′ S, não devendo ter que João da Nova descido tanto em sua ligeira excursão por Vera Cruz.

A COSTA BRASILEIRA

TORNA-SE evidente a quem examine atentamente o planisfério que o litoral brasileiro foi desenhado tal qual como estava no protótipo original, salva a única correcção nas vizinhanças do cabo de S. Jorge. A personagem desconhecida a quem agradecemos o cursivo não alterou o traçado e apenas lhe introduziu de novo, como mostraremos, a ilha chamada *Quaresma*, e não sabemos se a fantasiosa saliência onde se lê *cabo de Scta Marta*. A expedição da qual proveio a nomenclatura adicional não constava do protótipo copiado pelo cartógrafo. Como ela terminou em 22 de julho de 1502, e a mudança de configuração e o nome no cabo de S. Jorge são posteriores a 13 de setembro (regresso de João da Nova), concluímos que antes da primeira data figurava nas cartas portuguesas a costa brasileira numa extensão considerável, além e aquém de Pôrto Seguro, embora apenas com esta denominação. Êste facto, inesperado para quem sabe que Cabral viu trecho relativamente pequeno de terras, merece comentário.

A presença de uma faxa de 200 léguas ao norte do ancoradouro de Cabral, em rumo de nornordeste e despida de quaisquer designações, não é de surpreender. Ela decorre naturalmente de Gaspar de Lemos que percorreu aquele litoral, sem talvez desembarcar. Mas para justificar desembaraçadamente o resto do traçado, parece à primeira vista indispensável admitir a existência d'outra expedição, que também em reconhecimento ligeiro tivesse percorrido o sul de Pôrto Seguro até talvez perto de 39° S, têrmo do continente no mapa.

De facto, posto de lado João da Nova que não andou por estas paragens, excluída a hipótese de qualquer navegação clandestina, que aliás só teria contribuído com indicações do rumo da costa, ficamos adstrictos à de Cabral, já que a expedição de 1501 era ignorada do protótipo. Ora nós já assentámos como plausível que o ilustre capitão, embora acompanhasse durante algum tempo a costa ao sul do Monte Pascoal, não a ladeou em grande extensão. ¿Teremos de abandonar a probabilidade em que se firmou nosso parecer, dando razão às 500 léguas de percurso anunciado por Pisani e concluíndo, em face do depoïmento de Cantino, que diante dos mareantes atónitos de 1500 desfilou enorme tracto das vicejantes terras brasileiras?

Julgamo-nos dispensados de o fazer, animados por uma hipótese que explica cabalmente o desenho abaixo de Pôrto Seguro: é que êle seja simplesmente conjectural. Não sofre dúvida de que o é a parte ao sul do *cabo de Scta Marta*, que corre nítidamente para sueste até 39° S. Ela não podia ser traçada em obediência a indicações de navegador algum, visto como a costa a sul de Cabo Frio, em 23° S, muda bruscamente para oeste, acusando a reentrância em que está o Rio de Janeiro; nem há que pedir aqui a intervenção da variação magnética, manifestamente insuficiente para explicar a grande diferença no rumo. É portanto de aceitar que também seja conjectural a parte ao norte do cabo, e que o todo se tenha de levar à conta da fantasia do artista ou a uma concepção errónea do continente austral, implicando limitação do Atlântico.

Há uma circunstância a apontar em apoio da suposição: é que há só duas bandeiras das quinas fixadas em S. Jorge e Pôrto Seguro. Estes são os limites dos descobrimentos portugueses consignados no protótipo, e seria de estranhar que os nossos navegantes tivessem avançado tanto ao sul desta baía sem que o cartógrafo o deixasse assinalado, como por exemplo o fêz na *ponta d'Asia* (Groenlândia) onde não houve desembarque.

Cabo de Sam Jorge
Quaresma
Reo de Sã franc°
Abaia de todos Santos

IV—A EXPEDIÇÃO DE 1501-1502 AO BRASIL

HIPÓTESES ERRONEAS DE VARNHAGEN

VARNHAGEN, escrevendo da expedição de 1501 na qual Vespúcio se arrogou papel preponderante, afirma peremptóriamente que seu comandante baptizou sucessivamente, de calendário na mão, diferentes lugares da costa brasileira, a partir do cabo de S. Roque, avistado a 16 de agosto, em que se celebra êste santo (119).

Obedecendo à prática hagiológica em uso dos navegadores espanhois e portugueses, foram assim denominados:

em	28	de agosto	o cabo de S. Agostinho
»	29	» setembro	o rio de S. Miguel
»	30	» »	o rio de S. Jerónimo
»	4	» outubro	o rio de S. Francisco
»	21	» »	o rio das Virgens
»	1	» novembro	a baía de Todos os Santos
»	13	» dezembro	o rio de Santa Luzia
»	21	» »	o cabo de S. Tomé
»	25	» »	a baía do Salvador
»	1	» janeiro	o rio de Janeiro
»	6	» »	a angra dos Reis
»	20	» »	a ilha de S. Sebastião
»	22	» »	o pôrto de S. Vicente

A engenhosa explicação da nomenclatura, ideada pelo ilustre brasileiro em face do mapa de Fernão Vaz Dourado de 1568 (120), obteve geral aceitação e passou em julgado. Mais de cincoenta anos depois, Harrisse apresenta uma relação análoga de nomes, acrescentando-lhes a indicação das antigas cartas a que foi procurá-los (121). Teriam, segundo esta versão, sido descobertos:

em	16	de agosto . . .	o cabo de S. Roque (Canerio, Waldseemüller)
»	18	» »	o rio de S.ta Helena (Canerio, Waldseemüller)
»	28	» »	o rio de S. Agostinho (Canerio, Waldseemüller, Schöner)
»	11	» setembro . . .	o rio de S. Jacinto (Schöner)
»	29	» » . . .	o rio de S. Miguel (Cantino, Canerio, Waldseemüller, Schöner)
»	30	» » . . .	o rio de S. Jerónimo (Canerio, Schöner)
»	4	» outubro . . .	o rio de S. Francisco (Cantino, Waldseemüller, Schöner)
»	21	» » . . .	o rio das Virgens (Canerio, Waldseemüller, Schöner)
»	13	» dezembro . .	o rio de Santa Luzia (Canerio, Ruysch, Waldseemüller, Schöner)
»	21	» » . . .	a serra de S. Tomé (Canerio, Waldseemüller, Schöner)
»	6	» janeiro . . .	a baía dos Reis (Canerio, Ruysch, Schöner)
»	7	» » . . .	o rio de S.to António (Canerio, Ruysch, Waldseemüller, Schöner)
»	20	» » . . .	o pôrto de S. Sebastião (Canerio, Waldseemüller, Schöner)
»	22	» » . . .	o pôrto de S. Vicente (Canerio, Ruysch, Waldseemüller, Schöner)

O eminente americanista, admitindo *à priori* que estas designações provêm de uma única viagem, trata de averiguar qual é, e, passando em revista as expedições espanholas e portuguesas de que há notícia, chega à conclusão de que se devem atribuír à de Vespúcio em 1501, chamando-lhe solénemente *The Vespucian data*. É a reprodução ampliada da afirmativa de Varnhagen, com a diferença de que êste imputa judiciosamente o baptismo ao chefe ignoto da expedição e não ao florentino, cuja posição subalterna se não coadunava com tal prerogativa. Mais modernamente ainda se tem insistido

(119) *Historia geral do Brasil*, págs. 128 e 129 da 3.ª edição. Varnhagen apresentou pela primeira vez esta explicação, com 3 nomes a menos, a pág. 88 do *Diario da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mór de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa*, Lisboa, 1839.

(120) Póde ver-se no excelente *Atlas annexe au mémoire présenté par les États Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse*, coordenado em 1899 pelo Barão do Rio Branco.

(121) *The discovery of North America*, pág. 335 e seguintes.

na tese ([122]), a qual no entanto se revela de tam grande fragilidade que custa a crer como a defendem tamanhas autoridades. Há nela amalgamadas duas proposições que convém analizar em separado: consiste a primeira em originar as denominações na mesma viagem, e a segunda em asseverar que esta foi a de Vespúcio em 1501. Preliminarmente, porém, e para realçar a falta de solidez das inferências de Varnhagen e Harrisse, mostraremos quanto é ilusória a segurança com que ligaram as datas às descobertas.

Os calendários da época dão-nos, com efeito, em dias diversos a comemoração do mesmo santo ou de santos com igual nome. Consultando o *Regimento* de Munich (1509?), que remonta à primeira visita ao Brasil, e o de Évora (1518), vemos nêles:

S. Agostinho	em 28 de agosto (Munich, Évora)
Trasladação de S. Agostinho . .	em 28 de fevereiro (Mün.)
S. Miguel	em 29 de setembro (Mün., Év.)
Revelação de S. Miguel	em 8 de maio (Mün.)
S. António de Lisboa	em 13 de junho (Mün., Év.)
S. António, abade.	em 17 de janeiro (Mün., Év.)
Trasladação de S. António . . .	em 15 de fevereiro (Mün.)
S. Vicente, mártir	em 22 de janeiro (Mün., Év.)
S. Vicente, prègador.	em 5 de abril (Mün., Év.)
Trasladação de S. Vicente . . .	em 15 de setembro (Mün.)

Isto no que respeita a santos mencionados nas duas relações; quanto aos outros, sobejam as repetições: S. Jorge a 23 de abril e 17 de novembro (Mün.); S. Ambrósio a 4 de abril e 7 de dezembro (Mün.); S.ta Inês a 21 e 28 de janeiro (Mün., Év.); S.ta Helena a 15 de abril e 17 de agosto (Év.), 21 de maio (Mün.), 22 de maio (Év.). Para não alongar demasiado as citações, entre as quais avultariam numerosas Nossas Senhoras, diremos por fim que S. Paulo tem 5 e S. João 13 dias comemorativos. Nem sempre é pois lícito concluír do santo para uma data única.

Demais, não faltam os exemplos de desrespeito pela praxe que Harrisse qualificou de litúrgica. Poderiamos supor, por exemplo, que o Monte Pascoal fôra descoberto por Cabral durante a semana pascal, e Vera Cruz a 3 de maio, em que se celebra a Invenção da Cruz ou achado do Santo Lenho; Gaspar Correia chega mesmo a dizer que o nome da terra nasceu desta data. Sabe-se, no entanto, pela carta de Vaz de Caminha, que o grande capitão avistou o monte em 22 de abril, dez dias depois do domingo de Páscoa, tendo partido para a África a 2 de maio, sem que durante a sua estada houvesse festa da Igreja celebrando a Cruz. No dia 22 de abril o calendário inscrevia S. Sotério e S. Gaio, nomes estranhos rebuscados em velhos cartapácios, que malsoavam a ouvidos portugueses se o achado demora mais um dia ficariam os novos domínios plausívelmente sob a guarda do heróico e popular S. Jorge. No reportório abundavam personagens de nome arrevesado, tais como *Alphen, Leodegario, Guthberto, Quiricio, Policronio* e outros de igual jaez, santos inteiramente alheios às crenças do comum; e compreende-se que os capitães (quando não os clérigos da expedição), no lance de baptizar terras recémdescobertas, lhes substituíssem outros de sua especial devoção, e até os nomes das náus donde primeiro as avistaram ([123]). Nem sempre é permitido, portanto, concluír do santo para a data da descoberta.

Abstraíndo de tais causas de engano, que não são para desprezar, o processo cómodo de separar na carta geográfica uns tantos nomes, agrupando-os ordenadamente para deduzir sua filiação em determinada exploração costeira, é arbitrário e póde conduzir a confusões e resultados extravagantes. O seu uso só verdadeiramente se legitíma quando a carta consigna apenas, além de dados cuja prove-

([122]) Hughes, no estudo sôbre Vespúcio, inserto no tômo II da parte V da *Raccolta Colombiana*, e Stevenson no estudo do mapa de Cantino, citado na nota 12, e *Marine chart of Nicolo Canerio Ianuensis, circa 1502*, New York, 1908.

([123]) No *Roteiro* da viagem de Vasco da Gama se lê que o almirante denominou de S. Helena uma angra da África ocidental à qual aportou, ao têrmo da longa travessia iniciada em Santiago de Cabo Verde, no dia 8 de novembro, o qual não é consagrado áquela santa. A explicação desta singularidade, proposta pelo sr. dr. Pereira da Silva, está em que os navegantes, tendo sofrido em 18 de agosto uma forte borrasca, recorreram à intervenção divina de S. Helena que se celebra neste dia, e no primeiro porto a que arribaram quiseram comemorar o acontecimento (*Horas Serenas*, Album literario e artistico, pág. 219.)

niência não sofre contestação, tam sòmente denominações susceptíveis de se ajustar topográfica e cronológicamente a uma viagem única.

Esta concordância de lugar e tempo, que é essencial, falta na tentativa de Varnhagen para explicar a nomenclatura brasileira. S. Jerónimo, na ordem cronológica, está entre S. Miguel e S. Francisco, separado por um dia do primeiro e por quatro do segundo; na carta de Vaz Dourado está o rio de S. Jerónimo ao sul dos outros dois. O navegador teria ido, então, num relance de S. Miguel a S. Jerónimo para retroceder mais lentamente a S. Francisco, retomando em seguida o caminho do sul. O rio das (Onze mil) Virgens deveria ter sido descoberto antes da baía de Todos os Santos; todavia é mais meridional que ela, o que justifica idêntico reparo. A viagem fêz-se pois aos zigue-zagues. Não está certo.

De análogos êrros enxameia a lista de Harrisse, à qual são comuns os da antecedente. Assim, o rio de S.ta Helena deve ter sido visitado antes dos de S. Miguel, S. Francisco, S. Jerónimo e S. Agostinho; mas na carta de Canerio está ao sul de todos êles. A ordem em que citamos estes quatro rios é a topográfica; não é porém a cronológica, porque S. Agostinho precede os outros santos. Se a relação de Varnhagen claudica, esta é de todo inválida. O seu autor, embora menos fascinado por Vespúcio que o seu predecessor brasileiro, quer-lhe dar a paternidade de tôdas as designações; todavia, facto singular, não inclui nelas o cabo de S. Agostinho, descoberto a 28 de agosto, que é o único lugar nomeado na terceira navegação da *Lettera*. É que lhe seria impossível explicar, se o fizesse, a descoberta no mesmo dia do cabo e do rio de S. Agostinho, que estão muito distantes.

Mas, dando de barato a ausência de tam palpáveis cincadas, restaria ainda provar, a ambos os escritores, que os nomes derivam da mesma exploração e que esta é a de Vespúcio. As expedições à Índia tocavam regularmente em Vera Cruz, a partir de 1500, nem sempre nas mesmas paragens, e podiam originar denominações que se conservassem. As que foram exclusivamente empreendidas ao Brasil partiam sensívelmente na mesma época do ano, e até as brasileiras de Vespúcio desaferraram ambas em 10 de maio, consoante a duvidosa *Lettera;* deviam chegar ao destino nos mesmos meses, e não admira que nas cartas apareçam santos nêles comemorados, embora as inscrições não se refiram a uma única viagem.

Na narrativa da sua primeira estadía no Brasil, Vespúcio só menciona um nome: cabo de S. Agostinho; na da segunda, cita outro como pertencente à primeira, baía de Todos os Santos. A isto se reduz a sua nomenclatura brasileira. Ora, nos mapas mais antigos que se conhecem das terras de Santa Cruz, os de Cantino e Canerio, não figura S. Agostinho, substituído por outras designações. Em compensação, aparecem os restantes apresentados por Varnhagen, três no primeiro e todos no segundo, excepto Rio de Janeiro e Bahia do Salvador. Entre os três comuns está a Bahia de Todos os Santos, de sorte que tam sómente na presença dêste nome, imposto na viagem de 1501, se póde fundar a atribuïção da extensa nomenclatura do florentino. É uma fundação na areia. Mas o mapa de Cantino, desconhecido de Varnhagen, atesta que em parte êle acertou; realmente, algumas das denominações, embora poucas, da sua lista nasceram da primeira viagem ao Brasil de Vespúcio.

A NOVA NOMENCLATURA

ESTAMOS chegados à parte mais interessante do nosso estudo: a interpretação da toponomia à última hora sobreposta no Brasil, a qual se espalha entre 7° S e 25°30′ S, abrangendo mais de 300 léguas.

A questão que de princípio se oferece é se a temos de atribuír a uma única expedição, se a várias. Excluído *cabo de sã jorge*, que é uma repetição, a resposta colhe-se do quadro seguinte onde ao lado das denominações, lidas de norte a sul, apontamos os dias festivos dos santos nelas invocados. Extraímo-los do calendário do *Regimento do estrolabio e do quadrante* de Münich, com excepção da primeira indicação relativa a Santa Marta, bebida noutra fonte (124):

san miquel	29 de setembro, 8 de maio
Rio de sã franco	4 de outubro
A baia de todos sanctos . .	1 de novembro
Rio de brasil	
cabo de scta Marta	23 de fevereiro, 29 de julho

(124) As primeiras datas também estão consignadas aos santos respectivos no calendário do *Regimento* d'Évora; à data de 23 de fevereiro não corresponde santo algum, porque é o lugar do bissexto, intercalado de 4 em 4 anos.

A ordem dos lugares ajusta-se perfeitamente às datas marcadas em primeiro lugar, e esta concordância topográfica e cronológica autoriza-nos a sustentar que as designações se filiam numa só viagem. As outras duas datas, isoladas e em contradição com as demais, são de eliminar; entretanto é possível que o nome S. Marta não derivasse do calendário.

A segunda questão que se suscita está em decidir qual foi essa viagem. Actualmente apenas sabemos de uma em condições de satisfazer: a mencionada por La Faitada, iniciada em 1501, ignora-se em que mês, e terminada em 22 de julho de 1502, a qual pensamos ser a terceira navegação de Vespúcio, começada em 10 de maio de 1501 e que êle diz concluída em 7 de setembro do ano seguinte. Para os que juram pela veracidade do florentino, há duas expedições a considerar, ambas aliás compatíveis com a nomenclatura de Cantino, que vai de setembro a fevereiro; mas já expuzemos os motivos que irresistívelmente nos intimam a fundí-las, e a considerar viciada a data de regresso da *Lettera*. Aqui os corroboramos, salientando que o nosso mapa, onde estão assinaladas as explorações de Vera Cruz anteriores a outubro de 1502, deixou-nos sinais de uma apenas, além da do descobrimento. Não é de aceitar, tendo havido duas, que fôsse omitida a de La Faitada ou que ela fôsse desconhecida do zeloso Cantino, para quem foi feito o traçado. Se *A baia de todos sanctos* está inscrita, deve pertencer a essa expedição; ora à vista do relato da quarta navegação da *Lettera* a designação pertenceria à terceira de Vespúcio. A nomenclatura do litoral brasileiro, tal é a nossa conclusão, provém da única viagem que até 1502 foi propositalmente dirigida a Santa Cruz.

A terceira questão, menos fácil de resolver, consiste em apurar entre que limites foi então percorrida a costa. O último ponto denominado *cabo de Scta Marta* presumimos ter sido avistado em 23 de fevereiro, e é de crer que nesse dia, ou muito perto dêle, se ultimaria a excursão litorânea; ora Vespúcio declara tê-la findo a 15 do mês. É possível ter havido êrro tipográfico na *Lettera*, estando 15 em vez de 25, e tudo quanto seja adiantar a data torna mais satisfatória a narrativa, onde o trajecto subseqüente aparece demasiado lento; mas são tantas as falsidades nela acumuladas que não repugna admitir mais uma. Podemos pois, mau grado a discrepância, atribuír a 25 de fevereiro, naquele cabo, a derradeira escala da exploração; mas certamente não foi S. Miguel a primeira. Conta-nos o florentino ter aportado à terra firme em 17 de agosto, por 5º S, isto é, 2º acima do cabo de S. Jorge; assevera-nos depois ter dobrado um cabo situado em 8º S, a que chamaram de S. Agostinho, festejado a 28 de agosto. Tudo isto se passou antes de 29 de setembro, dia de S. Miguel.

¿Se o mapa de Cantino nos dá os resultados da primeira jornada de Vespúcio ao Brasil, como se justifica a ausência de S. Agostinho, único nome citado no relato da *Lettera?* Simplesmente, pensamos, porque quem se encarregou de inscrever aqueles resultados já encontrou S. Jorge no sítio onde caberia o Santo Padre da Igreja; não quis alterar a disposição oficial anterior, e até a repetiu em seu cursivo.

¿Mas teria sido com efeito imposto o nome naquela expedição, segundo alega o florentino, ou na subseqüente de 1503-1504?

A nossa dúvida não nasce da desconfiança metódica na veracidade da *Lettera;* ela estriba-se em dois factos, cada um dos quais suficiente para nos pôr de sôbre-aviso. O primeiro é que o florentino transferiu para a sua quarta navegação a descoberta da ilha de Fernão de Loronha, que demonstraremos ter-se efectuado na terceira, de onde se infere a possibilidade de transposição inversa quanto ao cabo de S. Agostinho ([125]). O segundo está em que esta denominação não se encontra nas cartas mais antigas de manifesta inspiração portuguesa, nas quais é substituída por Santa Cruz. Assim aparece nos mapas de Canerio e de Kunstmann II, cuja confecção não antecede 1504, e nos gravados de Ruysch (1508) e Waldseemüller (1507, 1513 e 1516); só no de Kunstmann III, impròpriamente chamado de Pilestrina, que aliás também não se antecipa a 1504, se invoca S. Agostinho. Na carta espanhola inserta na edição *princeps* das *Decadas* de Mártir d'Anghiera, datada de 1511, se lê *C. de Cruz* ([126]); e ainda nas *Probanzas* do pleito de Diego Colombo, posteriores a 1511, o fiscal da corôa de Castela interroga as testemunhas àcêrca de *la punta que llaman de Santa Cruz y de Sanct Agustin* ([127]).

As duas designações coexistiram, tanto em Portugal como no reino vizinho, mas não possuímos elementos bastantes a decidir com segurança qual foi a primeira. Cantino em nada nos auxilia; Canerio

([125]) Também Vespúcio transfere para a primeira navegação incidentes ocorridos na segunda. Veja-se Clemente Markham, *The letters of Amerigo Vespucci*, Londres, 1894, pág. XXVIII.

([126]) Reproduzido no cap. III, vol. I da presente obra.

([127]) Veja-se a 7.ª pregunta do Apêndice B ao cap. III do vol. I desta obra, a págs. 208 e 209.

e os outros já trazem os resultados da quarta viagem de Vespúcio, da qual se podia originar S.ta Cruz, obliterando por algum tempo S. Agostinho; e êste mesmo eclipse se daria em Espanha, embora Vespúcio já lá estivesse de volta nos fins de 1504 ou princípios de 1505. O calendário, por outro lado, tampouco nos tira da incerteza; ambos os nomes são compatíveis com qualquer das expedições, que largaram de Lisboa a mais tardia antes de 11 de junho. Efectivamente a descoberta de S. Agostinho, situado em 8°21′ S, precedeu a da aguada de S. Miguel, que Cantino figura em 12° S; ora a festa do bispo de Hippona é em 28 de agosto e a do arcanjo em 29 de setembro. Os trinta e dois dias de intervalo são admissíveis, em rigor, para explicar as trinta e tantas léguas que separam o cabo do pôrto, visto tratar-se de uma exploração costeira; mas também se celebra a 14 de setembro o Exalçamento da Santa Cruz, donde poderia derivar o nome do cabo, e até com quinze dias de intervalo melhor se coaduna a pequena distância.

Na lista de *ladezas* antárcticas do Brasil constante do *Esmeraldo* vem S. Agostinho em 18°15′ S, e falta Santa Cruz. O trabalho, porém, de Duarte Pacheco é posterior a 1504 e traz dados com certeza colhidos da quarta viagem de Vespúcio, comandada, ao que parece, por Gonsalo Coelho; tanto podia ter sido S. Agostinho imposto nesta como na precedente. Demais parece que esta expedição não respeitou integralmente os nomes da sua antecessora. Assim aconteceu com o cabo de Santa Marta, que não mais aparece em documento algum posterior a Cantino, e também com a actual ilha de Fernão de Loronha, chamada em 1502 de *Quaresma* no planisfério, que foi avistada por Gonsalo Coelho em 10 de agosto de 1503 e conseqüentemente crismada de S. Lourenço, santo festejado na data. Assim a designa o sol do *Esmeraldo*, e êste facto, aliado à omissão do cabo de Santa Marta na relação, faz-nos suspeitar de que nêle prevaleceram as indicações emanadas da frota de 1503. Se assim passou, S. Agostinho foi nome imposto nessa ocasião e Vespúcio cometeu uma nova fraude de transposição.

A arribada dos navios de 1501 não distava muito de S. Jorge, aliás estaria assinalada em Cantino. A *Lettera* concede-lhe 5° de latitude austral, menos 2° do que a aparentada pelo cabo, mas vamos ver que as verdadeiras latitudes dos pontos do mapa identificáveis são inferiores de 2° a 2°30′ às nêle marcadas.

IDENTIFICAÇÕES

APESAR da repetição freqüente das designações geográficas e da sua eventual deslocação, não é árdua a tarefa de identificar as restantes cinco localidades inscritas, com excepção da última.

Pouco a sul de Maceió, capital do estado de Alagôas, está a vila de S. Miguel, abaixo da barra do rio do mesmo nome. O *san miquel* de Cantino, aproximadamente em 10° S, designa o pôrto em que desagúa êste rio cuja latitude real regula por 9°51′ S: é a *Auguada de Sam Miguel* da lista do *Esmeraldo*, onde lhe é atribuída a *ladeza* quási exacta de 10° S.

Segue-se-lhe o *Rio de Sã Franco*, sem dúvida o que ainda hoje é assim chamado, cuja larga embocadura se afasta do eqüador 10°25′ S. Aqui foi marcada a latitude com um acréscimo de perto de 2°30′, pois nos aparece aí por 13° S. A lista de *ladezas* citada dá ao rio a mesma latitude de 10° S que a S. Miguel, deslise evidente, já que a costa entre os dois pontos não corre no rumo de oeste, como aliás se vê no mapa, mas no de sudoeste.

A baía de todos sanctos é ainda hoje conhecida pelo mesmo nome, ou mais singelamente por Bahia (Bahia de S. Salvador). Sua latitude póde ser fixada em 13° S, ao passo que no mapa figura com 15° S, havendo novamente excesso de 2°. O *Esmeraldo*, menos correcto, fixa a coordenada em 15°40′ S.

O *Rio de brasil* está posto em 17°, defrontando Pôrto Seguro, o que denota proximidade da Bahia Cabrália, onde afluem vários cursos d'água de pouca monta. Hesitamos entre o das Cachoeiras ou Buranhaem e o Sernambitiba (Rio de S. Cruz ou de S. João de Tiba) ([128]). Os expedicionários encontraram aí grande cópia de pau brasil, a matéria tintorial que deu o nome definitivo aos enormes domínios portugueses da América Austral.

([128]) J. C. Gomes Ribeiro opina pelo rio Ibirapitanga ou simplesmente Pitanga, fundando-se em que na língua tupi *ibirá pitá* quere dizer *pau vermelho*. Êste pequeno rio desagúa ao sul do actual Pôrto Seguro, mas em Cantino o *rio do brasil* está em frente de *porto seguro*, que é a baía Cabrália. Além disso, o pau brasil não era exclusivo do rio Pitanga, e não sabemos se os companheiros de Vespúcio se guiaram pelo nome indígena. Em Canerio (1505?) o *rio do brasil* está ao sul de *porto seguro* e de *bareras vermeias*, mas o desenho é muito imperfeito e distende notàvelmente a costa.

Resta-nos o *cabo de scta Marta*, que nos vemos embaraçados em fixar qual seja hoje. Harrisse, que em 1883 lia esta inscrição tal qual a damos e assim a traz em sua reprodução do mapa de Cantino, mudou em 1892 de parecer ([129]), substituíndo-lhe *cabo de scta Maria*, sem nos explicar tam sensível diferença. Com esta segunda leitura se conforma Schuller, fundando-se na semelhança da letra trocada com o *i* de *A baia de todos sanctos*. Ora tal semelhança não existe na fotografia nítida de Stevenson, mal invocada por Schuller; a letra duvidosa só póde ser um *t* ou um *e*, nunca um *i*. Esta troca de *Marta* por *Maria* resulta da mania—porque verdadeiramente o é—de ver Vespúcio onde quer que se ofereça encaixá-lo. Na hipótese, o cabo confundir-se-ia com o de Santa Maria, situado em cêrca de 35° S, pouco acima do estuário do grande rio da Prata, que alguns insistem em ter sido descoberto por Vespúcio na sua terceira jornada. O fátuo florentino conta-nos na *Lettera*, a fonte por excelência, que deixou a costa já em 32° S, e navegou em seguida 500 léguas pelo sueste até 52° S; mas não diz palavra do magestoso rio. Os seus panegiristas é que não estão com meias medidas e o transportam arrojadamente até à Patagónia, por 40° S; e podem ir ainda mais longe, visto como na *Mundus Novus* êle assevera ter atingido 50° S, dando largas à sua jactância e desordenada fantasia. O cabo de Santa Maria parece ter sido avistado a primeira vez não muito antes de 1515, sendo pilôto João de Lisboa.

A saliência de contornos, visívelmente imaginários, com que no mapa avulta o *cabo de Scta Marta* bem póde resultar dum acrescentamento. Se fôsse da autoria do cartógrafo, êste deveria tê-lo nomeado, porque a figura supõe o conhecimento de que aí se alongava um promontório muito notável ao qual o seu descobridor não faltaria com designação; a inscrição seria então em semi-gótico e não em cursivo. É possível porém que fôsse uma simples fantasia do artista, aproveitada mais tarde pelo seu colaborador.

A ponta assinalada com tanto relêvo foi presumívelmente o têrmo da exploração litorânea em 1502. Sua latitude no mapa orça por 25°30′ S, mas como a coordenada é sempre marcada com exagêro de 2° a 2°30′, julgamos que a verdadeira não anda longe de 23° S ([130]). Se assim acontece estamos no Cabo Frio (23° S), senão no de S. Tomé (22° S).

A *Lettera*, única fonte utilisável no estudo da expedição de 1501 embora com grandes reservas, narra que o litoral, desde o cabo de S. Agostinho até à última escala por 32° S (!), corria pelo sudoeste, aproximação bastante grosseira cuja inexactidão se explica talvez pela declinação das agulhas de marear empregadas. O rumo, a termos de o supôr único, melhor se qualifica de susudoeste, mas é certo que a partir de S. Tomé êle começa a rodar para oeste, em que se converte francamente quando passamos o cabo Frio. Se Vespúcio não acusa a tam sensível reentrância, é que não caminhou ao longo dela, e não deve portanto ter ultrapassado o promontório, se em verdade o atingiu. Chegados aí, é muito crível que os expedicionários, à vista da brusca mudança de orientação, não se quisessem afastar para poente e iniciassem o regresso; é mesmo para considerar que não fôssem muito adiante de Pôrto Seguro, onde esteve Cabral. Os dados astronómicos da *Lettera* não se opoem à nossa tese. O florentino alega ter alcançado o paralelo 32° S, mas no sumário mostrámos que a latitude possível oscilava entre 17° S e 26° S; é portanto lícito, circunscrevendo ainda mais os limites, afirmar que a exploração não ultrapassou as vizinhanças de 22° ou 23°, e provávelmente cessou no cabo Frio.

Santa Marta devia ser orago do dia da descoberta. O calendário do *Regimento* de Münich celebra a santa em 29 de julho, dia em que o de Évora traz Beatriz e Marta; mas a data é impossível de aceitar porque, se em julho de 1501 os visitantes do Brasil ainda não tinham aportado ou acabavam de chegar, em igual mês de 1502 já estavam de volta em Lisboa. Se ao achado estava ligada a santa, torna-se necessário procurar outra do mesmo chamadouro; ora, socorrendo-nos quer de Bollandus, quer de Ribadeneyra ([131]), topamos em 23 de fevereiro com S. Marta, virgem e mártir, natural de Astorga, cujo culto estava espalhado nas Astúrias e talvez em Portugal. Esta data, que não desacorda com os factos, assentaremos como a da descoberta do cabo, pondo de parte o falacioso Vespúcio que pretende ter abandonado a costa oito dias antes, se neste ponto está a *Lettera* isenta de êrro tipográfico.

([129]) *The discovery of North America*, pág. 320, nota 76.

([130]) No estado de S. Catarina, entre 28°30′ e 28°40′ de latitude, há dois cabos a que chamam de S. Marta pequeno e S. Marta grande, êste último geralmente conhecido por S. Marta. Alguns autores julgam que êste é o de Cantino, corroborando-se com a circunstância de que Vespúcio afirma ter estado em 32°. Tal não aconteceu, como resulta dos dados astronómicos da *Lettera* e da omissão da brusca alteração do litoral em 23°, no cabo Frio; além disso o nome S. Marta desaparece nos mapas posteriores ao de Cantino, onde está em latitude exagerada até 25°30′.

([131]) J. Bollandus, *Acta sanctorum*, 1658, tômo III do mês de fevereiro, pág. 361; P.e Pedro de Ribadeneyra, *Flos sanctorum*, 1688, vol. I, pág. 578.

O calendário de Münich, em verdade, dá-nos S. Geraldo em 23 de fevereiro, mas no de Évora não vem santo algum, indicando-se aí que é o *logar do bis*, isto é, do bissexto (132); efectivamente esta era a data ao tempo escolhida para intercalar o dia adicional dos anos bissextos. Se o comandante da expedição (ou qualquer clérigo que nela vinha) se serviu de um calendário análogo, achou-se à vontade para invocar qualquer personagem sagrada, escolhendo a virgem de Astorga. Mas é admissível que S. Marta não fôsse chamada ao caso como orago; podia ser o nome de uma das caravelas da expedição.

QUARESMA

A SINGULAR designação *Quaresma*, que Harrisse e Stevenson erradamente leram *Anaresma*, calha perfeitamente à actual ilha Fernão de Loronha ou Noronha, distante do eqüador 3°50′ para o sul e da costa brasileira obra de 60 léguas náuticas da época; ela está todavia no planisfério em 9° S, e afastada 104 léguas da terra firme. Se a mancha patente ao ocidente não é um borrão casual, representa as Rocas, ilhéus que afloram vinte e tantas léguas para ocidente, a par de Fernão de Noronha. A defeituosa posição da *Quaresma* dá que pensar. O êrro de 2/3 na distância bastante curta ao continente, e simultâneamente outro de 5° na latitude parecem-nos demasiados para a arte dos pilotos portugueses, os mais peritos de quantos então sulcavam os mares. Tam grande desvio deve provir não tanto dos elementos náuticos como do desenhador, e sugere desde logo que êste não foi o correcto cartógrafo, senão o autor das adições em cursivo. Adiante encontraremos confirmação da hipótese.

A presença da ilha prova que já sabiam dela em outubro de 1502, quando foi dada a última demão ao documento geográfico de Cantino; e esta é a sua primeira revelação, ignorada de autores recentes, *verbi gratia*, de Vignaud. ¿A quem atribuír a descoberta? ¿A João da Nova, que por lá andou em 1501, ou ao capitão da expedição de 1501 a 1502, em que foi Vespúcio?

Se a encabeçarmos no fidalgo galego, a ilha é do cartógrafo, o qual sabemos estava ao facto da sua viagem a Santa Cruz. O excessivo afastamento em que a vemos póde explicar-se por ter sido a costa recuada depois da ilha estar desenhada, não valendo a pêna completar a rectificação; mas é mais difícil justificar tam errónea latitude, e além disso o esquecimento do nome que deveria aparecer em semi-gótico, tal qual como *cabo de Sam Jorge* e *ilha... chamada ascenssam*. A hipótese tem pois de ser abandonada, mau grado a semelhança de configuração com as formações insulares congéneres; aliás João da Nova não podia escolher o nome *Quaresma*, evidentemente derivado dêste período religioso que correu, em 1501, desde 17 de fevereiro (quarta-feira de Cinzas) até 28 de março (domingo de Ramos). O capitão, tendo partido de Lisboa a 5 de março (data de Barros e Góis), alcançou presumívelmente o arquipélago de Cabo Verde em 18, supondo que navegou à guisa de Cabral em 1500; e se partiu no dia seguinte, tinha menos de dez dias para chegar a Fernão de Noronha dentro do prazo marcado. Ora havendo 390 léguas entre o arquipélago e a ilha, devia o andamento médio diário orçar por 40, o que reputamos demasiado. Se ainda persistir a dúvida, ela prontamente se desvanece à simples leitura de um diploma oficial, de que adiante transcrevemos o trecho principal, no qual D. Manuel atribui, em janeiro de 1504, o achado da ilha a outra personagem.

Excluído João da Nova, resta-nos tam sòmente a expedição de Vespúcio. Desde logo assentaremos em que o nome *Quaresma* não foi imposto em 1501, quando os navegantes se abeiravam da terra americana, porquanto o florentino conta-nos na *Lettera* e na *Mundus Novus* que saíra de Lisboa a 10 ou 14 de maio, já finda há mais de cinco semanas a quaresma. E ainda, se desconfiarmos das datas exaradas nas duas relações, observaremos que entre 28 de março, último dia compatível com a quaresma de 1501, e 28 de agosto, festa de S. Agostinho, mediaram mais de cinco meses, lapso excessivo para a viagem entre Fernão de Loronha e o cabo de S. Agostinho, como quer que êste se localize entre os da região circunvizinha e quaisquer que fôssem as escalas intermediárias indicadas pelo florentino a partir dos supostos 5° S da arribada.

Somos pois forçados a derivar a designação da quaresma de 1502, entre 9 de fevereiro e 20 de março, quando já os expedicionários iam a caminho da metrópole. A hipótese é aceitável, se o *cabo de Scta Marta*, última denominação em Cantino, foi também a última escala na terra firme. Abandonando-a em 23 de fevereiro, já começada a quaresma, as caravelas prosseguiram sua viagem de regresso dentro dêste período, tendo tempo bastante para chegar a Fernão de Noronha antes dela terminada Efectivamente, se aquele cabo não está mais ao sul que 23° (cabo Frio), como tudo faz supor, sua

(132) Igual indicação vem no *Reportorio dos tempos*, de Valentim Fernandes.

distância à ilha é inferior a 400 léguas, em róta directa pouco apartada do litoral. Ora admitindo o diminuto andamento de 18 léguas diárias, já que as caravelas vinham cansadas e pejadas de pau brasil, bastavam vinte e três dias para o trajecto, e há vinte e cinco entre 23 de fevereiro e 20 de março. E aqui temos a segunda revelação do mapa: a ilha foi avistada a primeira vez num dos últimos dias da quaresma de 1502. Aqui notaremos de passagem quam pouco é de fiar a *Lettera* de Vespúcio, que assistindo à descoberta em 1502, a transpõe entretanto para 1503, na sua quarta navegação (133).

O acontecimento realizou-se certamente em dia cujo orago era estranho às devoções usuais dos marítimos, caso freqüente com os calendários da época. Copiamos aqui, dos insertos nos *Regimentos* de Münich e d'Évora, a parte que diz respeito às semanas anterior e posterior ao domingo de Ramos de 1502:

Datas de março	Regimento de Münich	Regimento d'Évora
14	Leeo papa e martyrr e do*uctor*	zacharias papa
15	longinus martyr	longino martyre
16	Gertrudis virgem e mart*yr*	ciriaco martyre
17	Patricio bispo e confesso*r*	Patrique bispo
18	Anselmo bispo e douctor	alexandre bispo
19	Joseph d*e* nossa senhora	Juliam martyr
20 (Ramos)	Guthberto confessor	romano abbade
21	Beento abade fundador	Bento abbade
22	Paulo bispo e confessor	paulo bispo
23	Pigmete preste e martyr	Rodrigo martyr
24	Theodoro p*resbitero.* Dia de jej*û*	Theodo*ro* Vigilia
25	An*ú*ciaçã de nossa senhora	A*ù*ciaça de nos*sa* sñ*ra*
26	Sam castorio martyre	castorio martyre
27	Joam yrmitam confessor	Roberte bispo

Leo, Longino, Ciríaco, Romano e Gutberto prestavam-se fàcilmente à troca. A escolha de *Quaresma* ocorreu provàvelmente por ter sido a ilha avistada no último dia dela, domingo de Ramos, que foi 20 de março, consagrado ao abstruso S. Gutberto. Sucedeu porém ao nome o mesmo que ao *cabo de Sam Jorge;* ambos duraram pouco tempo e só chegaram a nós através do mapa de Cantino. Isto explica-se quanto ao cabo, porque os expedicionários de 1501 o baptizaram de novo sem saber que anteriormente por lá passara João da Nova, pois regressaram a Portugal uns cincoenta dias antes dêle. No tocante à ilha, vamos ver agora que o abandôno de *Quaresma* resulta de não ter sido oficialmente adoptada a denominação.

Varnhagen publicou em 1839 três diplomas que lançam plena luz no problema (134). O principal é o alvará de D. João III, no qual o monarca confirma em 3 de março de 1522 a carta de doação passada pelo seu antecessor em 16 (e ampliada em 23) de janeiro de 1504 a favor de Fernão de Loronha. Neste documento D. Manuel faz mercê a êste cavaleiro da sua casa real «*de nossa ilha de sam joham que elle hora novamente achou e descubryo cinquenta leguas alla mar da nossa terra de samta cruz que lhe temos aremdada*». A posição geográfica está indeterminada, oferecendo margem a dúvida; mas sabe-se que é a da actual ilha de Fernão de Loronha, porquanto a doação foi revigorada no neto do descobridor por D. Sebastião, que em 20 de maio de 1559 declara estar S. João a *sessenta leguas ao mar do cabo de S. Roque da terra do Brasil.* Em 8 de janeiro de 1693 D. Pedro II novamente confirma num descendente de Fernão de Loronha a doação de S. João. Tal foi durante dois séculos o nome oficial da pequena possessão portuguesa, pertencente em todo êste intervalo ao descobridor e seus herdeiros.

O ilustre historiador a quem devemos o conhecimento dos diplomas, cingindo-se ao relato da quarta navegação de Vespúcio, atribuía-lhe a princípio o achado da ilha em 10 de agosto de 1503.

(133) A operação é ilícita mesmo na hipótese extrêma da ilha ter sido avistada por uma caravela em que não ia Vespúcio.

(134) A págs. 70 e seguintes do citado *Diario da Navegação.*

Como porém então se celebra S. Lourenço, e dezoito dias antes e outros tantos depois não aparece nos calendários S. João algum, inclinou-se mais tarde a que Fernão de Loronha, numa viagem da qual não resta o mínimo vestígio, fôra ao Brasil no mesmo ano de 1503 e conseguira avistar a ilha em 24 de julho, dia de S. João Baptista, sob cuja invocação ficou. O milésimo deduziu-o Varnhagen das expressões do alvará *que elle hora novamente achou e descubryo*, escritas em 16 de janeiro de 1504; e quanto ao mês, da suposição de ser o Baptista o santo comemorado. Mas essas inferências são frágeis, como fàcilmente se demonstra; as palavras *hora novamente* são aplicáveis a feito de há mais de ano, e quem sabe da abundância com que aparece S. João nos calendários da época hesita na preferência.

Percorrendo o *Regimento* de Münich, topamos com nada menos de 13 dias em que era lícito impor o nome:

Março	27	Joam yrmitam confessor
Maio	6	Joam ante porta lati*na*
»	28	Sam joam papa e martyr
Junho	23	Joãne sacerdote
»	24	A nascença de san johã ba*ptista*
»	26	Joãne: paulo: pelagio m*artyres*
Julho	1	Oytaua de sam johã bapt*ista*
Agosto	29	Degollação de Sam joham
Novembro	11	Joham bispo e confessor
Dezembro	17	Sam Joham evangelista
Janeiro	3	Oytaua de Sam joam ev*angelista*
»	27	Joham crisostomo bispo
»	31	Ciro e johãne martyr*es*

Menos pródigo, o *Regimento* d'Évora traz 9, e 8 o *Reportorio dos tempos*. Êste nome é indubitávelmente, a par do de Santa Maria, o mais freqüente entre os dos bemaventurados da côrte celestial, e entre todos sobresái aquele cujo martírio foi maquinado pela sedutora Herodíade. Se fôsse êste o lembrado a propósito da nossa ilha, a carta de doação naturalmente di-la-ia de S. João Baptista, pois assim o distinguiam dos restantes.

Há motivos para atrasar a pretensa viagem que Varnhagen supôs ultimada em 1503. Efectivamente, no sumário das expedições démos o extracto de uma carta de Rondinelli, onde se lê que em 1502 a corôa portuguesa celebrou com certos mercadores judeus um contracto de arrendamento das terras de Santa Cruz; e da doação da ilha de S. João consta que êle foi encabeçado em Fernão de Loronha, *a nossa terra de santa cruz que lhe temos aremdada*. Por efeito do ajuste saíu logo no ano seguinte, sob comando de Gonsalo Coelho, uma esquadrilha de seis navios (exactamente o número prefixado por Rondinelli em 1502), na qual andou Vespúcio; ora esta exploração (durante a qual se fundou uma das feitorias defendidas de que nos fala Rondinelli), terminou quando ia já adiantado o ano de 1504, se dermos crédito a Vespúcio. Fernão de Loronha não tomou portanto parte nela, já que a doação é de 16 de janeiro. Segue-se que a hipótese do douto brasileiro exige a presença no Brasil de duas expedições em 1503: uma em que ia o descobridor e outra armada por sua conta com idêntico objectivo, desdobramento francamente inadmissível.

Há por fim um argumento, ignorado de Varnhagen, que vem invalidar completamente as suas suposições: é que a ilha já era conhecida em 1502, consoante o atesta Cantino. E aqui notaremos de passagem que ao ser lavrado o primeiro alvará, a única viagem à ilha conhecida em Portugal era a de 1501-1502, e que dela provém portanto as 50 léguas *alla mar*, mencionadas no diploma. Se esta foi a distância estimada pelos pilotos e o mapa no-la dá em 104 léguas, mais do dôbro, confirma-se que a errónea situação atribuída à Quaresma não é devida ao cartógrafo, mas a um amador mal informado ou pouco perito. Foi êste que desenhou a ilha.

Pois que devemos realmente a descoberta a Fernão de Loronha, e por outro lado sabemos que ela se realizou em 1502, torna-se evidente que o cavaleiro participou da primeira expedição directa às terras de Santa Cruz em 1501, e até que a comandou, pois os diplomas oficiais, como observa Varnhagen, atribuem sistemáticamente a honra das descobertas aos capitães responsáveis. E aqui temos a terceira revelação do nosso planisfério, a qual resolve o tam discutido problema do comando da

terceira navegação de Vespúcio. Não há dúvida de que Fernão de Loronha tinha categoria para capitão-mór, porque era cavaleiro da casa de D. Manuel; e o grande interêsse do rico armador pelo comércio do pau brasil está patente em que, logo depois da viagem, com êle se fêz o contracto de arrendamento da costa brasileira, ao qual se seguiram diversas expedições.

Os pormenores do ajuste não são infelizmente conhecidos de diploma oficial, mas constam sumáriamente não só da carta citada de Rondinelli, mas da *Relazione di Lunardo da Cà Masser*, que é de 1506 ou 1507 ([135]). Diz o agente veneziano, referindo-se à madeira córante:

Item, de há três anos para cá foi descoberta uma Terra nova da qual se traz todos os anos 20 mil quintais de brasil, o qual é tirado de uma árvore grossa que é muito pesada; mas não tinge com a perfeição em que o faz o nosso do Levante; não obstante despacha-se muito para Flandres, e daqui para Castela e Itália para muitos lugares; o qual vale 2 1/2 ducados o quintal, o qual brasil foi concedido por Fernando de Loronha, cristão novo, durante 10 anos por este Serenissimo Rei por 4000 ducados ao ano; o qual Fernando de Loronha manda em viagem todos os anos à dita Terra Nova os seus navios e homens, a expensas suas, com a condição que êste Serenissimo Rei proíbe que daqui em diante se extráia da Índia. O qual brasil, pelo que se vê ao fim de trazido a Lisboa lhe fica com tôdas as despezas por 1/2 ducado o quintal; na qual terra há bosques inteiros dêste brasil. Faz-se de Lisboa ali 800 léguas, pelo sul e sudoeste.

Item, da tre anni in qua che fu discoperto Terra Nova, della quale se traza ogni anno verzin da K. 20 mile, el qual verzi mostra sia stá taiado da una arboro molto grosso, el quale é molto pesoso e grave; tamen non tenze in quella perfezion come fa il nostro da Levante; niente de manco se ne spaza molto in Fiandra, e de qui in Castilla et in Italia per molti lochi; el qual valle ducati 2 1/2 in 3 il K., il qual verzi é appaltado per Firnando dalla Rogna, cristian novo, per anni 10 da questo Serenissimo Re, per ducati 4000 all'anno; el qual Firnando dalla Rogna manda al viaggio ogn'anno in detta Terra nova le sue nave, et homeni a tutta sua spesa, con questa condizione: che questo Serenissimo Re deveda che non ne sia stratto da qui avanti della India. El qual verzi, per quello si vede, fin condotto qui a Lisbona, con tute spese li sta per ducati 1/2 il K.; nella qual terra è tutti boschi de questo verzi. Se fa de Lisbona a li, per ostro e garbin, da leghe 800.

O arrendamento valeu por três anos, consoante se deduz das palavras de Rondinelli atrás transcritas. Di-lo aliás expressamente um diploma régio de 6 de outubro de 1503, em que são concedidos certos privilégios a mercadores alemães; D. Manuel fala nas compras feitas «nos navios do trato de Fernão de Loronha durante o tempo do seu contracto que se acabará em 1505» ([136]). Na *Relazione* afirma-se que seu prazo era dez anos, mas o escrito é posterior a 1505, sendo possível se refira ao arrendamento renovado; e assim o faz crer a diversidade das condições indicadas pelos dois italianos.

Alguns historiadores que se ocuparam com Fernão de Loronha (ou Noronha, como indevidamente o crismaram) supoem-no cristão novo, mas hesitamos em seguí-los. Dão-lhes razão o trecho citado e mais duas passagens da *Relazione*, mas ela claudica por vezes na qualificação de personagens, como quando assevera ser Pedro Álvares Cabral de baixa extracção. Do facto de Loronha presidir ao consórcio de judeus conversos, que primeiro explorou comercialmente o Brasil, nada se póde inferir, pois eram freqüentes sociedades mercantis de cristãos novos e velhos. Na frota de Tristão da Cunha, que saíu para a Índia em 1505, ia uma náu de Loronha por nome S. Cristóvão; por outro lado, sabe-se que a uma delas chamavam correntemente a *Judia*. Hümmerich, para quem faz fé o texto da *Relazione*, admite a identidade das duas e vê na alcunha a confirmação de que o armador era judeu ([137]); mas mesmo na hipótese, se a náu ia sabidamente por conta de uma sociedade de judeus, alguns dos quais talvez andassem nela, a alcunha seria merecida sem derivar do principal societário.

As várias mercês de que consta a concessão a Fernão de Loronha não são indícios seguros de que êle fôsse estranho à raça hebraica. O facto dêle ser cavaleiro da casa real, *lugar onde se os homens habilitam em honra e nome*, como diz João de Barros, é insuficiente prova. D. Manuel, ao que diz êste cronista, deu igual honra ao judeu Gaspar da Gama, intérprete trazido por Vasco da Gama da Índia a quem deviam relevantes serviços; e é possível que Loronha merecesse outro tanto. Em 10 de fevereiro de 1498, ano da promulgação da lei contra os judeus, el-rei concede-lhe a mercê de cidadão de Lisboa, com tôdas as franquias e honras dos demais; e o fanático D. João III a confirma em 28 de junho de 1924. Sucessivamente, em 16 e 24 de janeiro de 1504, D. Manuel instituíu-o, com direito à acessão dos descendentes directos, donatário da ilha de S. João, e ampliou-lhe os privilégios. Em 26 de agosto de 1506 é passado a Loronha alvará, permitindo-lhe usar

([135]) Encontra-se no trabalho de Peragallo, citado na nota 26.
([136]) Transcrição do capítulo futuro do sr. dr. António Baião, *O comércio do páu brasil.*
([137]) *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach den portugiesischen Indien*, 1505-06; München, 1918 — *Die erst deutsche Handels fahrt nach Indien*, München, 1922. O nome *Judia* é tambem citado numa carta de Duarte Lemos a D. Manuel em 30 de setembro de 1508, na qual também figura uma náu *India (Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, pág. 197).

com certas modificações do brasão que a seus ascendentes déra o rei de Inglaterra; e em 23 de setembro de 1532 D. João III expede em seu favor carta pela qual é feito fidalgo de cota d'armas, atribuíndo-lhe novo brasão. Neste diploma o antijudaico monarca o remove do *numero jerall dos homes*, e o traz *ao comto e estima e partypaçam dos nobres fidalgos de limpo sange* (138). Tôdas estas graças régias podiam ter sido dadas a um *homem de nação;* no entanto o depoïmento dos arquivos genealógicos é contrário. Êles contam que os Loronhas eram gente de prosápia no século XIV, tendo nos princípios do imediato vivido em Inglaterra, de que um dos reis lhes deu brasão (139). Esta família uniu-se à dos Noronhas no século XVIII, coexistindo então os dois apelidos, tam similares que com o correr do tempo se confundiram. Como se vê, se as genealogias não são forjadas, há alguma razão para não enfileirar Fernão de Loronha entre os cristãos novos que com êle se associaram em negócios ultramarinos.

Se Fernão de Loronha chegou a seu futuro domínio na quaresma de 1502, provàvelmente no seu último dia, e em todo êste periodo não há um único dedicado a S. João, ¿como se explica o nome oficial? Eis um problema interessante para cuja solução arriscamos a mêdo uma hipótese.

Os reportórios em voga nos princípios do século XVI apresentam-nos em 20 de março santos que bem compreendemos fôssem rejeitados pelos marítimos, cuja escolha aliás—já o observara Humboldt —não coïncidia sempre com a de seus chefes. É possível que *Quaresma* fôsse preferida pelos pilotos e como tal arquivada nas cartas de marear originais, ao passo que o comandante por qualquer motivo adoptasse S. João; mas julgamos que êle o fêz mais tarde quando teve de fixar a denominação oficial. Para se conformar com o uso, decidiu-se então pelo santo do dia em que abandonou a ilha em rumo da África. Tendo chegado a 20 de março, presumimos que se demorou nela para aguada e também para reparações, pois Vespúcio nos conta que na escala seguinte (Serra Leôa) tiveram os navegantes de queimar um dos navios, plausívelmente comido do busano; demais, logo em seguida à arribada começavam as solenidades religiosas da Semana Santa que demandavam algum recolhimento. Não é muito imaginar que durante tôda esta semana se prolongasse a estadía, até o domingo de Páscoa, e nesta data festiva teria sarpado o capitão-mór para a travessia do Atlântico; ora o dia 27 de março era consagrado a S. João, ermitão e confessor, o que explica perfeitamente o nome oficial.

Parece, no entanto, que o novo baptismo não encontrou assentimento geral. Na lista de *ladezas* das terras de Santa Cruz que lemos no *Esmeraldo,* traz Duarte Pacheco, em 1505, uma ilha de S. Lourenço em 4º S. Por outro lado, Vespúcio assevera que aí por 3º austrais se desvendara a seus olhos, em 1503, uma ilha maravilhosa, junto da qual naufragara a náu capitânia na noite de 10 de agosto, consagrado a S. Lourenço, e conquanto êle nos não diga que o desastre se deu no dia do achado, somos muito tentado a ligá-lo ao santo. Se não estamos em êrro, Gonsalo Coelho, comandante da segunda armada enviada directamente do Brasil com o florentino, querendo comemorar o incidente em que esteve para perder a vida, pôs a ilha sob a protecção do mártir grelhado. Isto se passou em 1503, antes dêle saber que Fernão de Loronha lhe propusera outra denominação. Assim a ilha teve três nomes, que por ordem cronológica foram Quaresma, S. Lourenço e S. João. Nenhum dêles, porém, conseguiu vingar; a todos sobrelevou o do seu descobridor, que se tem conservado até nossos dias.

CONCLUSÕES

O MAPA manuscrito, doado por Alberto Cantino ao duque de Ferrara Hércules I, oferece as imagens do Velho e Novo Mundos tais como os conheciam em outubro de 1502 os geógrafos de Portugal, os mais adiantados do seu tempo.

A África está desenhada com bastante exactidão em todo o seu perímetro, circundado pela primeira vez em 1501 pelos portugueses. Na Ásia, concebida através de portulanos arábicos, está sofrívelmente delineada a Índia, cuja costa ocidental só parcialmente fôra visitada pelos portugueses, sendo imperfeitas a Indochina e a China, cujo litoral é banhado por um oceano (Pacífico) que se dilata a nascente e comunica pelo sul livremente com os mares infraíndianos. Na América setentrional aparece, mal arrumada a leste da divisória de Tordesilhas, a terra percorrida

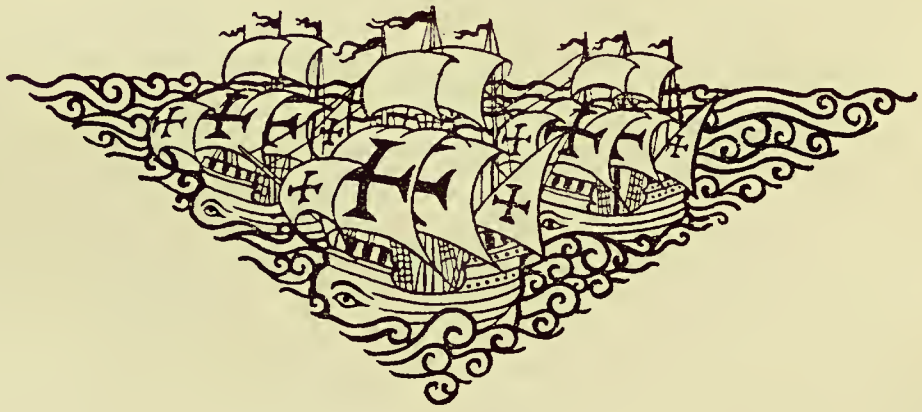
(138) Estes diplomas constarão do próximo capítulo do sr. dr. António Baião,
(139) Visconde de Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico*, págs. XCIX e 165.

em 1501 por Gaspar Côrte-Real, bem como uma porção da costa oriental dos Estados-Unidos que se supunha só ter sido descoberta dez anos mais tarde por castelhanos. Da América central apenas se representam as Antilhas, com os êrros de posição do mapa de Juan de la Cosa (1500). A América meridional é um vasto continente que principia no litoral de Venezuela perlustrado em 1499 por Alonso de Hojeda, e segue até à parte da Guyana por onde navegou Vicente Pinzon, prolongando-se ao sul por meio de uma linha convencional até às terras de S. Cruz portuguesas.

É a mais antiga representação cartográfica que se conhece do Brasil. Ao têrmo da linha hipotética de costa, por 7° S de latitude, está o cabo de S. Jorge, que talvez coïncida com o cabo Branco ou a ponta das Pedras, prosseguindo o litoral com várias denominações até cabo de S. Marta, que se póde identificar ou com o cabo de S. Tomé (22° S) ou com o cabo Frio (23° S); d'aí em diante, e mesmo antes, o desenho é conjectural e afasta-se erróneamente para sueste até 39° S. Já figura a actual ilha de Fernão de Loronha, por êle descoberta em 1502 e chamada Quaresma, nome substituído em 1503 por S. Lourenço e em 1504 oficialmente por S. João.

Para êste traçado concorreram as viagens de Álvares Cabral em 1500, à qual se deve Pôrto Seguro, de Gaspar de Lemos em 1500, que não deixou denominações, de João da Nova em 1501 a quem atribuïmos o cabo de S. Jorge, e finalmente de Fernão de Loronha entre 1501 e 1502, a quem pertence a restante nomenclatura.

Esta quarta viagem, a primeira que se fêz com destino expresso ao Brasil, é concisa, infiel e mentirosamente descrita na terceira navegação de Américo Vespúcio.



APÊNDICE

Marino Sanuto, Diário, vol. IV, coll. 663-666

Copia de una letera, scrita di Lisbona, dil viazo di le caravele in la India

Magnifico orator mio observandissimo.

Per duplicate mie ho advisato la magnificentia vostra di la giunta de le nave 4, se expectavano da Calicut, et quello se extimava dovesseno portar; hor con questa la magnificentia vostra sarà più interamente advisata, che summa de speciaria porterano, et questo é lo certo. Primeramente da pepe mille quintali, poco più o mancho, canella 450 quintali, zenzero circha da 50 quintali, lacha, bolzuì altri 50 quintali, cosse moresche, la summa che valeano, 4000 ducati, altre cose non portano. La causa perché anno cussì pocha speciaria per altre la magnificentia vostra harà inteso. Quando questi marchadanti mandorono queste 4 nave, la opinion lhoro fu, che due d'esse havesseno de andar a la mina nova a rescatar oro, le altre due havesseno ad andar a Calicut, et feceno provisione de merchantie al proposito di ciaschaduno de' dicti lochi, de modo che le 4 nave forno a Calicut, et non potero haver noticia di la mina nova, ben che tochasseno in diversi lochi. El primo locho dove forno fu a Cavanor, et lí hebeno nova dil caso acaduto a Petro Alvarez Cabral, et, come restava traito, à sentado in Cochin. Et che là stava el factor de questo serenissimo re, da qual re de Cavanor forno visti volentiera, et li disse el capetanio, se'l volea speciaria che lui li darebe; et cussì se ne partì, et fu a Cochin. In lo qual locho trovò el factor del re, e stete a parlamento con lui. Et perché queste nave non portavano niuno dinaro di contanti, se non tuta merchantia, et pocha d'essa al proposito de la terra, et questo regno de Cochin é poverissimo, che non voleno se non danari de contanti, hebbe el capetanio di le quatro nave, per sua ultima determination, de se ne ritornar a Cavanor, et cussì fece. In lo qual loco, per la grande voluntade tenea quel re con questi progressi, hebbe acordio con lui in questa forma; che la merchantia, portavano in esse nave, se mandasse a valiar a precio rasonevole, et che la mandaseno in terra, et lui, per contro di essa li manderà dar tanta speciaria, come podesseno valer esse merchantie, con condition che restasse lí tre homeni de le nave con el segondo capetanio et factor de dicte nave, et cossì uno scrivano, o ver canzelier a nostro modo, li qual havesseno de vender esse merchantie, et cossì, come a la giornata le vendesseno, andaseno pagando la speciaria al dicto re, del qual acordo forno quelli di le nave contenti. Et cossì fecero, et carichono essa speciaria nominata di sopra; et le nave partirono per qui, et li 3 nominati restarono là per compir quello haveano promesso al dicto re. Le nave nostre sono venute di là mità carichate; et questo é causato, perché non portavano danari contanti, e la lhor pocha merchantia al proposito di la terra, et lo guadagno doveano far e restato indreto per la causa loro. La conclusion é, che la India, segondo costoro dicono, non voler se non pocha merchantia; el primo fundamento si é danari contanti, li quali sono pochissimi in questo regno, et senza danari questo re non podeva haver l'intento suo, salvo se per forza non vorà cargar le nave, che costoro dicono, come giongerà lo admirante, con l'armata fu questi giorni passati, cum paura quelli re li hano de cargar le nave, maxime quello de Calicut, che a la partita de costoro li fo pronuntiato, per li soi divini che una grande armata di questo serenissimo re li havea de andar sopra de Caliqut, et che da paura avea da fugir et lassar la terra. Questa nova se ha per tre homeni, sono venuti in questa nave, de quelli scamporono, quando fo morto el factor in Calicut. Et àssi per uno bergamasco, che é 25 anni che stava in Calicut, et àssi per uno valentiano, ch'é 6 anni stava in Calicut, et per loro è stà dita la nova a questo re, la qual, sia vera o bosia, la piglieremo come la dano. El re de Calicut mandò grande armata sopra queste 4 nave, quando stavano in Cavanor, et lhoro fugiteno a la vella, et non li fece despiacer niuno. Praeterea questo re a questo zenaro proximo, determina di mandar nova armata, zioé 8 in X nave grosse, et insino qui ne ha messo a questo effecto 7 nave, zioé le due che sono fate questa estate in questa ribera, una d'esse de 700 tonelli, l'altra de 500, et un'altra nave, che s'é facta in el porto de Portogal, che sarà da 450; et due che sono facte in l'isola de la Medera, una de 350, una de 230, una che s'é facta in Setuval, de 160 in 170 tonelli; queste nominate di sopra sono tutte nave nove; da poi piglia un'altra nave de 300 tonelli, che tre giorni fa ritornò da Syo. Et queste nave il re piglia caricho de armarle per lui, salvo doi d'esse, quella de 450 et de 350 tonelli, che certi merchadanti hanno facto partito d'esse con lo dicto re in questa forma: che lo re habi a far la dispesa, asì de mantinenti come de soldo de marinari, et altre despese neccessarie a le dicte nave, et li merchadanti hanno a mandar tanti danari contanti in le dicte nave, che ben le possino carichar de spiziaria, et de torna viagio la mità de la spizieria, o altra mercantia che porterano le dicte due nave, sarà del re et l'altra mità de' merchadanti. Et, perché meglio intenda la magnificentia vostra, duo quintalli de spiziaria costerano in la India a li merchadanti 7 in 8 ducati, uno d'essi é del re, et l'altro resta a loro senza altra dispesa, che é quello li costa li dui, et non li à costar, posto a qui, più che a quel restar a loro; et troviamo che questo é assai meglior partito, che non é ad mandar le nave a nostra spesa, come s'é facto fino qui. E, sel re havesse voluto dar altre nave a questo partito, harebe trovato chi ne piglierà carigo, nui ne pigliamo parte in le doi dicte di sopra, che la parte nostra credo sarà uno dozeno; et, oltra le nave dicte di sopra, sempre anderano di merchadanti altri do o ver 3 nave, che Idio consigli al meglio ciascha-duno. Questo discorso ho facto a la magnificentia vostra, perché quella dil tutto sij advisata particùlarmente, perché in le altre che scrissi di questa materia non scrissi cossì largamente, perché ancor non se sapea la verità del tutto. Non altro. A la magnificentia vostra me ricomando, la qual se ricordi, che son dil tuto suo, et, acadendo li di qua cosa alcuna, adoperame come fidel amico et servidor.

De Lisbona, a dì 26 septembrio 1502.

Subscriptio:

Joanne Francesco Affaitato
cremonese

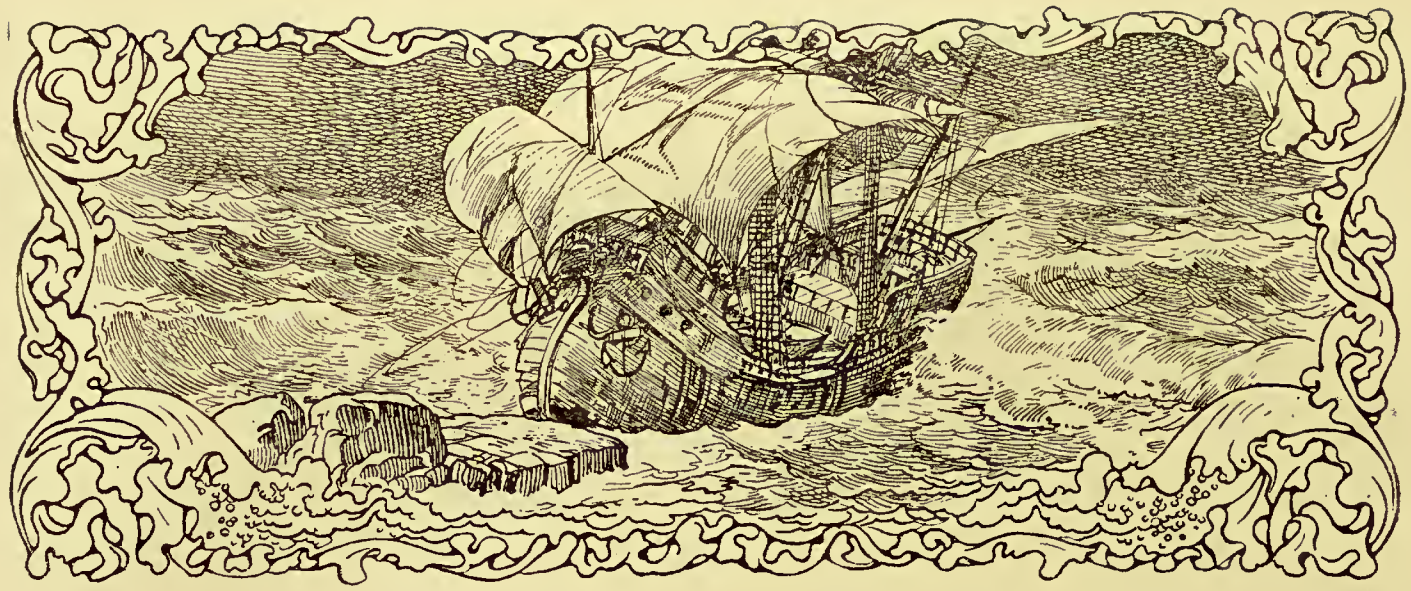
A tergo: Magnifico et generoso domino Petro Pasqualigo, oratori veneto dignissimo in Hispania.

CAPÍTULO X

A EXPEDIÇÃO DE 1503

POR

C. MALHEIRO DIAS



A EXPEDIÇÃO DE 1503

O cap. LXV da *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Emanuel*, depois de referir-se aos desígnios do monarca de passar «*em Africa, pera pessoalmente fazer guerra aos Mouros*», e de como, a rôgo do Papa, mandara em socorro dos venezianos parte da grande armada reünida para o empreendimento de Marrocos, Damião de Góis informa que, neste mesmo ano de 1503, D. Manuel expedira seis náus para a Índia sob o comando de Afonso e Francisco de Albuquerque e «*Gonçalo Coelho com seis naus á terra de Santa Cruz, com que partio do porto de Lisboa aos dez dias do mez de Junho, das quaes por ainda terem pouca noticia da terra, perdeo quatro, & as outras duas trouxe ao regno, com mercadorias da terra, que entam nam erão outras, que páo vermelho, a que chamam Brasil, bogios, & papagaios*».

1503 foi um ano de fome. As chuvas e tempestades da primavera tinham impedido ou destruído as sementeiras. O preço do pão subira tam assustadoramente, que já não apenas os pobres, mas também os ricos, lhe sentiam a carestia, e nem a poder de dinheiro se achava trigo, nem nenhum outro pão, nem legumes. A calamidade impôs ao rei a desistência da emprêsa de África. Mandaram-se navios e emissários à Holanda, à Flandres, a Inglaterra e França para comprarem e transportarem trigo para o reino.

Não obstante tamanhas vicissitudes, o poder naval e guerreiro da pequena nação, que atingira espantosas proporções de grandeza, sustentava-se e expandia-se.

A poderosa esquadra enviada em socorro de Veneza, sob o comando de D. João de Meneses, compunha-se de trinta náus, navios e caravelas, em que iam três mil e quinhentos homens de guerra, afóra marinheiros e outra gente de serviço. Além desta, o rei mandara outra frota debaixo da bandeira do mesmo valente capitão, em que ia multidão de gente nobre, para ficar por fronteira na cidade de Oram, e com o objectivo de tomar a praça de Mazalquibir.

Estas duas grandes armadas fizeram-se à vela do pôrto de Belém aos quinze dias do mês de Junho. Em Abril haviam partido para a Índia, em duas divisões, comandadas por Afonso e Francisco de Albuquerque, mais seis navios de alto bordo. Ainda não tinham regressado nenhumas das vinte náus e caravelas que Vasco e Estevão da Gama conduziram ao Oriente no ano anterior. Pouco depois da saída de Francisco de Albuquerque, que foi a 14 de Abril, segundo Castanheda, partiam outras três náus, debaixo do comando de António de Saldanha, destinadas ao estreito do Mar Roxo, onde deviam esperar, para dar-lhes caça e combate, os navios dos mouros de Méca. Finalmente, a 10 de Junho, Gonçalo Coelho saía do Tejo com seis velas, destino à terra nova de Santa Cruz. Se a esta conta juntarmos as duas náus enviadas à Terra Nova, à procura de Gaspar e Miguel Côrte-Real, eram sessenta

e seis os navios de alto mar—não fazendo menção dos destinades à emprêsa malograda de Mazalquibir, dos numerosos navios ocupados no tráfego mercante europeu, nos resgates da África e nas carreiras dos Açôres e da Madeira (1), —que o pequeno Portugal trazia a navegar nos oceanos.

Importante devia ser a missão cometida a êste Gonçalo Coelho para que o rei lhe houvesse confiado seis navios em momento tam mal asado. Damião de Góis nada adianta que nos permita devassar os objectivos da nova expedição mandada a Santa Cruz neste ano de 1503, em que foi jurado herdeiro do reino na sala dos Leões do palácio da Alcáçova o príncipe D. João, que havia de ser, quando rei, o colonizador do Brasil (2). Castanheda, Barros e Correia, circunscritos à narração dos acontecimentos asiáticos, não mencionam sequer a armada de Gonçalo Coelho. António Galvão e Faria e Sousa igualmente a omitem. Osório cinge-se a repetir Damião de Góis (3).

Em seis linhas cabe tudo o que sabemos pelos textos portugueses quinhentistas àcêrca da armada de 1503. Era Gonçalo Coelho seu capitão-mór; partiu do pôrto de Lisboa a 10 de Junho; ficou desfalcada de quatro

CHRONICA DO PRINCIPE DOM IOAM, REI QVE FOI DESTES REGNOS SEGVNDO DO NOME, EM QVE SVMMARIAMENTE SE TRATTAM has couſas ſuſtançiaes que nelles aconteçerão do dia de ſeu naçimento atte ho em que el Rei dom Afonſo ſeu pai faleçeo. Compoſta de nouo per Damiam de Goes, Dirigida aho muito magnanimo, & poderoſo Rei dom Ioam terçeiro do nome.

¶Foi viſta, & approuada per ho R. P. F. Emanuel da veiga examinador dos liuros.

¶Em Lisboa em caſa de Françiſco Correa, impreſſor do Sereniſſimo Cardeal Infante, ahos xj dias do mes de Abril de 1567.

¶Eſta taxada eſta Chronica no Regno a duzentos reaes em papel, & fora delle ſegundo ha diſtançia dos lugares.

Com Priuilegio Real.

Frontispício da Crónica de D. João II, exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, com a assinatura de Damião de Góis.

(1) Fr. Manuel Homem na *Memoria da Descripção das Armas Castelhanas*, cap. 29, informa que a armada preparada por D. Manuel para passar à África se compunha de 400 embarcações de guerra e de transporte.

(2) Francisco d'Andrade, *Chronica de D. João III*, Primeira Parte, cap. III.

(3) «*Entregou mais outra Armada a Gonçalo Coelho, com que fosse dar vista do Brasil, terras com que acertara Pedro Alvares Cabral. Mas succedeo, que mal-atinados em terras não conhecidas, das seis náos que levava perdeo quatro quebrantadas em baixios, e só trouxe duas carregadas de páo vermelho, que alli vem como em silva, e muitos papagaios e bugios*». Da *Vida e feitos d'el-rei D. Manuel*, por D. Jerónimo Osório, Bispo de Silves, tradução do padre Francisco Manuel do Nascimento. A pág. 189 do I Vol.

dos navios que a compunham, regressando os dois restantes a Portugal com carga de pau brasil e bugiaria.

Quási ao findar o século XVI, Gabriel Soares de Sousa, no *Tratado descriptivo do Brasil,* volta a falar-nos da esquadra de Gonçalo Coelho. Já imensamente distanciado dos factos, desprovido de fontes de consulta, guiando-se por informações orais adulteradas, o depoïmento do vereador da Câmara da Bahia nenhuma luz póde trazer para a solução do enigma histórico. A versão de Gabriel Soares de Sousa só concorre para adensar o mistério que envolve o cíclo inicial do descobrimento do Brasil: mistério que a inconclusa demarcação consignada no Tratado de Tordesilhas porventura ainda impunha à política cautelosa de D. Manuel, se bem que não pudesse haver dúvidas sôbre a soberania das terras descobertas desde 1500 no hemisfério sul.

«*A estas partes*—escreve Soares de Sousa—*foi depois mandado por S. A. Gonçalo Coelho com tres caravelas de armada, para que descobrisse esta costa, com as quaes andou por ella muitos mezes buscando-lhe os portos e rios, em muitos dos quaes entrou, e assentou marcos dos que para este descobrimento levava; no que passou grandes trabalhos pela pouca experiencia e informação que se até então tinha de como a costa corria, e do curso dos ventos com que se navegava. E recolhendo-se Gonçalo Coelho com perda de dois navios, com as informações que pôde alcançar, as veio dar a El-Rei D. João o III, que já neste tempo reinava, o qual logo ordenou outra armada de caravelas que mandou a estas conquistas, a qual entregou a Christovão Jacques, fidalgo da sua casa que nella foi por capitão mór, o qual foi continuando no descobrimento desta costa, e trabalhou um bom pedaço sobre aclarar a navegação della, e plantou em muitas partes padrões que para isso levava....*»

A confusão estabelecida por Gabriel Soares entre as expedições de 1501, de 1503 e talvez a de 1526, ressalta da leitura do texto. Êle atribui a Gonçalo Coelho o comando de uma armada de três navios: reminiscência da esquadra de 1501; funde numa só as duas expedições; apresenta-nos Gonçalo Coelho regressando ao reino depois da morte de D. Manuel, que ocorreu em 1521: equívoco possívelmente originado na expedição de Cristóvão Jacques, composta do mesmo número de navios (4). O prazo de «*muitos meses*» em que calcula a navegação de Gonçalo Coelho seria de nada menos de *dezoito anos,* se tivessemos de admitir a errónea menção cronológica do regresso.

Pedro de Mariz incorre no mesmo êrro de fixar o regresso de Gonçalo Coelho em data posterior ao acesso de D. João III ao trono. O autor dos *Dialogos de Varia Historia,* conciliando a referência de Damião de Góis com a confusão de Gabriel Soares, restitui à esquadra os seis navios designados na *Chronica de D. Manuel* e fá-la regressar a Portugal com quatro velas.

Mais tarde, Jaboatão e Simão de Vasconcelos persistiriam em prolongar até depois de 1521 a ausência de Gonçalo Coelho no Brasil, se bem que o primeiro se incline a crer que a viagem ao Brasil se realizou no mesmo ano ou no anterior à morte do monarca venturoso (5).

Mas dos sucessos ocorridos com esta expedição possuímos, por outra via, narrativa relativamente extensa e circunstanciada. Infelizmente, é ainda Vespúcio o historiador desta viagem, e já demonstrámos com que reserva é preciso aceitar os depoïmentos do navegador florentino.

A análise das cartas de Vespúcio revela tantas contradições e tamanhos êrros propositais ou involuntários, que só a lastimável circunstância de ser êle a única testemunha que depôs perante a posteridade neste processo histórico autoriza um historiador escrupuloso a guiar-se, para a narrativa

(4) A carta de João de Zuniga, mandada de Évora aos 28 de Julho de 1524 a Carlos V, e publicada por Medina no seu estudo sôbre Dias de Solis, dá lugar à suspeita de que Cristóvão Jacques foi duas vezes ao Brasil, sendo certo que da segunda em 1526. A carta de Luís Ramirez *(Revista do Instituto Historico do Rio de Janeiro,* vol. XV, págs. 16 a 37) fornece uma série de informações que parecem estabelecer a presença de Cristóvão Jacques no Rio da Prata em data anterior a 1526-27. Capistrano esboçou a hipótese de haver sido em 1519 e provocada pela expedição de Fernão de Magalhães. Póde admitir-se que Cristóvão Jacques foi pela primeira vez ao Rio da Prata em 1514 no navio armado por Cristóvão do Haro.

(5) Na sua *Chronica da Provincia de Santo Antonio do Brasil* (Preâmbulo, Dig. III, est. 3.ª, § 38), Jaboatão, depois de registar as dúvidas que persistem sôbre as primeiras expedições, pois «*nenhum dos Escriptores, que fallão nestas Esquadras que mandarão ao Brasil os nossos Reis, ao menos os que vimos e lemos, assigna o anno da sua expedição, só dizem que se foram seguindo humas ás outras, depois do primeiro descobrimento...*», assenta que Gonçalo Coelho saíra de Portugal «*pelos annos de 1520, ou 21, em que faleceo ElRei D. Manoel, que o havia mandado; e que recolhendo-se já, em tempo de ElRei D. João III, podia ser o mais breve, no anno de 1522, primeiro do reinado deste Principe, que tomou a Corôa pelo meio de Dezembro do anno que acabava, de 1521. E assim tambem concordamos, que Christovão Jacques, sendo enviado ao mesmo Brasil pelo sobredito Rei D. João III, depois que recebeu as noticias de Gonçalo Coelho, no referido anno de 1522, por todo elle, só podia sahir do Reino no seguinte anno de 1523...*»

Ignoramos onde se informou Jaboatão para a conjectura original de haver partido Gonçalo Coelho para o Brasil no fim do reinado de D. Manuel.

Reprodução fac-similada do *Quarto viaggio* da *Lettera* a Pietro Soderini, gonfaloneiro de Florença.
[Da edição *princeps* de 1505-1506, atribuída por Quaritch a Pietro Pacini di Pescia, partidário dos Médicis, que por ser adversário de Soderini teria eliminado da carta o nome do destinatário: circunstância que permitiu que na tradução latina das *Quatuor Navigationes* estas apareçam dedicadas ao duque Renato da Lorêna.]

REſtami di dire le coſe p me uiſte nel quarto uiaggio / o gior
nata: & perlo eſſere gia canſaro / & etiam pche q̃ſto quarto
viaggio nõ ſiforni / ſecõdo ch̃ io le uauo el ꝓpoſito / p una diſgra
tia che ci acchadde nel golfo del mare atlantico: come nel ꝓceſſo
ſotto breuita intẽdera V.M. mingegnero deſſere brieue. Parti/
mo di q̃ſto porto di Liſbona 6. naui di cõſerua cõ ꝓpoſito di an
dare a ſcoprire una iſola uerſo loriente / che ſidice Melaccha: del
laquale li ha nuoue eſſer molto ricca / & ch̃ e / come el magazino
di tucte le naui che uẽgano del mare gangetico & del mare indi/
co / come e / Calis camera di tutti enauili che paſſano da leuante
a ponẽte / & da ponẽte a leuãte p la uia di Caligut: et q̃ſta Me/
laccha e / piu alloccidẽte ch̃ Caligut / & molto piu alta parte del
mezo di: pche ſappiamo ch̃ ſta in paraggio di 33. gradi del polo
antartico. Partimo adi 10. di Maggio 1503 et fumo diritti alle
iſole del cauo uerde / doue facẽmo noſtro caragne / & pigliãmo
ſorte di rinfreſcamẽto / doue ſtẽmo 13 giorni: et di qui partimo
a noſtro uiaggio / naucãdo p el uẽto ſciloccho: et come el noſtro
Capitano maggiore fuſſe huomo ꝓſumptuoſo & molto cauezu
to / uolle andare a riconoſcere la Serra liona / terra dethiopia au
ſtrale / ſenza tenere neceſſita alcuna / ſe nõ p farſi uedere / ch̃ era
Capitano di ſei naui / cõtro alla uolũta di tucti noi altri Capita
ni: et coſi naucando / quãdo fumo cõ la decta terra / furon tãte
le turbonate che cidettono / & cõ epſe el tẽpo cõtrario / che ſtan
do a uiſta di epſa ben 4. giorni / mai nõ cilaſcio el mal-tẽpo pi/
gliar terra: di modo ch̃ fumo forzati di tornare a noſtra nauica
tione uera / & laſſare la decta Serra: et naucãdo di qui alſudueſt
che e / uẽto ifra mezo dì & libeccio: et quãdo fumo naucati ben
900. leghe p el mõſtro del mare / ſtando di gia fuora della linea
equinoctionale uerſo lauſtro ben 3. grad. ci ſidiſcoperſe una terra
ch̃ porauamo diſtare di epſa 22. leghe: della q̃le el marauiglhãmo:
et trouãmo ch̃ era una iſola nel mezo del mare / & era molto al

A 4.ª VIAGEM DA *LETTERA*

de uma navegação portuguesa, pela relação de um homem cujo nome não deixou o menor vestígio nos milhares de documentos que ainda contemporâneamente existem nos arquivos de Portugal relativos às navegações.

É certo que na cartografia encontramos provas indirectas comprobatórias de activas e extensas navegações empreendidas no litoral do Brasil na época designada pela *Mundus Novus* e a *Lettera*. Aos documentos cartográficos poderão recorrer os historiadores para conferir as informações de Américo Vespúcio sôbre a expedição de 1503 com as navegações assinaladas no mapa de Canerio. A análise crítica do texto é, porém, menos productiva por faltar-lhe o elemento precioso do confronto entre diversas versões do mesmo acontecimento.

Da navegação de 1503 ao Brasil Vespúcio legou-nos uma só narrativa. É a última das quatro viagens que compoem a *Lettera* a Soderini, datada de Lisboa aos 4 de Setembro de 1504, e editada, presumívelmente, por Pietro Pacini di Pescia, entre 1505 e 1506 (6).

Eis como Américo descreve ao antigo discípulo de frei Giorgio António Vespúcio, elevado ao fastígio do poder, a última viagem ao Novo Mundo:

RESTA-ME dizer as cousas que vi na quarta viagem ou jornada, e tanto por estar cançado como porque ela se não fez como levava na tenção, por causa de uma desgraça que nos sucedeu no golfão do mar Atlântico, como Vossa Magnificência não tardará em ver, cuidarei de ser breve.

Partimos dêste pôrto de Lisboa seis náus de conserva com o propósito

(6) Na opinião abalisada do bibliófilo Quaritch, a *Lettera*, editada por Pietro Pacini, foi impressa na oficina de Gian Stefano di Carlo di Pavia, estabelecido em Florença. O editor era acérrimo partidário dos Médicis e em nenhuma das obras por êle editadas durante o govêrno de Soderini figura a saudação de uso ao gonfaloneiro nas publicações contemporâneas. Assim se explica a eliminação do nome do destinatário.

Vespúcio, antigo empregado de um Médicis, passara a turiferar o novo astro. Naquele tempo de paixões intransigentes e de sectarismo inconciliável, êste facto parece revelar dobrez de carácter.

ta cosa / ben marauigliosa della natura: pche nõ era piu che due leghe di lungo / & una di largo: nellaquale isola mai nõ fu habitato da gente alcuna: & fu la mala isola p tutta la flocta: pche sapra V.M. che per el mal cõsiglio & reggimẽto del nostro Capitano maggiore / perdequi sua naue: pche dette con epsa i uno scoglio / & saperse la nocte di scõ Lorenzo / che e / adi 10. dagosto / & si fu i fondo: & nõ si salvo di epsa cosa alcuna / se nõ la gente. Era naue di 300. tonelli: nellaquale andaua tucta la importãza della flocta: & come la flocta tucta travagliasse i trimediarla / el Capitano mi mando che io fussi con la mia naue alla decta isola a cercharc un buon surgidero / doue potessin surgere tutte le naui: & come el mio battello stipato con 9. mia marinai fussi in seruiglio & aiuto da ligare le naui / nõ uolle ch̃ io le leuassi / & ch̃ mi fussi sine epso: dicẽdomi ch̃ mi bisquerebbono all'isola: partimi della flocta come mi mando p l'isola senza battello / & cõ meno la mera de mia marinai / & fui alla decta isola / che distauo circha di 4. leghe: nellaquale troual un bonissimo porto / doue ben sicuramente porcuan surgere tucte le naui: doue aspectai el mio Capitano & la flocta ben 8. giorni / & mai nõ uennono: di modo ch̃ stauamo molto mal cõtenti / & le genti che meran restate nella naue / stauano cõ tãta paura / ch̃ nõ li potevo cõsolare: et stando cosi / locauo giõno uedẽmo uenire una naue pel mare: & di paura che non ci portessi uedere / ci leuámo con nostre naui / & fumo ad'epsa / pensando ch̃ mi traeua el mio battello & gente: et come pareggiamo con epsa / dipoi di saluata ci dixe come la capitana sera ita i fondo / & come la gente sera saluata / & che el mio battello & gente restaua con la flocta / laquale sera ita per quel mare auanti / che ci fu tãta graue tormenta / qual puo pensare V.M. p trouarci 1000. leghe discosto da Lisbona / & i golfo / & con pocha gente: tuttauia facẽmo rostro alla fortuna / & andamo tuttauia innanzi: tornãmo alla isola / & fornimoci dacqua & di legne con el battello della mia conserua: laquale isola trouãmo disabitata / & teneua molte acque uiue & dolci / infinitissimi arbori / piena di tãti uccelli marini & terrestri / che eron senza numero: et eron tanto semplici / che si lasciauon pigliare con mano: et tanti ne pigliãmo / che carichãmo un battello di epsi animali: nessuno non uedẽmo / saluo Topi molto grandi / & Ramarri con due code / & alchuna Serpe: et facta nostra prouisione / ci dipartimo per eluento infra mezo di & libeccio perche tenauamo un reggimento del Re / che ci mandaua / che qualunche delle naui che si perdesse della flocta / o del suo Capitano / fussi a tenere nella terra / che el uiaggio passato. Discoprimo in un porto / che li ponẽmo nomè la badia di tucti e sancti: et piacque a Dio di darci tãto buon tempo / che in 17. giorni fumo a tenere terra in epso / che distaua da lisola ben 300. leghe: done non trouámo ne il nostro Capitano / ne nessuna altra naue della flocta: nelqual porto aspectámo ben dua mesi & 4. giorni: & uisto che non uenina ricapito alcuno / acchordámo

de ir descobrir no Oriente uma ilha chamada Malaca, a qual se diz ser muito rica e como o armazém de todos os navios que vêm do mar Gangético e do mar Índico, como Cadiz é escala de repouso para todos os navios que passam do Levante ao Ponente e do Ponente ao Levante pela carreira de Calecut. Esta Malaca está mais ao Ocidente que Calecut e muito mais meridional, pois sabemos que se encontra situada em 33 (7) graus do pólo antárctico. Partimos no dia 10 de Maio de 1503 e fomos em direitura às ilhas de Cabo Verde, onde concertámos as carenas e tomámos tôda a casta de refrêscos. Depois de uma demora de 13 dias, partimos navegando com vento siloco (sueste), *e como o nosso Capitão-mór era homem presunçoso e obstinado, quis ir reconhecer a Serra Leôa, terra da Etiópia Austral, sem disso haver alguma necessidade, senão para fazer ver que era capitão de seis náus, e contra a vontade de todos nós, os outros Capitães. Assim navegando, quando nos achámos junto à dita terra, tamanhos foram os vagalhões que nos assaltaram e o vento tam contrário, que estando à vista dela alguns quatro dias nunca o temporal nos deixou aproximar, de modo que fomos forçados a regressar à nossa verdadeira derrota e abandonar a dita Serra... Navegando dali para o Sudoeste* (8) *que é um vento entre o Sul e o Sudoeste, e quando tinhamos andado bem 300 léguas* (9) *através do monstruoso mar, estando já da linha equinocial para o Sul bem 3 graus, se descobriu uma terra de que podiamos estar distantes umas 22 léguas, de que ficámos maravilhados* (10) *e achamos que era uma ilha no meio do mar, cousa de grande altura, verdadeira maravilha da*

(7) Varnhagen supõe que há aqui um êrro tipográfico. Vespúcio deveria ter escrito 3 graus e não 33. A edição de Quaritch adopta esta opinião.

(8) Aliás Susudoeste, como se depreende da própria leitura do texto. «... *Et navica' do di qui alsuduest che e vẽ ti infra mezo di & libeccio....*» diz a edição original da *Lettera*. Um vento entre o Sul e o Sudoeste é Susudoeste, e não Sudoeste como aparece na edição de Florença e como se traduziu de Ramuzio para o Tômo II (N.º IV) das *Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*.

(9) Vespúcio deve ter escrito 500. A tendência era para aumentar e não para reduzir os percursos.

(10) Êste espanto de Vespúcio dá qué pensar. A ilha é a actual Fernando Noronha, descoberta no ano anterior. Ora esta ilha já se encontra registrada em Cantino sob o nome de Ilha Quaresma e já dela fizera mercê D. Manuel a Fernão de Loronha, seu descobridor. Isto parece provar que Vespúcio não estava suficientemente informado sôbre as anteriores explorações do litoral do Brasil. Tal ignorância surpreende tanto mais quanto, como ficou esclarecido no Capítulo IX desta obra, a ilha Quaresma, sucessivamente crismada com os nomes de S. João, S. Lourenço e Fernão de Loronha, presumìvelmente foi descoberta na viagem de retôrno da flotilha de 1501.

la conſerua / & io correr la coſta: et naufgãmo piu inanzi 260. leghe / trãouchi giugnẽmo ĩ un porto dove accordamo faf una forteza / & la facẽmo: & laſciãmo ĩ epſa 24. huomini chriſtiani / che ci haueua la mia cõſerua / che haueua ricolti della naue capitana che ſera pduta: nelqual porto ſtẽmo ben 4. meſi ĩ fare la forteza & caricar noſtre naui druerzino: pche nõ potauamo andare piu inanzi / a cauſa che non tenauamo genti / & mimancaua molti apparecchi. Facto tucto q̃ſto / accordãmo di tornarcene a Portogallo / che ciſtaua p tluento infra greco & tramõtano: & laſſamo li 24. huomini che reſtoron nella forteza cõ mantenimẽto p ſei meſi / & 12. bõbarde / & molte altre armi / & pacificãmo tucta la gente di terra: della quale nõſſe facto mentione i q̃ſto uiaggio: nõ pche nõ uedeſſimo & pratificaſſimo cõ infinita gente di epſa: pche fumo ĩ terra drento ben 30. huomini 40. leghe: doue uidi tãte coſe / ch̃ le laſcio di dire / riſerbandole alle mie 4. giornate. Queſta terra ſta ſuora della linea eqnoctiale alla parte del lo auſtro 18. gradi / & fuora del mantenimento di Liſbona 37. gradi / piu alloccidẽte ſecõdo ch̃ moſtrano enoſtri ſtrumenti. Et facto tucto q̃ſto / ci diſpedimo de chriſtiani & della terra: et cominciãmo noſtra nauicatione al nornodeſte / che e / uento infra tramõtana & greco / cõ propoſito dandare a dirittura cõ noſtra nauicatione a queſta citta di Liſbona: et in 77. giorni dipoi tãti trauagli & pericoli entrãmo ĩ queſto porto adi 18. di Giugno 1504. Dio laudato: doue fumo molto ben riceuuti / & fuora dogni credere: pche tucta la citta ciſaceua perduti: pche laltre naui della flocta tucte ſeron perdute p la ſuperbia & pazia del noſtro Capitano / che cõſi pagha Dio la ſuperbia: et alpreſente mitruo tio qui in Liſbona / & non ſo quello uorra el Re fare di me / che molto deſidero riposarmi. El preſente aporratore che e / Benuenuto di Domenico Benuenuti / dira a V.M. di mio eſſere / & di alcune coſe ſiſono laſciate di dire per prolixita: perche le ha uiſte & ſentite / Dio ſiaõ c lt . Io ſono ito ſtringẽdo la lettera quãto ho potuto: & heſſi laſciato adire molte coſe naturali / a cauſa di ſcuſare plixita. V.M. miperdoni: laquale ſupplico ch̃ mitenga nel numero de ſua ſeruidori: & uiraccomando ſer Antonio Veſpucci mio fratello / & tucta la caſa mia. Reſto rogando Dio / che ui accreſca edi della uita: & ch̃ ſalzi lo ſtato di coteſta excelſa Rep. & lhonore di V.M. &q̃: Data in Liſbona adi 4. di Septembre 1504.

Seruitore Amerigo Veſpucci in Liſbona.

natureza, pois não tinha mais de duas léguas de comprido e uma de largo e nunca habitada por gente alguma. Foi esta ilha para a armada malfazeja: porque saberá V. M. que por mau conselho e regimento do nosso Capitão-Mór aqui êle perdeu a sua náu, dando com ela em um escolho, e se arrombou na noite de S. Lourenço, que é a 10 de Agosto, afundando. Dela se não salvou cousa alguma senão a gente. Era uma náu de 300 toneladas, na qual ia todo o importante da frota: e como tôda a esquadra trabalhasse por lhe achar algum remédio, o Capitão mandou-me que fôsse com a minha náu à dita ilha em procura de um bom surgidouro onde pudessem surgir todos os navios: e porque o meu batel, tripulado por 9 dos meus marinheiros, estivesse em serviço e ajuda de ligação entre os navios, não quis que o levasse comigo, mas que fôsse sem êle, dizendo-me que depois mo levariam à ilha. Partímos da frota, como mo ordenavam, para ir à ilha sem o batel e com menos de metade da tripulação. Fomos à dita ilha, que distava cêrca de 4 léguas, na qual encontrámos um excelente pôrto onde bem seguramente podiam surgir todos os navios, onde esperei bem uns 8 dias pelo meu capitão e a frota, que não vieram. De modo que estavamos muito descontentes, e a gente que tinha ficado comigo mostrava um tal terror que não conseguia consolá-la. Estando assim, avistámos no oitavo dia uma náu, e receiando que não nos visse, fizemo-nos à vela com os nossos navios (11) *e fomos ao seu encontro, pensando que me trazia o batel e os meus homens, e quando estavamos borda com borda e depois de nos termos saüdado, disseram-nos que a Capitânia afundara, salvando-se a tripulação, e que o batel e os meus homens tinham ficado com a frota, que se fôra mar em fóra, o que nos causou grande tormento, como bem póde imaginar V. M., por nos acharmos a mil léguas de distância de Lisboa, no mar alto e com pouca gente. Contudo, fizemos frente à desgraça e navegámos para diante. Tornando à ilha, provemo-nos de água e lenha com o batel da minha conserva. Esta ilha é desabitada, com muitas águas doces e correntes* (12), *infinitas árvores, e tantas aves marinhas e terrestres que eram inumeráveis, e tam familiares que se*

(11) «*nostre navi*», no plural, diz a edição original florentina da *Lettera*, o que está em flagrante contradição com o texto anterior, pois que Vespúcio tinha, então, um só navio. Deve atribuír-se a êrro de composição tipográfica. Todo o autor terá aprendido a ser indulgente com os êrros desta espécie. Convém ter sempre presente que as cartas publicadas de Vespúcio o foram sem seu conhecimento prévio. Êle não as reviu e é duvidoso que, ao menos pelo que respeita à *Mundus Novus*, tivesse escrito o que corre impresso. Expusémos no Cap. VIII a nossa convicção de que a *Mundus Novus* não é mais do que um arranjo literário—*Sumário* lhe chamou Ramuzio,—inspirado em cartas de Vespúcio.

(12) «Em Fernando de Noronha quási que não existe a mais insignificante corrente na estação calmosa. No inverno, porém, manifestam-se em diversas direcções, correndo para o mar, e formando leito em seu percurso, mas de insignificantes proporções.» Francisco Augusto Pereira da Costa, *A ilha de Fernando de Noronha*, Notícia histórica, geográfica e económica. Pernambuco, 1887.

deixavam apanhar à mão (13); *e assim caçámos tantas que carregámos um batel delas. Não vimos outros animais senão ratos grandes, lagartos de duas caudas e algumas serpentes* (14). *Tendo concluído a nossa provisão, partimos com o vento entre Sul e Sudoeste porque tinhamos regimento do Rei ordenando que o navio, qualquer que fôsse, que se perdesse da frota ou da Capitânia, devia ir à terra da viagem passada* (15). *Descobrimos nela um pôrto, a que pusemos o nome de Bahia de Todos os Santos a prouve a Deus dar-nos tam bom tempo que em dezassete dias tomámos aí terra, que distava da ilha bem umas 300 léguas. Não encontrámos lá nem o nosso Capitão nem nenhuma outra náu da armada. Esperámos dois meses e quatro dias, e vendo que nada resolviamos, decidimos a minha conserva e eu correr a costa e navegámos mais para diante 260 léguas, até chegarmos a um pôrto onde concertámos construir uma fortaleza, o que fizemos. Nela deixámos 24 cristãos que vinham na minha conserva, que os recolhera da náu capitânia naufragada. Permanecemos neste pôrto 5 meses construíndo a fortaleza e carregando os nossos navios com pau brasil* (16), *porque não podiamos navegar além por faltar-nos gente e aparelhos. Feito tudo isto, conviemos em voltar para Portugal, que nos ficava entre o Norte e o Nordeste, e assim deixando os 24 homens em terra, com mantimentos para seis meses, 12 bombardas e muitas outras armas, pacificámos a gente do país, da qual não faço menção nesta viagem, não porque não vissemos e praticassemos com infinita, pois fui pela terra dentro acompanhado de trinta homens algumas quarenta léguas, onde vi tantas cousas que renuncio a contá-las, reservando-as para as minhas Quatro Jornadas. Está esta terra, fóra da linha equinocial da parte do Sul, em 18 graus e além da posição de Lisboa 37 graus a Ocidente, segundo mostraram nossos instrumentos. Feito tudo isto despedimo-nos dos Cristãos e da gente da terra, e começámos a nossa navegação pelo Nor-Nordeste, que é um vento entre a tramontana e o vento grego, com tenção de ir em direitura à cidade de Lisboa. Ao fim de 77 dias, depois de tantos trabalhos e perigos, entrámos nesta barra aos 18 de Junho de 1504, Deus louvado; e aqui fomos muito festejados, por todos nos reputarem perdidos: e os outros navios da frota todos o estarão pela soberba e loucura do nosso Capitão, pois assim paga Deus aos soberbos.*

Presentemente, acho-me aqui em Lisboa e não sei o que o Rei quererá de mim, que muito desejo repousar. O portador desta, que é Benevenuto di Domenico Benvenuti dirá a V. M. do meu estado e de algumas cousas que deixei de dizer, pois que êle as viu e ouviu. Deus seja.... (17). *Fui simplificando esta quanto pude, assim omiti de dizer muitas cousas vulgares* (18) *para evitar a censura de prolixidade. V. M. me perdoará. Suplicando a V. M. que me conte no número de seus servidores, recomendo-vos Ser Antonio Vespúcio meu irmão e tôda a minha familia. Fico rogando a Deus que prolongue os dias de vossa vida e que exalte o estado dessa sublime República e honra de V. M. &. Escrita em Lisboa aos 4 de Setembro de 1504. Vosso servidor Américo Vespúcio, em Lisboa*».

SINOPSE CRONOLÓGICA E GEOGRÁFICA DA VIAGEM

Número de velas da frota	Seis.
Partida de Lisboa	10 de Maio de 1503.
Objectivo da expedição	Ir descobrir Malaca.
Escala de Cabo Verde	Data de chegada não mencionada. Demora de 13 dias para concêrto e refrêsco.

(13) Claude de Abbeville, o missionário capuchinho que fêz parte da expedição de La Revardière, ainda encontrou em 1612, mais de um século depois de Vespúcio, as aves do mesmo geito fàcil de serem apanhadas à mão. «Encontrámos.... grande quantidade de pássaros de diversas espécies desconhecidas e em número infinito, o que muito nos agradou por serem bons para comer, e de fàcil caçada, pois podiam ser mortos no vôo, ou sôbre as árvores às varadas e a cacetadas, e até à mão em seus ninhos...» *Histoire de la Mission des Pères Capucins en L'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*, etc. *Par le R. P. Claude d'Abbeville Predicateur Capucin*. Paris, 1614. Tradução anotada pelo Dr. Cesar Augusto Marques. Maranhão, 1874.

(14) Eram estes, realmente, os únicos animais, além das aves, insectos e aracnídios, que ainda se propagavam na ilha, mais de três séculos após o descobrimento: ratos, lagartos e víboras.

(15) «... *fussi a tenere nella terra, che el viaggio passato*». O texto original impresso da *Lettera* fecha com ponto final esta última frase. Os traductores, corrigindo a pontuação embaraçosa, prolongaram a frase no período seguinte: «*Discoprimo in un porto, che li ponémo nome la badia di tucte e sancti*....» De facto, como se vê no mapa de Cantino, a Bahia de Todos os Santos já estava descoberta e baptizada em 1502.

(16) «*verzino*» no original.

(17) Lacuna no texto original impresso da *Lettera*.

(18) A tradução das *Noticias* diz: «muitas coisas de História Natural». O texto original: «*molte cose naturali*», não consente aquela interpretação.

Derrota após Cabo Verde	Sueste até Serra Leôa. Dessas paragens em diante, no rumo Susudoeste.
Descobrimento de uma ilha desabitada	A 300 léguas no mar, por 3º de Lat. S., naufragando a Capitânia na noite de 10 de Agosto, dia de S. Lourenço, a umas 4 léguas da dita ilha.
Reconhecimento da ilha	Por ordem do capitão, Vespúcio vai em procura de ancoradouro para a frota. Fundeia. Espera 8 dias pela armada. No 8.º dia avista uma náu, a cujo encontro navega, seguindo com ela, depois de tomarem água e lenha na ilha, com rumo entre Sul e Sudoeste.
Chegada à Bahia de Todos os Santos	Dezassete dias depois da partida, a 300 léguas calculadas da dita ilha.
Partida da Bahia	Dois meses e quatro dias depois.
Chegada a um pôrto distante 260 léguas do anterior	Data e tempo indeterminados. Posição calculada em 18º Lat. S e 37º Long. O. meridiano de Lisboa. Neste pôrto os dois navios permanecem 5 meses e deixam 24 homens numa fortaleza que edificaram.
Regresso a Portugal	Rumo Nor-nordeste. Chegada a Lisboa com 77 dias de viagem, aos 18 de Junho de 1504.

COMPOSIÇÃO DA FROTA

NÚMERO de velas coïncide na relação de Vespúcio com a referência sucinta de Damião de Góis. Êste número relativamente elevado de navios (tantos quantos os da armada da Índia de Afonso e Francisco de Albuquerque) favorece a suspeita de que pelo menos alguns dêles pertenciam ao consórcio de Fernão de Loronha e dos cristãos-novos e iam agregados à frota, se é que a frota não pertencia totalmente a êsse monopólio, antecipação embrionária das grandes companhias holandesas, inglêsas e francesas, organizadas mais tarde para o comércio da América e da Ásia.

Pelo relatório de Chá Masser e pela carta de Piero Rondinelli, de 3 de Outubro de 1502, sabemos que no número das obrigações dos concessionários do arrendamento do comércio do Brasil figuravam a de mandar anualmente *seis* navios a descobrir o litoral e a de construír uma fortaleza. Êsses navios deviam avançar de cada vez 300 léguas no descoberto. Ora, tôdas estas condições se encontram realizadas ou figuradas na relação de Vespúcio. Eram seis os navios. Da Bahia de Todos os Santos à última escala navegaram cêrca de 260 léguas. Aí construíram uma fortaleza. É a execução quási rigorosa das cláusulas do contracto. Veremos que os indícios se multiplicam, em condições que permitem concluír-se que a frota de 1503 fôra organizada pelo consórcio de cristãos-novos, à frente do qual estava o rico armador e cavaleiro Fernão de Loronha, donatário da ilha de S. João.

Esta mesma parece ser a convicção de Capistrano de Abreu, que assim se exprimia em 1907: «*Depois de voltar esta armada (a de 1501) a corôa resolveu arrendar a terra por um triennio; os arrendatarios compromettteram-se a mandar annualmente seis navios a descobrir trezentas leguas e a fazer e sustentar uma fortaleza... Em 1503 veio de facto uma frota de seis embarcações, reduzidas logo a metade pelo naufragio da capitanea, junto á ilha depois chamada Fernão de Noronha, e pela defecção de Vespucio...*» (19).

Possuímos duas declarações concordes em testemunhar a imediata intensificação da navegação mercante para o Brasil. Giovanni da Empoli, que neste mesmo ano de 1503 foi à Índia como feitor

(19) *Breves traços da Historia do Brasil*, a pág. 25 do vol. I de *O Brasil, suas riquezas naturaes, suas industrias*, publicado pelo Centro Industrial do Brasil. Rio, 1907.

No prefácio à edição do Liceu Literário Português, do Rio de Janeiro, da obra até então inédita de Simão Pereira de Sá, *Historia topographica e bellica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*, Capistrano já sustentara a mesma tese quanto à armada de Gonçalo Coelho. Escrevia então o eminente historiador brasileiro: «*Em 1503 veio nova expedição particular, composta de seis navios pertencentes a alguns christãos novos, que desde logo arrendaram a terra... Na ilha de Fernão de Noronha, que tambem achamos nomeada de S. Lourenço, por ser avistada no dia 10 de Agosto, perdeu-se a capitanea; dois navios separaram-se da armada, reduzindo-a assim à metade. Os restantes não é crivel que se mettessem a descobrir: provavelmente tornaram para o reino, apenas completaram a carga*».

de um navio armado pelos Marchiones, agregado à armada de Afonso de Albuquerque, na narração que escreveu desta viagem, publicada na Colecção de Ramusio, refere a propósito da passagem da esquadra em Vera Cruz que dela se tirava «*buona somma di chassi et di verzino*» (20). Também o veneziano Chá Masser, dando conta ao Doge do que soubera em Lisboa àcêrca das navegações e comércio, escreveu a propósito do Brasil: «*Da trei anni in qua, che fu discoperto Terra Nova, della quale se traze ogni anno Verzin da K. 20 mila, el qual verzi mostra si stá taiado de uno arbero molto grosso, el quale é molto pesoso e grave*» (21).

Convém agora aproximar dois factos até hoje despercebidos à análise dos historiadores.

A ida de João de Empoli à Índia, num navio dos Marchiones, encorporado na divisão de Afonso de Albuquerque, não admite dúvidas. Contudo, nenhum dos cronistas se refere a êsse navio mercante, que navegou para Cochim sob a bandeira do futuro grande vice-rei. Êste silêncio uniforme parece demonstrar-nos que os cronistas deixaram a navegação mercante propositadamente à margem dos anais da Corôa. Começa a entrever-se a causa de não figurar o nome de Vespúcio nos papeis do Estado e no texto das Crónicas. ¿Américo teria viajado em 1501 e 1503 por conta dos sócios florentinos e judeus conversos de Fernão de Loronha? Parece-nos difícil sustentar o contrário.

Neste mesmo ano de 1503 sabemos pela relação de Empoli que a frota de Afonso de Albuquerque costeou o Brasil. Os autores que tratam da primeira viagem de Albuquerque omitem esta particularidade, dando para razão da demora em chegar à Índia os ventos contrários com que teve de combater. É também devido a não se haver contado o navio dos Marchiones entre os da frota, que os cronistas não deram pela perda da náu *Catarina Dias*, achando o mesmo número de três náus na conta da ida e da volta. Esta incerteza sôbre os fastos da navegação mercante, em que nos parece deve ser encorporada a segunda das duas expedições ao Brasil narradas por Vespúcio, é, porventura, a orígem da indigência de notícias reünidas sôbre as expedições iniciais à terra de Santa Cruz.

PARTIDA DE LISBOA E OBJECTIVO DA EXPEDIÇÃO

CONSIGNA Damião de Góis o dia 10 de Junho como o da saída da frota. Diz Vespúcio ter sido em 10 de Maio. Inclinamo-nos excepcionalmente para Vespúcio (22).

Junho é mês demasiado avançado para a saída das frotas destinadas ao hemisfério austral. No Quarto Livro do *Esmeraldo*, Duarte Pacheco ocupa-se da época favorável à saída dessas armadas: «*Tres som os mezes principaes do anno em cada hum dos quaes as naaos que ouverem de hir pera a India devem de seer de todo prestes para partir, Janeiro, Fevereiro & Março, & destes tres he o melhor Fevereiro ainda que muitas vezes se acontese partirem as naaos em Abril & hacharem tempos de prospera naveguasam; mas nem por isto se devem errar os meses que diguo...*»

Esta divergência no mês da saída não passa, no caso vertente, de pormenor sem importância.

Questão própriamente fundamental para analisar e discutir é o objectivo da expedição.

A viagem ao Oriente pelo Ocidente, não passava da deslocação para outro hemisfério dos projectos de Colombo. Em mais de uma das suas cartas, declarada ou vagamente, Vespúcio refere-se ao projecto que Magalhães haveria de realizar.

Não há sólido motivo para acreditar que aquele tivesse sido o objectivo da expedição, muito embora as primeiras explorações do cíclo colombino e talvez as dos Côrte-Reais fôssem dominadas pelo propósito de descobrir a passagem para o mar asiático.

Conforme o seu hábito, Vespúcio transfigurava uma realidade, projectando-a para a história com o poder ampliador da fantasia.

Quási ao fim da *Mundus Novus*, é apresentado o projecto de uma viagem às regiões orientais: «*Mecum cogito adhuc efficere quartum diem, et hoc pertracto: et jam mihi duarum navium cum suis armamentis promissio facta est, ut ad perquirendas novas regiones versus meridiem a latere orientis me accingam per vertum qui Africus dicitur. In quo die multa cogito efficere in Dei laudem et hujus regni*

(20) *Navigazione Sincrone*, de Berchet. Parte III, Vol. II, pág. 187, da *Raccolta Colombiana*.
(21) No livro de Memórias comemorativas do Quarto Centenário do Descobrimento da América. Lisboa, 1892.
(22) Vignaud é de parecer contrário. Parece-lhe inverosímil que a frota tivesse gasto três meses no percurso entre a Europa e o primeiro ponto da costa americana. Há, porém, a levar em linha de conta a digressão à Serra Leôa. Aliás, a cronologia de Vespúcio não inspira confiança, o que mais diminui de importância as dúvidas originadas pela sua arbitrária fixação de datas. E' digno de reparo que a expedição de 1503 tenha sarpado do Tejo no mesmo dia em que saíra a de 1501. ¿Esta coïncidência poderá tomar-se como indício de uma organização comercial?

utilitatem et senectutis meæ honorem; et nihil aliud expecto nisi hujus serenissimi regis consensum» (23).

Mas dêste texto não se infere que a viagem devesse realizar-se pelo Ocidente.

Na carta escrita ao Médicis, de Cabo Verde, aos 4 de Junho de 1501, bastante anterior, por conseguinte, à publicação da *Mundus Novus*, depois de referir o que em Bezeguiche lhe contara da Ásia Gaspar, Vespúcio escreve: «*E io tengo speranza in questa mia navigazione riveder, e correre gran parte del sopradetto, e discoprire molto piú, e alla mia tornata daró di tutto buena e vera relazione*».

Mais tarde, regressando a Espanha, o plano de uma viagem ao Oriente havia de preocupá-lo ainda, e tentaria realizá-lo com Vicente Pinzon (24), para descobrir a passagem para o mar das Índias.

Não é crível que um projecto de tamanha magnitude, como o de atingir Malaca, navegando para ocidente, não deixasse vestígio oral ou documental e que a êle se não referissem os cronistas ao tratarem da viagem de Fernão de Magalhães.

Portugal não tinha imediato interêsse na viagem de circunnavegação da América para ir a Malaca; e foi exactamente porque o desinterêsse de Portugal não animava ao empreendimento, que Magalhães, empolgado pela obsessão genial, tal qual outro Colombo, acabou por propô-lo a Carlos V (25).

Entretanto, é conveniente acentuar que, ao contrário do que alguns historiadores teem deixado supor, não há texto de Vespúcio que autorize a afirmação de que o florentino concebeu o plano de contornar a América para ir a Malaca. Nem a passagem da *Lettera*, nem a da *Mundus Novus* consentem explicitamente essa interpretação. Êle fala do Oriente sem dizer francamente que espera atingí-lo pelo Ocidente. O que póde concluír-se é que a concepcão colombina deixou profundo sulco no seu espírito. O seu modo de exprimir-se é impreciso e ambiguo. Aliás, o Oriente era a meta de tôdas as aspirações de então.

A ILHA DESABITADA

OS historiadores estão de acôrdo em identificar com a actual Fernando Noronha a ilha desabitada descrita na *Quarta Viagem* de Vespúcio. Êste localiza-a em cêrca de 3º e a ilha demora por 3º50′10″ de Lat S. Se é, como tudo nos inclina a crer, a mesma ilha de S. Lourenço, que no *Esmeraldo* está registada na Lat. de 4º S no quadro das latitudes referentes ao Brasil, então ela foi sucessivamente baptizada com quatro nomes diversos a saber:

Quaresma, no mapa de Cantino: o que denuncia um primeiro descobrimento em 1502, possívelmente no regresso da expedição de 1501 (26).

S. Lourenço, no *Esmeraldo de Situ Orbis:* nome correspondente ao santo de 10 de Agosto, dia em que, de acôrdo com Vespúcio, nos seus parcéis se teria quebrado a náu capitânia da frota de 1503.

S. João, na doação régia de Janeiro de 1504 a Fernão de Loronha.

Fernão de Loronha, nome do seu primeiro donatário e que se conserva na nomenclatura geográfica, com as fórmas de *Fernão de Noronha* e *Fernando Noronha.*

O nome de S. João aplicado à ilha num diploma de Janeiro de 1504 tem-se suposto implicar o descobrimento, ou melhor redescobrimento, a 24 de Junho de 1503, dia de S. João Baptista.

Sem dúvida, uma armada que saísse do Tejo no dia 10 de Maio podia encontrar-se a 24 de Junho em frente da ilha. Mas o seu aparecimento no mapa de Cantino, embora com outro nome, demonstra um descobrimento anterior, que conjecturamos remontar ao ano de 1502.

De qualquer modo, o descobrimento atribuído a Fernão de Loronha, cavaleiro da casa real, da ilha «*Sam Joam que ele ora novamente achou e descobrio cincoenta leguas alamar da nossa terra*

(23) «Proponho-me fazer uma quarta viagem. Estou em trato para isso e tenho já a promessa de dois navios com o respectivo armamento para ir à procura de novas regiões pelo vento dito da África, rumo ao Sul, do lado do Oriente. Nesta viagem penso fazer muito pela glória de Deus, pelo bem dêste reino e pela honra de meus velhos dias. Apenas espero pelo consentimento do nosso serenissimo Rei».

(24) «*Cinque mois plus tard nous voyons Vespuce, porteur d'une lettre très affectueuse de Christophe Colomb, se rendre de Seville à la cour d'Espagne, qui résidait à la Ciudad de Toro, pour se mettre, conjointement avec Vicente Yanez Pinzon, à la tête d'une grande expédition de découverte au pays des épices*». Humboldt, *Examen Critique*, Vol. V, pág. 149. Ibidem, págs. 153 e 155.

(25) «*o descobrimento do Estreito e a travessia do Mar Pacifico tinham de realizar-se na zona do globo que a bula papal, rectificada pelo tratado de Tordesilhas, atribuira à Espanha, e... por isso só com a autorização e o concurso do rei de Espanha era possível levá-las a cabo*». Do discurso do Embaixador de Portugal, sr. dr. Alberto d'Oliveira, em missão especial junto ao governo do Chile, por ocasião das festas do 4.º Centenário da passagem do estreito de Magalhães. Pronunciado no Teatro Municipal de Santiago, em 27 de novembro de 1920. *A Aguia*, Vol. XIX, 2.ª Série, pág. 17.

(26) Veja-se o Cap. IX, págs. 275 a 279.

de Santa Cruz», parece completamente distinto do narrado por Vespúcio na *Lettera*, que está comprovado no quadro das latitudes do *Esmeraldo*, onde se assinala a ilha de S. Lourenço (27).

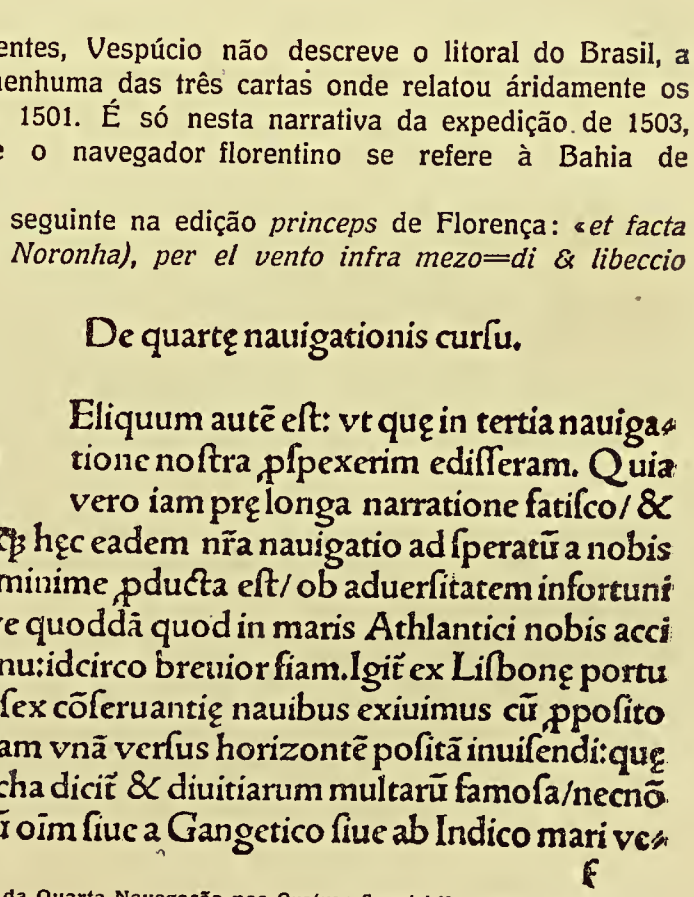
Humboldt, que não conheceu o planisfério de Cantino, acreditou ter sido a frota em que ia Vespúcio a primeira a descobrir a ilha de Fernão de Noronha (28). Varnhagen admite o anterior descobrimento no dia de S. João (29). A hipótese de Santarém, que pretendeu identificar o grupo de Fernão de Noronha com as *yslas descubiertas por el rey de Portugal*, do mapa de Juan de la Cosa (30), implica acrescentamentos ulteriores nesse documento cartográfico, e da análise a que êle foi submetido no cap. III desta obra resulta a evidência dêsses acréscimos.

Póde imaginar-se, conquanto tal conjectura não se infira da *Lettera*, que no regresso a Portugal a frota de 1501 não tivesse feito todo o percurso reünida. Podia ter acontecido que um navio se desviasse dos outros dois, entre a costa americana e a africana, na travessia do Atlântico. Êsse navio, comandado por Fernão de Loronha, teria descoberto a ilha e dali seguido para Lisboa onde chegou a 22 de Julho. Vespúcio teria ido parar à Serra Leôa e de lá aos Açôres, reentrando a 7 de Setembro.

BAHIA DE TODOS OS SANTOS

COMO se viu nos dois capítulos precedentes, Vespúcio não descreve o litoral do Brasil, a contar do cabo de S. Agostinho, em nenhuma das três cartas onde relatou áridamente os sucessos da expedição memorável de 1501. É só nesta narrativa da expedição de 1503, incluída na *Lettera* a Soderini, que o navegador florentino se refere à Bahia de Todos os Santos.

A passagem da *Lettera* é textualmente a seguinte na edição *princeps* de Florença: «*et facta nostra provisione ci departimo (da ilha Fernão de Noronha), per el vento infra mezo=di & libeccio perche tenavamo un reggimento del Re, che si mandava, che qualunche delle navi che si perdesse della flocta, o del suo Capitano, fussi a tenere nella terra, che el viaggio passato. Discroprimo in un porto, che li ponemo nome la badia di tucti e sancti: et piacque a Dio di darci tãto buon tempo chein 17. giorni fumo a tenere terra in epso, che distava da lisola ben 300. leghe*».



De quartę nauigationis curſu.

Eliquum autẽ eſt: vt quę in tertia nauiga-
r tione noſtra ꝓſpexerim ediſſeram. Quia
vero iam prę longa narratione fatiſco/ &
quoꝯ hęc eadem nr̃a nauigatio ad ſperatũ a nobis
finẽ minime ꝓducta eſt/ ob aduerſitatem infortuni
umve quoddã quod in maris Athlantici nobis acci
dit ſinu:idcirco breuior fiam. Igit̃ ex Liſbonę portu
cum ſex cõſeruantię nauibus exiuimus cũ ꝓpoſito
inſulam vnã verſus horizontẽ poſitã inuiſendi:quę
Melcha dicit̃ & diuitiarum multarũ famoſa/necnõ
nauiũ oĩm ſiue a Gangetico ſiue ab Indico mari ve-
f

Início da Quarta Navegação nas *Quatuor Americi Vesputii Navegationes*

Humboldt, que não conheceu o original italiano, procedeu à análise crítica da *Lettera* pelo texto latino das *Quatuor Americi Vesputii Navigationes*, em que a passagem aparece assim traduzida: «*Igitur parata nobis inibi provisione, sub vento inter meridiem et lebeccium ducente perreximus, ob idquod a rege mandatum acceperamus, ut qualicumque non obstante periculo, praecedentis navigationis viam insequeremur. Incepto ergo huiuscemodi navigio, portum tandem unum invenimus, quem Omnium sanctorum abbatiam nuncupavimus, ad quem prosperam annuente nobis auram Altissimo, infra XVII pertigimus dies: distatque idem portus tercentum a praefata insula lencis*».

(27) Fernão de Loronha, descobridor da ilha de S. João, depois crismada com o seu nome, não viajava na frota de 1503 em que ia Vespúcio. Êste chegou a Lisboa em Junho de 1504 e a carta de doação da ilha foi passada no mês de Janeiro do mesmo ano.

(28) *Examen Critique*, Vol. V, págs. 131-137.

(29) *Historia Geral*, 3.ª edição, pág. 133.

(30) *Analyse du Journal de la Navigation à la terre du Brésil en 1530-1532 par Pedro Lopes de Sousa, publié pour la prémière fois par Mr. de Varnhagen.* Paris, 1840.

Comentando uma das notas apensas por Varnhagen à publicação do Roteiro e dedicada à ilha Fernão de Noronha, Santarém conclui: «*D'après ce que nous venons de faire remarquer, il resulte que l'ile de Fernando de Noronha fut peut-être découverte pour la première fois le 24 juin 1500, jour de la Saint-Jean, probablement par Gaspar de Lemos*

Foi na senda da interpretação humboldtiana que de Varnhagen a Norbert Sumien (31) se traduziu esta passagem com o seguinte sentido, alterando-se a pontuação e fundindo-se num só os dois períodos distintos, se bem que aparentemente truncados: *E tendo feito a nossa provisão partimos pelo vento entre Sul e Sudueste, porque tinhamos regimento do Rei em que se ordenava que qualquer um dos navios que se perdesse da frota ou do Capitão fôsse abordar à terra que tinhamos descoberto na viagem precedente, a um pôrto ao qual tinhamos dado o nome de Bahia de Todos os Santos*, etc., etc.

Embora a traduzisse de Ramusio, muito mais rigorosa nos parece a interpretação (noutros pontos claudicante) do académico Mendo Trigoso, no Tômo II das *Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*, anterior às versões de Humboldt e Varnhagen: «*Feita a nossa provisão, partimos pelo Sul quarta a Sudueste, porque tinhamos por regimento que se alguma das náus se perdesse, ou da Armada ou da Capitânia, endireitasse o rumo para a terra descoberta na viagem passada. Continuando pois a navegar assim, descobrimos um pôrto a que pusemos o nome de Bahia de Todos os Santos*», etc., etc.

Vespúcio deixa entender que naquele ano de 1503 descobrira a Bahia de Todos os Santos, que já figura, tal como a ilha, no planisfério de Cantino, construído no ano anterior. Os intérpretes da *Lettera* procuraram harmonizar o texto da 4.ª viagem com o da 3.ª e alteraram o sentido confuso daquela passagem, esclarecendo-a. Póde-se, porém, divergir dessas interpretações, decerto autorizadas mas arbitrárias.

O pôrto da Bahia já estava registado no planisfério. ¿Tendo tomado a latitude da ilha, que acharam ser de 3º S., os pilotos procuraram atingir o grande pôrto para abordagem do litoral? É possível. Uma frota mandada às novas terras ocidentais não podia deixar de trazer cartas em que estivesse consignado o litoral já descoberto. Todavia, do texto de Vespúcio não se depreende claramente o conhecimento anterior da Bahia e da ilha. Veremos que algumas das suas afirmações invalidam as restantes e que os êrros se sucedem de modo a justificar fundadas dúvidas sôbre a veracidade do depoimento de Vespúcio, que parece ter procedido na narração das duas viagens portuguesas como já fizera com as duas anteriores em navios espanhois, confundindo arbitrariamente os sucessos.

As únicas indicações das latitudes extrêmas, entre as quais Vespúcio afirma ter navegado na frota de 1501, não autorizam a concluír-se que tivesse estado anteriormente a 1503 na Bahia de Todos os Santos. Mas supomos que no decurso da precedente exploração costeira se descobriu o grande pôrto, já assinalado no planisfério de Cantino, que evidentemente regista os resultados da expedição de 1501.

Poder-se-ia sustentar que a flotilha de 1501 em que viajou Vespúcio (pois que outros navios nesse mesmo ano navegaram nos litorais brasileiros) tivesse descido a costa desde 5º sem avistar a Bahia de Todos os Santos. Invocar-se-ia em favor desta hipótese o que sucedeu no mesmo ano de 1503 à esquadra comandada por Afonso de Albuquerque e composta das náus *Santiago* (300 toneladas), *Espírito Santo* (350 t.), *S. Cristóvão* (150 t.), propriedade de Fernão de Loronha, e *Catarina Dias* (180 t.), de que eram armadores os Marchiones, a qual armada, segundo se depreende da relação de Empoli navegou com ventos tempestuosos ao longo da costa do Brasil, arribando só uma vez ao litoral. Mas esta interpretação afigura-se-nos bastante precária. Preferimos vêr na passagem incriminada mais uma prova da insuficiencia das narrativas epistolares de Vespúcio.

O que não sofre dúvidas é que o florentino tinha a preocupação de passar pelo descobridor de vastissima extensão da costa oriental do Novo Mundo. As suas narrativas ligam artificiosamente, sem solução de continüidade, as quatro sucessivas viagens,—¡tantas como as de Colombo!—numa exploração imensa que abrange os territórios desde os Estados-Unidos até às remotas paragens da América Meridional.

Êste grande homem não soube, porém, preservar a fama da incredulidade dos pósteros, amparando com provas sólidas as suas reivindicações. A esta imprevidência deveu Vespúcio as

---

à son retour de Porto-Seguro, d'où Cabral l'expédia en Portugal, ce qui s'accorde parfaitement avec la particularité de la voir déjà marquée dans la carte de Jean de la Cosa, faite à la fin d'Octobre de la même année: il resulte enfin, ce nous semble, en rapprochant de ces données le document du roi Emmanuel, que Noronha l'a à son tour retrouvée dans un autre voyage fait, soit en 1501-1502, et peut-être même en 1503, étant le commandant de quelque navire, mais non pas de la flotte des six vaisseaux».

(31) «*Et ayant fait notre provision nous partimes par le vent entre le sud et le sud-ouest, parce que nous avions un ordre du Roi qui prescrivait que celui des navires, quel qu'il fût, qui perdrait de vue la flotte ou son capitaine, devrait aller aborder à la terre que nous avions découverte dans le precédent voyage, à un port auquel nous avions donné l'appelation de Baie de tous les Saints*», etc..... Cf. Vignaud, *Americ Vespuce*.

contestações inauguradas por Las Casas e Herrera, prolongadas até aos nossos dias na ironia desdenhosa de *sir* Clements Markham, nas objecções eruditas dos matemáticos Duarte Leite e Luciano Pereira da Silva: essa quatro vezes secular campanha de descrédito em que se inscrevem o cosmógrafo Schöner, o teólogo Servet, o jurisconsulto Solorzano, o jesuíta Pedro Simão, os geógrafos e historiadores Aires do Casal, visconde de Santarém, Muñoz, Navarrete, Robertson, Washington Irving—impugnada nos últimos tempos pelo génio de Humboldt e pela sciência de Varnhagen, Fiske, Uzielli, Harrisse e Vignaud, reabilitadores de Américo.

Quando se compara a descrição que o desambicioso Vaz de Caminha nos deixou da enseada do Pôrto Seguro de Vera Cruz,—onde esteve uma semana,—com a displicente e árida referência que o enfatuado Vespúcio nos legou sôbre a Bahia de Todos os Santos,—onde se demorou dois meses,—fica-se tentado a acreditar que nas cartas do florentino há mistificação em maiores proporções do que verdade.

A ÚLTIMA ESCALA. A FEITORIA

Navegámos mais para diante (da Bahia de Todos os Santos) *duzentas e sessenta léguas, até chegarmos a um pôrto, onde determinámos fazer uma fortaleza, como com efeito fizemos... Está esta terra alem da Equinocial 18 graus, e 37 mais ao Ocidente de Lisboa, segundo mostraram os nossos instrumentos....»*

A latitude de 18° localizaria êsse pôrto um pouco abaixo de Caravelas, menos de grau e meio ao sul de Pôrto Seguro, atrás dos recifes dos Abrolhos. A longitude de Caravelas é de 31° O. de Lisboa, e não de 37°, mas o êrro é admissível para a época, embora na medida das singraduras os pilotos de Cabral tenham dado mostras de notável aproximação da realidade.

Como a distância entre a Bahia e Caravelas não vai àlém de 100 léguas, os historiadores *convencionaram* localizar em Cabo Frio, a 23°42′ de Lat. S. o sítio em que o florentino, embora tam desfalcado de gente, construíu uma fortaleza, guardada por duas dúzias de cristãos.

¡Discreto homem era Vespúcio, quando não se referia à sua pessoa! ¡Reside cinco meses num ponto das regiões tropicais dêsse maravilhoso Novo Mundo, que ia ser baptizado com o seu nome, e narra-nos essa bela aventura em têrmos tam vagos, que ainda hoje não podemos fixar senão arbitrariamente, por temerárias conjecturas, o local onde ficou tremulando, arvorada sôbre o bastião de taipa e defendida por doze bombardas, a bandeira das quinas e dos castelos, firmando a soberania de Portugal na terra virgem, nesse remoto mês de Março de 1504!

Excluído o pôrto de Caravelas (aliás o único que coïncide aproximadamente com a latitude fornecida por Vespúcio), em atenção a duas objecções de incontestável importância: a pequena distância a que fica da Bahia e a aproximação dos parcéis dos Abrolhos,—os historiadores, a começar em Humboldt, identificaram hipotéticamente a feitoria de Cabo Frio, revelada na relação da náu *Bretôa*, com a fortaleza edificada a 18° de Lat. por Américo Vespúcio.

Se foi em Cabo Frio, por 23°42′ S. que se ergueu o fortim, Vespúcio mostra-se bastante inferior, como cosmógrafo, aos pilotos de Cabral, que calcularam com tamanha aproximação da verdade a latitude da baía de Vera Cruz, três anos antes. Não há como romper dêste dilema: ou Vespúcio não sabia calcular latitudes e singraduras, errando coordenadas e distâncias, ou a sua carta não merece fé. O que parece deduzir-se é que Vespúcio não conhecia senão muito imperfeitamente as regiões austrais onde navegava pela segunda vez em 1503, e que a sua famosa sciência náutica era bastante rudimentar.

Para abalar a hipótese de Humboldt, no que diz respeito à localização da feitoria em Cabo Frio, basta invocar a vizinhança em que o promontório fluminense se encontra da baía do Rio de Janeiro. É inverosímil que, demorando tanto tempo em Cabo Frio, os navegadores tivessem ignorado a vasta baía da Guanabara, de que Vespúcio não faz menção.

REGRESSO A LISBOA

A 18 de Junho de 1504, com 77 dias de viagem, Vespúcio entrava no Tejo, segundo a *Lettera*, com os dois navios com que saíra do Brasil. Refere êle que tôda a cidade se regosijou com o inesperado regresso, por imaginar-se a frota perdida.

¿Em que se fundaria tal suposição? Se o destino da armada era aquele que lhe designa Vespúcio, de ir a Malaca, a demora de um ano não justificava a desesperança. Na melhor das hipóteses, se a armada lograsse atingir o empório oriental da especiaria, a viagem seria muito mais demorada. A parte fantástica da narrativa de Vespúcio transparece visívelmente.

Da sua carta a Soderini, escrita aos 4 de Setembro de 1504, infere-se que nessa data êle aguardava as ordens do Rei e considerava perdidos os restantes navios da armada, pela solércia e loucura do capitão, «pois assim paga Deus aos soberbos».

Cinco meses decorridos, a 5 de Fevereiro de 1505, Vespúcio está já em Espanha. ¿Desde quando? Ignora-se. Mas nessa data escreveu Colombo a carta em que o apresentava elogiosamente a seu filho D. Diogo ([32]).

¿Que lhe sucedera? ¿Porque abandonara o serviço de Portugal ou dos Marchiones? ¿Despediram-no? Foram então mediocres os seus serviços e eram pouco notáveis os seus méritos. ¿Regressara o capitão-mór? Fôra então incorrecto e desleal o seu procedimento, e de outro modo que não o referido se teriam passado os acontecimentos desenrolados à vista da ilha malfazeja e maravilhosa.

Capistrano de Abreu, no exame atraentissimo que dedicou às três expedições de 1501, 1503 e 1514, num antigo opúsculo ([33]) cuja doutrina em parte o autor já repudiou, aventava uma hipótese extremamente engenhosa, por meio da qual procurava conciliar a carta de Vespúcio, dando o capitão-mór por perdido, com a passagem em que Damião de Góis regista o regresso a Lisboa de Gonçalo Coelho, em data indeterminada, com dois navios. Tal hipótese não passa, porém, de uma fantasia.

O sábio historiador brasileiro conjectura que Gonçalo Coelho tivesse mandado do Brasil um emissário a Portugal com notícias e pedido de reforços para prosseguir na temerária missão de transpor o finisterra do Novo Mundo.

Eis como o historiador desenvolve a sua tése:

«O que contaria tal emissario ao rei de Portugal não é facil de saber, quando a sua propria vinda não está documentalmente provada; entretanto supposições não são prohibidas, e as seguintes nos parecem fundadas na carta de Vespucio a Soderini, tal qual a commentaram os successos posteriores:

«Americo Vespucio, diria o procurador de Gonçalo Coelho, vanglorioso de ter em parte dirigido a expedição passada, queria a cada instante fazer predominar as suas opiniões. Gonçalo Coelho não era André Gonçalves, e d'ahi discussões azedas, cujo travo ainda hoje se encontra nas cartas de Vespucio.

«O desastre á vista de Fernando de Noronha tornou ainda mais dificeis as relações entre os dois. Americo, em quem a generosidade não parece ter internado muito as raizes, exultou vendo amarrotado o orgulho d'aquelle que sempre o tratara com sobranceria e até com desdem.

«Para escapar a um espectaculo que o amofinava, Gonçalo Coelho ordenou-lhe que fosse á ilha proxima procurar um surgidouro. Americo foi; porém, em vez de tornar para dizer o resultado das suas buscas, deixou-se ficar oito dias. No fim d'esse praso, não por movimento proprio, mas obrigado pela sua gente, foi que se decidiu a fazer o que desde o primeiro dia era sua obrigação fazer, isto é, tornar ao ponto em que tinham ficado no perigo os seus companheiros.

«Encontrou então uma náo, que era da armada, e que lhe communicou que Gonçalo Coelho fora para o Sul, levando-lhe o batel e parte da sua tripulação. Qual era a obrigação de Vespucio? Seguir o seu commandante. Não o fez. Voltou tranquillamente para a ilha, com o navio que encontrara e que se lhe aggregou, veremos adiante como. Depois foi para a Bahia, onde assistiu dois mezes. Depois ainda para outro logar, onde esteve o tempo que quiz. Depois, emfim, para o reino sem preoccupar-se com a sorte dos companheiros, como se o navio lhe pertencesse, ou elle fosse um lord que navega em um hiate de recreio.

«Como se explica este procedimento? Vespucio diz que obrou assim porque não tinha gente bastante para a viagem e manobra. Naturalmente foi ainda por falta de gente que, tres mezes depois do desastre á vista da ilha, elle fundou uma feitoria e ahi largou 24 pessoas.

«Não, o motivo do proceder estranho de Vespucio era outro. Quando a capitanea se submergiu, apenas a tripulação se salvou. Mappas, roteiro, instrumentos, tudo se perdeu. Vespucio sabia-o. Foi por este meio que obrigou a ficar comsigo a náo que Gonçalo Coelho destacara á sua procura. Foi fundado n'isto que se deixou ficar na Bahia e na colonia, immovel como a montanha de Mahomet, á espera que Coelho désse os primeiros passos. Foi por isso que, na carta escrita a Soderini, elle dava como certa a perda dos tres navios a que ficara reduzida a expedição. Coelho viu logo que entre elle e Vespucio

([32]) *Raccolta Colombiana, Scritti*, Vol. II, pág. 253.
([33]) *O Brasil no século XVI. A armada de D. Nuno Manuel*, Rio de Janeiro, 1880.

o combate era desigual. O mandal-o á ilha foi como que uma tregua. O destacamento do navio foi uma capitulação tacita. Vespucio queria-a formal; Coelho não se prestou a tanto.

«Seguiu, pois, para o sul a executar a sua commissão. Durante o espaço que separa Lisboa do rochedo em que se perdeu a capitanea, elle estudara cuidadosa e zelosamente os roteiros, cartas, etc... com zêlo tanto maior quanto a labia e a basofia do florentino lhe tornavam intoleravel aquelle pedagogo impertinente. Engolfara-se, pois, na illusão de poder por si só levar a bom exito a empreza arriscadissima.

«Até talvez Cananéa a costa fora explorada e já estava bastante conhecida, e até ahi Coelho podia avançar. Para adiante, sem conhecimento previo, sem os instrumentos que tinham immergido com a capitanea, qualquer passo era imprudente. Que fazer? Continuar, apezar de tudo, era arriscar a empreza, e servir de trophéo a Americo Vespucci. Tornar era ainda peior: era tornar-lhe vivo o triumpho. Havia um meio termo: ficar no Brasil e mandar a Portugal pedir soccorros.

«Emfim, concluiria o emissario, o fim da expedição de 1503 era achar uma passagem para a terra da especiaria. Coelho estava prompto a tental-o, exigia-o até como uma recompensa. Ficara mesmo no meio do caminho, para que se não pensasse que temia; mas queria novos recursos, mantimentos, instrumentos, cartas, roteiros, tudo emfim cuja falta o reduzia á impotencia.

«Já dissemos, tudo isto é uma hypothese; mas justifica-a a carta de Vespucci, desde que a virassem pelo avesso, e justificam-n'a sobretudo os acontecimentos que sobrevieram.

«Com effeito, se D. Manuel recebesse tal mensagem, o que faria?

«Primeiro, despedir de seu serviço a Americo Vespucci. Fel-o? Não se sabe. Porém é certo que em setembro de 1504 elle estava em Lisboa, d'onde datava a carta a Soderini, que o mostra em um estado de contentamento singular, e em fevereiro de 1505 já estava na Hespanha, onde, para mostrar que não havia mais nada de commum entre elle e Portugal, recebia a carta de naturalisação de subdito hespanhol. E, com effeito, parece que alguma cousa de muito serio se passou entre o florentino e o rei de Portugal, porque nem um só documento official se refere ao seu nome. Parece que, como o de Erostrato, era prohibido pronuncial-o. Ora o que poderia succeder de tanta importancia se não a mensagem de Gonçalo Coelho?

«A segunda cousa que D. Manuel faria necessariamente era tomar todos os papeis, mappas, roteiros, de Americo. Fel-o?

«Não se sabe: porém só assim se pode explicar que Americo, que tantas vezes promettera a publicação de seu livro das Quatro Jornadas, nunca executasse a sua promessa. E não se pode allegar falta de tempo, Vespucio morreu em 1512, e n'este intervallo de sete annos, não lhe faltariam ensanchas si não lhe faltassem os documentos.

«A terceira cousa que D. Manuel faria necessariamente era mandar nova expedição com o fim identico ao da que fora mallograda.

«O objectivo de Gonçalo Coelho fora achar uma passagem para a terra da especiaria. O objectivo da nova expedição seria o mesmo.

«Ha provas de que fosse mandada uma tal expedição?

«Veremos que ha (34) *e, cousa curiosa, uma expedição com o mesmo fim era ao mesmo tempo organisada por Americo Vespucio na Hespanha».*

Esta interpretação baseia-se na credulidade do regresso de Gonçalo Coelho a Lisboa depois da permanência de alguns anos no Brasil: conjecturalmente no Rio de Janeiro—suposição originada numa legenda do planisfério de Canerio, que Varnhagen fantasiosamente interpretou: *Choelho detetio* (35).

Falta, porém, provar que Gonçalo Coelho não regressou a Lisboa antes da partida de Vespúcio para Espanha e, mais ainda, identificar o capitão-mór da armada de 1503, sôbre o qual nada se disse ainda de positivo. Esta identificação torna-se indispensável para se averiguar se êle pereceu, como supunha Vespúcio, ou se voltou a Portugal; e veremos que já estava de regresso ao reino em 1509.

(34) O historiador referia-se à expedição narrada na Gazeta Alemã e que será assunto do XIII cap. do presente volume.

(35) Varnhagen, *Nouvelles recherches*, pág. 49 e seg. Cândido Mendes, *Quem era o bacharel de Cananéa*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Vol. XL 2.º pág. 217 e seg.

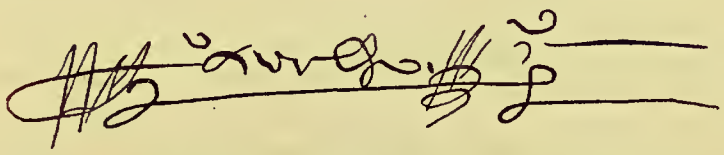
No capítulo dedicado à análise do mapa de Canerio haverá ensejo de examinar êste interessante problema cartográfico, ou melhor paleográfico.

O COMANDANTE DA ARMADA

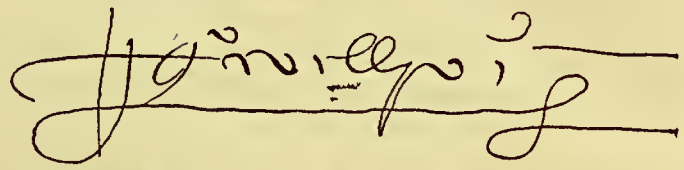
QUEM era Gonçalo Coelho?

Varnhagen identificou-o com o Escrivão da Fazenda, a cujos serviços já recorrera D. João II, que o mandara como emissário, com presentes e mensagens, ao príncipe de Jalofo (36). Mas o autor da *Historia Geral* não parece fundar em investigação segura o seu alvitre.

Êste Gonçalo Coelho, nomeado para aquele alto cargo em 1497, em sucessão de Luís da Costa (37), alcançou o reinado de D. João III, como o provam as cartas régias de confirmação das suas tenças e ofícios. Se, pois, foi êle o comandante da armada mandada ao Brasil em 1503, é certo que regressou a Portugal antes de 1509, porquanto de 18 de Julho dêsse ano é a provisão ordenando se lhe fizesse certo pagamento (38) e de 22 de Dezembro de 1506 é a carta régia que o nomeia recebedor das cisas do têrmo de Lisboa. O exame da labiríntica genealogia dos Coelhos revela-nos, porém, a existência de mais de um seu homónimo, e o problema complica-se à medida que se procura elucidá-lo pelo confronto dos códices genealógicos. As laboriosas pesquisas a que procedemos (39), se



Assinatura de Gonçalo Coelho apensa à provisão régia dada em Évora, aos 18 de Julho de 1509, mandando que, do rendimento da cisa da fruta de Lisboa se lhe dessem 20.000 reais em pagamento de sua tença.



Assinatura de Gonçalo Coelho apensa à provisão régia dada em Lisboa, aos 12 de Setembro de 1517, mandando que, da cisa da fruta de Lisboa se dessem 6.649 reais ao dito Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda da referida cidade, a título de mantimentos do seu ofício.

não nos permitiram concluír com plena segurança qual dos Gonçalos Coelho existentes no tempo de D. Manuel foi o capitão-mór da frota, pelo menos nos encaminharam para uma conjectura verosímil.

Do Escrivão da Fazenda conhecemos por João de Barros (40) a missão diplomática na África. O cronista, que nascera em Viseu no ano de 1496, ainda privara com êle. Do próprio Gonçalo Coelho declara ter sabido a maior parte do que narra sôbre os sucessos de Jalofo, epilogados trágicamente pelo assassínio do príncipe africano, apunhalado pelo Bisagudo. Estaria pois João de Barros suficientemente elucidado sôbre os grandes feitos de Gonçalo Coelho para não deixar de referir-se à missão que lhe teria confiado D. Manuel de ir às novas terras de Santa Cruz com uma armada de seis velas, no ano de 1503. E, todavia, João de Barros, um dos donatários do Brasil, não se refere a esta considerável emprêsa, o que parece revelar o carácter comercial da expedição.

De acôrdo com alguns e inseguros genealogistas, Cândido Mendes vê em Gonçalo Coelho um irmão de Nicolau Coelho, o glorioso companheiro de Vasco da Gama e de Cabral. Se fôra possível

(36) *Historia Geral*, 3.ª edição, pág. 134.

(37) Carta de nomeação de Gonçalo Coelho para o cargo de Escrivão da Fazenda de Lisboa:
«*Dom Manuell etc. a quamtos esta nosa carta virẽ fazemos saber q̃ enguardamdo nos ao muyto serviço q̃ gomçallo coelho caval.ro de nosa casa tem feito a el Rey dom joham meu senñor q̃ sancta gloria aja e asy a nos e esperamos q̃ ao diante faça e comfiamdo delle q̃ neste caso nos servirá bẽ e como a nosso serviço pertemçe e querẽdo-lhe nos fazer graça e merçee temos por bem e o damos daquy em diamte por scripuã da nosa fazemda da nosa cidade de lixbooa asy e pella guisa q̃ o era luis da costa fidalguo de nosa casa q̃ o dito oficio de nos per nosa carta tinha E ora a renùciou ẽ nosas maãos pera o darmos a quẽ nosa mercee for como mais conpridamente vimos por hũn stormẽto p.co da renùciaçom q̃ ao sinar desta foy roto peramte nos e tambem por que o dito luis da costa ouve per nosa licemça por o dito oficio comtemtamento do dito gomçallo coelho com o qual oficio nos queremos que ele aja aquele mamtimemto vestir proões e percalços ordenados ao dito oficio e os tenha asy e auja o dito* (sic.) *luys da costa com elle per nosa carta que tambem ao asinar desta foy rota peramte nos E porem mamdamos aos veedores da nosa fazemda e ao noso comtador moor em a dita cidade de lixboa q̃ ajam asy daqui em diamte o dito gomçallo coelho por sepriuã da fazemda da dita cidade e ao dito comtador moor q̃ o meta loguo em pose do dito ofiçio e lho deixem servir e osar delle pella guisa e maneira q̃ ao dito oficio pertemçe e aver asy o dito seu mamtimento vestir proões e percalços ssobre ditos sem lhe ssobre ello ser posto duvida nem embarguo por q̃ asy he nosa merçee o qual dito gomçallo coelho jurou em a nosa chamcel.a aos sanctos evamgelhos q̃ bem e verdadeiramẽte obre e ose do dito ofiçio guardamdo a nos noso serviço e ao povoo seu dir.to dada em a dita cidade de lixboa a biij.o dias do mes de dez.bro lopo fernamdez a fez anno do nacimemto de noso senñor Jhũ X.o de mjll e quatrocemtos e novẽta e sete annos*».—Chancelaria de D. Manuel, Livro 1, fols. 11.

(38) Dada em Évora, aos 18 de Julho de 1509, mandando que do rendimento da cisa da fruta de Lisboa, relativa ao referido ano, se deem 20.000 reais a Gonçalo Coelho, fidalgo da Casa Real, em pagamento da sua tença. *Corpo Chronologico*, parte 2.ª, maço 18, n.º 43.

(39) Nas pesquisas genealógicas a que procedemos na Biblioteca Municipal do Pôrto fomos dedicadamente auxiliados pelo sr. Vasco Valente, investigador perito nestes assuntos e que nos compôs a árvore genealógica dos Coelhos, inserta no presente capítulo.

(40) *Asia*, Dec. I, livro III, cap. VI.

documentar esta identificação, saberiamos que ambos eram filhos de Pedro Coelho, o juvenil herói que, com seu irmão primogénito Martim Coelho e seu pai Fernão Coelho, 2.º senhor de Felgueiras, estiveram em Alfarrobeira acompanhando com lealdade antiga o Regente na fatal batalha em que caíu, com o coração trespassado por uma flecha, o penúltimo sobrevivente da ínclita próle do Mestre d'Aviz. E então, a menos que Nicolau Coelho não fôsse filho bastardo, surpreende-nos que João de Barros não lhe mencionasse a filiação na lista dos capitães da armada de Cabral, pois os Coelhos, oriundos de Egas Moniz, eram da melhor nobreza do reino e o seu brasão, hoje danificado, figurava no tecto da sala de armas do paço de Sintra. Outros genealogistas, porém, dão Nicolau Coelho como filho de Gonçalo Coelho, e essa filiação mais tornaria inexplicável o mutismo do cronista (41).

De seis Gonçalos Coelho, que viveram nos reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III, conseguimos notícia documentada, a saber:

1.º **Gonçalo Coelho,** escudeiro da Casa Real, Escrivão dos contos de Arzila (carta de 6 de Julho de 1484, dada em Santarém, no livro 22, fl. 60 da Chancelaria de D. João II); Alcaide-mór de Tânger, em troca do ofício de escrivão dos contos de Arzila (carta de 9 de Abril de 1487, dada em Santarém, no livro 21, fl. 108 v. da Chancelaria de D. João II).

2.º **Gonçalo Coelho,** cavaleiro da Casa Real, escrivão da Fazenda Real de Lisboa (carta de 8 de Dezembro de 1497, no livro 1, fl. 11 da Chancelaria de D. Manuel, confirmada por carta de 5 de Setembro de 1522 no livro 30, fl. 32 da Chancelaria de D. João III); Alcaide dos montes e recebedor das cisas do têrmo de Lisboa, «da mesma maneira como o servira seu falecido pai Pero Coelho» (carta de 5 de Setembro de 1522, confirmando a de D. Manuel de 22 de Dezembro de 1506, no livro 30, fl. 32 da Chancelaria de D. João III).

3.º **Gonçalo Pires Coelho,** 4.º Senhor de Felgueiras e Vieira, alcaide-mór do castelo de Guimarães (doação confirmada em 17 de Agosto de 1497), e que deve ter morrido antes de 1506, pois que em 10 de Dezembro dêsse ano o senhorio de Felgueiras e Vieira foi por D. Manuel confirmado em seu filho Martim Coelho, o *Moço*, que morreu em 1510 na Aguada do Saldanha com o vice-rei D. Francisco d'Almeida, quando regressava da Índia.

4.º **Gonçalo Coelho,** que D. Manuel mandou à Índia em 1516, no govêrno de Lopo Soares, com funções judiciais, como se depreende da carta de 22 de Fevereiro de 1516 (no livro 25, fl. 24 v. da Chancelaria de D. Manuel) em que lhe são dados poderes para procurar em demandas perante o governador e o ouvidor da Índia (42).

---

(41) Nos seguintes códices genealógicos consultados, Nicolau Coelho é unânimemente dado como filho de Pedro Coelho:

Casal do Paço Bibl. Municipal do Pôrto	**Sousa da Silva** Bibl. Municipal do Pôrto	**Abade de Perozêlo** Bibl. Municipal do Pôrto	**D. Lourenço Huet** Arq. da Tôrre do Tombo	**Alão de Morais** Bibl. Municipal do Pôrto
1 Pero Coelho	1 Pero Coelho	1 Pero Coelho	1 Pero Coelho	1 Pero Coelho
2 Gonçalo Pires Coelho	2 Gonçalo Pires Coelho	2 Gonçalo Pires Coelho	2 Egas Coelho	2 Gonçalo Pires Coelho
3 Pedro Coelho	3 Pedro Coelho	3 Pedro Coelho	3 Pedro Coelho	3 Pedro Coelho
4 Nicolau Coelho	4 Nicolau Coelho	4 Nicolau Coelho	4 Nicolau Coelho	4 Nicolau Coelho

Todavia, há impossibilidade manifesta na filiação atribuída a Pedro Coelho, que não podia ser filho de Gonçalo Pires Coelho, 1.º senhor de Felgueiras, mas sim de seu filho primogénito Fernão Coelho, 2.º senhor de Felgueiras, confirmado no senhorio em 1433, por D. Duarte, e que morreu na batalha de Alfarrobeira, onde esteve com seus dois filhos Martim Coelho e Pedro Coelho. Foi devido aos serviços prestados por Pedro Coelho no assalto de Tânger, em 1464, que D. Afonso V restituíu a seu irmão Martim, por carta de 10 de Julho dêsse mesmo ano, os senhorios de Felgueiras e Vieira, que lhe havia confiscado por motivo de se ter achado em Alfarrobeira.

(42) «*pera procurar perante vos* (o capitão-mór e governador nas partes da Índia) *em algũas demandas e perante o nosso ouujdor per quaees quer partees ẽ algũas demandas que as partes troixerem por que somos emformados que he auto pera yso pela pratica que tẽ amte judiciall*». Carta régia datada de Almeirim aos 22 de Fevereiro de 1516 e trasladada a fl. 24 v. do livro 25 da Chancelaria de D. Manuel.

5.º **Gonçalo Coelho,** tabelião do judicial da cidade de Azamor (carta de confirmação do ofício de 18 de Julho de 1523, no livro 37, fl. 47 v. da Chancelaria de D. João III); escrivão das cavalgadas de Azamor (carta de 6 de Dezembro de 1524, de confirmação do ofício para que fôra nomeado no mesmo ano pelo governador, no livro 45, fl. 149 da Chancelaria de D. João III).

6.º **Gonçalo Coelho,** alcaide-mór de Tânger (carta de 18 de Agosto de 1524, no livro 37, fl. 62 da Chancelaria de D. João III, em que se invocam os serviços de seu pai João Coelho, cavaleiro da Casa Real, alcaide-mór que fôra da cidade de Tânger e falecido em S. Jorge da Mina, aonde tinha sido mandado por feitor).

Dêstes seis Gonçalos o 1.º e o 2.º seriam o mesmo, a dar crédito a genealogistas ([43]) que lhe atribuem rara longevidade e o dão como nascido nos últimos anos do reinado de D. João I e falecido quando já reinava D. João III ([44]); os 4.º, 5.º e 6.º devem ser eliminados por não reünir qualquer dêles os requisitos indispensáveis à identificação com o comandante da armada. Se considerarmos que êsse posto de comando reclamava as energias da idade viril e se não adequava às fôrças alquebradas da velhice, seremos levados a corrigir o êrro dos genealogistas, que confundiram o Gonçalo Coelho, escrivão dos contos de Arzila, com o seu homónimo alcaide dos montes e têrmo de Lisboa, ofício que já exercera seu pai Pedro Coelho, e que D. Manuel acrescentou em 1497 com o cargo proeminente de Escrivão da Fazenda Real.

A impossibilidade de destrinçar o que a estes dois homónimos respectivamente pertence na vasta documentação apurada, desde a carta de quitação de 360.000 reais brancos, passada em 1454 a Gonçalo Coelho, que os recebera na cidade do Pôrto de Vasco Fernandes de Caminha (pai de Pedro Vaz de Caminha) para mantimentos destinados a Ceuta ([45]), até às cartas de confirmação dos ofícios de Escrivão da Fazenda Real e alcaide e recebedor das cisas dos montes e têrmo de Lisboa, em 1522, dificulta grandemente a identificação do capitão-mór da armada. Se nos cingissemos à biografia que dêle nos traça o códice genealógico de D. Lourenço Huet, e quando mesmo arbitrássemos vinte e dois anos a Gonçalo Coelho à data da carta de quitação de 1454, êle teria em 1522 noventa anos de idade e haveria comandado a expedição de 1503 com setenta e um anos, o que se nos afigura manifestamente impossível.

As longas investigações a que procedemos para identificar o enigmático capitão-mór não foram determinadas por um mero interêsse genealógico, embora, como veremos, êste aspecto assuma maior e ulterior importância pelas suas relações com um outro problema histórico, qual o da identificação de Duarte Coelho, 1.º donatário de Pernambuco. Essas pesquisas laboriosas foram inspiradas e animadas pelo intuito de apurar a veracidade da narrativa de Vespúcio e a data do regresso do capitão-mór da esquadra, se de facto êle voltou como afirma Damião de Góis.

Se optarmos pela identificação do comandante da frota com Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda Real, teremos documentalmente provado a impossibilidade do seu regresso no reinado de D. João III, pois se demonstra que, o mais tardar em 1506, quinze anos antes da morte de D. Manuel, já êle se achava em Portugal.

Se, porém, nos decidissemos pela identificação com o 4.º senhor de Felgueiras e Vieira, alcaide-mór de Guimarães (de quem alguns genealogistas pretendem ser filho ilegítimo Duarte Coelho, donatário de Pernambuco), teriamos apurado o seu falecimento antes de Dezembro de 1506, pois que a 10 dêsse mês confirmara D. Manuel em seu filho primogénito Martim Coelho o senhorio de Felgueiras e a alcaidaria de Guimarães.

O problema está circunscrito a êstes dois homónimos, ambos apresentados como pais de Duarte Coelho.

([43]) Salientemente D. Lourenço Huet, no *Suplemento do 1.º tomo de Genealogias, de D. Francisco Aranha.* Códice n.º 21—F—25, do Arquivo da Tôrre do Tombo.

([44]) Ou sejam cêrca de noventa anos, pois desde a morte de D. João I à de D. Manuel medeiam 88 anos. D. João I (1385-1433); D. Duarte (1433-1438); Regência do infante D. Pedro (1438-1446); D. Afonso V (1446-1481); D. João II (1481-1495); D. Manuel (1495-1521); D. João III (1521-1557).

([45]) Carta de quitação de 23 de Janeiro de 1459, da quantia de 360.000 reais brancos, que por mandado régio recebeu na cidade do Pôrto de Vasco Fernandes de Caminha, recebedor-mór dos dinheiros da referida cidade, para pagamento do pão que os lavradores de Entre Douro e Minho entregaram para mantimentos na cidade de Ceuta em 1454. *Livro 4, Alem Douro, fl. 101 v. da Chancelaria de D. Afonso V.*

Para que melhor se possa ajuizar do critério que nos guiou à solução incerta dêste embaraçoso enigma, teremos de sumariar o estado em que encontrámos o problema e as investigações genealógicas a que nos conduziu.

Humboldt, Southey, Navarrete, Varnhagen, D'Avezac, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Oliveira Lima e Rocha Pombo, todos sem discrepância identificaram a expedição de Gonçalo Coelho com a Quarta Viagem da *Lettera* de Vespúcio a Soderini, aceitando como irrecusável a informação de Damião de Góis e Osório, únicos entre os escritores do século XVI, anteriores a Gabriel Soares de Sousa, que atribuem a Gonçalo Coelho o comando da expedição de 1503 ao Brasil.

Infelizmente, as narrativas que nos legou Vespúcio das duas expedições de 1501 e 1503 não inspiram confiança, pois não só êle ocultou pormenores essenciais como desfigurou arbitrariamente a verdade dos factos. Convém salientar que a referência de Damião de Góis não confere com a narração de Vespúcio senão no número de navios de que se compunha a armada e dos que regressaram a Lisboa. A isso se limita a concordância, pois no resto o depoimento do cronista diverge do do epistológrafo.

¿Seria porque Damião de Góis ignorava o texto da carta de Vespúcio ao gonfaloneiro de Florença?

A prova de que os letrados portugueses não ignoravam os escritos de Vespúcio é que Pedro Margalho, português, catedrático na Universidade de Salamanca e futuro vice-reitor da de Lisboa, no seu *Phisices Compendium*, impresso em 1520, ao enumerar as partes do mundo escreve que a quarta, América, fôra descoberta por Vespúcio, «*ab Vesputio inventa*» (46).

A *Cosmographiæ Introductio*, onde apareceu a versão latina da *Lettera* com o título de *Quattuor Navigationes*, devia ser bastante conhecida em Portugal, país onde intensamente se cultivava a sciência cosmográfica. Foi através dessa versão latina que Las Casas e Herrera julgaram acerbamente Vespúcio. Depois das edições de 1507, 1509 e 1517, a versão latina difunde-se nas sucessivas edições do *Novus Orbis*, de 1532, 1537 e 1555. Entretanto, o erudito Damião de Góis, amigo do autor do *Novus Orbis* e guarda-mór do arquivo da Tôrre do Tombo desde 1548, dá-nos um resumo da expedição de 1503 diverso da narrativa de Vespúcio, deixando supor que Gonçalo Coelho regressou ao reino com dois navios. Objectar-se-há que êsses dois navios são precisamente os que Vespúcio trouxe ao Tejo em 18 de Junho de 1504. Mas como em nenhum dêsses dois navios viajou o capitão-mór da armada, ¿teriam outros dois navios regressado posteriormente com o enigmático Gonçalo Coelho, ou era êle o comandante dos navios que voltaram com Vespúcio? Os historiadores quinhentistas não nos fornecem elementos para elucidar o problema assim posto. Sabemos por Vespúcio que a náu capitânia sossobrara à vista da ilha de Fernão de Noronha e que o florentino regressou com dois navios. Ficara pois o capitão-mór com três. Se voltou mais tarde a Lisboa, o mínimo dos navios salvos teriam sido três: dois de Vespúcio e um de Gonçalo Coelho. Mariz dá como perdidas duas náus e quatro regressadas a Portugal. Ignoramos em que fonte colheu essa informação o autor dos *Dialogos de Varia Historia*. Não existe documento de que possa deduzir-se a data do regresso do comandante da armada. Quando escrevia a sua carta a Soderini, Vespúcio considerava-o perdido. ¿Voltou mais tarde? É provável. Mas quer um, quer outro dos dois Gonçalos Coelho que fôsse o comandante, não teria regressado no reinado de D. João III, pois que o alcaide de Guimarães morreu anteriormente a Dezembro de 1506 e o escrivão da Fazenda estava já em Portugal em 1509. Ora, sabendo-se documentalmente que Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda Real, era vivo em 1522, o problema da identificação do capitão-mór da armada estaria resolvido se conseguissemos estabelecer com segura prova que êle perecera com os três restantes navios nas solidões do Atlântico austral. Nêste caso, o comandante teria sido Gonçalo Coelho, 4.º senhor de Felgueiras e Vieira, alcaide-mór de Guimarães, filho de Martim Coelho, o *Velho*, 3.º senhor de Felgueiras, a quem D. Afonso V restituíra os senhorios confiscados depois do sacrifício cavalheiresco de Alfarrobeira, em consideração dos serviços que seu irmão Pero Coelho lhes prestara em Tânger, em cujo terceiro assalto estivera com o infante D. Fernando em 1464.

Porém, a indecisão prevalece, porquanto falta o documento, inutilmente procurado nos arquivos, que refira a morte do capitão-mór.

A engenhosa conjectura de Capistrano de Abreu tentava explicar simultâneamente a demora

(46) Sôbre mestre Margalho veja-se Leitão Ferreira, *Memorias Chronologicas da Universidade*, § 1020, 1024 e seg.

de Gonçalo Coelho no Brasil e o motivo do imprevisto regresso de Vespúcio a Espanha. Todavia, para que se conhecesse em Lisboa o procedimento incorrecto de Vespúcio não seria indispensável que um emissário do capitão-mór o denunciasse. Entre a tripulação das duas náus retornadas ao Tejo com o florentino se encontrariam os delatores. Nem de somenos estirpe eram os Coelhos para que a família não diligenciasse investigar do paradeiro do parente desaparecido.

O que surpreende é que do herói da tragédia marítima, quer lhe tivesse sobrevivido, quer nela houvesse perecido, não perdure notícia, eco da façanha ou da fatalidade, nos documentos coévos. A perplexidade em que essa lacuna nos deixava impunha-nos um último recurso de investigação. Assim penetrámos com derradeira esperança no dédalo genealógico dos prolíferos Coelhos.

Pelo que respeita a Gonçalo Pires Coelho, 4.º senhor de Felgueiras, os genealogistas estão de acôrdo na sua filiação e descendência. Desde Pero Coelho, conselheiro de D. Afonso IV, justiçado em Santarém, progenitor do 1.º senhor de Felgueiras, até Aires Gonçalo Coelho, 7.º senhor de Felgueiras, morto em Alcácer-Kibir, em 1578, não há discrepância entre os códices genealógicos consultados. Eis o sumário da sua árvore de costado:

Gonçalo Pires Coelho, 4.º Senhor de Felgueiras (doação confirmada em 17 de Agosto de 1497). Casou duas vezes: a 1.ª com D. Maria de Sousa e a 2.ª com D. Violante de Magalhães.

Martim Coelho, o *Velho*. 3.º Senhor de Felgueiras. Tendo-lhe sido confiscados os senhorios, D. Afonso V restituíu-lhos por carta de 10 de Julho de 1464, em consideração dos serviços que seu irmão Pedro Coelho prestou no assalto a Tânger, nesse mesmo ano.

D. Joana d'Azevedo

Fernão Coelho, 2.º Senhor de Felgueiras. Confirmado em seus senhorios por D. Duarte em 1433. morreu em Alfarrobeira em 1449.

D. Catarina de Freitas, filha de Álvaro Gonçalves de Freitas, vedor da Fazenda de D. João I.

Gonçalo Pires Coelho, 1.º Senhor de Felgueiras e Alcaide-Mór de Guimarães por carta de 22 de Novembro de 1426.

D. Maria Gomes da Silva

Pero Coelho, conselheiro de D. Afonso IV. Justiçado em Santarém.

D. Aldonça Vasques.

Esta uniformidade cessa quando se indaga da ascendência e descendência de Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda Real.

Se lhe designam como pai a Pedro Coelho, companheiro do infante D. Fernando no assalto de Tânger, as discordâncias logo surgem quanto à filiação do seu progenitor. O códice genealógico de D. Lourenço Huet, o mais abundante em informações sôbre a família dos Coelhos, considera-o filho de Egas Coelho de Azevedo, segundo filho do supliciado de Santarém, que se refugiara em Castela logo depois da morte de D. Afonso IV para se preservar das iras vingadoras e implacáveis de D. Pedro. Egas Coelho regressou a Portugal após o acesso de D. Fernando ao trono, filiou-se no partido do Mestre de Aviz, pelejou nas batalhas de Trancoso e Aljubarrota, dando-lhe D. João I, em prémio da fidelidade e da bravura os senhorios de Linhares e Folgosinho (47) acrescentando depois com o da vila

(47) Relação sumariada dos documentos relativos a Egas Coelho, existentes na Tôrre do Tombo:
Carta para apresentar juizes, oficiais de justiça e outros oficios em terras de Val-de-Vez. Dada no Arraial de Melgaço aos 2 de Março de 1426. Liv. I, fl. 186 da Chancelaria de D. João I.
Carta de doação de bem viver. Dada em Lisboa aos 23 de Maio de 1422. Liv. I, fl. 19 v. da mesma Chancelaria.
Doações dos direitos reais e jurisdição de pendentes, em remuneração dos seus serviços e para ajudar o rei a se defender de Castela. Dadas em Lisboa aos 27 de Setembro de 1423, Liv. I, fl. 58; e em Coimbra, aos 20 de Abril de 1428. Liv. II da Extremadura fl. 184, da mesma Chancel.
Doação de Folgosinho e Linhares. Cartas dadas em Lisboa aos 17 de Agosto de 1422, Liv. I, fl. 27; e em Coimbra, aos 20 de Abril de 1428, Livros 2, fl. 43 v. e 2 da Beira, fl. 251 v.
Doação de Jarmelo e Vola. Dada em Santarém aos 29 de Agosto de 1423. Liv. I, fl. 95 v.
Doação de Miranda. Cartas dadas em Lisboa aos 6 e 18 de Setembro de 1422. Liv. II da Extremadura, fl. 183 v.
Doação de Vale Largo. Dada em Panoias aos 12 de Dezembro de 1423. Liv. I, fl. 147 v. da Chancel. de D. João I.

de Miranda. Egas Coelho voltou, porém, para Castela, onde Henrique III o galardoou com o senhorio de Montalvo e a sua prole se entrelaçou com algumas das mais nobres famílias de Espanha (48).

No entanto, as discordâncias sôbre a filiação de Pedro Coelho não prejudicam o acôrdo dos principais genealogistas quanto a Gonçalo Coelho, o mesmo escrivão da Fazenda Real com quem Varnhagen identificou o comandante da expedição ao Brasil. Unânimemente lhe dão como pai a Pedro Coelho. A confusão estabelecida na genealogia dos Coelhos é tanto mais para admirar quanto se trata de uma das mais ilustres e antigas famílias de Entre-Douro e Minho. Ostentavam êles por armas um leão de púrpura (o leão de Egas Moniz) em campo de oiro faxado em três faxas xaqueteadas de oiro e azul, orladas de azul com sete coelhos de prata malhados de preto, e encimadas por um elmo de prata aberto, guarnecido de oiro com paquife de oiro e púrpura, tendo por timbre o leão do seu escudo.

BRASÃO DOS COELHOS

A divisa altiva que usavam aludia à descendência da condessa D. Leonor de Alvim, mulher do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, neta de Estevão Pereira e sobrinha do infortunado Pero Coelho, a quem o furioso amante de Inês de Castro mandou arrancar pelas costas o coração, que o mártir dizia ser forte como o de um leão, leal como o de um cavalo e rijo como o de um touro. O apelido de Coelho aparece pela primeira vez no *Nobiliario* do conde D. Pedro aplicado a Soeiro Viegas, bisneto de Egas Moniz de Riba do Douro.

Eis a notícia biográfica de Gonçalo Coelho inserta no códice genealógico de Huet (49) e que suspeitamos tenha sido a fonte onde Varnhagen colheu os elementos para a identificação do capitão-mór da armada de 1503:

«*Gonsalo Coelho, progenitor dos senhores da Ilha de Maio (segundo D. Flaminio no Tomo 6.º fls. 352). Alcansou os Reinados dos Reis D. Joam 1.º, D. Affonso 5.º, D. Joam 2.º, D. Manoel e D. Joam 3.º. Foi Contador mór do Reino e Capitam de 6 velas (segundo dizem) por Mercê d'El Rei D. Manoel, que o mandou descobrir a costa do Brasil, ao que prontamente obedeceo, apezar de estar já avançado em annos, e se embarcou levando Marcos de Pedra, em que estavam gravadas as Armas*

(48) D. Lourenço Huet dá Pedro Coelho como filho de Egas Coelho d'Azevedo e de D. Maria Gonçalves Coutinho, 8.ª filha do marechal Gonçalo Vaz Coutinho, o valoroso companheiro de D. João I em Aljubarrota e Ceuta e de sua 2.ª mulher D. Joana de Albuquerque. Porém, o companheiro d'armas de D. Afonso V e do infante D. Fernando, que esteve presente no 3.º assalto de Tânger, não podia ser outro senão o filho de Fernão Coelho, pois seguramente sabemos, como já dissemos, que em consideração aos seus serviços naquela infausta emprêsa D. Afonso V restituíu a seu irmão, Martim Coelho, o senhorio de Felgueiras, que lhe confiscara depois da batalha de Alfarrobeira.

O filho primogénito de Egas Coelho d'Azevedo chamou-se também Pedro, mas casou em Espanha, onde foi o 2.º senhor da casa de Montalvo.

(49) Fol. 488 da op. cit. Códice do Arquivo da Tôrre do Tombo n.º 21—F.—25.

Reaes, e á proporçam que descobria diversos Portos e Rios, entrava nelles, e assentava os ditos Marcos. Voltando depois ao Reino se apresentou a El Rei D. Joam 3.º, a quem deo parte da sua viagem, o que nela tinha feito e as mais informasoens que pôde alcansar respectivamente á sua Comissam, do que muito satisfeito o dito Rei lhe fêz Mercê de uma Comenda em 3 vidas para elle, seo filho e neto; morreo em idade muito decrepita, havendo casado muito moço com D. N . . . . . E conforme D. Flaminio dis no Tomo 6.º fls. 352, Teve

1.º Diogo Coelho, que segue.
2.º Nicolau Coelho,
3.º Estevam Coelho.

Se aceitassemos os dados cronológicos desta biografia como verídicos, sem hesitar teriamos de excluír o escrivão da Fazenda Real de entre os candidatos à capitanía da armada de 1503. Um homem que nasceu nos últimos tempos do reinado de D. João I, falecido em 1433, e que ainda vivia em 1522, seria já um velho à data da expedição. Não era encargo para um septuagenário o comando de uma armada que se dirigia às regiões quási ignotas de Santa Cruz. A singular escolha transgrediria da praxe de preferência dada a homens na plenitude da energia vital para missões que reclamavam resistência inquebrantável. O regresso dêste Gonçalo Coelho, quando já ascendera ao trono D. João III, colocar-nos-ia na presença de um nonagenário: absurdo que nem vale a pena considerar (50).

Supomos que o genealogista fundiu em uma só a existência de dois Coelhos homónimos. Aliás, a sua notícia é insegura e nela se omite a missão ao príncipe de Jalofo, sôbre a qual possuímos o atestado peremptório de João de Barros.

Achavamo-nos detidos perante o insoluvel problema quando examinámos no códice 1031 da Biblioteca Nacional de Lisboa, *Collecção de Varios titulos genealogicos,* que nos fôra indicado pelo sr. Pedro d'Azevedo, as duas vias de um manuscrito com letra do princípio do século XVII, em um de cujos exemplares se encontra na cota da primeira página a seguinte informação: «*As notas são de Duarte Coelho de Albuquerque*». O manuscrito, que registra a ascendência dos donatários de Pernambuco, é assim intitulado: *Familia dos Coelhos, seg. o L.º antigo do Conde D. P.º no titulo 36. de Dom Egas Moniz o Gasco, continuada por Dom Ant.º de Lima Alcaide Mor de Guimarães e por Dom Rodrigo da Cunha Arcebispo de Braga, e per outros té nossos tempos, seg.do se colige das Chronicas, e Historias deste Reyno, e Registros do Archivo Real de Portugal.*

¿Conterá esta resenha genealógica a verdade que procuramos? De todos os documentos que consultámos êste é o que mais garantias extrínsecas oferece de veracidade, e, salvo o êrro de considerar Pedro Coelho morto em Tânger (51), não apresenta as insanáveis contradições cronológicas dos demais.

Damos a seguir o seu sumário:

(50) Diogo Barbosa Machado, no Tômo II, a págs. 391 da *Bibliotheca Lusitana,* consigna a mesma versão. Aqui Gonçalo Coelho «*muito perito na sciencia da Cosmografia*» partiu por ordem de D. Manuel «*a explorar a situação das terras e partes da America novamente descoberta... como tambem os costumes e ritos de seus habitantes*», saíndo de Lisboa com o posto de capitão de «*hua armada composta de seis navios*». Chegando à America, «*investigou com juizo de Sabio e observação de curioso tudo quanto era digno de saber-se, não somente tomando posse daquella Região em nome do seu Soberano, como escrevendo em estilo claro e sincero a* **Descripção do Brasil,** *fol. M. S., o qual, quando voltou da jornada offereceu a El-Rey D. João o III, por ter já deixado a coroa caduca pela eterna seu augustissimo Pae...*»

(51) Documentos relativos a Pedro Coelho, no Arquivo da Tôrre do Tombo:

Carta de feitor em Sevilha, dada em Elvas aos 28 de Maio de 1464. Liv. 8, fl. 136 da Chancel. de D. Afonso V.

Carta de poderes a Pedro Coelho na sua qualidade de feitor do rei em Sevilha, dada em Elvas aos 30 de Maio de 1464. Liv. 8, fl. 138 v.

Carta de padrão de tença de 5.000 reais brancos a Pedro Coelho, escudeiro fidalgo da Casa Real, a começar em Janeiro de 1465. Dada em Extremós, aos 10 de Dezembro de 1464. Liv. 8, fl. 35 v.

Carta de padrão de tença de 2.000 reais brancos, àlém dos 5.000 que já tinha, a Pedro Coelho, cavaleiro da Casa Real, a começar de 1 de Janeiro de 1472. Dada em Lisboa aos 23 de Outubro de 1471. Liv. 22 fl. 78 da mesma Chancelaria.

Carta de padrão de tença de 2.400 reais a Pedro Coelho, cavaleiro da Casa Real, a começar de Janeiro de 1476 àlém de outras tenças que já tinha. Dada em Samora, aos 6 de Janeiro de 1476. Liv. 7, fl. 22 v.

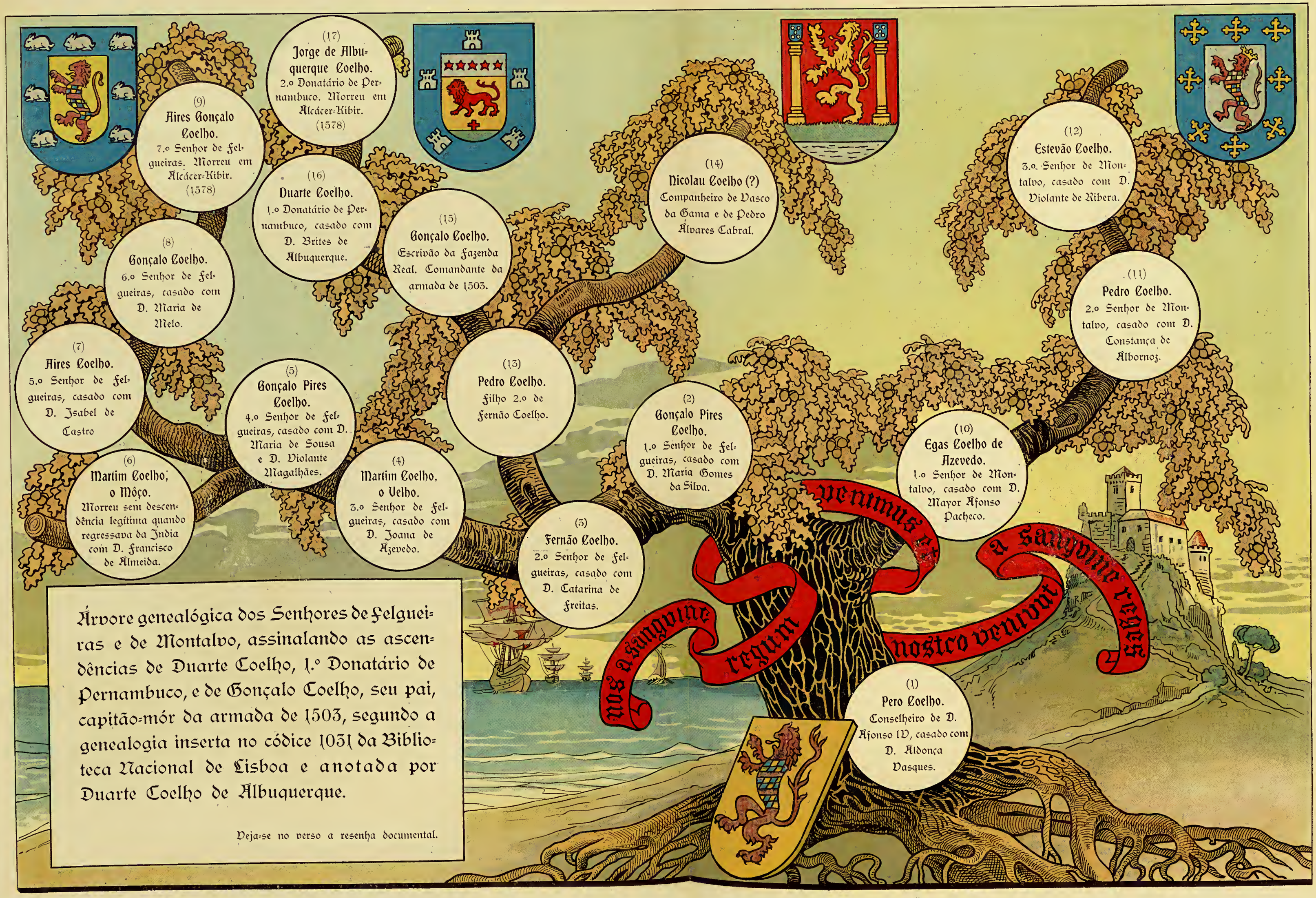
Carta confirmando a Pedro Coelho, cavaleiro da Casa Real, a carta de tença de 5.000 reais brancos que D. Afonso V lhe outorgara em 10 de Dezembro de 1464. Dada em Lisboa a 30 de Agosto de 1499. Liv. 41, fl. 109 da Chancelaria de D. Manuel.

Carta confirmando a Pedro Coelho a carta de tença de 2.000 reais brancos que D. Afonso V lhe outorgara em 23 de Outubro de 1471. Dada em Lisboa aos 28 de Agosto de 1499. Liv. 41, fl. 109 v. da Chancel. de D. Manuel.

Carta de recebedor da cisa das carnes do têrmo de Lisboa e alcaide dos montes de Lisboa. Dada em Lisboa aos 22 de Março de 1468. Liv. 37, fl. 114 da Chancelaria de D. Afonso V.

Carta de confirmação de alcaide dos montes do têrmo de Lisboa. Dada em Évora aos 6 de Junho de 1483. Liv. 24, fl. 106 v.

Carta de coudel das terras de Santa Cruz, por tempo de três anos. Dada no Pôrto aos 9 de Janeiro de 1484. Liv. 23, fl. 25 v. da Chancelaria de D. João II.



Árvore genealógica dos Senhores de Felgueiras e de Montalvo, assinalando as ascendências de Duarte Coelho, 1.º Donatário de Pernambuco, e de Gonçalo Coelho, seu pai, capitão-mór da armada de 1503, segundo a genealogia inserta no códice 1031 da Biblioteca Nacional de Lisboa e anotada por Duarte Coelho de Albuquerque.

Veja-se no verso a resenha documental.

Pero Coelho, conselheiro de D. Afonso IV c. c. D. Aldonça Vasques.	*Gonçalo Pires Coelho*, 1.º Senhor de Felgueiras, c. c. D. Maria Gomes da Silva.	*Fernão Coelho*, 2.º Senhor de Felgueiras, c. c. D. Catarina de Freitas.	*Martim Coelho, o Velho*, 3.º Senhor de Felgueiras, c. c. D. Joana d'Azevedo.	*Gonçalo Pires Coelho*, 4.º Senhor de Felgueiras.	
			Pedro Coelho. Esteve com seu pai e irmão em Alfarrobeira (1449). Acompanhou o Infante D. Fernando no 2.º escalamento de Tânger (1464).	*Gonçalo Coelho*. Emissário de D. João II ao Príncipe de Jalofo, Capitão-mór da armada de 1503 ao Brasil.	*Duarte Coelho Pereira*, 1.º donatário de Pernambuco.

Segundo esta árvore genealógica, Gonçalo Pires Coelho, 4.º Senhor de Felgueiras, e Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda Real, eram ambos netos de Fernão Coelho e bisnetos de Gonçalo Pires Coelho, 1.º senhor de Felgueiras, primogénito de Pero Coelho, conselheiro de D. Afonso IV. Viveram, pois, na mesma época. Eram primos irmãos. Assim se explica que alguns genealogistas os tenham confundido, atribuíndo a Gonçalo Pires Coelho a paternidade de Duarte Coelho, 1.º donatário de Pernambuco ([52]). Mas esta confusão ainda encontra outro motivo na provável, quási certa bastardia de Duarte Coelho ([53]), senão também na de seu pai Gonçalo Coelho, pois não há certeza de Pedro Coelho ter casado, embora alguns genealogistas lhe atribuam por mulher Inês de Ataíde, sendo unânimes em dá-lo por morto no assalto de Tânger, em Janeiro de 1464, quando nesse ano êle é nomeado feitor do

---

([52]) História Genealógica da Casa Real:

Duarte Coelho Donatário de Pernambuco	**Gonçalo Pires Coelho** 4.º Senhor de Felgueiras	**Martim Coelho** 3.º Senhor de Felgueiras. Aio do Inf. D. Pedro
	Helena Martins ou Catarina Pereira	**N. N.**

Nobiliário do Abade de Perozêlo (códice da Bib. Municipal do Pôrto):

Duarte Coelho Donatário de Pernambuco	**Gonçalo Pires Coelho** 4.º Senhor de Felgueiras	**Martim Coelho** 3.º Senhor de Felgueiras
	D. Violante de Magalhães	

Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho, de Manuel de Sousa da Silva, considerado por Camilo «o mais authorisado e conspicuo genealogista do seculo»:

Duarte Coelho Donatário de Pernambuco b.	**Gonçalo Pires Coelho** 4.º Senhor de Felgueiras	**Martim Coelho** 3.º Senhor de Felgueiras
	Helena Mendes	**N. N.**

Jaboatão no *Novo Orbe Serafico Brasilico* (estância IV, § 131); Simão de Vasconcelos na *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (livro 1.º, § 100); Rocha Pita na *Historia da America Portuguesa* (livro 2.º, § 69), sustentam a filiação de Gonçalo Pires Coelho, 4.º Senhor de Felgueiras.

([53]) De uma nota de Cristóvão Alão de Morais na sua *Pedatura Lusitano-Hispanica* (códice da Bib. Municipal do Pôrto) consta o seguinte: «*Este Duarte Coelho não podia ser filho de Gonçalo Pires Coelho porque consta de seu titulo que seu pae era filho de uma Catarina Pereira, que está sepultada no convento de Corpus Christi em Vila Nova de Gaia, onde o dito Duarte Coelho tinha uma irmã freira e uma tia prioresa, irmã de seu pai, que o sustentava sendo ele rapaz, e ele era natural de Gaia, e fazendo-se umas informações a Mathias de Albuquerque, seu neto, se vieram fazer no Porto. Tinha o dito Duarte Coelho um irmão chamado João Pires Coelho, que casou no Brasil com geração. Seu pai dizem que veio de Felgueiras e que casou em Gaia e ali vivera*».

Braamcamp Freire, nos *Brasões da Sala de Cintra*, também contesta a Duarte Coelho a filiação legítima de Gonçalo Pires Coelho. Invoca para êsse juízo um argumento heráldico. Se Duarte Coelho fôsse filho legítimo de Gonçalo Pires Coelho, e portanto fidalgo de nascimento, não lhe teria dado D. João III, por carta de 6 de Julho de 1545, brasão de armas novo, completamente distinto das armas dos Coelhos, onde nem sequer figura o leão em campo de oiro faxado em três faxas xaqueteadas de ouro e azul, mas um leão aleopardado de púrpura, acompanhando a dextra de uma cruz de calvário da sua côr. Diversamente procedeu o rei com João Coelho ao conceder-lhe brasão de armas em 1542 (liv. 32, fl. 12 da Ch.). O mesmo argumento se póde invocar relativamente a Nicolau Coelho, que presumimos fôsse irmão de Gonçalo

rei em Sevilha, premiado com uma tença de 5.000 reais, e em 1468 nomeado por D. Afonso V alcaide dos montes do têrmo de Lisboa e recebedor da cisa, cargo em que foi confirmado por D. João II por carta de 6 de Junho de 1483 e em que lhe sucedeu seu filho Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda Real.

Se insistissemos em querer desatar êste nó cego, correriamos o risco de acumular sôbre o problema que nos interessa outros problemas insoluveis.

Simplifiquemo-lo, pois, à única investigação que interessa o presente capítulo.

O comandante da armada de 1503 foi Gonçalo Pires Coelho, 4.º Senhor de Felgueiras, filho de Martim Coelho, falecido anteriormente a Dezembro de 1506 ¿ou Gonçalo Coelho, filho de Pedro Coelho, escrivão da Fazenda Real, que ainda vivia em 1522?

O citado manuscrito da *Collecção de Varios Titulos Genealogicos de Familias de Portugal*, em cuja cota se atribuem as notas nêle inscritas a Duarte de Albuquerque Coelho (54), circunstância que lhe imprime uma singular autoridade, omite na biografia de Gonçalo Coelho o título de escrivão da Fazenda Real, mas apresenta-o como emissário de D. João II ao príncipe de Jalofo e capitão-mór da armada de 1503.

A referência àquela missão basta para identificá-lo com o alto funcionário do erário.

É, porém, quando se refere a Duarte Coelho Pereira, seu filho e de « . . . . . *Pereira, filha de* . . . . . » (sic), que a atribuïção do comando da armada adqüire convincente aspecto, porquanto depois de consignar que militara no reino e suas conquistas em companhia de seu pai, com quem fôra ao Brasil no ano de 1503, acrescenta: «*Segundo informação que temos dos mais antigos homẽs que alcançamos em Portugal q̃. conhecerão ao ditto Duarte Coelho ainda solteiro, destas viages q̃. elle c. seu pai fazia ao Brasil* (55) *teve tanta noticia daquella terra e conhecimento do gentio della, que acrescentando-se a sua qualidade de fidalgo honrado (q̃. este fôro tinha em Casa del Rey). ser m.to rico, e seus m.tos serviços, e satisfação q̃. el Rey D. João 3.º delle tinha, e de seu procedimento, e ainda dos serviços de seu pai feitos naquelas partes, lhe fez mercẽ da larga doação de Pernambuco*».

À margem desta passagem lêem-se no manuscrito os nomes das personagens invocadas como tendo conhecido a Duarte Coelho.

Esta inédita relação genealógica rectifica a filiação de Duarte Coelho, adoptada geralmente pelos historiadores, e apresenta-nos o comandante da armada de 1503 como sendo o pai do 1.º donatário de Pernambuco. Temos assim apurado que êle voltou ao reino antes de 1509, e presumívelmente nos fins de 1504 ou princípio de 1505, porquanto é de 1506 a carta em que D. Manuel lhe faz mercê do ofício de recebedor das cisas.

O NAUFRÁGIO DA NÁU CAPITÂNIA

ERA presunção de Vespúcio—se dérmos crédito à sua carta,—que o capitão-mór perecera em castigo da sua soberba. ¿Em que se fundava Vespúcio para lhe suspeitar o fim trágico? Não o diz o florentino, compatriota e contemporâneo de Machiavelo—que precisamente naquele tempo prestava o concurso do seu génio político e organizador ao gonfaloneiro de Florença, Pedro Soderini, destinatário da *Lettera* e adversário dos Médicis.

Capistrano procurou, como já vimos, conciliar a narrativa de Vespúcio com a tradição do regresso posterior do capitão-mór, explicando com o seu aparecimento imprevisto ou de um seu emissário a saída precipitada do florentino para Espanha. É provável que assim tivesse sucedido, mas a narrativa

Coelho, escrivão da Fazenda Real, e conseqüentemente tio de Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, muito embora lhe dêem os genealogistas, como já vimos, outra filiação.

D. Lourenço Huet, op. cit., apresenta-nos Duarte Coelho como sendo filho de Egas Coelho e neto de Pedro Coelho. Seu pai fôra à Índia «*onde servira muito bem, e voltando ao Reino trouxe muita riquesa, e depois se embarcou para o Brasil com seu filho Duarte Coelho, onde tambem servio. Não sabemos com quem casou, mas (conforme alguns) de legitimo matrimonio teve Duarte Coelho, que passou com seo Pai ao Brasil, e lhe sucedeo na grande herança que ele havia trazido da Índia (conforme alguns) pois outros dizem só que ele fôra um dos grandes Descobridores a quem El Rey D. Joam 3.º, no anno de 1534, fez mercê de dar de juro e herdade com o titulo de Capitania, 50 leguas de costa, por ele demarcadas no Brasil; e como era muito rico pôs à sua conta uma Armada de 8 velas, em que ele, sua mulher, filhos Parentes e Amigos, se embarcaram e aportaram em Pernambuco*»..... «*Outros genealogistas, porem, fundando-se em que no Livro das Moradias a fl. 23 v. se acha o seguinte:—Duarte Coelho, filho b. de Gonçalo Coelho, tomado por Fidalgo em Alvará de 25 de Janeiro de 1521, com 1.066 rs e 4 seitis—lhe negam a filiação que lhe damos acima, persuadidos de que o dito Livro das Moradias fala deste mesmo Duarte Coelho, que teve mercê das 50 leguas de terra na costa do Brasil, o que não se faz muito acreditavel pois elles mesmos dizem que seo pai Gonçalo Coelho não se sabe quem fosse, e que só constava ser natural de Gaia...*»

(54) Duarte de Albuquerque Coelho era filho de Jorge de Albuquerque Coelho, 3.º capitão e senhor de Pernambuco por sucessão de seu irmão primogénito Duarte Coelho de Albuquerque, morto em Alcácer-Kibir. Casou com D. Joana de Távora e Castro, 6.ª filha de D. Diogo de Castro, 2.º Conde de Basto, regedor da Casa da Suplicação, Presidente do Desembargo do Paço, e de sua mulher D. Maria de Távora.

(55) Estão riscadas no manuscrito as palavras: «*e de outras q̃. la fez depois de vir da India*».

de Vespúcio, tanto no que respeita a esta expedição, como à anterior, não merece fé. ¿Póde reputar-se como aceitável a versão que do episódio do naufrágio da capitânia diante da ilha de Fernando Noronha nos transmitiu Vespúcio? Pensamos que a crítica histórica, baseada nos conhecimentos geográficos, tem de condicionar quási tôda a narração da *Lettera* a objecções graves. Os acontecimentos não podiam ter-se passado como os descreve Vespúcio, *maxime* em relação à missão que, após a catástrofe, lhe teria sido confiada pelo comandante da esquadra. O exame crítico do texto vai revelá-lo à evidência.

Vinda das paragens tempestuosas de Serra Leôa, com rumo aproximadamente do susudoeste, a armada avistou a ilha pela sua banda oriental, sobrepujada pelo cone de rocha vulcânica hoje chamado o Pico, e que de longe, com os seus 1.448 pés de altura, parece uma tôrre de atalaia, vigiando o Atlântico.

Vespúcio diz que a ilha foi avistada a umas vinte e duas léguas de distância, no alto mar. Deve supor-se que êle escreveu vinte e duas milhas e que o êrro absurdo foi cometido pelo copista ou pelo editor quinhentista da *Lettera*. Dada a configuração montanhosa da ilha, iluminada pelo sol no ocaso, ela seria visível dos cêstos das gáveas a uma distância máxima de 25 milhas.

Segundo parece depreender-se do texto da narrativa, o comandante da frota, ao avistar a ilha, mandou aproar para o seu vulto emergente. Era natural que assim sucedesse, mas a existência da pequena ilha ([56]) só podia constituír surprêsa para quem não conhecesse as explorações anteriores realizadas naquelas paragens. Os cartógrafos portugueses já consignavam nos mapas de 1502 a ilha a que primeiro chamaram da Quaresma, e que, quanto é possível deduzir-se da carta de doação de D. Manuel, o cavaleiro Fernão de Loronha descobrira um ano antes daquele em que Vespúcio a avistava no dia de S. Lourenço.

Sobrevém então o desastre imprevisto e inexplicável. Conforme o que refere a *Lettera*, a náu capitânia bateu num parcel a quatro léguas da ilha e afundou-se.

Ora, em que pese aos historiadores que desde Varnhagen a Vignaud empreenderam a reabilitação de Vespúcio e juraram sôbre a veracidade das suas cartas como sôbre Evangelhos, não existem baixios ou cachopos contra os quais pudesse desconjuntar-se a capitânia, nem a quatro léguas, nem a quatro milhas de Fernando Noronha.

O mais oriental dos ilhéus adjacentes à ilha,—o das Fragatas,—situado na sua parte meridional, está dela separado por uns escassos setecentos metros. Sobrevinda a esquadra da costa africana e viajando no rumo precitado, a ilha deve ter sido abordada pela face voltada ao oriente, na sua extremidade mais setentrional. ¿Foi então nas escarpas do ilhéu da Rata ([57]) que a náu do capitão-mór sossobrou? Seria uma interpretacão inadaptável ao texto. A *Lettera* dá o naufrágio como sucedido a quatro léguas da ilha, e o ilhéu da Rata dista uma milha marítima, aproximadamente, dela, sendo o último e o maior de um pequeno grupo de rochas que se estendem ao nordeste de Fernando Noronha numa linha que é sensívelmente o prolongamento do eixo maior da ilha. Entre a Rata e Fernando Noronha contam-se os minúsculos ilhéus do Meio, Sela Gineta e Raza e arrumados a leste outros conglomerados de rochas vulcânicas, um dos quais tem o nome de S. José. Nas cartas do Almirantado Britânico estes ilhéus apresentam os nomes de Booby Island, Egg Island, Platform Island e M.t S.t Michael.

Debalde se procurará nas cartas hidrográficas menção de baixios ou penedias à distância de quatro léguas ou de quatro milhas, muito embora seja esta zona marítima das mais conhecidas do Atlântico e freqüentada por permanente navegação. Tanto do lado oriental como do lado ocidental, os maiores transatlânticos da carreira do Brasil passam livremente e continuadamente. Os parcéis em que a capitânia se desconjuntou no mar circundante e na área demarcada por Vespúcio não existem senão na sua fértil imaginação. A realidade geográfica opõe desmentido categórico aos factos narrados na carta a Soderini. Se a experiência de quatro séculos de navegação não revelou até hoje a existência do penhasco assinalado por Vespúcio, é forçoso admitir que as cousas se passaram de outro muito diverso modo.

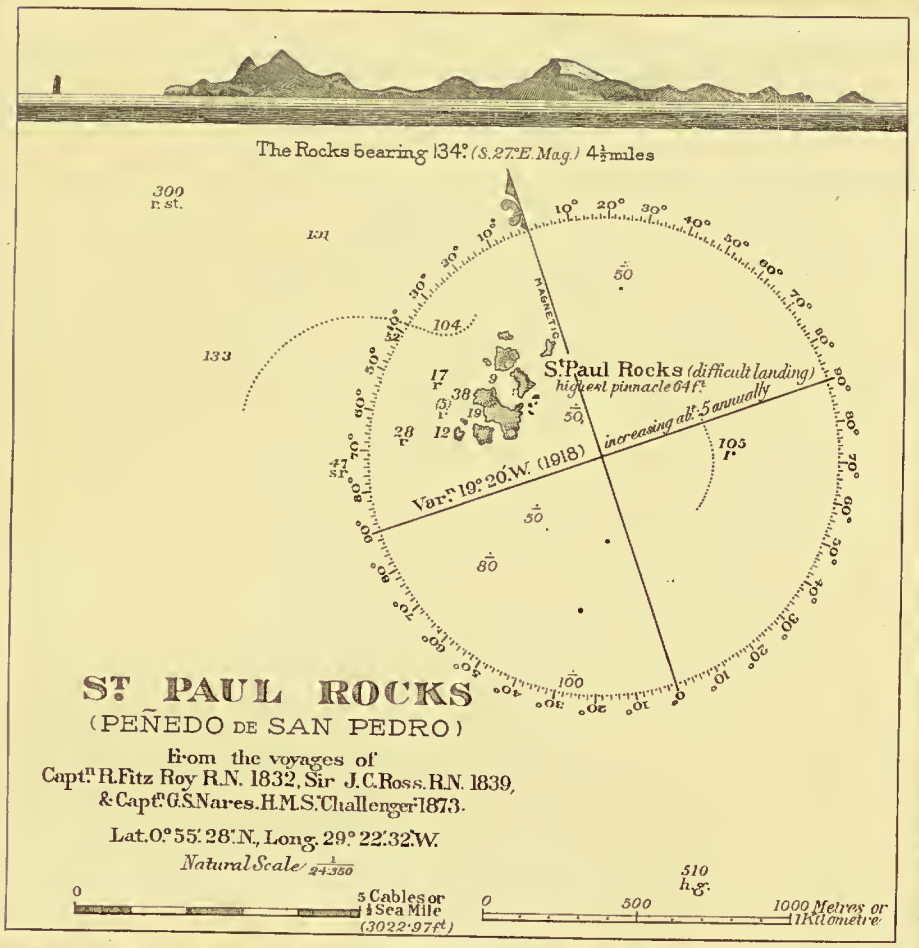
([56]) Fernando Noronha tem de SE a NE uma légua de extensão sôbre meia légua em sua maior largura. A sua área total é de cêrca de 2.630.000 braças quadradas.

([57]) O ilhéu da Rata é de fórma irregular, com cêrca de 1.500 metros de comprimento e 500 de largura. Abstraíndo dois estreitos promontórios rochosos, situados a oriente e a ocidente, a sua configuração póde representar-se por um triângulo tendo por base a margem meridional e por vértice uma ponta proeminente do lado setentrional. As suas margens são escarpadas, exceptuando uma pequenina praia coberta de grandes pedras roliças no lado meridional do promontório de leste—*Relatorio da Commissão encarregada do exame dos depositos de phosphato existentes na ilha Rata*, por Orville Derby e L. F. Monteiro de Barros, 1881.

¿O naufrágio teria sido ocasionado por temporal? ¿ou pelo embate da capitânia nos recifes da própria ilha?

Examinemos estas duas hipóteses.

Uma manobra desacertada ou prejudicada por lufada do vento sueste, comum nesta zona, quando os pilotos procurassem fundeadouro, poderia ter arremessado a náu de encontro aos parcéis do ilhéu da Rata (58), colocado no extrêmo setentrional da ilha, com a qual forma uma quási península constituída por uma série de penhascos que afloram das águas. Esta localização arbitrária do naufrágio subentende, porém, estranha imprevidência e infracção às praxes náuticas portuguesas. Os navios nunca se aproximavam dos litorais desconhecidos sem que préviamente se procedesse a sondagens, em cujo mister se empregavam os batéis e esquifes. Assim procedeu Cabral antes de fundear quer em frente do Cahy, na tarde de 22, quer na baía de Vera Cruz, na noite de 23 e na manhã de 24.



PENEDOS DE S. PEDRO E S. PAULO

Só uma tempestade conciliaria a versão do naufrágio com os sucessos posteriores. ¿Mas que motivos teria Vespúcio para ocultar a causa verídica do sossôbro da náu capitânia? Aplicando a êste problema o ponto de vista sagaz do eminente historiador Capistrano de Abreu, poder-se-ia conjecturar que para não confessar a sua culpa, Vespúcio arquitectou a versão romanesca da *Lettera*. Soderini não iria verificar *in loco* se a narrativa se ajustava à realidade geográfica. Mas o que legitimamente surpreende é reconhecer que historiadores e geógrafos da grandeza de Humboldt e da probidade de Varnhagen não

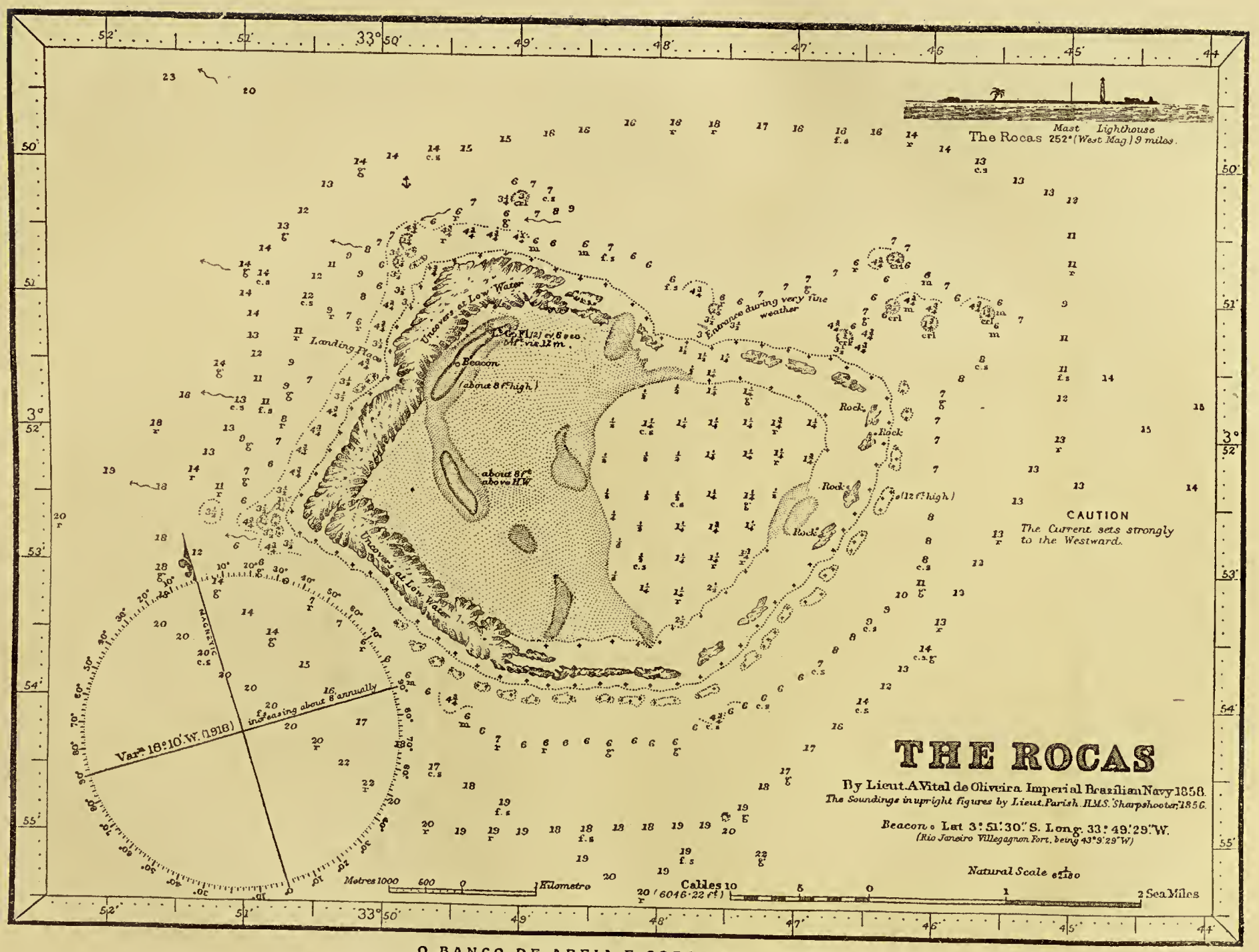
Há ainda a objectar contra esta hipótese que tôda a restante narrativa de Vespúcio seria inverosímil por ilógica no caso de haver sucedido o naufrágio da capitânia nas cercanias da ilha.

Estamos assim colocados num dilema, pois que para imprimir um vago aspecto de verosimilhança aos subseqüentes acontecimentos narrados por Vespúcio, seria preciso admitir a existência do parcel fatal... que não existe (59).

(58) Poder-se-ia figurar do mesmo modo arbitrário o naufrágio como sucedido na lage da ponta da Sapata, no extrêmo meridional da ilha. Mas a hipótese seria, neste caso, ainda mais arrojada, pois a grande lage submersa, onde aliás já se perdeu a barca francesa *Le Sire Vironné*, está situada na cauda da ilha voltada para ocidente, com pequeno afastamento de terra: O, milha 5, achando-se por conseguinte a mencionada ponta a E 1/2 SE da lage, que demora por 3° 52′ 40″ de lat. S e na longitude de 32° 29′ 30″ O de Greenwich.

(59) Devemos registar que no *Roteiro* de Manuel Pimentel (Lisboa, 1762) se encontra a seguinte passagem, que poderia prestar-se para argumento dos que sustentam a veracidade da narrativa de Vespúcio: «Ao redor desta Ilha não há baixo algum, salvo da banda de Leste affastado della que podem passar por entre elle e a Ilha náos grandes sem perigo. E a Oeste qual quer cousa mais para o Noroeste da mesma Ilha, em distancia de 15 leguas, está um baixo lançado de Noroeste Sueste, o qual é de areia, mas tem muitas pedras junto da ponta do Sueste. Este baixo medio um Piloto e achou ter de comprido 496 braças e de largo 130. É baixo perigoso porque fica no caminho quando se vem do Brasil para o Reino; está em 3 gr. 47 minut».

Supomos que o primeiro baixo a que se refere o Roteiro é o parcel dos Dois Irmãos, e o outro, a 15 léguas da ilha, é o banco de coral e areia calcárea das Rocas (3° 52′ de lat. S).



O BANCO DE AREIA E CORAL DAS ROCAS
Carta levantada pelo comandante da armada brasileira, Vital de Oliveira, e reproduzida pelo Almirantado Britânico.

constataram que os factos geográficos se opõem ao depoïmento do epistológrafo, o desmentem, revelam a sua inveracidade pela inexistência dos baixios ou fragas insidiosas onde a náu capitânia teria naufragado.

Há, sim, dois afloramentos de rochas naqueles páramos do oceano. São as penedias solitárias de S. Pedro, que as cartas do Almirantado Britânico crismaram anglicanamente de S.t Paul Rocks, situadas na latitude de 0°55′28″ N e na longitude de 29°22′32″ W. G. (60); e as Rocas, quási no mesmo paralelo da ilha, na latitude de 3°52′ S e longitude de 33°49′29″ W, com 5 1/2 milhas de extensão, e cuja ponta mais oriental fica a 83 milhas de distância de Fernando Noronha. Não foi, pois, naqueles penhascos fantásticos, nevados de guano, pouso das aves marinhas (onde no nosso tempo se deteve o vôo heróico do avião de Cabral e Coutinho), nem nas rochas de coral postadas a ocidente, entre a ilha e a costa brasileira, que sossobrou a nave do soberbo capitão.

Sendo impossível adaptar os acontecimentos narrados por Vespúcio, nas precisas condições em que êle os desenvolve, à ilha Fernando Noronha—cujos litorais anfractuosos detidamente contemplámos do mar, quer vindo do arquipélago de S. Vicente, pela sua face oriental, quer navegando da costa do Brasil, no rumo do arquipélago das Canárias, pela sua face ocidental (61), a inveracidade da narrativa ressalta, irrefragável.

Não é crível que Vespúcio tenha permanecido oito dias na ilha Fernando Noronha sem avistar a frota de qualquer de suas numerosas eminências. Na sua maior largura, a ilha mede pouco mais de dois quilómetros, desde os ilhéus dos Gémeos à ponta do Fumo. Das suas colinas (Morro Francês, Atalaia Grande, Atalaia Pequena, Morro Branco, Bôa Vista, Porteira, Curral, Alto dos Cajuzeiros, etc.) contempla-se livremente o oceano em tôda a circunferência do horizonte. ¿Como é, pois, que Vespúcio, mandado pelo capitão-mór à procura de um ancoradouro, perdeu de vista a esquadra?

Questão prévia a examinar é a do fundeadouro. ¿Em que enseada teria surgido Vespúcio com a sua náu?

Do lado da África, a ilha não apresenta nenhum fundeadouro com as requeridas condições de segurança para um navio de 150 a 200 toneladas de porte. Não só as pequenas angras são de pouco fundo e semeadas de cachopos, como também êsse lado da ilha é quási constantemente batido pelo sueste, que faria garrar a náu, lançando-a contra o fraguedo. A baía da Esponja, a norte da ponta de Leste, se é certo possuír um minúsculo recôncavo abrigado, não apresenta, todavia, as condições necessárias de profundidade. A baía do Algodoeiro, entre as ilhotas dos Sinos e dos Patos, apresenta os mesmos inconvenientes e está desabrigada dos ventos. Mais abaixo há um recôncavo resguardado do sueste pela Ponta do Fumo, mas de entrada difícil e fundos alternando entre 1 1/4 braças e 5 braças, inçados de parcéis onde o mar rebenta (62).

Provávelmente, a náu de Vespúcio surgiu na baía de Santo António, na extremidade N. E. da ilha, situada a uns 2.500 metros do ilhéu da Rata (63).

Da náu aí ancorada não se avistaria a frota, que devia pairar do outro lado da ilha, e se Vespúcio a contornou pelo sul até encontrar fundeadouro propício o percurso seria bem de quatro léguas desde a ponta Tamoio à baía de Santo António. Procurámos a hipótese mais favorável à interpretação verosímil do texto, mas êste não resiste às objecções que imediatamente ocorrem ao analista. Depois de ancorada a náu, bastaria subir a um dos cómoros perpendiculares ao fundeadouro para se abranger com a vista o oceano circunjacente. Enviado pelo capitão-mór à procura de ancoradouro para a frota, era natural, senão obrigatório, que Vespúcio postasse atalaias nos montes circunvizinhos para assinalar à armada o surgidouro. Isolada nas solidões atlânticas, das colinas de Fernando Noronha avista-se o oceano para todos os pontos do quadrante. ¿Como é que Vespúcio não viu mais a frota? Se o capitão-mór o enviara à procura de fundeadouro, esperaria pelo resultado da comissão. Não é

(60) Grupo vulcânico com cêrca de 1/4 de milha de extensão e 64 pés de altura em maré alta, visível a 8 milhas. Situadas no limite norte da corrente eqüatorial, estas penedias ficam, para um veleiro do século XVI, a cêrca de dois dias e meio de navegação da ilha de Fernando Noronha.

(61) A última vez que passámos à vista da ilha Fernando Noronha foi no dia 28 de Novembro de 1921, viajando no *Limburgia*, podendo então observar, à distância de 2 milhas, tôda a face ocidental da ilha, desde a ponta Negra à de S.ta Maria: observação que nos facultou o comandante do grande transatlântico holandês, sr. G. J. Welddkamp.

(62) Foi talvez nesta enseada que surgiram os caravelões que Matias de Albuquerque mandou em 1629 à ilha Fernando Noronha, sob o comando de Ruy Calaza Borges, para desalojar os holandeses.

(63) «Abreast Pico and citadel the anchorage is said to be quite safe during the months of June, July, August and September, with south=east and east winds, but at others times the wind is occasionally from N. E., when anchorage in or near San Antonio bay, south of cloven rock, is recommended». *The South America Pilot*, Part I. *North=East and East Coasts of South America from Cape Orange to Cape Virgins*. London, 1911 (6.ª edição), pág. 160.

FERNANDO NORONHA

From a French Sketch survey of 1760, published in 1852.
with Additions and Corrections by Staff Comr T. Pounds, H.M.S. Bristol 1871.

Pico Lat. 3° 50' 10" S. Long 32° 25' 30" W.

Natural Scale 33/280

Cables 10 5 0 1 2 Sea Miles
(6046·20 Ft.)

Metres 1000 500 0 1 Kilometre

Var^n 18° 40' W. (1918) — increasing about 7' 30" annually

Apparently Foul Ground

Light obscured

Rocky patch on which the sea 10 sometimes breaks

Os Irmãos (The Brothers)
Rocks uncovering at L.W.

Ilha dos Sinos (Las Clochers)
Remarkable Peak

Ilha dos Sinos (Las Clochers)

Pico Fernando Noronha 212° (S. 51° W. Mag.) 12 miles

Les Clochers or Ilha dos Sinos

View of the Island Pico bearing 144° (S 17° E Mag.) 4 miles

View of the Island from the Anchorage

CAUTION

This plan has been compiled from incomplete surveys; the relative bearings of several salient points are reported to be incorrect; caution must therefore be used in navigating by this plan

The Current *commonly sets strongly to the Westward, for which due allowance must be made in rounding Ilha Rata.*

Longitude 32° 25' West from Greenwich

A ILHA DE FERNANDO NORONHA
(CARTA DO ALMIRANTADO BRITÂNICO)

crível que voluntàriamente abandonasse um navio quando acabava de perder outro, desfalcando assim a armada em duas das suas seis unidades.

O que parece depreender-se é que Vespúcio, durante a confusão originada pelo naufrágio, se refugiou num pôrto da ilha, prosseguindo os outros navios, desarvorados, para o sul.

A tempestade devia ter tresmalhado a frota, pois só assim se explica ter sido, dias depois, avistada da ilha uma das náus dispersas pelo temporal.

Vespúcio podia ter sido impelido pelos ventos para as vizinhanças da ilha, sem que a sua vontade nisso houvesse participado. A sua culpa consistiria nesse caso em não se ter esforçado por descobrir o paradeiro e rumo da frota. Aguardando na ilha que a providência lha trouxesse, Vespúcio teria incorrido no delicto grave de deserção.

A conjectura da tempestade adqüire vulto se examinarmos o que poderia ter originado a convicção de Vespúcio relativamente à perda dos restantes navios. ¿Em que fundava êle a lúgubre profecia? ¿Porque não haveria o capitão-mór de regressar a Portugal se êle, Vespúcio, conseguira voltar são e salvo? A demora no retôrno seria insuficiente motivo para o vaticínio. Se dérmos crédito a Vespúcio quanto ao mobil da expedição, de procurar a passagem para Malaca, plenamente se justificaria a demora... Aliás, na estação do ano em que a armada navegava, as tempestades são freqüentes nas paragens da ilha Fernando Noronha (64). Também na região vulcânica, situada nas cercanias do eqüador, teem sido assinalados maremotos, e os navios apanhados no oceano por uma convulsão sísmica sofrem choques semelhantes ao embate numa rocha ou banco de areia (65). Esta particularidade serviria para explicar o êrro de Vespúcio, mas parece-nos dever ser excluída de entre as hipóteses interpretativas da versão da *Lettera*, pois que tôda a armada, navegando de conserva, haveria sido atingida pelo mesmo fenómeno.

Limitados, pelo que respeita à expedição de 1503, à breve referência de Damião de Góis e ao depoïmento confuso de Vespúcio, torna-se difícil para os historiadores pronunciarem-se sôbre os seus objectivos e conseqüências. A análise da quarta viagem da *Lettera* não autoriza a crer que ela se destinasse à circunnavegação da América, mas à exploração geográfica e comercial do Brasil.

A armada de 1503 era, possívelmente, a expedição anual de seis navios estipulada no contracto de arrendamento de Santa Cruz ao cavaleiro Fernão de Loronha e seus sócios. O ter sido seu comandante Gonçalo Coelho nada tem que deva surpreender, pois o cargo de Escrivão da Fazenda colocava-o em relações seguidas com os arrendatários dos impostos e concessões do Estado, e do seu trato com Fernão de Loronha sabemos ao certo, pois o seu nome figura na qualidade de testemunha em um documento cujo teor será publicado no próximo capítulo.

A proeminência a que alguns historiadores elevaram Vespúcio, apresentando-o como o *descobridor* de grandissima parte do litoral brasileiro, prova-se indevida pelo exame atento dos textos. Verifica-se que a costa do Brasil, a contar, pelo menos, de 3º de latitude S. até às proximidades de Santos, foi activamente explorada por diversas e sucessivas frotas portuguesas, tanto oficiais como particulares, no primeiro lustro do século XVI.

Duas expedições, pelo menos, entre Maio de 1500 e Setembro de 1502, tinham aplicado ao actual (?) cabo de Santo Agostinho os nomes de S. Jorge e S.ta Cruz. Até Agosto de 1503, a ilha Fernando de Noronha fôra sucessivamente baptizada com os nomes de Quaresma, S. João e S. Lourenço (66). Diversas expedições tinham abordado ao litoral, distribuíndo nomes às angras, baías e cabos. Capistrano

(64) «The wet season at Fernando Noronha prevails from March to about the middle of July, during which time it rains heavily night and day. In the first three months of the rainy season thunder and light=ning is common, and heavy surfs prevail, especially at Rat island». *The South America Pilot*, pág. 161.

(65) «Numerous instances have been reported of vessels having struck rocks or sandbanks, in the neighbourbood of the equator, between the meridians of 18º and 25º W., and even so far West as St. Paul rocks. It is now known that the effect of an earthquake at sea is to give a shock to a vessel similar to that felt when striking a rock or sandbank; many cases of vessels making these reports have been investigated to confirme this». Op. cit. pág. 161. Todavia, nas proximidades de Fernando Noronha não consta tenham sido assinalados quaisquer movimentos sísmicos.

(66) O facto de não figurar a escassa nomenclatura de Vespúcio na carta padrão, sôbre a qual deve conjecturar-se foram executadas as cartas de Cantino e Canerio, parece-nos provar o carácter particular das expedições de 1501 e 1503. Como vimos, o cabo de Santo Agostinho não aparece em qualquer das duas, e a ilha avistada em 10 de Novembro de 1503, dia de S. Lourenço, só é citado com o nome de mártir no *Esmeraldo*, de Duarte Pacheco. Isto indica que a nomenclatura de Quaresma e S. João procedem de descobrimento anterior, embora a designação do *Esmeraldo* confirme indirectamente a passagem da quarta viagem da *Lettera*, relativa ao descobrimento da ilha Fernão de Noronha pela frota de 1503.

de Abreu admite que algum dos navios da armada de 1503, depois do naufrágio da capitânia à vista da ilha de Fernando de Noronha, tenham procedido à exploração da costa ao norte do Cabo de S. Roque em direcção ao Eqüador ([67]). A cartografia revela-nos que por essas paragens—aliás pouco tentadoras para os navegadores pelo aspecto de desolação que as dunas imprimem ao litoral,—andou o insigne João de Lisboa, mas é ainda difícil fixar o ano em que o grande pilôto percorreu as regiões sub-eqüatoriais, no espaço entre 0° e 5° de Lat. S. O que, porém, parece poder concluír-se do exame crítico das duas expedições narradas por Vespúcio é que a êle não pertence a exploração da costa a partir do cabo de Santa Marta, consignada no mapa de Canerio. Outras expedições, anteriormente a 1505, foram pois ao Brasil, como dá a entender o relatório de Leonardo Chá de Masser, e como se prova pelos consideráveis vestígios que elas deixaram na cartografia. Capitães, cosmógrafos, mercadores, em sucessivas armadas, desciam a costa oriental do Novo Mundo, avançavam para as regiões mais benignas do Rio Grande do Sul e do Rio da Prata. Nessa onda de ambições que rola sôbre as vagas do Atlântico austral, Vespúcio é apenas um homem como tantos outros, um homem da Renascença, fascinado pelos mistérios da Natureza, ávido de fama e de lucros.

([67]) *Breves traços da história do Brasil*, a pág. 25.

CAPÍTULO XI

O COMÉRCIO DO PAU BRASIL

POR

ANTÓNIO BAIÃO

O COMÉRCIO DO PAU BRASIL

I—EVOLUÇÃO DO NOME DE VERA CRUZ EM SANTA CRUZ E BRASIL

OS mais antigos documentos referentes ao Brasil, isto é, as cartas de Caminha e Mestre João, datadas ambas de 1 de Maio de 1500, chamam respectivamente à nova região *ilha de vera Cruz* e *Vera Cruz*. Tal é pois, indubitávelmente, a primitiva nomenclatura geográfica, que ainda se depara na notícia mais moderna de João de Empoli.

Êste florentino, feitor de uma náu portuguesa armada por conta de Marchione, seu patrício, mas armador em Lisboa, foi na armada do capitão-mór Afonso de Albuquerque, que levantou ferro a 6 de Abril de 1503, e narrou a sua viagem publicada por J. B. Ramusio e traduzida no tômo II da *Colecção de noticias para a história e geografia das nações ultramarinas*. Aí conta como «*nos achámos muito engolfados na altura da terra de Vera Cruz ou Brasil, descoberto alguns anos antes por Americo Vespucio* (1), *da qual se tira grande quantidade de canafistula e de pau brasil; e não achámos mais nada de valor*» (2).

A narração do florentino, embora nada verídica quanto ao descobridor do Brasil, apresenta-nos já, ao lado da primitiva, a definitiva nomenclatura.

Ao baptismo da terra recém-descoberta presidiu evidentemente ponderosa razão de ordem mística. ¿Seria o eco dessa tocante cerimónia narrada por Caminha de chantar a «*cruz, para seer milhor vista* na praia além-Atlântico: a cruz, símbolo da religião professada com ardor pelos portugueses de então...?

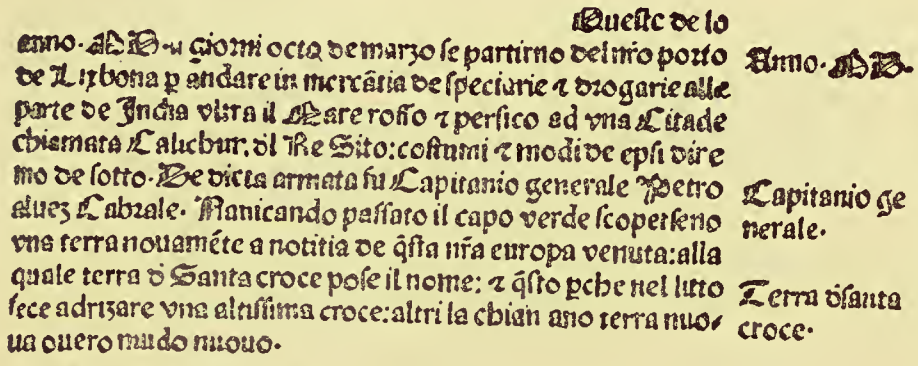
À mesma cerimónia se refere D. Manuel em duas cartas ao rei de Castela, cujos originais se desconhecem e das quais nos chegaram três versões.

Uma delas é a impressa em Roma, no ano de 1505, em língua italiana. As notícias desta carta abrangem as expedições de Cabral, João da Nova, Vasco da Gama, Lopo Soares e D. Francisco

(1) Esta atribuïção a Vespúcio do descobrimento do Brasil por um florentino, empregado dos Marchiones, dá singular fôrça à conjectura de que Américo Vespúcio foi contratado pelos poderosos armadores seus patrícios. O mutismo oficial e dos cronistas deixa entender que êle não exerceu na armada de 1501 cargo de nomeação régia. Tudo parece indicar que viajou num navio mercante armado por Bartolomeu Marchione.

(2) Êste mesmo João de Empoli vai, segundo parece, na náu *Belem* para Cambaia em 1515 (Corpo Cronológico, da Tôrre do Tombo, p.te II, m. 62, n.º 36). Em 25 de Fevereiro do mesmo ano havia-o o Pontífice recomendado a D. Manuel pelo breve *Accepimus dilectum filium*.

de Almeida (3). Aí se lê: «*alla quale terra d'Santa croce pose il nome; e questo per che nel litto fece adrizare una altissima croce...*» (4).


Queste de lo
anno. MD. a giorni octo de marzo se partirno del nro porto
de Lixbona p andare in mercãtia de speciarie ⁊ drogarie alle
parte de India vltra il Mare rosso ⁊ persico ad vna Citade
chiamata Calichur: dl Re Sito: costumi ⁊ modi de epsi dire
mo de sotto. De dicta armata fu Capitanio generale Petro
aluez Cabrale. Nauicando passato il capo verde scopersene
vna terra nouaméte a notitia de q̃sta nr̃a europa venuta: alla
quale terra d Santa croce pose il nome: ⁊ q̃sto pche nel litto
fece adrizare vna altissima croce: altri la chian ano terra nuo-
ua ouero mudo nuouo.

Anno. MD.

Capitanio generale.

Terra d'santa croce.

Passagem fac-similada da edição princips, romana, (1505) da carta dirigida por D. Manuel ao rei Fernando de Castela.

A versão espanhola da carta de D. Manuel, datada de 29 de Julho de 1501, dada a publico por Navarrete (5), diz apenas: «*la qual puso nombre de Santa Cruz*».

A versão portuguesa da mesma carta é um traslado coevo dos arquivos do Estado, em Veneza, publicada em 1890 por Belgrano (6), fac-similada em 1906 por Eugénio do Canto, e reproduzida de págs. 155 a 168 do presente volume. É o mesmo texto da versão espanhola com a única variante da data, que aparece sendo 28 de Agosto de 1501, e nela se lê, tal qual na tradução castelhana: «*a que pôs nome Santa Cruz*».

Se fôra possível autenticar a carta de 1505, teriamos oficialmente declarada a orígem do nome de Vera Cruz. Todavia, a carta de 1501, que reüne maiores condições de autenticidade, e também a carta de Caminha não elucidam êste ponto, dando margem às duas hipóteses: de haver o baptismo da terra precedido a cerimónia do hasteamento da cruz, como conjectura o sr. Lopes de Mendonça, ou ser conseqüência dessa cerimónia. De qualquer modo, parece-nos haver íntima correlação entre os dois factos. Ligando-os, afastamo-nos da versão de Varnhagen e de frei Vicente do Salvador, encostando-nos de preferência às cartas de Caminha e D. Manuel.

Varnhagen diz-nos que Cabral, dando o nome de Vera Cruz à nova terra, pretendeu comemorar a festa que a igreja ia celebrar (7). Capistrano de Abreu corrige-o aventando que Cabral para isso atendeu à cruz da ordem de Cristo, que figurava na bandeira dada pelo próprio rei na hora da partida.

Muito antes de Varnhagen, frei Vicente do Salvador, que desconhecia a carta de Caminha, escreve: «*O dia que o capitão-mór Pedro Alvares Cabral levantou a cruz era a 3 de Maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Christo Nosso Redemptor morreu por nós, e por esta causa poz nome á terra que havia descoberto de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos annos*» (8).

Há nesta passagem duas inexactidões: na data do baptismo e no nome da neófita. Nem 3 de Maio, nem Santa Cruz.

Êste ponto histórico, embora de pouca monta, tem de ser visto hoje à luz das cartas de Caminha e de D. Manuel, e do seu cotejo se conclui que, por inspiração religiosa, Cabral mandou arvorar uma cruz na praia (9), designando o próprio sitio em que devia ficar, e chamando-lhe Vera

(3) Não há na carta referência expressa à armada dos dois Albuquerques, em 1503. A expedição de António Saldanha é apenas citada incidentalmente. O texto italiano e a sua tradução por Prospero Peragallo, acompanhada de notas e comentários, acham-se publicados nas *Memorias* da Comissão portuguesa do Centenário do descobrimento da América, Lisboa, 1892. Da arqui-rara edição *princeps* de 1505 fêz Eugénio do Canto uma reprodução fac-similada.

(4) Castanheda sôbre o mesmo facto assim se exprime: «*Nesta terra mandou Pedralvares metter um padrão de pedra com uma cruz, e por isso lhe pôz nome terra de Santa Cruz, e depois se perdeu este nome e lhe ficou o de Brasil por amor do pau-brasil*». *Hist. da India*, liv. I, cap. 31.

(5) *Colleccion de los viages*, tômo III, págs. 94 a 101 dos *Documentos de los viages menores*. Veja-se a nota de pág. 167 do presente volume, em apêndice ao cap. VII.

(6) *Bolletino della Societá Geográfica Italiana*, Série 3.ª, vol. III, págs. 271 e seg.

(7) *Historia Geral do Brazil*, 3.ª edição, pág. 119.

(8) *Historia do Brasil*, por Frei Vicente do Salvador. Edição revista e anotada por Capistrano de Abreu. 1918, pág. 15.

(9) No resumo do *Diario* de Colombo, escrito por Las Casas e publicado por Navarrete, na relação dos sucessos referentes a 16 de Novembro de 1492, lê-se: «*Porque en todas las partes, islas y tierras donde entraba dejaba siempre puesta una cruz, entró en la barca y fue á la boca de aquellos puertos, y en una punta de la tierra halló dos maderos muy grandes, uno mas largo que el otro, y el uno sobre otro, hechos una cruz, que diz que un carpintero no los pudiera poner mas proporcionados: y adorada aquella cruz, mandó hacer de los mismos maderos una muy grande y alta cruz*».

Vê-se que a cerimónia de Vera Cruz tinha precedentes. Colombo, oito anos atrás, inaugurara no Novo Mundo a prática portuguesa da implantação do sinal do cristianismo. Na relação referente a 12 de Dezembro lê-se no *Diario* do descobridor da América: «*No partió aqueste dia por la misma causa del viento contrario dicha. Puso una gran cruz á la entrada del puerto, de la parte del Oueste, en un alto muy vistoso, en señal (dice el) que vuestras Altezas tienen la terra por suya, y principalmente por señal de Jesu cristo nuestro Señor, y honra de la cristiandad...*»

Na sua 2.ª viagem, Colombo baptizou com o nome de Santa Cruz a ilha de Hyay, uma das Caraïbas, onde chegou a 4 de Novembro, e com o nome de Monte Cristo uma montanha junto ao rio de Santiago. Na 3.ª viagem, tomou posse da terra de Pária mandando erguer uma cruz.

Cruz, nome que no seu regresso o rei transformou em Santa Cruz (10). Aliás, o uso de hastear uma cruz nas terras descobertas era antigo. Datava do tempo do infante D. Henrique. Por Santa Cruz nos aparece pois designada pelos cronistas Castanheda, Góis e Osório, e oficialmente *terra de Santa Cruz* na doação a Fernão de Loronha, em 24 de Janeiro de 1504, cuja confirmação chegou até nós (11).

João de Barros chama-lhe, referindo-se à viagem de Fernão de Magalhães: «*Nossa provincia de Santa Cruz, que vulgarmente chamam Brasil*».

Por *Terra S. Crucis* é designada no portulano 2803 de Egerton (12). Em 1887 publicou o

Figure des Brisilians.

Costumes dos primitivos habitantes do Brasil segundo uma estampa do livro "*Une fête brésilienne célébrée a Rouen en 1550*".

dr. E. F. Hamy um artigo intitulado *Notice sur une mappe-monde portugaise anonyme de 1502, recément découverte à Londres* (13), acompanhado do fac-simile do planisfério. Nêle se lê muito claramente *Terra Sctẽ Crucis* designando o Brasil. Anterior é o planisfério português mandado por Alberto Cantino ao duque Hércules d'Este, a cujo desenvolvido estudo foi dedicado o cap. X do presente volume, e no qual a terra recém-descoberta é ainda denominada Vera Cruz.

Aí se vê já um *rio de brasil*, o que parece indicar o achado do pau brasil nesse local, nas

(10) Semelhante é o facto narrado pelos *Comentarios*, de Afonso de Albuquerque ter mandado colocar *huma cruz grande e muito alta que se fez de hum mastro e poz-lhe nome Ilha de Vera Cruz*, numa ilha situada na bôca do estreito de Bab-el-Mandeb. Pág. 257 do III vol. da 4.ª edição. Coímbra, Imprensa da Universidade.

Certo é que Cabral, por não trazer na armada padrões dos instituídos por D. João II, obedeceu à antiga tradição. Desde o tempo do Infante, os navegadores «iam marcando a passagem ao longo da costa africana levantando cruzes de madeira, sinais simbólicos de suzerania». Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, a pág. 76.

(11) Tôrre do Tombo, *Doações de D. João III*, livro 37, fols. 152.

(12) Reproduzido entre págs. 18 e 19 de *Les origines de la cartographie portugaise*, de Denuce. Gand, 1908.

(13) N.º 4 do *Bulletin de Geographie historique et descriptive.*

proximidades do fundeadouro da esquadra descobridora, e presumívelmente pela expedição de 1501. Note-se, o achado do pau brasil nas terras ocidentais remontava, pelo menos, à 2.ª viagem de Colombo (14).

Tentaram identificar êste rio Cândido Mendes na sua Introdução ao *Direito Mercantil* do Visconde de Cayrú; Orville Derby numa monografia publicada na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo;* e J. C. Gomes Ribeiro, ao tempo bibliotecário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que lhe dedicou um estudo publicado na *Revista Americana* do Rio de Janeiro com o título *Um problema histórico-geográfico.*

Gomes Ribeiro identifica o *rio de brasil* do planisfério de Cantino com o actual rio Pitanga. «*A circunstância de caracterisar-se um tal rio, perante os navegadores, pela riqueza da sua produção em pau brasil, inspirando isso o seu nome, não podia deixar de, por sua vez, actuar também no espírito dos indígenas, levando-os a dar-lhe uma denominação de igual significado, sabendo nós como procediam estes, sempre atentos aos factos ou objectos mais impressionantes, ao dar qualquer denominação às localidades ou acidentes geográficos, como rios, lagos, montanhas, etc. Ora, em Tupy, o pau brasil era conhecido por* **Ibirapitanga,** *de* **Ibirá** *(pau) e* **Pytã** *(vermelho). No ponto exacto da localização do rio Brasil coloca B. Rohan no seu mapa demonstrativo da derrota de Cabral* (15) *o rio Pitanga, que Moreira Pinto denomina Ipitanga e outros Ibipitanga. Está êle situado, segundo Moreira Pinto, junto à vila de Trancoso, bem perto de Pôrto Seguro actual, e não longe do antigo. Pensamos pois que é êsse rio Ibipitanga que corresponde ao rio Brasil (isto é, do pau brasil) antigo, tendo-se alterado o seu nome primitivo, Ibirapitanga, para Ibipitanga e depois para Ipitanga, por efeito da conhecida lei filológica do menor esfôrço. O silêncio de Gabriel Soares sôbre tal rio não póde invalidar sua existência, atestada por Aires do Casal e outros. O facto, estranho à primeira vista, da antecedência do nome europeu Brasil sôbre o indígena Ibirapitanga, explica-se perfeitamente, porque, como diz Cândido Mendes:* «*na nomenclatura de tais não se lêem os nomes indígenas, que os nautas ignoravam, e foram depois aplicados, fazendo esquecer os primitivos e estabelecendo confusão* (16). *Por analogia vêmos o rio de Canafistula, assim nomeado por Américo Vespúcio, tomar depois outros nomes, entre os quais o indígena de Cotinguiba ou Japaratuba (Orville Derby cit.)*».

Quer se aceite ou regeite a solução de Gomes Ribeiro, o facto indiscutível é que no primeiro e mais antigo mapa português do Brasil, composto em 1502 com o resultado das expedições de Cabral e Gaspar de Lemos, da armada de 1501 e da de João da Nova no mesmo ano, figura já, próximo da designação mística de Vera Cruz, a palavra *brasil,* que haveria de aplicar-se à terra.

As expedições mercantes, inicialmente ocupadas no comércio do pau brasil, tiveram pois influência decisiva na nomenclatura geográfica.

Isto, porém, não sucedeu sem resistência. Os documentos oficiais e cartográficos continuaram designando por Santa Cruz o novo domínio da coroa portuguesa, muito embora os mercadores e as tripulações dos seus navios lhe chamassem já *terra do brasil.*

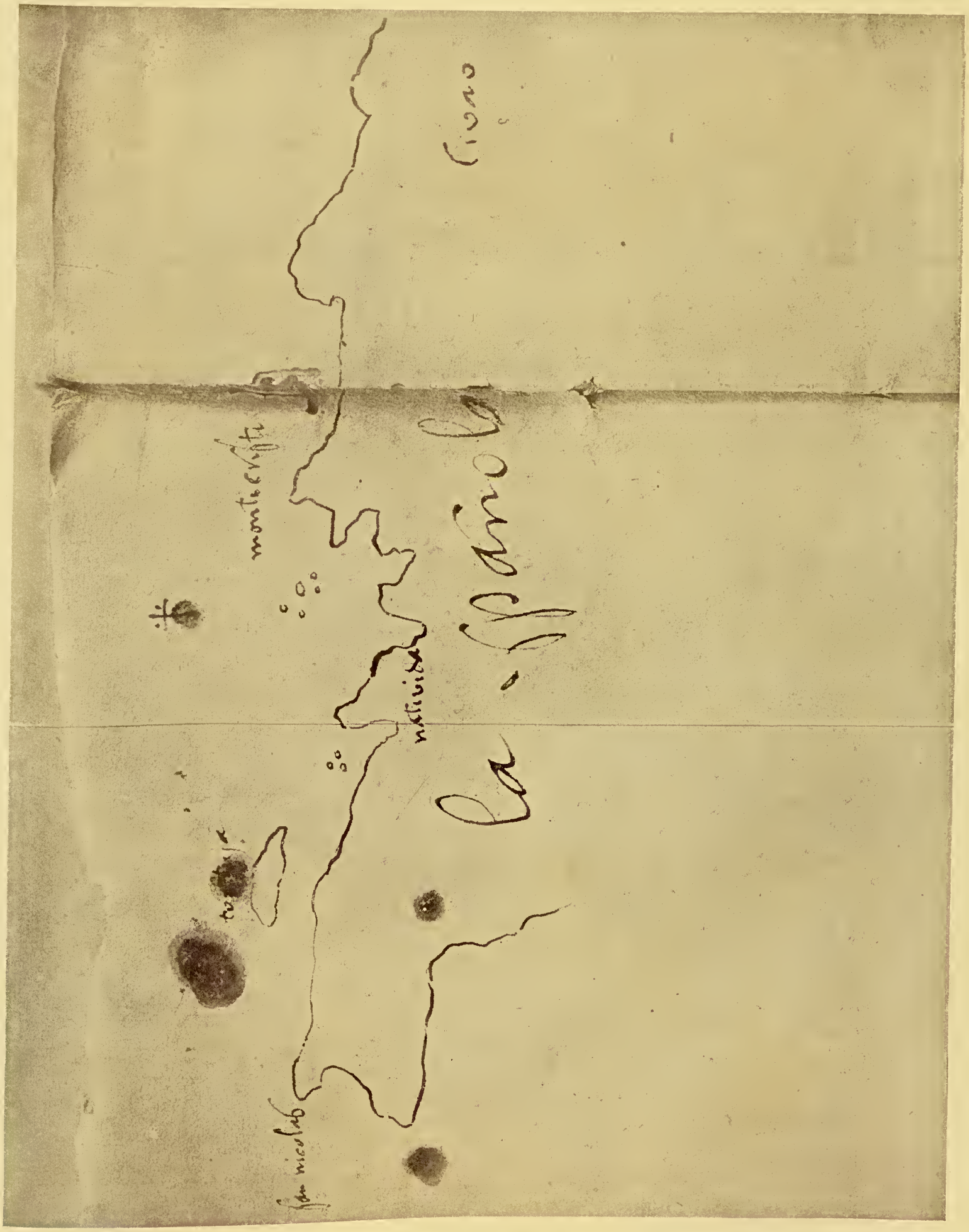
Na edição de Ptolomeu de 1508, o novo domínio é designado por *Terra Sanctae Crucis,* e na legenda se diz que os portugueses dali exportavam o pau brasil, também chamado *verzini.* A edição de 1511 (Veneza) conserva a mesma nomenclatura, mas já no mapa-mundo de Jerónimo Marini a América austral aparece, nesse mesmo ano, denominada Brasil.

Vejamos agora o que sucedia nos documentos oficiais.

No Regimento dado a D. Francisco de Almeida, em 5 de Março de 1505, lê-se:

«*... E tomando a dita agoa na costa de Bezigiche se pellos tempos vos não servirem tevesseys ao diante necesidade dalguma mais augoa q̃ esperamos em Noso Sôr q̃ nam seja porem acontecendo q̃ asy fose se vos achasseis pello*

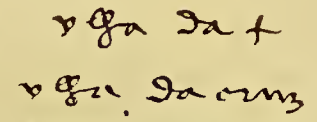
(14) «... trajo (Colombo) a los reys muchos granos de oro, y algunos de a quince y veinte onzas; grandes pedazos de ambar cuajado, infinito brasil y nácar...». *Historia General de las Indias,* de Lopez de Gómara. Cap. XX.
Também Vespúcio na carta de 18 de Julho de 1500 (escrita no regresso da expedição de Hojeda, que partira de Cadiz a 18 de Maio do ano anterior), descrevendo a ilha dos Gigantes diz que a maioria das suas árvores são de *brasil,* tam bom como o do Oriente. Informa ainda na mesma carta que nas casas dos indígenas, em Venezuela, tôdas as vigas são de madeira de brasil, e que lá havia tanto algodão e brasil que se poderiam carregar quantas caravelas e navios havia no mundo. Na carga da expedição figuravam os toros de *brasil,* conquanto em menor porção que os escravos.
(15) *Atlas do Brasil,* do Barão Homem de Melo.
(16) Cândido Mendes, op. cit. pág. 194.



Fôlha do caderno de bordo de Cristóvão Colombo, adqüirido pela Duqueza de Berwick e de Alba e fac-similada em *Nuevos Autógrafos de Cristóbol Colon*, Madrid, 1902.

A cruz que se vê no manuscrito parece indicar a que levantou Colombo no pôrto de *La Concepción*, a 12 de dezembro de 1492, segundo a referência de Las Casas *(Navarrete*, t. I, pág. 236; *Raccolta*, t. I, pág. 61): «*puso una gran cruz á la entrada del puerto de la parte del oueste en un alto muy vistoso en señal, dice él, que Vuestras Altezas tienen la tierra por suya...*»

caminho q̃ fizeseis tam cheguado a ylha da † poderes vyr a ella e hy tomar a augoa e lenha q̃ vos cumprir e ahy fazerdes loguo vosso caminho em boôa ora sem mais detença. E neste caso de yrdes a dita ylha ou nam deixamos a vos q̃ façaes o q̃ mais nosso serviço vos parecer segundo ha necessidade q̃ da dita agoa teverdes porque quando ha nam ouvesse e fosseis abastado da dita agoa vos poderdes prober allẽ do dito cabo avereis por escusado tomardes a dita ylha da Cruz por nam fazerdes em vosso caminho demora sem necessidade» (17).



Fac-simile da nomenclatura *ylha da †* e *ylha da cruz*, segundo a grafia quinhentista.

Já no regimento dado a João da Nova se lhe chama *ilha da cruz*. Aquele mesmo parágrafo, com ligeiras variantes, encontra-se nas instruções datadas de 1507, dadas a Fernão Soares (18), e igualmente se encontra no regimento de uma viagem à Índia, cuja data é desconhecida e publicado na edição das *Cartas de Afonso de Albuquerque* (19).

Mas outra muito diferente designação nos aparece por esta mesma época, principalmente adoptada por estrangeiros.

Giovanni Matteo Cretico, agente de Veneza em Lisboa por ocasião do regresso de Álvares Cabral em Julho de 1501, em carta de 27 do mesmo mês, chama à região recém-descoberta *la terra degli papagá*, no globo de Schöner (1520), a América do Sul aparece com a legenda *America vel Brasilia sive papagalli terra*, também no Ptolomeu de 1522 aparece-nos o Brasil designado como *Terra papagalli*.

Passando do reino animal para o vegetal, vamos encontrar a designação que ligeiramente modificada veio a tornar-se definitiva e perdurar através os séculos, na nomenclatura derivada da maior fonte de riqueza e de exportação primitivas.

Com efeito, no *Livro da Náo Bertôa*, manuscrito datado de Fevereiro de 1511, já a região nos aparece designada como *Terra do brasill*, e até *ho brasill*. Também por *Terra do Brasill* é designada em 1 de Abril de 1512 por Afonso de Albuquerque na célebre carta dirigida a D. Manuel, em que diz mandar-lhe um mapa—que por sinal desapareceu—feito por um pilôto de Java, no qual figura a terra do *Brasill* (20). Já antes Duarte Pacheco, no *Esmeraldo*, lhe déra igual designação (21). Oficialmente, encontrámo-la na carta de D. Manuel a Fernando, de Castela, datada de 6 de Setembro de 1513, onde lhe chama «*a nossa teera do Brasill*» (22). Por *Terra Brasilis* e *Regio magni brasilis* é ainda designada na carta dos Reinel, reproduzida no livro já citado de Denucé. Bem assim na carta de 22 de Janeiro de 1518, escrita de S. Domingos ao rei de Castela pelo Ld.º Alonso Inago e publicada em Torres de Mendoza (23), faz-se referência às *terras firmes del Brasil*. No mapa do Visconde Maiolo (1527) aparecem as duas designações, a antiga e a moderna: *Terra Sante Crusis de lo Brasil e del Portugall*.

No mapa de Diogo Ribeiro (1529) encontramos a designação simplificada, embora não completamente, de *Tierra del Brasil* (24). E assim também no *Diario* de Pero Lopes de Sousa, dado à estampa em 1839 por Varnhagen, basta atentar no título: *Diario da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530*.

Martim Afonso de Sousa é designado como governador da Terra do Brasil, logo no princípio do texto, e na verdade encontra-se no respectivo registo de nomeação: «*Martim Afonso de Souza do meu conselho capitam-mór darmada que envyo à terra do brasill*» (25).

Porém, quási da mesma data é uma carta de D. João III (26) em que indiferentemente nos aparece *terra do brasil* e *costa do Brasil*, escrita em 1532, e nos forais assinados por D. João III entre 1530 e 1540 também encontramos indiferentemente a mesma nomenclatura.

Ainda no roteiro de Vicente Rodrigues, dos fins do século XVI, aparece a designação *terra do Brasil* à mistura com *Brasil*, predominando entretanto esta última (27). Da mesma maneira na obra de Pero de Magalhães Gandavo (28), escrita no tempo de D. Sebastião, se encontra *Terra do Brasil*

(17) T. do Tombo, m. 2 de Leis, n.º 13. Encontra-se impresso a pág. 272 e segs. do tômo II das *Cartas de Afonso de Albuquerque*.
(18) *Alguns documentos da Tôrre do Tombo*, a pág. 160.
(19) Tômo III, pág. 185.
(20) *Alguns documentos*, pág. 233.
(21) «*Terra do Brasil dalem mar oceano*». Edição de R. Basto, a pág. 16.
(22) *Alguns documentos*, a pág. 292.
(23) *Documentos del Archivo de Indias*, tômo I, a pág. 296.
(24) Facsimilado, como o anterior, na obra de J. T. de Medina, *El descubrimento del Oceano Pacifico*, Santiago do Chile, 1920.
(25) *Diario* citado, págs. 62, 64, 65.
(26) *Diario* citado, pág. 81.
(27) *Roteiros portugueses da viagem de Lisboa à India nos séculos XVI e XVII*. Lisboa, 1898.
(28) Tômo IV da *Colecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas*.

e *Brasil;* sendo certo também que nos roteiros do *Livro da Marinharia,* publicado em 1903 pelo general Brito Rebelo, se fala apenas, a páginas 88 e 197 no *Brasyll.*

Como é natural, esta foi a designação que prevaleceu. Bastava ser abreviada e simples. Por tal fórma pois a nomenclatura mística e religiosa, ligada ao símbolo cristão, veio a ceder definitivamente perante a nomenclatura mercantil.

Por isso já João de Barros, com a sua acrisolada fé cristã, clamava que, por artes diabólicas, se mudara o nome de Santa Cruz, tam pio e devoto, no de um «*páo que tinge panos*».

E já agora vejamos o que a tal respeito dizem os nossos restantes cronistas de 1500. Escreve Fernão Lopes de Castanheda, a página lxiiij (sessenta e quatro) do livro primeiro da *Historia da India,* cuja primeira edição temos presente e é datada de 1554: ... «*Nesta terra mandou Pedralvares meter hum padrão de pedra cõ hûa cruz e despois se perdeo este nome e lhe ficou ho do Brasll por amor do páo brasil*». Na *Chronica de D. Manuel,* por Damião de Góis, cuja primeira edição é datada de 1566, no capítulo LV da primeira parte intitulada *Do descobrimento da Terra de Sancta Cruz,* lê-se a fl. 51 v.º: «*Antes que Pedro alvares partisse deste lugar, mandou poer em terra hûa cruz de pedra quomo por padrão, com que tomava posse de toda haquella provincia, pera coroa dos Regnos de Portugal, á qual pos nome de sancta cruz posto que se agora (erradamente) chame do Brasil, por caso do páo vermelho que della vem, a que chamam Brasil...*». D. Jerónimo Osório escreve, por seu turno: ... «*In hoc terra, quam Capralis Sanctae crucis nomine celebrari voluit (quam nunc Brasiliam appellant). Columnam marmoream, illis similem, quas multis in locis gana statui praecepit collocari jussit...*».

Finalmente e para fechar o assunto da nomenclatura: Na edição do Ptolomeu de 1540 aparece a *Insula Atlantica quam vocant Brasiliy,* e na de 1547 esta legenda explicativa: *Regione del Brasil ha totto il nome dal legno Brasil o voi dire Verzi, il quale nasce in questa regione dominate dal re de Portugallo,* reproduzindo-se na edição de 1552 os mesmos dizeres da de 1540.

No *Livro das Armadas,* o notável manuscrito da Academia das Sciências de Lisboa, fala-se já simplesmente em Brasil, e bem assim no roteiro da viagem de Fernão de Magalhães, de Pigafeta.

II—A PROCEDÊNCIA DO NOME BRASIL.—COMO OS DOCUMENTOS PORTUGUESES DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XVI DESIGNAM O PAU DE TINTURARIA

PAU brasil, que desta fórma caracterizou esta parte da América, era conhecido na Europa havia séculos. «*Vinha em toros,*—escreve Capistrano de Abreu [29]—*de que, retirada a casca restava o amago vermelho, contendo uma materia corante empregada na tintura de pannos e em miniaturas de manuscritos, maximo quando se queria salientar os tons roseos. Na pintura era menos empregado. A madeira servia tambem para obras de marcenaria. Designando uma ilha, figura este nome desde 1531 no Altas dos Medicis, e continua pelos seculos seguintes.*

«*Das cartas medievais algumas dão o nome a uma só ilha, ora em forma de um circulo perfeitamente regular, ora em forma de meia lua; outras designam com esse nome duas ilhas semi-circulares, separadas por um estreito. Na carta de Pizigano, de 1367, ha tres ilhas* **Bracir,** *a mais meridional situada no grupo dos Açores, na latitude do cabo de S. Vicente; a segunda a N W do cabo Finisterra; a terceira a W e não muito distante da costa da Irlanda. Em geral, a ilha do Brasil pode identificar-se com a Terceira, onde existe ainda um monte Brasil proximo á cidade de Angra.*

«*Como se deu tal denominação á ilha é ponto por liquidar. Entendem uns que o nome Brasil está ligado aos fenomenos vulcanicos assinalados no arquipelago açoriano. Entendem outros que ali se teria encontrado si não o verdadeiro brasil, pelo menos um succedaneo, que bem pode ser a urzella.*

[29] Nota A de pág. 35 da 3.ª edição da *Historia Geral do Brasil,* de Varnhagen.

A 19 de outubro de 1470 el-rei D. Afonso V prohibiu ás pessoas que tinham privilegio de comerciar com Guiné negociar com as tintas do Brasil, que reservava para si. Igual prohibição não se fez para as ilhas; e si ponderarmos que, nas diferentes formas graphicas apuradas por Kretschemer e indicadas em nota anterior, não se vêem formas congeneres de verzi ou verzino, pode-se sem grande esforço concluir que o Brasil ilha occidental nada tem com o producto oriental. Com o vulcanismo dos Açores não se prova nexo; e é pouco provavel que os primeiros viajantes não imaginassem para um monte em ignição outro nome que o de simples brasa. Mais natural é que o nome proceda de origem celtica; ha até quem o decomponha: **braaz,** *grande,* **i.** *Em todo o caso Brasil como ilha apparece sempre no Atlantico e sempre a W. de terras primitivamente habitadas por celtas*».

O que póde asseverar-se é que antes de designarem êste continente por *Terra do Brasil,* isto é, terra onde crescia o pau brasil, já havia na nomenclatura geográfica *Ilha do Brasil* e o *Brasil,* ligadas ao arquipélago açoriano. Nas reproduções cartográficas do geógrafo alemão Sophus Ruge (30) aparecem *J de brasil* e *Jª de brasil,* e quási contemporâneos da crisma da Terra de Santa Cruz são as cartas de Valentim Fernandes, já antes da obra de Sophus Ruge reproduzidas no *Archivo dos Açores* (31). Lá se vê o *Brasill,* em autêntica grafia do princípio do século XVI, referido à ilha Terceira. E já na carta catalã de 1375 deparamos com a *jnsula de brasil.*

«*O pao brasil é pelos habitantes chamado Arabutan*—escreve um autor (32),—*parecido em tamanho e quantidade de folhas com os nossos carvalhos. Alguns ha de 3 braças de circunferencia: são as suas folhas como as do buxo ou da palma e não teem fructo algum. Este páo é transportado aos navios com grande dificuldade porque os brasileiros não se querem empregar nisso. Por causa da dureza e dificuldade em o cortar e rachar e porque não ha animaes que o levem para bordo, ás vezes leva um ano a carregar um navio*».

Comentando um passo em que Garcia da Orta se refere ao brasil num dos seus *Coloquios,* diz com a sua habitual erudição o Conde de Ficalho: «*o brasil, de que Orta fala apenas de passagem, merece no entanto uma nota especial. Era a madeira de uma arvore da familia das Leguminosas,* Caesalpinia Sappan, *de Lineu, madeira empregada na tinturaria e conhecida no comercio europeu, desde os antigos tempos da idade média, pelos nomes* brasil, bresil, *em italiano verzino, os quaes se julgaram derivados de brasa ou* braise, *pela côr vermelha da madeira. É bem sabido como uma madeira ou diversas madeiras semelhantes a esta, tendo as mesmas aplicações e procedendo de varias especies do mesmo genero* Caesalpinia, *se encontraram nas terras da America visitadas pelos portugueses logo no começo do XVI século. E é tambem conhecida a phrase em que Barros lamenta que o nome de* Santa Cruz,—*primitivamente* Vera Cruz,—*se mudasse por influencia do diabo no de um «páo que tinge pannos». Deixaremos porem esta phrase e as reflexões que poderia suscitar o nome* Brasil *dado ás terras de* Santa Cruz. *Começando a vir o páo* brasil *em maior quantidade da America, passou o nome especialmente para a mercadoria nova; e o antigo* brasil *da India e outras partes da Asia voltou a ser geralmente designado pelo nome asiatico de* sappan *ou* sapang *no arquipelago Malayo, o qual parece prender-se ao sanskrito* patanga, *ou ao malaylam* chappam, *que significa vermelho. O* Brasil *asiatico havia sido conhecido dos portugueses e designado por este nome antes do descobrimento da America; e no Roteiro da viagem de Vasco da Gama se lê que em Tenacor (provavelmente Tenasserim), se encontrava muito* brasill, *o qual* «faz muito fino vermelho». *Depois da mercadoria da Asia ser geralmente suplantada no comercio pela de procedencia americana, ainda continuou, no entanto, aquella a ser conhecida por algum tempo. O* brasil *de que falla Orta é evidentemente o asiatico, confundido ocasionalmente pelo seu amigo mercador com o sandalo vermelho. E do* Lyvro dos pesos *se vê tambem como, no meado do XVI seculo, o* brasil *era uma mercadoria bem conhecida, tanto em Ormuz como em Malaca*» (33).

A madeira do *brasil,* em italiano *verzino,* é a madeira da *Caesalpinia Sappan,* indígena na Índia ocidental e no Malabar. É empregada para tingir de vermelho diversos tecidos de algodão e de linho, e mencionada por Abulfeda e Ibn Batuta.

O nome de Brasil aposto à terra provém da madeira *brasil* que os primeiros exploradores trouxeram daquela região, onde também se encontram duas espécies de *Caesalpinia.* As frondosas

(30) *Valentin Ferdinands. Beschreibung der Azorem,* von Sophus Ruge. Dresden, 1901. A págs. 152 e 162.
(31) Vol. I, entre págs. 150 e 151.
(32) *Description de l'Amérique.* Amsterdam, 1638.
(33) *Coloquios dos Simples,* edição do Conde de Ficalho, Lisboa, 1895. A pág. 289 do vol. II.

florestas de madeira cuja etimologia tam discutida é (34), impressionaram logo de princípio os portugueses e, se dermos crédito a Gaspar Corrêa, na propria náu portadora da feliz nova a D. Manuel do descobrimento, já alguns dos preciosos toros vieram transportados, e no mapa de Cantino, executado em Portugal no ano de 1502, essas árvores, bem como os papagaios, aparecem em todo o seu viço e esplendor.

Todavia, póde afoitamente afirmar-se, como já atrás vimos, que só no último quartel do século XVI a nomenclatura comercial se fixou e radicou definitivamente, suplantando a mística, quer na expressão popular, quer ainda na erudita. A primitiva designação religiosa de *Vera Cruz, Santa Cruz* ou *Ilha da Cruz* lutou durante bastante tempo, ajudada pelas estações oficiais e coexistiu com as designações mercantes, vencedoras afinal por mais espalhadas e populares.

Pouco se sabe da carga que o navio de Gaspar de Lemos trouxe de Vera Cruz, além do referido por Caminha e Gaspar Corrêa, mas temos notícias de que a armada de Cabral, no regresso da Índia, segundo os relatos de Vespúcio, de La Faitada e de Cretico (35) e a carta de D. Manuel aos reis Católicos (36), transportou para Lisboa grande quantidade de canela, gengibre, pimenta, nós moscada, almiscar, benjoím, canafístula, almacega, incenso, mirra, sândalo, aloés, ambar, cana índica, laca, porcelana, diamantes, pérolas, rubis, etc.

Em confronto com estas riquezas, as primitivas mercadorias de Santa Cruz não eram outras que o «*páo vermelho, a que chamão brasil, bogios e papagaios*» (37).

Não obstante, a terra novamente descoberta vai ser agora o campo aberto à actividade dos mercadores com a cooperação ou o incitamento do Estado.

III—O ARRENDAMENTO DA TERRA DE SANTA CRUZ A FERNÃO DE LORONHA

POR uma carta de Pietro Rondinelli, escrita de Sevilha a 3 de outubro de 1502 e publicada na *Raccolta Colombiana* (38), sabemos do arrendamento de Santa Cruz a alguns cristãos-novos, com a condição de todos os anos mandarem seus navios a descobrir trezentas léguas de terra para diante, e ali erigirem fortaleza e conservarem-na três anos: no primeiro nada pagariam, no segundo pagariam um sexto, no terceiro um quarto do que levassem para o reino.

No relatório de Chá de Masser, escrito de 1506 a 1507, cujo texto original e tradução se encontram no volume da Academia de Sciências de Lisboa, comemorativo do descobrimento da América, lê-se que o arrendamento era de vinte mil quintais de pau brasil, um dos quais custava meio ducado e se vendia por dois e meio a três (39).

É neste documento que aparece a primeira referência a Fernão de Loronha na qualidade de concessionário e associado dos cristãos-novos. Tratando-se do primeiro arrendamento ou exploração comercial das terras de Santa Cruz e porque o concessionário legou o seu nome a uma ilha que é

(34) F. Assis Cintra, na sua monografia *O nome Brasil com* s *ou* z (S. Paulo, 1920), trata largamente da questão, passando em revista as treze hipóteses etimológicas da palavra, adoptando a derivação do germânico *bras*, genitor do português *brasa*.

(35) Carta escrita de Bezeguiche, a 4 de Junho de 1501, por Américo Vespúcio. Veja-se pág. 190 do presente volume.—Carta de La Faitada, de 26 de Junho de 1501. Veja-se pág. 168 do presente volume.—Carta de Cretico, de 27 de Junho de 1501. Veja-se pág. 195, nota 94.

(36) Veja-se págs. 165 a 167 do presente volume.

(37) *Chronica de D. Manuel*, de Damião de Góis, no cap. 65 da Parte primeira.

(38) Parte III, vol. II, pág. 121. A passagem do importante documento relativa ao Brasil foi transcrita a pág. 255 da presente obra.

(39) Veja-se a passagem da *Relazione di Lunardo de Cà Masser*, a pág. 278 do presente volume.

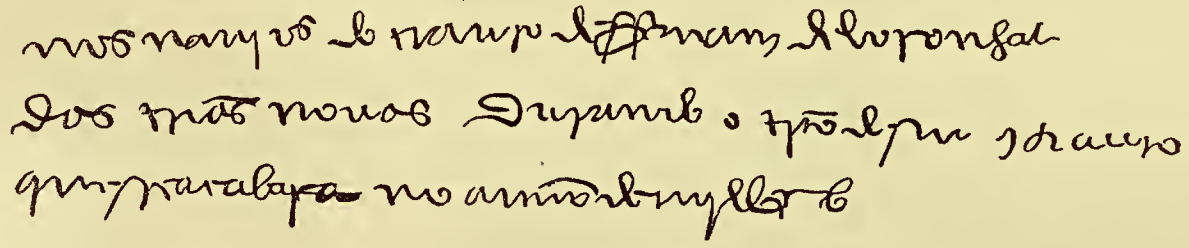
PLANISFÉRIO DE JERÓNIMO MARINI (1511), ONDE PELA PRIMEIRA VEZ APARECE A AMÉRICA DO SUL COM A DENOMINAÇÃO DE BRASIL

parte integrante do território do Brasil (40), tudo o que contribua para lançar alguma luz sôbre esta figura assume importância histórica iniludível.

«*O arrendatario Fernão de Loronha, christão novo, tinha contracto por dez annos e cada anno pagava quatro mil ducados. Fernando Loronha mandava todos os annos homens e navios á terra. É pouco provavel que aqui jamais viesse, embora a carta de doação da ilha, primitivamente de S. João, e mais tarde de Fernão de Loronha insinue aparentemente o contrario*».

Tais são as palavras com que Capistrano de Abreu se refere à primitiva exploração mercantil do novo domínio da coroa de Portugal, em uma nota à *Historia Geral do Brazil*, de Varnhagen (41). Muito para lamentar é sem dúvida que ponto tam primacial seja mal elucidado por documentos coevos, pois é desconhecido o texto do contracto inicial dessa exploração.

Entretanto, uma ponta do véu se ergue ao termos conhecimento dos privilégios concedidos aos mercadores alemães pelo monarca venturoso em 6 de Outubro de 1503 (42): ...«*E queremos e nos praz que mercando espiciaria ou abrasil e ou outra qualquer mercadoria que sse trouver das Indias e das terras novas que se ora descobrirom pouca ou muita nom sejam obrigados de pagar sisa nem outro direito algum da compra, levando a dita mercadoria fóra destes Reynos e senhorios delles resalvando que do que comprarem na frota e naaos que foram com ho almirante e asy mesmo na torna viagem das naaos que ora vaão nestas duas armadas que partiram derradeiras pagaram de sisa cinquo*



por cento e mais nom e asy **do que comprarem nos navios do trauto de Fernam de Loronha das terras novas durando o tempo do seu contrauto que sse acabará no anno de mil b c b** (1505) *e em todallas outras naaos da India e asy saydo o tempo do contrauto do dito Fernam de Loronha das ditas terras novas nom pagarom do que asy comprarem das ditas partes das Indias e terras novas nenhua cousa ...*»

Antes de mais nada registe-se uma rectificação importante.

O contracto com Fernão de Loronha não foi por dez anos, aliás não terminaria, como diz o registo manuelino, em 1505. Na verdade, mais nenhuma referência se encontra a esta excepção das náus do trato do Brasil nos privilégios concedidos ainda no reinado de D. Manuel. Assim, a 4 de Novembro de 1509, concede o rei, por dez anos, privilégio aos *framẽgos mestres e mercadores de Frandes e d'Olanda e naturaes das terras e senhorios do duque de Borgonha assi estantes moradores ẽ a nossa cidade de Lisbôa como quaesquer outros que novamente a ella e a estes Reinos vierem com mercadorias* (43), de isenção de certos tributos.

Nenhuma referência às *terras novas*, nem designadamente ao Brasil.

A 18 de Setembro de 1510 concedeu o mesmo monarca privilégios por quinze anos aos «*mercadores burgualezes estantes em a nossa cidade de Lisboa* (44) e da mesma maneira nenhuma referência fêz ao Brasil. Bem assim em 30 de Agosto de 1509 quando concedeu novo privilégio aos mercadores alemães por quinze anos. Concedendo-lhes privilégios para carregarem mercadorias em quaesquer náus que quisessem, só exceptua os *açucares que se carregarem em naoos e navios de nossos naturaes* (45). Ainda em 27 de Abril de 1510 D. Manuel deu privilégio aos mercadores burgaleses, *os quaes burgalezes sam xpovã de Hõra e D.º delas covas Rubias*, por 15 anos, entre outras cousas para poderem livremente trazer mercadorias nos seus navios «*que possam carregar todas suas merca-*

(40) O descobrimento da ilha Fernão de Noronha foi largamente debatido nos capítulos IX e X da presente obra.
(41) Nota D de pág. 133 da 3.ª edição.
(42) Registados na Chancelaria de D. Manuel, L. 22, fl. 25. Também publicados no *Archivo Historico Portuguez*, mas numa cópia bastante mais moderna.
(43) Tôrre do Tombo, Livro VI de Místicos, fl. 72.
(44) Idem, idem, fl. 100, verso.
(45) Tôrre do Tombo, idem, idem, fl. 105, verso.

doryas em quaesquer naoos e navios que quyserem tirando os açucares que se carregarem em naoos e navios de nossos naturaes como se ora faz ...» (46).

Finalmente, D. Manuel concedeu aos mercadores burgaleses estantes em Lisboa privilégios em 18 de Setembro de 1510, entre outros o de poderem carregar tôdas as suas mercadorias em qualquer navio *tirando os açuquares que se carreguarem em naoos e navyos de nossos naturaes como se ora faz* (47).

Eram também privilegiadas as galés venezianas. Com efeito, em 2 de janeiro de 1522, D. João III concedeu aos venezianos vários privilégios por Mice Alexandre de Cadepesaro, capitão-mór *das tres galees que ora vierom de Veneza a esta nossa cidade de Lisboa,* ter dito que os reis anteriores privilegiaram os venezianos que viéssem nas galés para não pagarem dízima nem cisa das ditas mercadorias. *(Chancelaria de D. João III, liv. I, fl. 2).*

Em 2 de Setembro de 1528 confirmou D. João III aos *estrelins* e *hansezes,* o privilégio concedido pelo seu antecessor aos cidadãos de *Lubeque* e *hansezes,* cujos naturais pretendiam vir e *tratar em estes nossos reynos,* para serem eqüiparados aos alemães, privilégio êste datado de 17 de Setembro de 1517 (48).

Como se vê nem uma referência ao Brasil.

Não resta dúvida: o monopólio de Fernão de Loronha terminou em 1505 e não foi renovado. De então para diante houve liberdade de comércio.

Procuremos agora saber quem era o poderoso armador e comerciante a quem D. Manuel concedera por três anos a exploração do pau brasil.

Fernão de Loronha, juntamente com Álvaro Pimentel, já então ambos cavaleiros da Casa Real, foram em 1494, 95 e 96 *trautadores das nossas moradias,* diz o rei em carta de quitação datada de 26 de Março de 1498 (49) e dêsse mesmo diploma consta que êles eram crédores da Fazenda Real na Casa da Mina, o que prova como Fernão de Loronha se dedicava a tratos com a coroa.

No mesmo ano da carta de quitação é concedida a Fernão de Loronha a mercê de cidadão de Lisboa, com tôdas as graças, previlégios, honras, liberdades e franquezas que teem e gosam todos os cidadãos da mesma cidade, como consta do seguinte documento que reputamos inédito.

Confirmação a Fernão de Loronha do privilégio de cidadão de Lisboa

Dom Joam etc. A quamtos esta nosa Carta virẽ faço saber que por parte de fernã de loronha cidadã da nosa cidade de lix.ª nos foy apresentada huã carta del Rey meu Senhôr e padre que samcta groria ajaa da quall ho teor tall he § Dom manoel per graça de deus Rey de purtugall e dos allgarves daquẽ e dalem mar ẽ afriqua primcipe de castela de liam daragam de cezilia de granada etc. Senhor de guine a quamtos esta nosa carta virẽ fazemos saber q̃ esguardamdo nos aos serviços q̃ temos recebido de fernã de loronha Cavaleiro de nosa casa e ao diamte dele esperamos receber e des hy por lhe fazermos graça e merçee temos por bem e o fazemos cidadam ẽ esta nosa cidade de lix.ª E queremos e nos praz q̃ daquy ẽ diamte ajaa e goze de todallas graças privilegios homrras liberdades framquezas q̃ tẽ e ham e devẽ aver os cidadoes da dita cidade E mãdamos ao governador Corregedor e justiças della e a todollos outros de nosos Regnos q̃ ajam daquy ẽ diamte o dito fernã de loronha por cidadão asy como a cada hû dos q̃ ho sam e lhe guardẽ e cumprã e façã muy jmteiramente comprir e guardar todallas ditas liberdades e cada huãs dellas asy e tam compridamẽte como nellas hee conteudo sẽ duvjda q̃ a ello ponhão por q̃ asy hee nosa merçe dada ẽ lix.ª a x de fevereiro Joam paeez a fez ano de noso Senhor Jhû X.º de mjll iiijc l Rbiij (1498) *Pedimdo-nos o dito fernão de loronha por merce q̃ lhe confirmasemos a dita Carta E visto per nos seu requerimẽto queremdo-lhe fazer graça e merce temos por bem de lhe confirmar e avemos por confirmada asy e da maneira q̃ se nela contẽ e mãdamos q̃ asy se cumpra e guarde dada ẽ a nosa cidade devora a x de junho jorge da fonseca a fez ano de noso Senhor Jhû X.º de mjll bc xxiiij.*— Chancelaria de D. João III, Livro 4, fl. 58.

Coïncidindo a mercê de cidadão de Lisboa com a descoberta do novo caminho marítimo para a Índia, Fernão de Loronha devia ter-se lançado decididamente nesse vasto campo aberto à especulação comercial.

Começou por armar náus por sua conta. Primeiro, que nos conste, na armada de João da Nova (1501) e presumìvelmente na expedição do mesmo ano a Santa Cruz; depois na de D. Francisco de Almeida e na que, em 1503, voltou a Santa Cruz. A página 200 do tômo III das *Cartas de Afonso de Albuquerque,* consta uma, sem data, mas escrita por um tal Gaspar, subordinado de D. Francisco de Almeida, de onde se vê que uma das náus às ordens dêste pertencia a Fernão de Loronha e era dela

(46) Chancelaria de D. Manuel, Liv. 17, fl. 29.
(47) Chancelaria de D. Manuel, Liv. 17, fl. 29.
(48) Livro 11 de D. João III, fl. 148 v. e 149.
(49) *Archivo Historico Portuguez,* vol. I, pág. 244.

capitão Antão Gonçalves. Porventura seria esta a náu *S. Cristóvão*, cujo escrivão era Álvaro Lopes que recebeu de Gaspar Pereira 164 cruzados e 75 réis, como se vê do documento datado de 5 de Outubro de 1505 *(Cartas de Afonso de Albuquerque,* III vol., pág. 178). A outra náu, também pertencente a Fernão de Loronha, e da capitanía de Diogo Mendez Correia, se referem os *Comentários de Albuquerque* (50), náu esta que regressou a Portugal acompanhando outra, cuja capitanía Afonso de Albuquerque confiou a António de Saldanha, por 1506.

BRASÃO DE FERNÃO DE LORONHA

Caso idêntico seria porventura o que provocou o descobrimento da ilha Quaresma — sucessivamente denominada S. Lourenço, S. João e Fernão de Loronha, — nas costas do Brasil.

Êste problema foi longamente tratado nos capítulos IX e X da presente obra. Rememoremos apenas a erudita contestação do Visconde de Santarém (51) às conjecturas que Varnhagen deduzira da carta de doação, datada de 16 de Janeiro de 1504, da ilha de S. João, a Fernão de Loronha.

Como é sabido, Varnhagen concluía do citado documento que a ilha fôra descoberta no mês de Junho de 1503 (52) pela esquadra de seis velas que, presumívelmente armada pelo consórcio de cristãos-novos, naquele ano foi ao Brasil, e que essa armada mercante era comandada pelo próprio concessionário do comércio de pau brasil, Fernão de Loronha. O Visconde de Santarém objectava que tais conclusões não podiam extraír-se da carta de doação. Ela não dizia ter sido descoberta a ilha no ano anterior (1503), mas designava, simplesmente, «a sua ilha de S. João, que Fernão de Loronha tinha novamente encontrado». O sábio geógrafo deduzia que «a ilha tinha um nome antes da doação e que Loronha a encontrára novamente», aventando que as *Islas descobiertas por el rey de Portugal* do planisfério de Juan de la Cosa, onde se vêm duas ilhas separadas por um canal, assinaladas com a bandeira portuguesa, se deveriam identificar com a ilha de S. João, possívelmente descoberta a 24 de Junho de 1500 por Gaspar de Lemos, no seu regresso de Vera Cruz a Lisboa.

Os estudos analíticos a que o Dr. Duarte Leite submeteu o mapa de Cantino no capítulo IX da presente obra, em parte corroboram as presunções de Santarém, evidenciando-se que o descobrimento é anterior à viagem da armada de 1503 e parecendo deduzir-se do seu primitivo nome de *Quaresma* que a acharam os navegadores na quaresma de 1502.

(50) Pág. 32 do 1.º vol. da edição prefaciada por António Baião. São numerosas as referências à galé *Sam Cristovam*, propriedade de Fernão de Loronha, nos documentos publicados no vol. III das *Cartas de Afonso de Albuquerque*. Veja-se na op. cit. a págs. 14, 17, 89, 93, 178, 201, 351.

(51) *Opúsculos e Esparsos*, a pág. 388 do 1.º vol. *Analyse du Journal de la Navigation de la flotte qui est allée à la Terre du Brésil en 1530-1532.*

(52) Segundo a narrativa da terceira navegação de Vespúcio, analisada no cap. X da presente obra, teria sido no dia de S. Lourenço, no mês de Agosto de 1503, que da armada se avistou a ilha.

Póde admitir-se que pertencia a Fernão de Loronha ou por êle era comandado o navio que a avistou. Certo é que por carta de 16 de Janeiro de 1504, D. Manuel fêz mercê da capitanía da ilha ao opulento cavaleiro e armador: capitanía sempre confirmada até o século XVIII nos seus descendentes, como se certifica no documento de confirmação adiante publicado em apêndice.

Oito dias após era-lhe doada a mesma ilha *para nella lançar gado e a romper e aproveitar segundo lhe mais aprouver*, com a condição de pagar o quarto e dízimo, excepto de especiaria, drogaria e tintas que o rei para si reservava (53). A mais de tudo isso, era-lhe concedido um brasão d'armas. Acumulavam-se vertiginosamente, no tempo em que começavam as perseguições aos hebreus as honras, as mercês e os previlégios sôbre a cabeça do homem que os historiadores suspeitam de ser um cristão-novo. Cavaleiro da casa real, cidadão de Lisboa, arrendatário de Santa Cruz, donatário da ilha de S. João, ainda lhe era concedido no mesmo ano da grande matança dos judeus o uso do brasão que obtivera na Inglaterra.

Foi a 28 de Junho de 1524, que D. João III confirmou a Fernão de Loronha, cavaleiro da Casa Real, o alvará de D. Manuel, datado de 26 de Agosto de 1506, pelo qual, recusando-lhe licença para usar de uma carta do rei de Inglaterra (que lhe concedia como brasão uma meia rosa) lhe veio por fim a conceder o mesmo brasão (54). Mais tarde, em 1532, o mesmo D. João III manda-lhe dar um brasão d'armas especial e fá-lo conseqüentemente fidalgo de cota de armas.

Eis na íntegra o importante diploma:

«A Fernam de Loronha carta per que he feito fidalgo de cota darmas»

«Dom Joham e etc. A todos os que esta mjnha carta vyrẽ ou o trellado della autentico seya sabydo pera sempre que asy como Deos per sua Justiça e bomdade jnfimda aos que neste mundo temporar bem e onestamente vyvẽ da no outro eterna grorya e galardam jnmortall asy he cousa justa e muy rezoada que os Reys e prymcepes que na terra seu logar tem por seu enxempro aos que corporallmente com fieldade e memoraves serujços virtuosamente o servẽ nam somente com graças favores e merces satysfaçam e contentẽ suas vidas mas ajnda por boom enxempro de virtuosos serujços e sua mays grorya agalardoy a eles e aos que delles deçenderẽ com outros premyos e honras que desta mortolydade seyam ysentos de todo e portanto sendo eu en conhecymento de çerta sabedorya que fernam de loronha cavaleiro de mjnha casa tem servjdo a el Rey meu Senhor e padre que Deos tem em muytos servjços de muyta valya com muyta fieldade e muyta verdade e asy a mj fazendo sempre como homẽ boom virtuoso que elle he consyrando no merecymento de todos os ditos serujços cuyo galardã nã somente deue ser temporall mas mereçe ser com acreçentamento de homra e louuor perpetuamente satysfeito e vendo ser cousa justa fazello asy ao dito fernã de loronha pello amor que per suas virtudes e bomdades lhe tenho Eu de meu moto proprio e çerta çyemçya e com acordo e justo pareçer dos do meu conselho e do purtugal meu Rey darmas prymcipall por renumeração do dito fernã de loronha grorya e homra dos que delle deçemderẽ o faço per esta mynha carta fydalguo de cota darmas e asy aos que delle legitimamente per lynha direita procederẽ pera sempre e o abelito pera yso e o renouo do numero jerall dos homes e comto prebeso e o reduzoo e trago ao comto e estimo e partypaçam dos nobres fidalgos de linpo sangue e sobre yso por que a elle e ao merecymento dos seus boos serujços seya com respramdor satysfeito e aos outros populares na virtuosa emveya da tall grorya se asçendão nese deseyo e em enxercicyo de semelhantes obras eu lhe dou por armas he ornamento da nobreza e synaes della pera elle e seus deçemdentes pera todo sempre brazam darmas elmo e tymbre na maneira seguyntes a saber, ho escudo partydo em palla a prymeira parte de prata e nella na cabeça hûa mea froll de lys de ouro pegada com mea rosa vermelha e a outra parte de verde com a mesma mea froll de lys douro e mea rosa vermelha no pee e na cabeça hûa pomba de prata voamdo elmo de prata sarado paquyfe de prata e verde por tymbre a mesma pomba o quall brazã darmas ellmo e tymbre o dito purtugall meu Rey darmas per meu espreso mandado ordenou loguo registou em seu lyuro de Registo das armas dos fidalgos com sua cota darmas que dos mesmos synaes lhe dou segundo que em meo desta carta vegiuelmente per arte e magesteryo de pintor com cores e synaes he deuysada e demostrado o qual escudo armas e synaes posa trazer e tragua o dito fernã de loronha e todos seus desendentes em todos os lugares de homra em que os nobres e antigos fidalgos sempre custumarã trazer em tempo dos muy escralecydos Reys meus progenytores e com ellas posa entrar en batalhas canpos duelos retros escaramuças e desafios e enxercitar e em suas casas edeficios e leixalas sobre sua propria sepoltura e finalmente se serujr e honrar e aproueytar dellas em todo e per todo como a auto e prerogatyua de nobresa convem. Porem mando ao dito portugall meu Rey darmas que as tenha em booa e deuyda guarda e asy aos outros que depos elle forem e a quaes quer arautos e pasauantes e a todos os que seguem a arte e exercicio do nobre e reale ofiçio darmas a quem ysto ao diante pera sempre verdadeyramente pertençer que as registem estas armas e synaes e as ponha yso mesmo en seus lyuros autemtycos pera em todos os tempos serem avidas por aprouadas e verdadeyras e lhas leixẽ lograr e pesoyr e aos que delle decenderem per lynha direita como cousa sua propria e a outros algûs nam e mando a todolos meus Corregedores e dezembargadores jujzes e justiças oficiaes e pesoas a que esta mjnha carta for mostrada que en todo lha cumpram e guardem e façam comprir e guardar as honras

(53) Confirmada em 3 de Março de 1522. Publicada, entre outros lugares, a pág. 72 da 1.ª edição de Varnhagen do *Diario da Navegação de Pero Lopes de Sousa*.

(54) Tôrre do Tombo, *Doações de D. João III*, liv. 37, fl. 126.

preuylegios e graças e merces franquezas e ysenções que de direito lhe pertençe como se guarda aos antygos fidalgos de meus Regños sem duvyda nem embargo que a ello seya posto por que asy he mjnha merce e por lenbramça e firmeza lhe mando dar esta carta per mim asynada e asellada do meu sello de chumbo dada em a mjnha muy nobre e sempre leall cydade de lixboa aos xxiij dias do mes de setembro pero devora Rey darmas algarve e escryvã da nobreza a fez anno de noso S.ōr Jhû Xpō. de myll b^c xxxij annos».—Chancelaria de D. João III, Livro 18, fls. 33 v.

Entretanto, tinha Fernão de Loronha desenvolvido imenso a sua acção comercial marítima. Da carta de Dinis Fernandes a D. Manuel, publicada em *Alguns Documentos* (55), datada de 2 de Janeiro de 1518 e referente à armada em que o governador Lopo Soares foi à Índia, se deduz que dessa armada faziam parte as náus *Nazaré*, comandada por D. Diogo da Silveira, e *Trindade*, comandada por D. Álvaro da Silveira, ambas pertencentes a Fernão de Loronha.

Não só para a Índia como também para o Brasil continuara a exercer a sua acção comercial. Em 1511 é êle um dos armadores da náu *Bretôa*, cujo regimento em óptimo estado de conservação ainda hoje se guarda na Tôrre do Tombo.

É este um venerando monumento diplomático, que se diria escrito ontem, tal o seu estado de conservação, e a que adiante dedicaremos detida referência.

Em 30 de Setembro de 1515 foi assinado um alvará mandando levar em conta e despeza a Fernão de Loronha 170$401 réis que lhe estavam embargados. Como Loronha era devedor ao recebedor do paço da madeira do ano de 1505 de 106$000 réis, por alvará de 9 de Outubro de 1515 foram-lhe levados em conta (56).

Em 16 de Julho de 1524 encontrámos confirmação dada por D. João III de um aforamento feito por Fernão de Loronha, morador então em Lisboa, a 3 de Julho de 1521, de umas casas na rua Nova dos Mercadores, de que foram testemunhas Gonçalo Coelho, escrivão da Fazenda de Lisboa (57) e Bento Gonçalves, escrivão dos Contos (58).

De interêsse é também a carta que a seguir publicamos, relativa ao comércio da malagueta, ao qual, como vai ver-se, não era também estranho o nosso opulento armador. Ei-la:

Sõr

Vosa Alteza nos mandou que vysemos a q̃ preço se devya de contar de contado ha malagêta q̃ manda dar a Fernãdo de Loronha per ser asy seu justo valor no qual nos achamos hum poquo pejados espeçialmẽte eu Antonho Salvago por ser fama de ter m.ta amizade cõ ele e tãbem nã quero por mynha conciença q̃ ha dyta amizade le faça dano.

Sõr, se algem vyra pera cõprar ha dyta malageta pedyramos a dez † dos (cruzados) *polo quintal e nã ha deramos por menos aynda q̃ ha nam val e se a quyseramos vẽder quiça que acharamos poco mays de oyto, nã tãto pola poca valya q̃ val polo mõdo. En Frãdes foy vendyda ha derradeira q̃ se vendeo a oyto grosas lybra q̃ vale ho quintal iiij florins asy q̃ como dezemos quiça nã se acharya quẽ dese a mays de oyto † dos* (cruzados) *e averea de poer en nove † dos* (cruzados) *quintal nã ho fazemos polos respeitos açima dytos e se ho ovesemos de julgar en foro concyençia nã suberya de oyto e meo. Vosa Alteza sabe ha qualidade do caso q̃ he mercê mãde la determynar e escrevernos ho que mãde que esta escrevemos a Vosa Alteza por que sayba noso pareçer. De Lisboa a xxiiij* (24) *dias de Janeiro.*

Eytor Nunez
Antonio Salvago

Sob: A. El rey Noso Sõr — *Dant.o Salvago* (59)

Ocupam-se os linhagistas da família dos Loronhas.

Dizem-na originária da Inglaterra, o que parece confirmar-se pela carta de brasão atrás referida, e afirmam os seus descendentes ser tradição de família que o apelido Loronha deriva da província Loteríngea... Jazem os ossos do pai de Fernão de Loronha no convento de S. Francisco, de Évora (60).

Não nos deteremos acompanhando os genealogistas nas diferentes gerações derivadas do grande e opulento armador da Lisboa quinhentista, cujo nome, imposto a uma ilha, ficou assinalando o primeiro período da exploração comercial do Brasil. Melhor do que êles nos diz a sucessão dos donatários da ilha, constante do documento que publicamos em apêndice a êste capítulo. Dêle também se deduz que em 1547 já entregara a sua alma ao criador o 1.º donatário.

(55) A pág. 407.
(56) Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, parte II, m. 61, n.º 40.
(57) Sôbre Gonçalo Coelho, comandante da expedição de 1503 ao Brasil, veja-se págs. 300 a 308 do cap. X do presente volume.
(58) Tôrre do Tombo, *Doações de D. João III*, liv. 37, fl. 113.
(59) Tôrre do Tombo, Gaveta 15, m. 1, n.º 56. Com efeito, de uma carta de 29 de novembro de 1510 *(C. Chronologico*, p. 1, m. 9, n.º 105) consta que o nome Loronha fizera *um concerto* com D. Manuel por causa da *Malagueta mazcabada*, que trespassou em António Salvago.
(60) Genealogias de Pimenta do Avelar Portocarrero, manuscrito da Tôrre do Tombo.

¿Era Fernão de Loronha judeu converso ou já cristão de nascimento? O haver sido seu pai sepultado no convento de S. Francisco, de Évora, induz-nos a crer que Fernão de Loronha, embora possívelmente de orígem judaica, era cristão, não obstante se sepultarem os conversos, como os cristãos velhos, em sagrado ([61]). A actividade da sua carreira decorre nos reinados de D. Manuel e D. João III, no início da perseguição aos israelitas, inaugurada com a política matrimonial do *Venturoso*, mas quando ainda se não tinham aceso em Portugal os lumes da Inquisição. A política de D. Manuel para com os hebreus foi alternadamente de perseguição e de clemência. Esta, porém, mercê dos grandes homens de Estado educados no govêrno de D. João II, e das novas perspectivas económicas abertas pelo descobrimento do caminho da Índia, sobrepôs-se e dominou. Por êste lado não há que opor argumentos irredutíveis à condição judaica de Fernão de Loronha. As repressões enérgicas ordenadas pelo monarca, no ano de 1506, a quando dos sucessos ferozes de Abril, em que cêrca de dois mil judeus foram trucidados pela plebe excitada pelos dominicanos, mostram-nos D. Manuel ainda empenhado em salvar a tradição portuguesa, que até ao fim do seu reinado seria mantida.

A própria arrematação do monopólio do pau brasil por um consórcio de cristãos-novos não contrariava os costumes do tempo, pois de há muito eram os judeus os arrematantes dos impostos. Êles constituïam a classe capitalista da nação, e antes que os banqueiros e armadores italianos viessem estabelecer-se em Lisboa, era aos hebreus que D. João II e D. Manuel recorriam para solver as dificuldades do erário, arrumar as finanças públicas e custear o empreendimento nacional das navegações.

D. Manuel foi um rei comerciante, que se serviu do senso utilitário dos judeus em muitas circunstâncias, e com alguns dêles, seus delegados na Índia, se correspondia sem escrúpulos de intolerância. A verdade, porém, é que não chegaram até nós os nomes dos cristãos-novos associados no comércio do pau brasil, como também não existe documento idóneo em que possa apoiar-se a crença de que Fernão de Loronha era um hebreu converso.

IV—OS ARMADORES DA NÁU *BRETOA*

CUMPRE agora atentar nos outros armadores da náu *Bretôa*, sócios portanto do nosso Fernão de Loronha.

São êles: Bartolomeu Marchione, Benedito Moreli e Francisco Martins.

O mais notável dos três, verdadeira potência financeira da Lisboa quinhentista, é Bartolomeu Marchione, de origem florentina.

Não se lhe conhece a época exacta da chegada à capital portuguesa, mas já em 1486 a sua casa comercial gosava de tanto crédito que D. João II se serviu dela para fornecer dinheiro a Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, enviados em procura do Preste João e principalmente encarregados de reünir o maior número de seguras informações sôbre a Índia asiática, mira da política naval do grande rei ([62]).

A sua actividade dedicou-se ao comércio com a costa de África à maneira que se ia descobrindo, e foi o principal no comércio do açucar da ilha da Madeira. Tendo D. Manuel, em 21 de Agosto de 1498, dado a preferência aos negociantes nacionais sôbre os estrangeiros, exceptuou Bartolomeu Marchione e Jerónimo Sernige ([63]).

([61]) Jorge Temudo, encarregado em 1524 de proceder a averiguações secretas sôbre o modo de viver dos cristãos-novos de Lisboa, recolheu dos párocos a declaração de que reputavam grave impiedade escolherem os conversos para jazigos os adros das igrejas e os claustros das corporações monásticas, em detrimento dos interesses da respectiva paróquia. Veja-se Herculano, *Historia da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Liv. III do 1.º volume.

([62]) *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, por Prospero Peragallo. Turim, 1904; *Historia das Indias*, de Castanheda, cap. I; *Informações das terras do Preste João*, do P.e Francisco Álvares, cap. 103, pág. 128. Lisboa, 1889.

([63]) *Saudades da Terra*, pág. 685.

Uma das páginas iluminadas da chamada *Biblia dos Jeronymos*, que se supõe ter sido oferecida a el-rei D. Manuel por Bartolomeu Marchione e Jeronimo Sernige

(Exemplar existente na Tôrre do Tombo)

Porventura como retribuïção por privilégio tam assinalado, Peragallo (64) opina que estes dois poderosos negociantes, Marchione e Sernige, presentearam o rei D. Manuel com a riquissima *Biblia dos Jeronimos*, sumptuoso monumento da miniatura italiana, hoje guardado na Tôrre do Tombo.

Mas não se quedou por aqui a actividade de Marchione, nem tam pouco cessaram os seus privilégios. A-pesar das proïbições para o acesso dos navios estrangeiros à Guiné, não se entendiam elas com o opulento florentino estabelecido em Lisboa. Em uma carta de Aloise de Prinli, escrita no regresso de Flandres, se conta como em Lisboa habitava um mercador florentino com mais de cem mil ducados: *a la mina de l'oro a fito e lui serve di denari la corte* (65).

Descoberto o caminho marítimo para a Índia, Marchione arma solícitamente um navio que parte na segunda armada, comandada por Pedro Álvares Cabral (66) e volta com carga de especiaria. Foi êste um dos dois navios mercantes que tomaram parte na expedição. Marchione tinha como sócios D. Álvaro de Bragança, o seu compatriota Jerónimo Sernige e um genovês. O outro navio particular, que se perdeu na tormenta do Cabo, era do Conde de Portalegre (67).

Em 1502 partiu João da Nova (68) e também um dos seus quatro navios pertencia a Marchione, sendo comandado pelo florentino Fernando Vinet: «*Fernão Vinet, de naçam florentim, criado de Bartolomeu Marchione, senhorio da caravéla*» — escreve Góis (69).

Na segunda armada comandada por Vasco da Gama, que saíu a 1502, foi também um navio de Marchione comandado por João Buonagrazia, como se depreende de uma carta de quitação de D. Manuel, publicada por Sousa Viterbo (70). Em 20 de Agosto de 1503, La Faitada noticiava como Bartolomeu Marchione sabia que na sua náu vinham 2.100 a 2.200 quintais de especiaria; e sucessivamente vemos ora um navio de Marchione navegando na armada de Afonso de Albuquerque, ora o poderoso mercador interessado em dois navios que voltaram da Índia em 1506, ora proprietário da grande náu *Anunciada*, partida para a Índia em 1518 na armada de Diogo Lopes de Sequeira.

Anteriormente, encontrámos vestígios da sua acção nos seguintes documentos da Tôrre do Tombo: Ordem original de D. Manuel, datada de 7 de Maio de 1512 ao feitor e oficiais da Casa da Índia, para venderem a Bartolomeu Marchione 2.000 quintais de pimenta, pagos 2/3 em dinheiro, de que pagará até S. João 10.000 cruzados e o resto em dois pagamentos semestrais, e o restante terço por desconto da pimenta que tenha em casa (71); Alvará datado de 28 de Julho de 1513, pelo qual ordena D. Manuel pagar a quem os *senhores do parlamento de Bretanha mandarem*, 778 escudos e meio como restituïção de uma prêsa de um navio que, cinco anos antes, Pero d'Andrade tomara a certos bretões que vinham da *nossa terra nova da pescaria*.

Como Bartolomeu Marchione declarou ter o dito dinheiro de depósito, o rei, por êste Alvará mandava entregar êsses 778 escudos e meio a Bartolomeu Marchione, *por quanto o dito Bartolomeu por nos fazer serviço os paga por nós* (72).

Em 15 de Junho de 1508, *Miçer Bertalomeu Márchione e Benedyto Morelle seu sobrinho frolentis*, passaram uma procuração a certos mercadores, florentinos também e residentes na ilha da Madeira, para por êles receberem 20.000 arrobas de açucar que «el-rey lhes manda pagar nessa ilha» (73).

Em 1509, a 2 de Maio, *Bertolomeu de Merchone frolentim mercador, morador em a dita cidade* (Lisboa), passou uma procuração a *Benyto Morelle*, seu sobrinho, para receber na ilha da Madeira *certos desembargos*, tomar contas às pessoas que por êle tenham recebido açucar, etc. (74).

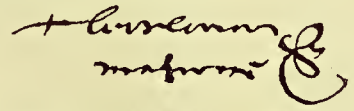
Em 21 de Maio de 1512 assina D. Manuel um alvará para o feitor da casa da Índia receber

(64) *La Biblia dos Jeronymos e la Biblia di Clemente Sernigi*, por Prospero Peragallo, op. cit. Génova, 1901.
(65) *Diari di Marino Sanuto*, vol. IV, col. 621.
(66) Chamava-se *Anunciada* e chegou a Lisboa na véspera de S. João, antecipando-se à capitânia. Cabral, porque era êste navio mais ligeiro, enviou-o do Cabo da Boa Esperança a Lisboa para anunciar o seu regresso da Índia. Veja-se pág. 195, nota 94 do presente volume. Era comandante da *Anunciada* Nuno Leitão da Cunha.
(67) Por exclusão de partes se chega a esta conclusão. Veja-se pág. 150 do presente volume.
(68) A esquadra de João da Nova, que partiu de Lisboa antes do regresso de Cabral, tocou como êle no Brasil, onde a sua passagem deixou indelével vestígio na cartografia. Veja-se o cap. IX desta obra, a pág. 251.
(69) *Chronica de D. Manuel*, cap. 63.
(70) Em o *Economista*, de 24 de Outubro de 1884. Porém na relação de Tomé Lopes, escrivão da náu, publicada na colecção de Ramuzio e traduzida nas *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, diz-se que o navio era propriedede de Rui Mendes de Brito. Gaspar Correia designa Marchione como *armador-mór:* «... el-rei moveu contratos com mercadores ricos estantes em Lisboa, que entre si fizeram armador-mór a um Bartolomeü Florentino...» *Lendas da India*, Vol. I. pág. 234.
(71) *Corpo Chronologico*, I, 11, 71.
(72) *Corpo Chronologico*, II, 14, 150.
(73) *Corpo Chronologico*, I, 13, 29.
(74) *Corpo Chronologico*, II, 17, 49.

de Bartolomeu Marchione sua fazenda à fiança do que há de pagar da pimenta que receber do contracto dos 2.000 quintais dela *que ora fez* (75).

Em 22 de Fevereiro de 1510 recebeu do Provedor da *ilha da Madeira para si e para seu tio Bartolomeu Marchone 2.446 arrobas e 23 arrateis d'açucar branco da jurisdição de Machico* (76).

Em 31 de Julho de 1511 assinou D. Manuel uma ordem para o tesoureiro e escrivães da casa da Índia àcêrca de um acôrdo com Bartolomeu Marchione sôbre a compra de 8.500 cruzados em pimenta ao preço de 22 cruzados o quintal. Marchione pagava em sêdas, brocados e panos de lã (77).



Fac-simile da assinatura de Bartolomeu Marchione.

Ainda em 2 de Abril de 1519 assinava D. Manuel um alvará pelo qual ordenou ao contador Moracote, que então exercia o cargo de contador-mór, para certificar a parte que Bartolomeu Marchione tinha na renda da cisa dos panos de Lisboa, relativa ao ano de 1517, e, conhecida essa soma, o rei mandou-lhe passar quitação em 29 de Julho de 1519 (78).

Da vida mais íntima de Marchione averiguámos particularidades que concorrem para compor a flagrante biografia do opulento mercador. Em 1 de Março de 1496 legitimou D. Manuel a Maria Marchiona (sic), filha de Bartolomeu Marchione, florentim, e de Catarina Dias, mulher solteira (79). A legitimação foi a rôgo de Marchione. Mais tarde surgem amores novos, pois que em 26 de Junho de 1506 foi legitimado Pero Paulo, filho do sobredito florentim, morador na cidade de Lisboa, e de Leonor Eanes. No mesmo dia foram legitimados mais Leonardo, Belchior e Domingos, todos filhos do mesmo Bartolomeu Marchione.

Tantos privilégios ao opulento armador salientam a sua situação e a conta em que o tinha o soberano, certamente pelos grandes serviços que êle prestara à política económica de D. Manuel, conseqüente ao descobrimento do caminho marítimo da Índia.

Marchione tornou-se uma figura de especial interêsse na história do Brasil desde que se apurou a inclusão de um seu navio na armada de Pedro Álvares Cabral. Por isso, principalmente, registamos aqui os documentos que ajudam a reconstituír a sua individualidade.

Do sócio Francisco Martins nada conseguimos apurar.

Pelo que respeita a Benedito Moreli, as notícias são concordes em que era *nipote* de Marchione, com quem vivia. Àcêrca dêle temos conhecimento de um documento de que constam os nomes de suas duas filhas, Isabel e Constança (80).

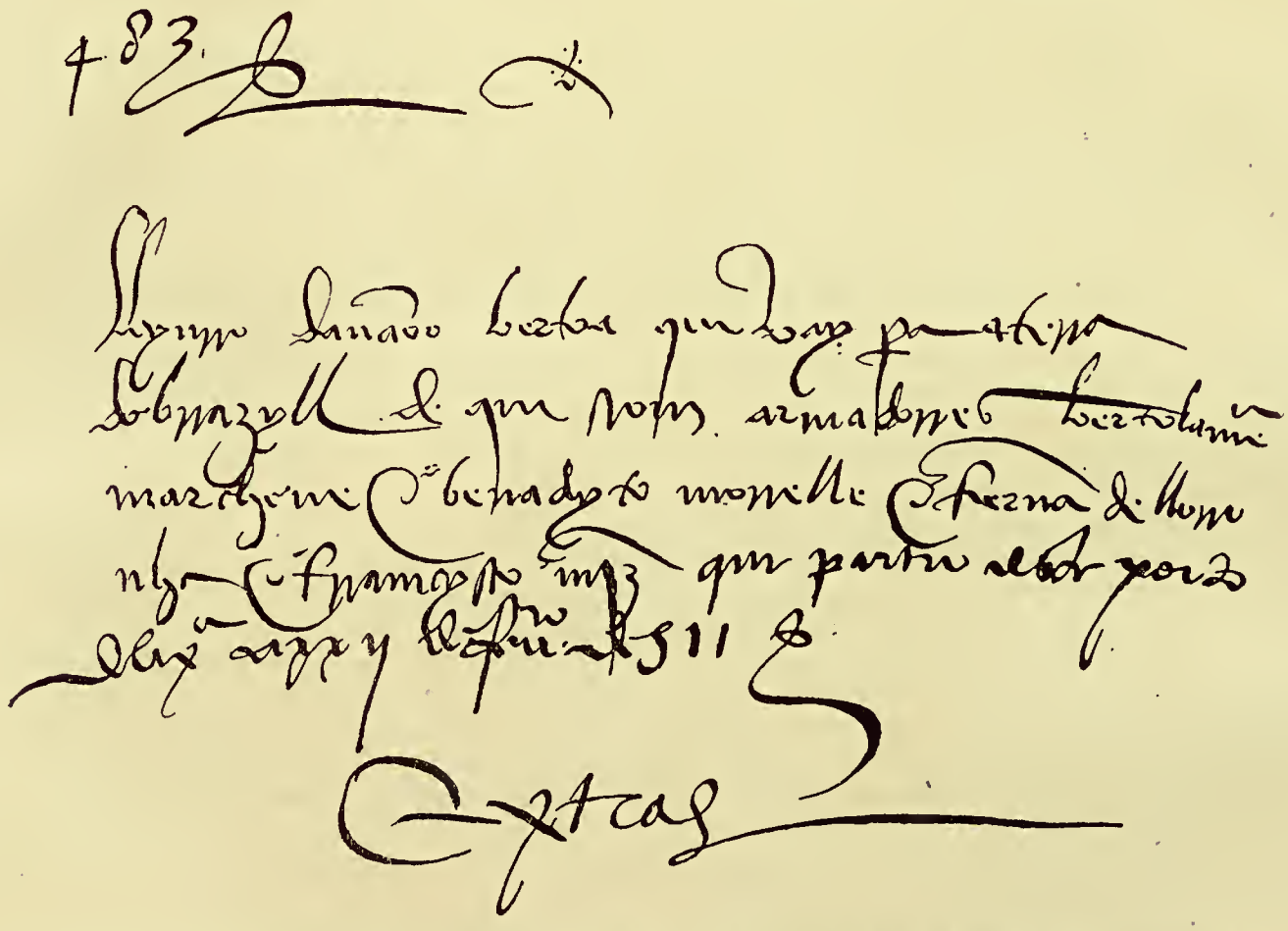
Tais eram os societários da náu *Bretôa*, assim chamada, possívelmente, por ter sido construída nos estaleiros da Bretanha (81). Dela foi por capitão Cristóvão Pires, por escrivão Duarte Fernandes, por mestres Fernão Vaz e João Lopes Carvalho, depois ao serviço de Espanha, e que tomou parte activa na expedição de Fernão de Magalhães, de circunnavegação do globo (82).

Vamos seguí-la na sua derrota e na sua missão.

Em um sábado, 22 de Fevereiro de 1511, defronte do môrro de Santa Catarina do Monte Sinai, partiu o navio de foz em fóra, caminho das Canárias. Conhecemos-lhe já os proprietários, que do alto a seguiriam com a vista alanceada de cuidados, e o experimentado capitão, adestrado nas lides do oceano, que há de guiá-la com segurança a pôrto de salvamento. Também lhe conhecemos a tripulação, ou *companha*, como lhe chamavam então.

(75) *Corpo Chronologico*, I, 10, 38.
(76) *Corpo Chronologico*, II, m. 21, 13.
(77) *Corpo Chronologico*, I, 10, 73.
(78) *Cartas missivas*, m. 3, n.º 715.
(79) *Legitimações da Leitura Nova*, I, fls. 125 v.
(80) A 19 de Dezembro de 1537, ordenou D. João III aos contadores da Casa real que fôssem entregues 500 arrobas de açucar a Isabel Morely (sic) e Constança Morely, filhas e herdeiras do falecido Benedito Morely, a-pesar-de haver mais herdeiros na Índia, dos quais não havia notícias. Essas 500 arrobas de açucar haviam sido mercê de D. Manuel a Benedito Morely, rendeiro que fôra da ilha da Madeira em 1516-17, por motivo da perda que sofrera o arrendatário durante êsses anos. O haver-se perdido o alvará régio deu causa a que se protelasse o pagamento. *Corpo Chronologico*, I, 60, 46.
(81) Em nota à primeira publicação do Regimento, escreveu Varnhagen: «Ignoramos se esta náo *Bretôa* era ainda a mesma que, segundo Gaspar Correia, fôra em 1502 á India, capitaneada por Francisco Marecos. Dos armadores sabemos que Morelle vinha a ser sobrinho de Marchione, que ambos negociavam em assucares e eram mui ricos».
Era vulgar a denominação de *Bretôa* aplicada às náus e caravelas. Em 1496, uma flotilha composta de 3 caravelas, a *Santa Maria de la Guia*, a *Lazaro* e a náu basca *Bretona* partiu de Cadiz para as Antilhas. Nos documentos relativos às primeiras expedições da Índia com certa freqüência se encontram referências a navios com êste nome. Também na relação dos navios, então na Índia, inclusa na carta de António Real, de 15 de Dezembro de 1512, mandada de Cochim a D. Manuel, figura o navio *Bretam*.
(82) Pigafetta, referindo-se a João Carvalho, «nosso piloto», que o informara dos hábitos de antropofagia dos indígenas, observa que êle passara quatro anos no Brasil. A pág. 18 da edição francesa de 1809.

Dela faziam parte moradores em Alfama, no bairro ribeirinho de Lisboa por excelência, às Fangas da Farinha, a Cata-que-Farás, a S. Julião; na Ferraria, nos Mártires; a Nossa Senhora da Conceição, a S. Nicoláu, às Alcaçarias e à Raposeira. Havia quem fôsse natural do Pôrto, de Alverca, de Santarém, de Marialva, de Lourêdo, de Canas de Senhorim, da Covilhã, e até um Fernão Martins, galego, da Corunha, e um Pero Anes, calafate, natural de Cidade Rodrigo. Entre o pessoal de bordo encontramos o dispenseiro Jurami, criado do próprio Marchione, e Bastião, seu escravo, um António Fernandes, negro, escravo de Rui Gomes, e quatro pajens, respectivamente do capitão, do mestre, do pilôto e do contra-mestre. Se o tempo nos houvesse conservado os restantes regimentos das armadas, saberiamos hoje os nomes de quantos portugueses visitaram o Brasil no primeiro período da sua história.



Llyuro da nao bertoa que vay pa a terra do brazyll de que som armadores bertolameu marchone e benadyto morelle e fernã de lloronha e framcysco mjz que partio deste porto de lixª a xxij de feuro de 511

¡Boa viagem! ¡boa viagem! seriam os votos das famílias dos tripulantes ao verem descer o Tejo para o mar a náu *Bretôa*.

A 6 de Abril, domingo de Lázaro por sinal, avistaram os navegantes o rio de S. Francisco já na terra do Brasil. Quinta-feira santa, 17, chegaram à Bahia de Todos os Santos, onde permaneceram até 12 de Maio, em que se fizeram de vela para o Cabo Frio.

Aí era já a êsse tempo a residência oficial de um feitor a quem o capitão Cristóvão Pires devia entregar as mercadorias de que era portador, cobrando dêle o competente conhecimento para entregar em Lisboa.

Pelas suas minuciosas instruções, o Regimento revela-nos a existência de uma organização, embora rudimentar, para resgate, comércio e defesa, em vários pontos do litoral.

Como vimos em documento que pela primeira vez integrámos na História, o contracto com Fernão de Loronha vigorara apenas por três anos. Só por hipótese se tem identificado a feitoria fortificada erguida pela frota de 1503, segundo a narração do incerto Vespúcio, com esta feitoria de

Cabo Frio. Se tivessemos em conta a veracidade da latitude transmitida por Vespúcio, seria outra a feitoria ou fortim levantado em 1503, em obediência a uma das cláusulas do contracto de arrendamento. Em Pernambuco e na Bahia já existiam também postos de resgate e defesa.

Pelo alvará de 5 de Julho de 1526, D. João III determinara a Cristóvão Jacques, enviado «por governador ás partes do Brasil», que na primeira caravela ou navio que das ditas partes viesse ao reino, deixasse vir Pero Capico, «capitão de uma das capitanias do dito Brasil», por ser acabado o tempo da sua capitania.

As ordens de. el-rel foram cumpridas. Pero Capico regressou a Portugal, porquanto acompanhou como escrivão a Martim Afonso de Sousa, em 1530.

Havia pois capitães de costa para defesa das feitorias espalhadas pelo litoral.

De qualquer modo, o Estado não se desinteressava do novo domínio e procurava defender na medida do possível a sua soberania e os interesses do comércio.

O regimento da náu *Bretôa* assume uma invulgar importância pelo que nos revela da organização das feitorias. Na de Cabo Frio a náu *Bretôa* desempenhou a sua missão, expressa no Regimento: *ir a resgate do brasil,* isto é, elucida ainda o documento, haver *toda a carga de bom brasil com a menor despesa possivel.*

Deviam o capitão e o escrivão presidir à arrumação e contagem de toros, de modo que a náu ficasse dêles repleta. O carregamento principiou em 12 de Junho, durou quási todo o resto do mês e ainda dois dias de Julho. Não contando rachas e paus fendidos, orçava a carga por 5.000 toros.

Era expressamente proïbido à tripulação maltratar os indígenas e com êles exercer comércio de armas, podendo porém fazê-lo de facas e tesoiras. Continha o Regimento disposições referentes ao falecimento de tripulantes, respectivos testamentos e inventários, que deviam ser entregues à chegada, e também às penalidades a aplicar aos blasfemos, pois era hábito vulgar em marítimos êste de rogar pragas. Não podia também o capitão consentir que a náu *Bretôa* transportasse do Brasil alguns naturais, embora por sua livre vontade, porquanto se viessem a falecer cuidariam os de lá que também em Portugal os matavam para comer.

Tomada a carga, devia o capitão regressar directamente a Portugal, como parece ter feito, e só em extrêma penúria de água, lenha ou alimento lhe era consentido tocar na costa da Guiné. Chegando a Lisboa, nenhum tripulante podia saltar em terra ou desembarcar qualquer mercadoria antes que fôsse a bordo a autoridade competente para o despacho.

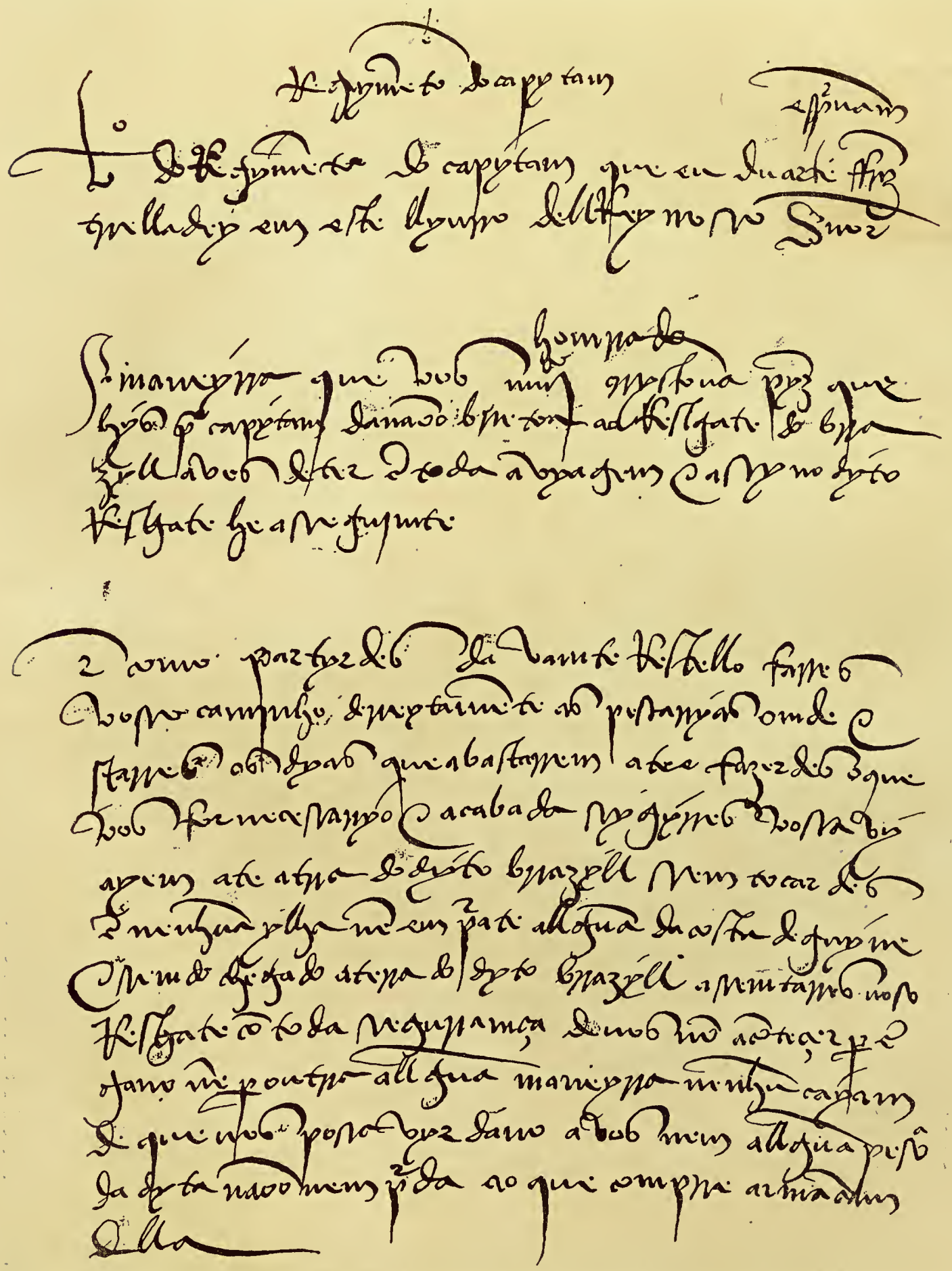
Muita cautela se recomendava ao capitão com a gente que mandasse a terra, não acontecesse ficar por lá, *como algumas veses já fizeram, que é cousa muito odiosa ao trauto e serviço do dito Senhor* (el-rei D. Manuel). Prescrevia-se ao capitão que não consentisse que nenhum homem descesse na terra firme, mas *somente na Ilha onde estiver a feitoria.* Poderia a tripulação trazer papagaios, gatos e escravos, tudo porém devidamente escriturado, para efeito do pagamento dos direitos e com a licença do feitor. Com efeito, além do pau brasil, a carga da náu *Bretôa* compunha-se de trinta e seis escravos, sendo seis do capitão, cinco do escrivão, três do mestre, oito do pilôto, e o resto de vários, entre os quais cinco de Jurami, o nosso conhecido dispenseiro. Era o valor dêstes escravos 173,000 reais, dos quais el-rei tinha o quarto.

A distinção que no Regimento se faz entre *naturais* e *escravos* deixa claramente entender que a proïbição não abrangia os aborígenes prisioneiros, pois neste caso trazê-los correspondia a livrá-los do sacrifício a que estavam condenados.

Com êsses captivos vinham também gatos *(maracayás)*, papagaios, toins, macacos e saguís. ¡Jardim Zoológico em miniatura e ambulante, que assim se desprendia do continente d'além Atlântico para a velha Europa ([83])!

([83]) O Regimento da náu *Bretôa* foi dado a conhecer pela 1.ª vez em 1844 por Varnhagen e depois publicado em Nota 13 (págs. 427 a 432) do 1.º volume da *Historia Geral do Brasil*, 1.ª edição. Em 1861 foi publicado no tômo XXIV, 1.º trimestre, da *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil* e, em 1858, havia-o já sido, embora muito incorrectamente na *Chorographia Historica* de Mello Moraes.

Contendo o Regimento 32 páginas manuscritas, que se elevariam a 64 páginas quando acompanhassemos o fac-simile com a sua leitura, limitámo-nos a publicar o seu texto em apêndice a êste capítulo, reservando para um volume destinado exclusivamente à documentação a reprodução integral do fac-simile.



Primeira página do regimento do capitão da náu *Bretoa*, fac-similado do documento original guardado no Arquivo da Tôrre do Tombo

V—A CARGA DA NÁU *BRETOA* COMPARADA COM AS CARGAS DAS NÁUS DA ÍNDIA

QUE diferença das mercadorias da náu *Bretôa* para as que abarrotavam os porões das náus da Índia!

O rei achava-se isento de qualquer escrúpulo religioso para comerciar com os infieis pela bula de 4 de Julho de 1505, *Sedis Apostolica Benigna*, na qual o papa Júlio II autorizava D. Manuel e os seus súbditos a enviarem *metalla, eris, et arami et mercantias ad prefatos guineas seu nigros vel mauros aut indos*, seguindo na mesma corrente o breve de 2 de Abril de 1506.

Para noticiar o novo horizonte aberto à especulação mercante europeia enviou D. Manuel ao Papa uma carta, acompanhada de outra ao Cardeal Protector ([84]), documento dos mais elucidativos para a história das transformações políticas e económicas operadas no mundo pelas navegações portuguesas:

Carta enviada para Roma ao Cardeal Protector, acompanhando outra em que D. Manuel noticiou ao Papa a descoberta do caminho para a Índia e dando-lhe minuciosas informações a respeito daquela região

Reverendissimo em christ padre, que como Irmaão muito amamos Nos dom manuel per graça de deos Rey de portugal e dos algarves daaquem e dalem maar em africa e Senhor de guinee e da conquista da navegaçam e comercio de ethiopia arabia persia e India nos envyamos encommendar a Vossa Rev.ma P. Antre as outras muitas cousas que teemos de tomar sobejo prazer da muy grande nova e mercee com que a nosso Senhor aprouve nos comprir nossos desejos, dando desejado fym a nosso trabalho acerca da investigaçam de ethiopia e India, terras outras, e Ilhas orientaes certo nom he a ssomenos poder Vossa Rev.ma P. veer e aveer em seus dias a muita parte e quinham que lhe nysso cabe asy pollo que a natureza vos obligua como pollo muito amoor que aa nossa pessoa e Regnos sabemos que teendes por onde podees bem conheçer quam de boa mente e com quanto prazer vollo notificamos, no que por escusarmos mais prolixidade e poderdes saber assaz compridamente o processo deste caso pollo que escrevemos ao santo padre vos envyamos dentro neesta a menuta de sua carta, soomente vos fazemos saber algumas mais particularidades das novas e cousas daquellas terras ora achadas por folgarmos serdes dellas sabedor, e tambem pera o santo padre poder seer per vos dellas informado, *querendo sabello.*

Primeiramente, aallem do que a sua santidade screpvemos saberá Vossa Rev.ma P. que estes que ora tornaram da dita investigaçam e descobrimento, antre outros portos da India, esteveram em huma cidade chamada Quelecut *principal escapulla de mercadaria da yndia donde nos trouxeram toda maneira de speçearia a saber: Canela, cravo, pymenta, gingibre, noz nozcada, benjoy, ambar, almisquere, perlas, rrobys, e todo outro genero de pedraria e mercadarias preçiosas. O Rey desta Çidade se tem por christaão e assy a mayor parte de seu povoo, os quaees mais com verdade se devem teer por hereges vista a forma da sua christandade, de que ao santo padre screpvemos. esteveram os nossos neesta cidade tres mezes des a fym de mayo atee cabo dagosto nos quaees meses entam era ho Inverno della tybo sempre mais que cá, porem de chuvas infindas e muy grandes e continuas mais que neestas partes. neste tempo nom viram la outra fruyta conhecida a elles, nem dizem que ha ha la, per todo o anno senão pipinos, laranjas, limoões e cidras. Outras fruytas ha lá muy desvairadas das nossas; uvas nom tem nem vinho, nem azeyte senão de palma, folgam muito com o nosso. carne nom comem jeeralmente aveendo por mal matala pera ysso. Outrossy affirmam estes aveer na India XXXVIII° Reys e a mayor parte delles christaãos da meesma maneira dos de quelecut pouco mais ou menos. E o mayor dos Reys christaãos se chama Rey de xolmender e de narçem e se diz ser Senhor de muyto muyto grande terra, andadura de meses e de gram poder de gente e cavallos e elefantes. Ha na India grandes frotas, naaos grandes de mill botas as maiores e muy muytas outras meaãs e pequenas, com que trautam de huuns portos pera outros. Ha muitos cossairos, sua artelharia e tiros sam bombardas e arcos. A ylha taprobana a qual la se chama ceylam he çento e çinquenta leguoas pouco mais ou menos de quelecut, e do mais perto de terra firme a ella poem navegaçam de tres dias. fazemna nom tamanha como se ca cuidava. o mar dantre ella e a terra firme he muyto baixo e de pouco fundo. Darredor della jaz muy grande numero de ilhas pequenas muitas dellas povoadas. nella ha muita canella fina, muita pedraria e assy outras preciosas mercadarias. trouxeramnos os nossos çinquo ou seis indios naturaes de quelecut, dos quaees hum delles era mouro e jaguora christão e os outros christaãos da maneira em çima dita. estes indios sam menos pretos que guineus de huma pretidam sobre roxo porem seus cabellos corredios, e em narizes e todas outras particulares feições e jeyto de seu rrostro semelhantes de todo aas gentes de ca. E mais nos trouxeram hum mouro de tuniz que la estava homem bem sabido e avisado; e sobretodos hum outro que era judeu e jaguora christaão tornado homem de grande discriçam e engenho, naçido em alexandria, grande mercador e lapidario, o qual avya XXX annos que trautava na India e a sabe assy esmeuçadamente toda e quanto nella ha, e assy todas as terras daçerca e cousas dellas des alexandria pera la, e da India pera o sartaão e tartaria atee o mar mayor, que bem se mostra acharse aquella terra por grande misterio de nosso Senhor pera seu santo serviço e bem da christandade,*

([84]) Em *Alguns documentos*, pág. 95, está publicada a carta dirigida por D. Manuel I aos reis de Castela, dando-lhes parte da descoberta da Índia, em ? transcrita da *Colecção de S. Vicente*, vol. 3.º, pág. 513, mas não esta. Também transcreve, embora apenas no sumário a Informação das drogas, especiarias e comércio da Índia (minuta) da *Colecção de S. Vicente*, vol. 3.º, pág. 511. Esta é o próprio original, que admira ter vindo parar às mãos dos cónegos de S. Vicente.

MAPA DO BRASIL REPRODUZIDO DO ATLAS DOS REINEL

Veem-se aborígenes cortando e transportando o pau brasil.

poys loguo com ysso ordenou de se nos trazer este homem, que avemos açerca por tanto como todo o all porque sem elle viir estevera aynda muitos annos todo o achado por se saber tam comprida e intrinsicamente como aguora de nos he sabido, deos seja louvado. este homem sabe fallar hebraico, caldeu, arabico e alemam, falla tambem Italiano mesturado com espanhol tam claro que se entende como hum portugues, nem elle menos os nossos.

Nos tanto que esta nova soubemos, loguo mandamos fazer jeeraees proçisoeẽs per todos nossos Regnos, dando muitas graças a nosso Senhor, que nos en tanto graao rremunerou neesta parte, e descansou o desejo e trabalho nosso e de nossos anteçessores. E çerto por esta cousa tanto rredundar em louvor do Senhor deos, e exaltaçam de sua santa fee, serviço da see apostolica, e proveito da republica christaã. E assy á honrra do santo padre por ser em seus dias e desse sacrosantissimo collegio, deve sua santidade e Vossas R.mas P. mostrar publicamente nom menos allegria e dar por ello muitos louvores a deos. Outrossy como quer que per doaçoeẽs apostolicas muy largamente tenhamos o senhorio e dominio de todo o per nos achado de guisa que pouco neçessario pareça mais nada, porem muito nos prazera e affeituosamente vollo rrogamos que depois de dadas nossas cartas ao santo padre e ao collegio *queiraees fallando nysso como de vosso ao menos por mostra dalgum novo contentamento, pera nos em cousa tam nova e de tam grande e novo merecimento* aveer de sua S. nova aprovaçam e outorga dello, *na milhor forma que pareçer a Vossa R.ma P. a qual nosso Senhor praza conservar como ella deseja. scripta em lixboa a XXVIII dagosto de 1499.=Rey=* Collecção de S. Vic.te, L.o 14, fl. 1.

Completando as informações das missivas régias era mandada também para Roma uma relação mais pormenorizada das mercadorias da Índia, que a seguir publicamos, e da qual até hoje era apenas conhecido o respectivo sumário:

Certa ẽformaçã do mais que na India e provincias dellas ha.

Que he brasil lacar ruybarbo casefestolla e todo outro jenoro de necesidade de botica e muyta parte das cousas dela que ajnda ca nõ sam praticadas q̃ sam muy medecynaaes e emcemço em tanta cantidade que casy como ca nesas partes com elle se bream e garnecẽ as naoos e navyos asy se faz la com elle nas suas naaos. Ha muyta tutya em allguũas cidades da Yndia carregã pera Meca naaos de tanta delgadeza e asy fynas q̃ la antre os mouros de Meca e daquellas partes ẽ q̃ contynuadamẽte se faz disso abastado trauto sam de grande jstyma e vallia e desta mercadarya e doutros panos de que geralmente se vestem as jentes de huma soo provinçia chamada daabul pasam cada ano a Meca duas tres naaos carregadas q̃ levam cada huma desta fazenda vallya de ẽ ducados de que allgumas mostras nos trouxeram.

Açuquar teem que se faz do vinho de palma e tambem de canas nõ é da sorte do nosso de caa porẽ em sustançia açuquar e he feyto assy como farynha. Lyno aloes de quatro sortes de fynesa e em muyta soma, procellanas q̃ vem doutras provincias de fóra da Yndia a ella venderse e em asaz cantydade de que os nossos agora nos trouxerã algũas peças e de toda a outra mais sorte de mercadarya e pedrarya preciosa, mynas douro descobriram tambem de que esperamos com ajuda de Nosso Snr. deos m.to fruyto. O rey desta cidade de Calecut em que os nossos mais continuadamente passaram e esteveram etc.

Vvas assi como as nossas e muito triguo que se lá chama formento, peras, maçaãs, nozes, figos, amendoas e romaas e outras muytas fruytas da sorte das de cá. Ha em huma grande jlha da Indya e em outras partidas della tambem ha muyto trigo. Comumente porẽ se gasta arroz que he em grande abastança; muytos gados vacunas e myudas e em muyta soma, muytas galinhas como as nossas e ainda perdizes que ha... Nas costas: .... a Roma, do descobrimento (85).

¡Como era pobre, em confronto com estas relações, a carga da náu *Bretôa*! (86).

VI—O VALOR MERCANTIL DO PAU BRASIL

NEGÓCIO das especiarias e drogas orientais representava o ramo mais lucrativo do comércio dos séculos XV e XVI. As ideias dos descobridores espanhois e portugueses giravam em volta dêsse problema: «achar a terra *ubi piper et auri copia*». Assim se expressa um ilustre investigador e arqueólogo (87) caracterizando sob o aspecto económico a época que estudamos.

As especiarias vinham a Lisboa e daqui eram reexpedidas para as praças comerciais da Europa. Como depoïmento da actividade mercantil manuelina leia-se o seguinte e instructivo documento:

(85) Tôrre do Tombo, *Colecção de S. Vicente*, vol. 3.º, fl. 511.

(86) Encontrámos notícia muito posterior de outra náu, chamada esta *Francesa* (uma das tomadas por Pero Lopes de Sousa), que descarregou em Vila Nova de Portimão a sua carga de pau brasil e de que se conserva na Tôrre do Tombo o respectivo regimento.

(87) Joaquim de Vasconcelos, *Archeologia Artistica*, vol. I, fas. IV, pág. 136.

Carta escrita de Veneza, em 1508, por Vicente Rodrigues de Calvos, contendo os preços das especiarias nessa praça comercial

Senhor — Ao primeiro dia de fevereiro depoes de mjnha chegada de palenço screvj a vosa alteza e outra juntamente com o escrivã nas quaes dej larga conta a vossa alteza asy da descarrega da naao nazare e do que pasarã a naao ferros e hûn dos navjos q̃ levej per a dita descarrega com tormẽta e o q̃ aprovejtou mjnha yda laa ẽ pesoa como doutras cousas as quaes cartas enviej per via de jã francisco de lafeitaa e creo q̃ serã dadas a vossa alteza. Depoes Sõr. acaso se fez hûn correo pera genoa a presa e escrevj brevemente a vossa alteza por me topar fora da pousada e a tempo da partida do dito correo ẽ a quall alem do q̃ nela escrevj me Reportej a esta.

A descargua dos navjos q̃ forã a levar a naao a palenço e asi da naao ferros e despachalos açucares das alfandegas e dereitos desta terra foy algû tanto espaçosa por ser no tempo q̃ vierã as tres guales de barute como escrito tenho a vossa alteza a qual coussa durou todo o mes de fevereiro e asy ẽ os agaselhar em magazẽs e lugares q̃ lhe conpriã e achou me S.or a vinda desta (sic.) *naaos tanto sem dinheiro pera as despessas q̃ me conpriã fazer por q̃ como o escrito tenho a vossa alteza do dinheiro q̃ puder fazer nos açucares do anno pasado paguej as divjdas q̃ gaspar diaz deixou feitas e outras q̃ eu fiz e o que majs vẽdido tenho he a tempo larguo e como mjlhor pude a preço de quatro dinheiros e meo o cento das livras como vossa alteza mais largamẽte tera visto per mjnhas cartas / de modo S.or q̃ nã tive outro Remedio se nã tomar a caynbo tres mjll e nove çentos e vinte dinheiros com q̃ paguej e cõ o q̃ tinha os fretes das ditas naaos como diso dara gonçalo dalmeida escrivã da dita naao nazare ou o patrã dela conta a vossa alteza e asy paguej os dereitos da alfandega q̃ sam quatro por cento afora outras despessas de pesadores e escrivães etc. Em o quall buscar de dinheiro me vy ẽ açaz fadiga por a terra estar tã estreita de dinheiro por rrespeito desta guerra do emperador contra esta senhoria como por bancos q̃ quebrarã aqui e ẽ lion pera onde se estes cambos fazẽ com mjlhor partido q̃ pera outra parte.*

Os panos de seda e de laã e outras cousas q̃ envio na dita naao nazare a vossa alteza como tudo yra decrarado e asy os preços e medidas todas sam fiadas a tempo dele breve majs do q̃ eu qujsera e delas o mjlhor q̃ pude pera o quall S.or escrevj a vossa alteza que pera mais seu servjço me devja loguo mandar acudir cõ dinheiro em letra por que o cambo q̃ fez pera liom vem aquj o pagamento dele a xb de junho q̃ vira / e eu não creo seg.o a maa venda q̃ os açucares agora tem por Respeito desta guerra e njnguẽ nã vir de fora conprar nẽ da terra a dinheiro contado / que poderej pagar ao dito tempo nem as sedas e panos q̃ vã. / e pera fazer ma venda dos açucares e abaixar os preços por tocar algû dinheiro nã me pareçe serviço de vossa alteza fazelo sendo tanta soma delas e como huã vez abaixasem hiriã senpre per hû estilo. / e seria queimalos pera o quall beijarej as maãos de vossa alteza loguo me mandar provjsam pera ysto por que njsto se adianta provejto e servjço de vossa alteza e a mjm tira de mjnguoa vimdo o tempo e nã conprindo cõ as partes. /

As naaos nã poderã ser despachadas mais cedo por que os veludos avelutados e cetins velutados mandej fazer na fineza q̃ vossa alteza me escreveo por que feitos nã sacharã daquela sorte e asy os tafetas dobrados e o tempo de serem feitos he por xb deste março em q̃ estamos e tenho ja em poder feitos casy todos os quaes herã com as outras cousas em a dita naao grande por yrẽ mais seguras e mjlhor q̃ a dita naao vaj sem frete nã hera bem q̃ se partise sem estas cousas por q̃ nam sey quamdo se achara pasagem. / e em a naao grande estar em palenço e nã aquy fez mujto menos custo por q̃ casy toda a gente dela andou qua ate guora estoutra naao ferros esperou por mjm por q̃ tanto q̃ tever as sedas Recolhydas / me parto nela vin dampulha a dar lhe carrega do salitre pera que tambem me conpre boa soma de dinheiro e em o logo aviar e ẽviar a vossa alteza sem ter dinheiro tenho usado tanta deligençia quanta creo q̃ njngẽ podera ter majs.

Ja escrevj a vossa alteza tres vezes sobre o frete da naao grande e como se desatou de tudo mateu çine do que me fez escrever a vossa alteza depois S.or ate quy se buscou todo rremedio pera frete e nã se achou somente alguas coussas q̃ a dita naao levã de viagem pera esses lugares do camjnho de que se tirara algû precalço. / por a naao S.or vyr tarde se nã achou frete e crea vossa alteza q̃ nã pude ca majs fazer, de tudo o que levarẽ a vossa alteza hira decrarado e os preços e medidas e casy a tudo esteve gonçallo dalmeida de q̃ se vossa alteza pode emformar. / e asy das carezas de caa q̃ njnguẽ o crera senã quem o vir pera o q̃ soya ser ẽ tempos pasados por q̃ S.or como çarrou o principall todas as outras coussas alevãtarã e nã vierã na avondança q̃ soyã vir.

Mjnha partida S.or daquy na dita naao ferros sera ẽ todo caso nõ o estorvando o tempo e Deus querendo a xb deste março e levo na dita naao bizcoito pera dar de viajẽ a naao grande e as sedas e panos e outras coussas de vossa alteza pera lhe tudo dar e asy hû avjto q̃ lhe qua mandej fazer por q̃ vinha a dita naao grande desamarrada e rrequereome o patraão da parte de vossa alteza. o preço das espeçearias agora sam estes nesta cidade pimenta o carguo a cem dinheiros no quall ha iiij sentaraes e cada sentarall tem duas arrobas e mea de la. gengivre beledi a xx dinheiros o çento das livras. gengibre mequj a xbiij º⁀ dinheiros o çento. canella a xxx dinheiros o çento. maces lxxxx bj dinheiros o çento. nozes a xxb dinheiros o cento. canela longa a Riij dinheiros o cento. cravo a dez grosos a livra e destes grosos ha no ducado xxiiij. Estoraque a xbiij º⁀ dinheiros o cento. pimenta longa a bij grosos a livra. gardamomo a bij grosos a livra gualanga a cinquo grosos a livra. jmcenso a x dinheiros e meo o cento. Carpo valsamo a bij grosos a livra. Canfora a xxij grosos a livra. bemjuy a xbj grosos a livra. lenho aloe a xxx grosos a livra. almizquer a b dinheiros e meo a livra. anbra a tres dinheiros a livra. E todas outras especias drograrias estã no mesmo preço dante como escrito tenho a vossa alteza e ha hû mes q̃ estavã mais altas. / depois da vinda das gales. / as quaes trouxerã todas tres oitocentos e setenta e sete colos despeciaria o q̃ em outros tempos nã hera carrega jmteira de hûa e os preços q̃ laa custarã ho majs alto xx e xxb por cento do q̃ quaa valem per carguo e esporta / as outras tres gales q̃ hiã peralexandria Retornarã do camjnho e vierã a candea avisadas do garabelho q̃ laa levantarã os mouros as guales ẽ q̃ foy o ẽbaxador do soldã e ẽ q̃ hia a divjda velha ẽ cobre o q̃ nã qujserã mas ante lançarã mão por o dinheiro e mercadarias dos mercadores q̃ hiã nelas / e esta coussa esta asy calada 49< 242 Diij õ y< 7 2 p q uj oy∠ vnz b q y 2< 6∠19 yqn y yn 819. /

Beijo S.or as muj Reaes maãos de vosa alteza cuja vida e muj Reall estado Deus acreçente e prospere como deseja de veneza iiij dias de março de 1508 = v.te Rõiz de calvos. — Corpo Cronologico, Parte 1.ª, Maço 6, N.º 87.

A madeira cujo nome consagrou a terra do Brasil figurava entre as mercadorias que Portugal dava à Europa. Vê-se da lista de mercadorias permutadas, durante o reinado de D. Manuel, com os estados de Flandres e Brabante e publicada no *Archivo Historico Portuguez*, que entre elas figura o brasil, não só o da Índia, aludido na minuta atrás, como também o brasil de Santa Cruz.

De Antuérpia participava o feitor João Brandão, em 8 de Agosto de 1509, que o brasil de Santa Cruz valia a 28 soldos o cento (88). Da carta datada de Bruxelas a 6 de Maio de 1516 e escrita por Rui Fernandes, consta que nessa data já o pau brasil tinha cotação em Flandres. Eis textualmente a passagem da carta que nos interessa e de cujo original o copiámos (89):

«*Quanto ao preço das espeçiarias, que teveram esta feira de pascoa ella foy muito roim e teveram mao despacho as mercadorias por caso destes bancos rotos que romperam dous mercadores com XX mil crusados que fez grande perda, a tera está perdida de todo, a pimenta valleo amtes da vinda das naos a 20 dinheiros e a 20 $^1/_2$ e com a vinda veo a 19 $^1/_2$ e a $^1/_4$ por as grandes finanças que se fezeram logo porque a terra está mynguada della, gengyvre 13 dinheiros, o de Veneza 18, canella longa 4 soldos, 8 a curta, 3 soldos e 2 dinheiros maças, 5 soldos e 2 dinheiros nozes, 26 dinheiros cravo escolhido, 10 soldos e em balla 8 soldos e 10 dinheiros malagueta, 7 dinheiros brasyll ....*»

A 5 de Fevereiro de 1517, um ano depois, pouco mais ou menos, o feitor Pedro Correia escrevendo de Bruxelas, dizia: ... «*As provisões do negoçio do brasyll envio a V. A. per este posto que nom vaão a mynha vontade nem as pude em outra maneira aveer ...*» (90).

No dia seguinte, 6 de Fevereiro de 1517, também de Bruxelas, Rui Fernandes participava a D. Manuel que o brasil tinha o preço de 25 soldos (91).

Já os espanhois traziam da América Central grande quantidade de brasil, que concorria com o de Santa Cruz, sem contar com as cargas que dali traziam aos portos de França os numerosos navios corsários que iam aos longínquos domínios portugueses abastecer-se.

Tudo isto explica suficientemente as causas que determinavam a metrópole a confiar à exploração dos particulares as magras riquezas de Santa Cruz, aplicando no comércio com a Índia a quási totalidade dos recursos do Estado.

Seriam precisos outros estímulos, mais altos e nobres que os do interêsse mercantil, para moverem a corôa ao gigantesco empreendimento da colonização de Santa Cruz. A seu tempo os veremos aparecer.

(88) Tôrre do Tombo, *Corp. Chr.*, I, 17, 120.
(89) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pág. 64.
(90) Tôrre do Tombo, *Corp. Chr.*, I, 21, 24.
(91) *Archivo Historico Portuguez*, Vol. 3.º, pág. 126.

APÊNDICE A

Confirmação da capitania da ilha de S. João (Fernão de Noronha) a seu trineto João Pereira Pestana (1692)

Dom Pedro por graça de Deos Principe de Portugal e dos Algarves etc. Como Regente e governador dos ditos Reinos faço saber aos que esta minha Carta de Confirmação por susseção virem que, por parte de João Pereira Pestana, filho legitimo barão vnico que ficou por falecimento de João Pereira Pestana, seu Pai, netto e herdeiro da Caza de seu Avô, Fernão Pereira Pestana de Loronha, donatario que foi da Ilha de São João, me foi aprezentada huma Carta tirada da Torre do tombo, asinada por João Duarte de Rezende, guarda-mor della (sic.) [per] vertude de huma minha provizão, que para esse efeito se passou, de que o tresllado he o seguinte:

Dom Pedro, por Graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarves etc. Como Regente e governador dos ditos Reinos e Senhorios etc. faço saber que, por parte de João Pereira Pestana, foi aprezentado ao guarda-mór da Torre do Tombo huma provizão, feita em meu nome, passada pella minha chancellaria, nas costas de hûa sua petição de que tudo o tresllado he o seguinte:

Diz João Pereira Pestana que para bem de seus requerimentos lhe he necessario o tresllado das Cartas e Mercês e mais documentos que elle supplicante apontar, que estão na Torre do Tombo, e por que se lhe não podem passar sem provizão de Vossa Alteza=Pede a Vossa Alteza lhe faça mercê mandar passar provizão para se lhe darem as certidões refferidas na fórma costumada e Receberá mercê,=*Despacho* =Passe na fórma do estillo. Lisboa, dezanove de Dezembro de seis centos setenta e tres. Rubricada com sinco rubricas dos menistros do Desembargo do Paço.

Dom Pedro, por Graça de Deos Principe de Portugal e dos Algarves etc. Como Regente e governador dos ditos Reinos e Senhorios etc. mando a vós, guarda-mór da Torre do Tombo que façais dar a João Pereira Pestana, nomeado na petição atrás escritta, o tresllado dos papeis de que nella trata, os quaes se lhe darão na fórma da provizão passada pera se darem semelhantes tresllados=O Principe Nosso Senhor o mandou pellos Doutores Francisco de Miranda Henriques e Manoel de Magalhães de Menezes, ambos do seu Conselho e seus Dezembargadores do Paço. Manoel do Couto a fes em Lisboa a vinte e dous de Dezembro de mil seiscentos e setenta e tres. Jacinto Fagundes Bezerra a fês escrever.=Manoel de Magalhães de Menezes=Francisco de Miranda Henriques.

Em cumprimento da dita provizão se buscárão os livros da Torre do Tombo pello escrivão della que esta subescreveo, e no Liuro dos Registos da Chancellaria de Officios e mercês de padrões do anno de mil e quinhentos sessenta e dous e mil e quinhentos e sessenta e tres, escrivão João da Costa, a folhas duzentas setenta e duas verso, está a carta de que o trasllado he o seguinte:

Dom Sebastião, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar, em Africa Senhor de Guiné e da Conquista navegação Commercio de Ethiopia Arabia Persia e da India etc. A quantos esta minha Carta virem faço saber que por parte de Fernão de Loronha, filho de Diogo de Loronha já falecido, me foi apresentado hum Alvará del-Rei meu Senhor e Avô que Santa Gloria haja de que o tresllado de verbo a verbo he o seguinte:

Eu El Rei faço saber a quantos este meu Alvará virem, que Diogo de Loronha me enviou dizer que El Rei meu senhor e padre, que Santa Gloria haja, fizera mercê a seu pai, Fernão de Loronha, da Ilha de São João, que está sessenta legoas ao mar do Cabo de São Roque da terra do Brazil. E assim da capitania della em sua vida e de hum seu filho mais velho, que ficasse por seu fallecimento, e que pagaçe o quarto e dizimo de tudo o que nella ouvesse e aproveitasse por duas Cartas que tinha por mim confirmadas e que, por quanto elle era filho mais velho que por falecimento do ditto seu pai ficara, e o trebutto do quarto e dizemo era mui grande e elle havia de fazer muita despeza, e aproveitar a dita Ilha me pedio lhe fizesse mercê della e da Capitania della de juro e herdade com a Jurdição que por minhas provizões tem os Capitães das Capitanias e terras do dito Brazil e sem pagar mais que o dizimo de todo o que nella ouvesse, e aproveitaçe como os outros Capitães são obrigados a pagar do que ouverem e aproveitarem nas terras de suas Capitanias e avendo eu respeito aos serviços do dito Fernão de Loronha, seu pai, e aos que do dito Diogo de Loronha tenho recebidos e ao diante espero de receber, me praz de lhe fazer mercê da dita Ilha e Capitania della de Juro e herdade com a jurdiçam e clauzullas e declarações contheudas nas Cartas que os ditos Capitães da terra do Brazil de mim tem, e quero que de todo o que na dita Ilha ouver e aproveitar pague sómente o dizimo, como pagão os ditos capitães, e para sua guarda e minha lembrança lhe mandej dar este para por elle lhe ser feita Doação em fórma conforme ás que têm os ditos Capitães do Brazil de suas Capitanias e terras, e este se cumprirá posto que não passe pella Chancellaria sem enbargo da ordenação em contrario, Pedro da Costa o fez em Almeirim, a vinte e nove de Janeiro de mil e quinhentos e quarenta e sete, eu Manoel de Moura o fis escrever.

Pedindo-me o dito Fernão de Loronha que por quanto o dito Diogo de Loronha, seu pai, era falecido e em sua vida não tirara doação em fórma da Capitania da dita Ilha e elle era o seu filho mais velho a que por direito a suçessão da dita Ilha e Capitania della pertencia lhe mandasse por bem do dito Alvará passar sua Doação em fórma e, avendo eu respeito ao que assim diz, e o fazer serto por huã Cartta testemunhavel com o dito de muitas testemunhas assinada pelo Doutor Manoel de Almeida, fidalgo de minha Caza, do meu dezenbargo, Juiz dos feitos, e cauzas das Justificações de Guiné e da India que vista em minha fazenda do negocio da India ser elle o ditto Fernão de Loronha o filho mais velho do dito Diogo de Loronha e concirando eu quanto serviço de Deos e meu e proveito e bem de meus Reinos e senhorios, e ser a costa, terra e Ilhas das ditas partes do Brazil povoadas e aproveitadas assim para com isso os gentios e naturaes da terra virem em conhecimento de nossa Santa fee catholica como tambem pello proveito que a meus Reinos e senhorios e aos naturaes e subditos delle se seguirá das ditas terras se povoarem e aproveitarem hei por bem e me praz, pellos ditos respeitos, fazer mercê e irrevogavel Doação entre vivos valedoura deste dia para todo sempre ao dito Fernão de Loronha, filho mais velho do dito Diogo de Loronha, de juro e herdade para elle e todos seus herdeiros e successores que apoz elle vierem assim descendentes como transverçaes e colitiraes, como ao diante será deccla-

rado da dita Ilha de São João, que está sessenta legoas ao mar do Cabo de São Roque das terras do Brazil, e quero e me praz que elle dito Fernão de Loronha e todos seus herdeiros a successores, que a ditta Ilha herdarem, e socederem se possão chamar Capitães Governadores della, com a qual Capitania e Governança elle e todos seus successores, no modo sobre ditto, poderão uzar da jurdição civel e crime da dita Ilha na fórma e maneira seguinte:

Poderão per si e seu ouvidor estar á elleição dos Juizes e officiais e a limpar e apurar as pautas e passar Cartas de confirmações aos ditos Juizes, e ofeciaes os quaes se chamarão pello dito Capitão e governador, e elle porá ouvidor que poderá conhecer daução novas, e dapellações, e aggravos na dita Ilha e os ditos Juizes darão appellação o dito seu ouvidor nas quantias que mandão minhas ordenações e do que o dito seu ouvidor julgar assi per aução nova como per apellação e agravo sendo em causas civeis não haverá appellação nem aggravo até á quantia de vinte mil reis, e dahi para sima dará appellação a parte que quizer apellar para o meu ouvidor geral das dittas partes do Brazil, ou a quem o dito cargo servir. E assim terá o ditto Capitão e Governador e seu ouvidor Alçada nos feitos crimes, e que alguns escravos e gentios foram acuzados de cazos em que per direitto e minhas ordenações he posta penna dasoutes ou cortamento dorelhas, e assi nos cazos em que aos piões e christãos livres pello mesmo modo he posta penna dasoutes ou degredo até tres annos, e nos cazos das pessoas de mais calidade terão sómente alçada até hum anno de degredo fóra da Cappitania, e nas pennas pecuniarias até vinte cruzados sem de suas sentenças nos dittos cazos aver appellação nem aggravo, e em todos os outros aggravo cazos que não forem dos assima dittos dará appellação e para o meu ouvidor geral das ditas partes do Brazil, ou a quem o ditto cargo servir, ou appellação para elle por parte da Justiça quando não ouver parte que queira appellar naquelles cazos e que por bem de minhas ordenações se deve apellar por parte da Justiça.

E assim me praz que o dito Capitão e governador e todos seus successores póssão per si fazer villas todas, e quaesquer povoações que se na dita Ilha fizerem, e lhes a elles parecer que o devem de ser as quaes se chamarão villas e terão termo jurdição liberdades e incinias de vilas segundo foro e costume de meus reinos e ao tempo que assi fizerem as tais villas lhe limitarão, e assignarão logo termo para ellas, e depois não poderão da terra que assi tiverem dada per termo fazerem mais outra villa sem minha licença.

E assi me praz que o dito Capitão e governador, e todos seus herdeiros e successores a que a Capitania da dita Ilha vier póssão nóvamente criar e prover por suas cartas os tabaliães do publico e Judicial que lhes parecerem necessarios nas villas e povoações da dita Ilha, e assim o officio de meirinho dante o seu ouvidor e escrivão e quaes quer outros officiais necessarios e costumados nestes Reinos assim agóra como pello tempo em diante, e dos ditos officios lhe darão suas cartas assinadas por elles e asselladas com o seu sello, e lhes tomarão juramento que servirão seus officios bem e verdadeiramente, e os ditos tabelliães e escrivães e officiais e outros que pella ditta maneira proverem servirão pellas dittas suas cartas sem mais tirarem outras de minha Chancellaria e quando os ditos officios vagarem per morte ou per erros per se asi he ou per renunciação os poderão tambem dar, e as pessoas que os taes officios per qualquer maneira proverem darão regimentos per que os ajão de servir, conforme aos que se dão em minha Chancellaria, o hei por bem que os ditos tabaliães e officiais e outros se póção chamar e chamem pollo ditto Capitão e Governador, e os taballiães lhe pagarão suas penções segundo forma do foral das terras das dittas partes do Brazil, das quaes penções lhe pella ditta maneira faço Doação e merçê de juro e herdade para sempre para elle e todos seus sucessores, e assi lhe faço doação e mercê de juro e herdade para sempre para elle dito Fernão de Loronha e todos seus sucessores das Alcaidarias móres das villas e povoações da dita Ilha com todas as suas rendas direitos foros trebutos que a elle pretencerem segundo he declarado no foral, as quaes rendas e direitos o dito Capitão e governador e seus successores averão arecadarão para si no modo e maneira contheuda no dito foral, segundo fórma delle, e as pessoas a que as ditas Alcaidarias móres forem entregues da mão do dito Capitão e governador, e elle lhes tomarão homenagem dellas segundo fórma de minhas ordenações. E asi me praz fazer merce ao dito Capitão e governador e a todos seus successeres que á dita Capitania pello tempo em diante vier que elles tenhão e ajão de juro e herdade pera sempre todas as moendas dagoa, marinhas de sal, e quaes quer outros emgenhos, de qualquer callidade que sejão que na dita Capitania se poderem fazer, hei por bem que pessoa alguma não póssa fazer as ditas moendas, marinhas ou emgenhos, senão o dito Capitão e governador, ou aquelles a que elle para isso der licença de que lhe pagarão aquelle foro ou trebuto em que se com elle consertar; o dito Capitão e governador e seus successores poderão arrendar e aforar em fatiota ou em pessoas ou como quizerem e lhes bem vier as terras da dita Ilha pellos fóros e trebuttos que quizerem, e as terras não sendo aforadas ou as rendas dellas quando o forem virão sempre a quem soceder nesta capitania pello modo contheudo nesta doação, e das novidades que Deos der nas ditas terras não serão o dito Capitão e governador, nem as pessoas que da sua mão as trouverem obrigados a me pagar foro, nem direitto algum, somente o dizimo a Deos á ordem do mestrado de Nosso Senhor Jezus Christo segundo he declarado no foral; E assim lhe faço Doação e mercê de juro e herdade para sempre da meia dizima do pescado da dita Capitania que he de vinte peixes hum que tenho ordenado que se pague alem da dizima inteira que pretence á ordem. Mais lhe faço Doação e mercê de juro e herdade para sempre da redizima de todas as rendas e direitos que a dita ordem e a mim de direito na dita Capitania pertence a saber que de todo o rendimento que a dita ordem e a mim couber, asi dos dizimos como de quaes quer outras rendas ou rendimentos de qualquer calidade que seja aja o dito governador e seus successores uma dizima que é de 10 partes uma, e asi me praz por respeito do cuidado que o dito Capitão e governador e seus sucessores am de ter, de guardar e conservar o Brazil, que nas ditas Capitanias ouver, de lhe fazer Doação e mercê de juro e herdade para sempre da vintena parte do que liquodamente render para mj, forro de todos os custos, o Brazil que se da dita Capitania trouver a estes Reinos e a conta do tal rendimento se fará na caza da Mina desta cidade de Lisboa, onde o dito Brazil á de vir e na ditta Caza tanto que o brazil for vendido e arecadado o dinheiro delle lhe será logo pago e entregue em dinheiro de contado, pello feitor e officiais della aquillo que a boa conta na dita vintena montar e isto por quanto todo o brazil que na dita Capitania ouver á de ser sempre meu, e de meus successores sem o dito Capitão e governador nem outra alguma pessoa poder tratar nelle nem vendello para fora, sómente poderão o dito Capitão e asi os moradores da dita Ilha aproveitar se do dito brazil na terra no que lhes for necessario segundo he declarado no foral, e tratando nelle

ou vendendo o para fóra encorrerão nas pennas contheudas no dito foral, e assim me praz fazer mercê ao dito Capitão e governador e a seus successores de juro e herdade para sempre que dos escravos que elles resgatarem e ouverem na terra do Brazil póssão mandar a estes Reinos vinte e quatro peças em cada hum anno para fazer delles o que lhes bem vier, os quaes escravos virão ao porto desta cidade de Lisboa e não a outro algum porto e mandarão com elles certidão dos meus officiais da dita Ilha de como são seus pella qual certidão lhe os ditos escravos serão cá despachados, sem delles pagarem direitos alguns, nem sinco por centto, e allem das dittas vinte e quatro peças que asi cada anno poderão mandar forras, hei por bem que póssão trazer por marinheiros e grometes em seus nauios todos os escravos que quizerem, e lhes necessario forem. E assi me praz por fazer mercê ao ditto Capitão e governadores, e seus successores e aos uezinhos, e moradores da ditta Capitania que nella não póssão em tempo algum aver direitos de sizas nem impossiçoens, saboarias, nem trebutto de sal nem outros alguns direitos, nem tributtos de qualquer callidade que sejão saluo aquelles que por bem desta Doação he do foral são ordenados que aja. E esta Capitania, e governança rendas, e bens della heì por bem e me praz, que se erde e sucedão de juro e herdade para todo sempre pello dito capitão e seus descendentes, filhos e filhas legitimos, com tal declaração que em quanto ouver filho legitimo varão no mesmo gráo não suceda filha posto que seja de maior idade que o filho, e não auendo macho, ou auendo e não sendo ê tão propinquo gráo ao ultimo possuidor como a femea, que antão suçeda a femea em quanto ouver descendentes legitimos machos ou femeas que não suçeda na dita Capitania bastardo algum e não auendo descendentes machos, nem femeas que antão sucederão os bastardos machos, e femeas, não sendo porêm de danado coitto, e succederão pella mesma ordem dos legitimos, primeiro os machos, e despois as femeas em igual gráo, com tal condição que se o possuidor da dita Capitania quizer antes deixar a hum seu parente transverçal que aos descendentes bastardos quando não tiuer legitimos o póssa fazer, e não avendo descendentes machos nem femeas legitimos nem bastardos da maneira que dito he, em tal caso soçederão os ascendentes machos, femeas, primeiro os machos, e em deffeito delles as femeas, e não auendo descendentes nem ascendentes socederão os transverçaes pelo modo sobre dito, sempre primeiro os machos que forem em igual gráo, e despois as femeas, e nos cazos dos bastardos o possuidor poderá se quizer deixar a dita Capitania a hum transverçal legitimo, e tirallo aos bastardos posto que sejão descendentes e muito mais propinco gráo, e isto hei asi por bem sem embargo da Lei mental que diz que não soçeda femeas nem bastardos, nem transversaes, nem ascendentes por que sem embargo de todo me praz que nesta Capitania socedão femeas e bastardos não sendo de coittos damnado e transuerçais, e ascendentes de modo que já he declarado; e outrosi quero, e me praz que em tempo algum se não póssa, a dita Capitania e couzas della de que por esta Doação faço mercê ao dito Fernão de Loronha, partir nem escambar, espedaçar, nem em outro modo enlhear, nem em cazamento a filho, ou filha, nem a outra pessoa dar, nem pera tirar pai, ou filho, nem alguma outra pessoa de cativo nem pera outra obra, posto que seja mais piadosa por que minha tenção e vontade he que a dita Capitania e gouernança rendas e bens della ao dito Capitão por esta Doação dados andem sempre juntos, e se não partam nem alienem em tempo algum, e aquelle que a partir, ou alienar ou espedaçar, ou der em cazamento ou fizer outra couza por onde aja de ser partido ainda que seja muito piadoza por esse mesmo respeito perca a dita Capitania e gouernança e se passe direitamente aquelle a que ouver de ir pela sobredita ordem de suceder. E assi me praz que por cazo algum de qualquer calidade que seja que o dito Capitão e gouernador, ou cada hum dos que pello tempo em diante forem cometão por que segundo direito e leis destes Reinos mereção perder a dita Capitania jurdição e rendas della, a não perca seu sucessor saluo se for tredor á Corôa destes Reinos, e em todos os outros cazos que cometer, seja punido e castigado quanto o crime o obrigar, e porêm seu sucessor não perderá por isso a dita Capitania e governança e a jurdição e rendas della como dito he. E hei por bem e me praz que o dito Fernão de Loronha e todos seus sucessores que á ditta Capitania e gouernança vier uze inteiramente de toda a jurdição poder e alçada nesta Doação contheudas assim e da maneira que nella he declarado porque pella confiança que delles tenho que guardarão nisso todo o que cumpre a serviço de Deos e meu e bem do povo e direitto das partes, o hei assim por bem. E esta mercê lhe faço como Rei e Senhor destes Reinos, e assim como governador e prepettuo admenistrador que são da Ordem e Cavallaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Christto e por esta prezente Carta dou poder e autoridade ao dito Fernão de Loronha que elle per si e por quem lhe aprouver póssa tomar e tóme posse real, corporal e autual da ditta Ilha, capitania e governança, jurisdição, rendas, e bens della e das mais couzas contheudas nesta Doação e uze de tudo inteiramente como se nella conthem, a qual Doação hei por bem quero e mando que se cumpra e guarde em todo e por todo com todas clauzulas condições e declarações nella contheudas e declaradas, sem mingoa nem desfalecimento algum, e para todo o que dito he derrogo, hei por derrogada a Lei Mental e quaesquer outras leis, e ordenações, direitos graças e custumes que em contrario disto aja ou póssa auer por qualquer via ou modo posto que sejão taes que fosse necessario serem aqui expressas e declaradas de uerbo a uerbo, sem embargo da ordenação do segundo Livro titollo corenta e nove que dis que quando se as tais leis e direitos derrogarem se fará expressa menção dellas, e por esta prometo ao ditto Fernão de Loronha e a todos seus soçessores que nunqua em tempo algum vá nem consinta hir contra esta minha Doação em parte nem em todo, e rogo e encomendo a todos meus successores que lha cumprão e guardem e mandem cumprir e guardar, e assim mando a todos os corregedores e Desembargadores e ouvidores e juizes e justiças officiais e pessoas outras de meus Reinos e senhorios, que cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar esta minha Carta de Doação e todas as cousas nella contheudas, sem duvida, êbarguo, nem contradição algua que lhe a ello seja posta por que assi he minha merçê e por firmeza do que dito he, lhe mandei dar esta minha carta asellada com o meu sello pendente, Francisco Lopes a fez em Lisboa a vinte de Maio anno do Nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos sincoenta e nove, e esta Carta de Doação está escrita em duas folhas de purgaminho afóra esta as quais são ambas assinadas ao pé por Dom Gillianes da Costa do meu Concelho e vedor de minha fazenda e eu Bertollameu Froiz a fiz escrever. Hei por bem que esta Carta de Doação paçe pela Chancellaria, posto que seja passado o tempo em que por ella ouvera de passar e pagará sómente a chancellaria direita como se passara em tempo. Antonio Vieira a fez em Lisboa ao primeiro dia de Dezembro de mil e quinhentos secenta e dois.

E não diz mais no Registo da dita Carta de que foi

pedido o tresllado por parte de João Pereira Pestana que lhe mandei dar em esta minha Carta, a que se dará tanta fé e crédito como ao propio registo que está no dito Livro donde foi tirado, e com elle consertado. Dada na cidade de Lisboa, o Principe Nosso Senhor o mandou por João Duarte de Rezende fidalgo de Sua Caza Cavaleiro da Ordem de Sam Bento de Aviz e guarda mór da Torre do Tombo. Manoel Pacheco de Souza a fez aos vinte e sinco dias de Janeiro de mil e seis centos e setenta e quatro e vai escritta em seis meias folhas com esta e eu Manoel Pereira Soutto Maior a fis escrever; João Duarte de Rezende.

Pedindo-me o dito João Pereira Pestana por mercê que por quanto elle era o filho legitimo varão unico que ficara por falecimento do dito seu pai João Pereira Pestana, e neto e herdeiro da caza de seu avô Fernão Pereira Pestana de Loronha, senhor e Donatario que foi da Ilha de São João a quem pertencia suçeder, como constava por sentença de Justificação do Doutor Joseph Pinheiro do Concelho de minha fazenda e juiz das justificações della, que aprezentou, houvesse por bem mandar-lhe passar carta de confirmação por suçeção da dita ilha de São João, que está no Cabo de São Roque seçentta legoas ao mar das terras do Brazil, de juro e herdade na fórma da Carta, que teve o ditto seu avô, de que sendo dado vista ao procurador da Corôa não teve a isso duvida e visto por mim seu requerimento e os documentos que aprezentou, sentença de justificação, por que consta ser o dito João Pereira Pestana filho legitimo varão unico que ficou por fallecimento de João Pereira Pestana seu pai, e neto e herdeiro da casa de seu avô Fernão Pereira Pestana de Loronha, e a reposta do procurador da Corôa a quem mandei dar vista, e não se lhe offereçeo a isso duvida e querendo fazer graça e mercê ao dito João Pereira Pestana, hei por bem e me praz de lhe confirmar a cartta nesta incorporada, e lha confirmo e hei por confirmada por sucessão do ditto seu pai e avô para que por ella tenha e aja e possua a ditta Ilha de São João que está no Cabo de Sam Roque sessenta legoas ao mar das terras do Brazil de juro e herdade assim e da maneira que a teve e possuio o dito Fernão Pereira Pestana de Loronha, seu avô, pella Carta nesta incerta e conforme a ella, e por esta prezente Carta dou poder e authoridade ao ditto João Pereira Pestana que elle, per si e por quem lhe aprover, póssa tomar, e tóme, posse real, corporal e actual da dita Ilha, Capitania e gouernança, jurisdição, rendas, e bens della, e das mais cousas contheudas nesta Doação e uze de tudo inteiramente como se nella conthem, a qual hei por bem quero e mando que se cumpra e guarde em todo e por ttodo, com todas as clauzulas condições e declarações nella contheudas e declaradas sem mingoamento nem desfalecimento algum ao dito João Pereira Pestana e a todos seus suçessores. Pello que mando a todos os Dezembargadores, Corregedores, ouvidores Juizes e justiças officiaes e pessoas destes Reinos e senhorios que cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir e guardar esta minha Carta de confirmação por suçessão e todas as couzas nella contheudas sem duvida, embargo, nem contradição algüa por que assim he minha mercê, e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta minha Carta de confirmação por suçessão, por mim assinada e sellada com o meu sello pendente e pagará os novos direitos, que dever, na fórma de minhas ordens. Dada na cidade de Lisboa aos dezanove de fevereiro, Bertollameu Roiz a fes, anno do nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos setenta e quatro, e eu Bento Teixeira Feo a fiz escrever.=O Principe=Marquez mordomo-mór Prezidente=João Velho Barreto=

Hei por bem que esta Carta de confirmação passe pella Chancellaria sem embargo de por ella não haver passado no termo da Lei e della em contrario. E pagarão se de novos direitos cento e noventa rs. que se carregárão ao thezoureiro delles a folhas 236, do Livro 2.º de sua receita como constou por conhecimento em fórma registado no Livro 2.º do Registo Geral a folhas 412. Luis Godinho de Niza a fez em Lisboa a outo de Janeiro de mil e seiscentos noventa e tres=Joseph Fagundes Bezerra a fes escrever.=El Rei=

Por resolução de Sua Magestade de 6 de Dezembro de 1692, em consulta do Dezembargo do Paço=João Lampreia de Vargas=Diogo Marchão Themudo=Francisco Mousinho de Albuquerque.

Pagou 32$400 rs. com o meio dobro e aos officiais com o meio dobro 24$100 rs. e ao escrivão das confirmações 9$600 rs. Lisboa 31 de Janeiro de 1693. e da postilla 140 rs. =Dom Francisco Maldonado. A folhas 267 v. do Livro 2.º da Receita dos Novos Direitos ficão carregados ao thezoureiro delles. João Ribeiro Cabral, 32$400 rs. desta Carta de Confirmação. Lisboa 31 de Janeiro de 693.=João Ribeiro Cabral=Innosencio Correa de Moura.=*Chancelaria de D. Pedro II (Doações), Livro 3, fols. 100.*—

APÊNDICE B

Llyuro da náoo bertoa que vay pera a Terra do brazyll de que som armadores bertolameu marchone e benadyto morelle e fernã de lloronha e francisco miz que partio deste porto de Lix.ª a xxij de feureiro de 511

to do dia que partimos da cidadide de (sic) llixboa pa ho brazill ate que tornamos a purtugall

Em sabado xxij dias feureiro era de 1511 anos partio naoo bertoa de diamte de samta caterina pa ho brasill e no dito dia fomos de fora seguimdo ho camjnho das Canarias em temçom de tomarmos as pescarias como no Regimẽto del Rei noso Sñor mãda

Aos xxbiij dias de feureiro em sesta feira chegamos as canarias e a dous dias de março em domingo a tarde começamos nossa pescaria e no dito domjgo fomos llogo seguimdo nosa vjagem pa ho brasill

Aos bj dias do mes da brill em domjguo de llazaro chegamos a ujsta do rio de sam framcisco tera do brasill

Aos x bij dias dabrill em quimta feira de treuas chegamos a baia de todollos samtos a xij dias do mes de maio em segũda feira partimos pa cabo frio

Aos xxbj dias do mes de maio em segũda feira achegamos ao porto de cabo frio

Aos xxbij dias do mes de julho partimos de Cabo frio pa purtugall

Aos biiij dias do mes de setembro em dia de nosa Sñora vimos terra de guine junto cõ sanaga

Aos bij dias do mes de oitubro vimos ho piço jlha dos açores e fizemos nosa rota pa prtugall

Aos xx dias do mes de oitubro em domjguo pella manhãa vimos ho cabo de espichell

Aos xxij dias do mes de oitubro ê quarta feira emtramos polla carreira de sam giam

Aos xij dias de março provjcou cristouam piz capitam da naoo bertoa haa sua companha o seu Regimêto pa saberem a maneira que aujam de ter na dita ujagem

Regimêto do capitam

to do Regimêto do capitam que eu duarte fez esprvam trelladei em este lliuro delRei noso Sñor

A maneira que vos mujto homrado cristouã piz que his pr capitam da naoo bretoa aa Resgate do brazill aves de ter ê toda a viagem e asi no dito Resgate he a segujmte

Como partirdes davamte Restello fares vosso camjnho dreitamête as pescarias omde estares os dias que abastarem atee fazerdes o que vos for necesario e acabada sigires vosa viagem ate a tera do dito brazill sem tocardes ê nenhûa ilha nê em parte allgûa da costa de guine e semdo chegado a tera do dito brazill sem tocardes ê nenhûa ilha nê em parte allgûa da costa de guine e semdo chegado a tera do dito brazill asemtares uoso Resgate cõ toda seguramça de nos nõ acõteçer p êgano nê p outra allgûa maneira nenhû caiam de que vos posa vir dano a vos nem allgûa pesoa da dita naoo nem prda ao que compre armaçam della

Regimêto

Asemtamdo o dito Resgate como dito e fares todo o que bem poderdes pello fazer cõ todo proueito darmaçã e no menos tempo que ser poder precuramdo todo o que em vos ffor pr averdes toda a carregua de bõo brasill e cõ menos despa que se poder fazer

todos os paos do dito brasill que se caRegarem na dita naoo emtraram nella e se aRumaram p comto que se fara peramte vos e peramte o espiuam della que os asemtara cõ boa decraraçom em seu lliuro em tall maneira que nõ posa njso aver nenhû erro e aRumaçam delles mãdares fazer ê tall modo que possa trazer a dita naoo a mais soma que ser poder nem vir cousa allgûa della de vazio

defemderes ao mestre e a toda a companha da dita naoo que nõ faça nem nhû mall nem dano a agente da terra e se allgem fezer o comtrairo o fares asi espreuer ao dito espriuam e se vos p allgû respeito lhe nam mãdardes que o faça elle de seu oficio sera obrigado de o asi cõprir so pena de perder ametade de seu ordenado pa o espritall de todollos samtos desta cidade e qualquer pesoa da dita naoo que esto nam gardar perdera isso mesmo ametade de seu solldo e allem da que lhe for dada quallqr outra pena que p justiça mereçer segûdo a callidade do que fezer como se o fezerê cõtra cada hûa das pesoas da dita naoo ou de caa do reino pr ser muj necesario a serujço delRei noso Snor e bem do dito Resgate ser trautado p todos melhores meios que se poder e sem nem nhû escamdallo pello mujto dano que dello se pode seguir

noteficares isso mesmo a toda a dita cõpanha que nõ Resgate nem venda nem troquem cõ a yemte da dita tera nem nhûas armas de nem nenhûa sorte que seia punhas nem outras nem nhûas cousas que sam defesas pello samto padre e por ellrei noso Sñor e poderom lleuar faças e tisoiras como sempre lleuaram

Requereres ao dito espruam que esprua em seu lliuro todollos papagaos e gatos e esprauos e quallqr outras cousas qua cõpanha da dita naoo de llaa trouver decraramdo o de cada hûa pa pa se qua aReçadarem os direitos do dito Sñor os quaes espruos nõ poderom trazer salluo lleuando os ordenados pellos armadores e pr que pella acupaçam que os mareamtes e pesoas outras que lla uam tem na compra dos ditos esprauos e papagaios pr omde o aviamêto que cada hû podeRia dar a carrega da dita naoo e asi mesmo que espreua p seus nomes no dito lliuro todollos mareamtes que fossem na naoo e nõ comsemtirdes que nenhûa pesoa que nella va possa comprar ferramê a que pa iso lleuem somête o posam fazer depois da dita naoo e se allgûs falleçerem na viagem assente lloguo o dia e mes em que for pa a comta do roll do que se ouver de dar a seus erdeiros e uos teres cujdado quamdo a cõteçer que allgem for doemte lhe fares llembramça se a nõ tiuer feita cedulla ou testamêto que o faca lloguo e o dito espiuam que seia a isto dilligemte e lhe fares toda llembramça que vos bem paReçer pa todo descareguo de sua cõciemcia em tall maneira que se o ds quiser llevar o ache em camjnho pa sua salluaçam

E se allgûa fazemda e vistido ou quaes qr outras cousas ficarem p sua morte lloguo as mãdares espeuer pamte nos ao dito espiuam em hû to que fara em seu lliuro e tudo pores a tall reçado que se nõ possa p der nem danjfiçar cousa allgûa e se allgûas pesoas da dita naoo quiserem cõprar as ditas cousas ou algûas dellas lhas fares vemder em pregam peramte vos e quem p ellas mais der e asemtar ao dito espruam no dito lliuro cõ boa decraRaçam o que cada hû comprar e preço q der e do que lloguo pagar fares emtregar o dro ao mestre da dita nao e carregar sobre elle pa se caa emtregar os seus erdeiros com todo o mais que allgûs tambem cõprarem e caa o averem de pagar p seus solldos ou as mesmas cousas se se nõ vemdeRem

mãda o dito Sñor que se allgùa pesoa da dita naoo Renegar de ds ou de nosa Sõra e dos samtos ou pesar pr cada vez que o fezer perça tres mjll Rs de seu solldo pa o dito e esprtall e que tamto que a dita naoo aqui chegar da torna viajem vaa preso della a cadea domde pagara a dita pena cõ quall qr outra que nos taes casos he dada p suas ordenações

tamto que tomardes vossa carrega de todo vos vjres dereitamête a esta cidade e nõ jrdes demãdar nem nhûa jlha nem terra sem e estrema necicedade de mjngoa de vitalhas ou apaRelhos sem os quaes nõ poderes em maneira algua navegar e se o cõtrairo fezerdes perderes todo uoso ordenado e asi o perderam o espriuam e mestre e pillotos da dita naoo vemdo que o queRes fazer sem a dita necicedade nõ nos Requeremdo que o ho que lloguo ho dito espruam asemtara em quall qr modo que passar e semdo caso que pella tall necesidade vades demãdar allgûa jlha ou terra o dito espruam daRa disso fe em seu lliuro allem do quall nos trares certidom dos oficiaes do dito Snõr da tall jlha ou terra em que dem fe e sertafiquem a causa de vossa ida que vos lhe manjfestares e mostrares pa que mjlhor e mais serto o posam asi fazer semdo caso que foseis com a dita necicidade tomar augoa ou llenha a quall qr parte da costa de gujne nam fares i mais detemça que quamta pa iso cõprir nem lleixares

sair em terra mais que as pesoas necesarias aa obra que se ouver de fazer e eses nem outros allgûus nem vos iso mesmo nõ Resgatares nem nhûa cousa de nênhûa callidade que seia somête vitalha e llenha e augoa e mais nõ e se ho cõtrairo fizerdes vos e quallqr que ho fizer e for perdera todo o ordenado da dita vjagem e as cousas que se Resgatarem tudo pa o dito Snõr allem de emcorerdes em todollas outras penas ciues e crimes das ordenações de guine pello cõsemtirdes e elles pello fazerem e o dito espruam emcorreRa nas mesmas penas se todo o que se pasar em tall caso o nom esprever em seu lliuro como he obrigado

nam trares na dita naoo em nem hûa maneira nem hûa pa das naturaes da terra do dito brasill que queira qua vir vjver ao reino pr quese allgûs qua falleçem cujdam eses de lla que os matam pa os comerem segûdo amtre elles se custuma

semdo chegado avamte desta cidade nõ saires em terra nem outra nenhûa pesoa da dita naoo nem comsemtires tirar em terra cousa allgûa nem outrem de fora hir a naoo atee jrmos a vos a vos despachar segûdo a ordenamça do dito Snõr

os testamêtos e em avemtairos vjram em vosso poder pa qua os emtregardes a quem qua pr nos vos for mãdado pa se emtregaRem a seus erdeiros ou testameiteiros a que pertemcerem

prquãto o espruam nõ lleva outro nenhû Regimêto pa que se aia de reger e fazer ho que cõprir a seu carreguo somête este vos tamto o tiuerdes ujsto lho mostrares e dares pa ho trelladar em seu lliuro e aver e o dito trellado ter e ter llembramça de ho cõprir jnteiramête asi no que elle p si ouver de fazer como em vos allembrar e espertar e Requerer ao que for obrigado p bem de seu carreguo segûdo se nelle majs llargamête comtem o quall espruam o tralladara em seu lliuro e dara ho propio ao capitam tamto que daquj partir e nõ nofazendo asi o dito espruam prdera seu ordenado e solldo.

Vos lembrara de terdes gramde vegia na gemte que mãdardes fora pa que vaa sempre a bom Reçado e cõ pesoa tall que olhe pr elles de maneira que nõ se posa lla na tera llamçar nem ficar nenhû delles como allgûas vezes já fizerom que he cousa muito odiosa ao trauto e serujco do dito Snõr tamto que emboora chegardes ao cabo frio omde estiver ho feitor lhe emtregares todas as mercadarias que llevardes pa voso despacho Reçeberes delle conhecimêto pa pr elle dardes qua vosa comta

nom comsemtires que nenhû homê de vosa naoo que saia fora na terra firme somête na jlha homde estever a feitoria

nom comsemtires que nenhû homê Resgate cousa allgûa sem llicemca do feitor e queremdo allguem allgem e resgatar allgûa cousa que ho faça saber

e tamto que fordes carregado lloguo vos vires sem nem nenhûa mais detemça dereitamête a esta cidade sem demãdardes nenhûa tera sallvo se p mjgoa de mãtimêtos ou causo fortoito for necesario de que traRes certidam feita pr oficiaes dellRei da terra onde fordes ter e se for em llugar que nõ ouver hi oficiaes dellRei fazei fazer hû auto diso ao espriuam asinado p o dito espriuam e mestre e pilloto e seres aujsado de nõ tirar em tera nem deixar tirar brasill nem nem outra cousa allgûa que da dita tera do brasill trouverdes so pena de perderdes uosa capitanja e ordenado e auerdes aquella pena corporall que uos ell rrei noso Snõr quiser dar e os marinheiros e pesoas outras que ho comtrairo fizerem pderam seu solldo e seram obrigados a dita pena
primeiramête ao feitor so pena de perder seu ordenado e todo o que o feitor uos Requerer que façaes pr serujço dellRei noso Snõr e bem darmaçam o fares cõ boa delligemcia

foi trelladado este regjmêto do capitam em este lliuro pr mj espruam da dita naoo bertoa a xij de março era de 1511 anos

to da companha da naoo bertoa

cristouam piz capitam morador em a Rua nova dos mercadores
duarte frz espruam casado e morador em allfama
fernã vaz mestre casado e morador em allfama
Joham llopez carvalho casado e morador em as famgas da farinha

marinheiros

amtonjo ao comtra mestre casado e morador em cataquefaras
alluo anes casado e morador ê sam giom
bastiam gllz casado e morador em quatequefaras
Joham gllz casado e morador catequefaras
fernam mjz gallego sollteiro e naturall da crunha
Joham diz sollteiro e ujve na ferraria
domjngos serra casado e morador em as martes
po anes caRafate sollteiro naturall da cidade do porto
alluo Roiz sollteiro e ujve em alluerça
Martim Vaz sollteiro e ujve em samtaRem
amdre ao casado e morador a nossa Sñora da Cõseiçam
njcollao Roiz casado e morador em as famgas da farinha
Juramj despemseiro criado de bertollameu marchone

to dos grumetes

Joham dazevedo casado e morador em sam njcollao
Joham Gerra sollteiro e ujve na olluezaria
amdre mjz sollteiro e viue na raposeira
diogo frz sollteiro e ujve em llouredo
Joane ferador e sollteiro e naturall de m.a allua
ao e sollteiro naturall de canas de senhorim termo de ujseu
po Jorge e sollteiro e ujve na coujlham
amdre frz sollteiro e vive em samtaRem
gomçallo piz sollteiro naturall de braga
njcollao şollteiro e ujve na cidade do prto
amtonjo frz negro criado de Roi gomez
amtonjo negro esprauo de artur amriquez
bastiam esprauo de bertollameu marchone
bertollameu sollteiro e naturall da cidade Rodrigo

pages da naoo

pedrinho criado do çapitam
periço criado do mestre
gomçallo criado do pilloto
fernamdo criado do contramestre

carrega do brazill que a naoo bertoa tomou em cabo frio e foi a primeira batellada a doze dias do mes de Junho era de 1511 anos

aos xij dias do mes de Junho em quimtafeira tomou naoo bertoa paos de brazill iijc x bij	317
aos x iij dias do mes de Junho sestafeira tomou naoo bertoa paos de brasill iijcxxbiij	328
aos x iiij dias do mes de Junho em sabado tomou naoo bertoa paos de brasill ijclxxxxbiij	298
aos xbj dias do mes de Junho em segunda feira tomou naoo bertoa paos de brasill iijclxiij	363
	1306
	345

brasill

aos xbij dias do mes de Junho tomou naoo bertoa paos de brasil iijᶜbj

aos xbiij dias do mes de Junho tomou naoo bertoa paos de brasill iijᶜxxxix

aos xbiiij dias do mes de Junho tomou naoo bertoa paos de brasill ijᶜlxxxxiij

aos xx dias do mes de Junho tomou naoo bertoa paos de brasill iiijᶜlbiij

aos xxj dias do mes de Junho tomou naoo bertoa paos de brasill iiijᶜlxxxx

aos xxiij dias do mes de Junho tomou naoo bertoa paos de brasill iijᶜxxxx

aos xxb dias do mes de Junho tomou naoo bertoa paos de brasill bᶜiiij

aos xxbj dias do mes de junho tomou naoo bertoa paos de brasill iijᶜxxxxbij

aos xxbij dias do mes junho tomou naoo bertoa paos de brasill iijᶜbiiij

aos x dias do mes de julho tomou naoo bertoa paos de brasill jᶜxxxx

aos xxiiij dias do mes de julho tomou naoo bertoa paos de brasill jᶜlxxbj

soma de todo ho brasill omde nõ comto allgûas Rachas e paos que se femderom pa fazerem

aRumaçom da dita naoo b paos ——— 5008

tº dos esprauos

ho capitam b esprauos s dous moços e tres moças e mais hûa moça que lleua de emcomêda de framcisco gomez espruam de framcisco mjz e a p nome sprua brygyda e foi asemtada p o dito framcisco gomez a xxbij dias do mes de em junho çabo frio e sam p todos bj

ho espruam b espruos .s. hû moço e quatro moças
quatro de llicemças que eu espruam trouve hû de pº llopez e outro de lluis alluarez e ho outro de Joham frz ferrador e outro de gomçallo alluarez e sam p todos biiij
ho mestre tres espruos .s. hû omê e duas molheres
ho pilloto biiij espruos .s. tres omês e bj molheres

Juramj despemseiro b espruos s hû moco e quatro moças

njçollao Roiz marinheiro hûa esprua
ho comtramestre hûa esprua
ho carafate hû espruo
Diogo frz grummete hû espruo

e sam p todos os esprauos xxxb forom avaliadas todas estas xxxb p despravos nõ êtrando a q ha do hordenado do espvã juntamête ê clxxiij (mil) rs de q vê a elRej noso Snõr De seu qto Riij (mil) ijᶜ l rs os quaes vam carregados ê Rta sobre eitor nunez

tº dos gatos e papagaios

ho capitam tres papagaios e dous tois e hû gato
e sam p todos bj peças 6

ho espruam hû papagaio 1

ho mestre dous gatos e hû cagoim e sam p todos
306 iij peças 3

ho pilloto dous gatos e b cagois e tres papagaios
339 e biij tois e sam p todos xbiij peças 18

domjngos serra carpemteiro tres macaos e dous
293 gatos e sam p todos b peças 5

Juramj despemseiro b gatos e b cagois e iiij
458 papagaios e biiij tois e sam p todos xx iij peças 23

Amdre aº hû gato e hû cagoim 2

490 njçollao Roiz marinheiro tres gatos e hû cagoim iij pecas 3

340 fernam galleguo marinheiro hû papagaio 1

alluº anes marinheiro hû papagaio 1
504
alluº Roiz marinheiro hû papagaio 1

347 ho comtramestre hû toim 1

dioguo frz grumete dous cagois 2

309 Joane ferrador grumete hû papagaio e hû toim 2

pº Jorge grumete hû çagoim 1
140
fernamdo page hû toim 1

176 forom avaliados estes gatos e papagaios e cagojes juntamte xxiiij (mil) ijᶜxx rs de que vê a elRei noso Snõr de seu qto bij (mil) l b rs os quaes vã carregados ê Rta sobre eitor nunez tº da ferramêta que se furstou na naoo bertoa estamdo na baia de todollos samtos

Aos b dias do mes de maio em segumdafeira na baia de todollos samtos se fortou serta merçadaria darmaçam s. machados e machadinhas e cunhas e llogo pello capitam foi feita esta dilligemcia que se sege

prmeiramête deu ho capitam a sua chave e Requereo a mj espruam da dita naoo e a Joham de braga feitor que buscasem a sua camara e asi mesmo mãdou a mj espruam que lhe dese a mjnha e asi tomou a do mestre e pilloto e de toda a outra cõpanha as quaes chaves forom emtregues a mj espruam e llogo foi feita a dilligemcia que se sege

ao pilloto hû machado que ho feitor conheço e diz ser darmaçam

hû machado a njçollao Roiz marinheiro que diz que lho deu ho capitam ho quall capitam diz que he verdade que elle lhe deu ho dito machado prquato elle trazia x ou doze machados do fereiro que fez os darmacam p nome chamado ho ferreiro cristouã e asi trazia quatro machados de hûa llicemça do espruam de framcisco mjz que bem se poderiam pareçer cõ os outros

mais amdre aº marinheiro tres cunhas e hû machado que diz ho feitor que lhe pareçem ser darmaçam e diz ho dito amdre aº que lho deu ho pilloto p outro que lhe emprestara

mais hû machado a Jeronjmo espruam da feitoRia elle dito Jeronjmo diz que lho dera Juramj despemseiro da dita naoo ho quall Juramj dixe que era vdade que lho emprestara

mais duas machadinhas a gomçallo piz grumete e diz que lhas deu ho comtramestre e diz ho feitor seRem darmaçã

pello quall diz ho comtramestre que as ouve dazevedo grumete e diz ho grumete que quãdo lhe for prgumtado que dara testemunhas domde as ouve

mais hûa machadinha a po jorge grumete que diz que lha deu azevedo ho quall diz ho feitor ser darmaçã

feita esta dilligemcia que ho capitam mãdou fazer se nõ achou outra cullpa senõ nos detras anomeados

Requerimêto que cristouam piz capitam fez a sua cõpanha em cabo frio que foi em segumda feira xx bj dias do mes de maio e lhes Requereo da parte dellrei noso Snõr que nenhû nõ fose tam ousado que nõ Resgatasem nenhûa cousa p nenhûa merçadaria que fose

aos xx biiij dias do mes de maio em quimta feira no cabo frio veo Joham de braga a naoo bertoa a tirar a ferramêta darmaçam pello quall ho capitã deu juramêto ao pilloto e ao comtramestre e ao carafate que elles pello juramêto que tinham Resebido que oulhasem bem aquella ferramêta e machados se lhe pareciam ser de hû oficiall e jsto por bem da ferramêta que achava menos e a achavam em mãos de outrem pello quall dise ho pilloto que lhe pareciam serem hos machados de tres oficiaes e pello semelhamte ho comtramestre e ho carafate

(Tôrre do Tombo, m. 9 das coxias da Livraria, n.º 2; reprodução literal, excepto o y que se teve de substituír pelo i).

CAPÍTULO XII

O DESCOBRIMENTO DO RIO DA PRATA

POR

F. M. ESTEVES PEREIRA

O DESCOBRIMENTO DO RIO DA PRATA

DEPOIS que a armada, de que era capitão-mór Pedro Álvares Cabral, atingiu nos últimos dias do mês de Abril de 1500 a costa da terra que denominou de Vera Cruz, e que a notícia do seu descobrimento foi recebida em Portugal por cartas dos capitães dos navios e de outras pessoas que iam na mesma armada, datadas de um lugar que o capitão-mór denominou Pôrto Seguro, outras armadas, como vimos, foram enviadas àquelas paragens para prosseguir o descobrimento da mesma terra, não só por mandado do rei D. Manuel, mas também por iniciativa de alguns mercadores, certamente com o consentimento do soberano, levados não tanto da novidade de visitar terras desconhecidas, como do desejo de alcançar fama e riqueza.

Dessas primeiras armadas não são conhecidas narrações contemporâneas em que se mencionem os nomes dos navios e dos capitães, a época em que se efectuaram, as regiões que atingiram, e os sucessos de viagem: apenas há escassas notícias e algumas alusões em documentos posteriores de muitos anos; é por isso difícil, se possível, estabelecer com rigor a sucessão das armadas, deduzir a prioridade dos descobrimentos e determinar o nome dos capitães a quem cabe a primazia.

O que a êste capítulo pertence investigar é o descobrimento do Cabo de Santa Maria e o reconhecimento do estuário do Rio da Prata. Por isso procuraremos certificar-nos préviamente que não é conhecida qualquer notícia, consignada por escrito em relação ou documento fidedigno, de que alguma armada ou navio isolado, antes de 1514, atingisse o Cabo de Santa Maria, e o demarcasse, determinando a sua latitude, e, dobrando o cabo, entrasse no vasto estuário do Rio da Prata, reconhecesse que era rio e não baía, e, navegando por êle, indicasse a largura da sua embocadura e a direcção e extensão do mesmo estuário.

Não nos referiremos às duas viagens que Américo Vespúcio diz ter feito por ordem do rei D. Manuel; as cartas em que são narrados os sucessos destas viagens têm dado lugar a grandes controvérsias sôbre a sua veracidade, e foram longamente analisadas nos capítulos VIII, IX e X da presente obra.

«Na era de 504, diz o P. José de Anchieta, da Companhia de Jesus, na *Annua* de 1584 (1), vieram os franceses ao Brasil, a primeira vez ao pôrto da Bahia, e entraram no rio de Paraguassú,

(1) Publicada na *Revista do Instituto*, tômo VI, págs. 412 e 413. Capistrano de Abreu, *O Brasil no seculo XVII, A Armada de D. Nuno Manuel* (Rio, 1880), pág. 46.

que está dentro da mesma baía; e tornaram com boas novas a França; de onde vieram depois três náus; e, estando no mesmo lugar em resgate, entraram quatro náus da armada de Portugal, e queimaram-lhe duas náus, e outra lhe tomaram com matar muita gente».

Varnhagen identifica o combate dos navios portugueses e franceses com o de Cristóvam Jacques (2), mas sendo a expedição de Cristóvam Jacques ao Brasil efectuada em 1526, é evidente que a *Annua* de Anchieta se refere a outro combate.

Capistrano de Abreu (3), fundando-se em uma passagem da *Newen Zeytung auss Pressillg Landt*, conjecturava que o combate de que escreve o P. Anchieta se travou em fins de 1506 ou princípios de 1507. A passagem da *Newen Zeytung*, segundo a interpretação de Fernam Compans, de que Capistrano de Abreu se serviu, é a seguinte:

«*Os habitantes dizem que vem de tempos a tempos outros navios, e que os tripulantes são vestidos como nós; pelo que deles dizem os habitantes os portugueses pensam que são franceses. Quasi todos teem barba ruiva. Os nobres portugueses pretendem que são Geziner, que navegam para Malaca*».

Mas a interpretação de Brandenburger (4) é muito diferente: «*Dizem mais as gentes daquelle lugar que ás vezes chegam alli outros navios; vestem roupas, conforme os Portugueses dizem, como os Franceses, segundo as informações do povo; e usam tambem barbas, todas ellas ruivas. E querem os honrados Portugueses afirmar que são Chins* (Geziner), *que navegam para Malaca*».

Vê-se da interpretação de Brandenburger que na *Newen Zeytung* não se fala em franceses que ali aportassem, mas sòmente que os tripulantes dos navios, que visitavam aquele lugar da costa do Brasil, vestiam roupas como os franceses, conforme os portugueses diziam (5), e que todos tinham barbas ruivas.

A notícia dada pelo P. Anchieta, divide-se em duas partes:

1.ª Na era de 504 vieram os franceses ao Brasil pela primeira vez ao pôrto da Bahia e entraram no rio Paraguassú, que está dentro da mesma baía; e tornaram com boas novas a França.

2.ª De onde [de França] vieram depois três náus, e estando no mesmo lugar [pôrto da Bahia] em resgate, entraram quatro náus da armada de Portugal, e queimaram-lhes duas náus, e outra lhes tomaram com matar muita gente.

Àcêrca desta notícia há a notar:

1.º D'Avezac conjectura que o navio dos franceses de que escreve o P. Anchieta, que esteve no pôrto da Bahia em 1504, era o de *Denis d'Honfleur* (6).

2.º O navio francês que em 1504 esteve no pôrto da Bahia, e que voltou com boas novas, não estaria em França antes do fim de 1504, ou princípio de 1505.

3.º As três náus que os mercadores franceses armaram, depois de receber boas notícias da terra novamente descoberta, não poderiam estar no pôrto da Bahia antes do fim de 1505, ou princípio de 1506; e foi neste ano, ou no princípio do seguinte de 1507, que ali chegaram quatro náus da armada dos portugueses.

4.º Da armada portuguesa, da qual quatro náus entraram no pôrto da Bahia e queimaram duas das náus francesas, e a outra tomaram, matando-lhe muita gente, não há notícia nem na *Chronica del Rei D. Manuel*, onde um feito tam importante não deixaria de ser mencionado, nem em relação ou documentos especiais. E se por ventura as quatro náus da armada dos portugueses fizessem parte das armadas que por aquele tempo eram enviadas para a Índia, certamente Barros, Castanheda e Gaspar Correia se refeririam a êste feito. Do que se póde concluír que naqueles anos não tocou

(2) D'Avezac, *Considerations geographiques sur l'histoire du Bresil*, pág. 83. No mesmo ano de 1504, o navio *d'Espoir*, comandado por Binot Paulmier de Goneville e levando a bordo dois portugueses, esteve no Brasil.

(3) Capistrano de Abreu, *O Brasil no seculo XVI*, pág. 46-52. No seu notável prefácio à edição da *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata* (Rio, 1900), o ilustre historiador brasileiro sustenta o descobrimento do Rio da Prata em 1514 e conclui da carta de Juan de Zuniga a Carlos V, de 27 de Julho de 1524, e da carta de Luís Ramirez (Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio de Janeiro, XV, pág. 16), que Cristóvam Jacques foi ao Rio da Prata entre 1519 e 1521.

(4) Clemente Brandenburger, *A nova Gazeta da terra do Brasil* (1922), a pág. 40.

(5) Esta expressão era vulgar em Portugal no princípio do século XVI; no *Livro de Duarte Barbosa* (pág. 24) diz-se que os Cafres, que estanciavam pelo Cabo de S. Sebastião (África austral), andavam nus, cobrindo-se com umas *capas francesas* de peles com seu pêlo de cervo ou doutras alimárias.

(6) D'Avezac, *Considerations geographiques*, pág. 84; Capistrano de Abreu, *O Brasil no seculo XVI*, pág. 36, nota 35.

na costa do Brasil nenhuma armada de quatro náus, que travasse combate com as náus francesas. E não é isto de estranhar se se considere que D. Manuel despachou para a Índia: em 1504, a armada de Lopo Soares de Alvarenga, de treze náus; em 1505, a armada do Viso Rei D. Francisco de Almeida, composta de dezasseis náus e quatro caravelas; em 1506, a armada de Pero de Anhaya, de seis náus; a de Tristão da Cunha, de onze náus, e a de Afonso de Albuquerque, de cinco náus.

Do que resulta que a data de 1504, dada pelo P. José de Anchieta, deve conter um êrro de cópia (1514), ou houve confusão na tradição que recolheu.

Depois dos primeiros anos do século XVI até 1514, não há notícia, nem dada pelos escritores portugueses, nem conservada em documentos ou relações manuscritas, das armadas enviadas à costa do Brasil por mandado do rei D. Manuel, para prosseguir o seu descobrimento àlém de Cananéa e assegurar o seu domínio. Alguns navios eqüipados por mercadores, com licença do rei, foram à costa do Brasil carregar pau brasil, depois que acabou o privilégio de Fernão de Loronha, mas não em grande número, por isso que aquela mercadoria, única que então podiam trazer, não era bastante rica para incitar os mercadores às grandes despezas, necessárias para eqüipar uma armada de dois ou três navios para viagem tam longa e duradoura, nem se alongariam muito para o sul do continente para carregar de pau brasil, que encontravam em regiões menos longínquas.

Os documentos portugueses, relativos ao descobrimento do Cabo de Santa Maria e ao reconhecimento do estuário do Rio da Prata faltam quási por completo. D. Manuel andava empenhado nos descobrimentos e conquistas da Índia, para onde despachava, ano a ano, uma armada, em que dispendia grandes somas de dinheiro, que esperava fôssem compensadas pelas cargas de mercadorias, drogas e especiarias, que vinham da Índia; enquanto que os navios mandados à terra de Santa Cruz traziam apenas como carga pau brasil, papagaios e bugios. Àlém disso, a Índia era habitada por gente que possuía uma civilização muito adiantada; compunha-se de estados regularmente constituídos, com cidades florescentes e de grandes riquezas; enquanto que a terra de Santa Cruz era habitada por tribus de gente selvagem e onde se não divisavam riquezas de produtos naturais ou da indústria.

Em segundo lugar, as armadas que iam à terra de Santa Cruz sòmente tinham como pontos de referência da costa os portos, rios e cabos, por isso que as gentes não estanciavam em povoações fixas. A sua posição geográfica só podia ser fixada pela distância aos pontos anteriores já marcados, ou pela sua latitude. Havia, pois, tudo a fazer: percorrer a costa, dar nome aos portos, rios e cabos mais notáveis, indicar a distância a um ponto da costa bem aparente, em geral um cabo, que primeiramente fôra avistado, e determinar a sua latitude, rumo e conhecenças. As relações escritas ou roteiros das armadas reduziam-se a uma lista de nomes de lugares postos pelos capitães dos navios e pilotos, sua distância aos anteriores, a sua latitude, e à narração dos acontecimentos mais consideráveis da viagem, devidos sôbre tudo ao estado do mar e suas correntes, e aos agentes atmosféricos, à direcção dos ventos, às tempestades, etc.

Como se vê, estas relações seriam de grande interêsse para a geografia e navegação, mas provávelmente não foram escritas senão raras vezes.

Os documentos relativos ao fornecimento de mantimentos, aparelhos dos navios, armas, mercadorias para fazer o resgate, que os almoxarifes deviam fornecer por mandados do rei, já não se encontram nos arquivos públicos ou particulares. Enfim, os capitães dos navios, que eram armados por mercadores, não nos transmitiram as contas da despeza feita com os soldos, mantimentos, mercadorias consumidas nas viagens, constituíndo o Regimento da náu *Bretôa*, publicado no capítulo XI desta obra, único especimen conhecido na documentação dos primeiros quinze anos da era de 500.

São duas as armadas às quais se atribui o descobrimento do Cabo de Santa Maria e o reconhecimento do estuário do rio da Prata: a armada portuguesa, denominada de D. Nuno Manuel, eqüipada com licença do rei de Portugal (7); e a armada castelhana, denominada de João Dias de Solis, eqüipada com licença do rei de Castela.

Procuraremos dar notícia das principais pessoas que se diz intervieram na expedição das duas armadas; indicar o número de navios de cada uma delas, fixar as datas em que atingiram o Cabo de Santa Maria e o estuário do Rio da Prata; e, se fôr possível, indicar aquela que teve a prioridade.

(7) Damião de Góis, *Chronica de El-Rei D. Manuel*, parte III, cap. VII.

D. NUNO MANUEL (8)

D. JOÃO, bispo da Guarda, teve de Justa Rodrigues, mulher solteira, dois filhos: D. João e D. Nuno, os quais ambos tomaram o apelido de Manuel. Justa Rodrigues, na criação de D. Nuno, seu segundo filho, foi ama de leite de D. Manuel, filho do Infante D. Fernando, depois duque de Beja e rei, sucedendo a D. João II (9). O infante D. Manuel nasceu a 31 de Maio de 1469 (10); por isso, D. Nuno Manuel deve ter nascido pelo mesmo tempo.

D. Afonso V, a pedido do bispo da Guarda, D. João, concedeu a legitimação dos seus dois filhos, D. João Manuel e D. Nuno Manuel, por cartas datadas de 31 de Outubro de 1475 (11).

Não há notícias da criação de D. Nuno Manuel; mas é de supor que parte da sua juventude se passasse junto do duque de Beja, de quem era colaço. Parece que o infante D. Manuel, duque de Beja, foi muito afeiçoado a D. Nuno Manuel, não só por se haver criado com êle, mas pelas suas boas qualidades e merecimentos, pelo que o nomeou seu almotacé-mór, cargo que já exercia em 12 de Maio de 1495, sendo também alcaide-mór da Guarda.

Depois, quando por falecimento de D. João II, em 25 de Outubro de 1495, o duque de Beja lhe sucedeu, D. João Manuel continuou a gosar a sua confiança e estima e a exercer o cargo de almotacé-mór. Em 1498, quando o rei foi a Castela a jurar-se príncipe herdeiro da corôa do mesmo reino, D. Nuno Manuel acompanhou o soberano (12 e ainda no ano de 1502, quando o monarca fêz a romaria a Santiago de Compostela, o acompanhou D. Nuno Manuel (13).

D. Vasco da Gama, na segunda viagem à Índia, partiu de Lisboa a 10 de Fevereiro de 1502 com uma armada de vinte velas; regressou a Portugal no ano seguinte de 1503, a 1 de Setembro, segundo Castanheda, e a 10 de Novembro segundo João de Barros. Na armada vieram muitas riquezas do Oriente, e entre elas as primeiras *páreas*, tributo que havia de pagar cada ano o rei de Quiloa. Quando a armada chegou a Lisboa, o soberano mandou logo visitar Vasco da Gama por D. Nuno Manuel, seu almotacé-mór (14).

No ano de 1510, o rei nomeou para o seu conselho a D. Nuno Manuel (15); e por falecimento de D. João de Sousa, fê-lo seu guarda-mór, por carta de 12 de Março de 1515 (16). Na carta de mercê lê-se o seguinte: «*Veendo nos como o officio de nosso guarda mor deve andar em pessoa de muita fieldade, e de que tenhamos muy grande confiança, e tal que sejamos assy servido como requere a pryiminencia do dito officio por ser a principal guarda de nossa pessoa, assy no tempo de paz como de guerra; e esguardando nos a muita criaçam, que temos feita em D. Nuno Manuel do nosso conselho e nosso almotace mór, e como com razão devemos delle confiar as cousas grandes do nosso serviço e que muito nos tocarem: e esguardando assy mesmo os muitos e mui continuados serviços que delle temos recebidos, e esperamos ao diante receber; por todos estes respeitos, e polla boa vontade que lhe teemos, e por folgarmos de lhe fazer graça e mercê: teemos por bem, e lhe damos e fazemos mercê do dito officio de nosso guarda mor, assy e pela guisa e maneyra que de nós tinha D. João de Sousa, que se finou.*» Estas palavras não são certamente apenas fórmulas de chancelaria; mas mostram claramente a muita afeição que o Rei tinha a D. Nuno Manuel, e a grande confiança que nêle depositava, entregando-lhe a guarda de sua pessoa; pelo que é bem de crer que êle nunca se afastaria da pessoa do soberano.

Exerceu êle ambos os cargos, de almotacé-mór e de guarda-mór, até o fim do reinado de D. Manuel, e ainda em parte do de D. João III.

(8) Ácêrca de D. Nuno Manuel veja-se D. António Caetano de Sousa, *Historia genealogica*, liv. XII, cap. IV; Anselmo Braamcamp Freire, *Livro segundo dos Brazões da sala de Cintra*, Lisboa, 1901, pág. 211-213.
(9) Damião de Góis, *Chronica de El-Rei D. Manuel*, parte primeira, cap. v.
(10) Damião de Góis, *Chronica de El-Rei D. Manuel*, parte primeira, cap. iv.
(11) Arquivo Nacional, terceiro livro dos místicos, fol. xxxij, verso.
(12) Sousa, *Historia genealogica*, liv. XII, cap. IV.
(13) Sousa, *Historia genealogica*, liv. XII, cap. IV.
(14) Damião de Góis, *Chronica de El-Rei D. Manuel*, parte primeira, cap. lxiiii. Gaspar Correia, *Lendas da India*, tômo I, pág. 338.
(15) *Historia genealogica*, liv. XII, cap. IV.
(16) *Provas da Historia genealogica*, tômo VI, pág. 109-110.

Conta Afonso de Teve que, vindo à côrte de Lisboa certo embaixador de França, êste fôra tam aceito a D. Manuel que o armara cavaleiro no ano de 1516, e que D. Nuno Manuel lhe calçara as esporas (17).

Depois, no ano de 1518, na ocasião em que o rei fêz a declaração do seu casamento com a raínha D. Leonor, sua terceira mulher, D. Nuno Manuel foi um dos senhores que beijaram a mão do monarca (18).

Àlém dos cargos de almotacé-mór e de guarda-mór, que deu a D. Nuno, o soberano fêz-lhe outras muitas graças. Por carta, datada de Évora a 22 de Março de 1495 (19), o Infante D. Manuel, como regedor e governador da ordem e cavalaria de N. S. Jesus Cristo, duque de Bèja e de Viseu, senhor da Covilhã e Vila Viçosa, das ilhas da Madeira e dos Açôres e do Cabo Verde, fizera mercê a D. Nuno Manuel das saboarias pretas e brancas de tôdas as vilas da comarca de Trás-os-Montes, com excepção das saboarias de Vila Real e de quaisquer outras vilas, que antes tivessem sido dadas por suas cartas. Esta mercê foi confirmada por D. Manuel por carta datada de Lisboa, a 7 de Outubro de 1501.

Por carta, datada de Tomar, a 27 de Março de 1507 (20), o rei fêz ainda doação e mercê a D. Nuno Manuel em sua vida, de um seu filho maior que à hora de seu falecimento fôsse vivo, e de um neto filho do dito filho maior, de tôdas as suas rendas, direitos, fóros e tributos que tinha na vila de Salvaterra e seu têrmo, e da lezíria de Romão, unto da dita vila, e bem assim da alcaideria-mór da mesma vila com suas rendas e direitos, pela maneira que tinham tido Rodrigo Afonso e seu filho Pero Correia.

Por carta, datada de Almeirim, a 7 de Fevereiro de 1507 (21), D. Manuel fêz mais doação e mercê a D. Nuno Manuel, para todo o sempre, de juro e herdade, da jurisdição da vila de Salvaterra, e de tôdas as rendas e direitos que o rei tinha na dita vila. Por carta, datada de Abrantes, a 8 de Julho de 1507 (22), o rei acrescentou a doação com o paúl de Magos, em Salvaterra.

Àlém das mercês já enumeradas, também o soberano lhe deu licença para que pudesse armar navios que fôssem carregar mercadorias aos portos da Índia e da China.

Nas *Decadas*, de João de Barros (23), nas *Lendas da India*, de Gaspar Correia (24), na *Chronica de El Rei D. Manuel*, de Damião de Góis (25), no *Livro de toda a Fazenda*, de Figueiredo Falcão (26), e no *Compendio Universal*, de todos os viso-reis, governadores, etc. da Índia pelo P. Manuel Xavier (27), referem-se os nomes das náus e dos seus capitães, que D. Manuel despachou para a Índia no ano de 1517. Comparando umas e outras notícias, parece que foram as seguintes:

Primeira armada: cinco náus do rei para carga das especiarias (28).
Capitão-mór António de Saldanha na náu *N. S. da Nazaré;*
Tristão de Menezes, na náu *S. Antonio;*
Manuel de Lacerda, na náu *N. S. da Serra;*
Pero Quaresma, na náu *S. Thiaguinho;*
Rafael Catenho, na náu...

Esta armada partiu de Lisboa a 9 de Abril de 1517, chegando à Índia a 17 de Setembro do mesmo ano.

Segunda armada: uma náu do rei e duas de armadores:
Capitão-mór Fernão de Alcáçova, na náu *N. S. Maria das Virtudes*, do rei;
D. Afonso Henriques de Sepulveda, na náu *N. S. da Piedade*, de Duarte Tristão, que arribou ao Brasil;
D. João de Torres, na náu *S. Thiago*, de D. Nuno Manuel.

(17) *Historia genealogica*, liv. XII, cap. IV.
(18) Idem, liv. XII, cap. IV.
(19) *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 38, fol. 87, v.
(20) *Chancelaria de D. João III*, liv. 14, fol. 96, v-97, r.
(21) *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 15, fol. 12, v.
(22) Arquivo Nacional, Místicos, liv. V, fol. 37, v-38, r.
(23) Dec. III, liv. I, cap. X.
(24) *Lendas da India*, tômo II, pág. 531-532.
(25) *Chronica de El-Rei D. Manuel*, parte quarta, cap. XIX.
(26) *Livro de toda a fazenda*, pág. 147.
(27) *Compendio universal*, págs. 13 e 14.
(28) Veja-se também o *Livro das Armadas*, Ms. da Academia das Sciências de Lisboa, armada de 1517.

Na armada do ano de 1519 foi também um navio de D. Nuno Manuel, a quem o rei deu licença para armar uma náu para a Índia e China, a carregar mercadorias. Chamava-se *Madanela*, de que era capitão Diogo Calvo, criado de D. Nuno Manuel. Na Índia, embarcaram nesta náu também os capitães Rafael Perestrelo e Rafael Catanho, e foram ao pôrto de Bintão carregar mercadorias (29).

Das notícias, precedentemente dadas em resumo, sabe-se que D. Nuno Manuel, com licença régia, armou dois navios para ir aos portos da Índia e China. Parece que àlém da armação dêstes dois navios D. Nuno Manuel também teve parte na armação de outros que fizeram uma viagem à terra do Brasil. Álvaro Mendes de Vasconcelos, embaixador de Portugal em Castela, em carta dirigida a D. João III, datada de Medina do Campo, a 14 de Dezembro de 1531, diz (30): «*A sustencia do que lhe respondi [á Imperatriz D. Isabel, mulher de Carlos V de Castela] foi que lhe beijava as mãos por começar a entender estes do seu conselho, e o modo de negocear que sempre buscavam, e pois que já asy entrava nisto que de todo os devia apartar de cousa tão herrada, como herão estes requerimentos por qualquer maneira que fossem. porque pera boa reposta e justa de tudo o que me dizia e lhe dizião, dous soos pontos notase por principaes, afora outros muitos que todos muitas vezes lhe tinha dito. o primeiro que V. Alteza no regimento de Martim Affonso lhe mandava e encomendava toda a amizade com castelhanos, que lhe não tomasse nem contendesse sobe cousa que possuissem segundo em que se arrematão todos ho que conforme aas capitulações dos Reis passados, V. Alteza lhe mandou por my dizer, que ela por parte do Imperador e sua mandasse averiguar em que tempo descobrira o Solis* [o Rio da Prata], *e que V. Alteza mandaria muy brevemente saber em que tempo descubrira hûa armada de D. Nuno Manuel, que por mandado del Rey vosso pay que está em gloria, foi descobrir ao dito Rio. e que quem achasse por verdade que primeiro descobrira, estivesse em posse até se lançar a linha, etc.*»

Era costume designar as armadas, despachadas para a Índia, pelo ano e pelo nome do capitão-mór; e posto que na carta do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos se diga uma armada de D. Nuno Manuel, é improvável que D. Nuno Manuel fôsse o capitão-mór dela, ou ainda o capitão de um navio. Com efeito, nenhuma notícia há de que D. Nuno Manuel seguisse a carreira dos navegadores; e como foi sempre adstrito, desde a sua juventude, à pessoa de D. Manuel, não só quando duque de Beja, mas depois quando rei, não é de crer que o soberano permitisse que D. Nuno se afastasse dêle e por tanto tempo como era a viagem à terra do Brasil. E' pois de crer que a ingerência de D. Nuno Manuel naquela armada, a que se refere a carta do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos se limitasse à armação de um navio.

D. Nuno Manuel gosava não só de muita confiança do monarca, mas também era de grande autoridade na côrte. Quando o rei foi acometido da doença de que faleceu em Lisboa, a 13 de Dezembro de 1521, foi assistido por D. Nuno Manuel. Damião de Góis *(Chronica de El-Rei D. Manuel*, parte quarta, cap. 83) conta que «*a Rainha D. Leonor sua mulher, e a infante D. Isabel sua filha, e o princepe D. João seu filho (que neste tempo estava em Salvaterra, donde sabendo da doença del Rei seu pay se veio logo pera elle) o acompanharam ate o septeno dia da sua doença; no qual vendo D. Nuno Manuel, seu guarda mor, que desesperavam os physicos de sua vida, fez recolher a Rainha e a infanta pera hûa camara junto da donde el Rei jazia, e ho mesmo fez ao princepe que fezesse, pelo que logo se foi pera hum aposento que vai sobelo almazem*». Isto mostra não só o zêlo e amor com que D. Nuno Manuel serviu o seu rei, mas também a grande autoridade que tinha junto das pessoas da família real.

Depois do falecimento do monarca, D. Nuno continuou a exercer os cargos de almotacé-mór e de guarda-mór durante os primeiros anos do reinado de D. João III.

D. Nuno Manuel foi casado duas vezes: a primeira com D. Leonor de Milá, filha de D. Jaime de Milá, conde de Albayde e da condessa D. Leonor de Aragão, de quem teve sete filhos

(29) *Lendas da India*, tômo II, págs. 574 e 678. João de Barros, Dec. III, liv. VI, cap. II.
(30) Arquivo Nacional, *Corpo Chronologico*, parte 1.ª, Maço 48, N.º 8.

e filhas; a segunda, com D. Lourença de Ataíde, filha de D. João de Vasconcelos e Menezes, segundo conde de Penela, e da condessa D. Maria de Ataíde, de quem não teve sucessão ([31]).

Não se sabe a data do falecimento de D. Nuno Manuel; mas já era falecido em 17 de Março de 1525. Foi sepultado em magnífica sepultura na capela-mór, da parte do Evangelho, na igreja de N. S. de Jesus, cabeça da província da Ordem Terceira de S. Francisco ([32]).

O PILOTO JOÃO DE LISBOA ([33])

JOÃO de Lisboa foi considerado um dos pilotos mais notáveis na sua profissão dos fins do século XV e princípios do século XVI ([34]). Supõe-se ter nascido pelo meado do século XV ([35]). Não são conhecidos os nomes de seus pais, nem a terra da sua naturalidade; mas em razão do apelido que usou póde supor-se que era natural da cidade de Lisboa. Tudo se ignora àcêrca do modo porque recebeu a sua instrução profissional; mas é de crer que, como sucedia ao tempo, a sua escola de pilôto foi a bordo dos navios. O mais velho e principal pilôto ensinava aos mais moços que se propunham seguir a carreira, não só a prática das manobras do navio e o modo de o dirigir na derrota estabelecida, mas também as noções teóricas de cosmografia e de navegação ([36]).

Nada se sabe ao certo sôbre as primeiras viagens marítimas de João de Lisboa. Conjectura-se com alguma plausibilidade, que êle foi na frota com que Vasco da Gama fêz o descobrimento do caminho marítimo da Índia (1497-1499) ([37]). Com efeito, Alonso de Santa Cruz, cosmógrafo-mór de Castela, que esteve em Portugal em 1545, e tratou com Pedro Nunes, falando das cartas marítimas portuguesas que se enviavam para Castela depois de 1530, e que eram, segundo êle afirma, falsificadas nas distâncias por causa das questões levantadas entre Portugal e Castela àcêrca das ilhas Molucas, diz: «*que se valiò para fundarlo* (o seu ditâme) *del derrotero de Juan de Lisboa, afamado piloto portugues en la carrera de la India, que por haber ido al descobrimento de ella, quando no existian aquellas pretenciones y rivalidades, no habia sospecha de que en el estuviessen alteradas las situaciones geograficas*» ([38]).

Como se sabe, a frota de Vasco da Gama era composta de três caravelas, das quais eram pilotos Pero de Alemquer, João de Coímbra e Pero Escolar, e mais uma náu de mantimentos; àlém dêstes, outros pilotos iam nos navios desta frota, um dos quais se chamava Fernão Martins, que sabia a língua arábica, e outro por nome Afonso Gonçalves, e por ventura também Pero Anes e João de Lisboa ([39]). Esta suposição é de certo modo confirmada pelo que Duarte Pacheco diz no *Esmeraldo de situ orbis* (liv. II, cap. 2): «*e assim foram mandados nesta viagem os principais pilotos e mareantes, e mays sabedores na arte da marinharia, que se nesta patria hacharam*».

Êste Pero Anes foi pilôto muito notável na sua profissão. O rei D. Manuel, por carta de 18 de Fevereiro de 1503, o nomeou seu patrão da navegação da Índia e mar oceano ([40]). No *Tratado da agulha de marear*, achado por João de Lisboa, no ano de 1514, (cap. V), êle diz: «*determiney ffazer*

([31]) *Historia genealogica*, liv. XII, cap. IV.
([32]) *Historia genealogica*, liv. XII, cap. IV.
([33]) Acêrca da vida do pilôto João de Lisboa veja-se o documentado estudo de Jacinto Inácio de Brito Rebelo, *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903, introdução, pág. xxxviii a lviii, e doc. IX a XIX.
([34]) *Livro de Marinharia*, págs. xl e xli.
([35]) *Livro de Marinharia*, pág. xli.
([36]) *Livro de Marinharia*, pág. xli.
([37]) *Livro de Marinharia*, pág. xli.
([38]) Navarrete, *Colleccion de opusculos; Livro de Marinharia*, pág. xlii.
([39]) *Livro de Marinharia*, pág. xliii.
([40]) *Livro de Marinharia*, págs. xlii e xliii e doc. IX.

decraração do cruzeiro por ver mais largo synall que do que todos tem conhecimento. o qual por muytas vezes pero anes que deus tem e eu espremem tamos muitas vezes com ho norte, e achamos estamdo em parte que bem vimos ambos dos ditos synaes estam em hua linha com hos polos do mundo. isto por hua agulha estamdo em Cochim» (41). Esta referência, que João de Lisboa fêz de Pero Anes em têrmos tam honrosos, tem servido de fundamento para conjecturar que êle fôsse o mestre e guia do próprio João de Lisboa, em ano anterior a 1514, em que já era falecido como resulta da expressão «*que Deus tem*» (42).

Em 1506, D. Manuel despachou para a Índia uma armada de onze navios, de que foi por capitão-mór Tristão da Cunha. A náu capitânia tinha o nome de *Santiago;* dela era mestre e pilôto João de Lisboa (43).

No *Livro de Marinharia* é descrita a derrota da viagem de Lisboa para à Índia (44), que se póde assim resumir: Partindo de Lisboa (39° 30′ N) ia-se no rumo da Ilha da Madeira (32° 30′ N), daqui para a Ilha da Palma (Gran Canária) (28° 45′ N). Depois, fazia-se o caminho para o sul e sueste até dobrar o cabo de Santo Agostinho (8° 30′ N); voltava-se a lessueste e sueste, passando à vista das Ilhas de Tristão da Cunha (34° 30′ S); e, passadas estas ilhas, fazia-se o caminho até 36° do sul, e então se voltava para leste até passar àlém do cabo de Boa Esperança (34° 30′ S). A derrota segue depois em direcção a nordeste até Moçambique.

A armada de Tristão da Cunha (45) partiu de Lisboa a 6 de Abril de 1506, e chegou a Moçambique no mês de Dezembro do mesmo ano; visitou a ilha de S. Lourenço, donde voltou a Moçambique; daqui partiu para a ilha de Çocotorá, onde chegou no mês de Abril de 1507. Na ilha havia uma fortaleza do rei de Caxem, da qual era capitão um filho do mesmo rei. Tristão da Cunha tomou à fôrça a fortaleza, expulsou os mouros que a defendiam, e deixou nela um capitão com gente para a sustentar. Depois, partiu para a Índia, chegou a Cananor a 27 de Abril de 1507, e dali se fêz à vela para Cochim, onde foi recebido pelo viso-rei D. Francisco de Almeida.

A João de Lisboa, que acompanhou sempre Tristão da Cunha, foram pagos 184.316 reais de 84 quintais da sua câmara, e quatro quintais da sua quintalada, que lhe pertenciam desta viagem (46).

Deve ter sido nesta expedição, ao tempo que esteve em Cochim, que êle e Pero Anes fizeram as observações com a agulha de marear, a que se refere no Tratado (47).

João de Lisboa, que já havia avistado o cabo de S. Agostinho em 1506, indo na armada de Tristão da Cunha, parece que voltou às mesmas paragens em outros navios que navegavam para os mares do ocidente, e se dirigiam para a terra, primeiramente denominada de Santa Cruz, e depois terra do Brasil. Infelizmente, não são conhecidos documentos em que se refiram estas viagens.

No Atlas de Vaz Dourado (Arquivo Nacional), no Atlas das Necessidades (Biblioteca Nacional), e no Atlas de Lázaro Luís (Biblioteca da Academia), em que são representados os conhecimentos geográficos do novo mundo no terceiro quartel do século XVI, em um ponto da costa do Brasil, situado pelos 3° de latitude sul, lê-se, em correspondência da embocadura de um pequeno rio, a legenda: *Rio de João de Lisboa* (48).

No *Livro de Marinharia,* no qual está inserto o *Tratado da agulha de marear achado por João de Lisboa, ho anno de 1514,* há uma parte que contém as alturas, derrotas, sondas e marés do Atlântico e Mediterrâneo; nesta parte há uma secção contendo as alturas da costa do Brasil, em que é dada a latitude de 36 lugares da costa do Brasil desde a embocadura do rio Maranhão até à do rio da Prata (49).

Certamente, esta secção representa os conhecimentos geográficos do autor na época em que foi feita, o qual ali consignou aquelas noções para auxílio dos pilotos que navegassem por aqueles mares; contudo, póde ter sido acrescentada posteriormente nas cópias. Esta secção, em que são dadas as alturas dos lugares da costa do Brasil, póde, com grande plausibilidade, ser atribuída ao pilôto João

(41) *Tratado da agulha de marear,* cap. V, no *Livro de Marinharia,* pág. 22.
(42) *Livro de Marinharia,* pág. xliii.
(43) *Livro de Marinharia,* pág. 211-212.
(44) *Lendas da India,* tômo I, pág.
(45) Os sucessos da armada de Tristão da Cunha são narrados por Gaspar Correia, *Lendas da India,* vol. I.
(46) *Livro de Marinharia,* pág. xlix, e doc. XII.
(47) *Livro de Marinharia,* pág. xlix.
(48) *Livro de Marinharia,* pág. xlviii, e facs. de cartas.
(49) *Livro de Marinharia,* pág. 88-89.

de Lisboa, que ali compilou não só as alturas dos lugares da costa, já observadas pelos pilotos que o precederam, mas também aquelas que êle mesmo observou. Advirta-se que o último lugar, cuja altura é dada na mencionada secção, é o cabo de S. Maria, e pelas seguintes palavras: *O cabo de santa Maria ... x x x v graos.*

Esta altura, que é bastante aproximada, atendendo à imperfeição dos instrumentos usados pelos pilotos no primeiro quartel do século XVI, e às dificuldades de observação a bordo, póde atribuir-se ao próprio João de Lisboa. Com efeito, Gaspar Correia *(Lendas da India,* tômo II, p. 627 e 628), depois de consignar que a armada de Fernão de Magalhães partiu de S. Lucas de Barrameda em Agosto de 1519, e navegou até às Canárias, diz: «*Partiose das Canarias de Tenerife, e foy demandar o Cabo Verde, donde atravessou á costa do Brasil, e foy entrar em hum rio que se chamava Janeiro. Hia por piloto mór hum portugues chamado João Lopes Carvalhinho, o qual neste rio já estivera, e levou hum filho que hy fizera em huma mulher da terra. E daqui foram navegando até chegarem ao cabo de Santa Maria, que João de Lisboa descobrira no ano de 1514; e daquy foram ao rio de S. Julião*». Herrera *(Decadas de las Indias, dec. II, liv. IX, cap. 10)* conta que o pilôto João Carvalho, que acompanhava Fernão de Magalhães na sua viagem, quando avistou três serras, que pareciam ilhas, disse que «*eran el Cabo de Santa Maria que lo sabia por relacion de Juan de Lisboa piloto portugues que habia estado en el*». Como se viu, Gaspar Correia põe o descobrimento do Cabo de Santa Maria no ano de 1514.

A situação geográfica do Cabo de Santa Maria, na embocadura do Rio da Prata, é dada no *Regimento do astrolabio,* paleotipo da Biblioteca de Évora, impresso antes de 1521, e talvez antes de 1518, e possívelmente destinado sòmente aos pilotos das armadas.

Neste Regimento há uma lista das alturas (latitudes) dos portos, baías, e cabos da costa oriental do Brasil desde o Rio do Arecife até ao Cabo de Santa Maria, que põe em 35° graus. É a mesma lista que se lê no *Livro de Marinharia* (p. 88-89).

No *Esmeraldo de situ orbis,* composto por Duarte Pacheco Pereira, encontram-se algumas notícias àcêrca da costa do Brasil. No livro primeiro (cap. 7.º), que foi escrito antes de 1506, Duarte Pacheco dá uma lista dos lugares da terra do Brasil com as suas latitudes desde a linha eqüinocial para o pólo antárctico; e o lugar mais austral aí mencionado é a ilha de S. Amaro em 28° 30′. Resulta disso que, nesse ano de 1505, a navegação da costa do Brasil só era conhecida até à ilha de S. Amaro, situada em 28° 30′ de latitude sul.

No ano de 1513, D. Manuel encarregou D. Jaime, duque de Bragança, de castigar os Mouros de Azamor, que se tinham mostrado inimigos dos portugueses (50). A armada, composta de grande número de navios, dizem que 430 velas, e em que iam cêrca de 18.000 homens, saíu a barra de Lisboa a 15 de Agosto de 1513, dirigiu-se ao Algarve, donde se fêz ao rumo do sul. D. Jaime refere na carta que escreveu ao rei D. Manuel, dando-lhe conta do sucesso, que «*parece que as aguas que correm neste meio mar para o estreito nos abateram tanto, que desatinavam quantos pilotos iam na armada, senão a João de Lisboa e a Pedro Affonso de Aguiar, que pola altura se fizeram 5.ª feira á tarde atraves de Salé* (51). Como se vê destas palavras, João de Lisboa ía nesta armada por pilôto, talvez por pilôto-mór dela; e as palavras do duque de Bragança mostram a grande consideração em que era tido. O duque castigou os Mouros, tomando Azamor, Tete e Almedina; e a armada regressou a Lisboa, a 21 de Novembro de 1913.

Em 28 de Março de 1518, partiu de Lisboa para a Índia a armada em que foi Diogo Lopes de Sequeira por governador. A armada chegou a Gôa em Setembro do mesmo ano, seguindo depois para Cochim.

Nesta esquadra, talvez na capitaina *S. Hieronimo,* foi o pilôto João de Lisboa, porque de 18 a 24 de Setembro lhe foram fornecidos medicamentos, para tratamento da doença de que sofria (52). É provável que voltasse da Índia com Lopo Soares de Albergaria, na armada que partiu de Cananor a 4 de Janeiro de 1519 e que chegou a Lisboa a 11 de Agosto do mesmo ano, porque o rei D. Manuel lhe fêz

(50) Os sucessos desta expedição são referidos por Damião de Góis, *Chronica de El-Rei D. Manuel,* parte terceira, cap. xlvi e xlvii.
(51) Sousa, *Historia genealogica, Provas,* tômo IV, pág. 32.
(52) *Livro de Marinharia,* pág. lii, e doc. XIII.

mercê do cargo de *nosso patraõ,* por falecimento de Afonso Rodrigues, por carta datada de Évora a 9 de Setembro de 1519.

É possível que o pilôto João de Lisboa voltasse à Índia na armada em que foi por governador o viso-rei D. Duarte de Menezes, que partiu de Lisboa em Abril de 1521, talvez na capitaina *S. Hieronimo,* mas parece ter regressado na esquadra que chegou a Lisboa em Julho de 1522, porque D. João III lhe fêz mercê do cargo de *patraõ da navegação da India e mar oceano,* pelo falecimento de Gonçalo Álvares, em carta datada de Lisboa, a 11 de Dezembro de 1522 (53).

Em 27 de Fevereiro de 1522, D. João III confirmou a João de Lisboa a tença de 10.000 reais, de que o rei D. Manuel lhe fizera mercê por carta de 18 de Maio de 1518; e, no ano seguinte, o mesmo rei lhe fêz mercê de outra tença de 4.000 reais, por carta de 6 de Fevereiro de 1523 (54).

Possívelmente, João de Lisboa fêz outra viagem da carreira da Índia entre os anos de 1522 e 1525; talvez indo em 1523 e voltando em 1524; e, de regresso a Portugal, foi nomeado *piloto-mór da navegação da India e mar oceano,* por carta régia datada de Évora a 12 de Janeiro de 1525 (55).

É de presumir que a última viagem da carreira da Índia que fêz João de Lisboa fôsse na armada em que ía por capitão-mór Filipe de Castro (56), a qual partiu de Lisboa a 25 de Abril de 1525. A armada compunha-se de cinco náus, das quais uma se perdeu ao saír de Lisboa, e outra arribou a Portugal. Seguiram sòmente três náus de conserva, cujos capitães eram: o capitão-mór Filipe de Castro, na náu *Corpo Santo;* Diogo de Melo, na náu *Paraíso;* e D. Lopo de Almeida, na náu *Frol de la mar.* Estas três náus seguiram de conserva até às Canárias, onde o capitão-mór despediu a Diogo de Melo como levava por regimento. As outras duas seguiram sua viagem até próximo das Ilhas de Tristão da Cunha, com mau tempo e contrário, onde se apartaram sem nunca mais se encontrarem.

O comandante seguiu seu caminho, dobrou o cabo de Boa Esperança a 22 de Agosto do mesmo ano, foi demandar a ilha de S. Lourenço, passando por fóra dela, gastando todo o mês de Setembro sempre com mau tempo; então lhes deu um pouco de bom vento, que ao pilôto João de Lisboa, ao mestre Francisco Afonso e aos outros mareantes pareceu que poderiam passar à Índia, porque muito importava entregar as cartas que levava de D. João III para o viso-rei D. Vasco da Gama. Seguindo esta derrota, ao atravessar o golfão, acalmaram os ventos, adoeceu e morreu muita gente, chegando a haver apenas quatro mareantes mal sãos. A náu capitaina *Corpo Santo* foi levada pelas correntes, que a lançaram nas Ilhas de Curia Muria, onde surgiu, e tomaram água. Como a terra era estéril e não tinha mantimentos, e continuava a morrer gente, seguiu para o cabo de Rosalgate, onde surgiu a 7 de Novembro; dois dias depois, saltou o vento travessão com trovoadas, e a náu deu à costa sôbre uma restinga de areia, salvando-se os cofres e a artilharia. Filipe de Castro foi socorrido por João Pessoa, feitor de Calayate; e passou à Índia em uma náu do xeque de Mascate, chegando a Gôa a 14 de Janeiro de 1526.

Os sucessos desta viagem são referidos pelo capitão-mór Filipe de Castro em uma carta dirigida ao rei D. João III, datada de Gôa a 23 de Outubro de 1526 (57).

Ainda que não conste expressamente da carta de Filipe de Castro que o pilôto João de Lisboa falecesse nesta viagem, outros documentos assim o fazem crêr (58).

Com efeito, no livro das pessoas que tinham tenças do rei, datada de 20 de Maio de 1528 (59), encontra-se (fol. 46) a seguinte verba:

It. A Joham de Lisboa patram de tença com o oficio. . . .	*8.000 reais*
E mais a ele em quanto for merce del Rey	*4.000 reais*

No mesmo livro, na parte em que são escritas as tenças que o rei deu no ano de 1523 a fol. 109 encontra-se a seguinte verba:

It. A Joham de Lisboa patram de tença . . . . . :	*4.000 reais*

(53) *Livro de Marinharia,* pág. lii e doc. XVI.
(54) *Livro de Marinharia,* pág. lii, e doc. XIV e XVII
(55) *Livro de Marinharia,* pág. lii, e doc. XVIII.
(56) *Livro de Marinharia,* pág. liii e doc. XIX.
(57) *Livro de Marinharia,* doc. XIX.
(58) *Livro de Marinharia,* pág. liii.
(59) *Livro de Marinharia,* pág. liv e lv.

O RIO DA PRATA

(Do Atlas de Vaz Dourado — Século XVII — existente na Biblioteca Nacional de Lisboa)

Ao lado da primeira verba lê-se a nota *Almazem da Guiné*, e da segunda também *Almazem*, e naquela a nota *falecido*.

Na parte do livro onde são escritas as tenças que vagaram no mês de Maio de 1523 até ao fim do ano de 1525 por falecimento das pessoas nomeadas, a fol. 119 lê-se:

It. Joham de Lisboa patram de tença. . . . . 2 j.

Do que precede resulta que o pilôto João de Lisboa faleceu no período decorrido desde o mês de Maio de 1523 até ao fim do ano de 1525 (60). E como João de Lisboa foi na náu capitaina da armada do capitão-mór Felipe de Castro, que partiu de Lisboa a 25 de Abril de 1525, conclui-se que faleceu entre esta data e o fim do ano. Esta conclusão é ainda confirmada, porque em carta datada de 15 de Novembro de 1526 D. João III fêz mercê a Fernam Afonso de *mestre da navegação da India*, e do cargo de seu *patram*, pela maneira que o tinha João de Lisboa que se finou (61).

CRISTÓVAM JACQUES

CRISTÓVAM Jacques é bem conhecido na história do descobrimento e colonização do Brasil na primeira metade do século XVI. Àcêrca da procedência da sua família e da sua ascendência, José Freire Montarroio Mascarenhas coligiu diversas notícias, que resumiremos em seguida. (62)

O apelido de Jacques não é patronímico, como muitos se persuadem, derivando-o de Jacques, nome próprio, que na língua francesa eqüivale a Diogo, por suporem que a família era oriunda de França. Os cavaleiros, a quem os dêste apelido devem a sua ascendência, são originários do reino de Aragão, e têm o seu solar nas montanhas de Jaca, no têrmo da cidade dêste nome, onde os seus antepassados foram habitadores. As histórias aragonesas fazem muitas vezes menção de fidalgos dêste apelido. Passaram a Portugal com a ocasião que logo diremos; e fizeram seu assento no reino do Algarve.

As suas armas não se encontram registadas nos livros das armarías de Portugal; e alguns usam das dos Magalhães com quem se aparentavam.

O primeiro desta família Jacques, de que há notícia, é Guillelm Jacques.

1.º Guillelm Jacques, fidalgo catalão, era filho de outro Guillelm Jacques; seguiu o partido do Conde de Urgel, que por morte do rei D. Martinho de Aragão pretendeu a corôa daquele reino; e por ser muito amigo de D. António de Luna se achou com êle na morte do arcebispo de Saragoça, D. João de Herédia, que ambos fizeram por o arcebispo ser da facção contrária. O conde de Urgel o patrocinou sempre, ainda depois de ver desvanecidos os seus desígnios; e para lhe assegurar melhor a vida contra as diligências que fazia o novo rei por lha tirar, o fêz passar a Portugal em companhia da Infanta D. Isabel, sua filha, mulher do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, filho de D. João I de Portugal; o qual Infante, sendo governador dêste reino, na menoridade de seu sobrinho D. Afonso V, lhe fêz mercê de várias terras no reino do Algarve. Casou na Catalunha, e teve:

2.º Diogo Gil Jacques, filho dêste Guillelm Jacques, passou com seu pai ao reino de Portugal. O rei D. Manuel lhe fêz mercê de uma terra no Paúl de Lagos no ano de 1496 (Livro I de Odiana,

(60) *Livro de Marinharia*, pág. 1v.
(61) *Livro de Marinharia*, pág. 1v, e doc. XX.
(62) *Nobliario ou colecção de títulos de diversas famílias*, códice 1127, fl. 189 v. da Bibl. Nacional; *Famílias de Portugal*, códice do fundo geral, n.º 1281, letras H-I, da mesma Bibl.

fol. 135). Diogo Gil Jacques, fidalgo da casa real, teve as mesmas terras e morgado de seu pai, e foi comendador de Bouças. Casou com Maria Gomes, e teve:

3.º Pedro Jacques;
4.º Rui Dias Jacques;
5.º D. Isabel Jacques.

3.º Pedro Jacques, filho primeiro dêste Diogo Gil Jacques, sucedeu na casa de seu pai e morgado. D. Afonso V fêz-lhe mercê da comenda da Igreja de Bouças, da Ordem de Santiago; e porque o Conde de Vila Nova o quis perturbar na posse por um alvará de Janeiro de 1474 o rei lhe prometeu tirá-lo a paz e salvo, dizendo estas formais palavras: «*Pero Jaques a mim praz e vos fico de vos tirar em paz e salvo para sempre haverdes a Igreja de Bouças que hora tendes assim pelo direito que sei nisso tendes como por o Conde de Villa Nova mo ficar, quando se lhe deu o condado que não faria outra cousa acerca desta Igreja salvo o que eu mandasse.*» D. João II lha confirmou no ano de 1485; e D. Manuel no de 1496.

Também D. Afonso V o nomeou do seu conselho por uma carta, cujo teor é o seguinte:

«*Pero Jaques amigo. Eu vos envio muito saudar. Considerando eu em a linhagem de quem sois, e daqueles de quem descendeis, e assim nos muitos serviços que me tendes feito, e havendo respeito a isto mesmo; ca á vossa descrição e á lealdade que para taes casos deve ser considerada; por esta vos faço do meu conselho, e porem volo notifico assim, porque daqui em diante vos chameis do meu conselho e estardes en el quando se acaso oferecer. E assim gosardes de todas as honras, privilegios, liberdades e franquezas, de que gozam, e são outorgadas em direito aos do meu conselho. Escrita em Lisboa aos 22 de Dezembro. Pero Alvares a fez anno de 1477*».

Pretendendo D. Manuel passar a África, deu-lhe conta por uma carta da passagem que determinava fazer, que devia ser do tempo destinado a um ano; encomendando-lhe muito que os homens com quem houvesse de ir a servir, assim de pé como de cavalo, fôssem os melhores que podesse, e os mais bem armados; e que se não cançasse em sêdas nem brocados; afirmando-lhe que para aquela emprêsa fazia muito fundamento de seu serviço. Destas duas cartas se colhe a estimação que se fazia da pessoa dêste cavaleiro; e que êle devia ser hábil na paz e na guerra.

D. João II deu-lhe a comenda de Bouças e os Paúis da Bordeira, que êle cultivou, e instituíu em morgado. Foi coudel de Lagos, cujo cargo era de três anos. Por carta dada em Santarém, a 17 de Dezembro de 1482, se lhe passou carta por mais três anos e nela o rei lhe chama cavaleiro de sua casa.

Pero Jacques serviu a D. João, sendo ainda Príncipe; e achou-se com êle na batalha de Touro.

D. Manuel concedeu em 1499 a Pero Jacques suprimento para seus filhos poderem suceder e herdar o Paúl da Bordeira, dado em 1496 pelo mesmo rei, sem embargo de serem bastardos. (Liv. 8.º de Odiana, fol. 97).

Dizem que casou com D. Brites Pereira, filha de João Pereira, e com Catarina Nogueira, filha de José Afonso de Brito; mas se estes casamentos foram verdadeiros seriam consumados antes de ser comendador, porque naquele tempo os comendadores não podiam casar.

Pero Jacques não teve filhos do primeiro matrimónio, mas dois bastardos, a saber:

8.º Henrique Jacques.
9.º Maria Jacques, mulher de Vasco Queimado de Vila Lobos.

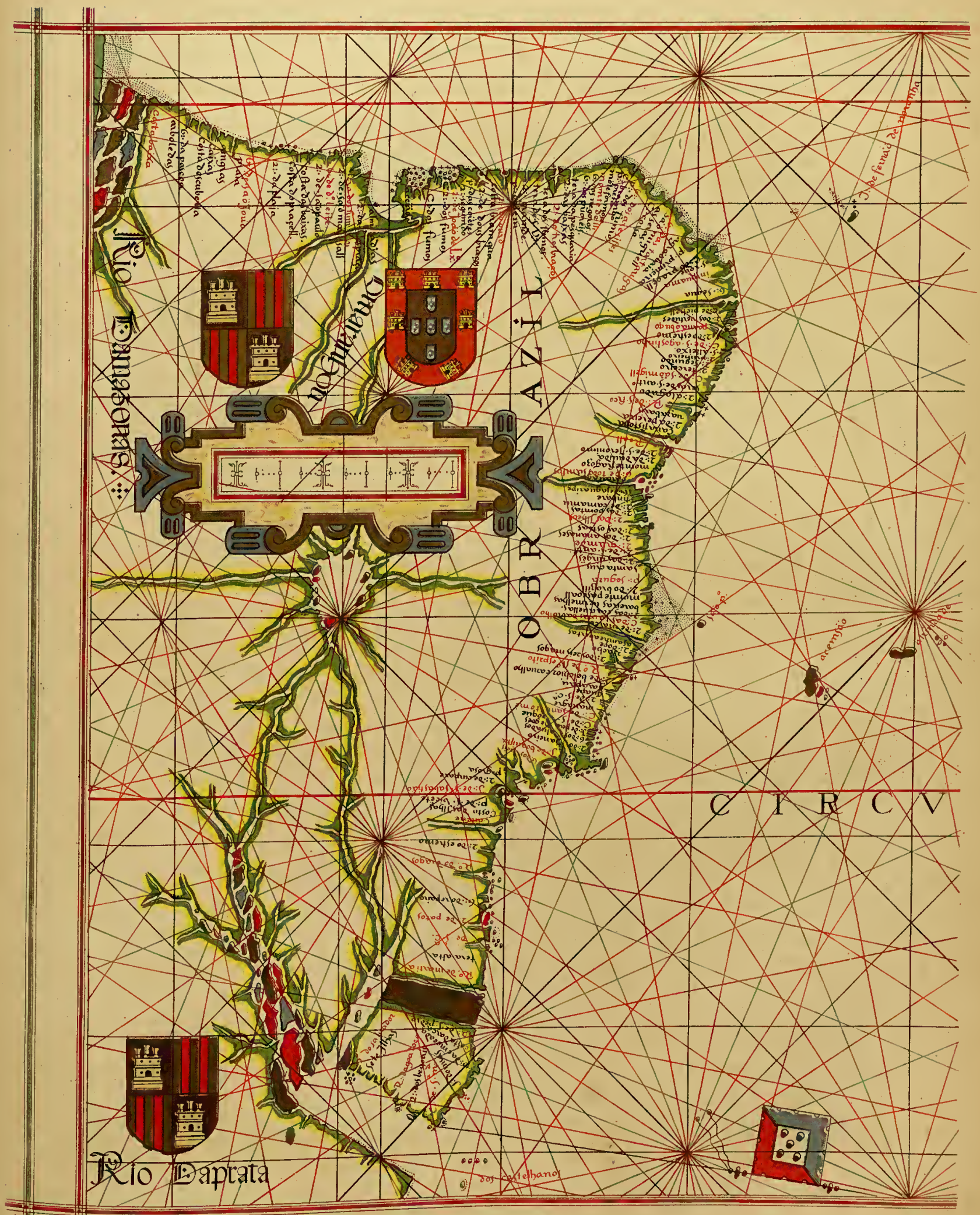
Do segundo matrimónio também não teve filhos, mas houve de Beatriz Afonso, mulher solteira, filha de um lavrador honrado:

10.º Brites Jacques.
11.º Cristóvam Jacques.

E ainda de Beatriz Fernandes:

12.º Cristóvam Jacques.

Henrique Jacques, filho bastardo de Pedro Jacques, foi ligitimado por D. João II, por carta datada de Monte-Mór, a 31 de Janeiro de 1495; foi fidalgo da Casa Real; sucedeu no senhorio das



CARTA DO BRASIL E RIO DA PRATA

(Do Atlas de Vaz Dourado — Século XVII — existente na Biblioteca Nacional de Lisboa)

terras e morgado de seu pai; foi Alferes-mór da Ordem de Cristo e Capitão-mór da armada do reino do Algarve.

11.º Cristóvam Jacques, filho segundo, bastardo de Pedro Jacques, havido em Beatriz Afonso, foi legitimado por D. João II, por carta datada de Monte-mór-o-novo, a 31 de Janeiro de 1495 (63). D. Manuel, sendo Cristóvam Jacques fidalgo da sua casa, o mandou ao Brasil, dando-lhe cem mil reais para armar dois navios, com promessa de um alvará feito no ano de 1520, consignado nas Almandravas (64) do reino do Algarve. Passou alvará para lhos pagar o tesoureiro Fernão Álvares, em 2 de Setembro de 1521 (65).

Consta por outro mandado que foi ao Brasil e gastou na viagem dois anos, quatro meses e dezoito dias, que começaram em 21 de Junho de 1516 e acabaram em 9 de Maio de 1519, com o ordenado de dezoito quintais de pau brasil por ano; o que consta dos maços 6 e 9 do dito Almário; e recebeu de Pedro Cardoso, feitor das Almandravas do reino do Algarve e cavaleiro da casa do rei, cento e vinte e cinco mil e quinhentos reais, àlém do que cobrou depois os cem mil reais que lhe haviam prometido. Casou no Algarve com D. Isabel de Paiva, filha de Gil Anes de Magalhães, o cavaleiro, e de Isabel de Paiva, sua mulher. Porém dos livros de Ximenes se vê que êste casamento é apócrifo, porque não consta que Gil Anes tivesse êste genro, e sua filha D. Isabel de Paiva foi casada com Fernão Lopes Correia. Êste Cristóvam Jacques foi casado com uma filha de Francisco Pôrto Carreiro, e chamada. . . . e teve:

1.º Manuel Jacques Pôrto Carreiro.
2.º Francisco de Pôrto Carreiro.
3.º Catarina Jacques, que casou com seu tio Henrique Jacques.

12.º Cristóvam Jacques, filho bastardo de Pero Jacques, comendador de Gouves, que houve em Brites Fernandes, mulher solteira; foi legitimado por D. João II por carta datada de Santarém, a 4 de Dezembro de 1482. (Chancelaria do rei D. João III, livro terceiro, fol. 108, v.).

Àcêrca da notícia, relativa a Cristóvam Jacques, filho bastardo de Pedro Jacques, havido em Beatriz Afonso, conforme foi escrita por José Freire de Montarroio Mascarenhas, há a observar:

1.º A legitimação foi concedida, não por D. Manuel, mas por D. João II, por carta datada de Monte-mór-o-novo, a 31 de Janeiro de 1495. Donde se conclui que Cristóvam Jacques nasceu antes do ano de 1495; mas como na carta de legitimação D. João II diz: «*querendo fazer graça e mercê a Cristóvam filho de Pero Jaques*», na data da legitimação Cristóvam Jacques devia ser mancebo de cêrca de quinze anos, tendo nascido pelos anos de 1480.

2.º Na mesma notícia lê-se: «*Seguiu o caminho* (carreira) *das armas, e foi capitão-mór de huma das primeiras armadas, que el-Rey D. João III mandou ao descobrimento do Brasil.*» Esta armada deve ter sido despachada depois de 13 de Dezembro de 1521, em que faleceu D. Manuel.

3.º Na mesma notícia lê-se que D. Manuel mandou ao Brasil Cristóvam Jacques, fidalgo de sua casa, dando-lhe cem mil reais para armar dois navios, com promessa de um alvará, feito no ano de 1520, consignados nas Almandravas do Algarve. Esta viagem certamente foi efectuada, porque foi passado alvará para lhe pagar os cem mil reais o tesoureiro Fernão Álvares, em 2 de Setembro de 1521; e êle cobrou a quantia que lhe havia sido prometida. A esta primeira viagem de Cristóvam Jacques à costa do Brasil parecem referir-se as palavras do embaixador João da Silveira, na carta dirigida ao rei D. João III, datada de Paris, a 24 de Dezembro de 1527: «*o (grão) rio creio que he o que achou Christovam Jaques*».

(63) Na notícia dada por Montarroio Mascarenhas lê-se sómente: «foy legitimado por el Rey D. Manuel no ano de 1495». No texto acima rectificou-se a data pela carta de legitimação.

(64) *Almandravas*, lugar e aparelho (armação) para pescar o atum. No arabe, *almazraba*, lugar em que se coloca a armação para a pesca do atum (Engelmann et Dozy, *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*, pág. 151). Este têrmo é ainda usado no Algarve.

(65) Esta notícia de José Freire Montarroio Mascarenhas vém confirmar a presunção de Capistrano de Abreu, baseada na carta de Luís Ramirez, àcêrca de uma viagem de Cristóvam Jacques ao Rio da Prata nos últimos anos do reinado de D. Manuel. Veja-se a nota B, págs. XLIII e XLIV, do prefácio à edição da *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento*.

4.º Por outros documentos sabe-se que a *segunda* viagem de Cristóvam Jacques foi realizada de 1526 a 1529. O tempo do cargo de capitão-mór, e da armada, era de dois anos, contados desde o dia em que chegasse à costa do Brasil (66). O tempo gasto nesta segunda viagem, dois anos, quatro meses e dezóito dias (870 dias), não concorda com o intervalo, decorrido desde 21 de Junho de 1516 a 9 de Maio de 1519 (1035 dias); e embora a diferença, 183 dias, possa considerar-se tempo gasto na viagem de Lisboa a Pernambuco, e no regresso (67), inclinámo-nos a ver nesta discordância mais uma prova de distinção das duas viagens: a de 1516 e a de 1526.

João de Zuniga, embaixador de Castela, em carta datada de Évora, a 27 de Julho de 1524, dirigida ao imperador Carlos V, refere que um homem, cujo nome não declara, o tinha procurado, e lhe contara que três anos antes (1521) o rei D. Manuel lhe dera licença para ir descobrir a costa do Brasil, prometendo fazer-lhe mercê; e que êle fôra com duas caravelas em direcção ao Brasil; e que, tendo navegado para sudueste 700 léguas, chegara ao lugar em que é costume tomar o pau brasil; e que, seguindo ao longo da costa mais 350 léguas, encontrara um rio de água doce, maravilhoso, e de 14 léguas de largura; e que, tendo subido pelo rio 12 léguas, surgiu; e que ali vieram alguns velhos naturais da terra que lhe deram pedaços de prata.

Êste homem procurou o embaixador de Castela para oferecer ao imperador os seus serviços para continuar o mesmo descobrimento.

Tem-se conjecturado que êste homem, que parece ter sido o capitão da armada das duas caravelas, era Cristóvam Jacques; mas não parece provável, porque êle gosava de consideração, pelo que D. João III o nomeou capitão-mór da armada que em 1526 foi mandada ao Brasil. Ou a época, indicada na carta de João de Zuniga, da viagem das duas caravelas, não é exacta.

Uma notícia àcêrca da vinda da armada de Cristóvam Jacques ao rio da Prata foi conservada em uma deposição de Sebastian Cabot. Francisco del Puerto, natural do Pôrto de Santa Maria, donde provàvelmente tomou o apelido, foi como grumete na armada de João Dias de Solis em 1515; e quando êste e alguns dos seus companheiros foram mortos pelos Índios, Francisco del Puerto ficou entre os naturais da terra, que não lhe fizeram mal, provàvelmente por ser ainda mancebo. Quando em 1517 Sebastian Cabot subiu o rio da Prata, encontrou o grumete Francisco del Puerto, e o levou em um dos seus navios para lhe servir de intérprete: e êle deu a Cabot grandes novas das riquezas das terras, e onde começavam as minas de ouro e prata. Cabot subiu 120 léguas pelo rio Paraná, até passar 20 léguas adiante da confluência do rio Paraguai, para procurar mantimentos; e então teve novas de ser chegada ao rio de Solis uma armada; e mandando Francisco del Puerto a saber que armada era vinda, êste disse a certo Enrique Montes que a armada era de um capitão do rei de Portugal. E como os Índios tivessem matado em uma emboscada vinte homens dos seus, Cabot desceu o rio «*porque Enrique Montes, lengua, le certificaba que el dicho Francisco lengua le habia dicho quel armada que habia venido al Rio de Solis era de Cristobal Jaques*» (68).

Póde, pois, concluír-se pelas alusões dos embaixadores Álvaro Mendes de Vasconcelos e João da Silveira, pela notícia de Montarroio, pela carta de Luís Ramirez e o depoïmento de Cabot, que Cristóvam Jacques foi ao Rio da Prata no decurso de uma viagem ao Brasil, empreendida entre os anos de 1516 e 1519, não lhe dizendo respeito a referência do embaixador Zuniga. E agora se compreende que Gabriel Soares de Sousa tenha atribuído a Cristóvam Jacques o comando de uma das primeiras armadas enviadas ao Brasil, no reinado de D. Manuel. ¿Referia-se à viagem de 1516? ¿Ou ainda a outra viagem anterior, de que também parece ter tido notícia Alexandre de Gusmão?

(66) Veja-se a carta de Diogo Leite de 30 de abril de 1528.

(67) A armada de Martim Afonso de Sousa partiu de Lisboa a 3 de dezembro de 1530, e chegou a Pernambuco a 17 de fevereiro de 1531, gastando assim 76 dias. (Pero Lopes de Sousa, *Diario da navegação*, págs. 13 e 14).

(68) Harrisse, *John and Sebastian Cabot*, pág. 422. Madeira, *Juan Diaz de Solis*, I, pág. 332-336.

A NOVA GAZETA DA TERRA DO BRASIL

ATRÁS fica dito que não se conhece nenhum documento escrito em português, em que se refira o descobrimento do Rio da Prata, àlém da alusão de Álvaro Mendes de Vasconcelos, embaixador de Portugal em Castela, na carta dirigida a D. João III, datada de Medina del Campo, a 14 de Dezembro de 1531; e uma frase da carta de João da Silveira, embaixador de Portugal em França, a D. João III, datada de Paris, a 24 de Dezembro de 1527, e que João de Barros, Fernão de Castanheda e Gaspar Correia também não aludem a êsse feito, certamente por se ocuparem sòmente dos sucessos da Índia. Um documento escrito em alemão parece todavia ter conservado alguma notícia da armada que fêz o referido descobrimento. É a *Copia der Newen Zeytung auss Pressillg Landt.*

Fac-símile do frontispício da edição princeps da *Nova Gazeta da Terra do Brasil*

Dêste documento são conhecidas três edições impressas, e uma cópia manuscrita.

A primeira edição do impresso é um folheto de 4 fôlhas não numeradas, do formato de 4.º pequeno, sem lugar da impressão nem data. Na página recto da fol. 1 está no alto da página em duas linhas o título: **Copia der Newen Zeytung auss Pressillg Landt;** por baixo, ocupando quási tôda a página, uma gravura de madeira em que são representados um pôrto de mar, ilhas, rochedos e navios. A página verso da fol. 1 está em branco. O texto do documento ocupa as páginas recto e verso das fol. 2 e 3. Os caracteres são góticos; a página inteira tem 35 linhas, e cada linha 50 letras em média. O folheto é anónimo; e parece ter sido impresso no primeiro quartel do século XVI. Êste paleotipo é extremamente raro; foi reproduzido em fac-simile pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com tradução de Rodolpho R. Schüller.

A cópia manuscrita existe no Arquivo dos Príncipes e Condes de Fugger, em Ausburgo, onde o encontrou Konrad Haebler, e o fêz conhecido em 1895. O manuscrito é do formato de fólio, compreende quatro fôlhas não numeradas; a primeira com o título: **1515—New zeytung auss presillandt;** a última em branco, servindo estas duas de capa ao texto, que é escrito nas duas fôlhas interiores. O texto do manuscrito é precedido do título e do sumário, que falta no impresso. Pelo sumário sabe-se que o texto original foi escrito em 1515, na ilha da Madeira. Parece que o seu autor, alemão de nação, era agente comercial, feitor, de uma emprêsa comercial, na ilha da Madeira, e que a dirigiu ao chefe da casa em Antuérpia. O texto do mesmo foi impresso por Clemente Brandenburger, e traduzido em português com um glossário.

Fac-simile do texto da edição princeps da
Nova Gazeta da Terra do Brasil

Item wist das auff den Zwelfften tag des Monadts Octobers Ein Schiff auß Presillg landt hye an ist kummen vmb gepiech der Victualia/So dan Nono vñ Cristoffel de Haro vnd andere gearmirt oder gerüst haben. Der Schiff sein Zway/durch des konigs von Portugal erlaubnuß vmb das Presilg landt zubeschreiben oder zu erfaren Vnd haben das Lanndt in Sechs oder Syben hundert meyll weyt deschribiert/dann man das vor wissen hat gehabt. Vnnd da sie kommen sein ad Capo de bona sperantza/das ist ein spitz oder ort so in das meer get/gleich der Nort Assrik/vnd noch ein grad höher oder weyter. Vñ do sie in solche Clima oder gegent komen sein Nemlich in Viertzig grad hoch/Haben sie das Presill mit ainem Capo/das ist die spitz oder ein ort/so in das mer get/funden. Vñ haben den selbigen Capo vmbseylet oder vmbfaren/vñ gefundē/das der seiß Calso gleich ist gangen wie Europa leyt mit dem Syt ponente levante/das ist gelegēheyt zwischen dem auffgangk oder Ost/vnd nydergangk oder West/ Dann sie haben auff der anndern seyten auch die landt gesehen/ Als sie bey Sechtzig meyllen vmb den Capo kommē sein/zu geleicher weyß als weñ ainer in Leuanten fert/vnd die strettа de gibilterra passiert/das ist/furfert/ oder hyndurch einfarn/vnd das landt von Barbaria sicht. Vnd als sie vmb den Capo kūmen sein/wie gemelt ist/vnd gegen vns Nordwestwertz geseylet oder gefaren haben. Do ist vngewitter so groß worden/auch winde gewesen/das sie nicht weyter haben kunnen saylen/oder faren. Do haben sie durch Traimōtana/das ist Nort/oder mitternacht/wider her vmb auff die anndr seyten vnd Costa/das ist landt/von Presill müssen faren. Der Piloto/das ist der schiffuerer/oder Schiflayter/So mit dysem Schiff gefaren ist/ist mein fast gůt frewndt. Jst auch der berümbtest so in der konig von Portugal hat. Jst auch etlich Rayß in India gewesen/der sagt mir vnd vermayndt/das von sollichem Cabo dye Presill/ das ist ein anfangk des Presill landt/vber Sechshundert meyl gen Malaqua nit sey. Vermayndt auch in kurtzer zeyt durch so

lichen Viagio/das ist weg oder rayß/von Lisbona gen Malaqua zufaren vnd widerumb kumen/das dem kunig von Portugal mit der Specerey ein grosse hilff wirdt pringen. Sie finden auch das das landt vō Presill hynumb get byß gen Malaqua Vnd als sie wider auff die Costa oder seyten von Presill wider Westwertz kumen sein/haben sie vil gůter Rio/das ist flüß vñ paxen gefunden/deßgleichen am hyndan faren. Als wol gepolirt/das ist vol volcks/oder ser wonhafft/ vnd sagen ye nier gegen Cabo/ye besser volck sey/mit güter weyß/erbers wesens/ haben in sn gar keyn mißprauch/dann das ain ort mit dem andern kriegt. Essen aber nit an einander/wie in dem vndern Presill lande/ Schlagen aber an einander zu todt/nemen keynen gefangen. Sagen das volck sey fast von gůter freyer Condicion/ das ist gůter Art. Das volck hat auch auff sollicher costa oder seyten/keyn leze/das ist gesetz/noch kunig/dann das sie die alten vndter snen eren/vnd den selbigen volgen/Zu gleicher weyß als in dem vndtern Presill landt. Jst auch als ein volck/dann das sie ein anndere sprach haben. Sye haben auch auff der selbigen

A linguagem da *Newen Zeytung auss Pressillg Landt* é o alemão (alto alemão) da época em que foi escrita; mas contém um número considerável de palavras portuguesas ou castelhanas, e italianas.

Muitos são os escritores que se têm ocupado da *Newen Zeytung auss Pressillg Landt;* citaremos apenas Humboldt, Varnhagen, d'Avezac, Capistrano de Abreu, Konrad Hæbler, Rodolfo R. Schüller e Clemente Brandenburger, o último dos quais recapitulou os resultados a que a crítica tem chegado.

Clemente Brandenburger resume do seguinte modo as opiniões dos escritores anteriores àcêrca da viagem da armada a que se refere a *Nova Gazeta da Terra do Brasil,* e àcêrca da época em que a mesma foi escrita:

A. Humboldt conjecturou que na *Newen Zeytung* se tratava de uma expedição ao Estreito de Magalhães, posterior à primeira circunnavegação; e que o folheto devia ter sido publicado entre os anos de 1525 e 1540; mas êle mesmo desfez esta conjectura porque Cristóbal de Haro já tinha deixado o serviço do rei de Portugal em 1517, e portanto não podia armar navios para viajarem com licença dêsse rei.

Varnhagen emitiu a opinião que a *Newen Zeytung* devia ter sido escrita pouco depois de 1508; e que a expedição de que a mesma trata era a de João de Solis e de Vicente Pinzon daquele ano.

D'Avezac observou que a expedição de João de Solis e de Vicente Pinzon foi mandada pelo rei de Castela, e que a *Newen Zeytung* se refere a uma expedição portuguesa. Conjectura que o folheto se refere à segunda viagem de Américo Vespúcio (1503), quando diz ter partido de Lisboa em procura de Malaca.

Varnhagen, em resposta às observações de d'Avezac, formulou duas conjecturas; a primeira, que a *Newen Zeytung* se refere à expedição portuguesa de 1506, dirigida por Vasco Galego e João de Lisboa; e que fôra divulgada (em cópia manuscrita ou folheto impresso) antes de 1515, porque nesse ano foi publicada em Nuremberg a *Cosmografia* de J. Schöner, em que se lhe faz referência por extractos manifestos.

A segunda conjectura é que a *Newen Zeytung* se refere aos navios de Gonçalo Coelho, que em 1503 foram para o Brasil. Varnhagen é ainda de parecer que poderia ser a tradução alemã de um original escrito em italiano.

Sofus Ruge crê que se trata de um documento apócrifo, fundado apenas em noções correntes na época, e não em uma determinada expedição, e fixa a data da impressão do folheto entre o ano de 1511, em que se supõe ter aparecido pela primeira vez o nome de Brasil, aplicado à Terra de Santa Cruz, e o de 1515, em que foi publicada a *Cosmografia* de Schöner.

Capistrano de Abreu fixou a data da expedição da armada, a que se refere a *Newen Zeytung*, primeiro nos anos de 1505 e 1506, depois em 1514; e ligou definitivamente a *Newen Zeytung* ao nome de D. Nuno Manuel.

Franz Wieser conjecturou que a expedição não foi àlém da baía de S. Matias, e se realizou antes do ano de 1508.

Konrad Haebler, que, como se disse, encontrou a cópia manuscrita da *Newen Zeytung* nos Arquivos dos Fugger, e a publicou em 1895, mostrou que a armada, á qual se refere a carta do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos, datada de Medina del Campo, a 14 de Dezembro de 1531, é a mesma a que se refere a *Newen Zeytung;* que um dos navios da armada arribou à ilha da Madeira, a 12 de Outubro de 1514, como se diz no título e sumário da cópia manuscrita, e que foi a mesma armada que descobriu o cabo de Santa Maria e reconheceu o vasto estuário do Rio da Prata. K. Haebler é ainda de parecer que o texto original da *Newen Zeytung* era uma carta escrita pelo feitor de uma emprêsa comercial alemã, residente na ilha da Madeira, para um seu amigo, residente em Antuérpia, talvez empregado da mesma emprêsa comercial; e que a *Newen Zeytung* não é a tradução de um texto italiano, como alguns afirmam, mas o próprio original alemão.

Rodolfo R. Schüller considera a *Newen Zeytung auss Pressillg Landt* como um documento suspeito, e àcêrca dêle fêz as seguintes observações:

1.ª A carta original foi escrita pelo feitor de uma emprêsa comercial alemã, residente em uma das ilhas pertencentes à coroa de Portugal, para um seu amigo, residente em Antuérpia.

2.ª O lugar (ilha da Madeira), onde foi escrita a carta, e o ano (1514), em que se supõe que foi realizada a viagem, dados no sumário e no comêço do texto da cópia manuscrita, devem ter sido acrescentados posteriormente, e por isso não póde atribuír-se-lhe grande importância.

Costa oder lanndt gedechtnuß von sant Thomas/Sye haben auch den Portugalesern die schrift im landt dynnen wöllen zaygen/Zaygen auch an das Creütz im lanndt dynnen steen. Vnd wann sie von sant Thomas reden/So sagen sie er sey der kleyn got. Doch es sey ein ander got der gröſſer sey. Es ist wol zuglauben/das sie gedechtnüß von sant Thoma haben/dann wissenlich ist/das sant Thomas hynder Malaqua leibhefftig leyt/auf der Cost Stramatl/im Golffo de Celon. Sie haissen auch im landt Jre kynder fast Thomas. Jm lanndt dynnen hat es groß pyrgk/Sagen an etlichen orten nymer der schne darab kume/als sie vom landt volck bericht werden. Sye sein in etlichen Porten gewesen/do sie vil vnnd mancherlay seltzamer fell von wilden thieren funden haben/So die lewt also rauch an tragk vber die plossen hewt/wissen die nit zubereyten. Nemlich fel vō Leen vnd Leoparden/der selben vil im landt do sein/Lux auch Genet/so man in Hyspania fecht/auch kleyne fell/wie die Genetzen sehen/vnd sein trefft wie ein Lux/wann sye sein fast köstlich

von harn/vnd dunn von fell/gleich wie ein Mader. Die groſsen fell von den Leoparden vnd Luxen zerschneyden sie vñ machen gürtel darauß/einer spann prayt. Sie haben auch vil Dechter vnd Pyber/das ain zaichen ist/das das landt groß flieſſent wasser hat. Sie haben auch gürtel von fellen die mir vnbekant sein. Vorgemelter fell/vñ in mer manyr oder weyß rauhe was haß ich fur mich gekaufft/doch nit vil/dann sie keyn Summa vō solcher raucher pellaterey prache haben/sie sagen. haben nit darnach gestelt/dann sie es for nicht geacht haben. Sye sagen das das ander Schiff so noch do hynden sey/pring vil solcher fell vnd mancherlay ding/dan es lenger geladen hat. Jst auch der hauptman von den zwayen Schiffen. Jch haß auch vnder ander dingen drey stuck von etlichen fellen zusamen genedt kaufft/sein fast alle drey so groß vnder ein rock zufutern/haben die Portugaleser fur nicht geacht/sie decken im landt vber sich/ist zu gleicher weyß zusamen genet als man bey vns dye wolffe deck macht. Es ist fur war ein köstliche fuetter an im selbs. Die fell sein als groß an im selbs als ein Dachs/vnnd haben farb als ein hyrsch. Jst auff dem fell fast rauch vō wollen/hat lang spitzige har/etwas dick/zu gleicher weyß wie ein Zobel. Das fel ist innen leicht wie ein Mader. Das fel an im selbs schmeckt auß der massen wol. Das landt hat auch wunderbarlich vil frucht/vñ die gůt/vnd als ander frücht/dan wie wirs in vnnsern landen haben. Haben auch gefunden in dem landt Cāna fistola/in der gröſs eines arms groß. Habē auch hōnig wachs/ein Gūmi/vñ des vil/geleich wie Gloret/vil vñ mancherlay gefögels/Rauch von fuessen. Jr were ist mit hanndtpogen/zu gleicher weyß wie in dem vndtern Presill landt der prauch ist. Haben keyn eysenpergk/geben vmb ein Art oder peyhell vnd messer was sie habē wie dan in dem vndtern Presill landt der geprauch ist. Sie haben auch im landt ein sort Specerei/Prent auff der zungen wie pfeffer/noch ressер/wechst in ainem Schelflein mit vil kornlein darinnen es wechst. Jst das Gran oder korn zu gleicher weyß als groß als ein arbayß. Jr solt auch wissen/das sie genügsam anzaygung pungen/das sie vō Cabo/wie gemelt ist/gegen vns

bey zway hundert meyll sein/daselbst in ainer port vnd fluß gewesen sein/do haben sie anzaygen von vil Sylber vñ gold/auch upffer/so im lanndt dynnen ist. Sie sagen das der Hauptman von dem anndern Schiff dem kunig von Portugal ein Sylbere Art oder peyhel pring/zu gleicher weyß wie Jr Art von staynen sein. Bringt im auch ein metal/sagen sehr wie messing/vnd

emtphahe keyn Roſt noch verletzung/wiſſen nicht oß es nyder Goldt iſt oder was es iſt. Sie haben auch an dem ſelben ort an der See erkandt von dem ſelbigen volck ein anzaygung das im landt dynnen ein pyrg volck ſey/haß vill golds/trag das gold duñ geſchlagen/zugleicher weyß wie harniſch an der ſtyrn/vñ fotn an der pruſt. Der Haubtman pringt auch einen man von dē ſelbigen landt/der hat den kunig von Portugal ye ſehen wōllen. Der ſagt er wōll dem konig von Portugal ſo vil golds vnd Sylber anzaygen geben/das im Landt ſey/das ſeine Schiff nit furen mögen. Die lewt an dem ſelbigen ort ſagen auch das zu zeiten anndere Schiff auch dar kumen/tragen klayder an als wir. Die Portugaleſer ſagen als die Frantzoſen/nach des volcks anzaygen. Vnd haben auch pert/faſt all Rot. Vnd wollen die Erſamen Portugaleſer ſagē/es ſeien Gezyner/ſo gen Malaqua na vigieren/geyt im ein anzaygung/das es war ſey/ Demnach wiſſend iſt in Malaqua das Sylber vñ kupffer beſſer kauff iſt dañ in vnſern landē. Alſo habt jr die Newen zeyttung. Das Schiff vnder der Coperta iſt mit Pieſil holtz geladē/ob der Coperta voller erkaufften Jungen knaben vnd maydlen/haben die Portugaleſer wenig koſt dann ſie das mererteyl mit freyem willen geben ſein worden. Dann das volck alda vermaynt Jre kynder farn in das geloßt landt. Sie ſagen auch das volck an dem ſelbigen ort werdt biß in Hundert vnd Viertzig Jar alt.

3.ª A carta contém cêrca de quarenta palavras de orígem portuguesa ou castelhana, e italiana, seguidas da sua tradução em alemão. Conclui-se que o seu autor quis dar autenticidade à narração, reproduzindo as palavras do pilôto de quem as ouvira; e que o destinatário não sabia português, castelhano e italiano.

4.ª Na carta fala-se insistentemente em Malaca, mas de um modo vago e misterioso, mostrando ignorar-se a sua posição geográfica, e supondo-a em ligação directa com a terra do Brasil, e de tal modo que a viagem de Lisboa a Malaca por oeste seria mais breve que pelo oriente.

5.ª Não é admissível que em 1514 o pilôto mais afamado do rei de Portugal, e què já tinha feito viagens à Índia, ignorasse a posição geográfica de Malaca, aonde a armada de Diogo Lopes de Sequeira tinha chegado em Setembro de 1509, e quando a cidade de Malaca já fôra tomada por Afonso de Albuquerque, em Agosto de 1511.

6.ª A carta não contém nenhum nome geográfico das regiões percorridas pela armada, ou sinais da entrada dos portos, senão sòmente as designações vagas: o lugar da *canafistola*, o Cabo, o *Brasil inferior* (eqüatorial).

7.ª Diversas notícias àcêrca da gente do Brasil encontram-se nas cartas de Américo Vespúcio, e algumas vezes com o emprêgo das mesmas palavras essenciais em italiano, e ainda em uma legenda do mapa anónimo, conhecido pelo nome de Kunstmann II.

Schüller conclui: que o Cabo de Santa Maria foi descoberto por Américo Vespúcio na sua primeira viagem ao Brasil (1501-1502); que a narração da *Newen Zeytung* se refere a uma viagem dos portugueses, na qual descobriram e reconheceram o estuário do rio, hoje chamado da Prata; e que a carta original da *Newen Zeytung* foi escrita antes de Setembro de 1509, em que os portugueses chegaram pela primeira vez a Malaca.

Brandenburger procurou refutar os principais argumentos de Schüller àcêrca da falta de autenticidade da *Newen Zeytung*.

1.º Confirma que da cópia manuscrita da *Newen Zeytung* as datas de 1515, na capa, e 1514, no texto, são claramente legíveis na cópia manuscrita, não tendo havido êrro em escrever 1514 em vez de 1504, que foi o ano em que Vespúcio fêz a segunda viagem na costa do Brasil, a procurar supostamente o caminho para Malaca.

2.º As palavras portuguesas ou castelhanas e italianas, que contém a *Newen Zeytung*, mostram sòmente que o autor tinha estado fazendo serviço em algum *fondaco* teutónico em Itália, e depois em Castela, e enfim na ilha da Madeira, onde aprendeu as palavras estranhas ao alemão, e que eram usuais no meio náutico e comercial em que vivia.

3.º O mapa Kunstmann II foi executado por um cartógrafo italiano, com tôdas as legendas em língua italiana, excepto algumas em latim nas partes do mapa que primitivamente tinham ficado em branco. Estas legendas em latim parecem ser posteriores à primitiva elaboração do mapa, e acrescentadas depois, sendo mais provável que o texto da legenda do mapa, que tem paralelo na *Newen Zeytung*, seja fundado nesta, do que esta na legenda latina do mapa.

4.º As outras expressões da *Newen Zeytung*, que têm paralelas na terceira carta de Vespúcio, em que se refere a primeira viagem à costa do Brasil, umas são muito vagas, outras são noções gerais àcêrca dos *indios*, que podiam ser empregadas por qualquer escritor, quer fôsse italiano quer fôsse alemão.

Brandenburger conclui:

1.º A armada, a que se refere a *Newen Zeytung*, é a mesma de D. Nuno Manuel, a que

alude o embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos na carta datada de Medina del Campo, a 14 de Dezembro de 1531.

2.º O mais afamado pilôto do rei de Portugal, que veio no navio que em 12 de Outubro

Casa seiscentista no Funchal, onde se pretendeu haver residido Cristovam Colombo, e actualmente demolida

de 1514 arribou à ilha da Madeira, era João de Lisboa, o que é confirmado pelo testemunho de Gaspar Correia, que diz ter João de Lisboa descoberto o Cabo de Santa Maria em 1514.

3.º A armada entrou no estuário do rio da Prata e navegou 60 léguas na direcção noroeste, avistando a costa sul do estuário.

4.º A armada não prosseguiu a viagem para o sul, porque os temporais da estação invernosa não permitiram, obrigando a armada a voltar para nordeste. Os detalhes relativos à situação do

Cabo, e à direcção do *Golfo*, e à *tormenta*, provàvelmente acompanhada de impetuoso vento sueste (Pampeiro), que ali surpreendeu a armada, a língua dos íncolas, *diferente* daquela falada pela gente do Brasil inferior (eqüatorial); as notícias àcêrca da civilização das gentes que habitavam os territórios próximos dos Andes, onde o ouro e a prata eram tam abundantes que se podiam carregar náus; o achado do *bronze* e dos *machados de prata*, semelhantes aos de pedra usados pelos aborígenes; tôdas estas notícias são plenamente confirmadas pelos navegadores que posteriormente visitaram as mesmas regiões.

5.º A armada, depois de ter navegado 200 léguas na direcção nordeste, a partir do *Cabo* (de Santa Maria), entrou em um pôrto e rio, onde a gente da terra deu informação àcêrca dos Incas, da sua riqueza em ouro e prata, cobre e outro metal, que a gente da armada não conhecia, mas que parecia ser uma liga de cobre e vestígios de estanho ([69]). No mesmo pôrto o capitão do navio adqüiriu um machado de prata, provàvelmente de procedência do Peru. O pôrto e rio eram situados nos territórios habitados então por uma tribu, talvez pelos Tape da costa do Rio Grande do Sul.

6.º Os índios que estanciavam por êste pôrto e rio andavam cobertos com *capas* feitas de peles de animais silvestres (guanaco), com o pêlo voltado para dentro, e atadas com *cintas* (chiripá) feitas das mesmas peles.

Às observações dos principais escritores que se têm ocupado da *Newen Zeytung auss Pressilg Landt*, e precedentemente resumidas, ajuntaremos as seguintes, que nos sugeriu o estudo do mesmo documento:

1.ª A armada de que se trata na *Newen Zeytung* compunha-se sòmente de dois navios: o que arribou à ilha da Madeira por falta de mantimentos, e a capitaina, que tinha ficado para trás. Não são dados os nomes dos navios, nem dos seus capitães e pilotos. A mesma falta se nota nas cartas de Vespúcio. Não póde dizer-se que os nomes dos navios, dos seus capitães e pilotos não interessavam ao destinatário, porque a sua menção daria à narração um carácter de autenticidade que lhe falta, tendo sido por isso a *Newen Zeytung* considerada como um documento suspeito.

2.ª Não se declara a data em que a armada partiu de Lisboa para o descobrimento da costa do Brasil; mas não poderia ser posterior ao comêço da monção (Fevereiro e Março) de 1514, para que um dos navios arribasse, de torna viagem, à ilha da Madeira, em 14 de Outubro do mesmo ano.

3.ª A identificação do *don nono* da *Newen Zeytung*, com D. Nuno Manuel, a que se refere a citada carta do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos, tem sido aceita por Capistrano de Abreu, Schüller e Brandenburger. Pelo que sabemos de D. Nuno Manuel, êste era a êsse tempo almotacé-mór do rei D. Manuel; e não há impossibilidade em admitir que êle e outros sócios, com licença do rei, armassem navios que fôssem descobrir à costa do Brasil; como posteriormente D. Nuno Manuel fêz armar navios para a Índia e China.

4.ª Cristóvam de Haro, natural de Antuérpia, veio para Portugal para o serviço do rei D. Manuel. Êle e outros mercadores da mesma cidade, no ano de 1515, armaram, com licença do soberano de Portugal, alguns navios para ir à costa da Guiné negociar, como foram; mas depois queixaram-se de que o feitor Estevam Juzarte lhes tomou e roubou sete navios, pelos quais pediam ao rei 16 mil ducados. Por motivos que não são conhecidos, Cristóvam de Haro deixou o serviço do rei de Portugal, e foi para Castela, onde já andava em 1517, e associou-se com Fernão de Magalhães, para cuja viagem concorreu com 4 mil ducados.

5.ª O pilôto do navio que arribou à ilha da Madeira, era, no dizer do autor da *Newen Zeytung*, o mais afamado dos que tinha o rei de Portugal. As palavras de elogio devem ser consideradas, em parte, devidas à amizade do autor, que declara ser o pilôto seu bom amigo. A êsse tempo, o patrão da navegação da Índia e mar oceano, e certamente o pilôto mais considerado pelo seu saber e experiência, era Afonso Rodrigues, a quem foi dado por sucessor João de Lisboa, sem dúvida por ser muito perito na sua profissão. Sabe-se que João de Lisboa foi na armada em que D. Jaime, duque de Bragança, passou a África e conquistou a cidade de Azamor em 1513; mas estava

([69]) Êste metal era provàvelmente o denominado na América central *guanine*, liga composta de 18 partes de ouro, 6 de prata e 8 de cobre. (Medina, *João Dias de Solis*).

de volta em Lisboa a 21 de Novembro do mesmo ano, e nada consta das suas viagens no ano seguinte de 1514 ([70]). A identificação do pilôto do navio que arribou à ilha da Madeira com João de Lisboa foi aceita por Haebler e Brandenburger. Fica assim determinada a armada em que ia João de Lisboa quando em 1514 descobriu o Cabo de Santa Maria, segundo o testemunho de Gaspar Correia.

6.ª Na *Newen Zeytung* não é dado o nome do capitão do navio, que ficou atrás do que arribou à ilha da Madeira. João da Silveira, embaixador de Portugal em França, em carta, datada de Paris, a 24 de Dezembro de 1527, escreveu a D. João III ([71]): «*a qual [sustancia das cartas] he que [mestre João] Varezano vai daqui com cinco naos que lhe o almirante ordena, a hum grão rio na costa do Brasil, o qual diz que achou hum castelhano. ... Dizem que o dito Varezano vai e partirá em Fevereiro ou Março. O rio creo que he o que achou Christovam Jacques*».

O *grão rio* da costa do Brasil é certamente o rio da Prata, que o florentino João Varezano dizia ter sido descoberto por um castelhano, provàvelmente João Dias de Solis, porque os castelhanos vulgarizaram o nome de rio de Solis; mas o embaixador João da Silveira julga que o *grão rio* é o que achou Cristóvam Jacques.

Esta carta do embaixador de Portugal confirma a de Luís Ramirez, de 10 de Julho de 1528 (que extractamos no Apêndice) em que se faz referência a uma viagem de Cristóvam Jacques ao Rio da Prata e que, de acôrdo com a notícia de Montarroio, supomos ter-se realizado entre 1516 e 1519, talvez dois ou três anos após a da *Newen Zeytung*, e pouco depois da de Solis.

7.ª Na *Newen Zeytung* diz-se que a armada descobriu terra (costa do Brasil) na extensão de 700 milhas (léguas) ([72]) mais além do que antes se conhecia. Parece que o texto está corrupto; o que o autor, e portanto o pilôto, quereria dizer era que a armada descobriu (percorreu) 700 milhas (léguas) da costa, que era mais do que precedentemente fôra feito. Na verdade 700 milhas (léguas) correspondem a 42° aproximadamente, que contados desde o Cabo de S. Agostinho (8° S), que era o ponto a que se dirigiam os navios que navegavam para a costa do Brasil, corresponderia aproximadamente à ponta de Santa Cruz, das cartas actuais (50° S), o que é inteiramente inverosímil.

8.ª A armada, no regresso, esteve em um pôrto e rio distantes do dito Cabo 200 milhas (léguas) para nordeste. O pôrto e rio situado à distância de 200 milhas (léguas), cêrca de 12°, para nordeste do Cabo de Santa Maria, corresponde aproximadamente ao que foi chamado Rio de Janeiro (23° S).

9.ª Brandenburger refere-se à circunstância do pilôto, que veio no navio arribado à ilha da Madeira, não saber em 1514 se havia ligação, ou melhor continuidade dos territórios de Malaca e do Brasil ([73]). Do grande saber e experiência do pilôto João de Lisboa dá testemunho o *Livro de Marinharia*, concluído em 1514. Certamente nem todos os pilotos portugueses dessa época possuíam conhecimento da posição geográfica e navegação de Malaca, das províncias e reinos que tinham trato com ela; mas os que da Índia navegavam para Malaca certamente o haviam alcançado dos pilotos mouros e jáos, pois que Afonso de Albuquerque adqüiriu o mapa de um pilôto jáo, em que eram delineadas a terra do Brasil, o cabo da Boa-Esperança e as regiões em que se criavam as especiarias, como êle refere no final da sua carta, datada de Cochim, a 1 de Abril de 1512 ([74]).

10.ª Brandenburger supõe que Cristóvam de Haro deu conta à côrte de Castela do resultado da armada de D. Nuno Manuel; e que em virtude dessas notícias o rei de Castela, em 24 de Novembro de 1514, outorgou ao seu pilôto maior, João Dias de Solis, uma capitulação pela qual lhe deu licença para prosseguir o descobrimento das terras do Ocidente, pelas espaldas de Castilla del Oro, mil e setecentas léguas ou mais se pudesse. A armada do pilôto maior João Dias de Solis saíu de S. Lucar a 8 de Outubro de 1515. Não parece provável que as notícias de Cristóvam do Haro para algum amigo, residente em Castela, influíssem na resolução da viagem capitulada com o pilôto maior João Dias de Solis. O navio da armada de D. Nuno Manuel, que em 12 de Outubro de 1514 arribou à ilha da

([70]) *Livro de Marinharia*, pág. II.
([71]) Arq. Nacional, Corpo ch., parte 1.ª, maço 38, n.º 57. *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 490. Francisco de Andrade, *Chronica de El-Rei D. João III*, parte I, cap. 13 e 14. Fr. Luís de Sousa, *Annaes de D. João III*, parte I, cap. IX (pág. 37-38).
([72]) O pilôto português certamente avaliava as distâncias em léguas.
([73]) *A nova Gazeta da terra do Brasil*, pág. 103.
([74]) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. I, pág. 29-65; *Uma carta maritima do seculo XV e o descobrimento do Brasil*, Boletim da Classe de Letras da Academia das Sciências de Lisboa, vol. XIII, pág. 665-673.

Madeira por falta de mantimentos, não chegou de-certo a Lisboa antes do fim do mês de Outubro de 1514; àlém disso Cristóvam de Haro estava ainda ao serviço de D. Manuel em 1515; e nesse ano êle e outros mercadores armaram alguns navios para ir à costa da Guiné resgatar, como foram.

11.ª Schüller afirma que o Cabo de Santa Maria e o estuário do Rio da Prata foram descobertos por Américo Vespúcio na sua primeira viagem à costa do Brasil. Na terceira carta, em que narra os sucessos da mesma viagem, diz Vespúcio que a armada correu da costa do Brasil cêrca de 750 léguas. Mas na carta não há nenhuma palavra ou frase que se refira ao Cabo de S. Maria, em 34°, a-pesar do seu avanço e eminência sôbre o mar, que o tornaria aparente de muito longe, nem ao vasto estuário do rio da Prata; do que se conclui que a armada de Vespúcio não teve vista nem do cabo nem do rio. Não póde pois aceitar-se a afirmação de Schüller, de que a mesma armada fêz o descobrimento do Cabo de Santa Maria (34° S), nem o reconhecimento do estuário do rio da Prata.

12.ª Na *Newen Zeytung* não são dados os nomes do Cabo e do Rio, que a armada atingiu no extrêmo sul da sua viagem. Por outros documentos sabe-se que foram denominados Cabo e Rio de Santa Maria; e ambas estas designações eram usadas pelos navegadores portugueses em 1530, quando a armada de Martim Afonso de Sousa percorreu a costa do Brasil até ao mesmo cabo e rio (75). Como se sabe, os pilotos portugueses do comêço do século XVI levavam nas suas viagens, àlém das cartas da agulha de marear e do astrolábio, e da táboa da declinação do sol ao meio-dia, o calendário que continha os dias do mês, os da semana e o nome do santo que nesse dia comemorava a Igreja católica.

Êles tinham por uso dar aos cabos, portos e rios, ainda não conhecidos, o nome do santo do dia em que pela primeira vez os avistavam (76). Por isso é de presumir que a armada, a que se refere a *Neywen Zeytung*, avistasse o Cabo e Rio de Santa Maria pelo meado de Agosto, pois que em 15 dêste mês é a festa de Santa Maria, de muita devoção em Portugal.

O nome do Cabo de Santa Maria tem-se mantido sem mudança até ao presente; mas o do Rio de Santa Maria passou por modificações. Os índios, que estanciavam por aquelas paragens, chamavam ao rio principal Paraná, e ao seu afluente Uruai, os quais depois de juntos formam o vasto estuário (77). O rio foi conhecido entre os navegadores castelhanos pelo nome de Rio de Solis, não por ter sido descoberto pelo pilôto João Dias de Solis, mas porque êste pilôto foi ali morto pelos íncolas (78). Las Casas diz que João Dias de Solis foi o descobridor do Cabo e do Rio, e lhes deu o nome de Cabo e Rio de Santa Maria. Fernandes de Oviedo diz que o rio se chamava Rio de Solis porque o descobriu o pilôto João Dias de Solis (79). Estas informações tardias dos escritores castelhanos têm evidentemente por fim reivindicar para o pilôto-maior o descobrimento que o pilôto teria feito quando estava ao serviço de Castela.

Depois, quando Diogo Garcia (80), um dos companheiros de João Dias de Solis, obteve alguma prata dos índios güaranis, que estanciavam pelas margens do grande rio, e a trouxe a Castela, onde foi a primeira recebida das Índias ocidentais; o grande estuário foi denominado *Rio da Prata*. Em alguns documentos castelhanos da primeira metade do século XVI, o rio é designado pela expressão *Rio de Solis, que dizem da Prata*. Enfim, depois de 1527, nos documentos portugueses e castelhanos encontra-se sòmente a designação de *Rio da Prata* (81).

---

(75) Veja-se Pero Lopes de Sousa, *Diario da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530, sob a Capitania mór de Martim Afonso de Sousa*, Lisboa, 1839, Rio de Santa Maria, pág. 28, 38; Cabo de Santa Maria, pág. 33, 38, 50 e 51.

(76) Veja-se Pero Lopes de Sousa, *Diario da navegação* .... pág. 43, onde o autor diz: «A estas duas ilhas, a que puz nome de Sant'André, por ser hoje (30 de Novembro) o seu dia, ha duas leguas da dita ilha de Sant'Anna». e pág. 42-43: «E á pustura do sol fui surgir a hûa ilha grande, redonda, toda chea d'arboredo, á qual puz o nome de Sant'Anna».

(77) Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, pág. 265.

(78) Las Casas, *Historia de las Indias*, 1559, tômo II, pág. 270; Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, pág. 210.

(79) Gonzalo Fernandez de Oviedo, *Historia general e natural de las Indias*, 1547, tômo II, pág. 270; Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, pág. 204.

(80) Las Casas, *Historia de las Indias*, Dec. IV, liv. I, cap. I; Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, pág. 267-268.

(81) Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, pág. 276.

A costa oriental da América do Sul desde o Rio S. Francisco até ao estreito de Magalhães, no atlas de Lázaro Luís (1563) *(Livro de Todo ho Univerço)*

(Reprodução do original existente na Academia de Sciências de Lisboa).

JOÃO DIAS DE SOLIS

EL-REI D. João II, considerando o grande proveito que êle e seus naturais receberiam se na Mina houvesse uma fortaleza onde se assentasse o trato das mercadorias, e por elas haver o ouro que em grande quantidade ali vinha resgatar-se, determinou de levantá-la. Para êste efeito encarregou Diogo de Azambuja, cavaleiro de sua casa, que a 21 de Janeiro de 1422 deu comêço à obra, pondo-lhe nome de Castelo de S. Jorge, por êste santo ser o padroeiro do reino. Diogo de Azambuja ficou por capitão da fortaleza durante dois anos e sete meses ([82]).

Em 1482 determinou êle a latitude do Castelo de S. Jorge, observando com o astrolábio a altura do sol ao meio-dia ([83]). Esta determinação de latitude é uma das mais antigas dos navegadores portugueses, cuja notícia chegou até nós.

No ano de 1492, estando D. João II em Lisboa, os franceses tomaram-lhe uma caravela, que vinha da Mina com muito ouro. Sucedeu que então estavam em Lisboa dez náus grandes de França com boas mercadorias. O rei mandou tomá-las; recolher as mercadorias na alfândega; tirar às náus as vêrgas e governalhos; lançar fóra delas os franceses, e guarnecê-las de homens que as guardassem. Ordenou que outro tanto se fizesse a tôdas as náus francesas que estavam em Setubal e no Algarve, e nas cidades do Pôrto e Aveiro. Os mercadores e donos das náus logo pediram ao rei de França que lhes fizesse entregar o que era seu. Não demorou que fôsse restituída a D. João II a caravela com todo o seu ouro e o das partes sem faltar uma dobra, apresentando-lhe ainda a côrte de França suas desculpas; pelo que D. João II mandou entregar aos donos as náus e mercadorias que tinham sido tomadas ([84]).

Por uma inqüirição que mandou fazer, D. João II soube que o pilôto João Dias, chamado *Bofes de Bagaço* ([85]), natural do reino de Portugal, se achava com os franceses que apresaram a caravela da Mina, na qual roubaram mais de 20.000 dobras; e que o dito pilôto, que tinha recebido a sua parte do dinheiro, estava nos reinos de Castela. D. João II fêz saber isto aos reis católicos, enviando-lhes a inqüirição, e pedindo-lhes que, conformando-se com os capítulos das pazes que tinham feito, mandassem prender o dito pilôto João Dias e lho entregassem.

Os reis de Castela, tendo mandado ver a inqüirição, e parecendo-lhes ser assim em verdade, fizeram uma carta reqüisitória, datada de 29 de Outubro de 1495, em que ordenavam a todos os oficiais de justiça das cidades, vilas e lugares de seus reinos e senhorios, que, sendo requeridos por parte do rei de Portugal com a mesma carta, prendessem em corpo o dito pilôto João Dias, sequestrassem todos os seus bens, móveis e de raiz, e o entregassem ou fizessem entregar à pessoa que o mesmo rei enviasse para isso, para que o levassem para o reino de Portugal e ali se executasse nêle a justiça ([86]).

Não se conhece documento algum, nem os escritores contemporâneos conservaram notícia do resultado da reqüisitória dos reis de Castela àcêrca do pilôto João Dias, chamado *Bofes de Bagaço*, e se foi ou não entregue à pessoa nomeada pelo rei de Portugal, mas é provável que não tivesse sido entregue por motivos desconhecidos; talvez porque João Dias, embora nascido em Portugal, como seus pais eram oriundos das Astúrias de Oviedo, invocasse a qualidade de vassalo dos reis católicos ([87]).

Nos *Comentários de Afonso de Albuquerque* (primeira parte, cap. VI) refere-se que a armada, despachada para a Índia no ano de 1506, de que era capitão-mór Tristão da Cunha, partiu de Belém, dia de Ramos, pela manhã, cinco dias do mês de Abril do mesmo ano, saíndo logo a armada pela barra fóra, ficando em Belém Afonso de Albuquerque, capitão da náu *Cirne*, à espera de pilôto, por

([82]) Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. II; Garcia de Rezende, *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. xxv.
([83]) Teles da Silva, *De rebus gestis Johanni II*, Lisboa, 1689, pág. 152; Ravenstein, *Behaim*, 1908, pág. 16; Joaquim Bensaúde, *L'astronomie nautique*, pág. 106, nota 2, pág. 109 e 281.
([84]) Garcia de Rezende, *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. cxlvi. Estes sucessos não são referidos na *Chronica* de Rui de Pina.
([85]) A alcunha *Bofes de Bagaço*, segundo Medina, parece aludir à côr avermelhada (incendida) do rosto do pilôto; parece-nos que seria porque o pilôto, usando freqüentemente como bebida a aguardente, que se extrai do bagaço das uvas, o seu hálito dava a sensação de que os pulmões (bofes) eram cheios de bagaço.
([86]) Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, 25 e 26.
([87]) Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, pág. 23.

haver dois dias que João de Solis, que com êle havia de ir por pilôto, fugira para Castela por ter matado a mulher.

O mesmo feito é contado por Gaspar Correia nas *Lendas da India* ([88]). Segundo êste, a armada compunha-se de oito náus de carga e cinco de que era capião-mór Afonso de Albuquerque, para ir à conquista de Ormus. A armada partiu nas oitavas da Páscoa, a 18 de Abril, e tôda saíu fóra da barra, sòmente Afonso de Albuquerque ficou no rio dois dias, aguardando o seu pilôto, que, por ter matado a mulher, fugira para Castela.

A identificação do pilôto João Dias, chamado *Bofes de Bagaço*, a que se refere a reqüisitória dos reis de Castela, datada de 29 de Outubro de 1495, com o pilôto João de Solis, que em 1506 devia ir na náu *Cirne*, de Afonso de Albuquerque, como se refere nos *Comentários*, tem sido admitida por diversos escritores, e principalmente Toríbio de Medina ([89]); mas dá lugar a algumas observações.

Depois do falecimento de D. João II, em 25 de Outubro de 1495, sucedeu-lhe D. Manuel, que logo nos primeiros anos do reinado entendeu prosseguir os descobrimentos, começados nos reinados anteriores; e porque a caravela, que fôra roubada pelos franceses, em cuja companhia andava o pilôto João Dias, fôra restituída com todo o ouro e o mais que trazia da Mina, póde conjecturar-se que D. Manuel consentira que êle fôsse readmitido ao seu serviço, pela necessidade que tinha de pilotos experimentados e que se arriscassem a fazer viagens por mares desconhecidos a longínquas terras. Todavia, o nome do pilôto que em 1506 devia ir na náu *Cirne*, é dado sòmente nos *Comentários*, e é omitido nas *Lendas da India*, nas *Decadas* de João de Barros e em Damião de Góis. Estas omissões podem fazer suspeitar que o nome de João de Solis é devido a confusão do autor dos *Comentários*.

Deve observar-se que João Dias já em 1506 era tido como pilôto sabedor e pois que ia por principal pilôto na náu *Cirne* (ou Taforéa), que tanto pela categoria do capitão como pelo destino que lhe foi designado, a conquista de Ormus, era uma das mais importantes da armada de Tristão da Cunha. O saber e experiência do pilôto João Dias tinham sido adqüiridos em viagens anteriores, quer para a Mina e Guiné, quer para a Índia, e talvez também já para a costa do Brasil. Fugindo de Lisboa, João Dias entrou em Castela, refugiando-se provávelmente em Lepe, perto de Sevilha, pois não ignorava que os oficiais da Casa da Contratação das Índias admitiam marinheiros para as armadas, despachadas pelo rei de Castela para prosseguir os descobrimentos dos mares e terras do ocidente. Todavia, em Portugal parece ter havido qualquer procedimento contra João de Solis, embora ausente, porque D. Manuel, em carta dirigida a D. Fernando de Castela, datada de 20 de Setembro de 1512, diz que o mesmo «*João Dias piloto portugues ha alguns anos que he banido e omiziado de meus reinos por seus delitos que o obrigam á pena de morte*». Os delitos eram sem dúvida o assassínio de sua própria mulher, e por ventura o roubo, perpetrado em companhia dos franceses, da caravela que voltava da Mina.

Pelo meado do ano de 1507, o rei de Castela pôs grande diligência em prosseguir o descobrimento das terras do ocidente. Entretanto, os oficiais da Casa da Contratação das Índias, em Sevilha, sendo já informados das intenções do rei, no princípio do ano de 1508 admitiram como pilôto a João Dias de Solis, com o título de pilôto real, por ser pessoa de muita experiência, e que podia servir para os descobrimentos, dando-lhe o salário de dez mil maravedis em cada ano, o que foi confirmado por real cédula, datada de Burgos, a 3 de Março de 1508 ([90]). É neste documento que se encontra pela primeira vez o pilôto português designado pelo nome de Solis, tomado provávelmente da terra da naturalidade de seus pais ou avós, Santa Maria de Solis, na província de Oviedo, nas Astúrias ([91]). O pilôto acrescentaria êste apelido ao seu nome, para mais fàcilmente ser admitido ao serviço de Espanha, e por ventura para desviar a atenção das autoridades portuguesas que tinham pedido a sua entrega.

O rei de Castela assinou em Burgos, a 23 de Março de 1508, uma capitulação ([92]) feita com os pilotos João Dias de Solis e Vicente Yañez Pinzon, pela qual estes se obrigavam a fazer uma viagem em duas caravelas, que, partindo de Cadiz, navegassem na direcção do ocidente. Não deviam

([88]) Gaspar Correia, *Lendas da India*, I, pág. 659 a 661.

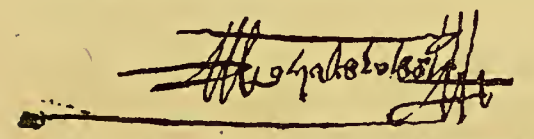
([89]) A nacionalidade de João Dias de Solis foi assunto de grande discussão. Damião de Góis *(Chronica de El-Rei D. Manuel*, diz: «Per erros que um piloto portugues per nome João Dias de Solis cometeo, fugio destes reinos e se foi a Castela». Veja-se a discussão dêste assunto em Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, pág. 27-39.

([90]) Medina, I, pág. 114; II, pág. 26.

([91]) Medina, I, pág. 23.

([92]) Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, pág. 26-34.

tocar em nenhuma terra firme ou ilhas que pertencessem ao rei de Portugal pela linha de demarcação assinalada, que era o meridiano passando de pólo a pólo, à distância de 320 léguas (20° aproximadamente) ao ocidente da última ilha do Cabo Verde. Não deviam deter-se nos portos das terras mais tempo que o necessário para tomar aquilo de que houvessem mister; mas que brevemente seguissem sua navegação para descobrir o canal ou mar aberto que iam procurar. Todos os homens da tripulação das caravelas deviam obedecer aos ditos pilotos como capitães no que fôsse serviço do rei, cumprindo na parte relativa à navegação o que João Dias de Solis determinasse, e na parte que houvesse de fazer-se em terra, o que determinasse Vicente Yañez Pinzon.



Fac-simile da assinatura de João Dias de Solis

O principal fim desta viagem era descobrir uma passagem que permitisse aos navios de Castela, navegando para o ocidente, chegar às Molucas e às regiões onde se criavam as especiarias, sem dar a volta pelo Cabo da Boa-Esperança.

As duas caravelas fizeram-se à vela do pôrto de S. Lucar, a 29 de Junho de 1508. Segundo a relação mais provável desta viagem ([93]), as caravelas dirigiram-se às Canárias e dali à Espanhola; correram de oriente para o ocidente a costa meridional da ilha de Cuba, tocaram em outras terras ao ocidente da mesma ilha, e, volvendo à esquerda (para o sul), passaram as baías de Veragua, Herala e Cuchibacôa e chegaram a Pária e à Bôca do Dragão. Depois de alguma demora nestas paragens seguiram para o oriente ao longo da costa, vendo terras despovoadas e cortadas de lagoas, até que aportaram a um promontório e cabo que saía ao mar em sete graus de latitude austral, donde, atravessando o mar Atlântico, chegando a Espanha poucos dias antes de 27 de Outubro de 1509 ([94]).

O resultado desta viagem não foi de grande importância; entretanto os pilotos fizeram um mapa dos mares e regiões percorridos, trouxeram algumas peças de metal, chamado *gûanine* ([95]) e alguns índios (naturais da terra), que cativaram ([96]), com o fim de servirem de línguas nas viagens posteriores.

Logo que João Dias de Solis e Vicente Yañez Pinzon chegaram a Sevilha, os oficiais da Casa da Contratação das Índias levantaram um auto judicial das ocorrências da viagem, prenderam João Dias de Solis, e de tudo deram conta ao rei, o qual determinou que lhe fôsse enviado o processo e o preso removido para o cárcere de Madrid, onde então estava a côrte ([97]). Não são bem conhecidas as culpas imputadas aos pilotos das duas caravelas, mas como sòmente João Dias de Solis foi encarcerado, parece mais provável que fôsse por motivo de factos sucedidos no mar, principalmente da derrota da viagem, que era da sua inteira responsabilidade. A prisão dêste pilôto parece ter durado sòmente até 7 de Dezembro de 1511, quando muito, porque nesta data o rei ordenou aos oficiais da Casa da Contratação das Índias que pagassem certa quantia a João Dias de Solis pelo tempo que dispendeu em sua defesa no processo relativo à viagem feita com Vicente Yañez Pinzon ([98]).

Pouco tempo depois, tendo falecido Américo Vespúcio, em 22 de Fevereiro de 1512, o rei nomeou João Dias de Solis pilôto maior, por cédula de 25 de Março do mesmo ano, com o soldo de 50.000 maravedis, descontando-se-lhe dez mil maravedis, que seriam dados à mulher de Américo Vespúcio ([99]).

Fac-simile da assinatura de Pinzon

No mesmo dia 25 de Março de 1512, em que João Dias de Solis foi nomeado pilôto maior, o rei celebrou com êle em Burgos uma capitulação ([100]), por virtude da qual Solis se obrigava a fazer uma viagem ao Oriente para efectuar a demarcação e os limites da parte da navegação que pertencia à coroa real de Castela e à de Portugal. João Dias de Solis iria como capitão do rei sôbre tôda a gente dos navios, acompanhando-o um vedor para tratar das compras e resgates, e um escrivão para fazer relação

([93]) Medina, I, pág. 138 e segs.
([94]) Medina, I, pág. 172.
([95]) Medina, I, pág. 170-171.
([96]) Medina, I, pág. 175. Guanines, ouro baixo, que é de dez ou doze quilates e menos.
([97]) Medina, I, pág. 173-175.
([98]) Medina, I, pág. 177.
([99]) Medina, I, pág. 178.
([100]) Medina, I, pág. 178 e segs.; II, pág. 58-69.

de tudo o que sucedesse na viagem, e da maneira por que fôra feita a demarcação. A armada dos dois navios devia partir de Cadiz pelo mês de Março de 1513; daí dirigir-se à Gomera (Canárias), depois tomar a direcção do Cabo da Boa-Esperança; dali demandariam a ilha de Ceilão, para verificar se estava situada na parte que pertencia ao reino de Castela, e, no caso de estar compreendida na sua conquista, dela tomasse posse. Da ilha de Ceilão devia ir à da Moluca, que cai na demarcação de Castela, depois a Samatra, Pegu, terra dos Chinos, e terra dos Jungos; e de tôdas as terras que encontrasse estarem na demarcação de Castela, tomasse posse delas em seu nome.

Logo que João Dias de Solis apresentou aos oficiais da Casa da Contratação das Índias a capitulação real, que o encarregava de verificar a demarcação dos limites das conquistas de Castela e de Portugal, os mesmos oficiais escreveram, em 12 de Maio dêsse ano de 1512, uma carta ao soberano, ponderando-lhe que se ofereciam graves dificuldades para a realização da mesma viagem, umas que tocavam à pessoa do pilôto, e outras aos pequenos recursos da armada para realizar, com probabilidades de sucesso, uma emprêsa de tanta magnitude e alcance (101). D. Fernando concordou com as razões alegadas pelos oficiais da Casa da Contratação das Índias, e mandou que tratassem êste negócio com o próprio pilôto maior João Dias de Solis, e assentassem o que lhes parecesse melhor, do que lhe dariam conhecimento (102).

João Dias de Solis, ou para manifestar ao rei os embaraços que os oficiais da Casa da Contratação das Índias punham aos preparativos da viagem, ou a chamamento do próprio rei, pelo mês de Agosto estava em Logronho, onde então residia a côrte, e com êle um seu irmão, chamado Francisco Coto e um ourives português, João Henrique, com um seu filho (103).

A êste tempo, João Mendes de Vasconcelos, embaixador de Portugal em Castela, estava também em Logronho, e, sabendo do que se passava, avisou o rei D. Manuel (104).

O embaixador mandou chamar à sua presença o pilôto João Dias de Solis, que foi com seu irmão. Por êle soube que estava concertado para ir a ver e demarcar o que pertencia a Castela, e reconhecer se Malaca ficava na demarcação da coroa de Castela. Para isso, partiria com três caravelas no mês de Abril do ano seguinte de 1513. O embaixador procurou persuadir João Dias de Solis a deixar o serviço de Castela e voltar para Portugal; mas o pilôto-mór mostrou-se muito agravado, alegando que na Casa da Índia lhe deviam 800 cruzados, e a seu irmão 300 cruzados, e que a-pesar de três alvarás do rei, lhe não pagaram. Disse também que recebera de Malaca uma *carta de tres folhas de papel das marcações e grados e linhas,* pelas quais julgava que Malaca estava dentro da demarcação de Castela. O embaixador informou de tudo D. Manuel, acrescentando que «*não sabia nada das cousas do mar, comtudo que lhe parecia que João Dias de Solis falava do mar como entendido*»; e ponderava que seria muito inconveniente que João Dias de Solis fizesse a viagem capitulada. Por outra parte D. Fernando afirmava ao embaixador de Portugal que a armada que se preparava não iria a Malaca, mas sòmente a descobrir e ver o que pertencia à coroa de Castela; e que não havia de tocar no que pertencesse à coroa de Portugal, indo com o pilôto-maior um vedor, que levaria largos poderes.

Em 20 de Setembro de 1513, D. Manuel escreveu a D. Fernando (105), dizendo-lhe que fôra informado pelo seu embaixador de que em Sevilha se estava preparando uma armada de certos navios para ir a Malaca; e lhe representava que bem sabia êle as grandes despezas que fizera em suas armadas, quanto sangue de seus criados, fidalgos e vassalos fôra derramado para fundar as suas fortalezas, pelo que lhe parecia que se lhe não devia tocar, antes esperava que o rei de Castela as olhasse e considerasse como próprias. Acrescentava D. Manuel que João Dias, português, que ia por pilôto na dita armada, havia anos que era banido e homisiado do reino de Portugal por seus delitos, que o condenavam à pêna de morte. Pedia D. Manuel ao rei de Castela que não enviasse o pilôto João Dias na dita armada para evitar escândalo; pois para descobrir o que era da demarcação de Castela, muitos outros pilotos haveria em Espanha que também e melhor o poderiam fazer. D. Fernando atendeu as

(101) Medina, I, pág. 184.
(102) Medina, I, 185-187.
(103) Medina, I, pág. 188.
(104) Carta de João Mendes de Vasconcelos, datada de Logronho de 30 de Agosto de 1512; e outra de 7 de Setembro do mesmo ano. *(Alguns documentos do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo,* Lisboa, 1892, pág. 262-263; Medina, II, Doc. XXX e XXXI, pág. 85-98).
(105) Publicação particular de Eugénio do Canto (Arquivo da Tôrre do Tombo, Gaveta 2.ª, Maço 10, n.º 12).

solicitações de D. Manuel e mandou suspender os preparativos da viagem. Por cédula de 28 de Outubro determinou entregassem a João Dias de Solis 37.500 maravedis, em compensação dos gastos e despesas que tinha feito, ordenando por cédula de 30 do mesmo mês que os preparativos fôssem aplicados aos descobrimentos da terra firme ([106]).

A 24 de Novembro de 1514, D. Fernando outorgou ao seu pilôto maior João Dias de Solis uma nova capitulação ([107]), pela qual lhe dava licença para fazer uma viagem a fim de prosseguir no descobrimento das terras do ocidente, pelas espaldas de Castilla del Oro, contando desde a raia da demarcação que vai pela ponta da dita Castilla del Oro, adiante do que tem sido descoberto, sem tocar em nenhuma das terras que pertenciam à coroa de Portugal. Como então do novo continente só era conhecida dos castelhanos a costa até cêrca de 8º de latitude (?), a emprêsa tomada por João Dias de Solis tinha por fim seguir para o sul ([108]) a costa oriental do novo continente, de extensão então desconhecida, e penetrar no mar, recentemente (em 1513) avistado por Vasco Nunes de Balboa, que banhava o mesmo continente pelo lado ocidental. Para isso, era necessário, ou encontrar um estreito de mar, que lhe désse passagem para o ocidente, ou dobrar a extremidade meridional do novo continente. O ponto onde devia começar a exploração era a raia da demarcação, que separava no limite da Castilla del Oro, segundo se acreditava, os domínios de Castela e de Portugal.

Para realizar esta emprêsa o pilôto-maior devia levar três navios (caravelas), um de sessenta tonéis e dois de trinta, tripulados por 60 homens e com provisões para dois anos e meio. Para os gastos desta armada ser-lhe-hiam entregues quatro mil ducados de ouro em certos prasos, o último dos quais em Abril de 1515. Do ganho que viesse a obter, uma terça parte seria para o rei, outra terça parte para a gente que fôsse na expedição, e a última para João Dias de Solis e os restantes armadores. A partida da armada era fixada para o mês de Setembro de 1515. O rei mandaria pagar ao pilôto-mór a sua quitação e ajuda de custo por ano e meio adiantados, e permitia-lhe levar em sua companhia seu irmão Francisco Coto, e seu cunhado Francisco Tôrres, que recebia por pilôto real, cada um com um ano de sôldo adiantado. Na armada deviam ir duas pessoas nomeadas pelo rei, uma que seria o feitor, e outra o contador e escrivão da armada, em presença dos quais se fariam todos os resgates e negociações. D. Fernando nomeou para o cargo de feitor da armada a Francisco de Marquina, e para contador e escrivão a Pedro de Alarcão, os quais, segundo as instruções que levavam, deviam fiscalizar tôdas as acções do pilôto-maior.

Por cédula de 24 de Novembro de 1514, o soberano cometeu a Juan López de Recalde o despacho da armada de João Dias de Solis ([109]): «*Juan López de Recalde, nuestro contador de la Casa de la Contratacion de las Indias, de Sevilla. Juan Diaz de Solis, nuestro piloto mayor, vino á me hacer saber como él tiene personas que le ayuden con cinco mill ducados é más para armar é ir á descubrir por las espaldas de Tierra Firme una buena parte de lo que pertenesce á la Corona Real de estos reinos, é que haciendole yo merced de quatro mill ducados, él armará é descubrirá mill é ochocientas leguas de lo que pertenesce a estes reinos, que está por descubrir; é yo visto cuanto conviene que aquéllo se descubra lo más pronto que ser pueda, viendo que al presente no hay aparejo para proveerse como convenia, é esperándose tiempo para poderlo hacer, habra mucha dilacion, mandé tomar con él dicho Juan de Solis el asiento que vereis; é porque el viaje que ha de hacer convien que sea muy secreto, por muchas causas, é que se despache con toda diligencia, é que lleve buen recaddo de gente é mantimientos, conforme à lo capitulado, confiando que ninguno lo hará esto como vos, por vuestra habilidad é por el entrañable deseo que tenais de me servir, acordé que la persona á quien se cometiese el despacho dello fuésedes vós, confiando en lo que he dicho é en la buena diligencia, cuidado e secreto que en ello poneis é torneis, é mando que se os entreguen los quatro mill ducados que en esto se han de gastar para que por vuestra mano se den al dicho Juan de Solis*».

([106]) Medina, I, pág. 195-197.
([107]) Medina, I, pág. 227 e seguintes; II, doc. LVI, pág. 133-137.
([108]) Na cédula de nomeação de Pedro de Alarcon para escrivão e contador da armada, diz-se: «Por cuanto conforme al asiento é capitulacion que yo mandé tomar com Juan de Solis, mi piloto mayor, para el viaje que ha de facer á la parte del sur». (Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, pág. 145). E na cédula de nomeação de Francisco de Marquina para contador da armada, repete-se: «Por cuanto conforme à la capitulacion é asiento que yo mandé tomar con Juan Diaz de Solis, nuestro piloto mayor, para el viaje que ha de facer á descubrir la parte del sur». (Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, pág. 148).
([109]) Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, pág. 117-119.

Vê-se que D. Fernando se empenhava em fazer crer que a armada não era sua, que sòmente ia com sua licença; que o único armador era João Dias de Solis; que a despesa era feita por êste e alguns *parcioneros*, que para ela contribuíam; que devia guardar-se segrêdo àcêrca da viagem, da derrota da armada e do fim que levava (110).

Nos fins do mês de Agosto de 1515, a armada, composta de três caravelas, desceu pelo rio de Gualdequivir, e foi fundear no pôrto de Lepe, onde o capitão tinha sua casa e família. Ali, porém, a maior das três caravelas, que estava com tôda a carga, sossobrou, perdendo-se os mantimentos (111). Êste acidente susteve a partida da armada; e João Dias de Solis, com auxílio do rei, comprou outra caravela; e, por fim, a armada fêz-se à vela, saíndo de S. Lucar a 8 de Outubro de 1515 (112).

Da viagem da armada do pilôto-mór não há outras notícias senão as conservadas por Herrera (113), que parece tê-las extraído de um diário actualmente desconhecido. Como esta narração é muito importante, reproduz-se em seguida, juntando algumas notas, que pareceram necessárias para sua inteligência:

Com as mercês que o rei (D. Fernando) *fêz a João Dias de Solis, porque era o mais excelente homem do seu tempo em sua arte* [de navegar], *deixando provida a sua casa, saíu de Lepe* (114) *a 8 de Outubro dêste ano* [de 1515]; *encaminhou-se para o pôrto de Santa Cruz da ilha de Tenerife, nas Canárias* (115); *saíu dali em demanda do Cabo Frio, que está em vinte e dois graus e meio dêste lado da eqüinocial* (116); *viu a costa de S. Roque em seis graus* (117), *navegando para o sul quarta de sudoeste; e os pilotos diziam que iam a barlavento do Cabo de Santo Agostinho a noventa léguas; e eram tantas as correntes* (118) *que iam para oeste, que os lançaram a sotavento de S. Agostinho dois graus, o qual está em oito graus e um quarto da outra parte da linha eqüinocial* (119), *pela conta que fizeram nesta navegação. E quatro graus antes de chegarem à linha eqüinocial da banda do norte, perderam as guardas* (120); *e passados outros tantos da banda do sul, pareceu-lhes que descobriam as guardas do sul, dizendo que eram duas pequenas nuvens brancas; mas enganaram-se muito, porque estas nuvens aparecem e desaparecem em um mesmo lugar segundo a qualidade do ar que corre. E do Cabo Frio ao Cabo de S. Agostinho* (121) *acharam treze graus e três quartos* (122); *e estava tam baixo o Cabo Frio que o não poderam reconhecer senão pela altura* (123). *Chegaram ao Rio de Janeiro na costa do Brasil, que acharam em vinte e dous graus e um terço da eqüinocial para o sul* (124); *e desde êste rio até ao Cabo da Natividade* (125) *é costa nordeste-sudoeste, e a acharam terra baixa que sai bem ao mar; não pararam até ao rio dos Inocentos, que está em vinte e três graus e um quarto* (126);

(110) Medina, *Juan Diaz de Solis*, I, págs. 235 e 236.
(111) Medina, I, pág. 245-246.
(112) Medina, I, pág. 246-249.
(113) A. de Herrera, *Historia general*, Dec. II, liv. I, cap. VII.
(114) Na realidade, a armada saíu de Bonanza, barra do Gualdaquivir; mas é evidente que em razão da proximidade de Lepe, a armada passou por êste ponto no mesmo dia.
(115) Tenerife, lat. 28° 35′ 25″ N, long. 18° 28′ 20″ O. Tenerife era escala obrigada de todos os navegantes castelhanos que então se dirigiam para as Índias ocidentais, para se proverem de água e mantimentos.
(116) Herrera engana-se em dizer que a armada saíu das Canárias em demanda do Cabo Frio, que está em lat. 22° 30′ N, cuja existência não conhecia; àlém disso, esta frase está em contradição com a seguinte: que viu a costa de S. Roque em seis graus. É provável que João Dias de Solis dirigisse o rumo desde as Canárias para o Brasil e passasse à vista do Cabo de S. Roque.
(117) Cabo de S. Roque, lat. 5° 28′ 17″ S, long. 37° 37′ 25″ O.
(118) As correntes dirigem-se ali ordinàriamente para oeste-noroeste, e para o noroeste, com velocidade dupla da que têm na costa do lado do sul.
(119) Cabo de S. Agostinho, lat. 18° 20′ 41″ S, long. 37° 16′ 57″ O.
(120) Guardas, as duas estrêlas *beta* e *gama* da Ursa menor, pelas quais os navegantes se regem para saber aproximadamente a hora da noite.
(121) Parece por esta expressão: do Cabo Frio ao Cabo de S. Agostinho, que Herrera teve à vista o roteiro da viagem que uma das caravelas fêz no seu regresso; porque na viagem da ida as caravelas navegavam de norte para o sul, devendo por isso dizer: do Cabo de S. Agostinho ao Cabo Frio.
(122) Cabo Frio, lat. 22° 59′ 56″ S. A distância entre os dois cabos é de 14° 39′ 15″.
(123) Esta frase «que o não poderam reconhecer senão pela altura», confirma a opinião de que o roteiro que Herrera teve à vista era o do regresso de uma das caravelas, porque se antes não conheciam o Cabo Frio, não podiam reconhecê-lo pela altura.
(124) Rio de Janeiro, lat. 22° 54′ 24″ S, long. 45° 30′ 35″ O.
(125) O Cabo da Natividade não é mencionado nas cartas antigas de Diogo Ribeiro e de Weimar, nem no Diário da Navegação por Pero Lopes de Sousa; mas como era situado entre o Rio de Janeiro e o Rio dos Inocentes, que diz situado em 23° 20′, é provável que o Cabo da Natividade fôsse o Pico de Párate ou a Ponta Acaya da Ilha grande.
(126) Os antigos mapas não registam o nome do Rio dos Inocentes, sendo provável que se trate do actual rio dos Santos.

foram logo demandar o Cabo da Cananéa, que está em vinte e cinco graus escassos (127); *e daqui tomaram a derrota para a ilha que chamaram da Prata* (128), *fazendo o caminho de sudoeste, e surgiram em uma terra que está em vinte e sete graus da linha, à qual João Dias de Solis chamou Bahia dos Perdidos* (129). *Passaram o Cabo das Correntes* (130), *e foram surgir em uma terra em vinte e nove graus;*

OS ESPANHOIS NO RIO DA PRATA
Vestuário e danças dos selvagens
(De uma gravura da *Galerie Agréable du Monde*, Século XVII).

e correndo dando vista à Ilha de S. Sebastião de Cadiz, onde estavam outras ilhas, que chamam dos Lobos (131), *e dentro o pôrto de Nossa Senhora da Candelâria, que acharam em trinta e cinco graus, e aqui tomaram posse para a coroa de Castela; foram surgir ao rio dos Patos em*

(127) A ponta de Cananéa conserva ainda o seu nome, e em ligação com a Ilha do Bom Abrigo, situada em lat. 25° 6′ 49″ S. forma o limite meridional da barra do Bom Abrigo.
(128) Parece que êste foi o primeiro lugar da costa, a que João Dias de Solis pôs nome. Madero julga que a Ilha da Prata é a ilha de S. Catarina, cuja ponta norte está situada em lat. 27° 22′ 31″ S; mas Medina julga que era a ilha de S. Francisco.
(129) A Bahia dos Perdidos não é mencionada em nenhum dos antigos mapas. Madero julga que esta baía devia ser situada na mesma ilha de S. Catarina; mas Medina é de parecer que ela devia ser na costa do continente.
(130) O Cabo das Correntes não é mencionado em nenhum dos mapas antigos da costa do Brasil.
(131) As ilhas dos Lobos são situadas em frente de Maldonado (Carta do Almirantado).

trinta e quatro graus e um terço (132); *entraram logo em uma água, que por ser tam espaçosa e não salgada, chamaram Mar doce, que pareceu depois ser o rio, que hoje chamam da Prata* (133), *e então disseram de Solis. Daqui o Capitão [João Dias de Solis] foi com um navio, que era uma caravela latina, reconhecer a entrada por uma costa do rio; surgiu na fôrça dêle perto de uma ilha mediana em trinta e quatro graus e dois terços* (134).

Sempre que foram costeando a terra até pôr-se na dita altura, descobriram algumas vezes montanhas e outros grandes penhascos, vendo gente nas ribeiras; e nesta margem do Rio da Prata descobriam muitas casas de índios, e gente que com muita atenção estava vendo passar o navio, e com sinais ofereciam o que tinham, pondo-o no chão.

João Dias de Solis quis em todo o caso ver que gente era esta, e tomar algum homem para trazer a Castela. Saiu em terra com os que podiam caber no batel; os índios, que tinham emboscados muitos frecheiros, quando viram os castelhanos algum tanto desviados do mar deram nêles, e cercando-os os matavam (135), *sem lhes aproveitar o socorro da artilharia da caravela; e tomando às costas os mortos, e afastando-se da ribeira, até onde os navios os podiam ver, cortando as cabeças, braços e pés, assaram os corpos inteiros e os comeram. Com esta espantosa vista, a caravela foi procurar o outro navio, e ambos voltaram para o Cabo de S. Agostinho, aonde carregaram de pau brasil, e se tornaram a Castela* (136). *Êste fim teve João Dias de Solis, mais famoso pilôto do que Capitão.*

CONCLUSÕES

AS conclusões, que enunciamos em seguida, são fundadas nas notas biográficas e estudos precedentemente resumidos, umas e outros justificados por documentos escritos, que são citados; porque os documentos não podem ser supridos por conjecturas, ainda que bem deduzidas e apoiadas por subtis argumentos.

I. Das notícias biográficas de D. Nuno Manuel, almotacé-mór e guarda-mór do rei D. Manuel, do pilôto João de Lisboa e Cristóvam Jacques, e do estudo da *Newen Zeytung auss Pressillg Landt*, resultam como muito prováveis os seguintes factos, sem que seja possível demonstrar a sua veracidade por documentos genuínos e incontestáveis.

No ano de 1514, uma armada composta de dois navios, um dos quais armado por D. Nuno Manuel e Cristóvam de Haro, em que ia por pilôto João de Lisboa, percorreu a costa do

(132) O texto a seguir está perturbado; segundo Fernando de Oviedo o Pôrto dos Patos é situado em lat. 27° 30′; segundo Diego Garcia, em 27°; Lopes de Velasco diz que o Pôrto dos Patos é o mesmo que o de S. Catarina. Medina julga que a armada passou à vista da ilha de S. Catarina, dobrou o Cabo das Correntes, actualmente chamado de S. Marta, e foi surgir junto de um lugar situado em 29°; depois seguiu ao longo da costa até chegar à ilha dos Lobos, e depois entrou no pôrto da Candelária, actualmente do Maldonado, em 35°; e ali tomaram posse da terra para a coroa de Castela; e por fim seguiram ao longo da costa até surgir de novo no rio que chamam dos Patos, a meia distância entre o Cabo de Santa Maria e Montevideu.

(133) Esta ilha deve ser a ilha de Martim Garcia, que foi assim denominada, por ter ali morrido um dispenseiro de João Dias de Solis, no primeiro descobrimento do rio da Prata. Esta ilha está situada perto da confluência dos rios Paraná e Uruguai.

(134) O primeiro documento cartográfico datado, em que se chama rio da Prata, é o atlas veneziano de Balfista Agnere, de 1536. (Medina, I, 266).

(135) Parece depreender-se da narração de Herrera, que a chegada da armada ao pôrto que denominou Nossa Senhora da Candelária, isto é, ao estuário do rio (da Prata) foi pela festa de N. S. das Candeias, a 2 de Fevereiro de 1516. Assim a morte de João Dias de Solis e dos seus companheiros teria sucedido poucos dias depois. Medina é de parecer que a morte do pilôto João Dias de Solis e seus companheiros foi poucos dias depois da armada ter chegado ao Pôrto dos Patos, e portanto pelos meados de Fevereiro de 1516. (*Juan Diaz de Solis*, I, pág. 280).

(136) Diego Garcia, um dos companheiros sobreviventes de João Dias de Solis que regressaram a Castela, trouxe amostras de prata e sinais (minério) de ouro e cobre, que obteve dos índios, que estadeavam pelas margens do mesmo rio.

Brasil do norte para o sul; esta armada atingiu o Cabo de Santa Maria e reconheceu o estuário do Rio da Prata. O pilôto João de Lisboa, tomando a altura do sol com o astrolábio, determinou a latitude do Cabo de S. Maria, que achou ser 35º S. A armada, não podendo prosseguir a sua viagem para o sul do Rio da Prata por causa das tormentas próprias da estação invernosa, voltou para o norte; e o segundo navio, deixando para trás a capitaina, arribou por falta de mantimentos à ilha da Madeira, em 12 de Outubro de 1514.

II Das cartas de Luís Ramirez, de 10 de Julho de 1528, e do embaixador João da Silveira, de 28 de Dezembro de 1524, deduz-se ineqüivocamente que Cristóvam Jacques foi ao Rio da Prata em uma viagem anterior à que empreendeu em 1526 por ordem de D. João III. Da notícia genealógica de Montarroio depreende-se que essa viagem de Cristóvam Jacques se realizou entre 1516 e 1519 (137). Póde, porém, admitir-se confusão nestas datas com as da segunda viagem de 1526 a 1529. Esta hipótese daria lugar a admitir-se que Cristóvam Jacques foi o comandante de um dos dois navios que em 1514 descobriram o Rio da Prata e aos quais se refere a relação da *Newen Zeytung auss Pressillg Landt* e a carta do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos, de 24 de Dezembro de 1531.

III Das notícias biográficas, coligidas e comprovadas por documentos genuínos àcêrca do pilôto João Dias de Solis, e da narração da sua última viagem, transmitida por um escritor que parece ter extractado o roteiro da mesma viagem, conclui-se:

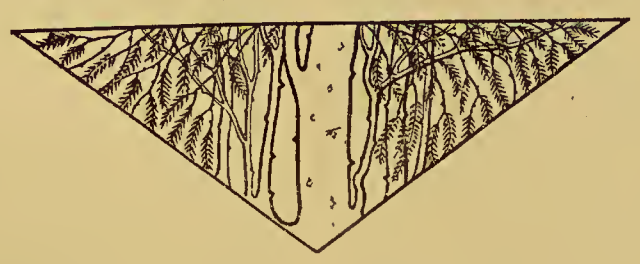
Um pilôto português, por nome João Dias de Solis, homisiado de Portugal por seus crimes, refugiou-se em Castela, onde foi admitido ao serviço régio, por se ter reconhecido possuír muita experiência e saber das cousas da navegação. Com permissão do monarca e seu secreto auxílio, armou três caravelas, com as quais, saíndo de Sevilha (S. Lucar) a 8 de Outubro de 1515, percorreu a costa do Brasil desde o Cabo de S. Agostinho (138) até ao Cabo de Santa Maria. Entrando no estuário do Rio da Prata, navegou ao longo da costa setentrional até à ilha denominada de Martim Garcia.

Desejando reconhecer a terra e a gente que ali estanciava, o pilôto entrou em um batel, desembarcou com alguns companheiros; mas os naturais da terra, que os espiavam, armados de arcos e frechas, sobrevieram contra êles, e mataram o pilôto João Dias de Solis e todos os seus companheiros que tinham descido em terra; o que sucedeu pela primeira metade do mês de Fevereiro de 1516.

Do que precede resulta que embora as armadas, às quais se atribui a descoberta do rio da Prata, uma, a de 1514, fôsse eqüipada com licença do rei de Portugal, e outra, em 1515, com licença e auxílio do rei de Castela, os pilotos que dirigiram as derrotas das mesmas armadas ao longo da costa do Brasil, ainda em parte desconhecida, até ao vasto estuário do rio da Prata, eram ambos portugueses; foi pois com o saber e experiência, adqüiridos pelos mesmos pilotos nos navios das armadas portuguesas, que êles fizeram o descobrimento tam discutido entre Portugal e Castela.

(137) A pág. 95 da sua *Historia Geral*, Varnhagen informa que, em 1516, D. Manuel ordenara ao feitor e oficiais da Casa da Índia que dessem «*machados e enxadas e toda a mais ferramenta às pessoas que forem povoar o Brasil*» e que procurassem e elegessem «*um homem pratico, capaz de ir ao Brasil dar principio a um engenho de assucar*» e lhe dessem «*sua ajuda de custo e tambem todo o cobre e ferro e mais cousas necessarias*» para o fabrico do dito engenho. ¿Haverá nestas providências qualquer relação com a expedição de Cristóvam Jacques? ¿Derivou desta viagem o nome de Cristóvam Jacques, dado a uma ilha na foz do Rio da Prata pelo cartógrafo Diogo Ribeiro no seu mapa de 1529?

(138) Os espanhois ignoravam a situação exacta do Cabo S. Agostinho. ¡André de Morales declarava na junta de pilotos, celebrada em Sevilha no mês de Novembro de 1515, que o dito cabo está a 16º de lat. S! Veja-se Fernández Duro, págs. 25 e seg. do tômo XVI do *Boletin de la Sociedad Geográfica de Madrid*. O que se deduz do *Parecer que dieron los pilotos sobre la demarcación entre el Rey, nuestro señor, y el Rey de Portugal en el cabo de Sant Agustin*, é que o famoso *Cabo de Consolación*, limite da viagem de Hojeda em 1500, posteriormente à ida de Vespúcio para Espanha se confundiu com o S. Agostinho, pois é absurdo pensar que se discutiam dúvidas de demarcação sôbre um cabo manifestamente incluso na zona portuguesa.



APÊNDICE A

CRISTÓVAM JACQUES

I — Carta de legitimação

(4 de Dezembro de 1482)

Dom Joham etc. Carta de legitimaçam de xpovam filho de pero Jaques comendador de Gouves (?) e de briatis Fernandes, molher solteyra ao tempo de sua nacença, etc. carta em forma. Esta despensaçam lhe fazemos a requerimento do dito seu padre que nolo per hum scripto feyto e assinado per sua mão pedio parecendo per ante nos per ssua pesoa e a seu requerimento e petytorio o legitimamos como dito he. Dada em Santarem a iiij dias de dezembro El Rey ho mandou per o doutor Joham Teixeira desembarguador do paço e por pero miranda do seu desembarguo. pero alvares a fez mill e iiij^{c}lxxxij annos.—*Chancelaria del Rei D. João II, livro 3.º, fol. 108, v.*

II — Carta de legitimação

(31 de Janeiro de 1495)

Carta de legitimação de] Christovam filho de pero jacques comendador.

Dom Joham etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a Christovam filho de Pero Jacques cavalleiro de nossa casa e do nosso conselho e Comendador de Bouças e de briatiz afom[so] molher solteira ao tempo de sua nacença. de nossa certa ciencia. e poder absoluto que auemos despensamos com elle e abilitamollo e fazemollo ligitimo etc em forma. E esta despensaçam lhe fazemos ao pedir do dito seu pay que nollo por elle emuiou pedir per sua petiçam per elle feyta e asinada segumdo dello fomos certo, per testemunhas que sobre ello mandamos pregumtar as quaes por juramento dos auamjelhos diseram que a dita pitiçam era feita e asinada per ho dito pero Jacques seu pay e a seu requerimento ho legitimamos pella guisa que dito he. e soprimos etc em forma. dada em a nossa uilla de monte moor ho nouo ho derradeiro dia do mes de Janeiro. El Rey ho mandou pellos doutores ruy boto do seu conselho e seu chanceller moor e seu desembargador do paço e Joham piz do seu desembarguo. Joham affomso a fez anno de nosso Senhor Jesus Christo de mill e iiij^{c}lRv annos.—*Livro I de Legitimações de leitura nova, fol. 130, v.—Chancelaria de D. João II, liv. 3.º, fol. 108, v.*

III — Carta de Juan de Çuniga ao Imperador Carlos V

(27 de Julho de 1524)

S. C. C. M.—Yo escrebi a V. Mtad este invierno desde Monte Mayor, que habia llegado alli un hombre que venía de descubrir tierra por la costa del Brasil, y que traia señales de haber hallado mucho cobre y alguna plata, y otras cosas; y que andaba con el Rey en demandas y respuestas para que le pagasse su trabajo, ayudandole para que pudiese volver allá, á vista de lo que había descubierto; y escribí asimismo que sabia que le traían en palabras, sin darle ninguna cosa: y que tenia sospecha que lo que éste habia descubierto era cosa que pertenecia a V. Mtad, pues, teniendo estos tanta necesidad de cobre y de otras cosas, no salian a perseguirlo, que aquél los traía ya comenzado el.... (roto) á insistir en su demanda, para saber lo que podia aprovechar, y siempre ha hallado palabras sin ningun fruto. Parecióme que seria servicio de V. Mtad saber qué navegacion habia hecho y qué habia hallado alli y asi para que mejor pudiesse yo informar a V. Mtad del caso y el, confiandoso de mi palabra, aunque con grandes miedos, vino a mi posada, y asegurado de todo lo que le convenia, me informó de las cosas siguientes, habrá xv dias. Dice que agora tres años, el Rey Don Manuel le dio licencia que fuese a descubrir por aquella costa, prometiendole grandes mercados si hallase cobre y otras cosas que el deseaba, y dice que se fué derecho al Brasil con dos carabelas, y que siguió la costa del dicho Brasil por el sudueste setecientas leguas de donde ellos toman el Brasil, y que hallo à las CCC leguas, poco más ó menos, nueve hombres de los que fueron con un Juan de Solis á descubrir, y habló con ellos y estan casados alli, y quisieran que el se los truxera, por que el no osó por ser castellano, y porque el sabia que el Rey le había pesado de lo que iba a descubrir el dicho Juan de Solis, porque les prometió que si Dios alli le tornase que los traeria. Dice que en la tierra que aquellos estan no hay cosa de provecho, y que siguió su costa otras CCCL leguas, que son las DCC dichas, y que halló un rio de agua dulce maravilloso, de anchura de cuatorce leguas, y que subió por el rio doce leguas, y vio muy hermosos campos á todas partes, y que surgió alli y tomó lengua de la tierra, y que le dijeron que aquel rio no sabian de donde venia, sinó que era de muy lejos, y que mas arriba hallaria otra gente que eran sus enimigos, que tenian de aquellas cosas que el les mostraba, que eran oro y plata y cobre, y que tomo quatro hombres de aquellos, y se fueron con el, y subió por el rio en los bateles armados veinte y tres leguas, y que siempre lo hallo todo mejor y la fondura igual; dice que alli vinieron á el ciertos viejos, y estuvo con ellos en grandes platicas que se asegurasen.... (roto) los otros, y que les rescató algunas cosas, y le dieron pedazos de plata y de cobre y algunas venas de oro entre piedras, y que le dijieron que toda aquella montaña tenia mucho de aquello, y que distaba a lo que ellos señalaban ccc leguas; y que le dijieron que la plata no la tenian en tanto como al cobre, habiendo mucho cobre, porque no relucia tanto, y que lo que señalaban del oro era lejos, que el agua lo debe traer por un rio que viene á dar al través de aquel grande y pára en las piedras; trujo de todo esto sus muestras. Dice que vió ovejas monteras y muchos ciervos, y de aves todas las que acá vemos en el campo y infinitos avestruces, las perdices muy grandes; dice que es tanto el pescado del rio, que en echando la cuerda ó red salia llena, y que comió y pesco muchos sollos mayores y mejores que los de acá, y salmonetes y otros pescados en abundancia, y que salieron á vueltas dos lampreas; que estuvo alli dos ó tres dias informandose de todo con el amistad que tomó con aquellos primeros, y que después se juntaron muchos con arcos y buenas flechas y que se embravecieron de saber que traía alli aquellos que dije, y que le dijeron que se fuese, que el venía por hacerles algun engaño, y que tiro dos ó tres escopetas, y todos se pusieron per el suelo; y que otro dia vió venir gran número de canoas, y no osó esperar, porque no tenia consigo sino xv hombres, y que asi se volvió a sus carabelas. Dice que si esto que ha descubierto es de V. M. ó hace á su servicio que el holgará de volver alli con la manera que V. M. fuere servido, y que crea que será cosa muy provechosa.

El querria, si V. M. se quisiese servir del, estar seguro de lo que acá podria perder, que dice son cincuenta mil maravedises cada año, que tiene en no sé que cosas, que ellos llaman reguengos; que teme que se lo quiten con otras cosellas; á mi pareciome que esto es cosa que tiene su tiempo, y ansi lo prometi que lo escribiria a V. M., y que las respuestas y se las enviaria á su casa con certos señales que

entre ele y mi quedaron. Aviso dello a V. M. para que mande ver à los que saben aquella costa que costa es, y vean si es servicio de V. M. tornar alla, y si no parece costa provechosa el haber perdido sus dos años, y yo haber hecho lo que debo en avisar a V. M. de cualquiera cosa que se descubra, pues deseo que todo el mundo fuese sugeto a V. M. Nuestro Señor guarde y acreciente la vida y muy poderoso estado de V. M. por muchos años, como deseo. En Evora xxvii de Julio de 1524. De V. C. M. húmil seruidor y criado que sus reales manos y piés besa — *Juan de Çuñiga.*— [Arquivo de Simancas, Secretaria de Estado, legajo 367; *Juan Diaz de Solis*, estudo histórico por José Toríbio Medina. Santiago de Chile, 1897, tômo I, pág. cccxii a cccxvi].

IV — Carta do embaixador João da Silveira

(28 de Dezembro de 1527)

Senhor.—Porque podera ser que as cartas que envio a Vos Alteza, por este portador não passarão, leua esta en mays segredo, pera que sayba a sustançia de elas; a qual he que mestre [João] Varezano vae daqui com cinco naos que lhe o almirante ordena, a hum grão rio na costa do Brasil, o qual diz que achou hum castelhano. Faley niso largamente, e pedj a reposta per escrito. Dizem que ma darão; porem de palavra rrespondjdo so.... [almy]rante e o dito Varezano vae e partiraa em Feuerejro ou Marso. O rio creo que he o que achou Christovão Jaques. Pareçeme que farão aly pee, e depois hir por diante.

Não estão caa nada bem com se querer defender o Brasil; e repreendendoo não sem paixão, me dise o almjrante que caravelas portuguesas quiserão laa meter no fundo hûa naao francesa, a qual tomara tres ou quatro dos portugueses e que estavão..... presas e em dereyto.

He neçesarjo mandar Vos Alteza caa hûa pesoa de conta porque comprindo eu sem yso o que Luiz Affonso traz, e esperandose aqui recado doutra reposta (?), tudo se perderaa, posto que tambem com iso se se laa não fazem bem os negoceos.

A Lujs Affonso mando aviso que não parta donde estaa sem ter outro recado de Vos Alteza, porque por ventura me querera majs mandar vistas estas cartas, o qual lhe venha logo, ante que se..... porte (?) envelheça.

Noso Senhor a vida e muj real estado de Vos Alteza acrecente com prosperos e largos dias. De Paris a xxiiij de Dezembro de 1527. Beijo as muj rreaes mãos de Vos Alteza. *João da Silveira.* (Sobrescrito) *A El Rej, noso Senhor.*— (Arq. Nac., *Corpo Chron.*, parte 1.ª, maço 38, n.º 57). *Alguns doc. da Torre do Tombo;* pág. 490. [Veja-se Andrade, *Chronica del Rei D. João III*, parte I, cap. XIII, e *Annais del Rei D. João III*, parte I, cap. IX].

V — Extracto da carta de Luís Ramirez

(Do Rio da Prata, a 10 de Julho de 1528)

. . . . . .

Partidos que fuimos de la Baia de Sant Lucar y salidos de la dicha barra á tres dias del mes de Abril de 1526 años para seguir nuestro viage levando nuestra intencion y derrotas á la Isla de la Palma, una de las Islas de Canaria para alli proveer las naos de aguaje y leña á todo lo que oviesem menester.....

. . . . . .

...y asi andubimos hasta viernes siguiente 19 del dicho mes (de Setembre) que llegamos a surgir en una isla tras a un gran montaña á causa de parecer ao Snr. Capitan General ser aparejada de madera para hazer el batel para la nao capitana porque como digo en la tormenta passada habia perdido el suyo. E estando en esto vimos venir una canoa de Yndios la cual vino a la nao capitana, y por señas nos dió á entender que habia alli christianos, lo qual aun no acabamos de entender: el Snr. Capitan General les dió á estos Yndios algun rescate, los quales fueron por la tierra adentro y dieron nuevas de nuestra venida, de manera que otro dia de mañana vimos venir otra canoa de Yndios y un christiano dentro della, el qual dió nuevas al Snr. Capitan General como estaban en aquella tierra algunos christianos que eran hasta 15, los quales habian quedado de una nao de las que hiban á la especeria de que hiva por Capitan General el Comendador Loaya, y quellos hivan en una nao de que hiva por Capitan D. Rodrigo de Acuña, y porque la dicha armada se habia desvaratado en el estrecho, y ellos no quisieron volver a España, su Capitan los habia dejado alli; y tambien digo de otros christianos que se decian Melchor Ramirez vecino de Lepe y Henrique Montes, los quales digo havian quedado de una armada de Juan Diez Solis, que en este rio donde agora nosotros estamos los Yndios habian muerto y desvaratado, y que habia mas de treze años ó catorze que estavan en aquella tierra e que estavan 12 legoas de alli.....

. . . . . .

Como digo enfin que Señor llegamos aqui Domingo de Lazaro que fueron 6 de Abril del dicho año de 1527 años. En este puerto (1) estubo el Snr. Capitan General un mes, dentro del qual, las lengas que trayamos se informaron de los Yndios de la tierra, y supieron como habia quedado alli un christiano cautivo en poder de los Yndios de quando habian desbaratado y muerto a Solis, el qual se llamava Francisco del Puerto. Este en sabiendo de nuestra venida bino luego ablar al Sñr Capitan General, y entre otras muchas cosas que lo pregunto de la maniera de la tierra y la calidad de ella dio muy buena relacion y tambien de la gran riqueza que en ella habia.....

. . . . . .

El Sñr Capitan General estubo algunos dias en este puerto, á qual se puso nombre Santana donde allegamos, é dentro de los quales dias recojió mucho vastimento de todas aquellas casas, é asi mismo el vergantin de las otras casas de arriba, porque trujo mucha cantidad dello. A estes Yndios vimos traer muchas onejeras y planchas de muy buen oro y plata é asi mismo el vergantin vido otro tanto é mas en las caserias de arriba á las quales enbió el Sñr Capitan General á Francisco del Puerto, lengua, para que se informasse de los dichos Yndios, dó traian el dicho metal y quien se lo dava: é ansi fué el dicho Francisco del Puerto, lengua, é bino, é la relacion que trojo fue que los Chanduls, que son Yndios desta mesma generacion, questan sesenta, ochenta leguas del Paraguay arriva, se lo daban por quentas é por canoas que le daban, é que destas casas destes Yndios á la de los dichos Chanduls por tierra por dó ellos van ai seis jornadas, en que la metad de este camino es toda alagunas é anegadizos. El Sñr Capitan General pudiera aqui resgatar mucho oro y plata, é no lo hizo porque los Yndios no tubiessen pensamiento que la intencion de nuestra hida hera con qudicia del dicho metal, é tambien porque pensabamos hir á la generacion de los Chanduls que dicho tengo, e Francisco, lengua, se informó que tenian mucho metal, porque segun los Yndios le decian de las dichas caserias hiban mugeres y niños fasta la dicha sierra é traian lo dicho metal. Luego el Sñr Capitan General puso por obra nuestra partida para subir por el dicho Paraguay á las dichas casas, pues por tierra era escusado segun la informacion que teniamos. En este puerto supo el Sñr Capitan General de ciertos Yndios como *habian entrado ciertas naos en el rio de Solis* é se

(1) Pôrto de S. Lázaro.

habian juntado con las nuestras, lo qual el Sñr Capitan General ni nosotros no tubimos en nada porque pensabamos los Yndios no decirnos verdad, como en la verdad avian dicho muchas cosas que nos abian salido mentirosas; é ass salimos deste puerto el sabado de Lazaro que fueron 28 dias de Marzo y estubimos en el obra de 30 dias.

Estos Yndios comen carne humana y son parientes é de la misma generacion de los questan en la fortaleza de Santispritus con nosotros, é asi salidos del dicho puerto de Santana bajamos el rio de Paraná abajo á la dicha voca del Paraguay, á la qual llegamos prostreio dia del djcho mes de Marzo. En el parege de Santispritus hasta la dicha Santana hay las generaciones siguientes, Mecoretaes, Camaraus, Mepeus, y entrando la dicha voca de Paraguay hasta lo que por ella andubimos hai las que diré: Ingatus Deoyos, Conameguaes, Berese, Tondeas, Nogaes: estas las que confinan por el rio que nos otros himos, sin las de la tierra adentro ques cosa inumerable: son de diversos lenguajes; no siembran estos ni los de Paraná; su mantimiento es carne y pescado, y lo mas natural es pescado, porque ay tanto en el rio, y pescar lo qués una cosa no crehedera: su arte de pescar es quando el rio esta bajo con red, mas quando esta crecido que á causa de se meter el pescado en los gerbazales, no se pueden aprovechar de la red matando á la frecha, y esto en arta cantidad; y esto no puede vuestra merced ver que como digo su principal mantenimiento es pescado; y asi entrados por la dicha boca del Paraguay, y luego el mismo dia vimos una canoa de Yndios que nos dieron pescado los quales se dezian Besqus, y asi fuimos el rio arriba unas veces con viento, otras veces con toas, porque segun el rio aze las vueltas no la puede servir ningun viento, sino solamente para caminar dos ó tres leguas por el, porque por fuerza es menester a remo ó a toas doblar las dichas bueltas. Luego el Sñr Capitan General procuró de embiar el vergantin adelante hasta que hallase la boca del rio Hepetin, que en lenguaje de los Yndios quiere decir rio barriento y segun los Yndios dizen biene de la sierra, é que por el se acorta mucho el camino para ella, pero que no es navegable por ser la corriente mucha. Este rio biene mui barriento segun los Yndios dizen y nosotros bimos. que no pareze sino un póco de barro desleido con agua, é lugo el Sñr Capitan General mando al Teniente Miguel Rifos que fuese en el dicho vergantin hasta llegar á una generacion que dizen los Agaes, e hiziese pazes con ellos porque estabamos informados participaban de mucho oro y plata, é alli esperase la galera: é el dicho vergantin se subió arriba con treinta hombres bien aderezados en el, y nosotros tambien poco á poco, por no poder andar sinó quanto á vuestra merced digo á poder de toas. En este rio tubimos mui mas entera relacion de unos Yndios, los quales habian benido del Urna y de contratar con los Yndios Chanduls, que nos dijeron é certificaron *aver entrado en el rio de Solis tres velas, las quales decian que se estaban juntas con nuestros navios,* en que por esta relacion é por la que en Santana supimos dimos mas credito á que habian entrado naos en el dicho rio de Solis: y luguo de ay á dos ó tres dias bimos venir el dicho vergantin, que á los Agaes el Sñr. Capitan General avia embiado, el qual aunque al presente en viendolo tubimos mucho plazer, despues que llegó á la Galera, tubimos mucho pesar porque en el venia el Contador Montoya que habia hido en el dicho vergantin y venia mal herido de frechas de los Yndios, é ansi mismo toda la gente que en el venia, porque como el dicho vergantin se fue arriba con el dicho Teniente Miguel Rifos y Gonzalo Nuñez, Tesorero de S. M. é el dicho Contador Montoya allegaron á la generacion de los Agaes, los quales abian alzado sus casas en saber su venida, é se abian metido por ciertos hesteros en canoas, en que abian habido platica con una canoa dellos la qual les havian dicho como los Chanduls que mas arriva estaban tenian mucho oro y plata, y asi habian pasado delante hasta las casas de los dichos Chanduls que mas arriva estavan, los quales les recibieron muy bien é la trageron mucho vastimento, en que estuvieron dos ó tres dias con los dichos Yndios, en que al cavo nos les trayan casi vastimento ninguno por causa de estar los Yndios muy solebantados é con mucho temor de que le hivan azer mal en venganza de otros christianos que ellos habian muerto que eran los compañeros de Enrique Montes é Melchor Ramirez que dicho tengo habian entrado por tierra y abian llegado hasta alli y habian muerto á traicion y quitado mucha cantidad de oro y plata, ansi que por este temor andaban siempre solebantados, en quel Teniente Miguel Rifos acia hir siempre a Francisco lengua á las dichas casas para que le ablase, y con buenas palabras les dijese que nos otros beniamos a ser sus amigos é á darles de lo llebabamos: á que como la malicia estaba en ellos arraigada procuraron de ejecutar la malicia y mala intencion, en que un dia vinieron a llamar al dicho teniente para que fuese con ellos á las dichas casas que alla le darian mucho vastimento, e que tanto se lo emportunaron que hubo de hir con ellos hasta quinze ó diez y seis hombres bien apercebidos, en que fue el dicho Teniente y Tesorero, y quedó el Contador con la otra gente para guardar el vergantin, y recoger lo que al dicho viniese, é hidos aun no se havian apartado hasta una milla del dicho vergantin, quando del dicho vergantin oyeron mui grandes vozes é aullidos, é que no pudieron pensar que cosa fuese e embiaron alla á una perzona del dicho vergantin de los que habian quedado en el para que mirase porque abian dado e davan tales vozes, la qual persona fue y nunca vino; é visto que no benia embiaran otra en que no hubo trespuesto por un gran monton de tierra alta que en frente del vergantin estaba quando lo vieron venir mui corriendo y muchas flechas en cantidad tras el, é a que vieron los que en el vergantin estaban la cosa como pasaba procuraron de echar luego al vergantin al agua porque estaba medio varado, é salirse á lo largo, en que todo esto no lo pudieron tan presto hazer que primero los Yndios no estuviesen en cima dellos tirandoles muchas frechas en gran cantidad en que les valió arto para ellos salvarse, etc.; la sopra é municion que en tierra havian sacado a solear, porque se empacharon tanto en procurar cada uno de asir en parte dello, á que no les fatigaron en tanta manera como si en aquello no se empacharon le fatigaran, á aquel dicho vergantin se hizo al largo del rio, é toda la gente que en el benia herida, é algunos mui malamente, en que vieron andar a los Yndios que en tierra andaban traian muchas armas é ropa de la gente que con el dicho Teniente y Tesorero abian hido, los quales segun parecio quando las vozes daban los habian muerto; asi se volvio el dicho vergantin á la Galera, con arta pena por benir todos como venian feridos, é con pensamiento que les salieron siempre Yndios á frecharlos en el camino, pues ia se havian desvengonzado.

Luego el Sñr Capitan General viendo el mal recado que havia acontecido en el dicho vergantin, é que para subir arriba nos faltava mucho mantinimiento, é mas principalmente por la nueba tan cierta que abiamos sabido de la benida de las naos al dicho rio de Solis, acordó el Sñr Capitan General de bolver abajo porque *se temia que en la dicha armada benia Christoval Jaques Capitan del Rey de Portugal, que otra vez como tengo dicho avia venido a este rio de Solis y prometio al dicho Francisco del Puerto que alli allamos, que volveria, é se fuese quel dicho Christoval Jaques avia entrado*

en el dicho rio nuestras naos estarian en mucho aprieto, é la gente della, y ansi mismo si hubiesen subido arriba á la fortaleza no hubiesen recebido algun daño, é con este pensamiento nos volvimos el rio abajo hasta el Paraná, en que en el camino vimos muchas casas nuevamente puestas en la rivera del dicho rio que nos dieron mucho pescado. Estas naciones de Yndios que aqui encontramos son enemigos de los Chanduls de arriba que nos abian echo la dicha traicion. Caminando pues por el rio de Paraná abajo habiendo andado hasta treinta leguas de la dicha boca del dicho rio de Paraguay; estando surtos en una isla por causa del mal tiempo que nos hacia bimos asomar dos velas que no podimos pensar que velas pudiesen ser. Luego envió el Sñr Capitan General allá una canoa con ciertas personas para que supisen quien heran, é benida la dicha canoa dijo como era armada de nuestro Emperador é que benia en ella por Capitan General uno que se decia Diego Garcia de Mojer, é luego venieron el Teniente del dicho Capitan General é un .... de su Magestad para hablar a nuestro General.....:

. . . . . .

asi quedo en este puerto de San Salvador ques en el rio de Solis á diez dias del mes de Julio de 1528 años El humilde e menor hijo que las manos de vuestras mercedes besa.—*Luiz Ramirez.*—[O original está na Biblioteca do Escurial. Foi publicada na integra na *Revista do Instituto historico e geographico do Brazil*, tômo XV, Rio de Janeiro, 1852, pág. 14 a 41].

VI — Carta do embaixador de D. João III, Álvaro Mendes de Vasconcelos

(24 de Dezembro de 1531)

Senhor quãndo castanho aquj chegou eu estaua pera despachar hũ correo por que aquel mesmo dia me chamou a emperatriz e me djsse que polo que lhe eu tjnha djto e princjpalmente polo que ela desejaua fazer en todalas cousas de v. serviço tjnha acabado cõ estes de seu conselho das antjlhas e com o cardeal, que nam mãdasem daquj pesoa algũa fazer requerimentos a v. al. sobre o Ryo da prata como estavão determinados se não que escreuessem a lopo furtado que ho fizese por outros termos majs brandos. soomente polo que compria ha justiça do emperador pojs he notorio que tem posse daquel Rio primeiro que v. al. e que me rogava que escreuese loguo jsto com as majs palauras que me parecessem necesarias pera que v. al. mandase responder com algũn bom meo e que la faria mujto por deter as cartas que se sobrysto aujão descrever a lopo furtado algũs djas ate ver reposta do que eu aguora escreuo.

A sustancia do que lhe respondi foy que lhe beijaua as mãos por começar a entender estes do seu conselho e o modo de negocear que sempre buscauam. e pojs que ja asy entraua njsto que de todo as deuya apartar de cousa tam herrada como herão estes requerjmentos por qualquer maneira que fosem. por que pera boa reposta e justa de tudo o que me djzia e lhe djzião dous soos pontos notase por principaes afora outros mujtos que todos lhe mujtas vezes tjnha djto. o primeiro que v. al. no regimento de martjm afonso lhe mandaua e encomendaua toda amizade com castelhanos que não lhe tocase nem contendese sobre cousa que pussujssem. a segunda em que se arrematão todas ho que conforme aas capitolações dos Reis pasados. v. al. lhe mandou por mjm dizer que ela por parte do emperador e sua mandase averiguar en que tempo descubrira o Solis, *e que v. al. mandaria muj breuemente saber em que tempo descobrira hũa armada de dom nuno manuel, que por mandado del Rey voso paj que estaa em gloria foy descobrir ao dito Rio. e que quem se achase por verdade que primeiro descobrira estjvese em posse ate se lançar a ljnha etc.* e que olhase la pois os de seu conselho djsto fugião que nam tinhão nenhũa rezão nem querião senão buscar manhas e biocos pera fazerem negocios a seu modo e não como compria a serviço do emperador e seu. a jsto me respondeo que o não aujão senão pola pose a qual lhes v. al. tomaua tomando martjm afonso qualquer parte daquel Rio. e que por jsto me rogaua que todauja escreuese logo a v. al. antes que fosem as cartas pera lopo furtado fazer os requerimentos por bem da pose do emperador. eu lhe dysse que eu escreueria loguo como me mandaua e que não sabya cousa que v. al. mjlhor podese responder do que tjnha respondjdo nem que a ele mjlhor estiuese. e que quanto a dizerem que em tomar martjm afonso parte do Rio lhes faria ofensa e lhes tomaua sua pose. que jsto hera muj grande engano por que o Rio he tamanho e faz tantas voltas e tam grandes que ja poderia ser que duas tres partes dele as duas estiuesem na demarcação de v. al. e quyça que todo ou tambem polo contrairo e que por jsto e por tudo martjm afonso não pudja herrar segjndo o Regimento de v. al. nem se poderião achar mjlhores meos que os que v. al. tjnha ofrecjdo. e que porem eu escreueria o que me mandaua e que esperaua que entretanto ele acabasse de conhecer a rezão e verdade que v. al. ofrecja e do que sempre usaua em todalas suas cousas, etc.

pareçeme que pera mjlhor v. al. me deue loguo mandar responder espantandose mujto de não aceytarem os meos e determynação que v. al. escreueo mostrando se djsto mal contente com el majs palauras necesarias etc. jsto djguo por que creo segundo os negoceos de quaa vão e tudo estaa fraco que aproueytara. asj aguora como pera o djante e o não responder e djlatar lhe daa a eles que djzer e cuydão que se não djlata senão por mjngoa de rezão e justiça. e desta maneira que djto tenho que v. al. mande responder não poderão djzer o que aguora e sempre dizem. v. al. o vera mjlhor e mandara responder como majs for serujdo. noso senhor a vyda e Real estado de v. al. acrecente como deseja de medjna do campo a xiiij de dezembro de bcxxxj anos bejjo as Reaes mãos de v. al. aluaro mendez de vasconçelos. — (Arquivo Nacional, *Corpo Chronologico*, parte 1.ª, maço 48, n.º 8).

APÊNDICE B

Nova Gazeta da Terra do Brasil (1515)

Tradução portuguesa do manuscrito

Notícia trazida por um navio, que tinha saído de Portugal para descobrir a terra do Brasil mais adiante do que antes se conhecia, e na volta chegou à ilha da Madeira, escrita por um bom amigo da Madeira para Antuérpia.

Sabei que aos 12 de Outubro de 1514 chegou aqui da terra do Brasil um navio, por falta de vitualhas, o qual D. Nuno, Cristóvam de Haro e outros armaram. Os navios foram com licença do rei de Portugal para descobrir a terra do Brasil, tendo descoberto a terra cêrca de 700 milhas mais àlém do que antes se conhecia.

E quando chegaram à altura do Cabo da Boa-Espe-

rança e aínda um grau *(uns gráus?)* mais longe e mais acima *(para o sul)*, e quando chegaram àquela longitude e latitude, isto é aos 40 graus de altura *(latitude)*, encontraram a Terra do Brasil com um cabo; e navegaram à volta do mesmo cabo, e, acharam que aquele gôlfo corre igual à Europa, em direcção Oeste para Este. Pois avistaram terra também do outro lado, quando tinham navegado perto de 60 milhas à volta do cabo, do mesmo modo que quem navega para Levante, e para o Estreito de Gibraltar, e divisa a Terra de Berberia. E quando tinham dado volta ao cabo, como ficou noticiado, e estavam navegando para Noroeste, tornou-se tam violento o temporal, foi também durante o inverno, que não puderam navegar mais para diante. Foram pois obrigados pela tormenta a voltar para o outro lado e costa da Terra do Brasil.

É meu bom amigo o pilôto, que navegou com êste navio; êle é também o mais afamado dos que tem el-rei de Portugal; esteve também em algumas viagens na Índia. Êste diz-me e supõe que do tal Cabo do Brasil não há mais de 600 milhas para Malaca. Pensa também poder ir e voltar em pouco tempo de Lisboa a Malaca, por êste caminho, o que traria grande vantagem ao rei de Portugal. Acham também que a Terra do Brasil continua, dobrando o Cabo, até Malaca.

E quando na costa do Brasil tornaram a navegar com direcção Sudueste, acharam muito bons rios e portos, da mesma maneira ao subirem a (costa), tudo bem povoado. E dizem que quanto mais para o cabo tanto melhor a gente, de bom trato, de índole honrada. Não há nêles nem um vício. a não ser que um povoado guerreie o outro. Não se comem, porém uns aos outros como na Terra do Brasil inferior *(das baixas latitudes)*. Matam-se todavia uns aos outros, não fazendo prisioneiros. Dizem que o povo é de muito boa e livre condição, não havendo naquela costa leis nem rei, a não ser que ouvem os velhos entre êles e lhes obedecem, como na Terra do Brasil inferior. Também é todo o mesmo povo; só tem outra língua.

Êles têm também recordação de São Tomé. Quiseram mostrar aos Portugueses as pègadas de São Tomé no interior do país. Indicam também que têm cruzes pela terra a dentro. E quando falam de São Tomé, chamam-lhe o Deus pequeno, mas que havia outro Deus maior. É bem crível que tenham lembrança de São Tomé, pois é sabido que está corporalmente por trás de Malaca; jaz na costa de Siramath, no gôlfo de Ceilão. No país chamam também freqüentemente seus filhos Tomé.

Há também grandes montanhas no interior. Dizem que em alguns lugares a neve nunca desaparece, conforme os informou a gente da terra.

Estiveram em alguns portos onde encontraram muitas e variadas peles preciosas de animais silvestres, as quais a gente veste mesmo cruas sôbre o corpo nu; não sabem prepará-las, a saber: peles de leão, leopardo, de que consta haver muitos no país, lince ou lup *(Catalão)* também bons, *(diz o impresso: «também gineta» o que parece mais aceitável)*, das que pegam na Espanha, e mais peles pequenas, semelhantes às das ginetas, e mui deliciosas peles, justamente como as do lince. As de leopardo e lince êles cortam e fazem delas cintas, de um palmo de largura. Êles têm também muitas lontras e castores, o que é indício de que o país possui grandes rios.

Tem também cintas de peles que me são desconhecidas. As ditas peles e mais outra pelaria comprei para mim, mas pouca cousa, pois trouxeram pouco de tam rica pelaria. Dizem os portugueses que não andaram atrás dela, porque lhe não deram valor. Dizem porém que o outro navio, que ainda ficou atrás, conduz muitas destas peles, e muitas e variadas outras cousas, pois carregou mais tempo. É também a capitânia dos dous navios. Comprei também, entre outras cousas, três peças de algumas peles cosidas juntas. São tôdas três tam grandes que bastam para forrar um casaco; não fizeram caso delas os portugueses. No país cobrem-se com elas; são cosidas juntas, como em nossa terra se fazem os cobertores de pelles de lobos. É realmente um magnífico fôrro por si só. As peles são tamanhas como as do texugo, e a côr é da do veado. Na parte superior é muito lanudo, e tem pêlos compridos e ponteagudos, algum tanto grossos, como os da zibelina; na parte inferior, a pele é alva como a da marta. É extraordinàriamente agradável o cheiro da pele.

A terra tem também admirável quantidade de frutas e boas, e tôdas elas diferentes das que temos em nosso país. Acharam também que a terra tem cana fístula, mais ou menos grossa de um braço, e mel e cera, uma espécie de goma, e muito semelhante a terebentina; muitas aves, e de várias qualidades; abundância de peixe. *(O folheto diz «ranh von Füssen», de pés pennudos, em vez de «reich von Fischen», de peixe abundante, o que não parece aceitável).*

Sua arma é o arco, como é uso na terra do Brasil inferior. Êles não têm instrumentos de ferro, dão por uma acha, um machado ou uma faca o que possuem, como é costume da Terra do Brasil inferior.

Êles têm também na terra uma qualidade de especiaria, que arde na língua como pimenta, e aínda mais cria-se em uma vagem com muitos grãosinhos dentro, sendo o grão do mesmo tamanho da ervilha.

Sabei aínda que êles trazem bastante notícia de que estiveram em um pôrto e rio, distante do referido cabo 200 milhas em direcção a nós; aí receberam informações a respeito de muita prata e cobre, e também de ouro, que há no interior do país. Dizem que o Capitão dêles, do outro navio, traz para o rei de Portugal uma acha de prata, de feição igual às achas de pedra dêles. Trazem aínda um metal que dizem ter a aparência de latão, e não estar exposto a ferrugem nem a deterioração. Não sabem se é ouro inferior ou o que seja. Aínda no mesmo lugar, à beira-mar, obtiveram daquele mesmo povo informação que pela terra dentro existe um povo serrano, que possui muito ouro batido, a modo de arnez na frente e ao peito.

Traz o Capitão um homem daquele país, que quis ver El-Rei de Portugal. Êle diz que quere dar a El-Rei informações de tanto ouro e prata, que existe no país, que os navios dêle não o podem carregar.

Dizem mais as gentes daquele lugar que às vezes chegam ali outros navios; vestem roupas conforme os portugueses dizem, como os franceses, segundo as informações do povo, e usam também barbas, tôdas elas ruivas. E querem os honrados portugueses afirmar que são Chins, que navegam para Malaca. Fornece-lhes indício de que haja algum fundamento *(na noiícia sôbre os metais)*, porque se sabe que em Malaca a prata e o cobre são mais baratos do que na nossa terra.

Assim tendes as novas notícias. Sob a coberta do navio está carregado de pau-brasil, e na coberta cheio de escravos, rapariguinhas e rapazinhos. Pouco custaram aos portugueses, pois na maior parte foram dados por livre vontade, porque o povo de lá pensa que seus filhos vão para a Terra da Promissão. Dizem também que a gente daquele país alcança a uns 140 anos de idade.—[Clemente Brandenburger, *A Nova Gazeta da Terra do Brasil*, Rio de Janeiro, 1922, pág. 36-40].

APÊNDICE C

I—Carta de poderes para a prisão de João Dias

(29 de Outubro de 1495)

Don Fernando é Doña Isabel, etc.—A todos los corregidores, assistente, alcaldes mayores, alguacilis é otras justicias cualesquier de cualesquier ciudades é villas e lugares de estos nuestros reinos é señorios é á cada uno é qualquier de vos en vuestros lugares é jurisdicciones, salud é gracia: sepades quel serenissimo Rey de Portogal, nuestro hermano, me envió facer saber que Juan Diaz, piloto, llamado Bofes de Bagazo, natural de su reino de Portogal, andando en compañia de ciertos franceses, robaron una carabela del dicho Rey, que venia de la Mina, en que robaron más de 20.000 doblas, al cual dicho piloto diz que copo su parte de este dinero, é que ha sabido que está en estos nuestros reinos, sobre lo cual me envió una pesquisa que sobre ello se hizo, rogándonos que conformando-nos con los capitulos de las paces que con el dicho Rey, nuestro hermano, teniamos fechas, le mandásemos prender é entregárgelo para que en su reino de Portugal se ficiese dél justicia: é porque por la dicha pesquisa que Nos mandamos ver paresce ser asi verdad, tovimoslo por bien é mandarmos dar esta nuestra carta para vos otros en la dicha razón, por la qual vos mandamos que siendo requeridos por parte del dicho Rey, nuestro hermano, con esta nuestra carta, prendados el cuerpo al dicho Juan Diaz, piloto, é le secresteis todos sus bienes, muebles y raices, do quier que le falláredes, é lo entreguedes é fagades entregar con todos sus bienes á la persona quel dicho Rey, nuestro hermano, enviasse por el, para que lo pueda llevar e lleve al reino de Portogal, é alli se ejecute en él la justicia: para lo cual com sus incidencias é dependencias, emergencias, anexidades é conexidades vos damos poder complido por esta nuestra carta. Dada en la villa de Alfaro á veinte y nueve de Octubre de mil cuatrocientos noventa y cinco años.—Fernández de Navarrete, *Colecion de viajes*, t. III, pág. 505; reimpressa por Torres de Mendoza, *Collección de Documentos*, t. 38, pág. 347; José Toribio Medina, *Juan Diaz de Solis*, Santiago de Chile, 1897, I, pág. xxv e xxvi.

II—Carta de ofício de pilôto a João Dias de Solis

(22 de Março de 1508)

Yo El Rey.—Nuestros oficiales de la Casa de la Contratación de las Indias, que residis en la cibdad de Sevilla. Mi merced y voluntad es de tomar é recebir por nuestro piloto à Juan Diaz de Solis, é que haya e tenga de nos en cada un año, con el dicho oficio, el tiempo que estoviere en tierra à razon de cuarenta mill maravedis cada un año; en el tiempo que navegare, à razón de cuarenta y ocho mill maravedis cada año, é todavia dos cahices de trigo para el proveimiento de su casa, en cada un año. Por onde, yo vos mando que lo asentéis asi en los libros que vosotros teneis, é vos el tesorero de la dicha Casa, le paguéis de cualesquier maravedis de vuestro cargo al dicho respeto, el año que estoviére en tierra, à razon de cuarenta mill, é el año que navegare à cuarenta e ocho mill maravedis, é cada año los dichos dos cahices de trigo, este presente año de la fecha desta mi cedula, é dende en adelante, en cada año, cuanto mi merced é voluntad fuere; é tomad su carta de pago, con la cual é con el traslado desta dicha mi cedula, signada de escribano publico, sin otro recabdo alguno, mando que vos sean recebidos é pasados en cuenta en cada año los maravedis que le diéredes é pagáredes al dicho respeto, é los que montaren en los dichos dos cahices de trigo; é asentad el traslado desta dicha mi cedula en los dichos libros, é sobrescripta de vosotros, arte original tornad al dicho Juan Diaz de Solis, para que la él tenga, é no fagades ende al. Fecha en Burgos a xxii dias del mes de Marzo de quinientos e ocho años.—Yo El Rey—Por mandado de Su Alteza.—Lope Conchillos.

III—Real cédula por la cual se nombra piloto mayor a Juan Diaz de Solis, con cargo de descontarle de su sueldo cierta suma para la viuda de Américo Vespucio.

(25 de Março de 1512)

El Rey.—Nuestros Oficiales de la Casa de la Contratacion de las Indias, que residis en la ciudad de Sevilla: mi merced y voluntad es de tomar y recebir por nuestro piloto mayor à Juan Diaz de Solis vecino de la villa de Lepe, en lugar é por fin é vacacion de Amérigo Vespuchi, ya defunto, y que haya y tenga de nos em cada un año, cuanto nuestra merced é voluntad fuere, cincuenta mill maravedis, segun el dicho Amérigo Vespuchi los tenia: por ende yo vos mando que lo pongais y asenteis asi en los libros que vosotros teneis; y vos el dicho tesorero de la dicha Casa le pagueis de cualesquier maravedis de vuestro cargo los dichos cincuenta mill maravedis este precente año desde el dia da la fecha desta mi cedula en delante, en cada un año, segundo y como se pagaba *al* dicho Amérigo Vespuchi, y tomad su carta de pago, con la cual, y con el traslado desta mi cedula, signado de escribano publico, mando que vos sean recebidos y pasados en cuenta en cada año los dichos cincuenta mill maravedis, de los cuales a mi merced e voluntad que haya y lleve en cada un año la muger del dicho Amérigo Vespuchi diez mil maravedis, de que yo le hago merced por los servicios que el dicho su marido nos hiso. Y vos el dicho tesorero, se los habeis de pagar en cada año, y descontarlos ao dicho Juan Diaz de Solis, y durante su vida vos han de ser recebidos en cuenta los dichos cincuenta mill maravedis, mostrando en cada año carta de pago de la muger del dicho Amérigo, de los dichos diez mill maravedis, y de los dichos cuarenta mill maravedis restantes del dicho Juan Diaz, al cual despues de los dias de la muger del dicho Amérigo, mando que queden enteramente los dichos cincuenta mill maravedis, e se los paguen sin ninguna falta. Y asentad el traslado desta mi cedula en los dichos libros, y sobe escrita de vosotros, este original tornad al dicho Juan Diaz de Solis para que el lo tenga; y no le ha de ser pagado el salario de aqui adelante que de nos tiene asentado en esta Casa por piloto: y non fagades ende al.—Fecha en Burgos a veinte y cinco del mes de Marzo de mill quinientos e dose años.—Yo El Rey.—Por mandado de Su Alteza. Miguel Lopez de Almazan.—(Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, pág. 55-57).

IV—Carta do embaixador João Mendes de Vasconcelos a El-Rei

(30 de Agosto de 1512)

Senhor. Jam Dias de Solys, o pyloto, que me Vossa Alteza escreveo, que lhe dyserão que ya a Malaca, esta aqui e mandey o muitas vezes buscar; e oje faley co ele, e veo co ele hum seu jrmão, que djz, que foy a Indja, e que tem na Casa da Indja mais de iij^{c}ducados; e ho que tomey de

Jam Dias he que á dir, como vier Habryl com tres navyos, a saber, hum de clxx e outro doytenta, e outro de xxxx tones. Diz que ha dir ver, e demarcar o de Castella; e a pratjca foy muito larga; o que dele nela pude tjrar he, que a ele lhe pareçe que Malaca caee na demarcação do de Castella; e eu lhe djse todo o que me pareçeo que compria a voso serviço; e ele se me fez muito agravado de Vosa Alteza; e ho principal agravo he, não lhe pagarem o que se lhe deve; e djz que tem tres alvaraes de Vosa Alteza pera que se lhe page o que se lhe deve na Casa da Indja, e que nem por eles, nem por servjr, nem por nada, nunca lhe pagarão hum soo real doytocentos cruzados, que djz que tem na Casa da Indja; a qual cousa lhe não cry, porque ajnda que não fora senão por descargo da conçyencia de Vosa Alteza, se devera de fazer, canto majs a taes pessoas, se bem servem, e que não tem outra cousa de que vyver; e djz que desesperado de se lhe não pagar, se veo qua. Eu não sey nada do mar, e comtudo djgo que me pareçe que ele fala no mar, como quem sabe o que fala: e djseme que lhe screverão de Malaca hua carta de tres folhas de papel das demarcações, e grados, e lynhas por as quaes elle cuyda que Malaca he do de qua, e djz que tambem lhe escreverão, que Afonso de Albuquerque fjzera hua armada para os chyns, que stom majs iiij^{c} legoas dentro da demarcação de Castella, e que de Lisboa partyra outra a parte das Antilhas, que muito claramente he de Castella. Aquy sta hum Anryquez, a que chamão João Anryquez, o qual esteve na Indja, e tambem se me fez agravado, ca Vosa Alteza lhe deve certo dinheiro. Este me disse que armavão os tres navios em Lepe, e que o João Dias hya por capitan prinçipal; e que elle hya em hum dos navyos por capitan, e que avyam de partjr em Março; e que ele sabia majs das alturas, que Jam Dias, e asy hum filho seu, e que mostrava que Malaca esta na demarcação de Castela. Perguntеilhe o que lhe davão, e djseme que agora asentara co ElRey, e que lhe davão cando servyse xxv, e cando não xx; eu disse ha hum, e a outro, a cada hum por sy, como se qua pagavão estes asentos, e todo o mais. que esta materea comprya; e pareçeme que se Vosa Alteza dese este Jam Anryquez doze, ou quinze mil rs. cadano, que se yrria para Portugal a servyrvos, e que levava seu filho, que diz que sabe tanto como ele. O Jam Dias de Solys djz que lhe dão qua ij^{c} cruzados cadano, e que lhos pagão aos terços em Syvylha na Caza das Antjlhas, e majs que he piloto mor, e outros ventos; este não sey se se poderya asy arancar, porque diz, que se lhe não guardarão jaa por duas vezes os vossos alvaraes, mas comtudo boom penhor he ter ele la oytocentos cruzados, e o jrmão iij^{c}; mas ho Anryquez pareçeme que logo se hyrya; porque ele e a mulher são portugueses; e fezseme tão prove, que me foy neçessareo darlhe dinheiro por saber dele o que passava; e ele me djse que de Sevylha escrevera ja a Vosa Alteza que mandase a ele algum pyloto, ou quem soubesse do mar, para lhe dar alguns avysos, que comprylão a voso servyço. Destes omes não coheço nada, e eles me dizem que cuidão que starão aqui pouco, e que se yrão pera suas casas, que são em Sevylha a do Anryquez, e em Lepe a de Solys; mas por o que deles me parece, folgarya muyto por o que compre a vosso servyço, que Vosa Alteza mandase remedjar jsto de maneira que vos não fação tal deservyço, que seja maao de rremedjar, porque todalas cousas tem começo. Noso Senhor goarde e acrecente a vyda e muito rreal estado de Vosa Alteza, e lhe dê todo o que deseja. De Logronho ha xxx dAgosto de b^{c}xij anos. Beijo as mãos a Vosa Alteza. João Mendes de Vasconcellos.—*Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 262-263, Navarrete, III, pág. 127-129. (Gav. 15, maço 10, n.º 36).

V—Carta de João Mendes de Vasconcelos a El-Rei

(7 de Setembro de 1512)

Senhor—Oje terça pola manhãa sete deste mes vierão aqui dous moços destivaria de Vosa Alteza, e me derão quatro cartas suas, e todas são resposta doutras minhas; e logo esta tarde fui a el Rey vosso Pai, e lhe li toda a carta grande, como o V. A. mandou; e quero logo dizer o que me respondeo ao primeiro capitulo, qu.era sobre as armadas que ele cuidava que forão a Portugal, e sobre Pero Joam e Solis...

E coanto a armada que se fez para Malaca, eu lhe tinha falado nisto ha tres dias, como adiante direi, e agora lhe li o que nesta carta de V. A. vinha sob isso; e ele me respondeo o que me já tinha respondido, que he: que a armada não vai a Malaca, senão a descobrir e saber o de qua, e que ainda que não fosse tão leve e tão apaixonado, e tal como lhe dizia, que não ousaria a fazer cousa que não devesse, porque lhe custaria a cabeça; e a isto lhe tinha eu já dito cão pouca paga aquela seria do mal que ele podia fazer; e tornoume a dizer que ele não iria soo nem por principal, e que estevesse V. A. muito certo que por sua vontade não se tocaria em vosas demarcações, e a isto estava respondido co a mesma carta, e que na Casa da Contratação de Sevilha o principal capitolo que havia pera os que hião darmada ou a descobrir, era que não tocasem em nhûa cousa do de V. A., e que o que me disera do desejo que tinha de se demarcar tudo, de maneira que nunca Portugal e Castella tevessem nhûm debate, me tornava agora a dizer, e que eu escrevesse a V. A. que V. A. cuidase em algum caminho pera como isto se podese fazer, e que ele por sua parte o cuidaria, e que folgaria muito de se achar, porque ele por ser velho devia de viver poucos dias, e que neses esperava em Deus, que nunca houvesse rompimento, mas que iria muito descansado se ficase tudo tão craro que seus netos e todos os que deles viesem, não tivessem nunca causa de romper, e que com isto folgaria muito; mas com coanto lhe dise daquele Piloto Portugues, nunca me disse que não iria; e pois tenho as mãos nesta materea, darei conta a V. A. do que pasei com o piloto.

Eu o mandei chamar algûas vezes, e ouve de vir aqui a minha pousada, e eu o cometi por vias, e acheio de todo asentado com el Rey voso Pay; e com ele veo hû seu irmão, que me disse que se lhe devia na casa da India trezentos cruzados, e ao piloto oitocentos; e que V. A. lhe dera alvaraes para que lhos pagasem, e que nunca lhos pagarão, e etc. e que lhe fezião qua muito grandes partidos. Eu tomei por fundamento dizerlhe verdade de cão pouco certo era todo o que aqui se asentava, çe como nunca çe compria, e como o de V. A. muito certo; e que eu trabalharia todo o que podese porque V. A. lhe perdoase e lhe fizese merce; e por aqui: e diseme que ljá lhe V. A. mandara por aquele seu irmão hum alvará de seguro; mas que ele não ousara de la ir, nem iria, que havia medo que o mandaseis prender; e por aqui escusandose dizendo, que se lá fose, que o averião por suspeitoso, e etc. e em concrusão que não iria lá; e não me prestou cantas boas razões lhe pude dizer, que são notoreas a todos; e foi tão roim que todo o que pasou comigo, foi logo dizer ao bispo de Palencla, que tem cargo das armadas; e o bispo de Palencia o dise logo a el Rey, e o Piloto acrecentou ao Bispo, e diserãome que o Bispo al Rey; e porque eu tenho sabido que este Bispo dise a Cristovão Correa, cando qua veo esta vez derradeira, algûas palavras descortezes, e tañbem porque agora fui certificado que este Piloto tinha concertado de dar ao mesmo Bispo a metade do que a sua parte viese, dise al Rey voso Pay como eu falara com

o piloto, e que o achara tão apasionado e tal, que determinara dizer a su Alteza que não mandase tal homem, e de tal calidade a tamanha cousa; porque ainda que fosse tão justo como Simeão e tão sesudo como Salomão, por estar tão apasionado o não podia fazer bem, coanto mais que era todo ao reves, e mais que eu era certificado que ele dava a metade do que lhe viese ao bispo de Palencea, e ao secretario, e cuidando ter estes por sua parte; e seu siso he condição: da outra que não seria muito ir por os manos na ilha da Madeira; e que eu via nestes reinos e nos de V. A. duas vilas vezinhas trazerem muitas demandas sobre o partir dos termos; e que coando as justiças entervião nisso, que mandavão tomar homens boos e sem sospeita, e estes com juramento e co as escreturas, e que estes muitas vezes não bastavão, coanto mais hum homem tal e tal; e a tudo isto me respondeo o que agora, e que avia de ir co ele hum veador que sabe diso; e procurei por saber quem era, e achei que se chama Martim Dãopias, e diz que he boo astrologo, e não está agora aqui, que diz que he ido a Ingratera, e que esperão cada dia por ele: homem he que eu não conheço nem sey quem he.

João Anrique está aqui, e diz que cuida que o mandarão ir com o João Diz, e diseme que escrevese a V. A. que compre muito a voso serviço mandardes algum homem do mar a Sevilha, porque eles cuidão que os despacharão hum dia destes a falar com ele, e que vive junto co as grades de Sevilha: e diseme que este João Anriquez que avião de ir direitos ao cabo da Boa Esperança e di a Ceilão e a Malaca, a qual eles am que sta na conquista e demarcação de Castella; e nisto não ha mais que diser, nem me parece necessario falar com o João Diz, porque esta de todo perdido de vento, cheo desperanças do que ha de descobrir e do que diso ha daver: e nunca del Rey voso Pay, antes dagora, nem agora com vosa carta, pude tirar que este roim não iria, e do mais muito boas palavras que não fará, e que não irá soo, e etc. V. A. veja o que compre a seu serviço, e isso mande dizer.

... Agora não sey mais que escrever. Noso Senhor guarde e acrecente a vida e muito Real estado de V. A. e lhe de o que deseja. De Logronho a sete de Setembro de noite, de quinhentos e doze anos. Beijo as maons a Vossa Alteza. =João Mendes de Vasconcellos.—(Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, parte 1.ª maço 12, doc. 3). *(Alguns documentos da Torre do Tombo)*.

VI—Carta de D. Manuel ao rei de Castela

(22 de Setembro de 1512)

Muito alto muito eixcelente principe e muyto poderoso padre Johane mêdez de vasconcellos do meu cõselho me spreueo como uos fallara o que lhe spreuy que vos disese amtre outras cousas acerqua da armada que me foy dito que se fazia em seuilha de certos nauios que emviaueijs ha Malaca e como lhe rrespondereijs que ha dita armada nõ hia a malaca e soomente hia a descobrijr com todo o mais que acerqua desta materia lhe respõdestes E neste caso que tanto me ymporta nem em nemhûn outro que me toque eu nam ho espero meenos de vos pella muita rrezam e obrigacam que ha amtre nos pera asy se deuer fazer e gardar e esta sua rreposta rrecebo ê muy singular prazer E certo que em cousa sobre que stam grandiximas despesas tenho fectas e em que tanto samgue de meus criados fidallgos e vasallos he derramado e que tenho seegundo os recados que me são vindos da maneira que pello dito Johane Mêdez lhe enuiey fallar cõ minha armada fortelesas e geente nellas nam se me deue tocar nem fazer cousa que nam deva e mais ê espicial por vos e vosas cousas que as minhas espero que senpre esgardes e olhes como as vosas propias pois asy sam senpre por my e pollas minhas de ser rresgardado e olhado o que vos tocar pero porquamto aquele Joham Diaz pilloto portugues que me he dito que vay por pilloto da dita armada ha ja annos que he banedo e omiziado de meus Reynos por seus delitos que ho obrigam a pena de morte pubricamente tem dito e diz que vay a dita mallaca e he pesoa de maa tencam e sem causa se ha de my por agrauado e notoriamête o diz e segundo sam notificado vay com võtade e preposyto detryminado de em mallaca êtender nem posso teer delle descanso que guardara niso o que lhe mandardes que ey por sem duuida que sera o que ao dito Johane mêdez rrespondestes E nam quisese nosso senhor que delle sayse cousa de que agora nem tenpo alguñ se seguise nêhûn escamdallo a que as pesoas desta callidad nam tem tall rrespeito quall devem por se avedar todo azo de mall fazer e de tam grande escamdallo como serya per my instamête tocareme em mallaca muy afeytuosamente vos rroguo que vos praza nam enviar na dicta armada o dito João diaz por pilloto porque pera descobrijr a que vos dizees que ha dita armada vay outros muytos pillotos avera ê castella que ho tambem e milhor poderam fazer do que elle e com sua ficada se tirara tamanho jnconvenyente como sera o que se poderya seguir de sua errada e maa tençam e allê de nisto fazerdes cousa com que se podem escusar e tirar tam grandes inconvenientes como ê todas as cousas semelhantes ssam certo que sempre avees de folgar de o fazer por todas as partes a que toca e que tanto vos tocam eu o rreceberey de vos ê muy symgullar prazer muyto alto etc.

In dorso. treslado da carta que foy a el Rey dom fernando de Castela sobre a armada de malaca—1512 ê cojmbra a xx dias de setembro de 1512.—(Tôrre do Tombo, Gaveta 2.ª, Maço 10, n.º 12. Cartas diversas de el-rei D. Manuel de 1510-1519, publicação particular de Eugénio do Canto (1907).

VII—Asiento que hizo el Rey con su piloto mayor Juan Diaz de Solis para ir con tres navios à descobrir por la otra parte de Castilla del Oro

(24 de Novembro de 1514)

El Rey. Lo que es asentado é concertado con vos Juan Diaz de Solis, mi Piloto mayor, en el viaje que por mi mandado haberi de hacer en ir á descobrir por las espaldas de Castilla del Oro, é de alli adelante, es lo siguiente:

Primeramente: Que Yo vos mando dar para el dicho viage 4$ ducados de oro, los 1$ para el primero dia de Enero del año venidero de quinientos e quince, é los otros 1$00 para en fin de Marzo siguiente, é los otros 2$ á mediado del mes de Abril del dicho año, los cuales se pornán en poder de Juan Lopez de Recalde, mi contador de la Casa de la Contratacion de Sevilla para que él vos los dé é entregue á los tiempos susodichos.

Item: Que vos seais obligado á llevar en el dicho viage tres navios que sean suficientes pera ello, el uno de sesenta toneles, é los otros dos de cada treinta toneles, y en ellos haberi de llevar sesenta personas é mantinimientos para dos años é medio á vista é contentamiento del dicho contador Juan Lopez.

Item: Que Yo no sea obligado á pagar de entrada y de salida sueldo de gente, ni otra cosa alguna, salvo los dichos 4$ ducados.

Item: Que vos el dicho Juan de Solis seais obligado de ir á las espaldas de la tierra, donde ahora está Pedro Arias, mi capitan general é gobiernador de Castilla del Oro, y de alli adelante ir descubriendo por las dichas espaldas

de Castilla del Oro mil é setecientas leguas é más si pudierdes, contando desde a raya é demarcacion que vá por la punta de la dicha Castilla del Oro adelante, de lo que no se ha descubierto hasta agora, con tanto que no toqueis en costa alguna de las tierras que pertenescen á la corona Real de Portugal, so pena de muerte é perdimiento de bienes para nuestra camara, porque nuestra voluntad es que lo asentado é capitulado entre estes reinos é los reinos de Portugal se guarde y cumple muy enteramente.

Item: Que de todo lo que nuestro Senhor vos diere, é hobieredes en el dicho viage, Yo haya de llevar é lleve la tercia parte, é la otra tercia parte sea para vós é las personas que contribuy é redes en la costa que se ha de hacer en el dicho viage, las cuales no han de saber cosa alguna del, é la otra tercia parte sea para la gente que con vos fuere, repartindolo vos como os pereciere, é segun en ellos lo hobieredes concertado: é que Yo no haya de llevar ni lleve ynuto, ni otro derecho alguno demas de la dicha parte.

Item: Que Yo haja de nombrar é nombre dos personas de confianza, servidoras mias, para que vayan con vos el dicho viage, el nao para que sea nuestro factor é reciba la dicha tercia parte que Yo he de haber de todas las cosas que en el se hobieren, y el otro nuestro contador y escribano, ante quien pase todo, é tenga la cuenta é razon dello: é que vos no poderi hacer rescate, ni negociacion alguna sino en su presencia; é que al tiempo que hobiéredes cada cosa, hagais juntamente con el dicho factor y escribano particion, y le entregueis al dicho factor la tercia parte que Yo he de haber, é las otras dos que vos queden para que disponais dellas conforme á lo susodicho.

Item: Que Yo vos mando dar prestadas cuatro bombardas de unas grandes que estan en la dicha casa de Contratacion de Sevilla, é sesenta casoletes. con sus armaduras de cabeza de los que estan en la dicha casa, con tanto que seais obligado á lo tornar todo cuando volviéredes del dicho viage de la manera que lo trajéredes.

Item: Que seais obligado a partir é hacer vela con las dichas carabelas por todo el mes de Setembre del dicho año de quinientos e quince años.

Otrosi: Porque vos el dicho Juan de Solis no quereis al presente suplicarme que vos haga ninguna merced, ni asentar, ni capitular sobre ello cosa alguna, sino dejaislo para que vistos los servicios que vos hiciéredes, que asi seais remunerado: Yo digo que lo miraré é haré con vos de manera que seais satisfecho, é recibais mercedes por vuestros servicios.

Item: Que por vos hacer merced para ayuda de vuestra costa os mandaré dar vuestra quitacion é ayuda de costa al tiempo de vuestra partida, año é medio adelantado para dejar proveida vuestra casa como hombre que he de ir tan largo viage.

Item: Que mandaré ir con vos a vuestro hermano, y en lugar de otro que es fallescido recibiré por mi piloto a Francisco de Torres, vuestro amado hermano e vuestra muger, pues decis que es persona suficiente para servir é ir tambien con vos; é para que dejen proveidas sus casas les mandaré dar un año adelantado de sus salarios.

Por ende guardando é cumpliendo vos el dicho Juan de Solis todo lo aqui contenido que á vos pertenesce hacer. Yo por la presente vos seguro y prometo que mandaré complir con vos la dicha capitulacion sin ninguna falta. Fecha en la villa de Marselha á veinte é cuatro dias de Noviembre de quinientos é catorze años. Yo El Rey—Por mandado de S. A. Lope conchillos.—(Medina, *Juan Diaz de Solis*, II, p. 134 a 137).

CAPÍTULO XIII

A EXPLORAÇÃO DO LITORAL DO BRASIL NA CARTOGRAFIA DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XVI

PELO

PROF. DUARTE LEITE

A EXPLORAÇÃO DO LITORAL DO BRASIL NA CARTOGRAFIA DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XVI

I—OS MAPAS DO BRASIL ENTRE 1502 E 1509

EM maus livros, abundantes como joio em trigo abandonado, com que nos desfavoreceram as facilidades da tipografia, está escrito que os portugueses, absorvidos no sonho maravilhoso da Índia, descuraram de comêço as terras de Santa Cruz, aproveitadas para pouco mais de cómoda escala eventual de suas náus e só tardiamente confiadas à profícua actividade de colonos. Assim se espalha um conceito errado. Sem dúvida a atenção dos reis de Portugal se concentrava no Oriente, para onde armavam potentes e custosas esquadras, em que expediam luzidas falanges de cavaleiros e homens d'armas, cujo braço forte era a garantia das operações comerciais ou de conquista. Nada mais natural; cabia-lhes colhêr, embora com sacrifício, os frutos de sessenta anos de penosas navegações (1), que foram empreendidas e porfiadamente conduzidas não por espírito romanesco, nem pela curiosidade de desvendar arcanos geográficos, mas com propósito deliberado de lucro e, subsidiáriamente, de dilatar o âmbito da fé cristã. Mas se os atraíam—e quanto mais seus vassalos—as especiarias, os metais nobres, as gemas raras e as demais preciosidades do Levante fabuloso, não se conclúa daí que menosprezaram seus novos domínios do poente; ao contrário cuidaram dêles na medida em que eram utilizáveis, sendo até de espantar como, esgotada pelas longínquas e árduas emprêsas da Índia, d'envolta com as de Marrocos, a pequena nação portuguesa ainda quis e pôde encontrar navios e homens para as da outra banda do Atlântico. Nenhuma outra procederia diversamente e melhor, e seus ensaios foram imitados por quantas exploraram regiões exóticas.

Povoada por gentio selvagem e nu, de agricultura rudimentar, quási desconhecendo os metais e os primeiros elementos de civilização, a Vera Cruz de 1500 sòmente oferecia a seus descobridores,

(1) Da carta que D. Manuel mandou ao Çamorim de Calecut por Álvares Cabral destacamos a passagem seguinte: *estando des o começo do mundo até gora as gentes desas terras e destas tam arredadas, e fora sempre de toda a esperança nem pensamento disto, que o senhor Deus ora quis que fose espritando, averá sesenta annos, em hum noso ho vassalo nosso chamado Iffante dom amrique, principe de mui vertuosa vida e santos costumes, o qual por serviço de Deus tomou proposito por Deus inspirado faser esta navegaçam, e por os reis nossos antecessores foy proseguida até gora, que prasendo a Nosso Senhor lhe quis dar o fim por nós desejado . . .* (Cartas de Afonso de Albuquerque, vol. III, pág. 86).

Esta passagem de um documento oficial é mais um argumento contra a tese, sustentada por Vignaud, de que os portugueses em 1474 não cogitavam da verdadeira Índia, mas sim das Índias do Preste João.

àparte os papagaios e araras de que os maravilhou o número e o tamanho, espêssas matas pejadas de animais daninhos, em cujos recônditos hostis seria ventura encontrar coisa de proveito. Esta perspectiva esmorecedora não bastou a repelir a forte e inquieta geração portuguesa d'então, para mais lembrada de que semelhantemente acontecera aos espanhois nas Antilhas e em Pária, donde nos anos subseqüentes conseguiram extraír oiro, pérolas e outras mercâncias de valor. No peor caso, havia a continuar o trabalho fastidioso e nem sempre remunerador, que por longo tempo fôra conduzido ao longo do litoral africano; recomeçariam os contínuos resgates com os aborígenes, de trato talvez difícil e arriscado como tanta vez o fôra o dos negros.

Logo em 1501, antes mesmo do regresso de Cabral, saíram de Lisboa navios em demanda de Vera Cruz, sob o comando de Fernão de Loronha, que na volta para o reino topou com a ilha cujo nome o rememora aos vindouros. Gaspar de Lemos, mensageiro do descobrimento de 1500, costeara fugazmente o extenso trato que sobe de Pôrto Seguro até o cabo extrêmo, sito no cotovêlo da costa brasileira; os navegantes de 1501 desceram demoradamente desde o norte desta inflexão até um ponto incerto ao sul daquela baía, talvez próximo a Cabo Frio (2). Nesta viagem, que confirmou a soberania de D. Manuel sôbre dilatadas e formosas regiões, se reconheceu que seus íncolas, ao envés da cândida presunção de Vaz de Caminha, eram belicosos, desleais e, para cúmulo, quási sempre antropófagos; no tocante a resultados materiais, trouxeram os expedicionários apenas algum incenso e canafístula, espécie de fava medicamentosa, bem como grande porção de uma madeira corante vermelha, semelhante ao brasil que se importava da Índia, e também fôra encontrada pelos espanhois nas Antilhas. A *terra dos papagaios,* como inicialmente chamavam os marítimos a Vera Cruz, não deu outra coisa digna de menção; mas o carregamento de brasil mostrou-se tam valioso que Fernão de Loronha, menos de três meses após seu regresso, que foi em Julho de 1502, celebrou com a coroa um contracto de arrendamento por 3 anos da terra de Santa Cruz, fértil de essências florestais e espécies vegetais negociáveis nos mercados europeus.

Não se conhece infelizmente do diploma respectivo senão o conciso extracto que nos fornece uma carta contemporânea do italiano Pier Rondinelli, estabelecido em Sevilha, da qual se infere que ao arrendatário eram impostas, àlém duma sisa variável nos proventos, a obrigação de descobrir anualmente 300 léguas de costa nova, e a de construír e manter algumas feitorias fortificadas, estabelecendo desta maneira os primeiros núcleos europeus (3). O ajuste teve execução graças ao concurso de mercadores judeus, associados de Loronha, com cujos capitais se organizou, no primeiro semestre de 1503, a primeira esquadrilha contractual de 6 navios, às ordens de Gonçalo Coelho. Desta expedição, menos venturosa que a anterior, sabemos que tornou ao reino dizimada, mas não estamos seguros dos navios salvos, nem de quando regressou o comandante, muito menos do roteiro seguido. Os limites entre os quais se realizou a exploração litorânea podem todavia deduzir-se, embora duvidosamente, de duas cartas geográficas coevas, ajudadas de um texto precioso de 1505, até aqui pouco estudado.

Ignoramos se, àlém desta de 1503, outras viagens se fizeram dentro da vigência do contracto de arrendamento, que expirou em 1505. Se são exactas as cláusulas indicadas por Rondinelli, esperavam-se três, e mais tarde exporemos razões que nos levam a admitir mais de uma; mas é possível que a perda de 2 ou 3 navios, ou seu regresso muito tardio, determinasse Fernão de Loronha a sobreestar na remessa de outros. Certo é que o contracto se renovou, pouco tempo depois de findo, conquanto em condições diversas. O negociante italiano Lunardo da Cá Masser, escrevendo aí por 1507, conta que Fernão de Loronha tomara por 10 anos, a trôco de 4000 ducados anuais, o exclusivo do pau brasil da *terra nova*, sendo proïbido importá-lo da Índia donde vinha primitivamente (4). Prosseguiu, pois, o frutuoso negócio da madeira tintorial; e já que por ela era conhecida a Vera Cruz, passou a chamar-se *terra do brasil* ou simplesmente Brasil. Durante vários anos continuaram os navios do arrendatário e de seus consócios a visitar as novas plagas, para onde transportavam numerosos reinois que lá iam tentar fortuna, ou esquivar-se a lances difíceis, ou cumprir sentenças de degrêdo. Da náu *Bretôa*, saída de Lisboa em Fevereiro de 1511, se conhecem os armadores, consócios de Loronha, o regimento, o roteiro da viagem, o rol da eqüipagem e a carga trazida; mas isto é uma excepção (5). Os nossos

(2) Veja-se o cap. IX, a págs. 260 e 261.
(3) O extracto póde ler-se a pág. 255 dêste volume.
(4) Veja-se o cap. IX, a pág. 278.
(5) Veja-se o texto integral do Regimento de págs. 343 a 347 do presente volume.

arquivos conservam sôbre os primeiros anos do Brasil um profundo silêncio, continuando sob D. Manuel o regimen instituído e rigorosamente mantido pelo grande rei seu antecessor; graças a êle, e não por carência de escritores coevos, àqueles que se lhes seguiram faltou donde tirar notícias, deixando-nos na contingência de rebuscar migalhas esparsas nos relatórios e cartas de espiões e negociantes italianos.

Foi em regimen de monopólio, com a pesquisa metódica e exploração mercantil da costa, conjugadas com a ocupação militar destinada a defender os primeiros povoadores da animosidade dos indígenas e da rapacidade de piratas, que se iniciou o desbravamento do Brasil; foi o penoso, lento e obscuro trabalho das feitorias, omitido nas crónicas e do qual só resta tenuíssimo rasto, que preparou o advento das capitanias e dos donatários, com a conseqüente colonização. O litoral do Brasil não tardou a ser perlustrado em quási tôda a sua extensão; póde dizer-se com afouteza que volvidos menos de cinco anos sôbre o feito de 1500 já êle era conhecido desde os Estados do Sul até ao Maranhão, senão ao Amazonas. Em abôno desta afirmativa não invocamos textos dos nossos historiadores, cujo mutismo a respeito dos primeiros tempos de Vera Cruz imita o sigilo oficial; nem nos servem os de estrangeiros, corrompidos com as abusões de Américo Vespúcio e de seus paladinos, para os quais o continente austral americano já em 1502 fôra por êle percorrido desde as costas de Venezuela até ao Rio da Prata. E' o *Esmeraldo de situ orbis*, escrito por Duarte Pacheco a partir de 1505 (6), que nos leva à conclusão, mais sóbria mas conforme à verdade; são os raros mapas contemporâneos subsistentes que a reforçam. Êstes documentos, venturosamente salvos, revelam-nos o rápido progresso das navegações portuguesas de então ao longo da América do Sul, e no-lo fazem adivinhar aí onde lhes era imposto silêncio. Efectivamente seu testemunho não é claro e decisivo a respeito dos limites meridional e setentrional da costa descoberta, mercê da ameaça sempre pendente do tratado de Tordesilhas. Êste diploma famoso, magistralmente negociado por D. João II, fixava o meridiano divisório dos hemisférios português e castelhano, e regulava soberanamente a navegação atlântica dos dois povos, que o respeitavam, ao menos na aparência. Duarte Pacheco, que foi um de seus signatários, não o menciona no *Esmeraldo* quando se refere à quarta parte do mundo, nem tampouco o vemos traçado nos mapas citados, mas em tôdas essas obras seu efeito se fêz sentir; a partir dos pontos em que a divisória intercepta a costa, cessa a nomenclatura. Cessa por vezes antes, pois a incerteza com que foi contractada a linha fatal, e sobretudo a carência de meios para apreciar longitudes com alguma segurança, forçavam os pilotos a não se aventurar perto dela; e quando mesmo o faziam, consignando nas cartas de marear os resultados de visitas clandestinas ou arriscadas, êles eram sonegados aos pergaminhos onde os cartógrafos iam buscar matéria para seus traçados. A esta conduta prudente temos de atribuír a ignorância total em que nos encontramos das explorações iniciais da região amazónica, que estamos convencidos foram portuguesas. Pelo seu lado, os castelhanos não se atreveram a contar seus feitos para cá das Guyanas, se os houve, e durante muitos anos nas cartas que fizeram ou inspiraram ligaram aquela região directamente ao cabo de S. Agostinho, omitindo a vasta zona intermédia. Ao sul do Brasil deu-se o mesmo facto; por longo tempo as cartas deixaram no olvido terras já vistas em viagens furtivas ou pelo menos perigosas de confessar.

OS MAPAS EXISTENTES DE ENTRE 1502 E 1509

É MUITO pobre o espólio das cartas geográficas feitas entre 1502 e 1509, nas quais está representado o Brasil. Contam-se pelos dedos as manuscritas juntamente com as estampadas em gravuras, sistema de divulgação nascido pouco antes, a-pesar do qual raríssimos exemplares das primeiras chegaram a nossos dias. Semelhante penúria não se coaduna com a suposta abundância de artistas de variada proveniência, que os autores dizem ocupados em debuxar e iluminar pergaminhos, animados com a curiosidade despertada no mundo culto e mercantil dentão pelas novas circulantes das regiões maravilhosas onde brotavam inesperadas fontes de riqueza. Há que procurar outra explicação àlém da única oferecida, que é a acção destruïdora dos séculos decorridos, e essa julgamos encontrá-la no cuidado dos monarcas portugueses, mais ainda que dos espanhois, em ocultar as façanhas náuticas de seus súbditos. Já que era impossível arredar estranhos das emprêsas marítimas, pois a deficiência de recursos os forçava a recorrer a mercadores italianos e alemães, ao menos não lhes era consentido divulgá-las pelo fácil veículo dos mapas. Supomos

(6) Servimo-nos correntemente da 2.ª edição de Epifânio Augusto Dias, em 1905.

portanto, contra a opinião de Harrisse, geralmente aceite (7), que poucos escaparam porque não muitos se fizeram nos primeiros anos do século XVI.

Em Lisboa florescia há mais de meio século uma escola oficial que provia de cartas de marear os pilotos da carreira da África, e mais tarde da Índia e Brasil, e desta oficina deviam ter saído planisférios e pomas; mas, a par de artífices titulados, mais alguns havia empenhados em devassar os mistérios geográficos que aqueles retinham. A avaliar pelas obras que sobrenadaram, tais artistas independentes, alçados a cartógrafos, limitavam-se à cópia material e à ornamentação com miniaturas; dêles bem podia dizer o nosso Pedro Nunes que só sabiam de *muyto ouro, muytas bãdeyras, alifantes e camelos e outras coisas iluminadas* (8). A produção da escola portuguesa está quási completamente perdida, mercê do tempo e da política de segrêdo zelosamente mantida pelos nossos reis. Foi ventura escapar um trabalho que oferece todos os visos de ter sido copiado de documentos oficiais por um hábil cartógrafo português; é o magnífico planisfério doado por Alberto Cantino a seu amo Hércules I, duque de Ferrara.

Dos primeiros tempos só conhecemos outro de procedência portuguesa, mas não inspirado directamente em modêlos oficiais; aliás, das demais cartas estrangeiras que datam dêste período, decisivo para a história dos descobrimentos, nenhuma foi decalcada sôbre protótipos oficiais portugueses, como o provam sua imperfeição nos contornos e os erros consideráveis em latitude, maiores do que é permitido esperar em era tam afastada.

Sem contar com o citado de Cantino, em quatro pergaminhos se cifra o pecúlio de mapas manuscritos que representam terras de Santa Cruz e geralmente se consideram do primeiro lustro do XVI° século. Na cabeça do diminuto rol pomos o que comumente se chama de Hamy, douto francês que iniciou seu estudo (9); pouco espaço lhe consagraremos, por trazer do Brasil apenas um contôrno despido de nomes. Segue-se-lhe o de Nicolau Canerio, tido como o mais perfeito dos quatro (10); em último lugar vêm os de Kunstmann II e III, assim designados porque com tais números de ordem foram publicados no Atlas dêste investigador alemão (11).

De todos damos reproduções fotográficas da parte brasileira. Só dois podem ser classificados de mapa mundi; dos Kunstmann o II acaba na Índia, e o III num meridiano pouco avante do rio do Infante, têrmo da exploração africana de Bartolomeu Dias em 1488. A execução é em todos bastante esmerada, especialmente no de Canerio, que ainda assim é inferior ao de Cantino; mas deixam muito a desejar quanto a contornos e latitudes. No Brasil, então, os erros acumulam-se de forma surpreendente, mais sensível nos de Canerio e Kunstmann II. Aliás os dois se imitam servilmente. Esta circunstância permite-nos afirmar com segurança que não foram directamente copiados — ou foram-no péssimamente — de modêlos oficiais, o que não admira, à vista da reserva de que os cercavam. Não se explica, com efeito, que em documentos desta natureza, por defeituosas que fôssem as cartas de marear donde provinham, haja erros na latitude de 12°, como traz o de Canerio no Rio de Cananéa; nem que a costa brasileira esteja traçada a partir do cotovêlo em contôrno quási rectilíneo na direcção norte-sul, como em Canerio, ou nornordeste-susudueste, como em Kunstmann II, estando vaga e monstruosamente esboçada a reentrância, a partir de Cabo Frio. O êrro de 4° na altura do pólo já não era de bons pilotos, e todos mediam rumos a menos de uma quarta (11° 15′). No de Kunstmann III o litoral está sofrívelmente desenhado entre os modernos cabos de S. Roque e de S. Tomé, mas entra a disparatar na altura de Cabo Frio e assim prossegue. Nos de Canerio e Kunstmann II é característica a ausência de denominação nas ilhas próximas da costa, e em todos falta a actual de Fernão de Loronha, que todavia já vém em Cantino. Uma miséria que certamente se não acusaria, quando a seus autores fôsse dado beber em fonte limpa, a exemplo do sucedido ao agente do duque de Ferrara. Estas obras, preciosas pela raridade, não passam de cópias de imperfeitas cartas em mãos de particulares.

(7) *The discovery of North America*, Paris, 1892, pág. 273.
(8) A pág. 15 do *Tratado em defensam da carta de marear*, no fac-simile de J. Bensaude.
(9) *Notice sur une mappemonde portugaise anonyme de 1502, récemment découverte à Londres*, par le dr. E. F. Hamy; Paris, 1887; com sua quási total reprodução. Gabriel Marcel deu a parte americana em *Reproduction de Cartes et de globes, relatifs à la découverte de l'Amérique, du XVIe au XVIIe siècles*, Paris, 1893.
(10) Publicado totalmente em fotografias por Stevenson, em *Marine world chart 1502 (circa) by Nicolo de Canerio Januensis*, New York, 1907. A parte americana póde ver-se na obra de G. Marcel, citada na nota anterior.
(11) Fr. Kunstmann, K. von Sprumer und G. Thomas, *Atlas zur Etdekungsgeschichte Amerikas*, München, 1859. Os dois mapas estão totalmente fotografados por Stevenson, *Maps illustrating early discoveries and exploration in America*, New Brunswick, 1911.

Nas quatro peças figura a eqüinocial, mas não os trópicos; as linhas eqüidistantes dela que ocasionalmente se vêem pertencem às rosas de ventos cuja distribuïção obedece a regras. No de Hamy, como veremos, parece haver duas eqüinociais.

Todos têm escala de distância e também, exceptuado o II de Kunstmann, escala de latitudes, marcada ao longo dum meridiano único. No mapa especificado não se vê meridiano algum. Contra o que admitem diversos autores, não se enxerga em nenhum a linha da demarcação, mais um indício de que seus autores não tiveram à vista modêlos oficiais, como sucedeu ao do planisfério ferrarense.

A IDADE E PROCEDÊNCIA DOS MAPAS MANUSCRITOS

SÓ UM dêles está assinado *Nicolau Canerio*, que se acusa genovês; dos demais desconhecem-se os autores. Dos dois Kunstmann, o II é italiano; o III atribui-se infundadamente ao maiorquino Salvat di Pilestrina, quando lhe demonstraremos genuína origem portuguesa. Em compensação o de Hamy, que geralmente se supõe português, veremos ser de inequívoca procedência italiana.

De nenhum dos mapas se sabe quando foi feito, nem se colhe de seu exame elementos para conjecturas mais que entre limites bastante espaçados. Os eruditos divergem e quási todos se enganam, embaraçados por falsas noções àcêrca das navegações de Vespúcio. É fácil, efectivamente, determinar o limite superior de idade dum trabalho desta natureza, quando insere terras cuja descoberta tem ano sabido e lhe não foram acrescentadas; mas não sucede outro tanto com o inferior, pois freqüentes vezes os artistas se inspiravam em modêlos incompletos ou atrazados. Tal mapa, *verbi gratia*, que ainda inscreve Madagascar sob a designação mourisca não é necessáriamente anterior a 1507, ano no qual em Portugal era designada por nome português: como sucede ao mapa-mundi de Ruysch, que é de 1508. Em várias cartas, de proveniência estrangeira e nacional, a ilha aparece obsoletamente como de S. Vicente, quando em 1507 já era chamada de S. Lourenço e um documento oficial de 1908 lhe confirma o nome (12); contudo erraria quem quisesse inferir da ausência dela que tais cartas são

(12) O descobrimento de Madagascar, sôbre que havia e ainda há algumas dúvidas, foi há poucos anos objecto de exame acurado por Hümmerich, num apêndice da sua excelente memória *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach den portugiesischen Indien 1505/6, München, 1918.* O ilustre historiador regeita de início a versão isolada de Gaspar Correia que atribui o achado a Diogo Dias em 1500, pela banda oriental da ilha; e podia acrescentar a seus argumentos o derivado do planisfério de Cantino, que apresentámos no cap. IX (pág. 236). Percorrendo depois os principais cronistas, que concordam em dar como descobridor em 1506 a Fernão Soares, igualmente pelo lado de fóra, Hümmerich encontra confirmação num manuscrito de Valentim Fernandes que existe na Biblioteca do Estado da Baviera e foi trasladado por Gabriel Pereira no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (1898-99). Na relação da viagem de Fernão Soares, feita por quem dela participou, não se indica denominação alguma a Madagascar, visitada durante todo o mês de Fevereiro. No mesmo ano de 1506, conforme Castanheda, tornou a avistá-la desta vez, pelo lado de dentro, João Gomes d'Abreu, capitão do navio *India* na armada de Tristão da Cunha, que ia dianteiro aos outros; dizendo mais o escritor que por êste capitão-mór, chegado tardiamente a Moçambique em Dezembro, foi a ilha chamada de S. Lourenço, pois fôra achada em 10 de Agosto, dia do santo. Barros e Góis repetem Castanheda, com a diferença porém de que imputam o feito a Rui Pereira Coutinho; e o segundo cronista hesita, quanto à paternidade do nome, entre êste capitão e Diogo Lopes de Sequeira que, encarregado em 1508 por D. Manuel de explorar a ilha, aportou a ela no mesmo dia 10 de Agosto.

Passando em revista os dados precedentes, Hümmerich observa desde logo que a dúvida de Góis não procede, pois no regimento de Diogo Lopes de Sequeira já vém como de S. Lourenço a ilha. Valendo-se em seguida das *Cartas* de Afonso d'Albuquerque e dos *Comentarios* redigidos por seu filho Brás, o crítico alemão salienta que o vice-rei terribil já lhe dava tal designação em 7 de Fevereiro de 1507, depois de lá ter estado; d'onde se infere que ela deve ser do ano anterior, e ter sido imposta ou confirmada por Tristão da Cunha. Sem dúvida, o achado foi de Rui Pereira Coutinho, e realisado antes dos fins de Outubro, pois então estava já em Moçambique de regresso da ilha. Tristão da Cunha tinha chegado a êste pôrto pouco antes, e não em Dezembro, como resam as crónicas.

Dos livros citados consta que também Álvaro Teles, por sua banda, caminha isoladamente e dobrou Madagascar por fóra; mas o facto só se soube mais tarde, quando o capitão-mór arribou a Melinde, não lhe podendo portanto ser imputado S. Lourenço.

É portanto admissível, conclui Hümmerich, que Coutinho tivesse avistado Madagascar em 10 de Agosto de 1506; mas como não é certo que o nome esteja ligado ao calendário, nada de positivo há sôbre a época do achado. A presença do capitão em tal dia, aliás, não nos parece provável. Os *Comentarios* dizem, de acôrdo com os cronistas, que a armada de Tristão da Cunha, ao saír de Bezeguiche, tentara inútilmente dobrar o Cabo de S. Agostinho, e Castanheda acrescenta que estiveram perto dêle no fim de Junho; depois retrocederam para a Guiné, onde se juntaram as náus tôdas, excepto a de Queimado, e gastaram muito tempo no trajecto. Segue-se que a náu de Coutinho só podia demandar novamente o cabo brasileiro, de conserva com as restantes, não muito antes dos fins de Julho, sendo inexplicável que aportasse a Madagascar em 10 de Agosto.

Como contribuïção, porventura inédita para a questão, acrescentaremos um facto que ainda mais a complica: é que parece ter sido S. Vicente o primeiro santo invocado no baptismo da ilha, e não S. Lourenço. O Atlas de portulanos Egerton, 2803, certamente posterior a 1509, inscreve em Madagascar *s. vincentii insula*.

Uma carta portuguesa, que o dr. Hamy atribui a um dos Reineis em 1517 e que é seguramente posterior a 1512, ainda traz a inscrição *ilha de sam vicête* (Denucé, *Les origines de la cartographie portugaise*, Gand, 1908). Isto mostra que S. Lourenço, embora oficialmente imposto, não obteve desde logo geral aceitação, persistindo a denominação mais antiga. S. Vicente não deve ser de Fernão Soares, pois êle percorreu a costa de Madagascar em Fevereiro, quando se não festeja o santo; mas póde ser de Coutinho, que comandava a náu S. Vicente, ao que refere Castanheda. A coexistência dos dois nomes está envolta em obscuridade.

anteriores a 1508. A ignorância em que estamos dos cartógrafos e da época de seus trabalhos supre-a, porém, com vantagem o conhecimento da idade dos protótipos a que se cingiram, e esta vamos ver que se consegue determinar com pequena hesitação.

Desde logo é patente que nenhum dêsses protótipos antecede 1502, pois todos os mapas, até o de Hamy no seu contôrno mudo, registam resultados da primeira expedição a Vera Cruz, que tornou a Portugal em 22 de Julho dêsse ano. Determinado assim directamente um limite superior comum, recorreremos a comparações para escolhermos o inferior.

Tirante o de Hamy que não dá nenhuma, a nomenclatura brasileira oferece diferenças nos restantes, mas invariàvelmente começa ao norte em *S. Roque* e termina ao sul em *Rio de Cananea*, estropiados nos de Canerio e Kunstmann II em *Rio de Cananor*. Idênticos pontos terminais se encontram no grande planisfério gravado por Waldseemüller em 1507, ao qual depois nos teremos de referir, que demais reproduz integralmente, vertidas em latim, tôdas as denominações de Canerio e só elas. Há portanto certeza de que ambos os cartógrafos se encostaram ao mesmo protótipo. Ora sabe-se que êste remonta quando muito a 1505 ou 1506, pois já então trabalhava o geógrafo alemão na sua bela peça; donde se segue que num dêstes anos deverá recaír nossa escolha, ao menos quanto aos de Canerio e Kunstmann II, cuja numenclatura coïncide com a de Waldseemüller.

Por outro lado, o *Esmeraldo de situ orbis* dá-nos uma indicação concordante. A tábua de ladezas antárticas do Brasil, inserta no capítulo 7.º, indica como extremos da costa brasileira *S. Roque e ilha de S. Amaro*, que está ao norte mas pouco distante do *Rio de Cananea*, sendo explicável que êste não seja o último lugar mencionado no *Esmeraldo*. Quando pois escrevia o cosmógrafo português já os seus conterrâneos tinham percorrido o extenso litoral apontado em Waldseemüller, Canerio e nos dois Kunstmann. Ora a tábua, mostra-lo-hemos adiante, foi composta no 2.º semestre de 1505. Seríamos pois tentados a escolher esta data para o limite procurado se infelizmente o *Esmeraldo* não fôsse bem mais parco de nomes do que aqueles mapas. Nêles lemos nomes intercalares de proveniência incerta, que podem pertencer a uma viagem empreendida em 1505 e finda no ano seguinte. Êste primeiro ensaio conduz-nos pois a fixar ao protótipo de Waldseemüller, Canerio e Kunstmann II uma data compreendida entre 1502 e 1506.

A incerteza reduz-se de 3 anos depois de examinadas atentamente as nomenclaturas. A maior parte dos autores que se têm ocupado da obra de Canerio, a partir de Gallois que a revelou aos estudiosos, tem-na como de 1502; Stevenson, no estudo com que acompanha uma boa reprodução [13] fotográfica dela, aceita ainda os princípios do ano imediato. Ora não é possível filiar todos os nomes de Canerio na única viagem expressamente feita até 1502 a Vera Cruz, como pretende Stevenson, dominado pela mania vespuciana que após Varnhagen se apoderou de tantos espíritos [14]. Os resultados da terceira navegação da *Lettera* estão aí patentes no planisfério de Cantino, que não traz senão dois nomes alheios a ela: *Porto Seguro*, de Cabral, e *Cabo de S. Jorge*, provàvelmente de João da Nova [15].

Êste facto constitui forte presunção de que os mapas cuja idade tentamos apurar são posteriores a 1502, pois são mais ricos de toponimia, espalhada em maior extenção da costa; todavia podia ter havido omissão de nomes em Cantino, já que os dêle foram acrescentados à última hora no planisfério, depois de o ter findo o cartógrafo. Sem dúvida, o comandante Fernão de Loronha impôs vários outros, e bem podia suceder que alguns transitassem para os nossos mapas, mas nem todos quantos aí se lêem pertencem ao número, como é fácil provar. Conforme narra Vespúcio, os expedicio-

[13] Lemos na obra citada a nota 10: *There appears some evidence, as in the coast-line of South America, that the former* (Cantino's) *is the older mapa, yet we are safe in saying that the difference in age is but slight.*

[14] Foi a seguir à viagem de 1501-02 que se publicou e traduziu em várias línguas o *Mundus Novus*, início da reputação de Vespúcio, a qual se póde enfileirar entre os desserviços da imprensa. Graças aos prélos, êste obscuro mercador, fátuo e invejoso da glória alheia, tam fértil de imaginação quanto de trapaças, péssimo astrónomo e nauta incompetente, foi arvorado pela credulidade universal em descobridor audaz e cosmógrafo insigne. Tudo isto porque foi impresso no estrangeiro, num tempo em que pouco se imprimia em Portugal e aliás se mantinha reserva sôbre os descobrimentos — se bem que não só por isso, pois cumpre acentuar que nas suas relações, adornadas com ouropeis de falsa sciência, só fala em si próprio, deixando à margem seus chefes e companheiros. Foi êle quem revelou à Europa todo o Novo Mundo desde a Flórida até ao Rio da Prata. Colombo, Hojeda, Pinzon, Cabral e os demais não contam para nada. Foi êle quem primeiro proclamou a continentalidade da América Austral, e opôs ao falso conceito colombino o da separação dos continentes asiático e americano — ensinando assim aos mesmos portugueses quanto êles lhe haviam ensinado. Isto apregoam seus panegiristas, por vezes mais papistas que o papa de Florença, e cegos aos erros e fantasias da nova Bíblia, que é a *Lettera*. Era tempo de expungir das investigações sérias esta perturbante obsessão vespuciana, mas infelismente o mais recente biógrafo do grande homem, o ilustre Vignaud, veio reacender as labaredas consacratórias com sua obra na qual, mau grado valiosos capítulos, não se consegue divisar o severo e consciencioso crítico de Colombo.

[15] Veja-se o cap. IX, a pág. 266 e seguintes.

nários de 1501 arribaram em 17 de Agosto, e depois de 25 dobraram um cabo que chamaram de S. Agostinho, facto que se deve ter dado em 28, dia do santo Padre da Igreja. As datas da *Lettera* não são de fiar e é contestável o nome neste ano, pois Canerio inscreve diversamente *Cabo de S.ta Croxe*, imposto talvez em Setembro; mas nos fins de Agosto não andariam muito longe os companheiros de Loronha. Vemos com efeito em Cantino que, continuando costa abaixo, pararam sucessivamente em *S. Miguel, Rio de S. Francisco* e *Baía de todos os Santos:* ora o calendário mostra que estes lugares foram avistados em 29 de Setembro, 4 de Outubro e 1 de Novembro. Isto posto, ¿como explicar em Canerio e Kunstmann II o *Rio de S. Agostinho* ao sul da Bahia de todos os Santos, se em 28 de Agosto de 1501 os expedicionários estavam muito ao norte dêste ponto, e em igual dia de 1502 já estavam na metrópole ou, consoante Vespúcio, só 10 dias afastados do regresso? ¿Como explicar o *Rio de S. Jerónimo*, cuja festa é em 30 de Setembro, entre o *Rio de S. Francisco* e *Baía de todos os Santos*, e análogamente o *Rio das (onze mil) Virgens* ao sul desta baía, já que as mártires se celebram a 21 de Outubro?

Àlém disto, que já seria bastante, temos de atender aos lugares terminais *S. Roque* e *Rio de Cananea*. O dia dedicado ao santo é 16 de Agosto, mas Vespúcio conta não ter visto terra antes do imediato. Aquele em que a Igreja comemora o encontro de Cristo com a mulher de Cananéa, cuja filha sarou, é o oitavo depois de quarta-feira de cinzas, e em 1502 foi a 17 de Fevereiro; ora Vespúcio diz ter abandonado definitivamente a costa em 15. Aqui ocorre a desculpa fácil de erros tipográficos na *Lettera;* o *Mundus Novus*, por exemplo, dá a arribada em 7 de Agosto. Mas esta data não joga com outras anteriores, e quanto ao têrmo da exploração costeira, que o florentino avança até 32º de latitude antárctica, no capítulo IX exposemos motivos de o deslocar para acima do trópico do Capricórnio (23º 30′ S).

Que os 32º são grandemente exagerados prova-o à evidência a situação das Ursas maior e menor, paralelamente apontada na *Lettera*, pois ela exige que a latitude última oscilasse entre 17º e 26º. Como a de Vespúcio não foi deduzida do conhecimento das declinações estelares, vedado à magra sciência do astrónomo improvisado, mas de observações de sol dos pilotos, segue-se que estas estariam inqüinadas dum êrro pelo menos de 6º, coisa de estranhar em marítimos portugueses versados nas alturas. Aqueles limites de latitude compreendem contudo a do *Rio de Cananea*, que a-pesar da identificação incerta se póde assentar entre 23º 30′ S e 24º S. Por êste lado, considerado isoladamente, é admissível que Vespúcio por lá passasse. Adiante mostraremos que êste rio não está nos mapas como têrmo dos descobrimentos efectuados, mas como têrmo dos consentidos pelo pacto de Tordesilhas, pois por lá se presumia passar o meridiano a poente do qual o território pertencia aos castelhanos, sendo vedado a portugueses explorá-lo. Se o florentino tivesse chegado tanto a sul, as cartas de marear, por mal que nelas estivessem assentes as singraduras, mostrariam que roçara pela divisória àlém da qual lhe não era permitido passar. Ora em 1502, depois desta terceira navegação de Vespúcio, ajustou Fernão de Loronha com D. Manuel o arrendamento das terras de Santa Cruz, no qual lhe era imposto o descobrimento de 300 léguas de costa nova em cada um dos três anos do contracto; e estas 900 léguas, inscritas num documento oficial, provam de sobejo que estava longe de ser atingida a linha de partição, e mais ainda que tal facto se não previa para breve, porque o litoral até então percorrido se não afastava sensívelmente para ocidente. Vespúcio não alcançou portanto o *Rio de Cananea*, nem *à fortiori* os apregoados 32º de altura do pólo austral.

Foi certamente por se aperceber da impossibilidade de ligar à viagem de 1501-1502 tôda a nomenclatura do mapa de Canerio que Rodolfo Schüller, outro vespuciano ardente, lhe adiantou a época para 1504-1505, supondo-a explicável com a quarta jornada do florentino, de 1503 a 1504 (16).

Se nos acreditarmos na *Lettera*, desta vez os viajantes não passaram do lugar onde construíram um fortim, cuja latitude Vespúcio põe em 18º austrais, exactamente a que em 1505 o *Esmeraldo* atribuíu a Pôrto Seguro; e daí se segue que os nomes ao sul do Cabo Frio não lhe podem pertencer, pois não passou dêste ponto nas suas duas viagens. Mas a relação é manca, porque omite quanto aconteceu a Gonçalo Coelho, comandante da expedição, que navegou independentemente de Vespúcio e sabemos ter regressado a Portugal. É muito provável que o pai do futuro donatário de Pernambuco descobrisse pelo menos as 300 léguas da costa nova previstas no contracto de arrendamento de Fernão de Loronha, por cuja conta ia carregar pau brasil; e daí novas denominações, algumas das quais se podem ler em Canerio. Veremos, todavia, quando examinarmos o mapa mais de perto, que a expedição de Gonçalo Coelho é insuficiente para explicar tôda a sua nomenclatura. Falecem-nos razões para duvidar de que

(16) Rodolfo Schüller, *A Nova Gazeta da Terra do Brasil*, Rio de Janeiro, 1914, nota 55.

Loronha mandasse ao Brasil nova flotilha em 1504 ou 1505, regressada antes de findo 1506; aceitaremos pois, por prudência, 1505-1506 como era da confecção do protótipo donde copiaram Canerio e o autor desconhecido de Kunstmann II.

Quanto ao de Kunstmann III, no qual o Brasil é provávelmente um acrescentamento, torna-se difícil marcar o limite inferior de idade da matriz; pois há nêle nomes transcritos no *Esmeraldo* e portanto anteriores ao 2.º semestre de 1505, que faltam em Canerio, ao mesmo tempo que outros se lêem, ausentes dêste mapa e daquele livro. À míngua de esclarecimentos decisivos, suporemos que é igualmente 1506 aquele limite; se bem que alguns indícios haja de que o trabalho português é posterior ao do genovês.

O de Hamy, que parece interpolado, tem pequena importância para o nosso estudo. O erudito de quem lhe adveio o nome fixou-lhe a data em 1502, mas com certeza é mais avançado, a avaliar pelo contôrno mudo do Brasil que vai desde as proximidades de S. Roque até às do Rio de Cananéa. Não póde ser anterior a 1504, e naturalmente desce até 1506, como o de Canerio.

OS MAPAS GRAVADOS

NÃO existem, crêmos nós, mais do que três mapas gravados anteriores a 1509, onde esteja representada a América do Sul. Nenhum está assinado ou datado, mas sabe-se por quem e quando foram feitos.

Em Abril de 1507 saíu dos prélos em S. Deodato, pequena vila da Lorêna, um livro, intitulado *Cosmographiæ Introductio*, pequeno tratado de geografia matemática ao qual se juntava a tradução latina das viagens de Vespúcio, designada por *Quatuor Navigationes* (17). A obra, editada pelo grupo de letrados que constituíam o chamado Ginásio dos Vosges, era quási na totalidade devida ao friburguês Martinho Waldseemüller, e aí propunha êste geómetra, também conhecido pelo nome grecisado de Ilacomilus, o de América para o novo continente austral que supunha descoberto por Américo Vespúcio, fiando-se no relato latino. Esta sugestão, rápidamente aceite pelos coevos, bem como as *Quatuor Navigationes* em que se estriba, deram notoriedade ao trabalho de Waldseemüller, ainda mais comentado do que raro.

Entre os seus subtítulos explicativos lê-se o seguinte:

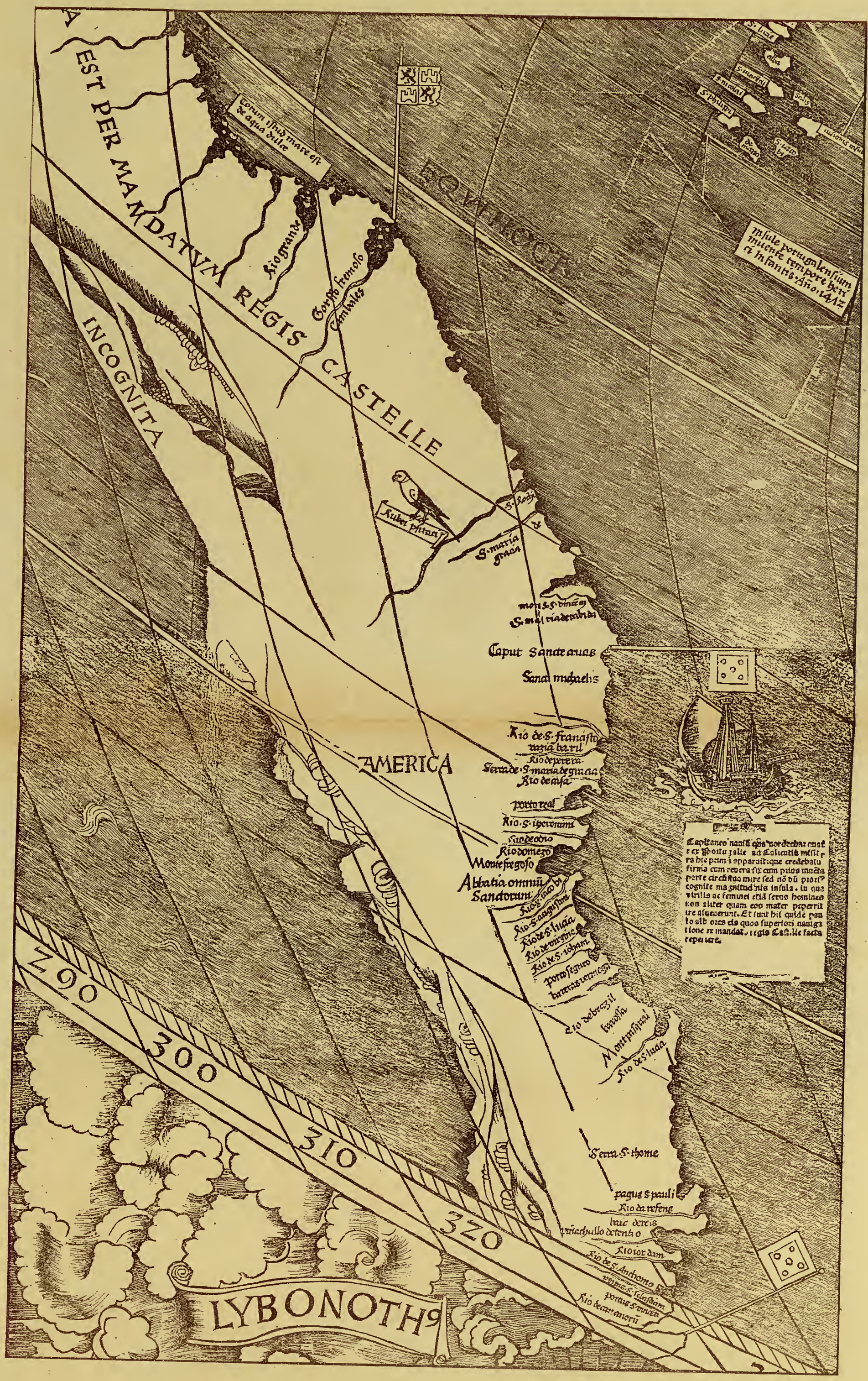
Universalis cosmographiæ descriptio tam in solido quam in plano eis etiam insertis quæ in Ptholomeo ignota a nuperis reperta sunt.

Descrição cosmográfica universal tanto em sólido como em plano estando incerto o que era desconhecido de Ptolomeu e foi descoberto recentemente.

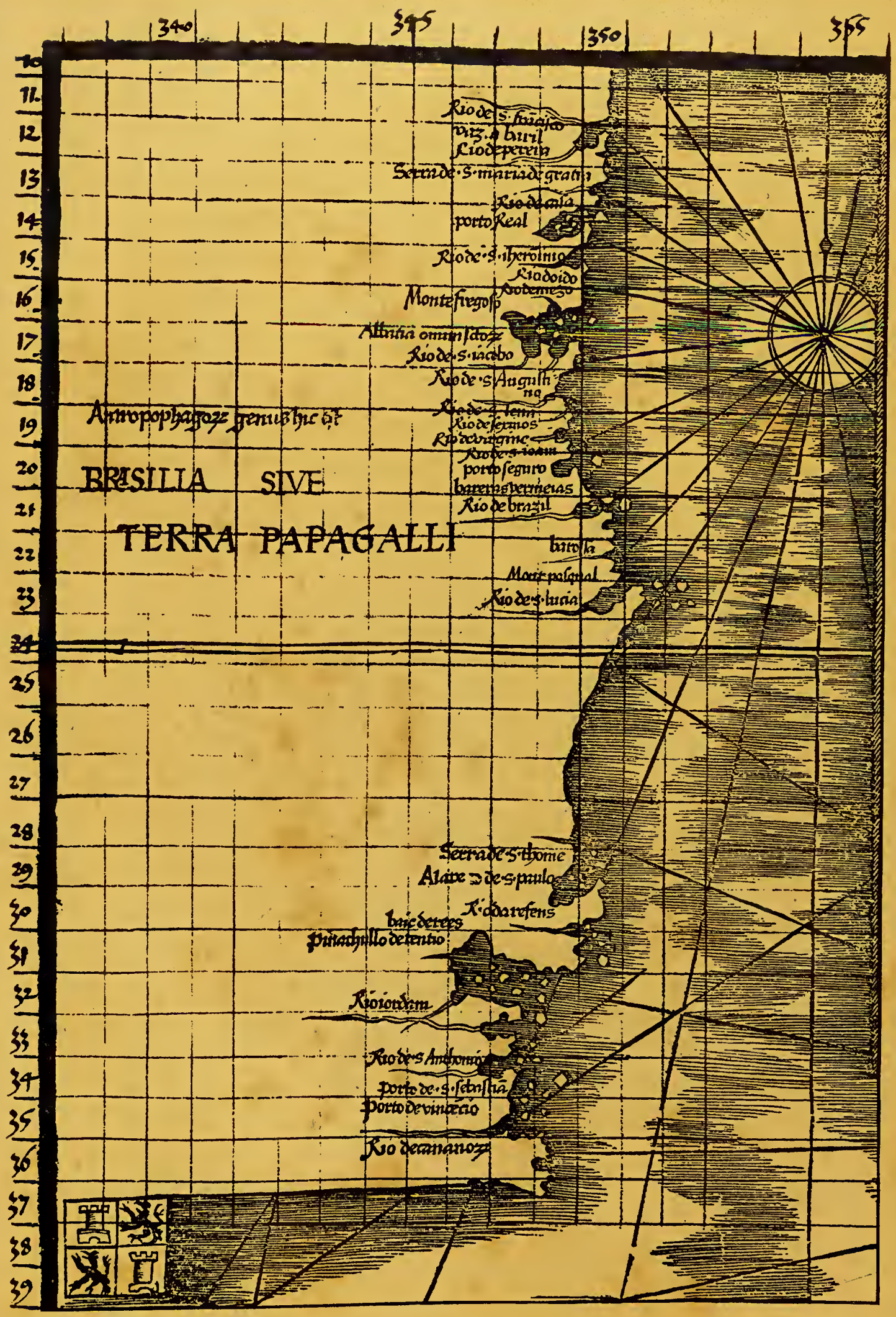
As duas cartas anunciadas, ou melhor a carta e o globo, faltam em todos os exemplares de que há notícia, e os autores até 1900 julgavam-nas perdidas. Nêsse ano, porém, o professor J. Fischer, pesquizando nos arquivos da casa principesca Waldburg-Wolfegg, topou fortuitamente com um códice adornado com o *ex-libris* do geógrafo Schöner, onde estavam dois grandes planisférios que reconheceu inéditos. Um dêles tinha a data de 1516 e indicação do autor Martinus Waldseemüller Ilacomilus: intitula-se *Carta marina navigatoria Portugallenses*. Era de facto uma carta de marear abrangendo dois terços do globo, entre uma faxa americana e o extrêmo oriental da Ásia, de que nos ocuparemos no nosso estudo. O outro não estava datado, nem se nomeava seu autor; trazia o título *Universalis Cosmographiæ descriptio secundum Ptholomæi haditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes.* O facto de ser a palavra América gravada nas terras austrais do novo mundo lembrou logo que fôsse de Waldseemüller; outros pormenores o confirmaram plenamente, e dados complementares extraídos de missivas contemporâneas permitiram fixar-lhe em 1507 a feitura, já iniciada em 1505 ou 1506. Estava pois achado o mapa *in plano* que se supunha perdido. Os professores J. Fischer e R. Wieser reproduziram ambos os mapas em fac-simile, aditando-lhes um estudo exaustivo cujos resultados se podem considerar subsistentes (18).

O planisfério é completo, graduado em longitudes e latitudes, e concebido segundo o sistema cónico de Ptolomeu, modificado e com meridianos curvos. O velho continente abrange 270º, contados a oriente do meridiano inicial que passa—coisa estranha—pela ilha de Pôrto Santo, cabendo os 90º

(17) Veja-se sôbre o assunto o cap. VIII dêste volume, a pág. 185 e seguintes.
(18) *Die Weltkarten Waldseemüllers (Ilacomilus)*, Innsbruck, 1903.



O BRASIL NO MAPA MUNDO DE WALDSEEMULLER (1507)



O BRASIL NA CARTA MARINA DE WALDSEEMULLER (1516)

sobrantes ao Novo Mundo e à vasta extensão do Pacífico. Ao alto está novamente figurado em escala reduzida o globo terrestre, por meio de dois hemisférios igualmente graduados, que reproduzem com alterações a grande projecção, sendo para notar a ausência do nome América; dos dois lados se ostentam os retratos imaginários de Ptolomeu e Américo Vespúcio. Há alguns indícios para acreditar que os dois achados de Fischer não eram trabalhos definitivos, mas apenas provas preliminares. Do de 1507 damos a fotografia na parte em que vem a imagem do Brasil.

Quanto à figura cartográfica, qualificada de *in solido* pelo autor, divergem as opiniões, crendo Fischer e Wieser que seja a série de fusos, adequados a uma poma esférica, a que os eruditos chamam de Hauslab, por terem sido encontrados na casa Hauslab—Hichtenstein. Alguns contudo se inclinam a confundir o *in plano* com o *in solido*, querendo que êste consista nos dois pequenos hemisférios gravados ao alto do planisfério de 1507. Não são convincentes as razões aduzidas por Vignaud ([19]), que aliás não conclui por elas. Parece-nos claro que o *in solido* deve corresponder a um vulto globular; ora os dois hemisférios não passam de representação plana suplementar, na qual Ptolomeu ladeia o Velho Mundo e Vespúcio o Novo, em que conduziu suas pretendidas descobertas.

Waldseemüller, àlém de perito no desenho, tinha cultura humanista e possuía a geometria e a astronomia de seu tempo; estava pois muito acima dos iluminadores de pergaminhos, adstritos à cópia material ornamentada. Podemos duvidar da sua grande competência de geógrafo, e de facto êle hesita entre os dados colhidos em Ptolomeu e os de orígem portuguesa e espanhola; mas cumpre observar que, se entre nós se tinham já substituído por noções experimentais as do geómetra alexandrino, até então universalmente venerado, no resto da Europa, onde mal despontava a nova claridade, estas conservavam ainda raízes vivazes.

É crença geral que Waldseemüller se cingiu ao mesmo protótipo donde copiou Canerio; Vignaud, sem traduzir aliás uma opinião pessoal e isolada, vai até afirmar a imitação servil, feita à vista do trabalho genovês ([20]). É possível que no mapa de 1507 tivessem sido reproduzidos contornos e nomenclatura; efectivamente a brasileira é integralmente a mesma, vertida parcialmente em latim, e quási idêntica a da América espanhola. A coïncidência, porém, não basta a concluír que a fonte fôsse o próprio mapa de Canerio; e com tal suposição brigam a África e o Oriente de Waldseemüller. Se a êste cartógrafo estivesse presente o mapa, certamente aproveitaria dêle não só a América, mas os traçados em que as descobertas dos portugueses tinham transtornado as concepções geográficas correntes; ora não acontece tal. No planisfério do friburguês ainda subsistem as ilusões de Ptolomeu sôbre a Índia transganjética e o *Sinus magnus*, já ausentes dos de Cantino e Canerio, neste ponto muito semelhantes; por outro lado, a toponimia africana diverge nos três, indicando fontes de informação diferentes. Se àlém disto notarmos que as latitudes brasileiras de Waldseemüller estão muito mais exageradas que as do seu colega genovês, a versão da cópia mostra-se infundada.

O segundo dos mapas gravados do grupo estudado, também sem data nem assinatura, foi descoberto há mais de 3 lustros por Henry Stevens num exemplar do Ptolomeu editado em 1513; e êste inglês atribuíu-o a Waldseemüller ([21]). É idêntico, ao que parece, ao *Orbis Typus Universalis*, inserto nesse livro e da autoria do geógrafo germânico, embora lhe falte a palavra América que aparece no de Stevens. Como já em 1505 ou 1506 êle se ocupava das cartas suplementares daquele Ptolomeu, e os peritos americanos e inglêses que examinaram o trabalho concordam em lhe marcar época anterior ao de 1507, foi escolhido o ano de 1506 como o da sua feitura. Não é segura a conclusão, com a qual não se conforma Fischer, e tampouco é a paternidade do mapa, que ainda não foi reproduzido, a-pesar de para muitos ser o mais antigo em que se estampa a palavra América.

O terceiro mapa gravado, publicado em Roma no Ptolomeu de 1508, sob o título *Universalior cognite orbis tabula ex recentibus confecta observationibus*, sabe-se que é devido ao neerlandês João Ruysch, e data-se comummente dêste ano. Traçado segundo a projecção cónica de Ptolomeu, é um planisfério graduado e completo em longitude, cujas latitudes sobem do eqüador ao pólo norte e vão daí até 38° austrais. O meridiano inicial passa por Pôrto Santo, como na obra de Waldseemüller, com a qual, a par de muitas analogias, se assinalam diferenças na maneira como é tratada a América. O continente austral, intitulado *Terra Sancte Crucis sive Mundus Novus*, está separado do boreal, onde se vê a Espanhola

([19]) *Américic Vespuce*, Paris, 1897, págs. 260 e seguintes.
([20]) Op. cit., págs. 258 e 259. Ao autor parece que de Canerio tirou Waldseemüller o seu meridiano inicial de Pôrto Santo, coisa que lá não existe.
([21]) Vignaud, op. cit., pág. 267.

(Haiti), tendo ao lado, não Cuba, mas uma terra correspondendo à Flórida, e interrompida por uma legenda alusiva aos navios do rei D. Fernando de Castela. A protuberância do nordeste da Ásia, separada das possessões castelhanas, avança bastante a poente dela e contém a Groenlândia e as terras de Côrte Real; e entre as duas está uma ilha designada Antília, acompanhada de uma legenda em que se recordam tradições ao tempo já velhas e revelhas. E' uma concepção infeliz, que teve contudo alguns adeptos.

Conquanto seja para nós de interêsse secundário damos a fotografia da sua parte americana (22).

II — SUMÁRIO DAS EXPEDIÇÕES QUE ESTIVERAM ENTRE 1502 E 1506 EM PORTOS BRASILEIROS

ARMADAS INDIANAS

A EXEMPLO do que fizemos no capítulo sôbre o planisfério de Cantino, vamos passar em revista sumária o pouco sabido das expedições que depois de 1503 e antes de 1507 visitaram o Brasil, ou casualmente o avistaram.

Escrevendo em 1501 aos reis de Castela dizia D. Manuel que a terra de Santa Cruz *nosso Senhor milagrosamente quys que se achasse porque he muy conviniente e necessaria a naveguaçam da Indya.* (23). Seria pois de esperar, e assim pensavamos com o comum dos autores, que quási tôdas as esquadras enviadas ao oriente fizessem escala por Vera Cruz, mas leituras subseqüentes convenceram-nos do contrário. Dos regimentos subsistentes dados a alguns capitães-móres conclui-se até que D. Manuel, embora deixando ao alvedrio dêles a arribada ao novo continente, a desaconselhava; assim aconteceu com Afonso de Albuquerque, D. Francisco d'Almeida e Fernão Soares. Ou o monarca mudou depois de parecer, ou suas palavras foram ditadas por pensamento oculto.

As armadas indianas, tanto que chegavam à altura do Cabo Verde ou do Arqüipélago dêsse nome, abandonavam a visinhança da África, prática iniciada por Vasco da Gama em 1497 que supõe ensaios anteriores. *Na travessa deste golfam de Cabo Verde por diante,* diz Duarte Pacheco, *se deve teer grande aviso e vigia de dia e de noyte, por que nelle ha muito grandes trovuadas que trazem consiguo maravilhosa força de vento* (24). Para evitar êste perigo, ao qual freqüentemente se juntavam longas calmarías, engolfavam-se os navegantes no oceano, partindo ora no rumo sul, ora num dos compreendidos entre sul e sudoeste. No segundo caso, davam uma volta que os aproximava do Brasil, donde revertiam para o cabo da Boa Esperança, e então corriam ao longo da parte do litoral americano que mais avança para leste, onde está o cabo de S. Agostinho (25); não se segue, porém, que avistassem a terra, e muito menos que a ella aportassem.

Sabemos que João da Nova, saído de Lisboa em 1501 antes do regresso de Cabral, passou realmente por lá; era a primeira armada depois que Gaspar de Lemos trouxera a notícia do descobrimento, e naturalmente teve cargo de a visitar, ainda que em ponto onde não estivera Cabral. Outro tanto não aconteceu com Vasco e Estevam da Gama em 1502, nem com Afonso e Francisco d'Albuquerque em 1503, nem com Francisco d'Almeida em 1505. A Lopo Soares, na sua rápida viagem de 1504, não sabemos ao certo o que sucedeu; Tristão da Cunha é que, na sua acidentada travessia atlântica de 1506, parece ter avistado o Brasil.

a) *Vasco e Estevam da Gama em 1502.* Se nos acreditarmos nos cronistas, o almirante desferrou em 10 de Fevereiro com 15 navios, cinco dos quais ao cargo de seu tio Vicente Sodré, e seu sobrinho Estevam seguiu com mais cinco em 1 de Abril. Castanheda, Barros e Góis são unânimes em atribuír vinte velas à expedição (26), e Hümmerich concorda no número; mas não o reputamos certo (27).

(22) Está inteiramente representado o mapa a pág. CXXIII do 1.º vol. desta obra. A nossa fotografia é tirada do *Fac-simile Atlas,* de Nordenskjold.

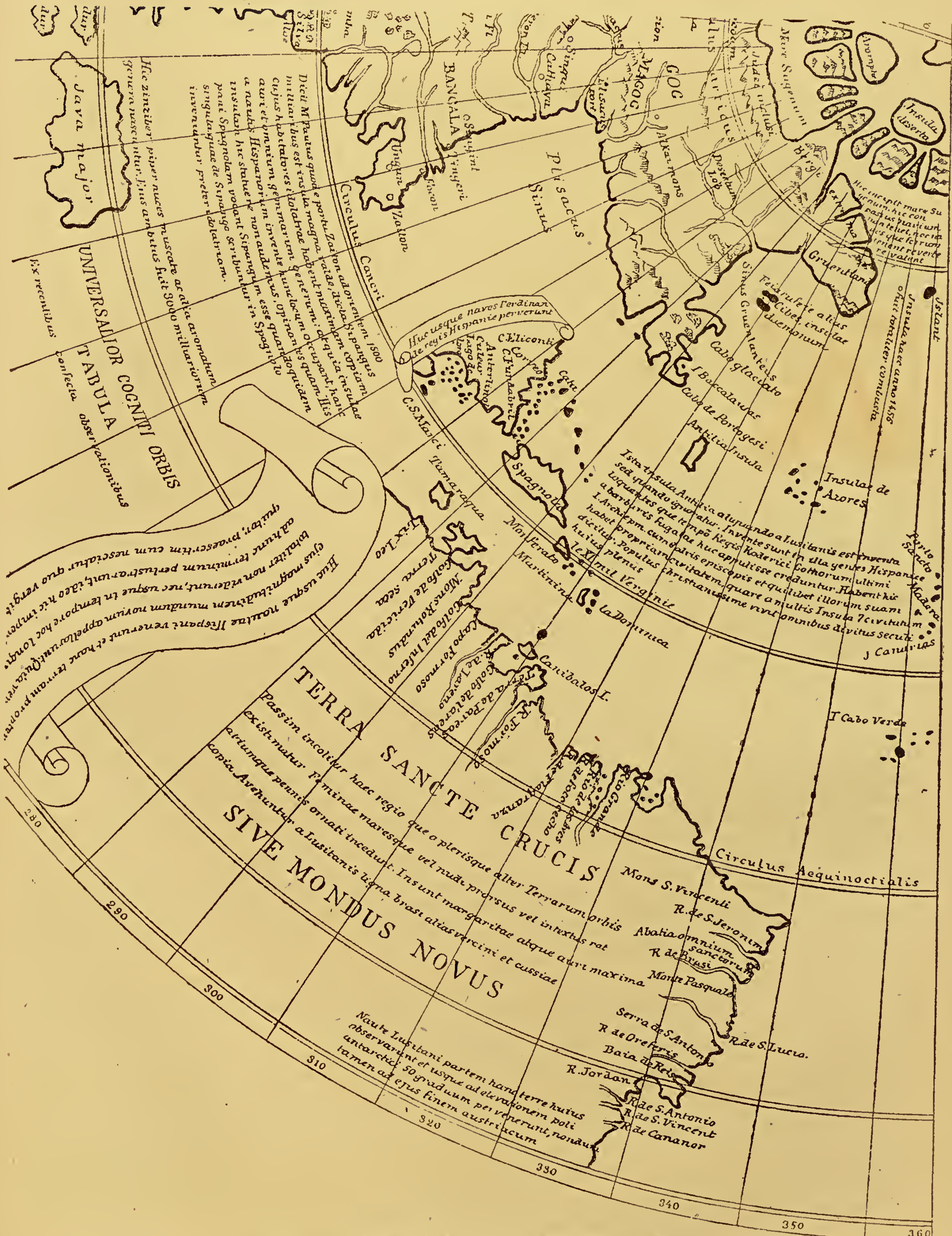
(23) A carta de D. Manuel acha-se reproduzida em fac-simile e em ortografia moderna, de págs. 155 a 167 dêste volume.

(24) *Esmeraldo de situ orbis,* pág. 158.

(25) Esta róta é a que recomenda aos navios de vela o *Hydrographic Ofice* de Washington.

(26) Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses,* Coímbra, 1551, livro I, cap. XLIII; Barros, *Ásia,* Déc. I, livro VI, cap. 2.º; Góis, *Chronica do felicissimo rei senhor D. Emanuel,* parte I, cap LXVIII.

(27) *Vasco da Gama und die Entdeckung des Ostwegs nach Ostindien,* München, 1898, pág. 72.



O Novo Mundo e a Terra de Santa Cruz no mapa de Ruysch, de 1508.

Na ida naufragou uma delas em Sofala, mas em Moçambique armou-se uma caravela que viera desmontada de Lisboa, e assim, quando na Índia se encontravam tôdas, deviam ser as mesmas vinte; ficou-nos todavia a relação resumida da viagem duma delas, recolhida pelo veneziano Marino Sanuto; a qual conta 22 em Calecut, sendo certo que lá não estava nenhuma proveniente de expedição anterior (28). A *Relazione* de Lunardo da Cá Masser menciona 21; a carta de 1505, publicada em Roma e falsamente imputada a D. Manuel, vai até 25, das quais 12 régias e 13 mercantes (29). Uma confusão lamentável, agravada com incerteza das náus que tornaram a salvo da extraordinàriamente lucrativa emprêsa. Quanto às datas da partida, os cronistas estão de acôrdo na de Vasco e divergem na de Estevam; Castanheda fixa-se em 5 de Maio, Góis em 1 de Abril, Barros dá a entender Março e 1 de Abril. A *Relazione* quere que os dois capitães tenham largado em Fevereiro e Abril; a carta de 1505 no dia 3 de Março. Nós aceitaremos a versão de Góis, à vista de dois depoïmentos adiante transcritos; contudo a 7 de Março partiu um navio, provàvelmente retardatário da esquadra de Vasco e depois de 15 de Abril outro, do qual nos havemos de ocupar.

O almirante, começando a travessia atlântica de Pôrto Dale, junto do Cabo Verde, desviou-se para o ocidente, afim de reverter para o cabo tormentório.

Dos antigos historiadores é Gaspar Correia o único a falar do desvio: *mas dando-lhe Nosso Senhor vento se sairão da Guiné e foram tomar a costa do Brasil, que já era descoberta, e correram até o cabo de Santo Agostinho, donde foram atravessando para o cabo da Boa Esperança* (30). Nem a redacção deixa perceber se foi entrevista Vera Cruz, nem seu autor é de confiar.

No caso, podemos invocar testemunho mais seguro; é uma relação da viagem, feita por um marítimo e impressa em flamengo aí por 1504, da qual consta com efeito que Vasco da Gama saíu da Guiné pelo sudoeste, mas não que pousassse sequer os olhos em terra brasileira (31). Varnhagen engana-se quando o dá como tendo aportado a ela (32).

Similarmente aconteceu com Estevam da Gama. Na sua esquadra ia um tal Mateo di Benigno por feitor de La Faitada ou Affaitadi, negociante cremonês estabelecido em Lisboa e espião veneziano. De uma carta datada de Moçambique para seu patrão extraímos o trecho seguinte (33):

Como sapeti partemo da costi il primo de aprille et de li a giorni 3 passamo sopra l'isola de la Madera, a vista dessa e navicando venemo a nostro camino. Non curamo de andare a Bixegia e venendo senza vista de terra alcuna se non de fronte al uscida de la Vera Cruce e discosto a cento lege desso a XVIII magio havemo vista de una ysola de la quale alcuno dela frotta sino a tal tempo haveva notitia alcuna et de noi a essa erano cerca a XII lege dove comenzassemo a voltegiare perche havevamo il vento contrario per recuperarla como in effecto haveriamo fatto sel non fosse che i navily de Ruymendes roppe un pezo del maystro et ci fo sforzato aspetarlo.

Como sabeis partimos dali no 1.º de Abril e daí a três dias passamos pela ilha da Madeira, à vista dela, e navegando seguimos nosso caminho. Não curámos de ir a Bezeguiche e fomos sem vista de terra alguma a não ser que defronte à saliência de Vera Cruz e afastada a cem léguas dela no dia 18 de Maio houvemos vista de uma ilha, da qual ninguém da fróta até agora tinha notícia alguma; e de nós à ilha eram cêrca de 12 léguas, onde começámos a bordejar porque tinhamos vento contrário para arribar, como de facto teríamos feito se não acontecesse que ao navio de Rui Mendes se partiu um pedaço do mastro e foi forçoso esperar por êle.

Comentando esta passagem, já conhecida em versão um pouco diferente (34), afirma Hümmerich que a ilha não póde ser senão a moderna da Trindade. Para o douto historiador, os navegantes seguramente tinham deixado a costa brasileira e seguido para o Cabo da Boa Esperança quando

(28) *Relatione d'un Galengo nativo de la Crugna ch'è stato in Colocut con le 22 nave e caravele del serenissimo re di Portogallo*, na col. 1044 do V tômo dos *Diarii di Marino Sanuto*.

(29) Na *Carta de el-rei de Portugal ao rei Catholico*, publicada por Prospero Peragallo nas *Memorias da comissão portuguesa* no *Centenario da descoberta da America*. A *Relazione* vem no apêndice.

(30) *Lendas da India*, 1858, pág. 271 do tômo I.

(31) É a narrativa conhecida por *Calcoen*, de que há uma tradução inglêsa de Ph. Berjeau, Londres, 1874, e uma alemã de H. Stier, Braunschweig, 1880.

(32) *Historia Geral do Brasil*, 1907, pág. 138. O autor é afirmativo quanto a Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, que não tocaram no Brasil, e dubitativo quanto a João da Nova, a quem sucedeu o contrário.

(33) Hümmerich, op. cit., pág. 193.

(34) Berchet. *Fonti per la scoperta del Nuovo Mondo*, tômo I, pág. 122, na *Raccolta Colombiana*. A carta é atribuída a Mateo de Bergamo e não di Benigno, como quere o informador posterior de Hümmerich; e o trecho é dado na forma seguinte: *Honorando maiore: Come sapeti partemo da costì a dì primo de aprile, et de lì a tre zorni passamo sopra l'isola de la Madera; et seguiendo a drectura sutavia il nostro camino passamo cento lige discosto de l'isola de Santa Croce; et a 18 de mazo havemo vista d'una isola, de la qual mai fin quest'ora se ha havuto notitia, et commenciamo a volteggiare XII lige cerca dessa, et per esser il vento contrario non la potessemo afferar, unde per non perder tempo seguimo nostro camino a la volta del capo de Bona Speranza cum molte boristate et bravi tempi.*

fizeram a descoberta, situada entre Pôrto Seguro e o Cabo; sua distância ao continente condiz perfeitamente com as 100 léguas do texto ([35]). Ora a lacónica descrição de Mateo não conduz necessáriamente a tal conclusão.

Em primeiro lugar, os navios não enxergaram o litoral ao longo do qual velejavàm; se alguma dúvida fica da rude redacção, ela desvanece-se em face do depoïmento de um companheiro da viagem de que a seguir nos valeremos. Depois, é preciso ter em conta que, quando sarpou Estevam da Gama, a Vera Cruz não era conhecida em Portugal apenas pelo trecho de Pôrto Seguro, mas em tôda a extensão que vai daí até ao extrêmo leste, onde há um cabo; e assim figura no planisfério de Cantino, ultimado em Outubro de 1502, no qual há uma rectificação do traçado, imputável a João da Nova. Estamos pois autorizados a procurar a ilha no correr desta costa e, visto que Mateo se refere à saliência de Vera Cruz, de preferência defronte daquele cabo. A noroeste dela jaz a ilha de Fernão de Loronha, à distância de 60 léguas, ao passo que a Trindade, situada 4º a sul de Pôrto Seguro, se afasta da costa não 100 léguas como quere a descrição, mas 200. Observaremos no entanto que a distância indicada não é digna de confiança, pois não resultou da estima dos pilotos, que não avistaram o Brasil, mas tam sòmente de medições em cartas de marear, onde êle estava defeituosamente traçado. À face do texto, tanto podemos escolher Fernão de Loronha como a Trindade, e ainda a ilhota de Martim Vaz, umas 9 léguas a leste. De nenhuma podiam os expedicionários ter notícia quando deixaram Lisboa.

Para confirmar sua asserção, recorre Hümmerich ao testemunho de Tomé Lopes, escrivão da náu de Rui Mendes de Brito, a qual foi com Estevam da Gama ao mando do florentino Giovanni Buonagrazia. No seu relato da viagem, vertido para italiano e inserto na colectânea de Ramusio, conta-nos o português que partiu em 1 de Abril e, depois de passar a Madeira e as Canárias, a 15 do mês houve vista do arqüipélago de Cabo Verde, seguindo-se-lhe o achado da ilha sem que lobrigassem mais outra terra ([36]).

A di 18 di Maggio vedemmo una isola per anchora non discoperta, terra alta & bella al nostro parere, piena di bosco & molto grãde, poco meno che l'isola della Madera, in luogo di molto buona aria, non fredda ne calda, per esser lungi dalla linea equinottiale & giace maestro & scilocco con l'isola di papagalli rossi. & dall'una all'altra sono 300 leghe & giace dall'isola di Buonavista 775 leghe & chi la volesse cercare, metta si dall'isola di Buonavista 30 leghe fra ponente & levante, & dipoi vadi a mezzo di, & dimàndila, & troveralla. & giace col Capo di Buona Speranza levante & ponente & piglia vista di maestro & scilocco & cosi andrà largo da detto capo 30 leghe. & da detta isola al capo di Buona Speranza sono leghe 850 di traversa. & non fummo a detta isola, perche il tempo fu contrario, ancor che trauagliassimo assai per afferarla. & de qui innanzi quanto piu ci appressauamo alla linea equinottiale, tanto maggior caldo havevamo: & tanto gran caldo, che non ci potevamo aiutare, cosi di di, como di notte. & quando noi fummo sotto la detta linea, resta il capo di Palma, chi è in la costa di Guinea & Creco & Levãte, & Ponente & Libeccio. & dell'isole di Capo Verde alla detta linea sono 300 leghe. & quanto piu ci discostavamo de detta linea trovamo l'aria piu temperata & fredda. & innanzi che si auicinassimo alla detta linea 200 leghe, poco piu ò meno, perdemmo di vista la tramontana.

No dia 18 de Maio vimos uma ilha até então não descoberta, terra alta e bela a nosso parecer, cheia de bosques e muito grande, pouco menos que a ilha da Madeira, em lugar de muito bons ares, nem fria nem quente, por estar longe da linha eqüinocial, e jaz a noroeste-sueste da ilha dos papagaios vermelhos. E duma à outra são 300 léguas, e dista da ilha da Boavista 775 léguas, e quem a quiser alcançar meta-se da ilha da Boa Vista 30 léguas por oeste-leste, e depois caminhe ao sul, e demandando-a a achará. E jaz a leste-oeste do Cabo da Boa Esperança, e tomando vista de noroeste-sueste, passará ao largo do dito cabo 30 léguas. E da dita ilha ao Cabo da Boa Esperança são 850 léguas de travessia. E não fomos à dita ilha, porque o tempo era contrário, embora trabalhassemos bastante para lá aferrar. E antes disso, quanto mais nos aproximavamos da linha eqüinocial, tanto mais calor tinhamos, e tam grande que não podiamos prestar auxílio, quer de dia, quer de noite. E quando nos achamos debaixo da dita ilha, deixámos (?) o cabo das Palmas, que está na costa da Guiné pelo nordeste e leste, e oeste e sudoeste. E das ilhas de Cabo Verde à dita ilha são 300 léguas. E à medida que nos afastavamos da dita linha achamos ares mais temperados e frios. E antes que nos avisinhassemos da dita linha 200 léguas, pouco mais ou menos, perdemos de vista a tramontana.

Esta narrativa é mais circunstanciada que a de Mateo; mas ambos os autores, ignorantes de náutica, só transmitiram informes doutrem, não sabemos se fielmente. O texto de Tomé Lopes deve estar alterado, conforme judiciosamente observa Hümmerich. O achado da ilha é descrito antes da passagem da eqüinocial, quando visívelmente foi posterior; o cabo das Palmas não está na linha, pois

([35]) Op. cit., pág. 193, nota 5.
([36]) *Delle Navigazione et viaggi*, Venetia, 1554, tômo I, fol. 145

se afasta dela 80 léguas setentrionais. Os números não inspiram confiança; por exemplo, a distância do eqüador a que se perdia de vista a estrêla polar é avaliada em 200 léguas, quando na realidade não passava de 75.

A ilha é referida à dos *papagaios vermelhos*, da qual se aparta 300 léguas. Ora pelo nome da terra dos papagaios designavam os marítimos de começo a Vera Cruz, e dêles nos aparece adornada sua imagem no mapa de Cantino. A Trindade está, com efeito, a noroeste-sueste do litoral brasileiro, aí pela Bahia; mas se a terra dos papagaios era a costa de Pôrto Seguro, a orientação é oesno-roeste-lessueste. A distância entre as duas não é de 300, mas apenas de 200. A referência ao continente é portanto defeituosa, mas tem a desculpá-la a imperfeita representação de Vera Cruz nas cartas de pilotagem.

Outro tanto não acontece à ilha da Boavista, no arqüipélago de Cabo Verde, de sobra conhecida dos portugueses. A escolha de Boavista como referência, e a da ilha de Maio feita mais tarde para um fim análogo, convencem-nos de que estas duas foram as avistadas quando passaram pelo arqüipélago; a róta de Boavista até à suposta Trindade deve ter sido pois realmente navegada. A diferença de longitudes entre elas orça por 6° 20′ para ocidente; seria pois necessário contar da primeira 114 léguas no mesmo sentido para topar com a segunda, seguindo sempre ao sul. Tomé Lopes no entanto manda marcar 30 léguas a oriente da Boavista, o que conduz a um meridiano afastado 8° da Trindade, ou sejam 145 léguas; e supondo que no texto houve troca, devendo contar-se as 30 léguas para oeste, o afastamento ainda assim excede 80. Entre as duas ilhas, rodeando Santiago por leste, há umas 700 e não 775 léguas. A segunda referência, que devia ser a mais exacta de tôdas, é muito errónea, se fôr feita à Trindade.

A posição relativa ao Cabo da Boa Esperança favorece mais a tese de Hümmerich. A róta directa entre os dois pontos orça por 830 léguas, aí onde o texto dá 850; no tocante à direcção êle é ininteligível, e a maneira que parece mais legítima de o rectificar consiste em substituír a palavra *vista* por *quarta*, e inverter o rumo. Segue-se então da ilha por leste quarta de sueste, E 11° 15′ S, e passa-se a 30 léguas do cabo; mas nestas condições, se fôr a Trindade, o verdadeiro rumo é E 28° S, com êrro de perto de duas quartas.

As indicações de Tomé Lopes estão com certeza deturpadas, como quer que localizemos a ilha, pois é impossível fazê-las concordar numa carta de marear onde a Boavista, Pôrto Seguro e o Cabo da Boa Esperança estejam marcados, quer com as latitudes sabidas ao tempo, quer com as verdadeiras que pouco diferem. Todavia não é de rejeitar a identificação de Hümmerich, pela única razão de que nenhuma outra ilha do Atlântico se ajusta melhor ao texto viciado que a Trindade, salvo se quiserem, o ilhéu vizinho de Martim Vaz. Efectivamente, postas de lado as de Tristão da Cunha por excessivamente meridionais e próximas do Cabo da Boa Esperança, e a de Fernão de Loronha, por muito chegadas ao eqüador e bem mais ocidental que a Trindade, restam a Ascensão e Santa Helena; mas o escrivão cita a primeira quando se ocupa da segunda, que foi descoberta no regresso desta expedição dos Gamas. Que a Ascensão é um achado de João da Nova em 1501 ou 1502, resulta dos cronistas e do planisfério de Cantino, já que ela não pertence a Vasco da Gama em 1497, nem a Cabral em 1500, nem a navegantes antecedentes. Efectivamente o roteiro da viagem do primeiro, a relação do *pilôto anónimo*, e o *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco não mencionam ilha alguma em alto mar entre o arqüipélago de Cabo Verde e o extrêmo meridional da África. Supomos que o fidalgo galego nomeou a Ascensão em 13 de Maio de 1501, quando ia para a Índia, e não em 5 de Maio de 1502, quando tornava para o reino, como expõem os cronistas; mas como quer que seja, visto que o regresso a Lisboa foi em Setembro de 1502, quando há meses vogavam os Gamas no Oriente, é estranho como já figurava a descoberta nas cartas de marear dos seus pilotos. A explicação da singularidade está talvez em que Tomé Lopes compôs em Lisboa esta parte da sua narrativa. Relativamente a Santa Helena, são concludentes as cinco referências, que traz a relação, às ilhas de Maio, S. Tomé e Ascensão, e aos Cabos da Palma e Boa Esperança; no entanto o escrivão não lhe dá denominação alguma, e Santa Helena não se justifica à face do calendário, pois o encontro foi a 30 de Julho de 1503. Os cronistas atribuem a descoberta a João da Nova em 1502, mas pensamos que se enganam, e a ausência da ilha no planisfério de Cantino o atesta.

Estevam da Gama pairou algum tempo à vista da suposta Trindade, tentando baldadamente desembarcar, mas não sabemos se lhe impôs denominação. O domingo da Santíssima Trindade foi a 22 de Maio, e a descoberta a 18. A proximidade das duas datas sugere logo que para o baptismo fôsse aproveitada a do abandôno da ilha, já que a 18 os calendários da época davam Felice, bispo

O BRASIL NO MAPA DE GASPAR VIEGAS (1534)

e mártir, santo alheio às devoções dos portugueses. Infelizmente para a sedutora hipótese, sucede que a ilha foi inicialmente designada Ascensão; e não podemos atribuí-lo a Estevam da Gama porque o dia dessa festa católica em 1503 caíu a 5 de Maio, 13 dias antes da descoberta. Que êste foi o nome primitivamente adoptado prova-o a lista de latitudes do *Esmeraldo de situ orbis*, composta antes de 1506, que traz a *ilha da Ascensam* em altura do pólo muito aproximada da da Trindade. Demonstra-o igualmente a carta de Kunstmann III, talvez anterior a 1507, onde figura uma ilha *ascensam* que é indiscutívelmente a da Trindade, tendo ao lado uns ilhéus anónimos que são os de Martim Vaz. Se olharmos em seguida para o mapa de Gaspar Viegas, de 1534, mais nos convencemos de que a ilha foi redescoberta e novamente baptizada, pois aí em vez de uma nos aparecem duas, estando apostas as inscrições *Ascensão* e *Trindade* (37). O cartógrafo, ignorando a identidade delas, reproduziu a primeira que conhecia dos mapas anteriores, e acrescentou-lhe a segunda, de achado bem mais recente.

O regresso a Portugal da armada conjunta dos Gamas é fixado por Castanheda e Góis em 1 de Setembro, e por Barros em Novembro; mas os cronistas erram todos, porque os navios chegaram em dias muito espaçados, nenhum dos quais por êles citados. Hümmerich, ocupando-se do assunto com seu habitual escrúpulo, assenta em que dois, mandados na vanguarda como mensageiros a el-rei, chegaram entre 19 e 30 de Agosto, outros dois nos fins de Novembro, e o grosso da armada com o almirante em 11 de Outubro (38). Estes dados, extraídos de cartas de negociantes estabelecidos em Portugal e Espanha, não estão isentos de crítica; pelo menos um dos navios aportou a Lisboa em 14 de Outubro (39).

Das 20 náus atribuídas pelos cronistas aos Gamas conservaram-se as 5 a cargo de Vicente Sodré na Índia, para o cruzeiro nas imediações do Mar Roxo; uma naufragou em Sofala, e a caravela armada em Moçambique ficou na costa oriental africana; de sorte que, a não se ter perdido alguma na viagem de regresso, deveriam chegar a salvamento 14. Assim pensa Hümmerich que aconteceu; no entanto Góis, de quem extraímos estas indicações, narra que só tornaram 13 ao reino com o almirante. A *Relazione* diz que voltaram 16 das 21 da expedição, faltando pois só as 5 de Sodré. A carta de D. Manuel em 1505 conta 10 das 25 náus que foram *(diece nave giuncte cariche partirno per Lixbona a xxviij de Decembre)* e acrescenta: *Na vinda esgarrou-se uma delas, que temos sabido de como se perdeu na costa da terra de S. Cruz.* Se êste pormenor, ausente das crónicas, fôr verídico, deveriam ter ficado vestígios do naufrágio, talvez alguns tripulantes sobreviventes mais tarde recolhidos.

A NÁU DE RUI MENDES, REGRESSADA EM 1504.

Tratando da expedição de 1503, capitaneada por Gonçalo Coelho, da qual, segundo Vespúcio que ia nela, só tornaram dois navios em 18 de Junho de 1504, diz Varnhagen na *Historia Geral do Brasil: E um mês depois, em 16 de Julho, aí entrava igualmente «vinda do Brasil» a náu de Rui Mendes. Não podemos supôr que fôsse esta outra desgarrada da mesma expedição; pois tal circunstância não deixaria de ser contemplada pelo dito Vespúcio na carta que em 4 de Setembro dirigiu ao seu compatriota Soderini, quando ainda nem umas notícias havia de Gonçalo Coelho, o qual o mesmo Vespúcio julgava perdido (segundo êle) «para castigo da sua muita soberba»* (40). Como muitas vezes infelizmente sucede, Varnhagen não cita a fonte onde foi beber o seu informe, mas com certeza ela não adianta mais nada; aliás o ilustre historiador não se esqueceria de nos dizer ao menos o primitivo destino da náu, da qual Rui Mendes era capitão ou armador. A crença em que não pertencia à expedição de Gonçalo Coelho não se justifica à face da crónica de Góis, onde se lê ter voltado o capitão-mór ao reino com dois navios, enquanto a *Lettera* assevera que, após 10 de Agosto de 1503, êle não navegara com os dois únicos escapados. Quem tem presente tantas mentiras averiguadas nos escritos imputados a Vespúcio, fàcilmente se persuade de que êle ocultasse a volta de um navio da fróta cuja exploração prosseguiu à sua revelia; é pois de considerar a hipótese da náu de Rui Mendes obedecer a Gonçalo Coelho, tanto mais que êste ia por conta de Fernão de Loronha, arrendatário do Brasil, sem cuja licença só clandestinamente se podia armar para essas paragens.

(37) Damos a fotografia da cópia colorida que existe na Sociedade de Geografia de Lisboa.
(38) Op. cit. pág. 81, nota 2.
(39) *Relatione d'un Galengo de la Crugna ch'è stato in Colocut con le 22 nave e caravelle del serenissimo re de Portogallo*, na col. 1044 V tômo dos *Diarii di Marino Sanuto.*
(40) Op. cit., pág. 135.

Mas se a embarcação provinha do Brasil, como acentua Varnhagen, não se segue que tal fôsse seu primitivo destino; podia ter ido à Índia, tornando de lá com escala por Vera Cruz. Na armada de Estevam da Gama ia, já o vimos, uma náu pertencente a Rui Mendes de Brito, camarista de D. Manuel, cujo escrivão era Tomé Lopes. Da narrativa dêste, bem como da de Mateo di Benigno, resulta que a náu não era veleira, e se perdeu da conserva, vindo a juntar-se-lhe sòmente em Angediva; àlém disto, sofreu várias avarias, das quais a mais importante ocorreu no regresso em Moçambique, tendo abalroado com a *Leonarda* que a deixou desmantelada. Depois dos concertos, seguiu viagem que parece ter sido normal até 30 de Julho em que descobriram Santa Helena; mas daqui em diante cessa a narrativa de Tomé Lopes na única fonte até hoje conhecida, que é a colectânea de Ramusio. Não temos mais indicação alguma sôbre o resto do percurso até Lisboa, quer desta náu, quer do resto da armada; e as fontes italianas consultadas por Hümmerich não especificam a de Rui Mendes como tendo chegado a salvo em 1503. Não repugna portanto admitir que, após Santa Helena, a náu fôsse forçada por temporais a desviar-se para oeste e a arribar ao Brasil; como ela já não ia em bom estado, aí ficaria por largo tempo para as reparações necessárias, regressando no ano imediato. Em Portugal cuidariam até então, que ela se perdera para os lados de Vera Cruz, o que explicaria a versão da carta de D. Manuel em 1505.

Esta segunda hipótese ainda sofre concorrência da terceira. Duma carta de Affaitadi, de 16 de Julho de 1504, transcrevemos o seguinte (41):

Heri a tardi arrivó una nave da India che é aquella parti sola de qui horra fa 26 mesi, et vano per 27 mesi, la qual nave viene del tuto cariche de quanto pó portare.....

Partiti da Cochin a la fine de dezembrio proximo passato, e li lassó Francesco d'Albucherche con 3 nave, cargando.....

Hontem à tarde chegou uma nave da Índia, aquela que partiu sòsinha daqui faz agora 26 meses, e vai em 27; a qual nave vem totalmente carregada de quanto pode trazer.....

Partida de Cochim no fim de dezembro proximo passado, aí deixou Francisco d'Albuquerque com 3 náus, carregando.....

Se a viagem tinha começado 26 a 27 meses antes de 15 de Julho de 1504, quando terminou, conclui-se que a náu partira entre 15 de Abril e igual dia de Maio de 1502, e da carta deduz-se até que na primeira quinzena de Abril. Foi e chegou desacompanhada, o que não julgamos ser um caso esporádico; naturalmente devia agregar-se à esquadra de Estevam da Gama, mas ficou para traz. Nem os cronistas, nem o florentino João d'Empoli, que nos deixou uma relação da sua viagem em 1503 com Afonso de Albuquerque na qual trata da estada na Índia de Francisco, fazem a menor referência a esta náu isolada que gastou mais de dois anos na sua missão de ir buscar especiarias. A data da chegada, que no texto de Affaitadi apenas antecede um dia o da citação de Varnhagen, sugere que as duas náus se reduzam a uma só, de Rui Mendes, não sendo obstáculo dizer o primeiro que vinha da Índia e o segundo do Brasil, pois esta podia ser escala de refrêsco ou forçada no regresso do Oriente. Se assim passou, devia Rui Mendes ser personagem muito abastada, pois armou para a Índia duas náus em 1502: uma que largou de Lisboa na esquadra de Estevam da Gama em 1 de Abril, como atestam a carta de Mateo di Benigno e a relação de Tomé Lopes; outra que saíu na segunda quinzena do mês, segundo a comunicação de Affaitadi. As duas são distintas, porque a primeira, em que ia Tomé Lopes por escrivão, em 30 de Julho de 1503 estava defronte de Santa Helena, no regresso a Portugal; e a segunda em Dezembro do mesmo ano estava em Cochim, a par de Francisco d'Albuquerque.

Como quer que seja, a merecer fé a fonte do informe de Varnhagen, o navio de Rui Mendes esteve no Brasil em 1504 e podia ter dado lugar a denominações conservadas nas cartas geográficas.

b) *Afonso e Francisco d'Albuquerque e António Saldanha em 1503.* O futuro e famoso 2.º vice-rei da Índia comandava 4 náus, uma das quais capitaneada pelo ilustre Duarte Pacheco, e largou de Lisboa em 6 de Abril; seguiram-no seu primo Francisco d'Albuquerque em 16 de Abril com outras 3, e depois António Saldanha com mais 3. Afonso d'Albuquerque dobrou o Cabo da Boa Esperança em 6 de Julho, aportando em 11 de Setembro a Cananor; Francisco, a-pesar-de saír atrás do primo, chegou antes dêle a Angediva, em Agosto; Saldanha teve uma viagem atribulada.

A data da partida de Afonso é a de todos os cronistas (42), que lhe dão só 3 velas, quando

(41) *Diarii di Marino Sanuto*, vol. V.

(42) Castanheda, op. cit., livro I, cap. LV; Barros, op. cit., Dec. I, liv. VII, cap. 2.º; Góis op. cit., parte I, cap. LXXVII.

sabemos diversamente que havia mais a de Catarina Dias, como se infere de uma carta abaixo transcrita de João de Empoli, aliás confirmada neste particular pelo testemunho de Affaitadi. Em carta de 7 de Abril de 1504 diz êste activo agente veneziano ([43]):

.... le prefate nave sono XI, soé X dil serenissimo re, e una di Catalin Dias, che dà li letti a li cortesani....

Os ditos navios são 11, isto é, 10 do serenissimo rei, e um de Catarina Dias, que fornece de camas os da côrte....

Esta mulher, protegida em palácio, não mereceu citação aos cronistas, que àlém disto se tornam a enganar, segundo parece, no número das náus régias. Êles contam uniformemente 9, ao passo que Affaitadi menciona 10.

Quanto à partida de Francisco d'Albuquerque os cronistas concordam em 14 de Abril, e Empoli, que foi com Afonso, também a fixa em 8 dias depois da sua; mas o depoïmento de Affaitadi merece mais crédito. Numa carta dêste negociante de 17 de Outubro de 1504 lemos o seguinte:

.... l'ultime nave partitono che fo lo dì di pascha, in però erano più avanti 150 lige de quella partirono prima.... .... Et trovasi che la nave partirono il dì di pascha de la resurrectione, èl giorno de penthecoste erano passato al Capo de Bona Speranza...

...as últimas náus saíram dia de Páscoa, mas levavam um avanço de 150 léguas sôbre as que tinham partido primeiro..... E as náus saídas no dia de Páscoa da Ressurreição, no dia de Pentecostes tinham dobrado o Cabo da Boa Esperança.

A Páscoa da Ressurreição em 1503 caíu no dia 16 de Abril.

A minuta do regimento de Afonso d'Albuquerque reza por êste teor, quanto à escala do Brasil:

E tomando aly na dita costa de bizigiche a dita augoa, ou nam a tomando, se pollos tempos vos não servirem tambem que tivesses necesidade dalguma mais augoa, que esperamos em nosso senhor que nam seja, entam quando asy fosse, se vos achasses pollo caminho que fizerdes tamto chegado à ilha da Cruz, poderes hir a ella e hy tomar augoa e lenha que vos cumprir, e dhi fazerdes vosso caminho em boa ora aimda que hirdes a dita ilha, ou não hirdes, leixamos a vos que acerqua disto façais o que mais nosso serviço vos parecer e segundo a necesidade em que da dita aguoa vos achardes, porque quando esta hy não ouvesse e fosseis abastados pera com a que levasseis vos poderdes por da banda dalem do cabo, averiamos por escussado tornardes a dita ilha de Cruz, por vos não deterdes nem fazerdes em vosso caminho demora alguma ([44]).

A linguagem é má, mas prolixamente clara: evitar Vera Cruz, excepto se a róta se aproximar dela e houver falta d'água. O capitão-mór seguiu do Cabo Verde até o Cabo da Boa Esperança sem tocar no Brasil, como se depreende de uma carta do florentino João d'Empoli, que ia na armada de Afonso por feitor do mercador seu patrício Bártolo Marchione, prósperamente estabelecido em Lisboa. Transcrevemos o princípio dela, segundo Berchet, tomada da Biblioteca Nacional Marciana de Veneza, mais correctamente do que a traz Ramusio na sua colectânea, onde geralmente a vão buscar ([45]):

La partita nostra fu de Lisbona alli 6 de aprile 1503 nella nave del chapitano maggione Alfonso d'Albucherche, chapitano di IIII nave di Portoghallo, di portate una di bocte 600 pro nome Santo Iacopo, et l'altra di portate di bocte 700 pro nome Sancto Spirito, et l'altra, di portate di bocte 300 pro nome Sancto Cristophoro; et quarta, di portate di bocte 200 di Catarina Dies, le quale, partitoci di conserva, cominciamo a fare nostra diritta navichatione a disttrura del Chapo Verde, et como avemo vista del decto chapo prese consiglio el chapitano maggiore cogli sua piloti che chammino havesimo a pigliare che fusse buone navichatione per guadagnare il chapo di Buona Speranza, perchi ordinariamente il decto cammino era dilungho alla costa di Ghinea pro nome propria, lo quale per essere costa et terra subdite alle corrente et monti schogli et basso mare, et oltre é coperta della linea equinotiale, done, per la forza dessa, el vento non pûo vigo-

Nossa partida foi de Lisboa a 6 de Abril de 1503 na náu do capitão-mór Afonso d'Albuquerque, comandante de 4 náus de Portugal, medindo uma 600 toneis por nome Santiago, outra medindo 700 toneis por nome Espirito Santo, outra medindo 300 toneis por nome S. Cristovam, e a quarta medindo 200 toneis por nome Catarina Dias, partidas as quais de conserva, começamos a fazer nossa navegação em direitura ao Cabo Verde, e como houvessemos vista dêste o capitão-mór tomou conselho com seus pilotos sôbre o caminho a seguir que fôsse boa navegação para alcançar o Cabo de Boa Esperança, porque ordináriamente o dito caminho era ao longo da costa da Guiné, assim chamada, a qual por ser costa e terra sujeita a correntes e a muitos escolhos e baixo mar, e àlém disso é coberta pela linha eqüinocial onde, por fôrça dela, o vento não é constante, para fugir da dita costa deliberamos de ir de volta no pé

(43) *Diarii di Marino Sanuto*, vol. V.
(44) *Cartas de Afonso d'Albuquerque*, vol. III, pág. 186.
(45) Berchet, op. cit., vol. II, pág. 180; Ramusio, op. cit., fol. 158 do vol. I.

rare, et per fuggire desta costa deliberamo d'andare alla volta al pié di leghe 750 in 800, perché navighando in la decta volta venissimo a essere tanto avanti levante et ponente com decto capo. et navichando nella decta volta al piè di 28 giorni, una sera havemo vista d'una terra la quale grà pegli altri era suta trovata, in prosumptione non già per cosa ferma, et chiamasi isola di Presumptione; intorno alla quale stemo tutta la nocte con molto tempo fortito et in qualche conditione di perderci, perchè il vento era travercia d'essa. et detta isola non è di nullo di minera per quanto potessimo comprendere. et d'essa partiti et navichando pure in decta volta, ci trovamo tanto avanti come la terra della Vera Crocie, è si nomata, altra volta deschoperta per Amerigo Vespucci, nelle qualle si fa buona somma di chassia et di verzino; altro di minera non habbiamo compresa. la gente dessa sono di buona forma, vanno nudi, si huomini come donne, senza niente coprire; isforachiansi insino alla cintura et ò adornano di penne baria di pappaghalli, et loro labra piene d'osse di pescie. le loro arme come dardi, la punta coperla di dicta osse di pescie. fede nessuma non tenghono, salvo epicurea. mangiano per comune loro victo charne humana, la quale sechone al fummo come noi la carne del porcho.

Partiti di decto luogo per nostra navighatione incontro a decto capo, fummo a diritura dell'isola di Sancto Thommé; perdemo la vista di questo nostro polo articho et subito ci acostamo al polo antarticho; et avanti potessimo guadagniare il decto capo, corremo onibile fortuna per pui volta, in arbor secho sanza palmo di vela, ora al ponente, ora al levante, perchè in decto luogo non curoitano altri venti che il clue; et con la gratia d'Iddio guadaguamo il decto capo, et fummo nella vista d'esse addi VI di luglio 1503.

de 750 a 800 léguas, para que navegando na dita volta chegassemos a estar tanto adiante como leste oeste do dito cabo. E navegando na dita volta uns 28 dias, numa tarde tivemos vista d'uma terra que já tinha sido achada por outros, por conjecturas e não já por coisa firme, e chama-se ilha de Presunção, perto da qual estivemos tôda a noite com muito mau tempo e em condições de nos perdermos, porque o vento era travessão. E na dita ilha não há metais por quanto pudemos avaliar. E partindo d'aí e navegando na dita volta, nos achamos tanto avante como à terra de Vera Cruz, assim chamada, em tempo descoberta por Amerigo Vespucci, da qual se traz boa soma de cana-fístula e de brasil; e não sabemos que haja metais. A sua gente é de boas formas; andam nús, tanto homens como mulheres, sem se cobrir; adornam-se na cintura com penas várias de papagaios, e furam os lábios enchendo-os de espinhas de peixes. Suas armas são como dardos, com as pontas cobertas das ditas espinhas de peixe. Não têm fé alguma, senão a epicúrea. Comem comummente carne humana, que secam ao fumo como nós a carne de porco.

Partindo dêsse lugar pela nossa navegação ao encontro do dito cabo, fomos em direitura à ilha de S. Tomé; perdemos a vista dêste nosso pólo árctico, e de repente alcançámos o pólo antárctico; e antes que pudessemos atingir o dito cabo, assaltaram-nos por diversas vezes horríveis temporais, correndo em árvore sêca sem palmo de vela, ora a poente, ora a nascente, porque no dito lugar não sopram senão estes dois ventos; e com a graça de Deus alcançámos o dito cabo, e estivemos à sua vista no dia 6 de Julho de 1503.

Semelhante travessia é inverosímil. Saíndo de Cabo Verde, qualquer que haja sido o rumo adoptado, engolfam-se no mar largo até alturas de Vera Cruz; por conseguinte cruzam a eqüinocial e alcançam uns tantos graus de latitude austral. Em seguida retrocedem sem motivo aparente, direitos a S. Tomé, que está cêrca de 1° de latitude boreal, e só então perdem o pólo árctico, começando a divisar o antárctico; S. Tomé e a ocultação da estrêla polar, já patente antes de se chegar, devem evidentemente preceder a navegação no oceano austral; mas mesmo assim não atinamos como é chamada ao caso a ilha do apóstolo das Índias. Ela está situada perto do eqüador e uns 24° a oriente do Cabo Verde; para a demandar partindo daí era necessário tomar justamente o caminho que o capitão-mór, segundo Empoli, teve empenho em evitar. Êste passo da narrativa não está certo e infunde desconfiança nos seus pormenores náuticos; assim ficamos, por exemplo, em dúvida se o encontro da *Presumptione* foi antes ou depois de passar pelas alturas atribuídas a Vera Cruz.

Vignaud pretende deduzir desta carta uma prova de que Vespúcio andou pelo Brasil, alegando que Empoli tocou em 1505 na terra de Santa Cruz e a reconheceu como descoberta pelo seu patrício (46). O ilustre americanista leu sem atenção o texto de Ramusio que cita, porquanto se só dêle dependesse a demonstração de que Vespúcio visitara plagas ocidentais, ela estaria ainda por acabar. De facto o autor não declara ter feito tal escala, como supõe Vignaud na esteira de Humboldt (47), aliás mencionaria a estadía ou o desembarque, a demora e outras particularidades; êle não se esquece da noite passada junto da ilha sem valor. A expressão *Partiti di decto luogo* não implica sequer que Empoli tivesse avistado, quanto mais reconhecido o novo continente; ela apenas afirma mais modestamente ter navegado pelas alturas de Vera Cruz, o que é exacto, pois atravessou da Guiné para o Cabo da Boa Esperança, como quer que fôsse o trajecto. Tudo quanto nos narra dos indígenas brasileiros, intercalado a propósito resultava da experiência d'outrem; são coisas colhidas de outiva, ao

(46) *Améric Vespuce*, Paris, 1917, págs. 78 e 142. O ilustre escritor descobriu na carta de Empoli que a esquadra obliqüou para evitar ventos desfavoráveis e piratas, mas nem uma nem outra coisa lá estão. ¡¡Afonso d'Albuquerque, comandando uma armada que ia combater na India, a fugir de piratas!!

(47) *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique dans les XV.e et XVI.e siècles;* Paris, 1831-39, tômo V, págs. 135-140. É singular que o minucioso e sagaz enciclopedista se enganasse, reconhecendo no texto sinais de ter Empoli tocado no Brasil.

contrário do que mais adiante traz a carta àcêrca dos indígenas africanos das visinhanças da aguada de S. Brás. Estas teve vagar de as adqüirir directamente no curto prazo da demora; aquelas aprendeu-as de alguém durante a viagem ou em Lisboa, quem sabe se do próprio Vespúcio, que talvez fôsse feitor de Marchione no Brasil, como Empoli o era na Índia. Da mesma jactanciosa personagem, e por certo não de portugueses, partiu talvez a falsa atribuïção da descoberta de Vera Cruz, onde êle estivera não como descobridor, mas como parceiro mercantil (48). Vignaud eqüivoca-se; a carta não atesta a autenticidade da viagem de Vespúcio, pois dêle podia provir a asserção. De passagem observemos que o texto vulgarizado de Ramusio, quando menciona Vera Cruz, acrescenta de sua lavra *over del Bresil, ou do Brasil;* e esta circunstância serviu, a nós como a outros, para julgar que êste nome era comum tam cedo como em Abril de 1503, quando Empoli deixou Lisboa, ou em 1504 quando lá tornou. A adição de Ramusio induziu em êrro. Não fôra ela, ninguém suporia tal, pois só em 22 de Julho de 1502 tinha vindo de Vera Cruz o primeiro carregamento de pau brasil. Mas a designação *Terra do Brasil* já era corrente em 1505, como o atesta a lista de latitudes do *Esmeraldo,* anteriormente citada.

Dizendo que a ilha fôra achada por conjectura, e não como cousa real, ¿quererá o florentino acentuar que fôra apenas vislumbrada a grande distância, sem elementos quaisquer de identificação? Não se sabe, nem tampouco se deduz com segurança do contexto se já existia o nome atribuído, ou se foi novamente imposto pelo capitão-mór; contudo parece que êle derivou da maneira porque inicialmente foi conhecida a ilha. Ramusio, se é que não consultou fonte diversa da de Berchet, tomou a liberdade de substituír *Assentione* a *Presumptione,* porque sabia de uma ilha portuguesa assim chamada no atlântico austral; mas é duvidosa a legitimidade da troca. A Ascensão, que teve sempre êste nome, foi descoberta em 1501 por João da Nova, o qual estava de retôrno em Portugal em 12 de Setembro do ano seguinte, meses antes da partida de Albuquerque, que devia estar sciente do facto. Não se conhecia por presunção; o planisfério de Cantino, ultimado em Outubro de 1502, trá-la em latitude quási exacta, e o escrivão Tomé Lopes, na sua relação de 1503, que faz parte da colectânea de Ramusio, a menciona como figurando nas cartas de marear. Empoli, informado pelos pilotos da esquadra, não podia portanto qualificar de conjectural esta Ascensão.

Caso a ilha encontrada fôsse a do fidalgo galego, o rumo adoptado por Albuquerque ao saír de Cabo Verde foi sul franco, pois os dois lugares têm longitudes pouco diferentes; o conselho dos pilotos coïncidiu portanto com o de Duarte Pacheco no *Esmeraldo de situ orbis* (49). A Ascensão, em 7° 55′ S, dista do Cabo Verde obra de 430 léguas antigas; como a narrativa diz que foram vencidas em 28 dias, segue-se que o andamento médio não atingiu 16 léguas diárias. Esta cifra diminuta só se explica por vento desfavorável ou calmarias; todavia Empoli não menciona contratempos, de que se não esquece quando ocorrem. Esta objecção, junta à anteriormente exposta, faz suspeitar do acêrto da alteração de Ramusio.

É possível estretanto conciliar-nos com a sua Ascensão, admitindo que Albuquerque deu êste nome a uma ilha diversa da de João da Nova. Êle podia, de facto, avistá-la no dia da Ascensão, que em 1503 caiu em 25 de Maio; bastava-lhe ter largado de Cabo Verde em 27 de Abril, o que era fácil a quem saíu de Lisboa a 6 do mesmo mês. Justificado o baptismo, resta escolher a ilha, que só póde ser a de Fernão de Loronha, a de Santa Helena ou a da Trindade.

A primeira fôra visitada em 1502 pelo rico armador cujo nome conserva, e ficou registada como *Quaresma* no planisfério de Cantino; a nova do achado circulava há meses quando Albuquerque saíu de Portugal. Ao envés do que pensava Empoli, Loronha julgou-a de tamanha valia que solicitou de D. Manuel, e obteve em Janeiro de 1504, carta de doação em seu favor e de seus descendentes. Suas distâncias aos Cabos Verde e da Boa Esperança, contadas a direito, são 450 e 1050 léguas; a primeira foi vencida em 28 dias, como diz Empoli, e a segunda em 42, pois a descoberta ter-se-hia realisado em 25 de Maio e as náus chegaram ao cabo em 6 de Julho. Segue-se que o andamento médio no primeiro percurso, sem contrariedades de maior, regulou por 16 léguas diárias, e no segundo, com borrascas e ventos travessões, por 25. Isto é inaceitável e bastaria de per si só para excluír a ilha de Fernão de Loronha.

Santa Helena foi avistada por Vasco da Gama em 1503, como atrás ficou exposto. Albuquerque

(48) O texto de Ramusio traz *altre volte discoperta per Amerigo Vespucci,* talvez porque já duas vezes estivera no Brasil em 1504, quando escreveu Empoli.

(49) No cap. 5.º do livro 4.º, a pág. 157. É de notar que êste capítulo foi escrito em data incerta, talvez alguns anos posterior a 1506.

não o podia saber, já que se cruzou no atlântico com o almirante; mas é possível que as conjecturas invocadas por Empoli se originem em João da Nova, que podia ter enxergado de longe a ilha sem se aproximar dela. Os nossos cronistas, para mais, atribuem-lhe a descoberta, mas cremos que sem razão; com efeito, o planisfério de Cantino, que insere descobertas dêste capitão-mór, não traz Santa Helena. Ela fica distante dos Cabos Verde e da Boa Esperança 620 e 530 léguas a direito, o que supõe nos dois trajectos andamentos pouco inferiores, respectivamente, a 23 e 13 léguas. Esta grande diferença contudo é explicável pelo péssimo tempo que os navegantes tiveram antes do cabo tormentoso. Por êste lado não é de rejeitar que Albuquerque tivesse estado em Santa Helena antes de Vasco da Gama, mas surge em contrário uma objecção de valor; é que Duarte Pacheco capitaneava uma náu da armada, assistiu a êste único achado importante da viagem, devia conhecer a latitude então determinada (pois ali se demoraram) e todavia não menciona a ilha no *Esmeraldo,* quer no texto, quer na tábua de latitudes.

Resta-nos considerar a terceira hipótese da ilha da Trindade. Sabemos que primitivamente foi chamada de Ascensão, argumento poderoso para a supor descoberta e nomeada por Albuquerque, ou ao menos redescoberta, se Estevam da Gama a avistou em 1502, como quere Hümmerich. Afastada dos Cabos Verde e da Boa Esperança 697 e 826 léguas em círculo máximo, correspondem às duas partes da róta os andamentos de cêrca de 24 e 20 léguas, o que é plausível. A *ilha de Ascemsam* é citada no *Esmeraldo* em latitude bastante aproximada da verdadeira, o que dá a presumir sua determinação por pilotos experimentados da carreira da Índia, enquanto que quási tôdas as latitudes brasileiras nesta obra andam bem mais longe da realidade. É pois admissível que a ilha de Empoli seja a Trindade, outr'ora Ascensão, talvez avistada anteriormente a grande distância por Estevam da Gama. A estada de Albuquerque teria sido então em 25 de Maio de 1503. Entretanto ainda resta explicar a frase de Empoli, que a supõe descoberta por presunção, pois não é fácil atinar com o capitão a quem se póde imputar o feito. Cabral não a viu; nem o roteiro do *pilôto anónimo,* nem o planisfério de Cantino a mencionam.

O segundo dêstes factos exclui não só João da Nova, cuja Ascensão nos aparece em latitude muito diversa e mais chegada à costa africana, mas também Fernão de Loronha, de cuja expedição Cantino assinala os resultados, havendo a acrescentar que Vespúcio, em qualquer das suas duas viagens ao Brasil, apenas indica a ilha de Fernão de Loronha. Das viagens dos Gamas ainda não havia novas quando Empoli deixou Lisboa; teremos então de aceitar que êle soube na Índia do encontro da ilha por Estevam da Gama, ou em Portugal, onde em 1504 foi escrita sua carta.

O mapa de Kunstmann III traz a *acçenssam* com três ilhéus próximos, privados de designação, que são os de Martim Vaz, pilôto ou capitão português de que não há outra notícia. É pois certo que a Ascensão foi visitada outra vez depois de 1503 e antes de 1507, visto como nem Benigno, nem Tomé Lopes, nem Empoli falam dêstes ilhéus, afastados da Trindade cêrca de 26 milhas inglêsas ou pouco mais de 8 léguas portuguesas antigas.

Isto no tocante a Afonso d'Albuquerque; quanto a Francisco, que partiu 10 dias depois do irmão, mas chegou à Índia perto dum mês antes, nada sabemos da sua travessia atlântica. É de presumir que não visse costa brasileira. António Saldanha parece ter-se perdido pelos lados d'África, por equivoco do seu pilôto-mór que o conduziu à ilha de S. Tomé, e só muito tarde conseguiu dobrar o Cabo da Boa Esperança.

Lopo Soares em 1504. Êste futuro vice-rei da Índia largou de Lisboa com 13 náus em 22 de Abril, e a 2 de Maio passou por Cabo Verde, segundo Castanheda (50); dobrou o cabo em Junho e a 25 do mês seguinte aferrou em Moçambique. A viagem no Atlântico foi pois excepcionalmente rápida, sendo de crer que, análogamente aos anteriores capitães-móres, não tocasse nem mesmo avistasse o continente americano. A esta expedição não podemos atribuír a descoberta da primitiva Ascensão, porque esta festa se celebrou em 1504 a 16 de Maio, e a 2 do mês ainda o capitão-mór estava na altura de Cabo Verde, não sendo admissível que em 14 dias percorresse as 700 léguas que separam os dois lugares. Duarte Pacheco tornou a Portugal com Lopo Soares, mas não foi dêle que soube da existência da ilha.

Francisco d'Almeida em 1505. O regimento do primeiro vice-rei da Índia previa, mas não aconselhava, a arribada ao Brasil, designada por *ilha da cruz* (51). Em 1509 saíu à luz uma relação

(50) Op. cit., livro 1.º, cap. LXXXIX.
(51) *Cartas de Afonso de Albuquerque,* vol. II, pág. 275.

alemã desta viagem, redigida por Baltazar Sprenger, que nela foi por feitor dos ricos negociantes Welser de Augsburgo; ora do texto resulta claramente que Francisco d'Almeida nem viu o continente americano, nem ilha alguma adjacente (52).

Tristão da Cunha em 1506. O descobridor das ilhas que lhe consagram o nome, aflorando longe das rótas usuais no solitário mar que esbraveja ao lado do Cabo da Boa Esperança, largou de Lisboa aos 6 de Abril com 16 navios.

Castanheda descreve a viagem no Atlântico, depois da aguada de Beseguiche: *seguio ho capitão-mór sua rota costeando a costa até se fazer na volta do Brasil para dobrar ho cabo de Santo Agostinho, e no fim de Junho ouve vista do rio de São Sebastião na mesma costa do Brasil a ré do cabo de santo Agostinho que nũca poude dobrar cõ tempo contrayro, e arribou à costa da Guiné õde ouve vista do cabo do monte.... Depois o capitão-mór tornou a sua navegação para o cabo de santo Agostinho e ho dobrou* (53).

Parece do texto que o rio já se chamava S. Sebastião quando Tristão da Cunha o avistou em Junho de 1506. A imposição do nome do santo, que se festeja a 20 de Janeiro, não é anterior a 1504. Efectivamente a primeira expedição directa ao Brasil em 1501, terceira de Vespúcio, partiu de Lisboa muito depois de Janeiro e neste mês do ano seguinte andava longe do Cabo de S. Agostinho; quanto à de 1503, quarta de Vespúcio, achava-se em Agosto à vista da ilha de Fernão de Loronha, que não dista muito dêste cabo. S. Sebastião só póde provir de 1504, se pertence ao regresso desta expedição, ou de 1505; ou ainda mesmo de 1506, porque entre 20 de Janeiro e 6 de Abril, quando partiu Tristão da Cunha, havia tempo para o regresso a Portugal do comandante a quem se deve a designação, e para se inscrever a denominação nas cartas de marear. Ela não figura em nenhum dos mapas antigos de que temos conhecimento.

EXPEDIÇÕES DIRECTAS

O CONTRACTO de arrendamento de Vera Cruz a Fernão de Loronha, celebrado em Agosto ou Setembro de 1502 com a coroa portuguesa, estipulava que em cada um dos três anos seguintes êle armasse 6 navios para explorar e descobrir a costa do Brasil. A primeira esquadrilha saíu em 10 de Junho de 1503, consoante Góis, sob o comando de Gonçalo Coelho, que tornou ao reino no ano seguinte depois de perder 4 das suas embarcações. Tem-se aventado que o mau êxito desta viagem determinou retraïmento nos interessados, cessando nos tempos mais chegados o comércio com o Brasil; mas a hipótese parece-nos infundada. O contracto terminava em 1505; havia pois ocasião de mandar pelo menos outra expedição. O mapa de Canerio, anterior ao fim de 1506, vem confirmá-lo, pois sua nomenclatura não é explicável com a única mencionada por Góis, e pelos outros autores, da qual vamos agora tratar.

Gonçalo Coelho em 1503. Àlém do pouquíssimo dito pelo cronista, conhece-se o relato de Vespúcio na quarta jornada da *Lettera*, que não conduz senão a falsidades e insignificâncias. O assunto já foi versado no capítulo X e por isso nos limitaremos a extraír da *Lettera* os dados geográficos que são, assim como os da anterior viagem, de uma pobreza franciscana. Vespúcio não traz nome algum novo de lugar, rio ou ilha do Brasil, pois do único citado, Bahia de Todos os Santos, confessa que pertence à sua terceira navegação. De coordenadas geográficas sòmente fornece as do último ponto da escala e a latitude da ilha actual de Fernão de Loronha. Quanto a distâncias indica com seus rumos as desta ilha à Serra Leôa e à Bahia de Todos os Santos, e sem rumo a dêste pôrto à escala final; da róta de regresso só dá a direcção e não a extensão. De verdadeiramente útil para nós há apenas a data da chegada a plagas brasileiras, e do naufrágio subseqüente da capitânia. A semelhante penúria vem juntar-se uma cronologia errada; feitas as contas, à vista dos textos da *Lettera* e das *Quatuor navigationes*, há pelo menos 21 dias de sobejo.

a) A parte que nos interessa da viagem começa na travessia da serra Leôa até uma ilha situada em 3° austrais, cujo afastamento é orçado em 300 léguas com um rumo inicial, que ambos os textos dizem sudoeste, conquanto logo a seguir o definam como susudoeste.

Numa carta de marear quadrada, esta distância tomada pelo sudoeste corresponde a 274

(52) Hümmerich, *Quellen und Untersuchungen zur Fahit der ersten Deutschen nach den portugiesischen Indien*, 1505-1506; München, 1918.

(53) Op. cit., liv. II, cap. XXXI, edição de 1552.

léguas na direcção norte sul, ou sejam mais de 15°,5 de diferença de latitudes entre os extremos, segundo o cômputo português de então. A Serra Leôa estaria por conseguinte a 12° 30′ N, sabendo nós que o *Regimento do estrolabio e do quadrante* lhe dá a latitude quási perfeita de 8° N. Se tomarmos porém a distância pelo susudoeste, a diferença de latitudes em pouco excede 12°, feito o cálculo a 17,5 léguas o grau, e é quási 11°, se lhe dérmos as 18,77 que realmente tem; a concordância é satisfatória no segundo caso, e no primeiro as latitudes já não jogam. A ilha é a actual de Fernão de Loronha, em 3° 50′ S, que inicialmente se chamou Quaresma, tendo sido avistada na expedição de 1501-1502, conforme o testemunho do mapa de Cantino; ora como Vespúcio foi dela comparte, assistiu à descoberta e devia contá-la na sua terceira jornada, mas é na quarta que nos surge a novidade.

Gonçalo Coelho naufragou aqui, segundo a *Lettera*, em 10 de Agosto de 1503, dia de S. Lourenço, donde o nome imposto à ilha em substituïção de Quaresma. O *Esmeraldo de situ orbis* traz na sua tábua de latitudes brasileiras, composta em 1505, a ilha de S. Lourenço, à qual atribui a coordenada quási exacta de 4° S; e tal devia ser o número adoptado pelos pilotos em 1504, quando foi redigida a *Lettera*.

É escusado acrescentar que, se a latitude dada à ilha por Vespúcio é imperfeita, mais o são sua distância à Serra Leôa e rumo dela; o trajecto mais curto entre os dois lugares regula por 420 léguas, e seu rumo inicial S 57° 49′ O.

b) Vespúcio separou-se do capitão-mór, ficando com outro navio na ilha, da qual saíram em 20 para a Bahia de Todos os Santos. Aí chegaram a 5 de Setembro, pois navegaram 17 dias, percorrendo 300 léguas.

Esta cifra é inexacta, porque a distância anda por 220. Vencida no praso indicado, supõe 13 léguas por dia, andamento demasiado baixo, já que Vespúcio anuncia ter tido tempo muito favorável; é portanto provável que êle omitisse alguma escala.

c) Depois duma demora na Bahia de 2 meses e 4 dias, que é excessiva e não se explica satisfatóriamente, seguiram os expedicionários em 4 de Novembro, andando 260 léguas até um pôrto onde construíram um fortim, e se demoraram 5 meses. A latitude austral dêste pôrto era de 18°, a longitude de 37° oeste de Lisboa (35° nas *Quatuor Navigationes)*. Deixaram aí 24 homens, e tornaram para Lisboa que alcançaram a 18 de Junho de 1504, ao cabo de 77 dias de viagem.

As coordenadas estão ambas erradas, e a segunda não merece confiança alguma. Efectivamente, 37° O de Lisboa transportam-nos quer ao limite oriental do Estado do Pará, por 1° S de latitude, quer a Santos, no Estado de S. Paulo; o ponto da costa brasileira situado a 18° S está a pouco mais de 30° O da capital portuguesa. Quanto à latitude, supomos estar no texto pela do Pôrto Seguro; pois embora os pilotos de Cabral a determinassem em 17° (com excesso sòmente de uns 40′), outros posteriores a elevaram a 18°. Êste é o número da tábua do *Esmeraldo*, e se tal o aceitaram em 1505 os pilotos, também o faria Vespúcio em 1504. Por outro lado, a distância de 260 léguas em róta directa da Bahia conduzia os nautas a bem mais longe que Pôrto Seguro, afastado apenas de 60; aquele valor trá-los-hia ao Estado de S. Paulo. Ou está errada a distância, ou a latitude, e mais plausívelmente a primeira.

Varnhagen, inclinando-se à segunda solução, afirma que os expedicionários estabeleceram uma feitoria em Cabo Frio, e julga sua opinião plenamente confirmada com o *Isolario* de Alonso de Santa Cruz; êste geógrafo diz, com efeito, que Américo Vespúcio construíra um forte naquele cabo (54), acrescentando pormenores tirados da *Lettera*. A informação não foi talvez colhida do próprio florentino e, quando o tivesse sido, não era necessáriamente exacta; mas dá-se a circunstância da latitude de Cabo Frio em 1505 ser arbitrada em 25° S, pois assim a traz a tábua do *Esmeraldo*, não sendo fácil explicar a troca de 25 por 18. Se notarmos que a *Lettera* omite a particularidade importante de estar a feitoria à beira dum cabo, precisamente o mais notável do litoral brasileiro entre o eqüador e o

(54) Varnhagen, *Sull'importanza d'un manoscritto inedito della Biblioteca imperiale di Vienna per verificarsi quale fu la prima isola scoperta del Colombo, e anche altri punti della storia della America;* Viena, 1869. Do manuscrito faz parte o *Prologo sobre el Islario general de todas las vslas del mundo, endereçado a la S. C. C. mag.de del Emperador y Rei ñro señor, por Alonso de Sancta Cruz su Cosmografo maior*, e nêle se lê esta passagem referente a Cabo Frio: *Junto a esta baya fué donde Amérigo Bespucho piloto maior de Castella en el ultimo viage que hizo fundó una casa, donde dexó veinte y quatro cristianos com sus armas y tiros de artilleria, proveidos por seis meses de todas las cosas necessarias, a los quales despues mataron los yndios por los muchos desordenes y parcialidades.* Tudo isto, menos o último pormenor, é extraído da *Letera*, donde se conclúi que Vespúcio estava informado em Espanha do sucedido à feitoria fundada em 1504. Varnhagen nota que se os índios a destruíram depois disso, matando os portugueses, já estava reconstruída em 1511, porque a náu Bretôa, partindo então de Portugal, se dirigiu para Cabo Frio.

trópico inferior, temos o bastante para contestar Varnhagen e assentar em que o fortim foi construído nas vizinhanças do Pôrto Seguro de Cabral, onde aliás havia matas de pau brasil, do qual fizeram provisão os expedicionários.

O regresso, que foi a 18 de Junho de 1504, tendo durado 77 dias, deduz-se que partiram para Portugal em 3 de Abril; e como a estadía na última escala se prolongou por 5 meses, deviam ter aí chegado em 3 de Novembro. Por outro lado, os navios saíram da Bahia em 9 dêste mês, feitos os cálculos com os dados anteriores da *Lettera;* demais, ainda gastaram uns 15 dias no trajecto subseqüente de 260 léguas, pois 17 durou o precedente de 300 com muito bom tempo, concluíndo-se que aportaram à última escala em 24 de Novembro. Sobram, pois, cêrca de 21 dias; a cronologia está viciada. Até aqui Vespúcio e os dois únicos navios que êle supunha sobreexistentes e privados de seu comandante. Ora, segundo Góis, Gonçalo Coelho tornou ao reino com dois navios, o que contradiz o florentino; sabe-se até que fêz outras viagens ao Brasil ([55]). Se a *Lettera* merecesse créditos, como ela está datada de 4 de Setembro de 1504, segue-se que até então não se sabia do paradeiro do capitão-mór, cuja viagem teria assim durado pelo menos uns 16 meses. Que parte de Vera Cruz visitou e até onde foi na sua exploração, são problemas que prudentemente deixamos em aberto. Encarregado de descobrir 300 léguas de costa nova, é de presumir que as procurasse de preferência ao sul do cotovêlo brasileiro, pois ao norte a costa inflecte bastante a ocidente, arriscando-se a passar em breve a linha de partição. Varnhagen admite a estada de Gonçalo Coelho no Rio de Janeiro, e uma exploração litorânea até à baía de S. Matias, mas funda-se principalmente numa denominação inscrita em mapas contemporâneos a que dá uma interpretação errada. À míngua de dados, aceitaremos como possível que êle corresse tôda a parte assinalada nos mapas, desde *S. Roque* até o *Rio de Cananea.*

Expedições entre 1504 e 1506. A pormos fé em Rondinelli, as expedições de Loronha eram anuais; portanto deveria haver segunda em 1504 e terceira em 1505, a partir do qual cessava a vigência do contracto. O mau êxito da primeira obstaria a que a segunda se organisasse, mas não cremos que evitasse a última. O mapa de Canerio é copiado de um protótipo cuja confecção não é posterior a 1506, e sua nomenclatura veremos que não é explicável tam sòmente pela viagem de 1503; é necessário admitir pelo menos mais uma, àcêrca da qual, ou das quais, nos falece qualquer outra indicação.

III—A TÁBUA DE LADEZAS DO *ESMERALDO*

A ANÁLISE dos mapas carece de ser precedida pela dum texto geográfico de alto interêsse, que ficou ignorado de quantos até aqui dêles se têm ocupado. É a tábua de ladezas ou latitudes que no *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco se segue às da Europa, África e Índia, e é exclusiva de lugares sitos na costa do Brasil.

O precioso manuscrito, de que existem dois apógrafos não coevos, deve ter sido começado, por indicação de D. Manuel, depois de Junho de 1505, quando com Lopo Soares de Albergaria tornou a Portugal o ínclito herói de Cochim, que partira para a Índia em 6 de Abril de 1503 por capitão de uma náu na armada de Afonso de Albuquerque. Efectivamente, logo no 2.º capítulo do livro I diz o autor que a maior ladeza austral do novo continente é de 28º 30′, e mais adiante a tábua a atribui à ilha de S. Amaro; ora nós já vimos que o conhecimento em Portugal desta ilha, bastante ao sul de Cabo Frio, não antecede 1504, e Pacheco só podia saber dela após seu regresso da Índia. Por outro lado, de várias referências a acontecimentos históricos se depreende que até ao 16.º capítulo do livro I a obra foi redigida antes do fim de 1505, sendo do 19.º capítulo em diante posterior a 1506. A extensa tábua geral de ladezas com 210 nomes, dos quais 18 do Brasil, constitui de per si só o capítulo 7.º; é de crer portanto que estivesse composta em 1505.

Esta inferência, contudo, sofre a objecção de que lhe teriam sido feitos aditamentos ulteriores. Não os houve certamente na parte africana, porque aí aparecem 6 lugares sem as ladezas correspondentes, as quais são indicadas em capítulos escritos depois de 1506, ao mesmo tempo que nestes

([55]) Veja-se o cap. X, pág. 308.

ocorrem vários nomes omitidos na tábua; donde se segue que, aí pelo menos, ela precedeu êsses capítulos. Há também 14 lugares cujas ladezas discordam no texto e na tábua, e denotam pelo menos duas fontes de informação; e se observarmos que tais lugares foram quási todos, senão todos, visitados por Pacheco, somos levados a ver no texto dados confirmados pela própria experiência, ao passo que na tábua figuram os da alheia, por vezes mais correctos. De todos êstes factos transparece que o autor desde logo copiou de listas anteriores a sua, sem lhe introduzir modificações, com intenção de o fazer quando terminasse o trabalho, infelizmente incompleto. Aquela donde trasladou as ladezas da África não era muito recente, pois faltam as ilhas da Ascensão e Santa Helena, descobertas respectivamente por João da Nova e Vasco da Gama em 1501 e 1503.

No que respeita ao Brasil, devemos confiar em que a tábua não é posterior a 1505, pois no segundo capítulo do livro I se transcreve dela a coordenada da ilha de S. Amaro. Estão assim concisamente representados os conhecimentos que da costa brasileira havia ao tempo em Portugal, embora seja para duvidar que fôssem os oficiais. Trasladámo-la da edição mais cuidada de 1905:

Estes são os graaos da ladeza que se estes luguares da Terra do Brasil d'aleem do mar Oceano hapartam da linha equinocial em ladeza contra ho pollo antartico

	GRAAOS	MEN.os
Angra de S. Roque em tres graaos e trinta menutos	*03*	*30*
Santa Maria d'Arabide em sinco graaos	*05*	*00*
O cabo de S.to Agostinho em oito graaos e quinze menutos	*08*	*15*
O Rio de S. Francisco em dez graaos	*10*	*00*
Auguada de Sam Miguel em dez graaos	*10*	*00*
Porto Real em quatorze graaos	*14*	*00*
Angra de Todolos Santos em 15 graaos e 40 menutos	*15*	*40*
Porto Seguro em dezoyto graaos	*18*	*00*
O Rio de Santa Luzia em 19 graaos e 20 menutos	*19*	*20*
A ilha de Santa Barbara em vinte graaos e vinte menutos	*20*	*20*
O Rio dos Harefées em 24 graaos e 40 menutos	*24*	*40*
A ilha de S.ta Crara em 24 graaos e 40 menutos	*24*	*40*
O cabo Frio em vinte e cinco graaos	*25*	*00*
A ilha de fernahu (?) em vinte e sete graaos (56)	*27*	*00*
A ilha de Santo Amaro em 28 graaos e 30 menutos	*28*	*30*
A ilha d'Ascemsam em vinte e hum graaos	*21*	*00*
Angra Fermosa em quinze graaos	*15*	*00*
A ilha de S. Lourenço em quatro graaos	*04*	*00*

É de notar que as coordenadas dos lugares identificáveis estão quási tôdas bastante erradas. Assim acontece, por exemplo, com a Angra de Todos os Santos e Cabo Frio, cujos erros são de $2^{\circ}\,40'$ e 2° por excesso; no ponto mais meridional a demasia vai até $4^{\circ}\,30'$. Tamanhos desvios não são de surpreender para o tempo, e devem-se atribuír menos ao instrumental e aos processos do que à insuficiência dos pilotos; cumpre com efeito ter presente que os mais destros eram aproveitados na carreira da Índia, e só ocasionalmente se destinariam às terras de Santa Cruz. Em compensação, as ladezas das ilhas de S. Lourenço e da Ascensão diferem das reais apenas $+\,10'$ e $+\,28'$, a da Aguada de S. Miguel $+\,9'$, e a do Cabo de S. Agostinho inqüina-se do êrro de $-\,6'$ notávelmente exíguo.

No entanto, os defeitos numéricos nem sempre traduzem os das observações; há que contar também com vícios de cópia no manuscrito original. Assim, são iguais na lista as ladezas da Aguada de S. Miguel e do rio de S. Francisco, como se entre os dois pontos a costa se dirigisse por leste-oéste, quando na realidade ela corre por sudoeste-noroeste e há $40'$ de diferença entre seus paralelos. Fernão de Loronha, que pela primeira vez avistou êsses lugares em 1500 sabia que ficavam a desigual distância do pólo, pois o planisfério de Cantino figura em 1502 o rio ao sul da Aguada. Tampouco julgamos correctamente transcrita a ladeza da Angra Formosa, colocada na lista entre Pôrto Real e Angra de Todos os Santos, pois não se encontra nesta faxa de costa baía alguma memorável. Esta espécie de erros dificulta a identificação, talvez mais ainda que os inerentes à medição.

(56) O editor do *Esmeraldo* não conseguiu sanar o texto corrupto nos apógrafos.

OS LIMITES DA COSTA DESCOBERTA

OS paralelos austrais extremos mencionados na tábua são os de 3° 30′, na Angra de S. Roque, e 28° 30′, na ilha de Santo Amaro; parece pois, à primeira vista, que daí não passaram as caravelas portuguesas até ao primeiro semestre de 1505. Seria seguramente assim, senão interviesse uma razão poderosa para impôr silêncio ao autor do *Esmeraldo* sôbre certas explorações dos seus conterrâneos; era o tratado de Tordesilhas, que êle tinha bem presente, porque fôra um dos seus negociadores e signatários. Neste diploma ficara marcado, 370 léguas a poente do arqüipélago de Cabo Verde, o meridiano convencional que partia o globo em dois fusos adjudicados, separada e exclusivamente, às coroas de Portugal e Castela.

Pacheco, sem se referir ao famoso facto nem tampouco à demarcação, omite deliberadamente tudo quanto diz respeito às ilhas e terra firme castelhanas, ocupando-se tam sòmente das portuguesas. Numa passagem do *Esmeraldo* freqüentemente citada, e comentada no capítulo IV desta obra, dá 70° e 28° 30′ como ladezas árctica e antárctica máximas do Novo Mundo, mas acrescenta que duma e doutra parte não lhe foi visto nem sabido o fim e o cabo. É de notar que, nestas circunstâncias, êle especificasse duas latitudes e as apresentasse como extremas. É que elas eram de terras de D. Manuel: a primeira, 70° N, das de Lavrador ou de Côrte Real; a segunda, 28° 30′ S, do Brasil meridional. Para àlém dêstes dois limites da altura, o continente era castelhano, e não lhe merecia interêsse, do mesmo modo que não nos fala das regiões intercalares inclusas na mesma jurisdição estranha.

Continuando, diz o escritor que atravessando o oceano, de Portugal ou do litoral europeu e africano, direitamente a ocidente por espaço de 36° em longura ou longitude, se encontra a terra navegada pelos navios d'el-rei de Portugal e dos seus vassalos. Eis aqui claramente definida, embora não mencionada, a linha de Tordesilhas, a poente da qual o território já não pertencia a Portugal. Os 36° de longura, *que seram seiscentas e quarenta e oyto leguoas de caminho, contando ha dezoyto leguas por graao, e ha luguares algum tanto mais longe*, evidentemente não se medem *ad libitum* de qualquer praia europeia ou africana, mas de um meridiano de referência, que é o de Lisboa. Para o nosso cosmógrafo a divisória passa portanto 36° a oeste da capital portuguesa, em números redondos. É a mais antiga definição dela em longitude que se conhece. O cálculo naturalmente foi feito à vista de uma carta de marear em projecção cilíndrica quadrada, como então eram usadas, onde os meridianos são rectas eqüidistantes e as longitudes se marcam indistintamente em qualquer paralelo: mas não vale na esfera terrestre, na qual os meridianos são círculos máximos, tanto menos espaçados quanto mais se aproximam dos pólos. Daí proveio a expressão *e ha luguares algum tanto mais longe*, com a qual Pacheco quis significar que, se à altura do arqüipélago de referência a distância do seu meridiano ao de Tordesilhas orçava por 648 léguas, na eqüinocial ela era um pouco maior.

A divisória devia marcar-se 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde, mas o pacto deixava em claro aquela donde se haveriam de contar. Aos portugueses, desejosos de alargar para o poente a área concedida, convinha escolher a Santo Antão, que não só era a mais ocidental como a mais setentrional, conduzindo pelos dois lados a um meridiano mais afastado; mas é possível que Pacheco se não retivesse em chicanas e, fiel ao espírito com que negociou o pacto de Tordesilhas, adoptasse critério menos ambicioso. Vamos ver agora que a longitude lisbonense atribuída à divisória supoem-na referida à ilha de Santiago, situada sensívelmente ao centro do arqüipélago e de tôdas a mais considerável.

O problema da localização teórica e prática da linha convencional era mais complexo do que à primeira vista parecia, porque dependia não só da longitude da ilha escolhida, difícil de calcular com alguma segurança, mas também da sua latitude, esta de determinação suficientemente perfeita, e ainda da relação entre o grau e a légua, sôbre a qual nem os mesmos entendidos se entendiam. O autor do *Esmeraldo*, com exactidão inegualada na época e só muito mais tarde excedida, calculava o grau em 18 léguas; mas esta dimensão de 1505 não era provàvelmente a de 1494, quando se concluíu o tratado de Tordesilhas, e resultava de medições de rótas percorridas no decénio de intervalo. O extrêmo ocidental de Santiago está numa ponta dos confins do norte, cuja ladeza de 15° 20′ é dada com precisão no *Esmeraldo* ([57]), o que indica ter sido objecto de determinação cuidada. Do mesmo modo aconteceria à sua longura, mas como ignoramos o valor adoptado oficialmente, que seria o mais exacto de todos, vamos deduzí-lo indirectamente da posição da divisória segundo Pacheco. As 370 léguas de afastamento, computado o grau como quere o nosso cosmógrafo e à latitude citada, correspondem a 21° 19′; donde se infere que a ponta ocidental de Santiago, deduzindo êste número dos 36°

([57]) No cap. 28.° do livro 1.°, a pág. 84.

permanece a 14° 41′ de Lisboa. Ora sua verdadeira longitude é 14° 37′, e a pequenez da divergência justifica plenamente nossa suposição: Pacheco devia marcar o meridiano de partição a partir do extrêmo ocidental da ilha principal do arqüipélago. Não pensava certamente assim o comum dos portugueses, capazes de apreciar o assunto, que àlém de preferir Santo Antão como ponto de partida divergiam na dimensão do grau. Os nossos marítimos, efectivamente, mediam-no em 17,5 léguas e neste número, menos deficiente que os de 15 e 16 $^{2}/_{3}$ correntes em Castela, se mantiveram ainda durante mais de meio século. Por efeito dos dois factores apontados, a faxa atlântica portuguesa alargava-se cêrca de 2° para o poente da linha definida no *Esmeraldo*, e se ampliavam as terras de Santa Cruz ([58]).

Santo Amaro, para Pacheco, é o extrêmo meridional do Brasil, pertencente de direito a D. Manuel. Imagina-o a 36° O de Lisboa, quando sua longitude real regula por 37° O dêste meridiano. A divergência de 1° não é grande se atendermos às imperfeições teóricas e práticas dos traçados, nas cartas de marear, e às muitas singraduras percorridas antes de atingido aquele lugar, que até 1505 o foi provàvelmente uma só vez. Os mapas versados no presente capítulo, excepto o de Hamy, trazem todos como limite sul da costa brasileira o rio de Cananéa, nome que hoje tem uma ilha e povoação ao sul do Estado de S. Paulo, não muitas léguas distante de Santo Amaro. O rio deve ser um dos que desagúam por alí; não é possível identificá-lo com justeza, mas suas coordenadas não excedem as dêste lugar mais de 1° de latitude e 1° 30′ em longitude. Dada sua pequena distância ao rio, é muito provável que fôssem descobertas na mesma viagem; todavia os mapas não mencionam a ilha, donde se segue que Pacheco recorreu a outro protótipo, que não carecia de ser muito perfeito para sobrepujar aqueles pobres documentos cartográficos. Em nenhum dêles está traçada a divisória, mas não pomos dúvida alguma em que o rio de Cananéa estava situado nela; e sendo provável que nos protótipos donde os mapas derivaram estivesse consignada a linha oficial, e não qualquer outra, seguir-se-hia que era diversa da de Pacheco e passava a poente mais de 1°. É manifesto que as caravelas portuguesas não paravam precisamente no ponto onde ela cruza a costa, e continuavam seu caminho sem interrupção. Em 1514 sabemos que elas já vogavam no rio da Prata, mas é plausível que o alcançassem antes da data.

As considerações expendidas àcêrca do limite meridional do Brasil também valem para o setentrional. A Angra de S. Roque é o último lugar a norte que está nomeado no *Esmeraldo*, bem como nos mapas citados, mas talvez não fôsse o último visitado pelos nossos navios. A ladeza que tem na tábua é 3° 30′ S, e a da ilha de Santo Amaro é 28° 30′ S; a desta está errada de 4° 30′ por excesso, e bastaria que a da angra, cuja identificação não conseguimos apurar, o estivesse de 2° 30′ para por ela passar a divisória de Pacheco. Nos mapas de Canerio e Kunstmann II e III, confeccionados pouco mais tarde do que esta parte do manuscrito, lemos simplesmente S. Roque, em latitudes compreendidas entre 4° e 3° S. No primeiro, o meridiano de Santo Amaro está a oriente de S. Roque e o contrário sucede nos dois restantes, mas em todos êles os rumos da costa, à medida que avançam para o sul, se tornam muito inexactos, e o mesmo acontece nos dois primeiros perto de S. Roque.

Não é de admirar que a Angra esteja situada àquem da demarcação, e que os navegadores portugueses hesitassem em ultrapassá-la ou se abstivessem de mencionar os descobrimentos para àlém. O litoral prossegue, para êsse lado, na direcção do poente e pouco careciam de velejar para atravessar a linha do defêso; êles sabiam demais que, por sua vez, os castelhanos andavam já por perto e arriscavam-se a encontrá-los. Ao sul do Brasil, em contrário, a costa oferecia rumos entre sul e sudoeste, e não havia tam cedo probabilidades de topar com importunos.

EXPEDIÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A TÁBUA

A TOPONÍMIA brasileira do *Esmeraldo*, ao lado de nomes provenientes de expedições directas ao Brasil, inclui outros de diversa origem, nem sempre de fácil destrinça. No segundo grupo estão Pôrto Seguro, devido a Cabral em 1500, e provàvelmente a ilha da Ascensão.

Em 13 de Maio de 1500, dia da Ascensão de Cristo, descobriu João da Nova em pleno Atlântico, mas mais próxima da costa africana que da brasileira, uma ilha a que pôs essa denominação; ela acha-se no planisfério de Cantino com a latitude sensìvelmente exacta duns 8° ([59]).

([58]) Onde Pacheco calculava 20° $^{5}/_{9}$ na altura de Santiago, correspondentes a 21° 31 na eqüinocial, os que se serviam da medida corrente do grau contavam 21° $^{1}/_{7}$ na altura de S. Antão, que no *Esmeraldo* é 16° 40′, e portanto 22°, 07 no eqüador. No *Regimento* de Munich tal altura é 18° N, correspondendo a 22°, 23. A diferença regula no primeiro caso por 46′, e por 55′ no segundo; e como a longitude de S. Antão excede a de Santiago sensìvelmente de 1° 19′, os dois processos de definir a divisória conduzem a linhas afastadas respectivamente de 2° 5′ e 2° 14′. Sua verdadeira longitude, contada a poente do meridiâno de Greenwich, é 45° 57′ ou 44° 13′, segundo se escolhe S. Antão ou Santiago se contados de Lisboa, estes números diminuem de 9° 11′, convertendo-se em 36° 46′ e 35° 2′.

([59]) Veja-se o cap. IX, pág. 252.

Não é esta a da nossa tábua, que regista outra com o mesmo nome em 21° S, que alguns chamaram Ascensão pequena, por distinguí-la da homónima, e hoje se conhece por Trindade. Sua latitude verdadeira é 20° 32′ S, de sorte que o número do *Esmeraldo* apenas a excede em 28′, resultado de notável exactidão, já que a coordenada talvez só fôsse determinada uma única vez antes de inscrita, por ocasião da descoberta. A pequena ilha, que não passa de um aglomerado de montes, afasta-se da costa cêrca de 11° em longitude ou 200 léguas das usadas em 1505; não podia ser avistada no decurso de uma viagem de reconhecimento. Demais, o calendário separa-a dos lugares da tábua mais próximos, a norte e a sul. Efectivamente estes gozam do patrocínio de Santa Bárbara e Santa Luzia, que se festejam a 4 e 13 de Dezembro, e a Ascensão, desde 1502 a 1505, caíu em Abril ou Maio. Estas razões, a que se póde juntar a perfeição da latitude atribuída, entre outras muito defeituosas, bastam a justificar a hipótese de ter sido a ilha descoberta por navios destinados à Índia. No entanto não é desarrazoado atribuí-lo também aos de Gonçalo Coelho em 1504, no regresso da malaventurada expedição que, segundo narra Góis, partiu em Junho do ano precedente.

Na mesma condição se afigura estar a ilha de Santa Clara, se dermos crédito a indicações do calendário. A santa celebra-se em 12 de Agosto; e os seus três colegas da côrte celestial, mencionados na tábua, que se comemoram neste mês, foram distribuídos muito a norte de Santa Clara. A latitude desta é 24° 40′ S, e o mais meridional dos três lugares, Cabo de S. Agostinho, tem apenas 8° 15′ S; entre êles e a ilha as invocações sagradas pertencem a Outubro, Novembro e Dezembro, e ao sul apenas aparece uma de Janeiro. A primeira expedição directa ao Brasil achava-se em Agosto de 1501 nas vizinhanças do Cabo de S. Agostinho, e regressou em 22 de Julho de 1502; não se lhe deve atribuír Santa Clara. A segunda expedição directa em 10 de Agosto de 1503 encontrava-se na ilha de Fernão de Loronha, cêrca de 21° a norte de Santa Clara; os dois navios de Vespúcio tornaram a 18 ou 28 de Junho de 1504, e a *Lettera* é datada de 4 de Setembro. Também não proveio dêles o nome da ilha; mas êste documento relata infielmente a viagem e é possível que Gonçalo Coelho interviesse no baptismo, quando tornou ao reino. Como, demais, o facto talvez fôsse independente do calendário, e porventura houve terceira expedição de 1504-1505, ficamos na dúvida quanto à origem de Santa Clara.

Excluídos Pôrto Seguro, Ascensão e Santa Clara, é permitido atribuír os 15 nomes restantes a viagens directas ao Brasil, e pregunta-se então quantas e quais elas foram. Respondemos ter havido com certeza duas, aquelas a que acima nos reportamos, podendo dar-se o caso de terceira.

A única designação que o calendário torna incompatível com a primeira, tal como é descrita na *Lettera*, é a da Angra de S. Roque. Com efeito, Vespúcio conta-nos que arribou a 17 de Agosto, por 5° S; o santo festeja-se a 16, e à angra davam os pilotos 3° 30′ S, como se vê na tábua. Se acrescentarmos que S. Roque está ausente do planisfério de Cantino, temos motivos suficientes para o não atribuír à primeira viagem directa. Outro tanto sucede à ilha de S. Lourenço, cuja latitude de 4° S a torna coïncidente com a de Fernão de Loronha. Descoberta em 1502 por êste cavaleiro, seu primitivo nome foi Quaresma, inserto no planisfério de Cantino; em Janeiro de 1504 já tinha oficialmente o de S. João, mas no intervalo passou pelo de S. Lourenço. Vespúcio narra na *Lettera* que em 1503 a náu capitânia naufragou no dia 10 de Agosto, à vista da ilha onde acabavam de chegar; e daí concluímos que o comandante, para comemorar o desastre sofrido, substituíu Quaresma por S. Lourenço, orago na data.

Às duas designações, que encontramos estranhas à expedição de 1501, acrescentaremos as dos três lugares da tábua cujas latitudes excedem 25°, já que acreditamos em que daqui não passou a exploração daquele ano. Vespúcio conta-nos no relato dela que abandonara a costa por 32° S, mas julgamos ter provado no capítulo IX desta obra que não deve ter ultrapassado o Cabo Frio, por 23° S. A latitude dêste promontório no *Esmeraldo* é de 25° S, aproximadamente a mesma em que está o *Cabo de Santa Marta*, a mais meridional das denominações no Brasil de Cantino, no qual se regista a viagem de 1501. Vê-se que o nome Cabo Frio não lhe pertence, e tampouco os das duas ilhas situadas ao sul dêle e mencionadas na tábua.

No quadro seguinte propomos uma classificação por épocas da nomenclatura brasileira do *Esmeraldo*. Nos dois primeiros grupos vão os nomes que há elementos para filiar em visitas ocasionais, e os já constantes do mapa de Cantino; da dúzia restante separamos os posteriores a 1502 daqueles sôbre que não temos notícias seguras. Neste último grupo incluímos o cabo de S. Agostinho, embora o incerto Vespúcio o afirme descoberto em 1501.

NOMENCLATURA DO *ESMERALDO*

Visitas ocasionais	De 1501 a 1502	Posteriores a 1502	Duvidosas
Pôrto Seguro	Aguada de S. Miguel	Angra de S. Roque	Santa Maria da Arrábida
Ilha da Ascensão	Rio de S. Francisco	Ilha de S. Lourenço	Cabo de S. Agostinho
Ilha de Santa Clara?	Angra de todos os Santos	Cabo Frio	Pôrto Real
		Ilha de *fernahu*	Rio de Santa Luzia
		Ilha de Santo Amaro	Ilha de Santa Bárbara
		Ilha da Ascensão?	Rio dos Refens
		Ilha de Santa Clara	Angra Formosa

IDENTIFICAÇÕES

DOS 18 nomes da tábua subsistem hoje apenas 7 ou 8, aplicados sensívelmente aos mesmos lugares, e a quási todos os 11 ou 10 restantes é difícil localizá-los. Alguns aparecem em cartas geográficas posteriores, mas em posições que não jogam com as alturas do pólo indicadas; são naturalmente repetições, caso freqüentíssimo na nomenclatura brasileira.

Angra de S. Roque; lat. 3° 30′ S. Foi certamente descoberta em 16 de Agosto, dia do santo, ¿mas em que ano? Das armadas indianas, depois de 1500 e antes de 1505, a única que tocou no continente americano foi a de João da Nova em 1501, mas no mês de Abril e não de Agosto; não lhe pertence pois o nome S. Roque, aliás ausente do planisfério de Cantino (1502). Mostrámos atrás que tampouco pertence a Fernão de Loronha, já que Vespúcio chegou ao Brasil em 17 de Agosto de 1501 e dá em 5° S a latitude mínima da arribada, a-pesar do desejo de alargar o âmbito de suas façanhas; e por outro lado sabemos que a expedição regressou ao reino em 22 de Julho de 1502. Vespúcio, é certo, transpõe o facto para 7 de Setembro; mas dando de barato que tal acontecesse, entre esta data e 16 de Agosto há apenas 22 dias durante os quais era impossível a travessia de S. Roque a Portugal.

Vejamos agora a expedição de 1503, comandada por Gonçalo Coelho, que Góis diz ter largado de Lisboa em 10 de Junho, contra Vespúcio que marca a data de 10 de Maio. Chegada que foi à actual ilha de Fernão de Loronha, conta-nos o florentino ter-se afundado a capitânia em 10 de Agosto, dia de S. Lourenço, separando-se depois os navios em dois grupos; com dois dêles ficou Vespúcio e os outros três seguiram ao mando do capitão-mór. Nada mais natural, se as coisas se passaram desta maneira, do que aportar a flotilha principal em 16 de Agosto ao continente, apenas distante da ilha umas 60 léguas; e neste suposto admitiremos que S. Roque foi pela primeira vez visitado em 1503.

Na hipótese, como o naufrágio aconteceu na noite de 10, devemos crer que não desaferrassem antes de 12, havendo pois 5 dias para o percurso até à Angra, no qual serviu de ajuda a forte correnteza marítima que se encaminha para o norte ao longo do litoral. Neste lapso podiam ter andado sem escalas umas 90 ou 100 léguas e alcançado o Estado do Ceará em latitude não muito diferente dos 3° 30′ S do *Esmeraldo.* Caminhando dêste ponto extrêmo para o sul encontram-se várias enseadas, em qualquer das quais é lícito imaginar S. Roque; com certeza porém êste lugar nada tem com o cabo a que hoje dão o mesmo nome, contíguo ao qual não há Angra alguma digna do qualificativo. Os mais antigos mapas posteriores a 1502, que são os de Canerio, Kunstmann II e III, trazem simplesmente S. Roque, e em nenhum indica o desenho uma ponta. No terceiro, cuja costa brasileira está traçada com maior perfeição, vê-se nítidamente quanto são distintos o cabo e a Angra. Com efeito, o cotovêlo que faz a costa está representado com três facetas; a meridional vem pelo nordeste da *Angra de todos los Santos* até o *Cabo de Santo Agostinho,* mal colocado em perto de 6° S; a segunda pelo nornordeste até *S.ta Mã da Rabida,* em pouco mais de 3° S, e a última pelo oesnordeste até *Sam Roq̃,* em cêrca de 2° S, terminando então o contôrno bruscamente. Daqui se conclui que Santa Maria da Arrábida deve ser localizada aí pela ponta do Calcanhar (5° 9′ S), onde é maior a inflexão costeira acima do Cabo de S. Agostinho (8° 21′ S); ora pouco ao sul da primeira, aflora o actual Cabo de S. Roque (5° 29′ S), que pertence à segunda faceta e não ao fim da terceira, onde está a Angra. As latitudes defeituosas nesta parte do mapa carecem de correcção aproximada de + 2°, a avaliar pela do cabo de S. Agostinho; donde se infere para S. Roque a de 4°. Mas não é seguro identificar o cabo com aquela que hoje tem tal denominação, podendo dar-se o caso de ser a actual ponta das Pedras (7° 35′ S) ou o Cabo Branco (7° 12′ S); e se assim acontece, o êrro das latitudes do mapa desce a

MAPA DE VESCONTI DI MAIOLLO (1519)

extraído de *Maps illustrating early discoveries and exploration in America*, de Ed. Luth. Stevenson

MAPA DE VESCONTI DI MAIOLLO (1527)

extraído de *Maps illustrating early discoveries and exploration in America*, de Ed. Luth. Stevenson

perto de 1° 30′, e a de S. Roque sobe aos 3° 30′ do *Esmeraldo*. Se pudesse depositar-se confiança nas longitudes de Kunstmann III, como a da Angra ainda é mais oriental que a da Bahia de todos os Santos, concluïríamos que está a poente da Fortaleza, no Ceará, cuja latitude é duns 3° 40′, coïncidindo sensívelmente com a da tábua.

Na lista de alturas do pólo do *Regimento do estrolabio* d'Évora (1518) vem em 5° S os dois lugares *sam roque, sancta maria da rabida*, e o mesmo lemos na tábua análoga do *Livro de Marinharia*, repetição daquela ([60]); vê-se que então o santo já designava ponto diverso do que dão o *Esmeraldo* e os três mapas. O de Gaspar Viegas em 1534 traz *c. d. s. roque*.

Santa Maria da Arrábida; lat. 5° S. Os mapas de Canerio e Kunstmann II, ao norte do *cabo sta Croxe* ou *capo de sancta* ✣, que é o de S. Agostinho ou outro próximo, trazem *sta maria de rabida* e *s. maria de rapida;* no de Kunstmann III acabámos de ver que êste lugar é contíguo à ponta do Calcanhar, cuja latitude é 5° 9′ S. É sensívelmente a do *Esmeraldo*, mas no mapa ela está diminuída, do mesmo modo que as circunvizinhas.

A data da descoberta é um tanto incerta, em dia e ano. A festa da Senhora da Arrábida, segundo assevera o cronista fr. António da Piedade, celebra-se na dominga *infra octavam* da Ascensão de Cristo ([61]); ora de 1501 a 1505 êste domingo caíu em dias muito distantes dos de S. Roque e S. Agostinho. Mas os diversos títulos dados à Virgem correspondem quási todos a invocações locais, sem representação no calendário da Igreja universal, e são variáveis as datas em que se festeja determinada Senhora. É possível pois que Santa Maria da Arrábida fôsse comemorada em 15 de Agosto, dia da Ascensão, dedicado pelos portugueses a numerosas Senhoras. Sendo assim, o lugar foi descoberto um dia antes de S. Roque. Isto quanto à época do ano; quanto a êste, não é seguro ter sido 1503, conquanto provável.

Cabo de S. Agostinho; lat. 8° 15′ S. Se êle era em 1505 o que tem hoje igual designação, o êrro da coordenada é insignificante para a época, pois não passa de—6′. Infelizmente não é de rejeitar a suspeita de que a princípio assim chamassem a ponta das Pedras (7° 35′ S) ou o Cabo Branco (7° 12′ S), porque ambos são igualmente proeminentes e mais orientais que S. Agostinho, e algumas vezes se deslocavam as denominações.

Foi descoberto em 28 de Agosto, cujo orago é o bispo de Hippona, e consoante Vespúcio em 1501, mas a afirmação é de acolher com reserva; pois a *Lettera* oferece exemplos de transposição de factos de uma viagem para a outra, e S. Agostinho póde pertencer a 1503. Na tábua do *Esmeraldo* lemos o nome *S. Lourenço*, imposto à ilha de Fernão de Loronha em 1503, quando sabemos que o descobridor lhe deu outro em 1502; e não admira que outro tanto sucedesse ao Cabo. Nos mapas de Canerio e Kunstmann II, posteriores a 1504, lemos *cabo de scta croxe* e *capo de sancta* ✣ no extrêmo oriental do Brasil; o de Kunstmann III, que é português, e os de Vesconti di Maiollo (1519 e 1527), de inspiração espanhola ([62]), substituem-no por S. Agostinho; o de Turim (1513) inscreve *cabo fermoso* ([63]). Isto prova a indeterminação do acume brasileiro e suas variadas denominações; mas reflectindo em que o mapa de Canerio parece ser o mais antigo depois do de Cantino, duvidamos de que inicialmente no promontório oriental extrêmo fôsse invocado o Santo Padre da Igreja, e inclinámo-nos a crer que o fôsse a Santa Cruz, cujo exalçamento se comemora em 14 de Setembro. As cartas estrangeiras gravadas aumentam a dúvida. A espanhola de Pedro Mártir (1511) ([64]), bem como as de Waldseemüller (1507, 1513 e 1516) ([65]), a de Ruysch (1508) e a poma de Schöner (1515) ([66]), que parecem derivar dos mesmos protótipos em que se inspirou Canerio, trazem Cabo de Santa Cruz. O predomínio do nome não eqüivale com certeza a maior antiguidade, mas se o último nome obliterou por algum tempo S. Agostinho, não se percebe bem porque êste aparece no *Esmeraldo* e está ausente dos mapas posteriores.

Aguada de S. Miguel; lat. 10° S. Está bem definida sua posição; pois a foz do actual rio de

([60]) A pág. 46 da edição fac-similar do *Regimento* por J. Bensaúde, em Genebra; e a pág. 89 da edição do *Livro da Marinharia*, editado por Brito Rebello, Lisboa, 1903.

([61]) *Espelho de penitentes e chronica da provincia de Arrabida*, Lisboa, 1728; parte I, livro I, cap. XVII.

([62]) Estão reproduzidos nos dois atlas anexos às memórias apresentadas pelo Barão do Rio Branco ao govêrno federal suisso, e em Stevenson, *Maps illustrating early discoveries and exploration in America*, New Brunswick, 1903-06.

([63]) Encontra-se nas publicaçõees citadas na nota anterior.

([64]) Reproduzida no cap. III desta obra, a pág. 177 do 1.° vol.

([65]) Damos a primeira neste capítulo; a segunda vem em Bboyd Thacher, *The continent of America*, New York, 1896; a terceira em J. Fischer e R. Wieser, *Die Weltkarten Waldseemüller* (Ilacomilus), Innsbruck, 1903.

([66]) Está figurada no cap. VIII, a pág. 212 dêste volume.

S. Miguel, onde jaz a povoação do nome, tem 9° 51′ S. Descoberta por Fernão de Loronha em 29 de Setembro de 1501, como se mostra no capítulo IX, figura em tôdas as cartas geográficas posteriores.

Rio de S. Francisco; lat. 10° S. O êrro por defeito não excede 30′. O rio foi avistado por Fernão de Loronha em 4 de Outubro de 1501, e sempre o vemos nos mapas a partir de 1502. Conquanto esteja perto de 40′ ao sul de S. Miguel, a tábua menciona-o antes e com igual latitude, por êrro de transcrição.

Pôrto Real; lat. 14° S. Se êste pôrto é a foz do actual Rio Real, onde hoje não há povoação assim chamada, o excesso na altura polar atribuída sobe a 2° 32′. O *Regimento* d'Évora estabelece distinção entre *Rio Real,* cuja latitude fixa menos mal em 12° S, e *Pôrto Real,* em 14° S; entre ambos está a *Baya de todollos santos* que é posta em 13° 30′ S. O mesmo facto se dá no *Livro de Marinharia* e no *Reportorio dos tempos.* A duplicidade explica-se talvez por estar o pôrto em tábuas antigas com latitude bastante errada, e a mais perfeita determinação de coordenada levar à convicção de que os lugares do rio eram diversos. O mapa de Canerio, os de Kunstmann e o de Turim (1513) trazem Pôrto Real bem ao norte da Bahia de todos os Santos, e na mesma posição o apresentam os dois de Vesconti di Maiollo (1519 e 1527) e o de Gaspar Viegas (1534).

O qualificativo real sugere que o descobrimento do lugar se realizou em data relacionada com el-rei D. Manuel, ocorrendo desde logo as do aniversário do nascimento e da aclamação. A primeira é 31 de Maio, mas neste mês não andariam navios por estes lados; a segunda é 26 de Outubro, à qual não vemos objecção (67). Hesitamos quanto ao ano. É possível que fôsse 1501; o quadro seguinte mostra concordância satisfatória entre a data da descoberta indicada e os dos pontos vizinhos mencionados no planisfério de Cantino:

S. Miguel	29 de Setembro
Rio de S. Francisco . .	4 de Outubro
Pôrto Real	26 de Outubro
Bahia de todos os Santos	1 de Novembro

Mas a ausência em Cantino é embaraço para aceitar 1501, e preferimos 1503. Póde acontecer que a foz do Rio Real já tivesse sido vista, e até baptizada, no primeiro ano, e fôsse crismada no outro a 26 de Outubro, pois as explorações se faziam nos mesmos meses e não respeitavam as designações anteriores. Oferece-nos um exemplo disto a nossa tábua na ilha de S. Lourenço.

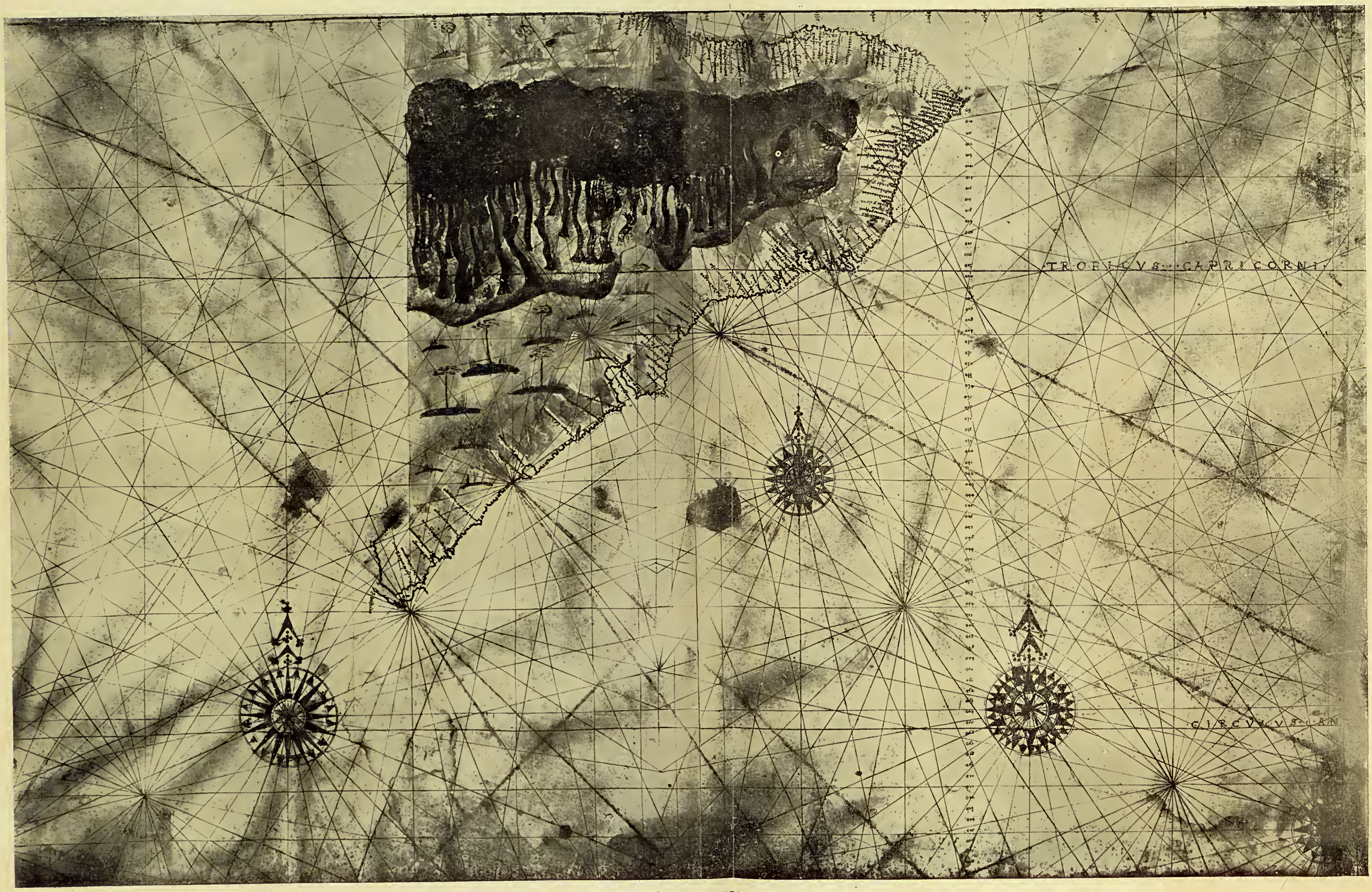
Angra de todos os Santos; lat. 15° 40′ S. Há êrro apreciável na latitude que excede 2° 40′ a da entrada da baía ainda hoje conhecida por êsse nome. Foi-lhe dado em 1 de Novembro de 1501 por Fernão de Loronha e já aparece no mapa de Cantino; aliás Vespúcio, no relato da sua quarta jornada, atribui-o à terceira.

Pôrto Seguro; lat. 18° S. As observações feitas em 27 de Abril de 1500 por Pedro Escolar, pilôto-mór de Cabral, e pela do sota-capitão Sancho de Toar, acompanhados do físico astrónomo Mestre João, conduziram a 17° de latitude antárctica no Pôrto Seguro de então, com o êrro de +40′. Era o número oficial; todavia a tábua adita-lhe um grau, elevando o êrro.

A divergência de 1° no *Esmeraldo* é susceptível de várias explicações. A primeira é a mudança do lugar chamado Pôrto Seguro. Sabe-se da *Lettera* que, cumprindo o contracto de arrendamento de Fernão de Loronha, os expedicionários de Gonçalo Coelho construíram uma feitoria fortificada, cuja latitude Vespúcio diz ser 18°. É a do Pôrto Seguro da tábua, que não é certo fôsse o mesmo de Cabral, pois as boas condições de abrigo da baía não corresponderiam necessáriamente às da erecção duma fortaleza, e compreende-se que os constructores preferissem outro lugar, umas tantas léguas ao sul do primeiro.

Admitindo no entando que os 18° se aplicam ao ancoradouro de Cabral, póde ter havido engano de transcrição por desatenção de Pacheco. A tábua não foi revista, e sobejam, em lugares africanos, as diferenças entre seus números e os do texto, conquanto nunca excedentes a 35′. Em lugares brasileiros já notámos um engano na ladeza do Rio de S. Francisco. Se Pacheco tivesse tido ocasião de rectificar as latitudes da tábua, talvez restituísse a de Pedro Escolar.

(67) Neste dia os *Regimentos* de Munich e de Évora exibem como oragos Viastásio, papa e mártir, e Amador, bispo, santos que os comandantes dos navios certamente não invocariam.



MAPA ANÓNIMO DE TURIM (1523)

extraído de *Maps illustrating early discoveries and exploration in America*, de Ed. Luth. Stevenson

A quem se não contenta com as duas hipóteses aventadas, oferece-se terceira. Se Pacheco acompanhou Cabral, como geralmente se supõe, seguramente soube do resultado das medições; estamos até em que só contra vontade deixou de descer a terra para *pesar o sol* com o astrolábio, a exemplo do que tantas vezes praticara na África, e tanto mais quanto pela primeira vez lhe era facultado pôr pé na parte indiscutívelmente portuguesa do continente, cuja existência lhe fôra revelada *de visu* desde 1498. Não é crível que cinco anos bastassem a varrer de sua memória a ladeza achada em 1500, nem que a substituísse por outra trazida das expedições directas ao Brasil, cujos pilotos não se comparavam na perícia a Pedro Escolar, porventura o melhor do seu tempo. O *Esmeraldo* deveria pois inscrever 17º; se adopta 18º, é porque Pacheco ignorava a medição de 1500, e não assistiu ao achado de Vera Cruz. Em abôno da hipótese milita ainda outro argumento: a omissão pelo autor do *Esmeraldo* de qualquer referência a tam importante facto, no lance em que discorre sôbre a quarta parte do mundo e suas regiões portuguesas. Êle não se esquece da sua viagem clandestina à América em 1498, da qual não resultou descobrimento de terras certamente dentro da jurisdição de D. Manuel; mas mantém absoluto silêncio àcêrca do de Vera Cruz, julgado desde logo de tanto valor pelos capitães da armada de Cabral que concordaram em privá-la de uma unidade, mandando-a a el-rei como mensageira da feliz nova. No entanto, o descobrimento fôra preparado pela expedição anterior de Pacheco e conseqüentemente devia oferecer-lhe particular interêsse, sendo portanto inexplicável sua estranha reserva. Podemos julgá-lo possuído de tamanha inveja que quisesse encobrir o feito do rival, mais feliz na tentativa de doar novos domínios a seu monarca; mas falecem-nos motivos suficientes para o supôr capaz de tal mesquinhez.

Os cronistas que se ocupam da expedição de 1500 são unânimes em dar Pacheco como companheiro a Cabral. É certo que nenhum o menciona no séquito—e tampouco o faz a carta de Pero Vaz de Caminha, onde aliás se citam personagens de bem menor vulto—todos porém o apresentam como principal fautor do apresamento da náu dos elefantes, que foi o prelúdio das façanhas memoráveis de Cochim. Entretanto Castanheda, o primeiro cronista da Índia de cujos textos ou fontes se socorreram abundantemente os demais, é pouco convincente na 1.ª edição de 1557. Diz êle .... *mandou o capitão-moor a Pero dataide que fosse na sua caravela tomar a nao e que fosse coele hũ fidalgo mãcebo chamado Duarte Pacheco que estava tido em cõta desforçado caualeyro e deu-lhe setenta homens*..... (68). A qualificação pela idade é imprópria, pois conquanto se ignore quando nasceu Pacheco, em 1500 andava seguramente perto dos 40. Efectivamente, quando em 1488 Bartolomeu Dias, tornando da sua famosa viagem ao extrêmo do continente negro, tocou na ilha do Príncipe, encontrou aí o ilustre cosmógrafo, impedido por doença séria de se desempenhar do encargo que lhe confiara D. João II de explorar a Guiné (69), e como esta naturalmente não foi sua primeira missão na África, calculamos que então contasse 25 anos. Orçava portanto por 37 em 1500 e não era lícito considerá-lo mancebo. Depois de lhe errar na idade, Castanheda parece apresentá-lo como quem não tinha ainda ao tempo sólidamente firmada sua reputação, quando em verdade talvez nenhum dos seus companheiros se lhe avantajasse em bravura, saber e serviços, qualidades que lhe deviam valer alta situação na armada, nobilissimo como era de estirpe, do mesmo modo que o indicaram para comandar a expedição clandestina de 1498, e anos depois, uma náu na de Afonso de Albuquerque. Diriamos portanto que a descrição da crónica quadrava melhor a um joven fidalgo homónimo de Pacheco, provávelmente seu parente, o qual o autor tomou pelo próprio quando mais adiante, enumerando os capitães que foram em 1503 ao mando do herói de Ormuz, cita... *Duarte Pacheco de que faley atraz*..... (70).

A 2.ª edição de 1553-54 altera o texto da 1.ª: *E por isso mandou Pedralvares fazer prestes Pero dataide no seu navio e deu-lhe sessenta homẽs e mandou a um fidalgo chamado Duarte pereira pacheco q̃ fosse coele, e a outro que auia nome Vasco da Silveira ãbos valentes caualeiros* (71). Aqui está identificado o guerreiro, embora haja inversão dos apelidos; mas devemos notar que as alterações introduzidas nesta edição, quanto à expedição de Cabral, não oferecem garantia de exactidão superior à da antecedente. Damos como exemplo o que se passa com a náu perdida em Cabo Verde. Na *princeps*, é do comando de Vasco d'Ataíde e sumiu-se não se sabe como, sem que houvesse tempestade, concor-

(68) Op. cit., livro I, cap. XXXIV, que na edição está numerado erradamente XXXXIV.
(69) Barros, Década I, livro III, cap. 4.º.
(70) No cap. LVII do livro I.
(71) No cap. XXXVII do livro I.

dantemente com a carta do verídico Vaz de Caminha, e não reapareceu, como consta da carta escrita em 1501 por D. Manuel aos reis de Castela; na outra, a náu tem por capitão Luís Pires, desgarrou em virtude de tormenta, e arribou a Portugal ([72]). Três erros com que se pretendeu emendar a verdade. Se Castanheda se enganou, confundindo dois fidalgos, é natural que os cronistas subseqüentes reíncidissem, tantos são os empréstimos que êle lhes faz.

Seja como fôr, quer Pacheco estivesse no Brasil em 1500, quer nunca lhe pusesse a vista em cima até 1505, póde-se explicar os 18° em Pôrto Seguro admitindo que êste lugar não era o ancoradouro de Cabral, mas o do fortim de Gonçalo Coelho, cuja latitude foi determinada de novo sem exactidão.

Rio de Santa Luzia; lat. 19° 20′ S. Não é susceptível de localização segura o rio, descoberto não sabemos em que ano, aos 13 de Dezembro em que se festeja a santa. O nome perdeu-se, e a coordenada indicada está inqüinada de êrro talvez superior a 2°. Sendo esta na tábua quási a média das de Pôrto Seguro e da ilha de Santa Bárbara, devemos procurar o rio entre as duas posições, embora erradas; mas acontece que há abundância dêles.

Os mapas de Canerio e Kunstmann II trazem o *rio de sta Lucia,* logo após o Monte Pascoal, antes dum cabo situado em frente dos Abrolhos, que provávelmente é a Ponta da Baleia (17° 41′ S). Vesconti di Maiollo em 1527 apresenta análoga disposição; o *Rio de Santa Lucia* é figurado pouco antes do *cavo dos bassio* (cabo dos baixios), onde no trabalho de 1519 do mesmo vem *basidabrilogio* (baixos de abre os olhos). Pondo fé nestes cartógrafos, podemos identificar o rio com o que desagúa em Caravelas, por 17° 44′ S.

O *Regimento* d'Évora traz Santa Luzia em 19° 24′ S; o *Reportorio dos tempos* em 19° S; o *Livro de Marinharia* em 19° 40′ S.

Ilha de Santa Bárbara; lat. 20° 20′ S. É sem dúvida a que hoje tem o mesmo nome, cuja latitude de 17° 57′ S demonstra na tábua um excesso de 2° 23′. Foi descoberta a 4 de Dezembro, de que é orago a santa, em ano incerto. De passagem notamos que Santa Luzia se celebra 9 dias depois de Santa Bárbara, sendo pois natural que o rio daquela invocação estivesse ao sul da ilha; todavia na tábua sucede o contrário. Seria um acidente da navegação; ou então os lugares não foram baptizados no mesmo ano. Esta ilha vem no *Regimento* d'Évora e no *Reportorio dos tempos* com 20° 1/3; no *Livro de Marinharia* tem 20° 2/3.

Rio dos Refens; lat. 24° 40′ S. Não conhecemos nem o ano nem o dia em que foi imposta a designação, nem tampouco por quem; parece que ela assinala qualquer caso passado com refens trocados entre indígenas e descobridores. A latitude apontada, diferindo apenas em —20′ da atribuída ao Cabo Frio, sugere a identificação com o rio de Macahé, em 22° 46′ S; mas se a do cabo está exagerada, póde acontecer que a do rio seja deficiente, e então é lícito subir na pesquiza, desde o de S. João, em 22° 37′ S até ao Parahyba do Sul, em 21° 38′ S. Seriamos até tentados a preferir êste por ser o mais importante que irrompe nesta parte da costa, se estivessemos certos de ter a grandeza da corrente determinado maior estadia, e provocado o incidente dos refens.

Ilha de Santa Clara; lat. 24° 40′ S. Como a coordenada é idêntica à do rio dos Refens, para o qual aventamos a identificação com o rio de Macahé, ocorre logo que a ilha de Santa Clara seja a actual de Santa Ana, quási em frente da foz, de que dista poucos minutos em arco; mas a repetição da latitude na tábua póde resultar dum engano de transcrição, como a da Aguada de S. Miguel e Rio de S. Francisco.

Nos mapas em que topamos com Santa Clara não vem na altura indicada. O de Gaspar Viegas traz um *J de s. crara* entre *Rio de Janeiro* e *G. dos Reis,* que é a actual Angra (dos Reis); ora qualquer das ilhas situadas entre os dois pontos não tem latitude inferior à de Cabo Frio, e deve ser distinta da Santa Clara da tábua. A respeito do nome já ficou dito o *quantum satis.*

Cabo Frio; lat. 25° S. Há excesso de 2°, se pelo nome se entende o promontório, e não a povoação que está uns 5′ ao norte. Isto demonstra não ter sido determinada repetidas vezes o que é mais um argumento, embora não decisivo, contra a suposição de ter sido fundada neste lugar, em 1503 e 1504, a feitoria a que se refere Vespúcio. Em 1511 sabemos do *Regimento da náu Bretôa,* anteriormente citado, que havia uma feitoria na ilha de Cabo Frio, defronte da povoação.

Ilha de fernahu?; lat. 27° S. O texto corrupto nos dois apógrafos do *Esmeraldo* não permite

([72]) No livro I, cap. XXVIII da edição de 1551, e no cap. XXX do livro I da de 1553.

apurar a quem era consagrada, mas a situação na tábua entre Cabo Frio e a ilha de Santo Amaro, onde ainda subsistem as primitivas designações, indica a actual de S. Sebastião (23° 50′ S) ou a Grande (23° 15′ S), que são as maiores entre os dois lugares.

Ilha de Santo Amaro; lat. 28° 30′ S. O nome conservou-se, mas a coordenada está acrescida de 4° 30′. Não há engano na tábua, porque o número se repete no texto. Êste grande desvio lembra que a ilha de hoje não seja a de 1505, que se deve procurar mais ao sul. Os mapas de Canerio e Kunstmann II terminam a costa em *Rio Cananor*, e o de Kunstmann III em *Rio de Cananea*, que é a lição correcta; aí cessa o domínio português. Ora o nome Cananéa ainda existe aplicado em 25° de latitude austral, e caminhando para o norte a primeira ilha com que se topa pouco adiante é a de Santo Amaro, que no *Esmeraldo* é o limite do Brasil português; não nos parece portanto que haja margem a dúvida na identificação. Sabe-se que Santo Amaro foi descoberto em 19 de Janeiro, à vista de seu orago, mas o ano é incerto, conquanto posterior a 1502. Provàvelmente foi 1504.

Ilha da Ascensão; lat. 21° S. Já nos ocupámos suficientemente desta ilha, cujo achado se póde atribuír quer a Estevam da Gama em 18 de Maio de 1502, quer a Afonso de Albuquerque em 25 de Maio de 1503. A duplicação do nome, numa ilha perto da costa africana e noutra perto da brasileira, deu lugar a confusões. Os cronistas narram que João da Nova, ao descobrir a primeira, a chamou da Conceição; depois de vertida em português a carta de João de Empoli, transcrita e discutida no *Sumário*, os nossos autores dão a Afonso d'Albuquerque a paternidade do nome Ascensão, que hoje conserva. O mapa de Cantino mostra porém que ela se deve a João da Nova; dando-lhe a latitude duns 8° S quási perfeita; e por outro lado há boas razões para supor que o 2.° vice-rei da Índia o impôs à ilha brasileira, cujo paralelo é de 20° 32′ S.

Ilha de S. Lourenço; lat. 4° S. Já expusemos as vicissitudes por que passou o nome desta ilha, cuja latitude apenas é inferior uns 10′ à apontada. Hoje designa-se como de Fernão de Noronha, transformação espontânea de Fernão de Loronha, que foi seu descobridor e primeiro donatário. S. Lourenço não figura em mapa algum que conheçamos; caso se tivesse sumido o *Esmeraldo*, como sucedeu a várias obras atinentes ao Brasil primitivo, não haveria onde buscar confirmação ao naufrágio, narrado por Vespúcio, de uma náu de Gonçalo Coelho, em 10 de Agosto de 1503.

Nos portulanos de Egerton—2803, de factura italiana, conquanto na sua parte americana inspirados em cartas espanholas e talvez em portuguesas, aparecem duas ilhas perto do Brasil ([73]). A primeira jaz junto do cotovêlo que faz a costa entre 5° S e 8° S; tem ao lado seis ilhéus e a inscrição *s. les insula*. A segunda, de dimensões consideráveis, estende-se alguns graus até o sul do trópico de Capricórnio onde começa, e é designada *insula de s. Joanne baptista*. Muito falseada em dimensões e posição, esta não póde ser senão a de Loronha cujo nome oficial era S. João, que o cartógrafo por sua conta qualificou de Baptista; deve ser a *ysla descubierta por Portugal* do planisfério de Juan de la Cosa, acrescentado em 1502 ([74]). A de *s. les* talvez fôsse descoberta em 14 de Março de qualquer ano, pois neste dia o calendário do *Regimento* de Münich traz *Leeo papa e martyr;* mas julgamos mais provável que o cartógrafo visse no modêlo donde copiou uns ilhéus com a inscrição espanhola *ysles*, e a interpretasse erradamente *ysle de s. leo*. Calculamos que estes ilhéus, incorrectamente transportados ao sul, sejam os Penedos de S. Pedro, ou de S. Paulo, como querem os inglêses ([75]).

Angra Formosa; lat. 15° S. Deve estar ao norte da Angra de todos os Santos, visto ter latitude inferior de 40′, mas caminhando neste sentido por espaço de 1° 30′ não vemos nos mapas brasileiros angra alguma digna de registo, muito menos do qualificativo formosa. Presumimos por isto ter havido engano na transcrição da coordenada, devendo ler-se 25° em vez de 15°. Nesta suposição é a actual Bahia Formosa, situada logo ao norte do Cabo Frio, que na tábua tém os mesmos 25°. Esta angra falta nos mapas examinados neste capítulo, mas outros posteriores a trazem como *golfo fermoso;* tais os de Vesconti di Maiollo (1519) e de Turim (1523).

([73]) Veja-se a reprodução no cap. III desta obra.

([74]) Está parcialmente figurado no cap. III da presente obra.

([75]) Estas rochas estéreis e de ruím acesso foram descobertas em 1511, ao que diz Barros, por Jorge de Brito, capitão da náu S. Pedro na armada de Garcia de Noronha (Década II, livro VII, cap. 2.°). Na reprodução que dá G. Marcel, no Atlas já citado, do mapa de Gaspar Viegas elas são designadas *penedos de s. pedro*, mas na cópia colorida existente na Sociedade de Geografia de Lisboa está inscrito *penedo loronha*. Esta divergência, inexplicável e de que nenhures vemos confirmação, póde atribuír-se a aliteração fácil da palavra Noronha em Loronha; o cartógrafo devia pôr aos penedos o nome de Garcia de Noronha, e confundiu-o com o de Fernão de Loronha, aposto numa ilha próxima. Mas se *loronha* foi escrito conscienciosamente, a descoberta retrocede 9 anos, tendo-se realisado em 1502, quando Fernão de Loronha achou a ilha do seu nome que a princípio se chamou Quaresma, S. Lourenço e S. João.

IV—O MAPA DE HAMY

ESTA grande carta de marear, que representa tôda a terra conhecida do seu autor, também é chamada de King, por ter sido encontrada no espólio do viajante inglês Philip Parker King. O dr. Hamy divulgou-a num escrito de 1881, acompanhado de sua reprodução quási completa; e Gabriel Marcel lhe reeditou em 1893 a parte americana. Entre os erros de Hamy, no estudo inicial a que ainda hoje se recorre, avultam e merecem refutação os da data, fixada em 1502, e da feitura, suposta portuguesa.

Em Outubro de 1502 recebeu Cantino das mãos dum cartógrafo português, presumidamente oficial, o planisfério da Biblioteca Estense, no qual estava representado o mundo tal como o imaginavam os geógrafos lusitanos; e se o mapa de Hamy fôsse da mesma época e proveniência havia de figurá-lo de idêntica maneira. A comparação dos dois mostra no entanto divergências profundas.

Ao passo que no primeiro o artista português, seguindo recentes ensinamentos, varreu para o lixo das antigualhas a concepção ptolomaica do Oriente e o seu *Magnus sinus*, ela é patente no outro. A nomenclatura, por outro lado, também contraría a comunidade de orígem. Hamy julgou acertar dizendo que todos ou quási todos os nomes estão escritos em português, citando apenas como italiano *capo raso*, que aparece isolado nas terras de Côrte Real. Isto prova ignorância das duas línguas; efectivamente a maior parte dêles denuncia um italiano, esforçando-se por dar em português as inscrições africanas, mas usando ocasionalmente o falar nativo. ¿Como se compreende um português lançando na África *C. rosso*, por *Cabo rôxo*, e no arqüipélago de Cabo Verde *s. vincẽso*, *s. lucia*, *s. iacomo* e *y. de mazo*, em vez de S. Vicente, S. Luzia, S. Tiago e Ilha de Maio? ¿Como se explica *s. miquell* e *s. giorgio* nos Açôres, que são designados por *Insula solis*, qualificativo tam insólito nos nossos cartógrafos quanto o de *Insula virides*, aplicado às do Cabo Verde?

O cartólogo Amat di S. Filippo, atribuíndo a paternidade discutida a um italiano, segundo parece únicamente à conta do *capo raso*, lembra-se de Vespúcio, em cuja viagem de 1501-1502 supõe fundado o contôrno mudo do Brasil (76). É insustentável a hipótese, filha do excessivo fervor vespuciano de que enumerámos outras ilustres vítimas. ¿Se o florentino teve vagar para recordar *capo raso* em terra onde nunca pôs os pés, como se percebe que lhe faltasse para ornar de nomes aquela que percorreu e se gabava de ter descoberto?

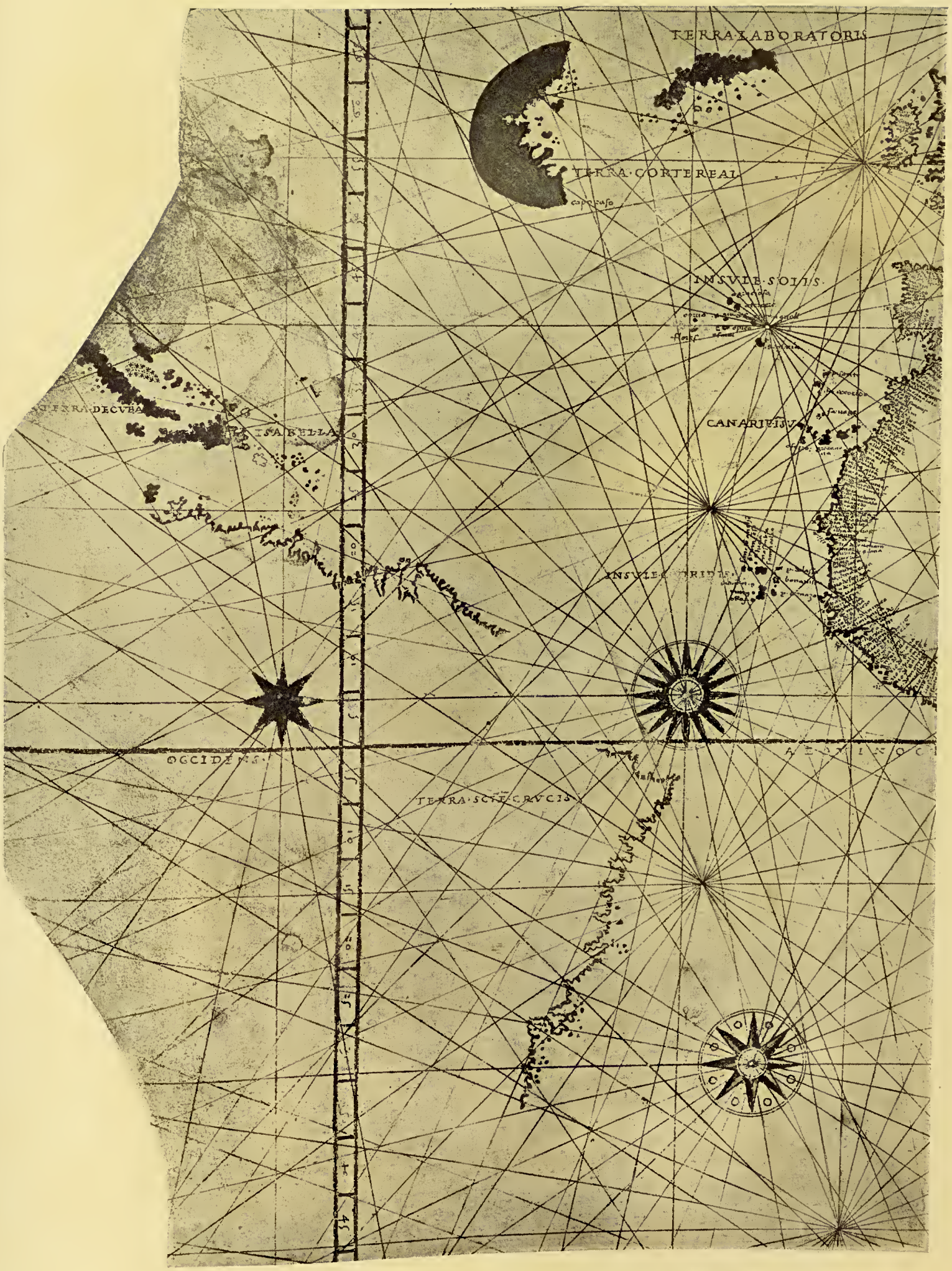
O trabalho, indubitávelmente do país por excelência dos cartógrafos, fàcilmente se demonstra ser posterior a 1502 atentando ao Novo Mundo, onde aliás só figuram possessões portuguesas. Não sòmente as terras de Côrte Real estão representadas com mais consciência que em Cantino, embora com uma única denominação, mas o contôrno do Brasil é mais extenso e perfeito, e não existe a parte puramente conjectural ao sul de *Pôrto Seguro*, substituída por uma costa que se retrai para o ocidente. Conquanto não se leiam S. Roque e Rio de Cananéa, limites das terras indisputávelmente portuguesas, é certo que o contôrno pára nesses lugares; ora já vimos que se faz mister avançar até 1504 para justificar suas designações.

Êste mapa oferece uma particularidade de que deve haver raríssimos exemplos; tem duas eqüinociais. A primeira, traçada consoante queria Ptolomeu, vale para o Velho Continente; a latitude de Lisboa, se lha referirmos, medindo-a na escala que se vê no bordo ocidental, é duns 39°, e tal geralmente a supunham. A segunda corre pelo oeste da África até o Novo Mundo, e foi ditada pelo exame de cartas portuguesas donde esta é extraída; o conflito das duas concepções se assinala flagrantemente, se é que a América não constitui um aditamento.

A partir do primeiro dos eqüadores estão riscados, de ambos os lados e simétricamente, alguns paralelos a intervalos decrescentes, que não parecem obedecer a regra; aliás o artista utilizou-os como rumos de rosas dos ventos. Não há meridiano algum. O de Tordesilhas não é, como quere Hamy, a escala de latitudes, situada longe da posição que lhe marcava o tratado.

O Brasil liso poupa-nos à canseira de identificações.

(76) *Recenti ritrovamenti di carte nautiche in Parigi, in Londra e in Firenze*; Bull. della Soc. Geograf. Ital., 1888; pág. 276. Harrisse, levado pelo mesmo *capo raso*, aventou igualmente a opinião de que a obra é dum italiano (op. cit. na nota 7, da pág. 431).



O litoral do Brasil no mapa de auctor desconhecido pertencente ao dr. E. T. Hamy

(O recorte litorânio, sensívelmente o mesmo do mapa de Canério, aparece despido de nomenclatura)

V—O MAPA DE CANERIO

HÁ perto de 34 anos encontrou-se inesperadamente, no rico Arquivo do Serviço Hidrográfico da marinha francesa, um grande mapa manuscrito em bom estado de conservação, que aí permanecia sepultado desde 1669. Procedendo Ernesto Gallois a seu exame, reconheceu que era um portulano ou carta de marear dos princípios do XVI.º século, que representava o mundo de que então havia notícias e se inspirava em modelos portugueses, conquanto debuxado pelo genovês Nicolau de Canerio. Os resultados do estudo do ilustre cartólogo foram publicados num escrito de 1890, acompanhado da imagem de todo o pergaminho (77). Mais tarde o reproduziu Gabriel Marcel na parte americana, e integralmente Stevenson em fotografias, a que juntou extensa memória. Se hoje há reparos a fazer ao primeiro trabalho analítico, o último então carece de ser inteiramente refundido, ao menos no que respeita ao Brasil, tantos são os desconcertos que o desfeiam.

A preciosa peça está assinada.

Faltam a data e o local da feitura, o qual geralmente se crê ser Lisboa, embora sem justificação; nós já fixámos em 1505-1506, contra o parecer comummente seguido, a época do mais tardio protótipo consultado.

É o único trabalho em que o genovês conseguiu legar aos vindouros o testemunho da sua destreza de fabricante e iluminador de cartas geográficas, espécie não rara naquela era remota em que escasseavam os verdadeiros artistas compositores. Sua reputação tem sido muito exagerada, a avaliar pela obra. Stevenson, avultando-lhe os merecimentos, faz dêle um autêntico cartógrafo, compilador consciente e sabedor, chegando até a imaginá-lo consultando o seu Ptolomeu em latim; Denucé, então, não está com meias medidas e alça-o a inovador arrojado, conferindo-lhe as honras de uma nova concepção da Ásia, diversa da do alexandrino e conforme, não às noções dos portugueses cujos descobrimentos consigna, mas às narrativas dos viajantes medievais italianos (78). ¡Nunca o modesto desenhador se viu guindado a tamanha altura!

Se pelo lado material o planisfério está bem acabado, a-pesar-de inferior ao de Cantino, desmerece bastante na exactidão, mesmo levando em conta a época, em que eram recentes e portanto mal conhecidos os descobrimentos registados. A África é distendida para leste, mais que no doado ao príncipe d'Este, consoante usavam os primeiros cartógrafos quinhentistas; a Indochina aparenta o desmedido alongamento do costume, mas é sobretudo no Brasil que a imperfeição se revela flagrantemente. O contôrno segue sensívelmente por norte-sul desde o cabo onde está implantada a bandeira das quinas até a altura do Cabo Frio, cuja inscrição é omitida, e aí, em vez de inflectir a poente, continua a correr na mesma direcção até ao têrmo meridional, onde se vê outra bandeira. A terra de Santa Cruz está muito puxada ao sul, com latitudes exageradas; no ponto extrêmo, *Rio de Cananor*, o êrro sobe a 12°. É manifesto que Canerio só teve à vista cópias mal cuidadas de modêlos oficiais, pois nestes os rumos e as alturas do pólo pouco se afastavam da realidade.

É opinião corrente que êste mapa não passa duma cópia do de Cantino com alguns acrescentamentos, ou, mais apropriadamente, que na parte comum se inspiraram seus autores no mesmo protótipo. Mas não é verdade. Pondo de parte o Brasil, reconhece-se que as denominações africanas, menos abundantes em Canerio, divergem bastantes vezes; e tanto basta para excluír a identidade de orígem, que também é contrariada por outras dessemelhanças. Comtudo as matrizes, se diversas, ofereciam grandes analogias.

No centro da África vê-se uma área circular representando um hemisfério terrestre, no qual Gallois julgou reconhecer os contornos da Ásia, lançados à maneira ptolomaica, ao passo que no corpo do mapa o são à maneira portuguesa mais exacta. Para explicar a anomalia, o crítico francês aventa que seja um aditamento posterior à ultimação; e Denucé imita a divertida hipótese do pobre Canerio querer assim opor engenhosamente a recente concepção à antiga e errónea. O meio globo está cheio de ilhas e terras imaginárias, e na fotografia de Stevenson não vemos claramente que

(77) *Une nouvelle carte marine du XVIe siècle, le portolande Nicolas de Canerio;* Lyon, 1889.
(78) *Les origines de la cartographie portugaise;* Gand, 1908, págs. 14 e 16.

reproduza a aberração do alexandrino; provável é que o artista o copiasse inconscientemente de outros trabalhos.

Construído na projecção quadrada das cartas de marear, o mapa tem 22 rosas de vento (4 sem as usuais estrêlas) de que irradiam linhas de rumo. Está riscada a eqüinocial, mas nenhum paralelo, faltando até os trópicos. Não há meridianos, salvo se quisermos benévolamente considerar como tais três rectas avulsas, perpendiculares ao eqüador, mas cuja presença é inexplicável pelos lugares que atravessam. Nota-se a ausência da linha da demarcação. Dos lugares terminais nomeados no Brasil, está o setentrional, *Sam Rocho*, a poente do meridional *Rio de Cananor*, quando devia suceder às avessas, se é que não coïncidiam sensívelmente seus meridianos com a divisória. Ao lado dêste rio passa uma das três rectas acima mencionadas, que seriamos tentados a tomar pela de Tordesilhas se não estivesse a nascente da terra de Côrte Real, que todos ao tempo incluíam na esfera portuguesa.

Há 7 escalas de distâncias, não numeradas e graduadas em divisões, cada uma das quais ainda é repartida em 5 pontos; e uma escala de latitudes, no bordo ocidental do mapa, numerada de grau em grau em ambos os hemisférios, a partir do zero eqüatorial. Nem nesta, nem nas outras, são as divisões uniformemente iguais, provindo talvez o facto da irregular contracção do pergaminho; para mais, não jogam as duas espécies de escalas. Medições, feitas na boreal de latitudes e na que se vê no canto superior esquerdo, conduzem a eqüiparar 10° a 16 divisões, ou 80 subdivisões últimas. Não sabemos a dimensão do grau adoptado por Canerio, e apenas que os espanhois o avaliavam em 60 milhas ou $66\,^{2}/_{3}$, e os portugueses em 70, resultando daí para a subdivisão respectivamente $7\,^{1}/_{2}$, $8\,^{1}/_{3}$ e $8\,^{3}/_{4}$ milhas, valores todos inadmissíveis. Provàvelmente ela era de 10 milhas, consoante o costume dos cartógrafos italianos, mas isto prova que Canerio não recorreu, durante o desenho, àquelas escalas cuja função parece meramente decorativa.

A nomenclatura está quási tôda estropiada; para a decifrar torna-se ocasionalmente mister recorrer a mapas posteriores. A maior parte dos autores que se ocuparam dela, alheios à nossa língua tanto quanto o genovês, nem sempre a interpretam bem e, desconhecendo a vida portuguesa, caem por vezes em afirmações singulares. Harrisse e Stevenson, por exemplo, derivam resolutamente *sta maria da rabida* do convento de franciscanos que funcionava em Palos sob a égide desta Virgem e onde Colombo foi encontrar o melhor auxiliar da sua primeira viagem à América; isto é, imaginam o capitão português, que impôs o nome, comemorando o feito de um país rival, demais valendo-se dum pormenor ignorado da grande maioria dos coevos, quer portugueses, quer castelhanos (79). Semelhante despautério não lhes ocorreria se soubessem que o culto de Nossa Senhora da Arrábida já florescia em Portugal ao desabrochar o século XVI, sendo até mais antigo que na Espanha, se há pôr fé nas crónicas.

Uma das deficiências do mapa está na ausência de designação de qualquer ilha, havendo já muitas descobertas, e a sua pobreza na de cabos, dos quais se menciona o *Cabo sta croxe*. O de Kunstmann III, com metade dos nomes, traz quatro.

EXPLORAÇÕES LITORÂNEAS REGISTADAS POR CANERIO

O MAIS interessante dos problemas suscitados por êste mapa consiste em discriminar as diversas viagens de que deriva sua nomenclatura. Infelizmente são tam escassas e incertas as notícias escritas àcêrca delas que o problema ficaria inteiramente em aberto, se não fôra tal ou qual auxílio do calendário donde se póde, à vista dos santos invocados nas denominações, inferir quais os dias do ano em que foram impostas. Contudo a aplicação dêste critério nem sempre conduz a resultados seguros, porque a personagem sacra não está necessàriamente ligada à data em que a festejam; àlém disto, como as visitas ao litoral brasileiro se faziam regularmente nos mesmos meses, acontece que, sabido embora o dia do mês, fica por vezes indeterminado o ano.

Abstraíndo de dois nomes pertencentes a Cabral, *porto seguro* e *mont passqual*, inscreve o

(79) Harrisse, op. cit., pág. 426, nota 77; Stevenson, na memória citada na nota 10.

genovês 37 cuja colocação na costa está longe de se ajustar às datas agiológicas, e supõe evidentemente mais do que uma exploração. Ora, àlém da de Fernão de Loronha entre 1501 e 1502, só sabemos da de Gonçalo Coelho, iniciada em 1503; há pois que verificar se as duas bastam a explicar a nomenclatura.

Na primeira aportaram os navegantes em 17 de Agosto, ao que diz Vespúcio na *Lettera*, e nós estabelecemos fundadamente no capítulo IX que abandonaram a costa aí por 25 de Fevereiro; o primeiro ponto visto está um tanto ao norte do Cabo de S. Agostinho e o último não desce de Cabo Frio. Segue-se daí que as designações de Loronha, entre estes limites, devem corresponder a santos festejados entre 17 de Agosto e 25 de Fevereiro, e efectivamente verificamos no capítulo citado que obedecem a esta condição as constantes no planisfério de Cantino.

As que se inscrevem ao sul de Cabo Frio não são de atribuír a êste descobridor. Da viagem de Gonçalo Coelho, inexacta e incompletamente narrada na quarta jornada da *Lettera*, apura-se apenas que a 10 de Agosto o fidalgo estava na actual ilha de Fernão de Loronha, ignorando-se quando e em que lugar findou sua missão. Com tam pobres dados vamos proceder à análise da toponímia de Canerio.

Pouco ao norte do *Cabo sta Croxe* (Santa Cruz), que é o actual de S. Agostinho senão outro próximo, se lê *Monte de sam vicenso*, mártir ou prègador festejado em 22 de Janeiro ou 5 de Abril. Ora Fernão de Loronha, chegado ao Brasil em Agosto de 1501, estava em Janeiro de 1502 muito ao sul da Bahia e no fim de Março devia ter largado da sua ilha para Portugal, não sendo crível que retrocedesse para o continente; Gonçalo Coelho em 10 de Agosto de 1503 naufragou nesta mesma ilha, que não dista muito daquele monte. Parece portanto desarrazoado imputar seu nome a qualquer dêstes capitães.

Continuando costa abaixo, entre *Rio de sam fransesco* e *baie de tuti li santi*, descobertos por Loronha em 4 de Outubro e 1 de Novembro, figura a denominação *Rio de sam ieronimo*, santo cuja festa se celebra em 30 de Setembro. Ela não pertence certamente a Loronha, mas talvez a Coelho, que neste dia estaria à vista do rio. Logo adiante da Bahia, lemos as três inscrições seguintes, às quais vão juntas as datas dos santos respectivos, conforme os calendários dos *Regimentos* de Münich e d'Évora:

Rio de sam iacomo (S. Tiago)	25 de Julho (M, E)
Rio de sto agustino	28 de Agosto (M, E); 28 de Fevereiro (M)
Rio de sta lena (S.ta Helena)	17 de Agosto (E); 21 ou 22 de Maio (M, E); 15 de Abril (E)

Examinando a coluna da direita, apura-se que as designações à esquerda não são de Loronha, nem de Coelho. Aquele arribou em Agosto de 1501 e fundeou na Bahia em 1 de Novembro, e em 25 de Julho de 1502 já tinha tornado a Portugal. Êste naufragou em S. Lourenço aos 10 de Agosto de 1503, e não podia ter percorrido em 7 dias, e com escalas, os 11º ou 12º de latitude que separam desta ilha o rio de Santa Helena. Dando de barato todavia a insignificância destas reflexões, resta explicar como S. Agostinho está intercalado entre Santa Helena e S. Tiago, que se festejam em datas anteriores, a primeira de 11 dias e a segunda de 34.

Prosseguindo na nossa digressão, passamos a outro grupo de inscrições, que também acompanhamos com os dias dos santos comemorados:

Rio de sta lucia	13 de Dezembro (M, E)
Serra de sam tomé	21 de Dezembro (M, E)
Alapego de sam paullo	22 de Março; 29 e 30 de Junho (M, E); 10 de Janeiro (M) e 25 (M, E); 7 de Junho (M) e 26 (M, E)
Rio dos Refens	
Baía de reis	6 de Janeiro (M, E)

A palavra *Alapego*, sôbre que se tém bordado fantasias, é corrupção de arqüipélago, e êste devia constar da actual ilha de S. Ana e de 3 ou 4 ilhéus que a ladeiam. Não é de conceder a paternidade do nome a Loronha nem a Coelho. Os dois anteriores, conquanto a rigor explicáveis pela viagem do primeiro capitão, provávelmente não lhe pertencem, porque êle nos princípios de Fevereiro

se encontrava bastante próximo do actual Cabo de S. Tomé, tendo abandonado a costa em 25 do mês; e se acreditarmos em Vespúcio, a latitude atingida em 15 de Fevereiro computaram-na em nada menos de 32º. Quanto ao último, indiscutívelmente pertence à actual Angra dos Reis, ao oeste de Cabo Frio, donde não passou Loronha. As três são provávelmente de Coelho, cuja viagem contudo não justifica a intercalação do *Alapego*, qualquer que seja o dia escolhido para *sam paullo*.

Dêstes factos se infere que, àlém das expedições discutidas, houve outra ou outras, no decurso das quais foi imposta a meia dúzia de designações que chamaram nossa atenção. Duas objecções contudo se podem contrapôr. A primeira é que nem sempre se recorria ao calendário, e algumas vezes aos nomes das caravelas da esquadrilha. Isto aconteceria porventura com S. Tiago e S. Vicente, êste padroeiro de Lisboa e aquele dos batalhadores portugueses, sob cujo patrocínio não raro os acobertavam os donos de navios (80). A segunda está em que talvez algumas denominações fôssem aplicadas no regresso de Coelho, que navegou em condições desconhecidas, através de naufrágios e com arribadas forçadas. É possível assim que tivesse nomeado o Arqüipélago de S. Paulo em Março ou Junho, embora isto seja de estranhar, porquanto já devia ter passado à vista das ilhas quando desceu ao longo da costa, da qual só distam umas 3 milhas. Mas é necessário admitir, em seguida, que chegou ao Rio de Santa Helena em 17 de Agosto, e ao de S. Agostinho em 28; ora se as duas arribadas, a 11 dias de intervalo e em dois pontos muito próximos, não são de rejeitar, tornam-se inverosímeis quando se reflecte que foram acompanhadas de novo baptismo dos rios, diante dos quais desfilou no percurso descendente.

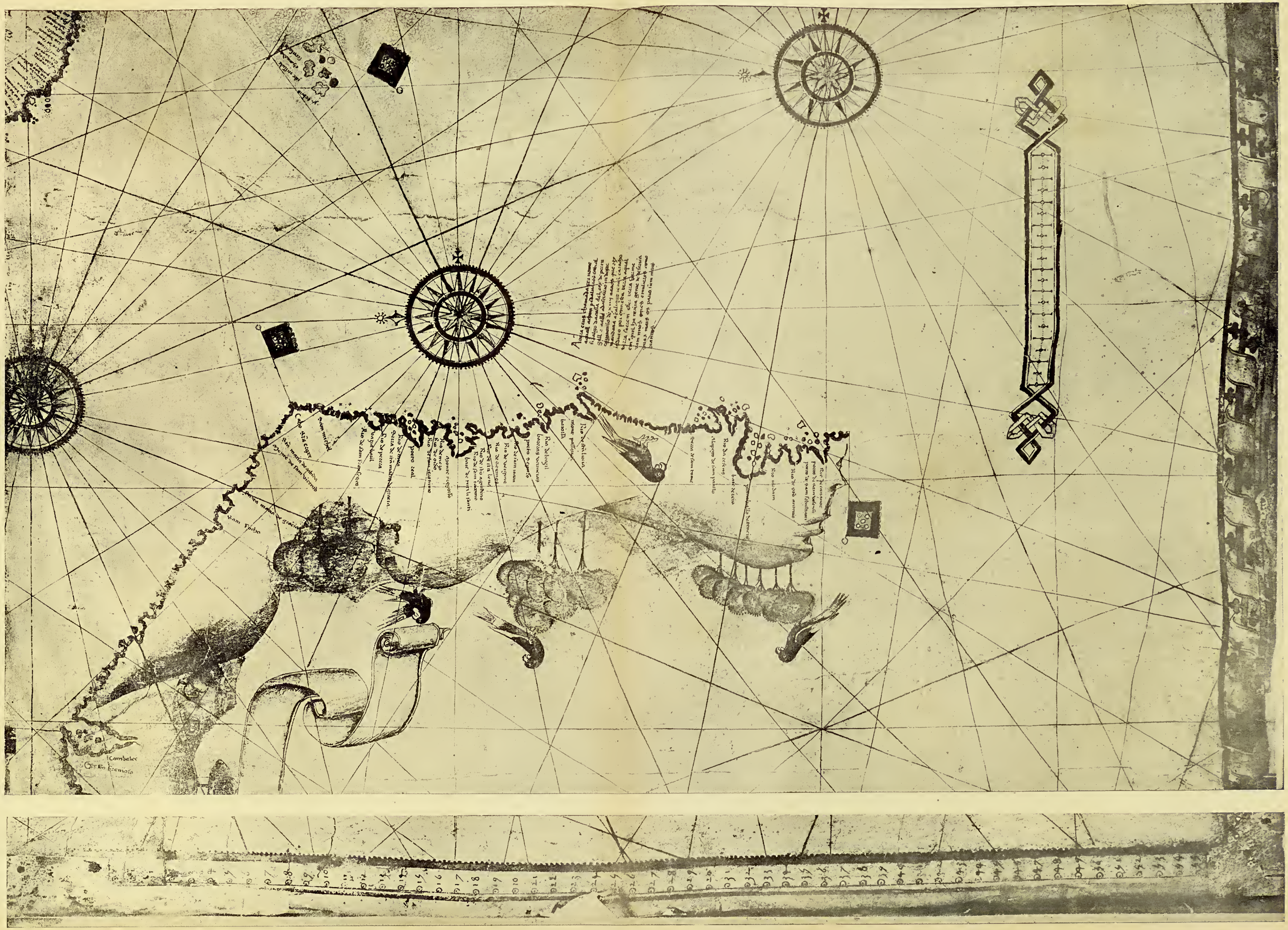
A fragilidade da hipótese combatida, que tenta ligar tôda a nomenclatura às duas expedições de 1501 e 1503, aumenta ainda quando se atenta na invocação de Nossa Senhora da Graça em dois lugares distantes de Canerio, uma vez adiante de *Sam Rocho* e outra numa serra situada entre *Rio de sam fransesco* e *Porto real*. A festa desta Senhora variava com as localidades, e ignoramos quando a celebravam os marítimos daquele tempo; é admissível que fôsse na Visitação da Virgem, em 2 de Julho, ou na Assunção, em 15 de Agosto, ou na Natividade, em 8 de Setembro. A Coelho em 1503 se devem, cremos nós, o *Sam Rocho* e *Santa maria de gracia*, e neste caso temos de aceitar 15 de Agosto para data da festa; não póde pois ser outra a que corresponde à *Serra de sta maria de gracia*. Como o navegante não tinha o dom da ubiqüidade, se êste nome lhe pertence, foi imposto em 1504, quando voltava; segue-se que na ida navegou bastante longe da costa, pois não viu as montanhas. Mas neste caso não se justificam em 28 e 17 de Agosto os rios de S. Jerónimo e Santa Helena, cujo baptismo devia ser anterior ao da Serra. Se êste foi a 8 de Setembro, hipótese compatível com o dos rios, resta explicar na mesma data do ano Nossa Senhora da Graça, contígua a S. Roque, que é em 16 de Agosto, e antes de Nossa Senhora da Arrábida.

A análise precedente põe-nos em presença de outras visitas a portos brasileiros àlém das duas mencionadas por Vespúcio e Góis. Não podendo atribuí-las tôdas a náus desgarradas, cujo destino era a Índia, tais como a de Rui Mendes em 1504, somos forçados a admitir uma ou mais expedições directas ao Brasil, as quais, como é sabido, nem sempre respeitavam as denominações adoptadas nas antecedentes. O contracto de arrendamento de Santa Cruz a Loronha previa três: a primeira flotilha saíu em 1503; é possível que o arrendatário não armasse segunda em 1504, atendendo ao atrazo no regresso da primeira, mas não vemos por que excluí-la em 1505, último ano do contracto.

No quadro seguinte esforçámo-nos por classificar a nomenclatura de Canerio dependente do calendário, distribuíndo-a, aliás hesitantemente, em 4 grupos. No 1.º, excluídas as duas de Cabral, vão as designações que com certeza procedem de Loronha; no 2.º as duvidosas, que tam lícito se afigura imputar-lhe como a Coelho; no 3.º as que calculamos pertencer a êste capitão, e finalmente no 4.º as demais, quer sejam dêle, quer de outros:

(80) Enquanto no relato da 3.ª navegação da *Lettera* Vespúcio declara ter dobrado o cabo a que puseram o nome de S. Agostinho, nas *Quatuor navigationes*, que não parece tradução do mesmo exemplar da *Lettera*, por duas vezes se lhe chama *Sancti Vicentii Campus*, designação evidentemente imprópria para um cabo. Esta confusão sugere que S. Vicente foi nome imposto por Loronha, não ao cabo mas a outro lugar, ou então, como em Vespúcio não são de espantar as transposições, que êle pertencesse a Coelho. O mártir, contudo, é de Janeiro, e os navegantes andaram por aquela costa em meses dêle afastados; talvez uma das caravelas da expedição se chamasse S. Vicente.

O BRASIL NO MAPA DE NICOLAU CANÉRIO (1505?)



Nomes	Loronha	Loronha ou Coelho	Coelho	Coelho ou outros
Santa maria de gracia			15 de Agosto?	
Sam Rocho			16 de Agôsto	
Monte de sam vicenso				22 de Janeiro, 5 de Abril
Sta maria de rabida			15 de Agosto?	
Cabo sta croxe	14 de Setembro			
Sam michel	29 de Setembro			
Rio de sam fransesco	4 de Outubro			
Serra de sta maria de gracia				2 de Julho, 15 de Agosto, 8 de Set.º?
Porto real		26 de Outubro?		
Rio de sam ieronimo			30 de Setembro	
Baie de tuti li santi	1 de Novembro			
Rio de sam iacomo				25 de Julho
Rio de sto agustino				28 de Agosto
Rio de sta lena				17 de Agosto?
Rio de vergine			21 de Outubro	
Rio de sam ioam			14 de Novem.º?	
Rio de sta lucia			13 de Dezembro	
Serra de sam tomé			21 de Dezembro	
Alapego de sam paullo				30 de Junho, 22 de Março, 10 de Jan.º?
Baie de reis			6 de Janeiro	
Pinachullo detentio				25 de Fevereiro?
Rio iordam			13 de Janeiro	
Rio de sto antonio			17 de Janeiro	
Porto de sam sebastiam			20 de Janeiro	
Porto de sam vicenso			22 de Janeiro	
Rio de Cananor				29 de Fevereiro?

IDENTIFICAÇÕES

TENTAREMOS identificar os lugares de Canerio, omissos no *Esmeraldo*, cujas latitudes muito e desigualmente erróneas se nos tornam inúteis ([81]).

Santa maria de gracia — Nossa Senhora da Graça. Não nos basta o nome para determinar o dia do ano em que foi descoberto êste lugar, visto como ignoramos quando os marítimos portugueses festejavam esta senhora; póde ser que na Assunção, em 15 de Agosto, sendo talvez avistado por G. Coelho em 1503. Na mesma posição, logo após S. Roque, traz Kunstmann III *Sta m datalaya;* ora Nossa Senhora da Atalaia é muito festejada pelos lisboetas na Assunção.

Monte de sam vicenso — Monte de S. Vicente. O baptismo, se determinado pelo calendário, realizou-se em 22 de Janeiro ou 5 de Abril, sendo o padrinho desconhecido. A favor da primeira data aduziremos, sem convicção, que algures ao norte e não longe do Cabo de S. Agostinho, havia um pôrto chamado de S. Sebastião, onde arribou Tristão da Cunha em 1506; ora êste santo celebra-se a 20 de Janeiro. Canerio, do mesmo modo que os dois Kunstmann, traz o monte imediatamente antes de *Sta maria de rabida*, e êste lugar é contíguo à Ponta do Calcanhar, como se vê claramente de Kunstmann III. Segue-se que S. Vicente designa qualquer dos môrros pouco elevados que correm desta ponta no espaço dumas 50 milhas.

Cabo sta croxe — Cabo de Santa Cruz. Desconfiamos de que assim chamou Loronha ao promontório oriental da costa, e não S. Agostinho, como quere Vespúcio. O primeiro nome, provávelmente

([81]) Socorremo-nos na tentativa não só do *Atlas do Brasil* do Barão Homem de Melo, mas das cartas brasileiras do Almirantado Britânico, das do Almirante de Jaceguay, de Conrado Niemeyer e de várias outras, existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

mais antigo, aparece em Canerio, Kunstmann II e nos primeiros mapas estrangeiros; o segundo no *Esmeraldo* e em Kunstmann III; e nas *Probanzas del fiscal,* do processo entre Diogo Colombo e a coroa castelhana, são dados os dois como eqüivalentes. As festas da Santa Cruz são três: Invenção, a 3 de Maio; Invenção do sinal da Cruz, a 7 de Maio, e Exalçamento, em 14 de Setembro; ora como Loronha e Coelho só andaram por estas paragens depois de 10 de Agosto, a data da descoberta só póde ser a terceira. Na localização hesitamos entre o Cabo de S. Agostinho, o Cabo Branco e a Ponta das Pedras, por serem estas duas últimas mais orientais que o primeiro.

Vazia baril—Vasa-barris. A circunstância de faltar o qualificativo de rio, tanto neste mapa como no Maiollo de 1527 e no de Turim, não exclui que o seja, pois no de Gaspar Viegas vemos em idêntico lugar *R. de vazabarris.* O que modernamente assim se chama, ou Ipiranga, desemboca entre as fozes dos Cotinguiba e Real, mas não é o mesmo de Canerio. Efectivamente, entre o *Rio de sam francesco* e *Porto real* aparecem por ordem *vazia baril, Rio de perera* e *Rio de caxa;* ora na costa de Sergipe desagúam pela mesma ordem, o Japaratuba, o Cotinguiba e o Vasa-barris. Daqui concluímos que ao primeiro e não ao último cabe a denominação de Canerio. Algumas vezes, como é sabido, elas se deslocavam. Ignoramos quando foram descobertos tanto êste rio como os dois seguintes.

Rio de perera—Rio do Pereira. Êste rio, provávelmente o Cotinguiba, vem em Viegas como nós o lemos, e recorda um tripulante não sabemos de que expedição. Para Stevenson, alheio ao português, é o Rio das peras, fruto exótico no Brasil, que com certeza aí não se encontrava ao tempo.

Serra de sta maria de gracia—Serra de Nossa Senhora da Graça. Êste nome, que se lê também nos Maiollos de 1519 e 1527, e simplificado no de Turim, já não figura no de Viegas. Designa a serra de Itabaiana, bem visível da costa. É duvidoso, como já vimos, o dia 25 de Agosto para o do descobrimento, cujo ano não é sabido.

Rio de caxa—Rio das Canafístulas. Deve ser o actual Vasabarris êste rio, cujo nome está ininteligível em Viegas e no mapa de Turim. *Caxa* é corrupção de cassia, que em italiano designa a canafístula, fava medicinal cuja abundância nas margens determinou o qualificativo. Se os marítimos portugueses lhe chamavam também caxa, ou se Canerio copiou dum modêlo italiano onde a palavra estava traduzida, é questão que fica por resolver. O nome póde bem filiar-se na expedição de Loronha, já que Vespúcio na 3.ª navegação da *Lettera* se refere a um lugar onde achou muita canafístula de grandes dimensões.

Rio de sam ieronimo—Rio de S. Jerónimo. Foi descoberto em 30 de Setembro, e não de 1501 porque Loronha em 4 de Outubro pairava junto do Rio de S. Francisco, muito ao norte. Presumimos que o tradutor da Vulgata foi invocado por Coelho em 1504, e que o rio seja o Itapicurú, já que é o mais importante a seguir ao Real.

Rio de Oido—Rio da dúvida. Nossa lição é a dos mapas de Turim e Viegas, que entre o Rio de S. Jerónimo e a Bahia dão apenas o *da duvida,* estropiado em *de vidoa* por Maiollo em 1519. Daí concluímos ser o Inhambupé, principal entre o Itapicurú e a Bahia. Não se sabe quando foi avistado pela primeira vez êste rio, nem o seguinte.

Rio de mezo—Rio do Meio. A colocação identifica-o com o Jacuipé. Maiollo, que em 1519 traz nesta região apenas *de vidoa,* suprime-o em 1527, substituíndo-o por outro *de mezo.*

Monte fregosso. Por preceder imediatamente a Bahia deve ser um dos montes de Assú das Tôrres, senão o môrro de Mossurandupió.

Os 6 rios entre Bahia e Pôrto Seguro. Para os identificar, entre muitos que aí irrompem, vamos juntar em quadro comparativo às denominações de Canerio as de Gaspar Viegas no mesmo trecho da costa:

Canerio	G. Viegas
Rio de sam iacomo—de S. Tiago	*tinharé*
Rio de sto agustino—de S. Agostinho	*s. giam* (S. Julião)
Rio de sta lena—de Santa Helena	*srra alta*
Rio de sexmos—dos Cosmos	*R. de sãtagostinho*
Rio de vergine—das (11 mil) Virgens	*A baia*
Rio de sam ioam—de S. João	*R. das ostras*
	R. de s. anna
	R. dos cosmos
	R. das voltas

À vista da carta do Estado da Bahia, começaremos por notar que em Viegas o Rio de S. Agostinho está ao sul de *tinharé*, que é a ilha ainda hoje assim chamada, e de *srra alta*, que provàvelmente designa os montes atrás de Camamú; não hesitamos pois em identificá-lo com o grande rio de Contas, que desemboca por 14° 16′ S. No de *S. Tiago* podemos supor quer o Jequiriçá, quer o Una que tem na foz a vila de Valença ou ainda o de Camamú. A *baia* de Viegas cremos ser a de Ilhéus.

Em seguida, lançamos mão das tábuas de latitudes do *Regimento* d'Évora. Ela inscreve *Ilha de sancta ylena* e *Rio dos Cosmos* em 16° S, mas como as coordenadas da Bahia e Pôrto Seguro estão exageradas de uns 30′, é rasoável atribuír àqueles lugares cêrca de 15° 30′ S. Procurando na carta por esta altura, topamos com 3 ilhas, uma das quais deve ser *Santa Helena*, e o importante Rio Pardo, que desagúa em Canavieiras, por 14° 44′ S; e êste deve ser o dos *Cosmos*. O rio de *Santa Helena* não é necessàriamente o Comandatuba ou o Poxim, que saem defronte da ilha do *Regimento;* às vezes a mesma santa era invocada em pontos próximos por mais dum descobridor. Talvez coïncida com o mais volumoso Una, que se escôa aí por 15°, pouco ao sul de Olivença.

Isto posto, pelo das *Virgens*, logo adiante do dos *Cosmos*, há que tomar o Jequitinhonha, e fácil é descobrir o de *S. João*, que actualmente se chama S. João da Tiba ou Sernambitiba. Da análise precedente resulta o seguinte rol de identificações:

Rio de S. Tiago	Jequiriçá, Una de Valença, Camamú
Rio de S. Agostinho	Rio de Contas
Rio de Santa Helena	Comandatuba, Poxim ou Una de Olivença
Rio dos Cosmos	Rio Pardo
Rio das Virgens	Rio Jequitinhonha
Rio de S. João	Rio S. João de Tiba

Provàvelmente os nomes de Canerio são todos de Gonçalo Coelho. Os Cosmos eram possívelmente dois tripulantes com o nome comum Cosme.

Na costa que desce de Pôrto Seguro até ao Rio do Frade há várias barreiras vermelhas, e daí em diante até ao sul do rio Cahy alternam as vermelhas com as brancas ([82]). Presumimos que as *bareras* de Canerio sejam as imediatamente seguintes a Pôrto Seguro, estando por *barossa* as outras terras barrosas anteriores ao Monte Pascoal, cuja latitude de 16° 53′ S é pouco inferior à do Cahy. Quanto ao *Rio do brasil*, nome de Loronha inscrito no planisfério de Cantino em posição um tanto diferente, hesitamos em identificá-lo com o do Frade, ou com o mais pequeno Pitanga. Gomes Ribeiro, escudando-se em que os indígenas designavam o segundo por Ibirapitanga, que quere dizer pau vermelho, pretende ser êste o de Canerio e doutros antigos cartógrafos ([83]); abstraíndo porém de que o nome europeu não derivou forçosamente do indígena, é provável que o aplicassem a mais dum rio, porque a madeira corante devia ser abundante em tôda a região vizinha de Pitanga. O *Rio do brasil* de Cantino parece efectivamente não coïncidir com o de Canerio.

Serra de sam tomé. A posição destas montanhas aponta para uma das serras do Rio Preto ou Itaoca, que aparecem aos navegantes atrás do cabo de S. Tomé, aliás ausente do mapa. Êste deve ter sido nomeado, simultâneamente com a serra, no dia 23 de Dezembro, presumívelmente de 1503 e por Gonçalo Coelho.

Alapego de sam paullo—Arqüipélago de S. Paulo. Julgaram alguns que a palavra *Alapego* se relacionava com pegadas, imaginando as de S. Paulo como outros as do apóstolo S. Tomé; mas houve quem preferisse a versão de Waldseemüller em 1507, *Pagus S. Pauli*, aldeia de S. Paulo. Stevenson leva a ingenuidade ao ponto de aí supor—e em 1502—a primeira povoação europeia de que há memória no Brasil, cujo nome atribui ao inevitável Vespúcio! A verdadeira lição encontra-se no mapa de Turim. O arqüipélago consta da pequena ilha de S. Ana, defronte da foz do rio Macahé, e de algumas ilhotas circunvizinhas. Há incerteza sôbre o dia e ano da descoberta.

Baia de reis—Baía dos Reis. Descoberta na Epifania (6 de Janeiro) de 1504 por Coelho, esta enseada é com certeza a actual Angra dos Reis, a oeste do Rio de Janeiro. Os Maiollos de 1519 e 1527 trazem *A badia de rey* e a *baia de rey* imediatamente ao sul de *Rio de iaceo* e *Rio de genero;* Viegas põe *G. dos Reis* depois de *Rio de Janeiro.*

([82]) Veja-se a carta *Singraduras de Pedro Alvares Cabral desde o dia 22 até ao dia 25 de Abril de 1500.* publicada no cap. VII desta obra e volume.

([83]) *Um problema historico-geografico*, publicado na *Revista Americana.*

Pinachullo detencio—Pináculo da tentação. Como a palavra *detencio* significa em latim mal escrito detenção ou demora, Joaquim Caetano da Silva, torturando a outra palavra *Pinachullo*, engendrou que as duas se reportavam à detenção de Gonçalo Coelho, num lugar que supôs ser o Rio de Janeiro. Varnhagen subscreveu sem reservas a abstrusa interpretação do seu ilustre patrício ([84]), que mereceu as honras de graves refutações tam sòmente por dimanar de tais autoridades. Ela desfaz-se de encontro ao mapa de Turim, onde lemos no mesmo sítio o *pinaculo da tantaçã*.

É fácil explicar a designação. Os Evangelhos de S. Mateus e S. Lucas narram que o diabo arrastou Cristo até o cume dum monte altíssimo, com o intuito de o tentar. Ora, avistando da costa um píncaro singularmente elevado, algum dos expedicionários mais versado no Novo Testamento, plausívelmente um dos clérigos que sempre os acompanhavam, lembrou-se da passagem; é possível mesmo que o facto se desse no 1.º domingo da quaresma do ano, em cuja missa a Igreja manda ler a pericopa do capítulo IV do Evangelho de S. Mateus, em que se descreve o jejum quadragesimal de Cristo e as tentações então sofridas. Se assim sucedeu, e em 1504, o dia do baptismo do pináculo foi a 25 de Fevereiro.

Derby d'Orville lembra que seja o Pico do Frade, que ostenta a umas 4 milhas da enseada d'Angra os seus 1078 metros d'altura ([85]), mas atrás dêle ainda avultam os cumes das serras Geral, de Ariró, da Fortaleza e da Mantiqueira onde, a umas 40 milhas da enseada, se eleva o Itatiaya, entre todos proeminente.

Rio iordam—Rio Jordão. O nome dêste rio presumimos que provenha daquele em que foi baptizado o Redentor. A pericopa do capítulo 1.º do Evangelho de S. João, em que é narrada a cerimónia, lê-se na missa da oitava da Epifania, 13 de Janeiro, e em tal dia teria sido imposto o nome. É possível que o Jordão, desconhecido de Viegas, seja o pequeno Mambucaba que desagúa a poente da Angra dos Reis.

Rio de Sto antonio—Rio de Santo António ou Santo Antão. Um pouco antes de S. Sebastião desemboca o Caramburú, com o qual somos tentados a identificar o Rio de Santo António, porque entre a ponta do Cairussú e aquela vila não há outro digno de menção. Êle deve ter sido achado por Coelho no dia de Santo Antão, abade e confessor, que é 17 de Janeiro, provàvelmente de 1504.

Porto de sam sebastiam—Pôrto de S. Sebastião. Pouco depois do rio anterior foi descoberto por Coelho êste pôrto, em dia de S. Sebastião, que é 20 de Janeiro. Desde então se conserva o nome no lugar e na ilha fronteiriça.

Porto de sam visenso—Pôrto de S. Vicente. É o S. Vicente de agora, junto a Santos, descoberto por Coelho em 22 de Janeiro, cujo orago é o mártir padroeiro de Lisboa.

Rio de Cananor—Rio de Cananéa. Tém-se divagado a propósito dêste rio em que quiseram ver uma recordação do Cananor indiano ([86]). A verdadeira lição é a do mapa português de Kunstmann III. O nome do rio é de 1504, como já o mostrámos a propósito da tábua de ladezas do *Esmeraldo*, e foi dado em 29 de Fevereiro dêste ano bissexto. De facto então foi a quinta-feira seguinte ao 1.º domingo de quaresma, e nêsse dia se lê a pericopa do capítulo XV do Evangelho de S. Mateus, em que se descreve o encontro do Divino Mestre com uma mulher de Cananéa cuja filha sarou.

VI—O MAPA DE KUNSTMANN II

O MAPA de Kunstmann II, de que êste sábio publicou no seu Atlas em cromolitografia a parte americana, foi reproduzido na íntegra por Stevenson em fotografias. De menor valor que o de Canerio e mais grosseiramente executado, dá-nos a imagem planisférica da parte do globo terrestre percorrida por portugueses até às vizinhanças de 1506, e talvez seja de atribuír a esta época. Não tém outro paralelo àlém do eqüatorial, nem meridiano algum, sequer o de Tordesilhas. Traz uma escala de distâncias e nenhuma de latitudes, sendo difícil e aliás de pequena utilidade discriminar as de qualquer lugar. É visívelmente obra italiana.

A nomenclatura brasileira é quási idêntica à de Canerio, mas ainda mais adulterada, e faltam *Alapego de sam paullo* e *porto de sam sebastiam*. Êste facto faz crer que foram consultados diversos

([84]) *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin*, Vienne, 1870; págs. 11 e 49, A interpretação foi imaginada à vista da carta de Waldseemüller no Ptolomeu de 1513, editado em Strasburgo.

([85]) *Os mapas mais antigos do Brasil*, na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo*, tômo 7.º, 1902.

([86]) Êste parecer, a-pesar-de já combatido por Varnhagen, que invoca o mapa de Kunstmann III, ainda encontrou um defensor no P.e T. B. Halkemeyer *(As principaes representações cartograficas da costa brasileira nos três primeiros lustros depois da descoberta*, 1909, no *Relatorio do Ginasio de N.ª S.ª da Conceição*, do Rio Grande do Sul).

MAPA ANÓNIMO DE KUNSTMANN II (1505-1506?)

extraído do *Atlas zur Entdeckungsgeschichte Amerikas* de Fr. Kunstmann, K. von Spruner e G. Thomás

protótipos, e outros o vêm confirmar. Realmente, a costa apresenta apreciáveis diferenças de conformação nos dois mapas, está diversamente orientada e as legendas não se repetem; no de Kunstmann há ao norte uma interrupção, que desliga a *Terra Sancta Crucis* das espanholas. Por outro lado há discrepâncias na África, muito mais rica no trabalho genovês, cuja origem portanto se revela diversa.

Dos nomes transtornados de Kunstmann II só falaremos de dois, algum tanto diferentes no mapa com que o comparamos.

Sancta maria de agoodia. Estando precisamente no mesmo lugar de *santa maria de gracia* de Canerio, a palavra *agoodia* deve provávelmente ler-se como ali. Não pensou assim Derby d'Orville, que inventou uma Santa Maria da Aguada inexistente, podendo escolher Santa Maria da Agonia, ou melhor da Guarda, como está no Maiollo de 1527, *da goardia* (87). A invocação de outra Senhora não provém forçosamente de diverso descobridor, quando ambas se celebravam no mesmo dia do ano; os marítimos adoptavam a da sua devoção, e daí a indeterminação nas cartas.

Serra de S. Madhna de gratia. É provável que houvesse engano na transcrição que fêz o autor italiano, sendo a verdadeira lição a de Canerio, *serra de sta maria de gracia*, que aliás se repete nos Maiollos de 1519 e 1527; Derby d'Orville leu S. Madalena da Graça, e atribui a denominação a 22 de Julho, em que se festeja S. Maria Madalena; mas não nos consta que a pecadora arrependida alguma vez em Portugal se tenha apelidado de Graça.

VII—O MAPA DE KUNSTMANN III

A PRODUÇÃO cartográfica conhecida por Kunstmann III preenche o terceiro lugar no Atlas dêste erudito alemão, onde é parcialmente apresentada em cromolitografia. Stevenson reproduziu-a inteiramente por fotografia em 4 fôlhas, acompanhando-as de uma curta notícia em que se salientam várias incorrecções.

Segundo uma versão a que se não opôs Kunstmann, o mapa é da mesma mão que noutra peça assina por esta fórma:

Salvat de Pilestrina en Mallorques en lãy MDXI; e assim por fôrça da autoridade lhe liga hoje grande parte dos entendidos o nome do obscuro maiorquino. Sobejam todavia razões em desabôno da paternidade, estribada tam sòmente na ignorância europeia do português.

Com efeito, o artista que em 1511 se declara residente em *Mallorques* não podia designar esta ilha por *Malhorca*, como se lê no mapa. Não inscreveria na Espanha *Sivilha, ilha, valença, villa viçosa;* não poria em França *a baía, bollonha, a Rochella, Gascõha, Frãça;* nem *agulhas* na Inglaterra, nem usaria do vocábulo *Alemãha.* Tal ortografia denuncia, sem sombra de dúvida, origem portuguesa, já que dela é privativo o *h* molhando o *l* ou nasalando o *n.* Tôda a extensa toponímia da África e da América tém a mesma proveniência, pois é inacreditável que um estranho à nossa língua conseguisse trasladá-la com tamanha fidelidade; nas melhores cartas de espanhois e italianos são invariávelmente transtornadas as denominações portuguesas. Para Stevenson, que supõe o trabalho expressamente feito para ilustrar as nossas descobertas com exclusão das castelhanas, a nomenclatura é redigida ora em português, ora em italiano, com mistura ocasional do espanhol; opinião singular que atesta desconhecimento das três línguas. Não enxergamos inscrições em italiano fóra da Itália, e tampouco em espanhol, excepto algumas em Espanha; mas talvez de uma delas, se não foi acrescentada por outrem, se possa inferir que ao cartógrafo não era estranho êste último falar. São *linea equinocial* e *cabo de cõzepicion,* que se lê na *Terra de cortte real.* Êste facto não invalida contudo nossa tese: a execução é dum português e não de Pilestrina (88). O mapa não representa tôda a parte do globo terrestre então conhecida. Não só se omitem as possessões castelhanas no Novo Mundo, mas limitam-na dois

(87) R. Schuller classifica êste trabalho de genuínamente português *(O mapa português mais antigo do Brasil),* nota 1, no jornal fluminense *O Imparcial* de 27 de Maio de 1914).

(88) A ilha de Anobom, como tal inscrita em Cantino, é designada *ilha d. dº cam;* no entanto é corrente que ela foi descoberta em 1 de Janeiro de 1471 por João de Santarém e Pero de Escobar, sendo o seu primeiro donatário João de Paiva.

meridianos, que estreitam a faxa terrestre representada, o da esquerda um tanto a poente do litoral brasileiro, o da direita passando quási pelo *rio do Infante,* último ponto assinalado na África oriental e têrmo da viagem de Bartolomeu Dias em 1488. Desta circunstância se serviu Stevenson para concluír que o protótipo copiado na África é anterior à descoberta da Índia por Vasco da Gama; mas da ausência da parte restante não se depreende que o cartógrafo a ignorasse. Se aceitarmos a versão do *Roteiro* de Vasco da Gama, a baía de Santa Helena, não muito antes do Cabo da Boa Esperança, deve o nome ao almirante; ora ela figura no mapa, e aí temos motivo de contrariar o asserto de Stevenson.

Concebido no sistema da projecção cilíndrica quadrada, não passa de uma grande carta de marear, cruzada em várias direcções por linhas que representam os 32 ventos; tém 10 rosas, das quais 4 na Europa não estão ornadas de estrêlas de 8 pontas. Não há paralelos àlém da eqüinocial, nem meridianos. Numa linha de rumo norte-sul, que passa pela Bahia de todos os Santos, se numera em sua metade boreal uma escala de latitudes de grau em grau. Em parte da eqüinocial corre uma escala de distância igualmente numerada, em algumas divisões, correspondendo 8 ao número 100; cada uma delas é ainda subdividida por pontos em 5 partes. As 100 unidades eqüivalem a 40 subdivisões; devem ser 100 léguas ou 400 milhas, sendo pois de 10 milhas a última fracção acusada na escala. É um mixto da maneira italiana de medir distâncias em milhas, que persistiu nas cartas de vária origem, e da moda portuguesa (e também espanhola) de o fazer em léguas. Mas a escala de latitudes não joga com a das distâncias; 10° correspondem a pouco menos de 200 unidades itinerárias, de sorte que o grau vém a ter mais de 19 léguas, medida outrora inadmissível e excessiva mesmo no actual estado da geomensura. A falta de rigor das construções geográficas não permite apurar se o cartógrafo usou de qualquer das escalas para marcar lugares; provávelmente são ambas meramente decorativas.

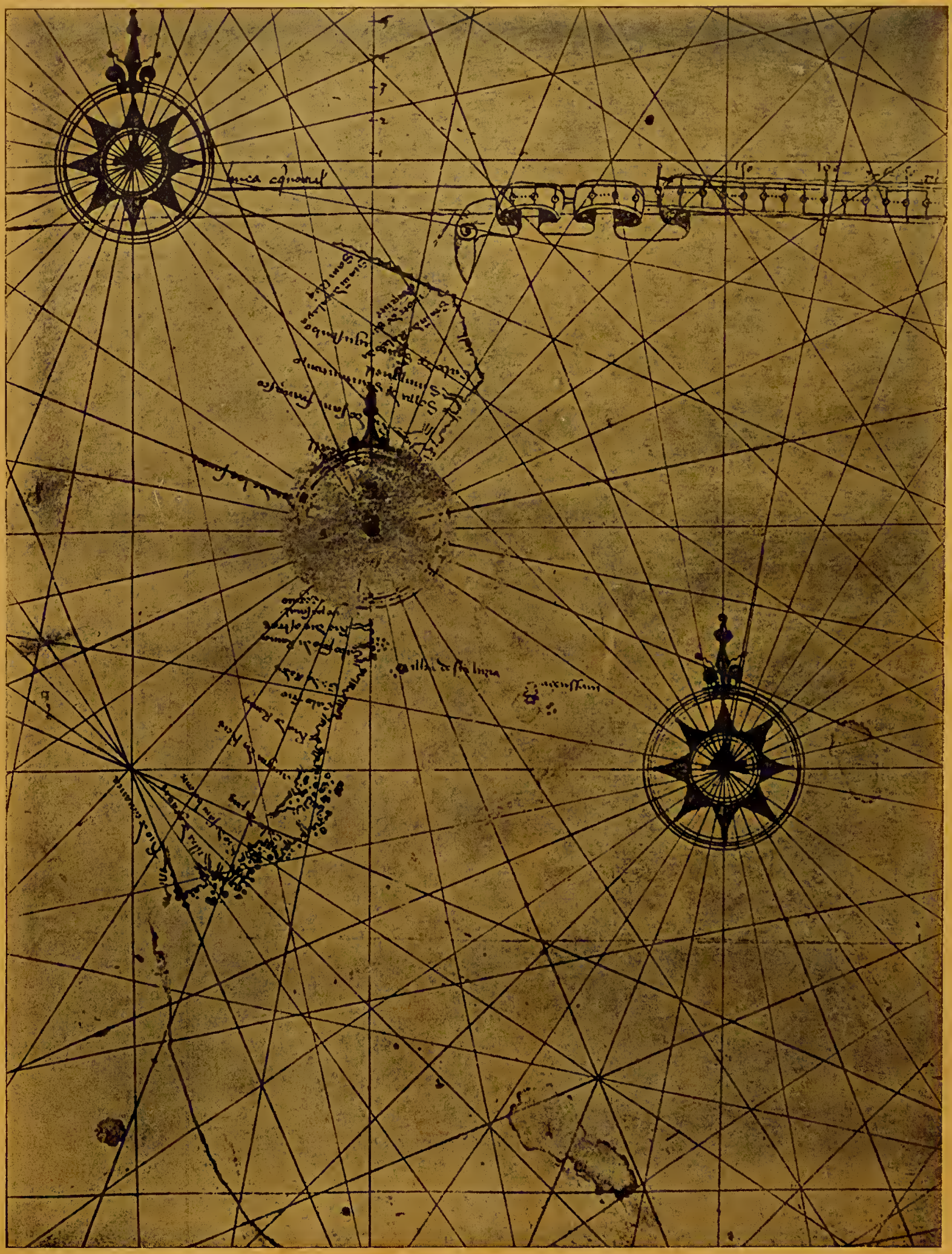
Stevenson presume que o meridiano das latitudes é o de Tordesilhas, porquanto corta o litoral americano sensívelmente nas regiões demarcadas, conquanto observe que passa a nascente da terra de Côrte Real, da qual D. Manuel era havido como soberano. Êste reparo bastaria para afastar a hipótese, mas àlém disto o fundamento invocado não resiste a ligeiro exame. Efectivamente a suposta divisória passa pela Bahia de todos os Santos (onde está como rumo de uma rosa dos ventos), confunde-se com a costa de Pôrto Seguro, e deixa a poente extensa porção de costa cheia de nomes, donde se segue, segundo Stevenson, que Cabral descobriu do Brasil a parte extrêma da jurisdição portuguesa, sendo usurpado aos castelhanos tudo quanto está assinalado ao sul do *Cabo feio de Ramos.* Evidentemente, se houvesse propósito de riscar a linha da partição, sê-lo-ia na posição contractual, a 370 léguas do arqüipélago de referência; ora a distância do meridiano à ilha de Santo Antão é de 15 divisões da escala de distâncias, o que eqüivale apenas a 187,5 léguas.

Aproximando as escrituras no Velho e Novo Mundo hesitamos muito em atribuí-las à mesma pêna. Os caracteres na África e no Brasil são análogos, mas notam-se diferenças nos *d* e *R;* na terra de Côrte Real a dessemelhança salta aos olhos. É possível que a América seja aditamento de outrem.

A nomenclatura africana é copiosa. Stevenson diz até que neste particular o mapa não é excedido por nenhum outro do século XVI; não reparando no de Cantino, onde desde Ceuta até ao Rio do Infante se lêem 339 nomes, contra 291 neste ([89]). Êles divergem bastante, demonstrando que os dois não transcrevem da mesma matriz.

No tocante à América, há várias designações na terra de Côrte Real, onde Canerio não mostra nenhuma, e 23 no Brasil, contra 39 do congénere. Delas são comuns apenas 12; das 11 restantes, 4 são substituïções. Desta circunstância resulta forte suspeita de que Kunstmann III é posterior a Canerio, e seria concludente se tais modificações tivessem persistido nos mesmos lugares até nossos dias; mas isto acontece apenas no Cabo de S. Agostinho, que nós sabemos do *Esmeraldo* ser anterior a 1505. Contentemo-nos pois em dizer que os protótipos imitados nos dois trabalhos, se diferentes, são de épocas pouco afastadas.

([89]) Há diferença no *Rio de sta lena* de Canerio, convertido em *Rio de s. lucia,* e falta *Rio de cosmos.* Tôda a nomenclatura é repetida na *Charta Marina* que Waldseemüller gravou em 1516 com um omisso e outro superabundante, o *Rio* de *cosmos,* convertido em *sexmos;* parece pois que em 9 anos de intervalo não consultou outras cartas portuguesas quanto ao Brasil, o que prova sua grande raridade.



Mapa anónimo de Kunstmann III (1506 ou depois) impróprіamente chamado de Pilestrina
extraído de *Maps illustrating early discoveries and exploration in America*, de Ed. Luth. Stevenson

CONTORNOS, LATITUDES E IDENTIFICAÇÕES

COMPARANDO o litoral brasileiro, desenhado na projecção das antigas cartas de marear, com o contôrno apresentado em Kunstmann III, vemos que êste é bastante perfeito ao norte de Pôrto Seguro, mas ao sul se torna confuso e erróneo até o Rio de Cananéa. Não se afastam muito, com efeito, da realidade, os 4 rumos indicados no primeiro trecho; lessueste desde S. Roque até Santa Maria da Arrábida, que localizamos na Ponta do Calcanhar; sul-quarta de sueste daqui até o Cabo de S. Agostinho; sudoeste-quarta de sul dêste ponto até à Bahia de todos os Santos; e depois sul até o Cabo feio de Ramos, que deve ser a Ponta da Baleia, perto de Caravelas. Nesta parte o traçado está muito acima da grosseria dos de Canerio e Kunstmann II; mas ainda no resto os excede, conquanto defeituoso. Desaparece a quási uniformidade de rumos, dando lugar a uma reentrância mais conforme à realidade, embora menos acentuada.

As latitudes dos 24 lugares apontados estão tôdas erradas por defeito. Em Pôrto Seguro e Monte Pascoal o desvio é duns 4°, maior em Angra dos Reis e na ilha da Ascensão, e em Cabo Feio sobe a perto de 7°.

Sòmente nos vamos ocupar aqui dos lugares omitidos ou diversamente nomeados em Canerio, ou no *Esmeraldo*.

Sta maria datalaya. Está onde o genovês põe *santa maria da gracia* e deve designar o mesmo lugar. Para Derby d'Orville, ignorante de que a Senhora da Atalaia contava muitos devotos em Lisboa, os descobridores aí fizeram uma atalaia da qual derivou o nome. A festa celebra-se na Assunção, em 15 de Agosto.

Repetimos a reflexão feita a propósito da Senhora da *Agoodia* do outro Kunstmann.

Serra de santantonio. Situada entre S. Miguel e o Rio de S. Francisco, deveria ser a actual serra do Junqueiro; há todavia hoje uma Serra de Santo António, situada em pouco menos de 9° 30′ S, isto é, ao norte de S. Miguel. Ficamos em dúvida. O nome indica a descoberta em 13 de Junho, quando se comemora o taumaturgo lisboeta, ou talvez em 17 de Janeiro, cujo orago é Santo Antão, abade e confessor. Qualquer das datas é incompatível com a viagem de Loronha, bem como com a que descreveu Vespúcio, em 1503-1504; talvez a serra fôsse baptizada por Coelho no seu regresso, mas é provável a intervenção doutro descobridor. Aqui está um indício de que êste mapa é posterior ao de Canerio.

Ilha de sta Luzia. Não há dúvida de que é a Santa Bárbara do *Esmeraldo*. Se a designação não foi indevidamente transportada pelo cartógrafo do rio de Santa Luzia para a ilha, situada em frente, resulta de outro descobridor que passou por lá em dia do ano pouco afastado.

Cabo feio (ou frio) de Ramos. Neste ponto, pouco ao sul do *Monte pascual*, termina o trecho da costa que desce da *Angra de todos los santos* no rumo norte-sul, o que nos autorisa a identificá-lo com a *Ponta da Baleia*, junto de Caravelas. Confirma-o a posição ao lado das ilhas de *S. Luzia* (Santa Bárbara) e da *Açenssam* (Trindade). Ignoramos quando se descobriu o cabo, que não é mencionado em cartas posteriores.

Rio das ostras. Entre o Cabo anterior e o Monte Pascoal há dois rios desenhados; o setentrional com a inscrição Rio das Ostras, o meridional sem indicação alguma a não ser um aglomerado de 6 ilhéus defronte da foz. Os parcéis mais notáveis, que deviam estar assinalados, são os das Paredes, também conhecidos por Abrolhos, e então o rio anónimo é o de Caravelas, cabendo a designação das Ostras a um dos três Itanhaem, Jurucussú ou Cahy. Em qual dêles encontraram grande cópia dos moluscos comestiveis, é ponto que permanecerá obscuro. Gaspar Viegas traz um *R. das ostras* ao norte de Pôrto Seguro.

Açenssam. É a da Trindade, de que êste é o mais antigo mapa a assinalar a existência. Já dissemos que bàste àcêrca do nome primitivo da ilha.

G. das Redes. A costa nas vizinhanças de Cabo Frio está incorrectamente debuxada, e é difícil atinar com a localização do gôlfo que depressa se sumiu das cartas. Entre êste cabo e a Ponta da Baleia há numerosas enseadas, tais como as de Santa Cruz e Vitória no Estado do Espírito Santo, e a Formosa no do Rio de Janeiro; todavia o nome, ligado a pescaria, sugere identidade do lugar com o *baixo dos parguetes* de Viegas, que situamos perto de Vitória.

Cabo Frio. Deve datar da expedição de G. Coelho a denominação, arquivada no *Esmeraldo*. O êrro de 6° 50′ na latitude medida no mapa é tam grande que lembra um engano de posição por parte do cartógrafo.

Rio de Ramos. Entre o actual Cabo Frio e Angra dos Reis não há rio algum que valha a pêna registar, e ignoramos qual seja o de Ramos. O desenho exclui a hipótese de que seja o Rio de

Janeiro, denominação indevidamente aplicada à Bahia do Guanabara. Se o Cabo Frio está mal colocado, como acima aventámos, póde ser o dos Refens do *Esmeraldo* e de Canerio. Êste nome, assim como os seguintes, não reaparece em cartas mais tardias.

Cabo da paz. Não deve ser, como quere Derby d'Orville, a Ponte do Joatinga, muito próxima da Angra dos Reis, visto que no mapa se afasta muito dela. A imperfeição do traçado não dá margem a conjecturas plausíveis.

Ilha de granas (goanas?). Entre o Rio de S. Vicente e o de Cananéa não há outras ilhas àlém das de Iguape e a Comprida, mas ambas estão muito próximas do segundo rio, como quer que o identifiquemos, o que não acontece no mapa. A lição *granas* é duvidosa. Esta palavra designa um tecido de gre, côr vermelha extraída da ruiva, a que chamavam granzas; e é possível que esta planta abundasse na ilha. Harrisse prefere *goanas*, que êle diz se encontra em vocabulários portugueses significando certas aves marítimas; nós só encontrámos *goananás*, espécie de palmípedes.

VIII—OS MAPAS DE WALDSEEMULLER E RUYSCH

POR interessantes que sejam, sob vários aspectos, os planisférios de Waldseemüller e Ruysch, não trazem nesta altura ao nosso estudo contribuïção nova, pois sua nomenclatura é a mesma de Canerio.

O primeiro reprodú-la quási integralmente, umas vezes traduzida em latim, outras no português transtornado de Canerio. A Bahia de todos os Santos é transformada em *Abbatia omniù Sanctorum*, mas a passagem para Abadia, de Bahia, deve-se à grafia desta palavra no relato da 4.ª navegação de Vespúcio; com efeito no texto francês da *Lettera*, de que se serviu João Basin para as *Quatuor Navigationes*, devia estar escrito *la badia di tucte e santi*, como se lê na edição de Florença (90). Aqui copiou Waldseemüller da tradução latina; mas é de sua conta *fragus s. pauli* por que substituíu o *Alapego de sam paullo* de Canerio. Verdade seja, nós não estamos tam seguros de que lhe estivesse presente o trabalho do genovês quanto o proclamam Fischer e Wieser em sua bela memória; as diferenças ortográficas, conquanto não muito grandes, não são fàcilmente explicáveis nesta suposição. O que se póde afirmar afoitamente é que a carta utilizada por Waldseemüller na parte americana foi transcrita do mesmo protótipo que o de Canerio.

Que o geógrafo friburguês colheu elementos noutra fonte, resulta claramente, não só de divergências na toponímia africana, mas da presença de um grupo de 6 ilhas rodeando outra central e maior, que tém inscrito *insula 7 delle pulzelle* e está colocado no meridiano inicial da ilha de Pôrto Santo, em latitude duns 35°. Êste arqüipélago misterioso, que não consta de carta ou escrito conhecido, traz nome italiano e não português. Se em vez do plural *delle pulzelle* estivesse o singular, ocorria interpretá-lo como *da Virgem;* e então seria possível que as ilhas fôssem as de *S. Maria de agosto*, como Diego Ribeiro designa em 1529 o pequeno (91) grupo da Trindade e dos ilhéus de Martim Vaz.

As latitudes dos lugares brasileiros estão muito exageradas, mais ainda que em Canerio. Ao passo que êste dá as de Bahia, Pôrto Seguro e Rio de Cananéa em cêrca de 17°, 20°,5 e 36°, errando de vários graus, as do outro planisfério sobem respectivamente a 24°, 27° e 42°! Discrepâncias de tamanho vulto fornecem um argumento, até agora não invocado, para invalidar a tese corrente de que Waldseemüller copiou de Canerio o seu Brasil; ao menos não se percebe por que razão o cartógrafo consciente tanto agravou os defeitos já consideráveis do seu predecessor.

O planisfério de Ruysch traz apenas 13 dos nomes de Canerio, desde *Mont S. Vincenti* até *Rio de Cananor*, e substitui *Serra de sam tomé* por *Serra de S. Antonio.* No têrmo meridional do Continente da *Terra de Sancta Crucis sive Mundus Novus* lê-se em latim uma inscrição que declara terem os navegadores portugueses atingido 50° de latitude antárctica, o que nos parece, como a muitos comentadores, reflexo das jactâncias de Vespúcio.

(90) Vignaud, op. cit., pág. 335.
(91) Publicado no *Atlas annexe au premier mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse*, coordenado pelo Barão do Rio Branco.

QUADRO SINÓPTICO DAS NOMENCLATURAS

Esmeraldo	Canerio	Kunstmann II	Kunstmann III	Waldseemüller (1507)	Ruysch (1508)	Identificações propostas
Angra de Sam Roque	Sam Rocho	san rocche	Sam Roq	S. Rochi		
	Santa maria de gracia	sancta maria de agoodia	Sta m datalaya	S. maria de gratia		——
	Monte de sam vicenso	monte de s. uincenso	mõte de s. viçente	mons S. vincêsij	Mõs S. Vincente	Morro entre Macau e a Ponta do Calcanhar
A ilha de Sam Lourenço						Ilha de Fernão de Loronha
Santa Maria d Arabida	Sta maria de rabida	s. maria de rapida	Sta m da Rabida	S. maria de rabida		Lugar contiguo à Ponta do Calcanhar
	Cabo sta croxe	capo de sancta +		Caput Sancte Crucis	Caput S. Crucis	Ponta das Pedras, ou Cabo Branco, ou
O cabo de St.o Agostinho			Cabo de Santo agostinho			Cabo de S. Agostinho
Auguada de Sam Miguel	Sam michel	san michael	Samyguel	Sancti michaelis		Foz do rio de S. Miguel
			Serra de Santantonio			Serra de S. António?
O Rio de Sam Francisco	Rio de sam fransesco	rio de s. francisco	Rio de sam francisco	Rio de S. francisto		Rio de S. Francisco
	vazia baril	bafa barill		vazia baril		Rio Japaratuba
	Rio de perera	rio di perera		Rio de perera		Rio Cotinguiba
	Serra de sta maria de gracia	serra de s. madhna di gratia		Serra de S. maria de gracia		Serra de Itabaiana
	Rio de caxa	rio de caxa		Rio de casa		Rio Vasabarris
Porto Real	porto real	punta real	(Porto) Reall	porto real		Foz do Rio Real
	Rio de sam ieronimo	rio de são hieronymo		Rio S. iheronimi	Rio de S. Teronino	Rio Itapicurú
	Rio de oido	rio de odio		Rio de odio		Rio Inhambapé
	Rio de mezo	rio de mezo		Rio do mezo		Rio Jacuipé
	Monte fregosso	monte fregoso		Monte fregoso		Morro de Assú das Torres?
Angra de Todolos Santos	baie de tuti li santi	a bano de tutti santi	(Angra) de todos los santos	Abbatia omniû Sanctorum	Abatia õniû sãctorû	Bahia de todos os Santos
	Rio de sam iacomo	rio de S. Jacomo		Rio S. iacobi		Rio Jequiriçá, ou Una de Valença, ou Camamiú
	Rio de sto aqustino	rio de S. augustino		Rio S. augustini		Rio de contas
	Rio de sta lena	rio de S. Helena		Rio de S lucia		Rio Comandatuba, ou Poxim, ou Una de Olivença
	Rio de sexmos	rio de Cosmes				Rio Pardo
	Rio de vergine	rio de uirgene		Rio de virgine		Rio Jequitinhonha
	Rio de sam ioam	rio de San Johan		Rio de S. iohan		Rio de S. João da Tiba
Porto Seguro	porto seguro	punte seguro	(Porto) Seguro	porto seguro		Pôrto Seguro, ou Bahia Cabrália
	bareras vermeias	barefes uermege		bareras vermega		Barreiras entre o Pôrto Seguro e o Rio do Frade
	Rio de brazil	rio de brazil		Rio do brazil	R. De Brasi	Rio Pitanga, ou Rio do Frade
	barossa	barossa		barossa		Terras barrosas que precedem o Monte Pascoal
	mont passqual	monte de pasqual	(Mon}te pescual	Mont pasqual	Mõte Pasquale	Monte Pascoal
			Rio das ostras			Rio Itanhaem, ou Jurucussú, ou Cahy
O Rio de Santa Luzia	Rio de sta lucia	rios de sta lucia		Rio de S. lucia	R. De S. Lucia	Rio de Caravelas
A ilha de Santa Barbara			ilha de sta luzia			Ilha de S. Bárbara
A ilha d Acemsam			açenssam			Ilha da Trindade
			Cabo feio (*ou* frio) da Ramos			Ponta da Baleia
			G. das redes			——
	Serra de sam tome	serra de santhome		serra S. thome	Serra De S. Antonio	Serra do Rio Preto, ou Itaoca
A ilha de S. Crara	Alapego de sam paullo			pagus S. pauli		Ilha de S. Ana, com as outras próximas
O Rio dos Horefeês	Rio da Refens	rio de arefens		Rio de refens	R. De Oreferis	Rio de Macaé, ou de S. João, ou Paraíba do Sul
Angrá Formosa						Bahia Formosa
O Cabo Frio			Cabo frio			Cabo Frio
	baie de reis	boia de reis	angra dos Reis	baie de reis	Baía de reis	Angra dos Reis
	pinachullo detencio	pinanclo detentis		pinachullo detentio		Pico do Frade?
	Rio iordam	rio jordan		Rio iordam	R. Jordan	Rio Mambucaba?
	Rio de sto antonio	rio de são antonio		Rio de S. Anthonio	R. De S. Antonio	Rio Caramburú
			Cabo de paz			——
A ilha de fernahú (?)						——
	porto de sam sebastiam			portus S. sebastiani		S. Sebastião
A ilha de Santo Amaro						Ilha de S. Amaro
	porto de sam visenso	punta de san uincentio	Rio de sam vicente	portus S. vincẽti	R. De S. Vicent	S. Vicente
			Ilha de granas			Ilha comprida
	Rio de cananor	rio de cananor	Rio de cananea	Rio de cananorû	R. De Cananor	Cananéa

CONCLUSÕES

OS mapas mais antigos que representam o Brasil, àlém do de Cantino que é de 1502, não são anteriores a 1505. O de Canerio deve remontar a 1505 ou 1506, e da mesma maneira os de Hamy e Kunstmann II; ao de Kunstmann III póde marcar-se data um pouco mais tardia.

Sua nomenclatura, de que damos um quadro sinóptico, atesta a existência de três viagens de exploração do litoral brasileiro; são a de Fernão de Loronha de 1501 a 1502, a de Gonçalo Coelho desde 1503 até não se sabe quando, e uma terceira que partiu em 1504 ou 1505. Talvez, àlém desta última, houvesse outra.

Em qualquer destas expedições se ignora os limites entre os quais foi reconhecida a costa, pois os mapas apenas indicam os pontos atingidos onde se presumia passar o meridiano divisório de Tordesilhas. Parece, desta forma, que o ponto mais setentrional avistado até 1506 foi a Angra de S. Roque, bastante acima do actual cabo do mesmo nome, cuja latitude é de 5° 29′ S; enquanto que ao sul o último ponto mencionado é o Rio de Cananéa, cuja latitude se aproxima de 25°. Os navegadores portugueses certamente passaram àlém, mas sem deixar vestígios cartográficos das incursões em território que supunham defeso.

BANDEIRAS, MOEDAS E SÊLOS DO REINADO DE D. MANUEL

COM êste segundo volume se conclui a primeira parte da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dedicada ao estudo, análise e narrativa do *Descobrimento*, abrangendo o reinado de D. Manuel.

Nunca, anteriormente, se levara a cabo em Portugal tam vasta e paciente investigação sôbre os assuntos versados nestas novecentas páginas *in-folio*, através das quais foram passadas em revista as fontes documentais conhecidas e a bibliografia vastíssima encorporada no tema histórico-geográfico da participação portuguesa no descobrimento da América e especialmente na do Brasil.

O movimento crítico operado em volta dêste árduo trabalho, tanto na América como na Europa, não atingiu ainda o desenvolvimento necessário para o cotejo profíquo das opiniões. Todavia, a sua importância foi considerada na Espanha como digna de inspirar a iniciativa, por parte da *Real Sociedad Geográfica* e da *Real Academia de Historia*, da publicação de uma obra idêntica, que se intitulará *Historia del Descubrimiento, Conquista y Colonizacion de América por los Españoles*, para a qual serão convidados a colaborar os mais notáveis e doutos historiadores e geógrafos espanhóis e hispano-americanos (1). As duas obras monumentais se completarão, reünindo com análogo critério scientífico os vultuosos materiais para a reconstituïção do grandioso feito, glória da Ibéria, que consistiu em haver criado no mundo outro e imenso palco à aplicação e dilatação da civilização cristã europeia.

Nenhuma homenagem, depois das que generosamente lhe concederam o Congresso da Nação Brasileira, considerando-o de *utilidade pública* (2), e o govêrno de Portugal, colocando-o honoríficamente

---

(1) « . . . la crítica de Duarte Leite, y en general la portuguesa, es de extraordinario mérito científico, y estamos en una época en que hay que combatir con las armas del análisis; los mismos portugueses así lo esperan, según demuestra Malheiro Dias.

Por eso me dirijo á quien puede hacerlo, ya sea á la Real Sociedad Geográfica, y á la Real Academia de Historia, para que examinen el libro portugués y de ningún modo permanezcamos cruzados de brazos ante este brioso intento de reivindicación.

Quiero suponer que todo lo que dicen sea cierto, que no pueda rebatirse ni uno solo de los argumentos que aducen. Pues, aun así, el solo intento de rebatirlos serviria para que se estudiasen los distintos puntos objeto de la controversia.

. . . . . .

Pues igualmente pueden hoy, con esta magnifica obra de que hablo, vencer la balanza demasiado del lado opuesto, y contra esa tendencia debemos reaccionar para rechazarla en lo que tenga de exagerada, no en lo que tenga de justa, pues debemos discutir como dos amigos que exponem sus hazañas, no para engreirse uno á costa del otro, sino para presentarse ambos más dignos del mutuo respeto y simpatia.

Para la obra que preconizo contamos con valiosas personalidades: nuestro ilustre Secretario, el Sr. Beltran y Róspide, del que no necesito encarecer las obras, sobre todo «Los viajes y descubrimientos de la Edad Media»; D. Antonio Blázquez, especialista en Geografia antigua, cuyos puntos obscuros tiene el don de esclarecer, y autor de la «Historia de la cartografia española en la Edad Media» y de «Las exploraciones geográficas en América»; D. Angel Altolaguirra, que ha escrito valiosos tratados referentes á los asuntos de que se trata, como la «Llegada de Colón á Portugal», Cristóbal Colón y Toscanelli» y «El descubrimiento del Pacifico»; D. Jerónimo Becker, que ha publicado una historia de los descubrimientos geográficos españoles y portugueses (aunque no con este título), en la cual analiza varios de los puntos aqui citados; el veterano americanista Sr. Altamira, que se dispone á publicar una Historia de América em diez volúmenes, de los cuales el segundo, tercero y cuarto corresponderán al descubrimiento y colonización y pudieran servir de núcleo para la obra que propongo. Aparte de otros que olvido, recordaré al Sr. Ispizúa, que está publicando una Historia de la Geografia con admirable plan y muy documentada, y por último, al cultísimo poligrafo D. Pelayo Vizuete, recopilador de una Geografia de América en diez volúmenes, escritos en colaboración con varios autores americanos, y que se ha brindado, con valor que admiro, á plantear por su parte la realización de la obra española.

. . . . . .

Seria insensato que la *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil* cayese en el vacio y no se contestase á essa magna obra con otra igual que fuera verdadera *Historia del Descubrimiento, Conquistas y Colonizácion de América*, que tan mal conocemos, cuando dubiera ser base de la enseñanza para la formación de nuestro carácter y de la consciencia de nuestros destinos.

Los argumentos que constan en el libro portugués, en la parte que nos atañe, parecen muy sólidos é irrebatibeles; pero tal vez no lo sean, y hay que buscarles el punto débil. En eso libro, á la audacia asombrosa de nuestros nautas se opone la ciencia del erudito, y si me permitis, para terminar, uma metáfora humorista, diré que á nuestro D. Quijote lo combate de nuevo el Bachiller. «. . . *D. Pedro de Novo y F. Chicarro*, Conferencia pronunciada en la Real Sociedad Geográfica de Madrid, sobre la obra «*Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*», el 14 de enero de 1924.

(2) Decreto n.º 4.643, de 17 de janeiro de 1923.

sob o seu alto patrocínio (3), poderia honrar tanto êste empreendimento da Colónia Portuguesa do Brasil, do que vê-lo servir de modêlo à erudição e ao patriotismo espanhol.

Embora êste vasto trabalho saliente a diversidade de processos a que obedeceram o descobrimento e a colonização da América pelos dois povos da península, demonstrando as diferenças irreductiveis que os caracterisam e perduram nas suas descendências americanas, nenhum propósito de mesquinha rivalidade nos animou contra a glória indisputável da Espanha, ao narrarmos a obra portentosa realizada pelos portugueses no Novo Mundo. As reivindicações que apresentamos perante o tribunal da História não reduzem a dívida contraída pela Humanidade para com a nação espanhola, mas visam a partilhar com eqüidade entre as duas consortes da grandiosa proeza os direitos que lhes assistem ao respeito e ao amor das suas proles.

Tornava-se tam indispensável como urgente esclarecer os altos motivos que levaram D. João II a regeitar o plano ilusório de Colombo de demandar a Ásia pelo ocidente; demonstrar que em Portugal, já antes da viagem do glorioso genovês, se tinha como provável, a existência de terras ao ocidente dos Açôres e que para as descobrir se haviam outorgado licenças e concessões; proceder à identificação do cónego Fernão Martins de Roriz, a quem Toscanelli enviara em 1474 o plano da viagem à Ásia pelo poente, de que Colombo se serviria em 1492; patentear a insuficiência de provas em que repousava a quási universal convicção de que Pedro Álvares Cabral tivera nada menos de três precursores no descobrimento da América Austral; reduzir às suas justas e modestas proporções o papel desempenhado por Américo Vespúcio no descobrimento do Novo Mundo; sustentar a orígem indubitávelmente portuguesa da concepção da continentalidade da América; deixar definitivamente estabelecido que, se os portugueses se utilizaram na primeira metade do século XV da sciência astronómica transmitida pela cultura árabe aos espanhóis, a sua aplicação aos descobrimentos é de inspiração portuguesa, e que a navegação no hemisfério sul se realizou por processos orientadores originais.

Não é possível ocultar que foi a recusa de Portugal em patrocinar os planos ineficazes de Colombo que lançou os reinos de Castela e Aragão no Atlântico, quando já Portugal povoara os arqüipélagos da Madeira e dos Açôres e atingira as proximidades do finisterra africano, no rumo seguro do Oriente. Foi na sciência náutica portuguesa que Colombo se instruiu e é essa sciência, desenvolvida na experiência, que êle transportará para Espanha, a qual continuará a utilizar-se dos conhecimentos marítimos dos seus irmãos peninsulares, elevando Vespúcio à dignidade de pilôto-mór, depois das suas duas viagens nas armadas de Portugal, cargo em que lhe sucedeu o português João Dias de Solis, devendo ainda à perícia e heroísmo de um português a glória de haver podido desfraldar a sua bandeira aos ventos do Pacífico e levá-la em redor do mundo na mais espantosa viagem de todos os tempos, concluída por Sebastião del Cano.

Os vultuosos problemas e as graves injustiças com que logo se defrontava uma história da acção portuguesa na América reclamavam que dedicássemos concentrada atenção ao período inicial do descobrimento.

Foi pois necessário prolongar em dois volumes a matéria que avaliáramos não dever ultrapassar o primeiro tômo, o que originou o retardarmos a entrada própriamente na matéria anunciada no título da obra.

Neste período inicial que decorre desde a expedição de Duarte Pacheco (1498) e a arribada de Cabral a Vera Cruz, no mês de Abril de 1500, até à morte do monarca, em 1521, algumas feitorias e fortins, fundados em Pernambuco, Bahia, Pôrto Seguro, Cabo Frio... assinalaram o domínio português no Novo Mundo, servindo as necessidades de um comércio insipiente. As guarnições dêsses postos de resgate e atalaias de defesa, alguns náufragos portugueses, castelhanos e franceses perdidos no litoral inóspito, alguns poucos degredados que as armadas deixavam entre os íncolas para dêles aprenderem os hábitos, as disposições e a linguagem, constituíam apenas um rudimento de colonização. No reinado manuelino, a actividade portuguesa concentra-se nas navegações ao longo do litoral, numa área de aproximadamente 35°, que desde as cercanias do eqüador se dilata até ao estuário do Prata, pela primeira vez atingido em 1514. Ao contrário, porém, do que se supunha, a análise dos documentos cartográficos das duas primeiras décadas do século XVI revelou uma série de expe-

(3) Despacho ministerial de 12 de maio de 1919.

dições quási consecutivas e denunciadoras de vigilante interêsse pelo novo domínio, preservado do afan rival de Castela pelas estipulações de Tordesilhas, e servido pela já tradicional perícia dos navegadores denodados, que desvendaram com celeridade incomparável e transpuseram para o planisfério os contornos do litoral brasileiro.

Recapitulando a vasta matéria versada, incluída em limites cronológicos de escassa documentação, totalmente revista e reinterpretada, compenetramo-nos de que não foi estéril o nosso labor e que esta obra concorreu para corrigir erros capitais, desvendar alguns enigmas, fortalecer várias hipóteses, preencher salientes lacunas na história do descobrimento do Brasil.

COORDENÁMOS os argumentos demonstrativos de que a viagem da Índia pelo ocidente, empreendida por Colombo, fôra estudada pela sciência cosmográfica portuguesa, e estabelecemos rigorosamente, com os resultados dos estudos de Joaquim Bensaúde e do prof. Luciano Pereira da Silva, a autonomia dessa peninsular sciência, desenvolvida em sua aplicação pelos navegadores de Portugal *(1.º vol. Introdução e cap. II)*.

SCIÊNCIA COSMOGRÁFICA PORTUGUESA

* * *

Derruímos o argumento embaraçoso de Henri Vignaud na sua demonstração da apocrifia da carta de Toscanelli ao cónego Fernão Martins, identificando-o definitivamente com o cónego Fernão Martins de Roriz, presumìvelmente parente do cardeal D. António Martins, fundador do Hospício de Santo António dos Portugueses, em Roma, e amigo do cardeal de Cusa, de cujo testamento foram testemunhas Paulo Toscanelli e o cónego Fernão [Martins] de Roriz, em 6 de Agosto de 1464. É êste mesmo Fernão Martins que figura no *Tetralogus de non aliud*, do cardeal de Cusa, como um dos interlocutores: *Ferdinando Martin Portugaliensi natione (1.º vol., pág. 255, Nota 84)*.

IDENTIFICAÇÃO DE FERNÃO MARTINS

* * *

Conseqüentemente, demonstrámos que em Portugal se conhecia desde 1474 o plano de Toscanelli, transmitido nessa data a Fernão Martins pelo sábio florentino, plano inviável que Colombo se propôs executar muitos anos depois, dirigindo-se à Ásia com escala pela Antília, designada no roteiro de Toscanelli como sabida dos portugueses: «*E dall'isola di Antilia, che voi chiamate di sette cittá, delle quale havete noticia* ... »

A ANTÍLIA NO PLANO DE TOSCANELLI

Destas demonstrações se conclui: *a)* que Colombo se propôs ir à Ásia com escala pela Antília, não passando da Antília ... que era a América; *b)* que a apocrifia da correspondência de Toscanelli não abrange a carta a Fernão Martins, sôbre cujo texto um dos Colombos possìvelmente forjou as duas cartas posteriores *(1.º vol. Introdução)*.

* * *

A participação portuguesa no descobrimento da América, se a limitarmos ao conjunto de factos sugestivos, preparatórios e preliminares do grande acontecimento geográfico, póde decompor-se nos seguintes aspectos: *a)* que anteriormente à vinda de Colombo para Portugal, os portugueses consideraram a viagem ao Oriente pelo Ocidente, como se depreende do texto do *Esmeraldo* e da consulta do cónego Fernão Martins de Roriz a Toscanelli; *b)* que os portugueses admitiam a existência de terras localizadas a ocidente dos Açôres, como se prova documentalmente com os diplomas régios de concessão de viagens exploradoras, de iniciativa particular, e conseqüente doação das terras a descobrir; *c)* que a *Antília*, ou ilha das *Sete Cidades*, como a de *S. Brandão*, registadas em latitudes e longitudes variáveis nos monumentos cartográficos do século XV, representavam inequìvocamente a presunção de

terras a poente do arqüipélago açoriano, presunção que determinou os empreendimentos náuticos para o ocidente, de que ficaram os registos das licenças régias; *d)* que a sábia desistência da Coroa em tentar a viagem à Índia pelo poente parece subentender o cálculo corrigido do círculo máximo em que se fundava a convicção de Toscanelli, senão a suspeita da intercalação de terras entre a Europa e a Ásia; *e)* que essa credulidade, inspirada em razões desconhecidas, ou os resultados de uma viagem clandestina de exploração, posterior a 1492, inspiraram a política sibilina das negociações de Tordesilhas; *f)* que a causa impeditiva da continuação das navegações portuguesas para o ocidente depois do redescobrimento dos Açôres não podia ter sido o temor de se engolfarem no oceano, mas sim a convicção de que a róta para a Índia pelo Oriente, circunnavegando a África, era a mais breve, profíqua e segura, pois bastaria que da ilha do Côrvo os náutas portugueses navegassem pouco mais de outro tanto do que haviam navegado em procura dos Açôres quando a arquitectura naval e os processos de orientação estavam ainda na infância, para poderem avistar terras americanas; *g)* que infalívelmente os portugueses haveriam descoberto a América no decurso das suas viagens para a Índia devido à tendência de alargar para sudoeste a manobra de montagem do finisterra africano.

Na longa *Introdução* que precede a primeira parte desta obra encarámos as várias hipóteses em que poderia fundar-se a convicção do descobrimento de terras americanas pelos navegadores portugueses, anteriormente a 1492. Porém, essas conjecturas não podem suprir o documento de prova, que não foi até hoje encontrado. Quando mesmo êle surgisse dos arquivos, a glória de Espanha, nossa discípula nos mares, não seria ofuscada, pois é incontraditável que a viagem de Colombo marca o início histórico da revelação geográfica da América.

* * *

PRECURSORES DE CABRAL

A convicção generalizada (e que arrebatava a Cabral a honra de haver descoberto o Brasil) de que Alonso de Hojeda em 1499, Vicente Pinzon e Diogo de Lepe nos princípios de 1500, haviam tocado nos territórios brasileiros da América Austral, apoiada em testemunhos que datavam do século XVI e considerada quási unânimemente pelos historiadores como correspondente a factos provados, sái profundamente abalada da análise a que foram submetidas as fontes documentais e de onde se apura que, em 1499, Hojeda não ultrapassou o eqüador, não tendo avistado sequer a foz do Orinoco; que, em 1500, Pinzon não viu o Amazonas, não passando do cabo d'Orange; que Diogo de Lepe só avistou o maior rio do mundo nos primeiros anos do século XVI *(1.º vol., cap. III)*.

* * *

VIAGEM DE CABRAL

Da longa série de pormenores inéditos, de rectificações e de confirmações de conjecturas até agora indecisas, introduzidas na análise da viagem de Pedro Álvares Cabral, destacamos como principais:

que a 2.ª ancoragem da armada, no dia 23 de Abril, deve ter sido em frente do rio Cahy (e não do rio do Frade ou do Caramimuan), por cêrca de 17º de lat. S., de acôrdo com a opinião sustentada por Beaurepaire Rohan; e que o último ancoradouro da armada foi indubitávelmente, em que pese à inconstância de Varnhagen, na parte meridional da baía de Santa Cruz, nas proximidades do recife da Coroa Vermelha, onde se resou a 1.ª missa em Domingo de Pascoela *(2.º, págs. 122 a 28, 131 a 132;*

que a semana de Vera Cruz decorreu entre o Quarto Minguante (a 21) e o início do Quarto Crescente (Lua Nova a 28), não tendo nenhum dos santos festejados nesse período influído na nomenclatura *(2.º, págs. 134 e 135, 246, Nota 60);*

que o hasteamento da cruz em Pôrto Seguro obedeceu a uma praxe tradicional portuguesa, que remontava às primeiras viagens de descobrimento, e se prolongou ainda depois de adoptados os padrões, tendo igual uso feito da cruz os espanhóis desde Colombo, e também os franceses na viagem ao Brasil em 1504 *(2.º, pág. 318, Nota 9, e 319, Nota 10);*

que dos 13 navios que compunham a armada de Cabral, um era armado por D. Álvaro de Bragança, Bartolomeu Marchione, Jerónimo Sernige e António Salvago, e outro pelo conde de Portalegre *(Carta de La Faitada, apêndice ao cap. VII);*

que a náu tresmalhada nas alturas de Cabo Verde foi a de Vasco de Ataíde, que ainda não regressara a Lisboa no mês de Agosto de 1501, tendo naufragado a de Luís Pires na tormenta do Cabo *(2.º, págs. 149 a 151);*

que os comandos das treze unidades atribuídos por João de Barros e o *Livro das Armadas* à esquadra de Cabral, salvo o equívoco de se confundir Diogo Dias com Pero Dias, devem ser considerados verídicos *(2.º, págs. 150 a 152)*;

que à carta de D. Manuel aos Reis Católicos, de 29 de Julho de 1501, conhecida através da tradução de D. Joaquim Traggia do original português que existia no arquivo de Saragosa, deve ser preferida a cópia coeva do Arquivo de Veneza com data de 28 de Agosto do mesmo ano *(2.º, págs. 167-168)*;

que deve ter sido, provàvelmente, de um dos tripulantes do navio de que era armador Bartolomeu Marchione, regressado da Índia a Lisboa na véspera de S. João, que o Cretico obteve a chamada «relação do pilôto anónimo»;

que o facto de Cabral haver desobedecido à praxe de renovar a provisão de água em Cabo Verde merece ser considerado prova veemente do seu propósito de ir reabastecer-se nas terras ocidentais *(2.º, págs. 52 e 53, pág. 153, Nota 73)*.

* * *

VIAGENS DE AMÉRICO VESPÚCIO

A indevida proeminência que Américo Vespúcio assumira na história do descobrimento da América, e especialmente do Brasil, fica nesta obra reduzida às modestas proporções que lhe competem. Do minucioso exame a que foram submetidos os textos vespucianos, concluímos:

que Las Casas tinha razão quando declarava que as viagens de 1497 e 1499 eram na realidade o desdobramento e falsificação da segunda, urdidos com o propósito ambicioso de se arrogar a prioridade do descobrimento da terra firme, só avistada por Colombo em 1498, na sua 3.ª viagem, quando deliberara averiguar da verdade com que D. João II afirmava que no «austro» havia terras *(2.º, págs. 220 a 223)*;

que a narração da viagem de 1501 ao Brasil, segundo a *Mundus Novus* e a *Lettera*, está eivada de erros e ampliações manifestas *(2.º, págs. 203 a 219, 257 a 263)*;

que Vespúcio presumìvelmente embarcou na frota de 1501, não por convite régio, mas dos Marchiones, e em navio armado por estes *(2.º, pág. 183, nota 42, pág. 204)*;

que a atribuïção a Vespúcio da concepção da continentalidade da América é um dos maiores e iníquos erros da História, pois não só a prioridade portuguesa dessa concepção se acha documentada no planisfério executado em Lisboa para o embaixador Cantino, dois ou três anos antes da edição *princeps* da *Mundus Novus*, e no qual não houve colaboração de Vespúcio, como também se depreende resulta da sua carta de 1500 que, antes da viagem de 1501 com os portugueses, Vespúcio partilhava das ideias colombinas *(2.º, págs. 179 a 180, 188 a 190, 243 a 244)*;

que a carta *Mundus Novus* é possìvelmente um texto erudito composto sôbre duas ou mais cartas de Vespúcio *(2.º, pág. 182)*;

que a carta de 18 de Julho de 1500, quási unânimemente considerada apócrifa, apresenta persuasivos indícios de autenticidade, o que implica a impossibilidade de haver Vespúcio realizado a viagem de 1497, que não passa de um desdobramento da de 1499 com Hojeda *(2.º, págs. 220 a 222)*;

que a carta de Cabo Verde, de 4 de Julho de 1501, tem um fundo de autenticidade irrecusável, como se demonstra por alguns dos factos nela narrados, salientemente o encontro em Beseguiche dos navios da armada de Cabral, que identificámos, e a sucinta notícia do descobrimento de Vera Cruz *(2.º, págs. 194 a 196, Nota 70 de pág. 248)*;

que a carta sem data do Arquivo Strozzi, em que se descreve a terra brasileira, é possìvelmente um dos documentos que serviram para a confecção da *Mundus Novus (2.º, págs. 196 a 198)*;

que é muito duvidoso que o actual Cabo de S. Agostinho seja o mesmo que a 3.ª navegação de Vespúcio nomeia como tal, pois embora a Latitude indicada (8º S.) corresponda aproximadamente à verdadeira (8º 21′ S.) a inflexão da costa assinalada por Vespúcio nêle se não dá, deduzindo-se do parecer do pilôto Morales na Junta de pilotos realizada em Sevilha no ano de 1515, que ainda então havia dificuldades em Espanha para marcá-lo no mapa padrão *(2.º, pág. 259, 381, Nota 138)*;

que a coordenada de 32º S. de Lat., indicada na 3.ª viagem da *Lettera* como ponto da última arribada no continente, está falseada, pois discorda dos dados astronómicos exarados no mesmo documento por Vespúcio, como falseada está a extensão do trajecto calculado em 600 léguas *(2.º, pág. 260)*;

que o itinerário da 3.ª navegação da *Lettera* foi possìvelmente arquitectado sôbre uma carta de marear em simples projecção quadrada, o que explicaria os erros grosseiros dos percursos e dos rumos, evidenciando-se inverosímil o prolongamento da viagem até 52º de Lat. S. *(2.º, págs. 261 e 262)*;

que o Cabo de S. Jorge, do mapa de Cantino, foi provàvelmente baptizado por João da Nova, em 23 de Abril de 1502, de onde a armada teria prosseguido na viagem para a Índia, encontrando a ilha da Ascensão em 13 de Maio *(2.º, pág. 267)*;

que as conjecturas de Varnhagen atribuíndo a nomenclatura entre o cabo de S. Agostinho e S. Vicente à expedição de 1501, são cronológicamente insustentáveis *(2.º, págs. 269 a 271)*;

que a expedição de 1501 não deve ter ultrapassado o Cabo de S.ta Marta, identificável com o de S. Tomé ou Cabo Frio *(2.º, pág. 272)*;

que a actual ilha Fernando Noronha aparece já registada no mapa de Cantino com o nome de Quaresma, o que parece subentender um descobrimento na viagem de retôrno da armada de 1501, nos últimos dias da quaresma de 1502, que decorreu entre 9 de Fevereiro e 20 de Março *(2.º, págs. 275 a 279, 294 a 295)*;

que Gonçalo Coelho, Escrivão da Fazenda de Lisboa e comandante da armada de 1501, se achava já no reino em 1506, facto averiguado que destrói a presunção da sua demora no Brasil até depois de 1521 e que pode contribuír para explicar a saída de Vespúcio para Espanha *(2.º, pág. 300)*;

que Gonçalo Coelho era pai do 1.º Donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, que passa geralmente por ser filho de Gonçalo Pires Coelho, 4.º senhor de Felgueiras *(2.º, págs. 200 a 308)*;

que o naufrágio da náu capitânia à vista da ilha de S. Lourenço (Fernando Noronha), narrado por Vespúcio na 4.ª viagem da *Lettera*, não pode ter sucedido nas condições referidas, por manifesta impossibilidade geográfica *(2.º, págs. 308 a 313)*;

que Cristóvam Jacques, cuja identificação apurou-se *(2.º, págs. 361 a 364)*, foi ao Brasil pela primeira vez em 1516, atingindo nessa viagem o Rio da Prata *(2.º, pág. 363)*;

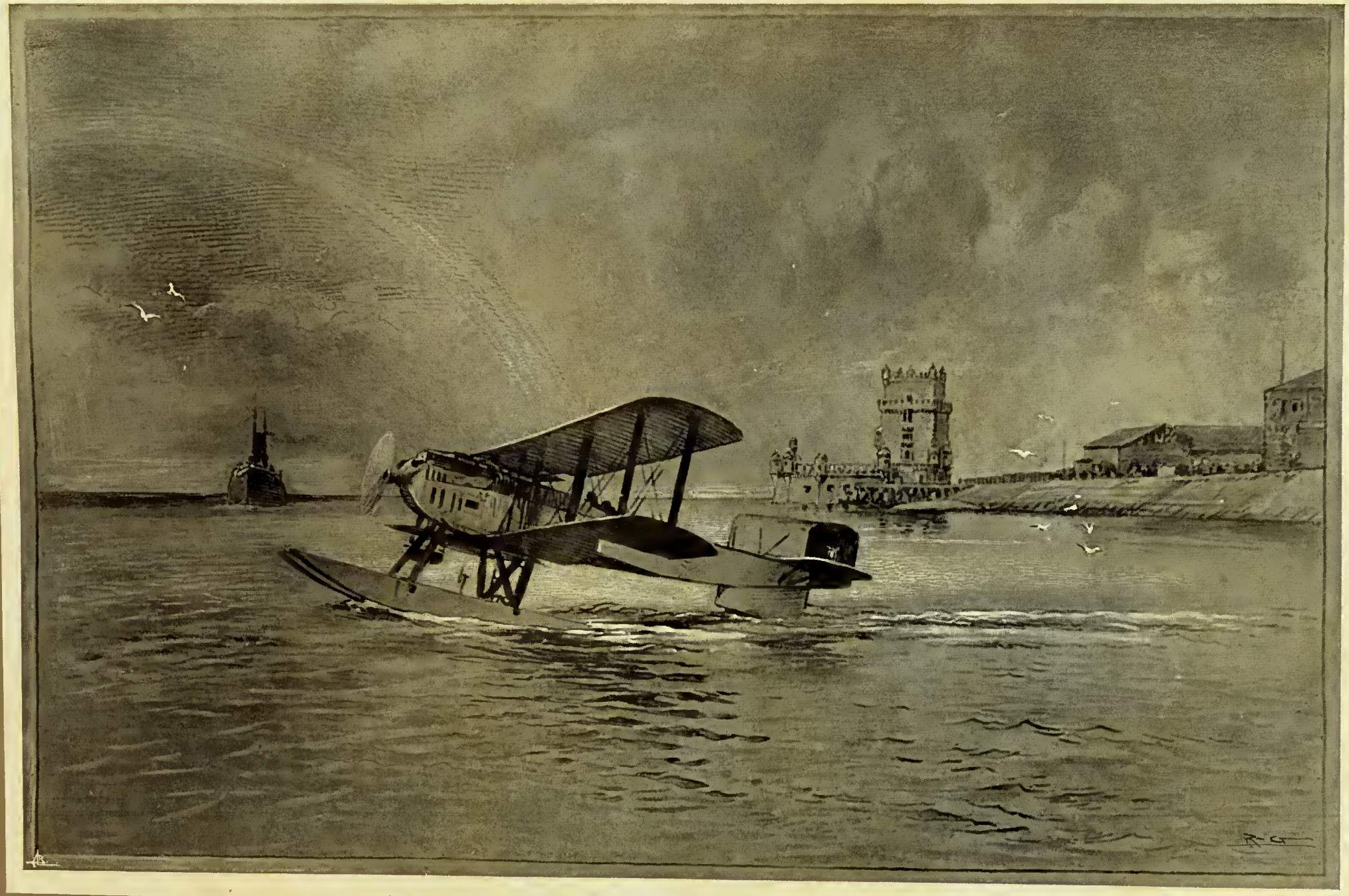
que não podem ser atribuídas a Cristóvam Jacques as referências da carta do embaixador Zuniga, de 1524 *(2.º, pág. 364)*;

que o Rio da Prata foi descoberto em 1514 por uma expedição portuguesa de que fazia parte um navio armado por D. Nuno Manuel e em que ia por pilôto ou comandante João de Lisboa *(2.º, págs. 365 a 372)*;

Finalmente, o exame a que foram submetidos os monumentos cartográficos conhecidos da primeira década do século XVI, alterou sensìvelmente a lição, até hoje acatada, de mestres como Humboldt, Harrisse, Varnhagen, Caetano da Silva, Vignaud e Stevenson, revelando pela análise comparativa com as restantes fontes documentais o vestígio da passagem de outras armadas, àlém das conhecidas, ao longo do litoral brasileiro, e distribuíndo à expedição de Gonçalo Coelho largo quinhão nas explorações de descobrimento *(2.º, págs. 225 a 281; 393 a 440)*.

ESTAS séries de factos, coordenados no decurso dos dois primeiros volumes do presente trabalho de exegese crítica, representam novos atestados da *Sciencia de Posição*, em que foram mestres insuperáveis os navegadores portugueses. Essa alta sciência, posta ao serviço dos descobrimentos da parte ignorada do planeta, título nobiliárquico da raça, reviveu gloriosamente em nossos dias na intrépida viagem aérea empreendida pelo comandante Sacadura Cabral e o almirante Gago Coutinho, no mesmo ano em que o Brasil festejava o 1.º centenário da sua Independência, a cuja comemoração é dedicada esta obra.

Quatrocentos e vinte e dois anos depois que a armada de Cabral deliberadamente surgia no litoral do Brasil, por 17º de Lat. S., os dois oficiais portugueses atravessaram o Atlântico num hydro-avião Fairey com motor Rolls-Royce de 350 cavalos e, pela primeira vez nos anais da aviação, como os seus antepassados nos anais da navegação, conseguiam orientar-se entre o céu uniforme e o deserto aquático, demandando matemáticamente os portos de escala, efectuando uma travessia de 2.645 milhas, desde Lisboa aos penedos de S. Pedro e S. Paulo, com a mesma certeza de um nâvio



A PARTIDA DO «LUSITANIA», DO TEJO, NA MANHÃ DE 30 DE MARÇO DE 1922

guiado pela bússola e o sextante, indo encontrar na vastidão do Atlântico um minúsculo grupo de rochas, ao cabo de um vôo gigantesco de 11 horas e 21 minutos, executado à velocidade média de 80 milhas à hora.

Recompilação sintética da odisseia dos navegadores lusitanos, cumprida nos mares tropicais do Brasil, a travessia aérea do Atlântico ressurge em tôdas as suas particularidades, e como que a resume, a obra imortal dos nautas quinhentistas. Dir-se-ia que ela foi como que a prova decisiva, irretorquível, peremptória, do alto e análogo propósito que desviara para o ocidente a armada de Pedro Álvares e a conduzira ao litoral daquela terra formosa, que o destino escolhera para ser o imortalizador padrão das capacidades com que a Providência dotara o pequeno povo seu eleito, confiando-lhe a missão de revelador do orbe incógnito e de fundador de uma das maiores nações da terra.

PENEDOS DE S. PEDRO E S. PAULO

Foi no mesmo mês de Março, em que desferira velas a armada de Cabral, que o frágil navio alado ascendeu das águas do Tejo e se precipitou a reeditar aéreamente a viagem de 1500. A mesma preparação meticulosa em todos os pormenores, que presidira à construção, ao equipamento, à direcção das frotas audazes do século XV, se repete e acumula nos preparativos minuciosos da expedição aérea do século XX. O heroísmo patriótico e a sciência segura, o senso prático e o transporte idealista, a confiança firme e a intrepidez sem alarde, a cruz de Cristo e a bússola: tôdas as virtudes da raça, tôdas as garantias da sciência e todos os talismans da fé, que serviram aos avós sobrenaturais, naquele instante ressuscitavam, se reüniam e se fundiam. Poder-se-ia dizer que no fragílimo aparelho voador e naqueles dois homens do mar, que anteriormente vaguearam pela África e pelo Oriente, está, por um prodígio de síntese, o Portugal das navegações e das conquistas. Gago Coutinho, o novo Duarte Pacheco da expedição aérea, sábio companheiro do novo Cabral, não se esquecera de transportar para a glória ou para a morte... os *Lusiadas!*

Rompe o hidro-avião, como uma flecha, do mesmo estuário de onde partiram Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares. Eram 7 horas da manhã de 30 de Março de 1922. Em $8^h\ 43^m$ a alada nave percorria 703 milhas e pousava em Las Palmas. Seis dias depois, a 5 de Abril, recomeçava no pôrto de Gando o vôo interrompido e atingia em $10^h\ 43^m$ as 849 milhas que separam S. Vicente da Grande Canária. No dia 18, do pôrto de S. Tiago, o minúsculo navio aéreo acomete as solidões

marítimas do oceano eqüatorial em demanda de um afloramento de rochas que tem apenas o vulto de um navio, e matemáticamente o atinge em 11h 20m, percorrendo 908 milhas com o rumo mantido pela bússola; considerado o desvio da agulha magnética pela marcação do sol, a taquímetro; o abatimento determinado a miúdo pelas boias de fumo (flutuadores contendo fosforeto de cálcio, que se inflama espontaneamente em contacto com a água); a velocidade estimada pelo *corretor de rumos*, que prevê duplas observações de abatimentos: a do rumo a que se pretende navegar e a de um rumo orçado 45.º para o vento reinante no espaço.

O desastre que então prostrou a ave mecânica, à vista dos solitários penedos de S. Pedro e S. Paulo, já não prejudicava o êxito triunfal da viagem heróica. O Brasil fôra atingido na mais avançada das suas atalaias marinhas. Pela segunda vez, no transcurso de pouco mais de quatro séculos, os marinheiros portugueses alcançavam deliberadamente o Brasil pela via aérea, como pela vez primeira, no mesmo mês de Abril de 1500, o haviam alcançado pela via marítima, calculando então com o êrro de alguns segundos apenas a latitude do lugar da ancoragem. Uma deficiência do aparelho impedira que a viagem ininterruptamente percorresse as escalas finais, que houveram de ser vencidas, até à descida apoteótica da Guanabara, em outro e menor hidro-avião—como se a Providência tivesse querido avivar a auréola da vitória com a emoção dramática do naufrágio, e para que em tudo, na glória como no perigo, os dois heróis fôssem os dignos irmãos dos antepassados, protagonistas da *Historia Tragico-Maritima*.

Os vôos sucessivos, de amplitude total de 4527 milhas, entre a foz do Tejo e a baía do Rio de Janeiro, efectuaram-se como a viagem regular de um veleiro, com derrota preestabelecida, escalas prefixas, orientação rigorosa, objectivos determinados. Era a primeira vez que tal proeza se realizava na história da navegação aérea transoceânica, desviando a aviação sobremarina para a senda das realizações utilitárias. A fase do aventurismo terminara para a aviação, como séculos antes acabara para a navegação com as viagens dos nautas portugueses. Servindo-se dos mesmos métodos, uma aeronave poderá viajar sem saír da derrota, atingindo em linha teóricamente recta o objectivo prefixado.

Para alcançar êste resultado fôra preciso resolver uma série de problemas da mais transcendente complexidade, adequando à navegação dos ares os processos adoptados pela navegação marítima. A indecisão do horizonte para a referência das alturas de astros; o factor, embaraçoso na elaboração dos cálculos, das velocidades vertiginosas de 1 e 2 milhas por minuto, desconhecidas nas locomoções terrestre e marítima; a irregularidade do govêrno do avião por motivo da fôrça irregular das correntes aéreas; outros obstáculos ainda que tornam ineficaz a determinação do ponto pelo processo usual na navegação oceânica,—eis outros tantos problemas transcendentes, que houveram de ser examinados, para os quais foi necessário encontrar soluções apropriadas. Refêz-se, pois, em Portugal, na terceira década do século XX, aplicado desta vez à navegação aérea, o trabalho scientífico elaborado nos séculos XV e XVI, desde os pilotos do Infante e Abraão Zacuto, a Duarte Pacheco, Pedro Nunes e D. João de Castro, para as viagens marítimas. Repetindo a lição dos antepassados, os dois oficiais da Marinha Portuguesa conseguiram levar a Cruz de Cristo de visita ao Cruzeiro do Sul fazendo atravessar as Quinas, pelas nuvens, o mesmo Atlântico Austral que, pela primeira vez, no século XV, haviam percorrido nos topes dos mastros.

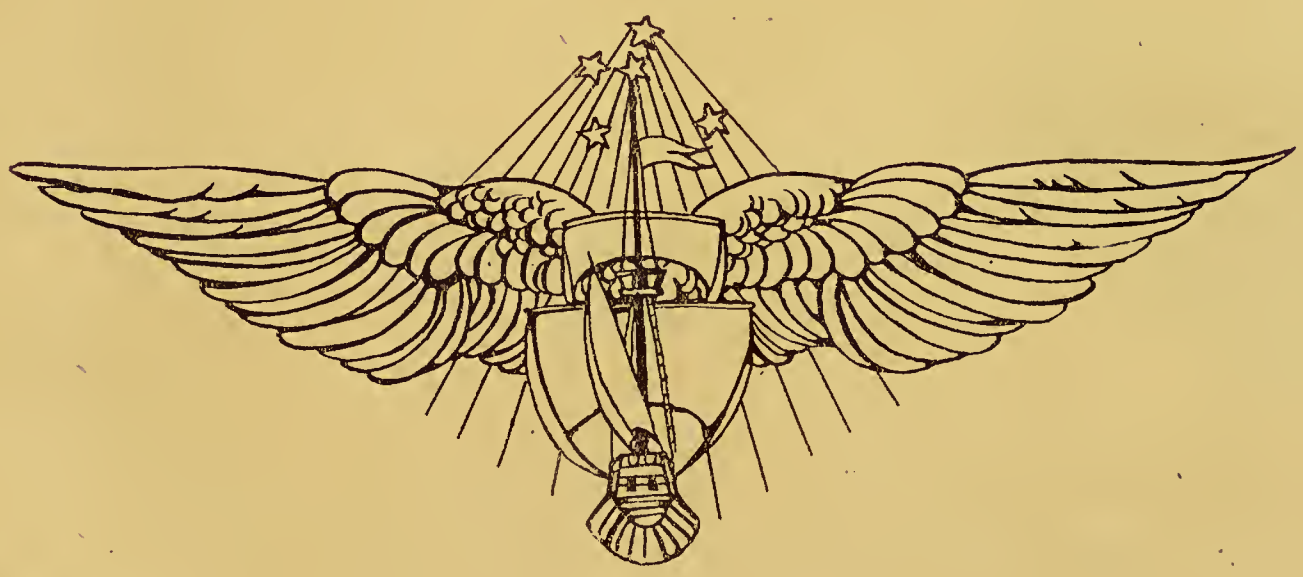
Nas aclamações brasileiras com que foram recebidos os heróis, desvendava-se o orgulho que as lembranças atávicas de um passado comum sublevavam. Foi como se o Brasil tivesse assistido, no centenário da sua Independência, à transfiguração aérea do primeiro acto da sua História, vendo chegar de Portugal pelos ares, um novo Cabral. No subsconsciente da alma brasileira, o resíduo português emergiu do fundo passado durante aqueles dias inolvidáveis.

E que essa emoção, em que se infiltrava o orgulho da progénie, se propagava a tôda a alma ibero-americana, testemunha-o a *Nota Final*, aposta pelo ilustre historiador mexicano, Carlos Pereyra, ao seu notável livro *La conquista de las rutas oceanicas*, que abrange na sua concisão eloqüente as duas epopeias dos mares e dos ares:

«*Los tiempos pasan, y los problemas se renuevam. El hombre es idéntico. Vasco da Gama, Pinzón, Magalhães, Juan de la Cosa, Alvares Cabral, Colón, Elcano, Urdaneta... Sus figuras pasam delante de mi en esta noche. He oído de labios de Sacadura Cabral una lectura que me da el calofrio de lo sublime. Es el* **Diario** *del hidroavión* **Lusitania**, *que busca y traza, en linea direta, sin desviación de una milla, la ruta para cruzar el Atlántico, desde Porto Praia, en Santiago de Cabo Verde, hasta la roca solitária del Penedo de San Pedro. El almirante Gago Coutinho explica la utilización de su sextante y del corrector de rumbo que permite a los dos argonautas de las nubes regir-se entre el espacio*

luminoso del cielo y el desierto azul del mar. Todos han aplaudido. Yo, silenciosamente, rendi a los aviadores portugueses el homenaje de la evocación, comparándolos a los immortales de su patria y de la tierra que con Portugal llena toda una época de la história».

Pela sua profunda significação simbólica, pelo sentimento de fraternidade que resumam, invocando a obra e glória comum dos dois povos da Peninsula nos mares e terras da América, estas nobres e comovidas palavras, escritas pelo autor eminente da *Historia del Pueblo Mejicano*, ficam adeqüadamente no fecho de uma das partes desta obra, animada pelo simultâneo amor por duas Pátrias, a do Velho e a do Novo Mundo, e que, rendendo preito às acções immortais dos antepassados, é também tributo de homenagem e gratidão ao grande povo que na América perpetua a glória de Portugal.



PRIMEIRA VIAGEM MARÍTIMA DE LISBOA A VERA CRUZ

9 DE MARÇO A 22 DE ABRIL DE 1500

(Partida de Lisboa a 9 de Março; passagem nas Canárias, entre Tenerife e a Grande Canária, a 14 de Março; passagem em S. Nicolau a 22 de Março; chegada a Vera Cruz a 22 de Abril.) .

PRIMEIRA VIAGEM AÉREA DE LISBOA AO RIO DE JANEIRO

30 DE MARÇO A 17 DE JUNHO DE 1922

(Partida de Lisboa a 30 de Março; partida de Gando a 5 de Abril; partida de S. Tiago a 18 de Abril; chegada à Guanabara a 17 de Junho.)

INDICE

CAPÍTULO V

(PÁGS. 1 A 39)

A EXPEDIÇÃO DE CABRAL

POR

JAIME CORTESÃO

	PÁGS.
Lisboa no ano de 1500	1
A população e a vida da cidade	5
Influência das primeiras novas do Oriente sôbre a nação e o rei	8
Distribuïção dos comandos. Figuras principais da armada	13
Genealogia e biografia de Pedro Álvares Cabral	15
Dados genealógicos e biográficos sôbre os capitães e figuras principais da armada	24
Sancho de Tovar	25
Simão de Miranda	26
Aires Gomes da Silva	26
Nicoláu Coelho	28
Bartolomeu Dias	29
Diogo Dias	30
Simão de Pinà	30
Vasco de Ataíde	30
Nuno Leitão da Cunha	31
Luís Pires	31
Gaspar de Lemos	31
Aires Correia	32
Organização e objectivos da expedição	33
Partida da armada do Restêlo	36

CAPÍTULO VI

(PÁGS. 43 A 71)

DO RESTÊLO A VERA CRUZ

POR

H. LOPES DE MENDONÇA

Evolução da arqueologia naval portuguesa	43
Aspecto geral da frota de Cabral	44
Armamento naval em fins do século XV	47
Partida da frota	49
Entre céu e mar	50
Primeira fase da viagem. Derrota traçada	52
Pelas paragens de Cabo Verde	54
A missão de Duarte Pacheco na Armada	55
A náu desgarrada	58
O mapa de Bisagudo. Quem era esta personagem	59
Passagem da linha	61
Semana Santa	62
Prenúncios de terra	64
Terra à vista	65
Apêndice A — ¿Passou a 1.ª armada da Índia nas proximidades do litoral brasileiro?	69
Apêndice B — A divergência entre as datas histórica e oficial do descobrimento do Brasil	71

CAPÍTULO VII

(PÁGS. 75 A 169)

A SEMANA DE VERA CRUZ

POR

C. MALHEIRO DIAS

	PÁGS.
A carta de Pedro Vaz de Caminha	76
Genealogia de Pedro Vaz de Caminha	80
Árvore genealógica de Pedro Vaz de Caminha	83
Carta de Pedro Vaz de Caminha. Versão em linguagem actual, com anotações, de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos	86 a 99
Carta de Mestre João	100
Leitura do documento original e Versão em linguagem actual da Carta de Mestre João, pelos srs. António Baião e Luciano Pereira da Silva	104 e 105
Relação do Pilôto Anónimo	106
Texto fac-similado da relação do Pilôto Anónimo nos *Paesi nuovamente retrovati*	112
Primeira versão portuguesa da relação do Pilôto Anónimo	113
Os ancoradouros	118
Posição da esquadra ao avistar o monte Pascoal	118
O pico João de Leão	118
Descrição do monte Pascoal em Mouchez	118
1.º ancoradouro no dia 22	118
2.º ancoradouro no dia 23	122
3.º ancoradouro no dia 24	122
Pôrto Seguro	123
Determinação da 2.ª ancoragem	124
Os rios do Frade, do Caramimuan e do Cahy	124
Parecer de Carlos Martins de Carvalho sôbre a ancoragem de 23 de Abril	126
O litoral entre a baía de Santa Cruz e o rio Cahy	128
Na terra virgem. Os dois tupiniquins na náu capitânia	130
As náus fundeiam na enseada da Coroa Vermelha	131
Bahia Cabrália	131
A 1.ª missa no ilhéu da Coroa Vermelha	134
Tábua das conjunções e oposições da lua em 1500	134
Calendário do mês de Abril de 1500	135
O Conselho dos capitães	137
Domingo de Pascoela	140
A 2.ª missa	144
Partida da esquadra	145
O comando do navio dos mantimentos	147
Comandantes da esquadra segundo os cronistas	149
Texto português da carta de D. Manuel aos reis católicos	155
Leitura em linguagem actual da mesma carta	165
Carta de La Faitada de 26 de Junho de 1501	168

INDICE

CAPÍTULO VIII

(PÁGS. 173 A 222)

A EXPEDIÇÃO DE 1501

POR

C. MALHEIRO DIAS

	PÁGS.
A notícia de António Galvão	173
A relação do Pilôto Anónimo	176
A carta *Mundus Novus*	178
A *Lettera* de 4 de Setembro de 1504	184
As Cartas de Vespúcio consideradas apócrifas	188
A carta de Cabo Verde	191
O regresso da esquadra de Cabral	195
A carta do arquivo Strozzi	196
Texto da *Lettera* (3.ª viagem)	199
Sinopse cronológica e geográfica da viagem	203
A róta de Lisboa a Bezeguiche	204
A travessia do Atlântico	206
A terra nova	207
O comando da esquadra	213
A prova documental das fraudes de Vespúcio	220

CAPÍTULO IX

(PÁGS. 225 A 281)

O MAIS ANTIGO MAPA DO BRASIL

PELO

PROF. DUARTE LEITE

O achado do planisfério de Cantino	225
A história do planisfério	227
O autor do mapa	230
As medidas dimensionais	232
A África e a Ásia do planisfério	235
A América	237
Sumário das expedições conhecidas que estiveram no Brasil entre 1500 e 1502	246
Expedição de Pedro Álvares Cabral (1500)	246
Viagem de regressso de Gaspar de Lemos (1500)	248
Expedição de reconhecimento mandada por D. Manuel a Vera Cruz (1500)	250
Expedição à Índia sob o comando de João da Nova (1501-1502)	251
Expedição mandada a Vera Cruz sob o comando de Fernão de Loronha (1501-1502)	253
Primeira viagem de Vespúcio ao Brasil (1501-1502)	255
Análise da *Lettera*	257
O Brasil connecido até 1502	263
Vera Cruz e Pôrto Seguro no planisfério de Cantino	264
O Cabo de S. Jorge	266
A costa brasileira	268
Análise da expedição de 1501-1502 ao Brasil	269
A ilha Quaresma	275
Conclusões	279
Carta de Afaitada, de 26 de Setembro de 1502	281

CAPÍTULO X

(PÁGS. 285 A 314)

A EXPEDIÇÃO DE 1503

POR

C. MALHEIRO DIAS

	PÁGS.
Notícias dos cronistas	285
Texto da 4.ª viagem da *Lettera*	288
Sinopse cronológica e geográfica da viagem	291
Composição da frota	292
Objectivos da expedição	293
A ilha desabitada	294
Bahia de Todos os Santos	295
A última escala e a feitoria	297
Regresso a Lisboa	297
O comandante da armada	300
Naufrágio da náu capitânia	309

CAPÍTULO XI

(PÁGS. 317 A 347)

O COMÉRCIO DO PAU BRASIL

POR

ANTÓNIO BAIÃO

Evolução do nome de Vera Cruz em Santa Cruz e Brasil	317
A procedência do nome Brasil	322
O arrendamento da Terra de Santa Cruz a Fernão de Loronha	324
Confirmação a Fernão de Loronha do privilégio de cidadão de Lisboa	326
Carta régia por que Fernão de Loronha é feito fidalgo de cota de armas	328
Os armadores da náù Bretôa	330
A carga da náu Bretôa comparada com as cargas das náus da Índia	336
O valor mercantil do pau brasil	337
Confirmação da capitania da ilha de S. João (Fernão de Loronha)	340
Regimento da náu Bretôa	343

CAPÍTULO XII

(PÁGS. 351 A 390)

O DESCOBRIMENTO DO RIO DA PRATA

POR

F. M. ESTEVES PEREIRA

Armadas a que se atribui o descobrimento	353
D. Nuno Manuel	354
O pilôto João de Lisboa	357

INDICE

PÁGS.

Cristóvam Jacques 361
A Nova Gazeta da Terra do Brasil 365
João Dias de Solis 373
Conclusões 380
Cartas de legitimação de Cristóvam Jacques . . 382
Carta de Juan de Çuniga ao imperador Carlos V 382
Carta do embaixador João da Silveira 383
Carta de Luís Ramirez 383
Carta do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos 385
Nova Gazeta da Terra do Brasil (tradução portuguesa do manuscrito) 385
Carta de poderes para a prisão de João Dias de Solis 387
Carta de ofício de pilôto a João Dias de Solis . 387
Real cédula de nomeação de João Dias de Solis para o cargo de pilôto-mór 387
Carta do embaixador João Mendes de Vasconcelos (30 de Agosto de 1512) 387
Idem, idem (7 de Setembro de 1512) 388
Carta de D. Manuel ao rei de Castela (22 de Setembro de 1512) 389
Assento que fêz o rei de Castela com João Dias de Solis para a viagem de 1515 389

CAPÍTULO XIII

(PÁGS. 391 A 440)

A EXPLORAÇÃO DO LITORAL DO BRASIL NA CARTOGRAFIA DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XVI

PELO

PROF. DUARTE DUARTE

PÁGS.

Os mapas do Brasil entre 1502 e 1509 . . . 393
A idade e procedência dos mapas manuscritos . 397
O mapas gravados 400
Sumário das expedições que estiveram entre 1502 e 1506 em portos brasileiros 402
A tábua de ladezas do *Esmeraldo* 415
A toponímia brasileira do *Esmeraldo* 418
Nomenclatura do *Esmeraldo* 420
O mapa de Hamy 426
O mapa de Canerio 427
Discriminação das viagens 428
Identificação da nomenclatura de Canerio . . . 431
O mapa de Kunstmann II 435
O mapa de Kunstmann III 435
Os mapas de Waldseemüller e Ruysch 438
Quadro sinóptico das nomenclaturas 439
Conclusões 440

INDICE DAS GRAVURAS DO VOLUME II

PÁGS.

Frontispício *extra-texto*, a côres 1
A Alcáçova ou Castelo de S. Jorge, segundo o livro de Lavanha 2
Reconstituïção da fachada do convento do Carmo em Lisboa (Roque Gameiro) 3
Vista de Lisboa segundo uma iluminura quinhentista da crónica de D. João I, por Fernão Lopes 4
Lisboa no fim do século XV, segundo um manuscrito de Simão Benine 6
Estaleiro da Ribeira das Náus (R. G.) 7
Lisboa no fim do século XV, gravura de Georgius Braun, *extra-texto* 8-9
Brasão de Pedro Álvares Cabral, *extra-texto* . . 14-15
Árvore genealógica de Cabral, *extra-texto* . . . 16-17
Castelo de Belmonte (R. G.) 17
Pedro Álvares Cabral, retrato dos *Varões* e *Donas* 19
Fachada da igreja da Graça em Santarém (R. G.) 22
Inscrição da lápide tumular de Cabral 23
Brasões de Nicoláu Coelho, Simão de Miranda, Gaspar de Lemos e Sancho de Tovar, *extra-texto* 24-25

PÁGS.

Imagem de N.ª S.ª da Esperança, que acompanhou Cabral na sua viagem 25
Capela tumular de Aires da Silva no panteon de S. Marcos (R. G.) 27
Brasões de Nuno Leitão da Cunha, Aires Gomes da Silva, Vasco de Ataíde e Bartolomeu Dias, *extra-texto* 28-29
Brasão dos Correias 31
Brasão dos Correias Baharem 32
Ermida do Restêlo, exterior (R. G.) 37
Ermida do Restêlo, interior (R. G.) 39
A frota de Cabral saíndo o Tejo (R. G.), *extra-texto* 39-40
No chapitéu de uma náu. O capitão e mareantes em manobra (R. G.) 45
Homens de armas numa náu portuguesa (R. G.) . 48
Artilharia portuguesa dos séculos XV e XVI, *extra-texto* 48-49
A parte da ré de uma náu portuguesa (R. G.) . . 51
A frota de Cabral no *Livro das Armadas*, *extra-texto* 54-55

INDICE DAS GRAVURAS DO VOLUME II

	PÁGS.
A parte da vante de uma náu portuguesa (R. G.)	57
Náus quinhentistas, no quadro «Martírio de Sant'Ana e suas companheiras», *extra-texto*	64-65
A tôrre de Caminha (R. G.)	77
O paço da Ribeira do Pôrto (R. G.)	79
A igreja quinhentista de Caminha (R. G.)	80
Brasão de Pedro Vaz de Caminha	81
Carta de Pedro Vaz de Caminha, *extra-texto*	84-85
Fac-simile da 1.ª página da Carta	85
Fac-simile da última página da Carta, *extra-texto*	98-99
Carta de Mestre João. Fac-simile. 2 *extra-textos*	102-103
Frontispício da 1.ª edição dos *Paesi nuovamente retrovati*	110
Fac-simile dos *Paesi nuovamente retrovati*	114-116
A pesagem do sol com o astrolábio portátil numa náu portuguesa	119
Os tubarões e peixes voadores	120
Singraduras da armada de Cabral desde 22 a 25 de Abril, *extra-texto*	126-127
Mapa da Bahia Cabrália (Santa Cruz), *extra-texto*	132-133
Pedro Álvares Cabral segundo o medalhão do Claustro dos Jerónimos	138
O Descobrimento do Brasil, quadro de Oscar Pereira da Silva	140
Planta do ribeirão Mutary	142
Hasteamento da Cruz em Pôrto Seguro, quadro de Pedro Peres	143
A segunda missa no Brasil, quadro de Victor Meireles, *extra-texto*	144-145
A Adoração dos Magos, quadro de Jorge Afonso	145
Pedro Vaz de Caminha lê a sua carta dirigida a D. Manuel, quadro do pintor brasileiro Aurélio de Figueiredo, *extra-texto*	146-147
Nicoláu Coelho segundo o medalhão do Claustro dos Jerónimos	153
A sala dos Veados no paço de Sintra (R. G.), *extra-texto*	154-155
Cópia quinhentista do Arquivo do Estado de Veneza, da carta de D. Manuel aos Reis Católicos.	155
Retrato de António Galvão	174
Trecho fac-similado da relação do «pilôto anónimo», nos *Paesi nuovamente retrovati*	177
Fac-simile da 1.ª página da *Mundus Novus* (edição princeps?)	180
Frontispício da *Mundus Novus* na edição de Nurembérgia de 1505	182
Vinheta inicial da 3.ª Navegação na edição princeps da *Lettera*	184
Frontispício da edição princeps da *Lettera*	185
Frontispício das *Quattuor Navigationes*	186
Frontispício da *Cosmographiæ Introductio*	187
Retrato de Vespúcio segundo O. Dapper	189
Alegoria das viagens de Vespúcio, segundo um desenho de Stradanus, *extra-texto*	192-193
Fac-simile da 1.ª página da 3.ª Viagem na edição princeps da *Lettera*	200
Retrato de Vespúcio no mapa mundo de Waldseemüller	205
Vespúcio descobridor da América, alegoria de Stradanus	208
O litoral brasileiro no mapa mundo de Waldseemüller (1507)	211
A América e a Ásia no globo de Schöner (1515)	212
Fac-simile da dedicatória do mapa de Cantino (1502)	226
Retrato de Hércules d'Este, por Dosso Dossi	228
Palácio de Hércules d'Este em Ferrara	230
Palácio ducal de Módena	231
A África meridional no planisfério de Cantino, *extra-texto*	236-237
A legenda da Groenlândia	240
A legenda da Terra Nova	241
Portugal, os arqüipélagos dos Açôres e da Madeira, a Groenlândia e a Terra Nova no planisfério de Cantino, *extra-texto*	242-243
Expedição de João da Nova (1501) no Livro das Armadas da Índia, *extra-texto*	248-249
Rótas da 3.ª navegação de Vespúcio, *extra-texto*	260-261
Carta de marear com a róta imaginada por Vespúcio, *extra-texto*	262-263
A legenda de Vera Cruz no mapa de Cantino	265
O cabo de S. Jorge do mapa de Cantino, *extra-texto*	266-267
O Brasil no mapa de Cantino, *extra-texto*	268-269
Frontispício da Crónica de D. João II com a assinatura de Damião de Góis	286
Fac-simile da 4.ª viagem da *Lettera* na edição princeps	288
Fac-simile do início da Quarta Navegação	295
Fac-simile das assinaturas de Gonçalo Coelho	300
Brasão dos Coelhos	305
Árvore genealógica dos Senhores de Felgueiras e de Montalvo, *extra-texto*	306-307
Penedos de S. Pedro e S. Paulo	310
O banco de areia e coral das Rocas	311
A ilha de Fernando Noronha, *extra-texto*	312-313
Passagem fac-similada da edição romana da carta de D. Manuel aos Reis Católicos	318
Costumes dos primitivos habitantes do Brasil segundo uma estampa do livro «Une fête bresilienne célebrée à Rouen en 1550»	319
Fôlha do caderno de bordo de Cristóvão Colombo, *extra-texto*	320-321
Fac-simile da nomenclatura «ilha da cruz» segundo a grafia quinhentista	321
Planisfério de Jerónimo Marini (1511), *extra-texto*	324-325
Brasão de Fernão de Loronha	327
Página iluminada da Bíblia dos Jerónimos, *extra-texto*	330-331
Fac-simile do título do regimento da náu Bretôa	333
Fac-simile da primeira página do regimento da náu Bretôa	335
Mapa do Brasil reproduzido do atlas dos Reinel, *extra-texto*	336-337
O Rio da Prata, no Atlas de Vaz Dourado, *extra-texto*	360-361
Carta do Brasil e do Rio da Prata, do Atlas de Vaz Dourado, *extra-texto*	362-363
Fac-simile do frontispício da edição princeps da «Nova Gazeta da Terra do Brasil»	365
Fac-simile do texto da edição princeps da «Nova Gazeta da Terra do Brasil»	366 a 363
Casa quinhentista do Funchal onde se pretendeu	

INDICE DAS GRAVURAS DO VOLUME II

	PÁGS.
haver residido Cristóvão Colombo	369
A costa oriental da América do Sul desde o rio S. Francisco até ao estreito de Magalhães, no Atlas de Lázaro Luís, *extra-texto*	372-373
Fac-simile da assinatura de João Dias de Solis	375
Fac-simile da assinatura de Vicente Pinzon	375
Os espanhóis no Rio da Prata	379
O Brasil no mapa-mundi de Waldseemüller (1507) *extra-texto*	400
O Brasil na carta Marina de Waldseemüller (1516), *extra-texto*	401
O Novo Mundo e a Terra de S.ta Cruz no mapa de Ruysch, de 1508	403
O Brasil no mapa de Gaspar Viegas (1534), *extra-texto*	407
O Brasil no mapa de Vesconti de Maiollo (1519), *extra-texto*	420
O Brasil no mapa de Vesconti de Maiollo (1527), *extra-texto*	421
O Brasil no mapa anónimo de Turim (1523) *extra-texto*	422
O litoral do Brasil no mapa de autor desconhecido pertencente ao Dr. Hamy, *extra-texto*	426
O Brasil no mapa de Nicoláu Canerio, *extra-texto*.	431
O Brasil no mapa anónimo de Kunstmann II (1505-1506?) *extra-texto*	434
O Brasil no mapa de Kunstmann III (1506 ou depois) impròpriamente chamado da Pilestrina, *extra-texto*	436
Bandeiras, moedas e sêlos do reinado de D. Manuel, *extra-texto*	440
A partida do Tejo dos aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, a 30 de março de 1922, *extra-texto*	447
Penedos de S. Pedro e S. Paulo	447
Róta das viagens de Pedro Álvares Cabral, em 1500, e dos aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho em 1922, *extra-texto*.	451

ERRATAS E COMENTARIOS

Pág. 75, Nota 1, linha 2. Onde se lê: «publicada na versão espanhola», deve ler-se: *publicada por Navarrete na versão espanhola*

Pág. 75, Nota 1, linha 3. Onde se lê: «na guerra da Indepen-dência, por Navarrete», deve ler-se: *na guerra da Independência*

Pág. 75, linhas 8 e 9. Onde se lê: «a viagem de, ida e volta», deve ler-se: *a viagem de ida e volta*

Pág. 81, linhas 19 e 20. Onde se lê: «burguesia a quem», deve ler-se: *burguesia que*

Pág. 81, linhas 32 a 34. Onde se lê: «nomeando Pedro Vaz de Caminha cavaleiro da sua casa», deve ler-se: *nomeando o cavaleiro da sua casa Pedro Vaz de Caminha*

Pág. 100, linha 15. Onde se lê: «oriundos da Galisa», deve ler-se: *oriundos de Espanha*

N. B. Ao contrário de opinião generalizada, da carta de Mestre João não pode deduzir-se que o físico da armada fôsse de origem galega. Não alcançaram êxito as diligências empregadas para identificar Mestre João pelo registo das matrículas da Universidade de Salamanca. Quanto ao manuscrito da tradução da Geografia de Pompónio Mela, de Mestre João Faras, existente na Biblioteca da Ajuda, não é êle da mesma letra que traçou a carta em Vera Cruz, sendo aparentemente obra de um copista.

Pág. 101, Nota 23. Esta nota àcêrca de Gonçalo Coelho foi escrita quando ainda as investigações ulteriores não haviam revelado circunstâncias que tornavam possível a identificação que nela se repudiava. Veja-se o cap. X, dedicado à expedição de 1503, de págs. 300 a 308.

Pág. 105, Nota 5. A respeito das tábuas da Índia veja-se o artigo do Dr. Luciano Pereira da Silva, intitulado «Kamal, tábuas da Índia e tavoletas náuticas», publicado no fascículo III da *Lusitania*, Lisboa, Junho de 1924

Pág. 120, linhas 8 e 9. Elimine-se, por repetido, o período: «Todos êles já haviam esgotado a capacidade limitada do humano assombro».

Pág. 136, linha 31. Intercale-se depois do segundo período: *E com que minucias de observação, de comparação e de cálculo!*

Pág. 139, linha 37. Onde se lê: «Não é na qualidade de colonos que êles foram abandonados», deve ler-se: *Não foi na qualidade de colonos que os abandonaram*

Pág. 140, linha 8. Onde se lê: «que fôra condenado por assassínio», deve ler-se: *que o fôra por assassínio*

Pág. 141, linha 39. Onde se lê: «Santa Cruz», deve ler-se: *Vera Cruz*

Pág. 144, linhas 10 e 11. Onde se lê: «E' a primeira vez que ela (a cruz) serve de símbolo de domínio, substituíndo o marco tradicional romano, que desde o início dos descobrimentos se erigia nos cómoros das praias», etc., deve ler-se: *E' a primeira vez que ela serve aos portugueses, na América, de símbolo de domínio, substituíndo o marco tradicional romano que já era costume erigir-se nos cómoros das praias*, etc.

ERRATAS E COMENTÁRIOS

N. B. O hasteamento da cruz constituía prática antiga, que remontava ao início dos descobrimentos do Infante, grão-mestre da Ordem de Cristo. Os descobridores espanhóis (e também os franceses) procediam, desde Colombo, do mesmo modo. A cruz designava as conquistas da fé. Na angra de S. Brás arvorou Vasco da Gama uma cruz feita de um mastro de mesena, proveniente da náu S. Miguel, que ali queimara. E' só nos últimos tempos do reinado de D. João II que se institui a prática dos padrões. À falta dêstes, Cabral conformou-se ao uso tradicional.

Pág. 144. O período de linhas 40 a 44 é interrogativo. Deve ser antecedido e terminado, como o que se lhe segue, pelos respectivos sinais de interrogação.

Pág. 147, linha 4. Onde se lê: «Os depoïmentos são conformes e unânimes», deve ler-se: *Num ponto, os depoïmentos são conformes e unânimes*

Pág. 148, Nota 98, linha 6. Onde se lê: «E principalmente na data da cerimónia da elevação da cruz, que diz ter sido a 3 de Maio», deve ler-se: *E também na data da cerimónia da elevação da cruz, que Barros diz ter sido a 3 de Maio.*

Pág. 150. De linhas 4 a 8. Na referência aos cronistas que referem o tresmalho da náu de Luís Pires nas alturas de Cabo Verde deve exceptuar-se Castanheda, que na 1.ª edição da sua *Historia do Descobrimento e Conquista da India* dá como sendo Vasco de Ataíde o comandante, em concordância com Vaz de Caminha. Porém, na 2.ª edição, já se introduz o êrro dos restantes cronistas.

Págs. 167-168. «O que é possível apurar é que a primeira nova da Índia chegou pela naveta de D. Álvaro de Bragança e dos Marchiones, na véspera de S. João; que Pedro Álvares Cabral regressou nos princípios de Julho com três navios, a saber: a capitânia, o de Nicolau Coelho e o de Pedro de Ataíde, que Vespúcio encontrára em Bezeguiche. Chegou depois Sancho de Tovar, de volta de Sofala; e mais tarde Diogo Dias, vindo do Mar Roxo».

N. B. É o que se deduz da carta real. Porém, as versões dos cronistas divergem. João de Barros (Dec. I, Liv. V, Cap. IX) dá o encontro de Cabral com Diogo Dias em Bezeguiche: «*Expedido Sancho de Toar, partio-se Pedralvares para este Reyno, e a primeira terra que tomou foi a ilha de Cabo Verde, onde achou Pero Dias, que era desapparecido, como assima dissemos...*» Supomos que João de Barros se equivoca e que o navio encontrado foi o de Pero de Ataíde.

Sôbre a chegada a Lisboa diz o cronista: «... *depois de ser chegado a Portugal, que foi vespera de S. João Baptista, chegaram outros dous navios, que ainda lá deixava: hum era de Pero de Taide, que se delle apartou antes de chegar ao Cabo das Correntes com um temporal que alli teve; e o outro foi Sancho de Toar com nova do descobrimento de Çofala...*» Sabemos porém que na véspera de S. João chegou, não a capitânia, mas o navio mercante dos Marchiones e de D. Álvaro, que o capitão-mór mandára na frente, por mais veleiro, com a notícia do regresso da armada.

Damião de Góis (1.ª Parte, Cap. LX) concorda com Barros àcêrca do encontro com Diogo Dias em Bezeguiche, mas dá Cabral como entrado em Lisboa em 31 de Julho: «*Concertadas as naos pedralvres Cabral se fez á vela, & dobrou o cabo, aos vinte & dous dias do mes de Maio, dia do Spiritu Sancto, & dalli veio ter ao Cabo Verde, onde achou Pero Dias, que lhe desaparecera quando hia perá India quomo fica dito. Do Cabo Verde sem tomar outro porto, chegou a Lisboa ao derradeiro dia de Julho de mil & quinhentos & hum, estando el Rei em Syntra...*»

Se tivesse sido em 31 de Julho a chegada de Cabral, a data da carta de D. Manuel na versão espanhola (29 de Julho) estaria forçosamente errada, como supomos estar, e a verídica seria a do traslado português da mesma carta (28 de Agosto). Todavia, a menos que não tivessem sobrevindo temporais adversos ou calmarias prolongadas, parece excessivo o tempo gasto pela capitânia para arribar a Lisboa: 37 dias depois do navio de D. Álvaro.

Entretanto, Castanheda (Cap. XLII do Liv. I) diz também: «...*& passados muytos & grandes perigos dobrou ho cabo a vinte dous de Mayo. E continuando daqui em navegação foy aferrar ho cabo verde, onde achou Diogo Diaz... & chegou a Lisboa ho derradeiro de Julho*». Corrêa escreve (*Lendas*, pág. 230): «... *o qual tempo as espalhou* (as náus) *que nunqua se mais toparão senão em Lisboa, onde primeiro chegou o capitão mór, e depois os outros cada hum per sí, e depois chegou a naveta de Çofala no fim de Setembro*».

O dizer Castanheda, repetido por Góis, que Cabral chegou no fim de Julho, é argumento em favor da data inscrita na cópia do arquivo de Veneza.

Pág. 168, linha 12. Onde se lê: «na vespera da noite de S. João», deve ler-se: *na vespera de S. João*

Pág. 185. Referindo-nos aos exemplares da edição *princeps* da *Lettera*, incluímos «o que pertenceu a Varnhagen e cujo destino se ignora».

Posteriores averiguações convenceram-nos de que Varnhagen não possuia nenhum exemplar da edição *princeps*. O que êle examinou era o mesmo de que se servira Bandini e pertencente ao marquez Gino Capponi. Veja-se pág. 70 do *Examen de quelques points de l'Histoire Géographique du Brésil*, Paris, 1858.

Pág. 188, linha 4. Onde se lê: «Nos textos», deve ler-se: *Dos textos.*

Pág. 208, linhas 3 e 4. «No primeiro lustro do século XVI houve uma seqüência de navegações oficiais e comerciais que revelaram a costa do Brasil desde os 3º 3′ até os 24º, aproximadamente, de latitude S».

N. B. Os documentos cartográficos analisados no cap. XIII dêste volume permitem alargar até 28º a área descoberta até 1510, se é que não foi exce-

ERRATAS E COMENTÁRIOS

dida, embora não confessada pelas dúvidas suscitadas sôbre o limite da zona de partilha. A última latitude consignada no quadro de ladezas do *Esmeraldo* é de 28º no hemisfério austral. Essa presumimos fôsse para o sábio cosmógrafo e guerreiro a latitude em que o meridiano de Tordesilhas fechava ao sul os domínios de Portugal no Novo Mundo.

Pág. 220, linha 30. Onde se lê: «desde as praias mais setentrionais», deve ler-se: *desde as praias meridionais*

Pág. 220, linha 37. Onde se lê: «em 1500», deve ler-se: *em 1499*

Pág. 273, linha 20. Onde se lê: «o sol do *Esmeraldo*», deve ler-se: *o rol do Esmeraldo*

Pág. 299, na última linha. Onde se lê: «em 1509», deve ler-se: *em 1506*

Pág. 312, Nota 63. Onde se lê: «south=east», deve ler-se: *southeast;* onde se lê: «North=East», deve ler-se: *Northeast*

Pág. 313, Nota 64. Onde se lê: «light=ning», deve ler-se: *lightning*

Pág. 313, Nota 65. Onde se lê: «neighbourbood», deve ler-se: *neighbourhood.*

Pág. 319, linha 3. Onde se lê: «aparece pois designada», deve ler-se: *aparece designada*

Pág. 344, linha 54 da 2.ª coluna. Onde se lê: «Requeremdo que o ho», deve ler-se: *Requeremdo que o escuses ho*

Pág. 351, Nota 1. Onde se lê: «O Brasil no século XVII», deve ler-se: *O Brasil no século XVI*

Pág. 352, Nota 2. Onde se lê: «o navio *d'Espoir*», deve ler-se: *o navio Espoir*

Pág. 352, linhas 30 e 31. Onde se lê: «D'Avezac conjectura que o navio dos franceses de que escreve o P. Anchieta, que esteve no pôrto da Bahia em 1504, era o *Denis d'Honfleur* (6)», deve ler-se: *D'Avezac conjecturava que o navio dos franceses de que escreve o P. Anchieta, que esteve no pôrto da Bahia em 1504, era o Denis d'Honfleur* (6) *mas posteriormente averiguou chamar-se «Espoir» e ter sido armado no mesmo pôrto d'Honfleur.*

N. B. Esta viagem de um navio francês ao Brasil, no ano de 1504, está documentada por certidão legal passada aos herdeiros de Binot Paulmier de Goneville, seu comandante, a 20 de Agosto de 1658, conforme a minuta com data de 19 de Junho de 1505, então conservada no arquivo do Conselho Geral do Almirantado de Rouen. D'Avezac publicou o documento em 1869, nos *Annales des voyages.*

A esta primeira viagem de um navio francês ao Brasil dedicou uma Memória o sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Tristão de Alencar Araripe, publicada na Revista do mesmo Instituto.

Resumiremos o depoimento do capitão do *Espoir,* Binot Paulmier de Goneville, feito perante as autoridades marítimas e judiciais de Rouen, afim de obter futura reparação dos danos causados pelos piratas Blunt e Fortin:

Traficando Goneville em Lisboa com os seus compatriotas Jean Langlois e Pierre Lecarpentier, ajustaram os três armar um navio para ir à Índia, obtendo para isso informações de tripulantes e passageiros das armadas do Oriente e contratando por alto salário dois portugueses que já lá tinham ido, chamados Bastião de Moura e Diogo do Couto. Foram 9 os armadores do *Espoir,* navio de 120 toneladas. Partiram de Honfleur no dia de S. João de 1503, fazendo a derrota pelas Canárias e Cabo Verde. A 12 de Setembro passaram a linha. Em razão de tormentas, seguidas de calmarias, e porque falecera o primeiro pilôto, perderam o rumo, e a 5 de Janeiro de 1504 avistaram a costa meridional do Brasil, ao sul do Capricórnio. O local da arribada é identificado por D'Avezac com a foz do rio de S. Francisco do Sul, no actual Estado de Santa Catarina, por 26º 10′ de lat., região habitada pelos carijós. Aí estiveram até 3 de Julho, tendo hasteado no domingo da Páscoa, em um montículo sobranceiro à praia, uma alta cruz de 35 pés, a fim de deixarem no país sinais de lá terem estado cristãos. Em uma das faces da cruz gravaram os nomes do Papa e do rei de França, na outra um dístico em latim composto pelo letrado *sire* Nicole Lefebvre, alusivo ao descobrimento. Dali saíram, levando dois índcolas, com promessa de voltarem. De novo arribaram ao litoral, na véspera de S. Dionísio, para se refazerem de água. No sítio em que arribaram patentearam-se-lhes sinais evidentes de que anteriormente a êles por lá haviam passado cristãos. Os aborígenes não mostraram espanto com o aparecimento do navio, mas mataram quatro dos tripulantes. Fugidos à fúria dos canibais, levantaram âncoras e navegaram umas cem léguas para o norte, surgindo noutro ponto da costa (¿a Bahia de Todos os Santos?), onde acharam índcolas menos ferozes (¿Tupiniquins?). Partiram entre o dia de S. Tomé e o Natal e ao cabo de oito dias de navegação viram um ilhote desabitado (a ilha de Fernão de Loronha), coberto de arvoredo, de onde saíam milhares de aves que se deixavam apanhar. Chegaram ao Faial (Açôres) a 9 de Março de 1505, e já no têrmo da viagem, entre as ilhas de Jersey e Guernesey, foram atacados por piratas.

Pág. 369. Na legenda da gravura, onde se lê: «Casa seiscentista», deve ler-se: *Casa quinhentista.* Sôbre êste edifício, que parece remontar aos últimos anos do século XV, escreveu Agostinho d'Ornelas uma monografia no volume de comemoração da Academia Real das Sciências ao quarto centenário do descobrimento da América, e na mesma aceita como verídica a tradição que atribui à opulenta residência de Jean d'Esmenaut a honra histórica de haver hospedado o descobridor da América. A casa, demolida em 1878, era situada entre as ruas do Esmeraldo e do Sabão. Esmenaut, fidalgo picardo, estabelecera-se no Funchal pelos anos de 1480.

Pág. 370, linha 2. Onde se lê: «surpreendeu a armada», deve lêr-se: *surpreendeu a armada;*

Pág. 398, linha 12. Onde se lê: «que demais reproduz integralmente, vertidas em latim, tôdas as denominações de Canerio», deve ler-se: *que demais reproduz,*

ERRATAS E COMENTÁRIOS

algumas vertidas em latim, as denominações de Canerio

Pág. 402, linhas 14 a 19: «...pensavamos com o comum dos autores que quási tôdas as esquadras enviadas ao oriente fizessem escala por Vera Cruz, mas leituras subseqüentes convenceram-nos do contrário. Dos regimentos subsistentes dados a alguns capitães-móres conclui-se até que D. Manuel, embora deixando ao alvedrio dêles a arribada ao novo continente, a desaconselhava...»

O Regimento de Afonso de Albuquerque, publicado a pág. 185 e seg. do vol. III das *Cartas de Afonso d'Albuquerqué*, é disso prova concludente quando regula o reabastecimento de água durante a viagem, servindo também para provar que Cabral ia fóra da derrota quando arribou ao Brasil:

«*E tomando aly na dita costa de bigiguiche a dita auguoa, cu nam a tomando, se pollos tempos vos nam seruirem tambem que teuesses necesidade dalguma mais augoa..... entam quamdo asy fosse, se vos achassees pollo caminho que fezerdes tamto chegado a ilha da cruz, poderes hir a ella e hy tomar aguoa e lenha que vos comprir, e dhy fazerdes vosso caminho em booa ora, aimda que hirdes a dita ilha, ou nam hirdes, leixamos a vos que acerqua disto façais o que mais noso seruiço vos parecer, e segundo a necesidade em que da dita aguoa vos achardes, porque quamdo esta hy nam ouvesse, e fosseis abastados pera com a que leuassees vos poderdes poer da banda dalem do cabo, averiamos por escussado tomardes a dita ilha da cruz, por vos nam deterdes nem fazerdes em voso caminho demora alguma*».

Pág. 404, linha 3. Onde se lê: «Marino Sanuto;», deve ler-se: *Marino Sanuto,*

Pág. 406, linhas 33 a 35. Onde se lê: «Efectivamente, postas de lado as de Tristão da Cunha por excessivamente meridionais e próximas do cabo da Boa Esperança, e a de Fernão de Loronha, por muito chegadas ao eqüador», deve ler-se: *Efectivamente, posta de lado a de Tristão da Cunha por excessivamente meridional e proxima do Cabo da Boa Esperança, e a de Fernão de Loronha, por muito chegada ao eqüador.*

Pág. 406, linha 35. Onde se lê: «muito chegadas», deve ler-se: *muito chegada*

Pág. 408, linha 15. Onde se lê: «até então», deve ler-se: *até então*

Pág. 421, linha 35. Onde se lê: «Turim (1513)», deve ler-se: *Turim (1523).*

Pág. 422, linha 13. Onde se lê: «Turim (1513)», deve ler-se: *Turim (1523).*

Pág. 422, linha 35. Onde se lê: «e pela do sota-capitão», deve ler-se: *e pelo do sota-capitão*

Pág. 428, linha 36. Onde se lê: «dos quais se menciona», deve ler-se: *dos quais só menciona*

Pág. 432, linha 34. Onde se lê: «Rio da duvida», deve ler-se: *Rio da Duvida*

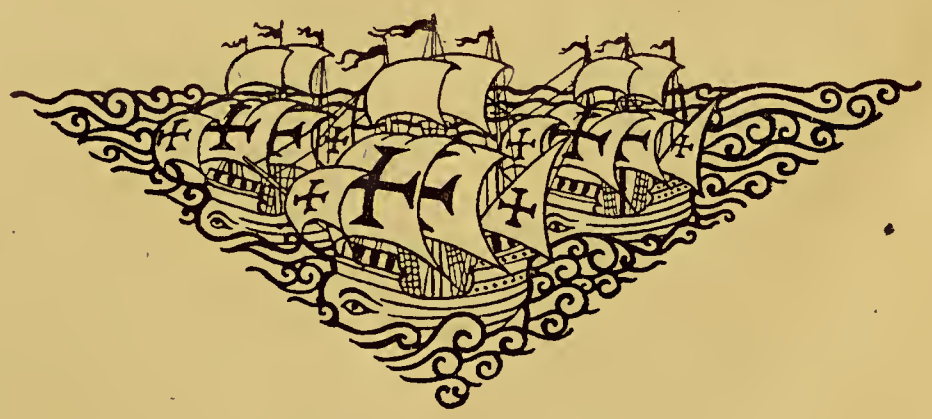
Pág. 438, linha 10. Onde se lê: «tecido de gre», deve ler-se: *tecido de grã*

Pág. 438, linha 28. Onde se lê: «o de Canerio» deve ler-se: *a de Canerio*

Pág. 442, linha 13. Onde se lê: «como provável, a existência», deve ler-se: *como provável a existência.*

Pág. 445, linha 28 e 29. Onde se lê: «também se depreende resulta da sua carta», deve ler-se: *também se depreende da sua carta.*

Pág. 446, linha 20, onde se lê: «cuja identificação apurou-se», deve ler-se: *cuja identificação se apurou.*



PARA·PÔRE·M·AS·COUSAS·EM·MEMÒRIA·QUE·MERECEREM·TER·ETERNA·GLORIA